ISSN 2318-3195
VOL 12, 2025



# Guia de Estudos

22ª edição

ufrgs mun 2025

**CONTATO**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - CEP 90040-00 - Centro
Porto Alegre/RS - Brasil | Telefone: +55 51 3308.3769
E-mail: ufrgsmun@gmail.com

Os materiais publicados no Guia de Estudos do UFRGSMUN são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte. Os artigos assinalados refletem o ponto de vista de seus autores e não necessariamente a opinião dos editores deste periódico.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58 UFRGS Model United Nations : guia de estudos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. – Vol. 12, n. 1 (2025)-. – Porto Alegre : UFRGS/FCE/PPGEEI, 2025.
v.

Anual.
ISSN: 2318-3195.

1. Relações exteriores : política. 2. Relações internacionais. 3. Diplomacia. 4. Ciência política. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. II. Título.

CDU 327

Elaborada pelo Núcleo de Publicações da Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS
publicafce@ufrgs.br

Design Gráfico por Leonardo Andrighetto Domeraski
Diagramação por Rafaela Geremia

**SOBRE O PERIÓDICO**

O periódico acadêmico do UFRGS Modelo das Nações Unidas é vinculado ao UFRGSMUN, um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que possui como objetivo contribuir para a produção acadêmica nas áreas de Relações Internacionais e Direito Internacional, bem como em áreas afins, através do estudo de temas pertinentes da agenda internacional. O periódico publica artigos originais em Inglês e Português sobre questões relacionadas a paz e a segurança, meio ambiente, economia mundial, direito internacional, integração regional e defesa. O público-alvo da revista são estudantes de graduação e já graduados. Todas as contribuições ao periódico são objetos de revisão científica realizada cuidadosamente por estudantes de pós-graduação. O periódico do UFRGSMUN visa engajar quem o lê no debate dos temas importantes aqui levantados.

**ABOUT THE JOURNAL**

UFRGS Model United Nations Journal is an academic vehicle, linked to UFRGSMUN, an Extension Project of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul. It aims to contribute to the academic production in the fields of International Relations and International Law, as well as related areas, through the study of pressing topics in the international agenda. The journal publishes original articles in English and Portuguese, about issues related to peace and security, environment, world economy, international law, regional integration and defense. The journal's target audience are undergraduate and graduate students. All of the contributions to the journal are subject of careful scientific revision by postgraduate students. The journal seeks to promote and engage in the debate of such important topics.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitora: Profa. Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretora: Profa. Dra. Maria de Lurdes Furno da Silva

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Chefia: Profa. Dra. Daniela Dias Kühn

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Coordenador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

EDITOR-CHEFE
Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

CONSELHO EDITORIAL
Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Guilherme Ziebell de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Henrique Carlos de Oliveira de Castro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Jacqueline Angélica Haffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Paulo Fagundes Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Tatiana Vargas Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO CONSULTIVO
Ana Clara Figueira Guimarães (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Bárbara Campos Diniz (Programa Interinstitucional de Pós-Graduação San Tiago Dantas)
Caio Samuel Milagres Soares (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)
Camila Hirt Munareto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Gabriela Gampe Bonness (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Guilherme Geremias da Conceição (Programa Interinstitucional de Pós-Graduação San Tiago Dantas)
Guilherme Marques Campbell (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Lucca Medeiros da Silva (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)
Marina Felisberti (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Rafael da Silva Firme (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Victor Matheus de Santana Santos (Universidade Federal de Pernambuco)
Vítor Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO EXECUTIVO
Kauane Santos de Oliveira
Leonardo Andrighetto Domeraski
Maíra Emanuelle Jung Moraes
Nina Kraemer Alano
Paola Togni Geremia

**GUIA DE REGRAS**

**ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AG-NU)**

As implicações de sanções e embargos econômicos para o agravamento de crises humanitárias em conflitos armados
*Gabriele Lima de Souza e Martina Trujillo Renck*

Repensando as operações de paz da ONU: Eficiência, legitimidade e os desafios do Século XXI
*Eduardo Hippler Wollmann e Guilherme Skolaude Staubus*

**ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS REGIONAL FORUM (ARF)**

The Kashmir issue as a key factor for stability in South Asia
*Isadora Vedana, Lucas Lixinski Arnhold and Maria Eduarda Lameira*

Transboundary water cooperation in Southeast Asia: Ensuring regional water and food security
*Carolina Klutschnikow Zancanaro, Luiza dos Santos Manfio and Maria Manoela Ribeiro Spolavori*

**COMITÊ TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DEFESA, PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA (DPS-UA)**

Disputas por recursos naturais no continente africano: Desafios, interesses externos e segurança regional
*Mariana Carbonera Trintinaglia, Matheus Severiano Marques Xavier e Monah Spier Barbieri*

O Sudão e o comércio ilegal de armas: Implicações para os conflitos na África Subsaariana
*Giuseppe Camargo Pulice, Isabela Marques Helmann e Julia Bolzan de Lacerda*

**CONSELHO EUROPEU (CE)**

Estratégias para combater a ingerência estrangeira na União Europeia
*Arthur Zanella Capra Vogt e Letícia Soares Rosa*

Riscos e oportunidades da expansão da União Europeia
*Augusto Both, Augusto Camatti e Kauane Santos de Oliveira*

**CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)**

Desafios políticos e securitários no Afeganistão
*Isadora Perciliana dos Santos, Letícia Rodrighero Homem e Rebeca Martins de Lima*

*A região de Nagorno-Karabakh como fator de instabilidade regional no Cáucaso*
*João Gabriel Birck da Silva, Rafael Mirandola Boehl e Stephanie Madeira Gomes*

**IMPRENSA INTERNACIONAL (PRESS)**

Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas
*Allanis Andriotti Fontana Valenti, Luana Montemuro Pazutti e Vitor Redivo Ferreira*

**ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ISLÂMICA (OCI**)

Novos desdobramentos da crise síria e seus impactos para a cooperação islâmica
*Augusto Lorenzo Esposito, Luiza Gabriel de Souza e Sofia Portilio Avila*

Mecanismos para a proteção do patrimônio cultural islâmico
*Bruna Lobo Lessa e Yasmin Matos Siqueira*

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)**

Cooperação regional para a mitigação de eventos climáticos severos nas Américas
Giulia Silva de Moraes, Helena Petry Mizunski Peres e Leonardo Lagemann Pereira da Silva

A democracia na era digital: Desafios e perspectivas nas Américas
Gabriela Modrow Rafael da Silva, Gisele Gregorio e Raquel de David Monchiski


AGNU

Assembleia Geral das Nações Unidas (AG-NU)

# As Implicações de Sanções e Embargos Econômicos para o Agravamento de Crises Humanitárias em Conflitos Armados

*Gabriele Lima de Souza*[1]
*Martina Trujillo Renck*[2]

## RESUMO

O presente guia de estudos tem como objetivo discutir as implicações que sanções e embargos econômicos têm em conflitos humanitários. A partir da sua institucionalização, marcada pela primeira sanção econômica imposta pelas Nações Unidas, o uso de tais medidas aumentou exponencialmente, de forma que os seus efeitos e consequências passaram a ser mais percebidos. No guia, serão abordados o aumento no uso dessas sanções, com a forte crença na formação de uma "Nova Ordem Mundial" mais liberal e democrática. É percebido um aumento das sanções unilaterais, especialmente por parte dos Estados Unidos nos anos de 2001 e 2008, com os atentados do 11 de setembro em Nova York e a forte crise financeira global que afetou principalmente os Estados Unidos e a Europa. São analisados diferentes casos de sanções para avaliar quais seus efeitos no desenvolvimento econômico dos Estados-alvo. Também analisamos como tais medidas coercitivas engendram sérias consequências humanitárias, sobretudo dificultando o fornecimento de auxílio humanitário. Por fim, avaliamos a eficácia dessa medida, expondo pontos positivos e negativos de seu uso.

[1] Gabriele Lima de Souza é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

[2] Martina Trujillo Renck é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

## 1 INTRODUÇÃO

Sanções e embargos econômicos e comerciais são ferramentas de suma importância no Sistema Internacional e possuem grande impacto nos países afetados direta ou indiretamente por elas. Indo de impactos nas cadeias globais de valor, nos processos de desbancarização e nas dinâmicas políticas internacionais, até consequências no desenvolvimento dos países sancionados e no acesso a recursos essenciais para a população civil, em especial em regiões em conflito. O tema é central para a compreensão da conjuntura internacional e do movimento de políticas mais confrontacionais sendo adotadas, ainda que seja evitado ao máximo ações militares diretas propriamente ditas. Entender o que são sanções e embargos é de suma importância para questionar sua utilização e eficácia.

Assim, sanções são penalidades alternativas ao uso de força militar ou para minar um comportamento de um ator considerado indesejado, muitas vezes, são relacionadas a comércio e finanças que podem ser impostas por Estados, organizações internacionais como a própria Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho de Segurança, blocos regionais e até entidades governamentais e órgãos reguladores. Desta maneira, as sanções buscam mudar o comportamento do sancionado (United States International Trade Commission, 2021). Além disso, sanções costumam ser divididas nos seguintes blocos: sanções econômicas, comerciais, financeiras, e para investimento. Ainda, podem assumir diferentes formas e ter diferentes propósitos (AML Watcher, 2024; Silva Ferreira, 2021). Segundo Morgan, Syropoulos e Yotov (2023), essas ferramentas têm sido utilizadas para promover os direitos humanos, a defesa da democracia e combater o terrorismo e a proliferação nuclear, mas também, desestabilizar regimes considerados antidemocráticos e autoritários e acelerar o fim de conflitos militares. Exemplos visíveis disso são como quando os Estados Unidos (EUA) impuseram sanções à Rússia em resposta à anexação da Crimeia ou quando as sanções internacionais levaram o Irã a negociar seu programa nuclear (Martins, 2023).

No contexto militar, o termo sanções se refere a embargos propriamente ditos ou restrições de movimentação. Já no cenário diplomático, inclui a proibição de emissão de vistos, impedimento ou exclusão do sancionado de integrar determinado bloco com outros países, e até sanções de caráter desportivo, como excluir a seleção do Estado-alvo de uma competição internacional (Masters, 2019). Geralmente, os Estados sancionadores procuram restringir o comércio e o acesso de auxílio externo dos sancionados, podendo, também, restringir viagens, congelar ativos e negar o acesso às instituições financeiras a indivíduos ou grupos específicos (Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023).

Já embargos são ferramentas utilizadas pelos Estados e organizações para aplicar as sanções, sendo um tipo mais específico e extremo de sanção econômica. Podem ser unilaterais ou multilaterais e têm o potencial de isolar o país sancionado com bloqueios mais rígidos e até suspensão de relações diplomáticas com a região ou país. Assim, as sanções podem variar seu escopo e gravidade, incluindo os embargos econômicos (LexiNexis, s.d.).

Com isso, será apresentado ao longo das seções o processo histórico de adoção desse mecanismo como uma saída menos hostil, mas também, como, com o passar das décadas e das mudanças estruturais no Sistema Internacional, as sanções foram sendo cada vez mais empregadas como uma arma econômica por países do Ocidente. Com essa instrumentalização das sanções e seus desdobramentos, é válido repensar sua eficácia para o objetivo inicial e como isso foi desvirtuado.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O tópico a seguir é referente à contextualização histórica do uso de sanções econômicas como ferramenta diplomática nas relações internacionais, analisando sua evolução, objetivos e impactos a partir do século XX. Ainda o texto discute como a prática desse mecanismo foi amplamente utilizada para lidar com ameaças à paz, violações de direitos humanos e disputas políticas, sem recorrer ao uso direto da força militar. Aborda, também, como o seu uso se intensificou durante a Guerra Fria, com os Estados Unidos assumindo papel central nessa imposição e abordando os efeitos dessas medidas sobre países periféricos, questionando sua eficácia e consequências humanitárias.

### 2.1 SANÇÕES COMO FERRAMENTA DIPLOMÁTICA

As sanções econômicas são práticas antigas nas relações entre Estados, com registros de sua aplicação já na Grécia Antiga. Elas são utilizadas como uma ferramenta coercitiva de política externa, buscando lidar com problemas como ameaças à paz e segurança internacionais. Entretanto, com o advento das Guerras Mundiais e a grande destruição por elas deixada, surgiu a necessidade de buscar meios alternativos para a solução de conflitos entre Estados que não envolvessem a guerra. Foi o caso das sanções impostas pela Liga das Nações à Itália e ao Japão ao fim da Primeira Guerra Mundial, mas que, entretanto, não foram bem sucedidas. Com o fim da Segunda Guerra, houve um aumento no uso dessa ferramenta especialmente por causa dos EUA, responsável por aproximadamente um terço das sanções unilaterais entre 1950 e 1975 (Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023; Martins, 2023).

Por ter sido um dos países que menos sofreu com as consequências da guerra, os EUA tinham uma maior liberdade econômica e menor dependência em relação aos outros Estados. Assim, eles podiam aplicar sanções restritivas sem sentir as consequências, diferente da maioria dos países no mundo. Ainda assim, desempenharam um papel chave nas diversas sanções impostas pelas Nações Unidas e por coalizões multilaterais *Ad Hoc*[3] e, com isso, foram substancialmente o Estado sancionador mais ativo e um dos principais responsáveis pela expansão do uso de sanções a partir desse período (Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023).

Desta forma, como o maior promotor das sanções econômicas, passou a adotá-las como estratégia para lidar com questões internacionais sem recorrer aos meios militares. Paralelamente, isso conferiu aos EUA cada vez mais poder e vantagem em relação a outros Estados, considerando que essas medidas coercitivas aumentaram a dependência dos sancionados, tornando suas relações cada vez mais assimétricas. O país também é o que mais impõe sanções no mundo todo em termos absolutos, totalizando, entre 1950 e 2022, 584 sanções. Assim, evidencia-se que a expansão e difusão das sanções econômicas no período após as guerras mundiais esteve diretamente atrelada aos EUA (Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023).

3 Coalizões *ad hoc* são alianças temporárias formadas entre países ou outros atores internacionais para lidar com uma situação específica, como um conflito, não tendo uma estrutura permanente e se dissolvendo após atingir seus objetivos.

A partir de 1945, com a criação da ONU, abriu-se a possibilidade da aplicação de sanções econômicas pela própria organização, conforme previsto nos artigos 39 e 41 da sua Carta fundadora. No entanto, a primeira sanção econômica imposta diretamente pela ONU ocorreu apenas em 1966, no caso da Rodésia do Sul — atual Zimbábue (Doxey, 1980). Esse episódio, que será detalhado em uma sessão futura, representou a primeira utilização de medidas coercitivas pela ONU, marcando a institucionalização desse tipo de instrumento pela organização.

## 2.2 A EXPANSÃO DO USO DE SANÇÕES E EMBARGOS NA GUERRA FRIA

No contexto do pós-Segunda Guerra, os EUA desempenharam um papel relevante na reconstrução do Ocidente[4] devastado pela guerra. No entanto seu poder econômico também foi amplamente utilizado para controlar e punir os Estados fora da agenda ocidental que estava sendo construída e difundida naquele momento, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seus respectivos aliados (American Foreign Relations, 2024). Durante as primeiras décadas do pós-guerra, as principais sanções implementadas foram impostas pelos EUA, agindo unilateralmente.

Em 1949, Washington formalizou restrições comerciais para a URSS e seus aliados europeus, sendo inicialmente uma medida temporária, mas com a Guerra da Coreia em 1950, tornou-se permanente. Parte da estratégia era sancionar de forma mais branda os aliados soviéticos no leste europeu para provocar uma cisão no bloco. Contudo, um caso interessante ocorreu na década de 1970, quando a URSS precisou comprar trigo dos EUA e houve uma concessão relativa a isso por ser economicamente vantajoso para Washington. Entretanto, as restrições foram restabelecidas com a ofensiva soviética no Afeganistão em dezembro de 1979, mostrando o caráter político das sanções impostas (American Foreign Relations, 2024).

Neste âmbito, a prática comum de Relações Exteriores dos EUA, no contexto de Guerra Fria, era a de que "as sanções econômicas eram frequentemente o único recurso para os EUA quando o medo de uma guerra nuclear ou outras restrições políticas colocavam limites ao uso da força militar[5]" (American Foreign Relations, 2024, s.p., tradução nossa). Um exemplo disso é a utilização de sanções econômicas contra seus próprios aliados Grã-Bretanha, França e Israel, durante a Crise de Suez de 1956, pois pretendiam invadir o Egito para além da península do Sinai, em resposta à nacionalização egípcia do Canal de Suez.

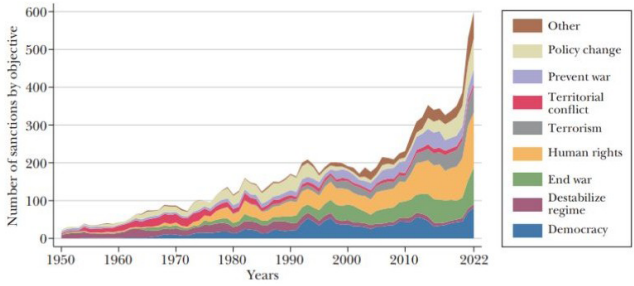
A resposta de Dwight Eisenhower, o presidente norte-americano no período, foi encarada a partir dessa lógica, com o Departamento de Estado[6] declarando como o uso mais eficaz de sanções econômicas e que as sanções impediram uma invasão militar. Com isso, durante a Guerra Fria, evidencia-se em conflitos regionais e tensões políticas decorrentes a noção do uso de sanções e embargos como um mecanismo de coerção, punição e expansão de influência por parte dos EUA e seus aliados (American Foreign Relations, 2024). Assim, abaixo a *Figura 1* mostra a evolução das sanções de acordo com seu objetivo ao longo do tempo, indo de 1950 a 2022, auxiliando na compreensão do movimento de expansão do uso dessa ferramenta no Sistema Internacional.

4 O termo "Ocidente" usado no guia se refere ao Norte Global, tendo uma característica semântica geopolítica diferente do "ocidente", com sentido voltado para a geografia.

5 "Economic sanctions were often the only recourse for the United States when fear of nuclear war or other political constraints put limits on the use of military force"(original).

6 O Departamento de Estado dos Estados Unidos (em inglês, U.S. Department of State) é o órgão responsável pela política externa e pelas relações diplomáticas dos Estados Unidos. Ele equivale, em outros países, ao que chamamos de Ministério das Relações Exteriores.

**Figura 1:** Evolução das Sanções por Objetivo, 1950–2022.




Fonte: Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023.

Por outro lado, é importante compreender as implicações das sanções e embargos econômicos no período sobre países da periferia[7]. A partir de 1966, a própria ONU começou a implementar regimes de sanções em diferentes países como África do Sul, Líbia, Mali, Sudão, Iêmen, República Centro-Africana, Haiti, Libéria e Etiópia. Segundo o AML Watcher (2024), na maioria dos casos, sanções econômicas são usadas a partir do discurso de impedir a proliferação nuclear e proteger os direitos humanos. Porém, tais medidas, como sanções e embargos, são muitas vezes danosas para as economias afetadas e acabam não sanando a questão, sendo Cuba um exemplo evidente desses impactos.

Desde 1962, Cuba vem sofrendo embargos por parte dos EUA, proibindo a maioria das exportações e importações estadunidenses para o país. A razão para tal bloqueio é uma resposta retaliatória ao alinhamento do Estado caribenho à URSS e à nacionalização de empresas cubanas de propriedade de cidadãos norte-americanos. Por ser considerada anacrônica e desnecessária, com o tempo, passou a ser alvo de críticas internacionais, sendo votada pela Assembleia Geral da ONU em 2016, com 191 de nações a favor, uma resolução que pedia pelo fim do embargo comercial dos EUA a Cuba (LexisNexis, s.d.). Em 2023, na septuagésima oitava sessão da Assembleia Geral, vários representantes das delegações presentes se manifestaram em relação à postura norte-americana e as consequências sobre Cuba:

> Seis décadas de embargo custaram trilhões de dólares a Cuba, afirmou o representante de Singapura, que falou em nome da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). [...] É lamentável que 80% da população cubana atual só tenha conhecido Cuba durante o bloqueio. A política é particularmente chocante em um momento em que o mundo já está atrasado em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Nações Unidas, 2023, s.p.).

Segundo as Nações Unidas (2023), com a adição recente de Cuba na lista de patrocinadores do terrorismo do Departamento de Estado dos EUA, a situação se agravou ainda mais, dificultando a aquisição de medicamentos, alimentos e operações bancárias internacionais. Assim, compreender o uso de embargos e sanções durante o século XX e seus objetivos, contribui para o entendimento

7 O termo periferia e países periféricos será utilizado no guia para se referir aos países que não estão no centro do Sistema Internacional, sendo muitos deles países não alinhados com a lógica ocidental, com histórico colonial ou economicamente dependentes de nações mais industrializadas ou avançadas tecnologicamente.

dos seus reflexos na política e economia internacional do século XXI, analisando embargos sobre economias periféricas e suas consequências, por exemplo.

## 2.3 SISTEMA DE SANÇÕES DA ONU

A ONU tem como marco fundador a Carta de São Francisco, conhecida como Carta da ONU e sua fundação está intrinsecamente ligada à busca pela paz, evidenciado no preâmbulo: "Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra" (ONU, 1945, p. 3). Neste mesmo documento, o Artigo 36 estipula também que o Conselho de Segurança "Poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o artigo 33, ou de uma situação de natureza semelhante, recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados" (ONU, 1945, p. 24). Bem como "Determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais", no Artigo 39 (ONU, 1945, p. 26).

No Artigo 41 da organização, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) legitima o poder decisório sobre quais medidas devem ser empregadas para efetivar suas ações, sem o uso de forças armadas, podendo recomendar membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão envolver a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas (ONU, 1945). Já no Artigo 42, considera-se o caso de o CSNU julgar as medidas previstas no Artigo 41 mostrarem-se inadequadas, dá a liberdade de agir da maneira que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, podendo recorrer à utilização de forças aéreas, navais ou terrestres.

O primeiro pedido de sanção no âmbito da ONU ocorreu em 1946, quando a Polônia levou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) uma denúncia sobre o regime de Franco na Espanha. Entretanto, o projeto de resolução foi rejeitado por sete Estados no CSNU e nunca foi executado (Yoshimura, 2021). Dessa forma, a primeira sanção econômica imposta pela ONU ocorreu em 1966, quando foi adotada a solução nº 232 determinando que a situação na Rodésia do Sul, atual Zimbábue, que havia declarado independência de forma unilateral em 1965, representava uma ameaça para a paz e segurança internacional, violando os princípios de autodeterminação defendidos pela organização. Assim como a África do Sul, a Rodésia do Sul era uma colônia britânica, e ambas possuíam um forte histórico de segregação racial que favorecia a minoria branca. Com a mudança da opinião internacional e o avanço dos movimentos de descolonização nas décadas de 1950 e 1960, foram impostas sanções à Rodésia do Sul por parte da ONU. A África do Sul estava ciente de que, caso as sanções contra a Rodésia fossem bem-sucedidas, abrir-se-ia um precedente para que medidas semelhantes fossem aplicadas contra seu próprio regime. Por essa razão, manteve laços econômicos com a Rodésia, atuando como intermediária para que seus produtos fossem comercializados clandestinamente no mercado internacional, com apoio logístico sul-africano (Kakutani, 2017; Mlambo, 2019). As sanções impostas proibiram a exportação de diversos produtos como armas, munições e equipamentos militares, bem como a importação de *commodities* como tabaco, carnes, ferro, cobre, entre outros produtos fundamentais na pauta exportadora do país. Assim, vemos que as sanções econômicas, que buscavam promover o fim do regime de minoria branca, afetaram 59% da economia exportadora do país. Entre-

tanto, contrariando as expectativas, o regime de segregação na Rodésia sobreviveu por mais quinze anos após a imposição das sanções, até que a situação militar tornou-se insustentável. Já no caso da Africa do Sul, o regime de Apartheid foi mantido por oito anos após as sanções, e a mudança ocorreu especialmente pelas pressões econômicas (Kakutani, 2017; Doxey, 1980).

Os anos 60 marcaram, desta forma, a solidificação das sanções econômicas impostas pela ONU, uma vez que foi a primeira ocasião que foram empregados desde a sua fundação. A partir deste momento, as sanções econômicas passaram a ser utilizadas de maneira crescente pelas Nações Unidas, ainda que essas medidas estivessem em seu escopo desde sua fundação. Entretanto, esse mesmo período foi também marcado pela Guerra Fria, na qual o bloco socialista e o bloco capitalista estavam em constante conflito ideológico e político. Isso influenciou fortemente as sanções da ONU, uma vez que o jogo de soma zero entre as potências, que utilizavam o seu poder de veto, provocou uma grande inércia na organização. Além disso, a maioria dessas sanções adotadas nesse período tinha caráter não vinculante, ou seja, sua efetividade dependia da adesão voluntária dos Estados, particularmente daqueles cujas economias estivessem interessadas em apoiar a sanção e seus objetivos. Desta forma, desde o surgimento da ONU até 1990, houve apenas dois casos de sanção: aquele contra a Rodésia do Sul e o contra o apartheid na Àfrica do Sul (Droubi, 2006; Elliot, 2010; Amaral, 2018). No segundo caso, em 1962, A Assembleia Geral da ONU condenou oficialmente o apartheid e recomendou sanções econômicas e diplomáticas contra o país, e em 1963, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, foi pedido solenemente que todos os Estados interrompam o envio de armamentos para o país (AGNU, 1962; CSNU, 1963).

Com o fim da lógica da Guerra Fria e o surgimento de uma Ordem Liberal, pautada na democracia e cooperação, houve o fortalecimento do multilateralismo e do papel de organizações como a ONU. A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1991 foi efetivamente marcada por uma cooperação internacional sem precedentes, por exemplo (Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023). Nesse contexto, houve um aumento nas sanções e mudanças de objetivo, com menos sanções que buscassem mudança de regime e mais que promoviam a democracia (Morgan, Syropoulos, Yotov, 2023; Martins, 2023). Dentre as sanções na ONU alguns dos principais e mais utilizados motivos para a imposição de sanções são: Crimes de Guerra, Apartheid, Genocídio; violações aos Direitos Humanos e à Democracia. A seguir, serão definidos esses conceitos.

### 2.3.1 Crimes de Guerra

A definição de crimes de guerra, de acordo com o Estatuto de Roma, compreende violações graves às Convenções de Genebra de 1949, como homicídio, tortura, tratamentos cruéis ou desumanos, apropriação indevida de bens, uso forçado de prisioneiros, tomada de reféns e negação de garantias legais fundamentais (United Nations, 1998). Os principais casos de sanções com essa justificativa envolvem a Ex-Iugoslávia (1991–1995), pelos crimes cometidos contra Bósnia, Croácia e Kosovo (CSNU, 1991); Ruanda (1994), durante a guerra civil entre tutsis e hutus (CSNU, 1992); e Libéria (1990–2000), pelo apoio a grupos armados responsáveis por crimes de guerra em países vizinhos, como Serra Leoa (CSNU, 1994).

### 2.3.2 Genocídio e Apartheid

A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, ado-

tada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, define o genocídio como a prática de atos cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso (ONU, 1948). Esses atos incluem formas graves de violência física ou psicológica, condições de vida que comprometem a sobrevivência do grupo, imposição de barreiras reprodutivas e a separação forçada de crianças de seu grupo de origem. Dentre os casos mais notórios, estão: Ruanda (1994), pelo genocídio contra a população tutsi e o Sudão (2004), pelo genocídio cometido pelo governo e milícias janjaweed.

No que tange a definição de apartheid, a ONU, a partir da Convenção Internacional sobre a Eliminação e Repressão do Crime de Apartheid, adotada em 1973, define que políticas e práticas de segregação racial, similares às da Africa do Sul, com o propósito de estabelecer a dominação de um grupo racial sobre outro, e aplicadas sistematicamente, são consideradas como crime de apartheid. O caso principal ocorreu na África do Sul, que passou por sanções entre 1962 e 1985, devido ao regime de segregação sociorracial, institucionalizado no país desde 1948 (ONU, 1973).

### 2.3.3 Democracia e Direitos Humanos

A violação de direitos humanos e democracia são um dos principais motivadores de sanções. As Nações Unidas consideram, para a definição dos direitos humanos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da resolução 217 A aprovada em 1948. A declaração inicia reconhecendo que a "dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo" (UNICEF Brasil, 2025). Reconhece também que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos; com direito à vida, à liberdade e à segurança; à liberdade de expessão e à opinião, direito à educação; a viver um padrão de vida adequado para o bem estar; proibição da tortura. Por outro lado, a ONU não tem uma definição específica de democracia, entretanto, a definição de democracia de cada país varia de acordo com a cultura e contexto social, o que pode levar a divergências sobre o que é considerado, de fato, democrático ou não (ONU, 2025).

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Esse tópico foca em abordar o aumento das sanções a partir da década de 1990 e as consequências do seu uso, considerando as mudanças do contexto internacional no pós-Guerra Fria e os desdobramentos após a crise de 2008. Ainda, apresenta os impactos das sanções no desenvolvimento econômico e no acesso ao auxílio humanitário, bem como, questiona a eficácia das sanções e embargos das Nações Unidas e seu papel regulador.

### 3.1 AUMENTO DAS SANÇÕES COERCITIVAS UNILATERAIS

Na década de 1990, o Ocidente via com grande otimismo a "Nova Ordem Mundial" [8] que se instaurava com uma agenda baseada na democracia, liberalismo econômico e cooperação internacional, acreditando que guerras interestatais passariam a ser algo do passado e as organizações internacionais teriam poder administrativo para apaziguar e minar conflitos (Barnett, 1997). Foi neste período que a cooperação e a confiança nas instituições e regimes globais cresceram, com a formação da União Europeia (1992), a incorporação da China no sistema econômico

internacional e a substituição do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1947) pela Organização Mundial do Comércio em 1995, regularizando ainda mais as relações comerciais, mas também dificultando a aplicação de sanções comerciais (Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023). Contudo, ao longo da década, o uso de sanções permaneceu em níveis considerados altos, com os anos de 1990 ficando conhecidos como a "década das sanções". Nesse período houve um aumento, sobretudo, das sanções financeiras, e relativa diminuição das comerciais, ainda que fossem apenas uma prévia do que estava por vir na virada do século (Cortright; Lopez, 2000).

Com os ataques de 11 de setembro de 2001 e a partir da retórica de "Guerra ao Terror"[9] promovida pelo presidente Bush, houve uma escalada militar no Oriente Médio e um aumento de ações unilaterais que negligenciaram o multilateralismo e a cooperação desejados na década anterior. Houve também nesse período um processo de afastamento da democratização como agenda e uma aproximação de ideais nacionalistas e protecionistas, o que se agravou com a Crise Financeira Global de 2008 (Morgan; Syropoulos; Yotov, 2023).

### 3.1.1 Pós-Crise de 2008 e o Aumento das Sanções dos EUA e Aliados

Para compreender o agravamento das sanções e aumento de embargos aplicados por parte dos EUA e seus aliados do G7 é essencial olhar para o reflexo da Crise de 2008 nas economias do Ocidente e as mudanças estruturais nas políticas que viriam a ser adotadas perante o Sistema Internacional. A crise financeira de 2007-2008 que começou nos EUA logo se espalhou para outros países e foi considerada a mais longa e profunda recessão da economia mundial desde a Crise de 1929. Quando a crise chegou na Europa, algumas economias foram mais impactadas que outras, sofrendo com crises de dívida que exigiram a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), da União Europeia e do Banco Central Europeu, o que levou à imposição de rígidas políticas de austeridade e, consequentemente, a políticas econômicas mais conservadoras (Duignan, 2025).

Com isso, houve um processo de perda de influência econômica e política do Ocidente e de fragilização da legitimidade das instituições internacionais e do multilateralismo, o que reforçaria as medidas unilaterais dos EUA e seus aliados, como também, adoção de um política mais confrontacional, aumentando o uso de sanções como "arma econômica" de controle (Fiori, 2024). Isso leva ao maior entendimento da ascensão de governos como o de Donald Trump e do uso do dólar como recurso de poder no contexto de sanções (Silva Ferreira, 2021).

Após os ataques de 2001, o Departamento do Tesouro norte-americano desenvolveu um novo tipo de sanção que não poderia ser apenas revogada e que exerceria pressão por meio do mercado financeiro, pois os próprios bancos temeriam taxações por envolvimento com o Estado-alvo e bloqueariam os ativos. Nessa situação, o sancionado não conseguiria negociar com o emissor, já que foram as próprias instituições bancárias do setor privado que bloquearam os ativos e não o Estado sancionador (Zarate, 2013). Recorrendo cada vez mais às sanções como ferramenta política, no governo Obama, o Departamento do Tesouro norte-ame-

8 O conceito de Nova Ordem Mundial refere-se à reorganização das relações internacionais após o fim da Guerra Fria (1989–1991), marcada pelo colapso da União Soviética e pela consolidação dos Estados Unidos como superpotência hegemônica.

9 A chamada "Guerra ao Terror" foi uma campanha militar dos EUA iniciada após os ataques de 11 de setembro. Partia do princípio da Doutrina Bush, em que o presidente George Bush validava a guerra preventiva e o intervencionismo como maneira para erradicar o terrorismo no mundo e impedir o avanço dos países chamados de "Eixo do Mal" (Irã, Iraque e Coreia do Norte).

ricano investiu mais em recursos no Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), o principal implementador de sanções financeiras do governo. Além disso, o Departamento de Estado estabeleceu o escritório de coordenação de sanções e transformou o Departamento de Comércio em um importante ator na imposição de restrições e embargos. Durante a gestão de Obama, os EUA também expandiram as sanções diplomáticas, agindo com sanções ao Irã em coordenação com a União Europeia (UE) e posteriormente à Rússia em 2014, após a anexação da Crimeia (Fried, 2020).

Ao analisar a Era Trump, o que destoa das demais formas de pressão financeira adotadas no pós-11 de setembro é o uso das "sanções secundárias", uma forma de sanção focada em exercer pressão adicional punindo terceiros que ainda mantêm relações com o sancionado. Com as sanções secundárias, o foco principal são as empresas, mas há impacto direto no país em que estão sediadas (AML Watcher, 2024; Silva Ferreira, 2021). Um exemplo evidente dessa postura sancionadora são os bloqueios comerciais sobre a Huawei, com o intuito de prejudicar a China devido à guerra comercial intensificada entre Washington e Pequim nos últimos anos. Entretanto, a guerra comercial contra a China não a faz um dos Estados mais sancionados pelos EUA e seus aliados, sendo a modalidade de sanções secundárias algo que também é aplicado à Rússia (Silva Ferreira, 2021).

### 3.1.2 Escalada do Ocidente contra a Rússia, o Irã e a Coreia do Norte

Atualmente, a Rússia, o Irã e a Coreia do Norte estão entre os países mais sancionados do mundo por razões distintas. Primeiro, é interessante ressaltar a postura anti-imperialista comum desses países em relação ao Ocidente e como isso é percebido como uma ameaça pelas potências hegemônicas[10]. Segundo, os três países possuem certo grau de poder militar, com a Coreia do Norte fazendo testes militares próximos de territórios marítimos vizinhos como demonstração de força, por exemplo (Padinger, 2022). O Irã, por outro lado, é uma potência influente no Oriente Médio, balanceando o poder da Arábia Saudita e a influência de Israel, principal aliado dos EUA na região (Braun, 2024). Já a Rússia, é uma potência militar extremamente relevante no Sistema Internacional, sendo também membro permanente do Conselho de Segurança e a maior potência nuclear do mundo (CNN Brasil, 2024).

A União Europeia impõe sanções massivas contra a Rússia em decorrência do Crime de Agressão[11] contra a Ucrânia a partir da invasão de fevereiro de 2022, ainda, foram impostas sanções referentes a supostas violações dos direitos humanos e relacionadas com as ameaças híbridas[12]. O Conselho da União Europeia (2025) alega preocupação com uma perseguição de opositores políticos por parte do governo de Vladimir Putin e a repressão ininterrupta dos meios de comunicação críticos ao governo vigente. A partir disso, foram adotados dois regimes de sanções: o regime global de direitos humanos e o de cada país da UE, sendo voltadas para entidades governamentais e pessoas físicas. Além disso, com a anexação da Crimeia (2014) e a invasão da Ucrânia (2022) foram adotados mais de 15 pacotes de sanção

10 O conceito de potência hegemônica utilizado no texto se refere a Estados que exercem predominância política, econômica, militar e cultural sobre outros atores do Sistema internacional, moldando normas e instituições conforme seus interesses.
11 Crime de Agressão, de acordo com o Tribunal Penal Internacional, é o uso ilegal da força armada por um Estado contra outro, violando a Carta da ONU e ameaçando a paz internacional, sendo uma violação do artigo 8º Estatuto de Roma do Direito Internacional Humanitário.
12 Ameaças híbridas são atividades coordenadas e maliciosas que visam enfraquecer Estados ou instituições por meio de uma combinação de métodos, como manipulação da informação, ciberataques, coerção econômica e ameaças militares, geralmente ocorrendo abaixo do limiar de guerra aberta.

e a UE adotou igualmente sanções contra a Bielorrússia, o Irã e a Coreia do Norte em resposta ao seu apoio à Rússia na ação na Ucrânia. As sanções econômicas, intensificadas a partir de 2022, visam os setores financeiro, comercial, energético, dos transportes, da tecnologia e da defesa russos, bem como os serviços prestados à Rússia ou a nacionais russos (Conselho da União Europeia, 2025).

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC), sendo um Estado socialista e com uma política externa extremamente opositora aos EUA, lida com inúmeras sanções e embargos de Washington e da UE. Desde 2006, o Conselho de Segurança e a UE tem imposto progressivamente medidas restritivas contra a Coreia do Norte em resposta à proliferação de armas de destruição em massa, como armas nucleares e mísseis balísticos, minando um regime de não-proliferação e sendo considerada uma ameaça ao Sistema Internacional. Segundo o próprio Conselho da União Europeia (2024), o regime de sanções da UE a Pyongyang é atualmente um dos mais restritivos em vigor, com proibição de viagens, congelamento de ativos, restrições de comércio e de tecnologia e proibição de assistência financeira. Com a postura do Conselho da UE sendo contra o apoio da RPDC à ofensiva de Moscou, foi adotado o 13º pacote de sanções em fevereiro de 2024.

Já o Irã é sancionado pelos EUA desde 1979, ano da Revolução Iraniana que instaurou a república islâmica. O movimento das sanções se deve pela invasão da embaixada norte-americana em Teerã por estudantes iranianos, que fizeram diplomatas de reféns. As sanções consistiam na proibição de importação e congelamento de ativos iranianos. Em 1984, o Irã é colocado como "patricinador do terrorismo" pelos EUA e a partir da década de 1990 as sanções e a sua frequência aumentam significativamente. Entretanto, em 2007, o Conselho de Segurança da ONU adotou por unanimidade uma resolução que reforçava o regime de sanções ao Irã por não suspender o enriquecimento de urânio, sanções essas que foram agravadas em 2008 com uma nova resolução. Com isso, na década de 2010, o Conselho de Segurança, a UE e os EUA seguiram pressionando, por meio de sanções, o Irã a não desenvolver um programa nuclear para fins militares e não investir em mísseis balísticos sob a alegação de ser uma ameaça para a estabilidade da região. Ainda que em dado momento tenha ocorrido um recuo nas sanções, com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA[13]) concluindo que o Irã estava cumprindo os termos do Plano de Ação Conjunto (JCPOA[14]), a partir de 2022 o Irã voltou a ser sancionado (Sen, 2018; Conselho da União Europeia, 2025).

A UE e os EUA voltaram a sancionar o Irã por alegações de violações aos Direitos Humanos, um suposto financiamento dos Houthis no Iêmen e do Hezbollah no Líbano, e o apoio diplomático e militar à Rússia na guerra contra a Ucrânia. Além disso, de acordo com o Conselho da UE (2025), a União Europeia passa a adotar novas sanções a partir de abril de 2024 devido a um ataque do Irã a Israel. Apesar de serem medidas adotadas com a justificativa de repreender um comportamento considerado nocivo, a população iraniana acaba sendo prejudicada. Segundo a Human Rights Watch (2019), sanções econômicas e secundárias prejudicam o acesso à saúde e, principalmente, a medicamentos essenciais para milhões de civis. A organização alega a possibilidade de tal postura de Washington ser intencional, como uma estratégia para que os cidadãos exijam uma mudança do governo e como uma forma indireta de desestabilizá-lo.

13 A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é o órgão de fiscalização nuclear da ONU.

14 O Plano de Ação Conjunto (JCPOA, na sigla em inglês) é o acordo nuclear entre o Irã e o Grupo P5+1 (EUA, Reino Unido, França, China, Rússia e Alemanha), cujo objetivo é garantir que o programa nuclear iraniano seja utilizado apenas para fins pacíficos, restringindo o desenvolvimento nuclear do Irã em troca do levantamento de sanções internacionais.

### 3.2 EFEITOS DAS SANÇÕES E EMBARGOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em 2016, com o aumento expressivo do uso global de sanções como ferramenta política, em especial por Washington, o Secretário do Tesouro dos EUA Jacob J. Lew alertou sobre os riscos do uso indevido de sanções:

> Ele alertou, em particular, contra a trivialização do instrumento das sanções, aplicando-as sem uma estratégia bem pensada. O uso indevido das sanções, alertou Lew, poderia criar a impressão de que os Estados Unidos estavam abusando de sua posição na economia global como fundadores e líderes do sistema financeiro internacional [15] (Fried, 2020, p.2, tradução nossa).

Vale ressaltar que sanções a esses países não produzem efeitos apenas sobre eles, mas acabam gerando consequências na região e também no Sistema Internacional como um todo. Keatinge (2024) afirma que a pressão imposta sobre os bancos ocidentais na implementação de sanções contra Moscou é uma potencial ameaça de cisão no sistema financeiro global, o que poderá prejudicar ainda mais os países em desenvolvimento. Bancos correspondentes do Ocidente passam a analisar as políticas dos países em que operam mais rigidamente, principalmente avaliar países que tenham governos alinhados ou neutros em relação ao Kremlin, a fim de evitar exposição a transações atreladas a sanções. Como Washington responsabiliza legalmente os bancos pelas atividades de seus respectivos clientes, qualquer sinal de conexão com uma base militar-industrial russa poderia levar a penalidades severas, o que seria muito custoso para as instituições, levando a um processo de "desbancarização" preventiva em nações percebidas como arriscadas ainda que não tivessem nenhum sinal claro de violação.

Segundo Moteng et al. (2023), o aumento de sanções também prejudica a qualidade das instituições. Considerando que o estabelecimento de boas instituições facilita a condução das atividades econômicas e, consequentemente, a melhoria da sua complexidade, sanções podem representar barreiras significativas para essa qualidade. Outro aspecto apontado é o reflexo das sanções na restrição de liberdades políticas e, por conseguinte, o enfraquecimento dos aparatos democráticos do Estado-alvo. Além disso, as sanções acarretam em efeitos significativos em economias emergentes, como um declínio substancial do Produto Interno Bruto (PIB) per capita [16], altas taxas de inflação, retirada do investimento estrangeiro direto e um aumento importante na desigualdade (Koehler, 2024). Considerando que o impacto das sanções é desigual quando comparado entre economias emergentes sancionados e as economias desenvolvidas sancionadas, Gordon (2023) afirma que a maioria das sanções aplicadas são utilizadas por nações ricas e poderosas contra nações do chamado Sul Global[17], o que explicaria os fortes impactos socioeconômicos dessa prática. Ainda que possam sofrer sanções por outros meios, as sanções coletivas aplicadas na ONU por meio do Conselho de Segurança acabam não sendo possíveis àqueles que possuem poder de veto, ou seja, os cinco membros permanentes do CSNU e potências mais poderosas do Sistema

15"He warned, in particular, against trivializing the sanctions tool by applying it without a thought-through strategy. Misuse of sanctions, Lew warned, could create the impression that the United States was abusing its position in the global economy as the founder and leader of the international financial system" (original).

16 O Produto Interno Bruto (PIB) per capita representa a receita média de cada cidadão de um país, calculada dividindo o PIB total pela população. É um indicador econômico importante para avaliar o padrão de vida e o nível de desenvolvimento de um país.

Internacional (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China).

Outro aspecto da desigualdade a salientar é que muitas medidas restritivas unilaterais aplicadas pelos EUA são de um alcance tão elevado que é quase como se fossem impostas globalmente, algo que Susan Strange (1994) denominou de poder estrutural na economia mundial. Um exemplo latente disso são os softwares desenvolvidos por empresas estadunidenses que funcionam como padrão internacional comum como a Microsoft. Assim, quando um país menos industrializado e com menos acesso à tecnologia é sancionado pelos EUA, fica privado de grande parte dos meios de comunicação, informação e tecnologia, além da fragilidade do sistema financeiro global ser controlado pelo Ocidente por meio do Sistema SWIFT (Gordon, 2023).

A *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications*, ou SWIFT, é uma organização internacional que possibilita que bancos do mundo todo enviem e recebam informações de transações financeiras. Depois do 11 de setembro, houve uma parceria da SWIFT com o Desapartamento do Tesouro Americano para que aumentasse a fiscalização de operações consideradas suspeitas de financiar o terrorismo, e, com isso, Estados-alvo dessa pressão financeira começaram a buscar alternativas a esse sistema. Dentre essas possibilidades estão a implementação de sistemas financeiros alternativos à SWIFT, os acordos de swap em moedas diferentes do dólar, o uso de moedas digitais, e a cooperação monetária dos BRICS+ (Silva Ferreira, 2021). Os acordos swap são geralmente utilizados como contratos de troca monetária diretamente em suas respectivas moedas nacionais, abandonando o uso do dólar numa tentativa de se desvencilhar da dependência comercial e financeira da moeda norte-americana, principalmente para países como a Rússia e a China. Segundo Chenoy (2020), houve um processo de aumento dos acordos swap entre os dois países nos últimos anos.

### 3.3 IMPACTOS DAS SANÇÕES E EMBARGOS NO ACESSO AO AUXÍLIO HUMANITÁRIO

Como previamente apresentado no presente artigo, as sanções e embargos econômicos tem como intuito coibir Estados e atores do Sistema Internacional a ter ou mudar determinado comportamento. Entretanto, existem muitas controvérsias sobre a real efetividade dessas medidas, em particular quando se examinam os efeitos humanitários provocados por essas sanções. A presente seção buscará explorar como as sanções e embargos podem ter efeitos prejudiciais para o país sancionado, notadamente para a população civil mais vulnerabilizada. Para tanto, alguns casos específicos serão abordados, visando exemplificar esses efeitos.

As primeiras pesquisas sobre os efeitos das sanções concentravam-se exclusivamente nos impactos econômicos, utilizando quase que apenas medidas quantitativas. Entretanto, foi sendo percebido que tais imposições geram efeitos muito mais abrangentes. De acordo com Moteng et al. (2023), sanções internacionais afetam diretamente diversos setores da sociedade. No setor econômico, por exemplo, podem reduzir a complexidade econômica do país sancionado, afetando o PIB, mercados financeiros, investimento estrangeiro direto (IED), economia informal, entre outros. Política e socialmente, podem induzir violações de direitos humanos, degradar índices

17 Termo utilizado por alguns autores para se referir a países agroexportadores, de passado colonial ou economicamente dependentes de países industrializados. O Sul Global é diferente do sul geográfico, considerando que alguns dos países do hemisfério sul não se enquadram nessa categoria, como exemplo a Austrália.

de saúde, bem-estar e segurança alimentar, além de aumentar a desigualdade, especialmente entre as mulheres. Para o presente artigo, adotamos o conceito de Bessler (2004), que define as condições humanitárias como "aquelas condições de vida que se relacionam mais diretamente com a sobrevivência física, a saúde e o bem-estar, e com aspectos críticos do desenvolvimento humano" (Bessler *et al.*, 2004 *apud* Andronik, 2018, p. 6, tradução nossa[18]).

A primeira vez que uma parcela relevante da comunidade internacional passou a atentar-se aos efeitos e consequências humanitárias das sanções foi no caso do Iraque (1990-2003), na Guerra do Golfo. O sofrimento da população causado por essas medidas coercitivas foi amplamente percebido, o que levou as Nações Unidas a intervir, criando, em 1991, a resolução 688, que, apelando pela cooperação internacional, condenava os atos de repressão contra a população civil iraquiana. Esse ato marcou uma virada no discurso internacional, que agora passava a colocar a proteção civil e a defesa dos direitos humanos como prioritária, influenciando as sanções seguintes, como, por exemplo, no surgimento das "smart sanctions" (ONU, 1991; Andronik, 2018).

Sanções econômicas normalmente parecem gerar os efeitos exatamente opostos aos desejados, com erosão democrática, aumento do nível de repressão política e violações de direitos humanos e agravamento de medidas de tortura e prisão política. As razões para isso são diversas. Essas medidas também levam à diminuição de gastos do Estado em produtos e serviços essenciais para a saúde da população. Primeiramente, tais imposições levam ao aumento da pressão nas elites políticas, que passam, em muitos casos, a recorrer à violência como forma de manter-se no poder. Além disso, líderes opressivos tendem a reagir às sanções intensificando a repressão interna, ou confiscando bens privados e violando direitos econômicos, por exemplo, sob a justificativa de garantir a segurança nacional (Gutmann, 2023; Andronik, 2018).

No sentido da redução de gastos, as sanções econômicas implicam em uma queda no PIB da economia-alvo de sanções, o que pode implicar o corte de gastos do governo. Este corte de gastos muitas vezes se dá em setores importantes para preservar o bem-estar e garantir condições básicas da população, notadamente, no sistema de saúde. Além dos cortes de gastos, as sanções econômicas impedem o fluxo e comércio de bens da economia-alvo com outros países. Essas restrições podem barrar o comércio de medicamentos e vacinas, — fundamentais para o tratamento de doenças —, bem como de envios de produtos de auxílio humanitário. Conquanto essas restrições muitas vezes abrem exceções para esse tipo de produto, elas ainda apresentam desafios para o fornecimento de ajuda humanitária, uma vez que ainda são requeridas licenças e permissões, que dificultam seu acesso (Andronik, 2018). De acordo com Gutmann (2023), sanções impostas pelas Nações Unidas levam a um declínio da expectativa de vida em cerca de 1,2 a 1,4 anos, e sanções impostas unilateralmente pelos EUA entre 0,4 e 0,5 anos.

No caso da Síria, Andronik (2018) analisa que a necessidade de licenciamentos — os quais, cumpre destacar, são muito caros, sobressaindo o preço dos produtos em si —, bem como a burocracia necessária para conseguir medicamentos, limitou a capacidade de ação desses organismos. Como resultado, houve uma queda na quantidade de produtos humanitários por parte de organizações de auxílio humanitário, que temiam violar as condições impostas. Ainda neste caso, ocorreu um colapso da indústria farmacêutica na Síria, passando a depender ainda mais de exportações e reforçando a situação. O país, que entre 2006 e 2011, tinha o melhor

18 "those conditions of life that relate most directly to physical survival, health and well-being, and critical aspects of human development"

programa de imunização no Oriente Médio, teve uma grande queda nessa taxa, uma vez que programas de vacinação foram interrompidos. Diante disso, ressurgiram doenças que já haviam sido erradicadas, como a poliomielite, sarampo e rubéola. Esses fatores levaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) a criar a "Lista de Medicamentos Essenciais da Síria 2016", que visava facilitar o acesso a eles.

No caso haitiano, país alvo de sanções econômicas amplas e embargos sobre petróleo e armas entre 1991 e 1994, após o golpe que depôs o presidente Aristide, as repercussões foram similares. Segundo Gibbons e Garfield (1999), os embargos no petróleo aumentaram os preços dos combustíveis e a inflação. Pequenos estabelecimentos faliram e famílias passaram a ter mais dificuldade em atender suas necessidades, gerando uma redução do bem-estar. O custo da energia impulsionou o uso de carvão, houve repercussões severas em outros setores, especialmente os serviços de saúde, pois o transporte de medicamentos e ambulâncias tornou-se extremamente caro. Nas periferias os efeitos eram mais fortes por conta da distância. Medicamentos e vacinas eram isentos de sanções, mas entraves burocráticos, e o custo de seu transporte, levaram farmacêuticas a diminuírem ou cancelarem seus envios por medo de violar as sanções, aumentando escassez e inflação. A mortalidade materna e a alimentação foram também afetadas. O envio de alimentos era limitado, o consumo alimentar, que antes era em média de duas refeições diárias, passou para apenas uma em 70% da população, e em 17%, a refeição ocorria a cada dois dias, com uma qualidade também menor. A desnutrição severa ou moderada estava em 21% entre as crianças atendidas em postos de saúde.

As pesquisas sobre os impactos das sanções no setor educacional são mais escassas, mas, segundo Gutmann (2023), o tempo médio de permanência das crianças na escola caiu 0,1 ano, e as chances de ingressar na universidade reduziram-se em 4,8%. No Haiti, por exemplo, o embargo sobre a gasolina, que aumentou o custo dos combustíveis levou ao fechamento de escolas ou à limitação de seu funcionamento a apenas três dias por semana. Além disso, as sanções cortaram os subsídios externos à educação — considerados desenvolvimentistas e, portanto, não qualificados para isenção humanitária. Com isso, famílias passaram a revezar os turnos escolares entre os filhos, e poucos continuavam frequentando as aulas. Muitas crianças passaram a realizar trabalho doméstico em troca de alimentação, roupas e educação; 75% delas eram meninas. As famílias mais afetadas viviam em áreas periféricas com pouco ou nenhum acesso a serviços básicos. As remessas, fundamentais à subsistência de famílias, foram limitadas pelos EUA, cobrindo apenas um terço das despesas familiares. Com isso, famílias passaram a morar juntas para reduzir gastos, mulheres permaneceram com parceiros abusivos por dependência econômica, e o desemprego crescente impulsionou o trabalho informal (Gibbons; Garfield, 1999).

Em uma perspectiva mais ampla, as sanções também têm impactos substanciais ampliando a desigualdade entre gêneros, confirmando que sanções econômicas afetam mais os grupos vulneráveis (Gutmann, 2023). De acordo com Murdoch-Fyke (2022), sanções econômicas diminuem a taxa de frequência escolar devido à queda na renda familiar, e muitas famílias que não têm condições de pagar pelo ensino de todas as crianças optam por dar educação aos seus filhos homens. No Irã, entre 2007 e 2013, 75% desses alunos eram meninas. No Iraque, a situação é similar, com recursos governamentais, no contexto das sanções, sendo desviados da educação pública. Como consequência, em 2000, 77% das mulheres adultas eram analfabetas. Na saúde, a desigualdade também é visível, uma vez que, além da prioridade muitas vezes ser a saúde de homens, produtos de higiene feminina, como absorventes, costumam ter seu acesso ainda mais dificultado. As sanções também

comprometeram a atuação de organizações de apoio para mulheres em situação vulnerável ou de violência (Gutmann, 2023; Murdoch-Fyke, 2022; Perry, 2022).

Fica claro que as sanções econômicas têm efeitos controversos, podendo causar danos colaterais gravíssimos, prejudicando o desenvolvimento humano do país sancionado, diminuindo liberdades e direitos civis. Assim, elas põem em conflito os artigos 41 — que autoriza o uso de sanções para promover paz e segurança internacionais — e o artigo 55 — que encarrega a ONU de promover progresso social e aumentar o padrão de vida — da ONU (Gutmann, 2023; Gibbons, Garfield, 1999).

Por último, como afirmam Gutmann, Neuenkirch e Neumeier (2023), um fato importante a ser levado em conta é que uma parcela grande das produções acadêmicas sobre o tema analisa as correlações, e não relações causais, entre as sanções e os efeitos humanitários. Assim, os autores reforçam como essas medidas podem, efetivamente, reforçar consequências indesejáveis na população, mas nem sempre são o único fator responsável. Posto que sanções são impostas predominantemente em contextos complexos política e humanitariamente, é complicado diferenciar quais efeitos são causados diretamente pelas sanções de maneira empírica.

## 3.4 EFICÁCIA DAS SANÇÕES E EMBARGOS E O PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS

De acordo com Gutmann (2023), sanções econômicas são uma ferramenta útil para forçar outros governos a mudarem suas políticas, mas o quanto conseguem atingir seus objetivos é controverso. Elas levam a uma queda no PIB, investimento privado, consumo e comércio. Esses custos são um pré-requisito para a eficácia das sanções econômicas, mas não determinantes para seu sucesso. Para Early (2016), o uso de sanções e embargos muitas vezes parece interessante por parecer uma melhor opção à ação militar. Como consequência, as sanções econômicas são utilizadas como resposta em diversas situações. Esse uso, entretanto, tem-se tornado excessivo, e sem a atenção necessária para que os efeitos sejam esses. Estimar os efeitos dessas medidas é difícil, e existem muitas controvérsias sobre a sua eficácia como ferramentas de política externa. Enquanto alguns estudos sugerem que as sanções podem alcançar seus objetivos desejados, outros questionam sua eficácia e apontam para os efeitos colaterais prejudiciais.

Por um lado, as sanções econômicas podem ter, como apresentado previamente, consequências desastrosas — sejam elas humanitárias ou econômicas — para o país sancionado. Embora sejam um instrumento popular de política externa, aparentando ser um meio pacífico de resolver conflitos, elas podem, no longo prazo, produzir efeitos tão graves quanto os da ação militar. Estudos mostram que sanções, sozinhas, atingem seus objetivos em apenas 5% dos casos (Early, 2016), e seus danos colaterais muitas vezes superam os benefícios obtidos. Em certos contextos, são adotadas apenas como forma de demonstrar descontentamento, o que é problemático, pois decisões simbólicas podem gerar sérias consequências. Nesses casos, as sanções raramente levam a resultados positivos, especialmente se mal planejadas. Hufbauer et al. (2009) e Pape (1997) apontam que as sanções são ineficazes em 65% a 95% dos casos. No combate ao terrorismo, Hufbauer e Moll (2016) afirmam que seu impacto é modesto; mesmo as melhores medidas têm efeitos bastante limitados. Como exemplo, apenas 1% dos fluxos financeiros ligados às drogas são afetados por congelamentos de ativos.

Outro empecilho bastante comum para a obtenção de resultados das sanções está no ambiente internacional e na atuação de países terceiros. Alguns, sendo

contrários às sanções, passam a atuar no sentido contrário, comerciando mais com o país sancionado, de maneira a compensar as perdas pretendidas pelas sanções. Além disso, o bloqueio do comércio entre alguns países representa, para outros, uma oportunidade de negociar. Desta maneira, os efeitos das sanções são atenuados, tornando-as ineficazes.

Economicamente, as sanções geram efeitos diversos. Primeiramente, como argumenta Early (2016), elas podem ser uma faca de dois gumes, pois o país que impõe essas medidas também está sujeito a alguns efeitos, podendo ter perdas comerciais significativas, uma vez que ele também é barrado de comercializar com o outro país. Essas medidas podem levar à perda de importantes mercados importadores e exportadores. Um exemplo claro desse efeito foi a imposição de sanções pela União Europeia à Rússia no contexto da guerra com a Ucrânia, em que o corte do fornecimento de gás natural russo teve efeitos severos nas economias europeias. As estimativas indicam também que as sanções impostas pelos EUA ao redor do mundo custam, para o país, entre 15 a 19 bilhões de dólares, e aproximadamente 200 mil empregos. Para além, o jogo de interesses dentro do Estado ou organização sancionadora exercem uma forte influência na formulação e aplicação das sanções. Um exemplo muito claro é o da indústria açucareira estadunidense, que foi amplamente beneficiada pelos embargos e sanções em Cuba, e assim, têm feito *lobby* para manter essas sanções (Early, 2016; Gutmann, 2023).

Em casos de conflito humanitário e defesa da democracia, as sanções se mostraram contraproducentes na maioria dos casos, uma vez que, primeiramente, regimes não democráticos são mais difíceis de se deixarem influenciar, e a imposição dessas medidas pode acabar por induzir endurecimento do regime (Jentleson, 2000; Gutmann, 2023). Ademais, os impactos humanitários negativos, que foram apresentados anteriormente, evidenciam os fortes efeitos que essas medidas têm para a população civil. Diversos autores pontuam que medidas coercitivas impostas por longos períodos costumam ter efeitos cada vez mais degradantes, de maneira que se faz necessária uma revisão periódica delas, a fim de evitar a inércia (Early, 2016).

Por outro lado, existem também evidências de que as sanções econômicas, quando bem articuladas, podem surtir efeitos desejados. Estudos como os de Hufbauer et al. (1990) indicam que cerca de 34% das sanções conseguem atingir um grau de sucesso. Isso é visto especialmente nos casos em que os objetivos são modestos, não buscando mudanças estruturais amplas ou de regime. Um exemplo é a Grécia, que bloqueou ajuda da União Européia à Albânia (1994-1995) para reduzir o tempo de prisão por espionagem em favor da Grécia. Outro foi quando os EUA impuseram sanções brandas à Nicarágua (1977-1979) buscando incentivar um maior controle sobre militares em disputas sobre expropriação (Hufbauer *et al*, 2007). Esses casos normalmente estão associados à implementação de conjuntos de medidas integradas, que implementam diferentes instrumentos em conjunto, aumentando as chances de sucesso e cumprimento de objetivos (Hufbauer, Schott, Elliott 1990). Em contraposição a argumentos anteriores, alguns autores, como Von Soest e Wahman (Gutmann, 2023), afirmam que sanções podem favorecer a democracia ao desestabilizar regimes autocráticos, dando a oportunidade de mudança. Alguns exemplos foram o caso dos EUA contra Trujillo, na República Dominicana (1960-1962) e contra Gaddafi, na Líbia (1978-2004), ambos buscando desestabilizar o regime vigente, por considerá-los abusivos (Hufbauer et al, 2007).

Um apontamento importante é que as sanções mais efetivas são aquelas que não precisam ser aplicadas de fato — isto é, são ameaças que induzem a mudança de comportamento. Para isso, a ameaça deve ter risco real de ser empregada e ser percebida como forte o bastante para causar danos importantes ao sancionado.

Deve também ser utilizada com moderação, preservando a credibilidade se a ação for necessária. Os efeitos são ainda mais fortes se o alvo for dependente economicamente do sancionador, pois ele fica mais vulnerável e os efeitos são mais fortes, aumentando as chances de concessão. Além disso, outro fator importante é a velocidade e intensidade dessas medidas. De acordo com Early (2016), os resultados são melhores quando as medidas são ágeis e profundas, já que quando a mudança é gradual, as chances do Estado envolvido encontrar formas de contornar as medidas aumentam, tornando-as menos efetivas.

Por fim, fica claro que sanções, na maioria dos casos, têm papel secundário no alcance de objetivos. Ainda, é imprescindível destacar que a eficácia de medidas coercitivas uni ou multilaterais depende em grande parte de sua formulação. A delimitação dos objetivos deve ser clara, o planejamento deve ser constante e é de extrema importância que as medidas tomadas sejam periodicamente analisadas, de forma a evitar que a inércia domine a situação, uma vez que, após anos de implementação de uma sanção, as chances de ela atingir seus objetivos são mínimas. Se este for o caso, as sanções econômicas poderão, efetivamente, contribuir para mudanças relevantes no cenário internacional.

### 3.5 REFLEXÕES FINAIS SOBRE SANÇÕES E SEUS IMPACTOS

Desta forma, evidencia-se que as sanções e os embargos econômicos, ainda que sejam apresentados como alternativas menos hostis ao uso da força militar, geram impactos profundos e muitas vezes contraditórios. Historicamente, sua utilização foi ampliada principalmente por potências como os EUA, que as empregaram como ferramentas de coerção política e econômica. Contudo, seus efeitos frequentemente ultrapassam os objetivos declarados oficialmente, agravando crises humanitárias, prejudicando o desenvolvimento econômico de países e restringindo o acesso a recursos essenciais, como medicamentos e alimentos, especialmente considerando os impactos em países da periferia. Ao analisar casos como Cuba, Irã e Síria, observa-se como as sanções prolongadas podem acabar intensificando desigualdades, além de fragilizar instituições democráticas e violar os direitos humanos, o que levanta o debate sobre sua eficácia e legitimidade.

Ainda, embora algumas sanções tenham alcançado resultados mais pontuais, especialmente quando relacionadas a objetivos mais contidos e modestos e bem planejados, a maioria das sanções aplicadas falha em induzir mudanças comportamentais substanciais nos Estados-alvo. Outro ponto a salientar é como o papel das Nações Unidas como reguladora desses mecanismos acaba sendo, muitas vezes, ambíguo, pois aponta uma politização do Conselho de Segurança e a assimetria de poder presente entre seus membros que limita a imparcialidade de ações multilaterais. Assim, é importante repensar a utilização das sanções como mecanismo diplomático e priorizar formas que mitiguem danos colaterais e a promoção de soluções diplomáticas efetivas e inclusivas que estejam devidamente alinhadas aos princípios de desenvolvimento humano sustentável, governança global e soberania nacional.

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

O objetivo dessa seção é apresentar as ações anteriores em relação às sanções e embargos econômicos por parte das Nações Unidas. O foco recai sobre a explicação do Relatório Bossuyt de 1997 e seus desdobramentos, bem como sobre a Cúpula Mundial da ONU e a formulação da Responsabilidade de Proteger (R2P) e

sua resolução correspondente. Além disso, contempla-se a resolução da Assembleia Geral que trata da necessidade de encerrar as sanções e embargos impostos pelos Estados Unidos a Cuba, assim como uma resolução do Conselho de Segurança destinada a estabelecer uma exceção humanitária permanente às medidas de congelamento de ativos impostas no âmbito dos regimes de sanções da ONU.

## 4.1 O RELATÓRIO BOSSUYT SOBRE AS SANÇÕES ECONÔMICAS (1997)

Em 28 de agosto de 1997, a Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou preocupação com os efeitos negativos das sanções econômicas sobre civis. A posição foi motivada por controvérsias internacionais e por alertas de órgãos da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre os impactos humanitários dessas medidas. Desta forma, com base na Carta da ONU, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos e nas Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, a Subcomissão estabeleceu quatro elementos que deveriam ser levados em conta ao se imporem sanções: elas afetam a população inocente e vulnerável de forma desproporcional; tendem a agravar a desigualdade na distribuição de renda; engendram práticas comerciais ilegais e antiéticas; e a sua duração deve ser limitada. Assim, a Subcomissão prosseguiu com o exame das consequências humanitárias dessas medidas e, em 1999, pediu ao Sr. Marc Bossuyt que preparasse um documento de trabalho sobre o tema, que seria apresentado na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, intitulado "As consequências negativas das sanções econômicas para o usufruto dos direitos humanos" (ONU, 2000).

O documento baseou-se em três casos — sanções multilaterais contra o Iraque, plurilaterais no Burundi e unilaterais em Cuba — para avaliar seus impactos humanitários. A partir da análise, o relatório elencou seis critérios para reduzir efeitos adversos: (1) a motivação das sanções deve ser legítima e não favorecer outros países; (2) civis alheios ao conflito não devem ser os mais atingidos; (3) bens essenciais à sobrevivência devem ser preservados; (4) devem ter um prazo limitado razoável, pois sanções prolongadas tendem a causar danos maiores que a causa original; (5) devem ser razoavelmente capazes de atingir os objetivos iniciais que levaram a sua imposição; (6) e as reações da comunidade internacional devem ser consideradas. Fortes protestos, por exemplo, podem indicar efeitos contraproducentes. Esse último ponto é conhecido como teste da cláusula de Martens, que visa proteger civis em situações não previstas por normas específicas (Baumbach, 2014; ONU, 2000). O Relatório Bossuyt conclui que a discussão sobre sanções econômicas e direitos humanos ainda é marginal no cenário internacional. O documento foi essencial para estabelecer critérios claros de avaliação, exigir revisões periódicas, em um intervalo máximo de seis meses e orientar o debate sobre a legalidade dessas medidas frente a violações de direitos humanos (ONU, 2000).

## 4.2 RESOLUÇÃO 60/1 (2005) – CÚPULA MUNDIAL DA ONU E A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER (R2P)

A resolução 60/1, resultante da Cúpula Mundial da ONU de 2005, foi fundamental para padronizar conceitos importantes na comunidade internacional. Um dos principais foi o de que cada Estado é responsável por proteger sua população contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, incluindo

sua prevenção. Também ficou estabelecido que a ONU e a comunidade internacional devem apoiar os Estados nesse dever, inclusive desenvolvendo mecanismos de alerta precoce. A resolução atribui à comunidade internacional a responsabilidade de usar meios pacíficos — como ações humanitárias e diplomáticas — para evitar tais crimes, por meio da ONU (ONU, 2005). A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) passou a acompanhar o cumprimento dessa responsabilidade e apoiar os Estados na criação de capacidades internas de proteção, inclusive em situações de tensão antes de crises e conflitos. A resolução foi decisiva para consolidar compromissos multilaterais e reformar estruturas da ONU. A cúpula criou o Conselho de Direitos Humanos (CDH), substituindo a antiga Comissão[19], com a missão de promover e proteger direitos fundamentais. Pela primeira vez, os países da ONU aceitaram o princípio da Responsabilidade de Proteger: caso um Estado falhe em proteger sua população, a ONU, após aprovação pelo Conselho de Segurança (CSNU), poderá intervir para promover a paz. Com isso, o uso de sanções passou a ser legitimado como instrumento humanitário (Bierrenbach, 2011; ONU, 2005).

Sobre as sanções, o documento destaca que elas são instrumentos importantes para manter a paz e a segurança internacionais, desde que estejam de acordo com a Carta da ONU. Para isso, devem ter objetivos claros, ser bem planejadas e equilibrar eficácia com possíveis efeitos adversos, sempre alinhadas às sanções do CSNU. Também se estabelece que sejam revisadas com base em critérios objetivos e tenham duração limitada. O texto solicita o apoio do CSNU nessa supervisão, incluindo a possibilidade de adicionar pessoas e entidades às listas de sanções — o que facilita sanções direcionadas — e permitir exceções por razões humanitárias. Assim, a Resolução 60/1 reafirma o papel central da ONU na governança global (ONU, 2005; Stojkovski, 2023).

## 4.3 RESOLUÇÃO 2664 DE 2022 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)

O CSNU, em 9 de dezembro de 2022, adotou a resolução S/RES/2664 (2022), salientando que as medidas de sanções não visam ter consequências humanitárias adversas para as populações civis, nem consequências adversas para as atividades humanitárias ou para aqueles que as realizam. Assim, a resolução estabelece uma exceção humanitária permanente às medidas de congelamento de ativos impostas por regimes de sanções da ONU, visando assegurar que assistências humanitárias não sejam impedidas por sanções de ordem financeira e possibilitando que organizações humanitárias consigam fornecer ajuda sem violar as respectivas restrições impostas (ONU, 2022).

A partir disso, a resolução tem a exceção estabelecida aplicada a organizações como a ONU e seus respectivos programas, fundos e agências especializadas, mas também, outras organizações internacionais, organizações humanitárias com *status* de observador na AGNU e ONGs que são financiadas multilateralmente e participam de respostas humanitárias coordenadas pela ONU. Ainda, os Estados-membros têm a responsabilidade de implementar a resolução em seus respectivos sistemas jurídicos e nos acordos multilaterais que fizerem parte, bem como, organis-

19 A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), estabelecida em 1946, foi o principal órgão internacional responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos até 2006, quando foi substituída pelo Conselho por conta de desgastes institucionais e questionamentos a respeito da eficácia. A Assembleia Geral da ONU substituiu a Comissão pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH), com o objetivo de fortalecer o sistema de direitos humanos por meio de um mecanismo mais imparcial e dinâmico, com membros eleitos por voto direto e sessões mais frequentes.

mos regionais. Entretanto, há a isenção humanitária aplicada aos regimes de sanções do ISIL (Da'esh) e da Al-Qaeda (ONU, 2022).

Essa resolução representa um progresso importante na proteção de medidas humanitárias contra os efeitos negativos das sanções internacionais, atendendo a questões sobre esse impacto em áreas de conflitos e crise. Com isso, a resolução busca o equilíbrio entre a eficácia das sanções e a necessidade de garantia de assistência às populações vulnerabilizadas sem impedimentos legais (ONU, 2022).

### 4.4 A RESOLUÇÃO A/RES/79/7 DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (2024)

A Resolução A/RES/79/7 da AGNU foi apresentada em 30 de outubro de 2024 durante a 79ª sessão, tendo sido aprovada com 187 votos a favor, dois contra (Israel e EUA) e uma abstenção (Moldávia). A resolução tem como título "Necessidade de pôr fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba" e reitera a condenação do embargo que Washington tem mantido desde a década de 1960 contra Havana e renovando uma exigência que faz anualmente desde 1992. A ONU argumenta que essa medida norte-americana viola a Carta da ONU e o direito internacional, causando, também, inúmeros impactos humanitários e econômicos ao povo cubano (Mishra, 2024).

Apesar de não ser vinculativo, o resultado chamou a atenção para um certo isolamento dos EUA em relação ao embargo, por ter sido uma das duas nações que votou contra a resolução. O embargo contra Cuba foi imposto pela primeira vez em 1960, depois que o ex-líder Fidel Castro chegou ao poder após a revolução. Essa resolução contribuiu para a reafirmação da igualdade soberana dos Estados, a não intervenção e a não interferência em seus assuntos internos e a liberdade de comércio e navegação internacionais, bem como outros princípios. Além de contribuir para uma nova compreensão das sanções e o reflexo delas no desenvolvimento dos países da periferia global (Mishra, 2024).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República da África do Sul** tem um histórico de sanções impostas por parte da comunidade internacional em razão da manutenção, por décadas, do regime de apartheid — com leis que impunham a segregação racial e a negação de direitos a uma grande parcela da população (EBSCO, 2023). Em 1986, os líderes da Commonwealth aplicaram um programa de sanções econômicas contra o país com a crença de ser um ato corretivo e não punitivo. Em 1994, com o fim do apartheid, a África do Sul voltou a integrar a *Commonwealth* (The Commonwealth, 2017). Atualmente, a África do Sul tem adotado um discurso que preza pela cooperação e multilateralismo, afirmando que sanções fora das prescrições legais da ONU são medidas coercitivas que podem prolongar e intensificar conflitos armados, como o caso da Guerra da Ucrânia (África do Sul, 2022). Em março de 2025, o país mostrou compromisso em fomentar o diálogo com outros países em prol do desenvolvimento sustentável e a redução de disparidades econômicas no seminário do G20 (África do Sul, 2025).

A **República Federal da Alemanha** orienta sua abordagem sobre as sanções e embargos econômicos com base nas diretrizes das organizações e blocos multilaterais dos quais faz parte, especialmente a União Europeia (UE). O país defende principalmente sanções direcionadas, como as impostas pela UE contra a Rússia em

resposta à ocupação da Crimeia, que visam especificamente indivíduos e entidades ligadas ao governo russo. Medidas foram tomadas também em relação à República Democrática do Congo contra autoridades responsáveis pelas violações de direitos humanos. O Estado alemão geralmente aplica sanções — como a redução ou suspensão de ajuda bilateral — contra países acusados de violar princípios democráticos fundamentais, como golpes de Estado e fraudes eleitorais. No entanto, tais medidas podem ser menos consistentes a depender da região do globo e dos interesses estratégicos da Alemanha. O país defende a responsabilidade de proteger no âmbito da ONU, de forma que contribui com financiamento e pessoal em missões de paz (Freedom House, 2014c; United States, 2017).

A **República Argentina** reconhece o dever primário das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança internacional. O país compreende que, com o aumento na implementação de sanções econômicas, surge a necessidade de melhorar a administração e monitoramento das mesmas, garantindo que elas respeitem integralmente o direito internacional, os direitos humanos e os princípios da ONU. Além disso, o país se opõe à aplicação de medidas unilaterais coercitivas e discriminatórias de maneira extraterritorial (Argentina, 2023). Desta maneira, a abordagem argentina sobre as sanções econômicas é limitada, tendo diversas normas que anulam alguns dos efeitos de medidas impostas por terceiros. Um exemplo são os Embargos a Cuba e as leis argentinas que invalidam essas restrições. Ainda assim, a Argentina aderiu às sanções econômicas implementadas pelo Conselho de Segurança da ONU, bem como medidas ligadas à exploração de hidrocarbonetos nas Ilhas Malvinas, enquanto estas não impliquem no uso de força armada (Casa Rosada, 2017; Zunino, 2024; Argentina, 2023).

O **Reino da Arábia Saudita** é um importante ator no Sistema Internacional por ser uma forte liderança regional e potência militar. Em termos gerais, Riade adota uma postura mais complexa em relação a sanções, variando de acordo com o contexto. O Estado saudita direciona grande parte das suas sanções ao combate ao terrorismo, concentrando-as a países que considera como financiadores de tais grupos, como o Irã. Parte dessas medidas é adotada em coordenação com os EUA, conforme destacado no relatório de 2023 do Departamento de Estado de Washington (2023) sobre os esforços sauditas. Por outro lado, Riade, como principal liderança árabe no Golfo, procura atuar para aliviar ou se opor a sanções que lesem economias árabes, como a pressão feita para flexibilização das medidas tomadas contra a Síria em 2025, negociando com Washington para que haja uma diminuição nas restrições (Saba et al., 2025).

A **República Popular do Bangladesh** tem como bases da sua política a defesa do direito de autodeterminação dos povos e da luta justa contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo em países oprimidos. À vista do exposto, considera as sanções unilaterais contra países nessas condições um ato coercitivo (Bangladesh, 2025). O país tem histórico de sancionamento por parte das Nações Unidas, principalmente pelo suposto envolvimento da empresa Al-Haramain com organizações categorizadas como terroristas, como por exemplo a Al-Qaeda, nas décadas de 1990 e 2000 (Conselho de Segurança, s.d.). Já nos últimos anos, Dhaka tem sofrido pressão em suas políticas domésticas por parte do Ocidente, em especial pelos Estados Unidos, com sanções a partir de 2021 sob a alegação de violações dos direitos humanos pelo Batalhão de Ação Rápida de Bangladesh. Além disso, é questionada por parte da comunidade internacional a legitimidade de Sheikh Hasina, que renunciou em agosto de 2024 (Bose, 2024; Brunnstrom; Singh, 2024).

A **República da Bielorrússia (Belarus)** tem sofrido sanções, em especial, da

União Europeia desde a última reeleição do presidente Aleksandr Lukashenko em 2020 sob a alegação de ser um regime antidemocrático que tem violado os direitos humanos. Além disso, tem sofrido sanções por apoiar abertamente a Rússia na guerra da Ucrânia (Conselho Europeu, 2025). O governo bielorrusso (2025) nega as afirmações e repudia o uso ilegal de sanções, a instrumentalização de notícias falsas, embargos aéreos e a suposta guerra comercial instaurada. Ainda, afirma que são políticas de coerção unilateral na forma de sanções econômicas, barreiras comerciais e pressões e que não têm legitimidade, além de violarem os princípios básicos da Carta da ONU. Assim, enfatiza o importante papel das organizações internacionais no combate às sanções e condena a prática de medidas coercitivas unilaterais (República da Bielorrússia, 2025).

A **República Federativa do Brasil** adota uma posição crítica em relação às sanções, por entender que essas medidas tendem, na prática, a agravar a situação de crise e desigualdade econômica global, especialmente nos países em desenvolvimento. Considera que, quanto mais amplas forem, menores são as chances de produzirem o efeito desejado, afetando principalmente as populações mais pobres. Por isso, prefere sanções direcionadas. O país se opõe às sanções unilaterais, defendendo que discussões dessa natureza precisam ser conduzidas no sistema multilateral da ONU. Nesse sentido, manifestou-se, junto aos BRICS, contrariamente aos embargos unilaterais dos EUA contra Cuba, classificando-os como um "anacronismo da Guerra Fria" e da política externa norte-americana, e não como uma política voltada à promoção dos direitos humanos. O mesmo se aplica ao caso da Venezuela, no qual as sanções contribuíram para o agravamento das desigualdades sociais. Essa escalada de linguagem é percebida como hostil e insustentável para a promoção da paz e dos direitos humanos. Ainda que discorde das sanções unilaterais, o Brasil não entende que elas, por si só, contrariem os princípios da ONU, e mantém relações diplomáticas com os principais países que adotam tais medidas (Freedom House, 2014b; Brasil, 2022; Brasil, 2023; Vilela, 2024).

O **Canadá**, com uma reputação global de defensor dos direitos humanos, tende a se posicionar em concordância com o chamado ocidente. É o caso, por exemplo, de sanções contra a Rússia, país contra o qual o Canadá impôs sanções a membros associados do governo no período em que iniciaram os conflitos contra a Ucrânia, em alinhamento com a Europa e os EUA. O país também aderiu a regimes multilaterais de sanções promovidos pela ONU, como o de combate ao financiamento do terrorismo ao Da'esh e Al-Qaeda, bem como presta auxílio humanitário às comunidades afetadas por esses grupos. Atualmente, um dos principais países que passa por sanções canadenses é a Venezuela (Deif, 2018; Deif, 2022; United States, 2016).

A **República Popular da China** adota uma posição complexa em relação a sanções; tendo uma forte oposição a sanções unilaterais impostas por outros países e retratando-as como uma forma de coerção econômica ou de violação de normas internacionais. A experiência chinesa como alvo de sanções norte-americanas durante a Guerra Fria moldou a perspectiva do país em relação ao seu amplo uso (Xiong, 2024). Por outro lado, há uma crescente no número de sanções, bem como de contra sanções impostas por Pequim a entidades e indivíduos dos EUA e da União Europeia, que são seus principais sancionadores. Atualmente, a China conta com estruturas legais mais consolidadas para a emissão de sanções e contra sanções, impondo-as com uma frequência maior do que no passado, ainda que sejam direcionadas mais a indivíduos e empresas do que a Estados. Contudo, como membro permanente do Conselho de Segurança, Pequim se opôs repetidamente às sanções

impostas pela organização contra o Irã, a Coreia do Norte, a Síria e a Rússia (Ghiretti, 2023). Em março de 2025, o governo chinês assinou um decreto sobre a implementação da lei de sanções anti-estrangeiras, com o objetivo de intensificar suas contramedidas em relação ao Ocidente (China, 2025).

A **República Popular Democrática da Coreia (RPDC)** lida com décadas de sanções e bloqueios pesados desde sua fundação como Estado soberano. Entretanto, a União Europeia e os EUA aplicaram sanções a indivíduos e órgãos do país por supostamente promover testes nucleares e de mísseis balísticos fora de seu território, ameaçando a estabilidade da região (União Europeia, 2025). Em resposta, o governo de Pyonyang é expressamente contra as ações ocidentais, utilizando as palavras "grupo fantasma ilegal e criminoso" para se referir a equipe de monitoramento de sanções multilaterais liderada por Washington. A RPDC afirma não dar atenção às sanções, mas ao mesmo tempo, diz que não irá ignorar as ações dos EUA e seus aliados com o intuito de violar a soberania coreana sob o pretexto de implementação dessas sanções, e que haverá reações por parte de Pyongyang para a defesa de seu direito soberano (República Popular Democrática da Coreia, 2025).

A **República da Coreia** tem implementado sanções econômicas, financeiras e comerciais internacionalmente conforme as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como, outros tratados em que é signatária. Além disso, incorpora à sua legislação doméstica certos dispositivos sancionatórios de seus principais aliados, como os EUA e a União Europeia (Joo et. al, 2023). Ainda, Seoul tem participado da Equipe de Monitoramento de Sanções Multilaterais (MSMT) junto a outras nações como os EUA, Reino Unido e França com o intuito de auxiliar a plena implementação das resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a República Popular Democrática da Coreia, publicando relatórios e informações com base em investigações rigorosas sobre violações de sanções por parte do país (República da Coreia, 2025).

A **República de Cuba** tem sofrido com fortes embargos e bloqueios desde sua revolução em 1959. Os EUA, por exemplo, têm adotado fortes restrições a partir de 1962, que vem prejudicando o desenvolvimento econômico de Cuba. Desde 1992, a AGNU pede anualmente para que Washington revogue os embargos contra Havana, mas nunca com sucesso (Mishra, 2024). Cuba afirma que a postura dos EUA é um "ato de guerra econômica em tempos de paz" e, por ignorar a resolução quase unânime da AGNU por mais de 30 anos, corrobora para a continuidade de um cenário de escassez de materiais, pressiona instituições bancárias e prejudica o povo cubano de maneira significativa (UN News, 2022). Entretanto, apesar dos fortes bloqueios, Cuba tem buscado parcerias com Pequim e Moscou para o avanço de diversas áreas no país como ciência e tecnologia, buscando uma política externa em defesa do multilateralismo e de iniciativas globais em prol da paz e do desenvolvimento e mostrando solidariedade a outras nações sancionadas como Irã, Bielorrússia e Venezuela (Robbio, 2025; Cuba, 2021).

A **República Árabe do Egito** apoia a utilização de meios pacíficos para a resolução de disputas, utilizando a diplomacia e o diálogo, e acredita na eficácia dos mecanismos multilaterais internacionais, quando estes utilizam critérios de forma uniforme e consistente. Comprometido com o respeito ao direito internacional, o Egito enfatiza a importância da soberania estatal e da integridade territorial, rejeitando o uso de sanções como instrumento político. O Egito já foi alvo de sanções internacionais, especialmente após a Primavera Árabe, incluindo medidas da União Europeia que congelaram os bens de nove indivíduos acusados de desviar recursos públicos. Buscando auxiliar o país a recuperar ativos estatais desviados, as sanções

foram suspensas em 2021 após serem consideradas cumpridas. Paralelamente, os Estados Unidos cortaram parte de sua assistência financeira ao Egito, alegando graves violações de direitos humanos por parte do governo (Egypt, 2024; European Union, 2021).

A **República Democrática Federal da Etiópia** se posiciona criticamente em relação às sanções, encarando imposição de restrições econômicas e bloqueios como uma forma de controle por parte dos países do Ocidente. Como o embargo de armas imposto em 1998 pelo Conselho de Segurança após uma ofensiva militar contra a Eritreia (Arms Control Association, 2000). De 2020 a 2022, o país lidou com um conflito separatista na região do norte de Tigré entre o Governo Federal e a Frente de Libertação do Povo Tigré (TPLF), que levou à imposição de sanções por parte dos EUA. Washington anunciou restrições de visto para autoridades responsáveis e restrições econômicas e de segurança à assistência humanitária à Etiópia, o que acarretou em uma onda de manifestações contra a interferência dos EUA nos assuntos internos da Etiópia (Saric, 2021).

Os **Estados Unidos da América** são, atualmente, o país que mais impôs e segue impondo sanções e embargos econômicos no mundo, com um total de 584 sanções entre 1950 e 2022 (Morgan, 2023). No final de 2024, durante a AGNU, foi debatido o embargo unilateral do país contra Cuba, no qual foi feita uma votação para que tais medidas fossem retiradas. Todas as delegações votaram a favor dessa retirada afirmando sua ilegalidade, exceto a Moldávia, que se absteve, e Israel e os EUA, que votaram contra. Ainda assim, os EUA mantiveram o embargo, justificando que a medida faz parte dos "esforços globais para fomentar a democracia" e defender os direitos humanos em Cuba. Além disso, o país tem adotado sanções direcionadas contra governos e indivíduos acusados de minar princípios democráticos e violar direitos humanos. Na República Democrática do Congo, impôs restrições a altos funcionários envolvidos na tentativa do presidente de se manter no poder além dos limites constitucionais, caracterizada como uma ameaça ao Estado de Direito. Contra a Venezuela, aplicou medidas a autoridades, incluindo ao presidente Nicolás Maduro, por repressão política e fraude eleitoral, além de restrições à estatal PDVSA para limitar o financiamento do regime. No caso da Rússia, as sanções começaram em 2016, durante o governo Obama, em resposta à interferência nas eleições norte-americanas, e foram drasticamente ampliadas após o conflito na Ucrânia em 2022, visando setores estratégicos e indivíduos próximos ao Kremlin. Tais ações apontam para uma política externa que usa sanções como ferramenta para manter sua agenda de segurança global e defesa da democracia ocidental (Human Rights Watch, 2017a; Human Rights Watch, 2018a; Freedom House, 2017; González, 2024; US Committee For Refugees and Immigrants, 2017).

Para a **República Francesa**, a promoção dos direitos humanos e da democracia é fundamental, e por isso defende que o lugar ideal desses debates é no âmbito da ONU. A França tem um papel bastante ativo nos órgãos e fóruns internacionais e apoia a verificação da eficácia de medidas implementadas por estes organismos, bem como sanções no caso de violação da Carta da ONU, e acredita que a noção de "responsabilidade de proteger" deve ser repensada a partir do fortalecimento do direito internacional por considerar que sua aplicação atual muitas vezes é seletiva e politizada o que pode enfraquecer sua credibilidade. No âmbito da União Europeia, em especial, o país tem implementado sanções em resposta à violações da democracia. Um exemplo foram as sanções do Bloco à Rússia após o início do conflito da Crimeia, mas com os grandes investimentos externos franceses à Rússia, o país inicialmente defendeu sanções limitadas. Por outro lado, embora o país defenda

com frequência a adaptação das sanções da União Europeia contra a Síria, ele também está entre os principais responsáveis por aplicar sanções europeias aos atores que mais contribuem para a instabilidade no país após a queda de Bashar Al-Assad (France, 2025a; France, 2025b; Freedom House, 2014; France, 2013; Ministry for Europe and Foreign Affairs, 2025).

A **República da Guatemala** já foi alvo de sanções internacionais, especialmente em prol da democracia. Recentemente passou por problemas em suas eleições, quando o presidente eleito teve sua posse atrasada por conta de protestos no congresso, que contestaram os resultados da eleição. Sanções foram tomadas pela UE, Canadá e Reino Unido com o objetivo de apoiar o governo eleito de Bernardo Arévalo, atingindo diretamente indivíduos e entidades que tentaram impedir que o presidente assumisse o poder. Assim, o atual governo guatemalteco tem apoiado tais medidas, uma vez que elas reforçam o governo eleito. A ausência de oposição às medidas indica também uma aceitação tácita de sanções direcionadas como ferramenta para restaurar instituições democráticas. (Conselho Da União Europeia, 2024; Government Of Canada, 2024; Government Of The United Kingdom, 2024; UOL, 2024).

A **República do Haiti** atualmente é alvo de sanções por parte da ONU. Renovadas em outubro de 2023, o Conselho de Segurança da ONU aplicou sanções a indivíduos determinados, com a proibição de viagens, congelamento de bens e também embargos sobre a transferência de armamentos e equipamentos de segurança. O país enfrenta uma crise humanitária constante desde a década de 1990, acentuada em 2024, quando diferentes gangues do país se uniram para derrubar o governo do impopular primeiro-ministro, Alix Didier Fils-Aimé. Atualmente o Haiti está sob forte influência do crime organizado, nesse contexto as sanções por parte da ONU visam interromper o fluxo de recursos financeiros, logísticos e militares que alimentam essas organizações, contribuindo assim para o fortalecimento da capacidade estatal de resposta. Um dos principais alvos é Jimmy Chérizier, um dos líderes das gangues armadas, envolvido em diversas violações de direitos humanos (Brasil, 2023; Nichols, Garcia, 2022; UOL, 2024). Assim, o Haiti vê as sanções impostas com grande preocupação, principalmente aquelas que afetam o acesso a bens e recursos essenciais, como medicamentos, e aquelas que restringem a transferência de armas. Ainda que reconheça a necessidade de combater a violência e o crime organizado, Porto Príncipe teme que as sanções possam ter um impacto desproporcional sobre a população civil, agravando a já precária situação humanitária (Brasil, 2023).

O posicionamento da **República do Iêmen** é reflexo de um cenário de instabilidade interna em curso no país desde 2015, responsável por causar danos infraestruturais e uma crise humanitária grave que assola a população. As sanções direcionadas ao Iêmen pela ONU são em sua maioria em função do grupo dos Houthis — grupo armado iemenita da minoria muçulmana xiita que controla a parte norte do território do país (Oliveira, 2022). Com o enfraquecimento do governo iemenita no início do conflito, a ONU criou o Comitê de Sanções da ONU para o Iêmen, impondo restrições como congelamento de bens, proibição de viagens e o embargo de armas direcionado a indivíduos e entidades designados (Global Sanctions, 2021; Nações Unidas, 2025). Contudo, apesar do governo reconhecido apoiar as sanções contra os Houthis, é necessário observar o impacto das sanções no acesso a auxílio humanitário e itens essenciais para a sobrevivência da população civil, fragilizada pela guerra e pela crise humanitária (Guilbert, 2025).

A **República da Índia** adota uma postura de multialinhamento e de autonomia estratégica, prezando pelo multilateralismo e a cooperação com o Sul Global

e rejeitando ou se abstendo de sanções unilaterais impostas por nações ocidentais. Além disso, a Índia apresenta uma forte influência política no Sul Global e um importante legado na Conferência de Bandung, Conferência dos Países Não Alinhados. Contudo, Nova Delhi mostra compromisso com as instituições internacionais, principalmente a ONU, que é percebida como a única fonte legítima de sanções e como um veículo para promover os interesses da Índia (Fomin; Kryuchkova, 2025).

Membro permanente do Conselho de Segurança, o **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** defende os mecanismos multilaterais, como a ONU, para a resolução de problemas internacionais. O país utiliza sanções como ferramenta para cumprir diversos propósitos, como a segurança nacional, internacional, manutenção da paz e prevenção ao terrorismo. O país implementa essas medidas, sob a Lei de Sanções de 2018, de forma multilateral, como no âmbito da ONU, ou de forma unilateral. Os principais temas que levam a Inglaterra a agir desta forma são o combate ao terrorismo, à corrupção, sanções cibernéticas e defesa dos direitos humanos. E as medidas utilizadas incluem embargos de armas, sanções comerciais e outras restrições comerciais. Ainda, o país atualmente mantém sanções contra vinte e nove países, dentre os quais estão Rússia, República Democrática do Congo, Irã e Coreia do Norte. Contudo, o país é consciente dos possíveis reveses que essas medidas podem gerar, e desta maneira, defende o uso de sanções direcionadas (United Kingdom, 2025a; United Kingdom, 2025b; United Kingdom, 2025c).

A **República Islâmica do Irã** sofre com inúmeras sanções dos EUA e da União Europeia, sendo a maioria delas sob alegação de violações aos direitos humanos, financiamento de grupos armados e proliferação nuclear, bem como seu apoio à Rússia na guerra contra a Ucrânia (Estados Unidos, 2025; União Europeia, 2025). Teerã, entretanto, vê grande parte dessas medidas aplicadas ao país e a outras nações como uso indevido de mecanismos de direitos humanos para pressionar países em desenvolvimento, criticando países europeus por tal comportamento (Irã, 2025). Além disso, o Irã se posiciona contra as sanções de Washington, afirmando que são medidas coercitivas que privam a população civil de acessar direitos básicos, considerando-as como "crimes contra a humanidade" (Irã, 2025).

O **Estado de Israel**, em decorrência da ofensiva militar contra a Palestina, em especial na faixa de Gaza, tem recebido como resposta um forte afastamento diplomático de grande parte da comunidade internacional, inclusive por parte da União Europeia e outros países do Ocidente, como o Canadá (Kottasová, 2025). O Reino Unido, por exemplo, irá impor sanções ao governo israelense por diversos crimes como genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e graves violações do direito internacional humanitário. Além de ministros britânicos também considerarem a suspensão de Israel da ONU para se fazer cumprir as obrigações legais internacionais fundamentais (Siddique, 2025; Al Jazeera, 2025). Já os EUA, o maior aliado do país, têm tomado decisões quanto ao Hamas e aos Houthis no Iêmen de forma unilateral, sem informar Israel previamente, o que pode indicar certo distanciamento de Washington em relação a Tel Aviv em alguns aspectos (Kottasová, 2025).

O **Japão** é um Estado-membro do Comitê Diretor da Equipe de Monitoramento de Sanções Multilaterais (MSMT). O objetivo japonês é promover a implementação completa das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas relevantes ao tema e pedir o desmantelamento completo dos programas nucleares e de mísseis balísticos da Coreia do Norte (Japão, 2025). Além disso, o Japão tem se comprometido a responder às ações russas na Ucrânia e cooperar com a comunidade internacional por meio da suspensão de vistos, congelamento de ativos de três bancos russos e impor sanções às exportações para entidades militares russas

(Japão, 2022). O Japão vê no regime de sanções um papel crucial na manutenção da paz e da segurança globais, alinhando-se aos esforços internacionais de sanções, particularmente por meio de sua adesão às resoluções do Conselho de Segurança da ONU e outros acordos internacionais (Sanctions.io, 2025).

A **República da União de Mianmar** se posiciona em relação às sanções ocidentais como algo de impacto limitado para o governo, afirmando afetarem apenas empresas privadas, ainda que admita que a impossibilidade de usar o dólar americano e de transferir dinheiro é um grande desafio para o empresariado de Mianmar. Por outro lado, Mianmar afirma que as restrições impostas por países ocidentais corroboraram para a cooperação econômica com os países vizinhos (Mianmar, 2022). Desde o golpe de Estado de 2021, que resultou na ascensão de um governo militar, o país vive em permanente conflito interno. Nesse cenário, o Reino Unido, o Canadá e a União Europeia têm sancionado o país com medidas como as que restringem o acesso a combustível de aviação e tecnologia aeronáutica para o exército de Mianmar, enquanto Washington têm aplicado e defendido as sanções contra o país desde 2023. Apesar dessas medidas, o conflito e os ataques a civis que se opõem ao governo ainda acontecem, levantando questionamentos sobre a efetividade dos regimes de sanções e seu alcance (Marston, 2025).

A **República Federal da Nigéria** identifica o grupo terrorista Boko Haram como uma das principais ameaças à segurança regional e, o objetivo da maioria de suas sanções é contê-lo, justamente com o Estado Islâmico da África Ocidental (ISWAP) e o Ansarul Muslimina Fi Biladis Sudan (ANSARU). Em 2022, o governo nigeriano promulgou a Lei de Prevenção e Proibição do Terrorismo, estabelecendo o Comitê de Sanções da Nigéria como o órgão nacional responsável pela implementação das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Sanções Financeiras Específicas. Diferente de outros países, a Nigéria sanciona mais pessoas físicas e algumas entidades do que economias inteiras (Nigéria, 2025).

A **República Islâmica do Paquistão** está sendo sancionada, principalmente pelos Estados Unidos, por conta de questões humanitárias e securitárias. Washington prevê sanções a autoridades políticas que estiverem envolvidas em alegadas violações dos direitos humanos, em especial, perseguição a opositores políticos (Momand, 2025). Além disso, em dezembro de 2024, os EUA anunciaram sanções contra empresas e entidades governamentais paquistanesas envolvidas em suposta proliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM) (Kaufmann, 2024). Ademais, são as sanções contra o programa paquistanês de mísseis balísticos de longo alcance, o Complexo Nacional de Desenvolvimento (NDC), que destacam o cenário de tensão no Sul da Ásia e indicam uma ameaça nuclear para países de fora da Ásia como os próprios EUA (Ashtakala, 2025). Islamabad vê essas sanções como práticas discriminatórias que minam a credibilidade dos regimes de não proliferação (Paquistão, 2024).

Com uma forte presença de grupos armados em seu território, a **República Centro-Africana** enfrenta uma crise humanitária de grandes proporções, na qual milhões de pessoas dependem do auxílio humanitário internacional. Com isso, o país vê com preocupação o uso de sanções por conta dos potenciais impactos do acesso de itens essenciais à população civil. Além disso, a capacidade governamental é fragilizada e se reflete no limitado controle da região fora da capital. Assim, o país passou por um embargo de armas imposto pelo CSNU, dada sua preocupação com a frágil segurança do país. A medida decorreu da preocupação, por parte de outros Estados, com as redes de tráfico transnacional, que financiam grupos armados na região. Entretanto, o embargo teve fim em 2024, quando, por unanimidade, o CSNU decidiu retirá-lo. Além disso, os EUA e União Europeia também

aplicaram sanções a líderes de grupos armados e empresas envolvidas (Human Rights Watch, 2016b; Amnesty International, 2018; UNSC, 2017; UNSC, 2015).

A **República Democrática do Congo** enfrenta um complexo conflito no leste de seu território com a presença de grupos armados e milícias, como o grupo M23, rebeldes ao governo, que passa por uma crise humanitária. O CSNU, a União Europeia, os EUA e o Reino Unido impuseram sanções direcionadas contra altos funcionários governamentais e de segurança, líderes de milícias, e indivíduos que apoiam os grupos armados. Estas medidas são uma resposta direta a graves violações de direitos humanos e repressão política que ocorrem no país. O país acusa Ruanda de apoiar tais grupos, onde muitos desses altos funcionários se refugiam e evitam ser presos por suas condenações de crimes de guerra e contra a humanidade. Entretanto, a acusação gera controvérsias com países especialmente da UE, que mantêm relações com Ruanda (Human Rights Watch, 2017b; Human Rights Watch, 2018b; Human Rights Watch, 2016; Human Rights Watch, 2025; Human Rights Watch, 2017c; Rwanda, 2025).

A **República de Ruanda** acompanha com atenção o debate sobre as implicações de sanções e embargos em conflitos armados. O país, acusado de apoiar milícias e grupos armados, como o M23, na República Democrática do Congo, tem sido alvo de sanções direcionadas, impostas por países da União Europeia, EUA, que sancionaram alguns funcionários oficiais do país, visando promover uma mudança de comportamento. O Reino Unido, por sua vez, anunciou a suspensão da ajuda bilateral que fornecia ao país por conta do envolvimento ruandês no conflito. O presidente ruandês afirma que o apoio belga a essas medidas beneficia a Bélgica em detrimento de Ruanda. Entretanto, o país sustenta que essas medidas não são capazes de solucionar o conflito, e que na realidade, elas podem agravar a situação de instabilidade regional (Brasil de Fato, 2025; U.S. Department of the Treasury, 2024; Anadolu Agency, 2024).

A **Federação Russa** lida há décadas com a imposição de sanções, em especial por parte de Washington e da União Europeia. O Conselho Europeu justifica a aplicação de restrições sob a alegação de violações aos Direitos Humanos e, mais recentemente, em razão da guerra na Ucrânia. Desde 2022, a União Europeia implementa um regime de sanções contra o país o que inclui desde proibições de viagem para indivíduos até o congelamento de ativos de pessoas físicas e jurídicas. Nesse contexto, ativos do Banco Central da Rússia foram imobilizados como parte das medidas financeiras destinadas a pressionar Moscou a cessar suas ações militares (União Europeia, 2025). Sergey Lavrov, Ministro das Relações Exteriores da Rússia, afirma que o país ocupa a terceira posição entre os maiores devedores do mundo em termos de contribuições ao orçamento regular e às operações de paz da ONU. Isso se deve, em sua visão, por causa das sanções impostas por Washington que limitam o Kremlin (Rússia, 2025). Assim, a Rússia expressa preocupações quanto a medidas e sanções protecionistas unilaterais, incluindo sanções secundárias, que contrariam os princípios da OMC. Além disso, Moscou vê nos BRICS+ uma saída para a cooperação, multilatera lismo e para a diminuição da dependência do dólar (Rússia, 2025).

A **República da Sérvia** não é alvo de sanções impostas pela ONU. No entanto, desde 2001, os EUA introduziram um regime de sanções na região dos Bálcãs, sob a justificativa de coibir ações de violência extrema no território da Antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia. Tal regime inclui o congelamento de ativos a pessoas físicas acusados de fomentar ou apoiar tais ações (Global Sanctions, 2025). Apesar de ser um país candidato à adesão à União Europeia desde o ano de

2012, não pretende sancionar a Rússia e nem se vincular ao regime de sanções da UE. Essa postura revela a ausência de um alinhamento total da política externa de Belgrado com a UE, em favor da manutenção da parceria geopolítica e econômica com Moscou (Lansky, 2024).

A **República Federal da Somália** há décadas sofre sanções e embargos de armas por parte do CSNU. O país sofre com a instabilidade política desde 1990, e, em decorrência deste cenário, tem sua primeira sanção do CSNU em 1992. Uma das razões para essa cojuntura instável é a presença do grupo armado islâmico Al-Shabaab, que surgiu como uma ala radical da hoje extinta União das Cortes Islâmica da Somália em 2006 (Security Council Report, 2008; BBC News, 2017). De acordo com o Índice Global de Crime Organizado de 2023, a Somália abriga um dos mercados de tráfico de armas mais invasivos da África e diversas organizações criminosas acessam desde armas de pequeno porte até peças de artilharia. Embora o embargo de armas imposto pelo CSNU tenha sido suspenso em 2023, em 2025 o órgão estendeu o regime de sanções ao grupo Al-Shabaab. Além disso, autorizou os Estados-membros a interceptar embarcações que transportem itens proibidos de ou para a Somália, incluindo armas ilegais e carvão (Gentili, 2024; Nações Unidas, 2025).

A **República da Turquia** adota apenas as sanções direcionadas impostas pelos Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas, em geral, não implementa sanções unilaterais. Argumenta também que essas medidas coercitivas, empregadas de forma ampla e unilateral frequentemente exacerbam as crises humanitárias. Um exemplo emblemático da postura turca diante de sanções unilaterais ocorreu quando os Estados Unidos impuseram medidas restritivas em resposta à aquisição dos sistemas de defesa anti mísseis S-400 da Rússia. A medida foi rejeitada pelas autoridades turcas, considerando-a irracional e contraproducente para as relações entre os dois países. Além disso, o país afirma que esse tipo de mecanismo não alterará a posição estratégica e a ambição turca (Anadolu Agency, 2020; AP News, 2022; International trade, 2025).

A **Ucrânia** não adota uma postura crítica em relação a sanções em outros países, inclusive, implementou sua primeira lei de sanções em 2014, incluindo bloqueio de ativos, restrição de operações comerciais, restrição à saída de capitais, entre outras disposições. Com a invasão da Ucrânia pela Federação Russa em 2022, a política de sanções passou por uma rápida evolução, como a proibição de distribuição de mídias no território, recusa de concessão ou cancelamento de autorização de imigração, autorizações de residência permanente ou temporária na Ucrânia, retorno forçado ou deportação forçada para fora da Ucrânia, e a mudança mais significativa foi a introdução de uma sanção excepcional, a recuperação de ativos no orçamento do Estado (nacionalização de ativos), que pode ser aplicada apenas durante o período da lei marcial. Assim, a Ucrânia apoia fortemente as sanções internacionais contra a Rússia e pressiona outros Estados e organizações por medidas ainda mais duras (Ukrainian Sanctions Tracker, 2022).

A **República Bolivariana da Venezuela** tem sido alvo de fortes sanções, intensificadas a partir de 2017. Paralelamente, enfrenta uma crise econômica severa, cuja deterioração tem agravado a situação dos direitos humanos e levado a uma intensa crise migratória. A referida crise venezuelana foi amplamente exacerbada devido às inúmeras sanções impostas em âmbitos multilaterais e unilaterais, sobretudo por parte dos Estados Unidos, pela União Europeia, incluindo embargos a armas, restrições financeiras e sanções direcionadas à estatal petrolífera PDVSA. A justificativa das medidas vem da tentativa de desestabilizar grupos armados e conter

repressões políticas internas, como as FARC[20], além de responder à preocupação estadunidense com a suposta presença iraniana na região, por meio de grupos como o Hezbollah. Contudo, os efeitos das sanções recaem predominantemente sobre a população civil vulnerável, agravando a já grave crise humanitária do país. Em contraponto, o alívio parcial das sanções estadunidenses, durante o governo Biden, foi associado a uma moderada recuperação econômica do país, diminuindo os efeitos mais críticos da crise (ONU News 2023; U.S. Committee For Refugees and Immigrants 2014; United States 2011; Human Rights Watch 2018c; Feierstein 2014).

## QUESTÕES A PONDERAR

1) Como as sanções econômicas podem ser mais eficazes em seus objetivos políticos sem agravar crises humanitárias em conflitos armados?

2) Quais mecanismos de monitoramento e responsabilização podem ser implementados para avaliar e mitigar os impactos negativos das sanções nos direitos humanos?

3) De que maneira as sanções econômicas exacerbam as desigualdades sociais e de gênero, e quais medidas específicas podem ser tomadas para proteger grupos vulneráveis?

4) Considerando a instrumentalização de sistemas financeiros globais como o SWIFT, que alternativas ou regulamentações poderiam reduzir a vulnerabilidade dos países sancionados e de terceiros?

5) Como a proliferação de sanções unilaterais afeta o multilateralismo e a legitimidade das instituições internacionais?

## REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL. The Presidency. **Department of Planning, Monitoring and Evaluation.** Planning, Monitoring and Evaluation hosts G20 seminar on public good for development. Pretoria. mar. 2025. Disponível em: https://www.gov.za/news/media-statements/planning-monitoring-and-evaluation-hosts-g20-seminar-public-good-development. Acesso em: 22 mai. 2025.

ÁFRICA DO SUL. Presidente (Cyril Ramaphosa). **President Cyril Ramaphosa oral reply to questions in the National Assembly**, 17 Mar 2022. Pretoria, 2022. Disponível em: https://www.gov.za/news/media-statements/president-cyril-ramaphosa-oral-reply-questions-national-assembly-17-mar-2022. Acesso em: 22 mai. 2025.

AL SHABAB, o grupo acusado pelo maior ataque da história da Somália, que matou mais de 300 pessoas. **BBC News Brasil,** 16 out. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41633872. Acesso em: 27 mai. 2025.

AMERICAN FOREIGN RELATIONS. **Embargoes and Sanctions: Cold War Sanctions.** 2024. Disponível em: https://www.americanforeignrelations.com/E-N/Embargoes-and-Sanctions-Cold-war-sanctions.html . Acesso em: 2 abr. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Amnesty International Report 2017/18 – Central African Republic. Refworld,** 22 fev. 2018. Disponível em: https://www.refworld.

20 FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) foi um grupo armado que atuou no conflito colombiano por mais de cinco décadas. Seu principal financiamento vinha do narcotráfico e de sequestros. Em 2016, assinaram um acordo de paz com o governo, desmobilizando-se no ano seguinte. Dissidências armadas, porém, ainda operam ilegalmente.

org/reference/annualreport/amnesty/2018/en/120558 . Acesso em: 24 mai. 2025.

ANDRONIK, Byron. An Inhumane Response. The Humanitarian Consequences of Sanctions: A Case Study of Syria. **UCL Global Governance Institute Working Paper Series**, v. 1, p. 31, 2018. Disponível em: https://www.ucl.ac.uk/global-governance/sites/global_governance/files/andronik_ggi_working_paper_final.pdf Acesso em: 17 abr. 2025.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. **Cuestiones generales relativas a las sanciones** – 25 de noviembre. 2023. Disponível em: https://enaun.cancilleria.gob.ar/es/content/cuestiones-generales-relativas-las-sanciones-25-de-noviembre. Acesso em: 31 mai. 2025

ASHTAKALA, Diya. U.S. sanctions on Pakistan's missile program highlight nuclear threats from South Asia. **CSIS,** 29 jan. 2025. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/us-sanctions-pakistans-missile-program-highlight-nuclear-threats--beyond-south-asia. Acesso em: 27 mai. 2025.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU). **Resolução 1761** (1962). Nova Iorque, 1962. Acesso em: 20 Junho. 2025. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/204274?ln=en&v=pdf.

_____. **Resolução 60/1**. Nova Iorque. 2005. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/556636/files/A_RES_60_1-ES.pdf. Acesso em 20 mai. 2025.

BANGLADESH. Ministry of Foreign Affairs. **Foreign Policy of Bangladesh**. Dhaka: MOFA Bangladesh, 1 maio 2025. Disponível em: https://mofa.gov.bd/site/page/0498e3d1-9bb7-45f0-988c-cb360e9949e2/Foreign-Policy-of-Bangladesh. Acesso em: 23 mai. 2025.

BARNETT, Michael N. Bringing in the New World Order: Liberalism, Legitimacy, and the United Nations. **World Politics**, [s.l.], v. 49, n. 4, p. 526–551, 1997. DOI: https://doi.org/10.1017/S0043887100008042. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/bringing-in-th-new-world-order-liberalism-legitimacy-and-the--united-nations/097AD06176EF9633B79A913CACA6980D. Acesso em: 17 abr. 2025.

BAUMBACH, Marcelo. Sanções do Conselho de Segurança. **Direito Internacional e prática brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão**, 2014. Acesso em: 20 mai. 2025. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/167/1/sancoes_do_conselho_de_seguranca:_direito_internacional_e_pratica_brasileira. Acesso em: 17 abr. 2025.

BIERRENBACH, Ana Maria de Souza. **O conceito de responsabilidade de proteger eo Direito Internacional Humanitário**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. https://funag.gov.br/loja/download/884-Conceito_de_responsabilidade_de_proteger_e_o_Direito_Internacional_Humanitario_O.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

BELARUS. Ministry of Foreign Affairs. **Belarus strongly protests against the latest EU restrictive measures**. 2025a. Minsk: MFA of Belarus, abr. 2025. Disponível em: https://mfa.

gov.by/en/press/news_mfa/c56c5277570a777c.html. Acesso em: 22 mai. 2025.

_____. Ministry of Foreign Affairs. **Statement by the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Belarus regarding the latest EU sanctions**. 2025b. Minsk: MFA of Belarus, 2025. Disponível em: https://mfa.gov.by/en/press/statements/b07fc2af17c67492.html. Acesso em: 22 mai. 2025.

BOSE, Sohini. Polls, politics and foreign policy: Bangladesh in perspective. **Observer Research Foundation**, 12 jan. 2024. Disponível em: https://www.orfonline.org/expert-speak/polls-politics-and-foreign-policy-bangladesh-in-perspective/. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRAUN, Julia. Conflito Irã-Israel: as alianças e rivalidades que unem e dividem o Oriente Médio. **BBC News Brasil**, 20 abr. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n1m71yr06o. Acesso em: 21 abr. 2025.

CASA ROSADA. **Inauguración de la Cumbre del Mercosur en Mendoza**. Buenos Aires, 2017. Disponível em: https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/25951-inauguracion-de-la-cumbre-del-mercosur-en-mendoza. Acesso em: 31 mai. 2025

CHEFE humanitário alerta para impacto das sanções na Venezuela. **ONU News**, 31 jan. 2023. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2023/01/1808952. Acesso em: 25 mai. 2025.

CHENOY, Anuradha. Bypassing the Dollar: The Rise of Alternate Currency Systems. **The Wire**, 25 maio 2020. Disponível em: https://thewire.in/trade/dollar-currency-trade. Acesso em: 20 abr. 2025.

CHINA. Ministry of Justice. Guidelines on International Legal Cooperation. **The Official Website of China's Ministry of Justice**, 25 mar. 2025. Disponível em: http://en.moj.gov.cn/2025-03/25/c_1080689.htm. Acesso em: 23 mai. 2025.

COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS ONU (CDHNU). **Examen de los Nuevos Acontecimientos Ocurridos en las Esferas de que se ha Ocupado o Pueda Ocuparse la Subcomission**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/419880/files/E_CN.4_Sub.2_2000_33-ES.pdf. Acesso em 20 mai. 2025.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Sanctions related to the situation in Guatemala**. 2024. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions/guatemala/. Acesso em: 2 ago. 2025.

_____. Sanções da UE contra a Coreia do Norte. **Consilium**, 27 nov. 2024. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions-against-nor-

th-korea/. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. Sanções da UE contra a Rússia: violações dos direitos humanos. **Consilium**, 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions-against-russia/#human-rights. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. Timeline – EU sanctions against Iran. **Consilium**, 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-iran/timeline-eu-sanctions-against-iran/. Acesso em: 21 abr. 2025.

CONSELHO de Segurança da ONU renova sanções ao Haiti e amplia embargo de armas. **UOL**, 18 out. 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/10/18/conselho-de-seguranca-da-onu-renova-sancoes-ao-haiti-e-amplia-embargo-de-armas.htm. Acesso em: 25 mai. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). **Resolução 181** (1963). Nova Iorque, 1963. Acesso em: 20 Junho. 2025. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/112181?ln=en&v=pdf.

_____. **Resolução 713** (1991). Nova Iorque, 1991. Acesso em: 15 Abril. 2025. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/126827?ln=en&v=pdf.

_____. **Resolução 788** (1992). Nova Iorque, 1992. Acesso em: 15 Abril. 2025. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/153983?ln=en&v=pdf.

_____. **Resolução 918** (1994). Nova Iorque, 1994. Acesso em: 15 Abril. 2025. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/197563?ln=en&v=pdf.
CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A. **The Sanctions Decade: Assessing UN Strategies in the 1990s.** Boulder, CO: Lynne Rienner, 2000.

CUBA. Presidência da República. **Intervención en el Debate General del 76º Período Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas.** Havana: Presidência de Cuba, 23 set. 2021. Disponível em: https://www.presidencia.gob.cu/es/presidencia/intervenciones/intervencion-en-el-debate-general-del-76-periodo-ordinario-de-sesiones-de-la-asamblea-general-de-las-naciones-unidas/. Acesso em: 25 mai. 2025.

DEIF, Farida. Canada should put its money where its mouth is. **Human Rights Watch**, 30 nov. 2022. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2022/11/30/canada-should-put-its-money-where-its-mouth. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. Mr. Trudeau: strong words and money will not save Rohingya. It's time for Canada to act. **Human Rights Watch**, 19 jan. 2018. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2018/01/19/mr-trudeau-strong-words-and-money-will-not-save-rohingya-its-time-canada-acthttps://www.hrw.org/news/2018/01/19/mr-trudeau-strong-words-and-money-will-not-save-rohingya-its-time-canada-act. Acesso em: 25 mai. 2025.

DOXEY, Margaret P. **Economic sanctions and international enforcement.** Springer, 1980. Disponível em: em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=R-9SuCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR7&dq=economic+sanctions+&ots=J9o0E4J-

f6b&sig=eKAzU44zX8iBFVIAtUbJM9mroRA&redir_esc=y#v=onepage&q=economic%20sanctions&f=false. Acesso em: 17 abr. 2025

DROUBI, Sufyan. Notas Sobre as Resoluções Obrigatórias do Conselho de Segurança da ONU e sua Introdução no Direito Brasileiro (Notes on the Mandatory Resolutions of the UN Security Council and on their Introduction into Brazilian Law). Droubi, Sufyan.'Notas sobre as resoluções obrigatórias do Conselho de Segurança da ONU e sua introdução no direito brasileiro'. **Revista IMES Direito**, v. 12, n. 2006, p. 225-270, 2006. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/download/815/681 Acesso em: 13 abr. 2025

DUIGNAN, Brian. Great Recession. **Encyclopedia Britannica**, 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/money/Emergency-Economic-Stabilization-Act-of-2008. Acesso em: 19 abr. 2025.

EARLY, Bryan. Statecraft and the limitations of economic sanctions. **E-International Relations**, 21 ago. 2016. Disponível em: https://www.e-ir.info/2016/08/21/statecraft-and-the-limitations-of-economic-sanctions/. Acesso em: 19 abr. 2025.

ENTENDA o conflito no Congo: após anúncio de sanções de EUA e Europa, Ruanda diz não temer isolamento. **Brasil de Fato**, 26 fev. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/02/26/entenda-o-conflito-no-congo-apos-anuncio-de-sancoes-de-eua-e-europa-ruanda-diz-nao-temer-isolamento/. Acesso em: 28 mai. 2025.

EUROPEAN UNION. Council of the European Union. 2025a. Sanctions against North Korea. Brussels: **Council of the EU**, 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-north-korea/. Acesso em: 23 mai. 2025.

_____. **Council of the European Union**. 2025b. Sanctions against Russia. Brussels: Council of the EU, 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/. Acesso em: 27 mai. 2025.

_____. **Council of the European Union**. 2025c. Timeline of EU sanctions against Iran. Brussels: Council of the EU, 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-iran/timeline-eu-sanctions-against-iran/. Acesso em: 30 mai. 2025.

FEIERSTEIN, Daniel P. US policy on Venezuela: Economic sanctions. **The Hill**, 19 abr. 2024. Disponível em: https://thehill.com/opinion/international/5102476-us-policy-venezuela-economic-sanctions/. Acesso em: 25 mai. 2025.

FIORI, José Luís. Multilateralismo mutilado. **A Terra é Redonda**, 2024. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/multilateralismo-mutilado/. Acesso em: 21 abr. 2025.

FOMIN, M. Yu.; KRYUCHKOVA, A. A. A abordagem da Índia às sanções: origens, estado atual e importância para o Sul global. **Rússia em Assuntos Globais**, v. 23, n. 2, p. 165-179, 2025. DOI: 10.31278/1810-6374-2025-23-2-165-179. Disponível em: https://eng.globalaffairs.ru/articles/india-sanctions-fomin-kryuchkova/#. Acesso em: 25 mai. 2025.

FRANCE. Ministry for Europe and Foreign Affairs. **France Diplomacy**, 2025. 2025a. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/en/ . Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. Ministry for Europe and Foreign Affairs. **Livre blanc sur la défense et la sécurité nationale 2013**. Paris, 2013. Disponível em: https://ccdcoe.org/uploads/2018/10/Livre-blanc-sur-la-Defense-et-la-Securite-nationale-2013-2.pdf. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. Ministry for Europe and Foreign Affairs. **Syria – Decision to lift European economic sanctions (20.05.25)**. 2025b. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/syria/news/2025/article/syria-decision-to-lift-european--economic-sanctions-20-05-25. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. Ministry for Europe and Foreign Affairs. **Sanctions against Russia and Belarus**. 2025c. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/ukraine/situation-in-ukraine-what-is/sanctions-against-russia-and-belarus/. Acesso em: 24 mai. 2025.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2014** – France. Refworld, 2014a. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/themreport/freehou/2014/en/102818. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **Freedom in the World 2014** – Brazil. Refworld, 2014b. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/themreport/freehou/2014/en/102816 . Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **Freedom in the World 2014** – Germany. Refworld, 2014c. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/themreport/freehou/2014/en/102819. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. **Freedom in the World 2017** – United States. Refworld, 2017. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/freehou/2017/en/119768. Acesso em: 24 mai. 2025.

FRIED, Daniel. US sanctions policy: lessons learned and recommendations for the new administration. Washington, D.C.: **Atlantic Council,** 2020. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/us-sanctions--policy-lessons-learned-and-recommendations-for-the-new-administration/. Acesso em: 21 abr. 2025.

GENTILI, Chiara. Countering the arms race in Somalia. **Global Initiative Against Transnational Organized Crime**, 23 maio 2024. Disponível em: https://globalinitiative.net/analysis/arms-trafficking-somalia-ocindex/. Acesso em: 27 mai. 2025.

GHIRETTI, Francesca. How China imposes sanctions. **MERICS (Mercator Institute for China Studies),** 06 jun. 2023. Disponível em: https://merics.org/en/report/how-china-imposes-sanctions. Acesso em: 23 mai. 2025.

GIBBONS, Elizabeth; GARFIELD, Richard. The impact of economic sanctions on health and human rights in Haiti, 1991-1994. **American Journal of Public Heal-**

**th**, v. 89, n. 10, p. 1499-1504, 1999. Disponível em: https://ajph.aphapublications.org/doi/epdf/10.2105/AJPH.89.10.1499. Acesso em: 19 abr. 2025.

GLOBAL SANCTIONS. **Yemen Sanctions Overview**. [S.l.], 2021. Disponível em: https://globalsanctions.com/region/yemen/#:~:text=At%20a%20glance,and%20US%20implement%20UN%20sanctions. Acesso em: 25 mai. 2025.

GONZÁLEZ, Paula Lugones. Por qué la Argentina siempre vota en contra del embargo a Cuba en la ONU. **La Nación**, Buenos Aires, 31 out. 2024. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/politica/por-que-la-argentina-siempre-vota-en-contra-del-embargo-a-cuba-en-la-onu-nid31102024/. Acesso em: 24 mai. 2025.

GORDON, Joy. The brutal impact of sanctions on the Global South. **Yale Journal of International Law**, 28 jun. 2023. Disponível em: https://yjil.yale.edu/posts/2023-06-28-the-brutal-impact-of-sanctions-on-the-global-south. Acesso em: 21 abr. 2025.

GOVERNMENT OF CANADA. **Canadian sanctions related to Guatemala**. 2024. Disponível em: https://www.international.gc.ca/world-monde/international_relations-relations_internationales/sanctions/guatemala.aspx. Acesso em: 2 ago. 2025.

GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM. **UK sanctions relating to Guatemala**. 2024. Disponível em: https://www.gov.uk/government/collections/uk-sanctions-on-guatemala. Acesso em: 2 ago. 2025.

GUILBERT, Kieran. ONU suspende ajuda humanitária no reduto Houthi do Iêmen após detenções de funcionários. **Euronews**, 11 fev. 2025. Disponível em: https://pt.euronews.com/2025/02/11/onu-suspende-ajuda-humanitaria-no-reduto-houthi-do-iemen-apos-detencoes-de-funcionarios. Acesso em: 25 mai. 2025.

GUTMANN, Jerg; NEUENKIRCH, Matthias; NEUMEIER, Florian. The impact of economic sanctions on target countries: A review of the empirical evidence. *In:* **ECONPOL FORUM**, 2023, Munich. EconPol Forum: Economic Dialogue and Policy Brief. Munich: CESifo GmbH, 2023. p. 5–9. Disponível em: https://www.cesifo.org/DocDL/forum-2023-3-guttmann-neuenkirch-neumeier-sanctions-may.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

HOW do economic sanctions shape global politics? **AML Watcher Blog**, 2024. Disponível em: https://amlwatcher.com/blog/how-do-economic-sanctions-shape-global-politics/. Acesso em: 18 abr. 2025.

HUFBAUER, Gary Clyde; MOLL, Thomas. **Using sanctions to fight terrorism.** In: SANDLER, Todd; ARCE, Daniel G. (org.). Terrornomics. London: Routledge, 2016. p. 179-194.

HUFBAUER, Gary Clyde; SCHOTT, Jeffrey J.; ELLIOTT, Kimberly Ann. **Economic sanctions reconsidered: History and current policy**. Peterson Institute, 1990. Acesso em 14 abr. 2025.

_____. **Economic Sanctions Reconsidered**. 3. ed. Peterson Institute for Interna-

tional Economics, 2007.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2016 – Democratic Republic of the Congo**. 2016a. Refworld, 27 jan. 2016. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/hrw/2016/en/108906. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **World Report 2016 – Central African Republic**. 2016b. Refworld, 27 jan. 2016. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/hrw/2016/en/108911. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **World Report 2017 – United States**. 2017a. Refworld, 12 jan. 2017. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/hrw/2017/en/115024. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **World Report 2017 – Democratic Republic of the Congo.** 2017b. Refworld, 12 jan. 2017. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/hrw/2017/en/115083. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **DR Congo: EU, US sanction top officials**. 2017c. Human Rights Watch, 1 jun. 2017. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2017/06/01/dr-congo-eu-us-sanction-top-officials. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **World Report 2018 – United States.** 2018a. Refworld, 18 jan. 2018. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/hrw/2018/en/120171. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **World Report 2018 – Democratic Republic of the Congo**. 2018b. Refworld, 18 jan. 2018. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/hrw/2018/en/120230. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **World Report 2018 – Venezuela**. 2018c. Refworld, 18 jan. 2018. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/hrw/2018/en/120169. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. **"Maximum Pressure": US Economic Sanctions Harm Iranians' Right to Health.** 2019. 29 out. 2019. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2019/10/29/maximum-pressure/us-economic-sanctions-harm-iranians-right-health. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. **Overdue accountability in the Democratic Republic of Congo**. 2025. Human Rights Watch, 24 fev. 2025. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2025/02/24/overdue-accountability-democratic-republic-congo. Acesso em: 24 mai. 2025.

IRAN. Government of the Islamic Republic of Iran. **Foreign Ministry spokesperson criticizes U.S. sanctions ahead of new round of indirect talks**. Tehran: Government Portal, 2025. Disponível em: https://irangov.ir/detail/463814. Acesso em: 25 mai. 2025.

INTERNATIONAL trade 2025: Turkey. **Chambers and Partners**, 2025. Disponível em: https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/international-trade-2025/turkey. Acesso em: 31 mai. 2025.

_____. Government of the Islamic Republic of Iran. **Tehran urges Europe not to follow the U.S. in imposing illegal sanctions on Iranian people**. Tehran: Government Portal, 2025. Disponível em: https://irangov.ir/detail/460823. Acesso em: 25 mai. 2025.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. **Multilateral Sanctions Monitoring Team (MSMT) Steering Committee Inaugural Meeting.** 21 fev. 2025. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/pressite_000001_01015.html. Acesso em: 27 mai. 2025.

_____. Ministry of Foreign Affairs. **Sanction measures following the launch of military actions by Russia in Ukraine (Statement by Foreign Minister HAYASHI Yoshimasa).** 25 fev. 2022. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/press6e_000371.html. Acesso em: 27 mai. 2025.

**JAPAN's sanctions regime: everything you need to know**. Sanctions.io, 8 abr. 2025. Disponível em: https://www.sanctions.io/blog/japans-sanctions-regime. Acesso em: 27 mai. 2025.

JENTLESON, Bruce W. Economic sanctions and post-Cold War conflicts: Challenges for theory and policy. **CONFLICT RESOLUTION**, 2000. Disponível em: https://nap.nationalacademies.org/read/9897/chapter/5 Acesso em 14 abr. 2025.

JOO, Seongjun et al. North Korea Sanctions Compliance Guide: 2023 Update. Seoul: **BAE, KIM & LEE LLC**, 2023. Disponível em: https://www.bkl.co.kr/reference/itemUrl.do?itemNo=13072. Acesso em: 23 mai. 2025.

JUNQUEIRA, Caio. Brasil descarta aderir a sanções contra Rússia, avalia Planalto. **CNN Brasil,** 28 fev. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-descarta-aderir-a-sancoes-contra-russia-avalia-planalto/. Acesso em: 24 mai. 2025.

KAKUTANI, Yuichiro. MNC Decision Making Under Sanctions: South Africa and Rhodesia. **Cornell International Affairs Review**. Nova Iorque. V. 11, n. 1. p. 102-110. set./nov. 2017. https://doi.org/10.37513/ciar.v11i1.500. Acesso em: 20 Junho. 2025. Disponível em: https://ecommons.cornell.edu/items/4c2ea0c6-7e-5f-40fd-899e-cc6c803ce84a. Acesso em: 24 mai. 2025.

KAUFMANN, Adam. Anti-WMD proliferation sanctions in Pakistan. **Lewis Baach Kaufmann Middlemiss Pllc**, 18 dez. 2024. Disponível em: https://www.lbkmlaw.com/news-events-anti-wmd-proliferation-sanctions-pakistan.html. Acesso em: 27 mai. 2025.

KEATINGE, Tom. Sanctions and the Next Financial Crisis. **Royal United Services Institute (RUSI),** 15 jul. 2024. Disponível em: https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/sanctions-and-next-financial-crisis. Acesso em: 21 abr. 2025.

KOEHLER, A. F. Diplomacia desumana: uma revisão sistemática sobre os efeitos das sanções internacionais sobre a pobreza. **Comércio Internacional, Política e Desenvolvimento,** v. 8, n. 3, p. 118–143, 2024. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/itpd-02-2024-0008/full/html#sec001. Acesso em: 21 abr. 2025.

KOTTASOVÁ, Ivana. Guerra em Gaza: aliados pressionam Israel por mudança de postura. **CNN Brasil**. 24 mai. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guerra-em-gaza-aliados-pressionam-israel-por-mudanca-de-postura/. Acesso em: 27 mai. 2025.

KREMLIN diz que ameaça do Ocidente força mudança na doutrina nuclear. **CNN Brasil,** 04 set. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/kremlin-diz-que-ameaca-do-ocidente-forca-mudanca-na-doutrina-nuclear/. Acesso em: 21 abr. 2025.

LANSKY, Gabriel. Serbia is not obliged to impose sanctions on the Russian Federation. **Lansky, Ganzger, Goeth + Partner**, 17 mar. 2024. Disponível em: https://www.lansky.at/en/newsroom/news/general-news/serbia-is-not-obliged-to-impose-sanctions-on-the-russian-federation/. Acesso em: 27 mai. 2025.

LEXISNEXIS. **Understanding trade embargos: why nations impose them.** Disponível em: https://www.lexisnexis.com/en-gb/glossary/trade-embargo. Acesso em: 18 abr. 2025.

MAIS de 800 advogados e juízes pedem sanções do Reino Unido a Israel pela guerra de Gaza. Doha: **Al Jazeera Media Network**, 27 mai. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/5/27/more-than-800-lawyers-judges-call-for-uk-sanctions-on-israel-over-gaza-war. Acesso em: 27 mai. 2025.

MARSTON, Hunter. Sanctions are just one part of the puzzle to stopping Myanmar's military. **East Asia Forum**, 9 jan. 2025. Disponível em: https://eastasiaforum.org/2025/01/09/sanctions-are-just-one-part-of-the-puzzle-to-stopping-myanmars-military/. Acesso em: 27 mai. 2025.

MARTINS, Davi Moreira. **Sanções econômicas internacionais: uma revisão de literatura sobre impactos, eficácia e consequências humanitárias.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38705. Acesso em: 15 abr. 2025

MASTERS, Jonathan. What Are Economic Sanctions?. **Council on Foreign Relations**, 2019. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/what-are-e-conomic-sanctions. Acesso em: 21. abr. 2025.

MISHRA, Vibhu. UN report warns of growing humanitarian crisis in conflict zones. **UN News**, New York, 30 oct. 2024. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2024/10/1156316. Acesso em: 30 mai. 2025.

MISHRA, Vibhu. Assembleia Geral pede fim do embargo dos EUA contra Cuba

pelo 32º ano consecutivo. **ONU News**, [s.l.], 2 nov. 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/11/1821356. Acesso em: 1 jun. 2025.

MLAMBO, Alois S. 'Honoured more in the breach than in the observance': Economic sanctions on Rhodesia and international response, 1965 to 1979. **South African Historical Journal**. v. 71, n. 3, p. 371-393, 2019. DOI: 10.1080/02582473.2019.1598478. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332307770_'Honoured_More_in_the_Breach_than_in_the_Observance'_Economic_Sanctions_on_Rhodesia_and_International_Response_1965_to_1979. Acesso em: 20 jun. 2025.

MOMAND, Abdullah. Pakistan Foreign Office downplays US bill seeking sanctions on Pakistani officials. **Asia News Network**, 28 mar. 2025. Disponível em: https://asianews.network/pakistan-foreign-office-downplays-us-bill-seeking-sanctions-on-pakistani-officials/. Acesso em: 27 mai. 2025.

MOTENG, Ghislain et al. International sanctions and economic complexity in developing countries. **Revue d'économie politique**, v. 133, n. 3, p. 409-452, 2023. DOI: 10.3917/redp.333.0409. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-d-economie-politique-2023-3-page-409?lang=en Acesso em: 18 abr. 2025.

MORGAN, T. Clifton; SYROPOULOS, Constantinos; YOTOV, Yoto V. Economic sanctions: evolution, consequences, and challenges. **Journal of Economic Perspectives,** v. 37, n. 1, p. 3–30, Winter 2023. DOI: https://doi.org/10.1257/jep.37.1.3. Disponível em: https://pubs.aeaweb.org/doi/10.1257/jep.37.1.3. Acesso em: 19 abr. 2025.

MURDOCH-FYKE, Airianna. Gender and Economic Sanctions: An Analysis of the Gendered Consequences of Economic Sanctions and Gender Empowerment Programs. **Revue québécoise de droit international,** v. 35, n. 1, p. 199-232, 2022. Disponível em: https://www.erudit.org/en/journals/rqdi/2022-v35-n1-rqdi09196/1110207ar.pdf?utm. Acesso em: 19 abr. 2025.

MYANMAR. Ministry of Information. **Western sanctions against Myanmar's economy affect only private businesses, not the government: Union Minister U Aung Naing Oo. Naipidau**: April 26, 2022. Disponível em: https://myanmar.gov.mm/news-media/news/latest-news/-/asset_publisher/idasset354/content/western--sanctions-against-myanmar-s-economy-affect-only-private-businesses-not-the-government-union-minister-u-aung-naing--1. Acesso em: 27 mai. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Democracia**. 2025a. Disponível em: https://www.un.org/en/global-issues/democracy. Acesso em: 25 ago. 2025.

_____. **Security Council extends Al-Shabaab sanctions regime, renews Panel of Experts in resolution 2776 (2025b)**. Departamento de Comunicação Global. 3 mar. 2025. Disponível em: https://press.un.org/en/2025/sc16011.doc.htm. Acesso em: 27 mai. 2025.

_____. **Economic, commercial embargo imposed by United States against Cuba harmful, violates UN Charter, speakers underline in General Assembly.** Meetings Coverage and Press Releases, GA/12552, 1 nov. 2023. Disponível em: https://

press.un.org/en/2023/ga12552.doc.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

OLIVEIRA, Anna Clara. Iêmen: a história de um país dividido. **Dois Níveis**, 29 jan. 2022. Disponível em: https://www.doisniveis.com/oriente-medio/iemen-a-historia-de-um-pais-dividido/. Acesso em: 25 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas. Acesso em: 15 abr. 2025.

_____. **Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid.** Nova Iorque, 1973. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.10_International%20Convention%20on%20the%20Suppression%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Apartheid.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

_____. **Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide.** Paris, 9 dez. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-prevention-and-punishment-crime-genocide. Acesso em: 15 abr. 2025.

_____. **Resolução 232** (1966), adotada pelo Conselho de Segurança em 16 de dezembro de 1966. Nova Iorque: ONU, 1966. Disponível em: https://docs.un.org/en/S/RES/232(1966). Acesso em: 15 abr. 2025.

_____. **Resolução 688**, de 5 de abril de 1991. Conflito no Iraque – Questões humanitárias. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/110659. Acesso em: 19 abr. 2025.

PADINGER, Germán. Exército, armas nucleares e mísseis exibem poder bélico da Coreia do Norte. **CNN Brasil**, 4 out. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/exercito-armas-nucleares-e-misseis-exibem-poder-belico-da-coreia-do-norte/. Acesso em: 21 abr. 2025.

PAKISTAN. Ministry of Foreign Affairs. **Pakistan's reaction to the imposition of US sanctions on National Development Complex and three commercial entities.** Islamabad, 19 dec. 2024. Disponível em: https://mofa.gov.pk/press-releases/pakistans-reaction-to-the-imposition-of-us-sanctions-on-national-development-complex-and-three-commercial-entities. Acesso em: 27 mai. 2025.

PERRY, Kate. Better for whom? Sanction type and the gendered consequences for women. **International Relations**, v. 36, n. 2, p. 151-175, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1177/00471178211018843 Acesso em: 19 abr 2025

REPÚBLICA DA COREIA. Ministério das Relações Exteriores. **Statement by the Ministry of Foreign Affairs on the Recent Developments in Korean Peninsula**. Seul: MOFA, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5676/view.do?seq=322746. Acesso em: 23 mai. 2025.

REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA. Ministério das Rela-

ções Exteriores. **Declaração de Imprensa do Chefe do Gabinete de Política Externa**. Pyongyang: Gabinete de Política Externa, 24 fev. 2025. Disponível em: http://www.naenara.com.kp/main/search_first?sVal=sanctions&csrf_test_name=47bb42e48e8ac8c0f3f951731e24fe57. Acesso em: 23 mai. 2025.

RITTNER, Daniel. Brasil se opõe a novas sanções econômicas dos EUA contra a Venezuela. **CNN Brasil**, 19 maio 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-se-opoe-a-novas-sancoes-economicas-dos-eua-contra-a-venezuela/. Acesso em: 24 mai. 2025.

ROBBIO, Alina Pereira. **Cuba en la Federación de Rusia: viaje al alma de los amigos y a las potencialidades más reales del beneficio mutuo.** Havana: Presidência de Cuba, 15 mai. 2025. Disponível em: https://www.presidencia.gob.cu/es/noticias/cuba-en-la-federacion-de-rusia-viaje-al-alma-de-los-amigos-y-a-las-potencialidades--mas-reales-del-beneficio-mutuo/. Acesso em: 25 mai. 2025.

RUSSIA. Ministry of Foreign Affairs. **Foreign Minister Sergey Lavrov's remarks and answers to media questions summing up the outcomes of the BRICS Foreign Ministers Council meeting**, Rio de Janeiro, April 29, 2025. Moscow: Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 29 Apr. 2025. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/news/2012487/. Acesso em: 27 mai. 2025.

_____. Ministry of Foreign Affairs. F**oreign Minister Sergey Lavrov's remarks and answers to questions at a Diplomatic Club meeting, Moscow**, May 15, 2025. Moscow: MFA Russia, 15 May 2025. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/news/2017684/. Acesso em: 27 mai. 2025.

RUSSIA-Ukraine war: Turkey says it will not join Western sanctions against Russia. **AP News**, 19 mar. 2022. Disponível em: https://apnews.com/article/russia--ukraine-middle-east-turkey-ankara-97439819ff791f1fa92b49d402cbcd75. Acesso em: 31 mai. 2025

RWANDA's president accuses Belgium of lobbying for international sanctions against his country. **Anadolu Agency**, 17 maio 2024. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/africa/rwanda-s-president-accuses-belgium-of-lobbying-for-international-sanctions-against-his-country/3511526. Acesso em: 28 mai. 2025.

SABA, Yousef; SLATTERY, Gram; MAGID, Pesha; ELTAHIR, Nafisa. Trump says US to lift Syria sanctions, secures $600 billion Saudi deal. **Reuters**, 14 mai. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/trump-starts-gulf-visit-seeking-big-economic-deals-2025-05-13/. Acesso em: 23 mai. 2025.

SARIC, Ivana. Ethiopia's Tigray conflict prompts pro-government sanctions push in US. **Axios**, 30 mai. 2021. Disponível em: https://www.axios.com/2021/05/30/ethiopia-tigray-pro-government-sanctions-us. Acesso em: 27 mai. 2025.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Special Research Report No. 4:** Anatomy of a Sanctions Regime. 16 jul. 2008. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/research-reports/lookup-c-glkwlemtisg-b-4504111.php. Acesso em: 27 mai. 2025.

SEN, Ashish Kumar. A Brief History of Sanctions on Iran. **Atlantic Council**, 8 maio 2018. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/a-brief-history-of-sanctions-on-iran/. Acesso em: 21 abr. 2025.

SIDDIQUE, Haroon. UK must impose sanctions on Israel to meet legal obligations, say more than 800 lawyers. **The Guardian**, London, 27 May 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2025/may/27/uk-must-impose-sanctions-on-israel-to-meet-legal-obligations-say-more-than-800-lawyers. Acesso em: 27 mai. 2025.

SILVA FERREIRA, J. P. Sanções Econômicas no Governo Trump: O Uso do Dólar como Arma Política. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, [S. l.], v. 14, n. 26, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/111570. Acesso em: 21 abr. 2025.

SINGH, Kanishka; BRUNNSTROM, David. Some US lawmakers urge sanctions on Bangladeshi officials over rights abuses. **Reuters**, Washington, 10 ago. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/some-us-lawmakers-urge-sanctions-bangladeshi-officials-over-rights-abuses-2024-08-10/. Acesso em: 23 mai. 2025.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2. ed. London: Continuum, 1994.

STOJKOVSKI, Ljupcho. Non-UN Sanctions and the'Responsibility To Protect': Legality, Legitimacy and their Significance for R2P. **The Limits of Responsibility to Protect, University of Ljubljana, Faculty of Law**, 2023. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=446380. Acesso em: 31 mai. 2025

THE COMMONWEALTH. Archive: **Sanctions agreed against apartheid-era South Africa.** [S.l.], 2017. Disponível em: https://thecommonwealth.org/news/archive-sanctions-agreed-against-apartheid-era-south-africa. Acesso em: 22 mai. 2025.

TURKEY strongly rejects US sanctions decision. **Anadolu Agency**, 14 dez. 2020. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/turkey/turkey-strongly-rejects-us-sanctions-decision/2076905. Acesso em: 31 mai. 2025.

UE define marco jurídico para sancionar aqueles que dificultam a transferência de poder na Guatemala. **UOL**, 12 jan. 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/01/12/ue-define-marco-juridico-para-sancionar-aqueles-que-dificultam-a-transferencia-de-poder-na-guatemala.htm. Acesso em: 31 mai. 2025

UN Imposes Arms Embargo on Ethiopia and Eritrea. **Arms Control Today**, v. 30, n. 5, jun. 2000. Disponível em: https://www.armscontrol.org/act/2000-06/news/un-imposes-arms-embargo-ethiopia-and-eritrea. Acesso em: 27 mai. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho Europeu. **Sanções contra Belarus. Bruxelas**: Conselho da União Europeia, 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions-against-belarus/. Acesso em: 22 mai. 2025.

UNICEF Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: ht-

tps://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 18 jun. 2025.

UNITED KINGDOM. **UK sanctions**. 2025a. Disponível em: https://www.gov.uk/guidance/uk-sanctions. Acesso em: 31 mai. 2025

_____. **Current arms embargoes and other restrictions**. 2025b. Disponível em: https://www.gov.uk/guidance/current-arms-embargoes-and-other-restrictions. Acesso em: 31 mai. 2025

_____. **UK sanctions regimes under the Sanctions Act**. 2025c. Disponível em: https://www.gov.uk/government/collections/uk-sanctions-regimes-under-the--sanctions-act. Acesso em: 31 mai. 2025.

UNITED NATIONS. **Pandemic worsened inequalities, exposed true essence of unjust global order, Cuba tells UN.** UN News, New York, 21 set. 2022. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2022/09/1127501. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. Security Council. **Al-Haramain Foundation: Bangladesh Branch**. New York: UNSC, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/securitycouncil/en/sanctions/1267/aq_sanctions_list/summaries/entity/al-haramain%3A-bangladesh--branch. Acesso em: 23 mai. 2025.

_____. **Security Council resolution 2664 (2022)** [on humanitarian exemption to asset freeze measures]. S/RES/2664(2022), 9 dez. 2022. Disponível em: https://docs.un.org/en/S/RES/2664(2022). Acesso em: 2 jun. 2025.

_____. Security Council. **2140 Sanctions Committee: Yemen**. New York: UNSC, 2025. Disponível em: https://www.un.org/securitycouncil/en/sanctions/2140. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. **Rome Statute of the International Criminal Court**. UN Doc. A/CONF.183/9, 1998. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf. Acesso em 18 abr. 2025

_____. **Universal Declaration of Human Rights – English version**. Office of the High Commissioner for Human Rights, [s.d.]. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/english. Acesso em: 17 abr. 2025.

UNITED NATIONS SANCTIONS: SOUTH AFRICA. In: EBSCO Research Starters: **Diplomacy and International Relations.** [S.l.]: EBSCO, 2023. Disponível em: https://www.ebsco.com/research-starters/diplomacy-and-international-relations/united-nations-sanctions-south-africa. Acesso em: 22 mai. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2387** (2017). New York, 2017. Disponível em: https://www.refworld.org/legal/resolution/unsc/2017/en/115467. Acesso em: 24 mai. 2025.

_____. **Resolution 2217** (2015). New York, 2015. Disponível em: https://www.

refworld.org/legal/resolution/unsc/2015/en/98142. Acesso em: 24 mai. 2025.

UNITED STATES. Department of State. **2016 Country Reports on Human Rights Practices – Canada**. Refworld, 3 mar. 2017. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/usdos/2016/en/110435. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. Department of State. **Country Reports on Terrorism 2023: Saudi Arabia**. Washington, DC: U.S. Department of State, 2024. Disponível em: https://www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2023/saudi-arabia/. Acesso em: 23 mai. 2025.

_____. Department of State. **Iran Sanctions**. Washington, DC: U.S. Department of State, 2025. Disponível em: https://www.state.gov/iran-sanctions/. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. Department of State. 2011 **Country Reports on Human Rights Practices – Venezuela**. Refworld, 24 maio 2012. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/usdos/2012/en/87177. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. Department of State. **2017 Country Reports on Human Rights Practices – Germany.** Refworld, 20 abr. 2018. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/annualreport/usdos/2018/en/122076. Acesso em: 25 mai. 2025.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (ECOSOC). **The adverse consequences of economic sanctions on the enjoyment of human rights:** Working paper prepared by Mr. Marc Bossuyt. Nova Iorque. 2000. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Events/WCM/MarcBossuyt_WorkshopUnilateralCoerciveSeminar.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNITED STATES INTERNATIONAL TRADE COMMISSION. **Economic sanctions overview**. Washington, D.C.: USITC, 2021. Disponível em: https://www.usitc.gov/publications/332/executive_briefings/ebot_economic_sanctions_overview.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

UKRAINIAN SANCTIONS TRACKER. Comprehensive list of sanctioned individuals and entities. [S.l.]: **National Agency on Corruption Prevention (NACP)**, 2022. Disponível em: https://ukrainiansanctions.com. Acesso em: 30 mai. 2025.

U.S. COMMITTEE FOR REFUGEES AND IMMIGRANTS. **World Refugee Survey 2014 – Venezuela**. Refworld, 2014. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/countryrep/uscrs/2014/en/101476. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. **World Refugee Survey 2017 – United States**. Refworld, 2017. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/countryrep/uscrs/2017/en/119303. Acesso em: 24 mai. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. Brasil volta a condenar embargo econômico contra Cuba. **Agência Brasil**, 31 out. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-10/brasil-volta-condenar-embargo-economico-contra-cuba. Acesso em: 24 mai. 2025.

XIONG, Gloria. Beijing's sanctions dilemma: Chinese narratives on economic coercion. **Brookings Institution**, Washington, DC, 21 out. 2024. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/beijings-sanctions-dilemma-chinese-narratives--on-economic-coercion/. Acesso em: 23 mai. 2025.

YOSHIMURA, Sachiko. **United Nations Financial Sanctions.** Routledge, Taylor & Francis Group, 2021. Acesso em 18 abr. 2025

ZARATE, Juan. **Treasury's war**: The unleashing of a new era of financial warfare. New York: PublicAffairs, 2013.

ZUNINO, Hugo Alconada. Las sanciones internacionales y su aplicación restrictiva en la Argentina. **La Nación,** Buenos Aires, 28 nov. 2024. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/economia/comercio-exterior/las-sanciones-internacionales-y--su-aplicacion-restrictiva-en-la-argentina-nid28112024/. Acesso em: 31 mai. 2025.

Assembleia Geral das Nações Unidas (AG-NU)

# Repensando as operações de paz da ONU: Eficiência, legitimidade e os desafios do Século XXI

*Eduardo Hippler Wollmann*[21]
*Guilherme Skolaude Staubus*[22]

## RESUMO

O presente Guia busca definir as Missões de Paz das Nações Unidas, entendendo suas funções e consequências para o Sistema Internacional, de forma a viabilizar uma análise crítica acerca de seu funcionamento e oportunidades de reformulação de seus trabalhos. Para isso, torna-se necessário um estudo histórico, analisando diferentes paradigmas incorporados pela instituição desde sua fundação, em 1945. A partir disso, almeja-se compreender como essas operações tornaram-se palco de disputas políticas internacionais, de forma a ter suas atuações constrangidas ou mesmo entendidas como tendenciosas em certas disputas. Nesse sentido, outros fatores fundamentais para tal discussão são o entendimento de sua burocracia interna, seus limites e capacidade de diálogo com outras instituições internacionais promotoras de segurança. Portanto, debater tal problemática na Assembleia Geral das Nações Unidas torna-se fundamental. Afinal, esta possui um poder e capacidade de articulação de interesses inigualáveis dentro da organização, atuando como um dos espaços mais privilegiados para reflexão do tema. Finalmente, a presença de um grande número de atores, em pé de igualdade como membros-votantes, torna a Assembleia um espaço central na reformulação das Operações de Paz das Nações Unidas no século XXI.

21 Eduardo Hippler Wollmann é aluno do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

22 Guilherme Skolaude Staubus é aluno do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor-Assistente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

## 1 INTRODUÇÃO

As Missões de Paz das Nações Unidas são operações com uso de forças internacionais — próprias da organização ou de outras instituições parceiras — que visam a manutenção da paz no Sistema Internacional, através do monitoramento de cessar-fogos ou até mesmo de intervenções com tropas em áreas de conflito em andamento. É importante notar que essas missões são concebidas e deliberadas pelo Conselho de Segurança da organização, o qual é o principal órgão responsável pela segurança internacional no âmbito das Nações Unidas. Dessa forma, as missões são uma das principais frentes de trabalho da organização, tendo iniciado seus trabalhos logo após a própria fundação. Isso, contudo, não faz com que suas operações estejam isoladas dos processos de transformação no Sistema Internacional e de suas disputas de poder. Ao mesmo tempo, tem-se acumulado uma série de críticas à estrutura de atuação de tais missões, que passam a ser cada vez mais questionadas quanto aos seus princípios e eficácia prática de seus trabalhos em campo. Assim, estudar as missões de paz torna-se uma tarefa crucial para compreender uma grande parte das dinâmicas globais, sobretudo no que tange a prevenção e controle de graves conflitos sociais inter e intra-estatais.

Dessa maneira, o presente guia é iniciado pela discussão histórica de constituição da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu primeiro paradigma de realização de operações de paz. Busca-se compreender a forma e razão pela qual se afirmam seus princípios e objetivos, observando como estes foram institucionalizados e empregados pela recém-criada ONU. Em seguida, estabelece-se uma análise cronológica da evolução dos paradigmas de atuação dessas missões, considerando as influências recíprocas destas em relação às dinâmicas de poder global; assim, analisando os períodos da Guerra Fria até os dias atuais.

Em um segundo momento, o guia dedica-se a avaliar os êxitos e os insucessos dessas operações, retomando o recorte histórico para compreender seus diferentes processos. Nesse sentido, busca-se investigar as oportunidades e desafios criados pela ascensão de novas organizações regionais, que também atuam pela promoção da paz e prevenção de conflitos internacionais e mesmo regionais. Com isso, a análise de desempenho da ONU transborda a sua própria capacidade de dialogar e coordenar missões de pacificação em sintonia com os interesses e os recursos de outras organizações internacionais. Dessa forma, a reflexão sobre as operações da ONU, enquanto organização que serve de palco para disputas do poder internacional, também é extremamente relevante ao estudo da questão, demonstrando conflitos burocráticos e imparcialidades em sua agência.

Por fim, elencam-se movimentos prévios de aperfeiçoamento dos trabalhos das missões da ONU, por vezes respaldados em redes de cooperação com outras organizações internacionais. Ao mesmo tempo, elucida-se pressões e disputas internas à ONU pela reflexão e remodelagem de seus trabalhos, de forma a melhor atenderem as necessidades do Sistema Internacional. Assim, espera-se constituir um material robusto de forma a sustentar debates aprofundados a respeito do tema, tão relevante em ser debatido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o principal órgão deliberativo da organização e um espaço onde são definidas as diretrizes para o funcionamento da ONU. A reflexão acerca dos propósitos e atuações das missões de paz, nesse sentido, é etapa fundamental na garantia do comprometimento da ONU para com a paz e o desenvolvimento mundial.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As Missões de Paz das Nações Unidas sempre foram suscetíveis às transformações dos processos históricos das Relações Internacionais. Compreender seu processo de evolução, é, igualmente, compreender a evolução das dinâmicas internacionais. Para além disso, é possível entender a capacidade de atuação e êxito das Nações Unidas nos diferentes períodos de sua história. Assim, busca-se investigar como as missões evoluíram ao longo do tempo e entender as diferentes dinâmicas, seus sucessos e falhas, em cada uma dessas fases.

### 2.1 A IDEALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ NA RECÉM-CRIADA NAÇÕES UNIDAS

Embora as missões de paz não tenham sido explicitamente concebidas pela Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), assinada em São Francisco (EUA) em 1945, estas missões constituem uma das principais ferramentas de atuação da organização na atualidade. A partir da interpretação dos Capítulos VI, VII e VIII da Carta — que versam a respeito da resolução pacífica de disputas e da atuação para minimizar conflitos —, o Conselho de Segurança da ONU[23], ainda àquela época, decidiu institucionalizar suas operações, hoje conhecidas como Missões de Paz da ONU (Guéhenno, 2020). Para isso, foram igualmente criados a Comissão de Consolidação da Paz, o Fundo de Consolidação da Paz e o Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz, responsáveis por prestar auxílios diversos nas operações (Guéhenno, 2020).

Dessa maneira, pode-se dizer que, desde o início, as Missões da ONU foram orientadas por princípios básicos de consenso, uso limitado da força e não interferência nos assuntos internos dos Estados (De Coning, 2019). Contudo percebe-se como a forma de atuação, objetivos e contexto de envolvimento de tais missões mudam substancialmente ao longo do tempo. Independentemente, pode-se traçar de forma mais ou menos clara que os propósitos destas missões coordenadas pela ONU tratam sobre:

> (1) mudança dos incentivos à agressão relativos à manutenção de paz, (2) aliviar o medo e a insegurança de forma a reduzir os dilemas de segurança, (3) prevenir ou controlar acidentes ou "deserções involuntárias" por parte dos setores mais radicais", e (4) dissuadir qualquer lado (e em especial o governo) de excluir os outros do processo político (Fortna, 2008, p. 175).

Em outras palavras, buscam estabelecer a paz e legitimidade de um acordo (não necessariamente em um sentido jurídico), seja ele em um âmbito internacional ou local, utilizando-se, para isso, tropas — a princípio — neutras em relação ao conflito, que tenham passado pela aprovação da ONU e de seu Conselho de Segurança (Fortna, 2008). Assim, o uso da força militar deve sempre ser acompanhado de um aparato político que vise moderar e auxiliar na construção de um situação de paz, e que esta seja igualmente aceita pelos beligerantes da disputa (Peter, 2019). Ao desescalar conflitos e evitar a imposição de acordos deliberadamente desfavoráveis aos perdedores, as missões de paz da ONU buscam evitar, a partir do que foi visto no período entreguerras, a ocorrência e a recorrência de conflitos no Sistema Internacional (SI).

23 Um dos órgãos centrais da organização. É composto por cinco países permanentes e com poder de veto e outros dez rotativos. Possui amplas funções dentro da ONU, deliberando sanções, missões de paz e usos da força. Desde a constituição da organização, a função de segurança fica primariamente em sua responsabilidade, sendo o principal agente para tal (Guéhenno, 2020).

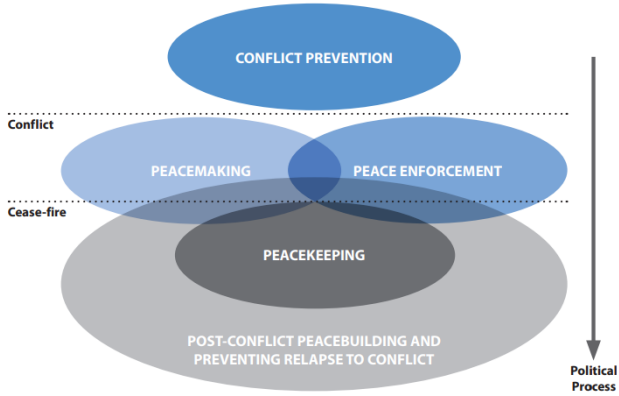
É importante notar que, por mais que os objetivos supracitados sejam abrangentes, ainda assim estes apresentam transformações profundas ao longo da história da instituição, como será abordado no tópico 2.2 deste Guia. De uma forma geral, pode-se observar como tais mudanças estão intimamente relacionadas às disputas e à estruturação da ordem no SI. As missões de paz, nesse sentido, são um reflexo dos interesses dos Estados mais poderosos dentro da ONU, e, assim, foram profundamente marcadas pelo contexto da Guerra Fria e ascensão de países emergentes no século XXI (Peter, 2019).

## 2.2 RETROSPECTIVA E BALANÇO DAS MISSÕES DE PAZ COORDENADAS PELA ONU

Com mais de 77 anos desde a primeira operação, as missões de paz constituem um dos instrumentos mais concretos do trabalho da ONU no que tange a garantia da paz e consolidação de estruturas políticas, especialmente, no chamado Sul Global (De Coning, 2019; Fortna, 2020). Ao longo de sua história, percebem-se profundas transformações sobre sua forma e volume de atuação, sempre influenciadas pelas dinâmicas de poder globais. Ou seja, é notável como a postura da ONU para com suas missões sempre é um reflexo do interesse e poderes de Estados e outros agentes internacionais. Dessa maneira, abordam-se os três principais períodos históricos de atuação das missões da ONU: (i) período da Guerra Fria; (ii) pós-Guerra Fria e unipolaridade estadunidense; e (iii) dinâmica atual de reorganização e ascensão de potências emergentes (Peter, 2019).

A fim de melhor explicar as diferenças relativas às três fases das operações da ONU, pode-se utilizar de ilustrações como a que está a seguir. Com esta, de uma maneira sucinta, é possível relacionar o primeiro período, supracitado no parágrafo anterior, sobretudo ao peacekeeping (manutenção da paz, em português) em seu sentido estrito; a segunda, ao peacemaking (resolução da paz); e, por fim, a fase mais recente ao peace enforcement (imposição da paz) (Guéhenno, 2020). É importante notar, no entanto, que todos esses elementos estão intimamente relacionados, retroalimentando-se, isto é, é muito difícil pensar uma manutenção de paz sem a busca pela prevenção de conflito posterior, ou auxílio para uma resolução, por exemplo.

**Imagem 1** - Esquematização do processo político e de atuação das missões da ONU *(em inglês)*




Fonte: Guéhenno, 2020, p. 19

### 2.2.1 Período da Guerra Fria (1948-1991)

O primeiro período de trabalho das missões de paz é marcado por uma atuação limitada em vários aspectos. Quantitativamente, observa-se um número relativamente baixo de operações — apenas 13 das 71 foram realizadas nesse período —, por mais que essa fase tenha compreendido 43 dos 77 anos de trabalho da organização (Peter, 2019). Qualitativamente, é nítido como seus trabalhos priorizaram a utilização de forças militares para garantia da não ocorrência de novos conflitos bélicos em seu local de atuação. O próprio contexto de lançamento de missões também ficou bem marcado à época, com operações iniciadas em momentos de cessar-fogo já pré-acordado e com um desfecho mais ou menos claro e previsível (Fortna, 2008).

Esse modelo de atuação está intimamente ligado à dinâmica bipolar da Guerra Fria. O escopo de trabalho das missões ficava constrangido pelos interesses das superpotências do período, que possuíam interesses diretos na maioria das disputas internacionais e, assim, optavam por se envolver individualmente no problema. Tal dinâmica levou a uma secundarização dos trabalhos de paz da ONU para conflitos de baixo interesses dos Estados Unidos e da União Soviética. Paralelamente, a necessidade de conciliar os interesses antagônicos desses atores levou a um constrangimento qualitativo de seus trabalhos (Peter, 2019). Por esta razão, as operações costumavam se concentrar na arbitragem e validação de cessar-fogos previamente acordados entre beligerantes, com envio de tropas que garantissem o status quo e consolidassem um acordo de paz entre as partes. Um exemplo notável desse período foi o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP), que supervisionou o cessar-fogo entre Índia e Paquistão nas décadas de 1940 e 1950 (United Nations Peacekeeping, 2019).

Outra característica fundamental para a compreensão das operações do período é seu caráter Estado-cêntrico, com foco exclusivo na resolução de conflitos interestatais. Isto é, buscava-se seguir à risca o princípio de não envolvimento com

assuntos internos de cada Estado, priorizando a resolução de disputas estritamente entre diferentes países (Guéhenno, 2020; Peter, 2019). Essa questão novamente ajuda a explicar os trabalhos mais limitados do período, cujo montante de tropas dificilmente ultrapassava a casa dos milhares (em certos casos, sequer atingiam a marca das centenas). É válido destacar que a composição desses exércitos era bastante diversa, com uma presença marcada de países europeus e outras nações com nenhum envolvimento na disputa (Peter, 2019).

### 2.2.2 Período da unipolaridade estadunidense (1992-2017)

A queda da União Soviética nos anos 1990 reorganizou bruscamente o modus operandi das missões de manutenção de paz. Em meio a uma hegemonia americana no mundo, presente mesmo dentro da ONU, observa-se uma crescente normatização e imposição dos valores estadunidenses nos trabalhos da organização. Essa unipolaridade, isto é, a forte concentração do poder do Sistema Internacional em um único Estado (neste caso, os Estados Unidos), resultou em uma crescente influência de sua forma de enxergar o mundo e de sua política externa nas mais diversas instituições internacionais. Dessa maneira, valores ocidentais e neoliberais, marcados pela regressiva participação estatal na economia, desmanche de empresas estatais, internacionalização do capital e a intensificação do fenômeno da globalização, deram o tom no pós-Guerra Fria (Cardoso, 2012). Assim, o predomínio de uma visão de trabalho da ONU, aliado ao relativo desinteresse norte-americano de se envolver diretamente em muitos dos conflitos internacionais à época dos conflitos (tanto internos quanto externos) levou a uma proliferação dos trabalhos da organização. Tal transformação fica clara no salto de 13 missões no período da Guerra Fria, para 50 missões nos primeiros 15 anos após a queda do bloco socialista (Peter, 2019).

O novo paradigma estabelecido ao longo dos anos 1990 inverte por completo algumas das bases de atuação das missões de paz da ONU acordadas em 1948. O lançamento de missões em contextos de cessar-fogo foi gradualmente substituído por operações em contextos mais complexos, instáveis e violentos, cujos beligerantes ainda mantinham ativos conflitos bélicos. Dessa forma, pode-se inclusive dizer que o *peacekeeping* foi substituído pelo paradigma do *peacemaking*, com missões em que a ONU atuava diretamente de forma a ajudar os países a resolverem seus conflitos, chegando a assumir posição favorável a um dos lados envolvidos na correlação de forças em disputa (Williams; Boutellis, 2014). Assim, as operações tornaram-se mais complexas, com a coexistência de múltiplas frentes de trabalho em cada operação e a manutenção de missões ao longo de vários mandatos, isto é, com a realização de missões, em média, mais duradouras e dispendiosas (Fortna, 2008).

Outro elemento crucial para entender essa fase é notar como ela começou a incluir disputas intra-estatais dentro de seu escopo de atuação (Peter, 2019). Isto é, ela deixa de priorizar a realização de missões que visavam resolver conflitos entre dois Estados soberanos para dar enfoque à resolução de crises internas de Estados fragilizados, com a participação de milícias ou mesmo a realização de crimes pelos próprios governos (Williams; Boutellis, 2014). A partir desse período, observa-se também um aumento abrupto no número de tropas e demais trabalhadores enviados às operações, chegando a atingir a casa das dezenas de milhares. Exemplo disso é a Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO) — em vigor desde julho de 2010 —, com o recrutamento de uma equipe de mais de 30 mil membros para esta-

bilização da República Democrática do Congo (RDC) contrastando com operações como a Operação das Nações Unidas para a Polícia em Timor-Leste (UNIPOM), cujo, em seu auge, só envolvia 96 funcionários da ONU (Williams; Boutellis, 2014).

### 2.2.3 Período de reorganização da atuação da ONU (2017-atualidade)

Com o insucesso de muitos dos trabalhos da ONU no pós-Guerra Fria, marcadamente nas guerras civis da ex-Iugoslávia e Ruanda, iniciou-se um longo e gradual processo de reflexão e reorganização das diretrizes dos trabalhos nas missões de paz. Ainda no ano de 1999, o então Secretário-Geral Kofi Annan (1997-2006) requisitou uma auditoria independente dos trabalhos das Missões de Paz das Nações Unidas, "solicitando que abordassem as deficiências existentes do sistema de operação de paz e que fizessem recomendações realistas sobre seu futuro" (De Coning, 2019, p. 33, tradução nossa[24]). Esse movimento ganhou ainda mais força depois que António Guterres (2017-atualidade) assumiu o cargo de Secretário Geral e reúne um conjunto de 1325 relatórios sobre os trabalhos das missões de pacificação e seus desempenhos (De Coning, 2019).

Assim, as missões, até então criticadas pelo seu caráter altamente intrusivo e imparcial, passaram a ser substituídas por uma atuação mais direcionada e com foco especial na proteção da população civil e daqueles mais vulnerabilizados pelo conflito. Ou seja, tem-se uma mudança de paradigma, em que agora não se tem por objetivo primário a atuação direta como ator na resolução do conflito (Peter, 2019). É importante observar que essa nova postura, foi acompanhada de uma relativa diminuição na quantidade de missões lançadas e de sua magnitude, agora temporalmente menores (com uma quantidade menor de mandatos), com corpo mais especializado e com menos frentes de trabalho (Williams; Boutellis, 2014). Mesmo com essa redução, o montante de tropas e orçamento disponibilizados por operação seguem mais próximos daqueles vistos nas décadas de 1990 do que os do período da Guerra Fria (Williams; Boutellis, 2014).

Essa nova relação da ONU para com suas missões de paz pode ser explicada pela atual conjuntura internacional, marcada pela ascensão de potências emergentes que contrapõem o momento de hegemonia ocidental existente até então. Especialmente a China e a Índia que adquirem crescente protagonismo nas negociações e financiamento das missões e países como Brasil e Rússia que aumentam suas ambições de influência política dentro da organização (Peter, 2019).

Nos anos mais recentes, também é possível observar um fortalecimento da cooperação das missões da ONU com organismos regionais — União Africana, União Européia, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, entre outros —, com uma maior troca de experiências e recursos. Entretanto, esse processo também confronta-se com choques de paradigmas de atuação em razão das diferenças nos modelos de operação adotados por essas organizações (Gwatiwa, 2022), tema que será discutido no tópico 3 do Guia. Na esteira dessa discussão, outra mudança importante observada nas últimas décadas é a crescente preferência dos países emissários de tropas que se envolvem em conflitos em sua região. Isto é, enquanto nas décadas de 60 e 70 a maior parte dos países envolvidos em missões de paz na África Ocidental eram europeus, americanos e asiáticos, hoje são primariamente os países da região em questão que reúnem esforços para composição das tropas de capacetes azuis (Williams; Boutellis, 2014).

24 Original: "asking it to address the shortcomings of existing peace operations system and to make realistic recommendations for their future".

## 2.3 NOVAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS PARADIGMAS DE PACIFICAÇÃO

Com o término da Guerra Fria, a década de 1990 é marcada por uma expansão das ideias liberais e, consequentemente, pela ampliação de instituições de cooperação multilateral. Já em 1993, o Tratado de Maastricht, assinado nos Países Baixos, funda a União Europeia (UE), que traz um novo paradigma de institucionalização e agência conjunta de países no SI. Seis anos mais tarde, é anunciada a Declaração de Sirte, na Líbia, que inicia um movimento de substituição da Organização de Unidade Africana (OUA) pela posteriormente fundada União Africana (UA). A partir desse momento, instaura-se um novo cenário nos trabalhos internacionais em missões de paz, em que a ONU passa a dialogar e cooperar diretamente com organismos regionais para promoção da estabilidade em seus países. Assim, embora a ONU siga sendo a organização mais institucionalizada e burocratizada em muitas frentes de trabalho, tanto a UE quanto a UA superam sua atuação, abrindo um horizonte de oportunidades e conflitos entre as três organizações (Gwatiwa, 2022).

É válido destacar que essa colaboração entre as diferentes organizações internacionais tem início com a constituição dessas organizações. Isto é, a ONU prontificou-se em auxiliar a constituição da União Europeia e da União Africana através de apoios financeiros e técnicos, visando uma elaboração das instituições e mecanismos de trabalho. Ainda neste primeiro momento, pode ser visto um conflito de interesses entre as partes, sobretudo no caso africano. Embora a UA dependa estrategicamente de apoios internacionais, com fundos especializados — recebendo recursos da ONU, UE, e até mesmo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM[25]) —, a UA busca manter o máximo de autonomia possível, sem ser coagida em seus propósitos de atuação por parceiros externos (Gwatiwa, 2022). Atualmente, em um campo institucional, a ONU apresenta uma série de parcerias com UA, que vão desde reuniões periódicas para atualização mútua até a realização de operações de pacificação conjunta em larga escala no continente african[26]. (De Coning, 2019).

No estudo da realização de missões de paz no âmbito regional, o caso da UA torna-se especialmente interessante. Tão logo foi fundada, a organização buscou construir uma rede de sistemas de prevenção e defesa, conhecida como Arquitetura de Paz e Segurança da UA (ASPA, na sigla em inglês). Esta é constituída pelo Conselho de Segurança e Paz, Sistema Continental de Aviso Prévio, o Painel de Sábios, o Fundo da Paz em África e, por fim, a Força de Estabilização Africana (ASF, na sigla em inglês) (Gwatiwa, 2022). Juntos, esses organismos buscam orquestrar a realização de missões de paz em diversos países do continente, dialogando com parceiros internacionais em várias frentes. É importante notar que os fundos de financiamento das missões são fortemente dependentes de apoios extra-continentais, especialmente da UE e da ONU, e enfrentam dificuldades de manutenção de seus trabalhos sem eles (ONU, 2022). A respeito da forma de trabalho, as tropas da ASF, que atuam por ordem da UA, adotam um modelo de inserção diferente daquele visto nos capacetes azuis. Enquanto a ONU busca a realização de missões de longo prazo e

25 Programa estadunidense de apoio técnico e bélico para diferentes países africanos, de forma a sustentar a arquitetura securitária da União Africana. Nota-se um certo receio da organização de manter vínculos muito estreitos (ou dependentes) desse projeto norte-americano (Gwatiwa, 2022).

26 Podem ser vistas como exemplos a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA), a Missão Conjunta da ONU e da União Africana em Darfur (UNAMID) e a Missão da União Africana na Somália (AMISOM) (United Nations Peacekeeping, 2019).

de grande magnitude, mais voltadas à manutenção da paz de forma imparcial e com uso de força em legítima defesa, a ASF advoga por uma maior agência africana e autonomia do continente em seus interesses. Suas missões, embora em menor escala que as da ONU, são mais agilmente implantadas e com atuação mais firme na resolução de disputas (Williams; Boutellis, 2014).

Por outro lado, a UE também aparece como um caso importante a ser estudado. A forma com a qual a organização atua difere substancialmente daquela vista pela ONU e pela UA. Dado que a maior parte dos conflitos importantes à UE foram além de sua fronteira, ou seja, em sua vizinhança, historicamente sua forma de atuação e de apoio à manutenção da paz tem sido mais indireta do que aquela vista no caso africano (Gwatiwa, 2022). Essa questão explica um papel maior da organização como financiador de missões nas regiões mais próximas do bloco, como na África Setentrional e Oriente Médio. A agência em si, com envio de tropas e armamentos, costuma ser reservada individualmente a cada Estado, com países como a França, que têm um envolvimento marcante com questões do continente africano (Gwatiwa, 2022) — a exemplo Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA).

Ainda assim, no ano de 2021, foi criado o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), que busca reforçar as capacidades da UE em prevenir conflitos e reforçar a segurança em zonas de tensão. Suas operações tem como principais objetivos o fornecimento de: (i) equipamento no domínio militar e da defesa; (ii) infraestruturas; (iii) apoio técnico. Desde sua constituição, seu principal trabalho tem sido o auxílio à Ucrânia perante a eclosão da guerra com a Rússia (Consilium, 2021). A demanda pelo apoio ao país tem sido tão grande que o limite financeiro MEAP foi mais do que duplicado pelo Conselho Europeu, sem incluir a criação de fundos específicos para apoio a esta guerra. Dessa forma, a UE destaca-se por ser uma organização primariamente financiadora de missões de paz em sua região e no mundo, mas que nos últimos anos tem-se envolvido cada vez mais com conflitos diretos em sua zona de fronteira (Eurocid, 2022).

A partir disso, ficam evidentes as transformações transcorridas pelas Missões de Paz da ONU desde seu início, mais de 70 anos atrás. Durante todo esse processo, muito foi debatido acerca da eficácia e eficiência de seus processos e resultados. Logo, entender a história de tais operações fundamenta uma análise de seus sucessos e fracassos, respaldando em comparações históricas e permitindo mapear estratégias para paradigmas futuros, como vem acontecendo ao longo do século XXI. Nesse sentido, torna-se importante entender o papel das missões como atores em meio a palcos de disputas políticas, também observando as ineficiências em suas estruturas burocráticas, que por vezes dificultam iniciativas de cooperação com outros parceiros securitários internacionais.

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

As Missões de Paz da ONU apresentam uma série de problemas estruturais e conjunturais. Compreender essas problemáticas é fundamental para permitir novas interpretações sobre sua realidade operacional e abrir margem para a construção de novos paradigmas que permitam sanar os problemas vigentes. Dessa maneira, a análise dos problemas dessas operações baseia-se na observação das disputas internacionais e na forma como a ONU gerencia as cooperações com organizações regionais. E é justamente essa dinâmica que buscamos examinar ao longo desta seção.

## 3.1 AS MISSÕES DE PAZ COMO PALCO DE DISPUTAS GEOPOLÍTICAS

Diante de seu histórico recente, percebe-se que as Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) obtiveram resultados limitados em suas atividades designadas, apresentando inefetividade na resolução e apaziguamento de conflitos. Isso demonstra, dentre muitos fatores, a dificuldade da ONU em articular e concretizar seus próprios objetivos, o que sugere a existência de problemas estruturais que inviabilizam a sua plena atuação. Segundo John Mearsheimer, em uma entrevista, isso acontece porque "a ONU possui pouco poder independente" (Mearsheimer, 2018) dentro das relações internacionais, o que significa que a sua atuação está subordinada aos interesses de seus países-membros, especialmente das grandes potências[27].

Nesse contexto, apesar de as missões de paz não se enquadrarem como uma forma de diplomacia tradicional entre os Estados, uma vez que estão subordinadas ao escopo da ONU (Watson, 1982), é observável que os Estados utilizam desse palco para expandir os seus interesses soberanos e a sua agenda de política externa, o que gera atrito com os objetivos explícitos da organização. Na prática, isso gera enorme instabilidade no funcionamento das Missões de Paz, visto que elas são amplamente suscetíveis às manobras geopolíticas dos Estados, o que corrompe a sua suposta neutralidade e, por vezes, lhes delega a irrelevância (Bellamy; Williams, 2010).

Pode-se, portanto, elencar uma série de problemas no funcionamento burocrático da ONU, o que nos permite elucidar a maneira como se dá a intervenção de agentes externos no aparato da instituição. Em 1945, ano de criação da ONU, foi definido que as decisões tomadas pela Assembleia Geral passariam pela aprovação do Conselho de Segurança, formado por delegações de 15 países, sendo 5 de caráter permanente e 10 de caráter rotativo. Para os membros permanentes, que à época representavam as maiores potências globais (Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, França e República da China, atual Taiwan), foi outorgado o poder de veto, que lhes concede a capacidade de vetar resoluções que lhes sejam desfavoráveis, independentemente do apoio que elas possam ter de outros membros do conselho (ONU, 1945).

Em pouco tempo, isso se provou fatal. Na medida em que ficou claro que o poder de veto não seria suficiente para conduzir as relações entre os Estados por meios pacíficos, a divisão do mundo entre os blocos soviético e estadunidense confirmou a dificuldade de articular os interesses de duas superpotências em uma só instituição. Visto que nenhuma resolução poderia ser aprovada sem o consentimento de ambas (Berdal, 1996). Isso, porém, não significou uma paralisação completa da ONU. A partir dos anos 50, a organização passou a se engajar no envio de tropas levemente militarizadas para regiões em conflito, naquilo que viria a ser chamado de peacekeeping. O termo não aparece na carta da ONU, mas como destacou Rosalyn Higgins "a Carta é um instrumento extraordinário, e uma enorme variedade de possibilidades é permitida por ela" (Higgins, 1984, p. 184). Nesse contexto, a necessidade de apoio dos Estados Unidos e da União Soviética significaram que a maioria das missões de paz ocorriam em ambientes relativamente estáveis e benignos, não interferindo nos grandes interesses das grandes potências. Devido a natureza dessas missões, pode-se dizer que elas obtiveram altas taxas de sucesso, como no caso da Força de Observação da ONU para o Desengajamento (UNDOF), instituída em

27 MEARSHEIMER, John. Why the UN is powerless. Entrevista (vídeo) concedida a Lex Fridman. YouTube, 10 maio 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yujm2t6Esp4. Acesso em: 23 jun. 2025

1974 na frente Síria após a Guerra do Yom Kippur (Berdal, 1996). Com um mandato claramente definido, o consentimento das partes envolvidas e uma linha de frente estável, a UNDOF se manteve por décadas como uma presença estabilizadora na região, contribuindo para a ausência de confrontos diretos entre os beligerantes. Esse tipo de missão ilustra como, em contextos de conflito interestatal congelado e com respaldo político, as operações da ONU tendem a ser mais eficazes, evidenciando que o sucesso do peacekeeping está profundamente relacionado ao grau de consenso entre os atores e à viabilidade do mandato proposto (Berdal,1996).

No entanto, houve exceções ao sucesso das Missões de Paz durante a Guerra Fria, destacando-se a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) no começo dos anos 60. O objetivo era assegurar a recém conquistada independência da República do Congo, e apesar de o Secretário-Geral ter enfatizado a necessidade de consentimento, uso limitado de força e imparcialidade para a missão, a escalada das hostilidades fez com que as tropas enviadas não tivessem a capacidade de lidar com a situação, o que resultou na militarização da operação em setembro de 1961, gerando enorme crise política dentro da organização (Durch, 1993). Isto demonstra a dificuldade histórica da ONU em avaliar a dimensão de conflitos, o que depois viria a se tornar um problema ainda maior na crise da Iugoslávia, que será melhor tratada posteriormente.

Como já explorado no tópico 2 do Guia, nos anos 90, com o fim da União Soviética, os Estados Unidos se tornaram a única potência hegemônica no Sistema Internacional, o que impactou diretamente o funcionamento da ONU. Sem mais a trava no Conselho de Segurança, houve um aumento exponencial no número, tamanho e complexidade das Missões de Paz. Essa época também marcou um maior envolvimento da ONU em conflitos internos, de forma que os problemas enfrentados durante a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) foram revividos, dessa vez com maior intensidade em operações na Somália e ex-Iugoslávia. A incapacidade das forças de *peacekeeping* atuarem em zonas de perigo se refletiu num elevado número de mortes, o que deu a brecha para o Conselho de Segurança enfraquecer o requisito de consentimento e permitir o uso da força nas operações (Berdal, 1996). Além disso, o pré-requisito formal para essa alternativa, expresso no Artigo 39 da Carta, que centralizava a "ameaça à paz e segurança internacional" (ONU, 1945, p.10) como justificativa, passou a ser amplamente ignorado. Isso deu maior liberdade para as grandes potências, agora sob a primazia dos Estados Unidos, de intervirem nos assuntos internos de outros países, expandindo os seus interesses locais sob a égide da manutenção da paz.

Essa "virada robusta" nas Missões de Paz ganhou ainda mais força em 2001, com o ataque terrorista às torres gêmeas. De acordo com Oliveira:

> Para além das influências nos processos decisórios e na linguagem das resoluções, pode-se dizer que as práticas das potências ocidentais com contra insurgência, contraterrorismo, combate à criminalidade, garantia da lei e da ordem e operações de inteligência conduzidas sob o comando da OTAN foram canalizadas para as missões da ONU [...] (Oliveira, 2022, p. 112).

Nesse contexto, passou-se a utilizar o termo *nation building* como referência para as operações, o que legitimava a intervenção da ONU em processos de crise política e enfraquecimento do Estado, com o objetivo de restaurar a estabilidade e a democracia. Tal dinâmica, entretanto, levanta a possibilidade de intervenção em diversos casos e cenários, rompendo com os ideais de consentimento e imparcialidade, que tradicionalmente orientam as missões de paz (Maidana, 2020).

Pode-se citar como exemplo a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), de 2004. Na época, o país não se encontrava em uma guerra civil ou em uma situação de reconstrução pós-conflito. Conforme mostram os registros do CSNU, as preocupações centrais que promoveram a operação giravam em torno da crise política gerada pela polarização entre governo e oposição, o crescimento da violência urbana no país, principalmente na capital Porto Príncipe, e o temor de que esse cenário contribuísse a um aumento na crise migratória na região (CSNU, 2004).

A partir disso, o Conselho de Segurança da ONU emite a Resolução 1529, permitindo uma força intermediária multinacional, e criou em seguida uma missão para a estabilização no país, ambicionando um processo político pacífico e constitucional, que mantivesse a estabilidade e segurança. Já o primeiro ministro ficou responsável pela criação de um governo de transição, formado por 13 membros (ONU, 2017). Assim, o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 1542 em 30 Abril de 2004, estabelecendo a MINUSTAH com uma duração inicial de 6 meses, e pedindo um relatório a respeito do mandado recomendações sobre a possibilidade de se estender, reestruturar ou reformar o mandato da missão antes do encerramento da mesma (CSNU, 2004). O Brasil é então designado o líder da missão, e instala seu contingente militar em Porto Príncipe, junto de tropas chilenas e forças da MINUSTAH para o mantimento da paz. Países como o Canadá, França e EUA continuam, como previsto na resolução 1542, a assumir responsabilidade operacional das forças do país (ONU, 2017).

A operação MINUSTAH contou, em seu auge, com 8.940 soldados e 4.391 policiais autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU. Também estiveram presentes mais de 1.500 civis para fornecer apoio técnico, de coordenação e supervisão, incluindo o desenvolvimento das forças de segurança e do sistema de justiça haitiano. Os recursos foram em larga quantidade empregados no treinamento e assistência técnica para manutenção de todo o pessoal enviado. Uma das prioridades da missão era a reforma do sistema judiciário, sobretudo no que tange o processo eleitoral, contendo diversas facetas, como a profissionalização da Polícia Nacional Haitiana, que só seria efetiva se fosse acompanhada de um progresso jurídico e penitenciário. Novamente, se utiliza os termos "estabilidade" e "estabilização" como objetivos da operação, sem que haja uma delimitação específica quanto ao significado do termo. Fato é que esses termos foram empregados como se fossem auto explicáveis, o que contribuiu para um entendimento muito vago de seu alcance. Dessa forma, não fica evidente o grau de estabilidade que se pretendia alcançar com a MINUSTAH, o que justificou um uso cada vez maior de contingentes militares no país.

De acordo com Oliveira:

> [...] uma interpretação plausível pode ser encontrada nos desenvolvimentos iniciais ocorridos nas práticas de estabilização dos EUA e de seus aliados no Afeganistão e no Iraque, logo após as invasões militares desses países em 2001 e 2003. Um dos pontos notáveis dos desenvolvimentos ocorridos na doutrina de estabilização dos EUA, iniciados em meados da década de 2000, é a ênfase nas tarefas de estabelecimento da ordem pública e reforma da polícia dentro dos esforços de estabilização e o envolvimento do aparato militar em todo o espectro de posições possíveis dentro do continuum entre paz e guerra (Oliveira, 2022, p. 112).

A MINUSTAH foi também marcada por graves acusações de violação dos direitos humanos, com casos de repressão militar a manifestações populares, tráfico de seres humanos e inúmeros crimes sexuais, que muitas vezes não foram sequer julgados. Em 2005, a Operação Punho de Ferro, liderada pelo general brasileiro Augusto Heleno, adentrou a maior favela da capital haitiana com um contingente de mais de 300 homens fortemente armados, sob as ordens de combater um grupo criminoso. A ação resultou no assassinato de mais de 63 pessoas e deixou outras 30 feridas, incluindo crianças (Lopes, 2024).

Portanto, a MINUSTAH é fortemente criticada, sobretudo por nacionais, pelas violações aos direitos humanos que ocorreram durante o seu mandato, inclusive por parte das forças internacionais enviadas, além da ineficácia em combater o crime organizado e atender as necessidades locais. Ademais, um ponto a ser levado em consideração é a diferença entre a imagem positiva da missão que se tem dentro do âmbito da ONU, com o caso servindo de exemplo para outros, enquanto que no nível nacional, a impressão deixada pela missão é negativa (Accioly, 2019). Dentro desse quadro geral, percebe-se o papel das potências ocidentais no desenvolvimento das doutrinas de estabilização e no processo decisório do CSNU, o que contribuiu para a projeção de suas agendas nacionais nas atividades das missões. Disso decorre a ineficácia de identificar os reais problemas presentes nos países, o que contribui para um baixo grau de sucesso das operações e tendência ao militarismo em resposta a crises humanitárias complexas.

## 3.2 DIFICULDADE DE COORDENAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A dificuldade de coordenação da Organização das Nações Unidas com outras organizações internacionais têm-se mostrado bastante pertinente para a discussão acerca das operações de paz. Este desafio se manifesta na atuação paralela ou sobreposta de diferentes organizações, atores privados e Estados, que, com agendas políticas distintas, demonstram dificuldade de diálogo. No atual contexto internacional, em que os Estados Unidos vêm perdendo o seu papel hegemônico e outras potências ascenderam ao posto de grandes potências, como China e Rússia, os conflitos armados e as crises humanitárias passam a ser vistas a partir de múltiplas perspectivas, muitas vezes divergentes (Bellamy e Williams, 2010).

Historicamente, o pós-Guerra Fria foi marcado pela ascensão de blocos regionais como a UA, a UE, o Mercosul e a ASEAN, que surgiram como respostas à necessidade de integração econômica, política e de segurança regional (Weiss; Daws, 2007). Com a ascensão da multipolaridade, intensificam-se as disputas por esferas de influência, e com isso observa-se o aumento do engajamento das grandes potências em regiões de seu interesse, muitas vezes através de missões de paz e projetos de desenvolvimento. Nesse cenário, a ajuda humanitária também passa por um processo de transformação. Se antes ela era exercida por um número limitado de agentes, hoje ela integra uma rede muito mais complexa de ONGs, empresas contratadas e atores governamentais que operam sob pesos e medidas diferentes (Duffield, 2007). Como já foi tratado, a crescente militarização das missões de paz, especialmente a partir dos anos 2000, com mandatos mais robustos sob o Capítulo VII da Carta da ONU, intensificou a confusão entre as funções de combate, proteção e assistência, prejudicando a neutralidade e a credibilidade das intervenções (Autesserre, 2010).

Isso faz com que as missões de paz da ONU tenham a sua imagem mancha-

da na comunidade internacional, de forma que é de se questionar se, na existência de outras alternativas, os Estados optarão pela intervenção da organização (Oliveira, 2021). Portanto, a ascensão da multipolaridade cria uma série de novas possibilidades para o multilateralismo nas relações internacionais. A ONU, especificamente, encontra-se em momento em que a agenda liberal já não se adequa mais à conjuntura atual, de forma que a sua reformulação é vital para que ela não perca a sua relevância diante dos novos desafios (Paris, 2004).

### 3.3 EXCESSO DE BUROCRACIA E FALTA DE EFETIVIDADE

Como foi exposto anteriormente, as missões de paz da ONU apresentam uma série de problemas que afetam o pleno desempenho de suas funções. A subordinação da organização aos interesses nacionais de seus membros, somada a alta militarização das operações frequentemente criam empasses que dificultam a real busca pela paz. Neste subtópico, se pretende um aprofundamento no processo de tomada de decisões da ONU, somado a alguns exemplos práticos de como o *modus operandi* da organização compromete a sua efetividade.

Um estudo realizado pela Transparency International Defence & Security, organização que promove a divulgação de dados sobre transparência política em diversos setores, publicou em 2019 um relatório sobre os riscos de corrupção nas missões de paz da ONU (TI-DS, 2019). O aparelho burocrático da instituição é composto por múltiplas camadas de governança e controle, com o objetivo de manter a vigilância e o caráter democrático nos processos decisórios. No caso das missões de paz, especificamente, as decisões passam pelo Departamento de Operações de Paz (DPO), o Departamento de Apoio Operacional (DOS) e a Assembleia Geral (AGNU), além do Conselho de Segurança (ONU, 1945). Essa estrutura, embora necessária devido ao escopo das operações e a dificuldade de articular os votos de um alto número de agentes, por vezes culmina na lentidão de seu desempenho.

Por exemplo, a contratação de profissionais e fornecedores passa por sistemas altamente formalizados, como o Field Support Suite e o United Nations Global Marketplace (UNGM). Embora esses sistemas tenham como objetivo aumentar a transparência, na prática são frequentemente apontados como ineficazes. Em várias ocasiões, contratos foram cedidos com base em critérios pouco claros ou por influência política de Estados-membros, em detrimento de critérios legais. O relatório também enfatiza que, apesar de existirem mecanismos de controle, como o Office of Internal Oversight Services e a Board of Auditors, a capacidade real de supervisão desses órgãos é questionada, principalmente em casos onde há pouca cobertura da mídia internacional. Dessa forma, casos de corrupção envolvendo o fornecimento de alimentos, equipamentos militares e combustíveis são bastante recorrentes (TI-DS, 2019). Outra questão, já abordada em seções anteriores, é a divergência entre os objetivos das missões de paz com os interesses nacionais dos Estados.

Nesse contexto, pode-se analisar este fenômeno na Missão da ONU no Sudão do Sul (MINUSS), que tem a pretensão de assegurar a independência do país, conquistada em 2011. Assim, insere-se a participação do Batalhão de Força da Paz da China (CHNBATT) que prioriza a defesa dos objetivos de seu Estado em contrário a resolução oficial da ONU (Grigoli; Castro, 2022). O Sudão do Sul é um país com forte presença econômica chinesa, principalmente em capitais investidos na indústria petrolífera (Kumari, 2018; Maia; Ferabolli, 2020). Ademais, a proximidade do Sudão do Sul com a Etiópia possibilita a futura expansão do projeto chinês da

Rota da Seda ao interior do continente africano. Devido aos conflitos relacionados ao processo de independência, a produção de petróleo do país foi reduzida em cerca de um terço, prejudicando os interesses chineses (Kumari, 2018). A cidade de Malakal, onde a China pressionou para posicionar seu batalhão, é estratégica por estar localizada no estado de Upper Nile, onde operam os consórcios de petróleo DPOC e GPOC, controlados pela China National Petroleum Corporation (CNPC) (Grigoli; Castro, 2022).

Dentro da estrutura burocrática da UNMISS, duas entidades foram centrais para a tomada de decisão: a Célula de Operações (U3), responsável por análises de segurança no terreno, e a Célula de Planejamento (U5), incumbida de propor os locais de posicionamento das tropas. De acordo com a avaliação da U3, a região do Unity State apresentava os maiores níveis de insegurança humana e, portanto, era o local mais adequado para a alocação de tropas adicionais (Williams, 2011). No entanto, essa sugestão foi ignorada. A decisão final sobre o posicionamento do CHNBATT foi tomada pela U5, cujos principais cargos eram ocupados por oficiais norte-americanos, e que insistiu no posicionamento do batalhão chinês em Juba, capital do país, desconsiderando os dados de segurança fornecidos pelos outros comitês.

Essa decisão foi interpretada como uma estratégia política dos Estados Unidos, que desejavam manter o contingente chinês sob maior monitoramento, já que Juba se encontrava distante de Malakal, onde está situado o principal polo de atuação econômica chinesa no país. A China, por sua vez, havia pressionado pela alocação em Malakal, justificando a escolha pela necessidade de proteger seus investimentos e cidadãos, sobretudo ligados à indústria do petróleo. A decisão americana acabou saindo vitoriosa, o que gerou revolta entre os chineses. Segundo Grigoli e Castro:

> Após esses acontecimentos, a China expressou seu desagrado construindo as instalações do CHNBATT dentro de uma das bases da ONU, na capital, com uma estrutura efetivamente segregadora. O muro de cerca de 30 metros, os vários sistemas de vigilância, guardas e os inúmeros protocolos de acesso apontavam claramente para o descontentamento de Pequim com a decisão da UNMISS e, consequentemente, da ONU (Grigoli; Castro, 2022, p. 101-102).

Nesse sentido, a atuação chinesa no Sudão do Sul demonstra a dificuldade da ONU em convergir as suas resoluções com os interesses particulares dos Estados. Na ausência de uma autoridade capaz de efetivamente restringir os impulsos nacionais das Grandes Potências, a China priorizou os seus objetivos econômicos em detrimento dos objetivos acordados, o que levanta o questionamento acerca do real comprometimento do país com a missão (Lynch, 2014).

Portanto, percebe-se as dificuldades enfrentadas pelas operações de paz em articular os seus objetivos propostos. Isso acontece devido a dois fatores: a instrumentalização da Organização das Nações Unidas como palco de disputas internacionais, o que compromete a sua imparcialidade e efetividade; e o excesso burocrático em sua tomada de decisões, que atrasa a sua capacidade de ação e a torna suscetível a diversas formas de corrupção.

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Desde da fundação da ONU, missões que promovem o apaziguamento de guerras e a observância de cessar-fogos começaram a ser implementadas nas mais diversas regiões do mundo. Ao longo do tempo, suas dinâmicas mudaram significativamente. A ampliação da parceria com outras organizações internacionais

trouxe um confronto de paradigma e de renovação dos modos de trabalho das Nações Unidas. Paralelamente, observa-se falhas e oportunidades de melhoria de tais operações. Por essa razão, diversos países, organizações e grupos sociais pressionaram a ONU pela reorganização do modelo de operação, que de fato apresentou fases características ao longo de seus mais de 75 anos de atuação — vide o tópico 2 do Guia. Assim, faz-se necessário entender o relacionamento da ONU com outras organizações regionais e os movimentos internos à organização em prol do replanejamento de tais missões (Saint-Pierre; Bigatão, 2013).

## 4.1 PARCERIAS COM AGÊNCIAS DE PACIFICAÇÃO

As cooperações entre as missões de paz da ONU e seus parceiros a nível regional apresentaram fases características ao longo de sua história. Mesmo que tais missões não tivessem sido previstas pela Carta de São Francisco (1945), este documento já delimita possíveis cooperações entre os organismos da ONU e parceiros regionais (Saint-Pierre; Bigatão, 2013). Ao passar do tempo, o conceito de parceria passou por transformações, e hoje as missões de paz conjuntas "podem ser lideradas e/ou coordenadas por um Estado-membro, um grupo de Estados-membros ou por uma organização internacional" (Saint-Pierre; Bigatão, 2013, p. 29). Ou seja, a ONU está aberta e faz uso de sua habilidade de engajamento com outros atores para realização de missões de paz ao redor do mundo.

Até a década de 1990, tanto o número quanto a dimensão de operações de paz na ONU eram reduzidas (como já explorado no tópico 2.2 do Guia), assim como apresentavam um baixo nível de engajamento com parceiros internacionais. Prova disso é que, no período de 1945 a 1990, apenas três missões foram realizadas de forma conjunta com outros organismos regionais (Williams, 2017). Todavia, o fim da Guerra Fria e a reformulação das missões de paz transformaram as dinâmicas de operacionalização. Ao longo desta década, não apenas o orçamento das missões saltaria de 230 milhões para 3,6 bilhões de dólares anuais, como também há um incremento do número de tropas a serviço da ONU, que se eleva de 10 para 70 mil combatentes (Saint-Pierre; Bigatão, 2013). Dessa forma, o número de missões de paz realizadas por organismos internacionais mais do que duplicou nos últimos vinte anos, tendo sido influenciado, para além da expansão das missões da ONU, pelo aumento sem precedentes de operações realizadas por agentes externos à organização, que hoje já superam numericamente aquelas autorizadas pelo Conselho de Segurança (Bara; Hultman, 2020). A realização de algumas dessas missões, inclusive, superam em muito o porte de missões oficiais da ONU, como a AMISOM, na Somália, e a ISAF, no Afeganistão[28].

Nesse sentido, fez-se cada vez mais necessário estabelecer parcerias internacionais para realização de tais missões de forma simultânea nos diversos contextos de crises político-humanitárias ao redor do mundo (Kenkel, 2013; United Nations, 2008). Assim, tal período é igualmente marcado, primordialmente, pela proliferação de missões de paz paralela à atuação da ONU, e em segundo lugar, pelo trabalho integrado desta com seus parceiros regionais (Williams, 2017). No anos seguintes, realizaram-se missões com parceiros como a Comunidade Europeia (CE), a União Europeia (UE), a Organização da Unidade Africana (OUA) — e posteriormente a

28 Esta última contando tendo como o pico o ano de 2010, em que ultrapassou a marca de 130 mil tropas.
29 Nascido em 1934, Lakhdar Brahimi é um importante diplomata argelino. No ano 2000, foi nomeado para presidir o Painel sobre Operações de Paz das Nações Unidas, relatando limitações, falhas e oportunidades para as missões de paz da ONU no século XXI.

União Africana (UA) —, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Liga dos Estados Árabes (LEA), a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), entre muitos outros (United Nations, 2008; Kenkel, 2013; Saint-Pierre; Bigatão, 2013).

Internamente à ONU, podem ser destacados alguns movimentos que marcam uma era de maior diálogo e parcerias com outras agências regionais (Yamashita, 2012) — que até então chegavam a ser secundarizadas pelas operações de pacificação oficiais da organização. Assim, em 2000, é publicado o Report of the Panel on United Nations Peace Operations, que ficou conhecido como Relatório Brahimi[29]. Tal documento reunia lições aprendidas de missões na Somália, em Ruanda e na antiga Iugoslávia. Com ele, evidenciaram-se limitações nas abordagens da ONU e oportunidades de se firmar parcerias com organizações regionais (Paddon, 2011). Anos mais tarde, em 2009, é lançado o New Horizon, um documento apresentado pelo Departamento de Paz da ONU (DPKO, na sigla em inglês), que concebia um novo paradigma de longo prazo com missões mais modernas, ágeis e abertas a parcerias com outros agentes internacionais (Paddon, 2011). A partir disso, a ONU periodicamente publica relatórios e outros documentos que trazem sustentação e aperfeiçoamento à estratégia de parcerias objetivadas pela organização, a exemplo do The Political Practice of Peacekeeping, publicado em 2020 pelo Centro de Pesquisa em Política da Universidade das Nações Unidas (Day et al., 2020). Ou seja, embora a possibilidade de atuação conjunta em missões de paz existisse praticamente desde a fundação da organização, foi sobretudo a partir das experiências da década de 1990 que, no século XXI, a ONU veio a publicar uma série de documentos que reformularam sua forma de compreender as missões de paz e as possibilidades de parcerias com elas possíveis.

A realização de trabalhos conjuntos entre a ONU e seus parceiros internacionais introduzem uma série de dinâmicas que potencializam suas funções, e que tem como pilar de realização justamente as diferenças estruturais entre os diferentes organismos internacionais. Em um primeiro plano de análise, pode-se observar as diferentes composições do corpo de trabalho entre as operações (Kenkel, 2013). Independentemente da evolução de mecanismo da ONU já explorado neste Guia, atualmente estas são caracterizadas pelo seu grande porte e multidimensionalidade, reunindo profissionais das mais diversas áreas para uma atuação em várias frentes em campo (Williams, 2017). Para além das tropas, equipes de policiais, observadores, voluntários e até pesquisadores são enviados para realização das atividades, que se estendem por longos períodos nos países recebedores. Por sua vez, as missões concebidas regionalmente costumam ser constituídas por um corpo de trabalho mais homogêneo, caracterizando o propósito da missão, geralmente de caráter estritamente militar (Williams, 2017).

A diferença na composição do grupo de enviados às missões se relaciona à diferença de porte e de vulnerabilidade que as missões da ONU costumam ter quando comparadas às externas a ela. De uma maneira geral, as operações lançadas dentro da ONU são de grandes dimensões, multidimensionais, de longa maturação e com uma maior cautela para serem implementadas (Bara; Hultman, 2020). As missões regionais, por outro lado, geralmente possuem menores orçamentos e tropas, todavia costumam ser ágeis em responder às crises e logo colocar em prática tarefas de pacificação (Saint-Pierre; Bigatão, 2013). Por consequência, como será explorado em breve, essa disparidade de capacidades e dissincronia de modos de trabalho cria cenários tanto de complementaridade quanto de conflito.

Em grande medida, pode-se incluir a essa dinâmica uma outra variável: a sensibilidade. A maior proximidade (geográfica-político-econômica) de países em relação ao seus vizinhos ajuda a compreender a velocidade com que as operações costumam ser implementadas, além de evidenciar uma maior frequência de importantes disputas de interesse no conflito. Algumas crises podem parecer pouco urgentes para o Conselho de Segurança, em um contexto ainda confuso e com uma difícil possibilidade de atuação imparcial (United Nations, 2008; Smith, 2016). No entanto, esse mesmo conflito pode ser alarmante em sua região, com a mobilização de diferentes Estados que se encontram preocupados e prontos a intervir no conflito — por vezes justamente para se fazer valer de seus interesses (Bara; Hultman, 2020).

Assim, as diferentes naturezas de tais missões viabilizam tanto sua complementaridade de trabalhos quanto abrem margem para potenciais divergências e conflitos em suas operações (Raja Aftab Khan, 2025). A agilidade, capilaridade, engajamento e conhecimento estratégico de países envolvidos em missões de caráter regional podem ser potencializados pelo maior montante de recursos e legitimidade internacional provenientes de uma parceria com a ONU, amplificando e convergindo o trabalho de ambos os organismos em uma dada região (Smith, 2016; Williams, 2017). É imprescindível notar que esse tipo de missão é comumente realizada nos dias de hoje, e pode ocorrer de diversas maneiras. Em alguns casos, a cooperação resume-se à troca de inteligência entre os organismos. Em outros momentos, uma única organização pode ser responsável por todo trabalho prático da operação, com a outra servindo de suporte logístico, diplomático ou informacional (Saint-Pierre; Bigatão, 2013; Stojek; Tir, 2015). Ainda, são frequentes as operações em que tanto a ONU quanto a organização parceira realizam o envio de tropas e trabalham diretamente com a crise. William e Boutellis (2014) exploram esses diferentes modelos de cooperação ao analisar múltiplas operações da União Africana, que muitas vezes era assistida pela ONU. Nesses casos, os trabalhos das organizações podem se dar concomitantemente ou servirem de continuidade de mandatos (Bara; Hultman, 2020).

Para que as operações ocorram bem, uma série de procedimentos devem ser adotados por ambos os lados parceiros. A ONU exige o reconhecimento, por parte do organismo regional, da maior legitimidade das Nações Unidas como órgão competente em solucionar questões de paz (Raja Aftab Khan, 2025; Stojek; Tir, 2015). Nesse sentido, os trabalhos de tal cooperação devem ser guiados pelos interesses fundamentais da ONU e seguirem as determinações provindas do Conselho de Segurança (Saint-Pierre; Bigatão, 2013). Além desse respeito de autoridade, faz-se necessária uma clara e constante comunicação entre as partes, coordenando etapas e poupando o desperdício de recursos e duplicação de funções, incluindo um indispensável alinhamento de interesses entre os dois atores. Com isso, torna-se lúcido como a operacionalização de missões conjuntas demandam uma série de requisitos burocráticos e a partilha dos interesses da organização regional àqueles originados na ONU.

Mesmo assim, são frequentes os casos de conflito que fragilizam o andamento das operações e, com isso, minam a capacidade de atuação e sucesso das missões da ONU. Em alguns cenários, divergências políticas e de interesse podem levar a embates acerca da forma de abordagem e grupo ao qual deve ser priorizada a assistência humanitária (Raja Aftab Khan, 2025). É comum que a ONU se preocupe com a não-submissão da forma de atuação de um organismo internacional aos interesses do seu país-membro hegemônico — por exemplo, com a incorporação direta dos interesses nigerianos ao se trabalhar com a ECOWAS (Saint-Pierre; Bigatão, 2013). Ainda, diferenças estritamente burocráticas podem servir como entrave para

a coordenação de tarefas, assim dificultando a troca de informações e a realização do processo decisório (Raja Aftab Khan, 2025; Williams; Boutellis, 2014).

Por último, as discrepâncias das capacidades militares e de orçamento podem também levar a casos de dependências de um organismo regional para com os recursos da ONU, fragilizando sua autonomia e credibilidade internacional (Williams; Boutellis, 2014). Nesse sentido, por vezes a influência da ONU dentro de missões encabeçadas por organismos regionais pode ser tanta que haveria uma progressiva substituição do capacity building (a construção de capacidades conjuntas entre os parceiros, visando a complementaridade e autonomia de capacidades) pelo *capacity substitution* (uma dependência da organização regional para com os recursos da ONU, deficitária nos mais diferentes aspectos — orçamentário, logístico, técnico etc.) (Williams; Boutellis, 2014). Dessa maneira, torna-se evidente como a realização de missões de paz da ONU em conjunto com parceiros internacionais se faz imprescindível nos dias de hoje, contudo deve sempre ser acompanhada de cautela e de observação acerca dos efeitos colaterais e possíveis conflitos de diversas naturezas entre os dois atores (United Nations, 2008; Raja Aftab Khan, 2025). Afinal, a união de esforços em operações comuns, embora desejáveis, trazem consigo riscos de descompassos e conflitos entre a forma de atuação de diferentes organizações, colocando em xeque a efetividade de seus trabalhos.

## 4.2 REPENSANDO AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Ao longo de sua história, as operações de paz da ONU têm demonstrado resultados divergentes na consolidação e manutenção da paz. Se, por um lado, essas missões representam um marco histórico para o avanço do multilateralismo, a sua implementação foi frequentemente pautada pela sobreposição dos interesses nacionais aos interesses coletivos, o que, somado a violação de direitos humanos e a falta de comprometimento dos países signatários da ONU, comprometeu a eficiência e a legitimidade desse mecanismo (Lannes, 1997).

Diante dos fracassos das operações em Ruanda (1994) e na Bósnia (1995), que revelaram grandes irregularidades na proteção de civis e na resolução dos conflitos, a ONU se viu obrigada a um esforço sistemático de revisão do funcionamento de suas operações, o que culminou no Relatório Brahimi, publicado em 2000. Liderado por Lakhdar Brahimi, este documento identificou falhas no planejamento, coordenação e envio de tropas, propondo reformas para tornar as operações mais efetivas (ONU, 2000). Portanto, no início do século XXI as operações de paz passaram a ser desenhadas com mandatos mais amplos e multifuncionais, incluindo tarefas como desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de ex-combatentes, reforma do setor de segurança (RSS), fortalecimento do Estado de Direito, realização de eleições e apoio ao desenvolvimento institucional. Assim, as missões de *peacekeeping* tiveram a sua definição alterada para *nation building*, o que legitimava a intervenção da ONU em processos de crise política e enfraquecimento do Estado (Paris, 2004).

Essa profunda mudança nas missões de paz, contudo, não alcançou a eficiência almejada, na medida em que o aumento participativo da ONU em conflitos nacionais gerou críticas quanto à neutralidade da organização. A utilização de termos vagos como "fortalecimento do Estado de Direito" e "desenvolvimento institucional" permitiram a intervenção estrangeira sob objetivos pouco claros, violando a soberania e o princípio de autodeterminação das nações afetadas. Ademais, a crescente utilização de contingentes militares frequentemente gerou resultados

divergentes dos almejados, na medida em que a falta de capacidade das tropas foi substituída pelo seu excesso, o que em muitas instâncias provocou o indevido uso de força por parte dos contingentes (Maidana, 2020).

Nesse contexto, a ONU tem promovido mudanças conceituais sobre o significado da manutenção da paz e seus objetivos. Ainda no ano 2000, foi emitida a Resolução 1325 do Conselho de Segurança, que assumia o compromisso da organização com a inclusão de gênero. Nela, a ONU reconheceu a importância da participação das mulheres nos processos de paz e segurança, e passou a incorporar políticas voltadas à proteção das mulheres em situação de conflito e à promoção da igualdade de gênero dentro das próprias estruturas das missões. Um exemplo disso pode ser observado na Missão das Nações Unidas no Mali (MINUSMA), onde equipes especializadas foram mobilizadas para atuar com foco em direitos das mulheres, prevenção da violência sexual e apoio à participação política feminina (United Nations Peacekeeping, 2023).

Em 2015, foi criado o Painel de Alto Nível sobre as Operações de Paz, presidido por José Ramos-Horta, com o objetivo de avaliar os pontos fortes e fracos das operações e propor melhorias para torná-las mais eficazes. O relatório produzido pelo grupo recomendou que as operações sejam orientadas por soluções políticas e adaptadas às especificidades de cada contexto, reconhecendo que a paz duradoura não pode ser imposta externamente sem legitimidade local. Também destacou a importância do envolvimento da sociedade civil, da prevenção de conflitos e da promoção do desenvolvimento como condições para o sucesso das missões (United Nations, 2015). Essas recomendações apontam para uma tentativa de esclarecer os aparatos institucionais que norteiam as operações de paz, reconhecendo os limites das intervenções e a importância da cooperação com entidades nacionais para a consolidação de políticas de desenvolvimento eficazes.

Além disso, o relatório também abordou a necessidade de tornar as missões mais responsivas e flexíveis, adaptando-se às realidades políticas, culturais e sociais de cada país. Isso significou, na prática, a redefinição dos critérios de sucesso das operações, que passaram a considerar não apenas a ausência de violência, mas também a presença de instituições legítimas, participação popular e capacidade estatal para manter a paz (United Nations, 2015). Um exemplo dessa abordagem pode ser visto na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), onde houve ênfase no fortalecimento de mecanismos locais de reconciliação e apoio a líderes comunitários na mediação de conflitos (UNMISS, 2025).

Por fim, a visão proposta pelo Painel também influenciou os debates internos na ONU, levando ao lançamento da iniciativa "Action for Peacekeeping" (A4P) em 2018, pelo Secretário-Geral António Guterres. Essa iniciativa buscou consolidar as recomendações do relatório, priorizando soluções políticas, proteção de civis, desempenho e responsabilização das tropas, além de parcerias mais efetivas (United Nations, 2018). A partir desse conjunto de reformas, observa-se uma tentativa clara de reconceituar as operações de paz como instrumentos integrados de transformação institucional e construção de confiança, indo além da simples interposição militar.

Nesse cenário de constante reavaliação, tem sido empenhado um esforço para incorporar novas tecnologias nas operações de paz. O principal marco é o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas intitulado "A Strategy for the Digital Transformation of United Nations Peacekeeping", publicado em 2021. Apesar do documento não ser uma resolução do Conselho de Segurança, funciona como diretriz oficial para o uso de tecnologias nas operações de paz. Assim, o uso de drones para reconhecimento aéreo, inteligência artificial para análise de dados de segurança e ferramentas

digitais para monitoramento de violações de direitos humanos são exemplos de evolução tecnológica dentro do funcionamento da ONU (C4ISRNET, 2022).

Portanto, pode-se concluir que, em face dos problemas que limitam a eficiência das missões de paz, a ONU tem buscado reavaliar a sua atuação em países em situação de conflito. Em vista disso, o Painel de Alto Nível sobre as Operações de Paz e a Ação para Manutenção da Paz constituem realizações importantes para o avanço do *peacekeeping*, contribuindo para o reconhecimento de falhas que prejudicam a preservação da paz e dos direitos humanos. A realidade, porém, é muito mais complexa, de forma que existe um abismo significativo entre a teoria institucional das missões de paz e a sua aplicação concreta. Foram empregadas mais de 50 missões de paz ao redor do mundo desde o ano 2000, dentre as quais se observou inúmeros casos de corrupção, excesso de uso de força e violência sexual, o que evidencia que, apesar das tentativas de progresso, a ONU ainda carece de meios de fiscalização apropriados para a prevenção e solução de problemas (Human Rights Watch, 2019).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República da África do Sul** tem buscado, desde o fim do regime do apartheid, consolidar sua posição de liderança regional e seu compromisso com a estabilidade africana. Para isso, participa ativamente de missões de paz da ONU, principalmente dentro de seu próprio continente (United Nations, 2014). A África do Sul também promove a parceria entre a ONU e a UA para objetivos estratégicos de desenvolvimento e manutenção da paz. Exemplo disso foi seu apoio à Missão da UA e da ONU em Darfur (UNAMID), no Sudão, uma operação híbrida considerada marco na cooperação entre as instituições. Além disso, o país defende o fortalecimento da arquitetura africana de paz e segurança e tem pressionado por maior autonomia da UA na condução de missões, como ocorreu em relação à Missão da UA na Somália (AMISOM) e nas discussões sobre a responsabilidade financeira compartilhada entre ONU e UA (Institute for Security Studies, 2022; African Union, 2021). Ademais, o país utiliza a sua influência nos órgãos multilaterais para defender sua candidatura a um assento permanente. Assim, a República da África do Sul deve atuar como ponte entre as instituições africanas e o sistema multilateral das Nações Unidas, promovendo uma abordagem que valorize soluções africanas para desafios africanos, consolidando o seu papel como potência regional na formulação de políticas voltadas para as missões de paz.

A **República Federal da Alemanha** é a maior economia da União Europeia e um dos maiores contribuintes financeiros para as operações de paz da ONU. Desde a sua reunificação nos anos 1990, o país tem se tornado um dos maiores defensores do multilateralismo nas relações internacionais e ocupa um papel de liderança política dentro do cenário europeu. O país também advoga pela reforma do Conselho de Segurança, reivindicando um assento permanente dentre as demais potências (Deutschland, 2025). Nesse sentido, o posicionamento da Alemanha para com as Missões de Paz é pautado por princípios como a prevenção de conflitos, o fortalecimento da governança local e a proteção de civis, com ênfase na diplomacia e no desenvolvimento sustentável como formas de consolidar a paz. Além disso, o país investe em capacitação técnica, policiamento civil e promoção dos direitos humanos dentro das operações, reforçando seu compromisso com a paz e sua forte influência nos organismos multilaterais (Federal Foreign Office, 2023).

A **República Argentina** desde os anos 1990 vem contribuindo ativamente no envio de civis e militares para as Missões de Paz da ONU. Em 1995, foi fundado

o Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz, referência regional na formação de tropas e observadores para atuação sob mandato das Nações Unidas (Caecopaz, 2023). Adicionalmente, a Argentina utiliza sua atuação diplomática nas Nações Unidas para reforçar sua posição na disputa pela soberania das Ilhas Malvinas, buscando apoio internacional para a sua causa (CLARÍN, 2022). Nesse sentido, o país é favorável a projetos de reformulação de políticas de missões de paz da ONU, sobretudo quando visam trazer mais espaço para atores não-ocidentais, aumentando a capacidade de inserção de outros países no processo decisório. Como país contribuinte em diferentes operações, faz-se de grande importância garantir a maior eficiência e efetividade de seus trabalhos.

O **Reino da Arábia Saudit**a não tem um histórico expressivo de envio de tropas para operações militares, Riade exerce a sua influência na ONU por meio do financiamento de projetos da instituição. Um exemplo notável é o financiamento à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), à qual a Arábia Saudita destinou, desde 1994, mais de 800 milhões de dólares (UNRWA, 2023; REUTERS, 2024). Além disso, o país já contribuiu com 100 milhões de dólares para o Centro de Combate ao Terrorismo da ONU (UNCCT), bem como tem apoiado financeiramente iniciativas da UNESCO e do ACNUR (UN, 2014; UNESCO, 2023; UNHCR, 2024). A política externa saudita também é marcada pelo fortalecimento de sua posição regional através da cooperação econômica e militar com os Estados Unidos, fazendo frente ao seu principal rival na região: o Irã. Nesse contexto, a posição do país como agente das missões de paz é comprometida por graves acusações de violação dos direitos humanos, como censura da liberdade de expressão, tortura e assassinato de opositores ao regime de Mohammed Bin Salman (Human Rights Watch, 2019; Amnesty International, 2023). Ademais, em 2015 a Arábia Saudita realizou uma intervenção militar no Iêmen, marcada por ataques indiscriminados a civis, bloqueios de ajuda humanitária e uso excessivo de força, o que compromete a legitimidade saudita perante a comunidade internacional (Nações Unidas, 2019).

**A República Popular de Bangladesh** é uma nação do sudeste asiático que, até 1971, pertencia ao Paquistão. Com uma população de quase 200 milhões de pessoas, majoritariamente muçulmanas, o país é atualmente o maior contribuinte de tropas para as missões de paz da ONU, com mais de 10 mil pessoas atuando ao redor do mundo (UNRIC, 2023). Desde 1988, o país tem participado de mais de 50 operações de paz, enviando milhares de militares, policiais e civis para atuar em países como Sudão do Sul, Congo e Mali. A participação de Bangladesh na ONU está relacionada ao seu objetivo de projeção política em fóruns multilaterais, o que gera uma imagem positiva do país e aumenta a sua capacidade diplomática no cenário internacional. Ademais, o envio de tropas para o exterior contribui para a capacitação de seus contingentes militares e a profissionalização de seu exército. Bangladesh também advoga ativamente por temas como mudança climática, segurança alimentar e justiça global, visto que é um dos países mais afetados por inundações e pelo aumento do nível dos mares (Duarte, 2022). Dessa forma, o posicionamento de Bangladesh nas Nações Unidas se baseia na combinação entre seu compromisso com o multilateralismo e a busca por reconhecimento internacional como um ator responsável e engajado com as missões de paz, capaz de propor medidas pertinentes para o sucesso das operações, e assim projetando a imagem do país internacionalmente.

**A República da Bielorrússia**, ex-república da URSS, tem baixo engajamento com as missões de paz da ONU. Uma vez que, o governo é reservado e alinhado aos interesses da sua vizinha Rússia. Dessa forma, o país historicamente não reali-

zou significativas contribuições para trabalhos em outras regiões, assim como negou o recebimento de missões em seu país, sobretudo com o receio de intervenção estrangeira, especialmente em meio a alegações, partindo do Ocidente, de violações de direitos humanos e supressão de direitos políticos no país. Em anos mais recentes, contudo, o país tem iniciado um limitado apoio logístico e com recursos às missões, que não se estende ao envio de tropas (Permanent Mission of the Republic of Belarus to the United Nations, 2021; United Nations, 2025). Segundo a Belarus in Focus (2019), o maior engajamento com tais operações possui um objetivo político de criar mais canais de cooperação e diálogo com países ocidentais, servindo de uma plataforma de projeção de imagem do país no cenário internacional (Belarus in Focus, 2019; Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Belarus, 2021).

A **República Federativa do Brasil,** ao longo do século XXI, demonstra um crescente engajamento com as missões de paz da ONU como consequência de sua ambição de amplificar sua relevância dentro da instituição e até mesmo a garantir um assento permanente no Conselho de Segurança (Andrade; Hamann; Soares, 2019). Ao refletir a postura do país frente ao tema, faz-se incontornável analisar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), sob sua liderança e marco de sua participação neste tipo de operação (Kenkel, 2013). Com uma duração de 13 anos, ainda se questiona a efetividade da atuação internacional na ilha, com controvérsias acerca da sustentabilidade da operação e da real melhoria nos padrões de desenvolvimento haitiano (Bracey, 2011). Somado a isso, a partir de 2011, o país vivenciou um retraimento de sua presença em operações de paz da ONU, intensificados pelos processos de crise econômica e política que se agravaram ao longo da última década. Nesse sentido, o Brasil, então um dos principais atores na promoção de missões de paz (especialmente que envolviam baixo conflito armado), paulatinamente perdeu sua agência (Andrade; Hamann; Soares, 2019; Freire; Santos, 2017). Não obstante, o país segue interessado na temática, e adota uma postura favorável a reformas na forma com que as missões da organização são executadas, demonstrando a relevância da atuação de potências regionais na solução de crises em diferentes regiões do globo (Souza, 2012).

O **Canadá** é engajado na realização de operações de paz dentro e fora da ONU. Ao longo do século XX, foi um dos principais contribuidores com o envio de tropas para constituição das forças militares da ONU, garantindo influência e engajamento com o processo. Embora tenha proporcionalmente reduzido, ao longo do presente século, o número de soldados enviados a tais missões, segue relevante no planejamento e execução de tais missões, com a participação de equipes canadenses nas mais diferentes frentes de trabalho (De Coning; Peter, 2019; Sorenson; Wood, 2005). Por fim, é importante notar que o país também é vinculado a outras organizações internacionais que realizam missões nesse sentido, como a OTAN e a OEA, espaços em que o Canadá igualmente é membro ativo e articulado na realização de tais operações, sendo um país que sustenta tanto no campo político quanto no trabalho prático de missões, fornecendo recursos financeiros, materiais e humanos para seus trabalhos. Assim, o país defende a relevância das missões de paz internacionais, estando aberto à reformulações no tocante à forma com a qual devem ser conduzidas, almejando atingir a melhor qualidade e eficiência com o lançamento de missões ao redor do mundo (Global Affairs Canada, 2025).

Ex-colônia francesa, a **República Centro Africana** (RCA) é um país que atravessa sucessivas crises desde sua independência, em 1960. Em razão disso, o país aceitou e recebeu diversas operações de pacificação da ONU, que se substituem desde 1998. Atualmente, a RCA possui a maior missão de paz da ONU em atividade,

a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA), em vigor desde 2014 (United Nations Peacekeeping, 2019). Em fevereiro de 2025, a missão contava com mais de 18 mil enviados, com praticamente ¾ destes sendo tropas militares. A despeito do porte da operação, seus resultados têm sido mistos, com índices de desenvolvimento social que chegam a regredir ano após ano (como o aumento constante do número de crimes no país, por exemplo), além do fortalecimento de milícias em determinadas regiões do território (United Nations General Assembly, 2023). Vale notar que a MINUSCA é uma missão que ocorre com uma parceria da UA, que já vinha realizando trabalhos no país desde o ano anterior — através da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana sob Liderança Africana (MISCA), de porte limitado e militar —, contribuindo para a estruturação dos trabalhos da ONU (United Nations General Assembly, 2023). Assim, o país tem a oportunidade de destacar os desafios, êxitos e oportunidades que as operações de paz da ONU possuirão ao longo das próximas décadas.

Nas últimas décadas, a **República Popular da China** protagonizou uma ascensão militar e econômica, tendo alcançado o patamar de grande potência. Sendo membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, com poder de veto, ela é um dos principais contribuintes para o desenvolvimento das missões de paz e está entre os seus principais financiadores, com uma contribuição de 15,2% do orçamento total (United Nations, 2024), sendo superada apenas pelos Estados Unidos (New York Times, 2015; Diário do Povo Online, 2016; CRI, 2016). Historicamente, a China mantém apreensão com os organismos multilaterais por enxergá-los como um instrumento político das potências ocidentais, o que a levava a se abster das votações como forma de protesto. Desde os anos 80, contudo, o país tem demonstrado maior colaboração com essas missões. As políticas de abertura de Deng Xiaoping deram início a uma nova fase da política externa chinesa, marcada por maior assertividade e engajamento na diplomacia global, além de maior participação do país no comércio internacional (Montenegro, 2018). Nesse contexto, a presença chinesa nas Assembleias das Nações Unidas é um ponto estratégico para o país. Também é importante ressaltar que, a partir de 2013, a China lançou a Belt and Road Initiative, visando expandir a sua influência geopolítica e econômica através de obras de infraestrutura. Portanto, a participação chinesa nas missões de paz, em especial no leste africano, também serve como uma forma de proteger os seus investimentos na região (Grigoli; Castro, 2022).

A **República Democrática do Congo** é um país central na reflexão acerca da eficiência e eficácia das missões de paz da ONU. Ex-colônia belga, possui uma história de muita instabilidade e graves conflitos armados desde o período de sua independência (Combs, 1967). O país foi atravessado por guerras civis, com momentos de grave violação dos direitos humanos e de destruição da infraestrutura do país. Além disso, o país foi prejudicado por conflitos que ocorreram em sua vizinhança, como o Genocídio de Ruanda e a Guerra Civil Angolana, que invariavelmente adentraram suas fronteiras e pressionaram a estrutura nacional. Assim, o país foi palco de uma série de operações de pacificação internacional, que tem como maior exemplar a Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), que durante anos foi a maior operação de paz da organização, até ser superada pela MINUSCA. Contudo, os resultados modestos e o aumento no número de conflitos levou a um pedido, por parte do país, de retirada dos capacetes azuis de seu território até o final do ano de 2024 — processo que vem sendo adiado desde então (United Nations Security Council, 2025). Independentemente, a República Democrática do Congo é a prova das limitações

de abordagens das missões de paz. Sendo assim, o país adota uma postura crítica em relação a muitas posturas das operações de paz atuais, reconhecendo suas limitações e contribuindo para a estrutura de novos paradigmas de atuação. O país entende a necessidade de se firmar auxílios a países em graves crises, porém estas devem ser precisas em não fomentar outros conflitos, servir a interesses de potências estrangeiras nem limitar a governabilidade do país (United Nations Security Council, 2025).

A **República da Coreia** compromete-se com o envio de tropas e auxílio no planejamento de missões de paz da ONU. Atualmente, está entre os 30 países que mais enviam soldados para a realização de missões internacionais. Mesmo assim, é importante notar que o país não possui um papel central como elaborador ou receptor dessas operações. Na Coreia, a única missão militar empreendida pela ONU e realizada na península foi em meio à Guerra da Coreia, em que as tropas internacionais atuaram em seu favor, combatendo o exército norte-coreano (United Nations General Assembly, 1953; United Nations Security Council, 1950). Mesmo assim, o país tem capacidade de agregar ao debate, contribuindo com sua experiência em missões da ONU. Nesse sentido, a Coreia está aberta a dialogar com propostas que busquem modernizar ou mesmo reformular a forma pela qual são estruturadas as missões de paz da ONU. Como doador de equipamentos militares e grande contribuidor com tropas, a nação coreana preza pela capacidade ótima de trabalho de tais operações (United Nations Peacekeeping, 2025).

A **República Popular Democrática da Coreia** é um país fechado às missões de paz da ONU. Não possui vínculos com as operações internacionais, ou seja, não envia e tampouco recebe tropas em seu território. Embora nunca tenha acontecido missões de paz em solo coreano, a península já recebeu uma operação militar internacional, em meio à Guerra da Coreia (1950-1953) (United Nations General Assembly, 1953). As forças internacionais da ONU lutaram contra os norte-coreanos, tentando expandir o projeto capitalista na região (United Nations Security Council, 1950). Desde então, a política de isolacionismo constrangeu a participação sua relação com outras operações de paz lideradas pela ONU. Paralelamente, o país manteve relações de cooperação tecnológica e militar com a China e a Rússia, seus dois principais parceiros atualmente. Assim, o país mantém-se reservado em relação a propostas de reformulação de operações de paz da ONU. Contudo, fica evidente sua postura reativa à grande influência ocidental em seu processo decisório.

Nas últimas décadas, a **República de Cuba** tem se destacado como um dos países latino-americanos com maior comprometimento nas missões de paz da ONU. Apesar de seu tamanho reduzido, o país é reconhecido pela qualidade e eficácia de seus profissionais, especialmente médicos e especialistas em saúde, que atuam em contextos de conflitos e emergências humanitárias sob a égide das operações da ONU (United Nations, 2024). Desde a Revolução Cubana de 1959, Cuba tem enfrentado uma intensa repressão econômica e política por parte dos Estados Unidos, que implementou um embargo comercial no país, além de tentativas diretas de desestabilização (Goldberg, 2021). Essa pressão externa fortaleceu em Cuba uma política de resistência e defesa da soberania nacional, que se reflete em sua atuação nas missões de paz da ONU, onde o país advoga pela não intervenção e pelo respeito aos princípios da autodeterminação dos povos (MINREX, 2021).

A **República Árabe do Egito** é um ator importante ao debate tanto por ter recebido algumas das maiores missões da ONU, quanto por ser, na atualidade, um protagonista em trabalhos em outros países. O Egito recebeu a Primeira Força de

Emergência das Nações Unidas (UNEF), entre 1956 e 1967, em meio à crise decorrente da nacionalização do canal de Suez. Mais tarde, entre 1973 e 1979, recebeu a UNEF II, que buscava ajudar a resolver a Guerra do Yom Kippur, e que vigorou até a assinatura do Acordos de Paz de Camp David, em 1979 (De Coning; Peter, 2019; Sorenson; Wood, 2005). No século XXI, é um ator que expressivamente apoia a realização de missões de paz, e, assim, tornou-se um dos maiores contribuidores com tropas para missões realizadas no continente africano — seja pela ONU, seja por outras organizações internacionais, como a UA. Nesse aspecto, destacam-se suas atuações na MINUSCA, na MONUSCO e no UNIMISS, momentos em que o país firmou-se como uma nação comprometida com a estabilidade internacional, mediante o volumoso envio de equipamento militar e de tropas (Williams; Boutellis, 2014). Seu posicionamento em relação às reformulações das operações de paz é cauteloso e mais pragmático. O país entende a necessidade de se repensar políticas para o funcionamento das missões, e enxerga na cooperação com organismos regionais (especialmente o caso da UA), uma forma de complementar e aprimorar a capacidade de atuação da ONU nas diferentes regiões do mundo. Assim, como um protagonista africano na ONU, o país zela pela maior colaboração entre múltiplas organizações internacionais (Sorenson; Wood, 2005; United Nations Peacekeeping, 2025).

A **República Democrática Federal da Etiópia** é uma liderança política dentro do continente africano. Sua capital, Adis Abeba, é referência na diplomacia, sendo sede da UA e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA). Assim sendo, é visível como o país é palco de muitas decisões importantes no que tange às missões de paz da ONU no continente africano. Embora seja o centro de decisões internacionais, o país também é marcado por uma história de conflitos severos, guerras civis e de instabilidade regional. No século XXI, a Etiópia e sua vizinha Eritreia receberam a Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE), que durou de 2000 a 2008 (United Nations Security Council, 2008). O país também realiza atuações em missões a nível regional, como a Missão das Nações Unidas para a Somália (UNISOM). Ainda, está entre as onze nações que mais enviam tropas e ajuda a missões de paz na organização. Assim, sendo um dos países africanos mais influentes no processo de reflexão acerca das operações de paz da ONU (Alemu, 2025). O país busca projetar sua influência no processo decisório e operacional nas operações de paz, especialmente quando implementadas no continente africano. Ao mesmo tempo, posiciona-se de forma cooperativa com agentes extra-continentais, especialmente para a realização de missões de estabilização em regiões vitais ao país, como nos trabalhos no Chifre Africano (Alemu, 2025).

Como um dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança, possuindo poder de veto, os **Estados Unidos da América** são invariavelmente protagonistas na discussão acerca da prática e da legitimidade das missões de paz da ONU. Mais do que isso, tendo sido um ator central do sistema internacional desde o pós-Segunda Guerra, o país definiu as dinâmicas de funcionamento das operações de paz ao longo da Guerra Fria e suas transformações subsequentes ao fim desta (De Coning; Peter, 2019). Assim sendo, grande parte das missões encabeçadas pela ONU refletirá os interesses e objetivos dos Estados Unidos dentro de fóruns multilaterais (Berdal, 1994). Um fator que sustenta essa influência é o fato do país ser o maior contribuidor financeiro das operações da organização, correspondendo a mais de ¼ do orçamento total das missões (United Nations General Assembly, 2024). Tamanha influência no processo decisório torna o país igualmente cúmplice e culpado pelos insucessos dos programas. Vale notar que os Estados Unidos são atores de suma importância em diferentes organismos que também atuam em ope-

rações de pacificação, como a OTAN e a OEA (Saint-Pierre; Bigatão, 2013). Logo, o país joga com seus interesses e poder dentro destas instituições para se fazer valer seus objetivos nas instituições internacionais. Nesse sentido, é de interesse do país preservar sua relevância dentro da organização das operações da ONU, mantendo sob controle o crescente protagonismo de países não-ocidentais nessas missões. Nesse tocante, torna-se necessário lidar com a ambiguidade de assegurar a primazia norte-americana na ONU e em outros fóruns multilaterais enquanto observa-se uma constante queda do financiamento de capacidades (seja em tropas ou orçamentos) do país a essas organizações, ao passo que contribuições de outros países (notoriamente China e Índia) aumentam significativamente (Pew Research Center, 2025).

A **República Francesa** faz-se fundamental para o debate acerca das missões de paz da ONU, tanto por ser membro permanente do Conselho de Segurança, com poder de veto, quanto por seu extenso histórico de colonização nas Américas, África, na Ásia e no Oriente Médio. A forma com que se realizou os processos de exploração colonial, de independência e os atuais vínculos com suas ex-colônias permitem explicar a instabilidade que muitos destes países enfrentam até os dias de hoje. Prova disso é a ocorrência de muitas das maiores missões de paz justamente em regiões antes territórios franceses, como a Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL, em vigor desde 1978), a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização no Mali (MINUSMA, 2013-2023) e a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização na RCA (MINUSCA, em vigor desde 2014) (UN. Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions, 2025; United Nations Peacekeeping, 2019). É importante notar que, desde pelo menos o governo de Gaulle (1959-1969), o país possui atritos e discordâncias acerca do funcionamento das missões, especialmente dentro do Conselho de Segurança (Combs, 1967). Assim, a República Francesa é central na elaboração de missões, sua realização e, logo, na possível reflexão sobre suas falhas e acertos. O país mostra-se ativo e atento aos conflitos e operações de paz ao redor do mundo, especialmente em regiões com as quais historicamente possui vínculos neocoloniais, usando-se de influência política e econômica. Assim, torna-se necessário garantir a influência decisória nas missões de paz, barganhando sobre seu poder de veto no Conselho.

A **República da Guatemala** já recebeu diferentes missões internacionais de pacificação. No âmbito da ONU, destacam-se a Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA), que durou de 1997 a 2004, e a Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), de 2007 a 2019 (United Nations Peacekeeping, 2019). A percepção da sociedade guatemalteca e da comunidade internacional acerca da performance das missões tem sido mista. Por um lado, relatórios indicam uma substancial diminuição no nível de criminalidade e na ocorrência de crime organizado internacional na região. Por outro, diversos setores internos do país questionam a legitimidade e a capacidade de atuação das missões. O resultado dessa pressão nacional levou a uma não renovação do CICIG, que se encerrou no ano de 2019 (MINUGA, 2018). Dessa forma, o país possui experiências positivas e negativas a respeito do funcionamento das missões de paz da ONU, tendo margem para contribuir na reflexão sobre possíveis melhorias do paradigma da organização (United Nations Peacekeeping, 2019). Ou seja, o país posiciona-se de forma favorável à reformulação das operações de paz da ONU, buscando garantir o reconhecimento das experiências dos países que receberam tais missões, para que assim sejam alocados com maior eficiência os recursos destinados por outras nações e organizações.

Localizado na ilha de Hispaniola, nas Antilhas, a **República do Haiti** é um país que enfrenta graves crises humanitárias, a despeito da sua centralidade como

local de trabalho de organismos da ONU. Sendo reconhecido como Estado frágil por diferentes atores internacionais, incluindo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2016), o país é alvo de sucessivas intervenções pela sua pacificação e estabilização, inclusive dentro do escopo da ONU. Desde a década de 1990, a organização lançou cinco missões no país, tendo sido a maior e mais famosa delas a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que ocorreu entre os anos de 2014 e 2017 e teve o Brasil como articulador de sua operação (Bracey, 2011). Os fracassos sucessivos das operações internacionais no país põem em xeque sua capacidade de reestruturar e catapultar o desenvolvimento da região recebedora. O Haiti, logo, é um ator importante na iniciativa de se repensar o funcionamento e a legitimidade das missões de paz da ONU. O país possui propriedade para prestar uma postura crítica em relação às operações de paz, conhecendo de perto as limitações de suas abordagens (Bracey, 2011). Nesse sentido, embora o país reconheça a necessidade do auxílio internacional para suporte e reconstrução de governança, enquanto entende o valor da realização de trabalhos compreensivos com a realidade local e ausente de interesses de potências externas na região.

A **República da Índia** está localizada no subcontinente indiano e é uma das mais poderosas potências asiáticas. Contando com uma população de 1,4 bilhão de pessoas, a Índia é um dos maiores contribuintes de tropas para as missões de paz da ONU, junto de seus vizinhos Paquistão e Bangladesh. Desde os anos 1950, mais de 250 mil militares indianos participaram de operações de manutenção da paz em diversos continentes, incluindo países como Congo, Sudão do Sul, Líbano e Haiti (UNRIC, 2023), o que fortalece a participação indiana nos organismos multilaterais e contribui com o seu objetivo de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança. No entanto, apesar de suas contribuições relevantes para as Missões de Paz, a atuação indiana no cenário internacional não está isenta de controvérsias e disputas territoriais significativas. O país possui históricas tensões militares com o Paquistão na região da Caxemira, região contestada por ambos os países, além da China. Além disso, a Índia é acusado de violação dos Direitos Humanos, alegações estas que incluem: assassinatos, desaparecimentos, tortura, violência contra a mulher e perseguição de minorias religiosas (Sashikala, 2024), o que suscita questionamentos quanto a legitimidade indiana como agente de manutenção da paz.

A **República Islâmica do Irã,** historicamente tem participado de diferentes operações com o envio de tropas, excetuando-se o período de 1979 (ano de realização da Revolução Iraniana) até 1993. Nesse sentido, é importante notar o papel do país como potência militar e de inteligência, contribuindo para a realização de trabalhos securitários da ONU (Nejad, 2015). Ao mesmo tempo, o Irã faz-se geograficamente importante pela sua grande proximidade com algumas das zonas mais turbulentas e de maior implementação de missões de paz, como o Levante, o Cáucaso e o Sul da Ásia. É importante notar que o Irã já recebeu uma missão de monitoramento de paz da ONU, o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas no Irã e Iraque (UNIIMOG), em 1988, em meio ao confronto com seu país vizinho (UNIMOG, 2018). Assim, o Irã posiciona-se de forma cooperativa em relação à realização de missões de paz, porém sempre de maneira cautelosa e reservada em relação à projeção ocidental em tais operações, sobretudo ao se tratar de regiões estratégicas ao país. Ou seja, o país zela pela maior diversidade de operações e pela maior atenção à agência regional. Nesse sentido, a autonomia, tal qual a busca pela queda do isolacionismo, são temas centrais na política externa do país para o tema (Ghelich, 2022).

O comprometimento do **Estado de Israel** com as Missões de Paz da ONU é historicamente comprometido pelos conflitos com os países árabes e, sobretudo,

com o povo palestino. O país já colaborou, direta e indiretamente, com missões como a UNIFIL no Líbano e a UNDOF nas Colinas de Golã, mas frequentemente critica a ONU por suposta parcialidade em favor dos países árabes e por não condenar com veemência os grupos armados que operam próximos às suas fronteiras (Aran, 2020). Recentemente, o genocídio na Faixa de Gaza agravou a percepção negativa de Israel dentro do sistema multilateral, visto que, além dos crimes cometidos pelo país, propostas de envio de missões de paz ou observadores internacionais à região são frequentemente rechaçadas por Tel Aviv, que considera tais intervenções uma ameaça à sua soberania e à sua segurança nacional (CNN Brasil, 2024).

A **República do Iêmen** é hoje um dos países mais pobres do mundo devido à devastação causada por conflitos armados. Em 2015, a guerra civil iemenita foi agravada diante de uma intervenção militar liderada pela Arábia Saudita, o que resultou na maior crise humanitária da atualidade (UNRIC, 2024). A situação humanitária catastrófica e os constantes embates entre as forças governamentais e grupos extremistas motivaram a atuação da ONU, ainda que o país não tenha recebido uma missão de paz tradicional com tropas no terreno. Isso é devido à complexidade do conflito interno e a fragmentação do território entre diversos atores armados, o que gera riscos significativos à segurança do pessoal da ONU (UNOPS, 2024). Em vez disso, a organização estabeleceu iniciativas como o Escritório do Enviado Especial e a Missão de Apoio das Nações Unidas em Hodeida (UNMHA), focada na supervisão do cessar-fogo local e na proteção de infraestruturas essenciais (United Nations, 2023). A ONU tem tentado intermediar um cessar-fogo e apoiar processos de diálogo, como o Acordo de Estocolmo, de 2018, mas os avanços têm sido limitados e a situação do país permanece extremamente frágil. Dessa forma, a República do Iêmen deve se posicionar em prol da atuação da ONU como meio de resolução de seus conflitos internos, apoiando o envio de missões civis de monitoramento, observadores internacionais e iniciativas humanitárias que favoreçam o cessar-fogo e a reconstrução política e securitária do país (United Nations, 2023).

O **Estado do Japão** passou a representar um papel mais significativo nas missões de paz da ONU após a revisão de sua legislação nos anos 1990, o que permitiu o envio de forças de autodefesa para operações internacionais de manutenção da paz (Ministério das Relações Exteriores do Japão, 2023). Até então, o país restringia completamente o envio de tropas ao exterior devido a sua Constituição pacifista do pós-Segunda Guerra Mundial, porém atualmente equilibra a sua limitada ajuda militar com extensa contribuição financeira, sendo o terceiro maior contribuinte, apenas atrás de Estados Unidos e China (Deutsche Welle, 2017). Além disso, o Japão tem sido ativo no debate sobre a reforma do Conselho de Segurança, buscando ampliar o seu poder dentro da instituição. Dessa forma, o Estado do Japão deve posicionar-se como um ator comprometido com a promoção da paz internacional por meio de uma atuação equilibrada, que combine sua participação gradual em missões de manutenção da paz com uma robusta contribuição financeira e diplomática (Deutsche Welle, 2017).

A **República da União de Mianmar** é um país do sudeste asiático que vive um período de conturbada conjuntura política. Em 2021, um golpe militar iniciou uma crise política que dura até os dias de hoje, com repressão de protestos civis e manifestação popular. Myanmar também é acusado de perseguir minorias étnicas, especialmente os rohingyas, um grupo muçulmano apátrida que sofreu uma campanha de limpeza étnica a partir de 2017, descrita pela ONU como possível genocídio (UN News, 2018). Nesse contexto, o Conselho de Segurança da ONU condenou a situação e, como resultado, Mianmar não participa ativamente das operações de paz e tampouco as recebe, permanecendo em isolamento diplomático no cenário internacional.

Ainda assim, a organização mantém presença humanitária limitada no país e esforços diplomáticos para mitigar a crise (UNRIC, 2023). Dessa forma, o posicionamento de Mianmar diante das missões de paz da ONU é marcado por uma postura defensiva e de rejeição à intervenção internacional, o que reflete sua atual condição de isolamento e desacordo com os princípios fundamentais que regem as operações de manutenção da paz, o que coloca o país na posição de questionar a legitimidade e imparcialidade das Missões de Paz da ONU.

A **República Federal da Nigéria**, país com a maior população dentro do continente africano e uma das maiores economias, é um ator incontornável na análise das missões de paz na África (United Nations - Department of Economic and Social Affairs, 2024). Embora nunca tenha recebido uma missão de paz oficial para solucionar crises internas, em alguns momentos contou com auxílios indiretos da ONU para o combate a milícias internas, como ao *Boko Haram* (United Nations, 2024). O país busca projetar sua influência e imagem no continente africano, e, nesse sentido, apoia o emprego de missões de paz, embora reconhecendo limitações no que diz respeito às suas capacidades de promover a segurança sem auxílio de organizações internacionais em cooperação. A Nigéria também compõe a ECOWAS, organização regional que igualmente realiza operações de paz locais, por vezes com auxílio técnico e logístico de parceiros como a ONU (Sorenson; Wood, 2005). Sendo um país central para a economia, política e segurança africanas, a Nigéria mostra-se como uma articuladora entre a ECOWAS, a UA e a ONU. Assim, o país igualmente contribui à discussão de forma a concordar com processos de reformulação das operações da ONU, tendo como enfoque as oportunidades geradas pelo trabalho conjunto entre diferentes organizações internacionais em diferentes esferas. Assim, o país trabalha pela união de expertises, recursos humanos e financeiros, além da união de tropas provenientes de possíveis parcerias entre organizações internacionais a nível regional, continental e mundial (Sorenson; Wood, 2005).

A **República Islâmica do Paquistão** está entre os principais contribuintes de tropas para as missões de paz das Nações Unidas. Desde 1960, o país já enviou mais de 200 mil soldados para 46 operações ao redor do mundo (UNRIC, 2023). O engajamento paquistânes aos fóruns multilaterais está relacionado com a projeção de sua diplomacia internacional e a ampliação de sua influência para os países sede das missões, principalmente na África e no Oriente Médio. Além disso, o Paquistão participa da disputa territorial com a Índia pela Caxemira, de forma que as missões de paz contribuem para o treinamento de suas Forças Armadas e para a profissionalização de seu exército (ULLAH SHAH, 2020). Existem, porém, alegações de má conduta dos soldados paquistaneses, com registros de abusos sexuais e violência contra civis no Haiti e no Congo, o que levou a ONU a reforçar os mecanismos de treinamento e aplicação da justiça (Essa, 2017).

O **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** é também um país membro permanente do Conselho de Segurança, com poder de veto, e um dos atores mais diretamente envolvidos com as operações de paz ao longo da história da ONU. A descolonização da maior parte de seus domínios ultramarinos, processos que muitas vezes foram feitos de maneira tensa e conflituosa, potencializam disputas de poder e legitimidade nas nações recém-fundadas. Algumas das missões mais emblemáticas da ONU foram (e ainda são) realizadas em antigas colônias britânicas: Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO), no Oriente Médio (em vigor desde 1948), o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (em vigor desde 1949) e a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (ativa desde 2011) (United Nations Peacekeeping, 2019). Assim, é um país muito importante

na reflexão acerca da legitimidade e eficácia das missões da ONU. Dessa forma, torna-se uma questão fundamental ao país posicionar-se de modo a garantir sua influência no processo decisório das missões de paz enquanto lida com a crescente influência e autonomia de atores estatais em áreas de histórica influência sua, como no continente africano, Oriente Médio e subcontinente índico.

A **Federação Russa** é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, desempenhando papel central na dinâmica das relações internacionais atuais. Sua atuação nas missões de paz da ONU é bastante complexa, especialmente devido às tensões diplomáticas com os Estados Unidos e o continente europeu, agravadas com a Guerra na Ucrânia. Dessa forma, o apoio russo às operações de paz é bastante limitado quando comparado a sua importância militar e econômica. A Rússia é acusada de utilizar a sua posição no Conselho de Segurança para vetar resoluções que considera contrárias aos seus interesses estratégicos (G1, 2017; Security Council Report, 2023; Sipri, 2022). Além disso, a anexação da Crimeia em 2014 e o início da guerra em larga escala contra a Ucrânia em 2022 colocaram o país sob severas sanções internacionais, contribuindo para o isolamento diplomático da Rússia com o ocidente e afetando sua legitimidade como ator de manutenção da paz (BBC, 2022) Dessa forma, a Federação Russa deve se posicionar de maneira cautelosa nas discussões sobre operações de paz, apresentando uma postura cautelosa em relação ao ocidente. O país tende a apoiar operações que estejam alinhadas com seus interesses geopolíticos como na Síria, Mali e República Centro-Africana, ao mesmo tempo em que resiste a intervenções que envolvam regimes aliados ou ameacem sua esfera de influência regional.

Sendo uma ex-colônia belga, a **República de Ruanda** é um país impactado por conflitos regionais e por uma guerra civil, período em que ocorreu o Genocídio em Ruanda (1994). Já à época, a incapacidade, desinteresse e descompromisso da ONU e da comunidade local para com as graves crises humanitárias ocorridas no país, visto a letargia da organização em enviar forças de apaziguamento à região, põem em xeque a real capacidade das organizações e demais atores internacionais em resolverem conflitos humanitários ao redor do mundo. Ruanda chegou a receber duas missões: a Missão de Observadores das Nações Unidas em Uganda-Ruanda (UNOMUR), entre 1993 e 1994, e a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), entre 1993 e 1996 (United Nations Security Council, 1999; United Nations Peacekeeping, 2019). Naquela mesma década, o país acolheu o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, concebido pelo Conselho de Segurança, e com o objetivo de julgar as sucessivas violações de direitos humanos ocorridas na região. Atualmente, o país apresenta-se como um ator importante no debate acerca da legitimidade e eficiência das operações da ONU. Ao mesmo tempo, é um dos atores mais comprometidos com o envio de tropas para missões internacionais em missões de paz da ONU, figurando na segunda posição na lista de países que mais contribuem com o envio de pessoas (United Nations Peacekeeping, 2025). Assim, a memória viva da incapacidade da ONU em resolver graves crises humanitárias em seu país fazem com que Ruanda seja um protagonista na busca pela reformulação e aperfeiçoamento das práticas da organização, defendendo as oportunidades trazidas pela cooperação com outras nações.

A participação da **República da Sérvia** nas missões de paz da ONU insere-se em um esforço diplomático para reconstruir sua imagem internacional após o período de conflitos violentos e isolamento durante as Guerras da Iugoslávia nos anos 1990. O envolvimento sérvio nos conflitos gerou sanções internacionais e processos no Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII), criado pela ONU em 1993 para julgar crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade ocorridos durante os conflitos na região nos anos 1990, o que deixou o país politicamente isolado por parte

da década de 1990 (BBC, 2015). Desde o início dos anos 2000, com a queda do regime de Slobodan Milošević, a Sérvia iniciou um processo de reconstrução de sua política externa, buscando reintegração ao sistema internacional e promoção de uma imagem pacífica e cooperativa. A participação sérvia em missões de paz, portanto, insere-se no contexto de redimir os conflitos passados e melhor inserir o país nas dinâmicas diplomáticas contemporâneas (Radojević; Blagojević, 2022).

A **República Federal da Somália** tem sido um dos países mais impactados por conflitos internos e instabilidade política nas últimas décadas, o que motivou uma extensa presença das missões de paz da ONU em seu território. Desde a criação da Missão da ONU na Somália (UNOSOM) em 1992, a comunidade internacional tem buscado apoiar a reconstrução do país, a restauração da ordem e a proteção dos civis em meio a conflitos entre grupos terroristas. Contudo, a UNOSOM enfrentou severas críticas devido à sua falta de preparo e à incapacidade de conter a violência (Feilke, 2007). Além disso, a missão foi acusada de falhas no entendimento do contexto local e de negligência em proteger a população civil, o que gerou dúvidas sobre a eficácia das operações de paz no país (Hirst, 2004). Atualmente, a Somália conta com o apoio da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), apoiada pela ONU, que reforça o esforço multilateral para estabilizar a região e combater o terrorismo, especialmente o grupo *Al-Shabaab* (African Union, 2024). Assim, tendo sido palco das inúmeras contradições presentes nas missões de paz, a República Federal da Somália deve contribuir com uma reflexão crítica acerca dos limites e potencialidades dessas operações, especialmente em contextos de fragilidade institucional e violência persistente. A experiência somali evidencia que o sucesso de uma missão de paz depende não apenas do envio de tropas ou de recursos internacionais, mas também do respeito às dinâmicas locais e do fortalecimento das instituições nacionais.

A **República da Turquia** tem desempenhado um papel cada vez mais ativo nas missões de paz da ONU como parte de uma estratégia diplomática que busca consolidar sua posição como potência regional e mediadora em conflitos internacionais. Com participação em missões em países como Kosovo, Líbano, Congo e Somália, a Turquia fornece tropas, apoio logístico e assistência humanitária. Além de sua presença em operações sob comando da ONU, o país também atua por meio de operações da OTAN para ampliar sua influência geopolítica no Oriente Médio, nos Bálcãs e na África (Kirişci, 2011). A política externa turca nas últimas décadas passou por uma transformação, especialmente sob o governo de Recep Tayyip Erdoğan, adotando uma abordagem que visa reforçar os vínculos com ex-regiões otomanas e ampliar seu soft power por meio de ajuda humanitária, educação e presença diplomática (Davutoğlu, 2010). A Turquia também tem buscado usar sua atuação em missões de paz como instrumento para fortalecer sua candidatura a um assento no Conselho de Segurança fazendo destas operações parte fundamental de sua projeção internacional.

A **Ucrânia** atualmente está em guerra com a Rússia, no que constitui um dos principais conflitos armados do século XXI. Com o fim da União Soviética, o país tornou-se independente e passou a contribuir para as missões de paz da ONU com financiamento e envio de tropas, destacando-se a sua participação na Iugoslávia nos anos 1990, no Líbano (UNIFIL) e na República Democrática do Congo (MONUSCO) em tempos recentes. Contudo, com o início das hostilidades em seu território, o país viu-se forçado a retirar os seus contingentes para fortalecer a sua defesa nacional (United Nations, 2023). Nesse sentido, o país se encontra no centro das discussões acerca do direito humanitário, e deve tentar concentrar esforços globais para mediar um cessar-fogo para a Guerra da Ucrânia e condenar os ataques russos (Hansler, 2025). Além disso, o país defende reformas no Conselho de Segurança da ONU para

ampliar a representação de países não permanentes e garantir maior eficácia no tratamento de crises internacionais (Brown, 2022).

A **República Bolivariana da Venezuela** nunca foi palco de missões de paz da ONU, tampouco foi protagonista em operações ao redor do mundo. O que ocorre é uma postura mais reservada e menos engajada do país em relação à questão. Elemento que corrobora com isso é o baixo engajamento e envio de tropas nacionais para operações pela ONU (United Nations Peacekeeping, 2019). Internamente, utiliza-se da retórica da soberania nacional como forma de recusar potenciais operações no país. Externamente, suas relações mais próximas com os governos da Rússia e da China, membros permanentes do Conselho de Segurança, conferem maior apoio ao posicionamento venezuelano. Assim, justamente por ser um ator pouco envolvido com as operações da ONU, pode desempenhar uma postura mais crítica a respeito de seu funcionamento e limitações, contrapondo a grande influência que nações ocidentais mantêm sobre o processo decisório e de implementação de operações (Stojek; Tir, 2015).

## QUESTÕES A PONDERAR

1) É possível afirmar que o movimento de reformulação das missões de paz da ONU, na década de 1990, realmente trouxe melhorias significativas em sua realização?

2) Quais são os principais entraves burocráticos e políticos para um novo momento de reorganização do paradigma das missões da ONU?

3) Em que contextos as missões lideradas por organismos regionais demonstram maior eficácia do que aquelas coordenadas pela ONU, e por quê?

4) De que forma é possível garantir uma maior participação de nações em desenvolvimento no processo decisório das missões?

5) Como reduzir os efeitos colaterais da permanência de tropas internacionais em um Estado, considerando sua soberania, sociedade e economia?

6) Quais lições podem ser aprendidas com base nas missões de paz que atualmente apresentam um baixo nível de efetividade?

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Arthur Albuquerque Lemos. **Da estabilização ao apoio à justiça: uma análise da MINUSTAH e da MINUJUSTH como referências dos marcos onusianos de peacekeeping e peacebuilding aplicados sobre a conjuntura histórica da República do Haiti.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

AFRICAN UNION. **African Union Transition Mission in Somalia (ATMIS): Mandate and Role. Addis Ababa: African Union**, 2024. Disponível em: https://au.int/en/atmismandate. Acesso em: 4 ago. 2025.

ALEMANHA e a ONU: de excluída a potência diplomática. **Deutschland.**de, 2025. Disponível em: https://www.deutschland.de/pt-br/topic/politica/a-alemanha-na-onu. Acesso em: 4 ago. 2025.

ALEMU, Tekeda. Ethiopia and UN Peacekeeping. SSI, FDRE Defence War College, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 186-188, 2024. Disponível em: https://ejol.aau.edu.et/index.php/edjss/article/download/10711/8376/20447. Acesso em: 4 ago. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Saudi Arabia** 2023. Londres: Amnesty International, 2023. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/location/middle-east-and-north-africa/saudi-arabia/report-saudi-arabia/. Acesso em: 4 ago. 2025.

ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades. Brasília, DF: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2442). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 4. ago. 2025.

ARAN, Amnon. Israeli foreign policy towards Turkey since 2011: from adverse asymmetry to equivalence? **International Politics**, v. 47, n. 3, p. 388–404, 2020. DOI: https://doi.org/10.1057/s41311-024-00654-w. Disponível em: https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/34532/. Acesso em: 4 ago. 2025.

AUTESSERRE, Séverine. **The Trouble with the Congo: Local Violence and the Failure of International Peacebuilding.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 344 p. (Cambridge Studies in International Relations).

BARA, Corinne; HULTMAN, Lisa. **Just Different Hats? Comparing UN and Non-UN Peacekeeping. International Peacekeeping,** v. 27, n. 3, p. 341–368, 26 maio 2020. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13533312.2020.1752978. Acesso em: 4 ago. 2025.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. **Understanding Peacekeeping.** 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010.

BERDAL, Mats R. The Security Council, peacekeeping and internal conflict after the Cold War. **Duke Journal of Comparative & International Law**, Durham, v. 7, n. 1, p. 71–92, 1996. Disponível em: https://scholarship.law.duke.edu/djcil/vol7/iss1/4/. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 315–331, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cint/a/k6YfCdgfSZTvYk4jVpsKFgp. Acesso em: 4 ago. 2025.

BROWN, Michael E. Reforming the United Nations Security Council: Enhancing

Effectiveness and Legitimacy. **International Affairs Review**, v. 98, n. 2, p. 345–368, 2022. Disponível em: https://iarjournal.org/reforming-un-security-council. Acesso em: 4 ago. 2025.

CAECOPAZ. Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz. **Ministério da Defesa da Argentina,** 2023. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/caecopaz. Acesso em: 4 jun. 2025.

CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade.** 2012. Doutorado em Economia do Desenvolvimento — São Paulo: Universidade de São Paulo, 3 de maio de 2012.

CHINA increases UN peacekeeping role as part of global strategy. **The New York Times**, 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/04/24/world/asia/china-un-peacekeeping.html. Acesso em: 4 ago. 2025.

CHINA na ONU: contribuição para as missões de paz. **CRI Português**, 2016. Disponível em: https://english.cri.cn/podcast/news/5/A-powerful-Chinese-military-contributes-to-global-stability/2704539. Acesso em: 4 ago. 2025.

COMBS, James Joseph. France and United Nations Peacekeeping. **International Organization**, v. 21, n. 2, p. 306–325, 1967. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/france-and-united-nations-peacekeeping/CD82C25DEB80E2A4179EE2511F013151. Acesso em: 4 ago. 2025.

CONSELHO de Direitos Humanos: relatório sobre o Iêmen. **UN News**, 2019. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2019/03/1644791. Acesso em: 4 ago. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1542 (2004)**. Nova York: ONU, 2004. Disponível em: https://undocs.org/S/RES/1542(2004). Acesso em: 23 jun. 2025.

_____. **Resolução 1529 (2004).** Nova York: ONU, 2004. Disponível em: https://undocs.org/S/RES/1529(2004). Acesso em: 23 jun. 2025.

CRIMEIA: como a Rússia anexou a península da Ucrânia em 2014. **BBC News Brasil,** 18 mar. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60784167. Acesso em: 4 jun. 2025.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Profundidade Estratégica: A posição internacional da Turquia.** Istanbul: Küre Yayınları, 2010.

DAY, Adam et al. **The political practice of peacekeeping: how strategies for peace operations are developed and implemented.** Tokyo: United Nations University, 2020.

DE CONING, Cedric. UN Peace Operations and Changes in the Global Order: Evolution, Adaptation, and Resilience. *In:* DE CONING, Cedric; PETER, Mateja (org.). **United Nations Peace Operations in a Changing Global Order.** Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 297–317. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-99106-1_15. Acesso em: 25 abr. 2025.

DE CONING, Cedric; PETER, Mateja (orgs.). **United Nations Peace Operations in a Changing Global Order.** Cham: Springer International Publishing, 2019. Disponível em: https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-99106-1. Acesso em: 4 ago. 2025.

DUARTE, Gabriela. Bangladesh: da pobreza à liderança nas missões da ONU. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2022. Disponível em: https://mondediplo.com.br/bangladesh-da-pobreza-a-lideranca-nas-missoes-da-onu/. Acesso em: 4 ago. 2025.

DUFFIELD, Mark. Development, S**ecurity and Unending War: Governing the World of Peoples.** Cambridge: Polity, 2007.

DURCH, William J. The U.N. Operation in the Congo. In: DURCH, William J. (ed.). **The Evolution of UN Peacekeeping: Case Studies and Comparative Analysis.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 315–352.

ESSA, Romina. ONU e o escândalo das tropas paquistanesas no Haiti. **Al Jazeera**, 2017. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2017/10/17/un-investigates-sexual-abuse-by-pakistani-troops-in-haiti. Acesso em: 4 ago. 2025.

EUROPEAN Peace Facility - Consilium. 2021, **European Union.** Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/policies/european-peace-facility/. Acesso em: 11 abr. 2025.

FEILKE, Andreas. Somália: missão da ONU fracassou. **Deutsche Welle**, 2007. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/som%C3%A1lia-miss%C3%A3o-da-onu-fracassou/a-2512229. Acesso em: 4 ago. 2025.
FERABOLLI, Silvia; MAIA, André Valente. O petróleo como elo entre o Sudão do Sul e a China. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 9, n. 17, p. 450–475, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.30612/rmufgd.

v9i17.12050. Acesso em: 24 ago. 2025.

FORTNA, Virginia Page. **Does peacekeeping work? shaping belligerents' choices after civil war.** Princeton: Princeton University Press, 2008.

FREIRE, Ricardo Rodrigues; SANTOS, Marcos Cardoso Dos. O Brasil e as operações de paz. **Revista da Escola Superior de Guerra,** v. 32, n. 65, p. 161–172, 31 ago. 2017. Disponível em: https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/955/837. Acesso em: 4 ago. 2025.

GERMANY'S engagement in United Nations peacekeeping missions. **Federal Foreign Office of Germany**, 2023. Disponível em: https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/themen/friedenssicherung/peacekeeping/227046. Acesso em: 4 ago. 2025.

GOLDBERG, Jeffrey. Cuba e o bloqueio dos EUA: legado da Guerra Fria. **The Atlantic**, 2021. Disponível em: https://www.theatlantic.com/international/archive/2021/07/cuba-us-embargo-history/619225/. Acesso em: 4 ago. 2025.

GUÉHENNO, Jean-Marie. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. [S. l.]: Department of Peacekeeping Operations, 2020. Acesso em: 4 ago. 2025.

GRIGOLI, Guilherme de Araujo; CASTRO, Lucas Amorim Poyares. A ONU e a diplomacia militar: a influência das agendas nacionais na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 13, n. 62, p. 92–109, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/122070. Acesso em: 24 abr. 2025.

GWATIWA, Tshepo. **The African Union and African Agency in International Politics.** Cham: Springer International Publishing, 2022. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-030-87805-4. Acesso em: 25 abr. 2025.

HANSLER, Jennifer. Ucrânia: atuação na ONU durante o conflito com a Rússia. **CNN International**, 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/03/15/world/ukraine-united-nations-role-intl/index.html. Acesso em: 4 ago. 2025

HIGGINS, Rosalyn. **Problems and process: international law and how we use it.** Oxford: Clarendon Press, 1994. p. 184. Acesso em: 4 ago. 2025
HIRST, Monica. **A ONU e os dilemas da paz na Somália.** FGV, Rio de Janeiro. 2004.

INTERVENCIÓN del representante de Cuba en la Cuarta Comisión de la Asam-

blea General de la ONU sobre las operaciones de mantenimiento de la paz. **Ministerio de Relaciones Exteriores (MINREX).** Havana, 28 out. 2021. Disponível em: https://misiones.cubaminrex.cu/es/articulo/cuba-defiende-principios-de-no-intervencion-en-onu. Acesso em: 4 ago. 2025.

ISRAEL se opõe à presença da ONU em Gaza e rejeita missões de paz. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/gaza-registra-novas-mortes-por-fome-e-de-moradores-que-buscavam-ajuda/. Acesso em: 4 ago. 2025.

JAPÃO aprova envio de tropas para missões da ONU. **DW Brasil**, 2017. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/jap%C3%A3o-aprova-envio-de-tropas-para-miss%C3%B5es-da-onu/a-40456344. Acesso em: 4 ago. 2025.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 122–143, 2013. Disponível em: https://rebrapaz.com/wp-content/uploads/2020/11/neves-nischio-marcondes_resumo.pdf Acesso em: 24 abril. 2025.

KIRIŞCI, Kemal. **Turkey's Engagement with Peacekeeping Operations.** Brookings Institution, 2011. Disponível em: https://www.brookings.edu/expert/kemal-kirisci/. Acesso em: 4 ago. 2025.

KUMARI, Mamata. China's Peacekeeping Operations in Africa. The Journal of International Issues, v. 22, n.2 (summer), pp.106-119. 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48520069>. Acesso em: 06 jun. 2025.

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. Manutenção da paz e o sistema de segurança coletiva da ONU: uma análise crítica das novas tendências. **Instituto de Estudos Avançados da USP,** 1997. Disponível em: https://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/lannesmanutencaodapaz.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

LEPPERT, Rebecca. **How the United Nations is funded, and who pays the most.** Pew Research Center, 31 jul. 2025.

LOPES, Gabriel Vera. Há sete anos, Brasil encerrava ocupação militar no Haiti com saldo de 30 mil mortos. **Brasil de Fato**, Havana, 15 out. 2024. Disponível em: brasildefato.com.br/2024/10/15/ha-sete-anos-brasil-encerrava-ocupacao-militar-no-haiti-com-saldo-de-30-mil-mortos/. Acesso em: 23 jun. 2025.

LYNCH, Colum. U.N. peacekeepers to protect China's oil interests in South Sudan. **Foreign Policy**, 16 jun. 2014. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2014/06/16/u-n-peacekeepers-to-protect-chinas-oil-interests-in-south-su-

dan/. Acesso em: 23 jun. 2025.

MAIDANA, Javier Rodrigo. As gerações das operações de paz das Nações Unidas: retratos de experiências históricas no processo de manutenção da paz internacional. *In*: **GRUPO DE PESQUISA IUS COMMUNE**, 2020, Florianópolis. Comunicação apresentada no Grupo de Pesquisa Ius Commune, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: https://iuscommune.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Javier-Maidana.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

MEARSHEIMER, John. Why the UN is powerless. Entrevista (vídeo) concedida a Lex Fridman. YouTube, 10 maio 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yujm2t6Esp4. Acesso em: 23 jun. 2025

MECANISMO Europeu De Apoio À Paz. **Eurocid**. 2022. Disponível em: https://eurocid.mne.gov.pt/mecanismo-europeu-de-apoio-paz. Acesso em: 11 abr. 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO. Peacekeeping and Japan's role. **Ministério das Relações Exteriores do Japão.** Tokyo: MOFA, 2023. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/un/peacekeeping/. Acesso em: 4 ago. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE REPUBLIC OF BELARUS. **The United Nations Organisation. Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Belarus**, 2021. Disponível em: https://mfa.gov.by/en/ Acesso em: 4 ago. 2025.

MINSK wants to join UN peacekeeping for political reasons - Belarus in Focus Information Office. Belarus in Focus, 21 jul. 2019. Disponível em: https://belarusinfocus.pro/security-issues/minsk-wants-join-un-peacekeeping-political-reasons/. Acesso em: 28 jul. 2025.

MINUGA. **MINUGUA: Guatemala.** Disponível em: https://peacekeeping.un.org/mission/past/minuguabackgr.html. Acesso em: 4 ago. 2025.

MONTENEGRO, Paulo Henrique. China e política externa: das reformas ao protagonismo global. **Revista Conjuntura Global,** v. 6, n. 1, 2018. Disponível em: https://conjunturaglobal.com.br/numero/6-1/china-politica-externa. Acesso em: 4 ago. 2025.

MYANMAR ONU denuncia limpeza étnica contra rohingyas. **UN News**, 2018. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2018/08/1016122. Acesso em: 4 ago. 2025.

NEJAD, Hassan Naghdi. Iran Statement. **United Nations Peacekeeping**, 2015. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/iran-statement-nejad-2015. Acesso em: 4 ago. 2025.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. **Entre a guerra e a paz: a política internacional das operações de paz da ONU.** Curitiba: Appris, 2021.

_____. Missões de estabilização e a virada robusta das operações de paz da ONU. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 9, n. 1, p. 97–125, 2022. Disponível em: https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75179. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.** São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/un-charter. Acesso em: 23 jun. 2025.

_____. **Relatório do Painel sobre Operações de Paz das Nações Unidas.** Nova York: ONU, 2000. Disponível em: https://undocs.org/A/55/305. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) – Background.** Nova York: ONU, 2017. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah. Acesso em: 23 jun. 2025.

PADDON, Emily. Partnering for Peace: Implications and Dilemmas. **International Peacekeeping**, v. 18, n. 5, p. 516–533, nov. 2011. DOI: 10.1080/13533312.2011.598315. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271939378_Partnering_for_Peace_Implications_and_Dilemmas. Acesso em: 23 jun. 2025.

PARIS, Roland. **At War's End: Building Peace after Civil Conflict.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PERMANENT MISSION OF THE ISLAMIC REPUBLIC OF IRAN TO THE UNITED NATIONS. Permanent Mission of the Islamic Republic of Iran to the United Nations. **Peacekeeping operations in all their aspects 4th Committee.** 3 nov. 2022. Disponível em: https://newyork.mfa.ir/portal/product/10054/451/Statement-on-Comprehensive-review-of-the-whole-question-of-Peacekeeping-operations-in-all-their-aspects-4th-Committee. Acesso em: 29 jul. 2025 PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF BELARUS TO THE UNITED NATIONS. Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Belarus. **History of Belarus and UN.** Disponível em: https://un.mfa.gov.by/en/history/. Acesso em: 24 maio. 2025.
PETER, Mateja. Peacekeeping: Resilience of an Idea. In: DE CONING, Cedric;

PETER, Mateja (org.). **United Nations Peace Operations in a Changing Global Order.** Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 25–44. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-99106-1_2. Acesso em: 25 abr. 2025.

RADOJEVIĆ, Slobodan M.; BLAGOJEVIĆ, Srđan. National interest of the Republic of Serbia for participation of Serbian Armed Forces in peacekeeping operations. **Institute of Political Studies**, Belgrade, v. 83, n.1, p. 141-160. 2022. DOI: 10.5937/spm83-48311. Disponível em: https://www.ips.ac.rs/en/publications/national-interest-of-the-republic-of-serbia-for-participation-of-serbian-armed-forces-in-peacekeeping-operations/. Acesso em: 4 ago. 2025

RAJA AFTAB KHAN. Challenges in International Peace Operations: Strengthening Partnership Peacekeeping. **NUST Journal of International Peace & Stability.** Islamabad, v8, n. 1, p. 106–115, 31 jan. 2025. DOI: https://doi.org/10.37540/njips.v8i1.199. Disponível em: https://njips.nust.edu.pk/index.php/njips/article/view/199. Acesso em: 25 abr. 2025.

RÚSSIA veta resolução da ONU sobre Síria. **G1 Mundo**, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/russia-veta-resolucao-da-onu-sobre-siria.ghtml. Acesso em: 4 ago. 2025.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; BIGATÃO, Juliana de Paula. As operações de paz da ONU e os atores regionais: arranjos cooperativos e desafios. **Boletim Meridiano 47**, v. 14, n. 140, 2013. Disponível em: https://meridiano47.com.br/index.php/meridiano47/article/view/1397. Acesso em: 4 ago. 2025.

SASHIKALA, Preeti. India's Human Rights Record: Issues and Challenges. **Human Rights Review**, v. 33, n. 1, 2024. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s12142-023-00679-8. Acesso em: 4 ago. 2025.

SECURITY COUNCIL REPORT. **In Hindsight: The Security Council and the Use of the Veto.** Nova York, maio de 2023. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/research-reports/in-hindsight-the-veto.php. Acesso em: 4 ago. 2025.

SÉRVIA: reconstrução e missão de paz após a Guerra da Iugoslávia. **BBC News**, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/servia-missoes-paz. Acesso em: 4 ago. 2025.

SHULIKA, Lukong Stella; SHAFIEI, Mahtab. Assessing the role of the United Nations in countering terrorism in Africa: A case study of the Lake Chad Basin. **African Security Review**, v. 33, n. 2, p. 156–174, 2 abr. 2024. DOI:10.1080/10246029.2024.2307422. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376483281_Assessing_the_Role_of_the_United_Nations_in_Countering_Terrorism_in_Africa_A_

Case_Study_of_the_Lake_Chad_Basin. Acesso em: 4 ago. 2025.

SIPRI. **SIPRI Yearbook 2022:** Armaments, Disarmament and International Security. Oxford: Oxford University Press, 2022.

SMITH, Michael G. Review of the UN High-Level Independent Panel on Peace Operations, Uniting Our Strengths for Peace: Politics, Partnership and People. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 22, n. 2, p. 179–187, 19 ago. 2016. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/44861072?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 24. ago. 2025

SOUZA, Luiz Meirelles De. Defesa e Diplomacia – O Brasil e as Missões de Paz da ONU. Revista de Villegagnon, 2012.

SORENSON, David S.; WOOD, Pia Christina (ORGS.). **The politics of peacekeeping in the post-cold war era**. London: Frank Cass, 2005

STOJEK, Szymon M.; TIR, Jaroslav. The supply side of United Nations peacekeeping operations: Trade ties and United Nations-led deployments to civil war states. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 2, p. 352–376, jun. 2015. DOI: https://doi.org/10.1177/1354066114532665. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066114532665. Acesso em: 25 abr. 2025.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL – DEFENCE & SECURITY (TI-DS). **Corruption risks in UN peacekeeping operations.** Londres: Transparency International UK, 2019. Disponível em: https://ti-defence.org/wp-content/uploads/2019/07/TIDS-CorruptionRisksinUNPeacekeeping-1.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

"THOSE Who Take Us Away": Abuses Against Civilians by Peacekeepers in the Central African Republic. **Human Rights Watch,** 2019. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2019/01/29/those-who-take-us-away/abuses-against-civilians-peacekeepers-central-african-republic. Acesso em: 4 ago. 2025.

ULLAH SHAH, Shafaat. Pakistan and United Nations Peacekeeping: Experiences and Opportunities. **Institute of South Asian Studies**. Singapura, v.1, n.330, 28 jul. 2020. Disponível em: https://www.isas.nus.edu.sg/papers/pakistan-and-united-nations-peacekeeping-experiences-and-opportunities. Acesso em: 4 ago. 2025.

UN peacekeepers embrace AI, drones in new digital transformation strategy. **C4ISRNET**. 2022. Disponível em: https://www.c4isrnet.com/battlefield-te-

ch/2022/03/15/un-peacekeepers-embrace-ai-drones-in-new-digital-transformation-strategy/. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNESCO. **World Report on Cultural Diversity 2023.** Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2024.** Genebra: United Nations High Commissioner for Refugees, 2024. Disponível em: https://www.unhcr.org/global-trends. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNIMOG. **UNIMOG: Iran-Iraq Relation.** Disponível em: https://peacekeeping.un.org/mission/past/uniimogbackgr.html. Acesso em: 27 maio. 2025

UNITED NATIONS. **Action for Peacekeeping (A4P) Declaration.** New York: United Nations, 2018. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/action-for-peacekeeping-a4p. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Effective National and Regional Strategies to Tackle Governance and Security Challenges Will be Critical to Countering Piracy and Armed Robbery at Sea in the Gulf of Guinea, Pobee Underscores.** New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://dppa.un.org/en/effective-national-and-regional-strategies-to-tackle-governance-and-security-challenges-will-be. Acesso em: 1 mar. 2025.

_____. ADVISORY COMMITTEE ON ADMINISTRATIVE AND BUDGETARY QUESTIONS. **MINUSMA: Budget performance for the period from 1 July 2023 to 30 June 2024 and proposed budget for the period from 1 July 2025 to 30 June 2026 for the United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara : report of the Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions.** New York, NY: United Nations General Assembly, 14 abr. 2025. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4081413?ln=en&v=pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

_____. **Cuba's medical contributions to UN missions.** New York: United Nations, 2024. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/cubas-medical-contributions-un-missions. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **How we are funded: UN Peacekeeping budget contributions by country.** New York: United Nations, 2024. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Report of the High-level Independent Panel on United Nations Peace Operations (A/70/95–S/2015/446).** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: ht-

tps://undocs.org/A/70/95. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **South Africa and Peacekeeping: Africa-led solutions.** New York: United Nations, 2014. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/south-africa-and-peacekeeping-africa-led-solutions. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Ukraine's UN peacekeeping participation.** New York: United Nations, 2023. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/ukraines-un-peacekeeping-participation. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Uniformed Personnel Contributing Countries by Ranking.** United Nations, 31 maio 2025. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/02_country_ranking_86_may_2025.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

_____. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines.** New York, NY: United Nations, 2008. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **UNMHA: Missão de Apoio a Hodeida no Iêmen.** New York: United Nations 2023. Disponível em: https://unmission.org/unmha. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNITED NATIONS - DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **Probabilistic Population Projections based on the World Population Prospects 2024.** Department of Economic and Social Affairs, Population Division, , 2024. Disponível em: https://population.un.org/wpp/assets/Excel%20Files/2_Indicators%20(Probabilistic)/EXCEL_FILES/2_Population/UN_PPP2024_Output_PopTot.xlsx. Acesso em: 28 jul. 2025

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **UNDP Offer on SDG Implementation in Fragile Situations.** New York, NY: United Nations Development Programme, 2016.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Implementation of General Assembly resolutions 55/235 and 55/236**. [S.l.]: United Nations General Assembly, 31 dez. 2024.

_____. **Report of the Agent General of the United Nations Korean Reconstruction Agency.** New York, NY: 1953. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/518774. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Outcome evaluation of the support provided by the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic**

**for the fight against impunity, the extension of State authority and the rule of law in the Central African Republic.** New York: United Nations 2023. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4015024. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNITED NATIONS MISSION IN SOUTH SUDAN (UNMISS). **Annual Report 2025.** Juba: UNMISS, 2025. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/reports. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **List of Peacekeeping Operations: 1948–2019.** 26 nov. 2019. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/list-of-past-peacekeeping-operations. Acesso em: 4 jun. 2025.

_____. **List of Peacekeeping Operations: 1948-2019.** New York: United Nations, 26 nov. 2019. Acesso em: 4 jun. 2025

_____. **Women, Peace and Security: Implementation of UNSC Resolution 1325 in MINUSMA.** New York: United Nations, 2023. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/women-peace-and-security-minusma. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 84 (1950). New York: United Nations, 7 jul. 1950.** Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/475738. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 genocide in Rwanda.** New York: United Nations, 16 dez. 1999. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/286442. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Resolution 1827 (2008). New York: United Nations, 30 jul. 2008.** Disponível em: https://undocs.org/S/RES/1827(2008). Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo.** New York: United Nations, 2025. Disponível em: https://www.un.org/peacekeeping/missions/unmiss. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNRIC. **India and Peacekeeping.** UNRIC, 2023a. Disponível em: https://unric.org/en/india-and-peacekeeping. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Pakistan: Peacekeeping Contributions.** UNRIC, 2023b. Disponível em: https://unric.org/en/pakistan-peacekeeping-contributions. Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Bangladesh: world's top troop contributor to UN peacekeeping.** UNRIC, 2023c. Disponível em: https://unric.org/en/bangladesh-top-troop-contributor.

Acesso em: 4 ago. 2025.

_____. **Humanitarian challenges in Yemen.** UNRIC, 2024. Disponível em: https://unric.org/en/humanitarian-challenges-yemen. Acesso em: 4 ago. 2025.

WATSON, Adam. **Diplomacy: the dialogue between states.** Routledge, 1982.

WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam. **The Oxford Handbook on the United Nations.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

WILLIAMS, P. D.; BOUTELLIS, A. Partnership peacekeeping: Challenges and opportunities in the United Nations-African Union Relationship. **African Affairs,** [s. l.], v. 113, n. 451, p. 254–278, 2014. DOI: 10.1093/afraf/adu021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270777932_Partnership_peacekeeping_Challenges_and_opportunities_in_the_United_Nations-African_Union_Relationship. Acesso em: 04 jun. 2025.

WILLIAMS, Paul D. Global and Regional Peacekeepers: Trends, Opportunities, Risks and a Way Ahead. **Global Policy,** v. 8, n. 1, p. 124–129, fev. 2017. DOI: 10.1111/1758-5899.12393. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313454765_Global_and_Regional_Peacekeepers_Trends_Opportunities_Risks_and_a_Way_Ahead. Acesso em: 4 jun. 2025.

_____. **War & Conflict in Africa.** Cambridge: Polity Press, 2011.

WORLD Report 2019: Saudi Arabia. Nova York: **Human Rights Watch,** 2019. Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/saudi-arabia. Acesso em: 4 ago. 2025.

YAMASHITA, Hikaru. **Peacekeeping cooperation between the United Nations and regional organisations.** Review of International Studies, v. 38, n. 1, p. 165–186, jan. 2012. DOI: 10.1017/S0260210510001221. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259418329_Peacekeeping_cooperation_between_the_United_Nations_and_regional_organisations Acesso em: 4 jun. 2025.


ARF
asean

Association of Southeast Asian Nations Regional Forum (ARF)

**The Kashmir issue as a key factor for stability in South Asia**

*Isadora Vedana1*
*Lucas Lixinski Arnhold2*
*Maria Eduarda Lameira[3]*

## ABSTRACT

This study guide examines the Kashmir conflict as a key factor influencing stability and security in South Asia, with broader implications for Asia as a whole. It outlines the historical roots of the dispute, including the colonial legacy of British India's partition and the resulting territorial claims between India and Pakistan. The guide analyzes major military confrontations, internal political movements, and the socio-economic dynamics within Jammu and Kashmir. It further explores recent developments, such as the revocation of Article 370, shifting regional alliances, and the intensification of human rights concerns. Special attention is given to the role of non-state actors, the risks of nuclear escalation, and the strategic implications for regional and international security. The study also reviews international efforts to address the conflict, including United Nations resolutions, bilateral agreements, and mediation attempts by global powers. Finally, it discusses the potential contribution of the ASEAN Regional Forum (ARF) in promoting dialogue and supporting conflict resolution initiatives, positioning Kashmir as a critical issue for wider Asian stability.

1 Isadora Vedana is a third-year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul and Assistant-Director of the ASEAN Regional Forum (ARF).
2 Lucas Lixinski Arnhold is a fifth-year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul and Director of the ASEAN Regional Forum (ARF).
3 Maria Eduarda Lameira is a third-year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul and Assistant--Director of the ASEAN Regional Forum (ARF).

## 1 INTRODUCTION

The ASEAN Regional Forum (ARF), established in 1994, plays a significant role in fostering dialogue, preventive diplomacy, and security cooperation across Asia. While its core focus has traditionally been on East and Southeast Asian affairs, the ARF's broader mandate for regional stability inevitably draws attention to conflicts beyond its immediate geographic scope. Among these, the Kashmir dispute between India and Pakistan presents a persistent source of tension with far-reaching implications. Centered in South Asia, the Kashmir conflict affects regional stability, security architectures, and prospects for economic cooperation across the wider Asian continent. Escalations along the Line of Control, the involvement of non-state actors, and the underlying nuclear dimension of the dispute underscore the need for broader multilateral engagement, in which ARF's emphasis on dialogue and conflict resolution could be meaningfully applied.

The Kashmir conflict stands as one of the most enduring and complex territorial disputes of the modern era, shaping the political landscape of South Asia and contributing to regional instability for over seven decades. Emerging from the tumultuous process of decolonization and the partition of British India in 1947, the question of Kashmir has consistently involved deep-rooted historical grievances, competing nationalist narratives, and unresolved claims to sovereignty. As India and Pakistan — both nuclear-armed states — assert divergent visions over Kashmir's status, the dispute transcends bilateral tensions to pose broader risks to international security.

Understanding the Kashmir issue requires an examination of the historical processes that laid its foundations, including colonial legacies, religious demographics, and the contested legitimacy of the Instrument of Accession. Subsequent military conflicts, internal insurgencies, and evolving political strategies have only further entrenched divisions, complicating any prospects for a peaceful settlement. Additionally, the conflict's humanitarian dimension, marked by significant human rights concerns on both sides of the Line of Control, highlights the profound civilian costs of prolonged instability.

This study guide aims to analyze the Kashmir dispute by situating it within its historical context and examining its contemporary developments. It also considers the role of non-state actors, the impact of nuclear deterrence doctrines, and the broader strategic implications for South Asia. Following the assessment of the present context, the guide reviews previous international actions aimed at mitigating the conflict. This includes the role of the United Nations, bilateral agreements such as the Simla Agreement and the Lahore Declaration, as well as the diplomatic approaches of ASEAN and global powers like the United States, China, and Russia.

## 2 HISTORICAL BACKGROUND

To this day India and Pakistan's relation is marked by the historically unresolved territorial claims, the contrasting national identities and the several military clashes of high intensity. The history of the Kashmir dispute began in the Partition of 1947 that put an end to the British rule of the Indian subcontinent. In order to better understand the region's complex historical trajectory, there must be an in-depth analysis of the internal political dynamics, the shifting alliances, the political exclusion and the consequent militarization that shaped both countries' formation. The following subsections trace these historical layers to reveal how the roots of instability in South Asia are intertwined with the colonial past.

## 2.1 COLONIAL LEGACY AND THE PARTITION OF 1947

The Hindu civilization is characterized by intense cultural exchange due to numerous episodes of conquest and migration waves, each introducing new religions or social castes, thereby establishing new hierarchies, complex labor divisions, and social roles (Visentini, 2011). Modern India and Pakistan were forged under the brutal rule of the British Empire, with a colonization process framed as a protectorate that only reached independence in 1947, with the official partition of both countries. The process that created India and Pakistan continues to reverberate almost a century after. So, to fully comprehend the territorial, political, and religious disputes of Kashmir, there ought to be an extensive disclosure of how this process came about.

World War II greatly impacted the dynamics of the Third World, mostly regarding the countries' liberation fights and consequent independence processes. India, at the time still the British Raj[4], was facing an intense upheaval, with diverse leading actors, such as Gandhi's civil disobedience movement and nonviolent resistance and Muhammad Ali Jinnah's[5] claim for a Muslim state in the Lahore Resolution of 1940. The pressure for independence was amplified after the end of World War II, largely due to Britain's debilitating state. This combination of events paved the way for official discussions on the partition of the extensive territory that was the British Raj (Indurthy; Haque, 2010).

The political voices controlling public discourse and the press used the moment to weaponize their influence and fill the population with all sorts of imminent terror. There was a constant fear of domination on both sides: Hindus and Sikhs feared what would happen if Pakistan was brought into existence, and Muslims were wary of the implications if their nation failed to materialise. The apprehension resulted in widened cleavages between previously amicable communities. As the British withdrew their forces, the Raj saw a collapse of administration — weak and partial government machinery, growing armed gangs and militia, as well as an alarmed population. Gandhi even warned in his paper Harijan, in 1946, "We are not yet in the midst of a civil war. But we are nearing it" (Khan, 2007).

Political groups on both sides advocated for the Partition, believing it would be the best solution for all, as it would bring an end to the escalating violence inside both communities. To de-escalate the uproars inside the provinces of Bengal and Punjab, both with significant cores of Muslim and non-Muslim citizens, the few Indian politicians and British personnel in charge decided it best to separate the provinces between the two nations. However, the concept and terms of the Partition were not discussed publicly, nor had the people asked for it. What the population truly desired was freedom and sovereignty over their own communities in what had always been their ancestral homelands (Khan, 2007).

The partition lines were designed by Lord Mountbatten, the last Viceroy named of the Raj. But the paper map, based solely on territorial and statistical analysis, did not account for the regional nuances and the political life in British India. The map was part of a state-centred decision imposed directly from London on the subcontinent, in the simplistic intent of cutting the Raj in two (Khan, 2007). The discussion was conducted in two Commissions — the Bengal Boundary Commission and the Punjab Boundary Commission. Both were overseen by Cyril Radcliffe, who

4 The British Raj grouped the current territories of India, Pakistan, and Bangladesh.
5 Politician and considered the founder of Pakistan, becoming its first governor-general in 1947.

was the joint chairman and a British judge who had not visited the territory and had no experience or technical skills for the given task. Each boundary commission was composed of five members: Radcliffe, as mentioned, two representatives appointed by the Indian National Congress, and two appointed by the Muslim League[6]. The Bengal Boundary Commission and the Punjab Boundary Commission were tasked with dividing the province of Bengal and Punjab into two parts, based on the proportions of Muslim and non-Muslim populations, determining which areas would belong to India and which to Pakistan (Khan, 2007).

After the borders were drawn and officially announced, political parties and movements celebrated the creation of the new country intended to serve as a homeland for Indian Muslims. Many Muslims, on the other hand, were left with the cold realization that the Pakistan they dreamed of was not going to include their homes. For example, Punjabis, the ones living in Punjab, were left in the dark about whether their homes were soon to be on Pakistani or Indian official lands, as the division of the countries' territory lines was unclear. Even though some believed that the Partition was a momentary settlement and that within a few years the reunion of the two countries would be inevitable, the fear of escalation of violence created intense waves of refugees on both borders (Khan, 2007).

The partition of India and Pakistan resulted in a horrific bloodshed on both sides: massive murders of these refugees took place while they were trying to cross the border. This migration, following the partition of the two countries, changed the demographics of South Asia forever (TRT World, 2019). Therefore, as of 1947, India and Pakistan became opposing images of each other. Pakistan was built as a nation for Muslims, an Islamic Heaven, and India was home to the Hindus' strong nationalism as well as a country sculpted after Hindu ideals (Khan, 2007).

## 2.2 WARS AND MILITARY CLASHES (1947, 1965, 1971, KARGIL CONFLICT)

The fearful tension and aggression that marked the beginning of these two States did not come to an end as the years passed by. To this day, the border that divides India and Pakistan is one of the most distressful in the world.

Amid the agitated turmoil that was 1947, Kashmir had its fate outlined. The partition agreed in the two Commissions did not include the Muslim state of Jammu and Kashmir. The exclusion of the state led by the Maharaja (king) Hari Singh, was due to his desire not to adhere to either of the two newly formed countries and to maintain Jammu and Kashmir as an independent and autonomous state (Indurthy; Haque, 2010). However, what came to be known as the first Indo-Pakistani war, or the first Kashmir war, started with the insurgency of Muslim Kashmiris in the southwestern part of Jammu and Kashmir, Poonch jagir, covertly financed by Pakistan with arms, transport, and men. The uprising against the king was a spillover from the riots and chaos occurring in Punjab, as the Punjab state was divided between the two newly formed nations. Soon, the insurgents occupied territory and declared their own independent Kashmir government (Indurthy; Haque, 2010).

The king was then forced to seek out India for assistance. The condition posed was the signature of the Instrument of Accession, a standard procedure used in 1947 that enabled princely states[7] to accede to either India or Pakistan during the Partition; with Singh's signature, India sent troops to expel the raiders from

6 The political party of Muhammad Ali Jinnah, which called for a Muslim homeland.

7 Princely states were territories in the British Raj where an indian ruler governed rather than directly the British. The British Raj grouped 584 princely states and around 562 chose to integrate India after independence

the land. However, Pakistan disapproved of this measure and financed rebels with military supplies, sending their regular troops as "volunteers" to join in the fight — though Jinnah, the Pakistani Governor-General, only admitted Pakistan's direct involvement in 1948 (Indurthy; Haque, 2010). India, in 1948, sent a formal complaint to the UN Security Council calling for a pacific settlement and committing itself to a plebiscite or referendum under international auspices in Kashmir after Pakistan was evicted. It was a commitment India came to regret, since it created room for questioning its sovereignty over the territory (Indurthy; Haque, 2010). A ceasefire was officially declared on January 1st, 1948.

Nonetheless, tensions continued. After India lost the 1962 Sino-Indian War, the second president of Pakistan, General Ayub, decided it was the perfect window of opportunity to take Kashmir. And so, the army launched its Operation Gibraltar in 1965 (Daily Times, 2018). The Operation aimed to infiltrate armed forces, including thousands of Mujahideen fighters[8], into the Indian ruled Jammu and Kashmir state and incite insurgencies. However, no uprising took place and the operation failed, leading to the Indo-Pakistani War of 1965. The battle was fought in Kashmir ground and along Pakistan and India's borders, with the largest amassing of troops since the Partition. However, the conflict was short, lasting a total of 21 days and having no winners. After diplomatic mediation from the Soviet Union and the United States, they declared a ceasefire through the United Nations Security Council (UNSC), Resolution 211 (Hali, 2012).

Since tensions between the two countries were always present, not long after the stalemate led to another conflict in 1971 — this one involving Bangladesh's independence. Pakistan, after the Partition, was a country with part of its territory to the West of India, and the other part to the East of India, as can be seen on Picture 1 below. Bangladesh, at the time known as "East Pakistan", witnessed the rise of a self-determination and Bengali nationalist movement. This movement resulted in a Liberation War fought against the Pakistan Army coming from West Pakistan where they attacked the Bengali (East Pakistanis). Mukti Bahini, an armed guerrilla, led the resistance, having fought against the army for nine months. This episode came to be known as the Bangladesh Genocide, where the Pakistani soldiers and pro-Pakistan militias in East Pakistan, to subdue the resistance, slaughtered between hundreds of thousands and millions of Bengalis (Moss, 2005).

**Figure 1: Map showing West Pakistan and East Pakistan**




8 Mujahideen are people who engage in jihad, fighiting in the name of Islam. In the religious sense, they are combatants that are willing to sacrifice their lives for Allah.

Source: South Asia Journal, 2018. Available at: https://southasiajournal.net/one-unit-scheme-of-pakistan-1955-1970-revisited/. Accessed on April 26th, 2025.

As a consequence of the Bangladesh Genocide, ten million people fled across the border to India. This episode, alongside Pakistan's operation aimed at Indian aerial stations, resulted in India's intervention at the end of the war to defend East Pakistan's independence. The war was fought on both fronts, therefore affecting Kashmir, and lasted sixteen days — ending with the creation of Bangladesh. The aftermath of this ceasefire was the establishment of the Line of Control (LoC)[9], as part of the Simla Agreement, which created a military control line between the territories administered by India and Pakistan on Jammu and Kashmir. The year following the ceasefire marked the first time both India and Pakistan committed themselves to settling their differences through bilateral negotiations, made possible by the Simla Agreement (Indurthy; Haque, 2010).

The Simla Agreement established the non-interference in the internal affairs of each other, the assurance of territorial integrity, and the creation of the Line of Control (LoC). However, its effectiveness was questionable since neither Pakistan nor India had settled its dispute over Kashmir (Bashir, Khan, 2021). In the following years, violations were made on both sides, concerning territory limits and tensions produced by financed militias. In 1998, on the eve of the Kargil Conflict, also known as the fourth Indo-Pakistani war, both India and Pakistan tested out their nuclear weapons, pointing to a tense environment.

Despite that event, in 1999, there was the Lahore Summit, and the Prime Ministers of the two countries agreed to resolve the Kashmir dispute peacefully, going further diplomatically than ever before (Maggsi, 2013). Nonetheless, it can be argued that Pakistan's political leaders were not in control of the other dynamic powers inside the State machinery. And on those grounds, the army chief decided to send Mujahideen fighters into India's administered region of Kargil in Jammu and Kashmir and along the Indian side of the Line of Control (LoC), starting the Kargil War in early 1999. Initially, believing the infiltrators were only jihadists, India declared it would evict them with all possible haste. However, when they came to know the nature of this incursion and Pakistan's involvement, India deployed 200,000 troops through Operation Vijay. The Kargil War lasted from May to July 1999 and was a bloody and terrorizing conflict marked by many casualties and by the intensity of the high-altitude conditions. Both countries had nuclear weapons, and the imminent danger that they posed led the United States to decide to intervene and demand the withdrawal of the Pakistani forces (Indurthy; Haque, 2010). The war ended in 1999 and, as the others, turned in favor of India, which successfully recaptured its territory and evicted the Pakistani forces.

## 2.3 INTERNAL POLITICAL AND SOCIAL FACTORS

Regarding the internal factors which influence the ongoing conflict, the local political movements, the separatist insurgencies and the socio-economic struggles must be considered. As for the factors that have emerged throughout the conflicts' development, they ought to be distinguished according to the time periods and subregions where they manifest.

9 he Line of Control (LoC) is a de facto military boundary that divides the areas of Jammu and Kashmir administered by India and Pakistan.

When considering the contemporary movements' roots, one can start at the Treaty of Amritsar, signed in 1846, which sold the Kashmiri territory to the Dogra Dynasty — a Hindu royal family of Rajput origin — and thus established an external form of control over the region. As an exploitative and exclusionist regime, mainly against the Muslim majority of the population, resistance was fated to emerge, appearing initially as the Reading Room Association, a Kashmiri Muslim movement created in 1921 (Mathur, 2014). Subsequently, in 1947, with the contestation of the Instrument of Accession by Pakistan — due to its refusal to accept its legitimacy, considering Kashmir's religious demographics, as well as its claim on Maharaja's inability on agreeing on signing a valid agreement, considering India's military presence at Kashmir at the time — and the arrest of Sheikh Abdullah, Kashmir's first Prime Minister, Kashmiri autonomy began to erode, starting a systematic reduction of its political independence and constitutional guarantees (Behera, 2025).

Additionally, the rigged following political frame — seen as such due to a series of political issues, such as being structurally biased, undemocratic, and dominated by New Delhi, with no real space for dissent or autonomy — only fuelled Kashmiris' rage, turning the peaceful demands for self-determination into a violent set of insurgencies (Mathur, 2014). Nowadays, along the Kashmir Valley, a fragmented political scene can be observed with multiple parties and players. On those matters, the People's Democratic Party (PDP) looked for a consensus. Its position favoured Kashmiri interests, but it did not advocate for separation. The Hurriyat[10], on the other hand, held differing opinions, with moderate and hardline groups. As for Jammu, regionally rooted Hindu-majoritarian political movements and other political groups sought separate statehood for the region and an end to Kashmiri political dominance. Hence, the Jammu Mukhti Morcha, and later the Jammu State Morcha, advocated on behalf of those terms, yet their sectarian posture was not well accepted by the population, leading many to see them as divisive actors, undermining pluralism and state unity (Behera, 2025).

On the matter of separatist insurgencies, the 1987 election fraud[11] triggered armed resistance from separatist insurgencies. Groups such as Hizbul Mujahideen and Local Kashmiri militants (JKLF) first directed the movement, before Pakistan-backed groups, such as Lashkar-e-Taiba and Jaish-e-Mohammed, took over (Behera, 2010). Besides, groups like the Hizbul Mujahideen changed the nature of the conflict. What was initially a majorly secular, indigenous, political uprising for independence, driven by nationalist sentiment and betrayed democratic hopes, now was turned into a jihad, alienating secular Kashmiri nationalist fight. In response, the Indian state used overwhelming military force. Throughout the 1990s, 700,000 Indian troops were sent to Kashmir, granted authority by the Armed Forces Special Powers Act (AFSPA). As a result, documented abuses include extrajudicial killings, torture, mass graves, along with sexual violence. Civilian life in the Kashmir Valley became heavily militarized, with protests escalating with the usage of pellet guns, pepper gas, curfews implementations. These affect civilians disproportionately, resulting in a "conflict generation", that is, a youth radicalized by militarization and repression began to lead mass uprisings (Mathur, 2014). Despite this, by the late 1990s and early 2000s, militancy began to decline in intensity, and the government started to rein-

10 A separatist political coalition in Kashmir that represents pro-freedom voices seeking self-determination, often outside of India's constitutional framework (Behera, 2025)

11 When the ruling National Conference–Congress alliance, with the backing of Indian state machinery promoted the ballot stuffing, miscounting of votes, and the arrest and intimidation of candidates and supporters from MUF, a coalition of Islamic and anti-establishment political groups that challenged the dominant National Conference–Congress alliance, that advocated for the Islamic revivalism, anti-corruption, and autonomy (Behera, 2010).

troduce formal politics. State elections returned in 1996, and by the early 2000s, coalition governments — such as those between the People's Democratic Party (PDP) and the Congress, and later the BJP — emerged, reflecting some political pluralism (Behera, 2025). While electoral participation increased, particularly in Jammu and parts of Kashmir, deep political divides persisted, coming to its main turning point in August 2019, with the revoking of Article 370 and Article 35A, when India effectively dismantled Kashmir's constitutional autonomy, downgrading the state to a union territory, accompanied by mass arrests, including of pro-India politicians, a communications blackout, and months of curfew. The region has remained under tight administrative and military control (Behera, 2025).

Thus, the socio-economic struggles are widely noticeable, as results as much as causes. The region contains various ethnic and religious groups, such as the Sunni Muslims, Shia Muslims, Kashmiri Pandits, Buddhists, Gujjars, along with Bakerwals, which contributes to political division. Besides, the political disenfranchisement and military occupation have created daily difficulties: their lack of punishment disturbs not only physical safety but cultural life, education, as well as employment (Rizwan, 2020). Thus, the region's stability remains delicate. Although electoral participation went up in recent years, which shows some belief in democratic methods, the exclusion of separatist groups from formal politics restricts wider agreement construction. Coalition politics produced more varied governance. Also, communal regional separations continue to challenge policy implementation and peace-building projects. Therefore, the conflict moved from a two-sided issue involving India plus Pakistan to a multi-layered internal crisis, now encompassing a domestic problem within India, entailing democratic legitimacy, regional divisions, communal identity and governance failures (Behera, 2025).

## 3 STATEMENT OF THE ISSUE

Despite successive bilateral talks, United Nations resolutions, and intermittent confidence-building measures, the core territorial and political disagreements between India and Pakistan remain unresolved. In recent years, the conflict has entered a renewed phase of tension marked by a combination of internal political shifts, religious polarization, and the persistent influence of non-state actors. These elements have intensified regional instability, exacerbated civil unrest, and elevated the risk of direct confrontation between two nuclear-armed states. Against this backdrop, the following subsections examine the most significant developments affecting the Kashmir dispute over the past decade, with particular emphasis on domestic political trajectories, legislative measures, cross-border violence, and the complex entanglement of regional and global strategic interests.

### 3.1 RECENT DEVELOPMENTS

The convulsion of events that took place after the four main clashes (the first Kashmir War of 1947, the Indo-Pakistani War of 1965 and of 1971, and the Kargil War of 1999) present little change from what was seen before. There were diplomatic rapprochements, leading to hopes of closer relations, followed then by tensions and disruptions, as happened before and ever since the Partition.

After the violent Kargil War, India and Pakistan resumed talks in 2001 in the Agra Summit, where Pakistani President Pervez Musharraf and Indian Prime Minister Atal Behari Vajpayee aimed to resolve once again the Kashmir issue, but reached no

resolution. However, Agra served to shed light internationally on Kashmir, as during negotiations between the two leaders, there were attacks in the Poonch district, which resulted in the killing of 18 Islamic militants during fighting (BBC, 2001). However, meaningful advances were made on the sidelines of the SAARC Summit[12] held at Islamabad in 2004. There, the leaders took further steps in normalizing relations, discussing security and peace as well as developing a number of Confidence Building Measures. The CBMs, as they are called, are actions endorsed by countries to reduce existing tensions and build more trust. They are created to prevent the escalation of possible hostilities and to promote more transparency. Unfortunately, the entirety of the peace process came to a standstill after the Samjhuta Express Bombings of the train connecting New Delhi and Lahore in 2007 and the terrorist attacks of 2008 in Mumbai, India (Islamabad Policy Research Institute, 2015).

Pakistan's delicate political situation results in little control or accountability for the actions of terrorist groups — which have been pointed out as being financed by the Pakistan military and intelligence institution, Inter-Services Intelligence (ISI), and have occurred mostly as suicide bombings (Indurthy; Haque, 2010). In this light, India's accusation of Pakistan Army's support for terrorism was acknowledged by Asif Ali Zardari, Pakistan's current President, in 2009 when he discussed publicly that militant groups were "created and deliberately nurtured" as a policy for "short-term tactical objectives" (The Times of India, 2009). It is also argued that Pakistan has embraced jihadists and that the Pakistani military has an interest in keeping the Kashmir conflict aflame to justify its dominance in Pakistani domestic politics, as in the turmoil and constant shadow of possible conflict, citizens tend to rally behind the military (Indurthy; Haque, 2010).

Along the year of 2011 and up to 2015 there were Confidence Building Measures concerning Kashmir established to facilitate traveling across the Line of Control (LoC), and to increase trade levels across the borders (Stimson, 2017). However, relations remained unstable as the years were marked with an increase in ceasefire violations from both parties and India's Modi called off foreign-secretary-level talks with Pakistan in 2014, as a reaction to Pakistan's meeting with Kashmiri separatists (India Spend, 2015).

In this sense, it's paramount to mention the role India's Narendra Modi plays in the recent escalation of events. In power since 2014 and reelected in 2019 and 2024, Modi is from the Bharatiya Janata Party (BJP), a Hindu nationalist party whose main objective is to turn India into a predominantly Hindu country (Sánchez-Vallejo, 2020). On that note, Modi has often taken controversial measures that further aggravate the religious debacle in the region (Slater, 2019). In 2019, a presidential decree revoked Article 370 of the Constitution. Article 370 was the one that granted Jammu and Kashmir the special autonomous status despite being an Indian-administered area: it forbade Indians from outside the state from permanently settling, buying land, taking local government jobs and securing education scholarships, and lawfully authorized Jammu and Kashmir to have its own constitution (Al Jazeera, 2023). The opposition deemed the revocation as a "catastrophic step" and the previous Chief Minister of Jammu and Kashmir stated in a public statement on the social media platform X:

9 SAARC is the acronym for South Asian Association for Regional Cooperation and its members are Afghanistan, Bangladesh, Bhutan, India, Maldives, Nepal, Pakistan, and Sri Lanka. The first SAARC Summit was held in 1985 and since then the Association aims to enhance regional cooperation.

> Today the people of Jammu & Kashmir who reposed their faith in institutions of India like parliament & Supreme Court feel defeated & betrayed. By dismembering the state & fraudulently taking away what is rightfully & legally ours, they have further complicated the Kashmir dispute (Mufti, Mehbooba on X, 2019).

Pakistan's Foreign Minister also made a public announcement on the subject: "No unilateral step by the Government of India can change this disputed status, as enshrined in the United Nations Security Council (UNSC) resolutions. Nor will this ever be acceptable to the people of Jammu and Kashmir and Pakistan" (Al Jazeera, 2019). In addition to the politicians' claims, there were rallies opposing the unilateral decision of the BJP government in India, Kashmir, and Pakistan.

Regarding both countries' regional cooperation and foreign actors, it is essential to highlight China's prominent role in Pakistan-India relations. After the Sino-Indian border war of 1962, Mao Tse Tung ended his neutrality and became a vocal supporter of Pakistan's Kashmir claims. In the Indo-Pakistani War of 1965, China even cooperated in a strategic and military partnership with Pakistan. However, after being admitted into the United Nations Security Council (UNSC) in 1971, China gradually came to dismiss Pakistan's Kashmir stance despite publicly conveying sympathy for the country. Following this moderate shift, China saw a reorientation of its foreign policy priorities in Deng Xiaoping's government, with a higher focus on stable relations with all neighbors. And so, China finally declared the Kashmir dispute as a bilateral issue to be resolved peacefully by India and Pakistan (Chang, 2017).

Now with Xi Jinping, it is evident that China's important cooperation with Pakistan in the China-Pakistan Economic Corridor (CPEC) is essential to China's Belt and Road Initiative. Even though CPEC has not altered China's formal position on the Kashmir dispute, it has reasonably increased its interests in regional stability to protect their economic interests. Therefore, China acts as a stabilizer and an occasional crisis manager in South Asia, preventing the escalation of events or hostilities. And interestingly, though Beijing prefers that a war not break out, it also benefits from some level of Indo-Pakistani tension, since it splits India's strategic apprehension towards China (Chang, 2017).

Finally, in 2025, there was the attack on April 22nd in Kashmir. Armed attackers opened fire in broad daylight in Pahalgam, killing 26 tourists and injuring a dozen more. The terrorist act was claimed by The Resistance Front (TRF) — a Kashmiri rebel group founded in 2019 —, and the alleged reason behind the attack is the TRF's opposition to the granting of residency permits to outsiders, which they argue to be India's attempt to change the demography of the region (Al Jazeera, 2025).

Following the attack, New Delhi accused Islamabad of involvement and backed out of a water-sharing treaty. Pakistan responded refuting the involvement allegations and closing its airspace for Indian airlines (Reuters, 2025). The conflict is being viewed with uncertainty from other actors, as both India and Pakistan are nuclear-armed nations, even more so as there is news of an exchange of fire in the Line of Control (Al Jazeera, 2025), meaning, once again, both nations' violation of the Simla Agreement of 1972. Prime Minister Narendra Modi has also declared that India will pursue Kashmir attackers to "the ends of the earth" (BBC, 2025). However, the effects this attack has had on the Kashmiri population living in India were also extensive. As one Kashmiri said in an anonymous interview for Al Jazeera (2025), "Kashmiris bear a double weight: of being a Kashmiri – and a Muslim."

### 3.2 TERRITORIAL DISPUTES AND SOVEREIGNTY CLAIMS

In matters of sovereignty claims over Kashmir, the territorial disputes revolved mainly around India and Pakistan, centred on the struggle for dominance of Kashmir and Jammu's regions. On a secondary stance, there's also the involvement of China's government over Ladakh to be considered.

**Image 2 – Map of Kashmir**




Source: The University of Texas-Austin (2004)

Initially, India's first and foremost argument takes into consideration the Instrument of Accession, signed on October 26th, 1947 — throughout the Partition of British India — by Maharaja Hari Singh, Jammu & Kashmir's ruler at the time, which asserts its claims over the territory. It is valid to point out the initial hesitancy of the Maharaja in signing the Accession and its struggles to remain as an independent region. Yet, as tribal riders from Pakistan's North-West Frontier Province invaded Kashmir by October 1947, pressured by the military threat, the Maharaja had to formally accede to India in order to gain military protection (Schofield, 2021). On the Accession's legitimacy matter, Pakistan argues for its fraudulent aspect, pointing to the "under duress" conditions by which it was signed, since the region was under an invasion threat, and so, they had to consider out of the ordinary factors when pondering over the possibilities at the time. Thus, by Pakistan's stands, it can be said that the Maharaja had actually already lost effective control over the region at the time of the signing. Also, the panicked and rushed context in which the signing was held plays a part in the Pakistani argument, as it did not consider the proper consent of Kashmir's population (Behera, 2025).

Still on Pakistan's behalf, its argument for the claim of Kashmir's territory is based strongly on the Kashmir region being occupied by a majorly Muslim popula-

tion. Thus, the regions themselves should have acceded to Pakistan in 1947, following the two-nation theory logic behind the Partition (Schofield, 2021). On that matter, the two-nation theory would argue that, as two distinct nations, Muslims and Hindus should deserve separate homelands. So, considering that the Muslims corresponded to 77% of the Kashmiri population by 1947, the state should have been added as a part of Pakistan's domain at the time of the Indian partition (Behera, 2025).

The UN Security Council's Resolutions of 1948 and 1949 — adopted at the time of the first India-Pakistan war — are also relevant to the matter, as those initially called for a ceasefire, but also for a plebiscite to be held, finally allowing the Kashmiris to have a word on whether to accede to India or Pakistan and thus, recognizing their right to self-determination (Schofield, 2021). On Pakistan's part, it argues that India did accept the realization of the plebiscite, yet, by not holding it, it betrayed such agreement. On the other hand, India claims that Pakistan never withdrew its forces from the Kashmiri territory, as also requested by the Resolutions for the plebiscite to be held, and thus, India would not have been obligated to accomplish it either (Behera, 2025). Besides, India also argues through the Simla Agreement — signed by both India and Pakistan at the end of the 1971 war — that the query should be solved bilaterally, as the agreement affirms, and thus, it superseded the UN Resolutions, as well as any other third-party intervention. Pakistan, otherwise, would still argue for the plebiscite, promised by the Resolutions of '48 and '49, which were never held (Schofield, 2021). To this day, India's claim over the territory is strongly tied with its secular role, as a Muslim-majorly occupied region, Kashmir symbolizes the idea of diversity and plurality in its composition, while Pakistan stands for Kashmir's right to self-determination (Schofield, 2021).

Lastly, for China's part, its main argument is centered around its historical occupation and administration of the Ladakh region as a part of the Tibetan territory. Chinese officials often argue on behalf of the Tibetan authorities who exercised jurisdiction over Aksai Chin — the eastern part of Ladakh — for centuries, and thus, consequently define China's historical precedent as the rightfully sovereign power over the region in the 1950s (Behera, 2025). In addition to it, China also argues for the ambiguity of geographical boundaries, once the border between British India and Tibet was never precisely determined. Thus, assuming the lack of a formal and mutually accepted treaty of frontiers, China's argument also enhances its inheritance of the region based on its historical occupation and administration (Behera, 2025).

### 3.3 HUMAN RIGHTS CONCERNS AND CIVILIAN IMPACT

The Kashmir conflict has resulted in profound humanitarian consequences, with persistent reports of human rights violations affecting civilian populations across the region. This segment examines the effects of prolonged militarization, including allegations of extrajudicial killings, enforced disappearances, and restrictions on undamental freedoms such as movement and freedom of the press in both Indian- and Pakistani-administered areas of Kashmir.

The majority of the information presented in this section is derived from two reports produced by the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), published in 2018 and 2019, respectively. One of the most pressing concerns highlighted in both documents is the difficulty of accessing both territories, as well as areas along the Line of Control (LoC), the de facto border dividing the region. This limited access has resulted in the need to rely on remote monitoring techniques for information gathering. Additionally, the revoca-

tion of Jammu and Kashmir's special constitutional status by India in 2019[13] further intensified scrutiny of its governance in the region, raising concerns regarding political marginalization. Meanwhile, Pakistani-administered Kashmir faces parallel challenges, including limited political autonomy and allegations of repression (OHCHR, 2018, 2019).

Human rights violations in Indian-administered Kashmir are closely tied to the region's heavy presence of law-enforcement and anti-militant oriented security forces. Since the late twentieth century, the security infrastructure in Jammu and Kashmir has expanded considerably. The Jammu and Kashmir Police (JKP), established during the nineteenth century, assumed a greater role in counterinsurgency operations after 1994 through specialized units such as the Special Operations Group (SOG), an elite anti-militancy force operating under the authority of India's Ministry of Home Affairs. This shift occurred alongside a surge in guerrilla and insurgent activities by pro-Pakistan militants (Desmond, 1995).

By 2019, following the revocation of Jammu and Kashmir's special constitutional status, the number of security personnel in the region – including the Indian Army and paramilitary forces – reportedly rose to approximately 900,000 (OHCHR, 2018). The concentration of forces has been closely associated with systemic abuses, including enforced disappearances, arbitrary detentions, torture, and extrajudicial killings. Laws such as the Public Safety Act (PSA)(1978) and the Armed Forces (Special Powers) Act (AFSPA)[14](1990) have granted sweeping powers to security forces while offering limited mechanisms for accountability. These frameworks enable warrantless arrests, prolonged detention without trial, and effectively shield security personnel from prosecution, creating conditions in which abuses – including sexual violence and custodial deaths – persist with relative impunity (OHCHR, 2018; Amnesty International, 2021; Balcerowicz; Kuszewska, 2022).

The excessive use of force and lack of accountability between 2008 and 2018 resulted in the deaths of over 1,000 civilians at the hands of Indian security forces, with 2018 recording the highest number of civilian fatalities in a decade. The majority of these casualties occurred near sites of armed encounters, often involving the use of live ammunition and pellet guns against protesters (OHCHR, 2018). Pellet guns were introduced in 2010 as a "less-lethal" means of crowd control and dispersion, but they have led to a significant number of lifelong injuries and disabilities among civilians (JKCCS, 2018; Balcerowicz; Kuszewska, 2022). Another alarming issue has been the widespread use of enforced disappearances. According to the Jammu Kashmir Coalition of Civil Society (JKCCS), approximately 8,000 Kashmiris from the Indian-administered region – mostly young men suspected of sympathizing with separatist groups – disappeared after being detained by Indian security forces between 1989 and 2016 (JKCCS, 2016, 2018). Related to the issue of enforced disappearances is the discovery of several unmarked and mass graves. Since 2009, NGOs and local independent investigations have reported the finding of up to 2,700 unmarked graves spread across districts in Indian-administered Kashmir (Balcerowicz; Kuszewska, 2022).

Another dimension of human rights violations in the Indian-administered region of Kashmir is the ongoing repression of freedom of religion, the media, and

13 This refers to the unilateral revoking of Jammu and Kashmir's special status highlighted in article 370 of the Indian Constitution.
14 Section 7 of the AFSPA shields security personnel from legal accountability by requiring prior governmental authorization for prosecutions – a provision under which no central government-approved prosecutions have been reported in nearly three decades. Furthermore, Section 4 permits the use of lethal force in circumstances extending beyond self-defense scenarios, directly contravening international standards governing proportionality and necessity in the application of force (OHCHR, 2018).

expression (OHCHR, 2018), worsened by the revocation of Jammu and Kashmir's special status. This systematic repression is enforced through mechanisms like the Unlawful Activities Prevention Act (UAPA), which criminalizes dissenters, journalists, and human rights defenders. A notable case is that of Khurram Parvez, detained since 2021 under this law, whose detention has been repeatedly questioned by UN rapporteurs. Between 2019 and 2024, at least 35 cases of journalists facing interrogations, threats, fabricated charges, and censorship were documented, with government policies introduced in 2020 and expanded in 2024 under the guise of combating "misinformation" (Human Rights Watch, 2024). The legal system is further manipulated through immediate arrests after judicial orders for release, as seen with journalist Aasif Sultan, and the prolonged detention of lawyer Zahid Ali since 2019. Data from the National Crime Records Bureau (2022) shows that Kashmir accounts for 37% of national UAPA cases (371 of 1,005), revealing a pattern of using preventive laws for political persecution without adequate judicial oversight (Human Rights Watch, 2024).

The region of Kashmir under Pakistani administration includes Azad Jammu and Kashmir (AJK) and Gilgit-Baltistan. Human rights violations in these areas, however, differ from those in the Indian-administered territories, with the United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights describing them as "of a different calibre or magnitude and of a more structural nature" (OHCHR, 2018, p. 07). These infringements are primarily due to difficulties in legally accommodating the local administrative framework and the limited authority of local officials in the face of interference from the central government of Pakistan (OHCHR, 2018)[15]. This situation results from Pakistan's strategy, which deliberately proposes an ambiguous administrative status by effectively excluding local popular participation in the development of legislative structures that shape and constrain their realities (Balcerowicz; Kuszewska, 2022). This semi-autonomous capacity tacitly prohibits civil and representation rights. Furthermore, a notable distinction in the human rights conditions between the Indian and Pakistani-controlled areas is the level of access granted to investigators and monitoring bodies. Kashmir administered by Pakistan offers even less access compared to its Indian counterpart (Balcerowicz; Kuszewska, 2022). In this context, appellate judicial bodies and regional legislative committees are fundamentally appointed and controlled by officials of Pakistan's central government — particularly by bureaucrats and individuals closely aligned with the Prime Minister's office.

Human rights concerns in Pakistan-administered Kashmir primarily revolve around severe restrictions on freedom of expression, press, and association. These freedoms are heavily curtailed by restrictive legal frameworks, including the 1997 Anti-Terrorism Act (ATA), the 2011 Actions in Aid of Civil Power Regulations (AACPR), and the 2016 Prevention of Electronic Crimes Act (PECA). These laws have faced international criticism for their broad and ambiguous provisions, which enable authorities to suppress dissent, penalize independent thought, and criminalize criticism of the state under the pretext of national security and public order (OHCHR, 2018; Balcerowicz; Kuszewska, 2022)

Political parties or individuals advocating for Kashmiri independence – or

15 The Pakistan-administered areas of Azad Jammu and Kashmir (AJK) and Gilgit-Baltistan (G-B) have limited autonomy under a system dominated by Pakistan's central government. AJK has a parliamentary structure with a prime minister and president, but key powers lie with the AJK Council, chaired by Pakistan's Prime Minister, and decisions from this Council are not subject to judicial review. While AJK has some legal and administrative independence, it remains heavily controlled by Pakistan, with most key officials seconded from the central government. Gilgit-Baltistan, initially known as the Northern Areas, has no formal constitutional status, despite attempts to grant more autonomy (OHCHR, 2018).

opposing the region's integration with Pakistan – are systematically excluded from political participation. Legal instruments such as the Azad Jammu and Kashmir (AJK) Interim Constitution Act of 1974 and the Gilgit-Baltistan Empowerment and Self-Governance Order of 2009 explicitly prohibit any activities perceived as contrary to Pakistan's state ideology, imposing restrictions on political candidacy, public employment, and publishing. Media outlets must obtain federal approval to operate, and journalists scrutinizing Pakistani policies risk arrest on terrorism-related charges. This repression has led to widespread self-censorship, exacerbated by economic pressures such as the withdrawal of state advertising from critical publications. Collectively, these measures violate international human rights standards on freedom of expression, association, and political participation, leaving minimal room for democratic dissent or independent journalism in the region (OHCHR, 2018; Balcerowicz; Kuszewska, 2022).

### 3.4 ROLE OF NON-STATE ACTORS AND INSURGENCIES

Concerning the influence of militant groups and cross-border terrorism over Kashmir, and the impact of the two upon the peace efforts carried out so far, the multilayered state of the conflict displays a complex set of power disputes. Therefore, at the scenery at hand, the role of Non-State actors as well as insurgencies represents a significant parcel of the ongoing conflict.

Regarding the acting of those groups, four can be highlighted as the major ones. At first the Jammu and Kashmir Liberation Front (JKLF). Initially the dominant group, it became known for its request for an independent Kashmir. Yet, splits supported by ISI, internal decay along with targeted killings aimed at them by HM diminished its power. It then came to a ceasefire in 1994 (Bose, 2021). Following up, Hizb-ul Mujahideen (HM) became the main insurgent group, as it was responsible for most of Pakistan's actions in Indian Kashmir. It was set up in 1989 as well as it led as such until the early 2000s. By 1993 it had risen above JKLF to become the foremost faction. Also, Jama'at-i-Islami (JI), a Sunni fundamentalist group, gave assistance to HM, while Pakistan's Inter-Services Intelligence (ISI) heavily backed HM (Neves Júnior, 2010). Lastly, Lashkar-e-Taiba (LeT) and Jaish-e-Mohammad (JeM) are two jihadi groups based in Pakistan which rose in importance in the 2000s, also backed by ISI, taking over HM's position of leadership. Notably, JeM, as part of a Deobandi cluster, carried out several suicide attacks, including the destructive 2019 Pulwama bombing (Bose, 2021).

Apart from the shown principal organizations, breakaway groups from JKLF and others also need mentioning. Some of these spawned smaller entities, a few examples include the Ikhwan-ul-Muslimeen; al-Barq, created by PCP; al-Jehad; Jehad Force; and along with Muslim Jaanbaaz Force, from the People's League. Moreover, Harkat-ul-Ansar (HuA) is relevant as well. Possibly operating under the name of al-Faran, it was the organization responsible for high-profile kidnappings and killings during the mid-1990s (Neves Júnior, 2010). Some past combatants, mainly from JKLF and offshoot groups, changed allegiance. They assisted Indian armed forces, beginning about 1995. Known as "renegades" or Ikhwanis, they participated in counter-insurgency work, engaging in extortion and violence without facing consequences. Later, authorities combined them into units such as the Special Operations Group (SOG) (Bose, 2021).

Also, it is relevant to note the link between militant and terrorist groups with State strategy. The acting of those groups is central to Pakistan's "proxy war"

approach against India, which became noticeable in 1989, after the Soviet departure from Afghanistan. The ISI transferred experienced mujahideen[16] from Afghanistan to Kashmir, for it viewed the conflict as an extension of Islamic jihad against non--Muslim control. In the current context, the ISI is considered the main source of logistical, military and financial support for terrorist groups working in Kashmir. The Pakistani Inter-Service Intelligence offers safe routes besides training areas for militants to cross the Line of Control (LoC) and conduct operations in Indian-administered Kashmir. It relates to document creation and also diplomatic help in certain situations. As one example a captured militant stated he got fake documents and embassy help in Dhaka to infiltrate Assam (Neves Júnior, 2010).

The tactical use of the Line of Control and Afghan fighters contributed to the creation of a permeable border as well, often used to move fighters and weapons. After 1989, Afghan jihad fighters were used in Kashmir, whilst ISI took advantage of their experience, as it gave the jihad in Kashmir legitimacy by portraying it as a fight to free Muslims under Hindu control. From this perspective, the effect of non-state groups shows through the later conflict's internationalization, attracting outside jihadists and attention from terror groups around the globe (Neves Júnior, 2010). Yet, even while terrorist violence kept Kashmir on the international agenda (especially following 9/11), it also deterred active foreign mediation, as India stated that "terror and talks cannot go together" (Schofield, 2021). This situation also caused regular military crises, like the Kargil War (1999) and also the 2001 Indian Parliament attack. ISI support formed independent networks, which were difficult to control and sometimes harmed Pakistan itself (Neves Júnior, 2010).

Militant violence and cross-border infiltration derailed and delayed every major peace initiative. Such actions create mistrust, making sustained dialogue hard. For decades India-Pakistan peace talks faced problems. As an example the 1999 Lahore Declaration preceded the Kargil conflict, when Pakistani soldiers and militants began the conflict and India saw it as a betrayal. This stopped dialogue for years. Another example is the 2001 Agra Summit, when scheduled peace efforts got delayed after the December 2001 attack on the Indian Parliament. The attack is attributed to Jaish-e-Mohammed and Lashkar-e-Taiba. Consequently, India mobilized troops along the border and stopped all dialogue. The 2008 Mumbai Attacks represent another instance. LeT operatives carried out these attacks, prompting India once again to break off talks. Even though back-channel diplomacy resumed later, terrorism was always a shadow over it (Schofield, 2021).

In the social and political arena, militant and terrorist groups' actions weakened internal political processes. Militants often threatened or attacked political candidates and voters, undermining elections in Kashmir, as it produced doubt about the elected governments' legitimacy. Targeting of the moderating actors had an important effect. For example, militants murdered leaders such as Abdul Gani Lone (2002), who favoured discussions with India. This silenced moderation, giving more space to inflexible views. Therefore, altogether, non-state agents caused internal disillusionment, as many Kashmiris, including those once supportive of separatist goals, became upset by state repression and militant violence. Civilians suffered most from crackdowns along with attacks, deepening the humanitarian crisis and lessened peace hopes (Schofield, 2021).

16 The term refers to a member of a jihad group, being historically used to refer to any Muslim engaged in the struggle on behalf of the Islamic faith. (Neves Júnior, 2010).

## 3.5 STRATEGIC AND NUCLEAR IMPLICATIONS

The Kashmir dispute represents one of the most perilous nuclear flashpoints globally. Concerns regarding the potential for a nuclear war, arising from the possibility of a conventional escalation between India and Pakistan, occupy a prominent position in academic discourse; both at the theoretical level — particularly within debates on the positive and negative aspects of nuclear proliferation (Sagan; Waltz, 2003) — and at the doctrinal-strategic level (Kristensen; Korda; Johns, 2023; Kristensen; Korda; Johns et al., 2024). Both countries are recognized nuclear powers that have not acceded neither to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT) nor to the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty (CTBT). Although India's first nuclear test was conducted in 1974, the year 1998 stands as a symbolic milestone in India-Pakistan relations at the strategic level, as it was in 1998 that, following the detonation of five nuclear devices by New Delhi, Islamabad responded by detonating six devices less than a month later, in a clear instance of nuclear signaling. This sequence of events formally established that the Indian subcontinent was now home to two nuclear-capable states (Sagan; Waltz, 2003; Mills, 2022).

Currently, it is estimated that India possesses approximately 172 nuclear warheads, deployable across the so-called nuclear triad, encompassing land-based, naval, and aerial delivery platforms (Ribeiro, 2019). Pakistan, in turn, is also estimated to possess around 170 nuclear warheads, with projections suggesting that this number could reach approximately 200 by the end of the 2020s. Although Islamabad has not yet achieved a fully operational nuclear triad, it is currently developing the Babur-3 submarine-launched cruise missile in response to the nuclearization of the Indian Ocean (Kristensen; Korda; Johns, 2023). It is relevant to point out that both countries have been expanding their stockpiles during the last decade (SIPRI, 2022).

Among the main concerns are the doctrinal debates regarding the use of nuclear weapons by India and Pakistan. India officially upholds a declared policy of "no first use" of nuclear weapons against non-nuclear-armed states and has even spearheaded international campaigns advocating for the universal adoption of this principle by other nuclear powers. However, New Delhi reserves the right to retaliate with nuclear weapons in the event of an attack involving weapons of mass destruction — whether chemical or biological — on its territory. Furthermore, in recent years, evidence concerning the operational readiness of India's nuclear arsenal has cast doubt on its commitment to the no-first-use doctrine (Mills, 2022; Kristensen; et al., 2024).

With respect to Pakistan, its nuclear doctrine is framed within the broader strategy of "credible minimum deterrence" and operationalized through a posture known as "full spectrum deterrence," primarily aimed at deterring India (Mills, 2022). This approach ensures that Pakistan maintains a comprehensive range of nuclear capabilities – strategic, operational, and tactical – with warheads of varying yields and delivery systems across land, sea, and air, enabling coverage of the entire Indian landmass. Developed partly in response to India's perceived "Cold Start" doctrine, which envisions rapid conventional strikes into Pakistani territory, Pakistan's strategy includes the deployment of short-range, low-yield tactical nuclear weapons designed to deter or respond to limited conventional attacks without necessarily escalating to full-scale nuclear war (Kristensen; Korda; Johns, 2023).

Both countries maintain divergent nuclear doctrines which creates an inherently unstable strategic environment. This asymmetry amplifies the danger of escalation during crises, where each side may interpret the other's intentions through worst-case assumptions. As Sagan (2001) emphasizes through his organizational

theory, decision-making processes related to nuclear launch protocols are managed by institutions that are prone to biases, standard operating procedures, and entrenched routines. These organizational characteristics can distort the flow of information, leading to flawed threat assessments or delayed responses. In high-stress scenarios, especially under conditions of limited communication and time pressure, these institutional weaknesses may cause actors to respond to incomplete or ambiguous signals in ways that inadvertently trigger escalation, raising the specter of inadvertent or accidental nuclear conflict.

This institutional susceptibility is especially alarming in the context of the frequent low-intensity but high-tension skirmishes between the two states, notably along the disputed region of Kashmir. These recurring incidents significantly elevate the risk of escalation to the nuclear level. In recent years, tensions have been starkly evident: in November 2020, Indian and Pakistani forces exchanged artillery and gunfire across the Line of Control, resulting in at least 22 fatalities. Earlier, in February 2019, an Indian airstrike near Balakot in retaliation for a suicide bombing by a Pakistan-based militant group prompted Pakistan to shoot down and capture an Indian pilot, heightening the stakes further. More alarmingly, in March 2022, India accidentally launched what appeared to be a BrahMos conventional cruise missile into Pakistani territory, damaging civilian property. Pakistan reported that India failed to notify it through the established high-level military hotline, issuing a public statement only two days later (Kristensen; Korda; Johns et al., 2024).

## 4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

This section explores the most significant international efforts undertaken throughout the twentieth and early twenty-first centuries to address the longstanding conflict between India and Pakistan, with particular emphasis on the Kashmir dispute. It is structured around four main dimensions: the role of United Nations resolutions in attempting to establish a framework for peaceful resolution; the trajectory of bilateral agreements and diplomatic dialogues, notably the Simla Agreement and the Lahore Declaration; the limited but symbolically relevant role of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN); and, finally, the mediation efforts and strategic postures adopted by global powers such as China, the United States, and Russia. By analyzing these dimensions, this section aims to assess the extent to which international and regional mechanisms have contributed to conflict management, as well as the political constraints and asymmetries that have shaped their outcomes.

### 4.1 UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS

The United Nations Security Council (UNSC) first became involved in the India-Pakistan conflict over Kashmir following a formal complaint submitted by India on 1 January 1948. Invoking Article 35 of the UN Charter, India accused Pakistan of aiding tribal militants and Pakistani nationals in launching armed incursions into the princely state of Jammu and Kashmir. According to India, this support included logistical assistance and military supplies, and up until that moment, diplomatic efforts to halt such interference had failed. India characterized the situation as one of "active aggression" and asserted its right to respond militarily within Pakistani territory, while emphasizing its preference for a peaceful resolution under UN auspices (Gahlaut, 2013). In response, Pakistan categorically rejected India's accu-

sations and submitted its own counter-claims. Pakistan framed the Kashmir dispute within the broader context of unresolved issues stemming from the Partition of British India. Pakistan accused India of violating the partition framework, suppressing Muslim populations, forcibly integrating princely states that were expected to accede to Pakistan, applying financial coercion, and obtaining Kashmir's accession through force and manipulation. It urged the UNSC to intervene by pressuring India to halt hostilities, honor prior agreements, investigate alleged atrocities, oversee the withdrawal of Indian forces, and organize a plebiscite to determine Kashmir's political future (Farrell, 2013).

These initial submissions by both parties laid the groundwork for protracted international engagement on the Kashmir issue. Between 1948 and 1971, the UNSC adopted eighteen resolutions specifically addressing the conflict (Farrell, 2013). The Council's first actions came through **Resolutions 38 and 39**, adopted on 17 and 20 January 1948, respectively. **Resolution 38** urged both governments to refrain from aggravating the conflict and to submit regular updates on developments in the region (UNSC, 1948a). **Resolution 39** established the United Nations Commission for India and Pakistan (UNCIP), tasked with fact-finding, mediation, and oversight of compliance with Security Council directives, under the authority of Article 34 of the UN Charter (UNSC, 1948b).

Subsequent resolutions in 1948 – **Resolutions 47 and 51** – further shaped the UN's approach. **Resolution 47,** passed on 21 April 1948, acknowledged the contested status of Jammu and Kashmir and reaffirmed the commitment of both India and Pakistan to resolve the dispute via a free and impartial plebiscite supervised by the UN. It proposed a phased demilitarization process: Pakistan was to ensure the withdrawal of tribal and other irregular forces, while India would reduce its military presence to the minimum needed to maintain civil order. It also authorized the UN Secretary-General to appoint a Plebiscite Administrator with binding authority over the conduct of the vote (UNSC, 1948c). **Resolution 51,** adopted on 3 June 1948, instructed UNCIP to travel to the region and assume its operational mandate (UNSC, 1948d).

Despite formal agreements, early negotiations revealed deep-rooted disaccords between India and Pakistan. To address the impasse, UNCIP proposed a three-part resolution on 13 August 1948 – later forming the basis of the Karachi Agreement. This plan called for: (1) an immediate ceasefire; (2) withdrawal of Pakistani tribal and regular forces, followed by Indian troop reductions to a minimum level necessary for public order; and (3) a UN-supervised plebiscite to determine the state's future. Interim administration would remain under local authorities, but a UN-appointed official would oversee the vote (Farrell, 2013; Gahlaut, 2013). While both states initially accepted the plan in principle, disagreements over implementation persisted. Although a ceasefire was declared in January 1949, unresolved disputes over troop withdrawals and plebiscite conditions hindered further progress. The Karachi Agreement eventually demarcated the Line of Control (LoC), monitored by the newly created United Nations Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP). By late 1949, acknowledging the limitations of its existing mandate, UNCIP recommended the appointment of a single UN representative to pursue negotiations (Farrell, 2013).

This transition was formalized with **Resolution 80**, adopted on 14 March 1950. The resolution effectively ended UNCIP's mission and authorized the appointment of Sir Owen Dixon as the UN Representative to facilitate demilitarization and mediate between the parties. It recognized that previous demilitarization

efforts had failed and called on both sides to prepare for the withdrawal of their armed forces, while upholding the ceasefire agreement (UNSC, 1950). On 30 March 1951, Resolution 91 reaffirmed the UN's commitment to resolving the dispute through a plebiscite, asserting that the establishment of a constituent assembly in Jammu and Kashmir would not determine the territory's final status. This resolution was adopted in response to Indian efforts to consolidate its position in the region through local elections, which the Council declared insufficient as a substitute for the agreed plebiscite. Furthermore, it extended the mandate of UNMOGIP to ensure continued monitoring of the ceasefire line (UNSC, 1951a).

**Resolution 96**, adopted on 10 November 1951, reiterated the importance of demilitarization and acknowledged the complexities involved in implementing Resolution 47. It called upon both countries to work toward a mutually acceptable framework under the guidance of the UN Representative. The resolution stressed that the creation of suitable conditions remained a shared responsibility (UNSC, 1951b). In a similar vein, Resolution 98, passed on 23 December 1952, urged agreement on the permissible strength of military forces on either side of the LoC (UNSC, 1952).

In response to India's further moves toward integrating Kashmir, the UNSC adopted Resolutions **122, 123, and 126** in 1957. These resolutions reaffirmed that no unilateral action could determine the final status of the region and maintained that the territory's future must be decided through a free and fair plebiscite. They reiterated the continued relevance of previous resolutions, particularly Resolution 47, and emphasized the principle of self-determination (UNSC, 1957a; 1957b; 1957c).

During the Indo-Pakistani War of 1965, the Security Council passed five more resolutions aimed at restoring peace. **Resolution 209,** adopted on 4 September 1965, demanded an immediate ceasefire, respect for the LoC, cooperation with UNMOGIP, and required the Secretary-General to report within 72 hours (UNSC, 1965a). As violence escalated, **Resolution 210** (6 September) reiterated these points and called for a return to pre-5 August positions (UNSC, 1965b). **Resolution 211** (20 September) reinforced the ceasefire demand and set a definitive deadline for its implementation (UNSC, 1965c). Due to non-compliance, **Resolution 214** expressed concern over the continuing hostilities (UNSC, 1965d), and **Resolution 215** reaffirmed prior demands, urging both sides to meet with a UN representative to coordinate the withdrawal of forces (UNSC, 1965e).

The final UNSC actions on Kashmir occurred in the context of the 1971 war. **Resolution 303**, adopted amid a deadlock among permanent members, referred the issue to the General Assembly (UNSC, 1971a). Shortly thereafter, on 21 December 1971, **Resolution 307** was passed, calling for an immediate end to hostilities and withdrawal of troops to the positions held prior to the conflict. This resolution effectively marked the conclusion of direct Security Council involvement in the Kashmir dispute (UNSC, 1971b). The 1971 Indo-Pakistani war was ended through the Simla Agreement.

## 4.2 BILATERAL AGREEMENTS AND DIALOGUES

India and Pakistan have had few substantial moves in resolving their heated disputes during the twentieth century. As previously mentioned, the first significant advance was through the Simla Agreement, established in the aftermath of the 1971 Indo-Pak War, where Indian forces fought alongside East Pakistan in the Bangladesh Liberation War (Indurthy; Haque, 2010). The treaty was signed on July 2nd, 1972, in Shimla, India, ending the conflict on both sides. The two countries aimed

to conceive the steps to further normalize their bilateral relations. The Agreement's purposes were to ensure (1) the withdrawal of troops; (2) the return of prisoners of war; and (3) the creation of the Line of Control and the respect for its sanctity (Bashir; Khan, 2021).

Also, the Simla Agreement was guided by a handful of principles, such as the respect for sovereignty rights, the non-interference in internal affairs, the assurance of territorial integrity (each gave back land seized during the conflict), as well as refraining from propaganda that portrayed the other in an injurious way (Bashir; Khan, 2021). Finally, it also established that the issues between the countries ought to be resolved through bilateral negotiations. However, India exploited this part of the Simla Agreement so as to serve its own interests. According to Bashir and Khan (2021), India has been found on many occasions violating the Simla Agreement by trying to cross the LoC. Furthermore, India created a framework in the International Community after the Agreement, in which there could not be any discussions on Jammu and Kashmir for it was a bilateral concern of only India and Pakistan (The New Indian Express, 2025).

The effectiveness of the Simla Agreement is, therefore, questionable. Although it established the first grounds for further appeasement of diplomatic relations, after more than 50 years since the signing of the treaty, neither has settled its dispute over Kashmir. There have been violations on both sides – most notably India in 1984, moving its troops to the Siachen glacier, occupying 2,400 square kms of the disputed area (Bashir; Khan, 2021). Since the Jammu and Kashmir issue was established as a bilateral concern, India prohibits access of the UN (UNMOGIP[17]) to the Line of Control. The authors argue that India forbids third-party interference because it would expose their reluctance in maintaining a just and peaceful resolution. However, in practical and International Law terms, the establishment of treaties posits that in case of violation by either side, the other party may withdraw from it. This results in both parties back to the state of affairs operating before the said agreement (Bashir; Khan, 2021).

Bilateral relations remained unstable throughout the years, with secessionist militancy in Jammu and Kashmir of groups supposedly supported by Pakistan. Nonetheless, in the period from 1997 to 1999, some great developments were made. In the year of 1997, came into power in Pakistan a politician that throughout his campaign declared as his top priority the normalization of relations with India, Mian Nawaz Sharif. However, even though bilateral relations had been improving, India and Pakistan tested nuclear weapons in May 1998 (Indurthy; Haque, 2010).

Atal Bihari Vajpayee, elected in 1998, had as a political objective and a pillar of his campaign India's nuclear development (Maggsi, 2013). And so, as of his election, the Hindu Nationalist Vajpayee ordered Indian scientists to continue with their plans for testing shortly (Asia Society, 2025). In response to India's nuclear test on May 11, 1998, Pakistan conducted its own nuclear tests in what seemed as an escalation of tensions. The reaction of the International Community was immediate, urging India and Pakistan to resolve said tensions. Sharif also shared this conviction, stating that Pakistan was ready for the resumption of bilateral foreign secretary-level talks[18], to which Vajpayee agreed. They concluded that an environment of durable peace was in the supreme national interest of both countries (Maggsi, 2013).

17 The United Nations Military Observer Group in India and Pakistan is a United Nations peace mission established in 1949 to monitor the ceasefire in Jammu and Kashmir.

18 Speech at the Tenth SAARC Summit by the Prime Minister of the Islamic Republic of Pakistan, Muhammad Nawaz Sharif, 1998.

Not long after, the Indian Prime Minister announced a visit to Lahore, Pakistan, inaugurating in 1999 the first bus line between Lahore and New Delhi. Vajpayee's visit to Pakistan was highly praised and even compared to Nixon's visit to China in 1971 and Gorbachov's visit to the Berlin Wall in 1989. The United States was very enthusiastic about this rapprochement and encouraged Pakistan to engage warmly in response (Maggsi, 2013).

And so, the Lahore Summit took place, founding the Lahore Declaration in 1999. There was an enormous shift in the Indian traditional stance on Kashmir during this Summit, with India's Prime Minister willing to discuss a solution to Jammu and Kashmir and not declaring it as an integral part of India, as well as Sharif's openness to debate. At the end, the Declaration signed established important commitments to both nations, sharing the vision of peace and stability of the two leaders. These responsibilities included (1) identifying efforts to resolve the Kashmir issue; (2) continuing extensive dialogue to ensure positive outcomes for the agreed bilateral agenda; and (3) taking immediate steps for reducing the risk of unauthorized or accidental use of nuclear weapons (Maggsi, 2013).

The openness of dialogue between the leaders gave way to rather surprising statements, such as Vajpayee's contemplation of creating a No War Pact and an Indian No First Use of nuclear weapons accord (the latter established later in 2003). The promises made were sensitive and marked a new standpoint in the two nations' history of diplomatic relations, though short-lived. Before long, in 1999, the previously mentioned Kargil War erupted, which severely and definitively impacted the still embryonic peace process. And so, as much as the Lahore Declaration established a never-before-seen level of cooperation between India and Pakistan, the eruption of the Kargil crisis and the subsequent fall of Vajpayee in India derailed any prospects for the solution of the permanent cloud of insecurity that embraced both states (Maggsi, 2013).

### 4.3 ROLE OF ASEAN

ASEAN, the Association of Southeast Asian Nations, was founded in 1967 and its first summit was held in 1976, where it officially started acting in regional security and peace. The organization's core objective is the promotion of peace and stability in Southeast Asia as well as the ever-improvement of regional trade in the area, which has thus far resulted in unprecedented economic growth. However, ASEAN presents high difficulties in managing internal conflicts among its member states, and, for that, it has not been very successful in this regard. Soomro, Behan, and Siddiqui (2019) argued that this inefficiency is more reasonably attributed to the member parties than to the Association itself.

The principles guiding ASEAN's regional action are non-intervention in domestic affairs, avoidance of use of force, and discouragement of boundary disputes. Moreover, it has been recognized in international forums as the most successful organization in the Third World (Sridharan, 2008). Nonetheless, it is important to assess whether ASEAN is capable of adapting to the changing nature of conflicts in the context of the Fourth Industrial Revolution, and whether it is prepared to handle the demands of modern conflict management (Soomro, 2019). It is widely known that ASEAN limits itself to resolving issues through soft mediation, encouraging diplomatic solutions and dialogue over appealing to assets involved in hard mediation.

According to Jetly (2003), conflict management is the way in which a society chooses to deal with its inter-party conflicts and encompasses a wide range of

tactics that can be sectioned into three heads (Sridharan, 2008): conflict prevention, conflict containment, and conflict resolution. Conflict prevention as in preventing the emergence of violent conflict and identifying non-violent means of resolving said tensions. Conflict containment, on the other hand, regards how states restrain their use of force to deny victory to the aggressor and, as well, to prevent the spread of conflict which could result in escalation of violence (Alagappa, 1995). Finally, conflict resolution is the process conducted between two or more parties through a means of communication with the help of a mediator. Through the agency of a mediator, parties can more easily find common ground and agree on the solution to a problem (Okungu, 2017).

The scope of action of ASEAN in the region needs to consider the diverse political, economic, and cultural systems when dealing with the regional disputes brought to the Association. Most of these disputes are legacies of the colonial period and the artificial division of territories. To better comprehend the way in which ASEAN acts in regional conflicts, it is important to classify these disputes. They are divided into (1) intra-state conflicts, (2) inter-state conflicts, and (3) intra-regional conflicts. The intra-state conflicts are those inside a state and mostly involve ethnic, religious, and linguistic groups with secessionist and independent demands. Examples are the demands of the Acehnese, the West Papuan, and the Timorese in Indonesia for self-determination and rights under the Central Indonesian Government. The inter-state conflicts, though, are mostly territorial-based disputes due to the artificially drawn borders. An example is the historic dispute between Malaysia and Indonesia, where the latter in 1963 questioned the legitimacy of the territorial claims of newly independent Malaysia and enforced the Konfrontasi policy, which is marked by coercive diplomacy. However, eventually the recognition of Malaysia and the renouncement of Konfrontasi were achieved, and progress was made – greatly due to the creation of ASEAN. The Association uses the resolution of this dispute as a model for the possibility of a regional order through non-use of force and peaceful means of resolution (Soomro; Behan; Siddiqui, 2019).

In regards to ASEAN's role in the solution to the Kashmir dispute in South Asia, the organization does not act directly and does not have an official position on Jammu and Kashmir, maintaining a neutral stance. This follows ASEAN's core principles, regarding the non-interference in the internal affairs of states and its promotion of peaceful resolutions to conflicts. However, one year after the revocation of Jammu and Kashmir's special status, India for the first time allowed diplomats from various regions, including ASEAN, to visit the territory and assess the situation (Laskar; Ehsan, 2020).

Regarding the two countries directly involved, Pakistan's Foreign Secretary, Syrus Sajjad Qazi, while at the 31st Asean Regional Forum (ARF) Ministerial meeting in Laos in 2024, underscored the importance of Pakistan's relations with ASEAN and its member states, stating that the Association plays a key role in regional integration and prosperity. Moreover, he highlighted the plight of the people in the India-held Kashmir and called for the resolution of the dispute (Dawn, 2025). In this perspective, India's External Affairs minister also emphasized ASEAN's constructive role in the emerging regional architecture of the Indo-Pacific and the challenges of regional security (Kashmir Convener, 2024).

### 4.4 MEDIATION EFFORTS BY GLOBAL POWERS

China's policy towards Kashmir can be overall characterized officially as

neutral, but, as to be disclaimed subsequently, one could see it to be majorly pro--Pakistan in practice. Initially, in the 1950s, China presented a mostly neutral position towards the conflict, aiming to maintain cordial ties with both parties involved (Garver, 2010). Yet, notably, it refused to endorse India's claim over Jammu and Kashmir despite Soviet support — China's ideological ally at the time. This reluctance was shaped by China's growing strategic tensions with India, particularly regarding border disputes in Tibet and Aksai Chin, which would later escalate into open conflict. With the Sino-Indian war over the border in 1962 and Pakistan's concession of the Shaksgam Valley to China in 1963, China's policy started to shift towards a pro-Pakistan posture, supporting Kashmiri self-determination rights, as per the UN resolutions. As stated by John W. Garver (2010) China's diplomatic support and posterior military cooperation, through its aiding of Pakistan's nuclear and defense programs, lasted for almost all the 1970s decade.

By the end of the 1970s, China's policies towards the matter came to a change with Deng Xiaoping's reorientation and demilitarization of China's foreign policy. By then, with the Indian External Affairs Minister Vajpayee's visit to Beijing, as well as Deng Xiaoping's declaration on Kashmir as a bilateral issue, agreeing to India's preferred approach to the issue, China's formal neutrality on Kashmir started to set itself (Garver, 2010). In the subsequent decades, China presented mostly a publicly neutral stance, yet, in practice, a military and economic support to Pakistan, which intensified with the Kashmir insurgency of 1989-1990. By 1998, China was identified as a threat by the Indian government, provoking Chinese criticism and its invoking of the UN resolutions regarding Kashmir, insinuating a possible reversion to a pro-Pakistan stance by the Chinese government in case India were to antagonize China's present stance. China's military support to Pakistan continues through the Kargil Conflict in 1999, where it called for a peaceful resolution, avoiding a fixed position publicly, yet maintaining support to Pakistan along the India-Pakistan crisis with the Indian Parliament attack. On that matter, as Garver (2010) states, China maintains its deals on arms and infrastructure with Pakistan, yet, it publicly calls for restraint and peace, condemning terrorism and urging Pakistan to stop its cross-border attacks.

China's most recent stance on the Kashmir conflict is primarily shaped by its strategic partnership with Pakistan and its broader geopolitical rivalry with India. Following India's abrogation of Article 370 in August 2019, which stripped Jammu and Kashmir of its special autonomous status, China took a criticizing stance regarding India's move, framing it as undermining Chinese territorial sovereignty, mainly in relation to Aksai Chin, a Kashimiri region which China has administered maintained control since 1950 due to its rejection of the British colonial borders, but which India still claims possession over (Bhatt, 2019). China called for the Kashmir issue to be resolved bilaterally between India and Pakistan but actively supported Pakistan's efforts to internationalize the dispute, including backing Pakistan's push for a United Nations Security Council discussion. Simultaneously, China has deepened its economic and military presence in Pakistan-occupied Kashmir (PoK) through the China-Pakistan Economic Corridor (CPEC), which India opposes (Bhatt, 2019).

For the United States part, initially, due to the dynamics brought by the Cold War, even though the United States avoided direct contact with the Kashmir matter, it gradually approached the Pakistan side. According to Parama Sinha Palit (2008), its political and military support to Pakistan at the time was due to its consideration over Pakistan's alliance against the Soviet expansion. Moreover, the United States supported the UN resolutions regarding a plebiscite in Kashmir and aligned with

Pakistan's stance until 1962, when, for a short period of time, the United States supported India militarily during the Indo-China Conflict. A decade later, after the Simla Agreement in 1972, the United States started to approach the matter on a more neutral posture, generally supporting bilateral resolution (Palit, 2008).

Subsequently, at the beginning of the 90's, at the post-cold war realignment, the US policies directed toward Kashmir were focused on criticizing India, especially on human rights matters, besides declaring support for the self-determination alternative. By the middle of the decade, the United States was back to supporting bilateral negotiations, as stated by the Simla Agreement previously (Palit, 2008). Then, with its growing concern towards terrorism – mainly post 9/11 – the US went back to its closer alignment with India's concerns over the acting Pakistan-sponsored militancy present in Kashmir (Amit, 2022). As a matter of fact, Clinton's visit to India emphasized the US respect for the Line of Control, and consolidated its opposition on terrorism and support for a peaceful dialogue. This dialogue was an initiative on India's part, which began after the 9/11 incident and, as a result, consolidated India's position as a region's reference on terrorism combat (Palit, 2008). Overall, under recent administrations, particularly since President Bush's term, the U.S. has reiterated support for any solution acceptable to India, Pakistan, and the Kashmiri people, but firmly ruled out mediation unless invited by both sides (Amit, 2022).

Russia's policy towards the conflict, according to Debidatta Aurobinda Mahapatra (2004), is one of considerable consistency, maintaining strategic and controlled support towards the Indian stance for the most part. During the Soviet Era, it presented an initially neutral stance on the matter, abstaining itself from UN votes. Yet, by the mid-50s, under Khrushchev administration, it had already shifted to a pro-India stance, as Khrushchev publicly declared Kashmir as part of the Indian territory. Over the Brezhnev era, the Soviet Union formally supported India, diplomatically and militarily. It acted as a mediator on the Tashkent Agreement in 1966, soon after the second Indo-Pakistan War, as well as it presented strong support to India during the Bangladesh Liberation War (Mahapatra, 2004).

With the end of the Soviet Regime by 1991, Russia's foreign policy fell to a restructuring flux, coming to a brief approximation to Pakistan, led by a Pro-Western orientation impulse and economic crisis, arising suspicion from the Indian government at the time. Yet, Mahapatra (2004) states that the Soviet-era alignment was reaffirmed under the Yeltsin government by 1993, when the Russian president visited India, publicly declaring Kashmir, once more, as an integral part of India, aligning with India against "pseudo-democratic" secessionism and Kashmir's separatism and religious fundamentalism, as well as taking a strong position against the issue's internationalization (Mahapatra, 2004).

In the early 21st century, under the Putin administration, Russia maintained its stance on bilateralism and non-interference by third parties (Waqas; Rehman, 2023). In 2001, with the 9/11 incident at hand, Russia signed the Moscow Declaration on terrorism alongside India, called out Pakistan-sponsored cross-border terrorism, as well as stood for Kashmir not to be in the global agenda. Yet, in more recent years, although standing as a traditional ally to India on the matter, Russia's growing engagement with Pakistan and alignment with China, according to Waqas and Rehman (2023), suggests a shift toward a more balanced or cautious position as Moscow refrains from direct involvement or mediation in the dispute.

## 5 BLOC POSITIONS

The **Commonwealth of Australia** played a significant role in the United Nations Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP). Between 1950 and 1985, Australia contributed with approximately 218 military observers and air transport personnel, representing the nation's first deployment of a military unit – and specifically the first Royal Australian Air Force (RAAF) contingent – to a UN peacekeeping operation. A notable operational contribution occurred between 1975 and 1979, when No. 38 Squadron Detachment B of the RAAF deployed a DHC-4 Caribou transport aircraft that was critical for logistical support, facilitating the movement of UN observers and the delivery of essential supplies across the contested Kashmir region (ANZAC, 2023). Currently, according to the Foreign Minister, senator Penny Wong, Australia maintains an ongoing dialogue with India on human rights issues, with both nations acknowledging the principled position adopted by the Australian government. Regarding the situation in Jammu and Kashmir, Australia's official position rests on three main pillars: first, support for a peaceful resolution of the territory's final status; second, advocacy for human rights protections as essential for regional stability; and third, recognition that the dispute is fundamentally bilateral in nature, to be resolved between India and Pakistan through dialogue (Australian Government Parliament, 2023).

In an official statement, the **People's Republic of Bangladesh** has announced that it views the Kashmir Conflict as a matter belonging to India's internal issues. On the same note, Bangladesh's Ministry of Foreign Affairs stated, as a matter of principle to Bangladesh, the maintenance of regional peace and stability, as well as one's own development as a priority to every country. This position was reiterated by Bangladesh's Foreign Minister AK Abdul Momen during a conversation with his Pakistani counterpart in September 2019 (Chaudhury, 2019). Bangladesh's consistency on its stance was well appreciated by the Indian Ministry of External Affairs acknowledging Dhaka's view that developments in Jammu and Kashmir are internal to India.Yet, even though the Bangladeshi government maintains this official position, there have been public demonstrations in Bangladesh expressing solidarity with the people of Kashmir. For instance, in September 2019, the Kashmir Solidarity Council in Bangladesh organized a march in Dhaka, demanding the restoration of Jammu and Kashmir's special status and calling for a referendum as per United Nations resolutions (Kamruzzaman, 2019). On the other hand, in October 2021, various groups in Bangladesh held protests marking "Black Day" to condemn Pakistan's 1947 invasion of Kashmir, drawing parallels between Pakistan's actions in Kashmir and its 1971 military operations in Bangladesh (ANI, 2021).

As highlighted by Foreign Minister II Dato Seri Setia Awang Haji Erywan bin Pehin Datu Pekerma Jaya Haji Mohd Yusof, **Brunei Darussalam** aims to uphold its sovereignty and contribute to regional and global peace through a whole-of-nation approach. This policy emphasizes respect for international law and refraining from involvement in the internal affairs of other nations (The Star Online, 2025). Historically, Brunei has advocated for non-interference within ASEAN, with Prince Mohamed Bolkiah emphasizing that any attempt by one member state to meddle into another's domestic affairs would be detrimental to the cohesiveness and sustainability of the organization (Reuters, 2021). Regarding the nations in conflict, Brunei maintains friendly relations with both India and Pakistan. In September 2024, Brunei and India elevated their ties to an "Enhanced Partnership," focusing on cooperation in defense, space, energy, and other sectors (Siddiqui, 2024). When

it comes to Pakistan, Brunei also enjoys warm relations with the country, as both countries are members of the Organisation of Islamic Cooperation and the Commonwealth (Sectors - Commonwealth of Nations, 2013).

The Kingdom of **Cambodia** views the Kashmir conflict with grave concern, particularly in light of the recurring escalations between India and Pakistan that risk destabilizing regional peace. Following the 2019 Pulwama attack and subsequent air strikes by both sides, Cambodia's Ministry of Foreign Affairs and International Cooperation emphasized its role as a friend to both nations and called for maximum restraint to prevent further violence and hostility. Cambodia perceives the conflict not only as a bilateral issue but as a threat to broader regional stability, and therefore advocates strongly for peaceful resolution through dialogue and negotiation, rejecting the use of force as a viable solution. It has also condemned terrorism in all its forms, reaffirming its commitment to international efforts against extremist violence. As noted by Kin Phea, director-general of the Royal Academy of Cambodia's International Relations Institute, Cambodia sees itself as a peace-loving state, whose primary contribution to the Kashmir issue lies in urging diplomatic engagement and emphasizing that negotiated settlements are the only sustainable path forward (Dara, 2019).

The People's Republic of China advocates for a peaceful resolution of the issue through dialogue between India and Pakistan. As stated by the Foreign Ministry spokesperson, the issue should be "properly managed in a peaceful way in accordance with the UN Charter, relevant Security Council resolutions, and relevant bilateral agreements" (PTI, 2022). In 2019, in response to India's abrogation of Article 370, China has emphasized that such unilateral changes to the status quo are unacceptable (India, 2022). Besides, it is also important to consider China's territorial claim over the Aksai Chin region and additionally, by the 1963 Sino-Pakistan Agreement, the Shaksgam Valley. India considers both possessions illegal and maintains its claim over the areas. China also shares a close strategic partnership with Pakistan. The China-Pakistan Economic Corridor (CPEC), a flagship project under China's Belt and Road Initiative, passes through Pakistan-administered Kashmir. India has objected to CPEC, asserting that it violates its sovereignty. Thus, China has provided military support to Pakistan, including advanced weaponry and aircraft (Cadell; Mehrotra, 2025). Despite that, publicly, it maintained a cautious stance to avoid further straining relations with India (India, 2019).

Following India's revocation of Article 370, the **European Union** (EU) expressed concern over rising tensions, military deployments, and restrictions of rights in Jammu and Kashmir. While acknowledging India's security justifications, the EU emphasized the need to restore freedom and condemned arrests of political figures. The EU's High Representative, Federica Mogherini, engaged in diplomatic talks with India and Pakistan, urging de-escalation and bilateral dialogue while avoiding direct mediation (European Parliament, 2019). Recently, the EU condemned the terrorist attack in April 2025, carried out by Islamic militants in Pahalgam, Jammu and Kashmir, which targeted Hindu pilgrims. In light of the escalating tensions, the EU's High Representative for Foreign Affairs, Kaja Kallas, urged restraint and called for a peaceful resolution through dialogue (Starcevic, 2025). Also, amid the shifting tariff dynamics between the U.S. and the EU, India has emerged as a key strategic partner, following the signing of a major trade agreement between the EU and New Delhi, alongside Europe's interest in expanding defense contracts in the Indian subcontinent. This deepening economic and strategic engagement has influenced the EU's diplomatic posture, leading to a more restrained response to alleged human rights violations by Indian authorities in Kashmir (Vohra, 2025).

The **Republic of Indonesia** maintains a neutral and balanced stance on the Kashmir conflict, advocating for peaceful resolution through dialogue between India and Pakistan, having emphasized the importance of direct communication between both nations, as stated by the Indonesian Foreign Ministry in 2019, following India's revocation of Article 370 (Mahdani, 2019). By August 2020, as the President of the United Nations Security Council, Indonesia acknowledged Pakistan's request to discuss the Kashmir issue but maintained its impartiality, urging both sides to prioritize dialogue and negotiation (Oktavianti, 2020), even though Indonesia supported Pakistan's position on Kashmir, notably during the 1965 Indo-Pak war. However, in recent decades, Indonesia has shifted towards a more balanced approach, strengthening ties with both India and Pakistan. This includes enhancing strategic partnerships with India, such as joint naval exercises and port development projects (A History Of Pakistan-Indonesia Relations, 2018). Such neutral approach to the situation was evident, for instance, during the 2025 meeting of the Organisation of Islamic Cooperation (OIC) Parliamentary Union held in Jakarta, when Indonesia, along with Egypt and Bahrain, blocked Pakistan's attempt to include a strong statement against India regarding Kashmir in the conference's outcome (Chaudhury, 2025).

While the **State of Japan** maintains an official posture of neutrality regarding the Kashmir conflict, its bilateral relations with India demonstrate a significantly deeper strategic engagement than those with Pakistan. This asymmetric partnership manifests in multiple dimensions of cooperation, as evidenced by the 2015 joint declaration "Japan and India Vision 2025: Special Strategic and Global Partnership Working Together for Peace and Prosperity of the Indo-Pacific Region and the World" (Ministry of Foreign Affairs of Japan [MOFA], 2025a). Additionally, collaboration between both countries has materialized through regular ministerial-level defense meetings and joint participation in the Quadrilateral Security Dialogue (Quad) (Ministry of Foreign Affairs of Japan [MOFA], 2025b). Following the February 14, 2019, terrorist attack in Pulwama – claimed by the Pakistan-based militant group Jaish-e-Mohammed (JeM) – Japan issued a statement condemning the act and calling for strengthened counterterrorism measures. Moreover, as tensions escalated between India and Pakistan in 2025 following another violent incident in Pahalgam, including aerial engagements, Japan called for restraint from both sides and emphasized the importance of dialogue to de-escalate the situation (Ministry of Foreign Affairs of Japan [MOFA], 2019a; 2025c).

While the **Democratic People's Republic of Korea** hasn't released any official statement regarding the Kashmir conflict, its foreign policy often emphasizes principles of sovereignty and non-interference. Yet, by february 2019, following the Pulwama suicide bombing in Jammu and Kashmir, a spokesperson from the North Korean Foreign Ministry expressed "grave concern" over the incident and reiterated the country's consistent opposition to all forms of terrorism (Migrator, 2019). In the matters of diplomatic relations, North Korea maintains good relations with India since 1973, engaging in limited bilateral trade and cultural exchanges. Regarding Pakistan, North Korea has a history of diplomatic and military cooperation, particularly in the areas of defense technology and missile development. However, North Korea has generally refrained from taking explicit positions on the issue at hand (Migrator, 2019).

While the **Republic of Korea** does not explicitly support either country's territorial claims over Jammu and Kashmir, it has consistently condemned violence and terrorist attacks in the region, particularly those occurring within Indian-administered Kashmir carried out by islamic militants. For example, following major attacks such

as the 2016 Uri incident and the 2025 Pahalgam ambush, the South Korean Ministry of Foreign Affairs issued strong condemnations of terrorism, emphasizing the need to protect civilian lives, and expressed solidarity with India (Bhat, 2016; MoFA ROK, 2025). However, these expressions are framed within a global anti-terrorism discourse, steering clear of taking a position on the sovereignty dispute itself. A strong example of South Korea's efforts to maintain neutrality and balance was evident in the case of a post by a subsidiary of the Korean automaker Hyundai expressing solidarity with the Pakistani Kashmir cause in 2022. South Korea's Ministry of Foreign Affairs quickly intervened to reassure its Indian counterparts of its neutrality, addressing the lack of caution in the tone of the message and offered its apologies to Indians which may have been offended (The New Indian Express, 2022).

India and the **Lao People's Democratic Republic** maintain long standing historical and cultural ties, grounded in shared civilizational elements such as Buddhism and the Ramayana epic tradition. Diplomatic relations, formally established in 1956, have remained consistently amicable and cooperative, with India playing a notable role in Laos's post-colonial development, particularly as Chair of the International Commission for Supervision and Control (ICSC) during the early stages of Laotian state-building (Embassy of India in Vientiane, online). In contrast, Laos–Pakistan relations have remained relatively limited, particularly in economic terms, with bilateral trade levels among the lowest in the region. This minimal engagement is often attributed to historical inertia and geopolitical divergence rooted in Cold War alignments (Noonari, 2008). Laos maintains a neutral and balanced position on the Kashmir dispute, aligning with its broader foreign policy ethos of non-alignment and regional stability. Notably, a 2003 India-Laos joint statement emphasized Lao support for resolving India-Pakistan issues on the basis of the Shimla Agreement (1972) and Lahore Declaration (1999). This reflects Laos's consistent preference for negotiated, peaceful solutions (Ministry of External Affairs of India, 2003).

**Malaysia** has advocated for a peaceful resolution through dialogue and adherence to United Nations Security Council (UNSC) resolutions. Following India's revocation of Article 370 in August 2019, Malaysia expressed concern over the developments in Jammu and Kashmir, emphasizing the importance of upholding UNSC resolutions to maintain international peace and security (Khaliq, 2019). Besides, on September 2019, then-Prime Minister Mahathir Mohamad addressed the United Nations General Assembly, stating that India had "invaded and occupied" Jammu and Kashmir, and urged India to work with Pakistan to resolve the issue through negotiations (PTI, 2019). Moreover, In October 2024, Prime Minister Anwar Ibrahim reaffirmed Malaysia's support for the UNSC resolutions on Kashmir during a visit to Pakistan (Express Web Desk, 2024). It is also relevant to consider the Malaysian civil society organizations, which have actively supported the Kashmiri cause. In February 2025, the Malaysian Consultative Council of Islamic Organizations (MAPIM) reaffirmed its support for the Kashmir struggle, pledging to highlight human rights violations in Jammu and Kashmir on international platforms. MAPIM also announced initiatives such as scholarships for Kashmiri youth and the establishment of a Kashmir-Malaysia-Pakistan Centre to enhance bilateral relations (Tariq Naqash, 2025).

**Mongolia** has not issued any official statements regarding the Kashmir Conflict till the present time. Yet, its foreign policy approach, characterized by neutrality and non-interference, operates as so to avoid entanglement in regional conflicts and maintain a balanced diplomatic approach towards more powerful nations. In March 2025, India and Mongolia reaffirmed their commitment to enhancing their strategic partnership during a consultative meeting in New Delhi. The discussions

focused on strengthening bilateral ties without delving into contentious (India Defense News, 2023). Thus, its relation with India has a very strategic nature, with India being the first country outside the Eastern Bloc to establish diplomatic relations with Mongolia in 1955. The two nations have collaborated in various sectors, including defense, space, and energy. Regarding Pakistan, Mongolia has a less vast diplomatic relation with the islamic nation, maintaining less high-profile engagement and strategic cooperation (India Defense News, 2023).

While not actively involved in the Kashmir issue, The **Republic of the Union of Myanmar** has occasionally expressed positions that reflect its diplomatic priorities. In February 2019, following the Pulwama terror attack in Jammu and Kashmir, Myanmar's Ministry of Foreign Affairs issued a statement condemning the attack and emphasizing Myanmar's consistent opposition to terrorism in all its forms, solidarizing with India (Ians, 2019). Besides, Myanmar's position also reflects its internal security concerns, as its relationship with India includes cooperation on security matters, particularly concerning insurgent groups operating along their shared border, for India has supported Myanmar's efforts to combat insurgent groups like the Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA), which have been linked to terrorist organizations operating in Kashmir. On that note, Joint operations, such as Operation Sunrise, have targeted insurgent camps threatening both nations' security (The Kashmir Monitor, 2018).

**New Zealand** played a significant role in United Nations peacekeeping efforts in Kashmir, following the 1965 war. The country sent personnel from all three branches of its armed forces to the United Nations India-Pakistan Observation Mission (UNIPOM), which was tasked with monitoring the ceasefire along the international border in Kashmir. Simultaneously, New Zealanders also served with the United Nations Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP), which continued observing the ceasefire along the Line of Control. New Zealand maintained its presence in UNMOGIP until 1976 (National Museum of the Royal New Zealand Navy, online). New Zealand has maintained a neutral stance regarding the competing sovereignty claims of India and Pakistan over Kashmir, consistently emphasizing the need for a peaceful resolution to the dispute. While advocating for restraint and dialogue during escalations between the two nations, it has also expressed solidarity with India following terrorist attacks. For instance, after the 2019 Pulwama bombing and subsequent Balakot airstrikes, New Zealand called for de-escalation and renewed diplomatic engagement (MoFA New Zealand, 2019). This position aligns with its longstanding foreign policy, exemplified in 2002 when Foreign Minister Phil Goff warned against brinkmanship – particularly given nuclear risks – while reaffirming neutrality and unequivocally condemning terrorism. (MoFA New Zealand, 2002)

As one of the conflicting parties, the **Islamic Republic of Pakistan** maintains a firm position on the conflict. Islamabad argues that the Muslim-majority region of Jammu and Kashmir should have acceded to Pakistan during the 1947 partition, in accordance with the two-nation theory, which posits that Muslims and Hindus constitute separate nations deserving their own states (Behera, 2025). Pakistan further contests the legitimacy of the Instrument of Accession signed by Maharaja Hari Singh, asserting that it was executed under duress while the ruler had already lost effective control of the territory (Schofield, 2021; Behera, 2025). Pakistan also references UN Resolutions from 1948 and 1949, which proposed a plebiscite to allow Kashmiris to determine their own political future (Schofield, 2021). Pakistan has also opposed India's revocation of Article 370 in 2019, which stripped Jammu

and Kashmir of its autonomy. In addition, Pakistan has reinforced its diplomatic alliances, especially with China, maintaining close strategic ties (The Express Tribune, 2019). Militarily, Pakistan has used non-state actors as a key component of its "proxy war" strategy, facilitated by its Inter-Services Intelligence (ISI), which has historically trained and supported jihadist groups operating in the region (Neves Júnior, 2010; Indurthy & Haque, 2010).

While the **Independent State of Papua New Guinea** hasn't released any official statement regarding the Kashmir conflict, its foreign policy emphasizes neutrality and non-interference in other nations' internal affairs. Besides, as a member of the Non-Alignment Movement, Papua New Guinea also avoids any alignment with major power blocs and refrains from taking sides in bilateral disputes (Maheshwari, 2023). On those matters, Papua New Guinea shares diplomatic relations with India since 1975, having strengthened their ties recently through initiatives like the Forum for India–Pacific Islands Cooperation (FIPIC). Additionally, Papua New Guinea has already expressed interest in expanding defense cooperation with India, seeking to learn from India's experience in the field (Maheshwari, 2023). Regarding Pakistan, Papua New Guinea maintains healthy although limited relations when compared to its connections with India, having minimal high-profile engagement or strategic cooperation with the country (Prabhu, 2023).

The **Republic of the Philippines** maintains a steadily growing strategic partnership with India, characterized by expanding cooperation in defense, maritime security, trade, and emerging technologies. This relationship has been bolstered by key developments such as the delivery of BrahMos missiles, ongoing negotiations for further defense deals, and rising bilateral trade valued at around USD 3 billion in 2024-25. India and the Philippines also engage through high-level dialogues and multilateral maritime exercises, reflecting shared Indo-Pacific security concerns (NewsCanvassEdu, online). In contrast, the Philippines' relations with Pakistan are more limited and historically rooted, with modest trade volumes and sporadic diplomatic engagement. While the two countries maintain a consultative framework and past agreements on counter-terrorism, their bilateral ties lack the strategic depth and institutionalization that define Manila's relationship with New Delhi (Embassy of Pakistan in Manila Philippines, 2018). Following the April 22, 2025 attack in Pahalgam, the Philippine Department of Foreign Affairs publicly denounced the massacre as terrorism and offered condolences to India and the victims' families. Concurrently, the Department of Foreign Affairs appealed for both India and Pakistan to seek a "peaceful resolution to the current issues," reinforcing its commitment to de-escalation and the safeguarding of civilians (Garner, 2025).

Following India's revocation of Article 370 in August 2019, the **Russian Federation** recognized the Kashmir Conflict's nature as an internal matter executed within the framework of the Indian Constitution. On that matter, the Russian Ministry of Foreign Affairs expressed hope that India and Pakistan would resolve their differences based on existing agreements, advocating for the resolution of the Kashmir issue through direct talks between India and Pakistan (Times Of India, 2019). Besides Russia's constant opposition to the internationalization of the Kashmir issue, in May 2025, following a terrorist attack in Pahalgam, Kashmir, the Russian President Vladimir Putin called the Indian Prime Minister Narendra Modi to express his strong condemnation of the attack and assured his full support to India in combating terrorism (Desk, 2025). Moreover, in the aftermath of escalating tensions between India and Pakistan, the Russian Foreign Minister Sergey Lavrov has offered Russia's assistance in order to facilitate a political settlement, contingent

upon mutual agreement from both countries (Reuters, 2025).

The **Republic of Singapore** maintains robust and strategic bilateral relations with India, underpinned by the 2015 India-Singapore Strategic Partnership and supported by regular ministerial dialogues in foreign affairs and defense. Economic ties are equally significant, with the Comprehensive Economic Cooperation Agreement (CECA) serving as a foundation for trade and investment since 2005. Singapore has consistently ranked among India's top investors and ASEAN trading partners, with high-level reciprocal visits in 2015 further deepening the diplomatic rapport between the two nations (MoFA Singapore, 2015). In contrast, Singapore's relations with Pakistan are cordial but less institutionalized, with both countries expressing a commitment to broaden cooperation in economic, political, and cultural spheres (Hussain, 2024). In the context of the Kashmir dispute, Singapore has maintained a consistent and principled stance centered on three pillars: condemnation of terrorism, neutrality on sovereignty claims, and the importance of a peaceful resolution. Following the April 2025 terrorist attack in Jammu and Kashmir that killed 26 civilians, the Singaporean Ministry of Foreign Affairs strongly condemned the violence and expressed solidarity with India in the fight against terrorism (Dancel, 2025). At the same time, Singapore urged both India and Pakistan to de-escalate rising military tensions through diplomatic means and reiterated the importance of civilian safety (MoFA Singapore, 2025).

**The Democratic Socialist Republic of Sri Lanka's Prime Minister,** Ranil Wickremesinghe, stated in 2019 that he recognizes the reorganization of Jammu and Kashmir, as well as of the Union Territory of Ladakh, as an internal matter of India, pointing out the possibility of Ladakh becoming India's first Buddhist-majority Territory (Agrahari, 2019). On those matters, Pakistan's High Commission in Sri Lanka has once claimed its president's acknowledgement on Jammu and Kashmir as a disputed territory, even though the President's office refuted the claims later on (Dawn, 2019). Thus, Sri Lanka maintains friendly relations to both conflicting nations. Even though it has strong historical and cultural ties with India, it does not refrain from engaging in diplomatic and economic cooperation with Pakistan. All in all, Sri Lanka has generally refrained from taking positions that could be perceived as favoring one side over the other in the Kashmir conflict (Dawn, 2019).

**The Kingdom of Thailand** considers the Kashmir issue an internal matter of India and adheres to a policy of non-interference in bilateral disputes between nations. Amid rising tensions between India and Pakistan following India's decision to revoke the special status of Jammu and Kashmir in 2019, Thailand reaffirmed its position. During an interview with ETV Bharat, Thailand's then Ambassador to India, Chutintorn Sam Gongsakdi, stated that the abrogation of Article 370 – which granted special autonomy to Jammu and Kashmir – falls under India's sovereign jurisdiction. He emphasized Thailand's policy of non-intervention in the affairs of friendly nations (ETV Bharat, 2019).

**The Democratic Republic of Timor-Leste's** approach to international relations is guided by a strong commitment to fundamental principles such as national independence, self-determination, and respect for the sovereignty and territorial integrity of all states. The country upholds the right of peoples to control their own natural resources and places a high priority on the protection of human rights and non-interference in the internal affairs of other nations. In its foreign policy, East Timor seeks to build friendly and cooperative ties with all countries, emphasizing peaceful conflict resolution (East Timor, 2002). In line with its constitutional principles for international relations, East Timor has expressed a clear and principled position in the wake of

the April 22, 2025 terrorist attack in Pahalgam, Jammu and Kashmir. President José Ramos-Horta, a Nobel Peace Laureate, conveyed his deep condolences to the President of India, expressing sorrow for the loss of innocent lives and condemning the attack as a brutal and inexcusable act of terrorism. In his message, he emphasized his country's solidarity with the Indian government and its people, affirming shared grief and support in the fight against terrorism (Asean All, 2025).

While historically, the **United States of America** has offered to mediate the Kashmir Conflict, and such offers have often been welcomed by Pakistan, they were met with resistance from India, which views Kashmir as an internal matter. Thus, the United States has consistently supported direct dialogue between India and Pakistan to resolve the issue, for it has refrained from any mediation role (Every Congressional Research Service Report, 2011). Only in 2019, under Trump's administration, has it come once more offered to mediate the Kashmir dispute, having the offer promptly declined once more. Following India's revocation of Jammu and Kashmir's special status in 2019, the United States' State Department highlighted the need for respect of individual rights and urged discussions with affected communities (Aslam, 2025). More recently, in May 2025, after the significant escalation between India and Pakistan, the United States has played a key role in brokering a ceasefire. While President Trump announced the ceasefire, India maintained that the agreement was reached bilaterally without third-party mediation (Masih, 2025). Yet, it is relevant to state that its official policy emphasizes bilateral resolution between India and Pakistan, despite its history of mediation offering.

In line with its general principles of foreign policy, **The Socialist Republic of Vietnam** maintains a neutral and diplomacy-oriented position regarding the Kashmir conflict, consistent with its broader foreign policy principles of non-interference, peaceful coexistence, and regional stability (Vietnam, online). In this context, Hanoi has avoided publicly aligning with either India or Pakistan, instead consistently advocating for restraint, vigilance, and dialogue as the appropriate means to manage tensions. In response to the terrorist attack that occurred on April 22, 2025, in the Baisaran Valley of Jammu and Kashmir, Vietnam's Ministry of Foreign Affairs reaffirmed this stance (Vietnam+, 2025).

## 6 QUESTIONS TO PONDER

1. To what extent should the ARF and ASEAN member states engage in the Kashmir dispute, given the principles of non-interference and respect for sovereignty, while recognizing the conflict's broader implications for Asian stability?

2. How can the committee reconcile the competing imperatives of counter-terrorism and security with the persistent reports of human rights violations and political repression in Kashmir?

3. Considering that both India and Pakistan are nuclear powers, how should the ARF frame its role in reducing the risks of escalation and accidental conflict, especially in light of recent terrorist incidents and border skirmishes?

4. How do the strategic alignments of major powers affect the possibilities for ASEAN or ARF to act as a meaningful mediator?

5. Given the mixed results of past international efforts and ASEAN's tradition of soft mediation, what innovative confidence-building measures or dialogue platforms could the ARF propose to move beyond the current stalemate?

## REFERENCES

AGRAHARI, Amit. US, Sri Lanka, Maldives and UAE wholeheartedly support India over the scrapping of Article 370. **TFI Post**, 2019. Available at: https://tfipost.com/2019/08/usa-uae-sri-lanka-kashmir-01/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

ALAGAPPA, Muthaih. Regionalism and Conflict Management: A Framework for Analysis. **Review of International Studies.** v. 21, n. 4, 1995. Available at: https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/regionalism-and-conflict-management-a-framework-for-analysis/DD02155AB5F05788006455A44DC3F1A7. Accessed on: 19 May 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. **"Denied": Failures in accountability in Jammu and Kashmir.** Londres: Amnesty International, 2021. Available at: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/ASA2018752015ENGLISH.pdf>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

ANI. Bangladesh: Protests held against Pakistan's invasion of Kashmir in 1947. **Times of India**, 2021. Available at: https://timesofindia.indiatimes.com/world/south-asia/bangladesh-protests-held-against-pakistans-invasion-of-kashmir--in-1947/articleshow/87204629.cms. Accessed on: 7 Jun. 2025.

ASLAM, Tehmina. US Mediation on Kashmir**. The Nation**, 2025. Available at: https://www.nation.com.pk/14-May-2025/us-mediation-on-kashmir. Accessed on: 7 Jun. 2025.

**AUSTRALIAN GOVERNMENT DEPARTMENT OF VETERANS' AFFAIRS (ANZAC).** Australian peacekeepers in Kashmir from 1950 to 1985. ANZAC Portal, 2023. Available at: https://anzacportal.dva.gov.au/wars-and-missions/peacekeeping/summaries/kashmir-1950-1985. Accessed on: 24 Jun. 2025.

**AUSTRALIAN GOVERNMENT PARLIAMENT. House of Representatives.** Australia encourages the peaceful settlement of the final status of Jammu and Kashmir, underscored by the protection of human rights to ensure… In: Parliamentary Business, Hansard Display, 11 Sep. 2023. Available at: https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Hansard/Hansard_Display?bid=chamber/hansardr/27166/&sid=0094. Accessed on: 24 Jun. 2025.

BALCEROWICZ, Piotr; KUSZEWSKA, Agnieszka. **Human Rights Violations in Kashmir.** Londres: Taylor & Francis, 2022.

BASHIR, Faiza; KHAN, Mian Rifat Ullah. Revocation of Kashmir Special Status

in Indian Constitution: Distortion of Simla Agreement. **The Dialogue,** v. 16, n.3, p. 1-10, 2021. Available at: https://journals.qurtuba.edu.pk/ojs/index.php/thedialogue/article/view/388. Accessed on: 16 May 2025.

BEHERA, Navnita Chadha. **Demystifying Kashmir.** [S. l.], 2025. Available at: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=h48nhaNzHxEC&oi=fnd&pg=PP1&dq=dismistifying+kashmir&ots=E7dUMVXT77&sig=K9YrR91rjMPLMsz6jRpgY3yJuGc#v=onepage&q&f=false. Accessed on: 27 Feb. 2025.

BEHERA, Navnita Chadha. The Kashmir Conflict: Multiple Fault Lines. **Journal of Asian Security and International Affairs,** v. 3, n. 1, p. 41–63, 2016. Available at: https://doi.org/10.1177/2347797015626045. Accessed on: 18 Jun. 2025.

BHAT, Aditya. International community supports India, strongly condemns Uri attack. **IBTimes India**. 2016. Available at: <https://www.ibtimes.co.in/uri-attack-here-how-international-community-responded-694476>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

BHATT, Parjanya. Revisiting China's Kashmir Policy. **Observer Research Foundation,** n. 326, 2019. Available at: https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20230912170910.pdf. Accessed on: 31 May 2025.

BOSE, Sumantra. **Kashmir at the Crossroads: Inside a 21st-Century Conflict.** New Haven: Yale University Press, 2021.

CADELL, Cate; MEHROTRA, Karishma. China's warplane combat debut over Kashmir riles tense geopolitics. **Washington Post,** 2025. Available at: https://www.washingtonpost.com/national-security/2025/05/17/china-j10-jet-pakistan-india-kashmir-combat/. Acessed on: 31 May 2025.

CHAUDHURY, Dipanjan Roy. Indonesia, Egypt, Bahrain block Pakistan's anti-India move at OIC meet in Jakarta. **The Economic Times,** 2025. Available at: https://economictimes.indiatimes.com/news/india/indonesia-egypt-bahrain-block-pakistans-anti-india-move-at-oic-meet-in-jakarta/articleshow/121299399.cms. Accessed on: 27 Jul. 2025.

CHAUDHURY, Dipanjan Roy. Kashmir India's internal matter: Bangladesh Foreign Minister tells Pak FM. **The Economic Times,** 5 Set. 2019. Available at: https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/kashmir-indias-internal-matter-bangladesh-foreign-minister-tells-pak-fm/articleshow/70999929.cms. Accessed on: 27 Jul 2025.

CHINA, Turkey back Pakistan on Kashmir issue. **The Express Tribune**, 27 Jul. 2019. Available at: https://tribune.com.pk/story/2023128/china-turkey-back--pakistan-kashmir-issue. Accessed on: 27 Apr. 2025.

CONSTITUTION OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF EAST TIMOR (East Timor). Dili: **Democratic Republic of Timor-Leste**, 2002. Available at: https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constitution_RDTL_ENG.pdf. Accessed on: 27 Jun. 2025

DANCEL, Raul. Singapore condemns terrorist attack on tourists in India's Jammu and Kashmir. **The Straits Times,** 24 Apr. 2025. Available at: <https://www.straitstimes.com/singapore/singapore-condemns-terrorist-attack-on-tourists-in-indias--jammu-kashmir>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

DARA, Von. Cambodia calls for India-Pakistan calm. **Phnom Penh PosT,** 1 Mar. 2019. Available at: <https://www.phnompenhpost.com/national/cambodia-calls--india-pakistan-calm>. Accessed on: 26 Jun. 2025.

DAWN. No statement made on Kashmir, no offer to mediate between Pakistan, India: Sri Lanka president. **Dawn,** 2019. Available at: https://www.dawn.com/news/1501201. Accessed on: 7 Jun. 2025.

DESK, TOI News. "Russia assures full support": Putin dials PM Modi after Pahalgam terror attack. **Times of India**, 2025. Available at: https://timesofindia.indiatimes.com/india/russia-assures-full-support-putin-dials-pm-modi-after-pahalgam-terror-attack/articleshow/120896350.cms. Accessed on: 7 Jun. 2025.

DESMOND, Edward. The insurgency in Kashmir (1989–1991). **Contemporary South Asia,** v. 4, n. 1, p. 5–16, 1995. Available at: https://doi.org/10.1080/09584939508719748. Accessed on: 7 Jun. 2025.

EMBASSY OF INDIA IN VIENTIANE IN LAOS. **Embassy of India,** Vientiane, Laos: Bilateral Relations. Embassy of India, 2025. Available at: <https://www.indianembassylaos.gov.in/page/bilateral-relations-sub/>. Accessed on: 26 Jun. 2025.

EMBASSY OF PAKISTAN IN MANILA PHILIPPINES. Bilateral Relations – Pakistan Embassy Manila Philippines. **Embassy of Pakistan in Manila Philippines,** 2018. Pakembmanila.org. Available at: <https://pakembmanila.org/bilateral-relations/>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

ETV BHARAT. We don't interfere in "internal affairs" of our friendly countries: Thai Ambassador on modification of Article 370. **ETV Bharat News**,

10 Aug. 2019. Available at: <https://www.etvbharat.com/english/bharat/bharat-news/thailand-supports-india-says-modifying-370-an-internal-affair/na20190810232231925>. Accessed on: 26 Jun. 2025.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Speech on behalf of the High Representative/Vice-President Federica Mogherini at the European Parliament plenary debate on the situation in Kashmir.** EEAS. Available at: <https://www.eeas.europa.eu/eeas/speech-behalf-high-representativevice-president-federica-mogherini-european-parliament-plenary_en>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

EXPRESS WEB DESK. Malaysian PM underlines support for UN resolution on Kashmir during Pakistan visit. **The Indian Express**, 2024. Available at: https://indianexpress.com/article/world/malaysia-pm-support-un-resolution-kashmir--pakistan-visit-9602354/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

FARRELL, Brian Richard. The Security Council and Kashmir. **Transnational Law and Contemporary Problems**, v. 22, n. 2, 2013. Available at: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1760644>. Accessed on: 23 Jun. 2025.

GAHLAUT, Baibhaw. Jammu and Kashmir: legal position, Security Council mediation and future prospect. **Commonwealth Law Bulletin**, v. 40, n. 1, p. 17–31, 2013. Available at: <https://doi.org/10.1080/03050718.2013.864121>. Accessed on: 23 Jun. 2025.

GARNER, Jom. Phl urges India, Pakistan: Resolve issues. **Daily Tribune**, 7 May 2025. Available at: <https://tribune.net.ph/2025/05/07/phl-urges-india-pakistan--resolve-issues>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

GARVER, JOHN. China's Kashmir Policies. **India Review,** v. 3, n. 1, p. 1–24, 2004. Available at: <https://doi.org/10.1080/14736480490443058>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

HALI, Sultan. Operation Gibraltar – an unmitigated disaster?. **Criterion Quarterly 7**, n. 1, 2012. Available at: <https://criterion-quarterly.com/operation-gibraltar-an--unmitigated-disaster/>. Accessed on: 27 Jun 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. India: Repression Persists in Jammu and Kashmir. **Human Rights Watch,** 2024. Available at: <https://www.hrw.org/news/2024/07/31/india-repression-persists-jammu-and-kashmir>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

HUSSAIN, Irshad. Pakistan, Singapore agree to further broaden bilateral ties -

TDI. **The Diplomatic Insight**, 2024 Available at: <https://thediplomaticinsight.com/pak-singapore-agree-to-broaden-ties/>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

IANS. Myanmar condemns Kashmir terror attack. **Business Standard**, 2019. Available at: https://www.business-standard.com/article/news-ians/myanmar-condemns-kashmir-terror-attack-119021900013_1.html. Accessed on: 7 Jun. 2025.

INDIA-Pakistan tensions. **Al Jazeera**, 25 apr. 2025. Available at: https://www.aljazeera.com/news/2025/4/25/india-pakistan-tensions. Accessed on: 27 Apr. 2025.

INDIA And Philippines Relations Strengthened: Bilateral Relations, Defence, Trade And Commerce | **NewsCanvassEdu.** NewsCanvassEdu, [s.d.]. Available at: <https://newscanvassedu.com/current-affairs/india-and-philippines-relations/>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

INDIA. China raises Kashmir issue at UN. **Business Standard**, 2019. Available at: https://www.business-standard.com/article/pti-stories/china-raises-kashmir-issue-at-un-119092800288_1.html. Accessed on: 7 Jun. 2025.

INDIA. China says opposed to "unilateral actions" to resolve Kashmir issue. **East Mojo**, 2022. Available at: https://www.eastmojo.com/neighbourhood-watch/china/2022/02/07/china-says-opposed-to-unilateral-actions-to-resolve-kashmir-issue/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

INDIA, Mongolia review bilateral ties; agree to strengthen strategic partnership. **India Defense News**, 2023. Available at: https://www.indiandefensenews.in/2025/03/india-mongolia-review-bilateral-ties.html. Accessed on: 7 Jun. 2025.

INDIA: Domestic Issues, Strategic Dynamics, and U.S. Relations. **Every Congressional Research Service Report**, 2011. Available at: https://www.everycrsreport.com/reports/RL33529.html. Accessed on: 8 Jun. 2025.

INDURTHY, Rathnam; HAQUE, Muhammad. The Kashmir Conflict: Why It Defies Solution. **International Journal on World Peace**, v. 27, n. 1, 2010. Available at: https://www.jstor.org/stable/20752914?read-now=1&seq=26#page_scan_tab_contents Accessed on: 20 May 2025.

JAISHANKAR pitches for 'ASEAN unity', constructive role in Indo-Pacific. **Kashmir Convener**, 2024. Available at: https://kashmirconvener.com/2024/04/23/jaishankar-pitches-for-asean-unity-constructive-role-in-indo-pacific. Accessed on: 20 May 2025.

JAMMU KASHMIR COALITION OF CIVIL SOCIETY (JKCCS). **Human Rights Review 2016**, 2016. Available at: <https://jkccs.info/wp-content/uploads/2018/03/2016-Human-Rights-Review-JKCCS.pdf>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

JAMMU KASHMIR COALITION OF CIVIL SOCIETY (JKCCS). **Annual Human Rights Review 2018**, 2018. Available at: <https://jkccs.info/wp-content/uploads/2018/12/Annual-Report-2018.pdf>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

JETLY, Rajshree. Conflict Management Strategies in ASEAN: Perspectives for SAARC. **The Pacific Review,** v. 16, n. 1, 2003. Available at: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0951274032000043244. Accessed on: 19 May 2025.

JOHNSON, Donald. India-Pakistan Relations: A 50-Year History. **Asia Society**, [s.d.]. Available at: https://asiasociety.org/education/india=-pakistan-relations50--year-history#:~:text-Pakistan%20was%20created%20as%20a,and%20members%20of%20other%20religions. Accessed on: 16 May 2025.

KAMRUZZAMAN, Md. Bangladesh: March in solidarity with Kashmir. **Anadolu Ajansi**, 2019. Available at: https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/bangladesh--march-in-solidarity-with-kashmir/1596282. Accessed on: 7 Jun. 2025.

KASHMIR: the story. Direção: Al Jazeera English. Doha: Al Jazeera, 2019. 47 min. Available at: https://youtu.be/OnTYLyNUPMc?si=21lQmipjNxg43LW-. Accessed on: 27 Apr. 2025.

KHALIQ, Riyaz ul. Kashmir tensions: Malaysia asks India, Pakistan to talk. **Anadolu Ajansi,** 2019. Available at: https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/kashmir--tensions-malaysia-asks-india-pakistan-to-talk/1551416. Accessed on: 7 Jun. 2025.

KHAN, Yasmin. **The Great Partition**: the making of India and Pakistan. New Haven e Londres: Yale University Press, 2007.

KRISTENSEN, Hans M; KORDA, Matt ; JOHNS, Eliana. Pakistan nuclear weapons. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 79, n. 5, p. 329–345, 2023. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00963402.2023.2245260?-needAccess=true. Accessed on: 26 Apr. 2025.

KRISTENSEN, Hans M; KORDA, Matt; JOHNS, Eliana; et al. Indian nuclear weapons. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 80, n. 5, p. 326–342, 2024. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00963402.2024.2388470?-

needAccess=true. Accessed on: 26 Apr. 2025.

LASKAR, Rezaul H. EHSAN, Mir. Govt to organise visits to Kashmir for EU, ASEAN envoys, first such move after August 5. **Hindustan Times,** 2020. Available at: https://www.hindustantimes.com/world-news/govt-to-organise-visits-to-kashmir-for-eu-asean-envoys-first-such-move-after-august-5/story-WlsZ4nfeQQsbvACas5YyoN.html. Accessed on: 16 May 2025.

MAGGSI, Amjab Abbas. Lahore Declaration February, 1999 A Major Initiative for Peace in South Asia. **Journal of Pakistan Vision**, v. 14, n. 1. 2013. Available at: https://pu.edu.pk/home/journal/12/V_14_No_1_2013.html. Accessed on: 18 May 2025.

MAHAPATRA, Debidatta Aurobinda. Russia's Policy Towards the Kashmir Issue in the Changing World Order. **International Studies**, v. 41, n. 1, p. 129–143, 2004. 10.1177/002088170404100104.

MAHDANI. India, Pakistan should hold a dialogue: Indonesia. **Antara Kalsel,** 2019. Available at: https://kalsel.antaranews.com/berita/114186/india-pakistan--should-hold-a-dialogue-indonesia. Accessed on: 7 Jun. 2025.

MAHESHWARI, Dhairya. Papua New Guinea "Aspires" to Expand Defense Ties With India Amid US-China Tensions. **Sputnik News**, 2023. Available at: https://sputniknews.in/20230510/papua-new-guinea-aspires-to-expand-defense-ties-with--india-amid-us-china-tensions-1893740.html. Accessed on: 7 Jun. 2025.

MASIH, Niha. India launches global charm offensive after conflict with Pakistan. **Washington Post**, 2025. Available at: https://www.washingtonpost.com/world/2025/05/31/india-delegation-pakistan-conflict-trump/.

MATHUR, Shubh. Memory and hope: new perspectives on the Kashmir conflict – an introduction. **Race & Class**, v. 56, n. 2, p. 4–12, 2014. Available at: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306396814542906. Accessed on: 23 Feb. 2025.

MIGRATOR. North Korea condemns Kashmir suicide attack. **DT News**, 2019. Available at: https://www.dtnext.in/world/2019/02/23/north-korea-condemns--kashmir-suicide-attack. Accessed on: 7 Jun. 2025.

MILLS, Claire. **Nuclear Weapons at a glance: India and Pakistan**. London: House of Commons Library, 2022. Available at: <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-9070/CBP-9070.pdf>. Accessed on: 26 Apr. 2025.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS OF INDIA. India - Lao Joint Statement. **Ministry of External Affairs**, India, 16 Jun. 2003. Available at: https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/7671/India++Lao+Joint+Statement. Accessed on: 26 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA JAPAN). The Situation in Kashmir (Statement by Foreign Minister Taro Kono). **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2019. Available at: <https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_002352.html>. Accessed on: 26 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MoFA Japan). Japan-India Relations (Basic Data). **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2025a. Available at: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/data.html>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA JAPAN). Japan-Australia-India-U.S.(Quad) meetings. **Ministry of Foreign Affairs of Japan,** 2025b. Available at: <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1e_000396.html>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA JAPAN). The Situation in Kashmir (Statement by Foreign Minister IWAYA Takeshi). **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2025c. Available at: <https://www.mofa.go.jp/press/release/pressite_000001_01237.html>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, REPUBLIC OF KOREA (MoFA ROK). **MOFA Spokesperson's Commentary on Terrorist Attack in Jammu and Kashmir, India View|Ministry News | Ministry of Foreign Affairs, Republic of Korea.** Mofa.go.kr, 2025. Available at: <https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5674/view.do?seq=321128>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF SINGAPORE (MOFA SINGAPORE). Escalating Tensions between India and Pakistan. Ministry of Foreign Affairs Singapore, 9 May 2025. Available at: <https://www.mfa.gov.sg/Newsroom/Press-Statements-Transcripts-and-Photos/2025/05/20250509-Escalating-Tensions--IP>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF SINGAPORE (MOFA SINGAPORE). Overview. **Ministry of Foreign Affairs Singapore**, 2015. Available at: <https://www.mfa.gov.sg/Overseas-Mission/New-Delhi/About-Singapore/Singapore-India-Relations---Overview>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF NEW ZEALAND (MOFA NEW ZEALAND). NZ expresses grave concern over escalating India/Pakistan tensions. **Govt.nz**, 2002. Available at: <https://www.beehive.govt.nz/node/14136>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF NEW ZEALAND (MOFA NEW ZEALAND). NZ calls for India and Pakistan to exercise restraint. Govt.nz, 2019. Available at: <https://www.beehive.govt.nz/release/nz-calls-india-and-pakistan--exercise-restraint>. Accessed on: 26 Jun. 2025.

MOSS, Peter. **Secondary Social Studies For Pakistan.** Karachi: Oxford University Press, p. 93, 2005. ISBN 9780195977042.

NEVES JÚNIOR, Edson José. **Morrer pelo paraíso: o terrorismo internacional na Caxemira: entre a guerra por procuração e o Jihadismo instrumental: 1989-2009.** 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre, 2010. Available at: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25409. Accessed on: 22 Feb. 2025

NOONARI, Majid Ali. Pakistan-Laos Relations: Challenges and Opportunities. **Asia Pacific**, v. 26, p. 86–96, 2008. Available at: <https://sujo.usindh.edu.pk/index.php/ASIA-PACIFIC/article/view/1969>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

NOOR, Muhammad. A History of Pakistan-Indonesia Relations. **Daily Times**, 2018. Available at: https://dailytimes.com.pk/192198/history-pakistan-indonesia--relations/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). **Report on the situation of human rights in Kashmir: developments in the Indian State of Jammu and Kashmir from June 2016 to April 2018, and general human rights concerns in Azad Jammu and Kashmir and Gilgit--Baltistan.** 14 June 2018. Available at: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/PK/DevelopmentsInKashmirJune2016ToApril2018.pdf. Accessed on: 18 Apr. 2025.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). **Update of the situation of human rights in Indian-administered Kashmir and Pakistan-administered Kashmir from May 2018 to April 2019. 8 July 2019.** Available at: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/IN/KashmirUpdateReport_8July2019.pdf. Accessed on: 18 Apr. 2025.

OKTAVIANTI, Tri Indah. A year on, Pakistan calls for Indonesian solidarity on Kashmir - World. **The Jakarta Post**, 2020. Available at: https://www.thejakartapost.com/news/2020/08/06/a-year-on-pakistan-calls-for-indonesian-solidarity-on--kashmir.html. Accessed on: 18 Apr. 2025.

OKUNGU, Phoebe; MULLINS, Frank *et al.* Twenty Characteristics of an Effective Conflict Management Response Team. **Journal of Human Services:** Training, Research, and Practice 2, n. 1, 2017. Available at: http://scholarworks.sfasu.edu/jhstrp/vol2/iss1/5. Accessed on: 19 May 2025.

PAKISTAN raises Kashmir, Gaza at ASEAN moot. **Dawn**, 2024. Available at: https://www.dawn.com/news/1848667. Accessed on: 18 May 2025.

PALIT, Parama Sinha. The Kashmir policy of the United States: A study of the perceptions, conflicts and dilemmas. **Strategic Analysis**, v. 25, n. 6, p. 781–803, 2001. Available at: https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/sa/sa_sep01pap01.html. Accessed on: 18 May 2025.

PEACEKEEPING Operations in Pakistan — National Museum of the Royal New Zealand Navy. **National Museum of the Royal New Zealand Navy**, [s.d.]. Available at: <http://navymuseum.co.nz/explore/by-themes/post-war-1970/peacekeeping-operations-in-pakistan/ >. Accessed on: 27 Jun. 2025.

PRABHU, Swati. India's Pacific pathways in Papua New Guinea. **Observer Research Foundation**, 2023. Available at: https://www.orfonline.org/expert-speak/over-the-years-indias-foreign-policy-objectives-overlooked-the-pic-narrative-but--that-is-changing-in-the-post-pandemic-world-order. Accessed on: 7 Jun. 2025.

PTI. India "invaded and occupied" Kashmir, says Malaysian PM at UN General Assembly. **The Hindu**, 2019. Available at: https://www.thehindu.com/news/national/malaysian-pm-raises-kashmir-issue-at-unga-alleges-india-invaded-and-occupied-kashmir/article61979750.ece. Accessed on: 7 June 2025.

PTI. Kashmir issue should be resolved by India, Pakistan through dialogue, consultations: China. **Indian Express**, 2022. Available at: https://indianexpress.com/article/india/kashmir-issue-india-pakistan-dialogue-consultations-china-8233336/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

REUTERS STAFF. ASEAN chair Brunei says Myanmar should be given space to return to normalcy. **Reuters**, 26 Oct. 2021. Available at: https://www.reuters.com/world/asia-pacific/asean-chair-brunei-says-myanmar-should-be-given-space-return-normalcy-2021-10-26/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

REUTERS STAFF. Russia says willing to help resolve India-Pakistan differences over Kashmir. **Reuters**, 4 May 2025. Available at: https://www.reuters.com/world/asia-pacific/russia-says-willing-help-resolve-india-pakistan-differences-over-kashmir-2025-05-04/. Accessed on: 7 Jun 2025.

RIBEIRO, Erik Herejk. **A Grande Estratégia da Índia: Ascensão de uma nova Grande Potência no século XXI?** 2019. 689 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2019. Available at: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196519. Accessed on: 22 Feb. 2025.

RIZWAN, Rakhshan. **Kashmir life narratives: human rights, pleasure and the local cosmopolitan.** Oxfordshire: Routledge, 2020.

SAGAN, Scott D.; WALTZ, Kenneth N. Indian and Pakistani Nuclear Weapons: For Better or for Worse? *In:* **The Spread of Nuclear Weapons: A Debate Renewed.** New York and London: W.W Norton & Company, 2003, p. 88–124.

SAGAN, Scott D. The Perils of Proliferation in South Asia. **Asian Survey**, v. 41, n. 6, p. 1064–1086, 2001. Available at: <http://web.stanford.edu/class/polisci243b/readings/sagan.pdf>. Accessed on: 26 Apr. 2025.

SÁNCHEZ-VALLEJO, M. A. Narendra Modi, um líder divisionista na Índia. **El País**, 2020. Available at: https://brasil.elpais.com/ideas/2020-08-12/narendra-modi-um-lider-divisionista-na-india.html. Accessed on: 07 June 2025.

SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in Conflict.** 3rd. ed. London: Bloomsbury Publishing, 2021.

SECTORS - COMMONWEALTH OF NATIONS. [S. l.], 2013. Available at: https://www.commonwealthofnations.org/sectors-brunei_darussalam/government/embassies/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

SIDDIQUI, Huma . **Financial Express,** 2024. Available at: https://www.financialexpress.com/business/defence-india-brunei-elevate-bilateral-ties-to-enhanced-partnership-during-historic-modi-bolkiah-meeting-3601364/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

SLATER, Joanna. Why protests are erupting over India's new citizenship law. **The Washington Post,** Washington, 18 dez. 2019. Available at: https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/why-indias-citizenship-law-is-so-contentious/2019/12/17/35d75996-2042-11ea-b034-de7dc2b5199b_story.html. Accessed on: 27 Apr. 2025.

SOOMRO, Naureen Nazar; BEHAN, Ronaque Ali; SIDDIQUI, Sohni. ASEAN('s) Way of Conflict Management: Active and Effective Role. **Journal of Social Sciences and Humanities,** v. 58, n. 1, p. 139-151, 2019. Available at: https://www.researchgate.net/profile/Naureen-Nazar-Phd/publication/334030446_ASEAN%27S_WAY_OF_CONFLICT_MANAGEMENT_ACTIVE_AND_EFFECTIVE_ROLE/links/5d132c1c458515c11cf8ac47/ASEANS-WAY-OF-CONFLICT-MANAGEMENT-ACTIVE-AND-EFFECTIVE-ROLE.pdf. Accessed on: 27 Jun. 2025.

SRIDHARAN, Kripa. Regional Organizations and Conflict Management: Comparing ASEAN and SAARC. **Crisis States Working Papers,** Working Paper 33, n. 2. 2008.

STARCEVIC, Seb. EU steps in as "alarming" India-Pakistan tensions rise. **POLITICO,** 2025. Available at: <https://www.politico.eu/article/india-pakistan-pahalgam-kashmir-attack-tensions-eu-kaja-kallas/>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

SUHAG, Amit. A Review of the US Views on the Kashmir Issue. **International Journal Of Research And Analytical Reviews**, v. 9, n. 4, 2022. Available at: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/102709757/A_Review_of_the_US_Views_on_the_Kashmir_Issue-libre.pdf?1685193398=&response=-content-disposition-inline%3B+filename%3DA_Review_of_the_US_Views_on_the_Kashmir.pdf&Expires=1748857607&Signature=PD1N-okcASejjxLpxJnMsK-s-VMxBB5uPayxiR~L-SWUVIFuEWnrQ3sbdj-bPNis3EZVnd9q3TNo-GVE5va-8aG60T40mNJBYMahc4SntRGzejP2ef9Ku01mHp36o0dizROE9Wc0h94Y~yrig-zgJizPCZukIATfrX7x5LoFaHI1xCZJTaQ1YgDFARwwzC5pKIHBrOButzPpaIWvla1jC6SpMG3ZZI5yoIgAxaYXFlf0cD~qMZyKfzx3cfWDBXXI-5fftxsK8agD37fXqaooHTlX484aUmVdSjLNS83QQdoBNSziYcRodFvuF-FB27RUnMfdSqZIHY2JU4P4WC0VwQeAPg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF-5GGSLRBV4ZA. Accessed on: 31 May 2025.

TARIQ NAQASH. Malaysian organisation reaffirms support to Kashmir struggle. **DAWN**, 2025. Available at: https://www.dawn.com/news/1891869. Accessed on: 7 Jun. 2025.

INDURTHYM Rathnam; HAQUE, Muhammad. The Kashmir conflict: why it defies solution. **Asian Affairs**, Londres, v. 41, n. 1, p. 21-36, 2010. Available at: https://www.jstor.org/stable/20752914?read-now=1&seq=26#page_scan_tab_content. Accessed on: 27 Apr. 2025.

THE KASHMIR MONITOR. Looking the other way on Myanmar. The Kashmir Monitor, 2018. Available at: https://www.thekashmirmonitor.net/looking-the-o-

ther-way-on-myanmar/. Accessed on: 7 Jun. 2025.

THE NEW INDIAN EXPRESS. No compromise on matters of territorial integrity: India to South Korea over Hyundai Pakistan row. **The New Indian Express**, 2022. Available at: <https://www.newindianexpress.com/nation/2022/Feb/08/no-compromise-on-matters-of-territorial-integrity-india-to-south-korea-over-hyundai-pakistan-row-2416949.html>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

THE PRINT. Japan looked at situation in Kashmir "very carefully" & hopes for a peaceful resolution. **The Print**, 2019. Available at: <https://theprint.in/diplomacy/japan-looked-at-situation-in-kashmir-very-carefully-hopes-for-a-peaceful-resolution/328814/>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

THE STAR ONLINE. Minister addresses Brunei Legislative Council on foreign policy. **The Star,** 2025. Available at: https://www.thestar.com.my/aseanplus/aseanplus-news/2025/03/12/minister-addresses-brunei-legislative-council-on-foreign-policy. Accessed on: 7 Jun. 2025.

TIMES OF INDIA. Russia backs India, says J&K move "carried out within framework of Constitution". **Times of India,** 2019. Available at: https://timesofindia.indiatimes.com/india/russia-backs-india-on-kashmir/articleshow/70614443.cms. Accessed on: 7 Jun. 2025.

TIMOR-LESTE President Condemns the Terror Attack in Pahalgam, Jammu, and Kashmir. **Asean All**, 2025. Available at: <https://www.aseanall.com/news/9901>. Accessed on: 27 Jun. 2025.

UNITED NATIONS. UNITED NATIONS INDIA-PAKISTAN OBSERVATION MISSION (UNIPOM) - Background. **United Nations**, 2019. Available at: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unipombackgr.html>. Accessed on 25 Jun. 2025

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 38. Index: S/RES/38, 17 Jan. 1948a. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/page/2?ctype=Jammu+and+Kashmir&cbtype=jammu-and-kashmir. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 39. Index: S/RES/39, 20 Jan. 1948b. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_39.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 39. Index: S/RES/39, 20 Jan. 1948c. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_39.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 51. Index: S/RES/51, 3 Jun. 1948d. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_51.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 80. Index: S/RES/80, 14 Mar. 1950. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_80.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 91. Index: S/RES/91, 30 Mar. 1951a. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_91.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 96. Index: S/RES/96, 10 Nov. 1951b. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_96.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 98. Index: S/RES/98, 23 Dec. 1952. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_98.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 122. Index: S/RES/122, 24 Jan. 1957a. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_122.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 123. Index: S/RES/123, 21 Feb. 1957b. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_123.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 209. Index: S/RES/209, 4 Sep. 1965a. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/

cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_209.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 210. Index: S/RES/210, 6 Sep. 1965b. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_210.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 211. Index: S/RES/211, 20 Sep. 1965c. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_211.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 214. Index: S/RES/214, 27 Sep. 1965d. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_214.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 215. Index: S/RES/215, 5 Nov. 1965e. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_215.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 303. Index: S/RES/303, 6 Dec. 1971a. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_303.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

**UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC).** Resolution 307. Index: S/RES/307, 21 Dec. 1971b. Available at: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_307.pdf. Accessed on: 25 Jun. 2025.

VIETNAM. Foreign Policy | Embassy of the Socialist Republic of Vietnam in the United States. **Vietnam Embassy in the USA**, [s.d.] Available at: <https://vietnamembassy-usa.org/vietnam/foreign-policy>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

VIETNAM+. **No Vietnamese citizens affected by terrorist attack in northern India: spokesperson.** 2025. Vietnam+ (VietnamPlus). Available at: <https://en.vietnamplus.vn/no-vietnamese-citizens-affected-by-terrorist-attack-in-northern-india-spokesperson-post318019.vnp>. Accessed on: 25 Jun. 2025.

VOHRA, Anchal. India-Pakistan tensions: Where does the EU stand?. **Deutsche Welle**, 30 Apr. 2025. Available at: <https://www.dw.com/en/india-pakistan-tensions-where-does-the-eu-stand/a-72398394>. Accessed on: 26 Jun. 2025.

WAQAS, Muhammad; REHMAN, Khalil. The Kashmir Dispute: A Strategic Analysis. **VFAST Transactions on Education and Social Sciences**, v. 11, n. 3, p. 17–22, 2023. Available at: https://vfast.org/journals/index.php/VTESS/article/view/1662. Accessed on: 31 May 2025.

'WE'RE cursed': Kashmiris under attack across India after Pahalgam killings. **Al Jazeera,** 25 Apr. 2025. Available at: https://www.aljazeera.com/news/2025/4/25/were-cursed-kashmiris-under-attack-across-india-after-pahalgam-killings. Accessed on: 27 Apr. 2025.

Association of Southeast Asian Nations Regional Forum (ARF)

**Transboundary water cooperation in Southeast Asia: Ensuring regional water and food security**

*Carolina Klutschnikow Zancanaro19*
*Luiza dos Santos Manfio20*
*Maria Manoela Ribeiro Spolavori 21*

## ABSTRACT

Transboundary water cooperation is a decisive matter to ensure regional water and food security as it refers to efforts between different countries to manage shared resources. Southeast Asia, a region heavily reliant on major river systems such as the Mekong, Salween, and Irrawaddy, is deeply affected by issues surrounding this topic. The rapid economic development, environmental degradation, demographic pressure, and climate change have intensified competition over shared water resources, which exacerbates tensions among riparian states. This guide explores the historical evolution of water governance in Southeast Asia, debating the socio-economic and environmental impacts of water scarcity while examining the competing interests of upstream and downstream nations. Moreover, it aims to discuss the challenges posed by climate change as well as legal and institutional gaps. Addressing these interconnected issues, the ASEAN Regional Forum (ARF) seeks to foster sustainable, equitable, and cooperative water management strategies, as it recognizes water as a key element for regional stability, food security, and overall development.

19 Carolina Klutschnikow Zancanaro is a fourth-year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Assistant-Director of the ASEAN Regional Forum.
20 Luiza dos Santos Manfio is a third-year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Director of the ASEAN Regional Forum.
21 Maria Manoela Ribeiro Spolavori is a second-year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Director of the ASEAN Regional Forum.

## 1 INTRODUCTION

Water is a fundamental resource for survival, economic growth, and environmental sustainability, and its management has historically shaped relations between Southeast Asian nations. In a region deeply reliant on agriculture and fisheries, rivers such as the Mekong, Salween, Irrawaddy, and Red River are vital arteries that sustain millions of livelihoods and maintain regional food security (FAO, 2022). However, Southeast Asia today faces increasing competition over shared water resources, a challenge driven by economic development, environmental degradation, demographic growth, and climate change (UN WATER, 2021).

The Mekong River Basin, for example, traverses six countries — China, Myanmar, Laos, Thailand, Cambodia, and Vietnam — and has become a common setting where national interests often clash. Hydropower projects upstream have raised serious concerns about downstream impacts, particularly regarding sediment flow reduction, fisheries depletion, and water scarcity for agriculture (Bao; Mitra; Kuyama, 2020). Irrigated agriculture, responsible for over 70% of freshwater withdrawals in Southeast Asia (FAO, 2022), is directly threatened by fluctuating river flows, exacerbating food insecurity and rural poverty. According to Zhang (2016), in many parts of Asia, control over water is increasingly seen not only as a matter of development, but also as a strategic and security issue.

Despite efforts to promote regional dialogue and cooperation, such as those led by the Mekong River Commission, the legal and institutional frameworks remain limited in their capacity to enforce sustainable and equitable water management. National priorities frequently prevail over regional ones, leading to asymmetrical benefits and tensions among riparian states. For instance, upstream countries often emphasize hydropower and industrial development, while downstream nations prioritize agriculture, fisheries, and flood control (Zhang, 2016).

In addressing these challenges, the ASEAN Regional Forum (ARF) serves as a crucial platform, convening national leaders to collectively confront these multifaceted and interconnected issues. To approach water cooperation in the region is not only vital for ensuring a natural resource but also a critical factor for peace, security, and development. Regional water cooperation is not just a necessity for current generations but a responsibility toward future ones, who will depend on the actions and decisions made today.

## 2 HISTORICAL BACKGROUND

In this section, the historical background of the transboundary water cooperation in Southeast Asia is introduced. The discussion begins with the descriptions of the main river basins in the region, for example the Mekong River Basin that spans several countries and is vital for agriculture, fisheries, and hydropower. After that, we will present the historical tensions and disputes over water usage. This section also discusses the evolution of regional water governance in Southeast Asia, presenting the Commission established to help with the collaboration between the Mekong River region.

### 2.1 OVERVIEW OF MAJOR TRANSBOUNDARY WATER BASINS IN SOUTHEAST ASIA

Southeast Asia is a region rich in water resources, but it faces many challen-

ges regarding water security and transboundary cooperation. The region contains forty-one transboundary surface and groundwater bodies that play a significant role in socioeconomic development and on the livelihood of Southeast Asia's population. This study, however, will focus on the major transboundary water basins in the region: the Mekong River Basin, the Salween River Basin and the Red River Basin. The subtopic aims to give the reader an overview on them, highlighting its main aspects and problems faced.

The Mekong River is the 12th longest river in the world with a length of 5.000 kilometers, spread across China, Myanmar, Lao PDR, Cambodia, Thailand and Vietnam. It also encompasses a complex river network that includes a variety of tributary rivers. Due to its vastness, the Mekong River Basin has a central role in the socioeconomic development of the region, posing as an important hub for trade, commerce, transportation, fishery and agriculture. Conventionally, the river is divided in two regions: the Upper Mekong Basin – that extends across the Chinese territory – and the Lower Mekong Basin – that extends across Lao PDR, Cambodia, Thailand, Myanmar and Vietnam. Another aspect that must be considered is Mekong's massive hydropower potential, this can be noted by the increasing number of hydropower dams on the river's course from the 1990s to the present day (MRC, 2024; Middleton; Allouche, 2016).

Among the many tributaries of the Mekong River, three of them must be highlighted: Sesan, Srepok and Sekong Rivers – known as the 3S Basin. The 3S Basin flows through Lao PDR, Vietnam and Cambodia, with its outlets in Vietnam's Mekong Delta, having direct impact in the region. Sesan, Srepok and Sekong play an important part in the livelihood of Vietnamese, Cambodian and Lao populations, especially regarding food security (Trang et al., 2016).

Although smaller than the Mekong River, the Salween River basin is another major transboundary river in Southeast Asia that faces many challenges. It's the only undammed river basin in the region and occupies an area of 320.000 km², of which 53% is in China, 42% in Myanmar and 5% in Thailand. According to the UN's Food and Agriculture Report (2011), more than 10 million people – including 16 different ethnic groups – depend on the river for their subsistence, especially for activities such as agriculture and fishery. Although the Salween remains undammed, it holds great potential to be a significant energy supplier, particularly for Myanmar and Thailand, for this reason the construction of dams has been central in the discussion. Another essential debate revolves around the use of resources and the river's pollution, as the Salween is among the ten most polluted rivers in the world (FAO, 2011; Lamb et al, 2019).

At last, it is important to highlight the Red River Basin, due to the increasing tensions and challenges in the region. The Red River has an area of 151.500 km², of which 51,29% is located in China, 47,92% in Vietnam and 0,79% in Lao PDR. Besides being essential for the livelihood of the population in the area, the basin also holds incredible hydropower potential and, therefore, has been site to the construction of dams. As stated by Motta and Kohler (2025), the impacts of the dams on the river's well-being and the lack of institutions nor cooperation among the riparian States have led to the increase of hydropolitical tensions and disputes, notably between China and Vietnam (Motta; Kohler, 2025).

## 2.2 PAST CONFLICTS AND DISPUTES OVER WATER RESOURCES

Due to the uneven and irregular distribution of water bodies, the access to

water has been a point at issue among many nations throughout the decades. The use and appliance of such resources have been at the center of not only discussions, but tensions in international politics. In "Water and conflict", Gleik (1993) argues how water, specifically fresh water, can be the root of many conflicts, as it can represent an economic or political strength. According to the author,

> The characteristics that make water likely to be a source of strategic rivalry are: (1) the degree of scarcity, (2) the extent to which the water supply is shared by more than one region or state, (3) the relative power of the basin states, and (4) the ease of access to alternative fresh water sources (Gleik, 1993, p. 84-85).

Population growth, economic development and climate change put even more pressure on water basins, enhancing tensions and disputes. This subtopic intends to address past conflicts, disputes and tensions over transboundary water basins in Southeast Asia, in order to illustrate the significance of the basins for the region's States.

The Mekong River basin's potential has been in the spotlight of regional and external actors for centuries, from the exploration of routes by the French during the XIXth Century to the United States influence among its allies (South Vietnam, Laos, Cambodia and Thailand) in the region during the Cold War (Hirsch, 1999; Shkara, 2018). However, disputes and tensions between riparian countries have been rising since the 1990s. The Upper Mekong dams – located on Chinese territory – are at the center of the controversy.

China started building dams throughout the Mekong river in 1993, when the Manwan Dam was constructed in Yunnan Province. Since then other 11 dams started to operate and the construction of several more are on China's plans. However, what is at stake for the Lower Mekong nations – Vietnam, Cambodia, Laos, Myanmar and Thailand – is their access to water, since the dams can limit the load of water downstream in the Mekong, possibly causing supply shortage. The 2019-2020 drought experienced in the Lower Mekong is an example of the regional Chinese dam's impact. Although not the only cause for the drought, affected States have expressed their discontentment towards China's hydropower policy and its lack of transparency. According to MRC's Mekong Low Flow and Drought Conditions in 2019–2021 report, the impact of water storage operations in the Upper Mekong Basin played a central role in the extreme decrease of water levels. The issue becomes even more delicate for affecting people's livelihood in the Mekong Delta, since the impacts on fishery and agriculture were vigorous (MRC, 2014; MRC, 2022, Thongnoi, 2023; Eyler, 2020).

The Xayaburi Dam built by Lao PDR has also been a matter of discussion and conflict between the Mekong riparian countries, in particular because of its direct effect on the Mekong Delta water supply in Vietnam. For this reason, the viability of the project was subject to MRC consultations in 2010. In spite of that, it was moved forward by Laos, starting its operations in 2012. It is also important to point out Thailand's support of the project as they are one of Laos' biggest energy importers (Goichot, 2015; The Economist, 2012).

The secular tensions between Cambodia and Vietnam were manifested once again with the construction of the Funan Techo Canal in Cambodian territory. The project, funded by China's Belt and Road Initiative, aims to create a facilitated route of transportation. Yet, it has been a major concern for Vietnam. In reality, the canal will work similarly to a dam, therefore, producing the same effects — such as alteration of the river flow —, which would cause great impacts on Vietnamese

land. Aside from that, Hanoi is also uneasy with the gap opened by the construction of the canal to Chinese military presence (Trinh, 2024; Eyler et al., 2024).

Finally, regarding the Mekong River conflicts, the Thai Khong-Chi-Mun Project, aimed to irrigate northern Thailand by creating a diversion of Mekong tributary rivers, must be highlighted. Although important for Thailand's agriculture and economic development, social and ecological ramifications need to be taken into account. Vietnam and Cambodia protested against the project; "from the beginning, both countries were very concerned about the decrease in water flow downstream from the project and its effects on their agriculture and fisheries" (Shannon, 2006, p. 3).

The disputes around the Salween River are quite particular and directly linked to the area's conflicting contemporary history, especially Myanmar's seven decades long internal armed conflict. The biggest issue in the region encompasses the construction of hydraulic infrastructure (in particular, dams), that due to the on-going disputes have become highly securitised and linked to armed forces. According to Middleton and Lamb (2019), plans to build dams in the Salween have been in Myanmar and Thailand's agenda since the late 1970s, gaining even more strength post-1988 as trade and investment relations between the riparian States started to deepen. It is important to note, however, how these plans are intersected by several actors — considering the particularity of the area's scenario. As pointed out by the authors:

> The plans for large hydropower are not a 'new' endeavor, but one that has been pursued (and contested) incrementally over decades, with engagements from multiple actors acting across multiple scales. These actors include the Union government, domestic conglomerates, transnational corporations and consultants, political parties, Ethnic Armed Organizations (EAOs), Myanmar's armed forces (the Tatmadaw) and civil society organizations (CSOs) (Middleton; Lamb, 2019, p. 29).

The significance of the conflict in Myanmar is also highlighted by Suhardiman et al. (2017):

> Well known for its long histories of violent conflict involving the Myanmar military and ethnic armed groups in various states, hydropower development in the Salween River is not only linked to the wider discussion on the ongoing peace process but also has direct implications on the actual significance of the process (Suhardiman et al., 2017, p. 350).

The Red River Basin is another spot of disputes between the riparian nations, notably China and Vietnam; once more, the construction of hydropower dams is at the center of the tensions. The construction of dams near China's border with Vietnam have caused worries concerning the quantity and the quality of the downstream water and its impact on Northern Vietnam's livelihood. Tensions are enhanced by the memory of the Sino-Vietnamese War that took place in the region in 1979. Another aspect that makes the Red River a hotspot for tensions is the lack of institutions, such as multilateral organizations, treaties, or joint technical working groups (Motta; Koehler, 2025).

## 2.3 EVOLUTION OF REGIONAL WATER GOVERNANCE

The first attempts to create regional water governance mechanisms in Sou-

theast Asia were set in the 1950s. In that scenario, the United States' influence was pronounced, especially among its regional allies (South Vietnam, Laos, Cambodia and Thailand), as it had strategic interest in the development of infrastructure in Southeast Asian water bodies. With the end of the Cold War, the region's pattern of governance shifted to a more regional approach (Hirsch, 1999). Currently, the Mekong River Basin finds itself in a state of more advanced cooperation processes than Salween and Red River Basins.

The first step to regional water governance was taken in 1957 with the creation of the Committee for Coordination of Investigation of the Lower Mekong Basin. Highly influenced by US' geopolitical strategy for the region, the efforts of the Committee were directed to the development of hydropower projects. The scenario changed, however, with the Communist victories in Vietnam, Laos and Cambodia, leading to the cooling of the Committee's works. In the late 1980s, the conditions once again changed and new attempts on water governance began to happen (Hirsch, 1999).

In 1995, the Agreement on the Cooperation for the Sustainable Development of the Mekong River Basin, known as the Mekong Agreement, was signed by Vietnam, Laos, Cambodia and Thailand, leaving out the other two Mekong riparian States — China and Myanmar. The Mekong Agreement also marked the establishment of the Mekong River Commission (MRC) (Kittikhoun; Staubli, 2018). Hirsch (1999) dives into the reason of the absence of China and Myanmar:

> In the case of Burma [Myanmar], this may be largely due to the marginal role of that country in the Basin and the low basin-wide significance of the small area of the country's Northeast that lies within the Basin. […] China has more to lose than gain from the participation in a regime that restricts member states' power to act unilaterally. China's lack of interest is also due to that country's size and preferences to deal bilaterally with its Southeast Asian neighbors (Hirsch, 1999, p. 407).

Another step towards water governance in Southeast Asia was taken by ASEAN's Strategic Plan of Action on Water Resource Management released in 2005. One of the Plan's central goals was the creation of ASEAN's Working Group of Integrated Water Resource Management, which has been active ever since. The group aims to enhance cooperation among ASEAN members on freshwater management, through collaborative actions, exchange of information, technology and expertise and educational campaigns (ASEAN, 2005). Once more, in 2014 during the 17th China-ASEAN Summit, ASEAN staged another important accomplishment for regional water governance: the establishment of the Lacang Mekong framework that culminated in the creation of the Lacang Mekong Commission (LMC) in 2016 (Wei, 2017).

The LMC cooperation is based on three pillars: (1) political and security issues, (2) economic and sustainable development, and (3) social, cultural and people-to-people exchange. It is important to emphasize China's leading role in the institution that is directly connected to its political and economic goals for the region. China's intent with the creation of the commission is to "foster better governance in the transboundary river basin" (Wei, 2017, p. 384). The author also highlights the part that LMC can play to enhance regional water security, as it covers all riparian countries, differently from other institutions and agreements such as MRC (Wei, 2017).

At last, it is important to point out the deficiency of effective water governance institutions or major agreements in regards to Salween and Red River. Cur-

rently, there has not been any movement towards cooperation on the Salween River between China, Myanmar and Thailand, with the exception of the establishment of a joint technical committee between Thailand and Myanmar with the goal is to pursue dam construction feasibility studies (FAO, 2011). The Red River's governance mechanism so far is a non-public agreement between China and Vietnam signed in 2009 with the purpose to share data on the Red River and the Ky Cùng River during the monsoon season (Motta; Koehler, 2025).

## 3 STATEMENT OF THE ISSUE

In the present session, we delimit more precisely what are the issues faced in Southeast Asia when it comes to ensuring water for the region. The first moment of the discussion is to understand the impact of the water scarcity for food security and the Riparian States interests around the matter. It is also discussed the environmental changes impact in this scenario. After that, the session presents the legal and institutional gaps to address the water management in the region.

### 3.1 WATER SCARCITY AND ITS IMPACT ON FOOD SECURITY IN SOUTHEAST ASIA

Southeast Asia, known for its abundant rivers and fertile plains, is facing increasing challenges related to water scarcity — a problem that significantly threatens regional food security. Water scarcity has emerged as a critical matter in the region, jeopardizing food production and regional economies. Rapid population growth, urbanization, and climate change have intensified the demand for water resources, while overexploitation and pollution have diminished their availability. The Mekong River, a vital waterway for millions, is under pressure due to climate change, upstream dam construction, and unsustainable water resource management (Zhang, 2016).

Southeast Asia is one of the most agriculturally productive regions in the world, with agriculture playing a central role not only in ensuring food security, but also providing employment, and sustaining rural livelihoods. Agriculture is a key sector across the region and relies heavily on water for irrigation. In countries such as Vietnam, Thailand, and Myanmar, agriculture contributes significantly to GDP and employs a large portion of the population. Food security in Southeast Asia is closely tied to the performance of the agricultural sector, which depends on the availability and stability of water resources (Ludher; Teng, 2023). Irrigated agriculture accounts for over 70% of total freshwater withdrawals in the region, making the sector particularly vulnerable to fluctuations in water supply (Mekong River Commission, 2024).

The region is also a global leader in rice production, with nations like Thailand and Vietnam ranking among the top exporters of this staple crop. Rice is a staple crop in Asia and requires substantial water input, and shortages can lead to reduced yields and higher food prices. In this sense, irregular rainfall patterns and prolonged droughts have disrupted agricultural cycles and reduced crop yields (Ludher; Teng, 2023). In rural areas, smallholder farmers rely heavily on rivers and seasonal rainfall to irrigate crops and maintain livestock, often with limited access to modern irrigation infrastructure. But the impact of water scarcity extends beyond agriculture. Fisheries, another vital source of food and income, are affected by changes in water quality and availability. Polluted rivers and reduced water flow disrupt aquatic ecosystems, leading to declining fish stocks. This, in turn, exacerba-

tes food insecurity for communities who depend on fishing practices for food issues and economic matters (Zhang, 2016).

The Mekong River Basin is an essential resource in Southeast Asia, supporting agriculture, fisheries, and ecosystems that sustain millions of livelihoods. However, the construction of hydropower dams, predominantly by upstream countries like China, has significantly altered the river's natural flow and sediment transport. These disruptions have had profound consequences for downstream nations such as Vietnam, Cambodia, and Thailand, which depend on the Mekong for agricultural production, especially rice cultivation, and fisheries. Vietnam's Mekong Delta, known as the "rice bowl" of the country, has been heavily impacted by reduced water flow, leading to salinity intrusion that damages crops and threatens food security (Yoshida, 2020).

The dams have also disrupted fish migration patterns and reduced the nutrients essential for aquatic ecosystems, negatively affecting fisheries throughout the basin. Communities that rely on fishing for their livelihoods are facing dwindling fish stocks, compounding their economic and food insecurity. While hydropower projects provide upstream countries with energy and economic benefits, they often leave downstream nations struggling with environmental degradation and resource scarcity. The imbalance between these benefits and costs highlights the challenge of managing transboundary water resources equitably (Yoshida, 2020).

Climate change exacerbates this issue by intensifying extreme weather events, by altering rainfall patterns and increasing the frequency of droughts and floods. These extreme weather events disrupt agricultural cycles and reduce the predictability of water availability. As a result, farmers face greater challenges in planning and sustaining their livelihoods. Heatwaves put additional stress on water resources and increase evapotranspiration rates, reducing the soil moisture essential for crop development (Petersen-Perlman; Feitelson, 2022). According to Srinivasan (2024), "The region is already exposed to "severe" heatwave events during the summer months of April and May and the projected levels of future warming will worsen further", such as the one that struck Southeast Asia in April 2024. Countries including Myanmar, Laos, and Vietnam saw their hottest April days ever recorded. The heatwave caused crop damage, reduced production and water supply problems. This caused food prices to rise and increased the possibility of a food crisis in the region (World Weather Attribution, 2024).

Moreover, water scarcity affects not only the quantity but also the quality of the food produced. Limited water supply often leads to the use of polluted or saline water sources for irrigation, which can contaminate crops and reduce their market value. Inadequate water also hampers livestock production, both through reduced availability of drinking water and diminished pasture growth. This creates a ripple effect across the food system, from reduced supply to increased prices and growing food insecurity for the region's poorest populations (Petersen-Perlman; Feitelson, 2022).

The socio-economic consequences are also severe. Agriculture is not just a source of food, but also of income and employment for millions. Rural communities that rely on farming and fishing face increasing hardships, leading to higher rates of poverty and migration towards urban areas. When farmers are unable to produce at expected levels, household incomes decline, rural poverty deepens, and dependency on government food aid or imports grows. This internal displacement places additional pressure on city infrastructure and resources, potentially worsening food insecurity in urban centers. This also undermines national food sovereignty and increases vulnerability to external price shocks in global food markets

(Ghosal; Delgado, 2024).

Addressing water scarcity in Southeast Asia demands a comprehensive approach, including sustainable water governance, investment in climate-resilient agricultural practices, and regional cooperation to ensure the fair and efficient distribution of shared water resources. Without such measures, Southeast Asia's capacity to feed its population and support its rural economies will be increasingly at risk. Additionally, regional cooperation is essential to ensure equitable access to shared water resources and to prevent conflicts over their use. In conclusion, water scarcity poses a significant threat to food security in Southeast Asia. Addressing this issue requires a multifaceted approach that combines sustainable resource management, regional cooperation, and international support. By prioritizing these strategies, the region can work towards ensuring water and food security for its growing population (Sneddon; Fox, 2006).

## 3.2 COMPETING INTERESTS OF RIPARIAN STATES

The transboundary rivers of Southeast Asia, such as the Mekong and Salween, are vital lifelines for millions of people. However, competing interests among riparian states have led to tensions and challenges in managing these shared resources. The management of transboundary waters in Southeast Asia is characterized by significant divergences among riparian states, whose national interests often conflict due to distinct economic, geopolitical, and environmental priorities. The region's major rivers, including the Mekong, Salween, and Irrawaddy, sustain essential activities such as agriculture, fisheries, hydropower generation, and domestic water supply. However, unequal utilization of these resources has created tensions between upstream and downstream countries (MRC, 2021).

Upstream countries, like China, often prioritize hydropower development, constructing dams to generate electricity and support economic growth. These projects, while beneficial for energy production, can disrupt water flow and sediment transport, affecting downstream nations. Downstream countries, such as Vietnam and Cambodia, rely heavily on these rivers for agriculture and fisheries. Reduced water flow and increased salinity from upstream activities threaten their food production and livelihoods. For instance, Vietnam's Mekong Delta, a major rice-producing region, faces significant risks from upstream dam construction (Zhang, 2016).

One prominent example is the Xayaburi Dam, located in Laos but financed with foreign investment and designed by international engineering firms. As the first mainstream dam on the Lower Mekong River, it has sparked regional tension by highlighting the conflicting priorities between upstream countries pursuing economic gain through hydropower and downstream countries depending on the river's natural flow for food security. Laos views the dam as a key opportunity to boost its economy through hydropower exports, particularly to Thailand. However, downstream countries like Cambodia and Vietnam have raised serious concerns about the dam's impact on the Mekong River's flow, fish migration, and sediment transport, all of which are crucial for agriculture and fisheries. Meanwhile, China has been encouraging countries like Laos to pursue their own hydropower ambitions, such as Xayaburi, often without securing full agreement from downstream neighbors (Grünwald, et al., 2020).

Tonlé Sap Lake, located in central Cambodia, is the largest freshwater lake in Southeast Asia and one of the most important ecological and economic resources in the Mekong River Basin. What makes the lake unique is its seasonal flood-pul-

se system: during the rainy season (May to October), the Mekong River rises and pushes water back into the Tonlé Sap River, reversing its flow and causing the lake to expand up to five times its dry-season size. This natural phenomenon creates vast floodplains that serve as breeding grounds for fish and support highly productive ecosystems. As a result, Tonlé Sap sustains one of the world's most abundant inland fisheries, providing food security and livelihoods for millions of Cambodians. However, upstream dam construction has begun to disrupt this seasonal flooding cycle. Projects like the Xayaburi Dam alter the flow and timing of water reaching the lake, which reduces the extent of annual flooding and affects fish migration patterns. These environmental changes are already contributing to a decline in fish stocks and threatening biodiversity in the region. This situation illustrates how some countries' economic development can threaten the livelihoods of entire populations in other nations (Ng, Park, 2021).

The construction of hydraulic infrastructure—especially large dams—also stands out as the most contentious and securitized issue in the region, as the example of Salween River. The planning and construction of dams in the Salween basin, especially in Myanmar, are closely linked to questions of territorial control, political authority, and legitimacy. Because many proposed dam sites are located in areas of ongoing or recent armed conflict, the projects are often framed as matters of national security. This has led to the direct involvement of armed forces in both the protection and enforcement of dam construction where multiple actors, including the Myanmar military (Tatmadaw) and various Ethnic Armed Organizations (EAOs) compete for control (Middleton; Lamb, 2019).

In many parts of the Salween basin, the Myanmar government does not have full control. Instead, there are "state-like agents" and each exercises varying degrees of authority. These include groups such as the Karen National Union (KNU), the Shan State Army, the Karenni National Progressive Party, and other militias. These groups control or contest large areas of territory, especially in Shan, Kayah (Karenni), and Kayin (Karen) States — regions through which the Salween flows. This fragmentation means that any major infrastructure project, such as a dam, becomes entangled in questions of territorial control and legitimacy (Middleton; Lamb, 2019). For example,

> Armed conflict is concentrated in the Salween basin in northern Shan state, and beyond the basin in Rakhine and Kachin states. In Karen state alone, since 2016, more than 8,500 civilians have been forced to flee Tatmadaw military operations (Middleton, Lamb, p. 39, 2019).

The geopolitical dimension also plays a crucial role in water disputes in the region. China, with its privileged geographical position in the upper Mekong, exerts considerable influence over water availability in neighboring countries, leading to accusations that Beijing uses water resources as a tool for regional power. Meanwhile, nations like Vietnam and Thailand seek greater multilateral cooperation through institutions such as the Mekong River Commission (MRC), but the lack of binding agreements limits the effectiveness of these efforts. This power asymmetry hampers negotiations for fair water-sharing mechanisms, exacerbating inequalities among riparian states (Hirsch, 2010).

Countries with abundant rainfall and natural reservoirs may focus less on water storage, while those with arid climates prioritize securing water for irrigation. These differences in resource availability and usage contribute to divergent interests

and approaches. The principle of "equitable and reasonable utilization" is central to managing shared water resources, however, its interpretation varies among states, leading to disputes over water allocation. Upstream nations often assert their sovereignty over water resources, while downstream countries advocate for shared responsibility and cooperation (Grünwald, et al., 2020).

Regional frameworks, such as the Mekong River Commission (MRC), aim to facilitate dialogue and cooperation among riparian states, promoting technical dialogues and joint hydrological monitoring projects, but its mediation capacity is limited by the reluctance of some countries, such as China and Laos, to adopt policies that restrict their hydropower development. Their effectiveness is limited by the lack of binding agreements and enforcement mechanisms. Strengthening these frameworks and aligning them with international standards can help address conflicts and promote sustainable water management. Alternatives like financial compensation mechanisms for countries affected by dams have been discussed but have yet to be implemented on a significant scale. These discussions highlight the need for institutional innovations that can reconcile economic growth with environmental sustainability and regional equity (Kittikhoun; Staubli, 2018).

In summary, the coexistence of conflicting interests among Southeast Asia's riparian states reflects the complex challenges of transboundary water governance, highlighting the difficulty surrounding its management. Addressing these challenges requires a combination of regional dialogue, international support, and innovative solutions. While regional cooperation is essential to ensure water and food security, power asymmetries, divergent national priorities, and climate change impacts continue to hinder significant progress. The search for sustainable solutions will require not only greater political coordination but also mutual recognition of interdependencies among countries, so that one nation's development does not come at the expense of another's survival (UNEP, 2020).

## 3.3 ENVIRONMENTAL AND CLIMATE CHANGE CHALLENGES

The environmental and climate challenges exacerbated throughout the last decades have severe impacts; it is estimated that two billion people worldwide lack access to safe drinking water (SDG Report, 2022). In 2025, Cambodia, Laos, Myanmar and Vietnam were part of the list of countries which were more exposed to climate risks from the macroeconomic perspective according to a report on preparedness to face climate-related challenges by The United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP, 2025). On top of that, challenges such as droughts, floods, deforestation and pollution are frequently presented, amplifying the hurdles of water scarcity.

The most recurrent natural disaster in Southeast Asia is flooding, with growing threats from more intense and frequent occurrences;

> Research by the ASEAN Risk Monitor and Disaster Management Review in 2020 showed that flooding is the most common disaster event in the region, with 13 percent of the ASEAN population exposed and USD 926 billion in capital stock at risk of damage. Vietnam (26 million), Indonesia (20 million) and Thailand (13 million) rank highest based on the number of lives at stake, while Singapore, which has the lowest multi-hazard exposure, remains in a vulnerable position with 93 percent of its population exposed to flooding (Williamson, 2023, [n.p.]).

Sea-level rise — attributable to climate change, primarily from expansion of oceans due to warming and melting ice sheets and glaciers — will likely cause the reduction of potable water while also affecting the biospheres (Bates et al., 2008). Because of this, ASEAN nations are under pressure to enhance climate planning including upgrading drainage systems, constructing seawalls, and implementing sustainable land use strategies, however, there are challenges related to funding and structure capacity. Evidently, coastal areas are more highly exposed to this particular issue and the consequences are even more worrying when these are inhabited by dense populations. Some examples are Ho Chi Minh City, Bangkok and Jakarta, cities that are already facing frequent flooding, which is expected to worsen as sea levels continue to rise (ASEAN Centre for Energy, [n.d.]).

On the other hand, droughts also pose a recurring and significant problem to the water and food security of Southeast Asia, being often overshadowed by more rapid paced disasters. Droughts develop slowly but they may cause far-reaching damage, impacting even more strongly poor and local agriculture dependent populations. The El Niño phenomenon is one of the main causes of severe drought in the region, disrupting rainfall patterns. Other factors such as climate change, land degradation, and poor water resource management are also expected to result in this problem. Climate models project that even moderate El Niño events will expand affected areas in the future, with nearly the entire region likely facing moderate to extreme drought by the end of the century (ESCAP, 2025).

According to the Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, during the past decades — namely from 1990 until 2020 —, droughts affected over 66 million people in ASEAN countries, causing significant losses to humanitarian and economic sectors, the last one mainly associated with agriculture. In countries like Thailand and Vietnam, droughts considerably reduced rice production. Food insecurity becomes widespread during these periods, and in areas like Myanmar's Dry Zone and Vietnam's Ninh Thuan province, recent droughts have led to severe productivity decline, pushing communities into deeper poverty and shortage of food, issues that become even more widespread during these periods; the same goes for malnutrition and water scarcity as well (ESCAP, 2025).

Also impacted by the El Niño, air pollution has become an increasingly critical public health and environmental issue in Southeast Asia. Cities such as Jakarta, Bangkok, and Manila are consistently ranked among the most polluted in the world. The situation is particularly alarming during the dry season, when the absence of rain and stagnant air allows harmful pollutants such as PM2.5, PM10, and black carbon to accumulate (Handhayani, 2023 apud Firdaus; Elliot; Ibanez, 2023). The seasonal pattern has been intensified by the presence of El Niño, which prolongs dry conditions, delaying the arrival of rain and worsening already unsafe air quality levels. Meteorological factors like higher temperatures, stronger sunlight, and shifting wind patterns are combining with emissions from traffic, coal combustion and industrial activities to damage the environment and the people's well-being. As a consequence, nearly the entire population of Southeast Asia lives in areas where air pollution exceeds safety limit estimations, frequently reducing the life expectancy of the people (Firdaus; Elliott; Ibanez, 2023).

Climate change also intensifies the frequency and severity of water-related disease occurrences. In Southeast Asia, where many communities already face limited access to sanitation and clean water, this is a matter that should be highlighted. Heavy rainfall and flooding events create breeding conditions for disease vectors such as mosquitoes, while also contaminating water supplies. Stagnant waters, in-

cluding floodwaters, are especially dangerous, facilitating the spread of waterborne diseases. At the same time, rising temperatures and humidity levels accelerate the lifecycle of bacteria and viruses in both water and food, raising the risk of infections and vector-borne disease. Urban centers, due to crowded spaces and burdened waste infrastructure, are particularly vulnerable. On the other hand, rural areas also suffer with limited access to healthcare and public services that make detection and response slower. Without adaptation strategies and adequate planning, the region is probable to face rising disease burdens in the coming decades (WHO, 2021).

Additionally, the unsustainable use of natural resources is considered to be the main cause of deforestation and land degradation. Such practices are performed in favor of urban or farming expansion, as well as other economic reasons, particularly supplying the demands for timber products. Those may involve the process of desertification, which means stripping fertile land of its nutrients and vegetation, leaving it barren. The soils may also have their productivity reduced due to over-cultivation, leading to food insecurity and contributing to a cycle of deforestation and harm to nature. In southeast Asia, some improvement has been reached, as exemplified by the forest protection activity in China, India and Vietnam. This improvement, however, has been accompanied by a displacement of environmental degradation, as pressures have shifted to other ASEAN countries — particularly Cambodia, Indonesia, Malaysia, and Myanmar — where deforestation persists, driven by agricultural expansion and international demand for palm oil and timber. (Howes; Wyrwoll, 2012).

Frequently, policy-makers choose the short-term economic benefits from unsustainable land use over worrying about the long-term depletion of natural resources and ecological systems. Once the harm has been done, the process of restoring damaged land and ecosystems requires significant financial investment with specialized technical expertise. It is also time-consuming, with recovery efforts commonly lasting decades, particularly in cases where biodiversity has been lost or land fertility has been compromised. The ongoing degradation of soil and vegetation, complemented by the difficulties of restoration of these large amounts of affected territory, threatens the food security in Southeast Asia (Bai et al., 2008, apud Howes, Wyrwoll, 2012). Drainage of peatlands for agricultural expansion is one of the region's particular challenges, being a practice that drastically changes the land's chemical balance, making it acidic and infertile, often beyond repair (ASEAN, 2011, apud Howes; Wyrwoll, 2012).

It is also important to highlight how conflicts have affected the environment, given that the aftermath of the Vietnam War continues to leave its mark on land and water systems in Southeast Asia. During the conflict, three million and three thousand hectares of forests and farmland were damaged and rendered useless (Weltzer, 2010). The bombing during the Vietnam War involved chemicals that poisoned the terrain, causing long-term soil degradation and severely disrupting agriculture and its infrastructure. These impacts led to reduced crop productivity, loss of biodiversity and contaminated groundwater through the presence of toxic residues, oil spills, and unexploded landmines, turning many areas into unsafe and unusable (Welzer, 2010). Studies show that about twenty years after the war, the effects of bombings still diminished productivity by up to 3.21%; one to two decades after that, the effects are around 0.91% (Appau et al, 2021).

Analyzing these interconnected environmental challenges, it becomes evident that Southeast Asia's vulnerability to climate change is not only a result of natural factors but also deeply rooted in socio-economic practices. Climate phe-

nomena, floods, droughts, pollution, diseases, land degradation, sea-level rise, and other issues combined provoke severe impacts, presenting multidimensional threats to food and water security as well as public health and long-term sustainability. The region's vulnerability is not only environmental but also systemic, as seen in the patterns of unsustainable resource use, rapid urbanization, and not enough adequate nature protection policies. Addressing water scarcity and food security issues requires not only water resource management but also climate and environmental aspects; therefore, efforts to improve this situation must go beyond reactive disaster response, focusing on long-term environmental planning.

### 3.4 LEGAL AND INSTITUTIONAL GAPS IN WATER MANAGEMENT

Transboundary water management is a main component of global water security, especially given that, according to the United Nations (2021), approximately 60% of the world's freshwater flows cross national borders. Also, 153 countries share at least one of the 286 transboundary river and lake basins or 592 transboundary aquifer systems identified globally. These associations make international cooperation essential for the equitable and sustainable governance of shared water resources. When the lack of proper conduction presents itself in a certain area, its population is likely to be affected, and disagreements may arise (UN Water, 2021).

Despite the clear need for coordination, only a minority of countries have established comprehensive legal frameworks to manage their shared waters; the UN has reported that 43 out of the 153 countries sharing transboundary waters have operational arrangements that cover at least 90% of their shared basins. Another piece of data that might be concerning is that over 20 countries lack any formal agreement for joint water management. This absence of enforceable legal and institutional mechanisms increases the risk of environmental degradation while adding potentiality to conflicts, even more so in regions that are already under water stress. Therefore, strengthening international cooperation through robust institutional arrangements and legally binding agreements is imperative to prevent disputes and promote regional stability in the face of growing climate and demographic pressures (UN Water, 2024). However, achieving this depends not only on the existence of agreements but also on how institutions interact and function across governance levels.

In this context, effective transboundary water governance faces notable legal and institutional challenges that can be caused by misalignments between formal and informal systems. On many occasions, water management institutions operate under separate layers of rule-making, including constitutional, collective, or operational levels, and without cohesive interaction between them. These disconnections result in what Rahman et al. (2017) refers to as "inter-institutional gaps," meaning that institutions mostly function independently but not collaboratively, which leads to regulatory overlaps or even regulatory voids. This issue becomes particularly evident when state-based, or formal, water policies conflict with customary or community-based, or informal, water usage norms. There is a lack of an integrated framework to capture the complexity of these multi-level interactions and limited efforts to strengthen governance systems (Ostrom et al., 1994, apud Rahman et al., 2017).

One of the main problems regarding this is that formal institutions often establish rules without considering how local informal actors make decisions and enforce norms at the community level, creating disconnections that hinder enforcement, legitimacy, and compliance. For instance, in case studies from the early 2010s analyzed through the Inter-Institutional Gap (IIG) framework, the absence

of coordinated rule-making processes led to inconsistent water access rights and institutional conflict. Moreover, these gaps are frequently latent — and therefore not immediately visible — and may only emerge when regulatory or environmental challenges, such as scarcity or infrastructure failure, expose governance weaknesses (Rahman et al., 2017).

The actors or organizations that bridge the gap between formal and informal systems are called intermediaries; the presence of these has been identified as a critical factor for improving coherence, legitimacy, and cross-scale accountability. However, in the absence of legal mechanisms to institutionalize such intermediaries, their influence remains dependent on political or donor-driven interests. Therefore, attempts to strengthen water governance in transboundary contexts should address the structure and interaction of institutions at all levels, not only through reform of laws and agreements but also by fostering durable linkages between stakeholders across governance scales (Rahman et al., 2017).

It is important to notice that the legal and institutional gaps are not only a matter for international discussions but also important for each country individually. Legal fragmentation, for instance, is considered a regional issue mirrored at the national level. In countries like Myanmar and Cambodia, overlapping institutional mandates create bureaucratic confusion, making it hard to find solutions to the issues. One of the causes of this is the poor delegation of tasks and matters to be resolved. The differing objectives and priorities of ministries responsible for various aspects that affect water governance complicate the development of a cohesive and integrated approach. In other examples, water laws remain outdated and do not align with current international standards of integrated water resource management (FAO, 2016; Pech; Ranamukhaarachchi, 2013; UNEP, 2019).

In conclusion, effective transboundary water governance is critical for both Southeast Asian and global water security despite the persistent legal and institutional gaps impairing the management of the shared resources equitably and sustainably. Regardless of the recognition of these challenges, many countries lack comprehensive agreements or the institutional capacity to manage formal and informal systems of water governance. The result of that is the difficulty in having coherent policies as well as the reduced legitimacy and enforcement. Addressing these multifaceted challenges requires legal reform, integrated governance approaches, institutional innovation, and the inclusion of diverse knowledge systems for equitable and resilient transboundary water management.

## 4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

This section discusses the previous international actions regarding regional water cooperation between the riparian states of ASEAN. With that we aim to explain the role of the committee in approaching transboundary water cooperation and to ensure water and food security in the region, as well as other initiatives, such as bilateral and multilateral agreements and UN conventions. Water cooperation is generally addressed at three interconnected levels: global, regional, and sub-regional (bilateral or multilateral). At the global level, instruments such as the UN Watercourses Convention provide a normative and legal framework that encourages equitable and sustainable use of shared water resources. At the regional level, organizations like ASEAN promote collective responses to shared water challenges and integration of water governance into regional development strategies. Finally, the sub-regional level often involves direct cooperation between neighboring riparian

states, particularly within specific river basins, through mechanisms like river basin organizations, joint commissions, or basin-specific agreements. These levels are complementary and necessary to ensure coherent, context-sensitive, and effective transboundary water governance.

## 4.1 UN AND OTHER INTERNATIONAL ORGANIZATIONS' EFFORTS

The 1992 United Nations Convention on the Protection and Use of Transboundary Watercourses and International Lakes, also known as the Helsinki Convention, is a landmark in international environmental law. Adopted under the auspices of the United Nations Economic Commission for Europe (UNECE), the Convention addresses the urgent need for cooperation among states sharing freshwater resources. It emerged in response to the growing environmental concerns of the late 20th century, such as water pollution, over-extraction, and ecological degradation of transboundary water bodies. The Convention primarily targets UNECE member states but has since been opened to all UN member states, reflecting its evolving global relevance (United Nations Organization, 1992).

The main objective of the Helsinki Convention is to promote the sustainable and equitable use of transboundary water resources while preventing, controlling, and reducing pollution. It seeks to ensure that states sharing watercourses manage these resources in ways that are ecologically sound and benefit present and future generations. The Convention explicitly obliges parties to avoid significant transboundary impacts on the environment and to use shared waters reasonably and equitably. It also introduces the ecosystem approach, by encouraging conservation and, where necessary, restoration of aquatic ecosystems (United Nations Organization, 1992). As provided in article one, paragraph two of the agreement's charter:

> 'Transboundary impact' means any significant adverse effect on the environment resulting from a change in the conditions of transboundary waters caused by a human activity, the physical origin of which is situated wholly or in part within an area under the jurisdiction of a Party, within an area under the jurisdiction of another Party. Such effects on the environment: include effects on human health and safety, flora, fauna, soil, air, water, climate, landscape and historical monuments or other physical structures or the interaction among these factors» they also include effects on the cultural heritage or socio-economic conditions resulting from alterations to those factors (United Nations Organization, 1992).

Among its most significant features, the Convention codifies several key substantive and procedural principles. Substantively, it requires parties to implement measures aimed at pollution prevention at source, apply sustainable water management practices, and minimize the risk of accidental pollution. Procedurally, it mandates cooperation through bilateral or multilateral agreements, the establishment of joint bodies for shared watercourses, regular monitoring, and systematic data exchange. Furthermore, it stresses the need for environmental impact assessments for activities that may pose significant risks to transboundary waters (United Nations Organization, 1992).

Although Southeast Asian countries are not parties to the 1992 Helsinki Convention, its principles and mechanisms offer valuable guidance for managing the region's numerous transboundary watercourses. Southeast Asia is home to several major international rivers, including the Mekong, Salween, and Irrawaddy, which

cross multiple national boundaries and support millions of people. However, these rivers face escalating pressures from dam construction, pollution, overuse, and the impacts of climate change. The Helsinki Convention provides a model legal framework that emphasizes cooperation, sustainable use, and pollution prevention, which could be highly beneficial for water governance in this region (Tanzi, 2020).

Another example of international organizations' efforts on the matter is the 1997 UN Convention on the Law of the Non-Navigational Uses of International Watercourses. The Convention is a foundational legal instrument that aims to regulate the use, management, and protection of international watercourses for purposes other than navigation. It establishes key principles such as equitable and reasonable utilization, the obligation not to cause significant harm, and the duty to cooperate among riparian states. The Convention also includes provisions for data sharing, environmental protection, and dispute resolution, making it a comprehensive framework for transboundary water governance (United Nations Organization, 1997).

Despite its global relevance, the Convention has seen limited adoption among ASEAN member states. Several factors contribute to this hesitancy. ASEAN states often prioritize regional mechanisms, such as the Mekong River Commission (MRC), which includes Laos, Thailand, Cambodia, and Vietnam, as these frameworks are seen as more flexible and better suited to local political and hydrological contexts. Additionally, concerns about sovereignty and the potential constraints on national development projects — particularly hydropower — have made some governments reluctant to commit to binding international norms. The lack of awareness and institutional capacity to implement the Convention's provisions may also play a role on the matter (UNECE, 2023).

## 4.2 ASEAN'S ROLE IN REGIONAL WATER COOPERATION

ASEAN's approach to transboundary water governance has historically been shaped by a unique diplomatic and institutional culture known as the "ASEAN Way." This approach emphasizes consensus-building, non-interference in domestic affairs, and a preference for informal, non-binding agreements over rigid legal frameworks. Rooted in the region's shared post-colonial experiences and the principles of peaceful coexistence, the ASEAN Way has been instrumental in fostering regional cooperation and stability. As explained by Masilamani and Peterson (2014, p. 11):

> "The ASEAN Way" refers to a working process or style that is informal and personal. Policymakers constantly utilize compromise, consensus, and consultation in the informal decision-making process. While the doctrine of 'quiet diplomacy' is ambiguous, it above all prioritizes a consensus-based, non-conflictual way of addressing problems. Quiet diplomacy allows ASEAN leaders to communicate without bringing the discussions into the public view. Members avoid embarrassment that may lead to further conflict (Masilamani and Peterson, 2014, p. 11).

The ASEAN Way has traditionally prioritized consultation and mutual respect among member states, which has helped to avoid conflict and build trust. This approach is evident in foundational documents like the 1967 ASEAN Declaration and the 1976 Treaty of Amity and Cooperation, which enshrine principles such as sovereignty, territorial integrity, and peaceful dispute resolution. These values have guided ASE-

AN's environmental cooperation, including water governance, by promoting dialogue and voluntary collaboration rather than binding commitments. While this has enabled gradual consensus-building, it has also limited the region's ability to enforce collective action on transboundary water issues (Masilamani; Peterson, 2014).

According to Masilamani and Peterson (2014), this limitation stems from the deep structural underpinnings of the ASEAN Way, which favors non-interference, informality, and decision-making by consensus. These principles, while essential to maintaining unity among highly diverse member states, often result in "lowest common denominator" outcomes, agreements so general or cautious that they lack real enforcement power. In the context of water governance, this means that urgent transboundary challenges, such as pollution, upstream dam construction, or drought management, are often addressed only superficially, if at all. The preference for constructive engagement over confrontation, though politically stabilizing, can delay decisive action and prevent ASEAN from functioning as an effective regional governance body in environmental matters.

In the realm of transboundary water governance, ASEAN's approach has been characterized by a patchwork of bilateral and multilateral agreements, often supported by non-binding instruments. For example, the Malaysia–Thailand Joint Committee on the Golok River and the Heart of Borneo Initiative illustrate how procedural cooperation and joint initiatives can advance shared water management goals. However, the absence of a comprehensive regional framework for transboundary water governance underscores the challenges posed by the ASEAN Way's emphasis on sovereignty and non-interference. Its absence has led to fragmented governance through isolated bilateral or multilateral initiatives, creating inconsistencies, limiting coordination, and hampering the region's ability to address shared water challenges such as upstream dam construction, pollution, and climate-induced variability. Without such a framework, ASEAN struggles to move beyond voluntary cooperation, facing significant barriers to ensuring sustainable and equitable water management at a basin-wide scale (Devlaeminck, 2024).

Looking ahead, the ASEAN Way may continue to evolve in response to mounting environmental pressures and the need for more effective transboundary water governance. While the region has yet to adopt a unified legal framework akin to the 1997 UN Watercourses Convention on the Law of the Non-Navigational Uses of International Watercourses, there is potential for incremental progress through enhanced dialogue, institutional collaboration, and the strategic use of non--binding instruments. By balancing its traditional diplomatic ethos with emerging legal norms, ASEAN can strengthen regional water cooperation and contribute to sustainable development across Southeast Asia (Devlaeminck, 2024).

At the core of international water law are five key elements: scope, substantive rules, procedural rules, institutional mechanisms, and dispute settlement. These elements are reflected in global instruments like the 1997 UN Watercourses Convention and the 1992 Water Convention. Although only Vietnam is a party to the Watercourses Convention, several ASEAN states participated in its drafting and expressed support for its principles, particularly equitable and reasonable utilization and the obligation not to cause significant harm (Devlaeminck, 2024).

Regionally, cooperation is evident in agreements such as the 1995 Mekong Agreement, which includes all five key elements and establishes the Mekong River Commission (MRC) as an institutional mechanism for cooperation among Cambodia, Laos, Thailand, and Vietnam. The MRC facilitates data sharing, consultation, and dispute resolution, demonstrating how institutional frameworks can operatio-

nalize international legal norms. For instance, China, though not a party to the Watercourses Convention, engages in data sharing and dialogue through the Lancang-Mekong Cooperation (LMC). The LMC, while based on non-binding instruments, incorporates principles of international law such as sustainable use and harm prevention, and provides a platform for procedural cooperation (Ibrahim, 2023).

Despite these developments, Devlaeminck (2024) mentions that ASEAN's approach remains fragmented, with a strong reliance on soft law and customary norms. The 1985 ASEAN Agreement on the Conservation of Nature and Natural Resources, though not in force, contains many of the substantive and procedural rules found in international water law and could serve as a foundation for future legal frameworks. All in all, while there is no unified regional approach, the ASEAN Way, emphasizing consultation and non-interference, continues to shape cooperation, even as legalism gains ground in specific contexts (Devlaeminck, 2024).

In this regard, the 2023 Luang Prabang Declaration, adopted at the 4th MRC Summit of Prime Ministers, represents a significant step toward regionalizing water governance in mainland Southeast Asia. The declaration reaffirmed member states' commitment to key principles of international water law, such as equitable and reasonable utilization, thereby signaling a gradual convergence between ASEAN's soft approach and more structured, principle-based frameworks within specific sub-regional mechanisms (World Weather Attribution, 2024).

## 4.3 REGIONAL INITIATIVES AND NON-BINDING INSTRUMENTS

As discussed in previous sections, the Mekong River Commission – the first major regional initiative for water governance – was established by the Agreement on the Cooperation for the Sustainable Development of the Mekong River Basin in 1995. The Mekong Agreement, as it is known, was signed by four of the Mekong riparian States: Vietnam, Laos, Cambodia and Thailand. The other two riparian States (China and Myanmar) did not participate in the agreement. According to Hirsch (1999, p. 407), in the Chinese case, this was due to the country's lack of interest in participating in a regime "that restricts member states' power to act unilaterally". The author notes that it is more advantageous to China dealing with other riparian States bilaterally. As for Myanmar, the reasoning for the country not engaging directly in the commission can be associated with the fact that only a small area of the Mekong Basin is located in Myanmar's territory (Kittikhoun, Staubli, 2018; Hirsch, 1999).

According to the commission's official website, their mission is to "promote and coordinate sustainable management and development of water and related resources for the countries' mutual benefit and the people's well-being" (MRC, 2024, online). The MRC aims to promote not only cooperation among the signatory countries, but also a basin-wide perspective to address the use of the river's resources and national projects. In that sense, although not part of the Commission, China and Myanmar are close dialogue partners and participate in many summits and meetings promoted by the MRC, aiming to cooperate with the other riparian States. Another central role of the organization is to monitor the basin conditions and to facilitate the information sharing process (MRC, 2021).

At last, it is important to highlight the structure of the Commission and its functions. The MRC has three organizational bodies: the Council, the Joint Committee and the Secretariat. The MRC Council comprises the highest decision making positions in the organization and its major role is to approve the commission's strategic plans. The Joint Committee's duty is to guarantee the implementation of the

strategic plans. As for the Secretariat, its function is related to all operational, technical and administrative tasks. Every four years a summit is held by Heads of Governments to discuss MRC's major topics and the future of the organization. Strategic plans also play an important part in MRC's work. Their latest strategic plan was published in 2021, the document suggests how MRC resources should be utilized, managed and conserved by the signatory nations (MRC, 2021; MRC, 2024).

Another important regional initiative is the Lancang-Mekong River Cooperation (LMC). The LMC was founded in 2016 as an outcome of the Lancang Mekong Cooperation Framework proposed by China and established during the 17th China-ASEAN Summit in 2014. Differently from the MRC, the LMC encompasses all riparian States: China, Myanmar, Vietnam, Laos, Cambodia and Thailand. It is important to highlight how the creation of the LMC is part of China's interest to take the lead on cooperation processes among the Mekong River Basin, considering its political and economic goals for the region. In that sense, although not seen as a threat by the other riparian States, the LMC is clearly a Chinese led alternative to the MRC. In that regard, (1) political and security issues, (2) economic and sustainable development and (3) social, cultural and people-to-people exchange are LMC's three major pillars of action (Wei, 2017; LMC, 2017). According to official statements, the institution defines its goals as:

> bolstering the economic and social development of the Sub-regional countries, enhancing the wellbeing of their people, narrowing the development gap among regional countries and supporting ASEAN Community building as well as promoting the implementation of the UN 2030 Agenda for Sustainable Development and advancing South-South cooperation (LMC, 2017, *online*).

Non-binding agreements are another form of cooperation among States that can be useful specially in hydrodiplomacy since it allows actors to make commitments without the legal implications of binding treaties (Glodić, 2021). The Declaration on the Heart of Borneo – signed in 2007 – is a great example of a non-binding instrument of cooperation set between the Southeast Asian countries of Brunei, Malaysia and Indonesia. The Island of Borneo holds one of the most important tropical forests in the region; its conservation, however, is challenging due to the fact that the island´s territory is shared between the three countries. To face these challenges, the Declaration of the Heart of the Borneo was signed by the nations in order to guarantee partnership for the conservation and the sustainable development of the island. Even though the initiative is focused on Borneo's forest, the island's transboundary rivers are also subject to conservation programs (Hob, 2008).

## 4.4 BILATERAL AND MULTILATERAL AGREEMENTS

In addition to the actions above, other bilateral and multilateral agreements on transboundary water cooperation are of relevance to the region in managing shared water resources. Some of the main documents that can be observed in this context are the 1985 ASEAN Agreement on the Conservation of Nature and Natural Resources, as well as the China-Vietnam, China-Myanmar, Indonesia-Papua New Guinea and Malaysia-Thailand Agreements, which will be discussed in this section.

The ASEAN Agreement on the Conservation of Nature and Natural Resources was signed in Kuala Lumpur in July of 1985 by the governments of Brunei, Indonesia, Malaysia, Philippines, Singapore and Thailand. This regional treaty aims to promote the sustainable management and preservation of natural resources in Southeast

Asia given the importance of ecological balance and conserving biodiversity. For these purposes, the establishment of an administrative machinery to oversee implementation and the involvement of relevant governmental agencies are highlighted. It also emphasizes the need to develop strategies, scientific research and technical cooperation. In this context, encouraging public participation and environmental education to foster awareness are also considered relevant (ASEAN, 1985).

The Agreement focuses on the conservation of natural ecosystems, recognizing the role of water resources in ecological functions and in human lives. Article 8, titled "Water", declares that States shall take all appropriate measures to preserve underground and surface water resources; that includes engaging in hydro-logical research to understand watershed characteristics, regulating water utilization to ensure continuous supply, and considering environmental impacts in development projects. Other parts of the agreement also emphasize integrating natural resource management into national development planning while ensuring that water and food security considerations are incorporated into strategies. With that, the countries involved should take into account socio-economic issues and sustainable development goals when planning new projects (ASEAN, 1985).

As an extension, Article 19, titled "Shared Resources", states that countries sharing natural resources must cooperate in the conservation and sustainable utilization of those resources. This includes controlling adverse environmental impacts arising from resource use, negotiating bilateral or multilateral agreements and conducting environmental assessments to prevent significant ecological disruption. It also disclaims that efforts to notify and meet requests when other contracting parties are involved should be made when possible. Moreover, by advocating in favor of the preservation of ecosystems, the treaty supports the protection of natural floodplains, wetlands and watersheds, which are critical for maintaining water quality, regulating floods, and supporting agriculture and food production. Therefore, the ASEAN Agreement on the Conservation of Nature and Natural Resources encourages countries to reduce conflicts over resources and helps to ensure food and water security by preserving watersheds and ecosystems necessary for agriculture and fisheries (ASEAN, 1985).

In 1995, the bilateral Agreement between the Ministry of Water Resources of the **People's Republic of China** and the Ministry of Water Resources of the Socialist Republic of Vietnam on Scientific and Technological Cooperation in the Field of Water Conservancy[22] was signed. It aimed to promote cooperation and benefits for both parties in the supervision of water management, focusing on its conservancy and the technical exchanges that would include mutual visits of experts with shared costs between the governments (FAOLEX, 2020).

Furthermore, the 1997 agreement between China and Myanmar, emphasizes provisions related to the consultation on the use of boundary rivers and the maintenance of their cleanliness, creating cooperative measures for environmental protection. Articles 9 and 10 declare the intention to preserve the course of the boundary rivers and maintain them free of pollution (Agreement Between the Government of the People's Republic of China and the Government of the Union of Myanmar on China-Myanmar Border Areas Management and Cooperation, 1997).

The Agreement between Indonesia and Papua New Guinea from 1980 is another example of a relevant document on the subject. It was agreed in accordance with the principles established by the 1971 Seabed Agreement signed by both States, as

22 Originally: 中华人民共和国水利部和越南社会主义共和国水利部关于在水利领域开展科技合作的协议.

well as other supplementary agreements (Agreement between the Government of the Republic of Indonesia and the Government of Papua New Guinea concerning Maritime Boundaries between the Republic of Indonesia and Papua New Guinea and Cooperation on Related Matters, 1980). The agreement focuses not only on maritime delimitation but also on broader cooperation on resource management in bordering areas, highlighting the role of bilateral engagement over environmental interests.

More recently, the 17th Meeting of the Thailand–Malaysia Joint Steering Committee (JSC) on the Development of the Golok River Basin, held in 2023, reached agreements on continued monitoring of the Golok River Mouth, endorsement of a joint task force for river discharge measurement and validation of mutual calibration data for flood prediction. Both parties acknowledged recent flood events and shared updates on flood mitigation efforts, including Malaysia's flood bund project. The meeting concluded with mutual appreciation for the progress made and a reaffirmation of the ongoing collaboration for the sustainable development of the basin (Thailand; Malaysia, 2023).

## 5 BLOC POSITIONS

**Brunei Darussalam** recognizes the importance of transboundary cooperation for the sustainable management of water resources in Southeast Asia, given its reliance on shared river basins and its vulnerability to climate change impacts. As an active member of ASEAN and the ASEAN Regional Forum, Brunei supports initiatives that enhance regional water and food security, such as strengthening the ASEAN Coordinating Mechanism on Water Resources Management. The country advocates for the intensification of information exchange and better practices regarding transboundary water governance, while promoting the implementation of regional policies that safeguard aquatic ecosystems and build resilience among local communities (Varkkey; Lupascu, 2024).

The **Commonwealth of Australia,** as a dialogue partner of ASEAN and a member of the ARF, strongly supports regional cooperation in water resource management. With extensive experience in sustainable water use policies and irrigation technologies, the country is willing to share technical knowledge and financially support capacity-building and water infrastructure projects in Southeast Asia. Australia also emphasizes the importance of inclusive, data-driven governance to ensure food security and climate resilience across the region (Castro, 2007).

Due to its considerable diplomatic isolation, the **Democratic People's Republic of Korea** (DPRK) does not have any official stances on transboundary water governance in Southeast Asia. Its shy efforts of dialogue are limited to the shared use of water resources with South Korea in the Korean Peninsula. The country has, however, been engaging in the ASEAN Regional Forum since 2000, viewing the institution as a space to interact with other States based on non-interference principles (Ballbach, 2017).

The **Democratic Republic of Timor-Leste** is actively engaged in transboundary water cooperation, particularly with neighboring Indonesia, to manage shared resources. A notable initiative is the Management of Indonesian and Timor-Leste Transboundary Watersheds (MITLTW) project, focusing on the collaborative management of ecosystems in the Talau-Loes and Mota Masin basins, aiming to protect water, food, and livelihood security in these cross-border areas (GEF, 2023). The country is considered an "in-principle" member of ASEAN, following its membership appliance in 2022 and should officially become the 11th member

(ASEAN, 2022). This highlights Timor-Leste's interest in approaching regional cooperation in a broader scope.

The **Democratic Socialist Republic of Sri Lanka**, as a member of the ARF, recognizes the importance of transboundary water cooperation for regional stability. With experience in irrigation management and rainfed agriculture, the country advocates for the strengthening of water diplomacy and scientific cooperation among Southeast Asian states. Sri Lanka supports the establishment of regional monitoring and early warning mechanisms for extreme weather events, aiming to protect food security and the livelihoods of the most affected populations (Chandrasekara, 2021).

The **European Union** views transboundary water cooperation as a strategic priority for peace and sustainable development. Drawing on its own experience with integrated river basin management, such as that of the Danube River, the EU supports the strengthening of legal and institutional frameworks within ASEAN. The EU is committed to funding research projects, promoting the exchange of good practices when it comes to water cooperation, and encouraging multilateral dialogue to ensure that water and food security are achieved in an equitable and sustainable manner (Lee; Thuzar, 2011).

The **Independent State of Papua New Guinea** demonstrates a proactive stance on transboundary water cooperation within the ASEAN Regional Forum (ARF), emphasizing collaborative efforts to address shared environmental and security challenges. At the 31st Asean Regional Forum meeting, Foreign Minister Justin Tkatchenko highlighted the country's commitment to the ARF actions, advocating for enhanced cooperation among member states to build regional resilience and sustainable development. Papua New Guinea also engages in bilateral cooperation with China, primarily regarding trading, and with Indonesia, including maritime cooperation instrumentalized through formal agreements such as the 1980 one (Post Courier, 2024).

Regarding transboundary water issues in Southeast Asia, the **Islamic Republic of Pakistan** does not have an official position or an active role in the region, as it is mostly concerned with water basins shared with India and Afghanistan. However, Pakistan tends to look to transboundary waters as a matter of security by framing water scarcity and flooding, as well as dam development, as a security concern, as it can be seen by the country's discourse regarding the Indu – shared with India. According to Rigi and Warner, Pakistani discourse has been consistent in highlighting India's water activities as hostile activities, turning the transboundary water issue into a security matter that must be dealt with as such. Therefore, it is expected that this perspective is expressed by Pakistan in the debate (Rigi; Warner, 2021).

**Japan** is actively engaged on the matters of transboundary rivers in Southeast Asia due to the establishment of the Mekong-Japan Cooperation Strategy, in 2024, with downstream Mekong States (Cambodia, Lao PDR, Myanmar, Thailand and Vietnam). In line with the Japanese wider strategy of stability maintenance in Southeast Asia, the country's positions regarding the use of water resources in the region are highly connected with the promotion of institutional mechanisms of cooperation. For this reason, Japan's role in the debate is to balance relations between major powers and to support downstream Mekong countries, promoting multilateralism and consensus (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2024).

The **Kingdom of Cambodia's** stance on transboundary water governance is oriented toward the promotion of collective and sustainable use and development of shared rivers. For this reason, the country plays an active role in institutions such as the Mekong River Commission (MRC) and the later founded the Lancang-Mekong Cooperation (LMC) initiative, encouraging multilateral cooperation. Des-

pite its limited power and institutional capacity in comparison to other nations in the region, Cambodia has shown the desire to establish more strict and effective policies regarding the upstream impacts on downstream States (Backer, 2007).

The **Kingdom of Thailand** is also an adept of the "ASEAN Way" when it comes to the governance of transboundary rivers. The country highly values water diplomacy as a tool to ensure security and cooperation in Southeast Asia. For this reason, Thailand is a founding party of the Mekong River Commission (MRC) as well as theLancang-Mekong Cooperation (LMC), working towards finding viable ways for the sustainable use of the Mekong's water resources. Bilateral and multilateral approaches have also been taken by the Thai nation; the establishment of joint committees with Malaysia and cooperation agreements with Myanmar are great examples of Thailand's flexibility on finding ways to ensure the management of water resources. Like other Mekong River downstream States, the country has been suffering the consequences of the ongoing decrease of water flow caused by Chinese dams and sand mining (Devlaeminck, 2024; Crisis Group, 2024).

**Lao People's Democratic Republic**'s positions on transboundary rivers is largely based on what Devlaeminck (2024) and other scholars call the ASEAN Way. Such a form of interstate cooperation is characterized by the preference of consultation, consensus building and non-interference principles rather than a legally binding approach. The country is also one of the founding members of the Mekong River Commission, working within the institution's framework of data and information sharing, water-use surveillance, consultation for projects,monitoring and maintenance of water quality. Since the 17th ASEAN Summit, Lao has also been part of the Lancang-Mekong Cooperation headed by China. One of the biggest challenges faced by Lao PDR is the impact caused by the decrease of downstream flow of the Mekong River, which is directly related to the Chinese unilateral use of the river by dam construction. In this sense, although Laos' usual approach is to prioritize regional stability, some tensions might arise due to the effects of Chinese dams on downstream nations (Devlaeminck, 2024).

Transboundary water cooperation is central to **Malaysia**. The country actively engages in international dialogues, particularly within ASEAN, to manage shared water bodies. This approach focuses on rivers such as the Sungai Golok and Sungai Muar, which are crucial for drinking water, irrigation, and hydropower. Malaysia promotes data sharing and joint management projects with neighboring countries such as Thailand and Singapore to ensure peaceful water resource sharing. As a founding member of ASEAN, the nation has active involvement in the organization and promotes regional collaboration. Therefore, Malaysia recognizes the importance of shared water resources and has adopted a holistic water management approach emphasizing sustainability and equity (UTM, 2024).

**Mongolia**, like Pakistan and North Korea, does not have a direct involvement nor an official approach regarding transboundary rivers in Southeast Asia. Its concerns are mainly towards the fair and rational use of its shared rivers with China and Russia (Yildirim, 2014). An example of its efforts to enhance water governance is the decade-long cooperation with Russia on the preservation of Selenga River and Lake Baikal. Due to Mongolia's energy deficit issues, the country is also interested in cooperating to study the possibility of construction of hydropower plants in the river (Chuchalova, 2024). China's Belt and Road Initiative has been also playing an important role in defining cooperation dynamics in Northeast Asia. The initiative allowed the strengthening of relations among the three countries, therefore, impacting the cooperation regarding its shared rivers (Tan, 2023).

**New Zealand** deeply values regional cooperation to address environmental and climate challenges. As a member of the ARF, the country supports initiatives that promote integrated water resources management and food security in Southeast Asia. New Zealand strongly advocates for nature-based solutions and the integration of local communities and Indigenous peoples in water governance (Kiwa Initiative). The country is willing to collaborate with nations in the region through technical assistance, capacity-building programs, and partnerships in sustainable agricultural research, with a special focus on vulnerable rural and Indigenous communities (Castro, 2007).

Although not a member of ASEAN, the People's **Republic of Bangladesh** participates in the ASEAN Regional Forum (ARF) with a strategic interest in regional stability and water security. As a country highly vulnerable to both flooding and water scarcity, Bangladesh offers a valuable perspective on transboundary water management, grounded in its experience with the Ganges-Brahmaputra-Meghna river system (Faisal, 2002). The country advocates for the establishment of regional legal frameworks that ensure equitable water sharing and promote scientific cooperation to mitigate the impacts of climate change on agriculture and food security (Kolâs, 2013).

The **People's Republic of China** emphasizes the principle of respecting sovereignty and territorial integrity. The Chinese government supports the creation of bilateral and multilateral mechanisms to facilitate dialogue, information exchange, and joint research, aiming to enhance mutual understanding. China is committed to the sustainable development and utilization of transboundary water resources, seeking to balance economic development with ecological protection (Ministry of Water Resources, 2015). As a riparian state, with territory in the Mekong River Basin — Lancang River, in China —, this topic intrinsically involves China. The country has not taken part in some relevant agreements such as the MRC, preferring to approach the issue bilaterally (Hirsch, 1999). However, the Lancang-Mekong Cooperation, which China takes part in, has been making progress since its establishment (LMC, 2017).

The **Republic of India** actively participates in ASEAN-led frameworks, including the ARF, and emphasizes the importance of collaborative approaches. India views Southeast Asia as a strategic extension of its neighborhood under the "Act East" policy, which has as its main objective to improve India's political, economic, and strategic relations with all of the ASEAN countries and more (Shirke, 2025). India's engagement in transboundary water cooperation in Southeast Asia is significantly influenced by its participation in the Mekong-Ganga Cooperation (MGC), established in 2000 in partnership with Thailand, Myanmar, Cambodia, Laos and Vietnam to contribute to overall development and connectivity in the region (MGC, 2017).

The **Republic of Indonesia** advocates for a cooperative and development-centered approach to transboundary water resources. It emphasizes that shared water systems must be managed collectively to ensure regional stability, environmental sustainability, and economic prosperity. The country supports bilateral and multilateral partnerships, exemplified by its own cooperative efforts with Malaysia on shared river basins and Singapore on desalination and water technology (Chotima; Holland, 2025). The country frequently faces various natural disasters since the area has a high degree of seismic activity and the geographic conditions have resulted in floods throughout the territory. It is estimated that 25 million Indonesians lack access to safe water supplies to support basic needs, therefore improving the conditions on this topic is essential to social wellbeing (Samion, 2021). As a founding ASEAN member and archipelagic State, it is of interest to the country to find solutions and foster collaboration within the region.

Although the **Republic of Korea** (RoK) is not directly impacted by transbou-

ndary water conflicts in Southeast Asia, its position is based on its broader diplomatic approach for the region, which focuses on promoting cooperation and stability through institutions and partnerships. The country is aligned with ASEAN's and Mekong River Commission's efforts on managing water related issues in the region, prioritizing a multilateral and consensus-based approach. South Korea's New Southern Policy expresses its interest in deepening political and economic relations with Southeast Asia countries (Botto, 2021). Considering this, RoK can play an important role as a mediator in the debate, while securing ASEAN's members interests.

The **Republic of the Philippines** faces significant challenges in water access, given the basic safe supply decrease, and water pollution, primarily due to industrial, agricultural, and residential waste. As an archipelagic nation highly susceptible to climate-induced disasters, the Philippines advocates for collaborative strategies to address shared water-related challenges. Metro Manila and various cities in the region were developed around rivers, highlighting the preoccupation in managing water which led to initiatives on the matter. By promoting dialogue and cooperation, the Philippines aims to prevent further disputes and ensure equitable access to shared water resources. In addition to multilateral engagements, the Philippines seeks to strengthen bilateral ties with other ASEAN members (BPI, 2025; ASEAN, 2023; Shead, 2017).

The **Republic of Singapore**, as a small nation-state, emphasizes its intention of establishing strong and prosperous relations within the group. A founding member of ASEAN, the country stands by many actions and partnerships aiming for the development of the region (MFA, 2025). The State's position on transboundary water cooperation is deeply influenced by its longstanding water agreements with Malaysia, particularly the 1962 Water Agreement, which remains in force until 2061. With it, Singapore is entitled to draw raw water from the Johor River and, in return, Singapore is obligated to provide Johor with treated water amounting to up to 2% of the raw water it imports (Ministry of Foreign Affairs, 2025).

The **Republic of the Union of Myanmar** is a Riparian State of the Mekong River (shared by Myanmar, China, Vietnam, Lao PDR, Cambodia and Thailand) and the Salween River (shared by China, Thailand and Myanmar). The country's approach on transboundary rivers matters have been limited to non-binding mechanisms of cooperation, specially related to technical aspects, such as shared monitoring of the rivers. Myanmar is considered to be a close Mekong River Commission dialogue partner and is a signatory of the Lancang-Mekong Cooperation Agreement; but maintains its position of not committing to compulsory agreements, prioritizing bilateral cooperation and its national interests. Regarding the Salween River, no formal agreements have been made and the discussions have been confined to technical ones between Riparian States. In latest events, as the result of the country's gold rush in Eastern Shen State, Myanmar has been at the center of a controversy about the risks of cyanide contamination in transboundary rivers near its border with Thailand (Republic of the Union of Myanmar, 2017; Piman, 2025; Devlaeminck, 2024).

The **Russian Federation** acknowledges the global water issues and, as one of the world's richest countries in freshwater reserves, sees as an economic opportunity in transboundary water cooperation. Despite its potential, Russia has historically refrained from engaging in the international freshwater market. However, this approach is being re-evaluated in light of worsening global water stress and climate change. The Russian participation could allow the country to strengthen its geopolitical standing and preempt potential instability or forced migration from water-stressed neighboring regions. Ultimately, Russia supports a model of transboundary cooperation based on

bilateral or multilateral agreements that respect national sovereignty (Suzdaleva, 2020). Currently, international cooperation on the issue is primarily made effective through The Federal Agency for Water Resources and it consists of intergovernmental agreements on the protection and use of transboundary water bodies with neighboring States such as China and Mongolia (Rosvodresursy, 2025). While Russia has taken actions to engage with ASEAN on water management, its involvement remains restricted given the limited political cooperation (Korolev, 2024).

The **Socialist Republic of Vietnam**'s stance on transboundary water cooperation emphasizes multilateral engagement to ensure sustainable water resource management, particularly concerning the Mekong and Red Rivers. As a downstream country, Vietnam is vulnerable to upstream development impacts. Therefore, Vietnam supports enhancing the role of the Mekong River Commission, promotion of stronger collaboration among riparian countries and the reduction of the impacts of climate change and upstream development. The vulnerability of the situation underscores the importance of proactive water diplomacy to mitigate adverse effects (Linh, 2024).

The **United States of America**'s approach to transboundary river issues in Southeast Asia has been deeply connected to the implications of China's rise in international politics for its own position within the system. Part of the Chinese strategic surroundings, the Lower Mekong has become an arena of dispute between the Great Powers. The establishment of the Mekong-U.S. Partnership in 2020 with the downstream States to promote programs of hydropower infrastructure for the region is an example of an instrument to guarantee the U.S. presence in Southeast Asia (Crisis Group, 2024). The country's position, therefore, is based on the support of Southeast Asian States against Chinese power.

## 6 QUESTIONS TO PONDER

1. To what extent should the ARF promote binding regional mechanisms for transboundary water management, and how can it do so without undermining bilateral agreements or national interests?
2. Considering the ARF's broad membership, including actors like the United States, Russia, and the EU, how can external partners contribute to transboundary water cooperation in a way that respects regional autonomy?
3. How does the concept of "water as a security issue" influence international relations among Southeast Asian states and how does it interfere in the possibility to manage the water governance between riparian states?
4. How can countries balance the need for economic development with the protection of water ecosystems?
5. To what extent should the voices and needs of local communities, especially Indigenous peoples, be integrated into regional water governance?

## REFERENCES

AGREEMENT Between the Government of the People's Republic of China and the Government of the Union of Myanmar on China-Myanmar Border Areas Management and Cooperation. **FAO**, Yangon, 1997. Available at: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/bi-231407.pdf>. Accessed on: 29 May 2025.

AGREEMENT between the Government of the Republic of Indonesia and the Government of Papua New Guinea concerning Maritime Boundaries between the Republic of Indonesia and Papua New Guinea and Cooperation on Related Matters. **FAO**, Jakarta, 1980. Available at: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/bi-1632.pdf>. Accessed on: 25 May 2025.

APPAU, Saumelson; CHURCHILL, Sefa; SMYTH, Russel; TRINH, Trong-Ahn. The long-term impact of the Vietnam War on agricultural productivity. **World Development**, v. 146, n. 105613, out. 2021. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105613>. Accessed on: 17 Apr. 2025.

ASEAN. **ASEAN Agreement on the Conservation of Nature and Natural Resources.** 9 Jul. 1985. Available at: <https://agreement.asean.org/media/download/20161129035620.pdf>. Accessed on: 12 May 2025.

ASEAN. **ASEAN Integrated River Management Project launched in Manila.** 2023. Available at: <https://asean.org/asean-integrated-river-management-project-launched-in-manila/>. Accessed on: 01 Jun. 2025.

ASEAN. **Asean Leaders' Statement On The Application Of Timor-Leste For Asean Membership.** Cambodia, 2022. Available at: <https://asean.org/wp-content/uploads/2022/11/05-ASEAN-Leaders-Statement-on-the-Application-of-Timor-Leste-for-ASEAN-Membership.pdf>. Accessed on: 01 Jun. 2025.

ASEAN. **ASEAN Strategic Plan of Action on Water Resources Management.** 2005. Available at: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/asean215807.pdf>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

ASEAN CENTRE FOR ENERGY. **Rising sea levels put ASEAN cities at risk.** ASEAN Energy Database System. [S.l.]: [s.n.], [n.d.]. Available at: https://aseanenergy.org/news-clipping/rising-sea-levels-put-asean-cities-at-risk/. Accessed on: 15 Apr. 2025.

BACKER, Ellen B. The Mekong River Commission: Does It Work, and How Does the Mekong Basin's Geography Influence Its Effectiveness?. **Südostasien Aktuell:** Journal of Current Southeast Asian Affairs, v. 26, n. 4, p. 31-55, 2007. Available at: https://d-nb.info/119098377X/34. Accessed on: 15 Apr. 2025.

BALLBACK, Eric J. North Korea's Engagement in International Institutions: The Case of the ASEAN Regional Forum. **International Journal of Korean Unification Studies**, v. 26, n. 2, 2017, p. 35-65. Available at: https://repo.kinu.or.kr/bitstream/2015.oak/8913/3/02-Eric%20J.%20Ballbach.pdf. Accessed on: 16 Apr. 2025.

BAO, Pham Ngoc; MITRA, Bijon Kumer; KUYAMA, Tetsuo. Integrated approach for sustainable hydropower development in the Mekong River basin. **Sustainability Science**, v. 15, p. 157–172, 2020. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-019-00740-0>. Access in: 25 Apr. 2025.

BATES, Bryson, KUNDZEWICZ, Zbigniew, WU, Shaohong, PALUTIKOF, Jean. **Climate Change and Water.** Technical Paper of the Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC Secretariat, Geneva, 210 pp. Available at: <https://archive.ipcc.ch/pdf/technical-papers/climate-change-water-en.pdf>. Accessed on: 15 Apr. 2025.

BPI. Understanding the Water Situation in the Philippines. **Bank of the Philippines Islands**, 2025. Available at: <https://www.bpi.com.ph/about-bpi/news/understanding-the-water-situation-in-the-philippines>. Accessed on: 01 Jun. 2025.

BOTTO, Kathryn. South Korea Beyond Northeast Asia: How Seoul Is Deepening Ties With India and ASEAN. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2021. Available at: <https://carnegieendowment.org/research/2021/10/south-korea-beyond-northeast-asia-how-seoul-is-deepening-ties-with-india=-and-asean?lang-en>. Accessed on: 30 May 2025.

CHANDRASEKARA, S. S. K. et al. A review on water governance in Sri Lanka: The lessons learnt for future water policy formulation. **Water Policy**, v. 23, n. 2, p. 255-273, 2021. Available at: <https://iwaponline.com/wp/article-pdf/23/2/255/878970/023020255.pdf>. Accessed on: 31 May 2025.

CHOTIMAH, Amelinda; HOLLAND, Irene. Indonesia's Water Diplomacy and Leadership in Achieving SDG 6: A Strategic Approach to Sustainable Development. **International Journal of Science and Society**, v. 7, n. 1, p. 389–400, 2025. Available at: https://doi.org/10.54783/ijsoc.v7i1.1387. Accessed on: 31 May 2025.

CHU, Ta-Wei. Riparians versus the State in Southeast Asia: Human Security and Hydropower Struggles along the Mekong's Sesan Tributary. **Asian Survey**, v. 57, n. 6, p. 1086–109, 2017. Available at: <https://www.jstor.org/stable/26367795>. Accessed on: 26 Apr. 2025.

CRISIS GROUP. **Dammed in the Mekong**: Averting an Environmental Catastrophe. Brussels: International Crisis Group, 2024. Available at: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/cambodia-thailand-china/343-dammed-mekong-averting-environmental-catastrophe>. Accessed on: 30 May 2025.

DEVLAEMINCK, David J. Perspectives and Prospects for International Water Law in the ASEAN Region: Is There an ASEAN Way to Transboundary Wa-

ter Cooperation Under International Law?. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, v. 44, n. 1, p. 125-147, 2024. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/18681034241262802>. Accessed on: 14 May 2025.

ESCAP. **Economic and Social Survey of Asia and the Pacific 2025: Understanding the macroeconomic implications of climate change. Economic and Social Commission for Asia and the Pacific.** Bangkok: United Nations, 8 abr. 2025. Available at: <https://www.unescap.org/kp/2025/survey2025#>. Accessed on: 15 Apr. 2025.

EYLER, Brian. Science Shows Chinese Dams Are Devastating the Mekong. **Foreign Policy**, 2020. Available at: <https://foreignpolicy.com/2020/04/22/science-shows-chinese-dams-devastating-mekong-river/>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

EYLER, Brian; KWAN, Regan; WEATHERBY, Courtney. Impacts of Cambodia's Funan Techo Canal and Implications for Mekong Cooperation. **Stimson**, 9 May 2024. Available at: <https://www.stimson.org/2024/impacts-of-cambodias-funan-techo-canal-and-implications-for-mekong-cooperation/>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

FAO. **Land Tenure and Administration:** Working Paper 10: National Action Plan for Agriculture. Yangon: FAO, 2016. . Available at: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/65300317-0d89-43f5-9cd6-7c77b40687c3/content>. Accessed on: 23 Jun. 2025.

FAO. **Irrigation in Southern and Eastern Asia in Figures:** FAO Water Reports, 37. Rome: FAO, 2012. Available at: <https://www.fao.org/3/i2809e/i2809e.pdf>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

FAO. T**ransboundary River Basin Overview** – Salween. FAO, 2011. Available at: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/ecd-09498-5964-4db3-a53c-64e57106ddd8/content#:~:text=The%20basin%20of%20the%20Salween,percent)%20(Table%201)>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

FAISAL, Islam. Managing Common Waters in the Ganges-Brahmaputra-Meghna Region. **SAIS Review**, v. 22, n. 2, p. 309–327, 2002. Available at: <https://www.jstor.org/stable/pdf/26996425.pdf>. Accessed on: 1 Jun. 2025.

FAOLEX. **FAOLEX Database:** Agreement between the Ministry of Water Resources of the People's Republic of China and the Ministry of Water Resources of the Socialist Republic of Vietnam on Scientific and Technological Cooperation in the Field of Water Conservancy. 1995. Available at: <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC175007/>. Accessed on: 27 May 2025.

FIRDAUS, Fadhil.; ELLIOTT, Beth; IBANEZ, Daniel. Southeast Asian Cities Have Some of the Most Polluted Air in the World. El Niño Is Making it Worse. **World Resources Institute**, 28 Nov. 2023. Available at: <https://www.wri.org/insights/air-pollution-southeast-asia-cities-jakarta-el-nino>. Accessed on: 18 Apr. 2025.

GEF. Management of Indonesian and Timor-Leste Transboundary Watersheds (MITLTW). **Global Environment Facility**, 2023. Available at: <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/10679?>. Accessed on: 01 Jun. 2025

GHOSAL, Aniruddha; DELGADO, Anton. Tonle Sap Lake's fish stocks decline amid water scarcity. **Associated Press**, 2024. Available at: <https://apnews.com/article/2672faf10b8fb9b11508111877dcec27>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

GLEIK, Peter H. Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security. **International Security**, v. 18, n. 1, p. 79-112, 1993. Available at: <https://doi.org/10.2307/2539033>. Accessed on: 18 Jun. 2025.

GLODIĆ, Duško. Use of legally non-binding instruments in contemporary practice of international relations. **Godišnjak Fakulteta Pravnih Nauka**, Banja Luka, v. 11, n. 11, p. 91–104, Jul. 2021. DOI: 10.7251/GFP2111091G.

GOICHOT, Marc. Multiple dams are an ominous threat to life on the Mekong River. **The Guardian**, 2015. Available at: <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2015/may/06/dams-hydropower-mekong-river-thailand-laos-don-sahong-xayaburi>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

GRÜNWALD, Richard; WANG, Wenling; FENG, Yan. Modified transboundary water interaction Nexus (TWINS): Xayaburi dam case study. **Water**, v. 12, n. 3, p. 710, 2020. Available at: <https://www.mdpi.com/2073-4441/12/3/710>. Accessed on: 21 Jun. 2025.

HARALD WELZER. **Guerras Climáticas: Por que mataremos e seremos mortos no século 21.** [s.l.]: Geração Editorial, 2010.

HEART OF BORNEO. **Strategic Plan of Actions: The Heart of Borneo Initiative.** HOB, 2008. Available at: <https://www.tbpa.net/docs/publications/14_Heart%20of%20Borneo-SPA.pdf>. Accessed on: 29 May 2025.

HIRSCH, Philip. Beyond the Nation State: Natural Resource Conflict and National Interest in Mekong Hydropower Development. **Golden Gate University Law Review**, v. 19, n. 3, p. 399-414, 1999. Available at: https://digitalcommons.law.ggu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1762&context=ggulrev. Accessed on: 7 Jun. 2025.

HIRSCH, Philip. The Changing Political Dynamics of Dam Building on the Mekong. **Water Alternatives**, v. 9, n. 2, p. 312-323, 2010. Available at: <https://www.water-alternatives.org/index.php/volume3/v3issue2/95-a3-2-18/file>. Accessed on: 17 Apr. 2025.

Howes, Stephen; Wyrwoll, Paul. **Asia's Wicked Environmental Problems.** ADBI Working Paper 348. Tokyo: Asian Development Bank Institute. 2012. Available at: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156203/adbi-wp348.pdf>. Accessed on: 14 Apr. 2025.

IBRAHIM, Imad Antoine. The Challenge of Multi-Layer Regulatory Regimes on Transboundary Waters–Can a Community-of-Interests Approach Help?. A Case Study of The Mekong. **Journal of Water Law**, v. 28, n. 1-2, p. 22-32, 2023. Available at: <https://www.researchgate.net/publication/376582764_The_Challenge_of_Multilayer_Regulatory_Regimes_on_Transboundary_Waters_-_Can_a_Community-of-Interests_Approach_Help_A_Case_Study_of_the_Mekong>. Accessed on: 24 May 2025.

KITTIKHOUN, Anoulak; STAUBLI, Denise M. Water diplomacy and conflict management in the Mekong: From rivalries to cooperation. **Journal of Hydrology,** v. 567, p. 664-667, 2018. Available at: <https://www.researchgate.net/profile/Anoulak-Kittikhoun/publication/225160005_Small_state_big_revolution_Geography_and_the_revolution_in_Laos/links/5c0dc6ee299bf139c74d5405/Small-state-big-revolution-Geography-and-the-revolution-in-Laos.pdf>. Accessed on: 27 Feb. 2025.

KIWA INITIATIVE. **Nature-based solution for climate change adaptation.** Disponível em: https://kiwainitiative.org/en/nature-based-solution-for-climate-change-adaptation. Accessed on: 1 Jun. 2025.

KOLÅS, Åshild et al. **Water scarcity in Bangladesh: Transboundary rivers, conflict and cooperation.** PRIO Report, 2013. Available at: <https://researchportal.murdoch.edu.au/esploro/fulltext/reporater=-Scarcity-in-Bangladesh991005575769907891/?repId-12142327680007891&mId=13143217500007891&institution=61MUN_INST>. Accessed on: 30 May 2025.

KOROLEV, Alexander. Russia-ASEAN Relations – Strategic Partnership or Strategic Illusion?. **Russia in Global Affairs**, v. 22, n. 3, p. 159–178, 2024. Available at: https://eng.globalaffairs.ru/articles/russia-asean-relations-korolev/. Accessed on: 30 May 2025.

LAMB, Vanessa; MIDDLETON, Carl; WIN, Saw. Introduction: Resources Poli-

tics and Knowing the Salween River. *In*: MIDDLETON, Carl; LAMB, Vanessa. Knowing the Salween River: **Resource Politics of a Contested Transboundary River.** Springer, Cham. 2019.

LANCANG-MEKONG COOPERATION. **A Brief Introduction of Lancang--Mekong Cooperation. Beijing:** LMC China, 2017. Available at: <http://www.lmc-china.org/eng/2017-12/13/content_41449851.html>. Accessed on: 29 May 2025.

LEE, Sangsoo; THUZAR, Moe. **Regional Environmental Cooperation in EU and ASEAN Lessons from Two Regions. Institute for Security and Development Policy**, 2011. Available at: <https://www.academia.edu/download/86823097/2011_lee--thuzar_regional-environmental-cooperation.pdf>. Accessed on: 29 May 2025.

LINH, K. Ministry of Natural Resources and Environment of The Socialist Republic of Vietnam. **Promoting water diplomacy**. 2024 Available at <https://en.mae.gov.vn/water/promoting-water-diplomacy-8705.htm>. Accessed on: 01 Jun 2025.

LUDHER, Elyssa; TENG, Paul. Rice Production and Food Security in Southeast Asia under Threat from El Niño. **ISEAS Perspective**, 2023, no. 53. Available at: <https://www.iseas.edu.sg/articles-commentaries/iseas-perspective/2023-53-rice-production-and-food-security-in-southeast-asia-under-threat-from-el-nino-by--elyssa-ludher-and-paul-teng>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

MASILAMANI Logan; PETERSON, Jimmy. The "ASEAN Way": The Structural Underpinnings of Constructive Engagement. **Foreign Policy Journal**, 15 de outubro de 2014. Available at: <https://www.foreignpolicyjournal.com/2014/10/15/the-asean-way-the-structural-underpinnings-of-constructive-engagement/>. Accessed on: 20 May 2025.

MEKONG RIVER COMMISSION (MRC). Agriculture and Irrigation. **MRC**, 2024. Available at: <https://www.mrcmekong.org/agriculture-and-irrigation/>. Accessed on: 21 Jun. 2025.

MEKONG RIVER COMMISSION. Governance and Organisational Structure. **MRC**, 2024. Available at: <https://www.mrcmekong.org/governance-and-organisational-structure/>. Accessed on: 29 May 2025.
MEKONG RIVER COMMISSION (MRC). Hydropower. MRC, 2024. Available at: <https://www.mrcmekong.org/hydropower/>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

MEKONG RIVER COMMISSION (MRC). Mekong Low Flow and Drought Conditions in 2019–2021. **Mekong River Commission Secretariat**, 2022. Available at: <https://www.mrcmekong.org/wp-content/uploads/2024/08/LowFlowRe-

port20192021.pdf>. Accessed on: 22 Jun. 2025.

MEKONG RIVER COMMISSION (MRC). State of the Basin Report 2021. **MRC Secretariat**, 2021. Available at: <https://www.mrcmekong.org/wp-content/uploads/2024/08/Annual-Report-2021-Part-1.pdf>. Accessed on: 22 Apr. 2025.

MEKONG RIVER COMMISSION. **The integrated water resources management-based Basin Development Strategy for the Lower Mekong Basin 2021-2030 and the MRC Strategic Plan 2021-2025.** Vientiane: MRC Secretariat, 2021. Available at: <https://www.mrcmekong.org/wp-content/uploads/2024/08/BDS-2021-2030.pdf>. Accessed on: 29 May 2025.

MGC, **Mekong-Ganga Cooperation.** 2017. Avaliable at: <https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brief_MGC_March_2017.pdf>. Accessed on: 28 May 2025.

MFA. Singapore. **Water. International Organisations: ASEAN.** 2025. Available at: <https://www.mfa.gov.sg/SINGAPORES-FOREIGN-POLICY/International--Organisations/ASEAN>. Accessed on: 01 Jun. 2025.

MIDDLETON, Carl; SCORR, Alec; LAMB, Vanessa. Hydropower Politics and Conflict on the Salween River. In: MIDDLETON, Carl; LAMB, Vanessa. **Knowing the Salween River: Resource Politics of a Contested Transboundary River.** Springer, Cham. 2019.

MILMAN, A. et al. Addressing knowledge gaps for transboundary environmental governance. **Global Environmental Change**, v. 64, p. 1-13, set. 2020. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102162>. Accessed on: 20 Apr. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Singapore. **Water Agreements.** 2025 Available at: <https://www.mfa.gov.sg/SINGAPORES-FOREIGN-POLICY/Key-Issues/Water-Agreements>. Accessed: 01 Jun. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. 15th Mekong-Japan Foreign Ministers' Meeting. **MOFA**, 2024. Available at: <https://www.mofa.go.jp/s_sa/sea1/pageite_000001_00504.html>. Accessed on: 30 May 2025.

MINISTRY OF WATER RESOURCES, P. R. OF CHINA. **International Cooperation on Trans-boundary Rivers between China and its Neighbouring Countries.** 2015. Available at: <http://www.mwr.gov.cn/english/mainsubjects/201604/P020160406513798903048.pdf>. Accessed on: 24 May 2025.

MOTTA, Stew; KOEHLER, Johanna. Fractured hegemony and Vietnamese

pragmatism in the Red River basin. **Geoforum**, v. 161 p. 1-13, 2025. Available at: https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2025.104269. Accessed on: 24 May 2025.

NG, Wen Xin; PARK, Edward. Shrinking Tonlé Sap and the recent intensification of sand mining in the Cambodian Mekong River. **Science of the Total Environment**, v. 777, p. 1-12, 2021. Available at: <https://www.sciencedirect.com/science/article/am/pii/S004896972101247X>. Accessed on: 22 Jun. 2025.

PECH, Sokhem; RANAMUKHAARACHCHI, Himesha. **Water Governance Systems in Cambodia, Lao PDR and Vietnam. Mekong Program on Water Environment and Resilience.** July 2013. Available at: <https://data.opendevelopmentmekong.net/dataset/8684f0d0-9091-4da9-a809-37b1a856e907/resource/6554822a-74ef-4eba-aac9-6e4fcf555ab6/download/mk4_water-governance--synthesis-report_document.pdf>. Accessed on: 23 Jun. 2025.

PETERSEN-PERLMAN, Jacob D.; FEITELSON, Eran. The environment comes later: when and how environmental considerations are included in transboundary water agreements. **Water International**, v. 47, n. 8, p. 1197–1216, 2022. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02508060.2022.2072663>. Accessed on: 27 Feb. 2025.

PIMAN, Thanapon. **A toxic silence:** How Myanmar's gold rush threatens international rivers. Shan State: SEI, 2025. Available at: <https://www.sei.org/about-sei/press-room/a-toxic-silence/>. Accessed on: 30 May 2025.

POST COURIER. **PNG Serious About Its Role In ARF, - Foreign Minister Tkatchenko Tells ARF Meeting.** 2024. Available at: https://www.postcourier.com.pg/png-serious-about-its-role-in-arf-foreign-minister-tkatchenko-tells-arf-meeting/. Accessed on: 01 Jun. 2025.

REPUBLIC OF THE UNION OF MYANMAR. **Myanmar National Water Policy.** Republic of the Union of Myanmar, 2015. Available at: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/mya201049.pdf>. Accessed on: 30 May 2025.

RAHMAN, H. M. et al. A framework for analyzing institutional gaps in natural resource governance. **International Journal of the Commons**, v. 11, n. 1, p. 824–846, 2017. Available at: https://thecommonsjournal.org/articles/758/files/submission/proof/758-1-6627-3-10-20171019.pdf. Accessed on: 20 Apr. 2025.

RIGI, Hanife; WARNER, Jeroen F. Pakistan's representation of transboundary water as a security issue. **International Journal of Water Resources Development**, 2021. Available at: <https://edepot.wur.nl/543193>. Accessed on: 30 May 2025.

ROSVODRESURSY. **International activity.** Moscow. Available at: <https://voda.gov.ru/en/international-activity/>. Accessed on: 01 Jun. 2025.

SAMION, N. K. B. **Learn About Water In Indonesia.** 2020. Available at: <https://www.wateroam.com/social-awareness/the-water-crisis-indonesia>. Accessed on: 1 Jun. 2025.

SHANNON, Kerry L. **The Social and Environmental Impacts of the Hua Na Dam and Khong-Chi Mun Project:** The Necessity for More Research and Public Participation. 2006. Available at: <https://www.cultivateunderstanding.com/Digital_Media/mekong_orwell_eBook/PDFs/Kerry_Shannon_Hua_Na_KMC.pdf>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

SHEAD, B. The Philippines' Relationship With ASEAN. **ASEAN Briefing**, 2017. Available at: <https://www.aseanbriefing.com/news/philippines-relationship-asean/>. Accessed on: 01 Jun. 2025.

SHIRKE, A. India's Strategic Partnership with ASEAN. **Abhijeet Shirke**, 2025. Available at: <https://www.abhijeetshirke.in/indias-strategic-partnership-with-asean/>. Accessed on: 01 Jun. 2025.

SHKARA, Nadia. Water conflict on the Mekong River. **International Journal of Contemporary Research and Review**, v. 9, n. 6, p. 20472-20477, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.15520/ijcrr/2018/9/06/515.

SNEDDON, Chris; FOX, Coleen. Rethinking transboundary waters: A critical hydropolitics of the Mekong basin. **Political geography**, v. 25, n. 2, p. 181-202, 2006. Available at: <https://www.researchgate.net/profile/Chris-Sneddon/publication/222309351_Rethinking_transboundary_waters_A_critical_hydropolitics_of_the_Mekong_basin/links/5a03520daca272b06ca219c1/Rethinking-transboundary-waters-A-critical-hydropolitics-of-the-Mekong-basin.pdf >. Accessed on: 26 Feb. 2025.

SRINIVASAN, G.; AGARWAL, Anshul; BANDARA, Upeakshika. Climate change impacts on water resources and agriculture in Southeast Asia with a focus on Thailand, Myanmar, and Cambodia. *In*: **The Role of Tropics in Climate Change.** Amsterdam: Elsevier, 2024. p. 17-32. Available at: <https://www.researchgate.net/profile/Abhishek-Chaurasia-3/publication/376138299_Role_of_Tropics_in_Climate_Change/links/656aa999b86a1d521b263580/Role-of-Tropics-in-Climate--Change.pdf#page=50>. Accessed on: 21 Jun. 2025.

SUHARDIMAN, Diana; RUTHERFORD, Jeff, BRIGHT, Saw J. Putting Violent

Armed Conflict in the Center of the Salween Hydropower Debates. **Critical Asian Studies**, v. 79, n. 3, 2017, p. 349-364.

THE ECONOMIST. Opening the floodgates. **The Economist**, 2012. Available at: <https://www.economist.com/asia/2012/05/05/opening-the-floodgates>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

SUZDALEVA, A. Russia and Global Water Crisis. **World Economy and International Relations**, v. 64, n. 4, p. 53-59, 2020. Disponível em: https://www.imemo.ru/en/publications/periodical/meimo/archive/2020/4-t-64/russia-economics-politics/russia-and-global-water-crisis. Accessed on: 16 May 2025.

TAN, Chaozhong; CAO, Yixin; SIMONOV, Eugene; EGIDAREV, Eugene; DARMAN, Yury. Amur-Heilong River – a free-flowing transboundary river between Mongolia, China and Russia. In: WANTZEN, K. M. (org.). **River culture – life as a dance to the rhythm of the waters.** Paris: UNESCO Publishing, 2023. p. 367–396.

TANZI, Attila. **The UNECE Convention on the Protection and Use of Transboundary Watercourses and International Lakes:** Its Contribution to International Water Cooperation. Brill Nijhoff, 2020. Available at: <https://dokumen.pub/the-unece-convention-on-the-protection-and-use-of-transboundary-watercourses--and-international-lakes-its-contribution-to-international-water-cooperation-1nbs-ped-9789004291584-9789004291577.html>. Accessed on: 29 may. 2025.

THAILAND. Ministry of Agriculture and Cooperatives; MALAYSIA. Ministry of Natural Resources, Environment and Climate Change. **Report of the 17th Meeting of Thailand–Malaysia Joint Steering Committee (JSC) on the Development of the Golok River Basin.** 2023. 22 p. Available at: <https://h2o.water.gov.my/golok/main.html>. Accessed on: 31 May. 2025.

THONGNOI, Jitsiree. "The Mekong is Dying": How China's River Diplomacy Neglects Locals, Exacerbates Climate Change. **China Global South Project**, 2023. Available at: <https://chinaglobalsouth.com/analysis/the-mekong-is-dying-how--chinas-river-diplomacy-neglects-locals-exacerbates-climate-change/>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

TRINH, Juki. Water Woes: Cambodia and Vietnam clash over the Funan Techo Canal. **The Lowy Institute**, 2024. Available at: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/water-woes-cambodia-vietnam-clash-over-funan-techo-canal>. Accessed on: 16 Apr. 2025.

UN WATER. **Transboundary Waters.** 2024. Available at: <https://www.unwater.

org/publications/progress-transboundary-water-cooperation-2024-update>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

UN WATER. **Water and Climate Change**. 2021. Available at: <https://www.unwater.org/water-facts/climate-change>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

UNECE. **Ratification status of the Water Convention, its amendments and Protocols.** Geneva: United Nations Economic Commission for Europe, 2023. Available at: <https://unece.org/sites/default/files/2023-05/INF1_ratification%20status.pdf>. Accessed on: 1 Jun. 2025.

UNEP. **Access Rights in Asia and the Pacific: Advancing Environmental Democracy.** United Nations Environment Programme, 2019. Available at: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/36334/AIPP.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Accessed on: 23 Jun. 2025.

UNEP. **Transboundary Water Cooperation in the Mekong Basin.** United Nations Environment Programme, 2020. Available at: <https://www.unwater.org/sites/default/files/2024-09/SDG6_Indicator_Report_652_Progress-on-Transboundary-Water-Cooperation_2024_EN.pdf >. Accessed on: 24 Apr. 2025.

UNESCAP. **Ready for the Dry Years:** Building Resilience to Drought in South-East Asia. Bangkok: United Nations, 2021. Available at: <https://www.unescap.org/resources/ready-dry-years-building-resilience-drought-south-east-asia>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

UNITED NATIONS ORGANIZATION (UNO). **Convention on the Protection and Use of Transboundary Watercourses and International Lakes.** Helsinki: ONU, 1992. Available at: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/1992/03/19920317%2005-46%20AM/Ch_XXVII_05p.pdf>. Accessed on: 26 May 2025.

UNITED NATIONS ORGANIZATION (UNO). **Convention on the Law of the Non-Navigational Uses of International Watercourses.** Nova Iorque: ONU, 1997. Available at: <https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/8_3_1997.pdf>. Accessed on: 26 May 2025.

UTM. **Malaysia's perspective on water resource sharing: Leveraging water for peace.** Universiti Teknologi Malaysia News Hub. 2024. Available at: <https://news.utm.my/2024/03/malaysias-perspective-on-water-resource-sharing-leveraging-water-for-peace/>. Accessed on: 1 Jun. 2025.

VARKKEY, Helena; LUPASCU, Massimo. Peat fires in Brunei Darussalam:

considerations for ASEAN haze cooperation and emerging regional infrastructure development. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 45, n. 1, p. 129-141, 2024. Available at: https://doi.org/10.1111/sjtg.12514. Accessed on: 16 May 2025.

WEI, Xing. Lancang-Mekong River Cooperation and Trans-Boundary Water Governance: A Chinese Perspective. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 3, n. 3, p. 377-393, 2017. Available at: https://doi.org/10.1142/S2377740017500233. Accessed on: 16 May 2025.

WHO. **Climate change and health.** Geneva: World Health Organization, 2021. Available at: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>. Accessed on: 25 Apr. 2025.

WILLIAMSON, Fiona. **Learning from the past: Enhancing Flood Resilience in Southeast Asia City Perspectives.** Available at: <https://cityperspectives.smu.edu.sg/article/learning-past-enhancing-flood-resilience-southeast-asia>. Accessed on: 18 Apr. 2025.

World Weather Attribution. Climate Change Made the Deadly Heatwaves That Hit Millions of Highly Vulnerable People across Asia More Frequent and Extreme – World Weather Attribution. **World Weather Attribution**, 14 May 2024, Available at: www.worldweatherattribution.org/climate-change-made-the-deadly-heatwaves-that-hit-millions-of-highly-vulnerable-people-across-asia-more-frequent-and-extreme/. Accessed on: 1 Aug. 2025.

YILDIRIM, Nuri. A Country Key to Balance of Power in Eurasia: Mongolia. **Hidropolitik Akademi**, 2014. Available at: https://www.hidropolitikakademi.org/en/article/4063/a-country-key-to-balance-of-power-in-eurasia-mongolia. Accessed on: 1 Jun. 2025.

YOSHIDA, Yuichiro et al. Impacts of Mainstream Hydropower Dams on Fisheries and Agriculture in Lower Mekong Basin. **Sustainability**, v. 12, n. 6, p. 2-21, 2020. Available at: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/6/2408>. Accessed on: 26 Apr. 2025.

ZHANG, Hongzhou. Sino-Indian water disputes: the coming water wars? **Wiley Interdisciplinary Reviews: Water**, v. 3, n. 2, p. 155–166, 2016. Available at: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/wat2.1123>. Accessed on: 19 Apr. 2025.

# DPS-UA



Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA)

# Disputas por recursos naturais no continente africano: Desafios, interesses externos e segurança regional

*Mariana Carbonera Trintinaglia*[1]
*Matheus Severiano Marques Xavier*[2]
*Monah Spier Barbieri*[3]

## RESUMO

O presente guia de estudos tem como objetivo analisar as disputas por recursos naturais no continente africano a partir de uma perspectiva histórica e geopolítica. Inicialmente, destaca-se o processo de exploração colonial e a subsequente consolidação de enclaves extrativistas, com ênfase na Partilha da África e no caso do Estado Livre do Congo. Em seguida, é abordado o neocolonialismo e os mecanismos contemporâneos de dominação econômica e política, que perpetuam a dependência africana por meio da atuação de corporações transnacionais e da cooptação das elites locais. A crescente valorização dos recursos minerais críticos e energéticos, especialmente o petróleo, é analisada como vetor de instabilidade, corrupção e desigualdade social, exemplificada pela situação da Nigéria. A República Democrática do Congo (RDC) é explorada como estudo de caso paradigmático, marcado por conflitos armados, milícias financiadas por mineração informal e ingerência regional. Ademais, são examinadas as estratégias adotadas por potências globais — França, Rússia, China e Estados Unidos (EUA) — no contexto da nova corrida por recursos, com destaque para a infraestrutura chinesa, a presença militar americana e os acordos de extração russo-africanos. Conclui-se, a partir dessa análise preliminar, que as disputas por recursos naturais no continente africano permanecem centralizadas na manutenção de interesses externos e na perpetuação de dinâmicas imperialistas, fatores que contribuem para a reprodução de ciclos de pobreza e violência. O tema exige, portanto, atenção aos desafios de governança e à busca por soluções que promovam o uso sustentável e soberano das riquezas africanas.

1 Mariana Carbonera Trintinaglia é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da DPS-UA.
2 Matheus Severiano Marques Xavier é aluno do quarto ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor da DPS-UA.
3 Monah Spier Barbieri é aluna do quarto ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da DPS-UA.

## 1 INTRODUÇÃO

O continente africano é um território rico em recursos naturais, desde petróleo a minerais críticos — como coltan e urânio. Essa abundância torna a região altamente requisitada por empresas transnacionais e potências estrangeiras. Historicamente, a África se apresentou como uma importante localidade para o desenvolvimento do capitalismo internacional, por possuir diversos recursos naturais e força de trabalho abundante — que foi escravizada durante séculos. Essa relação foi se alterando ao longo do tempo, iniciando-se durante o século XV, com o colonialismo dos impérios ultramarinos europeus até as dinâmicas neocoloniais formadas em meados do século XX, entre esses impérios e os jovens Estados africanos (De Almeida, 2021; N'Krumah, 1967).

Ademais, os países enfrentam dilemas com a dificuldade da gestão dos próprios recursos naturais, dos quais grande parte dos países tem reservas, em maior ou menor grau de diversidade de recursos. Existem diversos fatores que contribuem para a dificuldade na gestão dos recursos naturais estratégicos africanos, dentre eles: problemas de governança perenes dos dirigentes responsáveis, conflitos armados constantes e/ou regulares e desigualdade da partilha dos rendimentos da extração desses recursos, como a *tragédia dos comuns* nigeriana (Abenabe; Ekpotuatin, 2024).

Um exemplo emblemático dessa complexa relação entre os países africanos e seus recursos naturais é a situação da RDC que, devido à imensa variedade e abundância de riquezas minerais em seu subsolo, enfrenta entraves no controle e aproveitamento dessas riquezas (Barbosa *et al*., 2023). O país sofre com diversos enclaves extrativistas de funcionamento relativamente autônomo tanto ao governo quanto às comunidades locais, estando em muitos casos vinculados a grupos armados ilegais (Williams, 2022).

Com o alvorecer do século XXI houve um reavivamento do interesse externo sobre o continente africano, principalmente motivados pela ascensão chinesa e o fim da década perdida russa (Abramova; Fituni, 2020). Entre os principais atores estrangeiros, destacam-se os EUA, com interesses militares e estratégicos expressos por meio do Comando Africano do Pentágono (AFRICOM), além de países como China, França e Rússia, motivados pela necessidade de garantir acesso contínuo e seguro a recursos naturais essenciais — como petróleo, diamantes e minerais críticos.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO

Historicamente, os recursos naturais presentes no continente atraem a atenção de potências externas, que os exploram desde o período colonial até a contemporaneidade. Para melhor compreensão das disputas por recursos naturais no continente africano, a seção é dividida em 4 tópicos. O primeiro analisa a exploração dos recursos naturais africanos durante o período da colonização europeia, descrevendo o início desse processo, incluindo a expansão dos europeus e a divisão imposta ao continente por essas potências. Atrelado a isso, o tópico expõe a exploração de recursos estratégicos nesse período, com destaque para o caso do Estado Livre do Congo de Leopoldo II. O segundo tópico tem como objetivo apontar a manutenção dos laços coloniais após as independências, os quais viabilizaram a exploração desses recursos por meio da consolidação do neocolonialismo. Já no terceiro, o objetivo é analisar a competição em torno do petróleo africano, mineral presente de forma abundante no continente, e como essa dinâmica envolve os interesses das grandes potências, tendo em vista a importância estratégica desse recurso.

Por fim, o último tópico analisa a nova corrida por recursos naturais na África a partir do século XXI, identificando os interesses e a atuação das grandes potências contemporâneas, em especial Rússia, China e Estados Unidos da América.

### 2.1 A EXPLORAÇÃO COLONIAL DOS RECURSOS DO CONTINENTE AFRICANO

A África historicamente tem sido alvo de intensa exploração devido à abundância de seus recursos naturais, um processo que remonta aos primórdios da colonização europeia. Durante décadas, o continente foi retratado sob a ótica do subdesenvolvimento e da marginalização em relação às dinâmicas da globalização. Essa narrativa de exclusão, porém, contrasta com o cenário mais recente, em que a crescente demanda global por matérias-primas estratégicas reposicionou a África como um território de interesse central para os mercados internacionais. Como resultado, observa-se hoje uma acirrada disputa entre corporações transnacionais, interessadas em integrar a África aos circuitos da acumulação ampliada de capital (Catsossa, 2025).

O contato entre as sociedades africanas e o Ocidente remonta à Antiguidade, intensificando-se a partir do século XV, quando portugueses e espanhóis, no contexto das grandes navegações, estabeleceram relações com povos ao longo do litoral africano, promovendo a colonização de diversas regiões costeiras. Posteriormente, outras potências europeias também passaram a buscar aproximações estratégicas com o continente, organizando expedições que visavam à exploração do seu interior (De Almeida, 2021). A intensificação dessas interações ocorreu, sobretudo, a partir do final do século XIX, período em que o domínio europeu sobre a África, até então predominantemente informal, começou a se consolidar. Até 1875, a influência europeia se limitava a áreas restritas, especialmente litorâneas, mas a crescente expansão colonial, protagonizada por países como Portugal e França, fez com que fosse necessário estabelecer regras claras para evitar conflitos entre as potências coloniais.

Esse contexto levou à convocação da Conferência de Berlim (1884–1885), cujo objetivo principal foi regulamentar a ocupação territorial futura e garantir a liberdade de comércio e navegação nas principais bacias hidrográficas africanas, como as dos rios Congo e Níger (Uzoigwe, 2010). Importante destacar que a Ata de Berlim não promoveu uma divisão territorial imediata do continente africano, mas criou princípios e procedimentos que, associados às demandas da Segunda Revolução Industrial, abriram caminho para a posterior partilha efetiva da África entre as potências europeias.

A Partilha da África, processo que se desenrolou após a Conferência, inseriu-se em um contexto de grandes avanços tecnológicos no Velho Continente. Nesse período, as potências europeias passaram a nutrir novas ambições políticas, impulsionadas por necessidades econômicas emergentes e pelo domínio de tecnologias relativamente avançadas (Boahen, 2010). A demanda por matérias-primas, como borracha e marfim, cresceu significativamente, especialmente com o avanço da Segunda Revolução Industrial que fez com que esses recursos se tornassem fundamentais para o abastecimento da indústria européia; intensificando o interesse das potências sobre os territórios africanos (Lunardelli, 2018).

Entre os anos de 1880 e 1910, a população que vivia no continente africano testemunhou uma das transformações históricas mais marcantes da modernidade (Uzoigwe, 2010). Nesse período, a África — um território vasto e etnicamente diverso — foi "retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa" (Uzoigwe, 2010, p. 21). O impacto desse processo foi tão profundo que, segundo o autor, os historiadores ainda hoje enfrentam dificuldades para

mensurar plenamente suas consequências nefastas. Dentre os casos mais emblemáticos desse novo cenário colonial, destaca-se a situação do Congo sob o domínio do rei Leopoldo II da Bélgica. Durante a Conferência de Berlim (1884–1885), Leopoldo II obteve uma vitória diplomática significativa ao garantir o reconhecimento internacional da criação do Estado Livre do Congo, um território que, na prática, se tornou propriedade pessoal do monarca, que usou disso para enriquecer-se por meio da exploração de recursos (Lunardelli, 2018).

A partir de 1891, a exploração desses recursos passou a ser organizada de forma sistemática e violenta. As terras mais ricas em borracha e marfim estavam sob domínio direto da Coroa Belga, o que fez com que a população local fosse forçada a integrar a cadeia produtiva (Gonçalves, 2016). Os congoleses eram compelidos a trabalhar em condições extremamente precárias, recebendo remunerações irrisórias e sendo submetidos a um regime de trabalho compulsório sustentado por práticas sistemáticas de violência física e psicológica (Gonçalves, 2016). Um dos mecanismos mais brutais de controle foi a imposição de cotas obrigatórias de extração de borracha. O não cumprimento dessas metas resultava em punições severas, que iam desde tortura até o sequestro, estupro e assassinato de familiares dos trabalhadores. As mãos de homens, mulheres e até crianças eram frequentemente decepadas como forma de intimidação e punição coletiva (Lunardelli, 2018). Essas práticas não apenas instauraram um clima de terror generalizado, mas também serviram como instrumento de coerção para garantir o atendimento das exigências de produtividade impostas pelo regime colonial.

Além das graves violações de direitos humanos, a busca incessante por lucro levou ao esgotamento de recursos naturais, principalmente das seringueiras, provocando impactos ambientais significativos (Lunardelli, 2018). Ademais, o uso sistemático da violência para manter a produção, aliado à exploração predatória dos recursos, agravou ainda mais as condições de vida da população congolesa. Sendo assim, mesmo sem nunca ter estado pessoalmente na África, Leopoldo II deixou um rastro de destruição e sofrimento. Estima-se que, entre 1880 e 1908, cerca de 13 milhões de pessoas tenham morrido como resultado direto do sistema de exploração implantado no Estado Livre do Congo (Honorato; Júnior, 2020).

### 2.2 1960: A DÉCADA DAS INDEPENDÊNCIAS NA ÁFRICA E OS LAÇOS NEOCOLONIAIS

Os processos de independência das colônias europeias na África ocorreram principalmente entre as décadas de 1950 e 1960. Especificamente o ano de 1960, conhecido como o Ano Africano, é considerado um ponto de inflexão por ter sido marcado pela independência de dezessete nações africanas. Porém, durante o período de dominação colonial clássico, que durou cerca de 75 anos, as potências coloniais foram responsáveis por cooptar as resistências na África, além de reordenar o continente e modificar seu perfil (Visentini; Teixeira; Pereira, 2020). Dessa forma, considerando o alto grau de agência das potências coloniais no continente que foi desenvolvido nesse período e a centralidade da exploração africana para os países europeus, a gestão europeia continuou sendo uma realidade mesmo após as independências.

Para que ocorresse a manutenção desse domínio, o recém superado colonialismo é logo substituído pela sua nova forma: o neocolonialismo. N'krumah (1967) caracteriza o neocolonialismo como um fenômeno em que o novo Estado é, em teoria, independente, entretanto o seu sistema econômico e político continua sendo controlado pelo exterior, geralmente pelo antigo país colonizador. Nesse cenário, os métodos de controle neocolonial são sutis e variados, manifestando-se principal-

mente na esfera econômica, mas também nas dimensões política, religiosa, ideológica e cultural. No que tange à economia, o Estado neocolonial pode ser obrigado a importar, de forma exclusiva, produtos manufaturados da metrópole, em detrimento dos produtos de competidores. Já na política, pode ocorrer a cooptação de elites locais alinhadas aos interesses da potência imperialista na administração do novo Estado, enquanto o controle monetário se materializa por meio da imposição de um sistema bancário controlado pela metrópole (N'Krumah, 1967).

Ademais, uma das bases para o domínio neocolonial é a balcanização, isto é, a fragmentação de grandes territórios coloniais em diversos Estados menores, de modo que seja inviável o desenvolvimento independente sem o auxílio da potência imperial. Essa fragmentação está intimamente relacionada à viabilização da exploração das riquezas africanas por parte das potências imperiais. Atrelado a isso, após as independências, empresas internacionais se inseriram na região com projetos estratégicos voltados à exploração de fontes de matérias-primas. Esse processo disfarçado de ajuda ocorreu com o aval dos novos governos africanos cooptados pelas potências externas, inaugurando, portanto, uma nova forma de disputa por parte dos monopólios internacionais em busca dos recursos naturais do continente (N'Krumah, 1967).

Nesse contexto, é importante destacar ainda que a integridade institucional dos novos Estados africanos era fragilizada tanto pela ingerência externa quanto pelo próprio processo de rompimento dos laços coloniais, o que gerava grandes desafios e uma profunda instabilidade aos novos governos. De acordo com Wallerstein (2005), o governo de uma nova nação, imediatamente após o processo de ruptura colonial, constitui-se como algo extremamente instável. A ideia de um inimigo comum — nesse caso, a potência colonial — serve, em certa medida, como um fator de unificação nacionalista. Com a independência, a presença direta desse ator desaparece. Atrelado a isso, após as independências, percorre pelas sociedades africanas um tipo de frustração em relação ao novo governo, uma vez que havia a percepção de que o rompimento com a potência colonial e o estabelecimento de um governo propriamente nacional seriam responsáveis por solucionar os problemas internos, o que, no curto prazo, não ocorre.

Outra dificuldade no processo de formação desses novos Estados é que as mudanças de governo, passando da gerência colonial para uma nacional, não são acompanhadas por um processo que permita a construção de uma noção mais ampla de "lealdade ao Estado". Dessa forma, a oposição interna nos novos países africanos acaba direcionando as críticas não apenas ao novo governo, mas à própria existência do Estado (Wallerstein, 2005). A instabilidade interna, assim, facilita a manutenção do domínio colonial.

O caso da descolonização dos domínios franceses pode ser considerado um exemplo dessa dinâmica. A descolonização e a balcanização — esta última se destacando como uma das principais estratégias francesas durante esse processo — promoveram a instabilidade nas novas nações. Dessa forma, um dos meios pelos quais a França manteve-se atuante na região foi a partir da atuação de suas tropas na defesa dos novos governos que careciam de apoio nacional para sua sustentação (Visentini; Teixeira; Pereira, 2020).

## 2.3 A COMPETIÇÃO PELO PETRÓLEO AFRICANO: INVESTIMENTO E ENVOLVIMENTO DAS GRANDES POTÊNCIAS

É possível afirmar que a descoberta das reservas de petróleo na África ocor-

reu de forma tardia, especialmente quando comparada a outras regiões do mundo. A valorização das jazidas encontradas no continente africano se deu, em sua maioria, no contexto da dominação colonial. Países como Angola, Gabão e Nigéria foram pioneiros na exploração do petróleo na década de 1950, seguidos posteriormente pelo Congo (Monié, 2012). Nesse cenário, é relevante destacar que a participação da África na produção mundial de petróleo era, na época, marginal. Foi somente com a globalização da economia e da indústria petrolífera que o continente alcançou a condição de região estratégica de interesse mundial na produção de petróleo (Monié, 2012).

De Oliveira e Filippi (2018) ressaltam o caso da Nigéria como um exemplo significativo. A produção de petróleo no país, que em 1958, logo após a descoberta de suas reservas, era de aproximadamente 5.100 barris de petróleo por dia (bpd), aumentou substancialmente, alcançando 417.000 bpd em 1966, pouco antes da eclosão da guerra civil nigeriana, que ocorreu entre 1967 e 1970. Em 1970, a produção já havia atingido 1,1 milhões de bpd, chegando a 1,7 milhões de bpd em 1972 e, em 1974, atingindo o impressionante marco de 2,3 milhões de bpd (Falola; Heaton, 2008).

O petróleo africano tem despertado crescente interesse no cenário internacional, em virtude de sua importância estratégica e das vastas reservas existentes no continente. As décadas que sucederam o início do século XXI têm sido marcadas por acirradas disputas geopolíticas em torno dos mercados e das fontes de combustíveis fósseis. Nesse sentido, Rêpas (2010) ressalta que a instabilidade geopolítica em outras áreas do globo, como o Oriente Médio, tem impulsionado grandes potências — sobretudo os EUA e a China, além de alguns países da União Europeia — a buscar fontes alternativas de abastecimento energético. Nesse panorama, a África desponta como um mercado emergente promissor, configurando-se como alternativa estratégica às regiões tradicionalmente centrais na disputa global por recursos energéticos (Gomes, 2023).

Por fim, é fundamental destacar que o aumento das receitas advindas da exportação de recursos naturais — em especial do petróleo — está diretamente associado a um processo de crescimento econômico dissociado do desenvolvimento sustentável. Tal fenômeno tem contribuído para o agravamento das desigualdades sociais, para o aprofundamento de problemas ambientais, para o acirramento das disputas pelo controle das redes de distribuição e, ainda, para a consolidação de regimes de caráter autoritário (Monié, 2012).

## 2.4 A NOVA CORRIDA PELA ÁFRICA: DISPUTA POR RECURSOS NATURAIS NO SÉCULO XXI

Com o fim da Guerra Fria, a disputa entre as grandes potências pelos recursos naturais estratégicos presentes no continente africano ganhou destaque. China e EUA, assim como outros países que também apresentaram crescimento econômico acelerado, passaram a buscar maior acesso a minerais energéticos (Machado, 2012). A China tem ampliado sua presença na África, motivada, entre outros fatores, por interesses econômicos, como a expansão de mercados e o acesso a matérias-primas. Ao longo da década de 1990, com o rápido crescimento econômico e desenvolvimento do país, as empresas nacionais chinesas não conseguiram atender à crescente demanda por petróleo. Nesse contexto, a China passou a importar volumes cada vez maiores do petróleo africano, além de outros minérios. Angola, por exemplo, chegou a superar a Arábia Saudita como principal fornecedora de combustível para os

chineses (Visentini; Teixeira; Pereira, 2020).

Tendo em vista o aumento da demanda por matérias-primas decorrente do avanço do desenvolvimento chinês, a cooperação entre China e África adquiriu um papel estratégico. Diante dessa necessidade, a China passou a elaborar projetos de infraestrutura no continente africano, como iniciativas voltadas à mineração, exploração de petróleo, extração de madeira e agricultura (Visentini; Teixeira; Pereira, 2020). O interesse chinês por minerais na região, contudo, não se restringe ao petróleo, abrangendo também a crescente busca por alumínio, cobre, níquel e minérios de ferro. Para garantir o acesso a esses recursos e, dessa forma, viabilizar a continuidade de seu projeto de desenvolvimento, a China tem adotado como estratégia a oferta de benefícios, como financiamentos de longo prazo e assistência técnica a custos reduzidos, em troca de garantia no fornecimento desses materiais (Alves, 2010).

Desde o início dos anos 2000, a presença dos EUA na África tem se intensificado, em resposta à atuação de outras potências e à defesa de sua agenda energética — fatores que estão interligados, como será demonstrado a seguir. De acordo com Ikenberry (2002), o início do milênio também marcou o lançamento de uma nova grande estratégia norte-americana, formulada com o objetivo de conter o terrorismo, mas que também visava à manutenção da capacidade dos EUA de exercer poder e organizar a ordem global. Um dos pilares centrais dessa estratégia é a preservação da antiga ordem unipolar, buscando evitar o surgimento de novas potências concorrentes na Ásia e na Europa (Ikenberry, 2002). Paralelamente, a política energética dos EUA tem sido tradicionalmente orientada pela garantia da segurança da infraestrutura energética, pela manutenção da abertura das rotas de transporte internacional, pela ampliação das reservas de petróleo e pela diversificação das fontes de energia. Entretanto, o mercado energético tem passado por transformações em razão do crescimento das economias chinesa e indiana, cujas demandas por recursos energéticos podem representar ameaças à hegemonia exercida pelos EUA nesse setor. Nesse contexto, em 2007, entre outras iniciativas, o Pentágono criou o AFRICOM, que estabeleceu acordos bilaterais com a maioria dos países africanos. O principal objetivo do órgão é garantir o acesso ao petróleo e a outros recursos energéticos no continente, ao mesmo tempo em que atua como uma resposta ao crescente engajamento chinês na África (Machado, 2012).

Com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o fim da Guerra Fria, houve uma forte redução da presença da Rússia na África, o que resultou no encerramento de diversos programas de ajuda. Esse vácuo foi rapidamente preenchido por países ocidentais e, nos últimos anos, cada vez mais pela China. No entanto, a partir dos anos 2000, observou-se uma retomada do interesse russo no continente africano, impulsionado pela recuperação da economia do país e pela busca do aumento de sua influência global. Entre os fatores que motivaram a reaproximação da Rússia com a África estão: confrontar a influência Ocidental e contribuir para a formação de um Sistema Internacional multipolar; o interesse em vantagens comerciais, sobretudo no setor de recursos naturais; projetar poder por meio de parcerias na área de segurança e do comércio de armas; além da busca por apoio político em fóruns internacionais. No que tange os interesses em recursos naturais, a abundante presença desses minérios na África se alinha aos interesses da Rússia (Badawi, 2025).

Nesse sentido, empresas russas têm atuado em projetos de extração de matérias-primas, principalmente no setor energético. Em um contexto em que os países europeus buscam reduzir sua dependência dos recursos energéticos russos, os investimentos da Rússia na exploração de petróleo e gás na África têm como objetivo

manter sua influência no setor de energia. Ademais, a Rússia também demonstra interesse nos minérios de terras raras e em outros recursos essenciais para as indústrias de alta tecnologia (Badawi, 2025). Ainda assim, as ações russas no continente permanecem limitadas em comparação com outros atores, como os EUA e a União Europeia — com presença histórica na região —, bem como a China e o crescente envolvimento de países como Japão, Turquia e Brasil (Marten, 2019).

Portanto, a África inicia o século XXI como uma região estratégica e central no Sistema Internacional. Com a ampliação da escala das economias, torna-se cada vez mais necessário garantir o acesso a recursos naturais que viabilizem esse nível de produção. De acordo com Machado (2012), é possível definir os interesses das grandes potências da seguinte forma: "o acesso ilimitado aos recursos estratégicos, interesses geopolíticos em alguns Estados os quais possuem posições estratégicas, como a África do Sul, e a garantia de segurança militar, que permite o escoamento das matérias-primas para os Estados" (Machado, 2012, p. 99).

## 3 Apresentação do Problema

Os conflitos gerados pela disputa por recursos naturais no continente africano são multifacetados e multifatoriais, envolvendo desde disputas internas — entre atores estatais e não estatais — até interesses e atuações externas. Tendo em vista a vasta riqueza de recursos naturais presente no continente, motivo que gera essas disputas e conflitos, a presente seção busca abordar a problemática de forma holística. Para isso são abordados: (1) alguns dos desafios para a administração de matérias-primas e recursos no continente, os quais são ocasionados por diferentes causas e atores; (2) o papel estratégico do petróleo africano, por vezes protagonista dessas disputas; (3) o caso da RDC, um país rico em recursos naturais que, por esta razão, é palco de uma intensa disputa entre diferentes atores; e (4) os interesses atuais de grandes potências na África, como Rússia, China e EUA, além da França, país que mantém sua presença na região por meio da *Françafrique*.

### 3.1 DESAFIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NA ÁFRICA

A realidade africana representa um paradoxo: embora sua terra seja extremamente rica, os recursos naturais do continente não beneficiam os africanos, mas sim grupos que operam para empobrecer a África (N'krumah, 1967). Diversos fatores contribuem para essa situação, entre eles a presença de estruturas coloniais, conflitos armados, a lógica da globalização neoliberal e a corrupção. Todos esses elementos configuram desafios significativos à administração eficaz dessas matérias-primas. Nesse sentido, é necessário compreender tanto os fatores internos quanto os externos que contribuem para essa realidade.

No que tange a presença das estruturas coloniais como um fator que gera desafios para a administração de recursos naturais na África, destaca-se o neocolonialismo. Essa estrutura de dominação, presente desde a gênese dos Estados africanos, constitui-se como um dos principais motivadores para o desvio das riquezas geradas pelos recursos naturais. O neocolonialismo atua principalmente por meio da cooptação das elites locais e mantém o acesso contínuo a esses recursos estratégicos por meio de uma lógica de controle que se renova após as independências africanas do século XX. De acordo com Catsossa (2021), certas elites africanas atuam de forma alinhada aos interesses do imperialismo global, favorecendo o desvio das

riquezas do continente e contribuindo para a noção de que as independências formais dos países africanos não significaram um rompimento total com o colonialismo. A presença de recursos naturais na África continua sendo central na manutenção das dinâmicas coloniais, com a passividade ou conivência de elites locais sendo fatores decisivos para isso (Catsossa, 2021).

Nesse contexto, após os movimentos de independência, empresas internacionais que estão associadas a poderosas instituições bancárias e financeiras, se inseriram em projetos estratégicos voltados à exploração de novas fontes de energia e matérias primas. Essa ação conta, inclusive, com o aval dos novos governos africanos. Dessa forma, o processo de formação dos novos Estados africanos inaugurou uma nova dinâmica de disputa entre os monopólios internacionais em busca dos recursos naturais do continente. Essa disputa se disfarça de ajuda e recebe o consentimento dos governos recém-formados, ainda inexperientes. Em comparação ao colonialismo, esse modo de exploração pode ser ainda mais perigoso para o continente, uma vez que tem o respaldo de interesses mais concentrados e que possuem maior poder de influência sobre governos e organizações internacionais (N'krumah, 1967). O que ocorre, portanto, é um tipo de terceirização da administração dos recursos naturais africanos.

Um exemplo emblemático dessa relação é a *Françafrique* — termo que designa as conexões estabelecidas entre a França e suas ex-colônias africanas após a independência. Segundo Saka (2023), com o objetivo de manter sua influência diplomática, política, econômica e militar, o governo francês, sob a liderança de De Gaulle, firmou diversos acordos bilaterais com líderes africanos. Para garantir esse controle, foram promovidos grupos de elites políticas, empresariais e militares alinhados aos interesses franceses. Desse modo, a *Françafrique* se consolidou como um importante mecanismo de projeção de poder francês e de continuidade da exploração dos recursos naturais africanos, mesmo após as independências. Sendo assim,

> A Françafrique continha o bom, o ruim e o pior das relações francesas com a África na era pós-colonial. Essas relações eram em grande parte sustentadas pela riqueza africana derivada da extração dos recursos naturais da África e alimentadas por meio de redes intrincadas que conectavam interesses comerciais, elites do poder franco-africanas, burocratas e comandantes/conselheiros militares e que eram garantidas pelo envio de tropas francesas (legionnaires) estacionadas em bases espalhadas pelo continente (Saka, 2023, p. 48).

Com o fim da Guerra Fria, a França precisou reformular sua forma de intervenção no continente africano, adotando uma postura mais institucionalizada e multilateral. Porém, mesmo com adaptações na estratégia, o objetivo central se mantém: garantir o acesso e controle dos recursos naturais africanos (Saka, 2023).

Além dos fatores mencionados, os conflitos armados também comprometem a gestão desses recursos naturais. A abundância de matérias primas valiosas na África tem sido, historicamente, fonte de conflitos internos, como guerras civis e movimentos separatistas. Esses conflitos frequentemente impulsionam a formação de milícias que, ao controlar áreas ricas em recursos, financiam suas atividades por meio do contrabando e do comércio ilegal. Essas milícias estabelecem alianças com atores externos (incluindo grandes potências) que, em troca de acesso aos recursos, fornecem treinamento militar, armas e acordos comerciais. Ao participarem desses acordos, que envolvem o recebimento de financiamento e apoio internacional, fortalecem os seus regimes e garantem a manutenção da entrada de capital estrangeiro (Machado, 2012). Nesse contexto, a atuação externa, aliada à conivência de líderes

locais ou a ação de milícias, contribui para o enfraquecimento do controle soberano sobre os recursos naturais do continente.

Por fim, a globalização neoliberal desempenha papel central na perpetuação dessa lógica colonialista. O capital passou a se expandir globalmente, e o continente africano é tido como um ambiente promissor para essa expansão. Promove-se a retórica liberal, que associa o desenvolvimento e o progresso das nações à globalização, à abertura econômica e à entrada de empresas multinacionais. Portanto, o suposto "atraso" africano só poderia ser superado por meio da atuação dessas empresas em seus territórios. Empresas estrangeiras, ao se estabelecerem no continente, operam em diversos setores (mineração, energia, turismo, pesca, agricultura, madeira), muitas vezes adquirindo grandes extensões de terra e privatizando recursos naturais. Com o apoio de elites locais e, frequentemente, isenções fiscais por conta da conivência dos governos, essas corporações lucram enquanto aprofundam as desigualdades e desestabilizam os mecanismos internos de controle e distribuição de riqueza (Catsossa, 2021).

Por último, é importante destacar a corrupção como um fator que contribui para que as riquezas geradas pela extração de matérias-primas não se revertam em bem-estar para a população africana. Como mencionado anteriormente, os processos de independência no continente contaram com a articulação das grandes potências coloniais para manter o controle sobre a região. Para isso, desde as independências até a contemporaneidade, elites e governos africanos atuam de modo a atender, em muitos casos, aos interesses externos das antigas potências coloniais (Saka, 2023; N'krumah, 1967; Visentini; Teixeira; Pereira, 2020). Nesse contexto, Catsossa (2021) destaca que a atual disputa pelo domínio do continente tem, entre seus objetivos, o acesso aos recursos naturais africanos. O avanço desse processo é viabilizado, em parte, pela passividade das elites africanas no poder. É possível identificar essa passividade logo após as independências, já que essas elites não reagiram de forma crítica à institucionalização do neocolonialismo, tornando-se coniventes, parceiras ou até mesmo colaboradoras dos antigos colonizadores e, de forma mais ampla, do imperialismo global (Catsossa, 2021).

### 3.2 O PAPEL ESTRATÉGICO DO PETRÓLEO AFRICANO

A presente seção tem como objetivo explicitar o papel do petróleo nos principais países africanos produtores deste recurso. Além disso, busca-se também estabelecer a relação dele com as estratégias, ou falta delas, de desenvolvimento nos Estados africanos e, por fim, explorar a atuação desses países na questão da mudança de matriz energética mundial que se apresenta.

O petróleo tem sido um elemento crucial para o desenvolvimento das nações desde a revolução industrial. Atualmente, mesmo com a corrida por diversificação da matriz energética, o recurso continua a exercer um forte peso econômico e geopolítico no Sistema Internacional; aproximadamente 30% da matriz energética mundial é composta por petróleo e derivados (International Energy Agency, 2023; Wang; Zhang; Xu, 2023). O continente africano detém por volta de 7,2% das reservas de petróleo mundiais e apresenta aproximadamente 7,5% da produção total do insumo globalmente (Higa *et al.*, 2024; Wang; Zhang; Xu, 2023). A exportação desse combustível fóssil, principalmente em sua forma bruta, tem sido a alternativa que diversos países africanos encontraram para se integrarem à cadeia de suprimentos internacional (Wang; Zhang; Xu, 2023). Assim, o petróleo se apresenta como um elemento estratégico utilizado pelos países africanos abundantes em tal recurso

como importante fonte de moeda estrangeira no mercado internacional (divisas) e de energia barata.

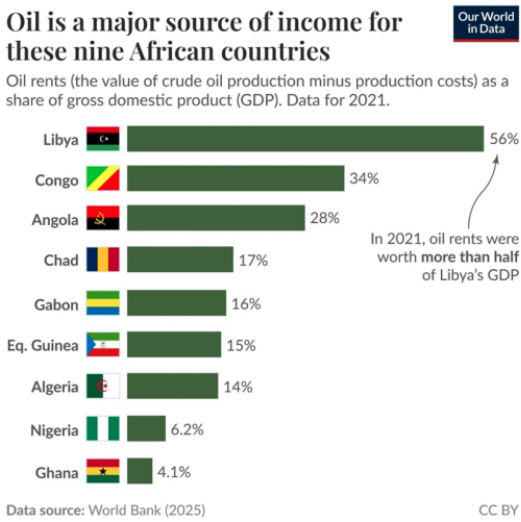
A distribuição desigual das jazidas de petróleo beneficiou determinadas nações africanas. Nos anos 1980, com a intensificação da abertura do comércio internacional, difundiu-se a ideia de que países dotados de ampla disponibilidade de recursos naturais poderiam reduzir custos de desenvolvimento e de produção industrial. A proximidade com esses insumos primários faria com que empresas se dirigissem para esses países e aprimorassem suas bases produtivas nessas localidades, deslocando os centros de produção dos países industrializados com seus custos elevados — como Inglaterra e EUA — para países com grandes reservas de recursos naturais, que tivessem também facilidade de acesso a esses mesmos recursos, como Argélia e Nigéria (Akinlo, 2012). Especificamente no caso dos países ricos em petróleo, acreditava-se que os rendimentos da *commodity*, se aplicados corretamente, trariam moeda estrangeira suficiente para convencer investidores e governos estrangeiros que eles teriam capacidade de arcar com pagamento de empréstimos e solvência dos investimentos. No caso dos países africanos produtores de petróleo, essa crença foi convertida no entendimento de que a entrada do investimento externo focado na extração do insumo produziria efeitos indiretos na economia. Dentre esses efeitos, a diversificação da economia em ramos correlatos ao setor energético e também a especialização da cadeia produtiva petroquímica, por meio do desenvolvimento de refinarias e aumento do suprimento energético, por exemplo (Akinlo, 2012). As promessas de desenvolvimento facilitadas pelas vantagens comparativas destes países demonstraram-se, na realidade, um sonho longínquo. Alguns países africanos produtores de petróleo acabaram caindo em uma armadilha conhecida como Doença Holandesa na qual a abundância de um tipo específico de recursos naturais — neste caso o petróleo — torna os demais setores de uma economia notavelmente menos competitivos, fazendo com que ela seja quase exclusivamente dependente do petróleo (Abenabe; Ekpotuatin, 2024; Wang; Zhang; Xu, 2023).

Ao longo das primeiras décadas do Século XXI diversas crises demonstraram a volatilidade dos preços do petróleo e os perigos da dependência de somente um recurso. A Crise de 2008, por exemplo, escancarou essa realidade, tendo afetado severamente as economias que detinham bases primárias e pouca diversificação, caso de boa porção dos países africanos (Wang; Zhang; Xu, 2023). As recorrentes crises das últimas décadas deixaram evidente a fragilidade da monoexportação sem um projeto de desenvolvimento estratégico de longo prazo estruturado pelos Estado africanos. Nesse contexto, o desenvolvimento acaba subordinado tanto aos interesses estrangeiros quanto às necessidades imediatas do Estado por divisas. Os recursos obtidos são majoritariamente direcionados a obras de infraestrutura voltadas à redução dos custos logísticos de exportação e à exploração intensiva do petróleo, em detrimento de políticas voltadas à diversificação da matriz produtiva nacional (Akinlo, 2012; Wang; Zhang; Xu, 2023).

Os maiores produtores de petróleo bruto no continente africano estão localizados nas regiões do Norte da África e na Costa Ocidental do continente. Entre eles destacam-se como principais produtores Argélia, Nigéria, e Angola, contando com produções individuais acima de 60 milhões de metros cúbicos de petróleo bruto anualmente (Higa *et al.*, 2024; Our World in Data, 2020). Atualmente, com a descoberta de novas reservas, outros países africanos passaram a investir na produção. Apesar das jazidas recém encontradas não terem expressividade para alterar o mercado global, elas ainda assim trazem uma oportunidade para esses países de acumularem recursos para o desenvolvimento nacional (Higa *et al.*, 2024). Dentre

os novos países produtores, o caso mais expressivo é o do Senegal, que devido à exploração de petróleo tornou-se uma das economias de maior crescimento da África Subsaariana — 8,35% no ano de 2024 (Higa *et al.*, 2024). Assim, tanto para os novos produtores quanto para os países africanos que têm como tradição a extração do petróleo, a exportação do recursos é um importante componente do Produto Interno Bruto (PIB) chegando a ocupar mais de um terço da receita nacional em alguns casos (imagem 1).

Imagem 1 - Renda do petróleo em relação ao PIB. 2025.




Fonte: World Bank (2025)

Nos últimos três anos, o ramo petrolífero africano vem atraindo investimentos de diversos países europeus — como a França — devido à necessidade de encontrar novos parceiros produtores de petróleo depois dos embargos impostos ao Estado russo em razão da guerra russo-ucraniana iniciada em 2022. Além deles, também, os EUA, a Índia, a própria Rússia e a China têm buscado exercer esses investimentos das mais variadas maneiras, seja por meio de trocas diretas entre armas e petróleo — caso russo —, investimento de empresas estrangeiras ou até mesmo por meio de projetos de infraestrutura. Neste último caso, os países africanos recebem auxílio para a construção de empreendimentos, em troca da concessão de acesso aos recursos minerais, como ocorre com o *EXIMBANK* chinês (Lechini, 2012).

O caso do complexo petrolífero nigeriano é um exemplo prático da influência dos agentes externos e da complexa relação existente entre os rendimentos gerados pela exportação de petróleo (petrodólares) e o desenvolvimento social de um país. O descobrimento das jazidas de petróleo e gás natural no Delta do Níger no final da década de 1950 iniciou um período de intensa exploração que perdura até hoje e tornou o país o maior produtor deste recurso no continente. Na indústria petrolífera nigeriana, há uma desconexão entre crescimento e desenvolvimen-

to social, e os petrodólares são — junto da renda dos impostos empresariais e das taxas alfandegárias — as principais fontes de receita do governo nigeriano (Costa, 2013). Mesmo sendo um setor de alta rentabilidade para o país, esses rendimentos não são revertidos em níveis satisfatórios para a especialização do setor; o petróleo bruto é exportado enquanto as principais refinarias localizadas em território nacional funcionam entre 15–20% da sua capacidade (Ogbuigwe, 2018). Além disso, os rendimentos também acabam não sendo revertidos em desenvolvimento social, visto que esse último

> [...] requer tanto o aumento da renda per capita da população quanto o incremento das receitas públicas destinadas à melhoria das 'capacidades humanas básicas' por meio de serviços públicos de qualidade, como educação, saúde, prevenção epidemiológica, saneamento básico e provisão de água potável, que são extremamente relevantes para o controle da pobreza (Costa, 2013, p. 46).

Dessa forma, o caso da Nigéria ilustra uma dinâmica associada à chamada tragédia dos comuns, na medida em que o esgotamento de um recurso natural — nesse caso, o petróleo — é impulsionado pela exploração intensiva realizada por um pequeno grupo que concentra os lucros em detrimento do bem-estar coletivo (Abenabe; Ekpotuatin, 2024). Esse conceito se materializa no Estado nigeriano, pois embora o petróleo bruto tenha impulsionado o crescimento do PIB nacional, possibilitando a implementação de programas de combate à pobreza, sua exploração concentrou efeitos negativos na região do Delta do Níger — principal área produtora —, onde a degradação ambiental e a agitação social comprometem os esforços de desenvolvimento (Abenabe; Ekpotuatin, 2024).

A região tem um índice perene de desemprego acima da média nacional e é carente de necessidades básicas, como água potável e eletricidade, ao passo que a unidade federativa é tolhida dos lucros do setor petrolífero por meio de políticas que concentram a autoridade e a propriedade diretamente nas mãos do governo federal (Abenabe; Ekpotuatin, 2024). Além disso, a questão ambiental acaba por ser negligenciada em prol do desenvolvimento da indústria petrolífera e somente dela. Ao construir suas "estradas de petróleo", bolsões de infraestrutura para exportação, diversos problemas ambientais são trazidos consigo, como a degradação do solo, destruição da vida marinha e poluição do ar (Higa *et al.*, 2024).

Em suma, o caso nigeriano evidencia os custos do desenvolvimento baseado em um único produto. Os petrodólares se não incorporados e vinculados a um projeto de desenvolvimento nacional de médio e longo prazos não conseguem garantir o bem-estar e desenvolvimento social nacional a níveis satisfatórios, descambando em degradação ambiental sem contrapartidas para os locais e a intensificação da desigualdade econômica.

Por fim, no contexto internacional, tem havido um aumento na pressão para que os países africanos avancem em rumo a transição energética. Essa situação cria um impasse para os países africanos visto que o consumo energético do continente tem aumentado acentuadamente, principalmente como resultado do crescimento populacional e da industrialização do continente. A demanda energética africana em 2040, nesse sentido, tende a aumentar aproximadamente três vezes em relação ao aumento da demanda global para a mesma época (Higa *et al.*, 2024; Leke; Gaius-Obaseki; Onyekweli, 2022). Portanto, apesar das pressões internacionais, muitos países africanos ainda carecem de alternativas tecnológicas e financeiras viáveis que permitam uma mudança substancial para fontes renováveis no curto prazo, o que privilegia o petróleo, que novamente se apresenta como um recurso crítico para os

Estados do continente (Higa *et al*., 2024).

## 3.3 O CONFLITO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

A RDC é um dos maiores países do continente africano e abriga uma população de aproximadamente 105 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2023). O país se destaca por sua abundância em recursos naturais, tendo um subsolo que chegou a ser chamado de "escândalo geológico", devido a sua riqueza em diversos minérios (Barbosa *et al*., 2023). Entre os principais, incluem-se ouro, diamantes — que representam cerca de 80% das reservas mundiais —, cobalto, urânio, cobre, petróleo e coltão, este último sendo considerado essencial para a indústria de eletrônicos e igualmente responsável por 80% das reservas globais (Silva, 2011). Essa riqueza confere à RDC uma posição estratégica na economia mundial, embora não se traduza em prosperidade interna. O país enfrenta um colapso político, social e econômico, configurando o que se convencionou chamar de "o paradoxo da abundância" ou ainda "a riqueza que alimenta a miséria" (Silva, 2011). Sendo assim, é possível inferir que a exploração predatória dos recursos naturais na RDC sustenta uma economia de enclave e perpetua um ciclo de violência e instabilidade que afeta intensamente a região dos Grandes Lagos.

### 3.3.1 Enclaves Extrativistas

A economia de enclave é definida por Cardoso e Faletto (1979) como núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior, que funcionam como uma espécie de prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais. A presença de enclaves constitui um entrave ao desenvolvimento da economia local, uma vez que essa estrutura impede a autonomia produtiva e reforça a dependência aos capitais e tecnologias estrangeiras. Com isso, os agentes econômicos locais tornam-se marginalizados, perdendo protagonismo e capacidade de inserção efetiva na dinâmica econômica e de desenvolvimento do país (Cardoso; Faletto, 1979).

Esse fenômeno se aplica também ao contexto da RDC, onde observa-se o incentivo, principalmente por parte de empresas transnacionais, grupos armados, governos e elites locais, à formação de enclaves extrativistas. Estima-se, além disso, que 90% da exploração e exportação de minerais a partir do país ocorre de forma informal (Geenen, 2012). Embora a exploração de recursos na RDC apresente suas particularidades, trata-se de um exemplo claro deste modelo, sobretudo porque a maior parte da população está concentrada nas províncias do leste — que fazem fronteira com Ruanda, Uganda, Tanzânia e Burundi —, justamente a região com a maior concentração de recursos minerais, com destaque para o coltão (Williams, 2012).

Enquanto na RDC o extrativismo é mais fragmentado, informal e diretamente ligado aos conflitos armados e à mineração artesanal — uma vez que as minas são explicitamente exploradas por grupos armados para financiar as suas atividades — , na Angola, por exemplo, percebe-se que ele é mais centralizado, sendo capturado por elites via mecanismos sofisticados de controle, como empresas estatais ou híbridas, por exemplo (Williams, 2022). A exploração de recursos naturais em contextos periféricos pode assumir diferentes configurações em relação à sua inserção territorial e aos mecanismos de segurança que a sustentam. Em alguns casos, como aponta Ferguson (2007), observa-se um modelo caracterizado pelo elevado nível de sofisticação tecnológica e pelo isolamento geográfico das operações, o que

resulta em empreendimentos que funcionam de maneira autônoma e desconectada das comunidades locais, semelhantes aos campos petrolíferos e fortemente apoiados por empresas de segurança privada. Em contraste, a dinâmica da exploração mineral na RDC apresenta um padrão distinto. De acordo com Williams (2022), nesse contexto, a extração de recursos está intrinsecamente vinculada à atuação de grupos armados ilegais, sendo comum a colaboração direta com milícias e facções rebeldes. A presença desses grupos é expressiva, com estimativas de cerca de 130 apenas nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (Congo Research Group, 2019). Assim, enquanto em alguns territórios a segurança é garantida por agentes privados contratados, na RDC ela é frequentemente resultado da aliança entre atores econômicos e forças armadas informais, revelando dois modelos distintos de controle e exploração em zonas de conflito.

Ademais, é lícito afirmar que esse cenário é favorecido pelas Políticas de Ajuste Estrutural (PAE) promovidas por instituições financeiras internacionais. Tais políticas incentivaram a criação de zonas francas de exploração mineral — áreas onde empresas privadas atuam com isenções fiscais, proteção privada e acesso direto ao mercado internacional — sem contribuir para o desenvolvimento do Estado local nem prestar serviços à sociedade (Gentili, 2012). Os Programas de Ajuste Estrutural tendem a enfraquecer as estruturas estatais, retirando do Estado o controle sobre o setor mineral e abrindo espaço para empresas transnacionais operarem com autonomia e pouca regulação (Campbell, 2001) .

Essas áreas especiais, desenhadas para atrair capital estrangeiro, frequentemente se tornam ilhas de extrativismo, em que o Estado assume apenas o papel formal de regulador, sem exercer controle efetivo sobre a atividade ou assegurar que o lucro retorne à população (Rodríguez-Pose, 2022). Por isso, as PAE e as zonas francas associadas representam um modelo predatório: elas impulsionam a extração de recursos sem fortalecer a soberania nacional e enfraquecem a capacidade do Estado de promover desenvolvimento sustentável (Campbell, 2001). Ainda, é importante ressaltar que estudos revelam que a abertura do setor mineral foi acompanhada por degradação ambiental, esgotamento de recursos e aumento de conflitos, pois as instituições públicas se mostraram incapazes de regular as operações (Campbell, 2001; Mapon; Tsasa, 2019).

#### 3.3.2 Ameaça à Soberania: A Interferência de Atores Regionais

A história da RDC é profundamente marcada por episódios de violência e instabilidade. O cenário de conflitos internos e regionais se agravou a partir da década de 1990, especialmente após o genocídio de Ruanda em 1994. A subsequente invasão do território congolês por nações vizinhas, durante as duas guerras que assolaram o país entre 1996 e 2006, constitui "o primeiro caso conhecido de conquista imperial pós-colonial na África por um país africano" (Prunier, 2009, p. 333).

Kabunda (2012) salienta que a eclosão e a perpetuação de conflitos internos em países como Ruanda, Burundi e Uganda estão intrinsecamente relacionadas à cobiça pelo controle das riquezas naturais e às intensas tensões políticas que caracterizam a região dos Grandes Lagos. O autor recorre à análise de Roland Pourtier (2004), segundo a qual essas guerras são movidas pela "pura pilhagem". Em outras palavras, os conflitos transcendem motivações puramente ideológicas ou étnicas, sendo fundamentalmente impulsionados por interesses econômicos e predatórios, centrados na exploração dos recursos naturais e na apropriação territorial da RDC.

Uma das principais origens dos conflitos na RDC remonta ao genocídio em

Ruanda. As atrocidades cometidas entre tutsis e hutus resultaram, durante e após o genocídio, no deslocamento forçado de milhões de pessoas para países vizinhos, incluindo a RDC (Lira, 2016). A vitória da Frente Patriótica Ruandesa (RPF), que assumiu o controle do governo ruandês ao encerrar o conflito, provocou a fuga de aproximadamente dois milhões de hutus para o então Zaire (atual RDC). Nesse contexto, a RPF passou a acusar o governo congolês de conivência com milícias ruandesas que operavam a partir do território da RD Congo. Em resposta, a RPF lançou ofensivas militares em solo congolês, resultando em milhares de mortes e aprofundando a instabilidade regional (Lira, 2016).

Após o genocídio, em 1994, Uganda, Ruanda, Burundi e Angola se uniram com a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDL), liderada por Laurent Kabila, para derrubar Joseph Mobutu Sese Seko — cujo governo na RDC durou mais de 30 anos (Lira, 2016). O golpe que derrubou Mobutu em 1997 e levou Kabila à presidência da RDC é chamado de Primeira Guerra do Congo (1996-1997) e causou cerca de 200 mil mortes (Tchinhama; Dos Santos, 2020). Ruanda e Uganda voltaram a unir forças contra o regime de Laurent-Désiré Kabila após a decisão deste de ordenar a retirada das tropas estrangeiras do território congolês. Essa aliança culminou na criação do movimento Reagrupamento Congolês para a Democracia (RCD), que passou a receber apoio de diversas milícias locais, como o Movimento 23 de Março (M23), os Mai-Mai e as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), entre outras. A atuação desses grupos concentrou-se em regiões ricas em recursos naturais — como Kivu do Norte, Kivu do Sul, Ituri e Bukavu — evidenciando a correlação entre os interesses econômicos e a geopolítica do conflito (Tchinhama; Dos Santos, 2020).

O embate ficou conhecido como Segunda Guerra do Congo (1998-2003) ou, em razão da amplitude de atores envolvidos, como a Grande Guerra Africana. De um lado, alinharam-se Ruanda, Burundi e Uganda; do outro, a RDC contou com o apoio do Zimbábue, Angola, Namíbia, Sudão, Chade e Líbia (Da Silva, 2011). Barbosa (2017) enfatiza que a exploração intensiva e desregulada dos recursos naturais foi o principal mecanismo de financiamento das ações militares: enquanto Ruanda e Uganda se beneficiavam da extração ilegal das riquezas congolesas, o governo da RDC realizava concessões de exploração para assegurar o apoio financeiro e logístico de exércitos aliados estrangeiros.

Dessa maneira, cabe ressaltar que a integridade soberana da RDC permanece vulnerável enquanto seus abundantes recursos naturais continuarem sendo percebidos como prêmios estratégicos por seus vizinhos. Atualmente, a Ruanda tem sido acusada de apoiar grupos como o M23, que controla regiões ricas em minerais no leste da RD Congo. O grupo é acusado de saquear os minerais e levá-los a Kigali, capital ruandesa, para exportação (Brasil de Fato, 2025). Ainda, a Uganda continua sendo acusada de facilitar o contrabando de ouro e madeira, provenientes da RDC. Em 2022, a Corte Internacional de Justiça condenou o país a pagar US$325 milhões em reparações para a RD Congo, por seu envolvimento nos conflitos que assolaram o país entre 1998 e 2003 (O Globo, 2022). Essas interferências se dão sob o pretexto de segurança nacional ou estabilidade interna, mas que evidenciam-se como motivadas por interesses econômicos, cujo resultado é uma economia paralela que retira da RDC os seus recursos valiosos.

## 3.4 OS INTERESSES DAS GRANDES POTÊNCIAS E EX-METRÓPOLES NOS RECURSOS DO CONTINENTE

Esta seção tem como objetivo aprofundar a análise dos interesses de algumas das principais potências globais no continente africano. Serão explorados os fatores históricos, econômicos e políticos que motivam a atuação dessas potências na África, bem como as estratégias e os principais setores de interesse.

### 3.4.1 França

Durante o processo de descolonização dos territórios africanos, a França buscou manter sua influência sobre as antigas colônias da África Ocidental e Central por meio de um aparato político-diplomático que ficou conhecido como *Françafrique* (Saka, 2024). Um dos primeiros empreendimentos nesse sentido foi a criação da Comunidade Francesa, em 1958, que pretendia manter os países recém-independentes dentro da esfera de influência direta da França. Apesar da intenção, a Comunidade teve vida curta: tornou-se ineficaz já em 1960, embora sua existência formal tenha perdurado até 1995. Existe também a Zona do Franco[4], um arcabouço monetário que garantiu estabilidade e baixas taxas de inflação para os países recém independizados que estavam anteriormente sob o jugo colonial francês (Pederson, 2000; Saka, 2024). A Zona do Franco proporcionou uma estrutura que acabou por formar uma base na qual, mesmo não dispondo de exclusividade nos moldes coloniais, a República Francesa continuou a possuir diversos privilégios econômicos na relação com as antigas colônias, dentre eles um acesso extremamente facilitado no comércio com os países africanos membros da Zona do Franco. Essa prática ficou conhecida como neocolonialismo (Pederson, 2000).

Uma das principais questões envolvendo a política da *Françafrique* é o abastecimento do mercado interno francês com recursos naturais, sendo o urânio de grande relevância, dado que a matriz elétrica do país é composta por aproximadamente 67% de energia nuclear (Souza, 2022). Cabe ressaltar que nos últimos anos está havendo um refluxo do apoio político e popular francês nos países do Grupo dos Estados do Sahel (G5S). Essa tendência é refletida na descontinuação gradual da Operação Barkhane — que objetivava combater o terrorismo na região — e saída das forças francesas de países como Mali e Burkina Faso, após os golpes militares na região do Sahel e no evidente descontentamento da população com a aparente eficácia da presença francesa (Saka, 2024).

### 3.4.2 Rússia

A Rússia tem em sua história um forte vínculo com o continente africano, datando desde a sua era imperial, passando pelo período soviético e chegando até a atual formação, a Federação Russa (Abramova; Fituni, 2020). Desde o início dos anos 2000, a Rússia tem buscado reavivar a sua presença na África que havia sido perdida com a queda da URSS; durante a década de 1990 houve um refluxo gigantesco da presença russa na região tanto diplomática quanto economicamente, e o volume de negócios caiu de $5,9 bilhões (1985) para $0,98 bilhões em 1995 (Abramova; Fituni, 2020). Mesmo com o retorno do país ao continente durante os anos 2000, a sua atuação permaneceu restrita principalmente aos países que mantiveram embaixadas russas e que eram aliados históricos e estratégicos do Estado russo até 2014. Neste ano, houve um salto qualitativo na presença russa no continente, sen-

4 A Zona do Franco compreende três zonas monetárias africanas nas quais *West African Economic and Monetary Union, Central African Economic and Monetary Union* e o banco central de Comores produzem as moedas que são chamadas de maneira genérica como Franco CFA, atualmente atrelada ao Euro (Banque de France, 2015; Ministère de L'Europe et des Affaires Étrangères, 2021).

do essa mudança um evento derivado da crise russo-ucraniana (Paczyńska, 2020).

A Rússia voltou a exercer a sua política externa com a intenção de se recolocar na esfera das grandes potências, para além do seu entorno regional e indo para uma projeção externa mais relevante (Stronski, 2019). Essa inserção tem se dado por meio de acordos voltados à venda de armamentos, principalmente para os países da África subsaariana, e acordos de cooperação de exploração de recursos naturais, notadamente junto do setor energético norte-africano.

Entre as áreas de maior interesse para a Rússia está a exploração mineral, sendo a empresa Alrosa — empresa russa do ramo de exploração de diamantes — um dos pilares dessa empreitada. A empresa tem expandido a sua atuação em países da África Subsaariana fechando memorandos de entendimento e buscando atuar em conjunto com estatais do ramo, como as empresas Catoca (Angola) e Bakwanga (Congo) (Devitt, 2019; Droin; Dolbaia, 2023; Reuters, 2021).

Outro pilar importante é a política russa de apoio na estabilização a governos nacionais e de não intervenção em assuntos domésticos. Essa forma de inserção da Rússia no continente tem se dado por meio de Empresas Militares Privadas (EMPs) que tem como principal missão a assistência aos governos contratantes em manter a sua estabilidade e auxílio técnico por meio de instruções e ação de campo no combate a grupos terroristas (Ramani, 2023). Tal política tem promovido uma maior aproximação dos governos africanos para com o Estado russo, pois o país tem providenciado esses serviços sem o conteúdo moral que geralmente vem atrelado pelos mesmos serviços quando prestados por potências Ocidentais. Esse conteúdo é fonte de desconfiança para muitos países subsaarianos visto que tem potencialidade de funcionar como justificativa para que as forças atuem como agentes desestabilizadores (Paczyńska, 2020; Droin; Dolbaia, 2023).

Em 2019, ocorreu, em Sochi, a Cúpula Rússia-África que tinha como principal foco o recrudescimento da cooperação nas esferas securitária, comercial, cultural e de investimento. Durante o evento foram assinados diversos memorandos sobre a exploração de recursos, cooperação militar e outros relacionados ao ramo da energia nuclear que somados chegaram a aproximadamente 12,5 bilhões dólares (Paczyńska, 2020). Durante o ano de 2023, ocorreu um segundo encontro com os líderes africanos, porém o golpe no Níger e a guerra na Ucrânia receberam maiores holofotes, levando ao esvaziamento do evento; dos 54 chefes de Estado apenas 17 compareceram (Bilban; Hainzl, 2023; Droin; Dolbaia, 2023).

### 3.4.3 China

A República Popular da China tem grande interesse na África e na cooperação com países do continente. O país entende que o continente africano é um ambiente atrativo para a transferência de setores industriais dada a baixa faixa salarial geral e proximidade com diversos recursos naturais (Abramova; Fituni, 2020). O Estado chinês, nesse sentido, busca aprofundar a cooperação com o continente nos mais variados eixos. Uma das principais iniciativas do país é o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) o qual ocorre de maneira trienal e abrange a mais variada gama de assuntos — apoio em programas de desenvolvimento educacional na continente, criação de compromissos ambientais conjuntos e expansão de fundos de investimento em desenvolvimento africano, por exemplo —, de lá também saem os principais acordos bilaterais fechado entre o país e as contrapartidas africanas (Pautasso, 2017). Nesse caso, o FOCAC tem servido como mecanismo de fortalecimento da "relação bilateral da China com os países africanos, garantindo recursos naturais, novos mercados

e oportunidades de investimentos, enquanto grangeia comprometimento dos países africanos junto à China nas Organizações Internacionais" (Pautasso, 2017, p. 131).

O continente africano tem grande importância para a China no que tange ao desenvolvimento do projeto da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*). O programa chinês tem também a sua parte marítima na qual "portos da costa leste e sul da África formam uma parte importante da Rota Marítima da Seda fornecendo um canal conveniente para intercâmbio desde muito tempo" (Anshan, 2022, p. 57). Os portos do Djibouti e Alexandria (Egito) são pontos importantes que fazem a conexão entre três regiões importantes: África, Oriente Médio e Ásia (Anshan, 2022). Neste sentido, a China firmou diversos acordos com países africanos visando desenvolvimento de infraestrutura nos mais variados setores, como fibra óptica, ferroviária, portuária, refinarias de petróleo (Pautasso, 2017).

### 3.4.4 Estados Unidos

Durante as últimas duas décadas os EUA buscaram levar para o setor privado o aprofundamento das relações comerciais. A mais importante dessas sendo a *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), surgida em 2000, a AGOA é o principal mecanismo de política econômica e comercial com a África (African…, s.d.). Os resultados dessa política foram que, em 2019, a África compunha apenas 1,7% do comércio americano total (The Trump's…, 2020). No entanto, a administração propôs alguns um novo programa que tinha como proposta fortalecer os laços comerciais entre o país e o continente africano e com a justificativa de transformar a relação de caridade que havia anteriormente para uma parceria que respeitasse os Estados africanos. Com esse propósito foi desenvolvido o programa Prosper Africa que visava garantir maiores vantagens para os países que busquem engajar na abertura de suas economias de maneira progressiva (African…, s.d.). O programa acabou estabelecendo uma forma diferente de cooperação — baseada na liberalização do mercado dos países africanos — em relação a da praticada por Rússia e China, na qual os países buscam estabelecer programas de cooperação entre os Estados (Gnanguênon, 2024).

Mesmo com o exposto acima, se critica que os EUA carecem de uma política externa comercial feita de forma sistematizada e forte para o continente africano, tendo como exceções as relações com o Quênia e a África do Sul (Baskaran, 2023). Isso é resultado, principalmente, da percepção estadunidense do continente durante muitos anos como uma região de relevância securitária, principalmente a partir dos anos 2000 com a guerra ao terror, e de articulação de programas de auxílio e caridade.

No âmbito geopolítico, a região se demonstra como uma área de importante relevância militar colateral, como Abramova e Fituni (2020) indicam "[...] Em novembro de 2018, J. Bolton apresentou uma nova estratégia dos EUA para a África, na qual os pontos principais não são o desejo dos EUA de desenvolver cooperação econômica com os estados africanos, mas sim a oposição à China e à Rússia nesta região"[5] (Abramova; Fituni, 2020, p. 691), assim apontando o ciclo de descaso de uma política efetiva de longo prazo para o continente africano. Como consequência, essa frágil relação americana com as contrapartidas afeta o desempenho do país na questão da corrida por minérios críticos — níquel, germânio, cobre, lítio, entre

5 No original: "[...] in November 2018 J. Bolton presented a new US strategy on Africa, where the main points are not America's desire to develop economic cooperation with African states but rather opposition to China and Russia in this region" (Abramova; Fituni, 2020, p. 691).

outros —, fundamentais para a transição energética e desenvolvimento de novas tecnologias de ponta, setores caros para os EUA na sua busca por contrabalançar os desenvolvimento chinês (Baskaran, 2023; Usman; Csanadi, 2025).

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A União Africana (UA), em conjunto com as Comunidades Econômicas Regionais (CERs) e outros atores estratégicos, tem buscado criar um arcabouço capaz de equilibrar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e estabilidade política. Nesse contexto, a presente seção examina os principais pilares dessa governança, desde a evolução institucional da UA e a formação de sua arquitetura legal até a atuação de parcerias externas e os esforços dos próprios Estados para regular a exploração de seus recursos de forma sustentável.

### 4.1 REFORMAS INSTITUCIONAIS E AGENDA AMBIENTAL DA UNIÃO AFRICANA

Desde sua fundação, a União Africana (UA) tem buscado organizar e delimitar os temas de sua atuação institucional a partir de prioridades estratégicas. Dentre elas, destacam-se a promoção da paz e segurança, a integração econômica continental, a voz africana no cenário global e o fortalecimento político das instituições do continente (União Africana, 2016a). Nesse processo, um marco relevante foi a reformulação, em 2018, do antigo Departamento de Economia Rural e Agricultura, que passou a se chamar Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Meio Ambiente Sustentável. Com esse novo escopo, fortaleceu-se a atuação da UA no campo ambiental, em especial por meio do

> [...] apoio às Comunidades Econômicas Regionais (RECs) e aos Estados Membros na implementação de Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) para cumprir as obrigações. Isso implicou a criação de uma unidade específica dedicada na Comissão da UA a avançar os esforços em direção aos MEAs para a sustentabilidade ambiental. [...] Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) são pactos ou tratados negociados legalmente e estabelecidos entre três ou mais Estados com o objetivo ou meta principal de proteger o meio ambiente contra ameaças [...] Os MEAs são regidos por leis internacionais e lidam com desafios ambientais globais ou regionais, encontrando uma solução para mitigar ou prevenir os problemas ambientais por meio de obrigações ou compromissos legalmente vinculantes (União Africana, 2018a, tradução nossa).[6]

Assim, a UA tem procurado, por meio de projetos como o MEA Fase III, fortalecer a capacidade dos Estados em desenvolver estruturas legais internas compatíveis com suas obrigações, além de promover a implementação efetiva dos tratados assinados internacionalmente. Esse esforço demonstra que existe uma extensa estrutura legal internacional que foi desenvolvida já na segunda metade do século passado e que atualmente atua como um incentivo para que os países africanos conjuntamente tenham buscado desenvolver intermediações que viabilizem a ope-

6 No original: "[...] support to Regional Economic Communities (RECs) and Member States on implementation of Multilateral Environmental Agreements (MEAs) to meet obligations. This entailed the creation of a specific Unit that is devoted at the AU Commission in advancing efforts towards MEAs towards Environmental sustainability. [...] Multilateral Environmental Agreements (MEAs) are legally negotiated pact or treaty established between three or more States with the key objective or goal to protect the environment from threats [...] MEAs are governed by international law and deal with global or regional environmental challenges by finding a solution to mitigate or prevent the environmental problems through established legally binding obligations or commitments" (União Africana, 2018a, online).

racionalização desses acordos. No contexto africano, esses acordos são importantes devido à diversidade ecológica do continente e à urgência em responder aos efeitos das mudanças climáticas, desertificação, perda de biodiversidade e degradação dos recursos naturais.

Dentre os acordos ambientais relevantes, destacam-se instrumentos como a Convenção da ONU para o Combate à Desertificação (1994), crucial para países vulneráveis à degradação do solo, e a Convenção de Ramsar (1975), voltada à proteção das zonas úmidas cuja poluição tem impacto transfronteiriço elevando a situação para um caráter regional (Saruchera; Kameri-Mbote, 2004).

## 4.2 TRATADOS E CONVENÇÕES AMBIENTAIS NO MARCO DA UNIÃO AFRICANA

No plano continental, a organização dispõe de tratados e acordos firmados no setor de energia e desenvolvimento comum, dentre eles temos a Convenção da Comissão Africana de Energia, tratado que determinou a criação da Comissão Africana de Energia que tem como objetivo promover a cooperação interestatal para a redução das desigualdades e fomento de pesquisas no setor energético (União Africana, 2001). Ademais, o órgão tem como finalidade buscar soluções pacíficas para as disputas energéticas; promover o uso de energias sustentáveis; desenvolver em conjunto os recursos energéticos encontrados e promover projetos regionais e sub-regionais (União Africana, 2001).

Em 1968 foi criada a Convenção para Conservação da Natureza e Recursos Naturais que foi revisada e atualizada no ano de 2013 e entrou em vigor no ano de 2016. A Convenção contou com aproximadamente 45 assinaturas dos 55 países que compõem a organização (União Africana, 2013). A versão revisada da convenção dispõe de diversas atualizações e maior detalhamento do trabalho anterior, porém tendo como principal ponto a questão de incluir os recursos não-renováveis como recursos naturais estando eles agora sujeitos ao mesmo arcabouço dos demais recursos naturais reconhecidos na primeira versão do documento, tais como água, solo, fauna e flora (União Africana, 2013).

O documento de 2013 da UA consolida o compromisso dos Estados-membros com o desenvolvimento sustentável, integrando-o às políticas nacionais de desenvolvimento. Nesse sentido, a Convenção abrange uma gama de tópicos relacionados à gestão de recursos naturais, incluindo a transferência de tecnologia e o estabelecimento de protocolos para mitigação de impactos ambientais em contextos de conflito armado. A implementação das diretrizes da Convenção se baseia em um modelo de cooperação que promove o compartilhamento de informações e a tomada de decisões colaborativas em situações de desastres naturais ou em ecossistemas transfronteiriços. Este enfoque cooperativo demonstra uma estratégia de governança ambiental que busca a resolução de desafios ambientais compartilhados por meio de mecanismos de colaboração e gestão conjunta dos recursos.

## 4.3 A VISÃO AFRICANA PARA O SETOR MINERAL E SEUS DESAFIOS

No âmbito da União Africana (UA), o setor extrativista desempenha um papel central para as economias africanas. Reconhecendo essa importância, foi lançada, em 2009, a Visão da Mineração na África (AMV, em inglês), concebida como um *framework* estratégico para colocar o setor mineral no centro de uma agenda continental

7 Comunidades Econômicas Regionais.

integrada. Seu objetivo é "fazer negócios de maneira diferente, integrando a indústria extrativa às cadeias de valor locais, nacionais, regionais e globais" (Busia; Akong, 2017, p. 146). A AMV propõe um processo de industrialização em fases, fundamentado na crescente complexificação do setor mineral (União Africana, 2009).

Para operacionalizar as diretrizes da AMV, foi criado, em 2016, o Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais (AMDC, na sigla em inglês). O AMDC busca assegurar coletivamente uma "gestão sã e boa governação, tendo em vista a maximização dos benefícios resultantes da exploração de recursos minerais para as presentes e futuras gerações, ao mesmo que limita os impactos negativos nos domínios ambientais e macroeconômicos" (União Africana, 2016b, p. 3). Entre suas funções destacam-se a formulação de regimes regulatórios voltados ao desenvolvimento sustentável da mineração e a promoção de mecanismos de apoio técnico aos Estados-membros. Ademais, para resolver disputas entre países signatários, prevê-se que, na ausência de acordo consensual, os casos sejam encaminhados ao Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos (União Africana, 2016b).

Em complemento a esses instrumentos, foi aprovada, em 2012, durante a 18ª Sessão da Assembleia de Chefes de Estado da União Africana, a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, na sigla em inglês). Trata-se do maior acordo comercial do continente, tanto em número de Estados-membros quanto em abrangência, com o objetivo de fortalecer o comércio intra-africano e ampliar a relevância do continente no cenário econômico global. A AfCFTA também é considerada uma ferramenta essencial para a implementação da Visão da Mineração na África, pois facilita a circulação de insumos e incentiva a cooperação econômica em detrimento de disputas, sejam elas legais ou armadas. Além disso, busca "contribuir para o movimento de capital e recursos naturais e facilitar os investimentos com base nas iniciativas e desenvolvimentos que estão sendo realizados pelos Estados Partes e pelas CERs[7]" (União Africana, 2018b, online, tradução nossa)[2].

## 4.4 O PAPEL DAS COMUNIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS NA GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

Mesmo com o desenvolvimento cada vez mais profundo dos acordos e instituições no âmbito da União Africana, a organização é amplamente criticada na questão da efetividade de diversas de suas ações. A organização tem um grande problema com a aplicação de seus programas por questões diversas, seja pela quantidade de Estados-membros dificultando a coordenação das atividades, seja pela restrição orçamentária da organização. Como resposta para essa situação, foi estabelecido um regime de cooperação com organizações multilaterais regionais que ficaram conhecidas como Comunidades Econômicas Regionais. Essas organizações foram definidas, em 1991, pelo Tratado de Abuja, e atualmente a União Africana reconhece oito delas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável do continente africano (Neves; Visentini, 2024).

De acordo com Zeca ( 2017, p. 10),

> as organizações internacionais regionais são parte central da política internacional e da vida social em diferentes partes do sistema internacional. Elas constituem uma das formas mais institucionalizadas de realizar a cooperação e a integração internacional.

Nesse contexto, as CERs se destacam por sua capacidade de adaptação aos contextos específicos dos Estados-membros, ainda que apresentem diferentes ní-

veis de integração, estrutura burocrática e harmonização legislativa (Neves; Visentini, 2024). A presente seção apresenta três dessas organizações: a Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A CEN-SAD é composta atualmente por 25 Estados-membros, sendo assim a maior CER do continente (African Futures & Innovation Programme, 2024). A organização tem dentre suas missões a preservação dos recursos naturais da Comunidade, buscando incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de energia renovável (NEPAD Planning and Coordinating Agency, 2015; Who…, [s.d.]). O fato da maior parte dos países-membros da organização estarem em uma região sujeita a mudanças climáticas como desertificação e seca fez com que a organização buscasse estabelecer programas de esforço coletivo para preservar os recursos naturais e, assim, evitar a degradação ambiental na região. Essa preocupação surge da dificuldade que a CEN-SAD tem de obter legitimidade muitas vezes devido a instabilidade de corrente na região e a presença de grupos extremistas no sahel-saara, assim a preservação do meio-ambiente é considerada uma questão de estabilidade do tecido social, não apenas de exploração econômica (Scalabrini Institute For Human Mobility In Africa, [s.d.]).

A SADC é mais uma das CER reconhecidas pela UA da qual os países da África Austral fazem parte. A SADC incorpora vários dos pensamentos da UA e também tem como ponto principal o desenvolvimento de um protocolo Sobre Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável que traz consigo a implementação prática da visão do desenvolvimento sustentável de maneira coletiva, visando o aprofundamento das relações entre os Estados-membros. No entanto, visto que muitas vezes os recursos naturais são transfronteiriços — rios que são tocados por mais de um Estado-membro, por exemplo — a organização tem recebido diversas críticas por causa do modelo de cooperação amplo que acaba não tendo capacidade suficiente para lidar com a crescente competição intra-bloco pelo uso dos recursos. Ao fim, a abordagem da SADC, ao buscar estabelecer um elo claro entre políticas regionais e nacionais cooperativas, não se mostra efetiva na mitigação de potenciais conflitos tanto interestatais quanto intraestatais (Adika, 2022; Martins, 2019).

A CEDEAO enfrenta desafios significativos na gestão dos recursos naturais em nível nacional, especialmente devido à falta de transparência dos Estados-membros quanto aos rendimentos obtidos e à situação dos ecossistemas locais. Além disso, a região é afetada pela instabilidade gerada por conflitos armados, que dificultam a consolidação de uma presença estatal estruturada nessas áreas (Gueye; Diop, 2025). Um exemplo emblemático é a situação do complexo petrolífero do Delta do Níger onde a população local sofre com a degradação das águas e solo na região e os benefícios vindos da extração são direcionados diretamente pelo governo nacional e deixando a unidade federativa alienada dos lucros (Higa *et al.*, 2024). Esse cenário aumenta a vulnerabilidade da região a instabilidades sociais, resultando em maior desigualdade, deterioração das condições de vida e, em muitos casos, intensificação dos conflitos armados.

Visando aumentar a eficiência da organização para reforçar a gestão eficiente dos recursos naturais da região, a CEDEAO buscou cooperar com os Estados Unidos por meio do

8 Projeto de Biodiversidade e Alterações Climáticas da África

> Programa WABILED[6] tem apoiado a Comissão da CEDEAO no desenvolvimento de instrumentos de governação, nomeadamente o Plano de Convergência Florestal e a Estratégia para o Combate ao Tráfico de Fauna Selvagem. Em 2021, foram atribuídos 10 subsídios a oito organizações comunitárias e de investigação, para a execução de atividades voltadas para a conservação dos recursos florestais na Costa do Marfim, Guiné, Libéria e Serra Leoa, num montante total superior a seis (6) milhões de dólares americanos (Inaju-Challydoff, 2024, online).

Em suma, conforme o exposto, é possível perceber que as CERs no continente possuem um profundo peso político na coordenação interestatal voltada ao desenvolvimento. No entanto, permanecem as contradições inerentes aos diferentes projetos executados por essas organizações.

### 4.5 PARCERIAS GLOBAIS E INFLUÊNCIA EXTERNA NA GOVERNANÇA DE RECURSOS

Um ator de destaque na região é a República Popular da China, cuja atuação no continente africano se estrutura principalmente por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, em inglês). Esse mecanismo tem como principal objetivo estabelecer um canal direto de diálogo entre a China e os países africanos. Além disso, o país demonstra grande interesse tanto na exploração dos recursos naturais do continente quanto no apoio político e diplomático das nações africanas no âmbito das organizações internacionais, fazendo deste Fórum um intermediário para a obtenção destes ativos (Pautasso, 2017). Assim, no ano de 2021, houve o encontro do fórum China-África no Senegal, nesta reunião foi trazido pelo mandatário chinês a questão dos investimentos na integração africana na economia global por meio do desenvolvimento de cadeias de suprimento africanas apoiadas pela China (China-Africa Business Council, 2022). No contexto dessa fala do presidente chinês, também foi trazido por ele o comprometimento com os "nove programas", as áreas gerais que direcionam os investimentos chineses no continente. São elas:

> (1) medicina e saúde, (2) redução da pobreza e desenvolvimento agrícola, (3) promoção do comércio, (4) promoção de investimentos, (5) inovação digital, (6) desenvolvimento verde, (7) capacitação, (8) intercâmbio cultural e entre pessoas, e (9) paz e segurança (China-Africa Business Council, 2022, p. 58, tradução nossa).[9]

Outro ator importante na relação dos países africanos é a Rússia, uma potência reemergente no cenário internacional, que instituiu, visando abrir uma linha de diálogo mais direta com os países africanos, um fórum multilateral entre os Estados (Visentini, 2019). Até o momento, foram realizadas duas Cúpulas Rússia-África, em 2019 e 2023, onde foram firmados diversos acordos entre os países africanos e a Rússia. Na primeira edição do evento foram estabelecidos mais de 90 acordos em diversas áreas, dentre elas, a de extração de minérios e a exploração de jazidas de petróleo e gás natural (Summit Outcomes 2019, 2019). Os efeitos das negociações decorrentes dessa Cúpula foram de difícil mensuração visto que a pandemia de COVID-19 impediu o avanço de diversos projetos acordados, e, posteriormente, o

9 No original: "(1) medical and health, (2) poverty reduction and agricultural development, (3) trade promotion, (4) investment promotion, (5) digital innovation, (6) green development, (7) capacity building, (8) cultural and people-to-people exchange, and (9) peace and security" (China-Africa Business Council, 2022, p. 58).

conflito russo-ucraniano agravou ainda mais a situação. Além disso, as sanções impostas pelo Ocidente, com o objetivo de isolar a Rússia do sistema internacional, resultaram em reveses significativos para a parceria entre o país e as nações africanas (Chacran, 2024).

A segunda cúpula ocorreu em um contexto ainda mais desafiador, a invasão russa à Ucrânia que estava em curso foi um fator determinante para a presença das representações africanas, marcado pela ausência de vários chefes de Estado africanos — muitos países foram representados apenas por membros de segundo escalão de seus governos. Nesse encontro, as discussões concentraram-se principalmente em questões humanitárias e na defesa da soberania dos Estados (Chacran, 2024; Summit Outcomes 2023, 2023).

No caso dos Estados Unidos, a década de 2020 tem sido marcada por mudanças significativas em sua política para a África, especialmente no que diz respeito ao acesso e à gestão dos recursos naturais. Durante o governo Biden, buscou-se implementar uma abordagem mais propositiva, com visitas de alto escalão e anúncios voltados a recolocar a África entre as prioridades da política externa norte-americana (Soy, 2023; Pereira *et al*, 2022). Essa estratégia priorizou o apoio à sociedade civil organizada, a formação de parcerias público-privadas e bilaterais para promover a transição energética justa, restaurar ecossistemas e garantir a proteção de minerais estratégicos (Pereira *et al*, 2022).

Com a ascensão do governo Donald Trump em 2025, os EUA passaram a investir mais em acordos bilaterais com foco na cooperação para obtenção de minerais críticos — o coltan, por exemplo, que é um material importantíssimo para a manufatura de dispositivos tecnológicos. Um exemplo ilustrativo foi o envolvimento norte-americano no conflito entre a República Democrática do Congo (RDC) e Ruanda, em que forças irregulares apoiadas por Ruanda ocuparam regiões fronteiriças ricas em recursos minerais. A pedido do governo congolês, os Estados Unidos atuaram como mediadores em negociações de paz, buscando ao mesmo tempo garantir condições favoráveis de acesso a esses recursos (Zane; Chibelushi, 2025; Zane, 2025).

Nos últimos meses, observa-se um realinhamento acelerado da política americana para a África. O desmantelamento da USAID, com parte de suas funções incorporadas ao Departamento de Estado, somado ao aumento dos acordos bilaterais, demonstra que Washington vem reestruturando sua abordagem para o continente com foco nas prioridades da atual gestão (EUA…, 2025).

Paralelamente, a França manteve, por meio da chamada política de *Françafrique*, uma histórica interferência política e econômica, sobretudo nos países da África Subsaariana (Saka, 2023). Nos últimos cinco anos, entretanto, levantes no Sahel enfraqueceram sua presença na região e impactaram o abastecimento de minerais estratégicos, como o urânio. Ademais, Mali, Níger e Burkina Faso retiraram-se tanto da CEDEAO quanto da Zona do Franco, rompendo laços históricos com Paris em contestação à exploração francesa (Moraes, 2025).

Apesar desses reveses, a França ainda mantém considerável influência no continente, sobretudo por meio de sua atuação em organismos multilaterais, como a União Africana (UA) e a CEDEAO (Saka, 2023). O país também permanece como um importante financiador e parceiro técnico em projetos de desenvolvimento sustentável conduzidos em cooperação com a UA (Lideranças…, 2025).

## 4.6 INSTRUMENTOS DOMÉSTICOS DE REGULAÇÃO E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

No âmbito interno dos Estados, a má gestão das disputas por recursos naturais pode gerar instabilidade em nível subnacional, seja pela atuação de grupos separatistas, seja pela proliferação de conflitos de baixa intensidade em diferentes regiões do território (Brown; Keating, 2015). Isso, combinado a efetiva implementação dos acordos firmados com empresas responsáveis pela exploração desses recursos impõe aos países africanos desafios significativos. Considerando que, em muitos casos, os recursos naturais constituem o principal motor das exportações nacionais, tais acordos frequentemente envolvem valores bilionários, o que torna a resolução dessas controvérsias de interesse estratégico tanto para os Estados quanto para investidores estrangeiros.

A solução desses conflitos pode se dar por diferentes mecanismos. Muitos acordos bilaterais que regulam essas parcerias já incluem cláusulas específicas de resolução de disputas. Paralelamente, diversos países africanos — como Guiné, Mauritânia, República Democrática do Congo (RDC) e Burundi — desenvolveram sistemas jurídicos internos aptos a lidar com questões dessa natureza (Moore *et al*, 2021). A experiência individual dos Estados evidencia que existe margem para decisões autônomas. Um exemplo disso é a RDC, que revogou a licença de uma mineradora sediada nos Emirados Árabes Unidos, mesmo após a empresa recorrer à arbitragem internacional (Burton; Ross, 2021).

Em linha semelhante, alguns governos têm buscado ampliar sua participação direta na exploração de recursos naturais. Em 2021, por exemplo, Uganda aprovou legislação que autoriza o Estado a adquirir participação acionária em mineradoras estrangeiras atuantes em seu território (Moore *et al*, 2021). Ademais, a mediação e a arbitragem entre países africanos encontram respaldo em documentos oficiais da União Africana, que reconhecem esses mecanismos como alternativas legítimas à via conflitiva (Moore *et al*, 2021).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República da África do Sul**, detentora de vastas reservas minerais e principal produtora global de ouro, platina, cromo e manganês — além de significativa na produção de paládio e diamantes (World Bank, 2025) — enfatiza que sua inserção nas cadeias globais de valor não a coloca diretamente no epicentro dos conflitos armados por recursos no continente, mas reforça seu compromisso de promover uma economia inclusiva e estável. O país destaca sua atuação diplomática continental ativa, liderando missões de paz e contribuindo com fóruns estratégicos da União Africana e da SADC, com presença destacada em missões como na RDC sob a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral na República Democrática do Congo (SAMIDRC) e a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) (Motshekga, 2025; Joyini, 2025). Essa participação reflete a convicção de que a segurança interna está interligada à estabilidade regional, conforme expresso pelo governo quando afirmou que a missão sul-africana não se trata de uma declaração de guerra, mas de um esforço para proteger vidas e promover a paz (Ramaphosa, 2025). Esses posicionamentos reafirmam que a África do Sul busca equilibrar sua solidez econômica com liderança diplomática e responsabilidade regional.

A atividade econômica da **República de Angola** é profundamente dependente do setor petrolífero. Nos últimos anos, essa atividade foi responsável por mais de 90% das exportações do país, mais de 50% das receitas fiscais e cerca de 34% do PIB angolano. Esses dados revelam uma ampla dependência da exploração de pe-

tróleo, o que torna a economia nacional vulnerável a choques externos. Essa fragilidade ficou especialmente evidente em 2016 e durante o período da pandemia de Covid-19, momentos em que a queda nos preços do petróleo levou o país à recessão. Além da dependência em relação à extração do recurso em si, há uma concentração em relação ao destino das exportações: mais de 50% das exportações angolanas têm como destino a China. Nesse cenário, o governo tem buscado diversificar a estrutura produtiva e reduzir essa vulnerabilidade externa, desenvolvendo, por exemplo, planos que visam apoiar a produção nacional, estimular a diversificação da pauta exportadora e promover a substituição de importações (Fundo Monetário Internacional, 2022; Benomar, 2018). Os projetos contam com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, que tem contribuído para o crescimento das exportações de produtos não ligados ao petróleo (Banco Africano de Desenvolvimento, 2023a).

A **República Árabe do Egito** tem sido bastante enfática em relação à proteção e à soberania sobre seus recursos naturais. O presidente do país, Abdul Fattah al-Sisi, reitera desde 2018 seu compromisso com a preservação do rio Nilo e de outros recursos biológicos, conforme previsto na Constituição nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável (Helmi, 2018). No que diz respeito ao rio Nilo, durante a abertura da Semana Africana da Água e da Semana da Água do Cairo, em outubro de 2024, o presidente destacou que a segurança hídrica é a principal prioridade de sua administração, uma vez que o rio é responsável por mais de 98% do abastecimento de água do país, tornando sua defesa vital para a própria existência do Egito. Al-Sisi também apelou à comunidade internacional por um apoio mais amplo aos países africanos em seus esforços de gestão dos recursos hídricos (Daily News Egypt, 2024). Esse posicionamento se insere no contexto das tensões diplomáticas entre Egito e Etiópia sobre o uso das águas do Nilo, que contribui para a deterioração das relações entre os dois países. Assim, as águas do Nilo passaram a ocupar um papel central na política externa egípcia, sendo tratada como uma questão de segurança nacional, em que o controle sobre o recurso é entendido como uma questão vital. Dessa forma, o posicionamento do Egito quanto à proteção de seus recursos hídricos tem sido enfático e consolidado, inclusive na política externa conduzida pelo atual presidente (Siraw, 2023).

A **República Argelina Democrática e Popular** possui a décima maior reserva de gás natural do mundo e é a quarta maior exportadora do recurso. Em 2023, as exportações de petróleo e gás natural representaram cerca de 20% do PIB argelino e corresponderam a 90% de suas exportações totais (Arezki, 2024). Diante desse cenário, o presidente Abdelmadjid Tebboune tem buscado, de forma gradual, reduzir a dependência econômica do setor energético por meio da diversificação da pauta exportadora do país. Como resultado desses esforços, a Argélia aumentou o valor das exportações de produtos não relacionados a hidrocarbonetos para US$7 bilhões, com a meta de alcançar US$29 bilhões até 2030 (Agenzia Nova, 2024). Assim, o atual governo não abandona a exportação de recursos energéticos, mas, alinhado às orientações da União Africana, busca diversificar sua economia e reduzir a dependência excessiva do setor de hidrocarbonetos.

O **Burkina Faso**, cuja economia depende fortemente da agricultura e da mineração de ouro, reconhece que a escassez de água intensifica conflitos internos e agrava a pobreza, com cerca de 40% da população vivendo abaixo da linha de pobreza (World Bank, 2025). A escassez de água no país é um dos fatores que intensifica os conflitos já existentes, relacionados principalmente à crescente atividade de grupos armados e ao terrorismo, afetando diretamente a vida de milhões de pessoas (CICV, 2019). O avanço da violência tem provocado o deslocamento de comu-

nidades inteiras, agravando ainda mais o acesso limitado a fontes seguras de água. Em resposta, o governo tem implementado reformas na gestão dos seus recursos minerais, incluindo a criação da estatal SOPAMIB, a construção da primeira refinaria nacional de ouro e a suspensão das exportações artesanais, com o objetivo de combater o contrabando e fortalecer a soberania econômica (Reuters, 2025). No setor hídrico, o país ratificou a Convenção sobre a Proteção e Uso dos Cursos de Água Transfronteiriços (Water Convention) em janeiro de 2024, buscando melhorar a gestão de recursos compartilhados e promover a cooperação regional em bacias como Volta e Níger (UNECE, 2024). Mais recentemente, o governo lançou, com apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, dois projetos de saneamento e acesso à água potável (PASEPA-2R e PHEPA-8P), totalizando €43 milhões, beneficiando mais de 500 mil pessoas e reafirmando o compromisso com o acesso universal à água até 2030 (AfDB, 2024).

A **República do Burundi** possui reservas minerais importantes, mas enfrenta dificuldades para explorá-las. Um exemplo é o décimo maior depósito de níquel do mundo presente no país, que, até 2019, ainda não havia sido aproveitado por falta de infraestrutura (Reuters, 2019). Parcerias internacionais sinalizam um possível avanço nesse sentido; o Banco Africano de Desenvolvimento tem apoiado projetos de infraestrutura que devem viabilizar a extração do níquel no país (Banco Africano de Desenvolvimento, 2023b). Embora a ampliação da exploração represente uma oportunidade econômica, o governo tem exigido que a atividade atenda aos interesses nacionais. Em 2021 o governo suspendeu operações de empresas estrangeiras, alegando distribuição desigual das riquezas e exigindo uma parcela mais justa da receita gerada no país (Africa News, 2024). Em 2023 o país promulgou um novo Código de Mineração, permitindo a retomada das atividades e reafirmando sua soberania sobre os recursos. O código amplia a participação do governo na atividade, busca garantir alinhamento com os interesses nacionais, promove o princípio de "ganha-ganha" nas parcerias e impõe maior rigor às normas ambientais e operacionais (UNCTAD, 2023).

Conhecida como uma "África em miniatura", a **República dos Camarões** possui uma grande variedade de recursos naturais, clima e biodiversidade. Essa característica contribuiu para que a economia camaronesa fosse majoritariamente dependente da exploração de recursos naturais — com o petróleo sendo o seu produto de exportação mais importante (Britannica, 2025; Amungwa, 2011). Nesse sentido, com o crescente interesse de países ocidentais e multinacionais estrangeiras nos recursos minerais do Golfo da Guiné, os Camarões passaram a engajar em uma exploração mineral em larga escala em seu território, com o objetivo de beneficiarem-se, também, dessa "corrida" pelos recursos africanos (Nting, 2009). Os Camarões, portanto, aparecem como um país disposto a dialogar e cooperar com nações estrangeiras para a extração de suas riquezas, mas, ao mesmo tempo, também preocupado com a gestão sustentável desses recursos e a garantia de sua soberania frente a esse cenário. O governo camaronense, além disso, também busca engajar em projetos de financiamento de infraestrutura que favoreçam a cooperação regional, como o proposto pela União Europeia em 2024 (Tumanjong, 2024).

A **República Centro-Africana** dispõe de vastas reservas de recursos naturais, notadamente, ouro, diamante, urânio, madeira e petróleo, esse último ainda pouco explorado. As riquezas naturais do país são exploradas por elites políticas, por empreendedores e por outros Estados, como a França, os exploradores têm a receita total da exploração, não destinando nada ao desenvolvimento do Estado e da sociedade. Nesse contexto, o governo tem adotado medidas para controlar a

exploração de seus recursos naturais, como a suspensão em 2024 da mineradora chinesa Daqing SARL, acusada de cooperação com milícias armadas e exploração ilegal, demonstrando uma tentativa de maior controle estatal sobre o setor mineral (AP News, 2024). No que tange ao conflito com o Chade, as tensões remontam a acusações históricas de interesses territoriais sobre campos petrolíferos no norte da República Centro-Africana, com as partes sendo acusadas de apoiar golpes e rebeldes na região. Ademais, é importante citar que a complexa relação do governo com atores externos e parcerias que permitem a entrega de terras raras a investidores estrangeiros geram muitas críticas internas (AP News, 2025).

A **República do Chade** foi um dos signatários dos acordos estabelecidos pela França durante o período de independência dos países africanos que garantiam aos franceses acesso exclusivo às matérias-primas e mercados locais. Em 2017, o então presidente Idriss Déby Itno, tradicional aliado da França, defendeu a necessidade de revisão desses acordos e criticou a cooperação que, segundo ele, impedia o desenvolvimento da África. Contudo, em 2021, ele foi morto e substituído por seu filho, Mahamat Idriss Déby. O processo foi influenciado pela França, uma vez que Mahamat tinha potencial para atender aos interesses franceses no país (Wanki, 2024; Sousa, 2013). Porém, nos últimos anos o Chade tem sinalizado um distanciamento da influência ocidental. A retirada das tropas francesas, iniciada em 2024, foi acompanhada de aproximações com Rússia e Emirados Árabes Unidos. No setor do petróleo, o país nacionalizou os direitos de exploração e produção do material em 2023, licenças que antes pertenciam à Exxon Mobil (empresa de exploração de petróleo e gás dos EUA) (Al Jazeera, 2023). A medida revela um esforço de buscar maior controle sobre seus recursos estratégicos e pela afirmação de sua soberania.

A **República Democrática do Congo** (RDC) enfrenta uma realidade marcada por conflitos armados que se entrelaçam com a exploração e o tráfico ilegal de seus abundantes recursos naturais, especialmente na região oriental do país. Silva (2011) destaca que o país é rico em ouro, diamantes — cerca de 80% das reservas mundiais —, cobalto, urânio, cobre, petróleo e coltão — igualmente responsável por 80% das reservas globais. Nesse contexto, a RDC tornou-se o epicentro de uma rede de violência alimentada por milícias locais e grupos armados, como o M23, além dos interesses externos. O tráfico desses recursos, muitas vezes facilitado por atores estatais e redes transnacionais, financia a continuidade dos combates e prolonga a instabilidade. Nesse contexto, o governo tem vivido uma situação complexa na qual boa parte das divisas obtidas pelo Estado advém do mesmo setor que o fragiliza, causa que também tem impedido o país de avançar em pautas de conservação ambiental. Frente a isso, a RD Congo reafirma cada dia mais suas tentativas de regulamentação rigorosa da exploração de recursos naturais, especialmente em zonas de conflito. Atualmente, o governo congolês exige que todas as empresas atuantes no setor de mineração adotem as diretrizes de due diligence da OCDE, de modo a impedir que minerais como ouro, cobalto e coltão financiem grupos armados. Em linha com esse compromisso, a RDC apresentou, em 2024, denúncias criminais contra subsidiárias da Apple na Europa por envolvimento na cadeia de minerais de conflito, reforçando sua posição de responsabilizar empresas internacionais por práticas ilícitas (Reuters, 2024). Além disso, o presidente Félix Tshisekedi declarou a necessidade de revisar acordos assinados com empresas estrangeiras, especialmente as chinesas, a fim de garantir maior justiça econômica e soberania sobre seus recursos.

A **República do Djibouti** está situada no estratégico Chifre da África, na costa nordeste do continente. Desprovido de recursos naturais exploráveis em grande escala, o país se encontra em uma região árida e inóspita, que dificulta até mesmo a

prática da agricultura, tornando sua população — de aproximadamente um milhão de habitantes — altamente dependente da importação de alimentos (União Africana, 2022). Apesar dessas limitações, a localização geopolítica de Djibouti confere-lhe um papel logístico crucial no cenário regional. Situado junto a uma das rotas marítimas mais estratégicas do mundo, o país funciona como um corredor essencial para o escoamento de recursos provenientes de nações vizinhas, especialmente aquelas sem acesso direto ao mar, como a Etiópia, que utiliza o porto de Djibouti como principal via de exportação de seus produtos, incluindo café, ouro e outros minerais. O governo tem reiterado, em fóruns regionais como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, 2023) e em comunicados oficiais (Ministério das Relações Exteriores do Djibouti, 2024), seu compromisso com a gestão pacífica de recursos hídricos transfronteiriços e o combate à pesca ilegal no Golfo de Áden, defendendo que a segurança marítima é condição indispensável para a estabilidade econômica do Chifre da África. Em sua Visão Djibouti 2035, o país também estabelece como prioridade a diversificação econômica e o investimento em energias renováveis, buscando reduzir a dependência externa e contribuir para a mitigação de disputas por recursos no futuro (Djibouti, 2014).

A **República Federal Democrática da Etiópia** destaca-se por seus abundantes recursos hídricos e terras agrícolas, que fortalecem seu potencial econômico e geopolítico. No entanto, enfrenta sérios desafios na gestão desses recursos, tanto internamente quanto no contexto regional. Um exemplo central é a Grande Barragem do Renascimento Etíope (GERD), que visa suprir a demanda energética interna (cerca de 60% da população não tem acesso regular à eletricidade) e também fornecer energia a países vizinhos (BBC, 2023). Contudo, o projeto tem gerado tensões com o Egito e o Sudão, que dependem do Nilo para irrigação e temem prejuízos no abastecimento. A Etiópia afirma que a barragem não representa uma ameaça, mas sim uma oportunidade compartilhada de desenvolvimento energético e regional e reafirmando que seu crescimento não ocorrerá às custas dos vizinhos egípcios e sudaneses (Al Jazeera, 2025). O governo etíope ressalta que o projeto reflete o direito legítimo de utilizar seus recursos hídricos conforme previsto em sua Constituição, que considera a água um recurso público e coletivo (WLRC-ETH, 2024). Além disso, o país enfrenta, internamente, conflitos por terra, muitas vezes pautados em rivalidades étnicas e disputas por uso legítimo das terras agrícolas. Esse óbice tem sido tratado pelo governo por meio de comitês locais de administração de terras e um sistema judicial dual, uma combinação de estruturas regionais e federais que constituem uma estratégia de resolução formalizada (IGAD, 2023).

O golpe de Estado na **República Gabonesa** foi o mais recente de uma onda de golpes militares na África, retirando do poder a família Bongo, uma tradicional aliada da França. Com a mudança de governo, empresas francesas ligadas à exploração de matérias-primas no país, como manganês e petróleo, tiveram suas atividades afetadas (UOL, 2023). Nesse contexto, é possível afirmar que o golpe no Gabão apresenta um caráter anticolonialista, no sentido de se opor à intervenção francesa no país e à exploração de seus recursos naturais. (Suma; Caomique, 2024). A nacionalização de ativos petrolíferos que pertenciam a atores externos pode ser considerado um sintoma dessa mudança. Além disso, o novo governo afirmou que buscará a diversificação da economia, assim como acabar com a lógica do governo anterior. Apesar dessas promessas, em 2024 o crescimento econômico do país ainda foi impulsionado, em grande parte, pelos setores de matérias-primas, como petróleo, madeira e manganês (Al Jazeera, 2025; O Globo, 2025).

A **República de Gana** é a maior produtora de ouro da África e a sexta maior

do mundo, o que torna esse recurso um pilar central da economia do país. No entanto, o país enfrenta sérios desafios na administração desse setor devido à mineração ilegal. Embora a mineração artesanal e em pequena escala seja reconhecida pelo governo, mais de 85% dessa atividade ocorre de forma informal e fora da legalidade, o que dificulta sua regulamentação. A mineração artesanal é uma importante fonte de geração de empregos, mas, quando realizada ilegalmente, acaba provocando impactos negativos significativos no meio ambiente, na agricultura e no abastecimento de água potável (Boafo, 2024). Alinhado à Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza, o governo de John Dramani Mahama (2025-) tem buscado conter o avanço da mineração ilegal, por meio da regulamentação dessa atividade. O governo ainda promete proibir a mineração em reservas florestais e em áreas próximas de corpos de água, além de descontaminar rios poluídos pelos resíduos da mineração (Lawal, 2025).

O **Estado da Líbia** possui as maiores reservas de petróleo e a quarta maior de gás natural da África (Marzari, 2020). Esses recursos têm alimentado conflitos pela luta pelo seu controle entre facções rivais — um cenário que se desenrolou após a queda de Gaddafi, resultando em duas guerras civis desde 2011 e um prolongado vazio de autoridade central atualmente. Apesar disso, o Ministério do Petróleo e Gás do governo de Abdul Hamid Dbeibeh tem enfatizado repetidamente a necessidade de manter o setor livre de interferências políticas e de interesses externos, sobressaltando que "a produção e exportação de petróleo devem seguir uma gestão sustentável e transparente para apoiar o desenvolvimento nacional" (Libya Observer, 2024). Além disso, a National Oil Corporation (NOC) anunciou em 2025 um processo de licitação aberto a empresas estrangeiras, com o objetivo de restaurar a capacidade produtiva e atrair investimentos, indicando claramente que o país deseja recuperar sua posição estratégica na economia global (Reuters, 2025). Paralelamente, o governo impulsionou a criação de uma comissão de supervisão financeira de alto nível para garantir distribuição justa das receitas petrolíferas entre regiões, buscando combater fraudes e contrabando, iniciativa apoiada pela Organização das Nações Unidas como passo essencial para a estabilidade (Energy News, 2023).

Em agosto de 2020, a **República do Mali** passou por um golpe de Estado que levou ao poder um novo governo militar, que, em 2021, nomeou o coronel Assimi Goïta como presidente. Nesse cenário, o Mali deixou de orientar suas ações com base nos interesses franceses e outras potências ocidentais e buscou ampliar as suas relações com países emergentes como China, Turquia e Rússia. Com isso, o país tem conquistado maior autonomia e estabelecido relações mais horizontais com esses novos aliados (Cascais, 2025). A mineração é um setor central para a economia malinesa, assim, proteger seus recursos naturais tornou-se sinônimo de defender um pilar da soberania nacional. O governo militar, portanto, tem priorizado a concessão de direitos de exploração a empresas malinesas, embora algumas licenças ainda sejam concedidas a companhias estrangeiras. As mudanças na administração desses recursos refletem o objetivo do novo governo de fortalecer a soberania nacional e, ao mesmo tempo, promover um desenvolvimento local mais inclusivo (Camara, 2025).

O **Reino de Marrocos** administra grande parte do território do Saara Ocidental, uma região rica em fosfato, cuja exploração o posiciona como um dos principais exportadores globais desse recurso (Bertolucci; Guimarães, 2021). O governo marroquino defende que sua presença no Saara é plenamente legítima e se justifica por laços históricos e jurídicos, afirmando que possui o direito legal de controlar o território e seus recursos naturais (IIJD, 2021). Através da empresa estatal OCP

SA, Marrocos extrai fosfato da mina de Bou Craa como parte de sua estratégia de desenvolvimento econômico (Maldonado, 2024). Apesar das críticas internacionais, o país recusa sua adesão à Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (União Africana, 2013). Ademais, o retorno do Marrocos à União Africana em 2017 expressa sua ambição de liderar a agenda africana, enquanto continua buscando uma solução política baseada na autonomia, como já foi declarado por diplomatas marroquinos em fóruns internacionais (Conselho de Segurança da ONU, 2025).

A **República de Moçambique** é um país rico em recursos naturais energéticos, com grandes reservas de carvão mineral, gás natural e, em menor quantidade, petróleo, que foi descoberto mais recentemente. Tendo isso em vista, o aumento do extrativismo foi incentivado por agências multilaterais de desenvolvimento, especialmente aquelas vinculadas ao Grupo Banco Mundial. Nesse contexto, o governo moçambicano reformulou suas instituições para se inserir no mercado internacional como fornecedor estratégico dessas matérias-primas energéticas. Assim, sob forte influência do capital externo por meio de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs), os planos de desenvolvimento e crescimento econômico passaram a se basear na indústria extrativista. Dessa forma, o país abriga multinacionais envolvidas em megaprojetos de extração de recursos (Whitacker, 2019). Recentemente, o presidente de Moçambique afirmou que é necessário adotar ações ousadas para garantir que os recursos naturais sirvam efetivamente ao desenvolvimento econômico e social do país.

A partir da tomada de poder por uma junta militar liderada por Abdourahamane Tchiani, em 2023, a **República do Níger** adotou a nacionalização de seus recursos como estratégia central, com destaque para o controle das reservas de urânio e petróleo, por meio da limitação da presença estrangeira em seu território. A política externa do novo governo busca um distanciamento das potências ocidentais e uma maior aproximação com Rússia e China. Apesar dos esforços da junta, as instabilidades políticas internas, agravadas pelas sanções impostas pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e por outras potências como forma de rejeitar o novo governo, podem representar um obstáculo significativo para que este consiga, de fato, assumir o controle de suas riquezas naturais (Braun, 2025).

O petróleo é a principal fonte de energia da **República Federal da Nigéria** e desempenha um papel central na economia e na política do país, que está entre os maiores produtores e exportadores de petróleo bruto da África. No entanto, a corrupção e a má gestão das operações relacionadas ao petróleo têm sido um desafio significativo para o governo (Ishakq; Ogbanje, 2017). Os problemas na administração do petróleo vão desde a falta de transparência e corrupção até o desvio e roubo ilegal do recurso. Em 2022, foi descoberta uma rede de oleodutos clandestinos na região do Delta do Níger, revelando um esquema organizado de roubo de petróleo (Orjinmo, 2022). O crescimento dessas práticas ilegais tem reduzido a produção e a exportação do recurso, afetando diretamente o atual governo do presidente Bola Tinubu. Além do impacto econômico, essas atividades também agravam a poluição nas áreas afetadas. Diante disso, o governo tem intensificado o combate ao comércio ilegal de petróleo, desmantelando locais de abastecimento do recurso (Mefo; Ngutjinazo, 2024). Uma das frentes de atuação do governo é o envio de militares para as regiões centrais de produção de petróleo do país, com o objetivo de combater o tráfico generalizado desse recurso. No Delta do Níger, há uma operação específica voltada para a erradicação da ameaça representada pelo roubo de petróleo na

região (Kaledzi; Salmanu, 2024).

A **República de Ruanda** tem sido frequentemente apontada como uma das principais envolvidas nos conflitos por recursos naturais no leste da República Democrática do Congo (RDC), especialmente por meio de sua suposta ligação com o grupo armado M23, que controla áreas ricas em coltan, cassiterita e ouro (ONU, 2024). Kigali, no entanto, nega tais acusações, argumentando que sua presença na região visa proteger a segurança nacional diante da ameaça de milícias, como as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), atuantes na fronteira. O governo ruandês tem reiterado, em declarações no Conselho de Segurança da ONU, que não apoia o M23 e que a instabilidade regional decorre da falta de integração e representação de comunidades tutsi na RDC, defendendo uma solução política para o conflito (ONU, 2023; BBC, 2025). Paralelamente, Ruanda tem buscado reforçar sua imagem como um ator comprometido com a estabilidade regional e o desenvolvimento sustentável, sendo um dos primeiros países a ratificar a Convenção Africana sobre Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, em 2013 (União Africana, 2013).

A **República Federal da Somália**, localizada no estratégico Chifre da África, está no centro de disputas por recursos naturais. Em 2021, obteve uma vitória na Corte Internacional de Justiça, que reconheceu sua soberania sobre uma área rica em peixes e possíveis reservas de petróleo e gás no Oceano Índico — região também reivindicada pelo Quênia, que rejeitou a decisão (Corte Internacional de Justiça, 2021). O governo enfatiza que essa conquista jurídica legitima seus direitos soberanos e fortalece sua capacidade de proteger o patrimônio nacional contra reivindicações externas. Além das tensões diplomáticas, o país enfrenta a pesca ilegal por frotas estrangeiras, como as embarcações chinesas que exploram o atum-amarelo, espécie de alto valor comercial. Essa exploração tem sido usada como justificativa para a pirataria local, agravando a insegurança marítima e os problemas econômicos da região (Okumu; Omolo, 2025). O país classificou as frotas estrangeiras que exploram suas águas, especialmente as que capturam atum-amarelo, como uma afronta à sua soberania e um dos principais fatores por trás da pirataria local, que é frequentemente justificada como "defesa das águas somalis" (GI-TOC, 2021). Em resposta, o Ministério da Pesca e Economia Azul reformulou as diretrizes de licenciamento de embarcações para aumentar a transparência e coibir atividades ilegais, proibiu trawling em águas territoriais e fortaleceu a patrulha marítima — com apoio da Turquia e da ONU — para proteger a zona econômica exclusiva (ADF, 2025; ICSF, 2025).

A **República do Sudão**, detentora das maiores reservas de ouro da África, reconhece a importância estratégica desse recurso em meio à guerra civil e à crise econômica, mas defende que sua exploração deve ocorrer sob controle estatal (Sudan Tribune, 2020). O governo tem buscado retomar minas antes sob domínio de milícias, como as de Jebel Amer, entregues formalmente ao Estado em 2020 (Sudan Tribune, 2020), e reforçado medidas contra o contrabando, especialmente diante do envolvimento de redes transnacionais (One Citizen Daily, 2024). Além disso, o Sudão é membro do Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development (IGF) desde 2018 e vem promovendo reformas no setor minerário com foco na responsabilidade ambiental, transparência e aumento da arrecadação (IGF Mining, 2018). Em 2024, autoridades apresentaram uma visão estratégica para tornar a mineração mais sustentável e segura, integrando comunidades locais ao processo (Sudan Events, 2024). O Ministério das Minas também alertou para o uso ilegal do ouro por grupos armados e defendeu uma cooperação

regional para impedir que esses recursos continuem alimentando conflitos (One Citizen Daily, 2024). Paralelamente, o governo reconhece que disputas por recursos básicos, como água e terras agrícolas — especialmente em regiões como Darfur —, estão na origem de parte significativa da violência, exigindo políticas que conciliem desenvolvimento, estabilidade e preservação ambiental (Machado, 2012; PNUMA apud Machado, 2012).

A **República do Sudão do Sul** é dependente das receitas geradas pela exportação de petróleo, sendo que praticamente toda a arrecadação do governo provém dessa atividade econômica. O país surgiu da divisão do antigo Sudão, ficando com cerca de três quartos das reservas de petróleo. Nesse contexto, as reservas e as atividades de extração do recurso ficaram concentradas no Sul, enquanto a infraestrutura de transporte, refino e exportação permaneceu no Norte. Assim, o Sudão do Sul depende da infraestrutura do Sudão para conseguir exportar seu petróleo (Maia; Ferabolli, 2020). Embora a relação entre os dois países seja marcada por tensões e conflitos, em 2024 os governos se reuniram para debater e planejar a retomada das exportações de petróleo. Diante da forte dependência econômica do setor e da necessidade de acesso à infraestrutura do país vizinho, o governo sul-sudanês tem buscado manter o diálogo com o Sudão, a fim de reduzir o risco de novos confrontos.

A **República de Uganda** desempenha um papel central nos conflitos relacionados aos recursos naturais no continente africano, com especial destaque para sua atuação na República Democrática do Congo (RDC), apesar do país negar as alegações de pilhagem de recursos naturais e apoio a grupos armados. Contudo, Uganda foi condenada pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) por ocupação de partes do leste do Congo e por apoiar grupos armados durante a Segunda Guerra do Congo, além de ser acusada de saquear minerais preciosos da região (O Globo, 2022). O governo ugandês considerou a decisão "injusta" e "sem fundamento", afirmando que não há evidências concretas que sustentem as acusações e ressaltando que suas forças armadas são disciplinadas e comprometidas com a estabilidade regional (BBC, 2022). Uganda também justifica sua presença militar contínua no leste congolês como parte de uma cooperação bilateral voltada ao combate às Forças Democráticas Aliadas (ADF). Em fevereiro de 2025, o país reforçou esse posicionamento ao enviar mais 1.000 soldados para apoiar operações conjuntas com o Exército congolês, alegando tratar-se de uma medida necessária para proteger suas fronteiras e comunidades étnicas da região (AP News, 2025). Mesmo após declarações polêmicas de autoridades militares, o governo afirmou que as relações com a RDC seguem sólidas e pautadas na cooperação contra ameaças comuns (Reuteurs, 2025).

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1. Considerando a crescente valorização de minerais críticos e energéticos e os desafios enfrentados por países como Nigéria e República Democrática do Congo, como a exploração desses recursos pode ser gerenciada para evitar a instabilidade política, a corrupção e a desigualdade, desenvolvendo-os em vetores de desenvolvimento sustentável e inclusivo para a população?

2. Com a persistente corrida de potências globais por recursos na África, incluindo investimentos em infraestrutura e acordos para exploração e presença militar, como os países africanos podem negociar parcerias mais equitativas, que respeitem plenamente sua soberania e contribuam para o seu desenvolvimento, evitando novas formas de exploração?

3. Diante da relação direta entre os conflitos armados, a regularidade das

milícias e o financiamento proveniente da mineração informal, em conjunto com a persistente ingerência regional em áreas de disputa por recursos, como a União Africana pode desenvolver e implementar estratégias eficazes para desmantelar as redes de financiamento ilegais, fortalecer a segurança e promover a construção de uma paz sustentável nas regiões afetadas do continente?

4. Como conciliar a reivindicação pela soberania sobre os recursos naturais, quando expressa por meio de golpes, com a necessidade de garantir estabilidade política no continente? Como os demais países africanos podem se posicionar diante dessa tensão entre legitimidade política e controle dos próprios recursos?

5. Grande parte dos países africanos apresenta uma forte dependência de recursos naturais específicos, o que aumenta significativamente sua vulnerabilidade econômica diante de flutuações externas. Diante disso, como esses países podem reduzir a dependência desses recursos que sustentam suas economias sem comprometer o próprio funcionamento econômico do país?

## REFERÊNCIAS

ABENABE, Green; ARINE, Ekpotuatin. Nigeria's Oil Complex: the tragedy of the commons. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 9, n. 17, p. 119-133, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2448-3923.141137. Acesso em: 15 jun. 2025.

ABRAMOVA, I. O.; FITUNI, L. L. Russia's New Strategy on Africa. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, v. 90, n. 6, p. 688–696, nov. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1134/S1019331620060027. Acesso em: 15 jun. 2025.

ABOUT CENSAD. **Communauté des Etats Sahélo-Sahariens**, 2024. Disponível em: https://censad.int/en/. Acesso em: 5 ago. 2025.

ADIKA, Gameli. Regional economic integration, natural resources and foreign direct investment in SADC. **Journal of Economics and Development**, v. 24, n. 1, p. 33–46, 2022. Disponível em: http://www.emerald.com/jed/article/24/1/33-46/220590. Acesso em: 5 ago. 2025.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). Burkina Faso: African Development Bank supports new hygiene, water and sanitation projects (EU43 million). **African Development Bank**, 2024. Disponível em: https://www.afdb.org/en/news-and-events/burkina-faso-african-development-bank-supports-new-hygiene-water-and-sanitation-projects-eu43-million-66368. Acesso em: 7 ago. 2025.

AFRICAN FUTURES & INNOVATION PROGRAMME. **CEN-SAD - ISS African Futures.** Disponível em: https://futures.issafrica.org/geographic/recs/cen-sad. Acesso em: 5 ago. 2025.

AFRICAN Growth and Opportunity Act (AGOA). **United States Trade Repre-**

**sentative.** s.d. Disponível em: https://ustr.gov/issue-areas/trade-development/preference-programs/african-growth-and-opportunity-act-agoa. Acesso em: 15 jun. 2025.

AKINLO, Anthony Enisan. How Important is Oil in Nigeria's Economic Growth?. **Journal of Sustainable Development,** v. 5, n. 4, p. 165-179, 2012. Disponível em: http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jsd/article/view/14891. Acesso em: 10 abr. 2025.

AL JAZEERA. Ethiopia's PM Abiy Ahmed says mega dam GERD on the Nile 'now complete'. **Al Jazeera**, 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/7/3/ethiopias-pm-abiy-ahmed-says-mega-dam-gerd-on-the-nile-now-complete. Acesso em: 7 ago. 2025.

AL-SISI emphasises water security is Egypt's top priority amid Nile river concerns. **Daily News Egypt**, 13 out. 2024. Disponível em: https://www.dailynewsegypt.com/2024/10/13/al-sisi-emphasises-water-security-is-egypts-top-priority-amid-nile-river-concerns/. Acesso em: 3 jun. 2025.

ALGERIA: president Tebboune aims to achieve $29 billion in non-oil exports by 2030. **Agenzia Nova,** 25 jul. 2024. Disponível em: https://www.agenzianova.com/en/news/Algeria-President-Tebboune-aims-to-achieve-%2429- billion-in-non-oil-exports-by-2030/. Acesso em: 3 jun. 2025.

ALVES, André Gustavo Miranda Pineli. **Os interesses econômicos da China na África** (Boletim de Economia e Política Internacional). Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/530dab6f-ed9b-4e-ae-be6b-528b39ee97af. Acesso em: 3 jun. 2025.

AMUNGWA, Fonteh. The Evolution of Conflicts Related to Natural Resource Management in Cameroon. **Journal of Human Ecology**, v. 35, n. 1, p. 53-60, 2011. 10.1080/09709274.2011.11906390.

AREZKI, Rabah. Algeria Needs an Economic Transformation. **Foreign Policy**, 16 out. 2024. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2024/10/16/algeria-economy-tebboune-oil-gas-reform-unemployme nt-brain-drain/. Acesso em: 2 jun. 2024.

ASSOCIATED PRESS (AP). Ethiopia completes the power-generating dam on the Nile that caused a dispute with Egypt. **Associated Press**, 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/b567f19bcfeaca6315acf29d56944b9e. Acesso em: 7 ago. 2025.

AP NEWS. Central African Republic suspends Chinese mining company for alleged ties to armed groups. **Associated Press,** 2024. Disponível em: https://apnews.com/article/b40e9bcfdf264c5d5c9e603a9b3d7c4f. Acesso em: 29 jul. 2025

AP NEWS. Ugandan forces enter eastern Congolese city of Bunia to back up local troops. **Associated Press**, 16 fev. 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/b5472a670a6506e9d875a1c11512deca. Acesso em: 6 ago. 2025.

BADAWI, Habib. O redirecionamento estratégico da Rússia para a África: implicações geopolíticas em um mundo multipolar. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 10-40, 2025. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/142484. Acesso em: 16 abr. 2025.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AfDB). Djibuti está estrategicamente colocado para se tornar um centro ICT global, diz Adesina. **Banco Africano de Desenvolvimento,** 2025. Disponível em: https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/o-djibuti-esta-estrategi camente--colocado-para-se-tornar-um-centro-ict-global-diz-adesina-52245. Acesso em: 25 maio 2025.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. Angola: Growth in non-petroleum exports and 36,000 new businesses thanks to African Development Bank support. **Banco Africano de Desenvolvimento**, 2023a. Disponível em: https://www.afdb.org/en/news-and-events/angola-growth-non-petroleum--exports-and-36000- new-businesses-thanks-african-development-bank-support-68458. Acesso em: 4 jun. 2025.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. Banco Africano de Desenvolvimento concede ao Burundi e à Tanzânia um financiamento de 696,41 milhões de dólares para a construção de 650 quilómetros de caminhos-de-ferro para desenvolver a rede do corredor central. **Banco Africano de Desenvolvimento**, 2023b. Disponível em: https://afdb.africa-newsroom.com/press/african-development-bank-approves-69641-million-of-financing-for-burundi-and-tanzania-to-build-650-kilometers-of-rail-infrastructure-to-develop--the-central-corridor-network?lang=en. Acesso em: 4 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Burkina Faso – Visão Geral.** Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/burkinafaso/overview. Acesso em: 25 maio 2025.

**BANCO MUNDIAL. Burkina Faso: World Bank Program to Boost Water and Sanitation Service Delivery.** Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2018/06/26/burkina-faso-world-bank-progr am-to-boost-water-and-sanitation-service-delivery. Acesso em: 25 maio 2025.

BANCO MUNDIAL. **South Africa – Visão Geral.** Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/southafrica/overview. Acesso em: 25 maio 2025.

BANCO MUNDIAL. **República Democrática do Congo.** Disponível em: https://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep. Acesso em: 23 jun. 2025.

BANQUE DE FRANCE. The CFA Franc Zone. **L'Éco en Bref.** p. 1-2, nov. 2015. Disponível em: https://publications.banque-france.fr/sites/default/files/medias/documents/816153_fiche_zone-franc.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

BARBOSA, Carina; BÔAS CASTELO BRANCO, Pedro; VASCONCELOS DA SILVA JUNIOR, Eduardo. Os Conflitos na República Democrática Do Congo (1960-2007). **Tensões Mundiais**, v. 19, n. 41, p. 105–133, 2023. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=72b343da-d9da-3bfa-8415-d4e-41e5f6e31. Acesso em: 19 abr. 2025.

BARBOSA, Victor Tavares. A República Democrática do Congo e os Conflitos na Região dos Grandes Lagos. **NEARI em Revista**, v. 3, n. 4, 2017. Disponível em: https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/612. Acesso em: 12 abr. 2025.

BARAVALLE, Bruno. Rivalidades y acusaciones: las intrincadas relaciones entre la RDC y Ruanda. **Anuario en Relaciones Internacionales del IRI**, v. 2022, 2022. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/144837. Acesso em: 31 maio 2025.

BARROS, Lorena. Sudão: guerra invisível e deslocamento. **UOL**, 19 ago. 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/08/19/sudao-guerra-invisivel-deslocamento.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

BASKARAN, Gracelin. Prospects for U.S. Minerals Engagement with Africa. **Center for Strategic & International Studies**, 2023. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/prospects-us-minerals-engagement-africa. Acesso em: 23 abr. 2025.

BBC NEWS. Uganda ordered to pay $325m to DR Congo by top UN court. **BBC**, 9 fev. 2022. Disponível em: https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-60323990. Acesso em: 6 ago. 2025.

BBC NEWS BRASIL. A batalha geopolítica sobre represa gigantesca que alterou rio Nilo. **BBC News Brasil**, 17 set. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1exdj0kqk0o. Acesso em: 18 maio 2025.

BBC NEWS BRASIL. Como o ouro virou 'maldição' para o Sudão e alimentou confrontos com dezenas de mortos?. **BBC News Brasil** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1eke89wllno. Acesso em: 25 maio 2025.

BENOMAR, Mehdi. Angola: One year into the Lourenço presidency. What next?. **Policy Center**, [S.L], ago. 2018. Disponível em: https://www.policycenter.ma/publications/angola-pr%C3%A9sidence-louren%C3%A7o-i-et-apr%C3%A8s. Acesso em: 7 ago. 2025.

BERTOLUCCI, Artur; GUIMARÃES, Ana Clara Figueira. Conflito no Saara Ocidental: O reconhecimento americano. **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**, v. 2, n. 1, p. 37–42, 2021. Disponível em: https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/05/vol-2-n-1-2021.pdf#page=40. Acesso em: 25 maio 2025.

BILBAN, Christoph; HAINZL, Gerald. The 2023 Russia-Africa Summit in St Petersburg. **Institute for Peace Support and Conflict Management National Defence Academy Vienna.** ago. 2023. Disponível em: https://www.bmlv.gv.at/pdf_pool/publikationen/ifk_monitor_74_int_bilban_hainzl_russland_afrika_aug_23_web.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

BOAFO, Godfred. Ghana is Africa's largest gold producer, but it has an illegal mining issue: 5 essential reads. **The Conversation**, 10 set. 2024. Disponível em: https://theconversation.com/ghana-is-africas-largest-gold-producer-but-it-has-an--illegal-mini ng-issue-5-essential-reads-238623. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL DE FATO. Ocidente usa Ruanda para saquear minerais no Congo e produzir tecnologia, denuncia ativista pan-africanista. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 jan. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/01/29/ocidente-usa-ruanda-para-saquear-minerais-no-congo-e-produzir-tecnologia-denuncia-ativista-pan-africanista/. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRAUN, Anna. Niger at a Crossroads: Security, Sovereignty, and Alliance Shifts. **Geopol Report**, 14 de abr. 2025. Disponível em: https://geopolreport.squarespace.com/reports/niger-at-a-crossroads-security-sovereignty-and- alliance-shifts. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRITANNICA. Cameroon - Resources and Power. **Britannica**, 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/place/Cameroon/Resources-and-power. Acesso em: 8 ago. 2025.

BROWN, Oli; KEATING, Michael. **Addressing natural resource conflicts: working**

**towards more effective resolution of national and sub-national resource disputes.** Londres: Chatham House for the Royal Institute of International Affairs, 2015. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20150619AddressingConflictResourcesBrownKeating.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

BURTON, Melanie; ROSS, Aaron. Avima launches arbitration against Congo Republic in iron ore dispute. **Reuters**, 2021. Disponível em: https://www.reuters.com/article/world/avima-launches-arbitration-against-congo-republic-in-i ron-o-re-dispute-idUSKCN2DJ1IB/. Acesso em: 2 jun. 2025.

BURUNDI'S mineral exports overtake tea, coffee in hard currency earnings. **Reuters**, 30 jul. 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-burundi-mining-idUSKCN1UP1EK/. Acesso em: 4 jun. 2025.

BURUNDI suspends rare-earth mining in row over riches. **Africa News**, 13 ago. 2024. Disponível em:https://www.africanews.com/2021/07/23/burundi-suspends-rare-earth-mining-in-row-over-riches//. Acesso em: 4 jun. 2025.

BUSIA, Kojo; AKONG, Charles. The African mining vision: perspectives on mineral resource development in Africa. Journal of Sustainable Development Law and Policy, v. 8, n. 1, p. 145–192, 2017. Disponível em: https://www.ajol.info/index.php/jsdlp/article/view/159206. Acesso em: 30 jul. 2025.

CAMARA, Mamadou. Mining Mali: how policy changes are reshaping the sector. The Conversation, 23 fev. 2025. Disponível em: https://theconversation.com/mining-mali-how-policy-changes-are-reshaping-the-sector -249232. Acesso em: 3 jun. 2025.

CAMPBELL, Bonnie. Regulating mining in Africa: for whose benefit?. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2001. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/96055/26%20-%205%20chapters.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CASCAIS, António. How Sahel states ditched Western mining interests. DW, 14 fev. 2025. Disponível em: https://www.dw.com/en/lithium-uranium-gold-how--sahel-states-ditched-western-mining-inter ests/a-71583132. Acesso em: 3 jun. 2025.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. Globalização do capitalismo extrativista, recursos

naturais e o neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique. Entre-Lugar, v. 12, n. 23, p. 310–355, 2021. DOI: 10.30612/el.v12i23.14816. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/14816. Acesso em: 16 abr. 2025.

CHACRAN, Antoine Adebayo. Russia-Africa Summits in the Context of a Changing World: a View from the African Continent. Uchenie zapiski Instituta Afriki RAN, v. 69, n. 4, p. 106–120, 2024. Disponível em: https://africajournal.ru/en/2024/12/28/russia-africa-summits-in-the-context-of-a-changing-wo rld-a--view-from-the-african-continent/. Acesso em: 3 jun. 2025.

CHAD says it has nationalised all assets owned by exxon mobil. Al Jazeera, 24 mar. 2023. Disponível em:
https://www.aljazeera.com/news/2023/3/24/chad-says-it-has-nationalized-all-assets-owned-b y-exxon-mobil. Acesso em: 1 jun. 2025.

CHINA-AFRICA BUSINESS COUNCIL. China-Africa Cooperation from Supply Chain Perspective. Pequim: China-Africa Business Council, 2022. Disponível em: https://www.cabc.org.cn/uploads/image/20220822/reporten.pdf.
CNN BRASIL. O que é o M23, grupo rebelde da RD Congo que avança sobre cidades no país. **CNN Brasil**, 29 jan. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-m23-grupo-rebelde-da-rd-congo-que-a vanca-sobre-cidades-no-pais/. Acesso em: 25 maio 2025.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **Maritime Delimitation in the Indian Ocean (Somalia v. Kenya).** Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/161. Acesso em: 18 maio 2025.

DE ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva. Imperialismo europeu na África: uma visão panorâmica. **Revista Encontros**, v. 19, n. 36, p. 44-59, 2021. Disponível em: https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/encontros/article/view/3521. Acesso em: 12 abr. 2025.

DE OLIVEIRA, Guilherme Ziebell; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Economia política internacional e o petróleo na Nigéria. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 9, n. 17, p. 109-128, 2018. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/508. Acesso em: 14 abr. 2025.

DEVITT, P. First diamonds from Angola's new pipe to arrive mid-2020: Alrosa. **Reuters**, 11 dez. 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-alrosa--africa/first-diamonds-from-angolas-new-pipe-to-arrive-mid-2020-alrosa-idUSKBN1YF1PP/. Acesso em: 14 abr. 2025.

DROIN, Mathieu; DOLBAIA, Tina. Russia Is Still Progressing in Africa. What's the Limit?. **Center for Strategic and International Studies**, 15 ago. 2023. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/russia-still-progressing-africa-whats-limit. Acesso em: 14 abr. 2025.

ENERGY NEWS. Libyan Oil: UN welcomes agreement on revenue management. **Energy News**, 10 jul. 2023. Disponível em: https://energynews.pro/en/libya-un--welcomes-agreement-on-oil-revenue-management/. Acesso em: 7 ago. 2025.

EUA fecham oficialmente USAID, diz secretário de Estado. **G1**, 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/02/eua-fecham-oficialmente--usaid-diz-secretario.ghtml. Acesso em: 5 ago. 2025.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. **A History of Nigeria.** London: Cambridge University Press, 2008.

FERGUSON, James. Global Shadows: **Africa in the Neoliberal World Order.** Durham, NC: Duke University Press, 2007.
FOREIGN Fishing Fleets Rob Somali Waters. **Africa Defense Forum**, 2025. Disponível em: https://adf-magazine.com/2025/07/foreign-fishing-fleets-rob-somali-waters/. Acesso em: 7 ago. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Angola: Selected Issues. **IMF Staff Country Reports**, v. 2022, n. 12. 2022. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2022/01/18/Angola-Selected-Issues-512007. Acesso em: 7 ago. 2025.

GABON swears in ex-military chief Oligui as president. **Al Jazeera,** 3 mai. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/5/3/gabon-swears-in-ex--military-chief-oligui-as-presid ent. Acesso em: 3 jun. 2025.

GEENEN, Sara. Undermining rights: informal mining in Eastern Democratic Republic of Congo. **Resources Policy,** v. 37, n. 3, p. 322–330, 2012. DOI: 10.1016/j.resourpol.2012.02.002. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301420712000104. Acesso em: 21 abr. 2025.

GENTILI, Anna Maria. El León y El Cazador: Historia Del África Subsahariana. Córdoba: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO**, 2012. Disponível em: http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=685. Acesso em: 12 abr. 2025.

GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME. *Fishy business: illegal fishing in Somalia and the capture of state institutions*. [S. l.]: GI--TOC, 2021. Disponível em: https://globalinitiative.net/analysis/illegal-fishing-somalia/. Acesso em: 7 ago. 2025.

GLOBAL WITNESS. Congo government requires domestic minerals sector to source responsibly. **Global Witness**, 2011. Disponível em: https://globalwitness.org/en/campaigns/forests/congo-government-requires-domestic-minerals-sector--to-source-responsibly/. Acesso em 7 ago. 2025.

GNANGUÊNON, Amandine. US Interests and African Agendas: Africa Policy After the 2024 Elections. **German Marshall Fund of the United States.** Disponível em: <https://www.gmfus.org/news/us -inter ests-and-african-agendas-africa--policy-after-2024-elections>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GOMES, Justino. **Geopolítica do petróleo no Atlântico Sul africano:** o Golfo da Guiné no centro das atenções (1999 2020). 132 f. Monografia (Sociologia) – Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira, Redenção, 2023. Disponível em: https://repositorio .unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5344. Acesso em: 14 abr. 2025.

GONÇALVES, Rosana Andréa. **Sociedades africanas frente à situação colonial europeia: o Estado Independente do Congo (1876-1908).** 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25102016-123623/pt-br.php. Acesso em: 24 ago. 2025

GOVERNMENT OF SOUTH AFRICA. Minister Angie Motshekga: Debate on events in DRC. discurso proferido no Parlamento da África do Sul, em 10 fev. 2025.

GUEYE, Fallou; DIOP, Samba. Ressources naturelles et Institutions: les leviers politiques et institutionnels dans la CEDEAO. **International Journal of Accounting, Finance, Auditing, Management & Economics**, v. 6, n. 4, p. 168-191, 2025. Disponível em: https://zenodo .org/doi/10.5281/zenodo.15 126478. Acesso em: 2 ago. 2025.

HELMI, Mohammed Nabil. Sisi Committed to Protecting Nile, Natural Resources to Achieve Development. **Asharq Al-Awsat,** Cairo, 18 nov. 2018. Disponível em: https:// eng lish.aawsat.com/home/article/1468076/sisi-committed-protecting-nile-natural-reso urces-achieve-development. Acesso em: 03 jun. 2025.

HIGA, Caio et al. Desafios para nova produção de Petróleo e Gás na África. **Geopolítica e Economia Política Internacional da Energia**, ano 5, n. 86, 10 out. 2024. Disponível em:https://opeb.org/2024/10/10/desafios-para-nova-producao--de-petroleo-e-gas-na-africa/. Acesso em: 7 abr. 2025

HONORATO, Felipe; JÚNIOR, Paulo. Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica. **África [s] Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 7, n. 13, p. 243-256, 2020. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/9416. Acesso em: 7 abr. 2025.

IGAD. Communiqué of the IGAD Council of Ministers Meeting on Regional Security and Development. **Djibouti: Intergovernmental Authority on Development,** 2023. . Disponível em: https://igad.int/communique-2023. Acesso em: 7 ago. 2025.

IGF MINING. Sudan becomes IGF's 66th member, pledging to improve environmental management. **IGF Mining**, 2018. Disponível em: https://www.igfmining.org/announcement/sudan-becomes-igfs-66th-member-welcomes-opportunity--combat-poverty-improve-environm ental-management/. Acesso em: 07 ago. 2025.

INAJU-CHALLYDOFF, Daniel. Cooperação Entre A CEDEAO E Os Eua Para Reforçar A Gestão Dos Recursos Naturais Na África Ocidental. **Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)**, 2024. Disponível em: https://www.ecowas.int/cooperacao-entre-a-cedeao-e-os-eua-para-reforcar-a-gestao--dos-recursos-naturais-na-africa-ocidental/?lang=pt-pt. Acesso em: 5 ago. 2025.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR JUSTICE AND DEVELOPMENT (IIJD). **Legal rights owed to the Sahrawi: self-determination and use of natural resources.** IIJD, 1 jun. 2021. Disponível em: https://www.iijd.org/2021/06/01/legal-rights-owed-to-the-sahrawi-self-determination-and-use-of-natural-resources/. Acesso em: 24 ago. 2025.

ISHAKQ, Dele; OGBANJE, Joseph Ike. Over-Dependence on Oil and its Implication for Development in Nigeria. **Journal of Humanities, Management, Applied & Social Sciences**, v. 1, n. 2, p. 25-33, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330662159_Over-Dependence_on_Oil_and_its_Implication_for_Development_in_Nigeria. Acesso em: 29 jul. 2025.

WATER AND LAND RESOURCE CENTER. Basin Management Support for Resilient, Inclusive Growth and Harmonized Transformation for the National IWRM Program of Ethiopia (BRIGHT) Project. **Water and Land Resource Center**, 2024. Disponível em: https://wlrc-eth.org/wp-content/uploads/2024/10/Annex-3.4-Water-Resource-Use-Conflict-Baseline-Situations.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT (IGAD). Managing land disputes in Ethiopia. **IGAD,** 2023. Disponível em: https://igad.int/download/managing-land-disputes-in-ethiopia/. Acesso em: 7 ago. 2025.

IKENBERRY, G. John. America's imperial ambition. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 5, p. 44-60. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.2307/20033268. Acesso em: 7 ago 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Energy Statistics Data Browser.** Disponível em: https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-statistics-data-browser. Acesso em: 7 abr. 2025.

KABUNDA, Mbuyi. Causas y efectos de la conflictividad en la República Democrática del Congo y los Grandes Lagos. **Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global**, v. 110, p. 133–144, 2010. Disponível em: https://www.fuhem.es/med ia/cdv/file/biblioteca/revista_papeles/110/ca usas_y_efectos_de_la_conflic-

tividad_en_RDC_M._KABUNDA.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

KALEDZI, Isaac; SALMANU, Shehu. O que a Nigéria está fazendo para acabar com o roubo crônico de petróleo?. **DW**, 6 abr. 2024. Disponível em: https://www.dw.com/en/what-is-nigeria-doing-to-stop-chronic-oil-theft/a-69245605. Acesso em: 5 ago. 2025.

LAWAL, Shola. As gold prices surge, Ghana faces 'looming crisis' over illegal mining. **Al Jazeera,** 22 jan. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/features/2025/1/22/as-gold-prices-surge-ghana-faces-looming-crisis-over-illegal-mining. Acesso em: 31 jul. 2025.

LECHINI, G. BRICS E ÁFRICA: A GRANDE INCÓGNITA. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 9, mar. 2012.
achar lugar para ver esse depois:

LEKE, Acha; GAIUS-OBASEKI, Peter; ONYEKWELI, Oliver. **The future of African oil and gas: Positioning for the energy transition | McKinsey.** Disponível em: https://www.mckinsey.com/industries/oil-and-gas/our-insights/the-future-of-african-oil-and-gas-positioning-for-the-energy-transition. Acesso em: 23 abr. 2025.

LIBYA OBSERVER. Oil Ministry stresses need to keep sector away from political conflicts. **Libya Observer**, 2024. Disponível em: https://libyaobserver.ly/economy/oil-ministry-stresses-need-keep-sector-away-political-conflicts. Acesso em: 7 ago. 2025.

LIDERANÇAS da União Africana e França reforçam parceria em Bruxelas. **Diplomacia Business**, 2025. Disponível em: https://www.diplomaciabusiness.com/liderancas-da-uniao-africana-e-franca-reforcam-parceria-em-bruxelas/. Acesso em: 5 ago. 2025.

LÍDER de golpe de Estado, general Nguema vence eleições presidenciais no Gabão com 90% dos votos. **O Globo,** 13 abr. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/04/13/lider-de-golpe-de-estado-general-nguem a-vence-eleicoes-presidenciais-no-gabao-com-90percent-dos-votos.ghtml. Acesso em: 3 jun. 2025.

LIRA, Fernanda Matos. **O desafio à proteção das crianças-soldado na República Democrática do Congo.** 2016. 104 f. Monografia (Graduação) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

LUNARDELLI, Diego. Terror, marfim e borracha: imperialismo e resistência no Estado Livre do Congo (1879–1908). **Revista Eletrônica Discente História. com, v.** 5, n. 10, p. 100 116, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/historiacom/issue/view/46. Acesso em: 25 jun. 2025.

MACHADO, Letícia Wittlin. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais.** Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) -Instituto de Economia, Universidade Fe-

deral do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 167 f., 2012. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2012/LETICIA%20WITTLIN%20MAC HADO.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

MAIA, André Valente; FERABOLLI, Silvia. O petróleo como elo entre o Sudão do Sul e a China. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD,** v. 9, n. 17, p. 450-475, 29 jun. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.30612/rmufgd.v9i17.12050. Acesso em: 20 jun. 2025.

MALDONADO, Maria. Addressing the Inter-state Resource Conflict in Western Sahara. **Studies in Philosophy, Politics and Economics**, Londres, v. 6, n. 1, 22 nov. 2024. Disponível em: https://sppe.lse.ac.uk/articles/64. Acesso em: 29 jul. 2025.

MALI, Niger and Burkina Faso sign Sahel security pact. **Reuters,** [S.L.], 16 set. 2023. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/mali-niger-burkina-faso-sign-sahel-security-pact-2023-09-16/. Acesso em: 31 jul. 2025.

MAPON, Matata Ponyo; TSASA, Jean Paul K. **The artefact of the Natural Resources Curse.** 2019. Disponível em: https://arxiv.org/abs/1911.09681. Acesso em: 23 jun. 2025.

MARTEN, Kimberly. Russia's Back in Africa: is the cold war returning?. **The Washington Quarterly,** v. 42, n. 4, p. 155-170, 2 out. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0163660X.2019.1693105. Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTINS, Daniel. **O papel das organizações internacionais na resolução de conflitos em torno dos recursos naturais na África Subsariana:** o caso da SADC. Dissertação (Mestrado em Aeronáutica Militar) — Academia da Força Aérea. Sintra, p. 119. 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.26/39769. Acesso em: 5 ago. 2025.

MARZARI, Ricard Suñer. La guerra en Libia y los recursos petrolíferos: ¿orden dentro del caos?. **Boletín IEEE**, n. 18, p. 667–680, 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7552077. Acesso em: 25 maio 2025.

MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe. **História geral da África:** África desde 1935 - Volume VIII. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MEFO, Mimi; NGUTJINAZO, Okeri. Nigéria: Aumenta combate contra comércio ilegal de petróleo. **DW**, 27 dez. 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/nig%C3%A9ria-intensifica-se-a-repress%C3%A3o-contra-com%C3%A9rcio-ilegal-de-petr%C3%B3leo/a-71166763. Acesso em: 3 jun. 2025.

MESQUITA, J. L. Pesca ilegal de atum ligada à corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico humano. **Mar Sem Fim**, 10 fev. 2025. Disponível em: https://marsemfim.com.br/pesca-ilegal-de-atum-ligada-a-corrupcao-lavagem-de-dinheiro-e-tr afico-humano/. Acesso em: 18 maio 2025.

MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. **Franc Zone**. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/africa/

franc-zone/. Acesso em: 24 abr. 2025.

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES DE DJIBOUTI. Déclaration sur la coopération régionale en matière de ressources naturelles et sécurité maritime. **Gouvernement de Djibouti,** 2024. Disponível em: https://diplomatie.gouv.dj/. Acesso em: 7 ago. 2025.

MOORE, Christopher; ACHTOUK SPIVAK, Laurie; TARAWALI, Naomi; et al. Natural Resources Disputes in Africa. **Cleary Gottlieb**, 2021. Disponível em: https://content.clearygottlieb.com/regions/africa-outlook/natural-resources-disputes-in-africa. Acesso em: 2 jun. 2025.

MORAES, Ana Flavia Pires de. **Cooperação e conflito:** relação entre Níger e França no contexto de segurança e neocolonialismo (1960 -2023). Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 28. 2025. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/45655. Acesso em: 5 ago. 2025.

MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob. **Geografia e geopolítica do petróleo.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Letter dated 6 December 2024 from the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo addressed to the Chair of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004).** Disponível em: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/373/37/pdf/n2437337.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Statement to UN Security Council supporting Morocco's autonomy plan.** New York: UN, 2025. Disponível em: https://press.un.org/en/2025/gacol3390.doc.htm. Acesso em: 29 jul.. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Press Statement on Democratic Republic of the Congo.** Disponível em: https://press.un.org/en/2025/sc16004.doc.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Security Council document S/2024/123.** Disponível em: undocs.org Acesso em 7 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Encouraged by Truce Extension in Yemen, Special Envoy Highlights …** Meetings Coverage and Press Releases, 20 jun. 2025. Disponível em: press.un.org. Acesso em 7 ago. 2025.

NEPAD. **Strengthening the Institutional Capacity of the Communauté des Sahélo-Sahariens.** Midrand: NEPAD Planning and Coordinating Agency, 2015. Disponível em: https://amrh.nepad.org/sites/default/files/Nepadfiles/documents/files/CEN-SAD_English_27July15.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

NEVES, Rômulo; VISENTINI, Paulo. Crise e Integração: As Comunidades Econômicas Regionais e a Integração Africana. **Revista Brasileira de Estudos Africanos,** v. 9, n. 17, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/141508. Acesso em: 5 ago. 2025.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NTING, Rexon. The scramble for mineral resources in Cameroon: How can the government learn from previous conflicts and social responsibility failures?. **African Security Review,** v. 18, n. 2, p 108-115, 2009. Disponível em: https://doi.org /10.1080/10246029.2009.9627533. Acesso em: 8 ago. 2025.

O GLOBO. Corte Internacional de Justiça ordena Uganda pagar US$325 milhões ao Congo por conflitos entre 1998 e 2003. **O Globo,** 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/corte-internacional-de-justica-ordena-uganda-pagar-us-325- milhoes-ao-congo-por-conflitos-entre-1998-2003-1-25387402. Acesso em: 25 maio 2025.

OKUMU, Willis; OMOLO, Valtino. Pesca ilegal de atum-rabilho expõe lacunas na segurança marítima da Somália. **ENACT Africa**, 16 jan. 2025. Disponível em: https://enactafrica.org/enact-observer/illegal-yellowfin-tuna-fishing-exposes-gaps--in-somalia- s-maritime-security. Acesso em: 18 maio 2025.

ONE CITIZEN DAILY. Illegal gold trade: Why Sudan and South Sudan are at crossroads. 2024. Disponível em: https://onecitizendaily.com/index.php/2024/11/19/illegal-gold-trade-why-sudan-and-south-sudan-are-at-crossroads. Acesso em: 07 ago. 2025.

ORJINMO, Nduka. A enorme rede clandestina construída para roubar petróleo na Nigéria. **BBC News**, 25 out. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63391530#%3A~%3Atext%3DNo%20estado%20de%20. Acesso em: 3 jun. 2025.

OUR WORLD IN DATA. **Fossil Fuels Data Explorer**, 2020. Disponível em: https://ourworldindata.org/explorers/natural-ral-resources?region=Africa&country=~ETH&Resource=Oil&Metric=Production&Count=Total. Acesso em: 7 abr. 2025.

PACZYŃSKA, Agnieszka. Russia in Africa: is great power competition returning to the continent?. **German Development Institute Briefing Paper**, n. 15, 2020. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/242599/1/175944961X.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

'PARIS está desconectada da África': especialistas analisam sentimento antifrancês em golpes no Gabão e no Níger. **UOL,** 30 ago. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/08/30/paris-esta-desconectada-da-africa-especialistas-analisam-sentimento-antifrances-em-golpes-no-gabao-e-no-niger.htm. Acesso em: 2 jun. 2024.

PAUTASSO, Diego. O Papel da África na Nova Rota da Seda Marítima. **Revista Brasileira de Estudos Africanos, v**. 1, n. 2, 11 jan. 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/67028. Acesso em: 7 abr. 2025.

PEDERSON, Nicholas. **The French Desire for Uranium and its Effects on**

**French Foreign Policy in Africa.** Dissertação (Mestrado em Ciências) — Faculdade de Engenharia Nuclear, Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, p. 43. 2000. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/161954185.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

PEREIRA, Letícia; NADIR, Mohammad; SOARES, Gabriel de Castro; et al. A nova estratégia americana para a África. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil,** 23 ago. 2022. Disponível em: https://opeb.org/2022/08/23/a-nova-estrategia-americana-para-a-africa/. Acesso em: 5 ago. 2025.

POURTIER, Roland. L'Afrique centrale dans la tourmente. **Hérodote,** v. 111, n. 4, p. 11–39, 2003. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-herodote-2003-4-page-11?lang=fr&tab=cites-par. Acesso em: 12 abr. 2025.

PRUNIER, Gérard. **Africa's World War:** Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=kp93kUfdhC0C&oi=fnd&pg=PR5&dq=Prunier,+G.+(2009).+Africa%E2%80%99s+World+War:+Congo,+the+Rwandan+Genocide,+and+the+Making+of+a+Continental+Catastrophe.+Oxford+University+Press.&ots=mtVYIXj8EX&sig=EJR1DPvHWG_kIntNTnI6Jkr4MIU&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 12 abr. 2025.

RAMANI, Samuel. **Russia in Africa:** Resurgent Great Power or Bellicose Pretender?. Oxford: Oxford University Press, 2023. Disponível em: https://academic.oup.com/book/49428. Acesso em: 23 abr. 2025.

RAMAPHOSA, Cyril. Statement by President Cyril Ramaphosa on the recent developments in the eastern DRC and deaths of South African soldiers, 29 January 2025. **Department of International Relations & Cooperation.** Pretoria, 29 jan. 2025. Disponível em: https://dirco.gov.za/statement-by-president-cyril-ramaphosa-on-the-recent-developments-in-the-eastern-drc-and-deaths-of-south-african-soldiers-29-january-2025/. Acesso em: 7 ago. 2025.

RÊPAS, Paulo Jorge Malva de Jesus. **EUA e China:** a disputa pelo petróleo. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade Autónoma de Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.grupoautonoma.pt/entities/publication/d024faa5-1e39-4436-a78b-1e1b83ec394f. Acesso em: 26 jun. 2025.

REUTERS. Burkina Faso to nationalise more industrial mines, prime minister says. **Reuters**, 29 abr. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/burkina-faso-nationalise-more-industrial-mines-prime-minister-says-2025-04-29. Acesso em: 7 ago. 2025.

REUTERS. Libya announces first bidding round for oil exploration in 17 years. **Reuters,** 3 mar. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/business/energy/libya-announces-first-bidding-round-oil-exploration-17-years-2025-03-03/. Acesso em: 7 ago. 2025.

REUTERS. Uganda military chief threatens to attack eastern Congo town of Bunia. **Reuters,** 15 fev. 2025a. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/uganda-military-chief-threatens-attack-eastern-congo-town-bunia-2025-02-15. Acesso em: 6 ago. 2025.

REUTERS. Congo general condemns Ugandan military chief's threats. **Reuters,** 28 mar. 2025b. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/congo-general-condemns-ugandan-military-chiefs-threats-2025-03-28. Acesso em: 6 ago. 2025.

REUTERS. Congo files criminal complaints against Apple in Europe over conflict minerals. **Reuters,** 17 dez. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com. Acesso em: 7 ago. 2025.

RODRÍGUEZ POSE, Andrés; BARTALUCCI, Federico; FRICK, Susanne; SANTOS PAULINO, Amelia; BOLWIJN, Richard. The challenge of developing special economic zones in Africa: Evidence and lessons learnt. **Regional Science Policy & Practice**, v. 14, n. 2, p. 456-481, 2022. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/rsp3.12535. Acesso em: 23 jun. 2025.

RUSSIAN diamond miner Alrosa boosts cooperation with Congo after Angola leak. **Reuters**, 9 set. 2021. Disponível em: https://www.reuters.com/article/congo-diamonds-alrosa/russian-diamond-miner-alrosa-boosts-cooperation-with-congo-after-angola-leak-idINL8N2QB2J8/.

SAHEL LIBERTY NEWS. Burkina Faso tackles water scarcity amid heatwave with ONEA's proactive measures. **Sahel Liberty News,** 19 mar. 2025. Disponível em: https://sahellibertynews.com/2025/03/19/burkina-faso-tackles-water-scarcity-amid-heatwave-with-oneas-proactive-measures. Acesso em: 7 ago. 2025.

SAKA, Luqman. Françafrique: relações franco-africanas e engajamento militar francês na África pós-colonial. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 2024. DOI: 10.22456/2448-3923.128355. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/128355. Acesso em: 17 abr. 2025.

SANTOS, Maria Vitoria Resende. **Conflito silencioso:** análise sobre a guerra civil internacionalizada na República Centro-Africana. 2023. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SARUCHERA, Munyaradzi; KAMERI-MBOTE, Patricia. Multilateral environmental agreements and land and resource rights in Africa. **Pan-African Programme on Land and Resource Rights Policy Brief,** Cidade do Cabo, n. 11, p. 1-4, 2004. Disponível em: https://uwcscholar.uwc.ac.za/bitstreams/4fad6a6a-922e-4d96-97fa-536221721cd6/download. Acesso em 20 de maio de 2025.

SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo:** a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: https://lume.ufrgs.

br/handle/10183/31730. Acesso em: 27 jun. 2025.

SIRAW, Demas Dinku. Exploring the nile water discourse in ethiopia and egypt: securitization or developmental?. Journal Of Public Administration, **Finance And Law,** n. 27, p. 418-428, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.47743/jopafl-2023-27-33. Acesso em: 27 jun. 2025.

SOMALIA bans fishing trawlers from its waters. **Chennai:** International Collective in Support of Fishworkers, 2025. Disponível em: https://icsf.net/newss/somalia-bans-fishing-trawlers-from-its-waters/. Acesso em: 7 ago. 2025.

SOUZA, Luciana. **Um Estudo Comparado entre as Matrizes Elétricas do Brasil e da França nos últimos 10 anos.** Trabalho de Conclusão de Graduação—Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, p. 63. 2022. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/4973/6/MONOGRAFIA_EstudoComparadoMatrizes.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

SOUSA, Gloria Sofia Oliveira de. Boom do petróleo sem reflexos no desenvolvimento do Chade. **DW**, 10 out. 2013. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/boom-do-petr%C3%B3leo-sem-reflexos-no-desenvolvimento-do-chade/audio-17148484. Acesso em: 2 jun. 2025.

SOY, Anne. A estratégia dos EUA para combater influência de China e Rússia na África. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3grry7p85ko. Acesso em: 5 ago. 2025.

PACZYNSKA, Agniesza. Recalibrating South Africa's Role in Post-Conflict Reconstruction Processes in Africa. **Stimson Center,** 2017. Disponível em: https://www.stimson.org/2017/recalibrating-south-africas-role-post-conflict-reconstruction-processes-africa/. Acesso em: 25 maio 2025.

STRONSKI, P. Late to the Party: Russia's Return to Africa. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2019. Disponível em: https://carnegieendowment.org/research/2019/10/late-to-the-party-russias-return-to-africa?lang=en. Acesso em: 12 abr. 2025.

SUDAN EVENTS. Mineral Resources presents comprehensive vision for gold mining development. **Sudan Events,** 2024. Disponível em: https://sudanevents.com/index.php/2024/11/21/mineral-resources-presents-comprehensive-vision-for-gold-mining-development. Acesso em: 07 ago. 2025.

SUDAN TRIBUNE. Militia-linked Darfur gold mines handed over to Sudan's government: statement. **Sudan Tribune,** 2020. Disponível em: https://sudantribune.com/militia-linked-darfur-gold-mines-handed-over-to-sudans-government-statement. Acesso em: 07 ago. 2025.

SUMA, Nando Paulo; CAOMIQUE, Policarpo Gomes. Golpes em África: desfrancização e redemocratização no Sahel. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 75–102, 2024. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v20i43.12123. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/12123. Acesso

em: 2 jun. 2025.

SUMMIT Outcomes 2019. **Russia-Africa Summit**, 2019. Disponível em: http://summitafrica.ru/en/archive/2019/summit-outcomes/. Acesso em: 2 jun. 2025.

SUMMIT Outcomes 2023. **Russia-Africa Summit**, 2023. Disponível em: https://www.summitafrica.ru/en/archive/2023/summit-outcomes/. Acesso em: 2 jun. 2025.

SCALABRINI INSTITUTE FOR HUMAN MOBILITY IN AFRICA. The Regional Economic Communities of African Union. **CEN-SAD,** [s.d]. Disponível em: https://sihma.org.za/online-resources/understanding-human-mobility-in-africa-the-regional-economic-communities-of-african-union-cen-sad. Acesso em: 5 ago. 2025.

TCHINHAMA, Laurindo Paulo Ribeiro; DOS SANTOS, Jéssica Tauane. República Democrática do Congo em foco. **Dossiê de Conflitos Contemporâneos,** v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/05/vol-1-n1-2020.pdf#page=23. Acesso em: 12 abr. 2025.

THE Trump Administration's Prosper Africa Initiative. **Congress Research Archive**, 2025. Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/IF11384. Acesso em: 25 jun. 2025.

TUMANJONG, Emmanuel. EU pledges $96M loan to Cameroon to boost infrastructure. **Associated Press**, 19 nov. 2024. Disponível em: https://apnews.com/article/cameroon-eu-loan-infrastructure-2135ed9da95c43dbdc1516cee959fdb7. Acesso em: 8 ago. 2025.

UNCTAD. **Burundi - Adopted Mining Code 2023.** 4 ago. 2023. Disponível em: https://investmentpolicy.unctad.org/investment-policy-monitor/measures/4833/burundi-adopted-mning-code-2023-#:~:text=On%204%20August%202023%2C%20Burundi,concerning% 20environmental%20and%20operational%20standards. Acesso em: 4 jun. 2025.

UNECE. Burkina Faso confirms interest in joining Water Convention to improve management of its shared water resources. **UNECE,** 2024. Disponível em: https://unece.org/climate-change/news/burkina-faso-confirms-interest-joining-water-convention-improve-management-its. Acesso em: 7 ago. 2025.

UNEP. No Sudão, guerra e o declínio do meio ambiente andam de mãos dadas. **UNEP,** 4 nov. 2022. Disponível em: https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/no-sudao-guerra-e-o-declinio-do-meio-ambiente-andam-de-maos-dadas. Acesso em: 25 maio 2025.

UNIÃO AFRICANA. **Africa Mining Vision: Transparent, equitable and optimal exploitation of mineral resources to underpin broad-based sustainable growth and socio-economic development.** Addis Adaba, 2009. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/30995-doc-africa_mining_vision_english_1.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

UNIÃO AFRICANA (UA). **African Convention on the Conservation of Nature and Natural Resources.** Addis Ababa: African Union, 2013. Disponível em: https://au.int/en/treaties/african-convention-conservation-nature-and-natural-resources. Acesso em: 7 ago. 2025.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Djibouti Country Profile.** Addis Ababa: African Union, 2022. Disponível em: https://au.int/en/countryprofiles/djibouti. Acesso em: 7 ago. 2025.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Continental Priorities.** African Union, 2016a. Disponível em: https://au.int/en/aureforms/priorities. Acesso em: 2 jun. 2025.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Convention of the African Energy Commission.** Lusaka, 2001, 28 p.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Estatuto do Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais.** Adis Adeba, 2016b, 19 p. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/32544-treaty-0050_-_statute_african_mineral_development_centre_p.pdf.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Multilateral Environmental Agreements.** African Union, 2018a. Disponível em: https://au.int/en/meas. Acesso em: 2 jun. 2025.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Revised African Convention on the Conservation of Nature and Natural Resources.** Addis Abeba, 2013, 47p.

UNIÃO AFRICANA (UA). **The African Continental Free Trade Area.** African Union, 2018b. Disponível em: https://au.int/en/african-continental-free-trade-area. Acesso em: 2 jun. 2025.

UNITED NATIONS PRESS. Security Council Strongly Condemns Ongoing Offensives by M23 Rebel Movement in Eastern Democratic Republic of the Congo, Unanimously Adopting Resolution 2773 (2025). **United Nations Security Council,** 2025. Disponível em: https://press.un.org/en/2025/sc16004.doc.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Letter dated 27 December 2024 from the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council.** Disponível em: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/373/37/pdf/n2437337.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

USMAN, Zainab; CSANADI, Alexander. How to Advance U.S.-Africa Critical Minerals Partnerships in Mining and Geological Sciences. **Carnegie Endowment for International Peace**, p. 8, 2025. Disponível em: https://carnegieendowment.org/posts/2025/04/how-to-advance-us-africa-critical-minerals-partnerships-in-mining-and-geological-sciences?lang=en. Acesso em: 25 jun. 2025.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Coord.). **História geral da África,** v. 7: África sob dominação colonial, 1880 1935. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21 50.

VISENTINI, Paulo; TEIXEIRA, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos.** Petrópolis: Vozes, 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Axes of World Power in the 21st Century: An Analytical Proposal. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations,** v. 8, n. 15, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/91767. Acesso em: 3 jun. 2025.

WANKI, Justin Ngambu. The right to development in Francophone Africa: post-colonial agreements, sovereign authority and control over natural resources. **African Human Rights Law Journal,** [S.L.], v. 23, n. 2, p. 228-255, 31 jan. 2024.

WHITACKER, Guilherme Magon. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos e questão agrária em Moçambique: a Vale S.A. e o extrativismo epidêmico. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 226–246, 2019.

WHO are we?. **CENSAD,** 2024. Disponível em: https://censad.int/en/who-are-we/. Acesso em: 5 ago. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of Independence and Unity.** Lincoln/ London: University of Nebraska Press, 2005.

WANG, Y.; ZHANG, Z.; XU, M. Evolution pattern of African countries' oil trade under the changing in the global oil market. **Energy,** v. 284, p. 10, dez. 2023.

WILLIAMS, David. Neoextractivismo en la República Democrática del Congo y Angola: entre la globalización neoliberal, las tendencias regionales y particularidades locales. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 7, n. 13, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2448-3923.120775. Acesso em: 5 ago. 2025.

**WORLD BANK.** Burkina Faso Overview. 2025. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/burkinafaso/overview. Acesso em: 7 ago. 2025.

**WORLD BANK.** South Africa Overview. 2025. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/country/southafrica/overview. Acesso em: 7 ago. 2025.

ZANE, Damian. Is Trump mulling a minerals deal with conflict-hit DR Congo? **BBC News**, 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cjryjlnddddpo. Acesso em: 5 ago. 2025.

ZANE, Damian; CHIBELUSHI, Wedaeli. DR Congo's M23 conflict: What is the fighting about and is Rwanda involved? **BBC News**, 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cgly1yrd9j3o. Acesso em: 5 ago. 2025.

ZECA, Emílio Jovando. Organizações Regionais e Processos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em África: Experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. **Conjuntura Global,** v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/54618. Acesso em: 5 ago. 2025.

União Africana – Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA)

**O Sudão e o comércio ilegal de armas: Implicações para os conflitos na África Subsaariana**

*Giuseppe Camargo Pulice*[10]
*Isabela Marques Helmann*[11]
*Julia Bolzan de Lacerda*[12]

## RESUMO

O presente Guia de Estudos aborda o processo de formação do Estado sudanês e as implicações que o levaram a conflitos durante o século XX e XXI. Além disso, o Guia objetiva apresentar as consequências do comércio ilegal de armas para a proliferação e continuação dos conflitos que envolvem o Sudão e toda a região. Assim, o Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA) busca, por meio da cooperação entre os Estados-membros, adotar medidas adequadas para enfraquecer a rede de tráfico ilegal de armamentos. Por fim, o Guia propõe uma análise crítica dos atores locais e internacionais envolvidos na questão do tráfico de armas, acentuando a importância de políticas cooperativas e integradas, para combater esse problema e estabilizar o Sudão e a região na qual está inserido.

10 Giuseppe Camargo Pulice é aluno do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor do Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA).
11 Isabela Marques Helmann é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente do Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA).
12 Julia Bolzan de Lacerda é aluna do segundo ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente do Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA).

## 1 INTRODUÇÃO

A globalização possibilitou com que a compra e venda de diversos bens e serviços fosse cada vez mais facilitada ao redor do planeta, ultrapassando fronteiras. Dentro desse contexto, a questão do comércio ilegal de armas se mostra cada vez mais complexa, estando presente em inúmeros conflitos. Com o foco no conflito ocorrendo no Sudão, o Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA) busca fornecer um espaço para diálogo entre os países-membros para que a estabilidade seja retomada no país e na região.

O conflito atual no Sudão teve início em 2023, dois anos após o início da transição democrática vivida no país após o golpe de Estado que derrubou o governo de Omar al-Bashir (1989-2019). Em 2021, dois grupos militares antagônicos — o Exército Sudanês, liderado pelo general Abdel Fattah al-Burhan, e as Forças de Apoio Rápido (RSF), oriundas das milícias janjaweeds — protagonizaram uma escalada de tensões, que se intensificaram em abril de 2023, provocando inúmeros óbitos no país, além de violações gravíssimas aos direitos humanos.

O comércio ilegal de armas, nesse sentido, aparece como um dos principais agravantes do conflito. Com largas fronteiras e pouco controle sobre elas, o Sudão vem se tornando, ainda mais do que no século XX, destino de armamentos ilegalmente comercializados. Devido à porosidade das fronteiras e à centralidade do Estado, diversos grupos armados e atores estrangeiros conseguem acessar o país com facilidade, sobretudo no que diz respeito à entrada de armamentos, leves ou pesados.

O guia tem como objetivo discutir os desafios que o tráfico ilegal de armas impõe ao Sudão e à região, com foco especial na população civil afetada. Para isso, está estruturado em dois eixos: (1) o contexto histórico do conflito em Darfur, abordando a trajetória política e econômica da região e oferecendo um estudo de caso para compreender as raízes da problemática no continente; e (2) a apresentação do problema, que fornece uma visão geral e coesa sobre o assunto. Por fim, são apresentadas as medidas já adotadas por países e organizações internacionais, bem como os posicionamentos dos Estados representados no comitê.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO

A independência dos Estados Africanos foi marcada por acontecimentos internos e externos ao continente. Embora esteja conectada ao movimento pan-africanista, a luta pela independência no continente assumiu formas diversas em função das especificidades políticas, sociais, econômicas e culturais de cada região da África (Visentini, 2013). Neste tópico trabalharemos 1) os processos de independência presentes na região subsaariana; 2) a constituição de zonas de conflito no Sudão; e 3) a insurgência de grupos paramilitares nessas regiões de conflitos armados.

### 2.1 Descolonização, formação estatal e integração africana

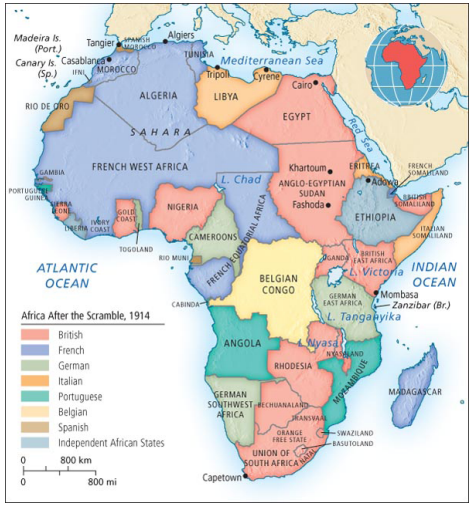
Immanuel Wallerstein, em "O universalismo europeu: a retórica do poder", publicado em 2007, discorre sobre a sua concepção do sistema capitalista mundial, mostrando que o universalismo das potências industriais dominantes, que ele chama de "universalismo europeu", sempre foi parcial e distorcido, promovido por líderes do velho continente, que buscam defender os interesses de suas classes dirigentes (Wallerstein, 2007). Dessa maneira, entende-se que a história desse sistema moderno tem

sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo restante do planeta, mas principalmente da África e da América, por meio da conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa.

Dessa forma, para compreender o movimento de descolonização africana, é preciso primeiro considerar a natureza do domínio colonial europeu. Apesar da colonização ter começado muito antes, a Conferência de Berlim, que ocorreu entre 1884–1885, constituiu problemáticas ao dividir o continente africano entre as potências europeias, ignorando completamente as fronteiras étnicas, linguísticas e culturais locais (Mamdani, 1996). O modelo de colonização implantado pelos europeus baseava-se na exploração econômica, na administração indireta (notadamente pelos britânicos) ou direta (como no caso francês), e na imposição de um *ethos* civilizatório europeu[13] que marginalizou conhecimentos e estruturas africanas, estes que perduraram por alguns séculos (Mamdani, 1996).

A primeira metade do século XX, foi decisiva para abalar o prestígio das potências coloniais, especialmente França e Reino Unido, e abrir espaço para o surgimento de movimentos nacionalistas, como o pan-africanismo. Esse movimento nasceu da luta de ativistas negros africanos em prol da valorização da coletividade africana e pelo fim do colonialismo europeu (Barbosa, 2012). Dessa maneira, o pan-africanismo representou uma das principais matrizes da política internacional adotada pelos Estados africanos no período de pré e pós independência. Para Visentini (2013), a soberania política das "recém-criadas" nações africanas dependia, em larga escala, da sua capacidade de promover mecanismos de integração regional e, posteriormente, continental. Dessa maneira, a emancipação política não teria o mesmo efeito caso não houvesse esse viés de unidade continental promovido pelo pan-africanismo.

Imagem 1 - Partilha da África na Conferência de Berlim (1884 - 1885)




Fonte: OER Commons, s.d.

13 Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região (OXFORD, 2025).

Corroborando com a narrativa supracitada, a colonização teve diferentes formatos. No caso da França, país que possui uma longa história com parte do continente africano, as políticas implementadas tinham como o objetivo a exploração econômica das colônias, principalmente no Senegal, por meio de dominação militar (Saka, 2023). No entanto, as agitações na Indochina Francesa e a Guerra de Independência da Argélia, juntamente com a percepção dos custos desses envolvimentos militares, deixaram cada vez mais claro que uma dominação forçada das colônias francesas na África não poderia ser mantida de forma pacífica e não era economicamente sustentável a longo prazo (Saka, 2023).

Dessa maneira, em 1958, o presidente Charles de Gaulle propôs um plano para conceder autonomia e autogoverno às ex-colônias, dentro da estrutura da *Communauté française* (Comunidade Franco-Africana). Essa iniciativa visava tanto manter algum controle quanto acalmar os ânimos daqueles que buscavam a independência política total. Com exceção de Sekou Touré, da Guiné, que buscou a independência em 1958, os líderes nacionalistas das colônias inicialmente aceitaram o acordo proposto pelo império francês. Contudo, a crescente demanda por independência em diversas colônias africanas e o afastamento de alguns dos líderes africanos da comunidade *Françafrique*, levaram o presidente francês e seus conselheiros a perceber que a independência política não podia mais demorar (Saka, 2023). Dessa maneira, no ano de 1960, a França concedeu independência a todas as suas possessões coloniais na África Ocidental, transformando-as em nações independentes. Apesar da soberania significar a perda de controle da França sobre suas antigas colônias, ela manteve alguns privilégios nessas nações através de relações políticas, econômicas e militares estabelecidas por meio de acordos assinados com cada um dos Estados recém-independentes (Saka, 2023).

Nos países colonizados por Portugal, como Moçambique e Angola, a colonização e as independências se deram por outros fatores. Diferente das demais potências coloniais, o império português iniciou sua presença no continente africano a partir da costa ocidental, com o estabelecimento de feitorias em locais estratégicos, como Arguim, Cabo Verde e São Tomé, tendo como objetivos principais o comércio de escravizados e, principalmente, ouro (Saka, 2023). No entanto, foi apenas no século XIX, que Portugal passou a consolidar sua presença territorial de forma mais profunda, em colônias como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (Visentini, 2013).

Durante o período colonial, Portugal adotou um modelo de dominação mais autoritário ao comparado com outras potências europeias — o Estado Novo de Salazar considerava as colônias africanas como "províncias ultramarinas" do território metropolitano, negando a elas o direito à autodeterminação, principalmente étnica. Dessa maneira, em consequência de anos de dominação, em 1950 e 1960, inspirados pelos movimentos de descolonização na Ásia e no restante da África, surgiram os principais movimentos de libertação nacional nas colônias portuguesas. Na Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, liderou a luta contra o domínio português, enfrentando outros dois grupos armados — a FNLA e a UNITA. Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, assumiu a dianteira da resistência armada. Já em Guiné-Bissau e Cabo Verde, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral, conduziu uma das mais bem-sucedidas lutas de guerrilha no continente (Wallerstein, 1974).

As guerras de independência nas colônias portuguesas foram longas, violentas e caracterizadas por enfrentamentos de guerrilha. A resistência do regime salaza-

rista à descolonização culminou em três frentes de guerra simultâneas, que duraram mais de uma década (1961–1974) (Visentini; Pereira, 2016). Apenas com a Revolução dos Cravos[14], em abril de 1974, que derrubou a ditadura em Portugal, foi possível iniciar negociações de independência com os movimentos africanos. Entre 1974 e 1975, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se tornaram oficialmente independentes, embora muitos desses países tenham entrado em guerras civis imediatamente após a independência, muitas vezes alimentadas por dinâmicas da Guerra Fria (Visentini; Pereira, 2016).

Para fins didáticos, é possível separar o período de descolonização do continente em três fases: a primeira, iniciada com a independência do Sudão, em 1956, foi marcada por processos relativamente pacíficos de transição, em sua maioria conduzidos por elites nacionalistas com base em articulações político-partidárias. O processo de descolonização do Sudão remonta à formação do Sudão Anglo-Egípcio, em 1899, quando o país passou a ser administrado conjuntamente pelo Egito e pelo Reino Unido. Porém, em 1953, o Acordo Anglo-Egípcio estabeleceu um prazo para a retirada das tropas britânicas e egípcias, culminando na declaração de independência sudanesa em 1 de janeiro de 1956 (Davidson, 1992).

A segunda fase trata-se do período de maior intensidade e amplitude do processo de descolonização. Apenas no ano de 1960, conhecido como o "Ano da África" (Davidson, 1992), dezessete países africanos conquistaram sua independência, em sua maioria ex-colônias francesas (Camarões, Costa do Marfim, Benin, Burkina Faso, Níger, Mali, Somália, Nigéria, Mauritânia, Gabão, entre outros). Dessa forma, entende-se que esse processo teve como catalisador o esgotamento do modelo imperial francês, a crise na Argélia e as pressões internas dos movimentos nacionalistas (Nzongola-Ntalaja, 2002).

Por fim, a terceira fase compreende a independência das colônias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), que, após longas guerras de libertação nacional, foram primordiais para o desencadeamento na Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Esse período foi fortemente marcado pela luta armada e pelo envolvimento direto das potências da Guerra Fria. Por fim, a independência de Zimbábue em 1980 e o fim do apartheid na África do Sul em 1994 encerraram, em grande medida, esse período de emancipação africana (Chabal, 2002).

É nesse contexto de agitações e independências que a Organização da Unidade Africana (OUA) é criada, como tentativa institucional de manter vivo o pan-africanismo e articular respostas coletivas aos dilemas do pós-independência. A OUA representou, portanto, uma transição entre a luta anticolonial e a busca por integração política, econômica e de segurança, mesmo com suas limitações estruturais que permaneceram após o período de emancipação (Visentini, 2013).

Fundada em Adis Abeba, na Etiópia, com a adesão de 32 Estados recém-independentes, a OUA teve como missão primordial consolidar uma solidariedade frente aos desafios do pós-colonialismo, promover a unidade entre os países do continente e apoiar os movimentos de libertação ainda em curso. Entretanto, a OUA nasceu, também, com um compromisso com o princípio da soberania estatal, o que impôs limites consideráveis à sua atuação no que tange à integração. Como aponta Visentini (2013), havia uma tensão entre dois grupos de países: de um lado, os "radicais", liderados por Gana, que propunham uma união política imediata;

14 Um fator central para a derrubada da ditadura fascista em Portugal foram as campanhas militares iniciadas em 1961 por Salazar, com a eclosão de movimentos armados pela independência de Angola, seguidos por Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, que se estenderam até a derrubada da ditadura fascista em Portugal.

de outro, os "moderados", como Senegal e Costa do Marfim, que defendiam uma abordagem mais pragmática, pautada no respeito à soberania e na cooperação gradual. Essa divergência resultou em uma OUA mais voltada para a defesa da integridade territorial e do *status* quo interestatal do que para uma integração política mais profunda (Visentini, 2013).

Apesar dos avanços no campo da integração, a OUA foi criticada por sua ineficiência em lidar com os conflitos internos, golpes de Estado e violações de direitos humanos que se multiplicaram no continente nas décadas de 1970 e 1980. A forma como a estrutura institucional da OUA foi concebida — sem a proposta de realizar intervenções, ao contrário da UA — e a ausência de mecanismos coercitivos evidenciaram os limites de um modelo que, embora inspirado no ideal pan-africanista, mostrou-se pouco funcional diante das diferentes realidades estatais (Adebajo, 2010). Como consequência, a transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana (UA), formalizada em 2002, simbolizava uma tentativa de superação dessas limitações por meio da reinterpretação dos princípios pan-africanistas.

Com isso, a UA nasceu com um mandato mais abrangente, incorporando não apenas a promoção da unidade e solidariedade entre os Estados africanos, mas também a defesa dos direitos humanos, a prevenção de conflitos, o fortalecimento da democracia e a integração econômica (Union Africane, 2000). Nesse sentido, a UA promoveu uma reformulação dos princípios e estruturas institucionais da OUA, mantendo o espírito integracionista do pan-africanismo, mas incorporando mecanismos mais adequados às complexidades de segurança, solidariedade e soberania estatal presentes no continente (Murithi, 2008).

## 2.2 Constituição das zonas de conflito no Sudão

A transição da era da descolonização africana para os contextos de instabilidade contemporânea revela uma tensão histórica entre os ideais pan-africanistas e a realidade fragmentada da África Subsaariana. As limitações dos projetos integracionistas, como a UA, ficaram evidentes diante da complexidade étnica, religiosa, geopolítica e econômica de muitos Estados africanos. Dessa forma, esse subcapítulo trabalhará as dinâmicas encontradas nas zonas de conflito na região do sul do Saara, com foco no Sudão.

Na década de 1960, conflitos como a guerra civil nigeriana (1967–1970), a secessão de Biafra, o caso do Katanga no Congo e a fragmentação de Ruanda e Burundi já apontavam para um padrão que poderia vir a ser recorrente: a herança colonial associada à fragilidade institucional e à ausência de consenso nacional alimentava disputas que rapidamente escalaram para confrontos armados (Nzongola-Ntalaja, 2002). A OUA, comprometida com o princípio da soberania estatal e da não intervenção, se absteve de intervir diretamente nesses conflitos.

O Sudão é frequentemente citado como um exemplo paradigmático dos conflitos que emergiram das contradições do processo de descolonização e da falência dos projetos de integração continental. Com uma história profundamente marcada por divisões principalmente regionais, mas também étnicas e religiosas, o país viveu dois conflitos civis prolongados (1955–1972 e 1983–2005)[15], que culminaram na separação do Sudão do Sul em 2011 (Nzongola-Ntalaja, 2002). Ainda durante o

15 A Primeira Guerra Civil Sudanesa, ocorrida entre 1955 e 1972, foi um conflito entre o governo do Sudão e rebeldes do sul, que buscavam maior autonomia. A Segunda Guerra Civil Sudanesa, ocorrida entre 1983 e 2005, foi um conflito entre o governo do Sudão, liderado por Jaafar Nimeiry, e o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA), que representava os interesses do sul do Sudão (Astúa; Belezia, 2025).

período colonial, o Sudão era administrado de forma desigual: o norte, majoritariamente árabe e muçulmano, era privilegiado em detrimento do sul, onde predominavam grupos negros e cristãos. Essa assimetria foi institucionalizada pelos britânicos e manteve-se no pós-independência, ou seja, a independência do país em 1956 não foi acompanhada por um pacto nacional mais inclusivo, e o poder eventualmente se concentrou mais nas elites do norte do que nas do sul (Jok, 2007) A marginalização do sul gerou resistência armada, inicialmente liderada pelo movimento Anya-Nya[16] e, posteriormente, pelo Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS), chefiado por John Garang, que era contra a independência da região sul. Dessa forma, a independência só passa a ser defendida após a morte do líder, quando Salva Kiir, atual presidente do Sudão do Sul, assume o movimento e adota a defesa da emancipação do país. O conflito foi intensificado por disputas econômicas — sobretudo em torno do petróleo — e pela imposição da sharia islâmica em todo o território sudanês nos anos 1980, medida que marginalizou ainda mais a população do sul (De Waal, 2007). É interessante notar que a maior parte das reservas de petróleo nos territórios que hoje formam o Sudão e o Sudão do Sul está localizada no sul, enquanto toda a infraestrutura de escoamento e os oleodutos ficam no norte, o que vai pautar grande parte das tensões entre esses dois novos Estados no período de pós-independência (De Waal, 2007).

De toda maneira, a assinatura do Acordo de Paz Abrangente em 2005, mediado pela Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD) e com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e da UA, estabeleceu um cessar-fogo e criou as bases para um referendo sobre a independência do sul, realizado em 2011, cujo resultado foi a criação da República do Sudão do Sul. A paz, contudo, foi efêmera: novos conflitos internos eclodiram no recém criado país em 2013, expondo as divisões étnicas entre os grupos Dinka e Nuer (Rolandsen, 2011).

A União Africana teve participação ativa, mas limitada, no contexto dos conflitos sudaneses. A UA atuou como mediadora nos Acordos de Paz e criou, em 2004, a Missão da União Africana no Sudão (AMIS) para monitorar o cessar-fogo em Darfur. Essa operação, no entanto, foi marcada por problemas logísticos, falta de mandato robusto e restrições de financiamento (Williams, 2011). Com a escalada da violência e denúncias de genocídio em Darfur, a ONU interveio diretamente e, em 2007, criou a missão conjunta UNAMID (United Nations-African Union Mission in Darfur), que operou até 2020. Essa foi uma das primeiras experiências de cooperação estreita entre a UA e a ONU, e evidenciou as limitações das organizações internacionais em lidar com crises mais complexas.

O Sudão voltou ao centro dos debates internacionais no ano de 2019, com a derrubada de Omar al-Bashir, após 30 anos no poder. A queda do regime foi seguida por uma transição civil-militar, que pretendia conduzir o país a eleições democráticas representativas. No entanto, o processo foi interrompido por um golpe militar em 2021 e, em 2023, o Sudão mergulhou novamente na guerra civil, desta vez entre duas alas militares: as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF), lideradas respectivamente por Abdel Fattah al-Burhan e Mohamed Hamdan Dagalo (Hemedti) (International Crisis Group, 2023).

16 O Anya Nya foi um exército paramilitar formado por rebeldes separatistas do sul do Sudão durante a primeira guerra civil sudanesa. Anya Nya significa "veneno de cobra" em Madi (Rolandsen, 2011).

17 É um sistema legal baseado nos ensinamentos do Corão, nos hadiths (relatos da vida do profeta Maomé) e na Suna (os ensinamentos e práticas do profeta) (BBC, 2021).

18 Dinka e Nuer são as duas maiores etnias no Sudão do Sul, e a sua relação tem sido marcada por conflitos e, por vezes, por cooperação (casamentos interétnicos) (CONFLICT.., [s.d]).

A continuidade dos conflitos supracitados evidencia as dificuldades enfrentadas por esses Estados na consolidação das suas estruturas institucionais, lidando com problemas econômicos e políticos que encontram suas raízes no período colonial, e que levam a tensões entre elites, ausência de coesão nacional e ingerências externas. A crise e os conflitos no Sudão e, posteriormente, no Sudão do Sul, nesse sentido, resume muitos das problemáticas da integração africana: os limites da soberania nacional, o desafio da diversidade étnica e o papel insuficiente das instituições regionais. Em suma, entende-se que a constituição de zonas de conflito, como Darfur, corroboram com a criação de grupos armados, como os exércitos regionalizados em cada polo.

2.3 Insurgência de grupos terroristas nas regiões de conflitos armados

A crise humanitária e os conflitos armados que marcam o Sudão e o Sudão do Sul têm sido alimentados por uma complexa teia de fatores. Desde o período pós-independência as insurgências armadas — muitas vezes categorizadas como terroristas — revelam a fragilidade institucional dos Estados e os limites dos projetos pan-africanistas de integração e estabilidade. Em especial, as regiões de Darfur, Cordofão do Sul e as fronteiras com o Chifre da África se consolidaram como epicentros da violência organizada, com a atuação de grupos insurgentes e milícias que desafiam a soberania estatal e aprofundam a fragmentação política do território (Jok, 2007). Este subcapítulo tem como objetivo identificar os atores políticos envolvidos na criação dos grupos terroristas encontrados em regiões de conflito no Sudão e no Sudão do Sul.

O surgimento desses grupos autonomistas está diretamente relacionado à marginalização histórica da população mais periférica e à centralização do poder político e econômico em Cartum, capital sudanesa. Durante o regime de Omar al-Bashir, essa centralização foi intensificada, e políticas de islamização e arabização forçadas aprofundaram a alienação de grupos étnicos não árabes, particularmente nas regiões ocidentais e meridionais do Sudão. A repressão sistemática gerou a radicalização de movimentos sociais locais, muitos dos quais evoluíram para movimentos armados com pautas políticas, tendo como principal fator motivador a desigualdade entre essas regiões e a capital — ou seja, o cerne da questão reside em uma reivindicação de maior distribuição de poder (De Waal, 2007).

Entre os grupos insurgentes mais notórios está o Justice and Equality Movement (JEM), fundado em 2000 por Khalil Ibrahim, antigo membro do governo de Bashir. O JEM surgiu como uma dissidência militar do islamismo oficial sudanês, tendo adotado uma crítica enfática à exclusão das minorias étnicas e proposto uma redistribuição do poder político e econômico no país. A organização possui um perfil político-ideológico mais definido do que outros grupos rebeldes e tem operado principalmente na região de Darfur, onde lançou ofensivas armadas contra alvos militares e civis associados ao regime central (De Waal, 2007).

Outro ator de grande importância no conflito em Darfur é o Sudan Liberation Army (SLA), que foi fundado em 2002 por membros da etnia Fur e Zaghawa. Diferentemente do JEM, o SLA tinha inicialmente uma agenda secular e mais etnicamente definida, apesar disso, ambas as organizações acusavam o governo de Cartum de negligenciar a região de Darfur, enquanto promoviam ataques através da milícia árabe conhecida como Janjaweed. O grupo, posteriormente, foi acusado de perpetrar o genocídio contra populações não árabes, resultando em mais de 300 mil mortes e milhões de deslocados (Human Rights Watch, 2004; International Criminal Court, 2009).

A atuação do Janjaweed, por sua vez, oferece um desenho claro da militarização dos atores paramilitares com um apoio estatal. Embora tecnicamente não seja um grupo terrorista no sentido clássico, a milícia é responsável por violações graves de direitos humanos que motivaram a emissão de mandados de prisão pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) contra membros do governo sudanês, incluindo o próprio Omar al-Bashir (International Criminal Court, 2009). O financiamento, treinamento e armamento do Janjaweed por parte do governo sudanês evidenciam o uso de forças irregulares para a contenção de rebeliões internas e a manutenção de um projeto de dominação étnica (De Waal, 2007).

De toda forma, mesmo com a independência do Sudão do Sul em 2011, as tensões não cessaram. Pelo contrário: o novo país mergulhou rapidamente em uma guerra civil em 2013, alimentada por rivalidades político-étnicas entre os dois principais líderes do país: o presidente Salva Kiir, da etnia Dinka, e o vice-presidente Riek Machar, da etnia Nuer. Dessa cisão emergiu o Sudan People's Liberation Movement-in-Opposition (SPLM-IO), liderado por Machar, que acusava o governo de Kiir de perseguições políticas e étnicas. Os combates entre as forças governamentais e os rebeldes do SPLM-IO foram marcados por massacres, estupros sistemáticos e deslocamentos em massa, configurando diversos crimes contra a humanidade (Unmiss, 2016).

Além do SPLM-IO, diversos grupos armados menores passaram a operar de forma descentralizada no Sudão do Sul, contribuindo para a fragmentação do conflito e a dificuldade de implementação de acordos de paz. Nesse sentido, a proliferação desses grupos insurgentes, frequentemente movidos por rivalidades locais, disputas por recursos naturais ou vinganças comunitárias, ilustrou o colapso da autoridade estatal e o fracasso da construção de um Estado inclusivo e representativo (International Crisis Group, 2014).

Mais recentemente, a instabilidade prolongada e a ausência de um governo central efetivo criaram condições propícias para a infiltração de células terroristas ligadas a grupos como o Estado Islâmico (ISIS) e a Al-Shabaab, especialmente nas zonas de fronteira com a região do Chifre da África. Embora essas células ainda não tenham a mesma expressão organizacional que apresentam em outros contextos, sua presença evidencia a regionalização das ameaças à segurança, bem como os desafios enfrentados pelas forças regionais e pela União Africana no combate ao extremismo violento (Murithi, 2008).

Em suma, os grupos insurgentes no Sudão e no Sudão do Sul são fruto de processos históricos de exclusão, marginalização e violência estrutural que foram exacerbados por governos autoritários, projetos de islamização forçada e pela competição por recursos naturais como petróleo, água e terras. O caráter híbrido dessas organizações — ora insurgentes, ora milícias, ora forças paramilitares apoiadas pelo Estado — dificulta sua categorização como "terroristas" segundo os critérios tradicionais do direito internacional, mas não diminui a gravidade de suas ações nem seus efeitos devastadores sobre as populações civis (Giuliani, 2020).

## 3 Apresentação do problema

De acordo com Tar (2021), a proliferação de armas ilegais constitui um dos principais fatores no que diz respeito à escalada de violência e à instabilidade nas zonas de conflito na África. A região da África Subsaariana, que conta com inúmeros confrontos armados — alguns destes, inclusive, remetem à época da colonização —, notavelmente não é eximida de tal questão. Dentre tais confrontos, a presente

seção irá focar no conflito sudanês, que possui origens antigas, mas desdobramentos recentes e extremamente violentos. Assim, tratar-se-á dos pontos centrais dessa discussão sob a lente das relações securitárias do continente africano. À vista disso, para entender as nuances da problemática exposta, é necessário 1) compreender as especificidades do comércio ilegal de armas no Sudão, além de suas principais consequências, 2) entender os impactos da questão para a soberania do Sudão e para o panorama securitário da região, e 3) mapear os focos de financiamento e fomento de grupos paramilitares por parte de países estrangeiros, buscando compreender seus interesses no Sudão.

### 3.1 A problemática do comércio ilegal de armas na África Subsaariana

O tráfico de armas é um empreendimento dinâmico, capaz de alterar a sua forma dependendo do contexto em que está inserido. A fim de melhor analisar esse processo, faz-se necessário o entendimento de algumas terminologias em relação a armamentos. Inicialmente, aclara-se que armas leves são armamentos que, de forma geral, são projetados para uso individual. Alguns exemplos incluem revólveres, pistolas semiautomáticas, rifles, submetralhadoras, fuzis de assalto e metralhadoras leves. Já as armas de porte leve são definidas como projetadas para serem usadas por duas ou três pessoas em conjunto, tais como metralhadoras pesadas, lançadores de granadas portáteis, canhões antiaéreos portáteis, canhões sem recuo, lançadores portáteis de mísseis e morteiros com calibre inferior a 100 milímetros (Bourne, 2007). O projeto Small Arms Survey[19](2017) estima que do 1 bilhão de armas de pequeno porte em circulação ao redor do globo, cerca de 85% esteja nas mãos de civis. Na África Subsaariana, o contrabando de armas exacerba problemáticas já existentes, como a ausência de um poder público bem estruturado, as desigualdades sociais e, em especial, os conflitos armados. A fragilização estatal, a pobreza dos cidadãos e a divisão interna nas comunidades contribuem para a disseminação da violência em muitas localidades da região. Armas de pequeno porte, nesse contexto, tornaram-se instrumentos baratos e de fácil acesso, estando espalhadas pelos espaços civis (Tar, 2021).

Para compreender a dimensão da problemática, é necessário também explorar as origens das armas ilegais presentes no continente africano. Inicialmente, destaca-se que uma forma comum de desvio é a captura de armas das forças armadas durante combates (Varisco; Wezean; Kuimova, 2022). Na República Democrática do Congo, por exemplo, em 2020, grupos armados visavam posições de tropas das Forças Armadas a fim de capturar armas e munições (United Nations Security Council, 2020). A posse de armas ilegais também pode ocorrer devido à má gestão de estoques e medidas de controle ineficazes ou insuficientes pelas forças governamentais, incluindo negligência na segurança. Ainda, situações em que um Estado transfere diretamente ou facilita a transferência de armas para grupos armados não autorizados podem ocorrer. Um exemplo disso é o caso do grupo armado congolês M23, que têm recebido armas e munições do governo de Ruanda (United Nations Security Council, 2014).

19 O Small Arms Survey é um projeto de pesquisa independente localizado no Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e do Desenvolvimento em Genebra, na Suíça. O objetivo principal do programa é aumentar a capacidade dos Estados ao redor do mundo de reduzir o fluxo ilícito de armas e a violência armada por meio de três atividades: a geração de conhecimento para políticas públicas, o desenvolvimento de recursos e ferramentas de autoridade e a oferta de treinamentos. Seus principais financiadores incluem organizações como o Arms Trade Treaty (ATT), a United Nations Development Programme (UNDP) e países como a Austrália, os Estados Unidos, a Alemanha e a União Europeia (Small Arms Survey, 2025).

As implicações do tráfico de armas para o continente africano são inúmeras. De acordo com o Conselho de Segurança da ONU (2020), a acumulação e a disseminação descontrolada de armas de pequeno porte aumentam a intensidade e a duração dos conflitos armados, impedem a construção da paz, frustram os esforços voltados à prevenção de conflitos, dificultam a prestação de assistência humanitária e comprometem a eficácia do Conselho de Segurança no cumprimento de sua responsabilidade de manter a segurança internacional. Em regiões de conflito armados pré-existentes, as consequências exacerbam-se ainda mais (Chelule, 2012). De modo geral, a insegurança associada a conflitos armados continua sendo um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento humano, configurando-se tanto como causa quanto consequência da pobreza em massa. O Índice de Desenvolvimento Humano reflete a afirmação: em 2005, dos 20 países com os menores níveis de desenvolvimento humano — todos localizados no continente africano —, mais de 50% foram submetidos a níveis significativos de violência armada desde 1990 (Lamb; Schroeder, 2018).

Para analisar as consequências do tráfico de armas no continente africano, faz-se necessário, também, compreender a dificuldade da consolidação dos Estados na África. Inicialmente, ressalta-se que o sistema do Estado moderno é extremamente recente no continente, quando comparado com outros lugares ao redor do globo. Na África Subsaariana, por exemplo, a maioria dos países só conquistou sua independência a partir de 1960. Ademais, os recursos dos governos recém formados eram extremamente escassos devido ao caráter primário de suas economias, com indústrias limitadas e recursos naturais e agrícolas direcionados à exportação; condição formalizada em acordos – muitas vezes desiguais – com as antigas metrópoles. Tais fatos acabaram por dificultar um processo que já é complexo no continente: a projeção de poder sobre territórios pouco povoados (Herbst, 2021).

O Estado contemporâneo reivindica o monopólio do uso legítimo da força (Weber, 2011). Nesse sentido, é compreensível que a sociedade, como um todo, não reconheça a qualquer outro grupo ou indivíduo o direito de exercer violência sem o consentimento do Estado. A presença de milícias e grupos paramilitares rompe esse papel fundamental do Estado, que é manter a ordem e garantir a segurança em seu território, gerando uma sensação de insegurança generalizada na população. Quando o Estado falha em proteger seus habitantes, perde autoridade, tornando-se frágil e sujeito à fragmentação, o que, por sua vez, frequentemente culmina em crises graves de segurança no continente africano, incluindo disputas por poder ou legitimidade entre facções divergentes (Chelule, 2012).

Frente à essa dificuldade do Estado em garantir segurança à população, milícias e cidadãos agindo de forma independente organizam-se para oferecer, ou ao menos tentar, algum tipo de segurança. Nota-se que o fácil acesso da população à armamentos acentua essa fragmentação securitária doméstica e facilita a insurgência de grupos rebeldes armados, como ocorre no Sudão (Braga, 2012). Ainda, a relação entre o comércio ilegal de armas e a fragilidade estatal torna-se evidente ao observar que muitas das áreas identificadas como centros de tráfico coincidem com regiões de baixa presença do Estado. E a atuação de grupos armados locais, familiarizados com o território, como os citados acima, constitui um obstáculo adicional à expansão da autoridade estatal em certas zonas, criando um ciclo de insegurança nessas regiões (Tar, 2021).

No que diz respeito aos direitos humanos, o tráfico de armas tende a levar a violações graves. Dados do Small Arms Survey (2005) apontam que armas leves são responsáveis por 60 a 90% do total de mortes em conflitos. Contudo, as decorrências da intensificação de conflitos armados por meio do porte ilegal de armas vão além de

mortes e ferimentos individuais. Em uma perspectiva mais geral, o tráfico de armas pode ser visto como responsável por desestabilizar economias e deslocar populações inteiras a partir da coerção e do medo (Chelule, 2012). Os efeitos apresentados têm relação com o fato de que um conflito armado interrompe processos de produção e distribuição de alimentos visto que a força produtiva volta-se para a guerra e as estruturas produtivas são saqueadas ou destruídas, reduzindo a circulação de mantimentos e de outros bens de consumo (Chelule, 2012). Salienta-se que o exposto afeta, principalmente, as populações mais vulneráveis. Ademais, em situações de conflitos armados, o investimento da iniciativa privada cai pela metade nos países envolvidos, algo que é ainda mais grave no continente africano, que é bastante dependente de investimento estrangeiro (Lamb; Schroeder, 2018).

Conclui-se, portanto, que a região da África Subsaariana é direta e profundamente afetada pela questão do tráfico de armas. Problemas já existentes são agravados e novos são criados constantemente, afetando Estados como um todo e cidadãos individualmente. Dentre os inúmeros conflitos espalhados pela África Subsaariana aqui brevemente referidos, o caso do Sudão será estudado especificamente, com o propósito de aprofundar algumas das principais nuances do comércio ilegal de armas e compreender a gravidade que a problemática representa para uma nação.

### 3.2 O comércio ilegal de armas no Sudão

A região sudanesa foi marcada por intensos conflitos nas décadas que antecederam a separação entre Sudão e Sudão do Sul, incluindo duas guerras civis. No entanto, os confrontos em ambos os territórios não cessaram após a independência. No Sudão, em abril de 2023, o embate entre o líder das Forças Armadas Sudanesas (SAF), Abdel Fatah al Burhan, e o líder do grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF), Mohamed Hamdan Daglo, culminou em uma nova guerra que provocou o deslocamento de milhões de habitantes e milhares de mortes, além de agravar problemas já existentes na região, como a desnutrição de crianças e adultos. O conflito iniciou na cidade de Port Sudan, mas rapidamente se espalhou para outras áreas do país, incluindo os estados Cordofão do Norte, Gazira e Darfur do Norte, do Sul e Ocidental (AFP, 2025; Schmidt, 2018).

No ano de 1989, o país passou por um golpe de Estado que colocou Omar al-Bashir no poder. Sob o seu comando, o Sudão passou pela segunda guerra civil e pelo conflito em Darfur: o último, iniciado em 2003, foi reconhecido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) como um genocídio direcionado a populações não árabes que foi responsável pela morte de cerca de 300 mil pessoas. Depois de uma série de protestos populares que exigiam democracia e maior acesso a serviços essenciais, em 2019, um golpe liderado pelas Forças Armadas Sudanesas e pelas Forças de Apoio Rápido foi responsável por depor Bashir. Abdel Fattah al-Burhan assumiu o poder de maneira centralizada em 2021, com Dagalo, líder das RSF, como seu vice (Lodhi, 2024; Center for Preventive Action, 2025).

Em 2022, como parte de uma grande reforma no setor de segurança e busca por uma transição democrática, um acordo tentou integrar as RSF ao exército sudanês. Todavia, essa tentativa trouxe preocupações para ambos os lados, como o receio de perder o controle sobre setores lucrativos da economia, a possibilidade de soldados serem julgados por crimes passados e, sobretudo, o medo de que a integração fosse interpretada como sinal de fraqueza diante da força rival. As tensões entre as duas partes chegaram ao ponto máximo em 15 de abril de 2023, quando ambas enviaram veículos blindados para as ruas de Cartum e abriram fogo. O governador

de Darfur Ocidental, Khamis Abakar, acusava as RSF de retomarem ataques contra minorias em Darfur, quando em junho de 2023, foi brutalmente assassinado. Os combates na capital seguiram e a violência se espalhou por todo o país (Center for Preventive Action, 2025).

Devido à natureza ilícita de muitas das exportações de armas para o Sudão, os dados acerca da quantidade de armamentos presentes no país são imprecisos. Contudo, em 2023, estimativas apontavam para a existência de mais de dois milhões de armamentos no Sudão (Jaeger, 2024). Nos primeiros meses da guerra, as RSF estabeleceram novas rotas de fornecimento de armas, fomentando suas operações, que envolveram: capturas de cidades em Darfur, saqueamento de instalações das SAF e cortes de suas rotas de abastecimento. A obtenção de armas mais sofisticadas permitiu que as RSF enfrentassem até mesmo a Força Aérea Sudanesa (Jaeger, 2024), o que alterou de forma substancial a dinâmica do conflito ao demonstrar a capacidade do grupo armado perante o Estado sudanês.

Contudo, é importante ressaltar que, antes mesmo do estopim da guerra, o Sudão já sofria com os efeitos do contrabando de armas: em 2013, durante o conflito em Darfur, o Exército de Libertação do Sudão/Minni Minnawi (SLA/MM) capturou das Forças Armadas Sudanesas pelo menos 250 artefatos – dentre armas e munições – como fuzis de assalto AK-type e metralhadoras médias (Amnesty International, 2024). Dados da Amnesty Internacional (2024) identificaram uma tendência emergente de armas de pequeno porte, normalmente vendidas ao mercado civil, sendo desviadas para grupos armados de oposição ao governo sudanês. Armamentos como os rifles de atirador Tigr ou os rifles Saiga-MK (fabricados pela empresa russa Kalashnikov Concern) normalmente eram comercializados para proprietários civis, mas após o conflito, passaram a ser vendidos a traficantes de armas sudaneses e posteriormente, utilizados pelos dois lados do conflito (Amnesty International, 2024).

Ainda, em pronunciamento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em setembro de 2017, Jeremiah Mamabolo, representante especial da ONU para Darfur, alertou que o comércio de armas na região estava tornando ainda mais violentas as disputas por recursos naturais, que envolviam milícias e os próprios habitantes (Nações Unidas, 2017). Atualmente, ambas as partes envolvidas na guerra estão utilizando uma grande variedade de armamentos, cometendo graves violações ao direito internacional e aos direitos humanos e afetando milhões de civis (Amnesty Internacional, 2024).

### 3.3 O impacto regional e a militarização da sociedade sudanesa

O conflito sudanês está sendo abastecido por um fornecimento quase irrestrito de armas e munições (Amnesty International, 2024). Muitos dos países vizinhos ao Sudão estão sendo utilizados como rotas de abastecimento para transferência de armas para a nação, advindas de grupos armados e, às vezes, até mesmo de governos. Como será exposto adiante com mais detalhes, ressalta-se que a resposta da comunidade internacional, em especial do CSNU, tem sido inadequada. Tal afirmação pode ser feita pelas limitações do embargo de armas da ONU — cobrindo apenas a região de Darfur — e pela sua aplicação ineficaz, sem um impacto palpável na contenção do fluxo de armamentos ilícitos e na proteção da população civil (Amnesty International, 2024).

No quesito regional, o impacto do conflito sudanês e do tráfico de armas é complexo. Um mercado ilícito de armas pode intensificar a corrupção, a violência ge-

neralizada e enfraquecer as capacidades dos governos vizinhos, alimentando conflitos internos. Veículos de mídia da Etiópia, por exemplo, passaram a relatar sua preocupação em relação ao contrabando de armas do Sudão para a região de Amhara, que sofre com instabilidades devido a disputas internas motivadas, dentre outras, por questões étnicas (Al Jazeera, 2025; Kidane, 2024).

A maior parte das armas e munições são contrabandeados pela Líbia, Chade e Sudão do Sul. Além disso, os Emirados Árabes Unidos e o Grupo Wagner colaboram ativamente no abastecimento da guerra por meio dos países citados (Ali, 2024). O Chade, por exemplo, representa uma importante rota de armas ilegais para o Sudão, que funciona em um fluxo bidirecional: criminosos sudaneses exportam armas roubadas ou abandonadas pelas SAF em Darfur para redes ao leste do Chade e os traficantes chadianos, por sua vez, as movem para mercados regionais (Al Jazeera, 2025; Herbert, 2025). A natureza da porosidade das fronteiras africanas combinada com a sua má gestão — devido a recursos escassos e à dificuldade de ocupar a totalidade do território por parte do Estado — facilita a continuidade das rotas citadas, além da ocorrência de diversos outros crimes transfronteiriços. Na bacia do Lago Chade, inclusive, essa natureza porosa das fronteiras, antes mesmo do conflito do Sudão, já gerava problemas ao país, tendo provocado uma massiva proliferação de armas de pequeno porte no país, sustentando a insurgência do Boko Haram na região (Tar, 2021).

Sobre o Sudão do Sul, é necessário indicar a sua dependência econômica em relação ao Sudão. Pelo menos 90% do PIB do país é concentrado na exportação de petróleo devido às suas grandes reservas, mas ela só é viabilizada pela estrutura de escoamento e oleodutos sudaneses (Ali, 2024; De Waal, 2007). Nesse sentido, sua relação com o conflito sudanês é direta, mas, exatamente por essa relação de dependência, o governo sul-sudanês tenta dialogar com os dois lados de forma que não comprometa seus meios de subsistência (Ali, 2024; Pinto, 2025).

Imagem 2 - Mapa do Sudão e do Sudão do Sul com base na cadeia produtiva do petróleo




Fonte: BBC, 2011. Fonte: BBC, 2011.

A Somália, apesar de não compartilhar fronteiras com o Sudão, é impactada pela guerra, em especial no que concerne ao tráfico de armas. De acordo com Tar (2021), o colapso do Estado na Somália, somado à ascensão de "senhores da guerra" na região, levou não só à proliferação de armas de pequeno porte como também ao crescimento da insurgência do grupo extremista Al-Shabab nos países vizinhos, como Quênia e Uganda. Faz-se necessário também apontar que o contrabando de armas do Irã e do Iêmen para a Somália já figurava como um problema nacional antes mesmo do conflito sudanês mais recente (United Nations, 2017). Nesse sentido, embora o Sudão anteriormente atuasse como uma espécie de zona de contenção física entre militantes extremistas somalis no Chifre da África e aqueles na região do Sahel, a guerra atual possibilita a criação de um terreno fértil para a colaboração entre grupos extremistas em toda a faixa leste-oeste do Sahel-Saara, representando um risco ao panorama securitário da região (Kidane, 2024). A probabilidade de tal cenário ocorrer aumenta devido à capacidade cada vez menor do governo sudanês de controlar suas fronteiras, dado que seus recursos — já escassos — estão direcionados ao conflito.

Ainda, a disponibilidade de armas de pequeno porte por meio do tráfico, combinada com a experiência de um conflito armado prolongado, resultou no surgimento de uma "cultura armada" em certos países africanos. De acordo com Schroeder e Lamb (2018), a definição de tal conceito é um sistema social de valores em que a posse de armas é altamente valorizada, estando ligada não somente à busca pela sobrevivência e proteção frente ao inseguro, como também à identidade e ao status. Atrelado a isso está a noção de militarização da sociedade, que dentre suas diversas definições, aqui será tratada como o fácil acesso da população civil a armas e a implementação delas em seu cotidiano (Wasara, 2002). No Sudão, a militarização antecedeu à eclosão recente dos conflitos, estando presente desde o início das disputas em Darfur. Em 2003,

> O fácil acesso às armas e a presença de grupos armados contribuíram para um intenso processo de militarização do espaço político e social, à medida que conflitos tradicionais, como as disputas por terras, passaram a ser resolvidas por armamentos modernos. Frente à crescente insegurança local, criaram-se milícias civis para garantir a segurança da sociedade, enquanto outras eram armadas pelo governo para combater a dissidência interna em expansão (Braga, 2016, p.1).

Tradicionalmente, as partes em conflito no Sudão exploram tensões entre grupos de diferentes regiões para recrutar soldados sob suas causas, convertendo parcelas da população em grupos paramilitares. Por conseguinte, a difusão do conflito armado tende a gerar uma militarização maior dos civis ao redor de territórios com atuação de tais grupos, que, por sua vez, estando inseguros, também começam a se organizar em espécies de milícias de defesa (Braga, 2012). Comunidades remotas apresentam o porte de armas sofisticadas como meio de subsistência e sobrevivência, enquanto, em áreas urbanas, armas leves e de pequeno porte são extremamente comuns — especialmente fuzis de assalto como os AK. Destaca-se que o comércio ilícito de armas é o que possibilita e incrementa a facilidade ao acesso de tais artefatos para a população civil (Tar, 2021).

Por fim, faz-se imprescindível nomear a imensa crise de refugiados provocada pelo conflito, que faz com que milhões de sudaneses tenham que sair forçadamente de suas casas e se deslocarem para países vizinhos em busca de abrigo. Os maiores afetados com isso são o Egito, que já recebeu 1,5 milhão de refugiados, e o Chade, que conta com 770.000. Em seguida, o Sudão do Sul abriga 349.000 e a Lí-

bia, 250.000. Contudo, tais países vizinhos tampouco têm estrutura suficiente para comportar o fluxo imenso de estrangeiros em seu território e toda a demanda de recursos, alimentos, abrigo e emprego que isso traz, o que gera um grande impasse na região (Al Jazeera, 2025).

O risco à segurança e à estabilidade de nações como o Sudão do Sul, o Chade e a Somália, que foram explicitados acima, exemplificam como o comércio ilegal de armas no Sudão, além de aumentar a gravidade de seu próprio conflito, exacerba tensões em territórios vizinhos. Além disso, a propagação de uma cultura militarizada e o realocamento de refugiados sudaneses em nações que são marcados pelas tensões internas, colaboram para a instauração de um cenário de insegurança generalizada na região da África Subsaariana.

### 3.4 Atuação regional e extrarregional na distribuição de armamentos

O Sudão apresenta três das maiores rotas de tráfico de armas de todo o continente africano. São elas Darfur Ocidental, Malakal — fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul — e a região da fronteira entre o Sudão e a Eritreia (Ali, 2024). Dessa forma, essa seção busca analisar importantes atores regionais, aqui considerados os países ou grupos armados da África, e extrarregionais, países ou grupos de fora da África, que financiam ou distribuem armamentos leves para grupos armados no Sudão por meio das rotas de contrabando já estabelecidas.

#### 3.4.1 O envolvimento regional

Como supracitado, a região do Darfur, no oeste do Sudão, vem sendo palco de conflitos ao longo de décadas. A distribuição de armamentos ilegais começou durante os anos 1970, quando Muammar al-Gaddafi, na Líbia, assumiu o poder e deu início ao seu projeto de construir um Estado transnacional Árabe-Muçulmano. Para cumprir seu objetivo, Gaddafi incentivou a criação, em território sudanês, da Reunião Árabe (Tajammu al-Arabi), um grupo de militantes árabes associados com a Legião Islâmica líbia, que promovia o pan-arabismo e o racismo (Schmidt, 2018). Posteriormente, esse grupo apoiado e financiado por Gaddafi se transforma nos *janjaweeds*, as milícias nômades árabes que, associadas ao governo do Bashir no período do conflito do Darfur de 2003 a 2020, praticou genocídio em grupos não-árabes (Johnson, 2004).

Outra origem de armas leves ilegais no Sudão são os grupos rebeldes chadianos. Com a nova ideologia proposta por Gaddafi pulsando na região, o Chade se encontrou em uma Guerra Civil que se arrastou por duas décadas (1966-87). Com intervenções militares estrangeiras, o país foi inundado por armas modernas, o que facilitou o armamento de diversos grupos na região (Schmidt, 2018). Como efeito da guerra, diversos refugiados chadianos se abrigaram no Darfur, aumentando as tensões relativas à escassez de recursos já existentes na região:

> À medida que a guerra se intensificava, centenas de milhares de refugiados chadianos afluíram a Darfur, aumentando a pressão sobre o abastecimento de terra e água. Armas semiautomáticas também se infiltraram em Darfur, onde foram cada vez mais utilizadas para cometer atos de banditismo e resolver disputas locais (Schmidt, 2018, p.118).

Em 2003, Darfur era o epicentro de um novo conflito no país, dessa vez em forma de rebelião contra o governo central. Dois grupos rebeldes, o Exército/Movimento de Libertação do Sudão (SLM/A), que surgiu das milícias Fur[20] que lutaram contra a Legião Islâmica, e o Movimento pela Justiça e Igualdade (JEM), oriundo de Islâmicos da região de Darfur que foram expulsos do governo de Bashir, lideraram o motim. Ainda que com diferenças, os grupos se uniram para enfrentar o regime de Cartum, que marginalizava a região (Schmidt, 2018). Essa situação era de interesse do Chade e da Eritréia que se beneficiariam da queda do governo de Bashir:

> A ditadura militar no Chade, ameaçada por uma insurgência apoiada pelo Sudão, canalizou armas para o JEM e o SLM/A na esperança de mobilizar os zaghawas[21] de ambos os lados da fronteira. Aspirando a uma maior visibilidade regional, a Eritreia também armou ambos os movimentos rebeldes (Schmidt, 2018, p. 120).

Em resposta, Cartum armou os árabes de Darfur, principalmente os oriundos da Reunião Árabe, em troca de escolas, clínicas, bombas de água e vacinas para animais. Essa milícia árabe, apoiada pelo governo do Sudão, tornou-se o símbolo do conflito no Darfur (Schmidt, 2018).

Contudo é somente após a queda de Gaddafi em 2011 que o imbróglio se acentua, principalmente como resultado do vácuo de poder deixado desde então (Lacher, 2023). Após os eventos da Primavera Árabe, diversas milícias se apossaram do arsenal militar estatal líbio e, com pouca fiscalização e praticamente nenhuma presença de autoridade central, a Líbia tornou-se um importante polo de distribuição de armas no mercado paralelo internacional. Esses armamentos, em sua maioria, têm como principal destino zonas de conflito no continente africano, com destaque para países vizinhos como o Sudão, onde agravam as tensões locais (Schmidt, 2018). Ainda, esses grupos armados estabeleceram rotas importantes de tráfico, não apenas de armas, mas também de pessoas e drogas, contribuindo para a intensificação de crises humanitárias e o fortalecimento de redes criminosas transnacionais.

### 3.4.2 O envolvimento extrarregional

Os Estados Unidos começaram a se envolver com o Sudão em meados da década de 1970, em uma tentativa de contrapor a influência soviética que já existia na região naquele momento. Em 1996, o Sudão era liderado por Omar al-Bashir, um governante que compartilhava dos ideais defendidos pelo presidente líbio Muammar al-Gaddafi, de integração islâmica no continente africano. Com os seus interesses ameaçados na região, os EUA, por meio da Agência Central de Inteligência (CIA), distribuíram armas ilegalmente nos países vizinhos, nomeadamente Etiópia, Eritreia e Uganda, para que chegassem a milícias armadas que lutavam em oposição ao presidente sudanês (The Washington Post, 1996; Schneider, 2008).

Nos anos 2000, após o início da Guerra ao Terror, com medo de uma ocupação militar norte-americana, Bashir reformulou o governo sudanês, para diminuir a presença do islamismo na política do país. Dessa forma, houve uma aproximação entre Washington e Cartum que reataram laços diplomáticos (Schneider, 2008). Nos últimos anos, os EUA apelaram para que os Emirados Árabes Unidos (EAU) cessasse a distribuição de armas para os rebeldes das Forças Rápidas de Apoio. O prin-

20 Os Fur são um grupo étnico negro africano que habita principalmente a região de Darfur, no oeste do Sudão.

21 Os Zaghawa são um grupo étnico negro africano que habita principalmente a região de Darfur, no oeste do Sudão.

cipal problema para os norte-americanos é que esses armamentos são vendidos aos EAU pelos próprios EUA (Zengerle, 2024).

Os Emirados Árabes Unidos, por sua vez, atuam como financiadores importantes no conflito. O país é acusado de distribuir armas, drones, mísseis, munições, além de estabelecer relações comerciais ilegais com o Grupo Wagner, principalmente no que tange ao contrabando de armas e ouro advindo da região do Darfur. Em 2023, os EAU enviaram armas para o Chade, que constitui uma das rotas de armamentos contrabandeados para o Sudão, disfarçada de ajuda humanitária (Ali, 2024). O Grupo Wagner, grupo paramilitar russo presente em outros países lindeiros ao Sudão, também utiliza essas rotas para fornecer MANPADS, mísseis portáteis utilizados por uma pessoa ou um pequeno grupo, e outras munições e equipamentos militares para as RSF (Ali, 2024).

Como parte de sua estratégia regional e em oposição ao seu vizinho, a Arábia Saudita também é um importante agente no conflito no Sudão. Apoiando a SAF, do General Burhan, os sauditas, juntamente com os EAU, são um dos grandes financiadores do conflito no Sudão. Em Março de 2025, inclusive, Burhan visitou a Arábia Saudita para discutir as relações entre ambos os países (ADF, 2025). Para Riade, é interessante que a região entre o Sudão e o Mar Vermelho esteja estabilizada, uma vez que o Mar pode se tornar uma rota para os carregamentos de petróleo, afastando o país dos portos do Estreito de Ormuz, dominado pelo Irã e os Emirados Árabes Unidos (ADF, 2025).

A China, apesar de ter se tornado a maior fonte de armamentos legais para o continente africano, também tem participação importante no comércio paralelo de armas (Amnistia Internacional, 2024b). Mesmo após embargos por parte das Nações Unidas em relação à venda de armas para a região de Darfur, relatórios da Amnistia Internacional (2024b) apontam que armamentos chineses estão entre os mais utilizados no conflito em curso no Sudão. Essas armas chegam ao Darfur por meio das rotas ilegais de comércio, já citadas (Ali, 2024).

Ainda segundo o relatório da Amnistia Internacional, a Turquia também é, ao lado da China, a principal fonte de armas no Sudão. As investigações do órgão apontam que armamentos de origem turca foram encontrados nas mãos dos grupos em conflito, o que viola os embargos impostos por parte da ONU (Amnistia Internacional, 2024a). As armas turcas, assim como as chinesas, chegam à região por meio de rotas paralelas de comercialização de armas (Ali, 2024).

## 4 Ações Internacionais Prévias

Esta seção examina os principais esforços da comunidade internacional para lidar com a instabilidade regional oriunda do tráfico ilegal de armas e reduzir seus impactos. Serão analisadas: (1) a Declaração de Bamako sobre Armas Pequenas e Leves; (2) o Acordo de Cessar-Fogo de N'djamena, o Protocolo de Setembro e o Acordo de Paz de Abuja (DPA); e (3) as missões de paz conduzidas pela União Africana e pelas Nações Unidas. Essas iniciativas ilustram como Estados e organizações internacionais têm buscado compreender a conjuntura e mitigar o conflito.

### 4.1 A Declaração de Bamako sobre Armas Pequenas e Leves

A Organização da Unidade Africana (OUA), em 2000, no Mali, firmou a Declaração de Bamako sobre Armas Pequenas e Leves, que estabeleceu uma posição comum africana para prevenir, combater e erradicar o tráfico ilícito dessas ar-

mas no continente (UA, 2000). A grande preocupação dos países africanos, nesse momento, era de criar uma posição unificada sobre o comércio de armamentos para que eventuais irregularidades pudessem ser apontadas e combatidas. O documento também faz referência à Carta da ONU, ressaltando que a soberania dos Estados está garantida e que a União Africana não intervém, sob nenhuma circunstância, nos assuntos internos de seus Estados-membros (UA, 2000).

A Declaração de Bamako expressa a preocupação de que o problema da proliferação, circulação e tráfico ilícitos de armas pequenas e armamento leve continua a ter consequências negativas na estabilidade e no desenvolvimento na África. O documento reconhece que o imbróglio sustenta conflitos que transcendem fronteiras, exacerba a violência, contribui para o deslocamento de civis e exige cooperação em todos os níveis: local, nacional, regional, continental e internacional (UA, 2000).

Desse modo, para promover a paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento sustentável no continente, a Declaração torna vital abordar a problemática relacionada ao tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve de maneira integrada e sustentável. O documento explicita a necessidade que os Estados sejam transparentes e que não se restrinjam apenas aos seus interesses nacionais, adotando medidas de cooperação para a segurança, paz e confiança; a promoção de estruturas para fortalecer a democracia; a observância dos direitos humanos; o Estado de direito e a boa governança. Em relação ao problema da proliferação, circulação e tráfico ilícitos de armas pequenas e armamento leve, a Declaração evidencia que é importante tanto o controle quanto a redução dos armamentos. Para isso, as soluções devem ser baseadas na coordenação e harmonização dos esforços dos Estados-Membros em níveis regional, continental e internacional, além de envolver a sociedade civil em apoio ao papel central dos governos nessa questão (UA, 2000).

Para isso, é recomendado que os Estados, no plano nacional, criem órgãos que orientem políticas, realizem pesquisas e monitorem aspectos relacionados ao controle, circulação e redução das armas. Ainda, é importante que os países da UA fortaleçam a capacidade das agências de aplicação da lei e segurança nacionais e de seus funcionários para lidar com todos os aspectos desse problema. Os Estados são convidados a adotar com urgência, segundo a Declaração, medidas legislativas que criminalizem a fabricação, o tráfico, a posse e o uso ilegal dessas armas, munições e materiais relacionados. Por fim, é essencial implementar programas nacionais voltados para a gestão responsável das armas legais (UA, 2000).

Em relação ao plano regional, foi recomendada a criação de mecanismos para coordenar e harmonizar os esforços voltados ao combate da proliferação, circulação e tráfico ilícito de armas. É importante também incentivar a criação e a harmonização de legislações entre os países, regulando a fabricação, comércio, corretagem, posse e uso dessas armas e munições. Por último, é necessário, em conformidade com a Declaração, garantir que fabricantes e fornecedores de armas ilegais que violam normas globais ou continentais sejam sancionados (UA, 2000).

A Declaração de Bamako faz um apelo à comunidade internacional em geral para que o comércio de armas leves seja feito apenas com governos e comerciantes autorizados pelos Estados. Além disso, por meio da Declaração, a União Africana demanda um engajamento ativo dos países estrangeiros em apoiar os esforços dos Estados-membros para mitigar o problema. Por fim, apela para a elaboração de cooperações internacionais para auxiliar no combate à proliferação, circulação e tráfico ilícitos de armas pequenas e armamento leve na África (UA, 2000).

Após abordar a questão do tráfico ilícito de armas leves, a União Africana apoiou uma resolução da Assembleia Geral da ONU (AGNU), denominada "Assis-

tência aos Estados para Coibir o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Coletá-las", que incluía em seu texto alguns tópicos da Declaração de Bamako, reforçando o papel da África como a primeira região a apresentar um plano político continental estruturado para o combate ao comércio ilícito dessas armas (Garcia, 2011). Servindo de referência para a resolução da AGNU, a Declaração de Bamako é reconhecida de maneira mais abrangente, reforçando o seu apelo aos países fornecedores de armas para que deixem de comercializá-las. Além disso, a Declaração foi seguida regionalmente pela Convenção da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) de 2006 sobre Armas Leves e Pequenas, suas Munições e outros Materiais Correlatos. Essa convenção de caráter vinculante, busca o fim do comércio de armas entre Estados e atores não-estatais, e obriga os Estados exportadores signatários a verificar se o importador possui licenças e autorizações (Garcia, 2011).

4.2 Acordo de Cessar-Fogo de N'djamena, Protocolo de Setembro e DPA

Nos anos 2000, uma das formas de atuação da União Africana na promoção da paz no Sudão consistiu na mediação de acordos de cessar-fogo entre o governo sudanês, o Justice and Equality Movement (JEM) e o Sudan Liberation Army (SLA). O Acordo de Cessar-Fogo Humanitário, mais conhecido como Acordo de Cessar-Fogo de N'djamena, foi firmado em 2004 pelas partes beligerantes e mediado pelo Chade. Esse acordo visava um cessar-fogo a partir de 72 horas após a assinatura de todas as partes, além de libertar reféns, interromper a instalação de minas terrestres e, principalmente, livre circulação de ajuda humanitária para a população de Darfur (Nações Unidas, 2004).

Outro acordo firmado em 2004 foi o Protocolo Sobre a Melhoria da Situação Humanitária em Darfur, mais conhecido como Protocolo de Setembro. Em relação a esse protocolo, as partes se comprometeram em garantir o acesso dos trabalhadores humanitários à população de Darfur, além de assegurar que recebessem, sem empecilhos, os materiais necessários para o trabalho. Para garantir que esses protocolos seriam cumpridos, a União Africana estabeleceu, em 2005, a Missão Africana no Sudão (AMIS), contando com 2.000 militares (Braga, 2016).

No entanto, a AMIS e os acordos foram pouco eficazes, pois o conflito, após essas medidas, apenas se intensificou, deixando de lado toda a expectativa de uma paz duradoura (Braga, 2016). Devido à falta de recursos e de um mandado apropriado, a AMIS pôde, somente, assistir ao conflito e pouco auxiliou os civis da região:

> [...] apesar dos compromissos firmados, os confrontos entre o governo do Sudão e os insurgentes prosseguiriam sem intervenções relevantes e resistindo a todas as possibilidades de acordo até 2006, ambos os lados envolvendo tanto civis quanto combatentes em seus ataques, o que resultaria na morte de aproximadamente 350.000 pessoas – por violência, fome ou doença – e em um fluxo de 2 milhões de deslocados internos e refugiados (Braga, 2016, p.134).

Portanto, um último acordo foi negociado, o Acordo de Paz de Darfur (DPA), de 2006. Nele, as partes beligerantes voltaram à mesa de negociações para tentar acabar com o conflito. O acordo, porém, não foi bem recebido pela população, principalmente nos acampamentos de IDP 's, pois consideravam que ele foi muito mais benéfico para o governo do Sudão e para os Zaghawa, em detrimento do restante. Ao fim das negociações, que resultaram em mais um impasse, o gover-

no sudanês, formando uma aliança com os Zaghawa, atacou assentamentos civis e áreas ocupadas pelos grupos rebeldes não signatários, além de reduzir os esforços para promover ajuda humanitária para a população. Esse período foi responsável por criar atritos internos nas facções rebeldes, gerando dissidentes descontentes com suas lideranças e que assinaram uma declaração de apoio ao DPA. Assim, o DPA resultou na complexificação ainda maior do conflito (Braga, 2016).

### 4.3 Missões de Paz da União Africana e das Nações Unidas

Em 2007, a ONU instituiu, em parceria com a União Africana, a Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID), que deveria ter um caráter predominantemente africano cujo efetivo seria composto pelos militares de países do continente, embora sob o comando das Nações Unidas (Nações Unidas, 2025). Os principais objetivos da operação eram a proteção de civis e a prevenção de novos ataques, pretendendo o fim do conflito armado e a proteção de suas bases, podendo usar a força necessária para essa finalidade. Ademais, no que diz respeito ao desarmamento, sua atuação estava restrita ao apoio técnico e logístico às iniciativas de desarmamento autorizadas por acordos como o Doha Document for Peace in Darfur (DDPD) (Braga, 2016; Sisay, 2022).

No começo das operações da UNAMID, houve algumas dificuldades que retardaram os objetivos principais da missão. Camila Braga (2016) relata que

> No período inicial de seu desdobramento, as dificuldades apresentadas às operações no terreno, particularmente em função dos contínuos desrespeitos ao cessar-fogo entre as partes beligerantes signatárias do DPA e entre estas e aquelas não signatárias, rapidamente estabeleceu o parâmetro das atividades a serem desempenhadas pela UNAMID: a facilitação do acesso de assistência humanitária às áreas mais afetadas e a proteção dos civis em campos de IDPs (sigla em inglês para pessoas deslocadas internamente) ou áreas de conflito, de seu próprio pessoal e instalações ou dos trabalhadores humanitários deslocados à região, bem como dos comboios em que estes movimentavam suprimentos destinados à agência ou às comunidades carentes (Braga, 2016, p.137).

Quando a missão de fato começou a operar com base na sua estratégia inicial, na década de 2010, ainda foram encontrados problemas. As tropas da ONU falharam em proteger os civis. Estimativas apontam que apenas metade da população foi resgatada, o que correspondia às pessoas que viviam em áreas urbanas, próximas das bases da UNAMID, e nos campos dos IDPs. Mesmo que a missão tenha obtido êxito em proteger alguns campos de IDPs e algumas cidades, os objetivos iniciais ainda ficaram longe de serem alcançados (Brown, 2021). A UNAMID tinha autorização para o uso da força, uma vez que fosse utilizada para proteção de civis. Porém, segundo Schmidt (2018), não havia mais paz a ser buscada: os tratados de paz estabelecidos foram aceitos pela minoria em combate, mas não havia condições para que fossem cumpridos. O presidente Bashir denunciou a missão como uma fachada articulada pelos EUA para tirá-lo do poder e a Al-Qaeda afirmou que a UNAMID era uma forma do Ocidente se estabelecer em terras islâmicas. Portanto, a missão se mostrou ineficaz e não encontrou aceitação entre os combatentes e o governo do Sudão (Schmidt, 2018).

A missão encerrou suas atividades em 31 de dezembro de 2020 após mudanças significativas de cenário. O presidente sudanês, Omar al-Bashir, foi deposto pelo exército em 2019, sendo posteriormente acusado no Tribunal de Haia por genocídio. A partir de então, o Sudão passou por um governo de transição, apoiado

pela Missão Integrada das Nações Unidas para a Transição no Sudão (UNITAMS), operação que sucedeu a UNAMID e tinha como objetivo a transição para o modelo democrático de governo no país, enquanto a RSF e o governo interino concordaram em um tratado de paz, pois ambos iriam ocupar assentos no governo (Brown, 2021). Enquanto isso, a pandemia e a administração de Trump nos EUA representaram um momento delicado para a ONU, com crises política e econômica, o que, consequentemente, dificultou a manutenção das suas missões de paz. Dessa forma, a UNAMID entregou sua estrutura militar às forças armadas sudanesas após a não-renovação da missão, decidida pelo Conselho de Segurança da ONU em junho de 2020, e se retirou do país, encerrando, assim, uma das mais custosas missões de paz da história da ONU (Brown, 2021).

## 5 Blocos de Posicionamento

A **República da África do Su**l vê o comércio ilegal de armas como uma grave ameaça à segurança humana e à estabilidade política na África. De todo modo, estimativas da organização Small Arms Survey, indicam que cerca de 500 mil armas de fogo ilegais estão em circulação no país, contribuindo para as altas taxas de criminalidade e para a instabilidade em algumas comunidades (Small Arms Survey, 2023). A experiência do país na gestão da segurança fronteiriça e no combate ao crime organizado também o posiciona como um parceiro fundamental na luta contra o fluxo de armas ilícitas.

Para a **República de Angola,** a proliferação descontrolada de armamentos não apenas alimenta ciclos de violência, mas também impede a consolidação democrática, o desenvolvimento econômico e o bem-estar das populações civis, sendo um fator de desestabilização no continente (Panapress, 2024). Embora o governo angolano tenha se esforçado significativamente para desarmar sua população após a guerra civil (1975 - 2002), diante do tema em pauta, a Angola defende uma abordagem robusta e coordenada para enfrentar o comércio ilegal de armas na região e isso inclui, de forma primordial, o fortalecimento da capacidade dos Estados-mebros da UA para controlar suas fronteiras e estoques de armas, evitando o desvio para grupos armados não-estatais (Small Arms Survey, 2024).

A **República Argelina Democrática e Popular** está na linha de frente do combate ao tráfico de armas provenientes de zonas de conflito vizinhas, como a Líbia, que contribuem para a proliferação de armamentos no Sahel e principalmente na África Subsaariana. O volume de armas ilícitas em circulação na região é uma preocupação constante, dada a natureza porosa das fronteiras e a alta demanda de grupos armados (Organized Crime Index, 2023a). O governo argelino defende uma abordagem de segurança abrangente, que combina esforços militares e de inteligência com o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da boa governança. Dessa maneira, tendo a Argélia como signatária e defensora dos principais instrumentos internacionais e regionais de controle de armas, como a Convenção de Bamako sobre Armas Pequenas e Leves, sua experiência na gestão de fronteiras extensas e complexas oferece um conhecimento prático valioso na luta contra o fluxo transfronteiriço de armamentos ilícitos (Organized Crime Index, 2023a).

Historicamente, a **República do Burkina Faso** é considerada líder na região da África Ocidental no que diz respeito à iniciativas estatais voltadas à regulamentação de armas de pequeno porte. Apesar disso, Burkina Faso conta com diversas questões relacionadas à proliferação de armas ilegais e à disseminação da violência, incluindo instalações de armazenamento precárias e rotas de tráfico dentro de seu

território (MAG, s.d.). Ainda, a mudança de regime ocorrida em 2022, que rendeu o poder ao General Ibrahim Traoré, representou algumas alterações na postura do país, como a saída de Burkina Faso da CEDEAO, no ano de 2023 (Wong, 2024). Traoré possui um relacionamento próximo com o grupo militar russo Wagner, contando com suas tropas e armamentos para estabilizar o país e combater grupos extremistas islâmicos (Burke, 2022).

Apesar dos esforços de desarmamento pós-conflito, a **República do Burundi** ainda enfrenta desafios relacionados às armas ilícitas em circulação, contribuindo para a instabilidade local e regional. A presença de armas na sociedade, juntamente com o fluxo de armamentos de regiões de conflito vizinhas, representa uma ameaça contínua à segurança e ao desenvolvimento social (UN Regional Centre For Peace and Disarmament In Africa - UNREC, s.d.). Dessa forma, o país defende uma abordagem regional coordenada para enfrentar essa ameaça transfronteiriça, reconhecendo que a segurança de um Estado está intrinsecamente ligada à segurança de seus vizinhos. O Burundi apoia os esforços da União Africana para "Silenciar as Armas" no continente, vendo-os como cruciais para a realização da Agenda 2063 (AU, s.d.).

A **República dos Camarões** tem uma longa história enquanto país de origem, trânsito e destino do tráfico de armas. As armas que chegam ao país — principalmente por meio das fronteiras camaronesas com o Chade e a Nigéria — têm intensificado as atividades terroristas do Boko Haram, a violência da luta separatista de províncias anglófonas do norte, e o crime (Ojewale, 2021; Kindzeka, 2022b). Além disso, muitos dos armamentos também são provenientes de zonas de conflito na República Centro-Africana (RCA) e no Sudão (Ojewale, 2021). Nesse sentido, a principal área de preocupação para o governo camaronês é o "Triângulo da Morte", a tri-fronteira entre os Camarões, o Chade, e a República Centro Africana, onde grupos armados passaram a usufruir do espaço pouco fiscalizado para operações ilícitas e, nas regiões fronteiriças do leste de Camarões, como base de apoio, sob pressão das atividades militares e do Grupo Wagner na RCA (Beevor; Bish, 2024; Kindzeka, 2022b). Sendo assim, os Camarões se encontram em uma situação de vulnerabilidade, em que tanto a intensificação de conflitos quanto as ações militares de combate a grupos extremistas em países vizinhos afetam diretamente a dinâmica do tráfico de armas no país.

A **República Centro-Africana** (RCA), nação que tem, por anos, vivido um período de instabilidade e conflitos armados, entende o impacto devastador do comércio ilegal de armas enquanto um país muito afetado pela problemática. A situação do tráfico de armas na RCA é alarmante; o país é inundado por armas provenientes de diversas fontes, incluindo desvios de estoques militares, tráfico transfronteiriço de países vizinhos que também se encontram em situação de vulnerabilidade e o rearmamento de grupos armados não estatais. Nesse sentido, em 2024, a ONU propôs um embargo de armas à RCA, com o objetivo de reduzir o fluxo do tráfico (ONU, 2024). O governo da RCA, com o apoio da MINUSCA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana) e de parceiros regionais, têm tentado estabilizar a autoridade do Estado e controlar o fluxo de armamentos (Organized Crime Index, 2023b).

O governo da **República do Chade,** em declaração feita em julho de 2024, ressaltou os desafios decorrentes do fluxo de armas ilegais provenientes de países vizinhos em conflito (Northern African News, 2024). O país possui inúmeras rotas de tráfico em seu território, especialmente nas fronteiras com a Líbia e a Nigéria, o que tem resultado em apreensões substanciais: entre maio de 2023 e julho de 2024, a Comissão Conjunta de Desarmamento no Chade relatou a apreensão de 3.094 ar-

mas ilegais (Onyango, 2021; Northern African News, 2024). Ainda assim, em junho de 2023, o Chade firmou um acordo de 1,5 bilhão de dólares com os Emirados Árabes Unidos, — apontados como um dos principais financiadores das RSF no Sudão — que previa o reforço da cooperação em matéria de segurança. Ainda que os líderes de ambos os países neguem as acusações, o Relatório Final do Painel de Peritos da ONU sobre o Sudão, publicado em janeiro de 2024, destacou que armas e equipamentos estariam sendo fornecidos às RSF por meio da fronteira chadiana com o Sudão. Apesar das relações conturbadas entre os dois países, em junho de 2024 uma força conjunta Chade-Sudão conseguiu interceptar um carregamento de 296 armas de fogo que se dirigia ao Lago Chade (Military Africa, 2024; CSNU, 2024).

A **República Democrática do Congo** sofre com a instabilidade política desde o assassinato do primeiro-ministro Patrice Lumumba em 1961, em um golpe de Estado financiado pelos Estados Unidos (Barbosa, 2017). Tais instabilidades culminaram na Primeira e Segunda Guerras do Congo: a última, também conhecida como Guerra Mundial Africana, ocorreu entre os anos de 1998 e 2002 e resultou na morte de 4 milhões de pessoas e na criação da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), que posteriormente foi renomeada Missão de Estabilização da ONU na República Democrática do Congo (MONUSCO). Tal missão, entretanto, tem sido alvo de críticas por parte da população devido à sua ineficácia e seu envolvimento em atividades ilícitas: as tropas foram acusadas de contrabando de armas e munições para o grupo rebelde Frente Nacionalista e Integracionalista (FNI) (BBC, 2008). Em 2025, a crise humanitária do Congo foi aprofundada pelo confronto entre as forças de segurança congolesas e o grupo paramilitar M23, que já deixou milhares de mortos e centenas de milhares de deslocados. As forças do M23 são abastecidas por armamentos oriundos de operações ilegais: o governo congolês acusa o presidente ruandês, Paul Kagame, de apoiar o grupo com dinheiro e armas, acusação comprovada por um relatório de 2022, divulgado pela ONU (Wrong, 2022).

A **República do Djibuti** é particularmente vulnerável ao tráfico de armas, dada a sua posição geográfica, servindo como um ponto de trânsito para fluxos ilícitos que se dirigem para zonas de conflito na África Oriental e no Chifre da África. Embora o governo de Djibuti venha se esforçando para fortalecer o controle de suas fronteiras, o volume de tráfego na região representa um desafio contínuo para conter a entrada e o trânsito de armas ilegais (Organized Crime Index, 2023d). Apesar de não se posicionar formalmente sobre o tópico, entende-se que o país coloca-se à disposição para discussões acerca da mitigação do tráfico de armas, mas que não trabalhará ativamente para a implementação de ações internas.

A **República Árabe do Egito** reconhece o comércio ilegal de armas como uma grave ameaça à segurança e à estabilidade de todo o continente. Embora o Egito mantenha um controle rigoroso sobre suas fronteiras, o país enfrenta desafios persistentes com o tráfico de armas provenientes de zonas de conflito vizinhas, como o Sudão. Dessa forma, o volume de armas em trânsito e em circulação clandestina na região é uma preocupação constante, dada a volatilidade dos conflitos nas áreas fronteiriças, como o conflito em curso no Sinai e a instabilidade na vizinha Líbia, o que contribui para o comércio ilícito de armas. Nesse sentido, o governo egípcio auxilia no fortalecimento das capacidades nacionais e regionais para a segurança das fronteiras em conflito, com o objetivo de impedir o fluxo transfronteiriço de armas (Organized Crime Index, 2023c).

A República Federal Democrática da Etiópia, até 2020, não possuía uma legislação própria para conter o fluxo ilegal de armas. Nesse mesmo ano, contudo,

a Proclamação de Administração e Controle de Armas de Fogo nº 1177/2020 foi promulgada com o fim de implementar o Protocolo das Nações Unidas contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições, que a Etiópia ratificou em 2012 (Metekia, 2022). Destaca-se, igualmente, que em agosto de 2024, o parlamento etíope aprovou uma nova lei de controle de armas por conta do aumento da violência no país: a legislação é responsável por proibir o comércio privado de armas e prevê penas severas de prisão para a posse ilegal de armamentos (Africa News, 2024).

A **República Gabonesa** não é classificada como um mercado de alto risco para o tráfico ilegal de armas. Todavia, a mudança de governante ocorrida em 2023 aumentou o fluxo de traficantes de armas na região, principalmente a partir da fronteira do país com o Camarões (Organized Crime Index, 2023e). Portanto, em maio de 2022, autoridades do Gabão e do Camarões concordaram em refazer a fronteira de quase 300 quilômetros entre seus países para interromper os confrontos entre comunidades fronteiriças e em mobilizar conjuntamente suas forças armadas para impedir o tráfico de armas (Kindzeka, 2022a). Destaca-se, ainda, que o Gabão ratificou muitos tratados relevantes relacionados ao crime organizado, sendo considerado cooperativo com instituições internacionais no tocante a questões relacionadas ao crime organizado (Organized Crime Index, 2023e).

A **República de Gana** é afetada diretamente pela proliferação de armas ilegais: é estimado que cerca de 1 milhão de civis possuam armamentos ilícitos. Frente à isso, desde 2007, o país possui uma Comissão Nacional de Armas Pequenas e Ligeiras, para: "prevenir, combater e erradicar o mercado ilícito de tais armamentos; educar e sensibilizar o público e prover informação sobre os perigos de armas pequenas e ligeiras a fim de desestimular sua produção"[22] (Gana National Commission on Small Arms and Light Weapons, s.d., tradução nossa). Em julho de 2025, decorrente do alastramento de armamentos ilegais observada em áreas no norte de Gana, a Comissão Nacional de Armas Pequenas e Ligeiras anunciou uma operação conjunta com o Serviço Policial de Gana para apreender armas de pequeno porte adquiridas de forma ilegal ao redor do país (Appiah, 2025).

O **Estado da Líbia**, após a derrubada do Presidente Muammar Gaddafi em 2011, tem enfrentado uma grande instabilidade política. Atualmente, o país encontra-se dividido entre o controle do Governo de Unidade Nacional, comandado por Abdelhamid Dbebiba e reconhecido internacionalmente, e o do Governo da Estabilidade Nacional, comandado pelo marechal Khalifa Haftar. Com a instabilidade regional e a pouca fiscalização, a Líbia rapidamente tornou-se um pólo de distribuição de armamentos ilícitos que serve para abastecer diversas milícias, incluindo as RSF. Desde abril de 2023, Haftar fornece combustível, armas e MANPADS (mísseis portáteis antiaéreos) às RSF, ação facilitada pela proximidade da base sul do grupo sudanês, em al-Wigh, com a fronteira líbia. (Ali, 2024; Peschard, 2025). Apesar disso, em março de 2023, o exército líbio apreendeu um navio proveniente de Malta que continha 12.000 armas ilegais. Após esse acontecimento, o governo líbio confirmou o lançamento de uma campanha ampliada para coletar armas nas áreas controladas pelas Forças Armadas (Libya Review, 2023). Por fim, cabe salientar que, em maio de 2025, a ONU renovou o embargo de armas contra a nação, que está vigente desde 2011 (Nações Unidas, 2025).

A **República do Mali** reconhece o comércio ilegal de armas como uma ameaça existencial à sua soberania, integridade territorial e segurança de seu povo

22 Traduzido do original: "[...] prevent, combat and eradicate the illicit trade in small arms and light weapons; educate and sensitize the public and provide information on the dangers of small arms and light weapons in order to discourage their production."

(ENACT Africa, 2025). A situação do tráfico de armas no Mali é extremamente grave, com Bamako servindo como um epicentro das armas ilícitas na região do Sahel. As milhões de armas pequenas e leves que estão em circulação contribuem para a alta incidência de ataques terroristas e a instabilidade estatal. O país reconhece que muitas das armas ilícitas em seu território são provenientes de desvios internos ou de fluxos transfronteiriços, inclusive da Líbia, e que as vulnerabilidades socioeconômicas e a fragilidade da governança em algumas áreas contribuem para o problema (Organized Crime Index, 2023).

Embora o **Reino de Marrocos** mantenha um controle rigoroso sobre suas fronteiras e possua forças de segurança extremamente ofensivas. O país está ciente dos desafios regionais africanos acerca do fluxo ilegal de armas provinientes da região do Sahel — reconhecendo o comércio ilegal de armas como uma ameaça fundamental à paz e à segurança na África (Organized Crime Index, 2023). Na Conferência sobre Desarmamento, em Genebra, o governo marroquino chamou a atenção da comunidade internacional para os desafios de segurança que afetam o continente africano. O embaixador e representante permanente de Marrocos na ONU em Genebra, Omar Zniber, alertou que a proliferação de armas ligeiras e de pequena dimensão alimenta conflitos em curso, fortalece grupos terroristas e separatistas e ameaça a estabilidade regional. Dessa maneira, entende-se que o Reino de Marrocos tem um forte compromisso com o multilateralismo e a cooperação regional e internacional no combate ao terrorismo, ao crime organizado e ao tráfico de armas.

A **República de Moçambique** reconhece o comércio ilegal de armas como uma grave ameaça à paz e à segurança no continente africano. Apesar dos programas de desarmamento bem-sucedidos implementados após a guerra civil, o país atualmente enfrenta um ressurgimento do tráfico de armamentos. Nesse sentido, entende que políticas de desarmamento devem ser reforçadas e continuamente implementadas (Organized Crime Index, 2023g). O governo moçambicano tem sido um parceiro ativo em iniciativas de paz e segurança na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana (UA). O país entende que a pacificação das regiões de conflito exige um esforço concertado para controlar o fluxo de armas e, por isso, tem implementado programas de coleta e destruição de armas — fundamentais em seu próprio processo de paz — e continua a apoiar medidas para garantir a segurança das fronteiras e a prevenção do desvio de armamentos (UNODA, 2022). O projeto "Transformação de Armas em Enxadas" é um exemplo notável de como Moçambique tem trabalhado para transformar armas em objetos de arte e trabalho, simbolizando a transição para a paz (UNODA, 2022). O país valoriza a cooperação regional e a assistência internacional para fortalecer as capacidades de controle de armas.

A **República do Níger** possui, em seu território, um emaranhado de redes de tráfico de armas, principalmente nas regiões de fronteira com a Líbia, o Mali e a Nigéria. A crescente violência na nação faz com que os civis considerem a criação de milícias para a proteção, além de se armarem de maneira ilegal (Koné, 2022). Frente a isso, o Níger instituiu a Comissão Nacional para Coleta e Controle de Armas Ilícitas, que trabalha em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) a fim de controlar a situação e proteger a sua população (UNODC, 2020). Ainda, em 2006, o Níger assinou a Convenção sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre da ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) e posteriormente, no ano de 2014, assinou o Tratado sobre Comércio de Armas da ONU (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2012).

Apesar da situação do tráfico de armas na **República Federal da Nigéria** ser

particularmente alarmante, com estimativas indicando a presença de mais de seis milhões de armas ilícitas em circulação, o país posiciona-se como uma nação comprometida com a paz e a segurança regional e continental, reconhecendo o comércio ilegal de armas como uma das maiores ameaças à estabilidade e ao desenvolvimento sustentável na África Subsaariana, com particular preocupação em relação ao Sudão e Sudão do Sul (Unoda, 2024). A Nigéria é um ator chave na Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF) autorizada pela União Africana em 2014 e apoia à Agenda "Silenciando As Armas" da UA até 2030. Além disso, o país tem tomado medidas para fortalecer sua estrutura legislativa, com a proposta de criação de um Centro Nacional para o Controle de Armas Pequenas e Leves, visando aprimorar a fiscalização e a punição do uso ilegal de armas (UNODC, 2021). Dessa forma, o país defende uma abordagem que exija o fortalecimento dos controles de fronteira e alfândega para impedir o fluxo transfronteiriço de armas.

A **República de Ruanda** passa por um processo de reconstrução após a guerra civil ocorrida ao final do século XX, e gradualmente, vem se consolidando enquanto um importante ator nas relações da África Central. Entre os anos de 2009 e 2014, o governo de Ruanda destruiu cerca de 12.327 armas de fogo e 500 toneladas de explosivos, comprovando sua posição firme contra a proliferação ilegal de armas (IGIHE, 2024). Destaca-se que Ruanda é signatária do Protocolo de Nairóbi, que foca na prevenção, controle e redução de armas de pequeno porte e da Convenção de Kinshasa, que tem o objetivo de regulamentar armas de pequeno porte e combater o seu tráfico na África Central. Todavia, atualmente, a República Democrática do Congo acusa Ruanda de apoiar o grupo paramilitar M23 com armamentos ilegais. Apesar do presidente Paul Kagame negar as acusações, em dezembro de 2022, a ONU divulgou um relatório que explicitava o suporte ruandês ao M23 com imagens de morteiros e metralhadoras sendo manuseadas pelos integrantes da milícia, que utilizavam uniformes idênticos ao do exército de Ruanda (Wrong, 2023). Em relação ao Sudão, o país afirma ter comprometimento com o processo de pacificação sudanesa e expressa apoio aos esforços do governo do governo para encerrar as hostilidades com a RSF (Rwanda in Sudan, 2025; Sudan Tribune, 2024).

A **República Federal da Somália** enfrenta diversos problemas relacionados à proliferação de armas ilegais em seu território. De acordo com Schroeder e Lamb (2018), apesar de ter ficado sob um embargo de armas da ONU por 30 anos, milícias da Somália recebem armas de governos vizinhos (Gentili, 2024). Destaca-se que a instabilidade do Sudão a partir do conflito de 2023 gerou uma preocupação para o governo somali em relação a estabelecimento de redes de tráfico e coordenação de operações por parte de grupos jihadistas no Chifre da África e Sahel, como o al-Shabab; o que reafirma o compromisso da Somália em se restabilizar e lutar conta o tráfico ilegal de armas (Kiros, 2024). Em julho de 2024, a Somália impôs um banimento total sobre o comércio e o contrabando de armas e munições dentro do país por atores não estatais (TRT Global, 2024).

A **República do Sudão**, desde a sua independência, passa por instabilidades políticas que culminaram na separação com o Sudão do Sul em 2011 e na vigente guerra civil que eclodiu em 2023. Na reunião do CSNU de número 9721, em setembro de 2024, o Conselho optou por estender as sanções contra o Sudão, incluindo um embargo de armas por mais um ano (Security Council, 2024). Em resposta, o Sudão destacou os ataques das RSF contra civis em Darfur, alegadamente perpetrados por meio de artilharia pesada e do uso de armas proibidas pelo direito internacional. O país também reforçou o papel dos Emirados Árabes Unidos no conflito — que fornece armamentos e munições às RSF por rotas que atravessam o Chade e

a Líbia —, demandando a imposição de sanções direcionadas tanto contra essa nação quanto contra as milícias atuantes em seu território (Ali, 2024). Por conta disso, em abril de 2025, o governo do Sudão lançou um processo contra os EAU no Tribunal Penal Internacional, acusando o país de ser cúmplice no genocídio da comunidade Masalit (Branco, 2025). Em maio, o procurador-geral dos EAU, Dr. Hamad Saif Al Shamsi, afirmou que os serviços de segurança do país interceptaram uma tentativa de contrabando de uma grande remessa de equipamentos militares ilegais destinados às SAF. Perante tais acusações, as Forças Armadas Sudanesas reiteraram o direito do Sudão, como um país soberano, de obter armas de qualquer parte que julgar apropriada (Middle East Monitor, 2025).

Apesar dos embargos de armas impostos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, o tráfico de armamentos na República do **Sudão do Sul** permanece uma questão grave, sendo o país considerado um dos mais armados do mundo em termos per capita (Amnesty International, 2024). Alguns relatórios indicam que as armas são provenientes de diversas fontes, incluindo desvios de estoques militares e fornecimento ilícitos de nações vizinhas que continuam a alimentar o conflito e a violência em larga escala (Sipri, 2023; Amnesty International, 2020). Em um passo mais significativo, o Sudão do Sul aderiu à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) em 2023, reforçando seu compromisso em combater o crime transnacional, incluindo o tráfico de armas (UNODC, 2024). Dessa forma, as prioridades do Sudão do Sul para combater o comércio ilegal de armas concentram-se no fortalecimento da governança e do Estado de Direito, de forma a combater a corrupção e fortalecer as instituições para garantir o controle efetivo sobre o armamento e a aplicação da lei (UNODC, 2024).

A **República de Uganda** possui um histórico de compromisso com o combate ao tráfico de armas. Ressalta-se, por exemplo, a operação policial de 30 de abril de 2022, que resultou na apreensão e destruição de 378 armas ilegais nas sub-regiões de Karamoja e Rwenzori (Uganda Police Force, 2022). Contudo, especialmente após o desencadeamento do conflito no Sudão e a consequente utilização do território ugandês como rota para o tráfico de armamentos, o governo intensificou seus esforços. Em junho de 2023, autoridades ugandesas interceptaram rifles, munições e armas de pequeno porte em um avião proveniente dos Emirados Árabes Unidos com destino ao Chade (Ali, 2024). Mais recentemente, em junho de 2025, o presidente Yoweri Museveni sancionou uma lei que introduz restrições significativas à posse de armas de fogo por civis, transferindo o controle de pistolas e diversas outras categorias de armamentos para uso exclusivo das Forças de Defesa do Povo de Uganda (UPDF) (Nakayenga, 2025).

## 6 Questões a Ponderar

1. O tráfico ilegal de armas é presente nas regiões de conflito na África Subsaariana? Se sim, como isso agrava a situação de violência?

2. De que forma a presença de milícias armadas e grupos extremistas regionais e extrarregionais alimentam o tráfico?

3.A adoção de legislação nacional e internacional é suficiente para o combate ao tráfico de armas ou a efetividade desta ação depende da fortificação do Estado?

4. Como atores externos ao conflito do Sudão operam no fornecimento para grupos armados?

5. Quais estratégias de cooperação internacional poderiam ser adotadas para controlar o tráfico de armamentos?

## REFERÊNCIAS

12,000 Smuggled Weapons Seized in Libya. **Libya Review**, 5 mar. 2023. Disponível em: https://libyareview.com/32450/12000-smuggled-weapons-seized-in-libya/. Acesso em: 1 ago. 2025.

ADEBAJO, Adekeye. **The Curse of Berlin**: Africa After the Cold War. London: Hurst & Company, 2010.

AFP. Guerra civil no Sudão completa dois anos sem paz à vista. **Carta Capital**, 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/guerra-civil-no-sudao-completa-dois-anos-sem-paz-a-vista/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

AFRICA DEFENSE FORUM. China torna-se o maior fornecedor de armas de África, mas o motivo e a qualidade suscitam debate. **Africa Defense Forum,** 23 jul. 2024. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2024/07/china-torna-se-o-maior-fornecedor-de-armas-de-africa-mas-o-motivo-e-a-qualidade-suscitam-debate/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

AFRICA DEFENSE FORUM. Rivalidade entre Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos fomenta o conflito no Sudão. **Africa Defense Forum**, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2025/04/rivalidade-entre-arabia-saudita-e-emirados-arabes-unidos-fomenta-o-conflito-no-sudao/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

AFRICAN UNION - COUNTER TERRORISM. **Algeria's experience in combating terrorism.** Argel: African Union - African Centre for the Study and Research on Terrorism (ACSRT), [s.d.]. Disponível em: https://africacenter.org/publications/algieras-experience-in-combating-terrorism/. Acesso em: 30 maio 2025.

AFRICAN UNION (AU). **Agenda 2063: The Africa We Want.** Addis Ababa: African Union, [s.d.]. Disponível em: https://au.int/en/agenda2063/overview. Acesso em: 30 maio 2025.

AFRICAN UNION (AU). **Bamako Declaration on an African Common Position on the Illicit Proliferation, Circulation and Trafficking of Small Arms and Light Weapons (SALW).** Addis Ababa: African Union, [s.d.]. Disponível em: https://au.int/en/treaties/bamako-declaration-african-common-position-illicit-proliferation-circulation-and-trafficking. Acesso em: 30 maio 2025.

AFRICAN Union Commission supports the Gabonese Government towards the establishment of National Commission for Small Arms and Light Weapons. **African Union**, 2024. Disponível em: https://www.peaceau.org/en/article/african-union-commission-supports-the-gabonese-government-towards-the-establishment-of-national-commission-for-small-arms-and-light-weapons. Acesso em: 1 jun. 2025.

AL JAZEERA. What is the regional impact of the war in Sudan?. **Al Jazeera.** 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/video/inside-story/2025/4/15/what-is-the-regional-impact-of-the-war-in-sudan>. Acesso em: 21 abr. 2025.

AKE, Claude. **Democracy and Development in Africa.** Washington, D.C.: Brookings Institution, 1996.

ALI, Hager. The War in Sudan: How Weapons and Networks Shattered a Power Struggle. **GIGA Focus Middle East,** n. 2, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.57671/gfme-24022. Acesso em: 19 abr. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. **New weapons fuelling the Sudan conflict: Expanding existing arms embargo across Sudan to protect civilians.** Hong Kong: Amnesty International, 2024. Briefing. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/latest/research/2024/07/new-weapons-fuelling-the-sudan-conflict/. Acesso em: 1 de agosto de 2025.

_____. **South Sudan: Evidence of violations and illicit concealment of arms must spur UN to renew arms embargo.** [S. l.]: Amnesty International, 2020. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/04/south-sudan-evidence-of-violations-and-illicit-concealment-of-arms-must-spur-un-to-renew-arms-embargo/. Acesso em: 29 maio 2025.

_____. **Sudan: "Death came to our home"**: War crimes and civilian suffering in Sudan. Londres: Amnesty International, 3 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/afr54/7037/2023/en/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

_____. **Sudan:** French-manufactured weapons system identified in conflict – new investigation. 21 ago. 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org.uk/press-releases/sudan-french-manufactured-weapons-system-identified-conflict-new-investigation>. Acesso em: 15 abr. 2025.

_____. **Sudan:** UN arms embargo violations fueling atrocities in Darfur. Lisboa: Amnesty International, 2024a. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2024/07/AFR5482522024_SudanArmsEmbargo_EN.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

_____. **Sudão: fluxo de armas alimenta sofrimento dos civis no conflito.** Amnistia Internacional, 30 jul. 2024.b Disponível em: <https://www.amnistia.pt/sudao-fluxo-de-armas-alimenta-sofrimento-dos-civis-no-conflito/#gref>. Acesso em: 23 jun. 2025.

AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL. **Novas armas fornecidas pela Rússia e China alimentam conflito no Darfur.** 9 fev. 2012. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/novas-armas-fornecidas-pela-russia-e-china-alimentam-conflito-no-darfur/.> Acesso em: 15 abr. 2025.

APPIAH, Francis. **National Commission on Small Arms launches joint operation to retrieve illegal weapons.** ModernGhana, 29 jul. 2025. Disponível em: https://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/National-Commission-on-Small-Arms-launches-joint-operation-to-retrieve-illegal-weapons-1993851 . Acesso em: 1 ago. 2025.

ASTÚA, Carolina; BELEZIA, Lara. **A Ruptura Étnica No Sudão.** LAIBL, 16 abr.

2025. Disponível em: <https://laibl.com.br/a-ruptura-etnica-no-sudao/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BARBOSA, Victor Tavares. A República Democrática do Congo e os conflitos na região dos Grandes Lagos. **NEARI em Revista**, v. 3, n. 4, p. 2-15, 2017. Disponível em: https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/612/530. Acesso em: 1 ago. 2025.

BBC. Sudão do Sul se torna o mais novo país do mundo. **BBC Brasil**, 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110708_sudao_do_sul_independencia_mm. Acesso em: 1 ago. 2025.

BBC. U.N. Troops 'Armed DR Congo Rebels'. **BBC News**, 28 abr. 2008. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7365283.stm . Acesso em: 1 ago. 2025.

BBC. What is Sharia law?. **BBC News**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58251684>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BEEVOR, Eleanor; BISH, Alexandre. **The Tri-border Tangle:** Arms trafficking, crime and violence in the borderlands of Chad, Cameroon and Central African Republic. Genebra: Global Initiative Against Transnational Crime, 2024. Disponível em: https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2024/01/Eleanor-Beavor-Alexandre-Bish-Tri-border-triangle-Crime-and-violence-in-the-borderlands-of-Chad-Cameroon-and-CAR-GI-TOC-December-2023.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

BORGER, Julian. French military systems in Sudan may break UN arms embargo, says Amnesty. **The Guardian**, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://amp.theguardian.com/global-development/2024/nov/14/french-military-systems-in-sudan-may-break-un-arms-embargo-says-amnesty>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BOURNE, Mike. **Arming Conflict:** The Proliferation of Small Arms. London: Palgrave Macmillan, 2007.

BRAGA, Camila de Macedo. **As estratégias internacionais de prevenção à violência em massa e a "Nova Guerra" no Darfur.** 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" - UNESP, UNICAMP, PUC-SP, São Paulo, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ea33059b-962e-4b28-b904-99ffcd1b78b8/content.

BRAGA, Camila de Macedo. Insegurança generalizada no Sudão: uma sociedade militarizada. **Anais do XXI Encontro Estadual de História** – ANPUH-SP, Campinas, setembro de 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342382205_ARQUIVO_Insegurancageneralizadano-Darfur_umasociedademilitarizada.pdf.> Acesso em: 15 abr. 2025.

BRANCO, Carina. Sudão declara Emirados Árabes Unidos como "Estado agressor". **RFI**, 7 mai. 2025. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20250507-sud%C3%A3o-declara-emirados-%C3%A1rabes-unidos-como-estado-agressor>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Promulgação do Tratado sobre o Comércio de Armas.** Brasília: Governo Federal, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2022/agosto/promulgado-tratado-sobre-o--comercio-de-armas>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BROWN, Will. UNAMID: A Retrospective. **The World Mind**, 17 mar. 2021. Disponível em: https://www.theworldmind.org/deepdive-archive/2021/3/17/unamid-a-retrospective. Acesso em: 27 maio 2025.

BURHAN and Abiy's secretive talks signal shifting Ethiopian position on Sudan. **Middle East Eye.** Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/burhan--and-abiys-secretive-talks-signal-shifting-ethiopian-position-sudan>. Acesso em: 29 mai. 2025.

BURKE, Jason. Burkina Faso coup fuels fears of growing Russian mercenary presence in Sahel. **The Guardian.** 03 Outubro 2022. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2022/oct/03/burkina-faso-coupfears-growing-russian--mercenary-presence-sahel-north-africa. Acesso em: 2 jun. 2025

BURKINA Faso | MAG. **MAG International.** Disponível em: <https://www.maginternational.org/what-we-do/where-we-work/burkina-faso/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. Power struggle in Sudan. **Council on Foreign Relations**, 2025. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/power-struggle-sudan>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CHABAL, Patrick. **A política da descolonização:** uma introdução aos Estados africanos. Lisboa: Edições 70, 2002.

CHAD intercepts arms trafficking from Sudan. **Military Africa**, 2024. Disponível em: https://www.military.africa/2024/06/chad-intercepts-arms-trafficking-from--sudan/. Acesso em: 31 mai. 2025.

CHAD seizes more than 3,000 weapons near the border with Libya – video. Northern African News, 2024. Disponível em: https://nan.media/en/chad-seizes-more-than-3000-weapons-near-the-border-with-libya-video/. Acesso em: 31 jul. 2025.

CHELULE, Esther. Proliferation of Small Arms and Light Weapons: Challenge to Development, Peace and Security in Africa. **Kenya Studies Review**, vol. 6, n. 4, p. 91-102. 2012. Disponível em: <https://kenyasocialscienceforum.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/kenya-studies-review-volume-6-number-4-conflict--peace-and-security.pdf#page=91>. Acesso em 17 abr. 2025.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). Genebra: CICV, 2012. Disponível em: https://www.icrc.org/sites/default/files/document/file_list/relatorio_encontro_dih_ecowas.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

_____. **Tratado sobre o Comércio de Armas de 2013.** Genebra: CICV, 2013. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/download/file/165049/tratado_sobre_o_

comercio_-_ficha_tecnica.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CONFLICT between Dinka and Nuer in South Sudan. **Climate-Diplomacy**, [s.d.]. Disponível em: https://climate-diplomacy.org/case-studies/conflict-between--dinka-and-nuer-south-sudan. Acesso em: 17 jun. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). **Resolução 1718 (2006).** Nova Iorque, 2006.

CORREIO BRAZILIENSE. China dá apoio militar ao Sudão apesar de embargo. **Correio Braziliense**, 14 jul. 2008. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2008/07/14/interna_mundo,19044/china-da-apoio--militar-ao-sudao-apesar-de-embargo.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DANCZUK, Ten Josef. A disseminação global de armas: a relação entre o colapso estatal, a proliferação de armas portáteis e os conflitos mundiais. **Military Review**, p.1-10, 2017. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/DanczukPorOnlineApril2017.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

DAVIDSON, Basil. **A luta pela África: uma introdução à história moderna africana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DE WAAL, Alex. **War in Darfur and the Search for Peace.** Cambridge: Harvard University Press, 2007.

DOIS anos de guerra no Sudão: uma combinação devastadora de deslocamento recorde e ajuda humanitária escassa. **ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados):** Genebra, 15 abr. 2025. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/dois-anos-de-guerra-no-sudao-uma-combinacao-devastadora-de-deslocamento. Acesso em: 2 jul. 2025.

ENACT AFRICA. Burundi - The Organized Crime Index. **ENACT Africa**, [s.d.]. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/burundi. Acesso em: 30 maio 2025.

ENACT AFRICA. Criminality in Egypt - The Organized Crime Index. **ENACT Africa**, [s.d.]. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/egypt. Acesso em: 1 jun. 2025.

CHINA arma países africanos sob embargo, diz ONU. **Estadão**, 15 jul. 2008. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/china-arma-paises-africanos-sob-embargo-diz-onu-imp/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ETHIOPIA'S new gun control law: the key details. **Africanews**, 10 jan. 2020. Disponível em: https://www.africanews.com/2020/01/10/ethiopia-s-new-gun-control-law-the-key-details/ . Acesso em: 1 ago. 2025.

FAGANELLO, Priscila. **Operações de manutenção da paz na ONU.** Brasília: FUNAG, 2022. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/1078-operaco-

es-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FALODE, Adewunmi James. Small arms and light weapons (SALW) and transnational crime in Africa. **Vestnik RUDN. International Relations,** v. 20, n. 1, p. 158-169, 2020. Disponível em: https://journals.rudn.ru/international-relations/article/view/23329/18041. Acesso em: 19 abr. 2025.

FLINT, Julie; DE WAAL, Alex. **Darfur:** A New History of a Long War. London: Zed Books, 2005.

GENTILI, Chiara. **Countering the arms race in Somalia.** Global Initiative Against Transnational Organized Crime, 2024. Disponível em: https://globalinitiative.net/analysis/arms-trafficking-somalia-ocindex/ . Acesso em: 1 ago. 2025.

GHANA. **National Commission on Small Arms and Light Weapons.** Ghana National Commission on Small Arms and Light Weapons. Disponível em: https://www.smallarmscommission.gov.gh/. Acesso em: 3 jun. 2025.

GRAMIZZI, Claudio. **The illicit circulation of small arms and light weapons and their ammunition in Burkina Faso.** Londres: Saferworld, jun. 2022. Disponível em: https://www.saferworld.org.uk. Acesso em: 31 jul. 2025.

HASSAN, Mohamed. **A União Africana e os desafios da integração continental.** Maputo: CODESRIA, 2015.

HERBERT, Matt. **Sudan 's civil war fuels a new regional conflict economy.** Institute for Security Studies, 8 jan 2025. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/sudan-s-civil-war-fuels-a-new-regional-conflict-economy>. Acesso em: 21 abr. 2025.

HERBST, Jeffrey. The challenge of state-building in Africa. *In*: HERBST, Jeffrey. **States and power in Africa: comparative lessons in authority and control.** 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2014. p. 11-31.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Darfur Destroyed:** Ethnic Cleansing by Government and Militia Forces in Western Sudan. New York: Human Rights Watch, 2004.

_____. **Sudan:** No One to Intervene – Gaps in African Union Responses to Abuses in Sudan and South Sudan. New York: HRW, 2020.

_____. **World Report 2025.** Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/sudan>. Acesso em: 19 abr. 2025.

IGIHE. **Over 12,000 firearms destroyed inside Rwanda's fight against small arms.** 2024. Disponível em: https://en.igihe.com/news/article/over-12-000-firearms--destroyed-inside-rwanda-s-fight-against-small-arms. Acesso em: 28 jul. 2025.

INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES (ISS). **Firearms Control in South Africa: An Overview.** Pretória: ISS, [s.d.]. Disponível em: https://issafrica.org/about-us. Acesso em: 1 jun. 2025.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Warrant of Arrest for Omar Hassan Ahmad Al Bashir.** Haia: ICC, 2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **South Sudan:** A Civil War by Any Other Name. Brussels: ICG, 2014.

_____. **The Islamist Insurgency in Mozambique's Cabo Delgado:** An Update. Bruxelas: International Crisis Group, 2021. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/b168-islamist-insurgency-mozambiques-cabo-delgado-update. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Sudan's Conflict Shows No Signs of Abating.** Brussels: ICG, 2023.

JAEGER, Jennifer. Weapons fuel humanitarian crisis in Sudan. **Ploughshares**, 17 set. 2024. Disponível em: <https://www.ploughshares.ca/publications/weapons-fuel-humanitarian-crisis-in-sudan>. Acesso em: 19 abr. 2025.

JOHNSON, Douglas H. **The root causes of Sudan's civil wars.** Bloomington: Indiana University Press, 2004.

JOK, Jok Madut. **Sudan:** Race, Religion and Violence. Oxford: Oneworld Publications, 2007.

KABANDULA, Abigail; SHAW, Timothy. Rising powers and the horn of Africa: conflicting regionalisms. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 12, p. 2315-2533, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1527684>. Acesso em: 19 abr. 2025.

KINDZEKA, Moki Edwin. Cameroon, Gabon agree to better demarcate border, stop conflict. **VOA News**, 27 mai. 2022a. Disponível em: https://www.voanews.com/a/cameroon-gabon-agree-to-better-demarcate-border-stop-conflict/6592016.html. Acesso em: 1 ago. 2025.

KINDZEKA, Moki Edwin. Cameroon Struggling to Rein In Arms Smuggling From Chad, Nigeria. **VOA News**, 22 nov. 2022b. Disponível em: https://www.voanews.com/a/cameroon-struggling-to-rein-in-arms-smuggling-from-chad-nigeria/6845216.html. Acesso em: 7 ago. 2025.

KIROS, Kidane. The Ongoing War in Sudan and Its Implications for The Security and Stability of The Horn of Africa and Beyond. **Policy Center for the New South**, out. 2024. Disponível em: <https://www.policycenter.ma/publications/ongoing-war-sudan-and-its-implications-security-and-stability-horn-africa-and-beyond>. Acesso em 21 abr. 2025.

KRAMPE, Florian; GIULIANI, Leonardo. **Sustaining Peace in South Sudan:** The Role of Natural Resources and Climate Change. Stockholm: SIPRI, 2020.

KUWALI, Dan. Introduction. In: KUWALI, Dan. **The Palgrave Handbook of Sustainable Peace and Security in Africa.** Palgrave Macmillan Cham, 1 ed. p 3-14.

KONÉ, Hassane. Arms trafficking from Libya to Niger is back in business. **ISS Africa**, 14 jun. 2022. Disponível em: https://issafrica.org/iss-today/arms-trafficking-from-libya-to-niger-is-back-in-business. Acesso em: 2 jun. 2025.

LODHI, Areesha. Why did war break out in Sudan a year ago, where does it currently stand?. **Al Jazeera.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/4/11/why-did-war-break-out-in-sudan-a-year-ago-where-does-it-currently-stand>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and Subject:** Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism. Princeton: Princeton University Press, 1996.

METEKIA, Tadesse Simie. Closing Ethiopia's federal-regional divide vital to combating arms trafficking. **ENACT Observer**, 24 nov. 2022. Disponível em: https://enactafrica.org/enact-observer/closing-ethiopias-federal-regional-divide-vital-to-combating-arms-trafficking. Acesso em: 1 ago. 2025.

MINISTRY OF THE INTERIOR (Ghana). **Ghana hosts High-Level Regional Meeting on Combating Firearms Trafficking.** Accra: Ministry of the Interior, 2025. Disponível em: https://www.mint.gov.gh/ghana-hosts-high-level-regional-meeting-on-combating-firearms-trafficking/. Acesso em: 1 jun. 2025.

MURITHI, Tim. **Rethinking the African Union's Role in Conflict Mediation.** Cape Town: Institute for Justice and Reconciliation, 2023.

MURITHI, Tim. **The African Union:** Pan-Africanism, Peacebuilding and Development. Aldershot: Ashgate, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Geral da ONU aprova tratado histórico sobre comércio global de armas.** ONU Brasil, 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/62151-assembleia-geral-da-onu-aprova-tratado-hist%C3%B3rico-sobre-com%C3%A9rcio-global-de-armas>. Acesso em: 24 fev. 2025.

_____. **Humanitarian Ceasefire Agreement on the Conflict in Darfur.** 8 abr. 2004. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/sd040408humanitarian20ceasefire20agreement20on20the20conflict20in20darfur.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

_____. **Protocol against the Illicit Manufacturing of and Trafficking in Firearms, their Parts and Components and Ammunition, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime.** 2001. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/2001/05/20010531%2011-11%20AM/Ch_XVIII_12_cp.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

_____. **Sudão: ONU promove a paz e o desarmamento em Darfur através das artes.** ONU Brasil, 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/57501-sud%C3%A3o-onu-promove-paz-e-o-desarmamento-em-darfur-atrav%C3%A9s-das-artes>. Acesso em: 24 fev. 2025.

_____. **Timeline | UNAMID.** 2025. Disponível em: https://unamid.unmissions.org/timeline. Acesso em: 27 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Comércio ilegal de armamentos tem acirrado tensões em Darfur, diz ONU.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/77780-com%C3%A9rcio-ilegal-de-armamentos-tem-acirrado-tens%C3%B5es-em-darfur-diz-onu>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NAKAYENGA, Patricia Renee. **Museveni Signs New Law Banning Civilian Ownership of Weapons.** Uganda Times, 16 jun. 2025. Disponível em: http://ugandatimes.ug/2025/06/16/uganda-pistol-ban-2025-updf-weapons-law/ .

NATIONAL CONVENTIONAL ARMS CONTROL COMMITTEE (NCACC). **Annual Reports.** Pretória: NCACC, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.za/documents/national-conventional-arms-control-committee-ncacc-annual-reports. Acesso em: 1 jun. 2025.

NWANGWU, Chikodiri et al. Regionalism in world politics: interrogating the relevance of the ECOWAS in global political economy. **Central European Journal of International and Security Studies**, v. 13, n. 2, p. 111-133, 2019. Disponível em: https://cejiss.org/images/issue_articles/2019-volume-13-issue-2/06-nwangwu.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. **The Congo:** From Leopold to Kabila – A People's History. London: Zed Books, 2002.

OER Commons. The Scramble for Africa. O**ER Commons**, s.d. Disponível em: https://oercommons.org/courseware/lesson/80459/student/?section=3. Acesso em: 1 jun. 2025.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Sudan:** Entrenched impunity fuelling gross human rights violations and abuses. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2025/02/sudan-entrenched-impunity-fuelling-gross-human-rights-violations-and-abuses>. Acesso em: 19 abr. 2025.

OGUNADE, Feyi. Arms trafficking threatens West African wildlife sanctuary. **ENACT Africa**, 2023. Disponível em: https://enactafrica.org/enact-observer/arms-trafficking-threatens-west-african-wildlife-sanctuary. Acesso em: 29 maio 2025.

OJEWALE, Oluwole. Cameroon alone can't stop illicit arms flooding into the country. **Institute for Security Studies,** 26 ago. 2021. Disponível em: https://issafrica.org/iss-today/cameroon-alone-cant-stop-illicit-arms-flooding-into-the-country?. Acesso em: 8 ago. 2025.

OMONA, David Andrew; AYEGBA, Samuel Baba. **Uganda: Protracted Conflict, Insurgency and SAWLs proliferation.** The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa. Palgrave Macmillan, 2021.

ONYANGO, Edmond. **Déby's death accelerates illicit arms flows across Central**

**Africa.** ENACT Africa, 6 maio 2021. Disponível em: https://enactafrica.org/enact-observer/debys-death-accelerates-illicit-arms-flows-across-central-africa. Acesso em: 31 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PAZ E SEGURANÇA NA ÁFRICA (PEACEAU**). Conclusões da 2ª Reunião do Fórum de África sobre a Reforma do Setor de Segurança (RSS**). Addis Abeba, 2019. Disponível em: <https://www.peaceau.org/uploads/conclusion-ssr-forum-portuguese.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ORGANIZED CRIME INDEX. **Algeria - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023a. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/algeria. Acesso em: 30 maio 2025.

_____. **Central African Republic - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023b. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/central-african-republic. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Criminality in Egypt - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Global Initiative Against Transnational Organized Crime, 2023c. Disponível em: https://ocindex.net/2021/country/egypt. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Djibouti - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023d. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/djibouti. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Gabon - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023e. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/gabon. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Ghana - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023f. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/ghana. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Mozambique - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023g. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/mozambique. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **South Africa - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023h. Disponível em: https://africa.ocindex.net/country/south-africa. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **South Sudan - The Organized Crime Index.** [S. l.]: Organized Crime Index, 2023i. Disponível em: https://africa.ocindex.net/assets/downloads/2023/english/ocindex_summary_south_sudan.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

PANAPRESS. Angola reafirma empenho no combate ao tráfico de armas ligeiras, **Panapress**, 2024. Disponível em: https://www.panapress.com/Angola-reafirma-empenho-no-comba-a_630769620-lang4-free_news.html . Acesso em: 1 ago. 2025

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul e Brasil:** dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria (1984–1994). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10924>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PERMANENT MISSION OF EGYPT TO THE UNITED NATIONS. **Egypt's Position on Conventional Weapons and Illicit Trafficking of Small Arms and Light Weapons.** Disponível em: https://statements.unmeetings.org/media2/20304705/egypt-conventional-weapons.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

PESCHARD, Quentin. European weapons in Sudan (3/5): The mercenaries who travelled through Libya. **The FRANCE 24 Observers**, 19 abr. 2025. Disponível em: <https://www.france24.com/en/africa/20250419-investigation-european-weapons-sudan-part-3-mercenaries-colombia>. Acesso em: 01 jun. 2025.

PINTO, Teresa. Sudan 's war tests African resilience. **GIS Reports Online**, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/r/sudan-war-african-resilience/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

REUTERS. Mais de 8.500 crianças foram usadas como soldados em 2020, aponta ONU. **CNN Brasil**, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mais-de-8500-criancas-foram-usadas-como-soldados-em-2020-aponta-onu/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

REVISTA AFRICANA DE DEFESA (ADF). Construindo um modelo africano para a paz. **ADF Magazine.** 2024. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2024/07/construindo-um-modelo-africano-para-a-paz>. Acesso em: 24 fev. 2025.

RFI. Sudão e Emirados Árabes Unidos enfrentam-se no Tribunal Internacional de Justiça. **Rádio França Internacional**, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20250410-sud%C3%A3o-e-emirados-%C3%A1rabes-unidos-enfrentam-se-no-tribunal-internacional-de-justi%C3%A7a>. Acesso em: 21 abr. 2025.

ROLANDSEN, Øystein. **The making of the Anya-Nya insurgency in the Southern Sudan, 1961–64.** Journal of Eastern African Studies, Abingdon, v. 9, n. 1, p. 93–111, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1080/17531055.2011.571386. Acesso em: 21 abr. 2025.

RWANDA. Cooperation. **Rwanda Diplomatic Mission In Sudan.** Gov, 2025. Disponível em: <https://www.rwandainsudan.gov.rw/1-1/cooperation > Acesso em: 2 jun. 2025.

SAKA, Luqman. França-África: relações franco-africanas e engajamento militar francês na África Pós-Colonial. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 40-67, jul./dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2448-3923.128355. Acesso em: 2 jun. 2025.

SALAH, Aya. Sudan's neighbouring countries to form ministerial mechanism to address crisis: Summit's final statement. **Ahram Online**, 13 jul 2023. Disponível em: <https://english.ahram.org.eg/News/504709.aspx>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SALIH, Zeinab Mohammed. Conflict in Sudan: A map of regional and international actors. **Wilson Center**, 2024. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/conflict-sudan-map-regional-and-international-actors.>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/foreign-intervention-in-africa/F7D6E1CB80CD4D8CEBCEFF0943F7381E> Acesso em: 19 abr. 2025.

SCHNEIDER, Luíza Galiazzi. **As causas políticas do conflito no Sudão:** determinantes estruturais e estratégicos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16012>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SCHROEDER, Matt; LAMB, Guy. The illicit arms trade in Africa: A global enterprise. **African Analyst**, n. 1, p. 69-78, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326462123_The_Illicit_Arms_Trade_in_Africa_A_Global_Enterprise>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SCHWIKOWSKI, Martina. 2019. **China em África: Armas pela paz?** Deutsche Welle, 18 de julho de 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3MGro> Acesso em: 19 abr. 2025.

SECURITY COUNCIL REPORT. Extends Sanctions Regime against Sudan, Unanimously Adopting Resolution 2750. **United Nations Meetings Coverage and Press, 2024.** Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sc15817.doc.htm>. Acesso em: 01 jun. 2025.

**_____. Cooperation between the UN and Regional and Sub-Regional Organisations: Debate on the Partnership with the AU.** [S. l.]: Security Council Report, 2022. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2022/10/cooperation-between-the-un-and-regional-and-sub-regional-organisations-debate-on--the-partnership-with-the-au.php. Acesso em: 1 jun. 2025.

SILVA, Thiago Ribeiro. **Comércio de armas legal e ilegal no Sudão e Sudão do Sul.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/1954ed3a-c7bc-4176-8c98-fb939792f35d/2019_ThiagoRibeiroSilva.TGI.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SIPRI. **Trends in International Arms Transfers, 2022.** Solna: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2023. Disponível em: https://www.sipri.org/publications/2023/sipri-fact-sheets/trends-international-arms-transfers-2022. Acesso em: 29 maio 2025.

SISAY, Islika Borbor. Community security and arms control: lessons from Darfur. A**frican Center for the Constructive Resolution of Disputes,** n. 53, out. 2022. Disponível em: https://www.accord.org.za/publication/community-security-and-arms-control-lessons-from-darfur/. Acesso em: 29 jul. 2025.

SMALL ARMS SURVEY. **Por trás dos números:** Armas Pequenas e Mortes em Conflito. 2005. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/resources/Small-Arms-Survey-2005-Chapter-09-summary-PO.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

_____. **Global firearms holdings.** 2017. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/database/global-firearms-holdings>. Acesso em: 22 jun. 2025.

_____. **Homepage.** 2025. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SOMALIA bans arms trade by non-state entities. **TRT Global,** 18 jul. 2024. Disponível em: https://trt.global/afrika-english/article/18185342 . Acesso em: 1 ago. 2025.

SUDAN'S al-Burhan seeks support in Rwanda and Angola. **Sudan Tribune,** 12 ago. 2024, Kigali/Luan. Disponível em: <https://sudantribune.com/article289438/ >. Acesso em: 2 jun. 2025.

SUDAN army denies UAE claims of foiling illegal arms smuggling operation. **Middle East Monitor,** 01 mai 2025. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20250501-sudan-army-denies-uae-claims-of-foiling-illegal-arms-smuggling-operation/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SUDANESE anti-war coalition grapples with reform demands at Uganda meeting. **Sudan Tribune**, 1 dez. 2024, Entebbe, Uganda. Disponível em: <https://sudantribune.com/article294125/ > Acesso em: 2 jun. 2025.

TAR, Usman; ONWURAH, Charles. **The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa.** Kaduna: Palgrave Macmillan Cham, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-62183-4>. Acesso em: 15 abr. 2025.

UGANDA Police Force. **378 illegal guns destroyed.** Uganda Police Force, 22 jul. 2025. Disponível em: http://upf.go.ug/378-illegal-guns-destroyed/ . Acesso em: 1 ago. 2025.

UGANDAN General reiterates threat to seize Khartoum despite apology. **Sudan Tribune**, 22 dez 2024, Kampala, Uganda. Disponível em: <https://sudantribune.com/article294970/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

UGANDA'S Museveni rejects recognition of any parallel Sudanese government: Agar. **Sudan Tribune**, 5 mar. 2025, Kampala, Uganda. Disponível em: <https://sudantribune.com/article298172/ >. Acesso em: 2 jun. 2025.

UN REGIONAL CENTRE FOR PEACE AND DISARMAMENT IN AFRI-

CA (UNREC). **Burundi National Commission for Small Arms and Light Weapons.** Lomé: UNREC, [s.d.]. Disponível em: https://unrec.unmissions.org/burundi-national-commission-small-arms-and-light-weapons. Acesso em: 30 maio 2025.

UNDP. **National Small Arms Assessment in South Sudan Empowered lives.** [S. l.]: UNDP, [s.d.]. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ss/South-Sudan-National-Small-Arms-Assessment---Web-Version.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UNIÃO AFRICANA. **Declaração de Bamako: posição comum africana sobre a proliferação, circulação e tráfico ilícito de armas pequenas e leves.** Bamako, Mali, 2000. Disponível em: https://au.int/en/documents/20200903/bamako-declaration-african-common-position-illicit-proliferation-circulation-and. Acesso em: 26 maio 2025.

_____. **Op-ed conjunto por Emb. Ramtane Lamamra, Alto Representante da União Africana para Silenciar as Armas, e Izumi Nakamitsu, Alta Representante das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento.** Addis Abeba: União Africana, 2020. Disponível em: https://www.peaceau.org/uploads/portuguese-op-ed-stg-africaamnestymonth-hrlamamra-hrnakamitsu-.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UNION AFRICAINE. **Acte Constitutif de l'Union Africaine.** Lomé, Togo, 11 jul. 2000.

UNITED NATIONS. **Security Council Renews Arms Embargo on Libya for Six Months, Adopting Draft Resolution 2780 (2025).** Press release SC/16074, 28 mai. 2025. Disponível em: https://press.un.org/en/2025/sc16074.doc.htm . Acesso em: 1 ago. 2025

_____. **The United Nations and Decolonization.** Nova York: ONU, 2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Continued capacity building in Niger to support illicit firearm related investigations and prosecution.** 2020. Disponível em: https://www.unodc.org/unodc/en/firearms-protocol/news/2020/Jan/continued-capacity-building-in-niger-to-support-illicit-firearm-related-investigations-and-prosecution.html. Acesso em: 2 jun. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo.** Security Council, S/2020/482, 2 jun. 2020. Disponível em: https://www.undocs.org/en/S/2020/482. Acesso em: 23 jun. 2025.

_____. **Final report of the Panel of Experts on the Central African Republic.** [S. l.]: United Nations Security Council, 2024. Disponível em: https://undocs.org/pdf/s/2024/278. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Letter from the Monitoring Group on Somalia and Eritrea addressed to the Chair of the Security Council Committee pursuant to resolutions 751 (1992) and 1907 (2009) concerning Somalia and Eritrea.** Security Council, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1317757/files/S_2017_924-EN.pdf >

Acesso em: 23 jun. 2025.

_____. **Report of the Secretary-General on small arms and light weapons (S/2019/1011).** Nova Iorque, 2020. Disponível em: <https://docs.un.org/en/S/PV.8713>

UNITED STATES GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE (GOVINFO). **Operações de paz em África: lições aprendidas desde o ano 2000.** Washington, D.C.: Gov Info, 2015. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/GOVPUB-D5_400-PURL-gpo66969/pdf/GOVPUB-D5_400-PURL-gpo66969.pdf.> Acesso em: 24 fev. 2025.

UNMISS. **Report on Human Rights Violations and Abuses in Yei, Central Equatoria.** Juba: UNMISS/OHCHR, 2016.

UNODA. PSC/PR/CAP.1210 (2024) - **United Nations Office for Disarmament Affairs.** [S. l.]: UNODA, 2024. Disponível em: <https://docs-library.unoda.org/Programme_of_Action_on_Small_Arms_and_Light_Weapons_-Review_Conference_(2024)/1210_CAP_on_4th_Conference_of_UNPoA_-_EN[1]_(1).pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

UNODA. **United Nations Programme of Action on Small Arms and Light Weapons.** [S. l.]: UNODA, 2022. Disponível em: https://www.un.org/disarmament/convarms/salw/poa/. Acesso em: 1 jun. 2025.

UNODC. **Firearms Trafficking in the Sahel.** [S. l.]: UNODC, [s.d.]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta_sahel/TOCTA_Sahel_firearms_2023.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **Reducing illicit financial and arms flows to achieve target 16.4 of the sustainable development goals: perspectives from Nigeria.** [S. l.]: UNODC, [s.d.]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/treaties/Firearms2021/Presentations/Item_2_-_Nigeria.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

_____. **Transnational Organized Crime in the Horn of Africa.** [S. l.]: UNODC, [s.d.]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Horn_of_Africa_TOCTA.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____. **UNODC Supports South Sudan in Moving Forward Against Trafficking in Persons.** [S. l.]: UNODC, 2024. Disponível em: https://www.unodc.org/romena/en/Stories/2024/November/unodc-supports-south-sudan-in-moving-forward-against-trafficking-in-persons.html. Acesso em: 29 maio 2025.

VARISCO, Andrea Edoardo; WEZEMAN, Pieter D.; KUIMOVA, Alexandra. **Illicit Small Arms and Light Weapons in Sub-Saharan Africa:** Using UN Reports on Arms Embargoes to Identify Sources, Challenges and Policy Measures. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), dez. 2022. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2022/policy-reports/illicit-small-arms-and-light-weapons-sub-saharan-africa-using-un-reports-arms-embargoes-identify>. Acesso em: 23 jun. 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional:** o pan-africanismo, as independências e a integração continental. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

_____. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos,** v. 1, n. 1, p. 111-129, jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/62727>. Acesso em: 23 jun. 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno:** a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Lisboa: Presença; Porto: Edições Afrontamento, 1976 [1990]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/330035360/WALERSTEIN-Immanuel-O-Sistema-Mundial-Moderno.> Acesso em: 23 jun. 2025.

_____. **World-Systems Analysis:** An Introduction. Durham: Duke University Press, 2004 [2007]. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/books/book/1881/World-Systems-AnalysisAn-Introduction. DOI: 10.1215/9780822399018.> Acesso em: 23 jun. 2025.

WASARA, Samson S. Conflict and state security in the Horn of Africa: militarization of civilian groups. **African Journal of Political Science**, v. 7, n. 2, p. 71–88, 2002. Disponível em: < https://d.lib.msu.edu/ajps/128 >. Acesso em: 22 jun. 2025.

WEBER, Max. **Ciência e Política:** Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, 2011. Disponível em: <https://gremiojovenspensadores.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/04/ciencia-e-politica-duas-vocacoes-max-weber.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

WERLE, Dirk. **Libya's Militias**: Fragmentation and Strategic Alliances. SWP Comment 44, 2023. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/publications/products/comments/2023C44_Libya_s_Militias.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

WILLIAMS, Paul D. **The African Union's peace operations: A comparative analysis.** African Security, v. 4, n. 2, p. 69–92, 2011.

WRIGHT, Robin. **Wielding Aid, U.S. Targets Sudan.** The Washington Post, 10 nov. 1996. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1996/11/10/wielding-aid-us-targets-sudan/a830e2eb-bd4a-4907-a993-6f3936b10829/>. Acesso em: 15 abr. 2025

WRONG, Michela. Kagame's Revenge: Why Rwanda's Leader Is Sowing Chaos in Congo. **Foreign Affairs**, vol. 102, no. 3, p. 153-163, 2023.

WOMEN'S INTERNATIONAL LEAGUE FOR PEACE AND FREEDOM

(WILPF). **African Union Silencing the Guns in Africa.** [S. l.]: WILPF, 2024. Disponível em: https://www.wilpf.org/wp-content/uploads/2024/11/African-Union--Silencing-the-Guns-in-Africa_Web-1.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

WONG, Vicky. **Ecowas: Niger, Mali and Burkina Faso quit West African bloc.** BBC. 28 Janeiro 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-68122947. Acesso em: 31 jul. 2025.

ZENGERLE, Patricia. Biden to report to US Congress on UAE assurance it is not supplying weapons to Sudan RSF. **Reuters,** 19 dez. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/biden-report-us-congress-uae-assurance-it-is--not-supplying-weapons-sudan-rsf-2024-12-19. Acesso em: 15 abr. 2025.


CEUE

Conselho Europeu (CE)

# Estratégias para combater a ingerência estrangeira na União Europeia

*Arthur Zanella Capra Vogt*[1]
*Letícia Soares Rosa*[2]

## RESUMO

Nas últimas décadas, a União Europeia (UE) e seus países-membros têm enfrentado ameaças frequentes de ingerência estrangeira, especialmente na forma de interferência, o que põe em risco sua unidade, sua prosperidade econômica e seus valores democráticos — incluídos os direitos fundamentais de sua população. Atualmente, a ingerência externa compreende táticas híbridas que atingem diferentes esferas da organização estatal e social, seja a própria política, a economia ou o ambiente digital. Em consonância com os valores afirmados em sua fundação, a UE tem adotado uma série de estratégias coordenadas visando fortalecer sua resiliência democrática e afastar tais perigos, tarefa que não se esgota apenas de uma vez em virtude da constante adaptação daqueles que promovem ataques. Nesse sentido, o presente guia tem o objetivo de prover base teórica para que se possa debater novos meios para combater a ingerência estrangeira na União Europeia, dentro das competências do Conselho Europeu, que reúne os líderes de governo dos Estados-membros. Para tanto, traça-se, inicialmente, o panorama histórico evolutivo da noção de ingerência, desde antes da Segunda Guerra Mundial para, na sequência, apresentar o quadro atual de táticas híbridas de interferência e, por fim, investigar algumas das estratégias possíveis.

1 Arthur Zanella Capra Vogt é aluno do segundo ano de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor do Conselho Europeu da União Europeia.
2 Letícia Soares Rosa é aluna do quarto ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente do Conselho Europeu da União Europeia.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a União Europeia (UE) tem enfrentado o desafio crescente da ingerência estrangeira, algo que põe em xeque a soberania e a estabilidade dos seus Estados-membros e da própria União, comprometendo, desse modo, a continuidade e o apoio institucional e popular ao bloco. No entanto, a ausência de uma definição comum sobre o que constitui ingerência estrangeira abre espaço para diferentes formas de manipulação da política europeia. Isso ocorre porque não se consegue estabelecer com precisão o que deve ser combatido, tampouco as estratégias para fazê-lo (Berzina; Soula, 2020).

Conforme aponta Alexandre Guerreiro (2021) em sua tese de doutorado, posteriormente publicada como livro intitulado "A Ingerência Interestatal no Quadro do Direito Internacional Público", a ingerência tem origens históricas distantes e é necessário conhecê-las para compreender com precisão o fenômeno que também é confundido com intervenção e interferência. Os Estados nacionais, como forma de se proteger, de se precaver ou de adquirir vantagem, adotam uma posição de intromissão — direta ou indireta — nos assuntos de outros Estados-nação. Ocorre que tal intromissão afeta a independência e a soberania do alvo, enfraquecendo o poder de autogoverno (Guerreiro, 2021).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa, necessitando de reconstrução e coesão, viu-se ameaçada pela ascensão da União Soviética e sob a influência do poder dos Estados Unidos da América. Com o apoio da Doutrina Truman e do Plano Marshall, a Europa Ocidental buscou se reerguer, o que só foi possível com o aumento da influência americana. Nesse sentido, o Plano Marshall fomentou a criação de organizações regionais que, por sua vez, serviram como bases para a atual União Europeia, fundada em 1992 pelo Tratado de Maastricht (Pereira, 2021).

No âmbito da segurança, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949, estabeleceu um sistema de defesa coletiva da Europa Ocidental contra a ameaça soviética. Em resposta, a União Soviética e os países do Leste Europeu formaram o Pacto de Varsóvia em 1955, uma aliança militar e política que servia aos interesses soviéticos e reprimia dissidências internas, como demonstrado nas intervenções na Hungria e na Tchecoslováquia (Fernandes, 2023). Assim, tanto o lado Ocidental, quanto o lado Oriental estiveram sob ingerência dos EUA e da União Soviética, respectivamente.

A Guerra Fria moldou, portanto, o cenário europeu, influenciando a reconstrução do continente e a redefinição da percepção de ingerência interestatal. O fim da URSS não fez com que as tensões arrefecessem. A OTAN continuou a se expandir para o leste, aumentando sua área de ingerência e, com o fim da colaboração da Rússia com a organização, a ameaça de um novo conflito de grande escala concretizou-se na invasão à Ucrânia em 2022 (Fernandes, 2023). Tal situação apenas vem a evidenciar a complexidade das relações geopolíticas e a persistência da ingerência estrangeira.

Nesse contexto, o Conselho Europeu desempenha um papel crucial na busca por estratégias para combater a ingerência estrangeira que ameaça a unidade do bloco europeu e a soberania de seus membros. Este é o desafio premente do Conselho, que deve proteger a UE também das novas táticas híbridas de ingerência, possibilitadas pela evolução tecnológica, que atuam de forma a complexificar ainda mais esse combate na medida em que a internet também se tornou um campo de retenção de informações, base de dados e de formação de opinião pública (Berzina; Soula, 2020).

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Nessa seção serão discutidos conceitos essenciais para compreensão do tópico *Estratégias para combater a ingerência estrangeira na União Europeia* e fomento do debate durante a simulação. Os conceitos abordados são ingerência estrangeira, soberania e cooperação. A contextualização histórica está dividida em duas partes, durante o período da Guerra Fria (1994-1991) correspondente aos antecedentes da União Europeia, e a segunda parte, preocupa-se em contextualizar as políticas comuns que formariam a União Europeia a partir da queda da União Soviética.

### 2.1 DEFINIÇÃO DE INGERÊNCIA ESTRANGEIRA, PRINCÍPIO DA NÃO-INGERÊNCIA E SEUS PRIMÓRDIOS

A União Europeia atua por meio de políticas comuns de segurança e relações exteriores, além da cooperação nos assuntos internos (Mildelbrath, 2024). Dessa maneira, as preocupações com ataques de ingerência estrangeira na União Europeia são compartilhadas e firmadas no princípio da não-ingerência e soberania, conceitos do direito internacional (Krasner, 1999; Milojevik, 2000).

O princípio da não ingerência na União Europeia possui características específicas e relativas. Ele não se aplica de forma absoluta como no direito internacional tradicional, considerando que os Estados-membros voluntariamente transferem competências à UE, a partir dos mecanismos legais e institucionais que permitem a atuação da organização em temas internos dos países. Sendo assim, a não ingerência externa não é um princípio integrado e unificado (Craig; De Búrca, 2020).

O termo "soberania" tem sido utilizado de diversas maneiras, no entanto, para a compreensão deste tópico, adota-se a definição mais recorrente na literatura. A soberania é um princípio que estabelece que cada Estado é soberano no seu território. A partir dessa definição, derivada dos Tratados de Vestfália que deram fim à Guerra dos Trinta Anos em 1648, a soberania diz respeito à exclusão de atores externos das estruturas de autoridade e legitimidade dentro de um determinado território, assim como de assuntos de fato ou de direito relativos àquela unidade territorial (Krasner, 1999).

Considerando a soberania como não-interferência de atores externos em assuntos de um Estado alheio, segundo Seitenfus (2002) a ingerência é definida pelo caráter impositivo ou coercitivo. Isso é, o fato de um país impor ao outro determinada conduta pelo exercício de poder por um grupo em determinado território, ou seja, ultrapassando os seus limites territoriais e de poder e interferindo em um Estado alheio (Seitenfus, 2002).

No entanto, na ausência de uma definição comum acordada na UE (Mildebrath, 2024), entende-se por interferência estrangeira qualquer forma ilegítima de envolvimento externo nos processos democráticos e políticos da União Europeia e dos seus Estados-Membros. A interferência estrangeira abrange uma ampla gama de atividades, incluindo práticas manipuladoras online, financiamento ilícito de partidos ou campanhas, tráfico de influência encoberto, ataques cibernéticos à infraestrutura eleitoral e ações diretas contra indivíduos; esta última podendo ser congelamentos de bens, invasão à privacidade de pessoas físicas ou proibição de entrada em territórios (Mildebrath, 2024; Art. 29 do Tratado da União Europeia, 2016). A Comissão Europeia, por sua vez, define a desinformação como "informação comprovadamente falsa ou enganosa que é criada, apresentada e divulgada com fins lucrativos ou com a intenção de enganar o público e que, portanto, pode causar da-

nos ao interesse público" (Mildebrath, 2024, p. 1).

## 2.2 A NOÇÃO DE INGERÊNCIA ESTRANGEIRA DURANTE A GUERRA FRIA

Após a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial, a Europa necessitava de uma ampla reconstrução e era do interesse estadunidense que essa recuperação ocorresse com o seu auxílio, tendo em vista a disputa de poder que se iniciava, entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Anteriormente, marcada pela competição da expansão capitalista e imperial, a Europa se via provocada ao leste pela União Soviética que além de ostentar os méritos do combate ao nazismo desafiava a política europeia com sua constituição Estatal de modo econômico e político socialista (Visentini et al., 2013). Conforme argumenta Pereira (2021), os líderes dos principais Estados europeus no pós-guerra estavam conscientes da necessidade conjunta de um plano de recuperação para o continente.

Sendo assim, para a Europa, sobretudo na parte Ocidental do continente (Pereira, 2021), o novo objetivo conjunto era de contenção da expansão do comunismo, a partir do suporte da Doutrina Truman, visando apoio "às nações democráticas sob ameaça do autoritarismo" (United States, *s.d.*). Além disso, a Europa passava pelo aumento da influência americana, com o Programa de Recuperação Europeia, lançado em 1948 — que ficou conhecido como Plano Marshall (Pereira, 2021).

O Plano Marshall, além de uma política externa americana para a Europa, foi também responsável pela rápida recuperação das economias aliadas no continente entre 1948 e 1951 (Pereira, 2021). Nesse contexto, pode-se dizer que o Plano Marshall gerou a necessidade da criação da Organização Europeia para a Cooperação Econômica, que tinha como objetivo a administração dos fundos provenientes do Plano Marshall. A existência dessa organização inspirou a estruturação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço [...] (CECA), fundada em 1951 pelo Tratado de Paris, constituindo a primeira organização supranacional europeia (Pereira, 2021). A CECA foi o ponto de partida para a posterior Comunidade Econômica Europeia, criada em 1957 pelo Tratado de Roma, considerada a precursora da União Europeia atual (Parlamento Europeu, *s.d.*) ao estabelecer o Mercado Comum Europeu (MCE). O MCE dispunha sobre a criação de um mercado comum, fundado na livre circulação de mercadorias, de pessoas, de capitais e de serviços. Ademais, estabelecia uma união aduaneira e a adoção pelos Estados-Partes de políticas comuns nos planos agrícola, comercial e de transportes (Pereira, 2021).

Diante da competição internacional entre Estados Unidos e União Soviética, o continente europeu também estabeleceu diretrizes sobre conhecimentos técnicos, normas de segurança e utilização pacífica da energia nuclear, detalhadas no segundo Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Europeia de Energia Atômica – EURATOM (Pereira, 2021). Outro passo para a concretização da futura União Europeia foi a entrada em vigor do Tratado de Bruxelas que fundiu os poderes executivos das organizações citadas anteriormente, estabelecendo um comando único pelo Conselho das Comunidades Europeias — atual Conselho da União Europeia (Pereira, 2021). Além disso, foi criada a Comissão das Comunidades Europeias (hoje Comissão Europeia) como único órgão executivo, substituindo a Alta Autoridade da CECA, a Comissão da CEE e a Comissão da EURATOM (Tratado de Fusão da Comunidade Europeia, 1965).

O Ato Único Europeu (AUE) de 1986 teve como objetivo revisar os Tratados de Roma, que estabeleceram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica, determinar a consolidação do mercado

interno do bloco até 1993 e reforçar os princípios da livre circulação de capitais e serviços (União Europeia, 1986). A partir da definição de novas competências comunitárias e da reforma das instituições, o AUE preparou o terreno para o fortalecimento da integração política e para a criação da União Econômica e Monetária, que seria formalizada pelo Tratado da União Europeia com o Tratado de Maastricht. Tratou também da política social, do desenvolvimento tecnológico e ambiental, além de iniciativas para impulsionar ações nos campos da política externa e da segurança comunitária (União Europeia, 2018; 1986).

A partir desses precedentes históricos, em 1992, com o Tratado de Maastricht, foi fundada a União Europeia, organização supranacional de integração econômica e política regional (Pereira, 2021). A União Europeia foi fundada com base em três pilares: as Comunidades Europeias e duas áreas de cooperação adicionais que visavam Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a ampliação das discussões de Justiça e Assuntos Internos (JAI) (Parlamento Europeu, *s.d.*).

Desse modo, a consolidação da União Europeia após a Guerra Fria foi resultado de um trabalho de cinco décadas, sendo sua institucionalização concretizada em um momento de transição para a multipolaridade, período em que a Europa firmava-se como um espaço de esperança de uma paz duradoura e de uma economia forte. Tal processo incluiu o estabelecimento da moeda única, criando novos domínios comunitários, intensificando a transferência de poderes soberanos dos Estados para os órgãos da União, além de modificar e reafirmar instrumentos convencionais anteriores (Parlamento Europeu, *s.d.*; Pereira, 2021).

## 2.3 CRIAÇÃO E PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

A OTAN foi criada em 1949, firmando o comprometimento com a defesa de seus Estados-membros contra agressões ou ameaças de agressão. Estabeleceu-se, desde então, o princípio de que um ataque contra um ou vários membros seria considerado um ataque contra todos (NATO Handbook, 2006). Diante da necessidade premente de reconstrução econômica, os países da Europa Ocidental, os seus aliados norte-americanos observavam com preocupação as políticas expansionistas e os métodos da URSS (NATO Handbook, 2006). Atualmente, a OTAN possui 32 países membros, sendo eles da América do Norte e da Europa.

A rede de bases militares estabelecidas pela OTAN na Europa contribui para a estratégia para a garantia da segurança coletiva dos países membros. A presença militar da OTAN na Alemanha Ocidental, Reino Unido e Turquia respondia tanto a ameaças concretas quanto às percepções de risco decorrentes da oposição à União Soviética. A Alemanha Ocidental foi o principal eixo estratégico da OTAN na Europa Continental, dada sua fronteira direta com a URSS e, após sua adesão formal à aliança em 1955, o país passou a abrigar uma das maiores concentrações de tropas e instalações militares ocidentais. Bases aéreas no território tornaram-se centrais para o comando aéreo dos Estados Unidos na Europa e também para operações da própria OTAN (NATO Handbook, 2006).

No Reino Unido, o papel estratégico esteve relacionado principalmente ao apoio logístico e à capacidade de projeção aérea e nuclear. Mesmo antes da fundação formal da OTAN, bases britânicas já estavam sendo utilizadas por forças norte-americanas como pontos operacionais permanentes da Força Aérea dos Estados Unidos (Pecequilo, 2005). Além disso, a Turquia ocupava uma posição geopolítica de relevância para a OTAN, devido à sua proximidade com a União Soviética e aces-

so naval ao Mar Negro. Sua adesão à aliança em 1952 foi seguida pela construção de importantes infraestruturas militares, essenciais para missões de reconhecimento, instalação de radares e, posteriormente, para o armazenamento de armamentos nucleares táticos (Pecequilo, 2005). A preocupação ocidental com o território turco era motivada não apenas pela sua localização fronteiriça com a URSS, mas também pela necessidade de garantir rotas de acesso e influência no Oriente Médio, região sensível durante todo o período da Guerra Fria (Pecequilo, 2005).

Dessa forma, a configuração das bases militares da OTAN nesses países representou uma resposta coordenada às dinâmicas geopolíticas da Guerra Fria. Isso reflete o esforço coletivo dos membros da aliança em conter a expansão soviética, garantir a estabilidade regional e consolidar um sistema integrado de defesa transatlântica (Pecequilo, 2005).

Nesse contexto, como principal reação à OTAN, foi firmado em 1955, pelos países do Leste Europeu e a URSS, o Tratado de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua do Leste, ou simplesmente, Pacto de Varsóvia (Fernandes, 2023). O Pacto de Varsóvia foi criado como uma aliança regional de segurança coletiva, tendo sido também um espaço político e militar para as decisões soviéticas, servindo como um meio para organizar os seus países satélites e a repressão de revoltas internas contrárias ao seu domínio, em um compromisso de defesa mútua (Fernandes, 2023).

A aliança formada pelo Pacto de Varsóvia desempenhou operações militares e intervenções, como por exemplo, a repressão do levante anti-soviético na Hungria em 1956 e a posterior instauração de um governo pró-soviético no país (Fernandes, 2023). Ainda, a criação do Muro de Berlim em 1961, iniciativa da Alemanha Oriental, tornou-se um símbolo visível da divisão do mundo em dois blocos, com o Pacto de Varsóvia representando a esfera de influência soviética na Europa Oriental. Posteriormente o Tratado de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua do Leste demonstrou novamente a sua importância para a URSS com a invasão da Tchecoslováquia em 1968, com o objetivo de reprimir a "Primavera de Praga" — um movimento iniciado por protestos que pediam pela reforma do governo comunista soviético e o aumento da democratização e direitos no país (Fernandes, 2023). Esses acontecimentos sintetizam a influência e interesse soviético no Leste Europeu. Para além das operações militares, o alinhamento ideológico do Pacto de Varsóvia fortaleceu a coesão no bloco oriental, com sistemas políticos e econômicos comunistas compartilhados, liderados pela União Soviética.

## 2.4 A NOÇÃO DE INGERÊNCIA ESTRANGEIRA DESDE O FIM DA GUERRA FRIA

O fim da Guerra Fria, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, provocou transformações significativas na arquitetura da segurança internacional, exigindo uma reorientação estratégica para os Estados Unidos e seus aliados (Fernandes, 2023). Nesse novo cenário mundial, em 1997, foi assinado o "Ato Fundador OTAN-Rússia", um acordo que visava estabelecer um relacionamento de colaboração em segurança entre a OTAN e a Federação Russa (OTAN, 1997). No entanto, os conflitos na Chechênia levaram os Estados-membros a perceber que a Rússia não se encaixa confortavelmente na aliança (Fernandes, 2023). A origem desse acordo remonta ainda ao período da União Soviética, quando tanto a OTAN quanto Moscou já visavam a reunificação pacífica da Alemanha e a dissolução do Pacto de Varsóvia. Na época, os soviéticos aceitaram esses processos com duas condições: que a Alemanha Oriental não fosse militarizada e que a OTAN não incor-

porasse os antigos países do Pacto de Varsóvia (Fernandes, 2023).

Entretanto, a expansão da OTAN em direção ao leste após a Guerra Fria envolveu a adesão de várias nações que anteriormente estavam sob a influência soviética. Esse processo começou no governo Clinton, com a adesão da República Tcheca, Hungria e Polônia à Organização em 1999. Bulgária, Romênia, Eslováquia e três antigas repúblicas da URSS — Estônia, Letônia e Lituânia — ingressaram em 2004, durante o governo de George W. Bush, enquanto Albânia e Croácia aderiram em 2009 sob o governo de Barack Obama. Por fim, Montenegro e Macedônia do Norte tornaram-se membros durante o primeiro governo de Donald Trump.

A ampliação da OTAN, embora tenha proporcionado vantagens em termos de segurança e integração nas instituições ocidentais, também desencadeou tensões significativas com a Rússia, como o conflito entre Rússia e Ucrânia, que teve início em 2014 e se intensificou em 2022. A guerra na Ucrânia atualmente se intensifica com a aproximação ucraniana da União Europeia e da OTAN, além da anexação da Crimeia pela Rússia e o apoio da OTAN e União Europeia a grupos separatistas pró-russos no leste do país (Fernandes, 2023). Desde então, as relações entre a Rússia e o ocidente, especialmente a União Europeia com sanções à Rússia, se deterioraram substancialmente. O período atual, de intensa tensão geopolítica e econômica, é exacerbado devido à dependência energética da Europa em relação à Rússia (Fernandes, 2023).

Para além das tensões oriundas da Guerra entre Rússia e Ucrânia, a Europa tem vivenciado interferências estrangeiras significativas. Após as tensões do 11 de setembro de 2011, a Europa passou por manipulações e interferências estrangeiras nas informações, atos conhecidos como *Foreign Information Manipulation and Interference* (FIMI) (Parlamento Europeu, 2022). A FIMI refere-se a comportamentos coordenados e intencionais, muitas vezes conduzidos por atores estatais ou seus representantes, que visam manipular o ambiente informacional para minar valores democráticos, processos políticos e a confiança pública (Parlamento Europeu, 2022). Essas atividades incluem a disseminação de desinformação, criação de sites falsos e uso de plataformas digitais para influenciar debates públicos.

As campanhas de desinformação, especialmente originárias da Rússia, têm como objetivo a desestabilização democrática e a influência nos processos eleitorais, como ocorrido na França, durante as eleições presidenciais de 2017, na Alemanha, com ataques ao Parlamento Alemão em 2015 e divulgação de arquivos confidenciais, e no Reino Unido, durante o plebiscito do BREXIT em 2016, promovendo desestabilização da União Europeia. Essas campanhas exploram temas políticos sensíveis, escândalos e conteúdo emocional para se espalhar rapidamente online, representando uma séria ameaça à segurança e à integridade democrática (Parlamento Europeu, 2022, Kondratov; Johansson-Nogués, 2022, Vilmer, 2018).

Essas interferências nos âmbitos político, econômico e securitário europeus são tratadas com seriedade e a Comissão Europeia procura elaborar estratégias coordenadas para reduzir a exposição da Europa a esses ataques, considerando-os como risco à soberania dos países do continente.

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Neste tópico propõe-se expor o modo como a ingerência estrangeira afeta a União Europeia. Ao falar-se no modo como se manifesta, é fundamental tratar dos diferentes âmbitos de incidência da ingerência interestatal que, no presente caso, envolve uma organização com diversos Estados reunidos. Exemplos recentes

da história da União Europeia e do Conselho Europeu serão apresentados, a fim de ilustrar os perigos atuais que ameaçam o bloco.

Tal abordagem visa melhorar o direcionamento do debate, sistematizando os problemas que deverão ser enfrentados pelos delegados. A separação que se adotou para o tópico não é apenas uma escolha discricionária dos autores. Decorre do próprio conceito de ingerência interestatal, que, inclusive para a efetivação de um princípio de não ingerência, pressupõe o entendimento de que estão abarcadas na definição duas formas distintas de ingerência: a intervenção e a interferência, conforme aponta Alexandre Guerreiro (2021).

## 3.1 COMO A INGERÊNCIA ESTRANGEIRA ATUALMENTE AFETA A UNIÃO EUROPEIA

Como discutido anteriormente e ainda de acordo com Alexandre Guerreiro (2021), duas são as formas de ingerência entre Estados ou organizações internacionais. A primeira se caracteriza por ser uma conduta direta e que se vale de ameaça ou uso de força, colocando o ingerente em uma posição que favoreça seus próprios interesses. Esta é chamada de intervenção. A segunda, por outro lado, é caracterizada por não se valer de atividades coercivas. Trata-se, portanto, de uma conduta indireta e que admite diferentes métodos para atingir o Estado ou a organização pretendida. Esta outra forma de ingerência é chamada de interferência.

A partir da segunda metade do século XVIII, o panorama internacional da ingerência interestatal passou por uma mudança essencial como resultado das revoluções liberais da época. Naquele momento, tanto a revolução americana quanto a francesa sofreram resistência das potências hegemônicas de então, pois estava em jogo a própria condição de potência e metrópole. Porém, superada essa resistência, as elites norte-americanas puderam ascender ao poder e alterar a política referente à intervenção que sofria. A partir daquele momento, outras estratégias de ingerência foram sendo aplicadas paralelamente à intervenção tradicional, especialmente estratégias de interferência indireta por meios não hostis. Outrossim, foi apenas a partir da segunda metade do século XX, com a criação de organizações internacionais para frear as guerras e promover a paz, que a intervenção foi tornando-se a forma secundária de ingerência (Guerreiro, 2021). Nesse sentido, com amparo na doutrina, é possível afirmar que a tônica de nosso século em matéria de ingerência interestatal, pelo menos até o presente momento, é a interferência, em todas suas possíveis formas.

Esse é o quadro da União Europeia, que pode ser verificado em inúmeros episódios recentes, como os ciberataques às eleições europeias de 2024, onde inclusive o Tribunal de Contas Europeu foi um alvo (Jones, 2024). A preocupação da organização tem crescido e novas normas têm sido aprovadas pelo Parlamento Europeu para reforçar a defesa e a resiliência da democracia internamente. Exemplo notável dessa preocupação crescente é a aprovação de uma nova comissão especial sobre o Escudo Europeu da Democracia, que tem por missão defender a democracia do bloco europeu e de seus membros contra a ingerência estrangeira (Parlamento Europeu, 2024).

O Conselho Europeu, nesse sentido, enfrenta a questão de forma semelhante. Sublinhando o momento atual de conflitos tanto no continente europeu, quanto no mundo, o órgão reconhece o uso crescente de táticas híbridas como forma de interferência. Assim, manifesta grande preocupação com o uso perverso de novas tecnologias e campanhas de desinformação. Além disso, destaca a influência direta de atores estatais e não-estatais em período de eleições. Com vistas a frear esses

movimentos e para fortalecer as democracias que a integram, a União Europeia tem empregado esforços no sentido de fazer uso de todos mecanismos previamente criados pelo próprio bloco, como por exemplo a Rede Europeia de Cooperação para as Eleições e o Sistema de Alerta Rápido (Conselho da União Europeia, 2024).

Dessa forma, em virtude da própria noção de ingerência interestatal, aditada pela noção de "táticas híbridas" que a UE adota, serão tratadas sistematicamente as diferentes formas de manifestação da ingerência na UE. São elas: ingerência por meios políticos, por meios econômicos e por meios digitais. Tal divisão foi empregada dada a quantidade de episódios que têm marcado a história recente do bloco envolvendo as temáticas elencadas, além de outras razões didáticas de direcionamento do debate.

### 3.1.1 Ingerência por meios políticos

Atores externos podem interferir em assuntos internos de países, blocos regionais ou organizações internacionais por intermédio de ações políticas. Nesse contexto, a ingerência por meios políticos refere-se a situações de incentivo moral ao voto em determinado candidato ou grupo político, ao financiamento direto de candidaturas e, inclusive, a ameaças de suspensão de acordos econômicos caso este ou aquele candidato não venha a ser eleito em um pleito interno (Guerreiro, 2021). As razões que levam um Estado a optar por esse método de interferência são inúmeras, mas, segundo Guerreiro (2021, p. 13), isso se dá principalmente porque "um acto eleitoral assume especial atractividade para o exercício de ingerência dado que, frequentemente, conduz a mudanças profundas nas políticas interna e externa de um Estado e podem favorecer ou inviabilizar a conflitualidade internacional".

Ainda, para exemplificar e explicar como na prática se verifica a ingerência por meio de interferência, cite-se o estudo de Dov H Levin (2016), que entre 1946 e o ano de 2000, verificou que em 117 ocasiões somente Rússia/URSS e EUA interferiram nas eleições de outros Estados. Para o autor, isso por si só não garante o sucesso dos candidatos "patrocinados", mas aumenta suas chances de vitória em 3%, em média (Levin, 2016). Assim é que se dá a interferência estrangeira por meios políticos: eleições que deveriam ter apenas e tão-somente ações e disputas internas, sofrem, injustamente, com a influência de atores terceiros.

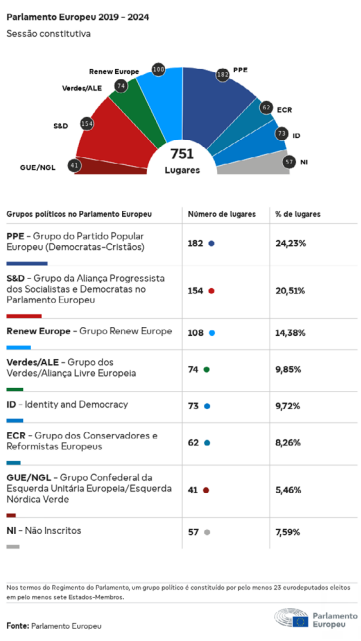
Além disso, outra maneira de explicar esse tipo de ingerência é por meio do estudo "Taking sides in Other People's Elections: The Polarizing Effect of Foreign Intervention[3]", de Daniel Corstange e Nikolay Marinov (2012). Os autores demonstram que a postura interferente dos EUA tende a polarizar as sociedades, produzindo divisões nítidas. No caso do Oriente Médio, por exemplo, observam-se clivagens entre sunitas e xiitas: enquanto os primeiros tendem a apoiar o engajamento norte-americano, os segundos preferem manter distância (Corstange; Marinov, 2012).

Ao transpor a análise citada para um âmbito prático, pode-se perceber, com base em eventos recentes, que os atores em questão ainda estão presentes no cotidiano da União Europeia, exercendo alguma influência no bloco e interferindo na política interna. É o caso da Rússia, que nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024 foi acusada de interferir no processo eleitoral ao financiar candidaturas pró-Moscou (European Union, 2024). A acusação foi feita após autoridades tchecas descobrirem que oficiais de inteligência pró-Rússia estavam sediados em Bruxelas com o objetivo de influenciar e, possivelmente, financiar candidaturas que colabo-

3 "Tomando partido nas Eleições de outros Países: O Efeito Polarizante da Intervenção Estrangeira" (tradução nossa).

rassem com o enfraquecimento do apoio europeu à Ucrânia. À época, as expectativas eram de que, com o financiamento russo, partidos que negaram apoio à Ucrânia — em sua maioria partidos de extrema-direita — obtivessem maior êxito eleitoral e ampliassem sua bancada em relação à eleição anterior, algo que acabou por se confirmar, conforme imagens do Parlamento Europeu (2024) (Landauro, 2024).

**FIGURA 1: Polarização política no Parlamento Europeu**



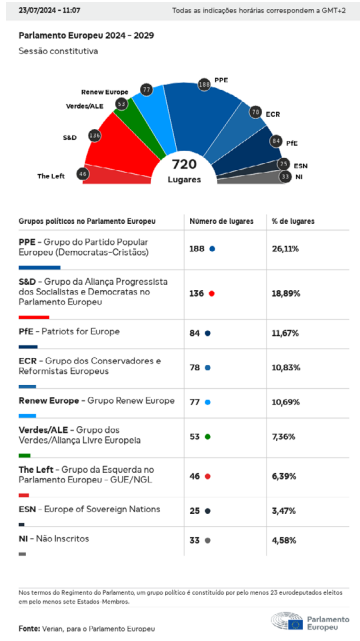

| Grupos políticos no Parlamento Europeu | Número de lugares | % de lugares |
|---|---|---|
| **PPE** - Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) | 182 | 24,23% |
| **S&D** - Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu | 154 | 20,51% |
| **Renew Europe** - Grupo Renew Europe | 108 | 14,38% |
| **Verdes/ALE** - Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia | 74 | 9,85% |
| **ID** - Identity and Democracy | 73 | 9,72% |
| **ECR** - Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus | 62 | 8,26% |
| **GUE/NGL** - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde | 41 | 5,46% |
| **NI** - Não Inscritos | 57 | 7,59% |

Nos termos do Regimento do Parlamento, um grupo político é constituído por pelo menos 23 eurodeputados eleitos em pelo menos sete Estados-Membros.

**Fonte:** Parlamento Europeu

Parlamento Europeu

Fonte: Parlamento Europeu, 2024.




| Grupos políticos no Parlamento Europeu | Número de lugares | % de lugares |
|---|---|---|
| **PPE** - Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) | 188 | 26,11% |
| **S&D** - Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu | 136 | 18,89% |
| **PfE** - Patriots for Europe | 84 | 11,67% |
| **ECR** - Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus | 78 | 10,83% |
| **Renew Europe** - Grupo Renew Europe | 77 | 10,69% |
| **Verdes/ALE** - Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia | 53 | 7,36% |
| **The Left** - Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu - GUE/NGL | 46 | 6,39% |
| **ESN** - Europe of Sovereign Nations | 25 | 3,47% |
| **NI** - Não Inscritos | 33 | 4,58% |

Nos termos do Regimento do Parlamento, um grupo político é constituído por pelo menos 23 eurodeputados eleitos em pelo menos sete Estados Membros.

**Fonte:** Veran, para o Parlamento Europeu

Parlamento Europeu

Fonte: Parlamento Europeu, 2024.

De outra parte, mas no mesmo sentido, aponta-se ainda os episódios recentes de interferência americana na União Europeia. Apesar de, no curso histórico terem sido alinhados ideologicamente, a partir do governo de Donald Trump as relações entre Estados Unidos e UE foram abaladas, justamente por divergências ideológicas, especialmente no que diz respeito ao multilateralismo. O presidente americano crê que a expressão da soberania deve se dar na relação entre Estado e nação, ou seja, internamente, enquanto a governança global na verdade é uma ameaça à soberania e, por isso, deve ser deixada de lado (Katsikas; Del Tedesco Lins; Ribeiro Hoffmann, 2025). Particularmente no que se refere ao conflito na Ucrânia, Trump decidiu retirar o apoio financeiro ao país agredido, enfraquecendo-o perante a Rússia. Como consequência, a União Europeia se viu ameaçada pelo país agressor e teve de aumentar os gastos militares em 800 bilhões de euros (Casert, 2025), retirando investimentos de outros setores fundamentais para a sua população e alterando os rumos da política interna do

4 Segundo o dicionário Michaelis: "Nação que se destaca, pelo poder militar e econômico, de outras potências".

bloco, em uma clara conduta ingerente por via indireta.

Outrossim, para além das situações concernentes às superpotências[4], outras interferências podem originar-se de outros Estados ou de regiões extracontinentais. Exemplo emblemático disso é o escândalo que ficou conhecido como "Qatargate", de 2022. Envolvendo inclusive a ex-vice-presidente do Parlamento Europeu, Eva Kaili, as denúncias afirmam que o Qatar e posteriormente o Marrocos e a Mauritânia, corromperam políticos e funcionários europeus com presentes e quantias significativas de dinheiro em troca da promoção dos interesses destes países perante a UE. Dentre esses políticos estaria Kaili, na residência de quem investigadores belgas encontraram malas de dinheiro. O escândalo abalou a credibilidade do Parlamento Europeu e levantou sérias questões sobre a transparência e a integridade das instituições da União Europeia (Politico, *s.d*; Figueiredo, 2023; Vasques, 2022).

Convém também destacar o forte crescimento político da extrema-direita na Europa, que é acentuado pela ingerência estrangeira, uma vez que os extremistas de cada país tendem a alinhar seus interesses próprios com os de seus iguais. Ou seja, nessa situação tem-se uma interferência estrangeira que de alguma forma é querida internamente. O caso Ibiza Affair é um exemplo disso. Em 2017 o então líder do partido de extrema-direita Liberdade da Áustria foi filmado em Ibiza negociando um acordo com uma magnata russa, que pretendia comprar um importante jornal no país e que passaria a apoiar o partido; em troca, o governo priorizaria empresas russas em contratos públicos. A crise foi tão grande que a coalizão governamental entre os conservadores e a direita radical caiu e novas eleições foram realizadas meses depois (Oltermann, 2019; Traill, Schocher 2020; Schultheis, 2021).

Entretanto, por outro lado, no âmbito do Parlamento Europeu (PE), algumas dinâmicas políticas dificultaram até então um maior consenso entre os diferentes partidos de direita radical em atuação nessa instituição. Brack (2018), por exemplo, destaca a formação de um cordão sanitário pelos outros partidos e grupos para evitar uma atuação mais profícua por parte da direita radical. Além disso, segundo a mesma autora, devido ao caráter nacionalista embutido nesses partidos, a direita radical, por vezes, não consegue votar em uníssono no PE, e os grupos formados por tais partidos tendem a ser instáveis. Um exemplo disso é a disputa entre o Rassemblement National francês e a Alternativa para a Alemanha, que pertencem a grupos diferentes no Parlamento Europeu (Messad, 2024).

### 3.1.2 Ingerência por meios econômicos, ambientais e jurídicos

Outras possíveis formas de um Estado ou de uma organização sofrer interferência externa é por meios econômicos, jurídicos ou, ainda, ambientais. Este último mais como uma extensão dos dois anteriores, uma vez que a literatura o considera como um "novíssimo ramo do direito internacional público" (Silva Sampaio, 2013, apud Guerreiro, 2021, p. 6-7.).

No que diz respeito à ingerência estrangeira, a economia abarca toda a distribuição de riquezas, o desenvolvimento econômico, além de toda a produção, distribuição e consumo de bens e serviços de um país. A política econômica, utilizada para alcançar objetivos de política externa através de interações econômicas, historicamente tem sido uma fonte de poder e de influência estatal (Comissão Europeia, 2021).

Uma vez que as relações econômicas estão sujeitas ao controle estatal, é necessário ter-se em conta que são frequentes os episódios de exploração dessas relações para fins estratégicos não só no plano das relações internacionais, mas também no plano interno de cada país. Instrumentos como sanções, impostos, embargos, acordos

comerciais, congelamento de ativos, subsídios, tarifas, empréstimos soberanos e perdão de dívidas são utilizados como táticas híbridas de caráter econômico. Tais táticas podem ter como objetivo final atingir diretamente o sistema de governo de uma nação — no caso europeu as democracias liberais —, ou ainda podem visar alterar determinado posicionamento em matéria de política externa (Comissão Europeia, 2021).

Interessante notar que, pelo seu caráter ubíquo, a economia é usualmente o primeiro recurso de interferência ao mesmo tempo em que demanda uma longa fase de preparação, o que dificulta a distinção entre ações regulares das que fazem parte de uma tática híbrida. De outra parte, essas complexas relações também se originam de atividades de empresas que podem ser controladas ou influenciadas por um ator que busca interferir para defender seus interesses particulares (Comissão Europeia, 2021). Um exemplo disso é o já mencionado caso Ibiza Affair.

Nesse contexto, o domínio econômico interage fortemente com outras ciências. Depender de energia e de outras infra estruturas de um país com o qual as relações estão estremecidas pode gerar dependência econômica, que pode ser utilizada como ferramenta de pressão política. Assim é a situação da Rússia em relação à Ucrânia e à União Europeia. Além disso, projetos de infraestrutura que atraem Investimento Estrangeiro Direto (IED) podem ter intenções questionáveis atreladas à ingerência. Dificuldades e desigualdades econômicas podem ser exploradas para influenciar eleições, bem como crises econômicas, problemas na balança comercial ou aumento da dívida externa. Por fim, a corrupção política e social prejudica a segurança econômica, tornando o país menos competitivo globalmente (Comissão Europeia, 2021).

Dessa maneira, afigura-se como exemplo de interferência por meio econômico o controverso caso da explosão Nord Stream. Esta offshore do ramo de energia, responsável pelo transporte de gás natural no mar báltico, teve quatro vazamentos registrados entre 26 e 29 de setembro de 2022 que, segundo autoridades, foram causados por explosões de sabotagem. Diante dessa situação, a Rússia manifestou interesse em participar das investigações, citando preocupações de que os vazamentos possam ter sido um ato deliberado de terrorismo (Security Council Report, 2024).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas convocou várias reuniões para abordar a questão, com a Rússia criticando a relutância das autoridades alemãs em compartilhar informações. Enquanto alguns membros do conselho apoiam uma investigação internacional imparcial, outros enfatizam a importância de evitar ações que possam prejudicar os procedimentos nacionais ou prejudicar seus resultados. Fato é que tal situação aumentou ainda mais a dependência da Europa da importação de energia dos Estados Unidos e de seus aliados (Security Council Report, 2024).

### 3.1.3 Ingerência por meios digitais

Segundo a própria União Europeia por meio da Comissão Europeia (2021), define-se a aqui chamada interferência estrangeira por meios digitais como "dimensão que exerce um papel excepcional e muito específico no que concerne às táticas híbridas" porque tudo de significante que acontece no mundo real também acontece no ciberespaço; e isto inclui cibercrimes, propaganda, espionagem, influência, terrorismo e até mesmo guerra (Comissão Europeia, 2021). Nesse sentido o ciberespaço é uma nova arena para a ingerência estrangeira, além de ser também um novo "arsenal" de baixo custo e de difícil combate. A rapidez para se difundir uma informação e o anonimato, por exemplo, permitem que atores menores adquiram um poder que antes não detinham no plano político tradicional.

Ainda segundo a Comissão Europeia

> Este domínio refere-se ao ambiente de informação, que consiste nas redes interdependentes de infraestruturas de tecnologia da informação (incluindo hardware, software, dados, protocolos) e informações, incluindo a internet, redes de telecomunicações, sistemas de computadores e processadores e controladores embarcados. As ferramentas que podem ser aplicadas por um agente hostil visam causar degradação, interrupção ou destruição das redes, ou acessar dados e informações. O acesso à informação também pode ser o objetivo de um agente hostil para coletar informações e reduzir a detectabilidade (Comissão Europeia, 2021).[5]

Com base no conteúdo normativo pregresso, portanto, estão incluídos no âmbito digital os ataques cibernéticos às bases de dados e aos sistemas eleitorais da UE, de seus membros e de seus cidadãos, a manipulação algorítmica pelas plataformas digitais, a construção de falsas narrativas (fake news e deep fakes), além da polarização do debate público. Assim, dada a quantidade de possibilidades desse novo "arsenal", faz-se necessário tratar de alguns casos recentes de ingerência na UE que se valeram do ambiente cibernético para concretizar seus objetivos.

Dentre vários exemplos a que se poderia referir, um que adquiriu bastante notoriedade — e posteriormente resultou até em consequências jurídicas relevantes e inovadoras — foi a compra do antigo Twitter por parte de Elon Musk, bilionário sul-africano e cidadão americano. Ao assumir o controle da empresa, Musk alterou drasticamente as diretrizes do aplicativo sob o argumento de defender a liberdade de expressão e se posicionar contra a censura. Essa decisão levou ao aumento no número de registros de discurso de ódio e de perfis ligados à extrema-direita (Conger; Mac, 2024).

Desde então, Musk contribuiu ativamente em pelo menos dois pleitos eleitorais, sendo o maior financiador da campanha de Donald Trump em 2024. O bilionário sul-africano tornou-se conselheiro sênior da presidência em 2025 e deixou o cargo no mesmo ano após romper relações com Trump. O outro envolvimento de Musk, que pode-se considerar uma tática de ingerência, foi na última campanha eleitoral alemã. Musk expressou apoio a Alice Weidel, candidata do partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD), e chegou a afirmar que o AfD é a única esperança para a Alemanha. Esta ação gerou fortes reações por parte de políticos alemães. Friedrich Merz, candidato eleito pelo tradicional partido União Democrata Cristã, alertou para possíveis consequências políticas e legais para Musk pela sua interferência. Foi aventada a questão de se o apoio de Musk ao AfD poderia ser considerado uma doação ilegal ao partido e consequente interferência, o que está a ser investigado (Graaf, 2025). O apoio de Musk foi bem recebido por Weidel e ambos fizeram uma live no "X" (antigo Twitter) no dia 10 de janeiro de 2025, o que aumentou significativamente a visibilidade midiática de Weidel e do AfD, que ao final do pleito tornou-se a segunda maior força no Bundestag[6] (Shuster, 2025).

Considerando os problemas identificados e os episódios reiterados, desde 2022 a UE adota legislação específica para a proteção criminal de bens jurídicos ameaçados nas redes sociais. Inspirada na legislação alemã, a Lei de Aplicação das Redes (DSA) prevê que as próprias plataformas regulem o conteúdo de seus usuários, de acordo com a legislação penal específica, uma vez que reúnem condições de fazê-lo e também como forma de retirar a sobrecarga do judiciário, conferindo maior agilidade, proteção e segurança jurídica (União Europeia, 2022). As *big techs* se

5 Tradução própria.
6 Parlamento Alemão.

opõem à legislação, pois caso não cumpram com o dever de autorregulação poderão ser responsabilizadas pelo conteúdo das mensagens de seus usuários. Além disso, Musk tem entrado em conflito com diversos governos mundo afora, tentando impedir diretamente a implementação de legislações similares, em um claro gesto de interferência, pois para além de prejuízos financeiros, ele demonstra ter afinidade ideológica com grupos e partidos de direita radical. Por essas razões, o "X" tornou-se a primeira empresa a ser alvo de investigações por parte da Comissão da União Europeia — órgão competente para proceder à investigação segundo a própria Lei de Aplicação das Redes (Caniato, 2024).

### 3.2 ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A INGERÊNCIA ESTRANGEIRA NA UE

A União Europeia tem implementado uma série de políticas e instrumentos para combater a interferência estrangeira e a manipulação informacional (FIMI). Duas das principais ferramentas nesse esforço são o Sistema de Alerta Rápido (Rapid Alert System - RAS) e o Regulamento dos Serviços Digitais (Digital Services Act - DSA), que operam de forma complementar no sentido de prevenir e mitigar os danos causados por essas ameaças de interferência estrangeira e manipulação informacional (Comissão Europeia, 2025).

O Sistema de Alerta Rápido foi criado em 2018 no contexto do Plano de Ação contra a Desinformação da União Europeia, com o objetivo de garantir uma resposta rápida, coordenada e eficiente entre as instituições da UE e os Estados-Membros diante de campanhas de desinformação em curso, como as anteriormente citadas. Os Estados-membros compartilham informações sobre ameaças emergentes e ações de combate sincronizado, contribuindo para a identificação de padrões e táticas recorrentes (European Union External Action, 2019).

Adicionalmente, o Regulamento dos Serviços Digitais (DSA), adotado em 2022 e que está em processo de implementação desde 2023, estabelece um novo marco regulatório para o espaço digital europeu. Ele define responsabilidades claras para plataformas online para moderação de conteúdos, remoção de conteúdos ilegais, transparência algorítmica e mitigação de riscos sistêmicos, incluindo a disseminação de desinformação (Comissão Europeia, 2025). As plataformas que atuam no continente europeu são obrigadas a realizar auditorias independentes e a fornecer informações diretas sobre como seus algoritmos operam, além de manter mecanismos eficazes para denúncia e remoção de conteúdos nocivos, medidas definidas pela Comissão Europeia para o funcionamento das empresas no espaço soberano europeu.

Ainda, a Comissão Europeia possui papel fiscalizador, com poder para investigar, aplicar multas e exigir correções em casos de não conformidade. O DSA fortalece a base legal da UE para responsabilizar as plataformas digitais, promovendo um ambiente online mais seguro, transparente e menos vulnerável à interferência estrangeira (Comissão Europeia, 2025). Essas medidas refletem um esforço contínuo da União Europeia para proteger sua democracia, combater táticas híbridas e garantir que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam preservados também no espaço digital.

Durante o período legislativo de 2019 a 2024, o Parlamento Europeu intensificou seus esforços para combater a interferência externa nos processos democráticos da União Europeia, com foco particular em campanhas de desinformação e manipulação de eleições. Os eurodeputados destacaram um aumento significativo da propaganda russa e de tentativas de contornar restrições ao financiamento estrangeiro de partidos políticos. Em resposta, foram estabelecidas duas comissões parlamentares especiais, uma em 2020 e outra em 2022, para investigar essas questões e propor

medidas de proteção (Parlamento Europeu, 2024). Com base nas conclusões dessas comissões, o Parlamento adotou recomendações para fortalecer a resiliência da UE contra a desinformação e a ingerência externa, visando proteger as eleições europeias de 2024 (Parlamento, 2024). Além disso, a Comissão Europeia propôs um pacote legislativo denominado "Defesa da Democracia", que inclui medidas para aumentar a transparência nas atividades de representação de interesses em nome de países terceiros e promover eleições livres e justas (Parlamento Europeu, 2024).

Os eurodeputados expressaram preocupação não apenas com a ingerência russa, mas também com a atuação de outros países, como China, Catar, Marrocos e Emirados Árabes Unidos, que investiram significativamente em atividades de representação de interesses em Bruxelas. Em fevereiro de 2024, surgiram novas alegações de que a Rússia estaria tentando recrutar eurodeputados como agentes de influência e fornecer narrativas a partidos de extrema-direita para subverter o apoio à Ucrânia. Em resposta, o Parlamento pediu mais sanções contra a Rússia e condenou a interferência do Kremlin nos assuntos da UE, incluindo pagamentos a deputados e candidatos para divulgar propaganda russa. Em março de 2024, a presidente do Parlamento, Roberta Metsola, alertou os chefes de Estado e de Governo da UE sobre os desafios que as eleições europeias representam para a resiliência dos sistemas democráticos. Ela enfatizou que não se pode permitir que a desinformação e a propaganda se espalhem sem combate, destacando a necessidade de ações eficazes para proteger os processos democráticos da União Europeia. Para complementar as novas legislações, a União Europeia tem fortalecido a colaboração entre autoridades eleitorais, especialistas em desinformação, verificadores de fatos e acadêmicos independentes, além de estreitar parcerias com organizações internacionais, como a OTAN, visando intensificar os esforços no combate à desinformação (Parlamento Europeu, 2024).

O Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) estabeleceu uma força-tarefa dedicada a identificar e combater a manipulação de informações provenientes de fontes russas pró-Kremlin. Essa equipe elaborou relatórios específicos sobre as eleições europeias, destacando as ameaças e propondo estratégias de defesa (Parlamento Europeu, 2024). Além disso, o Parlamento Europeu tem promovido campanhas de conscientização para informar os cidadãos da UE sobre os riscos da desinformação. Foi desenvolvido um conjunto de ferramentas educativas focadas nas eleições europeias, visando capacitar o público a identificar e combater conteúdos enganosos. Adicionalmente, uma seção específica no site oficial das eleições europeias fornece informações detalhadas sobre os esforços da UE para garantir processos eleitorais livres e justos, destacando as medidas adotadas para proteger a integridade das eleições contra interferências externas (Parlamento Europeu, 2024).

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A presente seção analisa as ações internacionais tomadas pela União Europeia em resposta ao desafio do combate à ingerência estrangeira no bloco. A UE, por meio das estratégias definidas, objetiva manter seus ideais democráticos, coesão interna e soberania política que estão expostas a formas contemporâneas de interferência externa. Essas práticas, muitas vezes difusas e dissimuladas, integram o que se convencionou chamar de ameaças híbridas, exigindo novas respostas institucionais e operacionais. São analisadas as principais iniciativas adotadas pela UE para enfrentar esse fenômeno, com ênfase na consolidação de mecanismos regulatórios, dispositivos de ciberdefesa e marcos de proteção à integridade democrática.

## 4.1 VISÃO DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE AMEAÇAS HÍBRIDAS

A União Europeia diante da crescente complexidade e sofisticação das ameaças híbridas têm desenvolvido mecanismos institucionais e estratégias coordenadas para enfrentar interferências estrangeiras que visam minar a segurança, a estabilidade democrática e a soberania de seus Estados-membros. Essas ameaças, caracterizadas pelo uso coordenado de instrumentos políticos, econômicos, tecnológicos e informacionais por atores estatais e não estatais, exigiram da UE um novo paradigma analítico e operacional, voltado à identificação precoce, contenção e resposta adaptativa a tais desafios (Sanz-Caballero, 2023; União Europeia, 2024).

Diante disso, a UE compreende as ameaças híbridas como estratégias coordenadas, realizadas por atores estatais ou não estatais, que combinam diferentes instrumentos de poder — políticos, econômicos, tecnológicos, militares e informacionais — com o objetivo de explorar vulnerabilidades específicas de um país-alvo e desestabilizá-lo de forma gradual, dissimulada e muitas vezes sem o uso direto da força militar. Apesar dessa definição, a UE, assim como outros organismos internacionais e autores, não procura delimitar o conceito de ameaças híbridas de forma excessiva, pois consideram que, por ser uma nova ferramenta de desestabilização, os seus mecanismos de atuação estão em constante expansão e sofisticação (Garcia, 2022; Giannoupoulos, et al., 2021; Hoffmann, 2007; Sanz-Caballero, 2023).

O "Quadro Conjunto da UE para o combate às ameaças híbridas" declara que:

> O conceito de ameaças híbridas visa captar a mistura de ações convencionais e não convencionais, militares e não militares, abertas e secretas, que podem ser utilizadas de forma coordenada por atores estatais ou não estatais para atingir objetivos específicos, permanecendo abaixo do limiar da guerra formalmente declarada (Comissão Europeia, 2016).

Dessa forma, o conceito de ameaças híbridas tem como objetivo conscientizar sobre as crescentes capacidades militares estatais de atores não estatais violentos no período pós-Guerra Fria. Para Garcia (2022), o conceito de "guerra híbrida" dá ênfase a meios e técnicas não tangíveis. Assim, diferentemente da compreensão usual de guerra, as ameaças híbridas tornaram-se instrumentos militares e não militares. As guerras híbridas, nesse sentido, são aquelas que empregam táticas convencionais e irregulares, gerando uma nova forma de atuação e ameaça. Para contraste, a guerra convencional pode ser definida como:

> Uma ação política que tem um meio peculiar para sua manifestação, que é a violência. (...) todas as guerras possuem objetivos políticos. (...) A guerra se diferencia das ações políticas fracas, como normalmente o é o voto, atitude em que o sujeito da ação empresta pouca importância emocional, ao cumprir um ritual do qual não cogita abdicar e com o qual possui uma ligação simpática, afim. (Clausewitz, 1984 apud Coutinho e Gomes, 2016).

Utilizando a conceitualização de Clausewitz, a guerra convencional, tradicional é uma extensão da política, com emprego da força legítima de Estados soberanos por meio de exércitos nacionais, formados pelo povo, que visam garantir sua sobrevivência, avançar interesses ou defender ideais. Ainda, conflitos irregulares são aqueles que rompem com a lógica de conflito entre Estados soberanos com monopólio legítimo da força por meio das suas Forças Armadas. São, portanto, os conflitos irregulares que trazem à cena novos atores com racionalidades diferentes ou opostas às dos Estados, além de questionar a aplicabilidade da lógica da guerra convencional a essa forma de

conflitos. Ainda que os elementos tradicionais estejam presentes nessa nova configuração, a inserção de outros atores levaria a uma nova harmonização, diferente da clássica. Os conflitos irregulares envolvem atores não estatais, que não possuem Forças Armadas e nem mesmo um povo. Possuem armamentos e treinamento militar, com adeptos sem unidade nacional, podendo ser financiados por Estados. Quanto à violência empregada, os conflitos irregulares são muito mais brutais e sangrentos que os tradicionais (Coutinho e Gomes, 2016; Solmaz, 2022).

Dessa forma, sobre ameaças híbridas, diferentemente de guerras convencionais ou irregulares, essas campanhas operam frequentemente abaixo do limiar formal de conflito armado, o que dificulta sua identificação e resposta. As ameaças híbridas têm como foco principal enfraquecer instituições democráticas, influenciar a opinião pública, corroer a coesão social e comprometer decisões políticas estratégicas. Ademais, as ameaças híbridas atuam pela lógica da ação e engano, sendo mais complicado a atribuição de culpa a certos atores (Garcia, 2022; Giannoupoulos, et al., 2021). Segundo a União Europeia (2021), essas ameaças híbridas sofridas pela UE podem ser geradas por atores estatais e não estatais, definição disposta no relatório *The landscape of Hybrid Threats: A Conceptual Model (*tradução: O cenário das ameaças híbridas: um modelo conceitual) publicado pelo Joint Research Centre (JRC) da Comissão Europeia e pelo Hybrid CoE (Centro Europeu de Excelência para Combate a Ameaças Híbridas).

Segundo esse relatório as ameaças híbridas envolvem desinformação e manipulação da informação, a partir de narrativas falsas ou enganosas para polarizar o debate público, disseminadas para diminuir a credibilidade da mídia ou deslegitimar autoridades e instituições. Muitas vezes são utilizados ciberataques, operações digitais voltadas a paralisar serviços públicos, roubar dados sensíveis ou interferir em processos eleitorais. Essas ações tendem a ter como objetivo pressionar decisões políticas sensíveis e enfraquecer a confiança nas instituições democráticas, gerando polarização nas sociedades afetadas. Além disso, a UE analisa que essas ações possuem consequências adicionais e providências a serem tomadas, sem depender diretamente da força militar ou coerção econômica, sendo essas ameaças reservadas para momentos em que a instabilidade social está fomentada. Ademais, essas campanhas não seguem um roteiro fixo e podem ser moldadas conforme o contexto político, tecnológico e social do país-alvo (Giannoupoulos, et al., 2021).

A caracterização dos atores envolvidos em campanhas híbridas destaca tanto Estados — como Rússia, China, Irã e Coreia do Norte — quanto atores não estatais, como grupos extremistas — Hezbollah, Al-Qaeda, ISIL —, organizações criminosas transnacionais, movimentos ideológicos e até indivíduos autônomos com fins lucrativos. Esses atores utilizam abordagens indiretas e passíveis de negação, muitas vezes por meio de intermediários ou empresas militares privadas (PMCs)[7], como no caso do Grupo Wagner no leste da Ucrânia (Giannoupoulos, et al., 2021). Operando em modos clandestinos, eles exploram zonas de ambiguidade jurídica e política, dificultando a atribuição direta dos atores. Essas ações são complementadas pela exploração do sistema midiático das democracias e suas vulnerabilidades estruturais (Uusitalo et al., 2022; 2018, Solmaz, 2022). Esses fatores ampliam as oportunidades para interferência híbrida, especialmente na fase de preparação (priming), quando a desinformação é usada para moldar a percepção pública, enfraquecer nor-

7 Empresas militares privadas (PMCs) são empresas que oferecem serviços especializados relacionados a guerras e conflitos, incluindo operações de combate, planejamento estratégico, coleta de informações, apoio operacional e logístico, treinamento, aquisição e manutenção. Termos como mercenários e empresas de segurança privadas (PSCs) são frequentemente usados de forma intercambiável com PMCs (DCAF, *s.d.*).

mas e preparar terreno para fases mais agressivas de desestabilização. Embora o conceito de ameaça híbrida tenha se originado em ações não estatais, a literatura tradicional tem dado mais foco a atores estatais, o que revela uma lacuna analítica ainda em evolução (Giannoupoulos, et al., 2021).

Essa ação, formulada a partir da resposta da União Europeia às ameaças híbridas, evidencia a preocupação institucional com a ingerência externa. Ao mesmo tempo, revela uma tentativa sistemática de integrar os domínios informacional, normativo e militar em uma estratégia abrangente e adaptativa de resiliência democrática (Uusitalo et al., 2022; 2018; Solmaz, 2022).

## 4.2 ESTRATÉGIAS DA UNIÃO EUROPEIA CONTRA AS AMEAÇAS HÍBRIDAS

Nessa seção do guia abordamos as duas principais medidas e estratégias formuladas pela União Europeia e seus organismos para enfrentar as ameaças híbridas. Sendo elas o Plano de Ação para a Democracia Europeia e a Lei de Serviços Digitais. Apresentação dos objetivos e medidas tomadas, além de uma crítica aos seus efeitos reais na política.

### 4.2.1 PLANO DE AÇÃO PARA A DEMOCRACIA EUROPEIA

A União Europeia tem procurado fortalecer suas estratégias para proteger a integridade democrática frente à ingerência estrangeira e a desinformação (Parlamento Europeu, 2024). A criação de uma nova comissão especial sobre o Escudo Europeu da Democracia no início da legislatura 2024-2029, após as eleições do Parlamento Europeu de 2024, evidencia esse compromisso especialmente na necessidade de

> Avaliar a legislação e as políticas que possam ser exploradas para fins de interferência, manter e criar propostas legislativas e estruturas (...) que garantam um elevado nível comum de cibersegurança em toda a União e a resiliência contra os ciberataques relacionados com processos democráticos (Parlamento Europeu, 2024, item 1, adaptação própria).

Essas medidas são expansões das ações tomadas entre o mandato 2019-2024, momento em que o Parlamento Europeu denunciou as tentativas sistemáticas de ingerência estrangeira. A partir disso, o objetivo do Parlamento Europeu foi analisar tais ameaças e apresentar recomendações para fortalecer a proteção democrática, especialmente em relação às eleições europeias de 2024. A comissão atual, do mandato de 2024-2029, possui a responsabilidade de propor medidas para fortalecer a resiliência democrática da UE, concentrando-se, especialmente, na interferência por meio de plataformas digitais. O reconhecimento da ameaça que a desinformação representa é central nessa agenda. A disseminação deliberada de informações falsas ou manipuladas busca confundir a opinião pública, fomentar a polarização, enfraquecer a confiança nas instituições e comprometer processos eleitorais (Parlamento Europeu, 2024).

Nesse cenário de garantia da estabilidade democrática, destaca-se o Plano de Ação para a Democracia Europeia, que procurava entender os desafios de manter o debate público livre de manipulação, desinformação e outras formas de distorção (Comissão Europeia, 2020). O Plano de Ação para a Democracia Europeia foi criado pela Comissão Europeia em 2020, no contexto da pandemia de COVID-19,

como meio de combate à desinformação sobre a crise de saúde global. Foram dispostas várias recomendações e normas para garantir o funcionamento democrático na Europa. Estruturado em três eixos principais, esse plano visa: (1) promover eleições livres e justas, com a adoção de legislação para assegurar a transparência de conteúdos políticos patrocinados, o fortalecimento da cooperação entre Estados-Membros e o desenvolvimento de mecanismos operacionais para proteção da integridade eleitoral; (2) reforçar a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação, com iniciativas para garantir a segurança dos jornalistas, combater ações judiciais abusivas e aumentar a transparência sobre a propriedade e o financiamento dos veículos de imprensa; e (3) combater a desinformação, através do aprimoramento do Código de Conduta sobre Desinformação, da criação de instrumentos para sanções financeiras aos responsáveis por ingerências e do fomento à cooperação internacional (Comissão Europeia, 2020, p. 2-4).

Ademais, a UE tem promovido a articulação entre autoridades eleitorais, especialistas em desinformação e organismos internacionais, como a OTAN, para reforçar sua capacidade de resposta a ameaças híbridas e cibernéticas. A cibersegurança das eleições, embora responsabilidade primária dos Estados-Membros, é tratada como um tema de cooperação estratégica no bloco, dada a necessidade de proteger sistemas eleitorais e cidadãos contra ciberataques com potencial disruptivo (Von der Leyen, 2024).

### 4.2.2 LEI DE SERVIÇOS DIGITAIS

A transformação do ecossistema informacional europeu nas últimas décadas tem exposto a União Europeia a novas formas de vulnerabilidade estratégica, em especial no que se refere à disseminação de desinformação, à manipulação algorítmica e à ingerência estrangeira mediada por plataformas digitais. Nesse contexto, a Lei dos Serviços Digitais (DSA, do inglês, *Digital Services Act*) insere-se em um esforço normativo da UE voltado à contenção de ameaças híbridas que operam por meio da desestabilização gradual de instituições democráticas e da erosão do espaço público digital (Papp, 2025).

A DSA é parte integrante da arquitetura institucional europeia de defesa democrática frente à assimetria de poder informacional, formulando uma legislação voltada à regulação econômica e de diretrizes das *big techs*. A Lei de Serviços Digitais impõe obrigações graduais a plataformas conforme seu alcance e impacto, e o regulamento avança na responsabilização de atores privados cuja atuação influencia diretamente a esfera pública transnacional. Essas obrigações incluem, entre outras medidas, mecanismos transparentes de moderação de conteúdo, sistemas de auditoria independentes para monitoramento de riscos sistêmicos e restrições à utilização de dados sensíveis para fins publicitários (IPEA, 2024).

A Lei de Serviços Digitais (DSA) representa um marco na regulação do ambiente digital europeu, no entanto, apresenta limitações significativas que comprometem sua efetividade. Uma das principais críticas refere-se à sua abordagem procedimental da moderação de conteúdo contratual. O regulamento interfere pouco nos termos substanciais dos contratos entre plataformas e usuários, permitindo que as empresas priorizem suas normas internas em detrimento da proteção do usuário, especialmente em assuntos não tratados diretamente na Lei de Serviços Digitais. Isso pode fragilizar a proteção de direitos fundamentais, especialmente a liberdade de expressão, diante da assimetria de poder entre usuários e grandes plataformas (Papp, 2025).

Outro ponto crítico é a política de transparência algorítmica. O DSA prevê medidas como o direito ao *opt-out* de sistemas personalizados (Art. 27), ou seja, os atores podem escolher quais normas da DSA irão aderir, e assim, tais medidas são insuficientes. A lógica de funcionamento dos algoritmos permanece opaca e as escolhas oferecidas aos usuários são limitadas e pouco compreensíveis (Papp, 2025). No combate à desinformação, o DSA aposta nos códigos de conduta voluntários como instrumentos de co-regulação. Embora essa abordagem ofereça flexibilidade e permite a inclusão de múltiplos atores, como plataformas, autoridades e sociedade civil, ela carece de mecanismos robustos de fiscalização e sanção (Papp, 2025). No entanto, esses códigos também abrem espaço para a negociação cooperativa entre os envolvidos, funcionando como instrumentos dinâmicos capazes de adaptar-se aos riscos emergentes do ecossistema digital. Assim, o DSA oferece uma estrutura inicial relevante, mas o cumprimento das normas estabelecidas depende do aprimoramento regulatório e do engajamento dos participantes para garantir eficácia e proteção de direitos no ambiente digital europeu.

A União Europeia considera que a desinformação digital constitui vetor de ameaças híbridas, operando no plano simbólico, psicológico e político, explorando vulnerabilidades sociais preexistentes e fragmentando o debate público. A UE, ao integrar a DSA a políticas como o Plano de Ação para a Democracia Europeia, procura promover uma resposta coordenada que combine regulação jurídica, capacitação institucional e incremento da resiliência democrática, no entanto, faltam mecanismos de controle e reforço dessas normas (Parlamento Europeu, 2024).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Federal da Alemanha**, por toda sua história pregressa, é um importante defensor do Estado Democrático de Direito e da unidade do bloco europeu. Nesse sentido, o país conta com mecanismos de proteção de sua soberania, como o *Zentrale Stelle zur Erkennung ausländischer Informationsmanipulation*[8] (ZEAM), e tem requerido à UE, graças a seu poder político e prestígio, que também aprimore as defesas do bloco contra a ingerência estrangeira (Reuters, 2025). Desde as últimas eleições para o parlamento alemão, em fevereiro de 2025, o tema da interferência tem estado em evidência outra vez no país. Isso porque durante a campanha que antecipou as eleições, o povo alemão passou a temer a perceptível interferência russa e americana — em relação a esta, especialmente por intermédio de Elon Musk, empresário dono da rede social X e ex-Conselheiro Sênior da Presidência dos Estados Unidos (European Parliament, 2025). Segundo pesquisa realizada pela Associação da Indústria Digital Bitkom, sediada em Bruxelas, 88% dos eleitores entrevistados afirmaram ter medo de interferência estrangeira por meios digitais, seja de outros países, grupos ou indivíduos (Shelton, 2025). Como resposta, o governo alemão adotou medidas amplas envolvendo todos os ministérios federais e suas agências, os governos estaduais e locais, além de autoridades de segurança e a sociedade civil. O Ministério do Interior coordena um grupo de trabalho sobre ataques híbridos que associa outros ministérios para identificar narrativas e reforçar a comunicação baseada em fatos como medida para proteger os eleitores de desinformação. Portanto, a Alemanha adota um posicionamento claro no sentido de rejeitar qualquer forma de ingerência estrangeira.

A **República Francesa**, como membro fundador da União Europeia, tem se mostrado preocupada com a ingerência estrangeira, reconhecendo-a como uma

ameaça aos processos democráticos e à União Europeia. A França demonstra uma postura firme e ativa contra a ingerência estrangeira, e seu governo tem adotado diversas medidas para proteger-se contra tais ameaças. Em fevereiro de 2022, por exemplo, o governo francês anunciou a criação do Serviço de Vigilância e Proteção contra a Interferência Digital Estrangeira (VIGINUM), com o objetivo de identificar e combater a interferência externa nas eleições (Santos, 2022). Essa iniciativa demonstra o reconhecimento da ameaça digital à soberania eleitoral. Em fevereiro de 2025, por exemplo, foi publicado um relatório sobre casos de manipulação de informação nas eleições romenas de 2024, analisando métodos usados no TikTok e avaliando o risco de uso similar na França (França, 2025). Também é relevante destacar que o país defende a implementação rápida e completa da Lei de Serviços Digitais (DSA) e apoia investigações em curso sobre certas plataformas digitais, conforme solicitado em uma carta conjunta a outros Estados-Membros (França, 2025). Ainda, a França, juntamente com a Alemanha e outros países, têm instado a Comissão Europeia a reforçar a proteção das eleições europeias contra a ingerência estrangeira (Reuters, 2025). Sendo assim, o Estado francês demonstra uma postura objetiva de vigilância e ação concreta contra a ingerência estrangeira, reconhecendo a importância deste tema para a realização de eleições livres e seguras, elemento fulcral para a integridade democrática da União Europeia. Por fim, cabe reiterar que o governo francês adota uma posição contrária à toda forma de ingerência estrangeira, sendo considerado o país que mais obstáculos impõe à Rússia no que se refere ao caso da invasão à Ucrânia (UOL, 2025). Da mesma forma adota tal atitude em relação à interferência indireta de Elon Musk no debate público europeu (Expresso, 2025).

A R**epública da Hungria**, apesar de ser membro da União Europeia, tem apresentado tensões com o bloco em relação a algumas medidas e leis que, segundo críticos, visam restringir a liberdade civil e os direitos fundamentais no país. O chamado "Ato de Proteção à Soberania" fez com que a União Europeia levasse a Hungria ao Tribunal Europeu alegando que, valendo-se da defesa do país contra a ingerência externa, a lei atinge direitos fundamentais (Ap News, 2024). O país também propôs uma lei que classificaria o financiamento estrangeiro para a sociedade civil, mídia e organizações húngaras – incluindo doações privadas ou fundos da UE – como interferência nos assuntos internos do país (Hermann, 2025; Uitz, 2025). Pode-se comparar essa medida com a lei russa "foreign agent". que considera qualquer pessoa que receba apoio financeiro do exterior como agentes de outro país. A este respeito, inclusive, existem preocupações sobre os laços encobertos da Hungria com a Rússia, o que a tornaria suscetível a influências externas. Há sugestões de que a Hungria poderia facilitar a lavagem de fundos relacionados à guerra na Ucrânia (Robert Lansing Institute, 2025). O governo húngaro, em contrapartida, afirma estar combatendo a influência estrangeira. Mas as medidas propostas e as leis existentes são vistas por muitos como restritivas e potencialmente prejudiciais à sociedade civil e à cooperação com a UE. O primeiro-ministro do país, Viktor Orbán, tem se mostrado crítico em relação às políticas da UE, inclusive em relação à ingerência estrangeira (Uitz, 2025). Dessa forma, pode-se perceber que a ingerência estrangeira não é um assunto prioritário da República da Hungria. O relacionamento com Rússia e China, além dos acenos que Orbán recebe de Donald Trump, podem ser a razão disso (Lansing Institute, 2025).

A **República da Polônia** mantém uma postura vigilante e ativa contra as ameaças de ingerência estrangeira, especialmente no âmbito da segurança digital e da desinformação, e também tem promovido ações nesse sentido. Durante a sua presidência rotativa do Conselho da União Europeia, entre janeiro e junho de 2025, a Polônia

declarou buscar reforçar a coordenação na luta contra a desinformação e melhorar a capacidade da UE para prevenir e mitigar os efeitos de ações hostis no ciberespaço (Portugal, 2025). Ainda em maio de 2025, a Polônia informou ter identificado o que poderia ser uma tentativa de interferência estrangeira em sua campanha eleitoral presidencial por meio de anúncios no Facebook. O Centro de Análise de Desinformação do NASK (instituto de pesquisas polonês) identificou anúncios políticos que poderiam ter sido financiados do exterior (Badohal, 2025). O parlamento polonês adotou, ainda, uma resolução considerando qualquer influência estrangeira nos seus processos eleitorais como um ato hostil ao Estado, prometendo combatê-la de forma contundente. (Gencturk, 2023). Nesse sentido e seguindo o que prometera, o país investigou alegações de interferência estrangeira nas eleições parlamentares de 2023, onde mensagens foram enviadas por uma empresa privada cuja plataforma de mensagens foi hackeada (Tvp World, 2024). De outra parte, um relatório da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) sobre a eleição presidencial polonesa apontou que, embora esforços tenham sido feitos, a coordenação entre as autoridades e a comunicação pública sobre as medidas tomadas foram insuficientes e, por vezes, contraditórias para combater os ataques durante o processo eleitoral (OSCE, 2025). Dessa forma, a Polônia declara não tolerar a ingerência estrangeira e tem tomado medidas para investigar e responder a possíveis tentativas de interferência em âmbito nacional e mesmo a nível internacional, dentro da UE.

A **Ucrânia**, devido ao seu contexto geopolítico particular e ao conflito em curso com a Rússia, tem uma perspectiva específica sobre a ingerência estrangeira, que é vista como uma ameaça direta à sua soberania e integridade territorial, compreendida até aqui como intervenção — a maneira tradicional de ingerência. O país do leste europeu vê essa intervenção por parte da Rússia como uma ameaça à sua soberania e à sua existência. Assim, tem buscado o apoio da União Europeia e de outros parceiros para fortalecer sua capacidade de resistir a essa interferência, mas também para fortalecer sua resiliência contra outras diversas formas de ingerência, incluindo a desinformação e ataques cibernéticos. Em grande medida esse apoio tem sido despendido por parte da UE que tem como objetivo fortalecer a resiliência dos países do Leste Europeu, incluindo a Ucrânia, contra a interferência estrangeira, especialmente russa, por uma questão securitária (European Union Institute For Security Studies, 2024), justificando-se, portanto, o apoio financeiro e militar significativo à Ucrânia (Genini, 2025; Central Bank Of Ireland, 2024). A Ucrânia tem interesse e coopera com a UE contra a interferência estrangeira e ciberataques, aproveitando as iniciativas e os recursos oferecidos pelo bloco, justamente por se tratar de uma questão existencial do país, que é reconhecidamente vulnerável à interferência russa dada a longa história de relações conturbadas com seus países vizinhos e o próprio conflito em curso (European Union Institute For Security Studies, 2024; Karjalainen, 2024).

O posicionamento da **República da Áustria** sobre a ingerência estrangeira na União Europeia é de reconhecimento da ameaça e da necessidade de ação coordenada entre os Estados-membros, uma vez que a desinformação e a ingerência estrangeira representam um desafio para a UE e seus Estados-membros, afetando a democracia e a estabilidade social da população europeia (ÁUSTRIA, 2024a). A estratégia do governo nacional em 2024 no que se refere à segurança austríaca também menciona a dimensão europeia e a importância da influência ativa dentro da UE, justamente por se tratar de um problema sem fronteiras (ÁUSTRIA, 2024b). Entretanto, eventos recentes na Áustria, assim como na Itália, mostram que atores estrangeiros podem estar encontrando apoio interno para se infiltrar em campanhas

eleitorais e ações governamentais e prejudicar a democracia interna e europeia, além de promover falsos discursos, desinformação e ataques digitais, como foi no caso Ibiza Affair já citado anteriormente (Soula, 2025).

O **Reino da Espanha** reconhece a vulnerabilidade à ingerência estrangeira no espaço da informação e tem trabalhado tanto a nível nacional quanto da UE para mitigar o impacto de campanhas de desinformação por atores estrangeiros desde 2018. O governo espanhol admite que, assim como outros países europeus, é vulnerável à ingerência estrangeira no espaço da informação, que pode acarretar em prejuízos na isonomia de processos eleitorais (Redacción, 2024). A Espanha participa ativamente de missões de observação eleitoral da UE, da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e até mesmo colabora com outros Estados do continente americano, demonstrando um compromisso com a promoção da democracia e com a garantia de eleições livres de interferências em um nível internacional (La Moncloa, *s.d.*).

A **República da Estôni**a, dada a sua localização próxima a Rússia e histórico atrelado a esse país, tem consciência da ameaça de ingerência estrangeira, especialmente no domínio digital. Para além da preocupação com o perigo de uma intervenção, a Estônia prioriza a segurança digital e a luta contra a desinformação em suas políticas para a União Europeia (Estônia, 2023). Sendo assim, o país possui medidas eficazes de segurança cibernética que ajudaram a limitar o impacto de ataques digitais, que podem estar ligados a tentativas de ingerência estrangeira. O país apoia a neutralidade da regulamentação das redes de acordo com o Regulamento 2015/2120 da UE, o que pode dificultar certas formas de manipulação online e contribui para o fortalecimento das democracias que compõem o próprio bloco europeu (Freedom House, 2024; Parlamento Europeu, 2015). Por fim, cabe ressaltar a vulnerabilidade à ingerência externa a que está exposta a Estônia devido a tensões sociais e étnicas decorrentes da presença de uma minoria falante de russo, além de fatores políticos e econômicos (Grigas, 2017).

O posicionamento oficial da **República Helênica** em relação à ingerência estrangeira na União Europeia é de cooperação e respeito aos compromissos democráticos. Oficialmente, a Grécia acredita que proteger jornalistas de assédio e intimidação, defender o direito à informação, promover o pluralismo dos meios de comunicação e fomentar um clima propício ao jornalismo independente são passos essenciais para combater a desinformação e as falsas narrativas e assim manter seus compromissos democráticos. Porém, uma das preocupações principais do governo grego é a deterioração da liberdade de imprensa, que torna o país mais vulnerável a certas formas de ingerência estrangeira que se aproveitam de um ambiente informacional desprotegido para propagar mentiras e disseminar campanhas de aversão ao regime democrático (Human Rights Watch, 2025). Por fim, é importante destacar também que a relação da Grécia com a UE e seus Estados-membros tem sido historicamente complexa, em termos de diálogo, apesar da cooperação de longa duração. Segundo Teixeira Fernandes (2015), parte do estranhamento do Ocidente em relação à Grécia — senão todo ele — se deve ao desconhecimento do atual estágio político desse país. Ainda segundo o autor, há um "hiato" entre a Grécia clássica — estudada pelo cidadão europeu médio — e a Grécia moderna desconhecida (Teixeira Fernandes, 2015).

A **República Italiana**, como membro fundador da União Europeia, participa das iniciativas do bloco para combater a ingerência estrangeira desde o princípio. A representação permanente da Itália em Bruxelas assegura a defesa dos interesses e a prossecução das políticas do país a nível continental. A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, destacou o papel "político" da Itália na mediação entre a UE e os EUA, o que pode indicar uma preocupação com as dinâmicas de poder e influên-

cia dentro do bloco (Terra, 2025). No entanto, o país vê crescer em seu território o apoio a setores de extrema-direita com interesses antidemocráticos e que possuem ligações externas, como o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, além de encontrar suporte no próprio governo Meloni; mas há entre eles também divergências a respeito da unidade do bloco e do apoio à Ucrânia (Baccini, 2024a; Baccini 2024b).

Apesar de não ser membro da União Europeia, a **República da Sérvia** postula entrar no bloco e para isso necessita estar de acordo com os princípios do Tratado da União Europeia, inclusive no que diz respeito à ingerência estrangeira. Isso implica, inclusive, apoiar as sanções à Rússia no que diz respeito à guerra na Ucrânia, além de respeitar os critérios de Copenhague, ou seja, os valores democráticos pregados pelo bloco. Nesse sentido é que o Parlamento Europeu, em uma resolução própria, mencionou a importância do respeito a direitos fundamentais por parte do governo sérvio no contexto da luta contra a ingerência estrangeira mal-intencionada nos Balcãs Ocidentais (Parlamento Europeu, 2025).

Assim como a Estônia, a **República da Lituânia** tem grande preocupação com a sempre possível intervenção russa em seu território, dada sua localização próxima àquele país e sua história pregressa, inclusive pela minoria russa que lá vive — um risco que a Rússia tem explorado historicamente ao se apresentar como protetora de seus "compatriotas" no exterior (Coolican, 2021). Mas para além da intervenção, o país preocupa-se com a segurança digital e a desinformação, armas políticas para fragilizar a união nacional e a unidade do bloco europeu. Sendo assim, a Lituânia tem um posicionamento extremamente vigilante e proativo contra a ingerência estrangeira, vista como uma ameaça direta à sua soberania e à segurança da União Europeia. O país adotou uma abordagem de "defesa total" ou "defesa abrangente" à segurança nacional. Essa estratégia envolve todos os setores da sociedade — governo, militares, empresas e a própria população — para resistir a agressões externas. A experiência lituana com a Rússia impulsionou o país a fortalecer sua resiliência e a adotar essa abordagem em sua estratégia de segurança nacional (Globsec, 2023). O país também tem sido alvo da tática de "instrumentalização de migrantes", onde a Rússia e a Bielorrússia facilitam o fluxo de pessoas para a fronteira para desestabilizar a UE. A Comissão Europeia reconhece isso e está apoiando a Lituânia e outros países com financiamento (Comissão Europeia, 2024). Por fim, é importante elucidar que, ainda em relação aos migrantes, em agosto de 2023, a Lituânia recusou a renovação da autorização de residência para mais de mil russos e bielorrussos, após a análise de um questionário que incluía perguntas sobre a invasão russa da Ucrânia (Visão, 2023).

O **Reino dos Países Baixos**, como membro ativo da União Europeia, têm demonstrado preocupação com a ameaça da ingerência estrangeira à democracia europeia. O país participa ativamente das discussões no âmbito da União Europeia para fortalecer a integridade e a resiliência dos processos democráticos contra influências externas. Nesse ínterim, o governo dos Países Baixos adotou uma estratégia nacional para combater a "ingerência estrangeira indesejada" (*ongewenste buitenlandse inmenging* - OBI), que visa proteger os interesses públicos holandeses e os processos democráticos. Essa estratégia inclui medidas proativas, como o aumento da conscientização sobre a OBI entre a população e as autoridades, a proteção da segurança econômica e o fortalecimento da resiliência das comunidades. Além disso, também envia esforços por meios tradicionais e utiliza abordagens diplomáticas, administrativas e legais para lidar com essa questão (Rijksoverheid, *s.d.*). Os Países Baixos desempenham um papel ativo em formar coalizões dentro da UE para abordar questões de segurança e democracia (Ministry of Foreign Affairs of Netherlands, 2024).

A **Romênia** reconhece a gravidade da ingerência estrangeira, especialmente no contexto da integridade eleitoral e da segurança da informação. O governo romeno está em consonância com as políticas da União Europeia para combater a desinformação e outras formas de influência externa que possam prejudicar os processos democráticos. A anulação do primeiro turno das eleições presidenciais de 2024, devido à confirmação de "manipulação em larga escala" apoiada por um relatório oficial do governo francês, demonstra a seriedade com que a Romênia trata a ingerência externa (França, 2025). O caso é visto pela UE como um alerta constante para os riscos da desinformação e da interferência estrangeira nos processos eleitorais em toda a Europa, com discussões no Parlamento Europeu sobre como fortalecer a proteção democrática contra essas ameaças que foram escancaradas pela experiência romena (Lupitu, 2025).

O **Reino da Suécia** percebe a ingerência estrangeira como uma ameaça à sua segurança e à ordem democrática. O governo sueco tem tomado medidas para fortalecer a resiliência do país contra influências malignas e desinformação. Por exemplo, a Agência Sueca de Defesa Psicológica (*Myndigheten för Psykologiskt Försvar*, MPF) foi criada em janeiro de 2022 com a missão de fortalecer a capacidade da população de detectar e resistir a campanhas de influência e desinformação. A MPF tem a tarefa de monitorar desenvolvimentos e fortalecer a capacidade de combater tais campanhas, enquanto o Conselho Nacional de Saúde e Bem-Estar tem a missão de neutralizá-las (Government Offices of Sweden, 2023; EU Disinfo Lab, 2023). A política externa sueca também enfatiza o enfrentamento a longo prazo com a Rússia, o que implica uma postura de vigilância contra possíveis ingerências (Government Offices of Sweden, 2025). A Suécia busca cooperação aprimorada entre a OTAN e a UE em áreas como defesa cibernética e segurança cibernética (Government Offices of Sweden, 2024).

A **República da Moldávia** tem demonstrado um forte compromisso com a adesão à União Europeia, conforme evidenciado pelo referendo de outubro de 2024, onde a maioria da população votou a favor da integração no bloco. A presidente Maia Sandu condenou publicamente o que chamou de "ataque sem precedentes" de atores estrangeiros à democracia do país durante o período do referendo, indicando uma clara preocupação com a ingerência externa em seus processos democráticos e em sua aproximação com a UE (Edwards, 2025). O país iniciou o processo para integrar-se à UE após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 e recebeu o *status* de candidato. O país é considerado particularmente vulnerável à ingerência russa, devido à presença de um número significativo de falantes de russo, muitos dos quais residem na autoproclamada República Moldava da Transnístria. A União Europeia, através de missões como a EUPM Moldova, tem o potencial de desempenhar um papel no monitoramento e avaliação de ingerência não só de ameaças híbridas, mas também de intervenção, aprimorando o sistema de proteção da Moldávia e da própria UE (European Union Institute For Security Studies, 2024; Hedlund, 2024).

A **República da Finlândia** se considera um contribuinte ativo e colaborador da União Europeia e está comprometida em continuar como membro do bloco, seguindo seus princípios de união do continente europeu e defesa dos valores democráticos. O país tem sido apontado como um exemplo no combate a fake news, utilizando as escolas para promover o pensamento crítico. Em relação à ingerência estrangeira na UE, a Finlândia faz parte do esforço mais amplo da União para combater a manipulação de informação e proteger a democracia, conforme mencionado em notícias sobre países membros pedindo ações firmes contra essa ameaça. Assim

como a Estônia e a Lituânia, a Finlândia possui grandes preocupações com a possibilidade de expansão russa, tendo inclusive aderido à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) recentemente, justamente como forma de garantir sua segurança. Isso, porém, não foi bem quisto pelos russos (Ministry for Foreign Affairs of Finland, *s.d.*).

A **República da Croácia** tornou-se o 28º Estado-Membro da União Europeia em 2013, sendo o último país a ingressar no bloco. Assim, a Croácia tem feito progressos na implementação da Convenção Anticorrupção da OCDE, o que pode contribuir para um ambiente menos suscetível a certas formas de influência estrangeira. Também pensando na segurança do país, a Representação da Comissão Europeia na Croácia está a propor o aumento da transparência e a responsabilização pelas atividades de representação de interesses em nome de países terceiros, visando influenciar as políticas e a tomada de decisões (Representação da Comissão Europeia na Croácia, 2023). E nesse sentido, o modelo croata de estabelecimento de um sistema de verificação de fatos no espaço público é considerado relevante para outros países da UE. Destarte, a dependência econômica do turismo torna a Croácia sensível a choques externos. Essa fragilidade econômica pode ser explorada por atores estrangeiros. Portanto, também é algo que acende um alerta para as autoridades do país (IEMed, 2024).

O **Reino da Bélgica**, principal sede das instituições da União Europeia e da OTAN, encara de forma séria a questão da ingerência estrangeira. O país está investigando ativamente a interferência russa nas eleições da União Europeia, o que demonstra uma preocupação com a integridade dos processos democráticos no bloco. A esse respeito, inclusive, o primeiro-ministro belga expressou que o país tem a responsabilidade de defender o direito de todos os cidadãos a um voto livre e seguro (Landauro, 2024). A imprensa belga tem acompanhado de perto as investigações, reforçando a seriedade com que o governo belga trata a ameaça. Em um artigo do De Tijd (2024), a investigação é descrita como um "terremoto em Bruxelas", ressaltando a importância do caso para a segurança democrática da UE. Segundo o periódico, o governo belga, por meio de seus canais oficiais e declarações de seu primeiro-ministro, tem se posicionado como um líder proativo no combate à ingerência, defendendo a adoção de uma política comum de sanções para proteger as eleições europeias.

A **República da Turquia** não é membro da União Europeia, mas mantém relações complexas com o bloco e nutre a esperança de poder ingressá-lo. O país tem expressado preocupações sobre a ingerência estrangeira em seus próprios assuntos, em que pese outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, já tenham advertido a Turquia contra qualquer "ingerência estrangeira" na Líbia. Significa dizer que a Turquia se preocupa, sim, com a ingerência estrangeira no seu país, mas que, devido ao seu peso geopolítico, também acaba influenciando em acontecimentos e negociações que envolvem, sobretudo, os seus países vizinhos. Inclusive, apesar de não ser membro, a Turquia é um importante parceiro comercial da UE. As relações entre os dois têm sido marcadas por cooperação e tensões. Em termos de ingerência estrangeira, a Turquia, embora não esteja diretamente envolvida na ingerência na UE como membro, está certamente atenta às dinâmicas de poder e influência na região, incluindo o papel de outros atores em assuntos europeus. O país tem utilizado sua posição em questões como a imigração como ferramenta de negociação com países da União Europeia, algo que deve ser levado em consideração por seus representantes (Poder 360, 2024).

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Até que ponto a União Europeia deve priorizar a segurança digital e a ciberdefesa em detrimento dos princípios tradicionais de liberdade de expressão e privacidade online?

2) A centralização das estratégias de combate às ameaças híbridas na Comissão Europeia enfraquece ou fortalece a soberania dos Estados-Membros em matérias sensíveis como segurança e eleições?

3) A ênfase na ameaça vinda de Estados autoritários pode comprometer a neutralidade política da UE e afetar sua política externa e comercial?

4) Como equilibrar a resposta institucional a ameaças híbridas com a preservação de um espaço político aberto a dissensos e manifestações legítimas de oposição política, sem criminalizá-las?

5) Como conter grupos internos aos Estados-membros que facilitam a "infiltração" de seus correspondentes internacionais e que reproduzem seus discursos em seus próprios países?

## REFERÊNCIAS

AANPAK ongewenste buitenlandse inmenging (OBI). **Rijksoverheid**, *s.d.* Disponível em: https://www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/buitenlandse-inmenging-en-beinvloeding/aanpak-ongewenste-buitenlandse-inmenging. Acesso em: 04 de junho de 2025.

A COMISSÃO propõe medidas de reforço da segurança das fronteiras e de combate às ameaças híbridas. **Comissão Europeia,** 2024. Disponível em: https://commission.europa.eu/news-and-media/news/commission-proposes-measures-strengthen-border-security-and-counter-hybrid-threats-2024-12-11_pt. Acesso em 01 ago. 2025.

AGNIA, GRIGAS. Estonia: Potential Vulnerabilities amid Progress. **American Enterprise Institute**, 18 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.aei.org/research-products/report/estonia-potential-vulnerabilities-amid-progress/. Acesso em: 4 jun. 2025.

A Lei dos Mercados Digitais e da Lei dos Serviços Digitais da UE em detalhe. **Parlamento Europeu,** 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20211209STO19124/a-lei-dos-mercados-digitais-e-da-lei-dos-servicos-digitais-da-ue-explicadas>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ATO Único Europeu. Assinado em Luxemburgo e Haia, em 17 de fevereiro de 1986. **União Europeia**. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/the-single-european-act.html. Acesso em: 14 maio 2025.

ÁUSTRIA. Österreichische Gesellschaft für Europapolitik (ÖGfE). **Disinformation and Foreign Interference: A Challenge for the EU and Its Member States.** Vienna, 7p., 2024a.

ÁUSTRIA. **Republic of Austria. Austrian Security Strategy**. Vienna, 50p., 2024b.

BACCINI, Federico. Dalll'estrema destra all'estrema sinistra. La tettonica a zolle di nuovi possibili gruppi al Parlamento Ue. **EUNEWS**, 30 de maio de 2024a. Disponível em: https://www.eunews.it/2024/05/30/parlamento-ue-nuovi-gruppi-estremi/. Acesso em: 4 jun. 2025.

_____. Orbán spinge il campo unico Meloni-Le Pen: "Il futuro sovranista in Europa nelle mani di due donne". **EUNEWS**, 31 de maio de 2024b. Disponível em: https://www.eunews.it/2024/05/31/orban-meloni-le-pen-alleanza-destra-ue/. Acesso em: 4 jun. 2025.

BADOHAL, Karol. Polônia identifica o que diz ser possível interferência eleitoral financiada por estrangeiros. **Terra**, 2025. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/polonia-identifica-o-que-diz-ser-possivel-interferencia-eleitoral-financiada-por-estrangeiros,410bedf0227c187d0d6a98b5f91265b31ao5gu4u.html. Acesso em: 4 jun. 2025.

BERZINA, Kristine; SOULA, Etienne. Conceptualizing foreign interference in Europe. **Alliance for securing democracy**, 2020. Disponível em: https://securingdemocracy.gmfus.org/wp-content/uploads/2020/03/Conceptualizing-Foreign--Interference-in-Europe.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

BETTS, Richards K. The Delusion of Impartial Intervention. **Foreign Affairs**, Nova York, v.73, n.6, p.20-33. 1994. DOI 10.2307/20046926. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20046926. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRACK, Nathalie. **Opposing Europe in the European parliament**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

CANIATO, Bruno. Lei europeia que mira Musk é referência para regular redes no Brasil. **Veja**, 23 nov. 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/lei-europeia-que-mira-musk-e-referencia-para-regular-redes-no-brasil. Acesso em: 23 abr. 2025.

CASERT, Raf. EU ponders 800 billion euro plan to beef up defenses to counter possible US disengagement. **AP News**, 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/europe-defense-ukraine-united-states-trump-c1f12e685afc3e2ca94c9a15ea-

28d8bb. Acesso em: 22 abr. 2025.

CENTRAL BANK OF IRELAND (Irlanda). **EU restrictive measures relating to actions in Ukraine.** 2024. Disponível em: https://www.centralbank.ie/regulation/how-we-regulate/international-financial-sanctions/EU-restrictive-measures-relating-to-actions-in-Ukraine. Acesso em: 04 jun. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. The Landscape of Hybrid Threats: A Conceptual Model. **JOINT RESEARCH CENTRE**. Public Version. LU: Publications Office, 2021.

_____. A. **European Democracy Action Plan – Roadmap.** Bruxelas, 9 jul. 2020. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=intcom:Ares(2020)3624828. Acesso em: 2 jun. 2025.

COMO garantir a realização de eleições europeias livres e justas?. **Parlamento Europeu**, 2024. Disponível em: <https://elections.europa.eu/pt/free-fair-elections/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

COMO o Parlamento combate a ameaça da ingerência estrangeira à democracia europeia. **Parlamento Europeu**, 2024. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20240404STO20215/ingerencia-estrangeira-como-o-pe-combate-a-ameaca-a-democracia-da-ue. Acesso em: 01 ago. 2025.

COMUNICAÇÃO estratégica e combate à manipulação da informação. **Comissão Europeia**, 2024. Disponível em: <https://commission.europa.eu/topics/countering-information-manipulation_pt>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CONGER, Kate; MAC, Ryan. Elon Musk abre as portas do X à extrema direita. **Revista Piauí**, 13 set. 2024. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/elon-musk-abre-as-portas-do-x-a-extrema-direita/. Acesso em: 23 abr. 2025.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. 10016/22. **Conclusões do Conselho sobre um enquadramento para uma resposta coordenada da UE às campanhas híbridas**. Bruxelas, 2022. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10016-2022-INIT/pt/pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

_____. 10119/24. **Conclusões do Conselho sobre a resiliência democrática: defender os processos eleitorais da ingerência estrangeira**. Bruxelas, 2024. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10119-2024-INIT/pt/pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

COOLICAN, Sarah. The Russian Diaspora in the Baltic States: The Trojan Horse

that never was. **Lse Ideas Strategic Update December 2021**, Londres, s/n, s/n. 2021. Disponível em: https://www.lse.ac.uk/ideas/Assets/Documents/updates/LSE-IDEAS-Russian-Diaspora-Baltic-States.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025.

COUTINHO, Rachel Silva da Rocha; GOMES, Victor Leandro Chaves. Clausewitz e os conflitos irregulares: um panorama sobre as "novas" guerras no século XXI. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 62, p. 171–183, jan./jun. 2016. Disponível em: https://revista.esg.br/index.php/revista/article/view/401. Acesso em: 2 jun. 2025.

CORSTANGE, Daniel; MARINOV, Nikolay. Taking Sides in Other People's Elections: The Polarizing Effect of Foreign Intervention. **American Journal of Political Science**, New Haven, v. 56, n. 3, pp. 655–670. 2012. DOI 10.1111/j.l540-5907.2012.00583.x. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/23316012. Acesso em: 16 jun. 2025.

CRAIG, Paul; DE BÚRCA, Gráinne. **EU Law: Text, Cases, and Materials**. 7. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

CROATIA: A Decade in Review and Its Impact. From EU Accession to Joining the Eurozone and the Schengen Area. **IEMed**, 2024. Disponível em: https://www.iemed.org/publication/croatia-a-decade-in-review-and-its-impact-from-eu-accession-to-joining-the-eurozone-and-the-schengen-area/. Acesso em: 01 ago. 2025.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Haiti e o direito de ingerência. **Folha de São Paulo, São Paulo**, 17 set. 1994. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/17/painel/1.html. Acesso em: 27 fev. 2025.

DCAF. **Private military companies**. [S.l.]: Geneva Centre for Security Sector Governance, [*s.d.*]. (DCAF Backgrounder). Disponível em: https://dcaf.ch. Acesso em: 2 jun. 2025.

DEFESA da democracia - Comissão propõe expor interferência estrangeira encoberta. **Representação da Comissão Europeia na Croácia**, 2023. Disponível em: https://croatia.representation.ec.europa.eu/news/obrana-demokracije-komisija-predlaze-razotkrivanje-prikrivenog-stranog-uplitanja-2023-12-13_hr. Acesso em: 04 jun. 2025.

"É preciso acordar": França pede à Comissão Europeia que impeça interferência de Musk no debate público europeu. **Expresso**, 2025. Disponível em: https://expresso.pt/internacional/uniao-europeia/2025-01-08-e-preciso-acordar-franca-pede-a-comissao-europeia-que-impeca-interferencia-de-musk-no-debate-publico-

-europeu-694582de. Acesso em: 01 ago. 2025.

EDWARDS, Christian. Moldávia apoia adesão à UE em referendo com interferência da Rússia. **CNN Brasil**, 21 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/moldavia-apoia-adesao-a-ue-em-referendo-com-interferencia-da-russia/. Acesso em: 04 jun. 2025.

ESTÔNIA. Republic of Estonia Government. **Estonia's European Union policy priorities 2023-2025**. 36p., 2023.

EU is taking Hungary to court. It says a law targeting foreign influence really targets basic rights. **AP NEWS,** 2024. Disponível em: https://apnews.com/article/eu-hungary-court-foreign-influence-rights-law-0575741ffb5369326f4d1795a2d298fa. Acesso em: 04 jun. 2025.

EUROPEAN UNION (EU). **European Parliament resolution of 25 April 2024 on new allegations of Russian interference in the European Parliament, in the upcoming EU elections and the impact on the European Union (2024/2696(RSP))**. Estrasburgo, 2024, 12p.

EUROPEAN UNION (EU). **The Strategic Compass**. Bruxelas, 2022, 47p.

EU DISINFO LAB. **Disinformation Landscape in Sweden**. 2023, 8p.

EUROPARLEMENT buigt zich over Russische inmenging. **De Tijd**, 2024. Disponível em: https://www.tijd.be/politiek-economie/belgie/algemeen/russische-beinvloeding-van-verkiezingen-zorgt-voor-aardbeving-in-brussel/10543603.html. Acesso em: 01 ago. 2025.

EUROPEAN UNION INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES. **Strengthening resilience in the East - How the EU can empower countries against foreign interference**. 2024. Disponível em: https://www.iss.europa.eu/publications/briefs/strengthening-resilience-east-how-eu-can-empower-countries-against-foreign. Acesso em: 04 jun. 2025.

FACTSHEET: Rapid Alert System. **European Union External Action,** 2019. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/node/59644_en. Acesso em: 22 de junho de 2025.

FERNANDES, Alessandro. O Pacto de Varsóvia na Guerra Fria: origens, evolução e impactos. **Cadernos do Leste**, [S.L.], v. 23, n. 23, p. 1-12, 31 dez. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/48458.

Acesso em: 17 abr. 2025.

FIGUEIREDO, Inês André. Eva Kaili pretende voltar a assumir funções no Parlamento Europeu. **Observador.** 2023. Disponível em: https://observador.pt/2023/05/26/eva-kaili-pretende-voltar-a-assumir-funcoes-no-parlamento-europeu/. Acesso em: 14 maio 2025.

FOREIGN interference in the electoral process in Germany. **European Parliament**, 2025. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-10-2025-000976_EN.html. Acesso em: 02 jun. 2025.

FOREIGN Policy. **La Moncloa**, *s.d.* Disponível em: https://www.lamoncloa.gob.es/lang/en/espana/stpv/spaintoday2015/foreignpolicy/paginas/index.aspx. Acesso em: 04 jun. 2025.

FOREIGN policy and security policy. **Ministry for Foreign Affairs of Finland**, *s.d.* Disponível em: https://um.fi/foreign-policy-and-security-policy. Acesso em: 04 jun. 2025.

FRANCE, Germany, others urge EU Commission to protect elections in Europe from foreign interference. **Reuters**, 29 de janeiro de 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/france-germany-others-urge-eu-commission-protect-elections-europe-foreign-2025-01-30/. Acesso em: 02 jun. 2025.

FRANÇA. MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. . **Foreign digital interference - Publication of the VIGINUM report on information manipulation**. 2025. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french--foreign-policy/digital-diplomacy/news/article/foreign-digital-interference-publication-of-the-viginum-report-on-information. Acesso em: 04 jun. 2025.

FROM Bad to Worse. **Human Rights Watch**, 8 de maio de 2025. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2025/05/08/bad-worse/deterioration-media-freedom-greece. Acesso em: 04 un. 2025.

FRIDMAN, Ofer. **Defining Foreign Influence and Interference.** 2024. https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/en/publications/defining-foreign-influence-and-interference

GELB, Leslie H. Quelling the Teacup Wars: The New World's Constant Challenge. **Foreign Affairs**, Nova York, v.73, n.6, p. 2-6. 1994. DOI 10.2307/20046922. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20046922. Acesso em: 27 fev. 2025.

GENCTURK, Ahmet. **Poland's parliament adopts resolution on foreign interference in country's elections.** 2023. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/europe/polands-parliament-adopts-resolution-on-foreign-interference-in-country-s-elections/2970882#. Acesso em: 04 jun. 2025.

GENINI, Davide. **How the war in Ukraine has transformed the EU's Common Foreign and Security Policy.** 2025. Disponível em: https://academic.oup.com/yel/advance-article/doi/10.1093/yel/yeaf003/8112000. Acesso em: 04 jun. 2025

GOVERNMENT admits Spain, "like other countries", is "vulnerable to foreign interference". **The Diplomat In Spain,** 29 de maio de 2024. Disponível em: https://thediplomatinspain.com/en/2024/05/29/government-admits-spain-like-other-countries-is-vulnerable-to-foreign-interference/. Acesso em: 04 jun. 2025.

GOVERNMENT taking strong action against disinformation and rumour-spreading campaign. **Government Offices of Sweden**, 06 fev. 2023. Disponível em: https://www.government.se/press-releases/2023/02/government-taking-strong-action-against-disinformation-and-rumour-spreading-campaign/. Acesso em: 04 jun. 2025.

GRAAFF, Alima de. Fact check: How Elon Musk meddled in Germany's elections. **Deutsche Welle**, 21 fev. 2025. Disponível em: https://www.dw.com/en/how-elon-musk-meddled-in-germanys-elections/a-71676473. Acesso em: 23 abr. 2025.

GUERREIRO, Alexandre. **A Ingerência Interestatal no Quadro do Direito Internacional Público**. 1. ed. Almedina, 2021.

HARTH, Lukas; KRIENER, Florian; WOLFF, Jonas. The EU Response to Foreign Interference: Legal Issues and Political Risks. **Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht/Heidelberg Journal of International Law [S.l]**, v. 83, n.2: p. 197-208. 2023. https://www.nomos-elibrary.de/de/10.17104/0044-2348-2023-2-197.pdf Acesso em: 23 abr. 2025.

HEDLUND, Stefan. Moldova's European aspirations under threat. **GIS Reports Online**, 18 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.gisreportsonline.com/r/moldova-under-threat/. Acesso em: 04 jun. 2025.

HERMANN, Kristóf. **Hungary Tightens Grip on Public Sphere with Proposed Foreign Agents Law**. 2025. Disponível em: https://europrospects.eu/hungary-tightens-grip-on-public-sphere-with-proposed-foreign-agents-law/. Acesso em: 04 jun. 2025.

HOFFMAN, Frank G. **Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars**. Arlington, VA: Potomac Institute for Policy Studies, December 2007.

INGERÊNCIA estrangeira: pedido de proteção urgente das eleições europeias de 2024. **Parlamento Europeu**, 2024. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20230524IPR91908/ingerencia-estrangeira-pedida-a-protecao-urgente-das-eleicoes-europeias-de-2024>. Acesso em: 22 jun. 2025.

INGERÊNCIA estrangeira: Presidência reforça partilha de informações antes das eleições europeias de junho de 2024. **Conselho da União Europeia**, 2024. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/04/24/foreign-interference-presidency-reinforces-exchange-of-information-ahead-of-the-june-2024-european-elections/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

INTERNATIONAL cooperation. **Government Offices of Sweden**, 09 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.government.se/government-policy/sweden-in-a-digital-world/international-cooperation/. Acesso em: 04 jun. 2025.

ITÁLIA destaca seu papel 'político' na mediação entre UE e EUA. **Terra**, 27 maio 2025. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/italia-destaca-seu-papel-politico-na-mediacao-entre-ue-e-eua,fea4f086dac87fdd0c37e46074dc33f3hzc1vsdg.html. Acesso em: 04 jun. 2025.

JONES, Mared Gwyn. Grupo pró-Rússia reivindica ciberataques no primeiro dia das eleições europeias. **EuroNews**, 06 jun. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2024/06/06/grupo-pro-russia-reivindica-ciberataques-no-primeiro-dia-das-eleicoes-europeias>. Acesso em: 04 jun. 2025.

KARJALAINEN, Tyyne. EU support for Ukraine: The paradox of insufficient assistance. **Fiinish Institute of International Affairs**. 2024. Disponível em: https://fiia.fi/en/publication/eu-support-for-ukraine#site-header . Acesso em: 04 jun. 2025.

KATSIKAS, Dimitris; DEL TEDESCO LINS, Maria Antonieta; RIBEIRO HOFFMANN, Andrea. **Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in Europe and Latin America in the Era of Permacrisis**. 1. ed. Springer, 2025.

KEY Developments, June 1, 2023-May 31, 2024. **Freedom House**, 2024. Disponível em: https://freedomhouse.org/country/estonia/freedom-net/2024. Acesso em: 06 jun. 2025.

KOHUT, Andrew; TOTH, Robert C. Arms and the People. **Foreign Affairs**, Nova York, v.73, n.6, p. 47-61. 1994. DOI 10.2307/20046928. Disponível em: https://

www.jstor.org/stable/20046928. Acesso em: 27 fev. 2025.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: Das revoluções coloridas aos golpes. 1. ed. Expressão Popular,** 2018.

KONDRATOV, Eugene; JOHANSSON-NOGUÉS, Elisabeth. Russia's hybrid interference campaigns in France, Germany and the UK: a challenge against trust in liberal democracies? **Geopolitics**, [S. l.], nov. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14650045.2022.2147290. Acesso em: 21 jun. 2025.

LANDAURO, Inti. Bélgica investiga interferência russa na eleição da União Europeia. **CNN Brasil,** 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/belgica-investiga-interferencia-russa-na-eleicao-da-uniao-europeia/. Acesso em: 22 abr. 2025.

LASSANCE, Antonio. **O Plano Marshall:** uma abordagem atual à formulação, ao desenho e à coordenação de políticas públicas e programas governamentais. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2661)

LEVIN, Dov H. When the Great Power Gets a Vote: The Effects of Great Power Electoral Interventions on Election Results. **International Studies Quarterly,** v. 60, n. 2, pp. 189-202. 2016. https://doi.org/10.1093/isq/sqv016. Disponível em: https://academic.oup.com/isq/article/60/2/189/1750842?login=false#supplementary-data. Acesso em: 16 jun. 2025.

LITHUANIA'S Experience in Combating Hybrid Threats. **Globsec,** 2023. Disponível em: https://www.globsec.org/what-we-do/publications/lithuanias-experience-combating-hybrid-threats; https://nationalinterest.org/feature/lithuania-is-in-russias-crosshairs. Acesso em 01 ago. 2025.

LITUÂNIA. **União Europeia**, *s.d.* Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/lithuania_pt. Acesso em: 04 jun. 2025.

LITUÂNIA expulsa bielorrussos e russos por ameaça à segurança nacional. **Visão**, 2023. Disponível em: https://visao.pt/atualidade/mundo/2023-08-04-lituania-expulsa-bielorrussos-e-russos-por-ameaca-a-seguranca-nacional/. Acesso em: 01 ago. 2025.

LUPITU, Roberto. Francia rechaza firmemente las acusaciones de injerencia en las elecciones presidenciales rumanas, totalmente infundadas: «Una maniobra de distracción». **CALEAEUROPEANA.RO**, 18 de maio de 2025. Disponível em: https://www.caleaeuropeana.ro/franta-respinge-ferm-acuzatiile-complet-nefondate-de-ingerinta-in-alegerile-prezidentiale-din-romania-o-manevra-de-diversiune/.

Acesso em: 04 jun. 2025.

MESSAD, Paul. French RN breaks with German AfD. **Euractiv**, 2024. Disponível em: https://www.euractiv.com/section/politics/news/french-rn-breaks-with-german-afd/. Acesso em: 22 abr. 2025.

MILOJEVIĆ, Momir. The principle of non-interference in the internal affairs of states. **Facta Universitatis. Series: Law and Politics,** Niš, v. 1, n. 4, p. 427–447, 2000. Disponível em: https://casopisi.junis.ni.ac.rs/index.php/FULawPol/issue/view/354. Acesso em: 14 maio 2025.

NA contramão da Europa, Turquia abre fronteiras para imigrantes sírios. **Poder 360**, 2024. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-internacional/na-contramao-da-europa-turquia-abre-fronteiras-para-imigrantes-sirios/. Acesso em: 04 de junho de 2025.

NIINISTÖ, Sauli. **Outsmart malicious actors to deter hybrid attacks: strengthening Europe's civilian and military preparedness and readiness**. Bruxelas: União Europeia, out. 2024. (Safer Together - Strategic Compass Implementation). Disponível em: https://europa.eu. Acesso em: 2 jun. 2025.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO). **NATO - Topics: Nuclear deterrence**. [sd]Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm. Acesso em: 06 maio 2025.

OLTERMANN, Philip Oltermaphilip. Austria's 'Ibiza scandal': what happened and why does it matter? **The Guardian**, Berlin, 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/may/20/austria-ibiza-scandal-sting-operation-what-happened-why-does-it-matter. Acesso em: 22 abr. 2025.

OSCE. **Poland's presidential run-off well run and intensely contested amid increased polarization, including in media and online, international observers say**. 2025. Disponível em: https://www.osce.org/odihr/elections/591860. Acesso em: 04 jun. 2025.

OTAN. **Comunicado de imprensa (97)68: Ato Fundador sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a OTAN e a Federação Russa**. 1997. Disponível em: https://archives.nato.int/uploads/r/null/1/4/144215/PRESS_RELEASE__97_68_ENG.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

OVERSIGHT through insight. **Ministry of Foreign Affairs of Netherlands**, 2024. Disponível em: https://english.iob-evaluatie.nl/results/dutch-influence-on-policy-

-in-the-eu. Acesso em: 04 jun. 2025.

PAPP, János Tamás. **Moving forward: charting the much-needed evolution of the Digital Services Act.** Budapest: Pázmány Péter Catholic University, 2025. Disponível em: https://publikacio.ppke.hu/id/eprint/2066/1/Papp_Moving_Forward.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

PARLAMENTO EUROPEU. **Ingerência estrangeira: como o PE combate a ameaça à democracia da UE**. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20240404STO20215. Acesso em: 2 jun. 2025.

_____. **REGULAMENTO (UE) 2015/2120 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 25 de novembro de 2015**. Estrasburgo, 2015, 18p.

_____. **Resolução do Parlamento Europeu, de 2 de abril de 2025, sobre a execução da política externa e de segurança comum – relatório anual de 2024**. Estrasburgo, 2025, 49p.

_____. **Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 10 de abril de 2024, sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção das pessoas que participam em atividades de investigação científica e que divulgam informações sobre infrações ao direito da União.** Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-10-2024-0065_PT.html. Acesso em: 2 jun. 2025.

_____. **Decisão do Parlamento Europeu, de 18 de dezembro de 2024, sobre a constituição, as competências, a composição numérica e a duração do mandato da Comissão Especial sobre o Escudo Europeu da Democracia (2024/2999(RSO))**. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-10-2024-0065_PT.html. Acesso em: 1 ago. 2025.

_____. **Como o Parlamento combate a ameaça da Ingerência estrangeira à democracia europeia**. 2025. Disponível em: <file:///C:/Users/ALUNO/Downloads/20240404STO20215_pt%20(1).pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. UNIÃO EUROPEIA – UE FORMAÇÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONAL, CRISE ATUAL, DISSENSO E BREXIT. **Rfd- Revista da Faculdade de Direito da Uerj**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 25-51, 26 dez. 2021. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. DOI: http://dx.doi.org/10.12957/rfd.2021.64583. Acesso em 17 abr. de 2025.

PERTO das eleições, Parlamento Europeu sofre violação de dados. **CISO Advisor**. 13 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cisoadvisor.com.br/perto-das-eleicoes-parlamento-europeu-sofre-violacao-de-dados/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

PORTUGAL. EUROCID. **Presidência polaca da UE**. 2025. Disponível em: https://eurocid.mne.gov.pt/presidencia-polaca-da-ue. Acesso em: 04 jun. 2025.

RESULTADOS das eleições europeias de 2024. **Parlamento Europeu**, 23 jul. 2024. Disponível em: https://results.elections.europa.eu/pt/. Acesso em: 25 abr. 2025.

ROBERT LANSING INSTITUTE. **Hungary's Balancing Act: Strategic Risks of Budapest's Covert Ties with Russia**. 2025. Disponível em: https://lansinginstitute.org/2025/05/02/hungarys-balancing-act-strategic-risks-of-budapests-covert-ties-with-russia/. Acesso em: 04 jun. 2025.

RÚSSIA considera "França como seu principal adversário na Europa", segundo o Estado-Maior francês. **UOL,** 2025. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2025/07/11/russia-considera-franca-como-seu-principal-adversario-na-europa-segundo-o-estado-maior-frances.htm. Acesso em: 01 ago. 2025.

THE Nord Stream Incident: Open Briefing. **SECURITY COUNCIL REPORT,** 2024. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2024/10/the-nord-stream-incident-open-briefing.php. Acesso em: 23 abr. 2025.

THE Qatargate Files. **Politico**, *s.d.* Disponível em: https://www.politico.eu/european-parliament-qatargate-corruption-scandal-updates/. Acesso em: 22 abr. 2025.

SANDOZ, Yves. Droit ou devoir d'ingérence, droit à l'assistance: De quoi parle-t-on? **Revue Internationale de la Croix-Rouge,** [s.l.], Vol. 74, ed. 795, p. 225-237. 1992. DOI 10.1017/S0035336100104812. Disponível em: https://international-review.icrc.org/sites/default/files/S0035336100104812a.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

SANTOS, Inês Moreira. **"Viginum", a arma cibernética do Governo francês contra a interferência externa nas eleições.** 2022. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/viginum-a-arma-cibernetica-do-governo-frances-contra-a-interferencia-externa-nas-eleicoes_n1381588. Acesso em: 04 jun. 2025.

SANZ-CABALLERO, Susana. **The concepts and laws applicable to hybrid threats, with a special focus on Europe.** Humanities and Social Sciences Communications, [s.l.], v. 10, n. 360, 2023. DOI: https://doi.org/10.1057/s41599-023-01864-y. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41599-023-01864-y. Acesso em: 2

jun. 2025.

SAYURI, Juliana. O que é 'guerra híbrida'. E por que o conflito atual é uma. **Nexo Jornal,** 28 de Fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/02/28/o-que-e-guerra-hibrida-e-por-que-o-conflito-atual-e-uma. Acesso em: 27 fev. 2025.

SCHULTHEIS, Emily. The rise and fall of Heinz-Christian Strache, Austria's far--right firebrand. **POLITICO,** 2021. Disponível em: https://www.politico.eu/article/heinz-christian-strache-austria-far-right-rise-and-fall/. Acesso em: 22 abr. 2025.

SEITENFUS, R. Ingerência ou solidariedade? Dilemas da ordem internacional contemporânea. **São Paulo em Perspectiva,** v. 16, n. 2, p. 12–26, jun. 2002. DOI 10.1590/S0102-88392002000200003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000200003. Acesso em: 27 fev. 2025.

SHELTON, Jon. Germany: Nearly 90% of voters fear manipulation. **Deutsche Welle,** 06 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.dw.com/en/germany--nearly-90-of-voters-fear-foreign-manipulation/a-71528481. Acesso em: 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

SHUSTER, Simon. Exclusive: Alice Weidel on Her Far-Right AfD Party's Rise, Elon Musk's Support, and the German Election. **Time,** Berlin, 2025. Disponível em: https://time.com/7260499/alice-weidel-far-right-afd-germany-musk-vance--trump/. Acesso em: 14 maio 2025.

SILVA SAMPAIO, Jorge. Do Direito Internacional do Ambiente à Responsabilidade Ambiental e seus Meios de Efectivação no Âmbito do Direito Internacional. O Direito, Coimbra, 146 n.2 (2014), p.405-467. 2014. ISSN 0873-4372. Disponível em https://icjp.pt/publicacoes/pub/3/33561/view. Acesso em: 10 jun. 2025.

SMITH, Tony In defense of intervention. **Foreign Affairs,** Nova York, v.73, n.6, p. 34-46. 1994. DOI 10.2307/20046927. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20046927. Acesso em 27 fev. 2025.

SOLMAZ, Tarik. 'Hybrid warfare': one term, many meanings. **Small Wars Journal,** [S.l.], 25 fev. 2022. Disponível em: https://smallwarsjournal.com/2022/02/25/hybrid-warfare-one-term-many-meanings. Acesso em: 2 jun. 2025.

SOULA, Etienne. **The Many Faces of Foreign Interference in European Elections.** Disponível em: https://www.gmfus.org/news/many-faces-foreign-interference--european-elections. Acesso em: 04 jun. 2025.

STATEMENT of Foreign Policy. **Government Offices of Sweden, 12 de fevereiro de 2025.** Disponível em: https://www.government.se/speeches/2025/02/statement-of-foreign-policy-2025/. Acesso em: 04 jun. 2025.

TEIXEIRA FERNANDES, José Pedro. A Grécia e a União Europeia: uma relação tumultuosa desde a adesão. **RealPolitikMag,** 18 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://realpolitikmag.org/index.php/2015/06/06/a-grecia-e-a-uniao-europeia-uma-relacao-tumultuosa-desde-a-adesao/. Acesso em: 04 jun. 2025.

TIDEY, Alice; DA SILVA, Isabel Marques. Diretiva da UE sobre ingerência estrangeira preocupa defensores dos direitos humanos. **Euro News,** 03 de Maio de 2023. Disponível em: https://pt.euronews.com/my-europe/2023/05/03/diretiva-da-ue-sobre-ingerencia-estrangeira-preocupa-defensores-dos-direitos-humanos. Acesso em: 27 fev. 2025.

TRATADO da União Europeia (versão consolidada). **União Europeia.** JOUE C 202, 7 jun. 2016. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF. Acesso em: 6 maio 2025.

TRATADO que institui a Comunidade Europeia. Tratado de Fusão. **União Europeia.** Assinado em Bruxelas, em 8 de abril de 1965. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=legissum:4301863. Acesso em: 14 maio 2025.

TRAILL, Kim; SCHOCHER, Stefan. One year on, Austria's 'Ibiza affair' still sticks. **Deutsche Welle,** Vienna, 2020. Disponível em: https://www.dw.com/en/the-dark-side-of-politics-austrias-ibiza-affair-still-sticks/a-53451354. Acesso em: 22 abr. 2025.

TVP WORLD. **Poland to probe alleged foreign interference in 2023 parliamentary elections.** 2024. Disponível em: https://tvpworld.com/84054935/poland-to-probe-alleged-foreign-interference-in-general-elections. Acesso em: 04 jun. 2025.

UE deve preparar-se melhor para combater ingerência estrangeira e desinformação. **Parlamento Europeu,** 2022. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20220304IPR24790/ue-deve-preparar-se-melhor-para-combater-ingerencia-estrangeira-e-desinformacao>. Acesso em: 04 jun. 2025.

UITZ, Renáta. A Threat to the Core: why the new hungarian transparency bill is an attack on the foundations of the european union. Why the New Hungarian Transparency Bill is an Attack on the Foundations of the European Union.

**Verfassungsblog,** 2025. Disponível em: https://verfassungsblog.de/hungary--transparency-law-foreign-funding/. Acesso em: 04 jun. 2025.

UNIÃO Europeia contra Big Techs: o novo regime regulatório digital. **IPEA,** 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/en/topics/417-uniao-europeia-contra-big-techs. Acesso em: 2 jun. 2025.

União Europeia. **REGULAMENTO (UE) 2022/2065 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO.** Estrasburgo, 2022, 102p.

UUSITALO, Niina; VALASKIVI, Katja; SUMIALA, Johanna. Epistemic modes in news production: how journalists manage ways of knowing in hybrid media events involving terrorist violence. **Journalism,** [S.l.], v. 23, n. 3, p. 1–22, 2022. DOI: https://doi.org/10.1177/14648849211015601. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/14648849211015601. Acesso em: 2 jun. 2025.

VASQUES, Eleonora. Kaili removed as EU Parliament VP following corruption scandal. **Euractiv,** 2022. Disponível em: https://www.euractiv.com/section/politics/news/kaili-removed-as-eu-parliament-vp-following-corruption-scandal/. Acesso em: 14 maio 2025.

VILMER, Jean-Baptiste Jeangène. Successfully countering Russian electoral interference: 15 lessons learned from the Macron leaks. **Center for Strategic and International Studies,** jul. 2018. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/successfully-countering-russian-electoral-interference. Acesso em: 21 jun. 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes, et al. **Revoluções e Regimes Marxistas - Rupturas, Experiências e Impacto Internacional.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VON DER LEYEN, Ursula. **Europe's Choice: Political Guidelines for the Next European Commission 2024-2029.** Strasbourg, 18 jul. 2024. Disponível em: https://commission.europa.eu/document/download/e6cd4328-673c-4e7a-8683-f63ffb2cf648_en?filename=Political%20Guidelines%202024-2029_EN.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

WHAT is the Federal Government doing to protect the 2025 Bundestag elections from illegitimate foreign influence? **Federal Ministry of the Interior,** 2025. Disponível em: https://www.bmi.bund.de/SharedDocs/faqs/EN/topics/disinformation/bt_wahl_2025/6_protection_from_influence.html. Acesso em: 02 jun. 2025.

Conselho Europeu (CE)

# Riscos e oportunidades da expansão da União Europeia

*Augusto Both*[9]
*Augusto Camatti*[10]
*Kauane Santos de Oliveira*[11]

## RESUMO

O presente guia busca oferecer um contexto geral sobre os possíveis efeitos em caso de uma ampliação da União Europeia. Para isso, a análise do atual panorama foi dividida em quatro momentos principais. Na primeira seção o presente guia busca oferecer um contexto histórico sobre a criação da União Europeia, seu objetivo, os mecanismos institucionais que possui e os processos de ampliação anteriores. Posteriormente, serão avaliados os efeitos e desafios da ampliação em três esferas diferentes: político-institucional, econômica e securitária — partindo do pressuposto de que os atritos com a Rússia representam um dos principais riscos no processo de ampliação. Em seguida serão apresentadas as ações implementadas ou em andamento para o avanço dos processos de ampliação da União Europeia. Na última seção serão apresentados as posições de cada delegação quanto ao movimento de ampliação do bloco. Dessa forma, o guia demonstra os riscos e oportunidades que a ampliação pode acarretar no continente europeu.

9 Augusto Both é aluno do segundo ano do curso de Jornalismo na Federal do Rio Grande do Sul e Diretor-Assistente do Conselho Europeu (CE).
10 Augusto Camatti é aluno do quarto ano do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor do Conselho Europeu (CE).
11 Kauane Santos de Oliveira é aluna do terceiro ano do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente do Conselho Europeu (CE).

## 1 INTRODUÇÃO

O século XX foi um período marcado por inúmeras transformações geopolíticas que reconfiguraram de maneira profunda as relações entre os Estados-nação, em especial no território europeu, profundamente afetado pelas guerras. Na segunda metade da década de 1940, os governos europeus viviam um momento de inevitáveis tensões e especulações em decorrência das duas Guerras Mundiais e uma iminente rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética. Nesse contexto, com o objetivo de evitar um novo conflito armado, que seria ainda mais catastrófico, seis países viram no processo de união econômica uma forma de aliviar esse tensionamento (Lessa; Szucko, 2024). a partir da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, Itália, França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo deram os primeiros passos em direção ao que se tornaria o principal bloco econômico regional da história moderna.

Com o objetivo de ampliar a integração regional, derrubar barreiras, estabelecer tratados e reduzir desavenças, diversos momentos marcaram etapas cruciais dentro da União Europeia, destacando-se: O Tratado de Maastricht (1992), a criação da Zona do Euro (1999) e o Tratado de Lisboa (2008). As sete expansões também representaram momentos de grandes mudanças e adequações, tanto no âmbito jurídico, quanto no ideológico. Hoje, a União Europeia é composta por 27 países membros, sendo sua mais recente mudança em 2020, com a saída do Reino Unido. Dos atuais 27 membros, 20 adotam o euro como moeda nacional, e outros seis são obrigados a adotá-lo no futuro, após cumprirem os critérios necessários — sendo a Dinamarca o único país com uma derrogação permanente negociada.

Assim, o processo de ampliação da União Europeia constitui um desafio multifacetado com negociações extremamente complexas. A necessidade de cumprir os critérios de Copenhagen e a manutenção dos valores fundamentais da União Europeia ajudam a preservar a identidade do bloco. Para isso, os Estados candidatos devem cultivar instituições democráticas resilientes e firmes, o Estado de Direito e a manutenção e aplicação dos direitos humanos internamente, sendo o respeito efetivo aos direitos humanos e às minorias frequentemente o critério mais delicado e do qual resultam grande parte das tensões para muitos candidatos. Sem a garantia dessas condições a integração de fato é limitada, mantendo-se apenas o estatuto de candidatura prolongada com os países candidatos.

Além disso, os critérios econômicos impõem uma outra gama de riscos e oportunidades na ampliação do bloco. Fatores como os impactos sobre a competitividade das economias dos países candidatos em relação ao bloco devem ser considerados para que a livre mobilidade de mercadorias e capital não resulte em um desastre econômico. Outro desafio relacionado à ampliação do bloco pode ser a questão monetária, já que a adoção do euro como moeda única pode gerar conflitos entre a autonomia fiscal dos países ingressantes e a zona do euro.

As últimas décadas marcaram um tensionamento das relações entre a Rússia e os países ocidentais, no qual a Europa e o Cáucaso têm se tornado a principal zona de disputa. Assim, a ampliação da União Europeia deve considerar o risco de ser compreendida como uma ameaça à Rússia, principalmente levando em conta que grande parte dos países candidatos se encontra no espaço que Moscou considera como seu "entorno estratégico".

Dessa forma, os riscos e as oportunidades que a ampliação do bloco pode representar devem ser ponderados. Também é necessário considerar as particularidades de cada candidato à União Europeia sem esquecer o cenário geopolítico em

que estão inseridos. Para isso, serão abordados os projetos que avançaram e avançam o movimento de integração de novos países ao bloco e os fatores que contribuíram para seus avanços e os obstáculos enfrentados.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo busca apresentar o histórico de parcerias e tratados entre os países europeus a partir da Segunda Guerra Mundial, evento considerado o estopim para a aproximação entre os Estados europeus que, algumas décadas mais tarde, originaria a União Europeia. Desta maneira, analisa-se de que forma a consonância econômica entre seis países (Alemanha Ocidental, Itália, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda), inicialmente entre as indústrias do carvão, do aço e da energia atômica, resultou no atual maior bloco político e econômico do mundo — tanto em número de membros (27), quanto em PIB (US$19,42 bilhões em 2024, de acordo com o Banco Mundial). Ademais, a seção tratará de todas as quatro grandes ondas de expansão do bloco (em 1995, 2004, 2007 e 2013) após a formalização da União Europeia, bem como da única saída do bloco, oficializada pelo Reino Unido em 2020, que ficou conhecida como Brexit.

### 2.1 ANTECEDENTES DA UNIÃO EUROPEIA

Para melhor compreensão sobre o processo de expansão da União Europeia, é necessário analisar os critérios utilizados para a adesão ou rejeição de países e de que maneira isso afetou — e continua afetando — a geopolítica internacional, principalmente das nações participantes. Para isso, é preciso retomar para o século XX e considerar o contexto que incentivou o início e o desenvolvimento do bloco político e econômico.

A ideia de uma integração regional e organização supranacional na Europa já estava no imaginário europeu. Ela estava sendo pensada e debatida há mais de quatro séculos por reis, príncipes, políticos, sociólogos, filósofos e demais intelectuais do Velho Continente. Porém, foi no cenário de uma Europa recém saída da Segunda Guerra Mundial e em primeiros contatos com a rivalidade geopolítica global entre os Estados Unidos e a União Soviética, período conhecido como como Guerra Fria, que as ideias começaram a tomar forma (Lessa; Szucko, 2024).

Aliviada pelo fim da angústia e sofrimento de viver em situação de guerra, a população mundial encontrou um cenário distópico logo após a rendição nazista: 60 a 70 milhões de mortos — sendo os civis três quartos deles —, dezenas de milhões de refugiados, continentes arruinados, e um prejuízo de mais de 1,5 trilhão de dólares (Ferraz, 2022). Assoladas pelas consequências do conflito e temendo uma nova guerra - potencialmente nuclear -, as nações europeias buscaram na integração das indústrias de base do armamentismo (carvão, aço e energia nuclear) um mecanismo concreto para garantir a paz. Nesse sentido:

> Primeiro, no final da Segunda Guerra Mundial, os Estados europeus estavam ansiosos por encontrar uma maneira de evitar o surgimento de novos conflitos. Diferentes tentativas de integração europeia tentaram abordar essa preocupação. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), primeira etapa de integração da UE, buscou privar seus seis Estados-Membros fundadores (República Federal da Alemanha - também conhecida como Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) dos meios para entrar em guerra fundindo seus mercados de carvão e aço. Posteriormente, o Tratado

> Euratom fez o mesmo com a energia nuclear civil. Nos dois casos, a ideia era integrar os recursos necessários para a fabricação de armas em uma estrutura que impedia seu uso para fins militares e promovia a cooperação entre as elites e a coexistência pacífica das nações europeias. O objetivo era criar solidariedades tangíveis entre os europeus além do mero diálogo diplomático e das trocas econômicas (Costa, 2020, p. 32).

Esta união — cujo caráter permaneceria essencialmente econômico até o Tratado de Maastricht, assinado em 1991 e em vigência desde 1993 — somou-se posteriormente a Comunidade Econômica Européia (CEE), tratado que visava uma integração econômica e o estabelecimento de uma união aduaneira, e que abriu caminho para um mercado comum[12]. A CEE entrou em exercício paralelamente à Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), em 1958, a partir do tratado de Roma, e ambas marcaram o início do que mais tarde viria a ser chamado de "Europa dos Seis" (Junior, 2011).

Em 1965, com o Tratado de Fusão dos Executivos, todas essas Comunidades (CECA, CEE e Euratom) passaram a integrar os mesmos conselhos legislativos e comissões executivas, formando assim as Comunidades Europeias (CE). Esta organização, por sua vez, viria a ganhar sua primeira expansão depois do Tratado de Bruxelas, em 1973, com o acréscimo de Dinamarca, Reino Unido e Irlanda, tornando-se a "Europa dos Nove". Mais adiante, em 1980, já eram conhecidos como a "Europa dos Dez", com o ingresso da Grécia; e o terceiro alargamento veio com Espanha e Portugal, em 1985, garantindo finalmente a "Europa dos Doze", o último formato antes da oficialização da União Europeia (Junior, 2011).

Em resposta à instabilidade do dólar e buscando estabilidade cambial, foi criado o Sistema Monetário Europeu (SME) em 1979. Este mecanismo, baseado em bandas de flutuação cambial, foi crucial para preparar o terreno para a futura União Econômica e Monetária e o euro (Barral, 1997; Euro, *s.d.*). Logo depois, a queda do Muro de Berlim (1989), símbolo do colapso da hegemonia soviética no Leste Europeu e do fim da Guerra Fria, redefiniu radicalmente o contexto para a expansão da UE e para o futuro de sua união econômica, como destaca Soares (2011, p. 88):

> A queda do Muro de Berlim representou um ponto de viragem no processo de construção europeia. Os Estados-membros perceberam que não poderiam ficar confinados a uma integração puramente econômica do tipo das Comunidades Europeias, face aos desafios que se colocavam à Europa, como a unificação alemã e as alterações geopolíticas na Europa central e do leste. Assim, decidiram o estabelecimento de uma União Europeia, a qual foi acordada na cimeira de Maastricht, em 1991.

Assim, mais que uma oportunidade, enxergou-se a necessidade de uma aproximação política entre os membros da União Europeia, principalmente tendo em vista as futuras expansões à leste a que a União Europeia se submeteria dentro de alguns anos. Desta forma, no final da década de 1980 e início de 1990, os países das Comunidades Europeias prepararam terreno para o que viria a se tornar a *União Europeia*, a partir do Tratado de Maastricht, em 1992.

12 Bloco econômico em que há livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais entre os membros. É o segundo mais elevado grau de integração econômica, afora o caso único da Comunidade Europeia – que, além de ser um mercado comum, conta ainda com moeda única e parâmetros fiscais comuns (Brasil, *s.d.*)

## 2.2 CRIAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Em um cenário de profundas transformações e desafios globais — como a globalização e as inovações tecnológicas decorrentes da terceira revolução industrial — e regionais, como a desintegração da União Soviética, o ressurgimento de ideologias nacionalistas e intensos fluxos migratórios, a Comunidade Europeia buscou ampliar sua cooperação internacional, acrescentando uma dimensão política ao bloco (Moura, 2001). Nesse contexto,

> Em 1990, sob pressão dos acontecimentos na Europa Oriental, o Conselho Europeu convocou duas conferências intergovernamentais para preparar tratados para uma união económica e monetária e para uma união política. O objetivo era 'completar' a integração econômica e acompanhá-la com uma integração política (Costa, 2020, p. 43).

Desta forma, após ter sido promulgado o Ato Único Europeu em 1987, que atribuiu novas competências às Comunidades Europeias e viabilizou as medidas necessárias para o mercado interno e as políticas comuns, em 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia (TUE) (Junior, 2011). Apesar de só ter entrado em vigor de fato no ano seguinte, a ocasião foi um marco divisor de águas na história europeia, afinal, a partir de então, foi formalmente instituída a União Europeia (UE).

Em sua versão original, o Tratado mantém em funcionamento os outros três Tratados comunitários (CECA, CEE e Euratom) e organiza-os conforme seus três novos pilares: a Comunidade Europeia (CE, sucessora da CEE), a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e a Justiça de Assuntos Internos (JAI) (Moura, 2001). De acordo com Lessa e Szucko (2024, p. 38), o primeiro pilar manteve viés supranacional, enquanto o segundo e o terceiro, por sua vez possuíam caráter intergovernamental.

Com o Tratado, foi lançada a União Económica e Monetária (UEM), que levaria a criação da moeda única, o Euro, assim como definiu-se o conceito de cidadania europeia e ampliou-se o poder do Parlamento Europeu (Costa, 2021). Em paralelo, o Tratado também discorria sobre os objetivos gerais da União, por meio do estabelecimento da Política Externa e de Segurança Comum, propondo uma cooperação entre os países em qualquer assunto relativo à ação externa e à política de segurança que fosse de interesse comum (Lessa; Szucko, 2024).

Em 1996 e 2001 ainda houveram duas grandes reformas em relação ao TUE, com o Tratado de Amsterdã e o Tratado de Nice, respectivamente. O Tratado de Amsterdã destacou-se pela ênfase nas reformas institucionais necessárias para a mais aguardada expansão do bloco: a que abraçaria boa parte dos ex-países soviéticos. Ademais, incorpora o Acordo de Schengen à União Europeia — livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais —, que era independente ao bloco, e modifica os moldes de política comunitária com a criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Lessa; Szucko, 2024).

O Tratado de Nice, por sua vez, concentrou-se em ajustes na UEM, introduzindo modificações que visavam "facilitar a tomada de decisão quanto à introdução do Euro (art. 123 nº 4) e quanto à representação da Comunidade a nível internacional nesta área (art. 111 nº 4) (Moura, 2001, p. 64). Segundo Junior (2011), tais mudanças visavam adaptar o sistema institucional comunitário a uma nova expansão da União Europeia, a partir da adesão de mais dez Estados em 2004, mesmo que seu alcance em relação a esse objetivo tenha se mostrado limitado (Lessa; Szucko, 2024).

Entretanto, nenhum dos tratados supracitados foi tão influente quanto o Tratado de Lisboa, também conhecido como Tratado Reformador da UE, acordado em 2007, que formalizou uma enorme reformulação estrutural e institucional na organização. O tratado buscou incorporar, dispondo de um caráter menos federalista (ou seja, com maior respeito às soberanias nacionais), grande parte das medidas previstas na Constituição Europeia — uma tentativa fracassada feita pela União Europeia alguns anos antes de privilegiar direitos comunitários acima de direitos nacionais, mas que não teve apoio popular (Albuquerque; Brasil, 2020).

Em termos jurídico-políticos, o Tratado de Lisboa também estabeleceu a extinção da Comunidade Europeia, marco que consolidou a UE como única entidade jurídica dotada de personalidade internacional. Ele também foi importante no sentido de ampliar o poder conferido ao Parlamento Europeu, que, dentre outras coisas, também se tornou responsável pela aprovação do orçamento da UE (Albuquerque; Brasil, 2020).

> No que tange ao compromisso com os valores democráticos, o Tratado também reiterou estes princípios na integração europeia, e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, que até então possuía apenas o status de declaração, foi incorporada ao Tratado de Lisboa, tornando-se juridicamente vinculante. [...] Ademais, o fortalecimento prático da democracia, no âmbito comunitário, ocorreu pela introdução da iniciativa de cidadania, pela qual os cidadãos europeus podem apresentar propostas legislativas à Comissão. Além disso, os legislativos nacionais passaram a ter maior participação no processo decisório da UE. (Lessa; Szucko, 2024, p.51).

Outro fator importante do Tratado de Lisboa foi incluir, pela primeira vez em um texto sobre a integração europeia, um procedimento que estabeleceu o processo de saída voluntária de um Estado-membro do bloco, em seu 50º artigo (Lessa; Szucko, 2024, p.51). Na década subsequente, tal seção serviria de base para o primeiro e único egresso registrado na União Europeia até o presente momento: o do Reino Unido, em 2020, que ficou conhecido como Brexit.

## 2.3 EXPANSÃO DO BLOCO

O alargamento da União Europeia caracteriza-se como um dos principais elementos de sua primazia enquanto ator político e econômico no cenário internacional. Tal processo reflete uma ampla estratégia de difusão de valores, de consolidação da estabilidade regional e de afirmação da capacidade de atração do projeto europeu. Com a adesão dos Critérios de Copanhague em 1993, a UE estabeleceu princípios normativos que vinculam a adesão não apenas a requisitos técnicos, mas também ao alinhamento com princípios democráticos e de economia de mercado, o que reforça a dimensão política da integração. A partir desse quadro, a análise dos processos de adesão permite compreender de que modo tais critérios foram operacionalizados e em que medida serviram como instrumento de condicionalidade para a consolidação do modelo europeu.

### 2.3.1 PRIMEIRA ONDA (1995)

O primeiro passo em direção à ampliação da União Europeia após a sua formalização em 1992 foi dado no ano seguinte, com a criação dos Critérios de Copenhague. Com o intuito de disseminar seus valores institucionais aos países do cen-

tro e do leste europeu (Martins, 2004), sem perder seu patrimônio social, econômico e político, o Conselho Europeu estabeleceu critérios para a adesão, que incluem:

> 1) a estabilidade de instituições que asseguram democracia, Estado de Direito, respeito aos direitos humanos e proteção de minorias; 2) a presença de uma economia de mercado operante; 3) a capacidade de assumir as obrigações de adesão, incluindo a aderência ao acervo comunitário da União Europeia (Lessa; Szucko, 2024, p. 39).

Nesse contexto, o primeiro alargamento do bloco após a oficialização da União Europeia ocorreu no dia 1º de janeiro de 1995, como desdobramento do Tratado de Maastricht. Com essa ampliação, a UE passou a abranger a grande maioria do território da Europa Ocidental, incorporando três novos Estados-membros: Áustria, Finlândia e Suécia, formando a "Europa dos Quinze". A Dinamarca, já membro desde 1973, rejeitara o Tratado de Maastricht em referendo (1992), mas aprovou-o posteriormente com cláusulas de exceção (Lessa; Szucko, 2024).

### 2.3.2 SEGUNDA E TERCEIRA ONDA (2004 E 2007)

A segunda ampliação ocorreu no dia 1º de maio de 2004, e foi a maior ampliação única em número de países da história do bloco, com a admissão simultânea de 10 países. Destes, oito eram países do antigo bloco socialista: três ex-repúblicas soviéticas, Estônia, Letônia, Lituânia, e cinco ex-membros do Pacto de Varsóvia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Eslovênia (Costa, 2020).

De acordo com Martins (2004), a expansão em questão difere de todas as outras por uma série de fatores. Em primeiro lugar, pelo intervalo de quase uma década em relação à última; em segundo, por ser a primeira em direção ao território leste do continente; depois, pelo número extremamente elevado de novos membros e, finalmente, por ter sido a adesão coletiva que mais trouxe dificuldades financeiras e administrativas para a União, pois

> [...] o orçamento geral da União Européia gastou desde 1990 e gastará ainda até 2006 um total de 32,1 bilhões de euros com seus dez novos membros. A diferença em valores de PIB/per capita/ano, contudo, entre a média da Europa dos Quinze (€ 24.450) e a dos novos membros (€ 13.240) aponta para um horizonte de concentração de investimentos e esforços que se projeta até 2025. Ou seja: no médio prazo, a presença dos novos membros não reforça a capacidade européia no plano mundial, mas indica uma nítida necessidade de destinação de recursos líquidos a esse novo espaço comunitário (Martins, 2004, p. 11).

No dia 1º de janeiro de 2007, ocorreu a terceira ampliação: Bulgária e Romênia se juntam ao Bloco. Os países já eram candidatos à entrada no alargamento de 2004, porém seu ritmo de reformas e adaptações quanto aos critérios burocráticos e institucionais atrasou tal admissão (Lessa; Szucko, 2024). Finalmente, em janeiro de 2025, ambos os países se tornaram membros plenos do Espaço Schengen, e, em junho do mesmo ano, os ministros das Finanças da Zona do Euro aprovaram uma recomendação para que a Bulgária adote o euro a partir de 1º de janeiro de 2026, o que a tornaria o 21º membro da Zona do Euro. A Romênia ainda não atingiu as condições necessárias para a adesão.

### 2.3.3 QUARTA ONDA (2013)

Em 2013, ocorreu a última grande expansão da União Europeia até o presente momento, e a Croácia tornou-se o 28º membro, reduzido para 27 após o Brexit (2020). As negociações já haviam começado há quase uma década, em dezembro de 2004, e os croatas se tornaram candidatos oficiais no ano seguinte, juntamente com a Turquia, candidata desde 1999. As negociações de adesão, contudo, estiveram estagnadas desde 2016 devido a divergências políticas (Costa, 2020). Antes da paralisação do processo, a adesão foi submetida a referendo popular em 2012, tendo obtido 66% de aprovação (Lessa; Szucko, 2024). Outrossim, é válido citar que a introdução da Croácia foi inscrita no quadro do Processo de Estabilização e de Associação dos Bálcãs Ocidentais, criado em 1999, e desta maneira abriu caminho para futuros alargamentos aos demais países da região (Lessa; Szucko, 2024). Nesse sentido,

> Os Balcãs Ocidentais representam um desafio especial para a UE. [...] A região [...] contém países mais pequenos que se encontram em diferentes fases do seu processo de aproximação da UE. O ritmo a que se processarão os futuros alargamentos será ditado pelos resultados alcançados por cada país em termos de respeito pelas normas rigorosas estabelecidas, a fim de assegurar uma absorção suave dos novos membros. (Comissão das Comunidades Europeias, 2005, p. 2-3).

De acordo com o site oficial do Conselho Europeu e do Conselho da União Europeia, cinco países balcânicos — Albânia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia —, além de Geórgia, Moldávia, Turquia, Ucrânia e Kosovo aguardam reconhecimento como candidatos formais (Alargamento, 2025). As quatro expansões revelam um padrão: à medida que a UE incorporava países com menor desenvolvimento socioeconômico, os critérios de adesão tornavam-se mais rígidos e os mecanismos de monitoramento pós-adesão, mais complexos (ex: Mecanismo de Cooperação e Verificação para Romênia/Bulgária).

## 2.4 ZONA DO EURO

A Zona do Euro, ou Área do Euro, refere-se ao conjunto de Estados-membros da UE que adotaram o euro como moeda única, transferindo sua soberania monetária ao Banco Central Europeu (BCE). Esta formação surgiu com a implementação da terceira fase da UEM em 1999, estabelecida pelo Tratado de Maastricht (1992). Apesar de atualmente o Euro ser a segunda moeda mais comercializada do mundo, o caminho para que este modelo econômico pudesse ser concebido foi extenso:

> Na Europa, observa-se o início de um processo que resultou na formação da União Monetária Europeia (UME) quando líderes europeus reunidos em Haia (1969) colocaram em pauta o interesse de eliminar os movimentos intra-europeus de taxas de câmbio. Em 1979, foi introduzido o Sistema Monetário Europeu (SME), uma rede formal de taxas de câmbio mutuamente atreladas que flutuavam dentro de margens específicas. Em 1991, foi assinado o Tratado de Maastricht, que deu origem à moeda única europeia e estabeleceu o Sistema Europeu de Bancos Centrais para controlar a política monetária da Zona do Euro. (Ribarczyk, 2015, p. 10).

Não obstante o Tratado de Maastricht houve um longo período de transição até que o bloco pudesse aderir ao mercado comum. De acordo com Souza e Pre-

videlli (2014, p. 222), a transição para o euro ocorreu em três fases: 1ª Fase (1990-1993): Liberalização de capitais e convergência macroeconômica; 2ª Fase (1994-1998): Criação do Instituto Monetário Europeu (precursor do BCE) e definição dos critérios de convergência; 3ª Fase (1999-2002): Fixação irrevogável das taxas de câmbio (1999), introdução do euro escritural (1999) e físico (2002).

**Figura 1: Cronologia de adoção do Euro pelos países da União Europeia**

| Ano | Países Adotantes | Total |
|---|---|---|
| 1999 | Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal | 11 |
| 2001 | Grécia | 12 |
| 2007 | Eslovênia | 13 |
| 2008 | Chipre, Malta | 15 |
| 2009 | Eslováquia | 16 |
| 2011 | Estônia | 17 |
| 2014 | Letônia | 18 |
| 2015 | Lituânia | 19 |
| 2023 | Croácia | 20 |

Fonte: Banco Central Europeu (2025), adaptado pelos autores.

Estabelecidos pelo Tratado de Maastricht, os critérios de adesão de um país à União Econômica e Monetária (UEM), conhecidos como Critérios de Convergência, estipulam parâmetros claros. A inflação anual não deve exceder em mais de 1,5 ponto percentual a média dos três países com menor inflação; a taxa de juros de longo prazo deve permanecer até 2 pontos percentuais acima da média dos três países mais estáveis; a participação no ERM II deve ocorrer por pelo menos dois anos sem desvalorizações significativas; e os limites fiscais estabelecem déficit público máximo de 3% do PIB e dívida pública não superior a 60% do PIB, ou, alternativamente, apresentar tendência decrescente (Diniz; Jayme Jr., 2013). Embora rígidos, esses critérios foram flexibilizados para a Grécia em 2001, cujos dados fiscais foram posteriormente revisados, revelando irregularidades.

Algumas exceções também se destacam: certos países da UE ainda não adotaram o euro — Bulgária, Checa, Hungria, Polônia, Romênia e Suécia — estando obrigados a aderir futuramente. A Dinamarca é o único país que mantém um *opt-out* permanente. Microestados como Andorra, Mônaco, São Marino e Vaticano utilizam o euro mediante acordos bilaterais, porém sem representação no BCE e, casos singulares, como Kosovo e Montenegro, adotaram a moeda unilateralmente, embora não integrem a UE (Comissão Europeia, 2023).

## 3 Apresentação Do Problema

A presente seção visa apresentar as principais temáticas relacionadas à expansão da União Europeia. À vista disso, se propõe a lançar um olhar multidimensional para os aspectos da integração. Para tanto, serão abordados (1) aspectos políticos: estabilidade, Estado de Direito, e consonância de valores entre os Estados; (2) critérios da integração econômica: política monetária, assimetria econômica e disparidade de desenvolvimento; e por fim (3) questões fronteiriças com Estados externos à UE, como exemplo potências limítrofes[13]. Este capítulo analisa o dilema central da expansão da UE: como conciliar a ampliação do bloco com a preservação de sua coesão política e econômica, diante de assimetrias estruturais e pressões geopolíticas externas.

### 3.1 CRITÉRIOS POLÍTICOS DA ADESÃO

O alargamento da União Europeia (UE) representa um dos processos mais significativos de reconfiguração política e econômica no espaço europeu desde o fim da Guerra Fria. A incorporação de novos Estados ao bloco não apenas ampliou sua influência territorial, como também trouxe à tona tensões, exigindo adaptações institucionais, normativas e econômicas tanto por parte da União quanto pelos países candidatos (Martins, 2004).

Tal processo é fundamental, pois a expansão permite à União Europeia projetar poder geopolítico comparável ao de grandes potências, consolidando sua autonomia estratégica (ex: política comercial única, capacidade regulatória global). Ao mesmo tempo, é possível, com essa associação de novos membros, criar um mecanismo para a mitigação de ameaças externas, formando, assim, um manto de proteção institucional. Essa necessidade tornou-se mais latente após o desmantelamento da União Soviética, pois os Estados europeus ocidentais buscaram ancorar os países do Leste Europeu em suas estruturas democráticas, reduzindo sua vulnerabilidade à influência russa (mesmo que em decadência) e da aproximação com os Estados Unidos (Schimmelfennig, 2023; Martins, 2004).

Diante de tal conjuntura, a definição de critérios objetivos sobre a adesão foi fundamental para a manutenção da coesão da União Europeia, culminando na formulação dos chamados Critérios de Copenhagen, que delimitam os pré-requisitos políticos, econômicos e institucionais a serem cumpridos por aqueles que possuem interesse de integrar o bloco (Martins, 2004). Contudo, a aplicação desses critérios revela contradições: países como Hungria e Polônia, após aderirem, registraram retrocessos democráticos, expondo falhas no mecanismo de condicionalidade pós-adesão (Nakai, 2023). Por conseguinte, o Tratado da União Europeia (TUE), em seu artigo 2º, consagra os valores basilares da União, enquanto o artigo 49º estipula as condições formais que os Estados candidatos devem observar para serem considerados elegíveis à adesão (União Europeia, 1993).

Os referidos critérios são tradicionalmente organizados em três esferas distintas. A primeira refere-se à exigência de estabilidade das instituições democráticas, ao respeito e à proteção das minorias, bem como à salvaguarda do Estado de Direito. A segunda estabelece que os Estados candidatos devem possuir uma economia de mercado funcional, capaz de suportar a pressão concorrencial e as dinâmicas do mercado interno da União. Por fim, o terceiro critério exige a plena capacidade de

13 Bielorrússia, Rússia e Turquia.

assumir as obrigações decorrentes da adesão, o que inclui o comprometimento com os objetivos da integração política, econômica e monetária do bloco (União Europeia, 2016; Videva, 2008). O processo de negociação é complexo, composto por 35 capítulos temáticos, os mais sensíveis incluem: Capítulo 23: Judiciário e Direitos Fundamentais, Capítulo 24: Justiça, Liberdade e Segurança, Capítulo 31: Política Externa e de Segurança. Além disso, os países candidatos são submetidos a um monitoramento contínuo por parte da Comissão Europeia, que avalia o alinhamento com as normas e valores do bloco. Em caso de retrocessos significativos, especialmente em áreas sensíveis como a estabilidade democrática, as negociações podem ser suspensas temporariamente ou até mesmo interrompidas.

Nesse ínterim, a produção acadêmica contemporânea tem problematizado a suficiência dos critérios políticos tradicionais para assegurar a consolidação de democracias robustas (Nakai, 2023; Schimmelfennig, 2014). Em resposta a essa preocupação, a União Europeia implementou, em 2021, o Mecanismo de Condicionalidade relacionado ao Estado de Direito, conforme estabelecido pelo Regulamento (UE) 2020/2092, condicionando o acesso a recursos financeiros europeus ao cumprimento de princípios democráticos fundamentais. Além disso, a dimensão política do processo de alargamento da União Europeia está intrinsecamente conectada a objetivos de segurança regional. Ao exigir reformas democráticas dos países candidatos, a UE visa estabelecer uma zona de estabilidade política em sua vizinhança, funcionando como uma barreira estratégica à difusão de regimes autoritários; dinâmica que se intensificou após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022. Dessa forma, os critérios políticos assumem uma função que vai além da triagem técnica para o ingresso no bloco, operando como instrumentos de projeção normativa. Por meio deles, a UE busca moldar seu entorno geopolítico, exportando padrões democráticos e reforçando sua influência para além de suas fronteiras formais.

### 3.1.1 GARANTIA DA ESTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

O principal pilar do processo de adesão à União Europeia é o político, sobretudo, no que tange à estabilidade das instituições democráticas. O referido critério, diz respeito à solidez das estruturas institucionais responsáveis por assegurar a ordem democrática, o funcionamento do Estado de Direito, a preservação dos direitos humanos e a promoção do respeito e da proteção das minorias. Essa exigência representa a base normativa sobre a qual o bloco estrutura a sua institucionalidade. No entanto, segundo Heiter (2023), isso nem sempre se dá de forma clara ou específica o suficiente, e por isso cria um ambiente de incertezas sobre o que exatamente os Estados candidatos precisam fazer para adequar-se às exigências da UE, o que muitas vezes culmina em reformas superficiais que tendem a fazer com que o processo ocorra com lentidão ou mesmo corra o risco de ser descontinuado.

Nos Balcãs Ocidentais, está em andamento um processo de alargamento singular: o Processo de Estabilização e Associação (PEA). O objetivo central desse projeto é promover a estabilização regional por meio de reformas políticas e econômicas. Para isso, a União Europeia realiza investimentos substanciais nos países parceiros. O PEA inclui nações como Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Montenegro, Macedônia do Norte e Sérvia (União Europeia, *s.d.*, online). No entanto, estudos da própria União Europeia indicam uma dificuldade significativa em alcançar a estabilidade democrática, atribuída principalmente a fatores estruturais, mas também ao afastamento progressivo da UE e à interferência de outros Estados, especialmente a Rússia (Koops et al., 2025).

A Moldávia é um exemplo emblemático no que se refere à aproximação com a Rússia, uma vez que enfrenta uma aguda polarização interna, ao mesmo tempo em que, em razão da Guerra da Ucrânia, sofre crescentes pressões geopolíticas por parte de Moscou (KOOPS et al. 2025). Paralelamente, a polarização constitui um problema endêmico na região, como evidenciado pelos graves desafios enfrentados por Montenegro no funcionamento de seu parlamento. Além disso, questões estruturais, como aquelas enfrentadas pela Bósnia-Herzegovina desde a década de 1990, especialmente a luta pelo poder entre grupos, criam um ambiente desfavorável à implementação de reformas democráticas genuínas da União Europeia (Koops *et al*,. 2025).

Em perspectiva, esses fatores também ilustram um projeto da União Europeia de aproximação desses países ao bloco, ainda que sem a intenção de integrá-los plenamente. No início dos anos 2000, com a grande ampliação da UE, surgiu uma certa fadiga em relação a esse processo. Ao mesmo tempo, essa estratégia de aproximação é crucial para que a União Europeia consiga manter esses países na chamada "zona cinzenta" – ou seja, sem promover diretamente sua integração, mas preservando-os sob sua influência. Esse processo resulta em uma vulnerabilidade crescente desses países em relação à Rússia, que, por sua vez, passa a ser uma justificativa para não admitir essas nações no bloco (Karjalainen, 2023). Nesse contexto, a fragilidade das instituições democráticas, discutida na seção anterior, não apenas favorece a emergência de governos iliberais, como também cria um terreno fértil para a instabilidade política e a captura institucional, temas centrais da seção a seguir e elementos que comprometem diretamente a consolidação do Estado de Direito.

### 3.1.2 SOLIDEZ DO ESTADO DE DIREITO

O Estado de Direito constitui um dos pilares fundamentais da UE, delimitado no artigo 2° do Tratado da União Europeia. Sua aplicação abrange o respeito à legalidade, o acesso efetivo à justiça, a segurança jurídica, a separação de poderes e a proteção dos direitos fundamentais (União Europeia, 2016). Assim sendo, representa um dos elementos centrais do pacote de alargamento da União Europeia, especialmente no contexto dos Bálcãs Ocidentais, por representar um requisito fundamental para a consolidação democrática nos países candidatos. Nesse âmbito, ganham destaque as ações voltadas ao combate à corrupção e ao crime organizado, que são vistas como entraves estruturais à governança. Como parte dessa estratégia, a União Europeia tem incentivado a reforma dos sistemas judiciários nacionais, com o objetivo de fortalecer a independência institucional e promover maior estabilidade democrática (Hoxhaj, 2020; Basheska, 2022).

As reformas voltadas à consolidação do Estado de Direito nos Balcãs Ocidentais concentram-se, sobretudo, na promoção da independência do judiciário, na qualificação técnica dos profissionais da área, na superação de lacunas normativas, na melhoria dos processos judiciais e na ampliação do acesso da população à justiça. De maneira geral, trata-se da necessidade de estabelecer um sistema judicial robusto, funcional e resiliente, aliado a esforços consistentes para garantir a aplicação efetiva dos princípios do Estado de Direito. Apesar da existência de arcabouços legais, a persistente instabilidade política na região favorece dinâmicas de captura institucional por elites locais, minando a autonomia do judiciário e comprometendo a imparcialidade das instituições. Na Bósnia-Herzegovina, por exemplo, a administração pública permanece fortemente marcada por práticas de partidarismo e indicações políticas, o que enfraquece a capacidade do sistema judicial de operar com integridade, fortalece a corrupção e restringe o acesso igualitário à justiça. Tal contexto in-

tensifica a marginalização de grupos étnicos minoritários, que enfrentam obstáculos estruturais para o pleno exercício de seus direitos (Heiter, 2022).

### 3.1.3 DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO DE MINORIAS

Os direitos humanos compreendem o último elemento do critério político de adesão à União Europeia, sendo considerados um dos fundamentos normativos essenciais do bloco. Essa exigência implica não apenas a garantia formal desses direitos, mas também sua aplicação efetiva no cotidiano institucional e social dos países candidatos, com especial atenção à proteção de minorias étnicas, religiosas e linguísticas. A avaliação da adesão, portanto, exige a demonstração de um compromisso concreto com esses valores, frequentemente traduzido em políticas públicas inclusivas, liberdade de imprensa, participação política equitativa e combate à violência institucional. Entretanto, a observância dos direitos humanos muitas vezes revela-se como o aspecto mais desafiador da adesão, especialmente em contextos de instabilidade democrática, autoritarismo e conflito étnico (Jesus, 2009).

A Turquia, frequentemente considerada uma "eterna candidata" à adesão à União Europeia, tem enfrentado dificuldades persistentes no cumprimento dos critérios políticos de Copenhague, especialmente no que tange à proteção dos direitos humanos e das minorias. Denúncias de violações contra a minoria curda e restrições à liberdade de expressão revelam a fragilidade do Estado de Direito no país, o que é afetado diretamente pelas dificuldades do judiciário em julgar independentemente tais violações (Martinho, 2019; KOOPS et al., 2025). A tentativa de golpe militar em 2016 agrava esse cenário. Embora a UE tenha inicialmente condenado o ataque e manifestado apoio à democracia turca, as medidas adotadas pelo governo após o episódio, como o estado de emergência e a repressão política, acentuaram o distanciamento entre as partes. A União passou a questionar o compromisso da Turquia com os direitos fundamentais, o que resultou na estagnação do processo de adesão, com capítulos suspensos e um enfraquecimento geral da cooperação bilateral (Akçay; Denis, 2022). Em síntese, o caso da Turquia revela como a observância aos direitos humanos e à proteção de minorias constitui um elemento indispensável para a efetivação do processo de adesão à UE.

## 3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DA EXPANSÃO

A crise financeira de 2008 e a Crise da Zona do Euro representaram um duro revés para a capacidade da União Europeia de sustentar suas parcerias econômicas com os países candidatos. O redirecionamento de prioridades internas e a adoção de políticas de austeridade comprometeram diretamente o avanço dos critérios econômicos exigidos para a adesão ao bloco, como a consolidação de economias de mercado funcionais (Critérios de Copenhague). Esse enfraquecimento do engajamento europeu abriu espaço para a atuação crescente de potências externas, como Rússia, Turquia e, sobretudo, a China. Neste contexto, diversos países da região passaram a integrar a Iniciativa da Nova Rota da Seda, buscando alternativas de financiamento e infraestrutura diante da retração europeia. Dentre esses países estão a Sérvia e a Bósnia-Herzegovina, que cooperam com a China nos setores de desenvolvimento de infraestrutura, mineração e energia (Vulovic, 2023).

14 A crise da Zona do Euro, também conhecida como crise da dívida soberana europeia, foi uma profunda crise econômica que afetou especialmente os países da periferia europeia entre os anos de 2009 e 2015. Desencadeada pela Crise Financeira de 2008, teve como causa central o superendividamento de alguns Estados membros da UE.

Esse cenário gerou oscilações nas políticas de adesão, refletindo, em múltiplas dimensões, o enfraquecimento da capacidade de influência da União Europeia na região (Ohlen, 2025). Nesse contexto, torna-se imperativo analisar esses países sob uma nova perspectiva, sobretudo no campo econômico, seja enquanto mercados estratégicos em potencial, seja como instrumentos de contenção geopolítica frente ao avanço de potências externas no continente. Ainda que se tratem de economias fragilizadas e democracias jovens e instáveis, a perda de influência sobre esses países representaria um revés estratégico significativo para a UE, com implicações diretas para sua projeção de poder (Ohlen, 2025).

Com a última onda de alargamentos em 2004, ficou explícito que a ampliação do quadro de membros fortalece a posição da UE. Tal premissa pode ser verificada ao observar que os Estados que ingressaram naquele ano eram tão frágeis em termos econômicos e institucionais quanto os atuais candidatos. Em contrapartida, a adesão por parte dos candidatos pode melhorar substancialmente suas economias, impulsionando o desenvolvimento, aumento dos investimentos e a ampliação do comércio. Fatores esses que em longo prazo tendem a fortalecer a economia europeia (Ohlen, 2025).

### 3.2.1 AMPLIAÇÃO DO MERCADO E COMPETITTIVIDADE

É necessário compreender as variáveis que são avaliadas nos países candidatos, em termos de competitividade e efeitos na economia real, que a ampliação do bloco pode resultar tanto para a União Europeia quanto para os países ingressantes. Medidas graduais, adaptando os países candidatos à economia da União Europeia, como a Parceria Oriental, que será abordada com maior detalhes na sequência, ajudam a evitar disrupções abruptas nas cadeias produtivas dos países envolvidos.

Para avaliar o efeito sobre a competitividade e os riscos e oportunidades no processo de integração são utilizadas duas variáveis principais. A primeira é a Real Effective Exchange Rate (REER), esta busca mensurar a competitividade dos preços de uma economia em relação aos seus parceiros comerciais, medindo se os produtos estão ficando mais baratos ou mais caros para o exterior. Outro indicador é o Unit Labor Cost (ULC) que busca mensurar o custo médio do trabalho. Através dessa variável é possível relacionar os salários e a produtividade de um país e compreender se as empresas vão ser mais ou menos competitivas com a remoção das barreiras tarifárias (Stratan; Fala; Fala, 2024).

Considerando esses fatores, é possível compreender o impacto sobre as economias envolvidas, já que, caso uma economia muito menos competitiva ingresse no bloco, esta poderia enfrentar a falência de parte importante de sua produção, que não poderá fazer frente aos produtos de menor custo vindo de outros países da União Europeia. Outrossim, o cenário oposto também pode ser real a depender do tamanho da economia que vá a ingressar no bloco, pois, sendo essa mais competitiva em determinados setores, pode inundar os mercados do bloco e afetar cadeias produtivas estabelecidas (Stratan; Fala; Fala, 2024).

Por exemplo, ao analisar o possível ingresso da Turquia e sua competitividade internacional, podemos perceber que é mais eficiente nos setores têxteis. Sendo assim, os países do Leste Europeu poderiam acabar sendo prejudicados já que possuem produção nesses setores mas são menos eficientes em comparação com a economia turca (Nedelescu-Ionescu; Rujan, 2012).

Entretanto, de maneira geral a integração possibilita o crescimento econômico dos países envolvidos. Esse fato se deve principalmente ao aumento de pro-

dutividade resultante da alocação melhor de fatores de produção como o trabalho, o capital e a tecnologia, possibilitando a especialização industrial e o aumento da escala das indústrias e das cadeias produtivas (Zhao; Shi; Li, 2022).

É importante destacar que mesmo no setor agrícola a competitividade dos produtos não depende exclusivamente de condições naturais ou estruturais. O processamento dos produtos agrega valor e a integração permite organizar novas cadeias produtivas capazes de expandir a competitividade europeia mesmo nesse setor considerado primário (Bojnec; Fertő, 2019).

Por exemplo, ao ingressarem no bloco, países do Leste Europeu como Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia conseguiram melhorias expressivas em termos de abertura comercial, participação no comércio mundial e crescimento do PIB per capita. Dessa forma, é possível estabelecer uma relação direta entre o processo de integração na UE e o desempenho econômico dos países que viram sua produção interna aumentar em relação à população. Assim, a integração se apresenta como um meio para a inserção europeia em um mundo mais competitivo (Zhao; Shi; Li, 2022; Marčeta; Bojnec, 2022).

Entretanto, os efeitos da integração são variados mesmo entre os membros do bloco. Por exemplo, países do sul da Europa receberam benefícios menores em comparação com os países do norte europeu. Para Zhao, Shi e Li (2022, p.6) isso pode se dever à distância do "centro econômico" da União Europeia, que seria principalmente em torno da Alemanha, e instituições administrativas mais frágeis.

### 3.2.2 Política Monetária

O ingresso na Zona do Euro pode fortalecer economias pequenas e fragilizadas, ao proporcionar maior segurança monetária e, consequentemente, atrair investimentos estrangeiros. Ainda, a integração ao mercado comum europeu favorece o desenvolvimento econômico por meio do aumento do comércio e da mobilidade de capitais. De acordo com Velić e Cvečić (2024), a adesão à União Europeia e à União Econômica e Monetária está positivamente associada ao aumento do investimento estrangeiro direto (IED), por meio de variáveis macroeconômicas como taxa de câmbio, juros e inflação. Em termos gerais, isso significa que a integração contribui para a estabilidade macroeconômica, o que tende a aumentar a atratividade do país para investidores internacionais.

A expansão da Zona do Euro pode impactar diretamente a arquitetura financeira europeia, bem como seu peso e influência na economia global. À medida que o euro amplia sua presença nos mercados internacionais, observa-se um aumento das transações realizadas na moeda, o que reforça sua posição como referência no sistema financeiro global. Esse processo contribui para a consolidação de uma zona de segurança financeira dentro da Europa, favorecendo o desenvolvimento de mercados mais integrados e promovendo maior estabilidade monetária. No entanto, tal expansão também impõe desafios significativos no que se refere à supervisão e à regulação do sistema financeiro, especialmente considerando a autonomia fiscal dos Estados-membros da União Europeia — que foi justamente o que culminou na crise de 2009 (Lopez, 2023).

Além disso, o Banco Central Europeu (BCE) possui um papel primordial por sua responsabilidade em garantir a estabilidade da Zona do Euro e por coordenar as políticas monetárias do bloco. Com isso, à medida que novos países integram a UE, é dever do BCE calibrar as desigualdades, buscando evitar possíveis desequilíbrios (Banco Central Europeu, *s.d.*).

### 3.2.3 Disparidades De Desenvolvimento

A ampliação da Zona do Euro também evidencia as desigualdades existentes entre os Estados membros e os países que buscam ingressar na União Europeia. Frequentemente, esses países possuem economias menores e apresentam desigualdades significativas em áreas como desemprego, desenvolvimento, infraestrutura e produtividade, o que cria uma diferença notável com os membros da UE. Um exemplo evidente dessa desigualdade é observado nos países do sul da Europa. Além disso, as políticas do Banco Central Europeu, por serem amplas e gerais, podem intensificar essas disparidades, especialmente nos países menos desenvolvidos (Lopez, 2023).

Países candidatos com economias e sistemas políticos mais frágeis, como a Albânia e a Macedônia do Norte, enfrentam dificuldades em atrair investimentos estrangeiros necessários para impulsionar o crescimento e reduzir a desigualdade (Ohlen, 2025; KOOPS et al, 2025). As reformas exigidas para garantir uma economia de mercado estável, como a liberalização do comércio e a criação de um sistema bancário eficiente, podem ser desafiadoras em países com sistemas financeiros menos robustos. Esse descompasso pode gerar frustrações internas, dificultando a implementação das reformas exigidas pela UE e criando um longo período de adaptação, no qual o país precisa equilibrar suas próprias necessidades de desenvolvimento com as exigências do bloco (Lopez, 2023).

Portanto, os diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico entre os países candidatos à adesão à UE tornam o processo de integração mais complexo e exigem políticas e abordagens diferenciadas, tanto por parte da União Europeia quanto do Banco Central Europeu, para garantir que os benefícios da integração sejam distribuídos de forma mais equitativa.

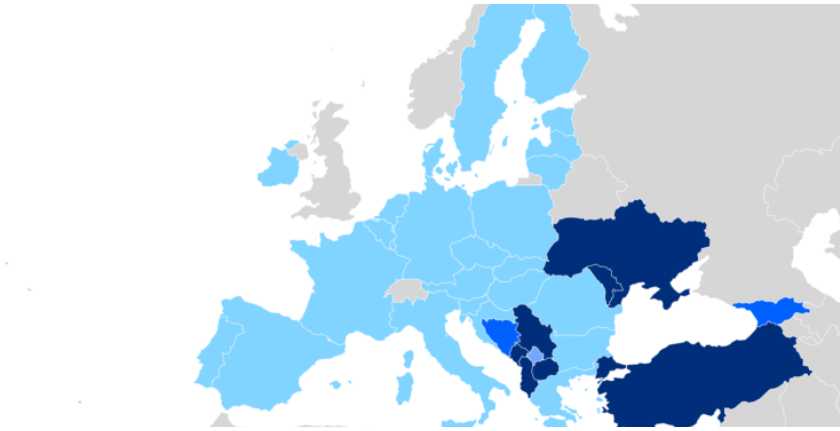
## 3.3 AS FRONTEIRAS DA UE E OS PONTOS DE ATRITO COM A FEDERAÇÃO RUSSA

Além das questões institucionais e econômicas, o processo de integração europeia se insere também na dimensão securitária. É necessário que essa esfera não seja subestimada já que, como demonstrado, a expansão da União Europeia para o leste esteve no seio de uma série de processos de instabilidade em um contexto de disputas por influência com a Rússia.

Com a dissolução da URSS e a emergência de novos Estados, a agenda europeia sobre segurança e sua relação com a Rússia foi alterada profundamente. No primeiro momento, durante o governo de Yeltsin principalmente, houve uma aproximação e cooperação com a União Europeia (UE) e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A partir dessa aproximação foi construída uma relação de interdependência da Rússia com a UE, especialmente no setor energético. Porém, o avanço da UE e da OTAN em direção ao leste desencadearam também um antagonismo entre os dois atores no cenário europeu (Dias, 2018).

Cabe destacar, nesse sentido, a importância que o Leste Europeu e o Sul do Cáucaso têm na percepção de segurança para Moscou e Bruxelas, com ambos considerando esses espaços como seu "entorno estratégico", ou seja, regiões fundamentais para a garantia de sua sobrevivência e defesa, entendendo que a ampliação da UE e da OTAN visavam o isolamento do país e um obstáculo na reconstrução de sua condição como grande potência. Assim, a conciliação da agenda de ambas as partes dessa disputa é dificultada por esse caráter mutuamente exclusivo (Dias, 2018; Monaghan, 2022).

**Imagem 2: Mapa países membros e candidatos da UE**



Fonte: The New Union Post, 2024

A "Revolução Laranja" que ocorreu em 2004 na Ucrânia foi um movimento que denunciava práticas de corrupção no governo que marcavam o país e fraude nas eleições daquele ano. Nesta ocasião, Viktor Yanukovich, que possuía uma relação pró-Rússia, foi apontado vencedor. Entretanto, o movimento foi capaz de anular o resultado (Tostes, 2022).

Porém, a grande expansão da UE em 2004 juntamente com o lançamento da Política Europeia de Vizinhança (ENP), que publicamente buscava criar medidas para cooperação na transição democrática dos países, também configuram os motivadores por trás do movimento. A partir disso, é possível compreender como, além do caráter doméstico do movimento, já se configurava uma divisão quanto ao alinhamento internacional do país (Tostes, 2022).

Além disso, a Guerra Russo-Georgiana (2008) marcou uma alteração profunda na percepção Europeia sobre a Rússia, que passou a ser considerada como uma ameaça para sua segurança, priorizando os conflitos congelados no Leste. Simultaneamente, a UE lançou a Parceria Oriental, aprofundando a presença europeia no espaço que a Rússia considera o seu "entorno estratégico". Essa situação desencadeou uma postura ainda mais assertiva por parte de Moscou, levando o então presidente russo, Dmitri Medvedev, a dizer ainda que este se tratava de "uma parceria contra a Rússia" (Dias, 2018, p. 11).

Posteriormente a Revolução Laranja, com a manutenção dentro da Ucrânia da polarização entre posições pró-UE e pró-Rússia, uma nova crise emergiu em Kiev no ano de 2014. Desta vez, entretanto, não foi possível conciliar junto aos manifestantes. Cabe apresentar que a Ucrânia independente é um país dividido entre uma população russófona e outra ucraniana, além de possuir um aparelho estatal oligárquico organizado politicamente em favor do empresariado. Nesse cenário, Yanukovich vence as eleições de maneira apertada em 2010 e se torna presidente da Ucrânia. Entretanto, a situação do país é ainda mais delicada (Veiga, 2022).

As pressões russas e europeias para a associação do país por meio da Parceria Oriental da UE ou a União Aduaneira Eurasiática da Rússia desestabilizam ainda mais

o país. Com uma dívida externa expressiva resultante da crise de 2008, a Ucrânia se via obrigada a firmar algum dos acordos de forma a pagar o déficit (Veiga, 2022).

Yanukovich se recusou a assinar o acordo com a UE em 2013, dando a entender que já havia cedido às pressões russas. A partir disso, começaram a se reunir na Praça da Independência em Kiev manifestantes pedindo, juntamente de outras pautas domésticas, a assinatura do acordo com a UE. Os protestos evoluíram diferentemente da revolução Laranja, se tornando muito mais violentos e abarcando movimentos de extrema-direita. Mesmo uma tentativa de conciliação e apaziguamento do movimento não foi capaz de reverter a situação, culminando na fuga de Yanukovich (Veiga, 2022).

O novo governo alarmou as populações russófonas, que já viam a língua russa deixando de ser a segunda língua oficial em suas regiões e movimentos de extrema-direita que ameaçavam sua condição. Assim, iniciaram-se protestos contra o novo governo em Kiev (Veiga, 2022).

A confusão causada pela troca de poder ofereceu à Rússia uma janela de oportunidade para assegurar o controle da península da Crimeia. A população da península era culturalmente russa e se sentia negligenciada por Kiev desde a independência da URSS, o que facilitou o controle da península. A região possui papel estratégico para a Rússia, sendo a base de Sevastopol essencial para a presença russa no Mar Negro e, consequentemente, no acesso ao Mar Mediterrâneo (Galeotti, 2022).

No Leste, região da bacia do Rio Don (Donbass), de maioria russófona, começaram a se formar milícias e grupos paramilitares em resposta aos grupos paramilitares dos protestos em Maidan. Persistiu, então, o princípio do conflito civil que assolaria o país até a deflagração da invasão russa em 2022. Nos anos seguintes, seguiram-se tentativas frustradas das forças de Kiev e dos grupos paramilitares formados nos protestos em retomar as regiões controladas pelos grupos insurgentes. Além disso, as forças russófonas contavam com um apoio ainda relutante e discreto de Moscou que foi se intensificando à medida que as forças governistas mostravam-se mais efetivas, mantendo o impasse do conflito (Veiga, 2022).

A situação da Ucrânia e a escalada até a invasão acelerou o processo de candidatura da Ucrânia e da Moldávia à União Europeia ao mobilizar um sentimento anti-russo nestes países, construindo consensos políticos quanto ao alinhamento com a UE. Tomando a situação deste país também, é possível perceber um outro risco de uma expansão imprudente do bloco. O país conta com uma região separatista da Transnístria, localizada além do rio Dniester, com um secessionismo "patrocinado e sustentado pela Rússia" (López Jiménez, 2025, p.8).

A Moldávia é signatária da Parceria Oriental e já conta com relativa integração na UE. Entretanto, a ausência dos benefícios da integração com a região separatista que já se mantém como um Estado de facto coloca em questão a possibilidade de integrar o país Oriental em sua integridade. A presença militar russa no Estado não reconhecido coloca também em questão a possibilidade de reacender um conflito civil por conta da expansão da UE e da OTAN (López Jiménez, 2025).

A falta de ação para a resolução do conflito na Transnístria, com uma aproximação somente indireta por parte da UE dificulta a integração dessa parte ao bloco, permanecendo ligada a Moscou. Outra opção seria o desafio de integrar um país ao bloco com parte de seu território sendo operado por um *Estado de facto*, que tem sido uma possibilidade considerando a condição do país. Um precedente pode ser encontrado na situação do Chipre, que aderiu ao bloco em 2004 mesmo que o governo cirpriota não possua controle pleno do território (López Jiménez, 2025).

Outra possibilidade menos grave é de que conflitos similares possam surgir

nos Bálcãs, onde a UE conta com vários países candidatos. Alguns destes apresentam apoio às ações russas ou hesitações em condená-las, como a Sérvia e a Bósnia e Herzegovina. Apesar da região ter assumido prioridade secundária na política externa russa, a disputa por influência com o ocidente pode afetar a estabilidade dos Estados da região novamente (Menezes, 2024).

A possibilidade de reacender conflitos no entorno da União Europeia em sua zona fronteiriça com a Rússia coloca em questão as implicações para a segurança que a expansão do bloco pode causar. Como foi visto, esse tipo de movimento realizado de maneira imprudente resultou no que Mearsheimer (2022) classificou como "o conflito internacional mais perigoso desde a crise dos mísseis em Cuba de 1962".

Ainda assim, o antagonismo obscurece a necessidade de cooperação com o gigante euroasiático. A interdependência em campos estratégicos, como o setor de energia, torna custoso um rompimento completo russo-europeu que também impossibilitaria um apaziguamento da situação. Assim, são necessários também novos mecanismos de diálogo e cooperação para solucionar o dilema entre as duas presenças mutuamente exclusivas na fronteira compartilhada (Dias, 2018).

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Ao longo desta seção, dedicada a debruçar-se sobre as ações internacionais prévias no que concerne ao debate, serão discutidos três eixos centrais, sendo eles: (1) A Parceria Oriental (2009) que é estabelecida em uma conjuntura de aguda instabilidade no leste do continente e com o objetivo de limitar a projeção russa; (2) A estratégica para os Bálcãs Ocidentais, condicionada a um processo de integração gradual através da estabilização e associação; e (3) as nuances da candidatura turca, que, por sua vez, explicita a ambiguidade da estratégia europeia, que demonstra dificuldade em conciliar interesses geopolíticos e princípios democráticos. Com base nesses três casos, observa-se que as ações da UE constituem não apenas projetos técnicos de integração, mas instrumentos de gestão de ordem regional, nos quais a ampliação da influência europeia se equilibra entre cooperação e contenção.

### 4.1 PARCERIA ORIENTAL

No tangente a iniciativas que visam avançar no processo de integração com demais países do continente e da região, que, em alguns casos, se interessam em entrar na UE, mas que contam com problemas sociais, econômicos ou políticos que dificultam o ingresso imediato, alguns projetos se destacam. No caso de países situados ao leste da Europa, o bloco inaugurou, em 2009, a Parceria Oriental.

A Parceria Oriental se trata de uma iniciativa de cooperação entre a União Europeia, seus países-membros e seis países da Europa Oriental: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia (Parceria, 2025). Todos os supracitados, tendo algum nível de proximidade geográfica, histórica, política ou cultural com a Rússia. Em quatro deles, deve-se destacar, há alguma disputa territorial e/ou separatista envolvendo povos russos, dentre eles estão: Ucrânia, Moldávia, Azerbaijão e Geórgia (Tostes, 2022). Tal fato é indispensável para compreender as intenções por trás da formação da Parceria Oriental.

De acordo com Dias (2022, p. 201-202), a União Europeia pós-Guerra Fria sempre buscou na tríade paz-segurança-estabilidade a manutenção da boa convivência para com seus vizinhos. Entretanto, após o Alargamento ter se mostrado um sucesso para essa política moderadora — tendo em vista a grande onda de adesão

ocorrida em 2004, com 10 novos integrantes — a UE se deparou com um novo desafio: estabelecer a mesma estabilidade em demais países que, por diferentes fatores, não apresentavam perspectivas de adesão.

Desta forma, ainda em 2003, criou-se a Política Europeia de Vizinhança (PEV), com o objetivo de fomentar parcerias político-econômicas junto a países do Mediterrâneo, da Europa de Leste e do Cáucaso do Sul (Dias, 2022). Antes da instituição da PEV, a relação com os vizinhos à leste não era prioridade da UE, porém o sucesso do Alargamento de 2004, incorporando países do Leste Europeu, criou novas fronteiras diretas com regiões instáveis, elevando a vizinhança oriental a uma prioridade estratégica inadiável (Silva, 2022).

Sendo assim, seis anos mais tarde, em 2009, a Parceria Oriental foi criada como "uma dimensão oriental específica da política europeia de vizinhança (PEV)" (Parceria, 2025). Com características multilaterais, embora com ações bilaterais, e condicionalidade mais rígida, a Parceria Oriental veio com a missão de lidar notadamente com as aspirações e desafios específicos dos países do Leste — algo que, no entendimento da UE, a PEV seria insuficiente de resolver.

Ademais, a Parceria Oriental nascia com uma agenda mais intensificada e ambiciosa a partir dos Acordos de Associação (AA), embora concebendo as DCFTAs (Áreas de Livre Comércio Abrangente e Aprofundada) — que concedem acesso parcial e gradual ao mercado único europeu — como a principal recompensa econômica para os países parceiros que dessem passos significativos no sentido da convergência regulatória e reformas internas (Silva, 2022).

Outra mudança foi a exigência de certas condições de comprometimento jurídico por parte desses Estados para que tais recompensas, como a liberação de vistos e o livre comércio, pudessem ser definitivamente efetivadas. Ao contrário da abordagem mais flexível e voluntária da PEV inicial, a Parceria Oriental estabeleceu uma condicionalidade estrita (Börzel; Schimmelfennig, 2017 apud Silva, 2022), vinculando benefícios tangíveis (como liberalização de vistos e acesso preferencial ao mercado via DCFTAs) ao cumprimento verificável de reformas legislativas e institucionais específicas.

Em junho de 2021, a Belarus desligou-se da Parceria após a União Europeia impor sanções ao país em detrimento da interceptação de um avião comercial por parte do governo bielorusso. A relação entre o bloco e o país se apresentava conturbada desde que, em 2020, após eleição do presidente Alexander Lukashenko, manifestações alegando fraude no processo eleitoral foram duramente reprimidas pelo poder estatal (Alexander, 2021). A saída, que reduziu efetivamente a Parceria Oriental a 5 países, isolou ainda mais a Bielorrússia, e é um sintoma do aprofundamento do fosso entre a UE e o regime de Moscou.

A partir dos avanços registrados na última década, a União Europeia estabeleceu cinco objetivos a serem alcançados a longo prazo através da Parceria Oriental: (1) economias resilientes, sustentáveis e integradas; (2) instituições responsáveis, o Estado de direito e a segurança; (3) resiliência ambiental e climática; (4) transformação digital; (5) e sociedades justas e inclusivas (Parceria, 2025). Estes cinco objetivos macro dependem, conforme estabelecido pela própria UE, da efetiva implementação de dois pilares operacionais centrais: Investimento e Governança. Em relação ao primeiro, a União Europeia pretende, através de um plano econômico, financiar €2,3 bilhões em investimentos. Além disso, os instrumentos e processos do bloco que apoiarão os pilares incluem o Europa Global: Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDCI) e iniciativas da Equipa Europa, programas de cooperação transfronteiriça e investi-

mentos próprios dos parceiros (Parceria, 2025).

Em relação ao ano de 2025, os focos de investimentos da Parceria são prioritariamente dez. A lista reflete tanto as prioridades tradicionais da UE (Estado de Direito, Ambiente, Competitividade) quanto novas urgências (Ciber-resiliência, Resiliência em Saúde - pós-Covid, Segurança - contexto de guerra) (Parceria, 2025).

Atualmente, três dos cinco países comprometidos com a Parceria Oriental estão em processo oficial de adesão como um resultado direto da invasão russa da Ucrânia (2022), que forçou uma reavaliação radical da política da UE: Geórgia, Moldávia e Ucrânia (Parceria, 2025). Embora tenha sido um caminho preparatório, o status de "candidato" ainda exige um processo longo e incerto até a adesão, e a Parceria Oriental continua relevante como quadro de apoio às reformas necessárias para a adesão. É importante citar que tal cenário evidencia uma guinada geopolítica dramática da UE, posto que países que antes não apresentavam perspectivas de adesão agora são candidatos oficiais.

## 4.2 ESTRATÉGIA DOS BALCÃS OCIDENTAIS

A região dos Balcãs Ocidentais, localizada no sudeste do continente europeu, é composta, de acordo com a União Europeia, por seis integrantes: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Macedónia do Norte, Montenegro e Sérvia. Destes, o único que ainda não possui o estatuto de candidato oficial reconhecido a ingressar ao bloco é o Kosovo, que apresentou sua candidatura em dezembro de 2022. No entanto, o país ainda não é reconhecido formalmente por todos os membros da UE (Relações, 2024).

Após a destituição da Iugoslávia, em 1992, a região passou a receber maior destaque na agenda política e econômica da União Europeia. Surgindo, desde então, diversas tentativas de aproximação aos países que compõem os balcãs:

> Embora a principal estratégia da UE para os Bálcãs Ocidentais seja o processo de adesão, a presença europeia na região pode ser sentida economicamente desde a desintegração da Iugoslávia. Com a queda dos regimes socialistas no Leste, a UE apoiou e integrou os novos Estados balcânicos em suas redes de produção (BEREND, 2010), o que possibilitou a formação de uma rede econômica regional de grande importância para a União (Severo, 2015, p. 63).

Dentre as iniciativas elaboradas pela União Europeia, destacam-se o Processo de Estabilização e de Associação (PEA), o processo de adesão, a cooperação regional e o regime de isenção de vistos (Balcãs, 2025). É importante ressaltar que, como estabelece Severo (2015), o ambiente de associação entre União Europeia e Bálcãs Ocidentais indicam uma relação assimétrica, onde as ordens e exigências de interesse da UE parecem prevalecer em relação a negociações bilaterais de fato. Esta assimetria se manifesta na condicionalidade rígida imposta pela UE: os países balcânicos devem adotar *acquis communautaire* (cerca de 35 capítulos de legislação) e reformas profundas antes da adesão, com limitada adaptação às suas realidades específicas. A UE define o ritmo e as prioridades, usando o acesso ao mercado único e fundos de pré-adesão como incentivos.

O Processo de Estabilização e de Associação, ou SAP (Stabilization and Association Process), foi lançado oficialmente em novembro de 2000, no Encontro de Zagreb. O projeto de política externa visou, desde seu início, o amadurecimento da integração balcânica ao bloco (Prata, 2008). Ele estabelece: (1) Acordos de Estabilização e Associação (AEAs) – tratados bilaterais que criam zonas de livre

comércio e exigem harmonização legislativa; (2) Assistência financeira (via IPA); (3) Diálogo político estruturado. Seu objetivo final é a integração progressiva no mercado único antes da adesão formal.

De acordo com o Parlamento Europeu (Balcãs, 2025), desde 2007, toda a assistência do processo de adesão conferida pelo bloco é concebida através de um único instrumento, o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA). O IPA (agora IPA III, 2021-2027) consolida todos os fundos de pré-adesão. Seus pilares são: (1) Reforma institucional e Estado de Direito; (2) Cooperação transfronteiriça; (3) Desenvolvimento regional/rural; (4) Recursos humanos; (5) Desenvolvimento territorial. O órgão também sustenta que se busca, através da PEA, o desenvolvimento de uma cooperação entre os próprios países em uma ampla gama de domínios, como processos penais de guerra, questões fronteiriças, refugiados e luta contra a criminalidade organizada.

A União Europeia também enxerga particularidades no processo de adesão de cada um dos integrantes dos Bálcãs Ocidentais. A Albânia, país candidato desde 2014, tem apresentado progressos que levaram a Comissão Europeia, em diversas ocasiões, a recomendar a abertura das negociações formais de adesão (Balcãs, 2025).

Em 2023, um Plano de Crescimento para os Balcãs Ocidentais foi adotado pela União Europeia. O projeto busca superar a estagnação econômica regional, agravada pela fuga de cérebros e baixo investimento. Seu carro-chefe é o Mecanismo para Reformas e Crescimento (MRC, aprovado em 2024), que vincula €6 bilhões (€2 bilhões em subvenções, €4 bilhões em empréstimos) ao cumprimento de Projetos de Reforma nacionais. Esses projetos focam em: crescimento verde/digital, integração no mercado único e convergência regulatória. A lógica é clara: mais fundos para reformas mais rápidas e profundas. (Relações, 2025; Mecanismo, 2025). Percebe-se, assim, uma mudança de paradigma: o financiamento passa a ser atrelado a resultados concretos.

Em outubro do mesmo ano, após o aceno positivo dos Estados-Membros da União Europeia, foram aprovados os Projetos de Reforma de cinco dos seis membros da Parceria: Albânia, Kosovo, Montenegro, Macedônia do Norte e Sérvia. Ficou estabelecido que os pagamentos deverão ser efetuados à medida que as exigências de integração e desenvolvimento socioeconômicas forem efetivamente cumpridas (Commission, 2025).

Em relação à Albânia, com o Acordo de Estabilização e de Associação acordado em 2009, as preocupações da UE quanto à adesão remetem à disposição do país relativo ao crime organizado transfronteiriço. Além disso, alguns setores políticos em Estados-Membros expressam preocupações infundadas sobre o potencial impacto de um país de maioria muçulmana, apesar do secularismo constitucional albanês (Lessa e Szucko, 2024). A Comissão recomenda anualmente desde 2018 a abertura de negociações. Estas foram efetivamente abertas em Julho de 2022, após avanços no Estado de Direito (reforma judicial) e combate ao crime organizado (Comissão, 2024a).

Dos países bálcãs, Montenegro é o país que possui as negociações mais avançadas. O Acordo de Estabilização e de Associação foi assinado em 2010 e seu processo de negociação foi aberto ainda em 2012. Desde este ano até o início de 2024, 33 dos 35 capítulos a serem negociados já estavam com as negociações em andamento, com três deles acordados provisoriamente. Ainda, Montenegro adota o euro como moeda oficial desde 2002. Apesar do avanço técnico nas negociações, o país enfrenta estagnação política, altos níveis de corrupção e divisões étnicas, levantando dúvidas sobre sua efetiva preparação (Lessa e Szucko, 2024, p.49; Parlamento Europeu, 2023).

O Acordo de Estabilização e de Associação da Macedônia do Norte foi o primeiro a entrar em vigor, ainda em 2004. Candidata oficial à adesão desde 2005, enfrenta dificuldades no combate à corrupção, e no que tange a necessidade de reformas administrativas. O país tem como entrave principal a disputa pelo nome do país com a Grécia, conflito iniciado em 1991 e solucionado apenas em 2019. O veto grego ao nome 'Macedônia' foi resolvido com o Acordo de Prespa (2018), levando à mudança para 'Macedônia do Norte'. Porém, um novo veto da Bulgária (exigindo reconhecimento de minoria búlgara e revisão histórica) atrasou o início das negociações até Julho de 2022, após compromisso constitucional (Lessa e Szucko, 2024, p.49).

No caso da Sérvia, o Acordo de Estabilização e de Associação foi posto em prática em 2013 e as negociações começaram já no ano seguinte, em 2014, com a abertura de 22 dos 35 capítulos de negociação, com dois provisoriamente encerrados. A recusa da Sérvia em alinhar-se às sanções da UE contra a Rússia pela invasão da Ucrânia, sua dependência energética de Moscou e laços histórico-culturais geram forte atrito com Bruxelas. O principal obstáculo, porém, é a normalização de relações com o Kosovo, condição sine qua non para avanço (requerida pelo Diálogo Belgrado-Pristina mediado pela UE) (Lessa e Szucko, 2024, p.49; Belgrade, 2025).

O Kosovo, por sua vez, conseguiu seu *status* de país candidato à adesão junto com a Sérvia e a Ucrânia, em 2022. O não reconhecimento por 5 Estados-Membros e o conflito de soberania com a Sérvia são obstáculos estruturais. A UE condiciona progressos à implementação integral do Acordo de Ohrid (2023) sobre associação de municípios de maioria sérvia e ao avanço no Diálogo com Belgrado (Lessa e Szucko, 2024, p.49; Comissão, 2024b).

A Bósnia e Herzegovina, que teve um Acordo de Estabilização e de Associação assinado em 2015, é o único dos países bálcãs que ainda não tem negociações em andamento quanto à adesão ao bloco (Lessa e Szucko, 2024, p.49). A complexa estrutura estatal pós-Acordo de Dayton (1994) – dividida em Federação Croato-Bósnia e República Sérvia (Republika Srpska) – gera bloqueios políticos crônicos. A UE concedeu status de candidato em 2022 condicionalmente: exigiu reformas urgentes no Estado de Direito e integridade eleitoral, e congelamento de iniciativas secessionistas pela líder sérvia Dodik (Conselho UE, 2022). O início das negociações ainda é incerto.

## 4.3 O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA

A Turquia vive o processo de adesão mais longo e complexo da história da União Europeia. O país euro-asiático submeteu formalmente sua candidatura à CEE em abril de 1987, antes mesmo da criação da UE (Tratado de Maastricht, 1993). O Acordo de Associação — o Acordo de Ancara de 1963 — já previa 'a adesão como objetivo final' (Artigo 28), estabelecendo as bases jurídicas. Doze anos depois, o Conselho Europeu de Helsínquia (1999) concedeu à Turquia o status oficial de candidato, mas condicionou o início das negociações às reformas políticas e econômicas requeridas pelos Critérios de Copenhague. As negociações, por isso, só começaram em outubro de 2005, após a adoção do Protocolo de Adaptação do Acordo de Ancara (2004) (Lessa; Szucko, 2024; E Melo, 2019; Leitão, Barrinha, 2007; Türkiye, *s.d*).

Dentre as particularidades da admissão em questão, obstáculos estruturais reconhecidos pela UE incluem:

1) Geopolítica: sua localização euro-asiática (apenas 3% do território na Europa) gera debates sobre a identidade 'europeia' da Turquia (art. 49 TUE). Além

disso, a ocupação turca no norte da ilha do Chipre desde 1974 e o não reconhecimento da República do Chipre (membro da UE desde 2004) bloqueiam 8 capítulos da negociação.

2) Direitos Humanos/Estado de Direito: observou-se uma regressão democrática acentuada após 2016, com supressão da liberdade de imprensa (RSF: 165º em 2024), sistema judicial politizado, e detenções arbitrárias sob estado de emergência violam os Critérios de Copenhague (Comissão Europeia, 2023).

3) Questão Demográfica: Com 85 milhões de habitantes (Turkey, 2024a), a Turquia seria o 2º país mais populoso da UE, alterando o equilíbrio de poder no Parlamento Europeu e no Conselho;

4) Fator Religioso: a identidade muçulmana majoritária (99%) alimenta debates sobre a 'cristandade' implícita do projeto europeu, apesar do caráter oficialmente laico da Turquia (República da Turquia, 1982; Lessa e Szucko, 2024; Barnes & Barnes, 2010; Hughes, 2004; Kaiser & Elvert, 2004 *apud* E Melo, 2019).

Ainda assim, a Turquia é considerada uma parceira fundamental da União Europeia há décadas. O primeiro convênio data de 1963, quando o Acordo de Associação entre a então República da Turquia e a Comunidade Econômica Europeia foi assinado. A união aduaneira, por sua vez, funciona desde 1995, sendo este o vínculo econômico mais profundo da UE com um não-membro: abrange bens industriais e capitais, mas exclui agricultura, serviços e contratos públicos. Além disso, a Turquia é o 5º maior parceiro comercial da UE (€233 bi em 2023) (Relatório, 2025).

A manutenção da estabilidade e segurança no Mediterrâneo oriental são pautas de interesse de ambos os lados, e, em 2016, a UE criou o EU-Turkey Statement (2016), que destinou €6 bilhões à Turquia para conter fluxos migratórios para a UE (EU facilitates, 2019). Em troca, a UE aceitou o reassentamento de sírios e acelerou a liberalização de vistos (não concretizada). Críticas apontam para a externalização de fronteiras e violações de direitos humanos.

Em 2013, iniciou-se discussões em torno da liberação de vistos entre Turquia e União Europeia, mas a falta de cumprimento por parte do país euro-asiático em relação a critérios da Política de vistos da UE, incluindo reforma da lei antiterrorismo (usada para criminalizar dissidentes) e proteção de minorias (e.g., curdos), e a não revisão da Lei Antiterror (art. 314), congestionam as negociações (Türkiye, *s.d*). Desafios quanto às altas taxas de desemprego, desvalorização da sua moeda (Lira turca) e níveis de inflação recordes impõem desafios à Turquia (Türkiye, *s.d*).

Desde que o Conselho Europeu decidiu pelo início das negociações, em 2004, dos 35 capítulos do *acquis*, 16 foram abertos e apenas 1 (Ciência e Investigação) foi provisoriamente fechado. 15 estão bloqueados por veto de Chipre, França ou Áustria. Entretanto, em junho de 2018, o Conselho declarou as negociações 'paralisadas' devido à deterioração do Estado de Direito pós-golpe (2016) (Lessa; Szucko, 2024).

A condição turca de abrigo de uma das maiores comunidades de refugiados do mundo é um ponto condicionante no fluxo do diálogo entre as partes, visto que o impedimento de um virtual acesso desses refugiados a países do bloco é um tema muito importante para a UE. Em 2024, havia 3.1 milhões de refugiados sírios sob proteção temporária no país, bem como outros 78 mil com residência permitida. Instabilidades nas fronteiras orientais turcas também trouxeram mais de 300 mil desabrigados de diferentes países da África e do Oriente Médio, como Iraque, Afeganistão, Irã e Somália (Türkiye, s.d).

Nos últimos anos, temas centrais na política e bem-estar de ambos os lados fez com que emergisse novamente a necessidade por colaborações entre Turquia e o

bloco. Fatores como a relevância turca no contexto da guerra russa-ucraniana, onde atua como mediadora mas também comerciante de armamentos, e a necessidade de novos acordos em relação as ondas de imigração ilegal na Europa estreitam as possibilidades de conciliação (Turkey, 2025).

Apesar do improvável avanço nas negociações e não haver perspectiva para reabertura de capítulos sob o atual governo devido a relevância dos problemas estruturais conferidos à Turquia, recentemente houveram alguns acenos de que a relação entre o país e o bloco pode voltar a um quadro positivo. Em 2024, após 20 meses de bloqueio, o Parlamento turco aprovou a entrada da Suécia na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), concessão geopolítica que agradou a UE (Parlamento, 2024; Turkey, 2025).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Federal da Alemanha** encontra-se no centro do processo de integração europeu desde a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) (Costa, 2020). O país também se apresenta enquanto o "centro econômico" da União Europeia (Zhao; Shi; Li, 2022, p.6). O primeiro-ministro alemão (2021-2025), Olaf Scholz, defendeu em 2022 a ampliação do bloco. Segundo ele, "uma UE com 27, 30, 36 Estados, com então mais de 500 milhões de cidadãos livres e iguais, pode ter seu peso ainda mais forte no mundo" (Chanceler, 2022). No entanto, após as eleições de 2025, o novo governo liderado por Friedrich Merz (CDU) sinalizou que, embora continue apoiando a ampliação, não buscará acelerar o processo. Merz enfatizou a necessidade de fortalecer a Europa e alcançar maior independência dos EUA, porém indicou que a ampliação levará bastante tempo e sugeriu a criação de caminhos intermediários para a integração, inspirados em estruturas como o Espaço Econômico Europeu (EEE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) (Stojanovic, 2025).

A **República da Áustria** passou a integrar a União Europeia na primeira onda de ampliação logo após assinatura do tratado de Maastricht, em 1995 (Lessa; Szucko, 2024). Em relação à ampliação da União Europeia para os países balcânicos, o ministro de relações exteriores Alexander Schallenberg disse que: "Esses seis Estados são as peças que faltam no mosaico europeu; sem eles, a UE não está completa. Isso não se trata apenas de altruísmo, mas também de um bem compreendido interesse próprio. Temos a escolha entre exportar estabilidade ou importar instabilidade" (Austria, 2024, online). Essa ênfase reflete preocupações com a estabilidade regional e a necessidade de contrabalançar influências externas, como as da Rússia (Austria, 2024). Além disso, a Áustria tem se beneficiado economicamente do processo de ampliação do bloco, sendo três quartos do comércio do país realizado com outros membros do bloco (Austria, 2024).

O **Reino da Bélgica** faz parte das primeiras iniciativas modernas de integração europeia, tendo sido membro da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) (Costa, 2020). O país, historicamente, é favorável à ampliação da UE, mas com critérios rigorosos para garantir a qualidade da adesão (Reiter, 2025). Em relação à situação do leste europeu, a Bélgica apoia a adesão da Ucrânia, mas ressalta a importância de reformas estruturais profundas, especialmente nas áreas de Estado de Direito, combate à corrupção e proteção das minorias (EU opens, 2024). Além disso, o país oferece assistência técnica à Moldávia no processo de adequação da legislação nacional (Belgium, 2024).

A **República da Croácia** foi o último Estado a integrar a União Europeia du-

rante a quarta e última expansão do bloco em 2013 (Costa, 2020). O governo croata tem reiterado que a adesão à UE deve ser determinada pelo cumprimento dos critérios de Copenhague, que incluem o respeito pelo Estado de direito, a democracia, os direitos humanos e a estabilidade das instituições que garantem uma economia de mercado funcional. Nesse sentido, buscando maior estabilização da região, a Croácia tem trabalhado no sentido de avançar os processos de ampliação do bloco nos Balcãs ocidentais (Government of Croatia, 2024).

O **Reino de Espanha** passou a integrar as Comunidades Europeias (CE), organizações predecessoras da União Europeia, em 1985 (Junior, 2011). O país, por meio de seu Ministro de Relações Exteriores, afirmou que são necessárias reformas na União Europeia antes de qualquer ampliação do bloco (Spain's, 2024). Segundo o governo espanhol, a crise da dívida da zona do euro, a pandemia e a agressão da Rússia, entre outras problemáticas, evidenciaram problemas de governança dentro do bloco que precisam ser corrigidos antes da admissão de novos membros (Deepening, 2024). Apesar disso, durante sua presidência rotativa do Conselho da União Europeia em 2023, a Espanha iniciou as negociações de adesão da Ucrânia e da Moldávia, demonstrando que o país considera necessária a ampliação do bloco (Sánchez, 2023).

A **República da Estônia** passou a integrar a União Europeia no segundo processo de alargamento no ano de 2004 (Costa, 2020). A Estônia defende que o processo de ampliação da UE deve ser baseado em critérios objetivos de mérito, enfatizando a importância de reformas políticas e econômicas nos países candidatos. Essa abordagem visa garantir que a adesão seja resultado de esforços concretos de transformação interna, evitando decisões motivadas apenas por considerações geopolíticas (Estonian Ministry of Foreign Affairs, 2025). Porém, o país também compreende a ampliação da UE como uma estratégia geopolítica para reforçar a estabilidade e segurança europeias. A adesão de países como a Ucrânia é considerada essencial para a segurança de longo prazo da Europa (Arjakas, 2024).

A **República da Finlândia** passou a integrar a União Europeia na primeira onda de ampliação logo após assinatura do tratado de Maastricht, em 1995 (Lessa; Szucko, 2024). O país adota uma postura clara e positiva em relação à ampliação da União Europeia, enfatizando um processo baseado no mérito, no cumprimento dos critérios e na preparação interna para acolher novos membros (Ministry for Foreign Affairs of Finland, *s.d.*, online). Assim, a Finlândia apoia a abertura de negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldávia, desde que os países candidatos cumpram os critérios estabelecidos. A posição da Finlândia é que a ampliação baseada no mérito fortalece a segurança, o status global e o bem-estar econômico da União Europeia, além de promover a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais (Government of Finland, *s.d.*, online).

A **República Francesa** faz parte das primeiras iniciativas modernas de integração europeia, tendo sido membro da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) (Costa, 2020). Tradicionalmente, a França demonstrava reticência em relação à ampliação da UE, priorizando o aprofundamento da integração existente. Essa postura era motivada por preocupações sobre a eficácia da governança da UE em um bloco ampliado e pelo receio de desequilíbrios econômicos e sociais que a expansão poderia resultar. Porém, a invasão da Ucrânia marcou um momento de inflexão na posição francesa sobre a ampliação do bloco (Leveque, 2023). Segundo o presidente Emmanuel Macron "Para nós, a questão não é se devemos ampliar — essa pergunta foi respondida há um ano — nem quando devemos ampliar — para

mim, o mais rápido possível — mas sim como devemos fazê-lo.[15]" (Macron, 2023, tradução nossa, online). Além disso, Macron propôs a criação de uma "Comunidade Política Europeia", inspirada na ideia de François Mitterrand, como uma estrutura complementar à adesão plena. Essa comunidade permitiria que países como Ucrânia, Geórgia, Moldávia e os Bálcãs Ocidentais se integrassem politicamente à Europa de forma mais rápida, sem necessariamente serem membros plenos da UE (Brzozowski; Basso; Vasquez, 2022).

A **República Helênica** passou a integrar a Comunidade Europeia (CE), organização predecessora da União Europeia, em 1980, compondo a "Europa dos Dez" (Junior, 2011). Assim, em junho de 2022, o primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis sugeriu que os países dos Bálcãs Ocidentais se tornassem membros da UE até 2033, reforçando a ideia de que a Grécia tem o "dever de guiar" a integração europeia da região (Mitsotakis, 2022). Apesar disso, a posição grega encara com criticismo o ingresso da Macedônia do Norte e da Turquia no bloco, sendo considerados rivais históricos da Grécia. Além disso, Tzifakis e Manoli (2023, tradução nossa) destacam que "embora o governo grego tenha claramente priorizado a ampliação com os países dos Bálcãs Ocidentais, também tem apoiado as candidaturas de adesão da Ucrânia e da Moldávia[16]". Assim, a postura grega demonstra-se bastante pragmática, levando em conta tanto o interesse europeu quanto o doméstico em seu posicionamento.

A **Hungria** passou a integrar a União Europeia no segundo processo de alargamento em 2004, em conjunto com outros países que pertenciam ao bloco soviético (Costa, 2004). Durante sua presidência rotativa do Conselho da UE, de julho a dezembro de 2024, a Hungria estabeleceu como prioridade acelerar a integração dos países dos Bálcãs Ocidentais. O ministro das Relações Exteriores húngaro, declarou que esta seria a "presidência mais pró-ampliação de todos os tempos", enfatizando que o foco nas negociações de adesão seria o desempenho real dos países candidatos, evitando que processos de adesão fossem vinculados uns aos outros. A posição húngara é de que a integração dos Bálcãs Ocidentais é crucial para a estabilidade regional e a segurança continental, além de fortalecer a legitimidade interna do governo hungaro apoiando governos iliberais na região (Hungary 's, 2024). Porém, a presidência húngara também buscou contrapor-se à adesão da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia ao bloco (Hungary's Eu, 2024), evitando corroer as relações com a Rússia que é um aliado (McGee, 2025).

A **República Italiana** faz parte das primeiras iniciativas modernas de integração europeia, tendo sido membro da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) (Costa, 2020). A Itália tem defendido ativamente a aceleração do processo de adesão dos países dos Balcãs Ocidentais à UE. A primeira-ministra Meloni enfatiza a importância estratégica dos Balcãs Ocidentais para a Itália e para a Europa como um todo. Ela afirmou que "tudo o que acontece além do Adriático tem um impacto imediato sobre nós" (Western, 2023). Em relação à Ucrânia, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Tajani, afirmou que a Itália é favorável ao início das negociações de adesão, destacando os esforços de Kyiv em implementar reformas significativas, como a aprovação de leis para proteger minorias, atendendo a demandas anteriores da UE (Italy, 2023).

A **República da Lituânia** passou a integrar a União Europeia no segundo processo de alargamento em 2004 (Costa, 2020). Possui um posicionamento de defesa

15 No original: "For us, the question is not whether we should enlarge – we answered that question a year ago – nor when we should enlarge – for me, as swiftly as possible – but rather how we should do it."

16 No original: "while Greece agrees with the rest of EU Member States that the future of Ukraine and Moldova lies in their integration into the EU".

da ampliação do bloco. Além disso, o país entende a agressão russa contra a Ucrânia como uma ameaça para a Europa e para os países democráticos (Government of Lithuania, 2024). Dessa forma, o presidente lituano, Gitanas Nausėda, enfatizou que "a segurança da Europa depende da segurança da Ucrânia" e instou os líderes europeus a acelerarem o processo de integração do país ao bloco (Lithuania's, 2024).

A **República da Moldávia** apresentou sua candidatura à União Europeia em março de 2022, garantindo a posição de país candidato em junho do mesmo ano e com o início das negociações para adesão em junho de 2024. Além disso, o país integra a iniciativa da Parceria Oriental (Conselho Europeu *s.d.*). O conflito na Ucrânia aumentou a preocupação do país em relação à ingerência russa, polarizando ainda mais o país entre a opção europeia e russa, acelerando o processo de candidatura à UE. Ainda, o separatismo na Transnístria permanece como um problema a ser resolvido com vista a integrar o país em sua integralidade ao bloco (López Jiménez, 2025). O aumento dos salários sem uma correspondência a produtividade interna do país nos últimos anos também pode ser responsável por uma desestruturação das cadeias de produção interna e uma deterioração na qualidade de vida, o que deve ser observado antes da adesão ao bloco, com o objetivo de evitar uma crise social e econômica do país (Stratan; Fala; Fala, 2024).

O posicionamento do **Reino dos Países Baixos** em relação à ampliação da União Europeia (UE) é caracterizado por uma abordagem pragmática e criteriosa, fundamentada no princípio "estrito, mas justo" (*strict but fair*). Esse princípio implica que os países candidatos devem atender integralmente aos critérios de adesão, incluindo o respeito ao Estado de Direito, direitos humanos e princípios democráticos, antes de serem considerados para a adesão (Strict, 2019). A invasão russa da Ucrânia em 2022 trouxe uma nova dimensão ao debate sobre a ampliação da UE. O Parlamento neerlandês passou a exigir que os países candidatos alinhem sua política externa com a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE como na adoção de sanções contra países como a Rússia (Dutch, 2024).

A **República da Polônia** passou a integrar a União Europeia no segundo processo de alargamento em 2004 (Costa, 2004). Desde o retorno de Donald Tusk ao cargo de Primeiro-Ministro em 2023, a Polônia tem buscado restaurar sua imagem como um membro central e confiável da UE. Tusk encerrou disputas com Bruxelas sobre o Estado de Direito, desbloqueando fundos da UE e promovendo uma agenda pró-integração (Rankin, 2024). O Programa da presidência da União Europeia polonesa (1º de janeiro até 30 de junho de 2025) pautava uma ampliação do bloco "baseada no mérito", defendendo que os países candidatos devem atingir os padrões exigidos. Segundo o documento também: "O objetivo [...] é avançar no processo de ampliação, tanto em direção ao Leste quanto em relação aos Balcãs [...], com uma abordagem baseada no mérito. Precisamos consolidar as reformas nos países candidatos, preservar a credibilidade da União Europeia e fortalecer a segurança" (p. 10, tradução nossa)[17]. Em relação à Ucrânia, o governo da Polônia afirma que as reformas que visam a adesão do país ao bloco constitui um instrumento essencial para combater a agressão russa (Council Of The European Union, 2025). Apesar de sua posição favorável ao ingresso ucraniano, o governo de Tusk manteve o embargo do país aos grãos ucrânianos. A medida busca proteger principalmente os agricultores poloneses, mas se apresenta como uma contradição entre a integração europeia e as economias nacionais (Brezeziński, 2023).

17 No original: "The objective [...] is to make progress in the enlargement process, both in the Eastern direction and with regard to the Western Balkans [...] in accordance with the merit-based approach. We need to consolidate reforms in the candidate countries, preserve the credibility of the European Union and strengthen European security" (Council Of The European Union, 2025, p.10).

A **Romênia** aderiu à União Europeia durante a terceira onda de expansão do bloco, juntamente com a Bulgária (Lessa; Szucko, 2024). O presidente Klaus Iohannis também reiterou o compromisso da Romênia com a ampliação da UE, afirmando que o país continuará a apoiar o "caminho" europeu da Ucrânia e da Moldávia, enfatizando a importância de um calendário ambicioso e previsível para os parceiros envolvidos no processo de ampliação (President, 2024). Nesse aspecto, a Romênia tem se posicionado como um ator decisivo no apoio à adesão da Moldávia, exercendo influência política e técnica no plano bilateral e no contexto da UE. As principais motivações romenas por trás desse apoio tem origem na afinidade cultural entre os dois países, a necessidade de contrapeso à influência russa na região e o potencial da Romênia como facilitadora da integração por conta de sua posição geográfica (Toderas, 2024).

A **República da Sérvia** apresentou o pedido de adesão ao bloco em 2009, adquirindo a condição de país candidato em 2012 (Conselho Europeu, *s.d*, online). A Sérvia mantém oficialmente a adesão à UE como objetivo estratégico. Desde a obtenção do status de candidata em 2012, o país iniciou negociações formais em 2014 e deu início a 22 dos 35 capítulos necessários para a adesão (Enlargement, 2024). Porém, a dificuldade na normalização das relações com o Kosovo e a recusa na imposição de sanções contra a Rússia continuam gerando oposições dentro do Bloco quanto à adesão do país (Hungary's push, 2024). Além disso, cabe ressaltar que o país integra as iniciativas da União Europeia para os Balcãs ocidentais, como o Processo de Estabilização e de Associação (PEA) buscando avançar no processo de integração (Parlamento Europeu, *s.d*, online).

O **Reino da Suécia** passou a integrar a União Europeia na primeira onda de ampliação logo após assinatura do tratado de Maastricht, em 1995 (Lessa; Szucko, 2024). O governo sueco entende que: "O alargamento contínuo da UE e a cooperação com os nossos parceiros vizinhos são essenciais para a nossa segurança e economia. [...] é um investimento geoestratégico na paz, democracia, segurança, estabilidade e prosperidade"[18] (Government Offices of Sweden, 2025, online, tradução nossa). O país, dessa forma, expressa apoio aos processos de adesão da Ucrânia e da Moldávia (Government Offices of Sweden, 2025). Além disso, em 2023, durante as negociações para a adesão da Suécia à OTAN, o presidente turco Erdoğan condicionou o apoio de Ancara ao progresso da candidatura turca à UE. Assim, a Suécia expressou apoio aos esforços para revitalizar as negociações de adesão da Turquia, incluindo a modernização da União Aduaneira UE-Turquia e a liberalização de vistos (Why Turkey, 2023).

A **República da Turquia** apresentou seu pedido de adesão à então Comunidade Econômica Europeia ainda em 1987 e recebeu o status de candidato em 1999. As negociações quanto à adesão foram iniciadas em 2005, e, desde então, 16 dos 35 capítulos de negociação foram iniciados, sendo apenas um deles, sobre ciência e investigação, considerado parcialmente encerrado (Lessa; Szucko, 2024). O processo turco é vítima de múltiplas paralisias, devido à questões (1) geopolíticas (recusa em reconhecer Chipre e veto grego); (2) sistêmicas (regressão democrática pós-2016); (3) econômicas (inflação chegou a atingir 78,6% em junho de 2022) e (4) dependência de energia russa; A recente reaproximação (apoio à OTAN) não altera o cerne: a UE prefere manter a Turquia como 'parceira estratégica' não-membro (Lessa; Szucko, 2024). Nessa conjuntura, o delegado turco deve adotar uma postura equilibrada e estratégica, que reflita tanto as ambições de adesão quanto às limitações estruturais do processo.

18 No original: "The EU's continued enlargement and cooperation with partners in our neighbourhood are essential to our security and economy. EU enlargement is a geostrategic investment in peace, democracy, security, stability and prosperity." (Government Offices of Sweden, 2025, online)

A **Ucrânia** apresentou formalmente o pedido de adesão à UE em 28 de fevereiro de 2022, 4 dias após o início da operação russa, recebendo o estatuto de país candidato em junho do mesmo ano (Conselho Europeu, *s.d.*, online). Atualmente, o país enfrenta uma situação de extrema gravidade e fragilidade, representando o principal ponto de instabilidade na Europa no século XXI, o que tensiona a segurança do continente europeu em sua totalidade (Mearsheimer, 2022). Apesar de fazer parte da Parceria Oriental, é importante destacar como um dos fatores que resultou no conflito, vivenciado pelo país, é resultado da polarização interna gerada pelas pressões da UE e da Rússia. Assim, é necessário repensar os impactos que a adesão ao bloco pode ter na estabilização e construção de paz no Leste Europeu, apesar da necessidade de apoio europeu para a sobrevivência do Estado Ucraniano em sua integridade (Veiga, 2022; Todd, 2024).

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Quais os possíveis prejuízos econômicos que uma ampliação da União Europeia sem critérios claros pode acarretar aos Estados-membros do bloco?

2) É possível que movimentos de aproximação com países candidatos despertem novos conflitos como no caso da Ucrânia?

3) Até que ponto a incorporação de países desalinhados aos valores da União Europeia pode ameaçar a coesão normativa e institucional do bloco?

4) A Parceria Oriental pode ser considerada uma estratégia efetiva de pré-adesão para os Estados que almejam integrar a União Europeia?

5) Qual a abordagem mais adequada para integrar países candidatos que enfrentam desafios estruturais relacionados à migração irregular?

6) O diálogo com a Rússia deve ser considerado como pré-requisito estratégico antes de aprofundar a aproximação com países sob sua esfera de influência?

7) Em que medida o fator religioso deve ser considerado nas negociações de adesão de países à União Europeia?

## REFERÊNCIAS

ALARGAMENTO da UE. **União Europeia.** Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-enlargement_pt. Acesso em: 20 fev. 2025.

ALARGAMENTO da UE: De país candidato a Estado-Membro: saiba como funciona o alargamento e quais são os atuais países candidatos. **Conselho Europeu,** 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/topics/eu-enlargement/. Acesso em: 16 fev. 2025.

ALBUQUERQUE, Evelyn Pinheiro Tenório de; BRASIL, Deilton Ribeiro. Gênese E Desenvolvimento Da União Européia: Do Tratado De Paris Ao Tratado De Lisboa. **Revista Internacional Consinter de Direito,** n. 10, p. 641–657, 2020. DOI: https://doi.org/10.19135/revista.consinter.00010.32. Acesso em: 13 abr. 2025.

ALEXANDER Lukashenko, o autocrata imprevisível de Belarus que irrita a

Europa. **UOL**, 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/11/13/alexander-lukashenko-o-autocrata-imprevisivel-de-belarus-que-irrita-a-europa.htm. Acesso em: 26 mai. 2025.

ARJAKAS, Merili. No gain without pain. **ICDS,** mar. 2024. Disponível em: https://icds.ee/wp-content/uploads/dlm_uploads/2024/03/ICDS_Analysis_No_Gain_Without_Pain_Merili_Arjakas_March_2024-1.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

AUSTRIA. Federal Ministry for European and International Affairs. **Foreign Minister Schallenberg: 20 years of EU enlargement – 20 years of Austria in the heart of Europe.** 6 maio 2024. Disponível em: https://www.bmeia.gv.at/en/ministerium/presse/aktuelles/2024/05/foreign-minister-schallenberg-20-years-of-eu-enlargement-20-years-of-austria-in-the-heart-of-europe. Acesso em: 6 jun. 2025.

AUSTRIA pushes to speed up EU accession for Western Balkans, especially Bosnia. **Euractiv,** 16 abr. 2024. Disponível em: https://www.euractiv.com/section/politics/news/austria-pushes-to-speed-up-eu-accession-for-western-balkans-especially-bosnia. Acesso em: 6 jun. 2025.

AKÇAY, E. Y.; DENIŞ, H. E. Turkey-European Union (EU) relations after the July 15 coup attempt within the framework of the random walk model. **Manas Journal of Social Studies,** v. 11, n. 2, p. 861–869, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.33206/mjss.1016825. Acesso em: 30 Abril 2025.

BALCÃS Ocidentais. **Parlamento Europeu,** 2025. Disponível em https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/168/balcas-ocidentais. Acesso em: 31 mai. 2025.

BANCO CENTRAL EUROPEU. All about us. **European Central Bank,** [*S.d*]. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/ecb/all-about-us/html/index.pt.html. Acesso em: 30 de Abril de 2025.

_____. O euro: visão geral. **European Central Bank,** 2025. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/euro/intro/html/index.pt.html. Acesso em: 27 jun. 2025.

_____. Joining the euro area. Frankfurt am Main: **European Central Bank,** 2025. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/euro/intro/html/index.en.html. Acesso em: 12 set. 2025.

BARRAL, Welber. Sistema monetário Europeu. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos,** Florianópolis, v. 18, n. 34, p. 19–26, 1997. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15660. Acesso

em: 13 de abr. de 2025.

BASHESKA, Elena. EU Enlargement in Disregard of the Rule of Law: A Way Forward Following the Unsuccessful Dispute Settlement Between Croatia and Slovenia and the Name Change of Macedonia. **Hague Journal on the Rule of Law,** Haia, v. 14, n.1, p. 221-256. 2022. DOI: https://doi.org/10.1007/s40803-022-00169-7. Acesso em: 29 abr. de 2025.

BELGIUM offers Moldova expertise in EU accession process. **The Brussels Times**, 2024. Disponível em: https://www.brusselstimes.com/679678/belgium-offers-moldova-expertise-in-eu-accession-process. Acesso em: 6 jun. 2025.

BELGRADE-Pristina Dialogue. **European External Action Service (EEAS),** 2025. Disponível em https://www.eeas.europa.eu/eeas/belgrade-pristina-dialogue_en#-top. Acesso em: 3 ago. 2025.

BOJNEC, Štefan; FERTŐ, Imre. AGRI-FOOD COMPARATIVE ADVANTAGES IN THE EUROPEAN UNION COUNTRIES BY VALUE CHAINS BEFORE AND AFTER ENLARGEMENT TOWARDS THE EAST. **Agraarteadus,** [S.l.], v. 30, n. 2, p. 69–77, 2019. DOI: 10.15159/jas.19.10. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338177646_. Acesso em: 3 ago. 2025.

BORTOLUZZI SEVERO, M. Europeização e Reforma do Setor de Segurança nos Estados Balcânicos Ocidentais (2000-2014). **Carta Internacional,** [S. l.], v. 10, n. 3, p. 41–58, 2015. Disponível em: https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/337. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Guia de economia: mercado comum.** Manual de Comunicação do Senado Federal. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/mercado-comum#:~:text=Bloco%20econ%C3%B4mico%20em%20que%20h%C3%A1,e%20capitais%20entre%20os%20membros. Acesso em: 27 jun. 2025.

BREZEZIŃSKI, Bartosz. Poland's next government to keep ban on Ukrainian grain imports. **POLITICO Europe,** 11 dez. 2023. Disponível em: politico.eu/article/poland-government-ban-ukrainian-grain-imports-war/. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRZOZOWSKI, Alexandra; BASSO, Davide; VASQUES, Eleonora. Macron teases alternative to EU enlargement. **Euractiv,** 9 mai. 2022. Disponível em: https://www.euractiv.com/section/future-eu/news/macron-teases-alternative-to-eu-enlargement/. Acesso em: 6 jun. 2025.

CHANCELER da Alemanha defende ampliação da União Europeia. **CNN Brasil,**

São Paulo, 28 mai. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chanceler-da-alemanha-defende-ampliacao-da-uniao-europeia/. Acesso em: 6 jun. 2025.

COMMISSION approves Reform Agendas of Albania, Kosovo, Montenegro, North Macedonia and Serbia, paving way for payments under the Reform and Growth Facility. **European Commission,** 2025. Disponível em: https://enlargement.ec.europa.eu/news/commission-approves-reform-agendas-albania-kosovo-montenegro-north-macedonia-and-serbia-paving-way-2024-10-23_en. Acesso em: 1 abr. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. **Albania 2024 Report**, Bruxelas, 2024a, 95p.

_____. **Kosovo 2024 Report,** Bruxelas, 2024b, 95p.

COSTA, Olivier. A União Europeia e sua Política Externa: história, instituições e tomada de decisão. **Cidade gráfica,** Brasília, 248 p, 2020. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-03206351/document. Acesso em: 11 abr. 2025.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Programme of the Polish Presidency of the Council of the European Union.** [S.l.], 2024. Disponível em: https://polish-presidency.consilium.europa.eu/media/zkcno325/programme-of-the-polish-presidency-of-the-council-of-the-european-union.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

DEEPENING for widening. **Elcano Royal Institute,** out. 2024. Disponível em: https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2024/10/policy-paper-deepening-for-widening.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

DIAS, Vanda Amaro. A construção de paz e segurança na vizinhança europeia: o caso da Parceria Oriental. In: FREIRE, Maria Raquel; NASCIMENTO, Daniela (org.). União Europeia como ator internacional. Coimbra: **Imprensa da Universidade de Coimbra,** 2023. p. 200-224. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/102784/1/A%20Construcao%20de%20Paz%20e%20Seguranca%20na%20Vizinhanca%20Europeia.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

_____. The battle of giants: the collision of EU and Russian foreign policies towards the contested neighbourhood and the Ukrainian crisis. **Debater a Europa,** [S.l.], n. 18, p. 63-76, jan./jun. 2018. Disponível em: http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/. Acesso em: 19 abr. 2025.

DINIZ, André Sander; JAYME JR., Frederico Gonzaga. competitividade e restrição externa na Zona do Euro. **Revista de Economia Política,** São Paulo, v. 33, n. 1 (130), p. 17-40, jan./mar. 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-

31572013000100002. Acesso em: 20 abr. 2025.

DUTCH Parliament demands geopolitical alignment in EU enlargement. **Clingendael Institute,** 2024. Disponível em: https://www.clingendael.org/publication/dutch-parliament-demands-geopolitical-alignment-eu-enlargement. Acesso em: 6 jun. 2025.

E MELO, Cláudia Pombo. **Posicionamentos no Parlamento Europeu Sobre a Adesão da Turquia à União Europeia.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2019. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/d131ec81c3ec102446cddacaca3157cf/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em: 30 mai. 2025.

ENLARGEMENT reports 2024: Commission outlines progress and priorities for candidate countries. E**uropean Commission,** 2024. Disponível em: https://commission.europa.eu/news/enlargement-reports-2024-commission-outlines-progress-and-priorities-candidate-countries-2024-10-30_en. Acesso em: 15 fev. 2025.

ENLARGEMENT to Serbia: a threat to the EU's strategic autonomy? **EST Think Tank,** 24 abr. 2024. Disponível em: https://esthinktank.com/2024/04/24/enlargement-to-serbia-a-threat-to-the-eus-strategic-autonomy/. Acesso em: 6 jun. 2025.

ESTONIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. P**riorities of Estonian foreign policy.** [S.l.], [2025]. Disponível em: https://vm.ee/en/news/priorities-estonian-foreign-policy. Acesso em: 6 jun. 2025.

EURO - História e Finalidade. **União Europeia,** *s.d.* Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/euro/history-and-purpose_pt. Acesso em: 19 abr. 2025.

European Council. Moldova. [S.l.], [*s.d.*]. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/moldova/. Acesso em: 6 jun. 2025.

_____. Serbia. [S.l.], [*s.d.*]. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/serbia/. Acesso em: 6 jun. 2025.

_____. Ukraine. [S.l.], [*s.d.*]. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/ukraine/. Acesso em: 6 jun. 2025.

EU FACILITY for Refugees in Turkey: €6 billion to support refugees and local communities in need fully mobilised. **European Commission,** 9 dez. 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/es/ip_19_6694.

Acesso em: 2 ago. 2025.

EU OPENS accession negotiations with Ukraine. **European Commission,** 25 jun. 2024. Disponível em: https://enlargement.ec.europa.eu/news/eu-opens-accession-negotiations-ukraine-2024-06-25_en. Acesso em: 6 jun. 2025.

FERRAZ, Francisco C. 2022. **Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Editora Contexto. E-book.

FINLAND supports merit-based enlargement process. **Ministry for Foreign Affairs of Finland,** [*s.d.*]. Disponível em: https://um.fi/enlargement-of-the-european-union#:~:text=Photo:%20AdobeStock-,Finland%20supports%20merit%2Dbased%20enlargement%20process,and%20internally%20prepares%20for%20enlargement. Acesso em: 6 jun. 2025.

GALEOTTI, Mark. **Putin's Wars: From Chechnya to Ukraine.** Osprey Publishing, novembro de 2022.

HEITER, Sally. Democratic Maturity in Bosnia and Herzegovina. In: NIELSEN, Kristian L; SILJAK, Dzenita. **Bosnia and Herzegovina and European Integration: Obstacles and Challenges.** International University of Sarajevo, 2023. p. 50-77.

HOXHAJ, Andi. The EU Rule of Law Initiative Towards the Western Balkans. **Hague Journal on the Rule of Law,** Haia, v. 13, n.1, p. 143-172. 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s40803-020-00148-w. Acesso em: 28 de Abril de 2025.

HUNGARY'S EU enlargement presidency will achieve limited success for Western Balkans. **Balkan Insight,** 26 jun. 2024. Disponível em: https://balkaninsight.com/2024/06/26/hungarys-eu-enlargement-presidency-will-achieve-limited-success-for-western-balkans. Acesso em: 6 jun. 2025.

HUNGARY'S PUSH for Serbia EU accession talks stalls. **Euronews,** 25 nov. 2024. Disponível em: https://www.euronews.com/my-europe/2024/11/25/hungarys-push-for-serbia-eu-accession-talks-stalls. Acesso em: 6 jun. 2025.

HUNGARY 'S to be most pro-enlargement EU presidency of all time. **Daily News Hungary,** 3 jul. 2024. Disponível em: https://dailynewshungary.com/hungarian-fm-hungarys-to-be-most-pro-enlargement-eu-presidency-of-all-time. Acesso em: 6 jun. 2025.

INFLUÊNCIA na Turquia atinge 78,6% em junho, maior nível desde 1998. **G1,** 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/04/infla-

cao-na-turquia-atinge-786-em-junho-maior-nivel-desde-1998.ghtml. Acesso em: 3 ago. 2025.

ITALY will help speed up start of talks on Ukraine's accession to EU – Meloni. **Ukrinform,** 23 maio 2023. Disponível em: https://www.ukrinform.net/rubric-polytics/3700998-italy-will-help-speed-up-start-of-talks-on-ukraines-accession-to-eu-meloni.html. Acesso em: 6 jun. 2025.

JESUS, Diego Santos Vieira. Os processos de partilha da soberania na União Européia. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, v.52, n.2, p. 115-132. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200007. Acesso em: 28 abr. 2025.

**Journal of Agricultural Science,** [S.l.], v. 30, n. 2, p. 69-77, 2019. DOI: https://doi.org/10.15159/jas.19.10. Acesso em: 19 abr. 2025.

JUNIOR, Amandino Teixeira Nunes. A União Europeia e suas instituições. **Revista de Informação Legislativa,** Brasília, a. 48, n. 192, p. 22-27, out./dez. 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/48/192/ril_v48_n192_p21.pdf. Acesso em: 11 de Abril de 2025.

KARJALAINEN, Tyyne. EU enlargement in wartime Europe: three dimensions and scenarios. **Contemporary Social Science,** Milton,v. 18, n° 5, p. 637-656. 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/21582041.2023.2289661. Acesso em: 28 de Abril de 2025.

KOOPS, Joachim A; COSTEA, Simion; PELOSI, Gaia; RISHKO, Vitalli; STRELKOV, Alexander; TENTLER, Matthew. **Parliaments in the EU enlargement process: Strengthening capacities of accession country parliaments under the evolving enlargement methodology.** 1. ed. União Europeia, 2025.

LABRANO, Roberto. La salida de un Estado Miembro en el proceso de integración: El Reino Unido y la Unión Europea. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión, [**S.l], v. 1, n.8, p. 41–63, 2016. DOI: https://doi.org/10.16890/rstpr.a4.n8.p41. Disponível em: https://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/204. Acesso em: 28 fev. 2025.

LEITÃO, Augusto Rogério; BARRINHA, André. A União Europeia e a Turquia: ambiguidades e indefinições para a Presidência portuguesa. Lisboa: **Relações Internacionais,** Coimba, v.1, n. 14, p. 131-141. jun. 2007. Disponível em: https://hdl.handle.net/10316/42970. Acesso em: 2 ago. 2025.

LESSA, Antônio Carlos; SZUCKO, Angélica. 2024. **Europa: integração e fragmentação.** São Paulo: Editora Contexto. E-book.

LEVEQUE, Arthur. French position on EU enlargement: seizing the historic and geopolitical turn. **ICDS – International Centre for Defence and Security,** 4 jul. 2023. Disponível em: https://icds.ee/en/french-position-on-eu-enlargement-seizing--the-historic-and-geopolitical-turn/. Acesso em: 6 jun. 2025.

LITHUANIA'S Nausėda proposes 2030 as Ukraine's EU accession date. **Kyiv Independent,** 2024. Disponível em: https://kyivindependent.com/lithuanias-nauseda-proposes-2030-as-ukraines-eu-accession-date/. Acesso em: 6 jun. 2025.

LÓPEZ JIMÉNEZ, José Ángel. La Unión Europea y su aproximación estratégica al espacio postsoviético: el camino a la adhesión de Moldavia y el secesionismo de Transnistria. **Cuadernos Europeos de Deusto**, Bilbao, n. 72, p. 143-182, mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.18543/ced.3250. Acesso em: 19 abr. 2025.

LOPEZ, Maria. Expanding the eurozone: implications, challenges, and future prospects. **Economic Review of the European Union,** [S.L], v.6, n.1, p. 43-65. 2023. Disponível em: https://economicreveu.com/index.php/EREU/article/view/15. Acesso em: 30 de Abril de 2025.

MACRON, Emmanuel. GLOBSEC Summit in Bratislava. **Élysée,** 1 jun. 2023. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/emmanuel-macron/2023/06/01/globsec-summit-in-bratislava. Acesso em: 6 jun. 2025.

MANOLI, Panagiota; TZIFAKIS, Nikolaos. EU Enlargement and Reform (III): Greece's "Duty to Guide"? A View from Athens. **Internationale Politik Quarterly,** Montréal, Summer 2025 (n. 4/2025), "A World Order Minus One". Publicado em 28 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374414472_EU_Enlargement_and_Reform_III_Greece's_Duty_to_Guide_A_View_from_Athens. Acesso em: 1 ago. 2025.

MARČETA, Milja; BOJNEC, Štefan. Analysis of the economic performance and competitiveness of the European Union countries. **Serbian Journal of Management,** Belgrado, v. 17, n. 1, p. 219-236, 2022. DOI: https://doi.org/10.5937/sjm17-31944. Acesso em: 19 abr. 2025.

MARTINHO, Rui Gabriel Fachadas. **A adesão falhada da Turquia à U.E. e o primeiro critério de Copenhaga:** A questão curda e a natureza iliberal do Estado turco como obstáculos à adesão à União Europeia (2013-2017). 2019. Dissertação (Mestre em estudos internacionais) — Escola de Sociologia e Políticas Públicas,

Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa. 2019. p. 10-11.

MARTINS, Estevão de Rezende. O alargamento da União Europeia e a América Latina. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.47, n° 2, p.5-24. 2004. https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Zk68xfNj6ChDRMYs4tDCDGP/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 de Abril de 2024.

MCGEE, Luke. Premiê húngaro, aliado de Putin, faz 1ª viagem a Kiev desde o início da guerra. CNN Brasil, 2 jul. 2024. Disponível em: cnnbrasil.com.br/internacional/premie-hungaro-aliado-de-putin-faz-1a-viagem-a-kiev-desde-o-inicio-da-guerra/. Acesso em: 30 jul. 2025.

MEARSHEIMER, John. Por qué Occidente es responsable de la crisis ucraniana. Revista de Economía Institucional, Bogotá, v. 24, n. 47, p. s26-s30, 2022. Tradução de Alberto Supelano. Disponível em: https://www.economist.com/by-invitation/2022/03/11/john-mearsheimer-on-why-the-west-is-principally-responsible-for-the-ukrainian-crisis. Acesso em: 19 abr. 2025.

MECANISMO para as Reformas e o Crescimento nos Balcãs Ocidentais: adoção. Conselho Europeu, 2024. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/05/07/reform-and-growth-facility-for-the-western-balkans-adopted/. Acesso em: 1 jun. 2025.

MENEZES, Gustavo Oliveira Teles de. Os Bálcãs na política externa russa em meio à Guerra Russo-Ucraniana: uma nova-velha frente na política de grande potência de Moscou. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 15, n. 69, p. 36-47, jan./mar. 2024. DOI: https://doi.org/10.22456/2178-8839.133730. Acesso em: 19 abr. 2025.

MINISTERIAL Committee on EU Affairs outlines Finland's positions ahead of upcoming meetings. Government of Finland, [*s.d.*]. Disponível em: https://valtioneuvosto.fi/en/-//10616/ministerial-committee-on-eu-affairs-outlines-finland-s-positions-ahead-of-upcoming-meetings. Acesso em: 6 jun. 2025.

MITSOTAKIS, Kyriakos. Greek PM says EU must integrate Western Balkans by 2033. Al Jazeera, 10 jun. 2022. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2022/6/10/greek-pm-says-eu-must-integrate-western-balkans-by-2033-politico. Acesso em: 1 ago. 2025.

MONAGHAN, Andrew. Russian Grand Strategy in the Era of Global Power Competition. Manchester: Manchester University Press, 2022.

MOURA, Teresa. De Maastricht a Nice. Nação e Defesa, Lisboa, n. 100, p. 57-71, 2001. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/entities/publication/fd4078a0-90a-2-4f0b-ae2a-ed5925fece00. Acesso em: 12 abr. 2025.

NAKAI, Ryo. The democratic backsliding paradigm in enlarged European Union countries: In-depth analysis of V-Dem indicators. Frontiers in Political Science, v. 4, art. 966472, 2023. DOI: 10.3389/fpos.2022.966472. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpos.2022.966472. Acesso em: 27 Jun. 2025.

NAVARRETE, Jorge Eduardo. La Unión Europea ampliada: ¿potencia mundial?. Economía UNAM, v. 1, n. 3, p. 82-100, 2004. Disponível em: http://revistaeconomia.unam.mx/index.php/ecu/article/view/217/215. Acesso em: 16 fev. 2025.

NEDELESCU-IONESCU, Daniela; RUJAN, Ovidiu. Possible trade effects of the next European Union enlargement. [S.l.]: Academia de Studii Economice din Bucuresti, v.1, p:47-53. 2012. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/ora/journl/v1y2012i1p47-53.html. Acesso em: 19 abr. 2025

NEGOCIAÇÕES UE - Ponto situação. Eurocid. Disponível em: https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/negociacoes-ue-ponto-situacao. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2025.

OHLÉN, Mats. Future EU Enlargements—Opportunities and Dilemmas. In: EKMAN, Per; LUNDQVIST, Björn; MICHALSKI, Anna; OXELHEM, Lars. The Depth and Size of the European Union in a Time of War. 1. ed. Palgrave Macmillan. 2025. p. 23-48.

OLIVEIRA, Samuel José de Magalhães; FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. A expansão da União Européia em 2004 e seus impactos no agronegócio brasileiro. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 937-968, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000400002. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2025.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Capitalismo e integração regional via união europeia. Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 22, n. 35, p. 13. jan/jun. 2018. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive. Acesso em: 15 de Fevereiro de. 2025.

_____. Forma política e integração regional via União Europeia: Political form and regional integration through European Union. Brazilian Journal of International Relations, Marília, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 280–305, 2017. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/7294. Acesso em:

15 de Fevereiro de 2025.

_____. A Construção da União Europeia: condicionantes e guinadas de um projeto político-econômico. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 8, n. 15, p. 76-99, jul.-dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26300. Acesso em: 11 de Abril de 2025

PAÍSES que utilizam o euro. União Europeia, *s.d.* Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/euro/countries-using-euro_pt. Acesso em: 20 de Abril de 2025..

PARCERIA Oriental. Conselho Europeu, 2025. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/#:~:text=A%20Parceria%20Oriental%20%C3%A9%20uma,grau%20poss%C3%ADvel%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B3mica. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2025.

PARLAMENTO da Turquia aprova entrada da Suécia na Otan. G1, 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/01/23/parlamento-da-turquia-aprova-entrada-da-suecia-na-otan.ghtml. Acesso em: 6 jun. 2025.

PARLAMENTO EUROPEU (PE). Relatório sobre o Relatório de 2022 da Comissão relativo ao Montenegro. Bruxelas, 14 jun. 2023. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2023-0277_PT.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.

PLENKOVIC: Imposing topic of EU enlargement is Croatia's political success. Government of Croatia, 2024. Disponível em: https://vlada.gov.hr/news/plenkovic-imposing-topic-of-eu-enlargement-is-croatia-s-political-success/43689. Acesso em: 6 jun. 2025.

POPULATION change - Demographic balance and crude rates at regional level (NUTS 3). Eurostat, 2025. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/demo_r_gind3/default/table?lang=en. Acesso em: 6 jun. 2025.
PRATA, Pedro. A PESD na gestão das crises dos Balcãs. Working Papers, 2008. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal.%26quot%3B/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-pesd-na-gestao-das-crises-dos-balcas/A-PESD-na-gestao-das-crises-dos-Balcas.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.
PRESIDENT Iohannis: I will remain a strong advocate of EU enlargement process. ActMedia, 2024. Disponível em: https://actmedia.eu/daily/president-iohannis-i-will-remain-a-strong-advocate-of-eu-enlargement-process/109609. Acesso em: 6 jun. 2025.

PRIME Minister: Lithuania has always supported EU enlargement and Bosnia and Herzegovina's European choice. Government of Lithuania, 2024. Disponível em: https://lrv.lt/en/news/prime-minister-lithuania-has-always-supported-eu-enlargement-and-bosnia-and-herzegovinas-european-choice. Acesso em: 6 jun. 2025.

RAMOS, Alexandre; GOMES, Pedro Henrique. O impacto da proximidade com países desenvolvidos no desenvolvimento de uma nação. Brazilian Journal of Development, v. 10, n. 9, 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/73150. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2025.

RANKIN, Jennifer. Polish revival masks deeper divisions with German neighbours. The Guardian, 30 dez. 2024. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2024/dec/30/donald-tusk-polish-revival-masks-deeper-divisions-with-german-neighbours. Acesso em: 6 jun. 2025.

REITER, Margaux. Belgium's role in EU enlargement. Egmont Institute, fev. 2025. Disponível em: https://www.egmontinstitute.be/app/uploads/2025/02/MG_REWEU_belgium_final_v4-1.pdf?type=pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

RELAÇÕES UE-Balcãs Ocidentais. Conselho Europeu, 2024. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-western-balkans-relations/. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2025

RELATÓRIO sobre os relatórios de 2023 e 2024 da Comissão relativos à Turquia. Parlamento Europeu, 2025. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-10-2025-0067_PT.html. Acesso em: 2 ago. 2025.

REPÚBLICA da Turquia [Constituição (1982)]. Constituição da República da Turquia. 21. ed. atual. Ancara: Grande Assembleia Nacional da Turquia, 1982.

RIBARCZYK, Bruna Gabriela. Os efeitos da integração financeira sobre a competitividade externa dos países da União Monetária Europeia. 2015. 45f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2015.

SÁNCHEZ, Pedro. Comparecencia ante el Congreso. La Moncloa, 20 dez. 2023. Disponível em: https://www.lamoncloa.gob.es/presidente/actividades/Paginas/2023/201223-sanchez-comparecencia-congreso.aspx. Acesso em: 6 jun. 2025.

SCHIMMELFENNIG, Frank; SEDELMEIER, Ulrich. The Politics of European

Union Enlargement: Theoretical approaches. Routledge, [S.l.] 2005. Acesso em: 15 fev. 2025

_____. EU enlargement and differentiated integration: discrimination or equal treatment?. Journal of European Public Policy, v. 21, n. 5, p. 681-698, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13501763.2014.897744. Acesso em: 22 jun. 2025.

SEVERO, Marília Bortoluzzi. As Relações entre a União Europeia e os Balcãs Ocidentais: Uma Abordagem de Estabilização e Associação? Conjuntura Austral, Porto Alegre, v.6, n.31, p.61-76, 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/56304/35030. Acesso em: 6 jun. 2025.

SILVA, Midiã Conceição Cavalcante. A União Europeia e a promoção da democracia em Belarus: o que deu errado? 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16133/2/Midia_Conceicao_Cavalcante_Silva.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

SOARES, Antonio Goucha. A União Europeia como potência global? As alterações do Tratado de Lisboa na política externa e de defesa. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 54, n. 1, p. 87-104, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-73292011000100006. Acesso em: 11 de Abril de 2025.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de; PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo. Notas sobre a formação da Zona do Euro: 1990 – 2002. **Revista Economia e Políticas Públicas**, [*S. l.*], v. 2, n. 1, p. 215–231, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspublicas/article/view/4242. Acesso em: 20 de Abril de 2025.

SMITH, Martin; TIMMINS, Graham. Russia, NATO and the EU in an era of enlargement: Vulnerability or opportunity? **Geopolitics,** v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/14650040108407707?scroll=top&needAccess=true. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2025.

SPAIN'S Foreign Minister: EU reforms needed before enlargement. **Reuters**, 9 maio 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/spains-foreign-minister-eu-reforms-needed-before-enlargement-2024-05-09/. Acesso em: 6 jun. 2025.

STATEMENT of Foreign Policy 2025. **Government Offices of Sweden,** 2025. Disponível em: https://www.government.se/speeches/2025/02/statement-of-foreign-policy-2025/. Acesso em: 6 jun. 2025.

STOJANOVIC, Marija. What do the results of the German election mean for EU enlargement and the Western Balkans? **European Western Balkans,** 25 fev. 2025. Disponível em: https://europeanwesternbalkans.com/2025/02/25/what-do--the-results-of-the-german-election-mean-for-eu-enlargement-and-the-western--balkans/. Acesso em: 4 jun. 2025.

STRATAN, Alexandru; FALA, Alexandru; FALA, Victoria. Assessing cost competitiveness in European Union candidate countries: the case of the Republic of Moldova. **Romanian Journal of Economics**, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 25-35, 2024. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/ine/journl/v59y2024i68p25-35.html. Acesso em: 19 abr. 2025.

STRICT but fair: Dutch approach to EU enlargement. Balkan Insight, 25 out. 2019. Disponível em: https://balkaninsight.com/2019/10/25/strict-but-fair-dutch-approach-to-eu-enlargement/. Acesso em: 6 jun. 2025.

THE map of potential EU enlargement. **The New Union Post,** Brussels, 1 jul. 2024. Disponível em: https://newunionpost.eu/2024/07/01/map-potential-eu--enlargement/. Acesso em: 26 jun. 2025.

TODERAS, Nicolae. Romania's role in EU enlargement: challenges, opportunities, and strategic preferences for the Republic of Moldova's accession. **Europolity – Continuity and Change in European Governance,** Bucharest, v. 18, n. 2, p. 159–180, 2024. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=5061369. Acesso em: 5 jun. 2025.

TOSTES, Ana Paula Balthazar. Política Externa da UE para o Leste Pós-Guerra Fria: Mudanças de Rota no Contexto da Invasão da Ucrânia. **Mural Internacional,** Rio de Janeiro, v. 13, Article ID 67679, 13 p., 2022. DOI: https://doi.org/10.12957/rmi.2022.67679. Acesso em: 25 jun. 2025.

TRATADO da União Europeia. 29 de Julho de 1992. União Europeia, 1993. TRATADO sobre o funcionamento da União Europeia. 07 de Junho de 2016. **União Europeia,** 2016.

TURKEY and the European Union: in a maze of disputes. **OSW Commentary**, 2024a. Disponível em: https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2024-04-03/turkey-and-european-union-a-maze-disputes. Acesso em: 6 jun. 2025.

TURKEY Population. **CEIC Data,** 2024b. Disponível em: https://www.ceicdata.com/pt/indicator/turkey/population. Acesso em: 3 ago. 2025.

TÜRKIYE. European Commission, [*s.d*]. Disponível em: https://enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/turkiye_en. Acesso em: 31 mai. 2025.

**UNIÃO EUROPEIA.** REGULAMENTO (UE, Euratom) 2020/2092 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 16 de dezembro de 2020. Relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União. **Jornal Oficial da União Europeia,** L 433 I, p. 1-10, 22 dez. 2020. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020R2092 . Acesso em: 22 de Jun. 2025.

_____. **Tratado Da União Europeia (Versão Consolidada).** Bruxelas, 2016, 34p.

VEIGA, Francisco. **Ucrania 22: La Guerra Programada.** Alianza, 2022.

VELIC, Ismar; CVECIC, Igor. Monetary Integration Effects on Foreign Direct Investments in New EU Member States. **Journal of Economic Integration,** Seul, v.39, n.1, p.55-85. 2024. DOI: https://doi.org/10.11130/jei.2024008. Acesso em: 30 de Abril de 2025.

VIDEVA, Radomira Videva. **La Candidatura Búlgara De Adhesión a la Unión Europea a la Vista de los Criterios de Copenhague.** 2008. Tese (Doutorado em Direito Público Geral) — Faculdade de Direito, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2008. Pág. 123-131.

TOCCI, Nathalie. Framing the EU Global Strategy: A Stronger Europe in a Fragile World. Palgrave Macmillan, [S.l.], 2017.

VULOVIC, Marina. Economic relations between the Western Balkans and Non-EU countries: how the EU can respond to challenges concerning direct investment, trade and energy security. **German Institute for International Affairs**, [S.L], v. 36, n.1, p. 1-8. 2023. DOI: https://doi.org/10.18449/2023C36. Acesso em: 29 de Abril de 2025.

WESTERN Balkans strategically important to Italy, says Premier Meloni. **Anadolu Ajansı,** 13 abr. 2023. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/europe/western-balkans-strategically-important-to-italy-says-premier-meloni/2862618. Acesso em: 6 jun. 2025.

WHY TURKEY changed its stance on Sweden's NATO membership. **Al Jazeera,** 11 jul. 2023. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2023/7/11/why-turkey-changed-its-stance-on-swedens-nato-membership-2. Acesso em: 6 jun. 2025.


CSNU

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

# Desafios políticos e securitários no Afeganistão

*Isadora Perciliana dos Santos*[1]
*Letícia Rodrighero Homem*[2]
*Rebeca Martins de Lima*[3]

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir os desafios políticos e securitários do Afeganistão, frente ao seu histórico de intervenções externas, disputas étnicas e a proliferação de rivalidades internas dentro de seu território. A partir da introdução de conceitos e contextos essenciais para a compreensão da temática, este guia de estudos visa elucidar os eventos que corroboram para o contexto internacional de atuação do novo governo do Talibã, assim como refletir seus impactos no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Sendo assim, em um primeiro momento, o artigo enfatiza a contextualização histórica e as consequências desses acontecimentos na atualidade. Posteriormente, também serão abordadas as ações internacionais prévias que visavam a mediação das instabilidades sócio-políticas no Afeganistão, assim como a dinâmica de interação regional, além de um estudo de caso dos países membros do CSNU.

1 Isadora Perciliana dos Santos é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).
2 Letícia Rodrighero Homem é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).
3 Rebeca Martins de Lima é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão dos desafios políticos e securitários enfrentados pelo Afeganistão exige uma análise profunda de sua formação como Estado-nação e das dinâmicas internacionais que moldaram seu presente. Nesse sentido, é evidente que nos últimos dois séculos, o país foi palco de disputas geopolíticas que resultaram em instabilidades duradouras e na emergência de forças políticas e religiosas de caráter insurgente, como o Talibã e, mais recentemente, o Estado Islâmico — Khorasan (ISKP). Dentro desse contexto, a ausência de uma definição jurídica única de terrorismo por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) não impede a sua atuação frente às ameaças globais. O CSNU reconhece a natureza grave do terrorismo e busca combatê-lo por meio de medidas sancionatórias, cooperação internacional e resposta diplomática articulada entre os Estados (Maurício, 2014).

Em termos históricos, Harari (2018) salienta que o terrorismo manipula o medo na mente humana, ao capturar a imaginação privada de milhões de indivíduos. Sob essa ótica, os atentados de 11 de setembro de 2001 não apenas causaram perdas humanas e materiais, como também transformaram o conceito de terrorismo em um instrumento político, justificador de uma nova agenda internacional — marcada por intervenções militares, reconfigurações geopolíticas e a ampliação do aparato securitário global (Visentini, 2022).

Diante disso, o presente artigo se propõe a investigar os fatores históricos que levaram à fragilidade do Estado afegão, analisando desde sua formação durante o "Grande Jogo"[4] imperialista até a ascensão do Talibã no vácuo deixado pela Guerra Fria. Na sequência, serão discutidas as consequências das intervenções estrangeiras e o impacto dos atentados de 2001 na política externa norte-americana, abordando a ocupação, retirada e a retomada do poder pelo Talibã em 2021. Por fim, serão explorados os desafios atuais, como a ameaça persistente do terrorismo transnacional, o financiamento de organizações extremistas e os reflexos humanitários e diplomáticos da atual crise afegã. Desse modo, ao reunir esses elementos, busca-se oferecer uma compreensão crítica da atuação do CSNU diante de uma ameaça difusa, dinâmica e profundamente conectada ao jogo de forças globais.

**IMAGEM 1 - Mapa o Afeganistão**




Fonte: Nations Online, online.

4 O termo "Grande Jogo" refere-se à disputa geopolítica travada principalmente entre o Império Britânico e o Império Russo no século XIX, pela influência e controle sobre a região da Ásia Central, incluindo o território do atual Afeganistão.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A presente seção do Guia de Estudos baseia-se no processo de formação histórica do Afeganistão como um dos fatores determinantes para o cenário atual de instabilidade no país. Dentro desse contexto, o objeto da seção concentra-se na composição histórica do Estado afegão, na influência que o cenário da Guerra Fria teve sobre o país e no vácuo de poder que culminou em uma guerra civil no pós-Guerra Fria e na dissolução da União Soviética (URSS). A partir do reconhecimento dos fatos do século XX, o objetivo é apontar acontecimentos mais recentes, efetivamente motivadores da formação de um contexto de instabilidade e deflagração no território afegão.

### 2.1 O EMIRADO E O REINO (1823 - 1973)

Ao longo da composição histórica do Afeganistão, sobretudo o período que compreende a sua formação, entre 1820 à 1973, observa-se que o território mergulhou em uma série de disputas internas e intervenções externas. Inserido em um cenário geopolítico marcado pelo imperialismo, o Afeganistão tornou-se alvo das disputas expansionistas entre o Império Britânico e a Rússia czarista — conflito que viria a ser conhecido posteriormente como o "Grande Jogo". Mediante a tal cenário, a trajetória do Emirado (1820-1926) e do Reino (1926-1973) expõe a constante instabilidade política, marcada pelas disputas regionais, referentes a séculos de intervenções imperialistas, desde o domínio Macedônico, com Alexandre, o Grande, até as invasões coloniais britânicas (Mirza, 2022).

A partir da primeira metade do século XIX, o Afeganistão passou a desempenhar um papel estratégico no 'Grande Jogo".

> Embora ele não soubesse à época, o memorando de Ellenborough de 1830 seria o documento fundador do que Kipling mais tarde chamaria de "O Grande Jogo" — uma política que influenciaria toda a estratégia imperial britânica futura na fronteira noroeste da Índia e que ainda hoje fundamenta as políticas britânica, paquistanesa, norte-americana e da OTAN na região (Mirza, 2022, p. 193).

Frente a tal cenário, o país foi moldado a partir dos interesses imperialistas britânicos e russos que permeavam o território. A condição imposta pelo conflito em questão promoveu consequências duradouras na constituição e consolidação do Estado afegão (Rasanaygam, 2005). Remontando ao que pode ser considerado o início do processo de centralização do poder no Afeganistão, Dost Muhammad Khan tentou consolidar o poder em meio à fragmentação tribal existente no território. Contudo, mediante ao contexto das disputas imperialistas entre o Império Britânico e Rússia, sua posição foi constantemente ameaçada até o ponto de sua substituição ser forçada pelo governo britânico no limiar da Primeira Guerra Anglo-Afegã (1839-1842)[5]. Após tal conflito, pode-se observar uma nova estratégia britânica de intervenção, buscando influenciar o Afeganistão através do seu entorno estratégico, como a "Linha Durand" (1893), a qual repartiu regiões habitadas por diferentes

5 A Primeira Guerra Anglo-Afegã (1839-1842) representa a tentativa britânica de impor uma ordem favorável a seus interesses estratégicos na região, especialmente com relação à proteção da Índia Britânica contra uma possível expansão russa. Tal período refere-se diretamente à deposição do então governante Dost Muhammad Khan, que era visto pelos britânicos com desconfiança devido a seus contatos diplomáticos com a Rússia. Isso levou o governo britânico a intervir militarmente e restaurar Shah Shuja Durrani, um ex-monarca exilado, desencadeando assim o conflito. Durante essa guerra, os britânicos enfrentaram forte resistência popular. Apesar da ocupação inicial de Cabul, a campanha terminou em desastre para o Império Britânico, com a quase completa aniquilação do exército de retirada em 1842 — um episódio que simbolizou a falência da intervenção externa e a complexidade da política afegã.

grupos étnicos, um fator desestabilizador na região afegã, a qual propagou um cenário de instabilidades nas décadas seguintes (Rasanaygam 2005; Mirza 2022).

A partir do governo de Abdur Rahman Khan[6] (1880-1901), o Afeganistão aprofundou a consolidação do poder estatal (Rasanaygam, 2005). Com o apoio financeiro e logístico do Império Britânico, Rahman Khan concretizou o controle sobre os territórios e minorias étnicas, seguindo seu plano de unificação nacional, o qual permitiu atingir certa estabilidade. Contudo, a constituição da centralização do poder a partir de um projeto autoritário coercitivo, não respeitando diferenças étnicas e tribais, manteve a permanência de contínuas tensões internas (Mirza, 2022).

Os reinados seguintes — como os de Habibullah Khan (1901-1919) e Amanullah Khan (1919-1929) — promoveram iniciativas de modernização do país por meio de reformas baseadas nos modelos ocidentais (Rasanaygam, 2005). Inicialmente, Habibullah Khan implementou medidas que visavam a promoção de certo equilíbrio entre a tradição e a modernidade, com a implementação de medidas modernizadoras que não romperam completamente com os valores tradicionais, visando evitar rupturas sociais e políticas. No entanto, a resistência encontrada dentro do território, sobretudo nas elites conservadoras afegãs, impediu avanços profundos. Levando em consideração a dificuldade em conciliar projetos modernizantes dentro de uma estrutura social tradicional, Amanullah Khan, após declarar a independência perante o Império Britânico, tentou implementar reformas estruturais radicais inspiradas no governo turco de Mustafa Kemal Atatürk (1923 - 1938). De forma semelhante ao cenário encontrado por Habibullah Khan, Amanullah Khan foi derrubado do poder após suas medidas modernizadoras promoverem uma série de revoltas internas (Mirza, 2022). As dificuldades em implementar projetos modernizantes ilustra o conservadorismo das elites no país, que prezavam por uma organização social baseada na religião e na hierarquia tribal, estabelecida séculos antes. De tal forma, a dificuldade de inserção nas dinâmicas afegãs mostrou as limitações do Estado moderno do país, revelando tanto a sua frágil presença territorial quanto sua dependência de apoio externo (Rasanaygam 2005; Mirza 2022).

Considerando os reinados anteriores e suas dificuldade de integração social, Mohammed Nadir Shah (1929-1933), e posteriormente, o longo reinado de Zahir Shah (1933–1973), promoveram uma restauração conservadora, a qual buscou a estabilização interna através de reformas graduais e abertura política. Contudo, tais projetos modernizantes moderados não extinguiram as tensões entre elites tradicionais, modernizadores e militares. A estabilidade presente no território nesse período não impediu a formação de um cenário tensionado formado pelo o acúmulo de frustrações e divisões étnicas e tribais, o que culminou no golpe de 1973, encerrando assim a monarquia e instaurando uma República (Mirza, 2022)

Assim, a compreensão dos períodos do Emirado e do Reino Afegão exige a consideração do legado histórico das intervenções estrangeiras, em especial das incursões coloniais ocorridas ao longo do século XIX. O legado permeado pelas interferências estrangeiras diz respeito à constituição e consolidação do Estado moderno afegão, o qual buscou incessantemente equilibrar a centralização estatal, as forças internas de resistência e as forças externas de dominação. Entre 1820 e 1973, o Afeganistão teve um ciclo contínuo de instabilidade político-social, caracterizado pela fragmentação de seu Estado (Rasanaygam 2005; Mirza 2022).

6 Abdur Rahman Khan (1880 - 1901), também é denominado como "emir de ferro".

## 2.2 GUERRA FRIA: A REPÚBLICA E OS SOVIÉTICOS (1973 - 1992)

O limiar que marca a rivalidade entre Estados Unidos da América (EUA) e URSS caracterizado pela lógica bipolar da Guerra Fria, teve implicações diretas no desenvolvimento da instabilidade no Afeganistão a partir da década de 1970 (Rasanaygam, 2005). O país, impactado pelo contexto da lógica de confronto indireto presente na rivalidade norte-americana e soviética, tornou-se um campo estratégico entre projetos ideológicos opostos: o capitalismo liberal e o socialismo soviético. Dessa forma, o prélio entre EUA e URSS tornou-se um dos principais fatores de desestabilização do território afegão, culminando na constituição do cenário político-social vislumbrado até os dias de hoje (Mirza, 2022).

O golpe instaurado em 1973, por Mohammad Daoud Khan, depôs a monarquia com apoio do Partido Democrata do Povo do Afeganistão (PDPA), um partido alinhado com a orientação comunista e com laços ideológicos com Moscou. A República do Afeganistão (1973-1978) promoveu uma série de reformas moderadas no país ao passo que enfrentou oposição interna e contradições crescentes, especialmente ligadas ao próprio PDPA (Mirza, 2022). Neste cenário, a instabilidade no território afegão agravou-se em 1978, com a Revolução de Saur, quando o PDPA assumiu o poder e instaurou um regime comunista, alinhado à URSS (Rasanaygam, 2005).

O novo regime, a República Democrática do Afeganistão (1978), liderado pelo PDPA, promoveu reformas que impactaram diretamente as estruturas sociais e religiosas. De maneira ferrenha, como forma de controlar a instabilidade interna, iniciou-se um período de repressão aos opositores, resultando no crescimento de movimentos de resistência armada apoiados, principalmente, pelos Estados Unidos (Rasanaygam, 2005). Nesse contexto, em dezembro de 1979 a URSS interviu militarmente no Afeganistão, temendo uma possível queda de um governo aliado a partir da expansão de influência ocidental, dando início a um novo ciclo de disputas geopolíticas estrangeiras em solo afegão (Mirza 2022; Cunha, Oliveira, Morais, 2020).

A invasão soviética no Afeganistão não trouxe estabilidade, pelo contrário, elevou as tensões internas. A ocupação soviética, portanto, pode ser analisada como uma expressão direta da rivalidade com os Estados Unidos, que viram a presença soviética como uma ameaça à estabilidade da região. Em resposta, os EUA, ao lado do Paquistão e da Arábia Saudita, passaram a apoiar militarmente os "mujahideen".[7] Esse apoio incluiu financiamento, armamento e treinamento, transformando a guerra afegã em um campo de batalha indireto entre as superpotências da Guerra Fria, uma verdadeira guerra por procuração (Mirza 2022; Cunha, Oliveira, Morais, 2020).

A intervenção soviética prolongada (1979-1989) e a intensa resistência armada, resultaram em destruição da infraestrutura afegã, radicalização do cenário político-social, milhões de mortos, refugiados e o agravamento das tensões internas (Rasanaygam, 2005). Mesmo após a retirada soviética do Afeganistão, em 1989, a instabilidade presente no território permaneceu. A presença soviética, a intervenção norte-americana e o envolvimento de potências regionais no conflito perpetuaram um legado de fragmentação política-social, promovendo a militarização das comunidades afegãs, o que levou ao enfraquecimento das estruturas estatais. Nesse contexto, sem um Estado forte capaz de reagir e uma subsequente guerra civil (1992-1996), o cenário tornou-se propício para o surgimento e ascensão do Talibã (Rasanaygam, 2005; Mirza, 2022; Cunha, Oliveira, Morais, 2020).

De forma semelhante aos acontecimentos do passado, a intervenção sovié-

7 Mujahideen é um termo que se refere a guerrilheiros islâmicos que lutam em nome da fé ou da comunidade muçulmana.

tica e a Guerra do Afeganistão (2001) foi um dos principais fatores para a deterioração do Afeganistão no período vigente (Rasanaygam, 2005). A rivalidade das duas superpotências moldou o curso do conflito, assim como comprometeu o desenvolvimento político-social e econômico do país, repercutindo suas consequências até o presente (Cunha; Oliveira; Morais, 2020).

## 2.3 A GUERRA CIVIL (1992 - 1996): O VÁCUO DE PODER NO PÓS-GUERRA FRIA

Em retrospectiva histórica, torna-se válido analisar que o Afeganistão, feudal e tribal, sempre nutriu excelentes relações com a URSS, sendo o primeiro Estado a reconhecê-la em 1919, e mantendo acordos de cooperação econômica e militar desde 1924 (Visentini, 2022). A partir disso, pontua-se também que a "vida política" só existia na capital do Afeganistão, Cabul, e em mais duas ou três cidades, pois era movida por uma minúscula classe média, da qual muitos oficiais, técnicos e funcionários haviam estudado na URSS (Visentini, 2022). Nesse sentido, é possível analisar que as relações entre o Afeganistão e a URSS, constituem para o Estado afegão parte da sua construção como país e sua projeção no sistema internacional. Assim, entende-se que dentre várias razões, a dissolução da URSS apresenta-se como uma das principais para o vácuo de poder que se dá na região no pós-Guerra Fria.

Dentro desse contexto, a retirada das tropas soviéticas em 1989 e, posteriormente, o colapso do regime de Najibullah, em 1992, marcaram o início de um período de fragmentação política no Afeganistão, na qual a ausência de um poder central efetivo se tornou evidente (Visentini, 2022). Assim, a guerra civil (1992-1996), que sucedeu a essa retirada, foi protagonizada por facções mujahideen que antes haviam lutado contra os soviéticos, mas que agora se voltavam umas contra as outras em disputas por território, poder e legitimidade política. Dessa forma, nota-se que esse conflito assumiu feições étnicas e regionais, com tadjiques[8] e uzbeques[9]concentrados no norte, hazaras[10] no centro e pashtuns[11] no leste e sul formando alianças concorrentes (EUAA, 2021).

Por conseguinte, observa-se que a fragmentação do poder refletia não só a diversidade étnica do país, mas também a ausência de um projeto nacional comum após o fim da lógica bipolar da Guerra Fria. A dissolução da URSS, que tradicionalmente financiava e sustentava parte da estrutura estatal afegã, deixou um vácuo financeiro e político considerável.

A queda do financiamento externo perturbou as estruturas de poder no

> O fim da Guerra Fria, como foi visto, perturbou o equilíbrio geopolítico regional, criando um relativo vazio estratégico. Na década de 1990, o interesse estadunidense pela Ásia Central e pelo Afeganistão era limitado, pois os ganhos com o desaparecimento da União Soviética pareciam mais importantes. (Visentini, 2022, p. 94).

8 "Tadjiques" refere-se à principal etnia do Tajiquistão e a um grupo étnico que também se encontra no Afeganistão, Uzbequistão e em comunidades da diáspora.

9 "Uzbeques" refere-se ao povo que habita o Uzbequistão e a outras áreas da Ásia Central, incluindo o Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão. Eles são uma etnia turca com a sua própria língua, o uzbeque, que é também a língua oficial do Uzbequistão.

10 Os hazaras são um povo de origem turca e mongol que reside principalmente na região central do Afeganistão conhecida como Hazarajat (hazaristão). Sua língua, o hazaragi, é um dialeto próprio do idioma persa com muitas palavras do idioma turco. Os hazaras compõem cerca de 30% da população do Afeganistão.

11 Os pashtuns são o maior grupo étnico do Afeganistão, e têm vivido no país há séculos.

Afeganistão, que já estavam enfraquecidas pela guerra civil. Desse modo, a Arábia Saudita também perdeu o interesse em financiar as milícias islâmicas, assim, os principais financiadores externos que continuaram ativos eram a ONU (no campo humanitário) e o Paquistão como apoiador regional (EASO, 2012).

Nesse sentido, nota-se que a guerra civil no Afeganistão caracteriza um cenário que reflete o caso da maioria dos Estados da região, em que há uma débil e/ou fragmentada industrialização e modernização, acompanhadas de uma incapacidade de estabelecer uma democracia sustentada com base numa sociedade civil coerente e consistente, o que gera como "crônica crise de desenvolvimento" (Visentini, 2022). A partir disso, o caso do Afeganistão ilustra um vácuo de poder, que no interior do país traduziu-se em um o ambiente marcado por violações sistemáticas de direitos humanos, como estupros de mulheres e meninas o que foi usado pelos líderes das milícias como arma de guerra ou "recompensa" aos militantes, saques, execuções e sequestros praticados por diferentes facções. A disputa pelo controle de Cabul entre 1992 e 1993 simboliza essa anarquia, com milhares de mortos e a destruição massiva da infraestrutura da cidade (EUAA, 2021).

A partir de 1994, o Talibã despontou como uma nova força política e militar, oriunda das madrassas de orientação deobandi[12] no Paquistão e composta majoritariamente por jovens pashtuns refugiados. Desse modo, o discurso do Talibã centrava-se na restauração da ordem e na implementação de um Estado islâmico "puro", e, por isso, angariou apoio significativo entre a população exausta pela violência prolongada (EUAA, 2021). Assim, a tomada de Kandahar em 1994 e, posteriormente, de Herat e Jalalabad, demonstram a rápida ascensão do grupo, que culminaria na conquista de Cabul em 1996.

Em síntese, o período entre 1992 e 1996 pode ser compreendido como uma fase de profunda desestruturação estatal, na qual o vácuo deixado pela retirada soviética e o fim do interesse estratégico das grandes potências resultou em uma multiplicidade de centros de poderes rivais. Portanto, a ausência de uma autoridade central legítima e a proliferação de senhores da guerra e milícias armadas consolidaram uma nova realidade política: a do domínio localizado, da fragmentação territorial e da ascensão de movimentos como o Talibã, que capitalizaram a desordem para impor uma nova forma de governança (Khalilzad, 1996).

### 2.4 ASCENSÃO DO TALIBÃ (1996 - 2001)

O período que compreendeu a invasão e instalação dos soviéticos no território afegão teve seu desfecho de forma caótica. A guerra que perdurou durante toda a investida russa, matou 1 milhão e 500 mil afegãos e abandonou o Estado sob o que Lima (2019) chama de destruição multifacetada. A economia se encontrava devastada, a sociedade desgastada pela luta de sobrevivência e as estruturas políticas, totalmente fragilizadas, foram dominadas por disputas internas, sobretudo conflitos étnicos entre senhores da guerra de diferentes regiões do país (Gonçalves, 2021).

Contudo, a posição estratégica do Afeganistão na Ásia Central o tornava alvo de interesses econômicos e políticos externos, como aqueles que almejavam rotas de oleoduto na região ou aqueles que buscavam conter a instabilidade causada pela guerra civil, assim, instituições políticas funcionais, eram necessárias para capacitá-los ao exercício econômico e diplomático internacional (Visentini, 2022).

12 As madrassas de orientação deobandi são instituições de ensino religioso islâmico sunita, com raízes na Índia do século XIX, que se espalharam por diversas regiões do mundo. Elas enfatizam a educação e a difusão da religião islâmica, especialmente a interpretação deobandi do islamismo.

É dentro desse contexto que o Inter-Serviço de Inteligência (ISI), ligado ao governo paquistanês, juntamente a auxílios americanos e sauditas, alicia refugiados afegãos a centros de treinamento e estudo da corrente islâmica sunita. Esse sistema de alianças evidencia a iniciativa dos agentes de enfraquecer remanescentes socialistas e instaurar um grupo insurgente no poder (Visentini, 2022).

> O ISI não só financiou e sustentou as dezenas de madrassas dispersas pelo Paquistão, como ativamente reforçou o Talibã com armas, munição, veículos e ajudou até na implementação de uma nova estrutura de comando do movimento. Também foi o ISI que operacionalizou um acordo entre o Talibã e o General Rashid Dostum para que aviões militares e helicópteros capturados pelo Talibã fossem consertados pelos técnicos de Dostum, viabilizando assim a primeira força aérea Talibã (Gonçalves, 2021, p. 26-27).

A atuação que se distingue da paquistanesa é a saudita. Desde a invasão soviética do Afeganistão em 1979, a Arábia Saudita, por meio de seu serviço secreto GID (General Intelligence Department), desempenhou um papel central no financiamento e apoio logístico à resistência mujahidin, em aliança estratégica com o Paquistão (ISI) e os Estados Unidos (CIA). Cada agência possuia atuação específica, com os sauditas, sobretudo, concentrados em medidas de auxílio humanitário, principalmente vinculado a imigrações forçadas, fornecendo até ensino religioso nos campos de refugiados na fronteira Afeganistão-Paquistão. O Príncipe Turki Al Faisal, da Arábia Saudita, diz que o seu governo nunca prestou ajuda financeira ao grupo Talibã, contudo, seria impossível dizer o mesmo de seus civis e empresas privadas, os quais gozavam de extrema liberdade econômica transacional (Al Saud, 2021).

> Os refugiados também viviam em condições um tanto caóticas. Haviam perdido seus líderes estabelecidos, que estavam mortos ou lutando com os Mujahideen. Sua sociedade era composta por mulheres, crianças e idosos. Nessas condições, os voluntários sauditas, especialmente os de instituições de caridade religiosas, dedicaram-se a fornecer liderança e educação para preservar os valores sociais e a moral, educar os jovens, respeitar os idosos e cuidar das mulheres[13] (Al Saud, 2021, p. 73).

Após a retirada soviética em 1989 e o colapso do regime comunista em 1992, os esforços sauditas e paquistaneses voltaram-se à tentativa de formação de um governo estável, o qual fosse capaz de combinar todas as etnias e a maioria dos partidos políticos. Para isso, seriam feitos esforços de intermediação dos grupos em disputa política no território, estratégia que não demonstrou eficiência e, tão pouco, foi capaz de impedir o cenário de extrema violência e caos que emergiu novamente no território. Dessa maneira, há uma reformulação das estratégias empregadas e o desarmamento se torna o principal elemento de contenção da instabilidade (Al Saud, 2021).

Pouco mais tarde, com a ascensão do governo Talibã em 1996, os sauditas — assim como os Emirados Árabes Unidos — optam por permanecer com sua embaixada aberta no Afeganistão. Ato esse que se distancia de um apoio político, e mais se aproxima da busca por nutrir um meio que facilitasse diálogos estratégicos, em que a Arábia Saudita influenciasse diplomaticamente a ação do Talibã, como fez nas tentativas de persuadir o grupo na extradição de Osama Bin Laden, sem êxito (Al Saud, 2021).

13 No original: "Their society was one of women, children and the old. In these conditions the Saudi volunteers, particularly those from the religion-based charities, set themselves to providing leadership and education in order to preserve social values and morals, educate the young, respect the elderly and care for women".

A milícia formada pelos "talibãs" – nome dado aos membros desses centros – surge como um elemento de coesão social, devido a sua pretensão de restauração da paz e ordem no território, logo, a fadiga social populariza o movimento e ascende o líder talibã ao poder na capital. Tal fato se distancia da existência concreta de um plano político, pois, em razão da má organização administrativa, a máquina pública ainda era extremamente vulnerável (Visentini, 2022). Em sua posse em 1996, "o Talibã realizou o seu primeiro ato simbólico e brutal de grande repercussão na comunidade internacional" (Gonçalves, 2021), ao torturar e matar o ex-presidente comunista Najibullah que estava sob proteção da ONU. Esse ato estreita as possibilidades de articulação do governo internacionalmente e marca o Estado como um agente terrorista.

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A presente seção visa abordar as principais frentes que levaram ao cenário de instabilidade sócio-política no Afeganistão. Nesse sentido, será exposta uma divisão em cinco níveis de análise: a intervenção dos Estados Unidos, que busca relacionar os eventos do 11 de setembro com a expansão militar estadunidense na região; a retirada das tropas estrangeiras (2021), em que será abordado sobre as falhas e negligências norte-americana, além da crise de governança e legitimidade política que se configurou; o retorno do Talibã, em sentido de elaborar sobre o contexto da nova ascensão do Talibã e os reflexos na dinâmica regional; os desafios securitários e de terrorismo, que visa expor a transfiguração de organizações terroristas em âmbito internacional nas últimas décadas, ao salientar sobre o financiamento de organizações terroristas e governos extremistas, além dos reflexos nos Direitos Humanos; os impactos regionais e internacionais, em sentido de discorrer sobre os desafios migratórios e diplomáticos.

### 3.1 INTERVENÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E OTAN (2001 - 2021)

No dia 11 de setembro de 2001, a população norte-americana foi surpreendida ao deparar-se com a notícia de que seu país havia sido alvo de ataques. No dia em questão, quatro aeronaves comerciais foram sequestradas por membros da organização Al-Qaeda[14], resultando na destruição das torres gêmeas do World Trade Center, no ataque ao Pentágono e na queda de um avião na Pensilvânia, causando a morte de 2.977 pessoas. A autoria dos ataques foi imputada à figura de Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda. O grupo islamista já havia protagonizado ataques contra alvos norte-americanos nos anos 1990, como os atentados às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia. Bin Laden, então exilado no Afeganistão com o apoio do regime Talebã, defendia abertamente a realização de uma jihad global contra os Estados Unidos, justificando seus ataques pela presença militar norte-americana em territórios sagrados islâmicos, além do apoio dos EUA a Israel (BBC News, 2021).

O evento em questão, orquestrado pela Al-Qaeda a partir do território afegão controlado pelo Talibã, marcou o início de uma presença militar ocidental pro-

14 A Al-Qaeda surge como resultado da convergência de movimentos islâmicos militantes que, nas décadas de 1970 e 1980, passaram a preencher o vazio político deixado pelo fracasso das ideologias seculares no Oriente Médio em resolver as persistentes crises socioeconômicas da região. Fundada por Osama bin Laden em 1989, a organização teve suas raízes na guerra do Afeganistão contra a ocupação soviética, período em que diversos grupos salafistas — adeptos da ideia de restaurar a pureza original do Islã — se uniram em torno de uma causa transnacional. A Al-Qaeda se consolidou como uma rede descentralizada, composta por células autônomas distribuídas em diferentes países, todas unidas pela missão de expulsar as influências ocidentais dos territórios islâmicos e restaurar o Califado (Sá, 2017).

longada no Afeganistão, cujo objetivo inicial era derrotar o Talibã e desmantelar as redes terroristas presentes no território. No período em questão (2001 a 2021), observa-se a posição vulnerável do Afeganistão, o qual encontrava-se em meio a forças externas e tensões internas. Durante essa fase, o país foi marcado pela ascensão e consolidação do Talibã, intervenção internacional, tentativas de reconstrução nacional e o renascimento da insurgência, resultando assim num cenário de instabilidade crônica e frustração generalizada (Rasanaygam, 2005; Mirza, 2022).

Em 1996, ao fim da Guerra Civil (1992-1996) que assolava o Afeganistão, o Talibã ascendeu ao poder, proclamando o Estado Islâmico do Afeganistão. Durante o seu governo, o Talibã impôs a sharia, o que resultou na restrição de inúmeros direitos humanos e sociais, assim como permitiu que o país abrigasse organizações jihadistas, como a Al-Qaeda (1999) (Mirza, 2022). O vínculo estrito entre Talibã e Al-Qaeda, assim como com outros grupos jihadistas, colocou o Afeganistão na mira da política externa norte-americana, sobretudo, após os eventos do 11 de setembro. De tal modo, após os atentados terroristas promovidos pela Al-Qaeda nos EUA, o regime Talibã se recusou a entregar Osama bin Laden, líder do grupo jihadista, às autoridades norte-americanas. Em outubro de 2001, os EUA, com apoio internacional, iniciaram a Operação Liberdade Duradoura, invadindo o Afeganistão para derrubar o Talibã e eliminar a Al-Qaeda (Mirza 2022; CFR, 2025).

A operação norte-americana rapidamente depôs o regime talibã no Afeganistão, ainda em 2001 (Council on foreign relations, 2025). A partir da queda do Talibã, uma nova estrutura política é estabelecida e Hamid Karzai[15] — o qual liderou forças anti-Talibã no sul do país com apoio direto dos Estados Unidos — foi escolhido presidente interino (2002-2004) e, posteriormente, eleito em 2004 (Witte, 2025). Porém, embora o novo governo afegão possuísse a assistência e respaldo internacional, foi atestada a sua incapacidade em reconstruir as estruturas político-sociais do país, permitindo assim a propagação de corrupção, disputas entre facções étnicas, incapacidade administrativa e dependência em relação à ajuda externa. O governo de Hamid Karzai mostrou-se então insuficiente para estabilizar o país (Rasanaygam, 2005; Mirza, 2022).

Mediante ao cenário interno afegão, a presença militar norte-americana, anteriormente vista como uma solução à instabilidade crônica do país, passou a ser associada à ocupação intervencionista semelhante às anteriores que o Afeganistão registrou, alimentando o ressentimento popular e facilitando o retorno da insurgência talibã, iniciado a partir de 2006 (Mirza, 2022; Council on foreign relations, 2025). Nos anos posteriores, os Estados Unidos e seus aliados da OTAN encontrava-se enclausurados numa guerra assimétrica prolongada, bem como presentes num território hostil a sua presença, sobretudo, em virtude da desconfiança popular e contínua fragilidade estatal afegã. Entre 2011 e 2014, o governo norte-americano iniciou então um processo gradual de retirada das suas tropas do Afeganistão e repasse da responsabilidade pela segurança às forças armadas afegãs (Mirza, 2022).

Entre 2014 e 2017, durante o governo de Ashraf Ghani, o Afeganistão enfrentou uma crescente fragilidade institucional e política. Apesar de eleito com a promessa de reconstrução nacional e combate à corrupção, Ghani teve dificuldades em consolidar autoridade e unir o país, marcado por uma estrutura multiétnica e centros de poder dispersos. Essa incapacidade de estabelecer um governo eficaz fa-

15 Oriundo de uma influente família pashtun de Kandahar, após a queda da cidade, foi escolhido para chefiar o governo interino do Afeganistão durante a conferência de Bonn, em meio a articulações diplomáticas lideradas por Washington. Em 2004, foi eleito democraticamente presidente, obtendo um mandato de cinco anos. Seu governo, no entanto, foi marcado por forte centralização de poder, corrupção generalizada e dificuldades na construção de forças de segurança eficazes, agravadas por tensões étnicas e apoio internacional instável.

voreceu a expansão territorial do Talibã, que, aproveitando-se da queda no apoio internacional e das divisões internas, passou a conquistar e manter o controle de áreas cada vez maiores do território afegão (Silvia; Mengele; Yusufzai, 2021). Simultaneamente, uma nova emergência surgiu na região: o grupo Estado Islâmico – Khorasan (ISIS-K). O grupo em questão surgiu oficialmente em meados da década de 2010 como uma ramificação do Estado Islâmico (ISIS), expandindo sua presença a partir do reduto original no Oriente Médio para a região historicamente conhecida como Khorasan — que abrange partes do Afeganistão, Paquistão e Irã. O ISIS-K atraiu dissidentes tanto do Talibã quanto de outros grupos extremistas, insatisfeitos com a atuação limitada do Talibã e em busca de um jihadismo mais agressivo e globalizado (Rasanaygam 2005; Mirza 2022; Cueto 2021).

A fragilidade crônica das instituições do Estado afegão, a corrupção sistêmica e a falta de legitimidade dos governos que se sucederam contribuíram para o descrédito da população. A ausência de apoio popular ao regime vigente, somada à incapacidade de resistir militarmente, permitiu que o Talibã avançasse rapidamente e retomasse gradualmente o controle do território afegão (Rasanaygam 2005; Mirza 2022). Em 2017, Donald Trump ascendeu à Casa Branca com o discurso de encerrar guerras "sem fim" nas quais seu país se encontrava. De tal forma, a partir de 2018, o governo norte-americano iniciou negociações com o Talibã, buscando encerrar o conflito. Mesmo com as inúmeras interrupções e desavenças, os EUA, no dia 29 de fevereiro de 2020, junto com o Talibã, assinou o Acordo de Doha, o qual estabelecia um cronograma referente à retirada definitiva das tropas norte-americanas e seus aliados do Afeganistão. Em 2021, as tropas norte-americanas retiraram-se totalmente do Afeganistão e, em paralelo, o governo afegão vigente foi derrubado por forças talibãs (Council on foreign relations 2025; Olmo 2021).

Diante da referida conjuntura, o Afeganistão continuava imerso em um ciclo de interferências estrangeiras, fragmentação político-social e insurgência interna (Mirza, 2022). No período em questão, entre 2001 e 2021, a expansão militar dos Estados Unidos na região, provocada pelos atentados de 11 de setembro de 2001, resultou em uma guerra prolongada, instabilidade crônica e uma dependência contínua do Afeganistão em relação à comunidade internacional (Rasanaygam, 2005). Nesse cenário, o Talibã, longe de ser derrotado, havia se adaptado, consolidado sua presença e, em 2021, retomado o poder no país (Mirza, 2022).

### 3.2 RETIRADA DAS TROPAS ESTRANGEIRAS (2021)

A intervenção dos americanos nunca se deu de forma totalmente efetiva e monopolística, a intenção de se construir um sentimento de nação se inicia de maneira superficial e falha na medida em que os interventores negligenciam o contexto de extrema complexidade sociocultural no território, assim, as ideologias ocidentais importadas a força se concentravam na capital, incapazes de alcançar as periferias ainda dominadas pelo poder local (Visentini, 2022). Aliado a isso, tem-se a geografia acidentada como grande recurso estratégico para a manutenção da existência de grupos rebeldes, como o Talibã, os quais se organizavam para travar combates cada vez mais competitivos com o exército liderados pela OTAN.

Em 2003, contemplados pela falsa sensação de controle sobre o Afeganistão, os EUA invadiram o Iraque. Essa decisão fragilizou seu poder de vigilância e combate nas duas frentes, "as falhas tático-estratégicas americanas no campo militar permitiram o retorno da insurgência do Talibã" (Visentini, 2022, p. 123). A violência extrema e cada vez mais indiscriminada das forças ocidentais, evidenciou

o progressivo declínio do controle norte-americano e a insustentável manutenção da intervenção. Com o advento da gestão de Donald Trump, ataques aéreos mataram milhares de civis nas áreas rurais e deterioraram completamente a imagem do governo para a população, o que fazia aumentar a adesão social aos grupos rebeldes anti-ocidentais (Gonçalves, 2021).

Além da demonstração de ineficiência de suas investidas militares, a questão da economia do ópio influenciou a má sustentação da intervenção americana. As tentativas de extinguir as produções da papoula não contavam com planos de curto prazo para a transição de atividade econômica ou sustentação das famílias, assim como, a longo prazo não se evidenciava uma estratégia abrangente de desenvolvimento socioeconômico desvinculada à droga (Gonçalves, 2021). Dentro desse contexto, a grande adaptabilidade dessa economia e ampliação da atuação do Talibã nas redes de tráfico de drogas transnacionais, consagrou uma maior resiliência e articulação internacional do grupo (Gonçalves, 2021).

Diante dos exacerbados custos financeiros e políticos, em 2013, o governo de Barack Obama, abre um canal de negociações com líderes do Talibã na busca por alternativas aos esforços militares sendo empregados. O mediador desse diálogo foi um país aliado dos EUA, o Catar, no qual os americanos possuem sua maior base no Oriente Médio, assim, ao longo de 7 anos de negociação, em 2020, sobre o mandato de Donald Trump, os Acordos de Doha[16] firmaram o compromisso americano com o cessar-fogo no Afeganistão (DW Brasil, 2021). Além desse objetivo principal, houve a negociação por um prazo de 14 meses para a retirada total das tropas, inclusive aliadas, pela revisão de sanções aplicadas ao país, pela libertação de prisioneiros talibãs e pelo dever do Talibã de impedir que grupos terroristas, como a Al-Qaeda, se abrigassem no território afegão e ameaçassem a segurança dos EUA (EUA, 2020).

Contudo, em 15 de agosto de 2021, após um cerco da capital pelas forças do Talibã, os EUA, sob o governo Biden, concretizaram a retirada das tropas do solo afegão antes do previsto. O processo de recuo se deu de forma caótica e os norte-americanos abandonaram Cabul às pressas, condicionando a população à vulnerabilidade e terror, local onde a maioria dos cidadãos trabalhava para órgãos da OTAN ou utilizavam de instrumentos democráticos em suas vidas, a exemplo dos direitos das mulheres, as quais viram sua existência ameaçada pela restauração de políticas repressivas e discriminatórias dos jihadistas (Visentini, 2022).

### 3.2.1 Crise de governança e legitimidade política

As normas que regem o sistema internacional são estruturadas a partir de modelos políticos ocidentais, baseados em princípios como a democracia liberal, a soberania estatal e os direitos humanos. Desse modo, observa-se que essa configuração, na maior parte dos cenários, desconsidera a diversidade de formas de organização política existentes no mundo, especialmente aquelas que se afastam dos padrões ocidentais, como os Estados jihadistas. Tal postura evidencia uma tendência ocidental de universalizar seus próprios valores, ignorando especificidades culturais e históricas de outras regiões, o que pode gerar exclusão, resistência e alimentar conflitos ao invés de promover soluções efetivas e sustentáveis. Nesse contexto, a legitimidade de governos extremistas religiosos, sobretudo daqueles ligados a atividades terroristas, enfrenta significativos desafios dentro da comunidade internacional, comunidade esta que é limitada aos países que seguem os valores ocidentais e

16 Nome da capital do Catar, onde ocorreu a assinatura dos acordos.

estão alinhados, na maioria das vezes, aos Estados Unidos. A partir disso, nota-se que a crise de governança e legitimidade é agravada pelo baixo grau de credibilidade e confiabilidade depositado no Afeganistão (Gonçalves, 2021).

O negligenciamento de uma conduta aceitável a escala internacional no primeiro governo Talibã, como em 1999, ao adotar uma postura de acolhimento e proteção do líder da Al Qaeda, constrói uma imagem internacional negativa que o enxerga como morada de grupos terroristas (Gonçalves, 2021). A escolha desencadeou uma resposta de isolamento, principalmente pautada em uma série de sanções estabelecidas pelas Nações Unidas, "[...] estas que tornavam o Afeganistão inelegível para receber apoio financeiro de instituições internacionais e do setor privado" (Gonçalves, 2021, p. 32).

Dificuldades de inserção internacional se perpetuavam em maiores escalas com a intensificação da influência jihadista de Bin Laden, logo, tal adesão ideológica, aliada a invasão americana, transformou o Talibã nesse grupo anti-ocidental e terrorista. O qual vai ser compreendido globalmente como ameaça securitária, tanto para os EUA e sudeste asiatico, quanto para o mundo (Gonçalves, 2021).

Ademais, fator que desempenha peso na falha do estabelecimento de uma boa governança no Afeganistão é a corrupção das instituições estatais pela economia da droga, assim, o governo nunca consegue se desvencilhar das redes de tráfico que os interligam com o alto comando do Talibã (Gonçalves, 2021). Como comprovação dessa lógica, tem-se o desmantelamento da invasão americana e a subsequente ascensão do Talibã, como relação de aprofundamento entre a indústria do ópio e as esferas políticas do Estado, o que torna a legitimidade internacional afegã cada vez mais difícil de ser conquistada.

### 3.3 RETORNO DO TALIBÃ (2021)

O fracasso da missão da OTAN de erradicar o Talibã e estabelecer uma democracia no Afeganistão causou o efeito contrário e, em 2021, o capital político do "Neo-Talibã" era superior ao do governo de Cabul tido pela grande maioria da população como autoritário e corrupto (Gonçalves, 2021). Dessa forma, perante a articulação financeira do grupo com o narcotráfico, aliada a modernização de suas forças militares, esse consegue êxito em suas pretensões de reconquista da frente política do país.

Como tratado no tópico anterior, o governo do Talibã enfrentou, logo de início, um ambiente internacional receoso e retaliativo, com a maioria dos Estados considerando o novo governo ilegítimo. Dessa maneira, houve a promoção de "sanções econômicas, ruptura de relações diplomáticas, pausas em investimentos e congelamento de ativos do Banco Central afegão em instituições financeiras no exterior" (Santos, 2022).

Na contramão dessas medidas de retaliação e isolamento, a China ascendeu como ator que promove a interlocução entre o Estado afegão e a região da Ásia Central. Essa aproximação se fundamenta, sobretudo, em preocupações securitárias envolvendo o tráfico de drogas — com o país sendo o segundo maior fornecedor de ópio aos chineses — e a possibilidade de intensificação do movimento envolvendo os sunitas uigures na província separatista de Xinjiang, a qual recebe apoio do Talibã (Jurenczyk, 2022).

> O vácuo de segurança que surgiu após a retirada da ISAF (missão de seguranca liderada pela OTAN de 2001 a 2014)[17] do Afeganistão forçou seus vizinhos a intensificar a cooperação regional para garantir a segurança das fronteiras estatais e a proteção contra o terrorismo internacional (Jurenczyk, 2022, p. 91).

Para realizar a manutenção das suas áreas de influência e conter as aspirações da OTAN de expandir-se para o leste europeu e à Ásia, Rússia e China estabeleceram suas organizações de cooperação e defesa. Diante dessas novas alternativas de engajamento, livres da pretensão intervencionistas, o governo do Talibã encontra possibilidades cada vez maiores de vínculos com a OTSC (Organização do Tratado de Segurança Coletiva) e a OCX (Organização de Cooperação de Xangai), especialmente, através de projetos de infraestrutura (Costa; Teixeira, 2021). Atualmente, a República Popular da China possui investimentos multibilionários em infraestrutura no Afeganistão, ligados à rede de comunicação da Nova Rota da Seda (Jurenczyk, 2022), com tais relações em perspectiva de serem ampliadas.

Ademais, o ator que revelou grande relevância para o exercício diplomático do Talibã foi o Catar. O Emirado se posiciona como um mediador regional e, dentro dessa lógica, fornece um canal de diálogo entre grupos de menor reconhecimento político e os demais Estados, inclusive sendo acusado de promover o terrorismo internacional ao fornecer palco político e midiático para tais grupos (DW Brasil, 2021). É nesse contexto que, em 2013, o Talibã ganhou um escritório em Doha, na capital do Catar, a pedido do governo Obama, o qual buscava alternativa política aos custosos esforços militares em vigor no Afeganistão. Assim, com o desenvolvimento das negociações, em 2020, Trump assinou os Acordos de Doha para retirada das tropas americanas do território afegão (BBC, 2021).

### 3.4 DESAFIOS SECURITÁRIOS E TERRORISMO

Em termos históricos, o atentado de 11 de setembro de 2001 simbolizou o declínio norte-americano, ao ter em vista que golpeava os maiores símbolos do poder financeiro e militar dos Estados Unidos (e do Ocidente), no momento em que o país procurava construir um escudo antimísseis — que de nada teria adiantado contra esse tipo de atentado (Visentini, 2022). A partir desse momento, a expressão "terrorismo" foi instrumentalizada como um objeto de manipulação, para justificar uma nova agenda internacional. Desse modo, é possível observar que o cenário constituído no mundo após esse evento, agravaria a instabilidade e os sintomas de crise passariam a representar uma ameaça, tanto no campo político-militar, como no campo econômico (Visentini, 2022).

Nesse sentido, a ocupação do Afeganistão em 2001, sob o argumento da "guerra ao terror", inaugurou uma nova era da política externa estadunidense, marcada por intervenções diretas em territórios considerados estratégicos para o combate ao extremismo. Porém, mais de duas décadas após o início da ofensiva contra o regime Talibã, o país ainda permanece como um foco persistente de instabilidade, e, isso se deve, em grande parte, à própria proposta norte-americana de "guerra ao terror". Nesse sentido, como consequência desse cenário, agravou-se a atuação de grupos terroristas islamistas que se consolidaram em razão da geografia montanhosa do Afeganistão, de sua composição étnica fragmentada e de sua história marcada por conflitos prolongados (Thomas, 2024).

17 No original: ISAF - International Security Assistance Force (a NATO-led mission in Afghanistan from 2001 to 2014)

Nesse contexto, destacam-se dois atores centrais: a Al-Qaeda e a Província do Estado Islâmico de Khorasan (ISKP). A primeira, historicamente associada ao Talibã desde os anos 1990, teve papel fundamental na gênese dos atentados de 11 de setembro e, mesmo após a morte de Osama bin Laden e de seu sucessor Ayman al-Zawahiri, a organização continua ativa, mantendo redes de treinamento, casas seguras e vínculos com lideranças talibãs. Apesar de avaliações apontarem que a Al-Qaeda encontra-se em seu ponto mais fraco desde sua fundação, seu potencial de reorganização não pode ser desconsiderado, principalmente com a criação de células como a Al-Qaeda no Subcontinente Indiano (AQIS) (Thomas, 2024).

Por outro lado, o ISKP configura, atualmente, a principal ameaça no interior do Afeganistão e também em escala regional. Desde sua criação em 2015, esse braço do Estado Islâmico demonstrou capacidade de expansão territorial, mobilização de combatentes estrangeiros e execução de ataques com repercussões internacionais — como os atentados em Rússia e Irã em 2024. Dessa forma, sua hostilidade ao Talibã, somada a uma visão de califado transnacional que diverge do projeto nacionalista talibã, tem intensificado confrontos internos e instabilizado ainda mais a região (Thomas, 2024).

**3.4.1 Financiamento de organizações terroristas e governos extremistas**

A relação entre o cultivo do ópio e a sociedade afegã possui raízes centenárias, contudo, a droga extrapolou sua dimensão tradicional, alcançando extrema relevância política e econômica internacional. Mesmo sobre sistemáticas tentativas de sufocamento da produção e comercialização da droga, como pelos ataques deliberados dos soviéticos ao sistema de irrigação da papoula, a planta e a tradição das comunidades rurais da papoula demonstraram grande resistência (Lima, 2019).

Assim, a continuidade da cultura da droga no Afeganistão foi desenvolvendo-se e ampliando sua escala de tráfico, o que gerou grande retorno financeiro e, por consequência, interesse dos grupos armados. Nesse contexto, o escoamento da droga encontrou uma chave logística vinculada à rede de túneis soviéticos que conectava os antigos Estados socialistas (Lima, 2019). Esse processo foi facilitado pela maior porosidade das fronteiras possibilitada pelo fluxos de veículos das agências de inteligência paquistanesa (ISI) e americana (CIA) que, ao enviar armamentos para dentro do território afegão, atravessavam novamente a fronteira com os veículos lotados de produção ilícita. Tal carregamento passava pela Ásia Central e chegava aos consumidores na Rússia e em países ocidentais gerando lucros imensos aos traficantes. Assim:

> Com o controle do Estado, o Talibã rapidamente percebe que o cultivo do ópio e a exportação de heroína eram uma fonte de renda importantíssima aos cofres do movimento e passa a prover segurança e solidificar uma infraestrutura logística para o comércio da droga, pavimentando rotas de escoamento de heroína e disponibilizando locais para sua estocagem (Gonçalves, 2021, p. 37).

Diante dessa realização, Gonçalves (2021), trabalha o conceito de "hibridização" para compreender a conexão entre entidades políticas e criminosas. Para ele a articulação ganha força no pós-Guerra Fria, com a perda do interesse e envolvimento das grandes potências na economia de guerra que era pautada, sobretudo, no financiamento de grupos terroristas. Logo, como estratégia para a obtenção de maior autonomia no custeio de suas atividades e ganho de poder, "o crime organizado internacional e o terrorismo transnacional, passam a exibir similaridades operacionais

e organizacionais" (Gonçalves, 2021), se estabelecendo como unidade política capaz de influenciar dinâmicas econômicas e socias de um Estado.

À vista do crescente envolvimento do Talibã com o tráfico de drogas, a organização adquire maior resiliência financeira e poder de barganha diplomática e, em 2021, com a retirada das tropas lideradas pela OTAN, o Talibã consegue se reorganizar no governo do Afeganistão. Muitas dessas estruturas produtivas perduraram durante a invasão americana, quando a estabilidade da região dependia do financiamento de senhores da guerra locais, envolvidos em economias rurais do ópio. Assim, um governo corrupto e extremamente interligado a esses poderes periféricos já demonstrava o iminente fracasso da tentativa de dominação americana e a força do narcotráfico dentro da política internacional, em especial para o Talibã do século XXI (Gonçalves, 2021).

### 3.4.2 Reflexos nos Direitos Humanos

Diante da nova ascensão do Talibã ao poder (2021), o Afeganistão mergulhou em uma crise humanitária severa. A retomada do grupo culminou em um cenário de profunda fragilidade econômica e social, agravado pelas sanções internacionais e ineficaz administração estatal (Nascimento; Santos, 2022). Como resultado, observou-se um colapso dos serviços básicos, pobreza extrema e a crescente insegurança alimentar, as quais afetam uma grande parcela da população afegã, levando a um movimento de migração forçado. Segundo a ACNUR (2024), "3,25 milhões de pessoas estão deslocadas devido ao conflito e muitas crianças estão fora da escola. Há 5,3 milhões de pessoas refugiadas do Afeganistão em países vizinhos".

Ademais, aqueles que permaneceram no país enfrentam o colapso econômico, desemprego, inflação e exclusão feminina da vida pública, culminando no aumento significativo da pobreza e da insegurança alimentar (Acnur, 2024).

> Hoje, cerca de 10 milhões de crianças em todo o Afeganistão precisam de assistência humanitária para sobreviver. Estima-se que 1 milhão de crianças vai sofrer de subnutrição aguda grave ao longo deste ano e que poderão morrer sem tratamento. Calcula-se que 4,2 milhões de crianças estejam fora da escola, incluindo mais de 2,2 milhões de meninas. Desde janeiro, a ONU já documentou mais de 2 mil violações graves dos direitos das crianças. Aproximadamente 435 mil crianças e mulheres estão deslocadas internamente (Unicef, 2021).

Embora o governo talibã tenha consolidado sua autoridade no Afeganistão, o país ainda mantém uma frágil relação diplomática com o resto do mundo. O período vigente destaca instabilidade, retrocessos, e incertezas direcionadas ao país e sua população (Nascimento; Santos, 2022). Dessa forma, organizações internacionais lideram uma resposta humanitária dentro do território afegão, buscando mitigar as consequências desse colapso humanitário, sobretudo, através de assistência médica e logística (OIM, 2022). Entretanto, os esforços promovidos por tais organizações enfrentam alguns desafios, como a burocracia, restrições impostas pelo próprio talibã, ameaças a trabalhadores humanitários, interrupção de financiamentos, entre outros percalços (OIM 2022; ONU 2025).

> Segundo a chefe da Unama, o corte de financiamento já tem e seguirá tendo um impacto significativo sobre o povo afegão. No mês passado, mais de 200 unidades de saúde fecharam, impactando cerca de 1,8 milhão de pessoas. Serviços essenciais de desnutrição para crianças foram limitados. Agências parceiras reduziram significativamente sua atuação (ONU, 2025).

Diante do colapso humanitário instaurado no Afeganistão após a retomada do poder pelo Talibã, o país enfrenta uma grave crise política marcada pela violação de direitos humanos, exclusão de mulheres, insegurança alimentar e deslocamentos forçados (Nascimento; Santos, 2022). Milhões de crianças e famílias vivem em situação de extrema vulnerabilidade, enquanto os esforços de organizações internacionais para mitigar os impactos dessa tragédia são constantemente dificultados (Unicef 2021; OIM 2022; ONU 2025).

Atualmente, observa-se um processo sistêmico de desmonte das estruturas de proteção aos direitos humanos, com impactos diretos sobre mulheres e meninas. De acordo com o relator especial da ONU, Richard Bennett, o regime "desmantelou estruturas legais e institucionais e aboliu a proteção crucial para mulheres e meninas", configurando um sistema institucionalizado de dominação e opressão de gênero. As políticas de perseguição implementadas pelo Talibã têm tornado inviável o acesso à justiça, à proteção e a serviços essenciais, sobretudo nas áreas mais remotas e entre grupos marginalizados. Além disso, redes de apoio e mecanismos legais que antes atuavam na promoção de direitos tiveram suas atividades interrompidas ou foram compelidos a atuar de forma restrita (ONU News, 2025).

Nesse contexto, a situação afegã demanda atenção contínua da comunidade internacional, tanto no sentido de intensificar a assistência humanitária quanto de promover soluções diplomáticas que visem à proteção dos direitos fundamentais e à reconstrução de uma sociedade mais justa e estável.

## 3.5 IMPACTOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

Em sentido de análise, Visentini (2022) pontua que o Afeganistão foi a grande virada das relações internacionais no Oriente Médio, devido a sua estreita relação com a URSS desde o início do século XX. Desse modo, observa-se também que o Afeganistão, localizado entre Irã e China, ocupa uma posição chave nas relações internacionais com as potências externas e com as regionais. Especialmente no período das intervenções norte-americanas (2001-2021), o envolvimento dos atores regionais foi decisivo para moldar os rumos do conflito e a configuração interna do Estado afegão.

Desse modo, Irã, Paquistão e Arábia Saudita atuaram, assim como outros atores regionais e internacionais, conforme seus próprios interesses estratégicos e culturais, apoiando diferentes facções no país. Assim, enquanto o Paquistão e a Arábia Saudita foram fundamentais no apoio à formação e consolidação do Talibã, o Irã posicionou-se como antagonista dessa influência, apoiando comunidades xiitas e grupos que se opunham ao fundamentalismo sunita. Dentro desse contexto, destaca-se um tabuleiro geopolítico regional que contribuiu para a fragmentação política do Afeganistão e impôs barreiras à construção de uma paz duradoura, uma vez que as interferências externas frequentemente alimentaram divisões étnicas e religiosas internas (Romero; Soler, 2008).

No cenário internacional, o Afeganistão tornou-se um ponto de inflexão para a OTAN e para os Estados Unidos no pós-Guerra Fria, revelando os limites da intervenção militar como ferramenta de estabilização. A operação da ISAF-OTAN, inicialmente concebida para garantir segurança e apoiar a reconstrução institucional do país, viu-se sobrecarregada por insurgências crescentes e por desafios logísticos e políticos. Paralelo a isso, crescia a oposição popular nos países-membros da coalizão, o que minava a continuidade das operações. Assim, o caso afegão evidencia como os conflitos locais, ao se entrelaçarem com interesses regionais e disputas glo-

bais, transformam-se em crises complexas e prolongadas, que exigem mais do que força militar: requerem diplomacia ativa, compreensão das realidades sociopolíticas locais e engajamento multilateral sustentado (Romero; Soler, 2008).

### 3.5.1 Refugiados: Fluxo entre fronteiras

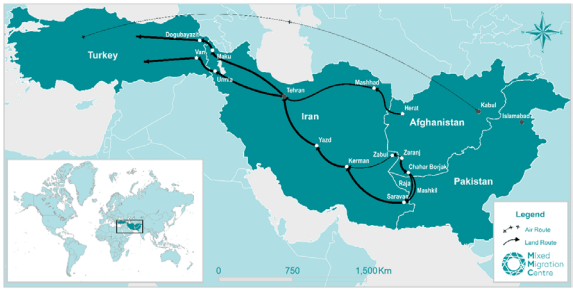
O cenário de instabilidade desenhado durante a intervenção militar liderada pelos EUA, acendeu um alerta de escala internacional e, em 2021, perante a iminência de retirada das tropas americanas, tanto países que dividem fronteira com o Afeganistão, quanto, por exemplo, Estados membros da União Europeia, se preparavam para adotar medidas de contenção do grande fluxo de refugiados que se esperava como decorrência dessa iniciativa. A resposta foi a securitização de fronteiras e a intensificação do movimento xenofóbico pelo mundo (Mixed Migration Center, 2021).

Irã e Paquistão, assim como, porém em menor escala, Uzbequistão, Tadjiquistão e Turcomenistão, adotaram medidas securitárias ofensivas, como a deportação de imigrantes irregulares e o reforço de tropas de vigilância nas principais rotas de entrada desses imigrantes. Já países como Turquia e Grécia, que frequentemente servem como travessia de refugiados para outros destinos europeus, levantaram muros físicos em suas fronteiras. Polônia e Croácia também são apontados como autores de atos violentos contra indivíduos que tentam entrar em seus territórios (Mixed Migration Center, 2021).

Tais casos de xenofobia e securitização de fronteiras são reflexo do status quo extremamente violento do sistema internacional. A conformidade, principalmente assegurada por governos de extrema direita que deslegitimam a imagem do imigrante e os culpabilizam por faltas internas de seus Estados, tornam as pessoas menos receptivas e mais violentas com os refugiados. Nessa lógica, as leis do direito internacional são sistematicamente desrespeitadas e há a precarização da situação de refúgio e aumento de meios clandestinos e degradantes de cruzamento de fronteiras (Mixed Migration Center, 2021).

> A maioria dos locais perigosos na rota relatados pelos entrevistados (imigrantes) estavam no Irã ou na Turquia (153 de 211 locais). Os entrevistados relataram que contrabandistas (35%), guardas de fronteira/oficiais de imigração (28%), militares/policiais (27%) e gangues criminosas (18%) foram os perpetradores mais comuns de violações (Mixed Migration Center, 2021).

**IMAGEM 2 - Principais Rotas Migratórias**




Fonte: Mixed Migration Center, 2021

No relatório de tendências globais de 2023 da ACNUR, dados apontam que quase 10.9 milhões de afegãos permanecem deslocados internamente ou em países vizinhos, refúgios declarados batem os 6.4 milhões. A maior população refugiada globalmente no período da pesquisa — e localizam-se sobretudo no Irã e Paquistão. Esse quadro de vulnerabilidade ainda encontra desafios na condição de insegurança alimentar do país, a qual afeta mais da metade da população, sobretudo crianças, e não dá indícios de se encaminhar para um fim próximo (ACNUR, 2024).

#### 3.5.2 Ausência de legitimidade internacional

A ausência de legitimidade internacional do Afeganistão ao longo de sua história recente é reflexo direto da fragmentação política interna e da competição externa entre potências regionais e globais. Desde a retirada soviética em 1989, o país mergulhou em uma guerra civil marcada por rivalidades étnicas e religiosas entre diferentes facções mujahideen, como o Jamiat-e-Islami, o Hezb-e-Islami e o Hezb-e-Wahdat (EUAA, 2021). Dentro desse contexto, a fragmentação e os abusos cometidos por esses grupos, como sequestros, execuções e violência sexual, minaram qualquer tentativa de construção institucional estável (EASO, 2012). Assim, a comunidade internacional, por sua vez, se mostrou incapaz de formar um consenso duradouro sobre qual facção apoiar, revelando a fragilidade dos esforços multilaterais de mediação, como os conduzidos pela ONU, que rapidamente estagnaram diante da disputa por influência entre Irã, Paquistão, Arábia Saudita e outros atores regionais (Romero; Soler, 2008).

Nesse contexto, observa-se que esse cenário desordenado foi o berço do surgimento do Talibã, que, embora inicialmente tenha oferecido uma promessa de ordem e justiça em meio ao caos, governou com base em um regime de força e terror, impondo uma versão extremista da sharia e praticando violações sistemáticas dos direitos humanos (Khalilzad, 1996). Desse modo, mesmo com o reconhecimento diplomático limitado por alguns países, como Arábia Saudita, Paquistão e Emirados Árabes Unidos, o regime talibã nunca gozou de legitimidade plena no sistema internacional. As sucessivas intervenções estrangeiras, especialmente a dos Estados Unidos a partir de 2001, foram justificadas pela comunidade internacional no discurso de não apenas combater o terrorismo, mas também restaurar alguma forma de governança legítima (Romero; Soler, 2008). Contudo, a falta de uma estratégia unificada entre os países da coalizão e o descolamento das elites políticas afegãs em relação à população impediram a consolidação de um Estado legítimo e reconhecido como tal pela comunidade internacional. O Afeganistão, portanto, segue como um caso emblemático de crise de legitimidade tanto interna quanto externa.

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

O objetivo desta seção é apresentar as ações anteriores que visavam a mediação do conflito. Desse modo, o presente tópico irá analisar o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outras organizações e acordos que buscavam delinear as possibilidades de resolução da guerra no Afeganistão, em sentido de sanar os desafios militares, políticos e securitários que se agravam após início do conflito.

## 4.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem desempenhado um papel central na tentativa de estabilizar o Afeganistão desde o início da chamada Guerra ao Terror, em 2001, intensificando seus esforços, especialmente, após a retirada das tropas dos Estados Unidos em 2021. Desse modo, nota-se através de diversas agências e, principalmente, da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), que a ONU atua na promoção dos direitos humanos, no apoio à mediação política e na resposta às crises humanitárias. Diante da ascensão do Talibã, a ONU tem expressado reiteradas preocupações quanto à repressão de liberdades fundamentais e ao agravamento da situação humanitária no país. Em 2024, por exemplo, foi lançado um plano de resposta humanitária para atender cerca de 23,7 milhões de afegãos em situação de vulnerabilidade, refletindo o comprometimento da organização em mitigar o sofrimento da população civil (ONU Brasil, 2022; UN News, 2024). Além disso, o Conselho de Segurança continua a discutir formas de engajar o governo talibã, condicionando avanços diplomáticos ao respeito por normas internacionais de direitos humanos e governança inclusiva (press.un.org, 2024).

### 4.1.1 Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA)

A Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) foi estabelecida em 2002 pelo Conselho de Segurança da ONU, com o objetivo inicial de apoiar a reconstrução do país e consolidar instituições democráticas após a queda do governo Talibã durante a Guerra ao Terror. Desde então, a UNAMA tem atuado de forma integrada em aspectos políticos, humanitários e de direitos humanos, enfrentando enormes desafios diante da instabilidade crônica no país. Paralelo a isso, com a retirada das tropas norte-americanas em 2021, a missão passou a operar em um cenário ainda mais delicado, marcado pela retomada do poder pelo Talibã e pelo colapso das estruturas governamentais afegãs, que agravaram a insegurança generalizada e a crise política (UN News, 2024; ONU Brasil, 2022).

A partir disso, observa-se que desde a volta do Talibã ao poder, a UNAMA tem ressaltado a preocupação com o crescente aumento da repressão e das violações dos direitos humanos, em especial contra mulheres e crianças. Desse modo, relatórios recentes apontam a imposição de restrições severas à liberdade de expressão, movimentos arbitrários de prisões e perseguições a opositores e jornalistas (Harvey, 2024). Nesse sentido, em termos políticos, a ausência de um governo inclusivo e representativo enfraquece o reconhecimento internacional do governo talibã e impede avanços institucionais. Paralelamente, na esfera securitária e militar, o Afeganistão continua a enfrentar a ameaça de grupos extremistas como o Estado Islâmico — Khorasan (ISIS-K), o que exige da UNAMA uma atuação constante em monitoramento e mediação para evitar a escalada de conflitos e mitigar os impactos humanitários da crise (UNAMA, 2024; press.un.org, 2024).

### 4.1.2 Programa Mundial de Alimentos (PMA)

As ações desempenhadas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) têm sido essenciais para o enfrentamento da grave crise humanitária no Afeganistão, especialmente, após a retirada das tropas estadunidenses em 2021 e a retomada do poder pelo Talibã. Desse modo, observa-se que com mais da metade da população afegã vivendo em situação de insegurança alimentar aguda, o PMA intensificou suas

operações no país para evitar uma catástrofe humanitária de grandes proporções. A organização fornece assistência alimentar vital a milhares de pessoas vulneráveis, muitas delas deslocadas por conflitos, afetadas por desastres naturais ou privadas de acesso a meios de subsistência devido à instabilidade política e econômica. Segundo informações do próprio PMA, em 2023 cerca de 15 milhões de afegãos foram beneficiados pelas operações de emergência da agência, apesar dos obstáculos logísticos e do ambiente hostil imposto pelo governo (PMA, 2023).

Além de distribuir alimentos, o PMA também implementa iniciativas que visam fortalecer a resiliência das comunidades locais, como projetos de alimentação escolar, apoio nutricional a mulheres grávidas e lactantes e capacitação para agricultura sustentável. Contudo, a continuidade dessas ações enfrenta sérios desafios, incluindo cortes de financiamento internacionais e restrições impostas pelas autoridades do país, que afetam principalmente a atuação de mulheres agentes humanitárias. Porém, mesmo diante dessas dificuldades, o PMA permanece como uma das poucas agências com presença sólida e operacional em praticamente todas as províncias afegãs, sendo crucial para mitigar os efeitos combinados da fome, do colapso institucional e da repressão política (PMA, 2023).

### 4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

O desenrolar das consequências dos ataques do 11 de setembro de 2001 impactaram profundamente o sistema internacional, e influenciaram diretamente a política externa norte-americana posterior (Olmo, 2021). O discurso do presidente estadunidense da época, George W. Bush (2001-2009), expressa esse impacto, sobretudo, ao invocar as demais nações para a luta contra o "terror", citando a Carta da OTAN para endossar tal chamado .

> Pedimos a todas as nações que se juntem a nós. Pediremos e precisaremos da ajuda das forças policiais, dos serviços de inteligência e dos sistemas bancários em todo o mundo. Os Estados Unidos são gratos por muitas nações e muitas organizações internacionais já terem respondido - com simpatia e apoio. Nações da América Latina à Ásia, à África, à Europa, ao mundo islâmico. Talvez a Carta da OTAN reflita melhor a atitude do mundo: um ataque a um é um ataque a todos[18] (Address to a Joint Session of Congress and the American People, 2001)/ (Bush, 2001).

Ainda em 2001, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) considerou o incidente das torre gêmeas como uma das ações que o artigo quinto (5), do Tratado do Atlântico Norte, abrange (NATO, 2001). De tal forma, os EUA, apoiados por seus aliados da OTAN, iniciam assim, no mesmo ano, a Operação Liberdade Duradoura, a qual marca o começo da intervenção militar no Afeganistão no século XXI (Naval History and Heritage Command, 2024).

A partir de agosto de 2003, a OTAN assumiu o comando da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF), comprometendo-se a criar um ambiente seguro sob mandato da ONU. Desde o início, a organização demonstrou preocupação em seguir os princípios da comunidade internacional, buscando inclusão dos

18 We ask every nation to join us. We will ask, and we will need, the help of police forces, intelligence services, and banking systems around the world. The United States is grateful that many nations and many international organizations have already responded -- with sympathy and with support. Nations from Latin America, to Asia, to Africa, to Europe, to the Islamic world. Perhaps the NATO Charter reflects best the attitude of the world: An attack on one is an attack on all (Address to a Joint Session of Congress and the American People, 2001).

afegãos, apropriação local e cooperação regional. Ainda que o "adversário" tenha se mostrado mais resiliente do que o previsto, a OTAN manteve e ampliou seu planejamento estratégico, integrando ações militares com esforços de estabilização e reconstrução em parceria com atores como a ONU e a União Europeia. O planejamento inicial culminou, em 2008, na adoção de um Plano Político-Militar Estratégico Global, baseado na "Abordagem Abrangente", que articulou esforços civis e militares com vistas a promover a soberania afegã e fortalecer as instituições do Estado. No entanto, a atuação da OTAN não surtiu os resultados esperados, apontando, a instituição, para os impactos do legado de décadas de guerra civil, a complexa dinâmica regional, as dificuldades logísticas e operacionais de coordenar forças multinacionais em terreno hostil, e o desafio político de manter o apoio dos países-membros diante da fadiga da missão. Em 2011, a ISAF contava com cerca de 130 mil soldados, número suficiente para conter, de acordo com a instituição, mas não derrotar definitivamente o Talibã. Sem o apoio político de grande parte da população Pashtun (maior grupo étnico do Afeganistão), a construção de um Estado inclusivo e sustentável permaneceu como uma meta inalcançada (Palmer, 2023).

Em dezembro de 2014, a ISAF oficializou sua saída do Afeganistão, dando início à missão "Apoio Decidido", a qual forneceu ajuda e auxílio na formação do exército afegão a partir de 2015. Contudo, entre 2015 e 2017, ainda permaneciam no Afeganistão aproximadamente 13 mil soldados estrangeiros sem data de retorno, enquanto o cenário afegão mergulhava em uma ascensão de violência (NATO, 2017). A partir de 2018, com o ingresso de Donald Trump à presidência, o governo norte-americano iniciou negociações com o Talibã, sem envolver o governo eleito de Ashraf Ghani (Rivkin, 2021). Em 2021, em decorrência da assinatura do Acordo de Doha (2020), inicia-se a retirada das tropas internacionais do território afegão. A guerra mais longa dos EUA chega ao fim, com a retirada das tropas norte-americanas e da OTAN, após duas décadas de ocupação no Afeganistão (Olmo, 2021).

## 4.3 TRATADOS E ACORDOS

Em razão da ascensão Talibã ao poder do Afeganistão em agosto de 2021, o território afegão mergulhou em um cenário de instabilidade política, econômica, humanitária e securitária. A conjuntura em questão exigiu esforços regionais e internacionais para mitigar os impactos dessa transição abrupta. Desde então pode-se observar que o governo afegão vigente conseguiu desenvolver uma série de relações diplomáticas, formais e informais, com Estados, entidades e instituições internacionais, através de uma série de acordos e tratados (Taneja; Shekhawat, 2024). Antes mesmo da ofensiva final do Talibã, por exemplo, iniciativas como o Acordo de Doha, assinado em 2020 com os Estados Unidos, foram estabelecidos (Olmo, 2021). Após 2021, novos esforços diplomáticos surgiram, visando o fornecimento de ajuda humanitária, o combate ao terrorismo e a busca por algum nível de reconhecimento e integração do novo governo afegão ao sistema internacional (Costa; Teixeira, 2021).

### 4.3.1 Acordo Bonn (2001)

A Conferência de Bonn, realizada em 2001, pode ser considerada a primeira iniciativa diplomática ligada à política de *statebuilding* dos EUA no Afeganistão. A discussão do projeto de reconstrução do Estado contou com diversos países que, além de contribuir financeiramente — cerca de US$4,5 bilhões no total —, também

fizeram parte da mobilização pela reconstrução da ordem política do país com a formação de um governo provisório (Napoleão, 2013).

> A Conferência também partilhou a Reforma do Setor de Segurança (RSS) em cinco pilares, cada um sob a coordenação de um país-líder. Os EUA se responsabilizaram pelo treinamento do exército, a Alemanha pela capacitação policial, o Reino Unido pelo combate a narcóticos, a Itália pela reforma judiciária e o Japão pelas tarefas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Essa divisão perdurou até 2006 (Napoleão, 2013, p.13).

Além disso, como medida de vital importância para concretizar a transição política, uma Constituição foi criada trazendo consigo bases jurídicas democráticas, como o sistema eleitoral, além de reestruturar a Suprema Corte e o Banco Central. Mesmo com a exclusão da participação de emissários do Talibã na Conferência, houve o auxílio de autoridades locais, como líderes de comunidades, sobretudo através de serviços prioritários, como a construção de escolas e estradas (Napoleão, 2013).

#### 4.3.2 Tratado de Cooperação Regional - Processo de Istambul (2011)

Em 2009, a nomeação de representantes especiais pelos EUA e Reino Unido, como Richard Holbrooke e Sherard Cowper-Coles, refletiu uma mudança estratégica ao reconhecer que a estabilização do Afeganistão exigia o envolvimento sério e coletivo de seus vizinhos. Tal entendimento endossou a criação do Processo de Istambul (PI) em 2011, que reuniu 15 países da região e várias nações apoiadoras (Quie, 2014).

> Geograficamente, a iniciativa Heart of Asia (HA) inclui 15 países: Afeganistão, Azerbaijão, China, Índia, Irã, Cazaquistão, Quirguistão, Paquistão, Rússia, Arábia Saudita, Tadjiquistão, Turquia Turcomenistão, Uzbequistão, Emirados Árabes Unidos. É uma das maiores associações regionais do mundo, com uma área geográfica total de mais de 40 milhões de km2, cobrindo cerca de 27% da área terrestre da Terra (Nadirova, 2021).

Iniciado em 2011 na Turquia, e seguido na Reunião Regional da HA em Cabul, o Processo de Istambul visava integrar esforços nos campos político, econômico, educacional e de segurança, promovendo sinergias com iniciativas bilaterais e multilaterais existentes, sempre com o objetivo de reforçar a estabilidade regional e enfrentar os desafios compartilhados por meio do diálogo e da cooperação (Quie, 2014).

> A economia, a infraestrutura, o potencial industrial, científico e cultural do país nos últimos 42 anos de conflito constante foram quase destruídos. É por isso que a iniciativa da Turquia está a ganhar tanta importância nesta situação. [...] Tornou-se uma plataforma para os vizinhos do Afeganistão, próximos e distantes, para apoiadores e organizações internacionais [...] (Nadirova, 2021).

Assim, o Processo de Istambul consolidou-se como um mecanismo fundamental para fomentar a cooperação regional em torno do Afeganistão, articulando esforços entre atores com interesses muitas vezes divergentes. Ao oferecer uma plataforma inclusiva de diálogo, buscou não apenas promover a estabilidade política e securitária, mas também integrar dimensões econômicas e sociais, reforçando a ideia de que a paz afegã depende de uma abordagem regional abrangente e compartilhada.

#### 4.3.3 Acordo EUA-Talibã (2020)

O Acordo EUA-Talibã, firmado em 29 de fevereiro de 2020 em Doha, capital do Qatar, representou um marco no processo de desengajamento militar dos Estados Unidos após quase vinte anos de intervenção no Afeganistão. Desse modo, o acordo foi negociado com forte mediação do governo qatari e por canais diplomáticos discretos. Assim, o tratado estabeleceu a retirada total das tropas norte-americanas e da OTAN até maio de 2021, em troca do compromisso do Talibã de impedir que organizações terroristas, como a Al-Qaeda, utilizassem o território afegão para ameaçar a segurança dos EUA e de seus aliados (Jones, 2021; Dobbins et al., 2020). A partir disso, nota-se que embora o acordo tenha sido saudado como uma possível via diplomática para encerrar um dos conflitos mais longos da história contemporânea dos Estados Unidos, análises mais aprofundadas apontam sua estrutura frágil e a ausência de mecanismos coercitivos ou verificatórios eficazes. De acordo com o International Crisis Group (2020), o pacto falhou em não exigir um cessar-fogo imediato e ao excluir, nas etapas iniciais, o governo afegão das negociações, conferindo ao Talibã uma vantagem estratégica significativa tanto no campo militar quanto político.

Paralelo a isso, observa-se que o Acordo de Doha foi instrumentalizado pelo Talibã para consolidar seu poder interno e intensificar ofensivas contra as forças afegãs, mesmo durante o processo de retirada das tropas estrangeiras (Byman, 2021; Rubin, 2020). A ofensiva relâmpago de 2021 e a subsequente retomada de Cabul pelo grupo evidenciaram as lacunas do acordo e sua incapacidade de estabelecer uma transição política inclusiva e estável. Além disso, o contexto geopolítico mais amplo do Golfo e da Ásia Central, em que o Qatar desempenha um papel de mediação, também deve ser considerado na análise. Pois, destaca-se que a escolha de Doha como sede das negociações não foi apenas logística, mas também refletiu interesses estratégicos do Qatar em se afirmar como ator diplomático regional relevante (Ulrichsen, 2020). Em síntese, nota-se que o Acordo de Doha não representou uma solução definitiva para o conflito, mas evidenciou os limites da diplomacia direta com atores insurgentes sobretudo quando desprovida de garantias multilaterais robustas e de um engajamento efetivo com as forças políticas domésticas.

### 4.4 ACORDOS BILATERAIS E DEMAIS AÇÕES PRÉVIAS

A retirada caótica dos EUA de Cabul foi televisionada causou grande repercussão internacional, fato que aprofundou inseguranças diante do novo governo e a retirada em massa de representações diplomáticas do território afegão. Mesmo diante desse evento, um cenário ampliado demonstra maior complexidade quanto ao estabelecimento de relações entre os atores da região, assim, a preocupação econômica e, em grande parte, securitária são sobretudo o que assegura o não isolamento do Governo Talibã. Dentro desse contexto, tem-se, em dezembro de 2022, a Declaração de Cabul sobre Boas Relações de Vizinhança, em que:

> Os signatários se comprometeram a respeitar a integridade territorial e a independência política do Afeganistão, apoiar o processo de paz naquele país, tomar medidas para estabilizar a região, combater o terrorismo, o extremismo e o contrabando de drogas e ajudar na reconstrução do Afeganistão (Jurenczyk, 2022, p.85).

Além dessa iniciativa, países como os Emirados Árabes Unidos propuseram acordos bilaterais e reabriram postos diplomáticos no país – como realizado também

pela China, Rússia, Paquistão e Turcomenistão. O acordo traçado envolvia o sistema aéreo do Estado, como os EAU atuando na operacionalização e institucionalização do controle aéreo do aeroporto de Cabul, o que viabilizou a continuidade dos fluxos comerciais e humanos do país. Nessa mesma linha, atores como a Índia, adotaram postura mais pragmática e se distanciaram de saídas sancionatórias e obstáculos morais (Alexandre, 2025).

#### 4.4.1 China como intermediária da reconciliação nacional

Com apenas 76 quilômetros de fronteira terrestre, historicamente, a principal motivação que aproxima e distancia as relações entre China e Afeganistão é a que envolve à etnia chinesa separatista, uigures. Os dois países possuem dinâmicas de extrema tensão diante dos reforços e treinamentos cedidos pelos talibãs aos uigures, os quais possuem proximidade geográfica e religiosa ao Afeganistão, citando-se entre a província de Xinjiang, na China, e o Turquestão Oriental. Durante a ascensão do governo autoritário do Talibã em 1996, a reação internacional foi isolar o país, comportamento reproduzido pelos chineses (Jurenczyk, 2022), os quais visavam exatamente o enfraquecimento dos apoiadores de Xinjiang. Contudo, com o estabelecimento das tropas estrangeiras no território, e para não ceder espaço à influência ocidental na região, o governo de Pequim restabeleceu maiores diálogos com o Afeganistão. Em 2012, o país se tornará membro observador da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), instituição que vai promover conectividade, segurança e acesso a recursos como minérios, petróleo e gás (Alexandre, 2025). Além disso, o país adquire importância a partir da construção do Corredor China-Paquistão (CPEC), o que insere o Afeganistão na Nova Rota da Seda (BRI).

> Após a tomada de Cabul pelo Talibã, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Hua Chunying, disse: "Estamos prontos para continuar a desenvolver boa vizinhança e cooperação amistosa com o Afeganistão e desempenhar um papel construtivo na paz e reconstrução do Afeganistão (Jurenczyk, 2022, p. 85).

Com isso, desde de 2019, com a ineficiência das tropas norte-americanas e a iminência de troca de governo, há um esforço diplomático da China em "manter relações amistosas com a liderança talibã" (Costa; Teixeira, 2021, p. 44). Afastando-se de ofensivas militares e apostando em canais multilaterais. É nesse contexto, que a RPC[19]articula-se no papel de intermediador diplomático e promove a política de Reconciliação Nacional do Afeganistão, com o cuidado de não interferir no âmbito interno do Estado, evitar choques com o governo e promover a cooperação entre os países asiáticos (Costa; Teixeira, 2021).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Islâmica do Afeganistão** esteve sob liderança do governo do presidente Ashraf Ghani até 2021, este que manifestou forte oposição à retirada unilateral e acelerada das tropas nortes-americanas de solo afegão, ao alegar que essa decisão comprometeria gravemente a estabilidade política e securitária do país. Em pronunciamentos oficiais, o governo afegão alertou que a saída precipitada das forças estrangeiras fortaleceria o Talibã, ao mesmo tempo que desestabilizaria o frágil processo po-

19 República Popular da China

lítico em que o Afeganistão estava inserido, além de causar o colapso das instituições nacionais de segurança (Al Jazeera, 2021). Desse modo, observa-se que após a retirada das tropas estadunidenses e seus aliados, o Talibã retomou o controle do país em agosto de 2021, o que confirmou os temores expressos previamente pelo governo afegão sobre a incapacidade das forças armadas locais de conter o avanço do Talibã em sua busca pelo controle do Estado afegão. Assim sendo nota-se que os desafios subsequentes agravaram a crise humanitária, o retrocesso nos direitos humanos, especialmente em relação às mulheres e demais minorias, e o risco do Afeganistão se tornar novamente um refúgio seguro para grupos terroristas internacionais (United Nations Assistance Mission in Afghanistan – UNAMA, 2021).

O **Reino da Arábia Saudita** expressou fortes preocupações com o retorno do Talibã ao poder em 2021, mas adotou uma abordagem cautelosa e pragmática em sua política externa. Em declarações do Ministério das Relações Exteriores saudita, o governo enfatizou a necessidade de estabilidade e segurança no Afeganistão, defendendo um diálogo inclusivo entre todas as partes afegãs para evitar o colapso total do Estado e o ressurgimento de atividades terroristas (Ministério das Relações Exteriores da Arábia Saudita, 2021). A monarquia saudita tem um histórico complexo com o Talibã, tendo sido um dos poucos países que reconheceram seu governo na década de 1990, porém após os ataques de 11 de setembro de 2001, alinhou-se com os Estados Unidos na Guerra ao Terror. Após 2021, o governo saudita destacou como desafio principal conter a expansão da influência de grupos extremistas como Al-Qaeda e Estado Islâmico Khorasan (ISIS-K) no Afeganistão, visto que tais organizações podem ameaçar a segurança regional e a estabilidade interna saudita (Al Arabiya, 2021).

A **República da Armênia** mantém relações bilaterais com o Afeganistão, principalmente a partir do setor comercial, embora não reconheça oficialmente o governo talibã (Armênia, 2025). O país prioriza a estabilidade regional e a proteção de seus interesses no Cáucaso e na Ásia Central, defendendo o respeito aos direitos humanos, especialmente das minorias étnicas e religiosas, e apoia iniciativas multilaterais voltadas à contenção do extremismo (JES, 2014). Historicamente, o país tem fortalecido seus laços com a OTAN, participando ativamente de missões de segurança e reconstrução no Afeganistão, no âmbito da Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF), enviando soldados para a bases militares, como a de Mazar-e-Sharif, no norte do Afeganistão (TJF, 2016). Atualmente, a Armênia mantém vigilância diplomática e cooperação com parceiros internacionais, visando mitigar riscos geopolíticos e humanitários decorrentes da nova configuração afegã.

A **República do Azerbaijão**, como país de ação cooperativa com a OTAN, mantém uma abordagem cautelosa em relação ao governo talibã no Afeganistão, avaliando possibilidades de diálogo técnico e econômico com o novo governo, sem comprometer suas alianças ocidentais (Azemedia, 2024). Seus interesses são, sobretudo, estratégicos, ligados à segurança regional, conectividade e cooperação energética. Embora ainda não tenha reconhecido oficialmente o governo, o país tem mantido canais diplomáticos abertos com o governo talibã, enfatizando a importância da estabilidade no Afeganistão para os projetos de infraestrutura e transporte que conectam a Ásia Central ao Cáucaso (Baku, 2017). O país também busca garantir que o novo contexto afegão não favoreça o crescimento do extremismo, especialmente em regiões sensíveis próximas a seus aliados.

O governo da **República Federativa do Brasil**, por meio do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), manifestou, em agosto de 2021, "profunda preocupação" com a deterioração da situação humanitária e de segurança no Afeganistão, ressaltando a importância da proteção dos direitos humanos, especialmente das mulheres

e meninas (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2021). O Brasil também defendeu uma solução política negociada, sob a liderança dos próprios afegãos, e expressou apoio ao papel das Nações Unidas na coordenação da ajuda humanitária e na promoção da estabilidade no país. Desse modo, o Brasil, como membro ativo em operações de paz da ONU, sublinhou os desafios relacionados ao fluxo de refugiados, ao risco de aumento do terrorismo transnacional e à necessidade de preservar os avanços conquistados em direitos humanos durante as duas décadas de presença internacional no Afeganistão, apesar de manter uma postura tradicionalmente não intervencionista e distante militarmente dos conflitos (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2021).

A **República Popular da China**, como vizinho, buscou historicamente estabelecer boas relações com o Afeganistão, promovendo o aprofundamento do intercâmbio e cooperação em diferentes setores. Mediante ao contexto instável que o Estado afegão se encontrava, o governo chinês teve um papel ativo na construção do processo de paz e reconciliação interna do território afegão. Com a ascensão do Talibã em 2021, a China manteve sua relação com o Afeganistão, sobretudo, fornecendo assistência humanitária ao país. A partir de 2022 observa-se uma tentativa, por parte do governo chinês, em estreitar tais relações, aprofundando intercâmbios e cooperação com os afegãos (República Popular da China, 2025). Desde então, a China busca apoiar o Afeganistão em caminhos de desenvolvimento adequados para o seu contexto, servindo também como um mediador das relações entre o Estado afegão e outros países. É interessante ressaltar que a China também tem buscado integrar o Afeganistão em sua rede de cooperação regional, participando de encontros multilaterais e mantendo intercâmbios constantes com autoridades afegãs (XinhuaNet, 2025). Em 2024, estima-se que o comércio bilateral entre os dois países atingiu o marco de 1,59 bilhões de dólares, registrando um aumento considerável (República Popular da China, 2025).

Os **Estados Unidos da América** em 2021, teve o encerramento de sua presença militar no território afegão. Contudo, sistematicamente reiteram seu compromisso duradouro com a segurança internacional e os direitos humanos diante da instabilidade no Afeganistão (EUA, 2023). O caos multifacetado que envolve o evento de retirada das tropas norte-americanas, fez com que o governo dos EUA alterasse seu posicionamento em relação à retórica de intervenção. O ex-presidente Joe Biden disse em um de seus pronunciamentos oficiais que seu país não teve, em momento algum, o propósito de construir uma nação democrática no Afeganistão, mas de evitar que o Afeganistão voltasse a ser usado como plataforma para ataques terroristas contra o território norte-americano (BBC, 2021). Diante desse cenário, os EUA advoga pela máxima vigilância do grupo pela comunidade internacional e concentra sua atuação em assistências humanitárias, o que não representa real passo em direção à normalização das relações com o governo talibã (EUA, 2023). Desse modo, o país expressa preocupação com a crescente deterioração da situação humanitária e econômica no Afeganistão, onde mais de 28 milhões de pessoas necessitam atualmente de assistência, assim como condena as decisões do Talibã que violam liberdades básicas, em especial as proibições impostas às mulheres afegãs. Tais medidas são tidas como inaceitáveis e prejudicam severamente a capacidade da comunidade internacional de prestar ajuda de maneira justa e eficaz, necessitando reversão imediata dessas políticas discriminatórias (EUA, 2023). A crescente presença e atividade de grupos terroristas no território afegão, também é tópico de preocupação dos EUA — como o Estado Islâmico-Khorasan (ISKP), Al Qaeda e Tehrik-i-Taliban-Pakistan — os quais insistem que o Talibã cumpra com a sua obrigação de garantir que o Afeganistão não sirva como refúgio seguro para organizações terroristas que ameacem a paz e a segurança globais (EUA, 2023).

A **República Francesa**, como membro da OTAN, incorporou um papel ativo em relação à crise afegão no século XXI, incorporando forças à ISAF no território afegão (NATO, 2019). Após a retomada do poder pelo Talibã no Afeganistão, a França manteve uma postura crítica e firme em relação ao governo vigente, destacando-se por seu compromisso com os direitos humanos e o bem-estar do povo afegão. Apesar de tal postura, o governo francês reafirma seu compromisso em promover o desenvolvimento afegão, sobretudo, articulando apoio às questões humanitárias e à coordenação multilateral, visando garantir estabilidade e segurança regional (França, 2024a). A partir de 2024, a França, assim como outros países, expressou profunda preocupação com as crescentes restrições impostas pelo atual governo afegão à participação feminina na educação e na vida pública. Além disso, o governo francês enfatiza a importância de combater o terrorismo de maneira eficaz e conforme as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de um processo político inclusivo, pautado no diálogo nacional e no respeito às obrigações internacionais (França, 2024b).

A **República da Índia** é um dos Estados mais afetados pela mudança de governo do Afeganistão, tanto em termos securitários, quanto políticos. O antagonismo histórico que nutre com o Paquistão transborda para o território talibã — grupo de profundos vínculos com esse país — e gera a necessidade de ampliação da atividade de inteligência para a segurança nacional e a diminuição de incertezas (Fair, 2014). Devido à tomada de Cabul, os indianos temem a criação de bases afegãs para treinamento de militantes paquistaneses e posteriores ataques ao seu território, assim como possíveis iniciativas contra seus investimentos bilionários em solo afegão (The Hindu, 2025). Tais investimentos, aliados a auxílio militar, faziam parte da participação ativa da Índia nos projetos de reconstrução nacional do antigo governo apoiado pelos EUA, contudo, a retirada das tropas significou o rompimento dessa dinâmica e a relação de desconfiança entre os governos. Durante o caos social de agosto de 2021, a Índia fechou sua embaixada no país e iniciou a operação chamada "Devi Shakti" com o intuito de evacuar cidadãos indianos do território (India Today, 2021).

A **República Islâmica do Irã**, como vizinho e país mulçulmano, mostrou-se solícito em manter relações com o governo afegão, promovendo diálogo com as partes envolvidas e oferecendo-se para mediar e apoiar o processo de paz. Contudo, a presente conjuntura apresentou uma outra face desta relação: oscilação entre desconfiança, pragmatismo estratégico e tensões fronteiriças (Siddiqui, 2025). Desde 2021, o Irã tem enfrentado uma crescente onda migratória, com mais de dois milhões de afegãos entrando em seu território. Em resposta, Teerã tem endurecido suas políticas migratórias e fronteiriças, construindo um muro ao longo da fronteira com o Afeganistão (Al Jazeera, 2024). Apesar de tal retórica, o Irã também tem adotado uma postura pragmática em sua política externa com relação ao Afeganistão, engajando-se em diálogos com os líderes talibãs por meio de canais diplomáticos e comerciais. Isso inclui esforços para expandir as relações comerciais, buscar cooperação na contenção do ISKP [20] e garantir o cumprimento de acordos bilaterais importantes, como o tratado sobre o uso das águas do rio Helmand. De maneira geral, diante da nova realidade regional, o Irã busca engajamento limitado para conter ameaças comuns e ampliar laços comerciais. Ainda assim, as tensões persistem entre os dois países. Em meio a essas contradições, o Irã tenta equilibrar sua rejeição aos padrões ocidentais com demandas internas e regionais, buscando influenciar o governo talibã por meio de pressão diplomática e cooperação seletiva (Siddiqui, 2025).

20 Estado Islâmico – Província de Khorasan (ISKP ou ISIS–K).

O **Estado de Israel** mantém uma postura hostil em relação ao Afeganistão, caracterizada pela ausência de relações diplomáticas formais e pelo distanciamento estratégico (Israel, 2023). Israel insere o governo afegão na categoria de "ditaduras de partido único", descrevendo-o como um dos exemplos mais extremos de repressão e violação sistemática das liberdades civis e dos direitos individuais, especialmente contra mulheres e minorias. A visão apresentada por Israel encontra-se alinhada com a abordagem ocidental, sobretudo, a norte-americana, a qual enfatiza que o Afeganistão estaria longe de adotar valores democráticos universais (Israel, 2001). Mediante a retomada do poder pelo Talibã em 2021, pode-se inferir que a postura israelense em relação ao Afeganistão tornou-se ainda mais engessada e crítica, especialmente, após o início dos conflitos em Gaza. É importante pontuar que o Talibã tem condenado repetidamente as ações militares israelenses, na Faixa de Gaza, acusando Israel de crimes contra muçulmanos e de desestabilizar a região (Mehr News, 2024).

A **República Islâmica do Paquistão**, como vizinho e país mulçulmano, mediante à ascensão do Talibã em 2021, tem oscilado entre a cooperação estratégica e tensão crescente. Inicialmente visto como um aliado histórico do Talibã, o Paquistão tem expressado frustração com o que considera inação de Cabul frente aos ataques do Tehreek-e-Taliban Pakistan (TTP), grupo considerado terrorista por Islamabad e acusado de operar a partir do território afegão (Siddiqui, 2025). Apesar dos esforços diplomáticos para manter o diálogo e a cooperação regional, episódios como os bombardeios paquistaneses em território afegão, a deportação em massa de refugiados e as divergências sobre a Linha Durand evidenciam uma relação marcada por desconfiança e tensões fronteiriças. A visita do vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Ishaq Dar, a Cabul em abril de 2025, simboliza uma tentativa de reabrir canais diplomáticos e conter a escalada de tensões, sobretudo após uma série de choques fronteiriços e a controversa política de deportação de refugiados afegãos. Ainda, a visita abordou temas como segurança, conectividade, comércio e relações bilaterais. No entanto, enquanto o Paquistão destacou fortemente a necessidade de cooperação em segurança, o Afeganistão evitou tocar diretamente nesse ponto, preferindo enfatizar a cooperação econômica e os projetos conjuntos (A Referência, 2025). De modo geral, a relação permanece frágil, permeada por rivalidades históricas, desafios regionais e dilemas humanitários (Siddiqui, 2025).

O **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**, como um dos principais aliados dos Estados Unidos na intervenção militar no Afeganistão desde 2001, expressou publicamente a frustração e a preocupação com a forma como ocorreu a retirada das tropas norte-americanas. Em declarações do então primeiro-ministro Boris Johnson e do Ministério da Defesa, o governo britânico reconheceu que a saída rápida contribuiu para o colapso das forças de segurança afegãs e para o retorno do Talibã ao poder (UK Parliament, 2021). O Reino Unido enfatizou o compromisso contínuo com a segurança global, oferecendo apoio humanitário e reassentamento para milhares de afegãos vulneráveis, incluindo intérpretes e colaboradores das forças britânicas. Sob essa ótica, os principais desafios apontados pelo governo britânico incluem o risco de o Afeganistão voltar a ser um santuário para o terrorismo internacional, especialmente para grupos como Al-Qaeda, além das implicações para a segurança europeia e a credibilidade das alianças militares ocidentais, como a OTAN (Ministry of Defence UK, 2021).

A **Federação Russa** adotou uma postura pragmática e vigilante em relação à retirada dos EUA do Afeganistão. O Ministério das Relações Exteriores russo, liderado por Sergey Lavrov, expressou críticas à maneira "precipitada" com que os Estados Unidos e seus aliados deixaram o país, advertindo para o risco de desesta-

bilização regional (Ministério das Relações Exteriores da Rússia, 2021). Apesar de manter o Talibã na lista de organizações terroristas, Moscou estabeleceu canais diplomáticos com o grupo e sediou várias rodadas de negociações multilaterais com representantes do Talibã antes e depois da retirada norte-americana. A Rússia destacou como um principais desafios a contenção do narcotráfico, o risco de infiltração de extremistas islâmicos nas repúblicas da Ásia Central, fronteiriças com o Afeganistão, e a necessidade de evitar o colapso total do Estado afegão. A partir disso, Moscou reforçou sua presença militar em bases no Tadjiquistão e no Quirguistão como medida preventiva contra potenciais ameaças à sua segurança e à de seus aliados na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) (TASS, 2021).

A **República da Turquia**, como país muçulmano e membro da OTAN, teve papel ativo nas missões internacionais no Afeganistão, inclusive liderando operações da ISAF em Cabul. Apesar de ainda não reconhecer formalmente o governo talibã, a Turquia mantém presença diplomática em Cabul e explora cooperação técnica em segurança aeroportuária e assistência humanitária, condicionando avanços nas relações bilaterais, respeito aos direitos humanos e estabilidade interna afegã (Anadolu, 2024). Muitas das iniciativas convergem ao cenário de proximidade geográfica e rotas migratórias que atravessam o Irã e tornam o território turco um ponto sensível diante da crise humanitária e deslocamentos em massa de migrantes, sobretudo com origem no território do Afeganistão (Mixed Migration Center, 2021). Nesse contexto, o Estado busca manter canais abertos com o Talibã, tanto para monitorar a situação interna quanto para negociar medidas de contenção e repatriação.

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Diante do escasso reconhecimento do governo talibã dentro da comunidade internacional, como se explicaria o estabelecimento de suas relações bilaterais e multilaterais no âmbito regional e internacional?

2) Como se dá a transfiguração do grupo Talibã de 2001 para 2021, no âmbito de relações diplomáticas, securitárias, além do financiamento de atividades e planejamento econômico?

3) Como a ascensão do governo Talibã influencia no fortalecimento e estabelecimento de outros grupos terroristas?

4) Dentro do contexto de cooperações regionais, como a OCX, em que China e Índia participam de fóruns multilaterais de fomento à integração, conseguem conciliar os valores institucionais com suas apreensões securitárias e antagonismos históricas ligados a grupos como o Talibã que agora compõe parte deste diálogo internacional?

5) Mediante a nova articulação estratégica, referente a retirada das tropas norte-americanas do Afeganistão em 2021, como se dá a projeção regional e internacional do Estado afegão?

## REFERÊNCIAS

ADDRESS to a Joint Session of Congress and the American People. **The White House**, 2001.

AFGHAN president Ashraf Ghani warns of 'quick withdrawal consequences'. **Al Jazeera**, 2021. Acesso em: 30 mai. 2025.

AFGHANISTAN: Taliban Strategies – **Recruitment. European Asylum Support Office (EASO)**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012. Acesso em: 19 abr. 2025

AGREEMENT for Bringing Peace to Afghanistan Between the Islamic Emirate of Afghanistan Which is not Recognized by the United States as a State and is Known as the Taliban and the United States of America. **Estados Unidos**. Doha, 29 fev. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **A resposta humanitária do ACNUR no Afeganistão continua**. [S.l.], 2024.

AL SAUD, Príncipe Turki AlFaisal. **The Afghanistan File**. 1. ed. Arabian Publishing, 2021.

ATENTADOS de 11 de Setembro: a tragédia que mudou os rumos do século 21. **BBC News Brasil**, 2021. Acesso em: 19 jun. 2025.

ARMENIA and NATO Reaffirm Their Cooperation. **The Jamestown Foundation**, 2015. Acesso em: 29 mai. 2025.

AZERBAIJÃO Retorna ao Afeganistão. **Aze.Media**, 2024. Acesso em: 1 jun. 2025.

BAKU Declaration. **Ministério das Relações Exteriores da República do Azerbaijão**, 2017. Acesso em: 1 jun. 2025.

BAĞBAŞLIOĞLU, Arif. Beyond Afghanistan NATO's Partnership with Central Asia and South Caucasus: A Tangled Partnership? **Journal of Eurasian Studies**, Seul, v. 5, 1ª ed. 88-96, 2014. Acesso em: 29 mai. 2025.

BYMAN, Daniel. **The Taliban's Strategic Masterstroke in Doha.** Brookings Institution, 2021 . Acesso em: 27 jul. 2025.

CARVALHO, Cristiane Sâmia. **Formas de economia de novas guerras: o caso do narcotráfico no Afeganistão.** 2024. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

COUNTRY Guidance: Afghanistan. **European Union Agency for Asylum**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2021. Seção 7.1.2 – Past conflicts (1979–2001). Acesso em: 19 abr. 2025.

COSTA, Lucas, TEIXEIRA, Vinicius. O Papel das Organizações de Cooperação

em Defesa na Crise do Afeganistão. **Revista de Geopolítica**, Natal, v.12, n°4, p.30-46, out./dez. 2021. Acesso em: 20 abr. 2025.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **The U.S. War in Afghanistan: 1999-2021**. Acesso em: 25 fev. 2025.

CUETO, José Carlos. Qual a extensão da presença de Estado Islâmico e Al Qaeda no Afeganistão — e qual sua relação com Talebã. **BBC News Brasil**, 30 ago. 2021. Acesso em: 19 jun. 2025.

CUNHA, A. P. G.; OLIVEIRA, E. D. F.; MORAIS, R. G. V. M. D. M. A invasão russa no Afeganistão (1979-1989): os impactos do conflito na história afegã. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 86671–86688, 2020. Acesso em: 19 jun. 2025.

DECLARAÇÃO Conjunta sobre o Afeganistão. **Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos da América**. Acesso em 3 jun. 2025.

DOBBINS, James; MILLER, Laurel; DALY, Sarah. Negotiating Peace with the Taliban: Challenges and Prospects. **RAND Corporation**, 2020. Acesso em: 27 jul. 2025.

ENVOLVIMENTO da OTAN no Afeganistão, 2003-2021: a perspectiva de um planejador. **NATO Review**, 2023. Acesso em: 30 mai. 2025.

FAIR, C. Christine. **Fighting to the End: The Pakistan Army's Way of War**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FRANÇA. **Diplomatie. Afghanistan - Déclaration du porte-parole du ministère de l'Europe et des Affaires étrangères** (15 août 2024), 2024a.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração da diretora executiva do UNICEF, Henrietta Fore, sobre as crianças no Afeganistão**. [S.l.], 2021.

GONÇALVES, Gustavo. **O Papel do Nexus Crime-Terror na Intervenção no Afeganistão: a interação entre a indústria da droga e o terrorismo no Afeganistão e a sua participação no fracasso da coalizão liderada pelos Estados Unidos da América**. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Lisboa, 2021.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARVEY, Lex. Afeganistão: relatório da ONU detalha repressão do Talibã e

violações morais. **CNN Brasil**, [S.l.], 2024.

HODALI, Diana. Por que o Catar mantém laços tão estreitos com o Talibã. **DW Brasil**, 30 ago. 2021.

ÍNDIA monitora situação no Afeganistão; mantém discussões com o regime Talibã: Nova Déli no Conselho de Segurança da ONU. **The Hindu**, 2025.

ÍNDIA evacua mais de 800 pessoas de Cabul sobre a operação "Devi Shakti". **India Today**, 2021.

IRAN builds wall on border with Afghanistan to stop illegal migration. **Al Jazeera**, 2024.

ISRAEL. **List of countries and status of diplomatic relations with Israel**. Jerusalém, 2023.

ISRAEL. **Human Rights in Arab and Muslim Countries**. Jerusalém, 2001.

JONES, Seth G. Grading the U.S.-Taliban Deal. **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**, 2021.

JURENCZYK, Lukasz. Contribuição Chinesa para a Estabilização do "Afeganistão Democrático". **Austral**, Porto Alegre, v.11, n° 21, p. 77-100, jan./jun. 2022.

KHALILZAD, Zalmay. Afghanistan in 1995: Civil War and a Mini-Great Game. **Asian Survey**, v. 36, n. 2, p. 172–178, fev. 1996.

LIMA, Gabriela. **Afeganistão e A Intervenção Soviética: De Estado-Tampão À Fronteira Porosa**. 2019. Dissertação (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MAP of Afghanistan. **Nations Online**, s.d, online.

MAURÍCIO, Isadora Santiago Pereira. **O posicionamento do CSNU sobre o fenômeno do terrorismo.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ARÁBIA SAUDITA. **Statement on the developments in Afghanistan.** Riyadh, 16 ago. 2021.
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil). **Nota do Governo bra-**

**sileiro sobre a situação no Afeganistão.** Brasília, 16 ago. 2021.

MINISTROS das Relações Exteriores da China. Afeganistão e Paquistão realizam reunião informal em Beijing. **Portuguese XinhuaNet**, 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA RÚSSIA. **On the situation in Afghanistan.** Moscou, 17 ago. 2021.

MINISTRY OF DEFENCE (UK). **Afghanistan: Operation Pitting and support for Afghans.** London, 30 ago. 2021.

MIRZA, Umair. **Afghanistan: A History From 1260 To The Present.** London: Reaktion Books, 2022.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Corte de assistência gera risco de colapso no Afeganistão, diz ONU.** [S.l.], 11 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Missão da ONU no Afeganistão.** [S.l.], [s.d.].

NADIROVA, Gulnar. Heart of Asia – Istanbul Process. **Eurasia Research Institute**, 2021.

NAPOLEÃO, Thomaz. De Bonn a Bonn: uma década de engajamento internacional no Afeganistão pós-Talibã. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 4, n. 15-16, p. 4–21, 2013. DOI: 10.22456/2178-8839.31967.

_____. **Invocation of Article 5 confirmed.** 3 out. 2001.

_____. **Représentation permanente de la France auprès de l'Organisation du traité de l'Atlantique Nord.** France and NATO: presentation, 2019.

_____. **Resolute Support Mission: key facts and figures.** Bruxelas, 2017. 1 p.

NÃO fomos ao Afeganistão para formar uma nação: 5 argumentos de Biden para abandonar o país. **BBC News**, 2021.

OLMO, Guillermo. O que é o acordo entre Trump e o Talebã que foi chave para volta do grupo ao poder. **BBC News Mundo**, 18 ago. 2021.

OPERATION Enduring Freedom. **Naval History and Heritage Command**, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Representante da ONU no Afega-**

**nistão avalia retirada de tropas internacionais com preocupação.** [S.l.], 2021.

_____. **ONU lança plano de resposta humanitária ao Afeganistão.** [S.l.], 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Com mais da metade dos afegãos dependendo de ajuda humanitária, a OIM pede por mais apoio.** Genebra, 2022.

PALMER, Diego A. Ruiz. Envolvimento da OTAN no Afeganistão, 2003-2021: a perspectiva de um planejador. **NATO Review**, 2023.

POLÍTICA externa. **Emirados Árabes Unidos**, EAU, 2022a.

QUIE, Marissa. The Istanbul Process: prospects for regional connectivity in the heart of Asia. **Asia Europe Journal**, Dordrecht, v. 12, p. 285–300, set. 2014. DOI: 10.1007/s10308-014-0385-7.

RASANAYGAM, Angelo. **Afghanistan: a modern history.** London: I.B. Tauris, 2005.

RELATOR diz que Talibã usou Judiciário do Afeganistão para perseguir mulheres. **ONU News**, 16 jun. 2025.

RELAÇÕES Bilaterais. Ministério das Relações Exteriores da República da Armênia, 2025. Disponível em: https://www.mfa.am/en/bilateral-relations. Acesso em 29 maio 2025.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Ministério dos Negócios Estrangeiros. A China e o Afeganistão**, 2025.

RIVKIN, Amanda. Cronologia do envolvimento dos EUA e Otan no Afeganistão. **Deutsche Welle**, 16 ago. 2021.

ROMERO, Pablo P. Sampedro; SOLER, Rafael da. **Sete anos de guerra no Afeganistão: desafios políticos e novas estratégias.** Meridiano 47, Brasília, n. 101, p. 48–52, dez. 2008.

RUBIN, Barnett R. **Afghanistan After the Agreement.** Carnegie Endowment for International Peace, 2020.

SÁ, Katty Cristina Lima. Um breve histórico Al-Qaeda: de Exército Jihadista a Movimento Ideológico. **Boletim Historiar**, Aracaju, n. 19, abr./jun. 2017, p. 84–101.
SANTOS, Gabriela. Crise humanitária no Afeganistão e suas implicações regio-

nais. **Boletim Geocorrente**, Salvador, n. 157, p. 15, 2022. DOI: 10.21544/2446-7014.n157.p15.

SANTOS, Gabriela; NASCIMENTO, Iasmin Gabriele. Um ano no poder: o Talibã e os desafios no Afeganistão. Boletim Geocorrente, Salvador, n. 168, p. 15, 2022. DOI: 10.21544/2446-7014.n168.p15. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/boletimgeocorrente/article/view/3233/3154. Acesso em: 17 abr. 2025

SAUDI arabia urges Taliban to maintain security, preserve lives and property. Al Arabiya, 2021. Disponível em: https://english.alarabiya.net/News/gulf/2021/08/17/Saudi-Arabia-urges-Taliban-to-maintain-security. Acesso em: 29 mai. 2025.

SIDDIQUI, Usaid. Guess who India, Pakistan and Iran are all wooing? The Taliban. Al Jazeera, Doha, 23 mai. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/5/23/guess-who-india-pakistan-and-iran-are-all-wooing-the-taliban. Acesso em: 30 mai. 2025.

SILVA, Chantal da; MENGLI, Ahmed; YUSUFZAI, Mushtaq. De construtor de nação afegã à vida no 'exílio': Ashraf Ghani foge do país derrotado. NBC News, Nova York, 2021, 16 ago. 2021. Disponível em: https://www.nbcnews.com/news/world/afghan-nation-builder-life-exile-ashraf-ghani-flees-country-defeat--n1276826. Acesso em: 20 jun. 2025.

TAKING STOCK Stock of the Taliban Deal. Crisis Group Commentary, 2020. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/afghanistan/taking--stock-taliban-deal. Acesso em: 27 jul. 2025.

TANEJA, Kabir; SHEKHAWAT, Shivam. How the Taliban is navigating the war in Gaza. ORF Online, [S.P.], 2024. Publicado em: 06 maio 2024. Disponível em: https://www.orfonline.org/expert-speak/how-the-taliban-is-navigating-the-war--in-gaza. Acesso em: 28 mai. 2025.

TASS – RUSSIAN NEWS AGENCY. Russia reinforces Central Asia bases amid Afghanistan instability. Moscou, 23 ago. 2021. Disponível em: https://tass.com. Acesso em: 30 mai. 2025.

THE impact of the Afghanistan crisis on migration: Increasingly securitized migration riskier and more dangerous. Mixed Migration Center, 2021. Disponível em: https://mixedmigration.org/the-impact-of-the-afghanistan-crisis-on-migration/. Acesso em: 15 abr. 2025.

THOMAS, Clayton. Terrorist Groups in Afghanistan. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2024.

TÜRKIYE mantém presença diplomática no Afeganistão e condiciona avanços nas relações ao respeito aos direitos humanos. Agência Anadolu, 2024. Disponível em: https://www.aa.com.tr/. Acesso em: 5 jun. 2025.

UAE participates in "Afghanistan: Security and Economic Development" Conference in Tashkent. Emirados Árabes Unidos. Abu Dhabi, 2022b. Disponível em: https://www.mofa.gov.ae/MediaHub/News/2022/8/2/02-08-2022-UAE-Conference. Acesso em: 30 mai. 2025.

UK PARLIAMENT. Prime Minister's statement on Afghanistan. London, 18 ago. 2021. Disponível em: https://www.parliament.uk. Acesso em: 29 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council: Afghanistan - SC/15628. New York, 2024. Disponível em: https://press.un.org/en/2024/sc15628.doc.htm. Acesso em: 29 mai. 2025.
UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN (UNAMA). Afghanistan Protection of Civilians in Armed Conflict Midyear Report: 2021. Cabul, jul. 2021. Disponível em: https://unama.unmissions.org Acesso em: 30 mai. 2025.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). Global Trends: forced displacement in 2023. Copenhagen, 2024, 48p.

ULRICHSEN, Kristian Coates. Qatar and the Gulf Crisis. New York: Oxford University Press, 2020.

VICE-PREMIÊ do Paquistão visitou o Afeganistão em tentativa de retomar diálogo diplomático. A Referência, 2025. Disponível em: https://areferencia.com/oriente-medio/vice-premie-do-paquistao-visita-o-afeganistao-em-tentativa-de-retomar-dialogo-diplomatico/. Acesso em: 30 mai. 2025

VISENTINI, Paulo. Oriente Médio, Afeganistão e Ásia Central: A Lógica da Guerra Sem Fim. 1. ed. Leitura XXI, 2022.

WITTE, Griff. Guerra do Afeganistão: 2001–2014. Britannica, 11 jun. 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Taliban. Acesso em: 20 jun. 2025.

WORLD FOOD PROGRAMME. Afghanistan emergency. Disponível em: https://www.wfp.org/emergencies/afghanistan-emergency. Acesso em: 29 mai. 2025.

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

# A região de Nagorno-Karabakh como fator de instabilidade regional no Cáucaso

*João Gabriel Birck da Silva*[21]
*Rafael Mirandola Boehl*[22]
*Stephanie Madeira Gomes*[23]

## RESUMO

A região de Nagorno-Karabakh, situada no sul do Cáucaso, tem sido palco de conflitos no decorrer dos últimos trinta anos. Iniciada como uma guerra civil com o declínio da União Soviética, a Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh acabou convertendo-se em um conflito regular entre dois Estados soberanos, Armênia e Azerbaijão. O Cáucaso constitui-se enquanto uma importante rota comercial e espaço estratégico, que liga a Ásia à Rússia e à Europa. Além disso, os mares adjacentes ao território caucasiano, Negro e Cáspio, detém recursos energéticos vitais a qualquer Estado. O conflito de Nagorno-Karabakh é uma disputa territorial, na qual circunscrevem-se elementos étnicos e religiosos. Dado a importância estratégica da região, potências regionais e extrarregionais dispõem de interesses concretos na disputa, com maior destaque ao caso de Karabakh. Nesse sentido, o presente guia de estudos tem o objetivo de apresentar os principais elementos para a compreensão do referido conflito como fator de instabilidade regional, abordando-o em um contexto de rivalidade entre Armênia e Azerbaijão. Além disso, são exploradas as possibilidades de contendas futuras na região, como o Corredor de Zangezur, além das ações internacionais prévias de mediação, que até o momento não lograram êxito.

21 João Gabriel Birck da Silva é aluno do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).
22 Rafael Mirandola Boehl é aluno do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor-assistente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).
23 Stephanie Madeira Gomes é aluna do primeiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-assistente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

## 1 INTRODUÇÃO

Elo geográfico entre Rússia e Oriente Médio e entre Ásia e Europa, o Cáucaso é uma região de valiosa importância estratégica. Costurado pela Cordilheira do Cáucaso, que dá nome a essa ligação montanhosa entre Ásia e Europa, o território caucasiano possui dois mares adjacentes, um de cada lado. O Mar Negro e o Mar Cáspio além de apresentarem rotas logísticas para comércio, detém uma importância vital para os países caucasianos: a extração de recursos energéticos. Nesse sentido, o Cáucaso não representa um corredor estratégico somente pela sua posição geográfica, mas também por seus recursos naturais, leia-se, petróleo e gás, disponibilizados no mercado internacional.

Os Estados que integram a região são: Geórgia, Armênia e Azerbaijão. Além disso, partes da Rússia, Turquia e Irã também podem ser enquadradas como apêndices racionais. Devido a sua importância, o Cáucaso foi dominado por diferentes potências exógenas ao longo da história e ainda continua a ser cobiçado na competição internacional atual (Ianhez, 2020, p. 306).

Integrante da União Soviética (URSS) durante quase a totalidade do século XX, o Cáucaso é considerado uma região instável, devido ao número de conflitos potenciais. De fato, após a queda da URSS em 1991, e até na década anterior em seu esfacelamento gradual, a região experimentou novamente a guerra, após praticamente um século de paz soviético. A Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh (1988-1994) iniciou esse movimento, seguido posteriormente pelas guerras da Chechênia (1994-1996; 1999-2009), território este que apesar de russo é também caucasiano.

Apesar da etnicidade e religião serem elementos centrais para a compreensão dos conflitos no Cáucaso, em especial Nagorno-Karabakh, elas não representam sua totalidade. O Cáucaso é um território geograficamente estratégico e possui recursos energéticos fundamentais. O local é disputado há séculos por diferentes povos e potências, nesse sentido, classificar os conflitos que ocorrem na região como somente de cunho étnico-religioso não apresenta-se como mais adequado (Ianhez, 2020, p. 306-307).

Devido a sua geografia montanhosa, muitas regiões do Cáucaso são de difícil acesso operacional e logístico, como é o caso de Nagorno-Karabakh. A porção montanhosa é uma vasta região do Azerbaijão, que era ocupada majoritariamente por armênios étnicos. Cabe ressaltar as diferenças religiosas entre Armênia e Azerbaijão, além de não pertencerem ao mesmo grupo étnico, uma vez que de um lado tem-se armênios e do outro azeris, que têm origem turca, enquanto os armênios são cristãos, os azeris são muçulmanos. O outro país caucasiano é a Geórgia, que tem maioria cristã, ao passo que os países vizinhos são de maioria muçulmana, com exceção da Rússia (Cordesman et al., 2013, p. 50).

Após a vitória armênia na Primeira Guerra do Alto do Carabaque, a região permaneceu, do ponto de vista internacional, como parte integrante do Azerbaijão — embora, na prática, estivesse ligada à Armênia. O conflito entre Armênia e Azerbaijão permaneceu tenso mas inalterado, uma vez que se chegou a um cessar-fogo mas não uma paz garantida. Houve pequenos confrontos no decorrer das três décadas de impasse político e militar, como a Guerra dos Quatro Dias (2016). No entanto, foi na Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh (2020) que o *status quo* alterou-se de forma significativa. Dessa vez, o Azerbaijão, com o apoio da Turquia e outras potências, logrou a vitória. Posteriormente, a Ofensiva Azeri de 2023 serviu para sacramentar o resultado, com o domínio total da região pelos azeris e no deslocamento forçado da população armênia local.

Os esforços de paz e mediação do conflito, ao longo dos anos, foram numerosos. A Rússia atuou como mediadora em diversas ocasiões, apesar de exercer um papel fundamental e possuir interesses estratégicos na região — como será explorado ao longo deste guia. No entanto, o direito internacional não se mostrou, até o momento, uma ferramenta eficaz para nenhuma das partes na resolução do conflito. A despeito da retomada de Nagorno-Karabakh pelo Azerbaijão por meio da força, ainda não houve uma mediação que resultasse em uma paz efetiva entre o país e a Armênia. Nesse contexto, o território continua a servir como interface das tensões entre armênios e azerbaijanos, permanecendo um ponto de entropia — isto é, de tensão e instabilidade — não apenas no Cáucaso, mas também nas regiões adjacentes. A competição entre os atores do confronto e entre potências como Rússia, Irã e Turquia permanece latente, com ameaças reais em curso, como a possível tomada do Corredor de Zangezur.

O conflito de Nagorno-Karabakh caracteriza-se por ser uma guerra limitada, contudo desfruta dos interesses de potências regionais e extrarregionais devido à notabilidade estratégica da região. A política que envolve a conflagração apresenta nuances e reviravoltas ao seu decorrer. Aliados tradicionais sentam-se em lados opostos na mesa de negociação, ao passo que inimigos conluiam para objetivos comuns. Nesse sentido, o presente guia de estudos tem como objetivo principal cotejar os elementos centrais para a compreensão do conflito e as implicações futuras para a região, bem como apresentar as ações internacionais prévias de mediação e a posição de cada país participante do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por meio de uma abordagem qualitativa e histórica.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A presente seção parte da contextualização do conflito na região de Nagorno-karabakh por meio de uma breve análise de aspectos estruturais e históricos da Armênia e do Azerbaijão. Nesse sentido, inicia-se por uma aproximação do tema por meio de aspectos culturais e de identidade, como por exemplo o nome do território. Para os azeris e a comunidade internacional de maneira geral é chamado de Nagorno-Karabakh. Já para os armênios a região é conhecida como Artsakh. Posteriormente, apresentam-se as origens do conflito, que remonta períodos muito anteriores à União Soviética, destacando a importância do legado histórico. Por fim, adentra-se no conflito em si, contextualizando brevemente a Primeira (1988-1994) e a Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh (2020), bem como o período entre ambas.

### 2.1 ORIGENS DO CONFLITO

As duas nações são vizinhas, compartilham uma fronteira de 787 km de extensão territorial e estão localizadas na região do Cáucaso, território que abriga uma grande diversidade étnico-cultural, social e religiosa e está estrategicamente situada no limite entre a Europa Oriental e a Ásia Ocidental (CIA, 2025). Devido a esta característica, a região tornou-se de suma importância para o controle de rotas comerciais (Ianhez, 2020) e foi cobiçada por diversos impérios durante o decorrer da história, desde o Império Romano até o Império Russo, tornando-se palco de sucessivas disputas territoriais e geopolíticas.

O Azerbaijão é caracterizado por possuir uma população de maioria muçulmana, cuja maioria se divide principalmente entre Xiitas e Sunitas (Encyclopedia, 2021). O país apresenta uma proximidade com a Turquia, o único outro país com

maioria muçulmana na região. A Turquia foi uma das primeiras nações a reconhecer a independência azeri do Império Russo em 1918 (MFA, 2022) assim como a primeira a reconhecer sua soberania após o colapso da União Soviética em 1991 (CIA, 2025).

Já a Armênia é tradicionalmente cristã, sendo o primeiro país a adotar o Cristianismo como religião oficial em 301 d.C. (Ben Aharon, 2019). Esta característica teve importante relevância durante a ocupação do Império Otomano da região, onde altercações entre cristãos, armênios e muçulmanos elevaram as tensões entre os povos e culminaram em um trágico evento da história do país, o Genocídio Armeno (Iahnez, 2020). Neste evento, centenas de milhares de armênios foram assassinados entre 1915 e 1917 pelos otomanos, sob a liderança de Talaat Pasha (Morris; ZE'ÉVI, 2019). O evento tornou-se uma peça fundamental para a composição de uma identidade nacional armênia, baseada na memória de luta e resistência dos antepassados contra os povos vizinhos (Iahnez, 2020). Tanto a Turquia quanto o Azerbaijão formalmente negam a existência histórica de tal acontecimento (ARF, 2009), fato este que contribui para que as relações entre as nações ainda hoje sejam caracterizadas por tensões e conflitos (Iahnez, 2020).

Ambos os países pertenceram ao Império Russo e declararam suas breves independências do mesmo em 1918, durante o colapso do regime czarista e instabilidade interna russa (Tuncay Huseynzade, 2018). Apenas dois anos depois, em 1920, os dois países foram incorporados à recém formada União Soviética como Repúblicas Socialistas Soviéticas. Em 1922, juntamente à Geórgia, tornaram-se uma única entidade política dentro da URSS, a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana.

A região de Nagorno-Karabakh, historicamente disputada por Armênia e Azerbaijão, testemunhou a escalada dos embates pela sua posse. No contexto da reorganização territorial do Cáucaso promovido pela URSS, em 1923, o comitê de comando da URSS declarou que a região de Nagorno-Karabakh passaria a estar formalmente vinculada ao território do Azerbaijão. Com o intuito de atenuar as tensões entre a população armênia local, conferiu à região um *status* administrativo autônomo dentro da estrutura soviética (Makio; Nogueira, 2019). A decisão refletia a lógica soviética segundo a qual a fragmentação territorial contribuiria para enfraquecer identidades nacionais coesas e prevenir a formação de movimentos de resistência unificados no Cáucaso (Cornell, 1999).

Além disso, Nagorno-Karabakh é uma porção de território montanhoso que abriga porções de rios importantes para o Cáucaso, como Kura e Arax. Nesse sentido, ao efetuar-se uma análise morfológica da palavra, "Nagorno" e um prefixo russo cujo significado e montanhoso, enquanto Karabakh representa uma junção de termos advindos do Persa e Turco que em conjunto, representam jardim negro (Morris *et al*, 2019).

A entidade política da República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana persistiu por quatorze anos até sua dissolução em 1936, quando as repúblicas foram separadas novamente, ainda ligadas à União Soviética. Foi apenas na década de 1990, com o colapso da União Soviética, que o Azerbaijão e a Armênia declararam e tiveram suas independências econhecidas efetivamente em 25 de Dezembro de 1991 e 18 de Dezembro de 1991, respectivamente (Encyclopedia Britannica, 2025).

Com a dissolução da URSS, em 1991, as ex-Repúblicas Soviéticas tornaram-se suscetíveis a uma série de conflitos étnicos e territoriais que haviam sido reprimidos durante o período soviético. A projeção de poder exercida pela União Soviética sobre esses territórios funcionava como um elemento de contenção, reprimindo tensões interétnicas e fomentando, indiretamente, o compartilhamento de territórios por di-

ferentes grupos étnicos. Sua retirada, portanto, desestruturou esse equilíbrio frágil e permitiu a irrupção de tensões antes reprimidas (Scudellari, 2023). A região do Cáucaso exemplifica de forma clara a instabilidade, refletindo as complexas dinâmicas de transição nas ex-repúblicas soviéticas (Fernandes, 2023).

Armênia e Azerbaijão, ao declararem sua independência com a dissolução da URSS, envolveram-se em um prolongado e complexo conflito, ainda que sem uma declaração formal de guerra, entre os anos de 1991 e 1994. O embate teve como principal foco a disputa pela região de Nagorno-Karabakh, até então uma área autônoma situada dentro do território azerbaijano, mas reivindicada pela Armênia como parte de sua herança étnico-cultural (Scudellari, 2023).

A Rússia, enquanto sucessora da URSS, assumiu um papel central na reorganização do espaço pós-soviético, uma vez que este continuava a representar uma área estratégica no seu entorno, devido à sua importância para a proteção das fronteiras russas, para a ampliação de sua influência regional e para o fortalecimento de sua economia. Nesse contexto, a Rússia procurou ampliar seus vínculos com as ex-repúblicas soviéticas, utilizando organismos como a Comunidade de Estados Independentes (CEI). Diante da ascensão de Vladimir Putin ao poder, intensificaram-se os esforços para o fortalecimento interno do país e para a consolidação de seu papel como potência regional (Blum; Jacichen, 2015).

## 2.2 PRIMEIRA GUERRA DE NAGORNO-KARABAKH (1988-1994)

Em fevereiro de 1988, uma petição endossada por armênios de Karabakh solicitou que a região passasse para o controle armênio, com isso, protestantes azeris marcharam até a capital de Nagorno-Karabakh, Stepanakert (Bettin, 2024). O embate entre os manifestantes azeris, a polícia local e armênios culminou na morte de dois azeris, o que gerou revolta na população azeri e resultou em perseguição e violência contra armênios no Azerbaijão (Melander, 2001). Segundo Cornell (1999), seis dias após o parlamento analisar a petição, um massacre de armênios ocorreu em Sumgait, no Azerbaijão. O massacre em Sumgait, ocasionado pela escalada sistemática das tensões, foi o fator visto como o estopim da Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh.

Na fase inicial do conflito, entre 1988 e 1990, o território de Karabakh foi repetidamente atacado por exércitos étnicos armênios e azeris informais que operavam fora do sistema soviético. Este período é caracterizado por confrontos de baixa intensidade, com milícias mal equipadas combatendo entre si, com, por exemplo, grupos armados azeris formados, em sua maioria, por civis. Conflitos entre oficiais soviéticos e separatistas em Stepanakert contribuíram para o crescente sentimento anti-soviético e para a escalada da violência étnico-nacional. Entre 1990 e 1991, a região do Cáucaso testemunhou repetidas rodadas de conflitos de baixa intensidade com pesadas retaliações soviéticas (Hirschfeld et al., 2023).

Quase imediatamente após o colapso da URSS, em 1991, Armênia, Azerbaijão e Nagorno-Karabakh declararam sua independência (Hirschfeld et al., 2023). A dissolução da URSS deixou um vácuo de poder na região e sem mediações diretas, os embates entre a Armênia e o Azerbaijão logo assumiram um caráter militar generalizado (Aparecido; Vono, 2021).

A Rússia manteve-se fortemente envolvida no conflito, adotando uma postura ambígua e, supostamente, colaborando com ambos os lados da guerra para maximizar sua influência e reafirmar suas tradicionais esferas de poder. Abulfaz Elchibey, presidente do Azerbaijão entre 1992 e 1993, acusou Moscou de deliberada-

mente fomentar divisões internas entre diferentes grupos da população azeri, com o objetivo de impedir o surgimento de um Estado plenamente soberano e mais alinhado com o Ocidente — cenário que colocaria em risco os interesses estratégicos russos na região (Hirschfeld *et al*., 2023).

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI), criada em 1991 com o intuito de preservar a integração econômica e política entre os países que fizeram parte da antiga URSS, revelou-se limitada sobre a guerra em Karabakh. A faceta militar da organização, representada pelo Tratado de Segurança Coletiva (TSC), assinado em 1992, garantia a Moscou a manutenção de sua presença militar nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central (Guimarães *et al*., 2014). Nos anos subsequentes, houve uma volatilidade considerável na associação dos membros, como demonstrado pela decisão do Azerbaijão de não renovar sua adesão ao TSC em 1999 (Nascimento, 2016). Sem o comprometimento e interesse da Rússia, seu principal membro, a organização, apesar de realizar muitos encontros e criar diversos tratados e normas, atingiu poucas resoluções concretas e efetivas (Adam, 2011).

Em novembro de 1992, um helicóptero transportando autoridades russas e cazaques a caminho de uma implementação de um acordo de paz foi abatido no sul de Nagorno-Karabakh, supostamente por combatentes armênios. Consequentemente, o Conselho Nacional do Azerbaijão votou pela revogação do *status* de Nagorno-Karabakh como região autônoma e declarou-a como uma província formal do Azerbaijão. Em retaliação, a Armênia realizou um referendo pela independência de Karabakh e lançou uma grande ofensiva militar (Hirschfeld et al., 2023).

Aproveitando-se de problemas políticos domésticos de fragmentação interna enfrentados pelo Azerbaijão, a Armênia conseguiu formar um corredor militar estratégico que interligou o país a Karabakh. A cooperação militar entre o exército armênio e os grupos separatistas de Karabakh contribuiu decisivamente para a vantagem armênia no conflito (Aparecido; Vono, 2021). Em 1994, no Quirguistão, foi assinado um acordo de cessar-fogo com intermediação da Rússia (Cornell, 2017).

Com o fim da guerra, Nagorno-Karabakh proclamou sua independência com o apoio da Armênia, resultando na formação da autoproclamada República de Artsakh. Na prática, o território passou a operar sob domínio armênio, por meio de laços institucionais, militares e econômicos (Cornell, 1999). Contudo, o *status* do território como parte integrante do Azerbaijão continuou sendo reconhecido por este e internacionalmente (Ismailzade, 2011).

Nessa guerra, mais de 1 milhão de civis foram deslocados, e cerca de 30.000 pessoas perderam a vida (Rupert, 2020). Cornell (1999) destaca que apesar do acordo de cessar-fogo, conflitos de baixa intensidade seguiram ocorrendo em várias escalas nos anos seguintes. Segundo observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), uma média de uma pessoa por dia foi morta na zona de combate desde 1994, totalizando mais de 1600 pessoas até o início de 1999.

## 2.3 O ENTREGUERRAS E A RETOMADA DO CONFLITO

Conquanto a Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh teve seu desfecho no estabelecimento de um cessar-fogo, apenas em 2020 eclodiu a Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh. O período entreguerras foi caracterizado por uma tensão latente entre os países, fruto da falta de uma resolução quanto à questão do controle da região disputada. Durante este intervalo de tempo houve uma série de acusações por parte tanto do Azerbaijão quanto pela Armênia quanto à violação do Protocolo de Bishkek[24], que determinou um cessar-fogo por tempo indeterminado entre os

dois países (GrottBrath, 2020).

No ano de 2008, tropas da Armênia e do Azerbaijão que estavam posicionadas nas proximidades da cidade de Levonarkh na região nordeste de Nagorno-Karabakh trocaram tiros entre si, resultando na morte de militares de ambos os lados. Cada um dos países apresenta sua própria versão do ocorrido, acusando o Estado vizinho de ter aberto fogo primeiramente (RFE/RL, 2010). Os números das baixas também são disputados e variam conforme as fontes (BBC News, 2010).

Dois anos após o confronto, em 2010, ocorreram mais uma série de violações do cessar-fogo. Desta vez o confronto aconteceu na cidade de Chayli, parte da província de Mardakert localizada no norte de Nagorno-Karabakh e resultou na morte de 4 soldados armênios e um militar Azeri (PanArmenian Net, 2008).

Ainda, outro evento relevante que ocorreu no período entre-guerras foi a Guerra Russo-Georgiana de 2008. De forma sucinta, a Rússia prestou apoio às Repúblicas da Ossétia do Sul e Abecásia, Estados de limitado reconhecimento internacional, amplamente considerados regiões separatistas da Geórgia (RFE/RL, 2010). Juntamente às tropas locais, as forças militares Russas conseguiram, com sucesso, repelir a presença de tropas Georgianas da Ossétia do Sul. Posteriormente, participaram na expulsão de grande porção dos Georgianos presentes no estado separatista (BBC News, 2008). Ao mesmo tempo, firmaram acordos multilaterais com os estados separatistas que permitiram às tropas russas ficarem estacionadas na região (PanArmenian Net, 2008). Com essa conjuntura, é possível destacar que o conflito demonstrou a disposição russa de intervir em áreas de seu entorno político, de forma a reforçar seus interesses. Para os demais países do Cáucaso, uma questão tornou-se explícita: a estabilidade da região e o balanço de poder dependia fortemente da posição adotada por Moscou, bem como sua capacidade evidente de intervenção militar (Mamuka Tsereteli, 2009).

O episódio de 2008 evidenciou a vulnerabilidade da região e a centralidade do papel russo na definição do equilíbrio de poder no Cáucaso. Esse cenário de dependência estratégica se repetiu em 2020, quando a Rússia assumiu novamente a posição de mediadora no acordo de cessar-fogo que encerrou momentaneamente a Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh. No entanto, tal acordo representou apenas uma solução temporária para o conflito, que voltou a escalar em dezembro de 2022, quando o Azerbaijão iniciou o cerco à república de Artsakh (Caucasus Watch, 2023). Conforme previsto no acordo, a Rússia enviou forças de paz à região, consolidando ainda mais sua presença no sul do Cáucaso (Al Jazeera, 2020). E como resultado desta nova investida, o Azerbaijão foi capaz de recuperar grande parte do território que havia perdido na década de 1990, incluindo áreas em torno de Nagorno-Karabakh como Fizuli, Zangilan entre outras cidades (BBC News, 2020). Ao mesmo tempo, a Armênia sofreu uma derrota militar significativa, com milhares de mortos e deslocados (Global Conflict Tracker, 2025).

Essencialmente, o balanço de poder na região modificou-se a favor do Azerbaijão, que emergiu fortalecido politicamente e estrategicamente. Além disso, durante o conflito, a Turquia foi a principal apoiadora do Azerbaijão, reforçando militarmente o exército Azeri com drones e apoio logístico (Chatam House, 2021). O país turco também saiu beneficiado do conflito, tendo estabelecido um centro de monitoramento turco-russo no Azerbaijão (Caspian Policy Center, 2021).

24 Protocolo de Bishkek: é um acordo de cessar-fogo assinado em 1992 entre a Armênia e o Azerbaijão para tentar encerrar os conflitos no território de Nagorno-Karabakh. O protocolo será analisado de forma mais detalhada nas seções subsequentes deste guia.

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Na seção atual aborda-se os desdobramentos mais recentes do conflito entre Armênia e Azerbaijão, sendo esta a ofensiva militar azeri de 2023. Em seguida, explora-se os impactos sociais e humanitários da dissolução da República de Artsakh, bem como a nova realidade regional que se configura, marcada por interesses divergentes e realinhamentos políticos de potências regionais (como Rússia, Turquia e Irã) e extrarregionais (como Estados Unidos e União Europeia). Por fim, serão discutidos os projetos de interconectividade que costuram o Cáucaso, apresentando como Armênia e Azerbaijão são afetados por eles, com destaque para o Corredor de Zangezur.

### 3.1 RETORNO AO CONFLITO: A OFENSIVA MILITAR AZERI DE 2023

Ao amanhecer do dia dezenove de setembro de 2023, o Azerbaijão mobilizou suas tropas em direção à fronteira e iniciou uma invasão em grande escala na República de Artsakh, ou República de Nagorno-Karabakh, do Alto Carabaque, Estado separatista pertencente à Armênia (Archive.Today, 2023). O ministro de defesa do Azerbaijão descreveu o procedimento como uma "Operação anti-terrorista" se utilizando do pretexto de um incidente ocorrido mais cedo no mesmo dia, em que uma série de minas terrestres alegadamente plantadas por grupos sabotadores armênios detonaram no distrito Azeri de Khodzhavenskiy, matando dois civis e quatro policiais (Alarabya, 2023). Decorrente desta invasão, o Azerbaijão teria violado o Acordo de Cessar-fogo de 2020, assinado por ambos os países sob a mediação de Vladimir Putin da Rússia. O acordo apresentava que tropas russas ficaram estacionadas na fronteira de Nagorno-Karabakh e Alto-Carabaque para garantir a estabilidade do cessar-fogo.

Na manhã do ataque, o Ministério de Defesa Azeri divulgou ter informado as forças de manutenção de paz russas do ataque iminente à região com antecedência, no entanto, a Rússia afirmou ter sido informada da operação apenas alguns minutos antes de seu início (AP News, 2023). O governo do Azerbaijão afirmou que as medidas eram necessárias para a restauração da paz e da ordem na região e que a população assim como infraestrutura civil não seriam atacadas, apenas alvos estratégicos militares. Junto a isso, foi anunciado um corredor humanitário destinado à evacuação da população da região, e que a mesma seria informada imediatamente à invasão, mediante avisos no formato de SMS (Político, 2023). Porém, foi reportado por autoridades da República de Artsakho Alto-Carabaque que oitenta civis foram assassinados e oitenta feridos no primeiro dia de combate (Aljazeera, 2023). Além disso, houveram relatos da população de que tais mensagens não haviam sido enviadas, em contraste com a afirmação fornecida pelo Azerbaijão, alimentando um medo de uma deliberada "limpeza étnica" na região (Politico, 2023). Mais tarde, no mesmo dia, as autoridades do governo da República de Artsakho Alto-Carabaque se prontificaram a encontrar os representantes do Azerbaijão com o objetivo de negociar um fim ao conflito. (Eurasianet, 2023). O governo Azeri afirmou que a ofensiva militar iria ter seguimento até o momento em que a República de Artsakho Alto Carabaque aceitasse desmembrar seu governo autônomo (Azatuyun, 2023). Durante o primeiro dia de conflito, o grupo Gegham Stepanyan registrou um total de vinte sete mortes e mais de duzentos feridos (Politico, 2023).

No dia seguinte, vinte de setembro, o presidente Carabaque Samvel Shahrmanyan, através de um estatuto emitido pelo gabinete presidencial, afirmou que a

reação internacional para a situação de Nagorno-Karabakho Alto-Carabaque quanto à resolução do conflito foi inadequada, e nenhum passo prático havia sido tomado (Azatuyun, 2023). Com isso, Artsakh haveria de tomar passos relevantes com o objetivo prioritário de garantir a integridade física da população. Autoridades da República de Artsakho Alto Carabaque concordaram com uma proposta de cessar-fogo, oferecida pelas forças de manutenção de paz russas, que entrou em vigor a partir das 13:00 horas (Reuters, 2023). Dentre os termos desse cessar-fogo, a República de Artsakh deveria promover seu desarmamento e integrar-se ao Azerbaijão, com vistas à reintegração definitiva do território à República Azeri (Hraparak, 2023). Em adição, foi imposta a exigência de rendição de uma série de indivíduos da República de Artsakho Alto Carabaque para serem processados judicialmente por autoridades do Azerbaijão (BBC News, 2023). O governo Carabaque afirmou não ter participado na elaboração dos termos do documento de cessar-fogo (rfi, 2023). Após o período de dez dias desde o ataque inicial do Azerbaijão, a quantidade de Armênios étnicos que haviam evacuado Artsakh foi contabilizada em 100.417 cidadãos, de acordo com um porta-voz do presidente da Armênia, através de rotas emergenciais e corredores humanitários (rfi, 2023).

Depois de árduos dias de negociação entre autoridades do governo Azerbaijão e Carabaque, a república de Artsakh começaria um processo de dissolução de suas instituições estatais, e que elas seriam totalmente extinguidas até o dia primeiro de janeiro de 2024. Isso levou oficialmente a existência da República de Artsakh ao fim, ao passo de que a região seria integrada à República do Azerbaijão.

A investida Azeri serviu como uma representação da mudança entre balanço de poder entre ambos os países, demonstrando uma clara superioridade em poderio militar por parte do Azerbaijão, que através do uso de suas capacidades foi capaz de coagir a Armênia a negociar a respeito da região de Artsakh em apenas dois dias. Este conflito também exemplificou a amplitude de atuação da Rússia na região do cáucaso, e sua posição mista quanto ao termos estabelecidos no Artigo 4 da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, do qual tanto a Rússia quanto a Armênia faziam parte, que reafirma o compromisso de defesa mútua entre os membros em que no caso de uma agressão ao território de um de seus integrantes (CSTO, 2025). O governo Armeno argumentou que a Rússia não cumpriu com seu dever de proporcionar auxílio devido enquanto o país esteve sob o ataque das forças azeris (Reuters, 2023). Posteriormente, esse argumento repercutiu e serviu como base para que a Armênia anunciasse a sua suspensão dentro da organização militar em fevereiro de 2024 (Reuters, 2024).

### 3.2 IMPACTOS SOCIAIS E HUMANITÁRIOS: A DISSOLUÇÃO DA REPÚBLICA DE ARTSAKH

O Azerbaijão, em dezembro de 2022, iniciou um bloqueio em Nagorno-Karabakh após ativistas estabelecerem um posto de controle militar no corredor de Lachin. A importação de alimentos, combustível e medicamentos para a região foi bloqueada e moradores de Stepanakert, capital local, relataram que precisavam esperar horas em fila todos os dias para receber a sua ração diária de pão. O bloqueio só foi suspenso após a dissolução da República de Artsakh, para permitir a fuga dos habitantes da região (Edwards, 2023).

Em 19 de setembro de 2023, o exército do Azerbaijão iniciou uma ofensiva sobre a região de Nagorno-Karabakh. Em apenas 24 horas, o exército azeri derrotou as forças armênias da região, que contavam com poucos homens e arma-

mento limitado, forçando-os a se entregarem (Associated Press, 2023). A rendição da autoproclamada República de Artsakh foi concretizada com a assinatura de um decreto, pelo então presidente local Samvel Shahramanyan, oficializando a dissolução das instituições estatais a partir de 1° de janeiro de 2024 (Edwards, 2023). Com a dissolução, houve um êxodo de cerca de 100.000 armênios, mais de 80% dos residentes da região de Karabakh, para a Armênia. Embora o Azerbaijão tenha se comprometido a respeitar os direitos dos armênios étnicos em Nagorno-Karabakh, a população temia que as autoridades azerbaijanas não garantissem a proteção de seus direitos à língua, religião e cultura (The Guardian, 2023).

Segundo dados da ACLED (2024), desde 2021 foram registrados quase 80 casos de destruição de sítios históricos, religiosos, políticos e residenciais pertencentes à etnia armênia, dentro e ao redor de Nagorno-Karabakh. O ritmo da destruição teria se acelerado após a ofensiva azeri de setembro de 2023, com a remoção de vestígios do projeto político da República de Artsakh — principalmente em Stepanakert (Khankendi em azerbaijano) — que serviu como capital de Karabakh. Monumentos, estátuas, placas em homenagem aos mortos durante as guerras por Nagorno-Karabakh, edifícios residenciais, entre outras instalações, também foram destruídos. A demolição do prédio que antes abrigava o parlamento da República de Artsakh foi filmada e transmitida pela televisão estatal do Azerbaijão, em março de 2024, em uma clara demonstração da restauração do controle da região por parte do Azerbaijão (Reuters, 2024).

A grave crise de deslocamento em massa da população armênia local e de destruição sistemática de patrimônios históricos, religiosos e simbólicos da etnia armênia ocorridos após a dissolução da República de Artsakh, expõe uma possível tentativa de apagamento de traços da presença armênia em Nagorno-Karabakh. Tais acontecimentos geram preocupação sobre a proteção e garantia de direitos às minorias armênias ainda sob controle azeri.

## 3.3 NOVA REALIDADE REGIONAL: INTERESSES DIVERGENTES E IMPLICAÇÕES FUTURAS

Dada a importância estratégica referida anteriormente ao sul do Cáucaso, cabe nesta seção apresentar o papel das principais potências envolvidas no conflito e seus interesses na região. Nesse sentido, expõe-se a relação de Rússia, Turquia, Irã, União Europeia e Estados Unidos na disputa. Além disso, trata-se dos projetos de integração regional, como o Corredor do Meio e o Corredor Norte-Sul (INSTC) e o impacto que novas iniciativas, como o Corredor Zangezur, podem causar para a conjuntura da segurança regional.

### 3.3.1 Potências Regionais (Rússia, Turquia e Irã)

A principal potência envolvida no conflito de Karabakh é a Rússia. Desde o primeiro embate na década de 1990, a Rússia colocou-se como mediadora da conflagração. A potência euroasiática possui relações com ambos os países e mediou todos os cessar-fogos até o presente momento (Askerov, 2020, p. 74; Khoshnood; Khoshnood, 2021, p. 8). No entanto, a postura russa durante esses mais de trinta anos de tensões foi híbrida, ou seja, em momentos aproximou-se da Armênia e por outros se aproximou do Azerbaijão. Constituindo-se como a maior fornecedora de armamentos e equipamentos militares para os dois lados do conflito, a Rússia beneficiou-se da situação de não guerra, embora sem a paz selada. Nesse sentido, o dile-

ma de segurança entre Armênia e Azerbaijão e o agravamento das tensões ampliou a influência da Rússia no Cáucaso (Askerov, 2020, p. 72).

O Tratado de Segurança Coletiva de 1992 foi, em 2002, elevado ao nível de organização, formando a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Em linhas gerais, é um fundamento da organização a defesa mútua do território dos aliados[25], sendo assim, uma ameaça securitária externa de um dos Estados-membro é um dever de todos, ao menos na teoria (Ianhez, 2020, p. 308). No entanto, a organização não teve papel ativo no desenrolar dos eventos apresentados neste guia, o que ocasionou uma decepção por parte da Armênia com a Rússia, e da mesma forma, com a organização. Isso se desenvolveu ao ponto de Nikol Pashinyan, primeiro-ministro armênio, congelar a participação na organização e tentar ampliar o leque de relações externas do país, que muito dependem da Rússia (RFE/RL, 2024, *online*; Askerov, 2020, p. 70).

Na compreensão russa das obrigações da OTSC, a região de Nagorno-Karabakh não seria considerada como uma ameaça externa à Armênia, uma vez que o território é reconhecido internacionalmente, inclusive pela Rússia, como parte do Azerbaijão (Kogamn, 2024, p. 2). Essas obrigações estendem-se ao território soberano armênio, o que constitui um elemento de dissuasão ao Azerbaijão, que apesar de sua superioridade militar, evita incursões diretas em virtude da proteção potencial oferecida pela OTSC (Ianhez, 2020, p. 308). Entretanto, com o congelamento do tratado, a instabilidade do conflito é evidenciada, uma vez que existem porções da Armênia que são de interesse turco e azeri, como se verá adiante (Kogamn, 2024).

Não há consenso na literatura sobre o papel da Rússia no conflito de Nagorno-Karabakh, principalmente na guerra de 2020. Os russos tiveram grande importância para o desfecho do conflito da década de 1990, tanto na esfera militar quanto na diplomática. No âmbito militar, a Rússia forneceu suporte à vitória armênia, deslocando tropas ao território do país. Na questão diplomática, assumiu protagonismo no cessar-fogo e, posteriormente, na tentativa de paz por meio do Grupo de Minsk da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) junto com França e Estados Unidos (Askerov, 2020, p. 59-61, 70).

No entanto, o segundo conflito do Karabakh, contrariou os interesses previamente delineados pela Rússia (Dalay, 2021; Ianhez, 2020; Askerov, 2020). Apesar disso, a Rússia logrou sucesso em realinhar sua política no meio da conflagração, saindo também com ganhos estratégicos do conflito, mesmo que inicialmente demonstrasse apoio ao lado que fora derrotado. No lado vencedor, o Azerbaijão por anos investiu em suas capacidades militares com o excedente do fornecimento de hidrocarbonetos a diferentes parceiros, o que resultou em uma significativa assimetria entre as capacidades armênias e azeris (Askerov, 2020). Nesse sentido, a única chance dos armênios no conflito era com intervenção russa, o que não aconteceu. Dado a superioridade militar azeri e o suporte turco, a Rússia optou por uma abordagem neutra no conflito, o que lhe concedeu ganhos no fim da conflagração em várias esferas, dentre elas, um ganho político com o Azerbaijão, visto a não interferência. Do lado da Armênia, apesar de contraintuitivamente, a Rússia foi vista como a única que poderia deter o Azerbaijão de sua investida, constituindo a ideia de que as perdas armênias não foram maiores justamente pela dissuasão russa (Helvacıköylü, 2021, p. 172). Ainda assim, o maior interesse da Rússia era o de perpetuar o *status quo* pré-2020, com o conflito congelado, no entanto, dado o avanço sistêmico regional de outros atores, a Grande Potência euroasiática teve de fazer concessões (Dalay, 2021, p. 20).

25 Fazem parte da OTSC: Rússia, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Bielorrússia.

A ascensão da Turquia no entorno regional foi um dos principais fatores de alteração na balança de poder no Cáucaso nas últimas três décadas (Semercioğlu, 2021, p. 58). A Turquia tornou-se um ator regional por meio da cooperação econômica e de segurança, ao passo que o país logrou superar os desafios regionais (engajamento com o Iraque, aliança com o Azerbaijão e integração com os Estados Túrquicos) e alguns nacionais de natureza política e econômica. Atualmente, o país busca ampliar sua projeção internacional por meio da interconectividade e com parcerias com países muçulmanos (Líbia, Paquistão e Indonésia). Dessa forma, embora não seja uma Grande Potência, a Turquia já constitui-se em um competidor global em franca ascensão (Ataman, 2023; Karagul, 2025).

A vinculação entre Ankara e Baku é, de fato, uma aliança estreita. Para além dos termos culturais e étnicos, uma vez que ambos têm origens dos povos turcos e partilham tratados de defesa mútua, o que poderia implicar em uma proteção da OTAN inclusive ao território azeri, mesmo que o último não faça parte da organização, a Turquia o faz (Uebel, 2022, p. 4). Ademais, a Turquia teve um papel central na definição da guerra do Karabakh de 2020. Nas décadas antecedentes do conflito, na qual o Azerbaijão preparou-se militarmente para o feito, a aliança entre Turquia--Azerbaijão desempenhou um fator central na construção do exército azeri. Não foi consequência da quantidade de armamentos que a Turquia enviou ao Azerbaijão. Ankara era apenas a quinta da lista de maiores exportadores militares, atrás de Rússia, Israel, Ucrânia e Bielorrússia[26]. No entanto, o exército do Azerbaijão foi construído em termos doutrinários pela escola turca, o que foi primordial para o sucesso na campanha em 2020 (Yalcinkaya, 2021; Koçer, 2022, p. 21) e 2023.

O apoio da Turquia ao Azerbaijão no conflito contra a Armênia manifestou-se nas esferas militar, diplomática e moral. Armênia e Turquia não mantêm relações diplomáticas formais, em grande parte devido ao principal trauma histórico da identidade armênia: o genocídio perpetrado pelo Império Otomano no início do século XX — episódio que a Turquia, até hoje, recusa-se a reconhecer oficialmente (Rubin, 2020, *online*). Em contrapartida, Recep Tayyip Erdogan, presidente turco, apoiou publicamente a retomada azeri de Karabakh, onde, no contexto da guerra, ele declarou que "a nação turca apoia os seus irmãos azerbaijanos com todos os seus recursos e reforça a sua solidariedade" (Khan, 2021, p. 31). Na diplomacia, os turcos participaram na costura do acordo de cessar-fogo da Guerra dos 44 Dias conduzido pela Rússia, o que implicou em uma emblemática vitória política. Na esfera militar, além do referido anteriormente, caças F-16 turcos foram operados no Azerbaijão (Rubin, 2020, *online*) e, supostamente, houve o envio de mercenários sírios para lutar em Karabakh (Rubin, 2020; Khoshnood; Khoshnood, 2021, p. 6; Khan, 2021, p. 32).

Dessa forma, com a vitória do Azerbaijão, a Turquia consolidou-se como o principal beneficiário do conflito (Khan, 2021, p. 32). Sua presença no Cáucaso foi fortalecida, uma vez que o controle de Karabakh por parte de seu aliado azeri assegurou um dos pontos-chave do cordão de segurança nacional turco (Koçer, 2022, p. 4). Assegurando, assim, avanços para uma hegemonia regional.

Potência competidora às ambições regionais turcas, o Irã, devido sua importância na balança de poder regional e proximidade geográfica, também é um ator relevante no conflito de Nagorno-Karabakh. Compartilhando fronteiras com ambos os lados da conflagração, o país persa buscou mediar negociações tanto na década de 1990 quanto nos anos 2000. No entanto, nenhuma delas foi frutífera (Askerov,

26 Atualmente a Turquia já subiu à terceira posição (Kogamn, 2024, p. 2).

2020, p. 61). Apesar do Irã manter relações com Azerbaijão e Armênia, ele está politicamente mais próximo do lado cristão. Embora o Irã tenha apoiado o lado xiita na Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh, a parceria improvável mas duradoura entre Azerbaijão e Israel desde os anos 1990 afastou Teerã de Baku. Em contrapartida, os iranianos voltaram-se à cooperação com os armênios, aprofundando laços comerciais e militares (Khoshnood; Khoshnood, 2021, p. 4; Khan, 2021, p. 31).

O Irã tentou manejar sua política externa para Nagorno-Karabakh de maneira similar a Rússia no período da guerra dos 44 dias, no sentido de adaptar-se rapidamente com movimentos ambíguos, uma vez que a conquista azeri era contrária a seu interesse nacional (Khoshnood; Khoshnood, 2021, p. 5). A Armênia tem uma importância significativa para o Irã em termos geográficos, em especial, a ligação terrestre que conecta o Irã à Rússia e à Europa, passando pelos territórios da Armênia e da Geórgia, representando uma rota estratégica. Nesse sentido, a região sul da Armênia é de importância vital aos interesses iranianos, visto que sua logística de importação e exportação atravessa os territórios cristãos citados (Voskanyan, 2022, p. 155).

### 3.3.2 Potências Extrarregionais (Estados Unidos e União Europeia)

Apesar de não exercerem interferência direta no conflito, as potências ocidentais desfrutam de interesses próprios na região e também buscam conter a influência de outras potências. No entanto, potências externas, como Estados Unidos e França, desempenharam um importante papel no desenrolar diplomático do conflito. Ambos constituíam, em conjunto com a Rússia, o Grupo de Minsk — que será melhor abordado na seção seguinte —, mas que não logrou sucesso em seu objetivo principal: o estabelecimento da paz (Askerov, 2020).

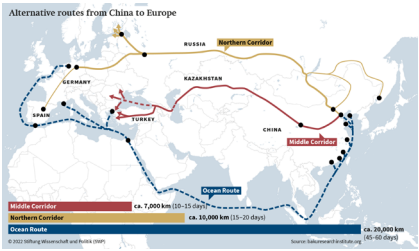
Um elemento fundamental para compreender a política norte-americana em relação ao Cáucaso é a influência exercida pela diáspora armênia. Especialmente nos Estados Unidos e na França — e, em menor escala, em outros países europeus — esses grupos formam lobbies politicamente relevantes, que atuam na defesa dos interesses armênios no exterior e exercem pressão no próprio governo armênio. Tais grupos de pressão têm influenciado o processo de tomada de decisão de seus respectivos governos, especialmente em temas como o posicionamento frente ao conflito entre Armênia e Azerbaijão (Askerov, 2020, p. 75; Babaian, 2004, p. 22), o que acaba impactando, em alguns casos, na mediação e estabelecimento da paz. O lobby armênio americano impediu os EUA de apoiarem soluções para o conflito, visto que o lado da Armênia teria de fazer maiores concessões (Kasim, 2021, p. 241) dado o direito internacional, que embasa o lado azeri.

Para a União Europeia, os recursos energéticos do Cáucaso são de extrema relevância. Nesse sentido, Baku — à vista do seu acesso aos hidrocarbonetos do Cáspio, benefício do qual Yerevan não dispõe, — detém uma posição estratégica de maior destaque na agenda europeia, com inclusive suas companhias petrolíferas operando na região (Babaian, 2004, p. 22). O movimento azerbaijano de diversificação de suas exportações, juntamente com uma busca ativa por parceiros extrarregionais, vai de encontro a agenda europeia (Uebel, 2022, p. 4). Por fim, os corredores de escoamento e projetos de infraestrutura regional e global são vistos como essenciais à Europa, seja pela segurança energética (Babaian, 2004), ou pelo acesso aos mercados e produtos asiáticos. No entanto, cabe destacar que o peso da União Europeia na política externa e securitária caucasiana não tem tanto peso quanto o das potências regionais (Nuriyev, 2008, p. 164).

### 3.3.3 Projetos de Interconectividade e o Corredor de Zangezur

Os corredores de escoamento de produtos e grandes projetos de infraestrutura são maneiras de gerar interconectividade entre os Estados. Esses projetos vêm sendo desenvolvidos e estão ganhando mais notoriedade à medida que aumentam os investimentos de diferentes países na construção desses canais. Nesta subseção, analisa-se brevemente dois projetos que perpassam a região do Cáucaso, são eles: o Corredor do Meio[27] e o Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC)[28]. Cabe destacar que esses dois não são necessariamente concorrentes. Como se observa na imagem a seguir, o Corredor do Meio é uma rota Leste-Oeste, ao passo que o INSTC é uma Norte-Sul.

**IMAGENS 1 E 2 - Rotas alternativas da China para a Europa**




Fonte: Eldem, 2022




Fonte: Martins, 2022

Nesse sentido, nota-se o papel de extrema importância exercido pelo Azerbaijão em ambos os projetos. Caso se confirmem, esse país poderá adquirir o poder de isolar completamente a Armênia (Duffy, 2020). Apesar do Corredor Norte-Sul passar extensamente pelo Irã, devido aos acontecimentos recentes do Cáucaso, o país corre o risco de perder sua proeminência no projeto, dado a posição desfrutada pelos azeris. Com o possível controle do Corredor de Zangezur, a comunicação terrestre entre Armênia-Irã e Rússia-Irã passaria, inevitavelmente, pelos turcos e azeris. Essa suposição de conquista de um território internacionalmente reconhecido como armênio foi considerada pelos persas como uma linha vermelha que os turquícos não deveriam cruzar, uma vez que cortaria a linha logística do Irã com os russos e com os europeus. Além disso, cabe pontuar novamente que a Turquia é um Estado-membro da OTAN. Nesse sentido, o controle de Zangezur pela Turquia e pelo Azerbaijão representaria uma grave ameaça à segurança nacional do Irã (Rubin, 2020; Voskanyan, 2022; Kogamn, 2024).

IMAGEM 3 - Rota do Corredor de Zangezur

27 No inglês: *Middle Corridor.*
28 No inglês: *International North–South Transport Corridor.*




Fonte: Kaleji, 2025, *online*.

O Corredor de Zangezur possibilitaria o Azerbaijão conectar seu exclave, Nakichevan, ao seu território principal, além de firmar uma ligação direta entre Baku e Ankara, que atualmente é feita apenas pela rota Baku-Tbilisi-Ankara. Apesar de ser uma conquista contrária às leis internacionais, tanto o presidente turco quanto seu homônimo azeri defenderam publicamente o controle do corredor (Kogamn, 2024, p. 1; Güldoğan, 2023, *online*). Ademais, com o resultado da campanha que dissolveu Artsakh, a Rússia alinhou sua política caucasiana com os interesses azeris e turcos, sendo assim, o apoio de Moscou, mesmo que seja ao omitir-se[29], é fundamental para que Baku e Ankara possam controlar o Corredor de Zangezur (Kogamn, 2024) e tomar o controle da interconectividade caucasiana.

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esta seção tem como objetivo apresentar brevemente as principais ações internacionais prévias tomadas no âmbito diplomático sobre o conflito de Nagorno-Karabakh. Expõe-se as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitidas na primeira guerra, bem como a resolução aprovada em 2008 pela Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU), destacando o contexto por trás da votação. Além disso, trata-se do papel de mediação do Grupo de Minsk da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e suas ações, visto que constitui uma das principais iniciativas para mediar o fim do conflito. Por último, descortina-se os acordos de cessar-fogo de 1994, 2020 e 2023, apresentando seu conteúdo e significado.

29 Uma vez que Rússia e Armênia estão no OTSC, ao ser invadida em suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, uma teria a obrigação de defender a outra.

## 4.1 O CONSELHO DE SEGURANÇA E A ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Na conjuntura da Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh, o CSNU aprovou quatro resoluções sobre o conflito, todas no ano de 1993. A Resolução 822 (1993a) posicionou-se na defesa da soberania e integridade territorial do Azerbaijão, reafirmando a inviolabilidade fronteiriça por meio do uso da força. Por fim, a resolução de curta extensão demandou um cessar-fogo urgente e negociações mediadas pelo Grupo de Minsk, tratado posteriormente nesta seção.

As duas primeiras resoluções foram emitidas em um contexto específico e crítico do combate. Dois distritos foram cercados por tropas armênias nesse espaço de tempo. Assim, a resolução 822 de abril de 1993 demandou a retirada das forças armênias de Kalbajar; já a 853 de julho do mesmo ano preocupou-se com o distrito de Agdam, no qual os armênios haviam cercado (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1993a; 1993b). A resolução de julho reafirmava a anterior, reforçando a integridade territorial e a mediação da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), denominação antiga da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Além disso, a declaração de 853 foi mais incisiva, uma vez que instou os Estados da Comunidade Internacional a não suprir os beligerantes com armas e munições; bem como reconheceu a influência da Armênia no governo de Karabakh, ultimando que este poder fosse utilizado para que o conflito cessasse (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1993b).

Reafirmando as decisões anteriores, a resolução 874 registrou em vários pontos o apoio incondicional à mediação da CSCE e do Grupo de Minsk, como também suas iniciativas para o controle do conflito (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1993c). Nesse sentido, o CSNU endossou a conduta da CSCE, assim como nas resoluções anteriores, revelando que, para o conselho, essa era a forma vislumbrada para colocar um ponto final nas hostilidades. É condenado o bombardeio do território do Azerbaijão, assim como a ocupação do distrito de Zangelan e da cidade de Goradiz no último documento do Conselho de Segurança sobre o caso. Nessa declaração, o CSNU não apenas menciona seu apoio ao Grupo de Minsk da CSCE; mas reitera o suporte a ações específicas tomadas pelo órgão. Nesse sentido, são reiteradas as propostas da CSCE constituídas quatro dias antes desta resolução do CSNU no encontro em Viena, de 2 a 8 de novembro de 1993, que se verá adiante (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1993d).

Como se sabe, o conflito não cessou após as resoluções do Conselho de Segurança. A conflagração foi interrompida somente seis meses depois da resolução 874 em uma negociação conduzida por outras organizações e mediadores, embora alguns fossem comuns a ambos, como o caso da CSCE e da Rússia, por exemplo. A falta de medidas coercitivas expressas nas resoluções pelo órgão mais poderoso da ONU é uma das razões da fragilidade das decisões (Aslanli, 2021, p. 140). Por fim, cabe pontuar o certo desinteresse do CSNU nas tratativas do tema. De fato, foram passadas quatro resoluções, no entanto, como anteriormente referido, o *modus operandi* do órgão sobre o tema era a transferência de responsabilidade para a CSCE. Ademais, não houve condenação de nenhum agressor, apenas demandas para cessarem as hostilidades e clamor pela adoção das resoluções da CSCE (Cornell, 1999, p. 119). Cornell (1999, p. 119) sugere que, embora isso não possa ser confirmado, a abstenção da ONU e o casamento entre CSCE e a questão de Nagorno-Karabakh foi uma articulação para deixar atores fora da mesa de negociação, em especial, um extremamente relevante para os assuntos do Cáucaso — o Irã.

Avançando nos desdobramentos do conflito, em março de 2008, meses antes da invasão russa à Geórgia, a Armênia vivia um período de protestos após uma eleição contestada. Foi neste contexto que houve um confronto de pequena escala entre Armênia e Azerbaijão, em uma região localizada no noroeste de Nagorno-Karabakh[30]. Houveram aproximadamente vinte baixas e, com o benefício do retrospecto, observa-se que a escaramuça não escalou, um receio que era latente na época, dado que haviam se passado apenas 14 anos desde o término da guerra que resultou em dezenas de milhares de mortos e mais de um milhão de deslocados (BBC, 2008a; 2008b).

Na conjuntura da crise, cerca de dez dias depois dos confrontos, foi aprovada uma resolução pela Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre Nagorno-Karabakh. A Resolução N°62/243 intitulada "A Situação nos territórios ocupados do Azerbaijão" além de reafirmar a soberania territorial do Azerbaijão em suas fronteiras reconhecidas internacionalmente — ou seja, reconhecer Karabakh como azeri — demandou a retirada imediata e integral das forças armênias da região. Ademais, reafirmou que nenhum país deve reconhecer a legitimidade da ocupação dos territórios; e o dever de reconstrução de um sistema que abrigue tanto a comunidade armênia quanto a azerbaijana, reiterando o direito de retorno daqueles que foram deslocados. Por fim, é endossado na resolução o apoio à mediação do Grupo de Minsk da OSCE (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2008a).

Cabe ressaltar que a votação, apesar de ter sido realizada, teve pouca aderência. Foram 7 votos contrários, 39 favoráveis, 100 abstenções e 46 ausentes. No âmbito deste comitê, Estados Unidos, Rússia, França, Armênia e Índia votaram contra; Azerbaijão, Afeganistão, Arábia Saudita, Paquistão e Emirados Árabes Unidos, a favor. China, Reino Unido e Brasil abstiveram-se, enquanto o Irã esteve ausente da votação. As posições dos países foram permeadas por duas situações relevantes no contexto diplomático contemporâneos à conjuntura analisada. No caso dos votos contrários, destacou-se a posição conjunta dos Estados Unidos, da Rússia e da França. Representando o Grupo de Minsk, o Embaixador Wolff justificou o voto estadunidense alegando que os Princípios de Madrid estavam sendo desconsiderados na proposta em questão (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2008b). Nesse sentido, o embaixador declarou que

> Infelizmente, a resolução diante de nós hoje propaga seletivamente apenas alguns desses princípios, excluindo outros, sem considerar a proposta dos Co-presidentes equilibrada em sua totalidade. Em razão dessa abordagem seletiva, os três países Co-presidentes do Grupo de Minsk da OSCE devem se opor a este projeto de resolução unilateral. (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2008b, p. 5, tradução nossa)[31]

Alguns dos votos favoráveis, especialmente de países islâmicos, foram influenciados por uma reunião concomitante da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), da qual o Azerbaijão é um Estado-membro. Representados pelo embaixador paquistanês Akram, os membros da OCI condenaram a agressão armênia contra a soberania do Azerbaijão, defendendo a solução pacífica mediada pelo Grupo de Minsk e por negociações bilaterais entre os beligerantes. A declaração também reiterou o suporte total da OCI ao Azerbaijão e exigiu o fim da destruição de patrimônios históricos

30 Mais precisamente na região de Martakert, em armênio, ou Aghdara, em azeri (em português: Martacerta ou Agdara).

31 No original em inglês: *"Unfortunately, the draft resolution before us today selectively propagates only certain of those principles, to the exclusion of others, without considering the Co-Chairs' proposal in its balanced entirety. Because of this selective approach, the three OSCE Minsk Group Co-Chair countries must oppose this unilateral draft resolution".*

e religiosos islâmicos por parte da Armênia (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2008b, p. 6). A fala do embaixador Akram recebeu uma resposta direta de seu homólogo armênio, que afirmou que a Armênia mantém relações prestigiosas com diversos membros da OCI, classificando a declaração do representante paquistanês como falha e enganosa (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2008b, p. 9).

Alguns dos votos favoráveis, especialmente de países islâmicos, foram influenciados por uma reunião concomitante da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), da qual o Azerbaijão é um Estado-membro. Representados pelo embaixador paquistanês Akram, os membros da OCI condenaram a agressão armênia contra a soberania do Azerbaijão, defendendo a solução pacífica mediada pelo Grupo de Minsk e por negociações bilaterais entre os beligerantes. A declaração também reiterou o suporte total da OCI ao Azerbaijão e exigiu o fim da destruição de patrimônios históricos e religiosos islâmicos por parte da Armênia (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2008b, p. 6). A fala do embaixador Akram recebeu uma resposta direta de seu homólogo armênio, que afirmou que a Armênia mantém relações prestigiosas com diversos membros da OCI, classificando a declaração do representante paquistanês como falha e enganosa (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2008b, p. 9).

### 4.2 A ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA, O GRUPO DE MINSK E O ACORDO DE CESSAR-FOGO DE 1994

O litígio de Nagorno-Karabakh contou com tentativas regionais de mediação de Irã, Rússia, Geórgia e Turquia, mas todas sem sucesso devido a diferentes razões (Cornell, 1999, p. 118; Sarikaya; Aslanli, 2021, p. 150-152). Por exemplo, inicialmente, durante a Primeira Guerra, a Armênia alegava que deveria haver representantes da região autônoma de Karabakh; ao passo que o Azerbaijão não desejava tal presença, uma vez que isso poderia implicar em um reconhecimento da jurisprudência da região. Essa configuração então abriu espaço para outros formatos de resolução.

A CSCE foi criada ainda na década de 1970 com dez princípios básicos que versavam sobre governança e resolução pacífica de conflitos (OSCE, s.d, online). No entanto, a organização ganhou notoriedade ao tratar justamente sobre o impasse em tela. Nesse sentido, tal instituição viu a oportunidade de mediar conflitos no espaço pós-soviético como uma plataforma para o órgão inserir-se (Cornell, 1999). Em 1992, em Praga, uma conferência da organização recebeu Armênia e Azerbaijão, recém ingressados no sistema de instituições multilaterais, uma vez que a dissolução da União Soviética havia ocorrido no ano anterior (Sarikaya; Aslanli, 2021, p. 153-154). Com os países inseridos na organização, houveram uma série de encontros para discutir o cessar-fogo e o fim das hostilidades, no entanto as posições armênias e azeris eram inconciliáveis em redigir uma declaração final. Como nas reuniões da CSCE não havia distinção entre os países-membros, ao contrário do CSNU, qualquer participante poderia vetar algum ponto ou inviabilizar a resolução, o que, de fato, prejudicou o andamento das negociações (Cornell, 1999; Sarikaya; Aslanli, 2021).

Assim, o cessar-fogo foi realizado por meio da mediação de outros atores. O acordo, assinado em 5 de maio de 1994 em Bishkek no Quirguistão, estabeleceu o regime que ficou conhecido como Protocolo de Bishkek. O entendimento entre as partes foi retificado e, uma semana depois, o acordo de cessar-fogo foi atingido, reunindo os ministros da defesa tanto de Armênia e Azerbaijão quanto o comandante do exército de Nagorno-Karabakh, sendo mediado pelo Ministro da Defesa e o das Relações Exteriores da Rússia (Aslanli, 2021, p. 143). A cessação da conflagração foi, inicialmente, temporária, sendo acordado que em dez dias haveria uma nova

negociação na Rússia. Nessa nova reunião, discutiram-se os termos clássicos do fim das hostilidades e retirada de combatentes do fronte além do envio de observadores internacionais (República de Nagorno-Karabakh, s.d, online).

Embora o cessar-fogo tenha sido mediado de fato apenas pela Rússia, as negociações que conduziram até ele, como, por exemplo, o Protocolo Bishkek e outras reuniões tiveram a participação de outras entidades. Além da CSCE, houve também, principalmente na reunião no Quirguistão, a atuação do Conselho Interparlamentar da Comunidade dos Estados Independentes (CI-CEI) (Sarikaya; Aslanli, 2021, p. 159). Por fim, o referido protocolo ainda reforçou a mediação da CSCE e da ONU, endossando a necessidade de serem cumpridas as resoluções do Conselho de Segurança (República de Nagorno-Karabakh, s/d, online).

O cessar-fogo trouxe fim às hostilidades na linha de frente convencional. No entanto, como a situação não havia sido resolvida — cerca de 20% do Azerbaijão estava sob o controle de outras forças — as negociações para a paz e arbitragem da CSCE continuaram por décadas. No encontro de Budapeste, em 1994, depois de já ser assinado o cessar-fogo, o órgão internacional passou a ser uma organização ao invés de uma conferência, alterando assim sua constituição e nome (Sarikaya; Aslanli, 2021). Ademais, o Grupo de Minsk foi institucionalizado, uma vez que anteriormente era apenas um nome informal sobre os países que estava tratando do tema de Karabakh dentro da Conferência. Dessa forma, a Rússia foi admitida como co-presidente do grupo, alinhando, de certa forma, a mediação da Rússia e da OSCE (Cornell, 1999). Houve divergências sobre a mediação russa, uma vez que era um objetivo o estabelecimento de *peacekeepers* russos dentro do Azerbaijão, o único país que era da URSS e que não tinha bases russas (Cornell, 1999). O Azerbaijão era assumidamente contrário a esta opção (Sarikaya; Aslanli, 2021).

Posteriormente, nos anos 2000, houveram tentativas de avanços nas negociações. Um pouco antes do início do século XXI, quase foi assinado um acordo de paz com a mediação dos Estados Unidos, que, junto com a França, a posição no Grupo de Minsk tinha sido elevada à co-presidência no ano de 1997. No entanto, um atentado ao parlamento armênio, que ceifou a vida do Primeiro Ministro Vazgen Sargsyan e de outros sete deputados, paralisou as negociações (Sarikaya; Aslanli, 2021, p. 168-169). Em novembro de 2007, na Cúpula da OSCE em Madrid, foram lançados uma série de pontos a serem seguidos por Armênia e Azerbaijão na busca de uma solução para a paz. Os Princípios de Madrid foram aceitos por ambos os países; entretanto, não foram postos em prática. Em 2009 houve uma alteração dos princípios, rebaixando eles a um nível menor de complexidade de serem cumpridos, contudo tiveram o mesmo destino dos originais. As negociações continuaram em outras cúpulas nos anos seguintes, mas, como se sabe, sem sucesso (Sarikaya; Aslanli, 2021, p. 165-172). Houve então uma nova escaramuça em 2016, conhecida como Guerra dos 4 dias, o que deteriorou as relações a um ponto de não-retorno até o novo confronto em 2020.

Sendo assim, o período que sucedeu a Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh foi marcado por diversos pequenos choques em escala e confrontos diplomáticos. Nesse sentido, embora fosse considerado um "conflito congelado", as tensões estavam longe de serem frias (Ataman; Pirinççi, 2021). Os acordos tanto de cessar-fogo quanto de Bishkek foram de fato rompidos na Guerra dos 44 dias, que alguns autores creditam o acontecimento ao fracasso da mediação internacional em resolver o conflito de forma satisfatória (Ataman; Pirinççi, 2021; Sarikaya, Aslanli, 2021; Pirinççi; Güller, 2021). Dessa forma, o Protocolo de Bishkek — embora não formalmente — reconheceu os ganhos territoriais da Armênia na déca-

da de 1990 e manteve o *status quo* no período posterior à guerra. No entanto, esse regime conheceu seu fim com a contenda de 2020 (Pirinççi; Güller, 2021, p. 215).

## 4.3 O DECLÍNIO DO GRUPO DE MINSK E O ACORDO DE CESSAR-FOGO DE 2020

Com o Protocolo de Bishkek afundado pelo início da guerra e o pináculo do fracasso da agência do Grupo de Minsk da OSCE, o litígio entre Armênia e Azerbaijão contou uma vez mais com a mediação da Rússia. O acordo trilateral firmado com mediação de Moscou resultou no cessar imediato da guerra e na devolução ao Azerbaijão de várias regiões ocupadas ao redor de Nagorno-Karabakh — algumas das quais já haviam sido mencionadas em resoluções do CSNU durante o primeiro conflito. Os distritos de Kalbajar e Agdam, referidos respectivamente nas resoluções 822 e 853, foram incluídos no cessar-fogo e retornaram à administração azeri, ao lado de outros territórios reconquistados militarmente (Rússia, 2020, online).

A Rússia, como fiel da balança do conflito, também procurou exercer sua influência direta por meio do cessar-fogo. Assim, Moscou acordou com Yerevan e Baku que:

> 3. As forças pacificadoras da Federação Russa, a saber, 1.960 soldados armados com armas de fogo, 90 veículos blindados e 380 veículos motorizados e unidades de equipamento especial, serão posicionadas ao longo da linha de contato em Nagorno-Karabakh e ao longo do Corredor de Lachin.
>
> 4. As forças pacificadoras da Federação Russa serão destacadas simultaneamente à retirada das tropas armênias. As forças russas permanecerão por um período de cinco anos, renovável automaticamente por períodos subsequentes de cinco anos, salvo notificação de uma das Partes sobre a intenção de encerrar esta cláusula com seis meses de antecedência ao término do período vigente (Rússia, 2020, online, tradução nossa)[32].

Dessa forma, a Rússia manteria presença e controle de um importante ponto logístico, o Corredor de Lachin, uma linha de 5 km responsável por ligar Nagorno-Karabakh à Armênia. Ademais, um acordo sobre as vulnerabilidades foi posto à mesa. Ao passo que o Azerbaijão não deveria atentar contra a segurança do Corredor de Lachin, a Armênia deveria fazer o mesmo com a passagem entre Azerbaijão e o exclave de Naquichevão. Cabe pontuar que esta última passagem também registraria o monitoramento da Rússia. As partes acordaram em empregar recursos para construir rotas alternativas a essas duas mencionadas nos próximos três anos (Rússia, 2020, online); no entanto, o que aconteceu três anos depois deste cessar-fogo foi outra escaramuça.

O conteúdo do cessar-fogo já indica o resultado da Guerra dos 44 dias. Pashtanyan, primeiro-ministro armênio, declarou que o cessar-fogo, apesar de lamentável, era o mal menor dado à situação militar (Huseynov, 2021, p. 146). A vitória do Azerbaijão, que foi muito influenciada pela Turquia, não deixou este último Estado sem seus dividendos no cessar-fogo.

Embora não tenha participado das negociações trilaterais, os turcos, devido sua plena ascensão na região capitalizada por esta guerra, negociaram com a Rús-

32 No original em inglês: *"3. The peacemaking forces of the Russian Federation, namely, 1,960 troops armed with firearms, 90 armoured vehicles and 380 motor vehicles and units of special equipment, shall be deployed along the contact line in Nagorno-Karabakh and along the Lachin Corridor.*
*4. The peacemaking forces of the Russian Federation shall be deployed concurrently with the withdrawal of the Armenian troops. The peacemaking forces of the Russian Federation will be deployed for five years, a term to be automatically extended for subsequent five-year terms unless either Party notifies about its intention to terminate this clause six months before the expiration of the current term"* (Rússia, 2020, online).

sia sua presença na missão de *peacekeeping*. Supostamente, era desejado uma missão turca autônoma, o que foi negado pelos russos. A conciliação encontrada foi um acordo entre os ministros da defesa, no qual a Turquia se juntaria à Rússia em um centro de monitoramento do cessar-fogo (Huseynov, 2021, p. 146-147). Por fim, observou-se a relevância da Turquia nos bastidores das negociações relativas ao conflito. Na ocasião dos encontros trilaterais, o presidente russo Putin telefonou, no mesmo dia, para o presidente turco Erdogan a fim de informá-lo sobre os avanços e o conteúdo das conversas.

### 4.4 ACORDO DE CESSAR-FOGO DE 2023 E TENTATIVAS DE NORMALIZAÇÃO

Um dia após o início da operação do Azerbaijão, os armênios separatistas, russos e azeris chegaram em um cessar-fogo. Uma semana depois do cessar-fogo, o presidente da República de Nagorno-Karabakh, Shakhramanyan, assinou um decreto dissolvendo as instituições estatais e a República de Artsakh em 1º de janeiro de 2024 (France 24, 2023, online), como se viu em seções anteriores.

Em dezembro do mesmo ano, as tentativas de normalização reiniciaram. Por meio de um comunicado conjunto à imprensa, os presidentes armênio e azerbaijano reafirmaram a intenção de normalização após décadas de hostilidades, anunciando um acordo firmado entre as partes. Foi pactuado uma troca de prisioneiros e uma articulação política, na qual a Armênia retirou sua candidatura à sede da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 29) apoiando o pleito do Azerbaijão. Em troca, Baku apoiou a Yerevan a uma vaga de bureau no Grupo de Estados da Europa Oriental[33]. Nesse sentido, os países estavam procurando dar "passos tangíveis para construir confiança entre os dois países" (Armênia, 2023, online, tradução nossa)[34].

Em 2025, os ministérios das relações exteriores de ambos os países lançaram notas otimistas sobre a normalização das relações. Os Estados afirmaram que as negociações sobre o documento de Acordo de Paz e Estabelecimento de Relações Interestatais[35] estavam concluídas. A Armênia mostrou-se disposta a discutir o local e data para a assinatura (Armênia, 2025, online); já o Azerbaijão agiu de forma mais reticente. Em seu pronunciamento, os azeris reiteraram

> A posição de longa data e de princípios do Azerbaijão de que a emenda à Constituição da Armênia, para eliminar as reivindicações contra a soberania e a integridade territorial do Azerbaijão, é um pré-requisito para permitir a assinatura do texto negociado. Além disso, enfatizamos a necessidade de abolir formalmente o obsoleto e disfuncional Grupo de Minsk e as estruturas relacionadas da OSCE.
>
> Estamos prontos para continuar o diálogo bilateral sobre essa e outras questões relacionadas à normalização do processo entre os dois países (Azerbaijão, 2025, online, tradução nossa)[36].

Nesse sentido, embora haja esforços para a normalização, ainda sim encontram-se barreiras institucionalizadas e estruturais para o conflito. Sendo assim, o

33 Em inglês: *Eastern European Group (EEG).*

34 No original em inglês: *"tangible steps towards building confidence between two countries"* (Armênia, 2023, online).

35 No original em inglês: *Agreement on Peace and the Establishment of Interstate Relations.*

36 No original em inglês: *"We also reiterate the long-lasting and principled position of Azerbaijan that the amendment to Armenia's constitution to eliminate the claims against the sovereignty and territorial integrity of Azerbaijan is a prerequisite to allow the signing of the negotiated text. Furthermore, we emphasize the necessity to formally abolish the obsolete and dysfunctional Minsk Group and related structures of the OSCE. We are ready to continue the bilateral dialogue on these and other issues related to the normalization process between the two countries* (Azerbaijão, 2025, online).

Conselho de Segurança das Nações Unidas deve procurar desempenhar um papel que, até o momento, tem sido negligenciado ou mal-sucedido pelas mediações ocidentais, promovendo a estabilidade na região do Cáucaso.

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Islâmica do Afeganistão** tem adotado uma postura favorável às ações produzidas pelo Azerbaijão, tanto durante o governo Talibã quanto nos precedentes. Em setembro de 2020, o Ministério das Relações Exteriores do Afeganistão efetuou uma declaração oficial que expressou o reconhecimento da soberania Azeri em Nagorno-Karabakh, pedindo pelo fim da ocupação armênia da região (Anadolu Ajansi, 2020). Este apoio gerou um aumento das hostilidades nas relações entre Afeganistão e Armênia. Em resposta às declarações de apoio do Afeganistão, o parlamento armênio apelou à Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) para iniciar o processo de revogação do status de observador do Afeganistão na organização (Radio Free Europe, 2020).

O **Reino da Arábia Saudita** tradicionalmente tem a sua política externa alinhada à do governo azeri. No que se refere ao conflito em Nagorno-Karabakh, a Arábia Saudita endossou a posição adotada pela Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) de reconhecimento da soberania azeri na região. Contudo, as relações entre Arábia Saudita e Armênia vêm lentamente se desenvolvendo nos últimos anos. Em 2023, os dois países concordaram em estabelecer relações diplomáticas formais (MFA, 2025). Dessa maneira, o reino mantém-se aberto a ambos os lados do conflito.

A **República da Armênia** formalmente reconheceu a soberania Azeri sobre o território de Nagorno-Karabakh, após assinar o tratado de cessar-fogo em Setembro de 2023. Esta postura do governo armênio enfrentou fortes críticas internas. Setores da oposição e da diáspora da Armênia acusam o governo de ceder às exigências do Azerbaijão e, consequentemente, abandonar os nativos da região (Lacuna, 2025). No cenário internacional, a Armênia está protagonizando uma grande mudança quanto às suas alianças estratégicas tradicionais. Após considerar-se escanteada pela Rússia durante a invasão Azeri, o país está buscando uma proximidade com a União Européia e com os Estados Unidos (Brasil de Fato, 2023).

A **República do Azerbaijão** saiu do conflito de Nagorno-Karabakh em uma posição definitiva de vitória militar e estratégica, conquistando o controle total da região através da investida militar e do reconhecimento da legitimidade Azeri do território pelo governo armênio (Financial Times, 2023). Diferentemente da Armênia, o Azerbaijão não precisou repensar seus aliados após o conflito. Com isso, foi possível para o país até efetuar uma aprofundação nas relações com parceiros tradicionais como a Turquia e Israel (Caspian Policy, 2025). Além disso, o Azerbaijão explora também uma posição de barganha com países europeus, devido à sua importância estratégica no fornecimento de gás natural para o continente, apresentando-se como uma alternativa ao gás oriundo da Rússia, sobretudo no contexto da Guerra da Ucrânia (Reuters, 2025).

A **República Federativa do Brasil** mantém uma posição de neutralidade em relação ao conflito em Nagorno-Karabakh. No entanto, rejeita o recurso à força e à violência como meios de alterar o status político da região, defendendo que apenas soluções alcançadas por meio do diálogo e da diplomacia poderão resultar em uma paz sustentável e em prosperidade para toda a região. O Brasil demonstrou grande preocupação com o deslocamento de milhares de civis de origem armênia em Nagorno-Karabakh, ocorrido após a retomada da região pelo Azerbaijão, em

setembro de 2023. As autoridades brasileiras alertaram para as graves implicações humanitárias e políticas decorrentes da situação e reiteraram que consideram indispensável a garantia da segurança da população residente, assim como a proteção de seus direitos (Brasil, 2023).

A **República Popular da China** mantém uma posição que incentiva o diálogo político entre Armênia e Azerbaijão como meio para a resolução pacífica do conflito em Nagorno-Karabakh, com o objetivo de evitar a escalada da situação em uma região estratégica de investimentos chineses pela Iniciativa Cinturão e Rota. Após a retomada da região pelo Azerbaijão em setembro de 2023, a China permaneceu em silêncio, reiterando sua posição de reconhecimento de Nagorno-Karabakh como parte do território do Azerbaijão. Sua posição enfatiza a não interferência militar, priorizando seus interesses comerciais e rejeitando um envolvimento chinês direto no conflito (Sigurdh, 2024).

Os **Estados Unidos da América** defendem que a resolução duradoura em Nagorno-Karabakh depende do diálogo, do reconhecimento mútuo dos territórios e da delimitação das fronteiras conforme a Declaração de Alma-Ata de 1991. O país enfatiza a importância do engajamento contínuo entre Azerbaijão e Armênia nas esferas política, econômica, humanitária e de segurança. O país demonstrou apoio ao governo armênio no auxílio aos deslocados após a operação militar azeri de setembro de 2023 em Nagorno-Karabakh e ressaltam a necessidade de acesso irrestrito de observadores internacionais, ONGs e jornalistas à região, para garantir comunicação adequada com os deslocados e avaliações independentes sobre violações de direitos humanos e danos a sítios culturais e religiosos (US Mission to the OSCE, 2023).

A **República Francesa** adotou uma postura crítica diante da ofensiva militar efetuada pelo Azerbaijão em Setembro de 2023, condenando veemente as ações do governo azeri por escalar o conflito e utilizar-se de força militar para coagir o governo de Nagorno-Karabakh (Reuters, 2023). O governo francês exigiu o cessar-fogo imediato e apelou ao respeito ao Direito Internacional, além de solicitar uma reunião de emergência no Conselho de Segurança da ONU (Institut Montaigne, 2025). Em resposta ao conflito, a França ampliou sua cooperação militar com a Armênia, incluindo a venda de equipamentos e acordos de defesa. Essas medidas geraram tensão com o Azerbaijão, que boicotou eventos diplomáticos franceses, como a Cúpula da Comunidade Política Europeia, em protesto contra o apoio de Paris a Yerevan (Institut Montaigne, 2025).

A **República da Índia** preferiu posicionar-se de maneira neutra quanto ao conflito, adotando uma postura pragmática em relação ao reconhecimento da soberania de Nagorno-Karabakh. Em setembro de 2023, o governo indiano expressou preocupação com a situação e pediu que ambos os lados encontrassem uma resolução pacífica quanto aos embates. Recentemente, no entanto, a Índia passou a enxergar a Armênia como um possível aliado comercial, com a possibilidade de tornar-se um parceiro estratégico no desenvolvimento do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul — uma rota comercial que conectaria a Índia com a Europa atravessando o Cáucaso. Com isso, o governo Indiano vem estreitando seus laços com o governo armênio (Universal Institutions, 2023).

A **República Islâmica do Irã** assume uma postura historicamente mediadora em relação ao conflito em Nagorno-Karabakh, defendendo a resolução pacífica por meio do diálogo, do respeito à integridade territorial e da cooperação regional. Teerã acolheu positivamente o acordo de paz entre Armênia e Azerbaijão, considerando-o um passo importante para a estabilidade do Sul do Cáucaso. A diplomacia iraniana tem atuado ativamente para promover negociações diretas entre as partes, com o

objetivo de garantir a paz duradoura na região (Kouhpayeh, 2025). Considerando sua posição geográfica estratégica, ao compartilhar fronteiras com ambos os países, o Irã reafirma o reconhecimento da integridade territorial do Azerbaijão, destacando a importância desse país para sua política externa (Motamedi, 2020).

O **Estado de Israel** posiciona-se em apoio ao Azerbaijão no contexto do conflito em Nagorno-Karabakh. De acordo com a Associated Press (2023), autoridades e especialistas apontam que o país forneceu armamentos que teriam sido utilizados na ofensiva azeri realizada em setembro de 2023, a qual resultou na retomada da região, tendo também identificado aviões cargueiros militares do Azerbaijão realizando diversos voos entre uma base aérea localizada no sul de Israel e um aeroporto próximo a Nagorno-Karabakh nas semanas que antecederam a operação, conforme indicam dados de rastreamento de voos e relatos de diplomatas armênios. A intensificação desses voos gerou preocupação entre autoridades da Armênia, tradicionalmente cautelosas quanto à aliança estratégica entre Israel e Azerbaijão[37]. Arman Akopian, embaixador da Armênia em Israel, afirmou à Associated Press que "é uma grande preocupação para nós que armas israelenses estejam sendo disparadas contra nosso povo", acrescentando que manifestou essa inquietação a políticos e parlamentares israelenses durante recentes encontros diplomáticos (Debre, 2023).

A **República Islâmica do Paquistão** defende uma postura de firme apoio ao Azerbaijão no conflito de Nagorno-Karabakh, sendo o único país que não reconhece a Armênia como Estado soberano. Durante a Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh, em 2020, o país ofereceu suporte ao Azerbaijão, participando de exercícios militares conjuntos com a Turquia e o Azerbaijão, além de ter firmado a Declaração de Islamabad em 2021. Essa aliança estratégica contempla a venda de armamentos, o treinamento de tropas e, possivelmente, o envolvimento tático de assessores militares paquistaneses no conflito. Apesar da reaproximação diplomática entre a Armênia e outros países de maioria muçulmana, o Paquistão mantém sua posição inalterada, consolidando-se como um dos principais aliados do Azerbaijão (Kaleji, 2024).

O **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** defende uma resolução pacífica para o conflito em Nagorno-Karabakh, com base no diálogo e no respeito à soberania e integridade territorial de todos os Estados. O país acolhe positivamente o acesso humanitário permitido pelo Azerbaijão e apoia os esforços das Nações Unidas e de outras agências para atender às necessidades urgentes da população afetada. Também reconhece as ações da Armênia no apoio aos deslocados e destaca a importância de um plano de reintegração que assegure os direitos e a participação cívica e política dos que desejarem retornar (UK, 2023).

A **Federação Russa** esteve profundamente envolvida no conflito, focando na mediação do embate. No dia inicial da invasão Azeri em 2023, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia expressou estar "profundamente alarmado pela forte escalada" (30 Trend, 2023). O ministério reiterou os acordos assinados após a dissolução da União Soviética, que afirmavam que as bordas então existentes de suas antigas repúblicas soviéticas deveriam manter-se invioláveis. Com isso, essencialmente defendeu a soberania azeri. Além disso, Lavrov ainda incitou o governo da Armênia por "aumentar as tensões" na região. (Moscow Times, 2023). O desfecho do conflito resultou em uma maior aproximação imediata da Rússia com o Azerbaijão, evidenciado através da não obstrução Russa dos interesses azeris na região, e

37 Embora tenha reconhecido a tragédia e o sofrimento do povo armênio, Israel evitou utilizar o termo "genocídio" para se referir aos massacres cometidos pelo Império Otomano no início do século XX, mesmo após o reconhecimento oficial dos Estados Unidos sob o presidente Joe Biden (The Times of Israel, 2021).

consequentemente, uma deterioração drástica entre as relações Russas com a Armênia. Por conta disso, os armênios anunciaram a sua retirada da OTSC, uma derrota para a Rússia (Conexão Política, 2024). Ademais, as relações entre Moscou-Baku também sofreram um revés depois da derrubada de um avião comercial saído de Baku com destino a Grozny e, posteriormente, com a prisão seguida de morte de cidadãos azeris na Rússia (Kitachaev, 2025).

A **República da Turquia** adota uma posição de firme apoio ao Azerbaijão em relação ao conflito em Nagorno-Karabakh. A Turquia, país membro da OTAN, além de ser a primeira nação a reconhecer a independência do Azerbaijão em 1991 (BBC News Brasil, 2023), declarou que apoia seu aliado de longa data tanto "no campo de batalha ou na mesa de negociações", se necessário. As forças armadas turcas treinam oficiais azerbaijanos há décadas e, em agosto de 2020, realizaram exercícios militares em larga escala no Azerbaijão. Além disso, a Turquia é o terceiro maior fornecedor de equipamentos militares para o Azerbaijão, ficando atrás apenas da Rússia e de Israel. Segundo Ozgur Unluhisarcikli, diretor do Fundo Marshall Alemão (GMF) em Ancara, a Turquia pode ter enviado operadores militares de UAVs para auxiliar o Azerbaijão na guerra de 44 dias contra a Armênia em Nagorno-Karabakh. As relações bilaterais foram ainda mais fortalecidas com a assinatura da Declaração de Shusha, em 15 de junho de 2021. Trata-se do primeiro documento firmado entre Ancara e Baku que inclui explicitamente a palavra "aliança". As partes comprometeram-se, por meio da declaração, a prestar apoio mútuo em questões significativas nos âmbitos internacional e regional (Kogan, 2024).

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Dado a atuação limitada do Conselho de Segurança das Nações Unidas no tópico até o presente momento, qual abordagem distinta o CSNU pode abordar para alcançar uma resolução duradoura?

2) De que forma o CSNU pretende garantir a segurança do Corredor de Zangezur, considerando as ambições da Turquia e do Azerbaijão para essa rota estratégica, levando em consideração a aliança entre ambos e que a Turquia é um Estado-membro da OTAN?

3) Quais medidas internacionais podem assegurar os direitos da população armênia que ainda permanece na região de Nagorno-Karabakh?

4) Há perspectivas de reparação ou retorno para os armênios étnicos expulsos após a dissolução da autoproclamada República de Artsakh?

5) De que maneira é possível assegurar que a mediação conduzida por Rússia e Turquia seja imparcial e eficaz, considerando seus interesses e posição na região?

6) Como o Conselho de Segurança das Nações Unidas pretende se posicionar diante das iniciativas de mediação já existentes? A atuação será de caráter complementar ou pretende substituir tais esforços?

## REFERÊNCIAS

ABOUT us. **Armenian Revolutionary Federation Archives.** 23 jun, 2025. Disponível em: https://web.archive.org/web/20131225051708/http://arfarchives.org/?p=496&langswitch_lang=en. Acesso em: 23 jun. 2025.

ADAM, Gabriel Pessin. A Rússia e os países da Comunidade dos Estados Inde-

pendentes no início do século XXI. *In*: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2011. p. 47-66. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3185. Acesso em: 14 abr. 2025.

AFP. Russia Says Armenians Added "Fuel to Fire" in Azerbaijan Conflict. **The Moscow Times.** Moscou, Sep. 24 de 2023. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2023/09/24/russia-says-armenians-added-fuel-to-fire-in-azerbaijan-conflict-a82546>. Acesso em: 27 maio. 2025.

_____. Six killed in Karabakh mine blasts, Azerbaijan says. **Al Arabiya**, Baku, 19 set. 2023. Disponível em: https://english.alarabiya.net/News/world/2023/09/19/Six-killed-in-Karabakh-mine-blasts-Azerbaijan-says. Acesso em: 23 jun. 2025.

ALLISON, R. **Russia resurgent? Moscow's campaign to "coerce Georgia to peace".** International Affairs, v. 84, n. 6, p. 1145–1171, nov. 2008.
Russian-backed paramilitaries "ethnically cleansing villages" - **Times Online.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080827212200/http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article4621592.ece>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ALMOST all ethnic Armenians have left Nagorno-Karabakh. **The Guardian**, Set. 30, 2023. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2023/sep/30/almost-all-ethnic-armenians-have-left-nagorno-karabakh-azerbaijan. Acesso em: 14 abr. 2025.

APARECIDO, Julia Mori; VONO, Gabriella de Souza. O conflito entre a Armênia e o Azerbaijão em Nagorno-Karabakh. In: AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Ed.). **Série Conflitos Internacionais**, v. 8, n. 3. Marília: OCI, 2021. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-8-n.-3-jun-2021.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

ARMED Conflict Location & Event Data Project: Destruction of Armenian heritage in Nagorno-Karabakh. **ACLED**, Sep. 20, 2024. Disponível em: https://acleddata.com/2024/09/20/destruction-of-armenian-heritage/. Acesso em: 14 de abr. de 2025.

ARMENIA - The World Factbook. **CIA**, 21 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/armenia/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

ARMENIA, Azerbaijan: Baku launches military operation in Nagorno-Karabakh. Stratfor, 19 set. 2023. Disponível em: https://worldview.stratfor.com/situation-report/armenia-azerbaijan-baku-launches-military-operation-nagorno-karabakh. Acesso em: 23 jun. 2025.

ARMENIA freezes participation in Russia-led security bloc – Prime Minister. **Reuters**, 23 fev. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/asia-pacific/armenia-freezes-participation-russia-led-security-bloc-prime-minister-2024-02-23/. Acesso em: 23 jun. 2025.

ARMÊNIA. Ministério das Relações Exteriores da República da Armênia. **MFA Statement.** Yerevan, 2025, online. Disponível em: https://www.mfa.am/en/interviews-articles-and-comments/2025/03/13/mfa_statement/13114. Acesso em: 01 ago. 2025.

ARMENIAN PM says likelihood rising that ethnic Armenians will leave Karabakh. **Reuters**, 24 set. 2023. Disponível em: https://www.reuters.com/world/armenian-pm-says-likelihood-rising-that-ethnic-armenians-will-leave-karabakh-2023-09-24/. Acesso em: 23 jun. 2025.

ARMÊNIA. Primeiro Ministro da República da Armênia. **Joint statement of the Office of the Prime Minister of the Republic of Armenia** and the Presidential Administration of the Republic of Azerbaijan. Yerevan, 2023, online. Disponível em: https://www.primeminister.am/en/press-release/item/2023/12/07/Announcement/. Acesso em: 01 ago. 2025.

ARMENIAN PM blames Russia for failing to ensure security. **Reuters**, 24 set. 2023. Disponível em: https://www.reuters.com/world/armenian-pm-says-likelihood-rising-that-ethnic-armenians-will-leave-karabakh-2023-09-24/. Acesso em: 21 abr. 2025.

ARMENIA's Membership In Russian-Led Defense Bloc 'Frozen'. **RFE/RL**, 23 fevereiro 2024. Disponível em: https://www.azatutyun.am/a/32832284.html. Acesso em: 23 abril 2025.

ASKEROV, Ali. The Nagorno Karabakh Conflict: the beginning of the Soviet End. *In*: ASKEROV, Ali; BROOKS, Stefan; TCHANTOURIDZE, Lasha (org.). **Post-Soviet Conflicts:** The Thirty Years' Crisis. Londres: Lexington Books, 2020. p. 55-83.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 62/243 (2008).** Nova Iorque, 2008a.

———. **Sessão 62, reunião plenária 86. Registro oficial. A/62/PV.86, 14 mar. 2008b.** Disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/281/94/PDF/N0828194.pdf?OpenElement.

ASLANLI, Araz. Causes and outcomes of the First Karabakh War. *In*: ATAMAN, Muhittin. PİRİNÇÇİ, Ferhat. **Karabakh: From Conflict to Resolution.** 1. ed. SETA Publications, 2021. p. 123-147.

ATAMAN, Muhittin. The Century of Türkiye: a new foreign policy vision for building the türkiye axis. **Insight Turkey**, [S.L.], v. 25, n. 2023, p. 73-96, 30 set. 2023. Disponível: http://dx.doi.org/10.25253/99.2023253.6. Acesso em 25 mar. 2025

AZERBAIJÃO exigiu a entrega de heróis por lista, **Hraparak.am**, 20 set. 2023. Disponível em: https://hraparak.am/post/b1c307fb5e27e22c6529529a4ce41dbc. Acesso em: 1 ago. 2025.

AZERBAIJÃO. Ministério das Relações Exteriores da República do Azerbaijão. **No:105/25, Statement on conclusion of the negotiations on the text of the draft**

**Agreement on Peace and the Establishment of Interstate Relations between Azerbaijan and Armenia.** Baku, 2025, online. Disponível em: https://mfa.gov.az/en/news/no1. Acesso em: 01 ago. 2025.

AZERBAIJAN and ethnic Armenian forces reach Nagorno-Karabakh ceasefire deal. **Al Jazeera**, 20 set. 2023. . Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/20/azerbaijan-and-ethnic-armenian-forces-reach-nagorno-karabakh-ceasefire-deal>. Acesso em: 27 mai. 2025.

AZERBAIJAN demands the handover of heroes by name. **Hraparak**, 20 set. 2023. Disponível em: https://hraparak.am/post/b1c307fb5e27e22c6529529a4ce41dbc. Acesso em: 23 jun. 2025.

AZERBAIJAN DEMOCRATIC REPUBLIC. **Declaration of Independence.** Baku: Biblioteca Presidencial do Azerbaijão, 28 maio 1918. Disponível em: https://axc.preslib.az/en/page/41rUR0xeMH. Acesso em: 23 jun. 2025.

AZERBAIJAN halts Karabakh offensive after ceasefire deal with Armenian separatists. **BBC News**, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/world-europe-66863702> Acesso em: 21 de abr 2025.

AZERBAIJAN launches attack in Nagorno-Karabakh, announces "evacuation" of Armenian population. **Politico**, 2023. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/azerbaijan-launch-anti-terror-operation-nagorno-karabakh-armenia/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

AZERBAIJAN launches massive offensive in Nagorno-Karabakh. **Eurasianet**, 19 set. 2023. Disponível em: https://eurasianet.org/azerbaijan-launches-massive-offensive-in-nagorno-karabakh. Acesso em: 23 jun. 2025.

AZERBAIJAN moves to reaffirm control of Nagorno-Karabakh as Armenian exodus slows. **AP News**, 28 sep. 2023. Disponível em: https://apnews.com/article/armenia-azerbaijan-nagorno-karabakh-separatist-4c5983327329e01c8647dffaddc486b6. Acesso em: 14 abr. 2025.

AZERBAIJAN'S Information Warfare Against France. **Institut Montaigne.** Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/expressions/azerbaijans-information-warfare-against-france?com>. Acesso em: 26 maio. 2025.

AZERI media reports far from reality as usual, RA MFA says. **PanArmenian Net.** Disponível em: <https://www.panarmenian.net/eng/politics/news/25130/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BALISTRERI, Alexander. Batum, Conference and Treaties of. *In*: **1914-1918-online – International Encyclopedia of the First World War**, Berlin, 2021. Disponível em: https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/batum-conference-and-treaties-of/. Acesso em: 23 jun. 2025.

BATUM, Conference and Treaties of / 1.0 / encyclopedic - 1914-1918-Online (WW1) **Encyclopedia**, 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.1914-1918-on-

line.nagorno-karabakh. Encyclopedia Britannica, 9 Apr. 2025, <https://www.britannica.com/place/Nagorno-Karabakh>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BEN AHARON, Efrat. Recognition of the Armenian Genocide after its Centenary: a comparative analysis of changing parliamentary positions. **Israel Journal of Foreign Affairs**, v. 13, n. 3, p. 339–352. 2 set. 2019. DOI:10.1080/23739770.2019.1737911 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340361647_Recognition_of_the_Armenian_Genocide_after_its_Centenary_A_Comparative_Analysis_of_Changing_Parliamentary_Positions. Acesso em: 24 abr. 2025.

BETTIN, João Pedro Carvalho. Conflito e Abuso de Poder: os obstáculos para a paz em Nagorno-Karabakh à luz da Teoria de Raiz Narrativa. 2024. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

BLUM, Gustavo Glodes; JACICHEN, Julia. Em busca de um lugar na nova ordem mundial: a Rússia, o espaço pós-soviético e o pensamento geopolítico russo. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 01–20, jan./jul. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5433/got.2015.v2.22794. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Situação em Nagorno-Karabakh.** Brasília: MRE, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-em-nagorno-karabakh-1. Acesso em: 24 maio 2025.

BROERS, Laurence; MURADIAN, Vartan; GRIGORYAN, Arsen (Orgs.). **The Nagorno-Karabakh deadlock: insights from successful conflict settlements.** Wiesbaden, Germany: Springer VS, 2019.

CARTWRIGHT, Mark. The Early Christianization of Armenia. **World History Encyclopedia**, 22 mar. 2018. Disponível em: https://www.worldhistory.org/article/801/the-early-christianization-of-armenia/. Acesso em: 23 jun. 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Armenia.** The World Factbook, 12 jun. 2025. Disponível em: https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/armenia/. Acesso em: 23 jun. 2025.

———. **Azerbaijan**. The World Factbook, 16 jun. 2025. Disponível em: https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/azerbaijan/. Acesso em: 23 jun. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 822 (1993).** Nova Iorque, 1993a.

_____. **Resolution 853 (1993).** Nova Iorque, 1993b.

_____. **Resolution 853 (1993).** Nova Iorque, 1993c.

_____. **Resolution 853 (1993).** Nova Iorque, 1993d.

CORNELL, Svante E. **The Nagorno-Karabakh Conflict.** Uppsala: Department of East European Studies, Uppsala University, 1999.

CORNELL, Svante E. *et al*. **The Internacional Politics of the Armenian-Azerbaijani Conflict: The Original "Frozen Conflict" and European Security.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/978-1-137-60006-6>. Acesso em: 14 abr. 2025.

DEBRE, Isabel. Israeli weapons quietly helped Azerbaijan retake Nagorno-Karabakh, to the dismay of region's Armenians. **AP News**, 05 out. 2023. Disponível em: https://apnews.com/article/armenia-azerbaijan-nagorno-karabakh-weapons-israel-6814437bcd744acc1c4df0409a74406c. Acesso em: 24 maio 2025.

DUFFY, Seamus. Why the Middle Corridor Is a Double-Edged Sword. **The Diplomat.** 14 Dezembro de 2023. Disponível em: https://thediplomat.com/2023/12/why-the-middle-corridor-is-a-double-edged-sword/. Acesso em 09 jan. 2023.

EDWARDS, Christian. Nagorno-Karabakh will cease to exist from next year. **CNN**, Sep. 28, 2023. Available at: https://edition.cnn.com/2023/09/28/europe/nagorno-karabakh-officially-dissolve-intl/index.html. Acesso em: Apr. 14, 2025.

ELDEM, Tuba. Russia's War on Ukraine and the Rise of the Middle Corridor as a Third Vector of Eurasian Connectivity Connecting Europe and Asia via Central Asia, the Caucasus, and Turkey. Stiftung Wissenschaft und Politik, Berlin, n. 64, out. 2022. DOI: 10.18449/2022C64. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/10.18449/2022C64/. Acesso em: 23 set. 2025.

ENGLISH, A. A. Six killed in Karabakh mine blasts, Azerbaijan says. **Alarabya**, 2023 Disponível em: <https://english.alarabiya.net/News/world/2023/09/19/Six-killed-in-Karabakh-mine-blasts-Azerbaijan-says>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FATAL Armenian-Azeri border clash. **BBC News.** 2008a. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278483.stm. Acesso em: 4 jun. 2025.

FERNANDES, A. Disputas territoriais entre as antigas repúblicas soviéticas. Revista **Contexto Geográfico**, Maceió, v. 8, n. 15, p. 12–27, jul. 2023. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/15165. Acesso em: 24 abr. 2025.

FERRAZ, Maksuel Paiva. **Nagorno-Karabakh: o papel da Rússia e Turquia no conflito entre Armênia e Azerbaijão.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

FIGHTING flares again in a breakaway region in the Caucasus Mountains. **AP News**, 2023 Disponível em: <https://apnews.com/article/nagorno-karabakh-armenia-azerbaijan-mines-deaths-477fd82368be90f88163e50a5fcb6353>. Acesso em: 21 abr 2025.

FRANCE working with partners to prepare "strong response" following Azerbaijani military operation. **Reuters**, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/france-working-with-partners-prepare-strong-respon-

se-following-azerbaijani-2023-09-19/?.com> Acesso em: 26 mai. 2025.

FULLER, Liz. OSCE, EU condemn Karabakh 'armed incident'. Radio Free Europe/Radio Liberty, 22 jun. 2010. Disponível em: https://www.rferl.org/a/OSCE_EU_Condemn_Karabakh_Armed_Incident/2079009.html. Acesso em: 23 jun. 2025.

GAVIN, Gabriel. Azerbaijan launches attack in Nagorno-Karabakh, announces 'evacuation' of Armenian population. **Politico Europe**, 19 set. 2023. Disponível em: https://www.politico.eu/article/azerbaijan-launch-anti-terror-operation-nagorno-karabakh-armenia/. Acesso em: 23 jun. 2025.

GOV.UK. **Latest situation in Nagorno-Karabakh:** UK statement to the OSCE. GOV.UK, 9 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.uk/government/speeches/latest-situation-in-nagorno-karabakh-uk-statement-to-the-osce. Acesso em: 25 maio 2025.

GROTTBRATH, Laurin-Whitney. Armenia and Azerbaijan accuse each other of Nagorno-Karabakh truce breach. Virgina, Outubro 2020. **Axios**. Disponível em: https://www.axios.com/2020/10/17/armenia-azerbaijan-nagorno-karabakh-ceasefire. Acesso em: 25 ago. 2025.

GHAZANCHYAN, Siranush. Artsakh authorities agree to Russia-brokered ceasefire. **Public Radio of Armenia**, 20 set. 2023. Disponível em: https://en.armradio.am/2023/09/20/artsakh-authorities-agree-to-russia-brokered-ceasefire/. Acesso em: 23 jun. 2025.

GUIMARÃES, B. G.; MAGNO, B.; KANTER, M.; DUARTE, R. F.; SEBBEN, S. Os países centro-asiáticos e as grandes potências mundiais: um estudo das relações exteriores desde as suas independências. **InterAção**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 134–146, 2014. DOI: 10.5902/2357797512701. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12701. Acesso em: 14 abr. 2025.

GÜLDOĞAN, Diyar. President Erdogan says Türkiye wants to realize Zengezur corridor 'as soon as possible'. **Anadolu Agency**, 26 setembro 2023. Atualizado em 27 setembro 2023. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/politics/president-erdogan-says-turkiye-wants-to-realize-zengezur-corridor-as-soon-as-possible/3005066. Acesso em: 24 abr. 2025.

HARDING, Luke; PERCIVAL, Jenny. Russian troops to stay in Abkhazia and South Ossetia. **The Guardian**, Londres, 9 set. 2008. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2008/sep/09/georgia.russia. Acesso em: 23 jun. 2025.

HIDER, James. Russian-backed paramilitaries "ethnically cleansing villages". **Times Online**, 27 ago. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080827212200/http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article4621592.ece>. Acesso em: 24 abr. 2025.
HIRSCHFELD, Katherine; DE BEURS, Kirsten; BRAYFIELD, Brad;

MELKONYAN-GOTTSCHALK, Ani. The Karabakh Conflict, 1988–1994. In: HIRSCHFELD, Katherine et al. (Org.). **New Wars and Old Plagues**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 31–46. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-31143-7_3. Acesso em: 19 abr. 2025.

HUSEYNOV, Vasif. The postwar situation in the South Caucasus. *In*: ATAMAN, Muhittin. PİRİNÇÇİ, Ferhat. **Karabakh: From Conflict to Resolution.** 1. ed. SETA Publications, 2021. p. 241-256

IANHEZ, Rodrigo. O conflito Azerbaijão x Armênia: uma guerra indesejada para a Rússia. **Austral**, v. 9, n. 18, p. 305-309, jul./dez. 2020. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/110383/60247. Acesso em: 14 abr. 2025.

ISMAILZADE, Fariz. The Nagorno-Karabakh Conflict: Current Trends and Future Scenarios. **Istituto Affari Internazionali**, p. 1 11, 1 nov. 2011. Disponível em: The Nagorno-Karabakh Conflict: Current Trends and Future Scenarios Current Trends and Future Scenarios on JSTOR. Disponível em: https://www.iai.it/sites/default/files/iaiwp1129.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

KALEJI, Vali. Iran–Armenia joint drills warn off foreign-designed border changes. **The Cradle**, 17 abril 2025. Disponível em: https://thecradle.co/articles/iran-armenia-joint-drills-warn-off-foreign-designed-border-changes. Acesso em: 24 abril 2025.

_____. India-Pakistan Strategic Rivalry Extends to the South Caucasus. **Central Asia-Caucasus Analyst**, 28 mar. 2024. Disponível em: https://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13796-india-pakistan-strategic-rivalry-extends-to-the-south-caucasus.html. Acesso em: 25 maio 2025.

KARABAKH casualty toll disputed. BBC News, Londres, 2 de junho de 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278871.stm>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KARABAKH Armenians Offer Talks With Baku. **Azatutyun**, 19 set. 2023. Disponível em: https://www.azatutyun.am/a/32599808.html. Acesso em: 23 jun. 2025.

KARABAKH casualty toll disputed. **BBC News**. 2008b. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278871.stm. Acesso em: 4 jun. 2025.

KARABAKH separatists to disband after surrender to Azerbaijan. **France 24.** 2023. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278871.stm. Acesso em: 7 jun. 2025.

KARAGUL, Ibrahim. Will Türkiye sacrifice itself for Europe? All countries will eliminate systems of tutelage. TÜSİAD made a fatal mistake! **Yeni Safak**, 17 fev. 2025. Disponivel em:
https://encurtador.com.br/P2Jiw. Acesso em 25 mar. 2025.

KASIM, Kamer. American policy toward the Nagorno-Karabakh conflict and implications for its resolution. Journal of Muslim Minority Affairs, [S.l.], v. 32, n. 2, p.

230-244, 2012. DOI: https://doi.org/10.1080/13602004.2012.694667. Acesso em: 25 mar. 2025.

KHAN, Mumim Ahmad. The Conflict Of Azerbaijan And Armenia With Special Reference To Nagorno Karabakh: An Overview. **Journal of Malay Islamic Studies.** v. 4, n. 1, June 2021. DOI: https://doi.org/10.19109/jmis.v4i1.787. Acesso em: 25 mar. 2025.

KITACHAEV, Bashir. Why Is Azerbaijan Ramping Up Tensions With Russia? **Carnegie Politika**, online, 7 Jul. 2025. Disponível em: https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2025/07/azerbaijan-russia-arguments?lang=en. Acesso em: 5 ago. 2025.

KOÇER, Gökhan. Nagorno-Karabakh Conflict and Turkey. *In*: **Conflict areas in the Caucasus and Central Asia.** Özkan, Arda e Tüysüzoğlu, Göktürk. Londres: Lexington. 2022.

KOGAN, Eugene. The role of foreign actors in the Armenia-Azerbaijan conflict: Russia, Turkey, China, and India. **AIES Focus** 2024/3. Viena: Austrian Institute for European and Security Policy (AIES), 2024. Disponível em: https://www.aies.at/publikationen/2024/focus-2024-03.php. Acesso em: 24 maio 2025.

KOSOVA UN mission under fire. BBC News, Londres, 2 de junho de 2008. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278871.stm. Acesso em: 23 jun. 2025.

KOUHPAYEH, Faramarz. The road to peace: Iran's continued support for Armenia-Azerbaijan diplomacy. **Tehran Times,** 28 abr. 2025. Disponível em: https://www.tehrantimes.com/news/512394/The-road-to-peace-Iran-s-continued-support-for-Armenia-Azerbaijan. Acesso em: 25 maio 2025.

LIMA, Lucas; ZHEBIT, Alexander. O estabelecimento do poder soviético na Transcaucásia (1918–1921). *In*: **ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC**, 10., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPHLAC, 2012. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61541936/LIMA__ZHEBIT__O_Estabelecimento_do_poder_sovietico_na_Transcaucasia20191217-80154-aj3sdi-libre.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

LONG-STANDING Ties Between Armenia and Russia Are Fraying Fast. **Carnegie Politika** Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2023/10/long-standing-ties-between-armenia-and-russia-are-fraying-fast?lang=en&.com>. Acesso em: 27 maio. 2025.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho; PORTO, Pedro Bogossian. A guerra de Nagorno-Karabakh: as disputas em torno dos conceitos de 'vítima' e 'genocídio' no tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, v. 13, n. 32, e0111, jan. 2021. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/217518031332202 1e0111/12888/74407. Acesso em: 23 jun. 2025.
MAGNO, C. Armênia anuncia saída da aliança militar russa e acusa plano de guer-

ra contra o país. **Conexão Política.** Disponível em: https://www.conexaopolitica.com.br/internacional/armenia-anuncia-saida-da-alianca-militar-russa-e-acusa-plano-de-guerra-contra-o-pais/. Acesso em: 23 jun. 2025.

MAKIO, Danielle Amaral; NOGUEIRA, Larissa de Castro. Conflito e identidade no espaço pós-soviético: o caso de Nagorno-Karabakh. *In*: **SEMINÁRIO DE ASSUNTOS RELIGIOSOS INTERNACIONAIS – SARI,** 10., 2019, São Bernardo do Campo. Anais... São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2019. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58499330/ANAIS_-_X_SARI.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

MARTINS, Pedro. Novos caminhos levam ao Cáspio. **Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, v. 170, p. 12. out, 2022. DOI: 10.21544/2446-7014.n170.p12. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Boletim_Geocorrente_170.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

MELANDER, Erik. The Nagorno-Karabakh Conflict Revisited: Was the War Inevitable?. **Journal of Cold War Studies.** v. 3, n. 2, 2001, pp. 48–75. Disponível em: https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/152039701300373880. Acesso em: 22 fev 2021. Acesso em: 14 abr. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE REPUBLIC OF TURKEY. **Relations between Turkiye and Azerbaijan.** [S.l.]: Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Turkey, [s.d.]. Disponível em: https://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkiye-and-azerbaijan.en.mfa. Acesso em: 23 jun. 2025.

MORRIS, Benny; ZE'ÉVI, Dror. **The Thirty-Year Genocide: Turkey's Destruction of Its Christian Minorities**, 1894–1924. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

MORRIS, BENNY; ZE ÉVI, DROR (2019). The Thirty-Year Genocide: Turkey's Destruction of Its Christian Minorities, 1894–1924. Harvard University Press. Armenia, Azerbaijan: Baku Launches Military Operation In Nagorno-Karabakh. **Archive.Today**, 2023. Disponível em: <https://archive.today/20230919182727/https://worldview.stratfor.com/situation-report/armenia-azerbaijan-baku-launches-military-operation-nagorno-karabakh>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MOTAMEDI, Maziar. Iran's delicate balancing act in the Nagorno-Karabakh conflict. **Al Jazeera**, 5 out. 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/10/5/iran-nk. Acesso em: 25 maio 2025.

NAGORNO-KARABAKH almost empty as most of population flees to Armenia. **rfi**, 2023 Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/europe/20230930-nagorno-karabakh-almost-empty-as-most-of-population-flees-to-armenia>. Acesso em: 21 abr. 2025.

NAGORNO-KARABAKH: Azerbaijan takes key town in Armenia conflict. **BBC News**, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-54865551. Acesso em: 24 abr. 2025.
NAGORNO-KARABAKH. **Encyclopedia Britannica**, 9 Apr. 2025, <https://

www.britannica.com/place/Nagorno-Karabakh> . Acesso em: 21 abr 2025.

NAGORNO-KARABAKH. Encyclopedia Britannica, 9 Apr. 2025, <https://www.britannica.com/place/Nagorno-Karabakh> . Acesso em: 21 abr 2025.

NAGORNO-KARABAKH – France mobilizes additional assistance (27.09.23). **France Diplomacy - Ministry for Europe and Foreign Affairs** Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/azerbaijan/news/article/nagorno-karabakh-france-mobilizes-additional-assistance-27-09-23?.com>. Acesso em: 26 maio. 2025.

NAGORNO-KARABAKH almost empty as most of population flees to Armenia. **Radio France Internationale**, 30 set. 2023. Disponível em: https://www.rfi.fr/en/europe/20230930-nagorno-karabakh-almost-empty-as-most-of-population-flees-to-armenia. Acesso em: 23 jun. 2025.

NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira. O desenvolvimento de um Regime de Segurança sino-russo para a Ásia Central. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S.l.], v. 5, n. 9, p. 246–274, 2016. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/5869. Acesso em: 14 abr. 2025.

NOVA guerra na Europa? 6 pontos para entender conflito em Nagorno-Karabach. BBC News Brasil, 20 set. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n413kv6gro. Acesso em: 4 nov. 2023.

NURIYEV, Elkhan. Azerbaijan and the European Union: new landmarks of strategic partnership in the South Caucasus–Caspian basin. **Southeast European and Black Sea Studies**, 8:2, 155-167, 2008. DOI:http://dx.doi.org/10.1080/14683850802117773. Acesso em: 14 abr. 2025.

ORGANIZATION OF THE TREATY ON COLLECTIVE SECURITY (OTSC). *Home page* [versão em inglês]. Moscou: **OTSC**, [s.d.]. Disponível em: http://www.odkb.gov.ru/start/index_aengl.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

OSBORN, A. Armenian PM says depending solely on Russia for security was "strategic mistake". **Reuters**, 3 set. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/armenian-pm-says-depending-solely-russia-security-was-strategic-mistake-2023-09-03/> Acesso em: 27 maio. 2025.

OSCE, EU Condemn Karabakh "Armed Incident". Caucasus Report, 24 jun. 2010. Disponível em: <http://www.rferl.org/content/OSCE_EU_Condemn_Karabakh_Armed_Incident/2079009.html>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PİRİNÇÇİ, Ferhat. GÜLER, Mehmet Çagatay. The end of Azerbaijan's strategic patience and the new equation in Karabakh. In: ATAMAN, Muhittin. PİRİNÇÇİ, Ferhat. **Karabakh: From Conflict to Resolution.** 1. ed. SETA Publications, 2021. p. 215-240

REPÚBLICA DA TURQUIA. Ministério de Relações Exteriores. **Relations between Türkiye and Azerbaijan.** MFA, 2022. Disponível em: <https://www.mfa.gov.

tr/relations-between-turkiye-and-azerbaijan.en.mfa?> . Acesso em: 21 abr. 2025.

REPÚBLICA DE NAGORNO-KARABAKH. Ministérios das Relações Exteriores. **The Bishkek Protocol.** 1992. Stepanakert, s.d, online. Disponível em: https://web.archive.org/web/20140814055406/http://www.nkr.am/en/document/43/. Acesso em: 23 jun. 2025.

AZERBAIJAN demolishes former Karabakh Armenian parliament building. **Reuters**, Mar. 5, 2024. Available at: https://www.reuters.com/world/asia-pacific/azerbaijan-demolishes-former-karabakh-armenian-parliament-building-2024-03-05/. Accessed on: Apr. 14, 2025.

RUBIN, Michael. The Problem with the Nagorno-Karabakh Ceasefire Agreement. **The National Interest**, 10 novembro, 2020. Disponível em: https://nationalinterest.org/feature/problem-nagorno-karabakh-ceasefire-agreement-172313. Acesso em: 24 abr. 2025.

RUPERT, James. A Fire in the Garden: Can We End the Nagorno- Karabakh War?. **U.S. Institute of Peace,** p. 1-4, 1 out. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/43526/1/ConflitoAbusoPoder.pdf Acesso em: 24 abr. 2025.

RUSSIA calls for halt to fighting between Azerbaijan, Nagorno-Karabakh. **Al jazeera,** 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/20/russia--calls-for-halt-to-fighting-between-azerbaijan-nagorno-karabakh>. Acesso em: 21 abr. 2025.

RUSSIA. **The Collective Security Treaty (CST).** Abril de 2025. Disponível em: <http://www.odkb.gov.ru/start/index_aengl.htm>. Acesso em: 21 abr. 2025.

RÚSSIA. The Presidency. **Statement by President of the Republic of Azerbaijan, Prime Minister of the Republic of Armenia and President of the Russian Federation.** 2020. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/64384#sel=13:2:3jk,13:12:l3w. Acesso em: 01 ago. 2025.

RUSSIAN peacekeepers in close touch with Armenians in Karabakh, Azerbaijani officials - MFA. **30 Trend News Agency,** 19 set. 2023. Disponível em: <https://en.trend.az/azerbaijan/politics/3799355.html>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SARIKAYA, Yalçin. ASLANLI, Araz. Diplomatic negotiations and the Minsk process in the Karabakh conflict. In: ATAMAN, Muhittin. PİRİNÇÇİ, Ferhat. **Karabakh: From Conflict to Resolution.** 1. ed. SETA Publications, 2021. p. 149-175

SCUDELLARI, Theo Peixoto. A atualidade do conflito em Nagorno-Karabakh: uma análise do papel do nacionalismo nas hostilidades entre armênios e azeris. **Hoplos – Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais**, Niterói, v. 7, n. 12, p. 8–28, jul. 2023. Disponível em: periodicos.uff.br. Acesso em: 24 abr. 2025.

SIGURDH, Lina. Navigating Shifting Tides: China's Advance, Russia's Retreat, and the Evolving Power Dynamics in the South Caucasus. **SCEEUS Report No. 7**, 2024,

Stockholm Centre for Eastern European Studies. Disponível em: https://sceeus.se/en/publications/navigating-shifting-tides-chinas-advance-russias-retreat-and-the-evolving-power-dynamics-in-the-south-caucasus/ . Acesso em: 25 mai. 2025.

SOUTH Caucasus Connectivity and the New Transport Corridors. **Caspian Policy Center.** , 2021. Disponível em: https://www.caspianpolicy.org/research/south-caucasus-connectivity-and-the-new-transport-corridors. Acesso em: 24 abr. 2025.

THE Role of Russia and Turkey in Nagorno-Karabakh. **Chatham House**, 2021. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2021/02/role-russia-and-turkey-nagorno-karabakh. Acesso em: 24 abr. 2025.

UEBEL, Roberto R. G. Azerbaijão e a geopolítica do Mar Cáspio: cenários e possibilidades. **ISAPE Debates 2022.** Disponível em: https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-33034758/documents/a97fd1383ecd43a7822dfe88f60f80eb/_Isape%20Debate%2022%20Edit%C3%A1vel%20(1).pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

US MISSION TO THE OSCE. **The Situation in and Around Nagorno-Karabakh.** 09 Nov. 2023. Disponível em: https://osce.usmission.gov/the-situation-in-and-around-nagorno-karabakh/. Acesso em: 25 maio 2025.

VOSKANYAN, Harutyun. Armenia in a Triangle of Great Power Management: Regional competition on the Nagorno-Karabakh conflict. **Przegląd Europejski**, v. 1, n. 1, p. 145–160, 2022. DOI: 10.31338/1641-2478pe.1.22.10. Disponível em: https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1065701. Acesso em: 01 ago. 2025.

WEITZ, Richard. **Kazakhstan and the New International Politics of Eurasia.** Washington DC & Estocolmo: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program. 2008.

WHAT is the Osce. **OSCE,** s.d. Disponível em: https://www.osce.org/whatistheosce. Acesso em: 7 jun. 2025.

# PRESS



# IMPRENSA INTERNACIONAL (PRESS)

Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas

*Allanis Andriotti Fontana Valenti* [1]
*Luana Montemuro Pazutti* [2]
*Vitor Redivo Ferreira* [3]

## RESUMO

A imprensa internacional, enquanto ator responsável pela coleta, análise e transmissão dos fatos, exerce um papel social ativo na formação do senso comum. Os jornalistas atuam como mediadores entre acontecimentos e sociedade, especialmente no âmbito internacional, conferindo significado ao que ocorre no mundo. Essa função torna-se ainda mais relevante diante da assimetria entre os principais atores do campo internacional — os Estados — e do acelerado fluxo informacional, que exige um jornalismo capaz de verificar criticamente os fatos e ir além das narrativas dominantes. Nesse cenário, o jornalismo internacional deve buscar a pluralidade, a justiça informacional e a representação equitativa dos diversos sujeitos sociais. O Comitê de Imprensa Internacional (CI), nesse sentido, surge como um espaço para compreender esses desafios, simulando o funcionamento de distintos veículos midiáticos e a maneira como realizam a cobertura de debates e cenários complexos. Este guia de estudos, portanto, apresenta tanto o processo histórico de consolidação do jornalismo internacional quanto as diretrizes que orientam sua prática, além de detalhar o papel e o funcionamento do CI no UFRGSMUN. Mais do que instruir, busca estimular uma atuação responsável e reflexão crítica sobre o poder da mídia nas relações internacionais.

1 Allanis é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora da Imprensa Internacional.
2 Luana é aluna do terceiro ano de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora da Imprensa Internacional.
3 Vitor é aluno do terceiro ano Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor da Imprensa Internacional.

## 1 INTRODUÇÃO

O jornalista exerce a função de mediar o mundo e os indivíduos, funcionando como um elo entre os acontecimentos e a forma como eles são compreendidos socialmente. Ao utilizar-se uma perspectiva Gramsciana, percebe-se que, embora a realidade exista de maneira objetiva, sua interpretação e difusão estão permeadas por relações de poder, disputas simbólicas e estruturas discursivas (Gramsci, 2022). Assim, o jornalista não apenas transmite fatos como também os transforma em narrativas inteligíveis, adaptadas à linguagem e aos valores do público. Nesse processo, a prática jornalística assume uma função quase pedagógica, na medida em que contextualiza eventos complexos e distantes do cotidiano das pessoas, o que permite uma ação ativa do público para com a realidade que o envolve. Isso ocorre especialmente no campo do jornalismo internacional, onde o principal desafio é traduzir acontecimentos estrangeiros para uma audiência nacional, muitas vezes alheia à cultura e ao contexto em questão (Traquina, 2000).

Dessa maneira, percebe-se o jornalista como um agente ativo na construção social que participa. Assim, entende-se, com a teoria da construção social da realidade proposta por Berger e Luckmann (1973), que a experiência cotidiana é organizada a partir da interação entre os sujeitos, sendo o jornalismo o responsável por estruturar essa vivência — conferindo sentido ao que ocorre no mundo. O jornalista organiza as informações, selecionando e hierarquizando os acontecimentos, e, ao fazê-lo, participa ativamente da formação do senso comum. Sua atuação é legitimada socialmente, pois o profissional de comunicação é visto como aquele que se compromete com a fidelidade à realidade. Esse compromisso, no entanto, não é isento de interesses: as decisões editoriais, os enquadramentos e os silêncios também são atravessados por ideologias, orientações políticas e outras formas de poder (Franciscato, 2005).

Destaca-se que, para além do âmbito nacional, a cobertura internacional explicita os limites e as contradições da prática jornalística. O jornalismo internacional concentra-se em um campo no qual as assimetrias de poder entre os atores — os países, nesse caso — são reproduzidas na forma como as notícias são construídas. As agências de notícias, localizadas majoritariamente nos países centrais, moldam o fluxo informacional global, condicionando quais eventos se tornam visíveis e quais permanecem à margem da agenda midiática. Essa centralização favorece a consagração de estereótipos, sobretudo em relação aos países periféricos. A suposta imparcialidade jornalística é contestada pela influência dos interesses das elites e da estrutura de poder vigente, que moldam o horizonte interpretativo das redações (Steinberger, 2005).

Na década de 1970, houve uma tentativa de democratizar o fluxo de informações no cenário internacional, expressa nas propostas da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). Essa iniciativa refletia a busca por um maior equilíbrio na circulação de notícias e pela valorização das vozes dos países periféricos. O projeto, contudo, foi abandonado nas décadas seguintes, sendo substituído por abordagens tecnocráticas e despolitizadas. De qualquer forma, as reivindicações por uma comunicação mais justa permanecem relevantes, sobretudo diante do avanço das tecnologias digitais, que possibilitaram uma descentralização dos meios de produção e distribuição de conteúdo jornalístico (Aguiar, 2008).

Com a expansão da Internet e das ferramentas digitais, o jornalismo passa por transformações. O acesso às fontes se tornou mais amplo, e a produção de notícias não está mais restrita às grandes corporações. Novos atores, como jornalistas

independentes e cidadãos conectados, passaram a interferir no campo jornalístico, trazendo outras narrativas e visões de mundo. Ainda assim, as estruturas hegemônicas continuam a impor barreiras, e as grandes redações, muitas vezes, mantêm práticas centralizadoras, com produções marcadas pela lógica ocidental e excludente. Isso impõe ao jornalista contemporâneo uma responsabilidade ainda maior: a de atuar como mediador cultural, capaz de construir pontes entre diferentes contextos e de garantir que a diversidade de vozes seja ouvida e respeitada (Agnez, 2015).

O jornalismo internacional também é impactado pela globalização. Com ela, passam a existir novos arranjos em que o jornalismo é produzido; surgem jornalistas correspondentes, enviados especiais, freelancers, colaboradores locais, agências internacionais, produções independentes, parcerias com veículos estrangeiros, o jornalismo cidadão e etc. Essas modalidades evidenciam as novas configurações nas quais o jornalismo pode ser feito e colocam em pauta questões como a autonomia editorial, a credibilidade das fontes, o controle das narrativas e o acesso à informação em contextos marcados por desigualdades (Agnez, 2015).

Nesse cenário, a profissão do comunicador, no século XXI, exige compromisso ético e capacidade crítica para lidar com as novas questões postas no cenário internacional. A prática jornalística não pode se limitar à reprodução das versões dominantes dos fatos, mas deve buscar ativamente a pluralidade, a justiça informacional e a representação equitativa dos diversos sujeitos sociais. É preciso resistir às pressões comerciais, à concentração dos meios de comunicação e às narrativas simplificadoras que alimentam preconceitos e desinformação.

Enfim, o jornalismo ocupa uma posição estratégica na construção do entendimento da realidade. Sua função de fazer a mediação entre o fato e a sociedade, sobretudo em âmbito internacional, ganha importância diante das transformações tecnológicas, das disputas geopolíticas e das crescentes demandas sociais por informação qualificada e representativa. Compreender os desafios e responsabilidades do jornalista contemporâneo é, portanto, essencial para o fortalecimento da democracia, de forma inclusiva e comprometida com os direitos à informação e à diversidade.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ao longo do tempo, o acesso à informação tem sido um objeto de constante desejo entre as diferentes sociedades. Desde a Antiguidade, as pessoas têm demonstrado interesse pelo que acontece no mundo, e suas motivações são as mais diversas, seja para a tomada de decisões cotidianas, seja para a ampliação de conhecimentos. É nesse cenário que entra o papel da produção jornalística. A utilização do jornalismo como ferramenta de informação sobre os principais acontecimentos do mundo não é um fenômeno recente, tampouco a imprensa internacional é simplesmente produto de uma sociedade globalizada (Traquina, 2005). Pelo contrário, a história do jornalismo no cenário mundial se inicia ainda durante o mercantilismo, que se desenvolveu ao longo do século XVI.

Desde então, a imprensa passou por uma série de transformações e aprimoramentos para continuar cultivando a sua posição estratégica na compreensão da realidade e, acima disso, seguir cumprindo com a sua principal função: informar de modo qualificado. No presente Guia de Estudos, portanto, serão abordados os diferentes capítulos da história da mídia com ênfase no jornalismo internacional e seu papel social, especialmente diante das diversas variáveis e desafios que envolvem a cobertura jornalística no século XXI. O objetivo é garantir que o trabalho realizado pelos repórteres durante o UFRGSMUN não seja baseado apenas nas práticas con-

temporâneas, mas que também considere a longa trajetória que as precede, reconhecendo a importância da imprensa para a construção da esfera pública.

## 2.1 AS RAÍZES DO JORNALISMO INTERNACIONAL

Desde a sua gênese, o jornalismo é um reflexo dos fatos e ideias da vida humana nas suas mais variadas esferas e vivências. De acordo com Sousa (2008, p.5), a produção jornalística "vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias". A partir da sedentarização dos povos e da construção das primeiras cidades na Antiguidade Clássica, testemunhos do cotidiano, nos mais diversos formatos, cumprem o papel de informar. À época, mesmo que a consolidação da imprensa ainda fosse inimaginável, a humanidade encontrou maneiras de registrar a vida rotineira. Os motivos para isso, foram os mais diversos: necessidade, entretenimento ou simplesmente preservação da memória para gerações futuras.

Responsável por reportar eventos noticiosos de outros países para quem não possui acesso direto a esses acontecimentos, o jornalismo internacional é uma das diversas variações dessa produção jornalística (Viana e Lima, 2012). Essa editoria, que recebe diariamente um imenso volume de informações, diferencia-se entre as demais por não se restringir a um único eixo temático. Pelo contrário, a sua matéria-prima nada mais é do que o próprio mundo, com todas as suas nuances, impasses, contradições e articulações (Natali, 2007).

Embora possa parecer uma invenção das sociedades globalizadas, a história da imprensa internacional começa muito antes disso. Para Natali (2007, p. 23), por exemplo, o jornalismo "já nasceu internacional". Por mais que a sua consolidação tenha se dado no século XIX, quando foi alvo de diversos avanços tecnológicos significativos, as suas raízes remontam ao período mercantilista, que se desenvolveu ao longo do século XVI (Viana e Lima, 2012). Foi nessa época que as notícias começaram a circular com maior frequência, e os impressos passaram a abranger diferentes esferas da sociedade, servindo como guia para leitores que buscavam informar-se econômica, social e politicamente sobre assuntos que extrapolavam os limites de suas vidas cotidianas.

De acordo com Thompson (1999, p.65), muitas das primeiras formas do jornalismo dedicavam-se prioritariamente com as notícias do estrangeiro, de modo que

> Os indivíduos que liam estes jornais, ou escutavam sua leitura por outros, ficavam conhecendo fatos acontecidos em lugares os mais distantes da Europa – fatos que eles nunca poderiam testemunhar diretamente, em lugares que eles certamente nunca iriam visitar. Por isso a circulação dessas formas primitivas de jornal ajudou a criar a percepção de um mundo de acontecimentos muito distantes do ambiente imediato dos indivíduos, mas que tinha alguma relevância potencial para as suas vidas (Thompson 1999, p.65).

Uma evidência disso está no surgimento dos *corantos* na Holanda. Esses jornais impressos continham as principais notícias econômicas e políticas do exterior, e se difundiram pelo continente europeu durante o início do século XVII (Viana e Lima, 2012). Além disso, segundo Natali (2007), a criação da primeira *newsletter* do mundo também foi fruto do mercantilismo. Estima-se que essa "cartilha de notícias" foi obra de um renomado banqueiro europeu do século XVI, o alemão Jacob Függer von der Lilie. Ambas as invenções surgiram antes da consolidação de uma infraestrutura plena para o cenário comunicacional, que vinha sendo gradualmente

aprimorado pelos avanços tecnológicos desde a invenção da prensa móvel de Johannes Gutenberg, entre os anos de 1439 e 1440.

Neste período, contudo, as noções de "estrangeiro" eram bastante limitadas. Segundo Thompson (1999), o alcance da cobertura internacional se restringia ao continente europeu durante o século XVII. Além disso, a circulação dos jornais costumava ser baixa devido ao número restrito de tiragens. Assim, mesmo que as notícias presentes nos periódicos fossem frequentemente lidas em praça pública e compartilhadas oralmente em círculos de conversa, o acesso à informação ainda era um luxo inacessível a todos os cidadãos nos primórdios do jornalismo internacional.

Para Agnez (2015), embora a circulação de notícias internacionais remonte ao século XVII, foi somente no século XIX que as redes de comunicação conseguiram organizar-se em escala global, ancorando-se nos avanços tecnológicos para ampliar seu alcance. Desta maneira, o primeiro passo para ampliar os horizontes do jornalismo internacional foi a criação das agências internacionais de notícias entre 1830 e 1860 e "em seguida, os jornais, em iniciativas isoladas ou em cooperação com outros veículos, passaram a investir em escritórios em outras cidades, distantes de suas sedes" (Agnez, 2015, p.315). A partir dessa série de transformações e invenções, consolidam-se os primeiros esboços do jornalismo internacional contemporâneo.

## 2.2 A AMPLIAÇÃO DA ESFERA JORNALÍSTICA

Para Traquina (2005, p.34), "o jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem suas raízes no século XIX. Foi neste período que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*[4], a imprensa". A comercialização da atividade jornalística e a profissionalização dos seus trabalhadores, somadas à emergência de novos dispositivos tecnológicos — como a técnica tipográfica e a máquina fotográfica — e à crescente industrialização da sociedade foram fundamentais para a evolução do campo. De acordo com o autor,

> Uma visão mais global da história do jornalismo na democracia aponta para três vertentes fundamentais do seu desenvolvimento: 1) a sua expansão, que começou no século XIX com a expansão da imprensa [...]; 2) a sua comercialização, que teve verdadeiramente início no século XIX com a emergência de uma nova mercadoria, a informação, ou melhor dito, a notícia; 3) concomitantemente, o polo econômico do campo jornalístico está em face da emergência do pólo intelectual com a profissionalização dos jornalistas e uma consequente definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia (Traquina, 2005, p.33).

Outro marco significativo deste período foi a consolidação de alguns dos principais valores e noções que permeiam a atuação jornalística, como a notícia, a busca pela verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público. A emergência de um jornalismo com princípios morais próprios favoreceu a crescente independência econômica dos jornais em relação aos subsídios políticos, que dominavam o financiamento da imprensa no início do século XIX (Traquina, 2005).

A partir disso, surgiram novas fontes de renda para o jornalismo. Como consequência, as receitas da publicidade e os crescentes rendimentos das vendas dos jor-

4 Consolidado a partir da criação da prensa gráfica de Johannes Gutenberg, no século XIX, o termo mass media faz referência aos meios de comunicação massivos que transmitem informação a um amplo público simultaneamente, ultrapassando as barreiras geográficas. O conceito de mídia massiva não se aplica somente ao jornalismo, mas também a produções culturais - como filmes, livros e músicas - que são produzidos para serem consumidos em larga escala.

nais possibilitaram a despolitização do campo, que passou a privilegiar os fatos em detrimento da opinião. Ademais, a escolarização de massas, favorecida pela criação do sistema público de ensino e pelo investimento em alfabetização, e o processo de urbanização também colaboraram para um aumento do público consumidor de jornalismo (Traquina, 2005). Forma-se, assim, um jornalismo cada vez mais globalizado, dinâmico e atualizado, com a editoria internacional acompanhando esses rumos.

A cobertura de assuntos vindos do exterior já existia muito antes da melhora das estradas, do surgimento dos correios e de outros desenvolvimentos tecnológicos que abriram caminho para a industrialização da comunicação. Entretanto, foi no século XIX que o setor vivenciou avanços significativos e ampliou o seu alcance: em 1861, por exemplo, a Guerra da Secessão nos Estados Unidos foi acompanhada por cerca de 150 correspondentes, cuja atuação foi bastante facilitada pela criação das ferrovias e do telégrafo. Paralelamente, o século marcou o auge da expansão do império colonial britânico, que resultou na ampliação da área geográfica de cobertura dos periódicos impressos e impulsionou a presença do noticiário internacional nas Américas (Viana e Lima, 2012). Se as linhas telegráficas conectaram os países da Europa aos Estados Unidos nos anos 1850 e 1860, nas décadas seguintes replicaram esse processo entre a Europa e a China, a América do Sul e o Japão (Traquina, 2005).

No Brasil, em específico, o jornalismo surge em 1808 com os olhos já voltados para o exterior (Aguiar, 2008). A dedicação qualitativa e quantitativa às notícias internacionais era uma característica marcante dos primeiros periódicos brasileiros. Segundo Aguiar,

> Tanto a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal fundado para dar voz à corte portuguesa recém-instalada na sede da administração colonial, quanto o Correio Braziliense, primeiro órgão de imprensa publicado por um brasileiro e inteiramente produzido no exterior, se dedicavam prioritariamente a informações sobre fatos ocorridos fora do Brasil (Aguiar, 2008, p. 1).

Em decorrência da colonização portuguesa e das limitações que cerceavam a produção jornalística nacional, os tópicos mais recorrentes durante o primeiro ano de existência da Gazeta do Rio de Janeiro foram a Guerra da Europa e as ações dos vassalos do rei para que houvesse a Restauração em Portugal. A expulsão das tropas napoleônicas também foi um tópico recorrente (Barbosa, 2013, p.40). Além disso, havia diversos outros relatos acerca de acontecimentos relevantes do continente europeu. Não eram poucas as notícias cujas origens eram apontadas como "por vias de Portugal" ou "vindas da França". Pelo contrário, eram justamente os relatos internacionais que costumavam receber mais atenção e atrair um maior número de leitores.

Entre os motivos para essa discrepância, destacava-se a dependência do Brasil Colônia em relação à metrópole, Portugal, encarregada das principais decisões administrativas, políticas e econômicas. Nos séculos XVII e XVIII, marcados pela ascensão da burguesia europeia, o interesse, portanto, não era ampliar a autonomia das colônias, mas sim mantê-las subordinadas à Europa, de modo que a obtenção de notícias sobre o estrangeiro influenciava até mesmo no gerenciamento dos negócios domésticos, uma vez que trazia informações essenciais sobre as rotas comerciais e a cotação de mercadorias nas feiras (Aguiar, 2008).

## 2.3 AS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NOTÍCIAS

Na primeira metade do século XIX, as inovações tecnológicas, somadas à globalização da comunicação, possibilitaram o surgimento das primeiras agências

internacionais de notícias. Assim,

> O contexto jornalístico, empresarial, social e tecnológico do século XIX criou condições para o aparecimento das primeiras agências de notícias, organizações que se dedicam a produzir notícias e outras informações para venda aos órgãos jornalísticos e a outras entidades potencialmente interessadas, como grupos económicos, governos, etc. (Sousa, 2008, p. 128).

Originada a partir da necessidade de maior agilidade na transmissão de informações ao redor do mundo, essa novidade inseriu o jornalismo em uma perspectiva do "presente instantâneo" (Viana e Lima, 2012). Ademais, colaborou para uma queda abrupta nos recursos direcionados à cobertura internacional, visto que manter um correspondente próprio representava um elevado investimento financeiro.

Além dos gastos despendidos com deslocamento, o exercício da função de correspondente internacional requer investimentos em preparação especializada. Afinal, é preciso que o profissional saiba identificar as notícias de interesse no exterior a partir do que está circulando na imprensa e nos meios locais. Esse trabalho exige não apenas que a notícia seja gerada e entregue ao leitor, mas também que ela seja contextualizada com suas causas e consequências (Viana e Lima, 2012). Com a chegada das agências, entre 1830 e 1860, esse processo foi simplificado e as notícias internacionais se tornaram, aos poucos, um produto global, apto para ser comercializado em escala massiva.

De acordo com Traquina (2005, p.39), "as agências de notícias seguiram a expansão colonialista". As primeiras foram a francesa *Agence Havas*, fundada em 1836, e a estadunidense *Associated Press*, criada em 1844. Outra pioneira foi a britânica *Reuters*, inaugurada em 1851 pelas mãos de Julius Reuter. Em pouco mais de duas décadas, a *Reuters* já havia conquistado seu espaço no cenário global, com escritórios em Alexandria (1865), Bombaim (1866), Melbourne e Sydney (1874), e Cidade do Cabo (1876). Com o apoio de colaboradores distribuídos ao redor do mundo, as agências rapidamente tornaram-se uma ferramenta para a coleta e transmissão de notícias a nível internacional.

No jornalismo contemporâneo, o papel desempenhado pelas agências internacionais segue relevante, com milhares de notícias comercializadas diariamente. Desde os anos 1970 até os dias atuais, destacam-se as *Big Four*: a estadunidense *Associated Press*, a inglesa *Reuters*, a francesa *France-Presse* e a *United Press International*. A presença massiva dessas instituições, contudo, não significa que não haja limitações à sua atuação. Embora sejam bastante vantajosas em termos financeiros e logísticos, ter correspondentes internacionais ainda é um diferencial. Afinal, o uso indiscriminado de informações fornecidas pelas agências de notícias promove a homogeneização do texto noticioso que chega à população mundial (Viana e Lima, 2012).

## 2.4 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

Ainda durante o século XIX, durante a revolução comercial norte-americana, o surgimento do fenômeno das *penny press*[5] amplificou o papel social do jornalismo, popularizando a imprensa. Por meio da comercialização de periódicos construídos com uma linguagem acessível, histórias sensacionalistas, posicionamentos neutros e custos baixos, os *penny papers* constituíram uma estratégia para abranger mais pessoas

5 O fenômeno *penny press*, também conhecido como *yellow press,* faz referência ao jornalismo sensacionalista, que circulou nos Estados Unidos da América durante os anos 1830. Com preços irrisórios e linguagem acessível, os *penny papers* surgiram para atender as demandas e interesses da classe trabalhadora e dos imigrantes, conquistando um amplo público.

e gerar mais lucros. De acordo com Schudson (2010), esses jornais eram vendidos nas ruas por um centavo, destacando-se diante dos tradicionais, que costumavam custar seis centavos. Consolidados por sua ampla circulação e influência, eles foram responsáveis por racionalizar a edição de jornais e questionar os protocolos vigentes até então, fomentando a imprensa livre e suscitando a independência política no meio jornalístico.

Os produtos jornalísticos, portanto, passaram a circular em proporções nunca antes vistas. Com isso, a esfera pública também se ampliou: a mídia passou a pautar e ser pautada por discussões da sociedade civil. A imprensa, de certo modo, trouxe o povo para o debate público e tornou-o um personagem ativo. Em outras palavras, é a partir dessa relação de retroalimentação com o imaginário popular que o jornalismo adquire caráter transgressivo e, portanto, torna-se um espaço crucial para as sociedades democráticas. Para Traquina (2005),

> O jornalismo num sistema totalitário, seja nas suas formas seculares, como, por exemplo, o fascismo, seja numa forma religiosa, como, por exemplo, o ex-regime dos Taleban no Afeganistão, é fácil de definir: o jornalismo seria propaganda a serviço do poder instalado (Traquina, 2005, p.23).

Neste cenário de mudanças, o jornalismo põe em xeque as noções de poder absoluto e abre caminhos para novas estratégias: a imprensa assume para si mesma a função de "quarto poder", responsável por fiscalizar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O jornalismo, portanto, se fortalece como um pilar fundamental para a consolidação da opinião pública. Os jornais tornam-se não apenas um espaço livre para fazer queixas e esboçar a insatisfação com o sistema vigente, mas também "um dispositivo para assegurar a proteção contra a tirania insensível" (Traquina, 2005, p.47).

Embora Reginato (2019) destaque que a relevância e as funções do jornalismo nas sociedades democráticas transformam-se ao longo do tempo e variam de acordo com as características de cada democracia, o papel significativo da profissão como ferramenta para a manutenção dos princípios democráticos permanece constante. No século XXI, a imprensa enfrenta momentos de tensão, e o exercício da profissão torna-se cada vez mais conturbado. As transformações tecnológicas, o aumento das *fake news*, a fragilização das relações internacionais e a expansão desenfreada da esfera comunicacional — especialmente por meio das redes sociais digitais — têm alterado a atuação jornalística. Neste cenário, torna-se cada vez mais importante relembrar o papel da imprensa como ferramenta política e social.

## 3 CONDUTA JORNALÍSTICA

Quando pergunta-se qual é o papel social do jornalismo, a resposta pode pacer bastante óbvia: informar. Não é à toa que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) tem como base o direito fundamental do cidadão à informação. No entanto, embora pareça satisfatória, essa já não é mais a melhor definição. Para Reginato (2019, p. 224), "o conceito de informar, por si só, não tem dado conta de demarcar a necessária diferença entre informação e informação jornalística". Em outras palavras, os jornalistas não devem apenas informar, mas sim informar *de modo qualificado.*

Desse modo, a finalidade central do jornalismo está atrelada à transmissão de informações verificadas, relevantes, contextualizadas, plurais e envolventes (Reginato, 2019). A noção de relevância, por exemplo, contempla o que é importante, mas também o que é atual e útil para os cidadãos. Em paralelo, a contextualização

implica na inserção de um acontecimento em um quadro de referências familiares, capazes de favorecer a sua compreensão diante do público. A partir disso, percebe-se o papel primordial que o jornalismo possui globalmente, especialmente na contemporaneidade, que impõe novos desafios ao campo. Afinal, nos tempos hodiernos, a simultaneidade proporcionada pelos avanços tecnológicos revoluciona a experiência da atualidade no jornalismo, que

> Ao se aproximar dramaticamente da meta da instantaneidade e utilizar o instante como ordenador temático gera uma tensão entre sua real capacidade de relatar o instante e a secundarização do atendimento a outras tarefas fundamentais do jornalismo, como a apuração rigorosa da informação (Franciscato, 2005, p. 165).

Embora a busca pela instantaneidade seja objeto de desejo pela mídia contemporânea, ela não deve substituir o que o Art. 4° do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros aponta como compromisso fundamental da profissão: a defesa da "verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação" (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007, p.1). A busca pela verdade, entretanto, pode ser muito mais complexa do que parece. Afinal, para Kovach e Rosenstiel (2001), é consenso que os jornalistas devem defender a "verdade", mas o significado por trás dessa palavra, que já foi objeto de reflexão entre filósofos e acadêmicos, pode causar divergências.

A verdade, assim, é um valor que deve ser almejado, mesmo sem saber se ela de fato existe. Contudo, não é necessário buscar por um sentido absoluto e filosófico da verdade, mas sim por uma verdade prática e funcional, que nos permita agir diariamente. Neste ínterim, o cerne da atuação jornalística reside na busca pela versão mais próxima possível de uma verdade passível de averiguação (Kovach e Rosenstiel, 2001). Para isso, é preciso um rigoroso exercício de verificação, que permita a eliminação de quaisquer erros ou desinformação que permeiam a narrativa. Afinal,

> O jornalismo existe num contexto social. Por necessidade, os cidadãos e as sociedades dependem de um relato exato e fiável dos acontecimentos, para poderem desenvolver procedimentos e processos que lhes permitam alcançar o que poderá ser designado como verdade funcional (Kovach e Rosenstiel, 2001, p.42).

Segundo Kovach e Rosenstiel (2001), a essência da atuação jornalística está na disciplina de verificação. É ela que distingue a imprensa do entretenimento, da ficção e da arte. Além disso, é ela que qualifica o trabalho realizado pelos jornalistas, que devem checar os fatos e as narrativas para disponibilizá-los ao público de forma correta e precisa (Reginato, 2019). Afinal, em um cenário no qual a quantidade de informações e de órgãos informativos disponíveis é cada vez maior, "as pessoas precisam de fontes a que possam recorrer e que lhes digam o que é verdadeiro e relevante" (Kovach e Rosenstiel, 2001, p.49).

Em outras palavras, o jornalismo não é apenas um espelho da realidade. Pelo contrário, ainda de acordo com Kovach e Rosenstiel (2001), essa concepção equivocada atribui uma passividade bastante ilusória ao papel do jornalista. Ao contrário do que se espera em decorrência desse estereótipo de meros "registradores de eventos", os profissionais da área atuam de maneira ativa na seleção e redação dos fatos noticiosos, tendo em vista que é responsabilidade do jornalista selecionar quais acontecimentos devem ser destacados. Em outras palavras, é a imprensa que delimita os enquadramentos que serão apresentados ao público. De acordo com Gonçalves (2005), o jornalismo produz um "corte artificial na realidade", levando apenas uma perspectiva de cada acontecimento do cotidiano social ao conhecimento do público.

A escolha da "moldura" de cada notícia influencia tanto na vida prática das pessoas quanto nas suas compreensões de mundo, delimitando o que o público precisa saber sobre o seu entorno e exercendo uma forte influência sobre as suas atitudes (Gonçalves, 2005). Não a toa, a mídia já foi responsável por ajudar a eleger inúmeros políticos, entre eles Fernando Collor, retratado como o "caçador de marajás" em suas primeiras aparições na revista Veja, entre1987 e 1989, em alusão a sua gestão contrária aos altos salários no funcionalismo público. Neste caso, o enquadramento dado pela imprensa apresentava Fernando Collor como um candidato combativo, jovem, moderno e disposto a fazer o que "precisava ser feito", culminando na sua vitória nas eleições presidenciais de 1989. Esse é um exemplo clássico de como o enfoque dado pela revista, que na época vendia 800 mil exemplares semanais, e pelo restante da mídia pode ser uma peça fundamental até mesmo nas decisões políticas.

Reconhecendo o papel significativo do jornalismo em uma sociedade democrática, é essencial que a imprensa tenha como compromissos e finalidades

> a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade (Reginato, 2019, p.221).

Segundo Reginato (2019), para além de informar de modo qualificado, realizar o exercício de verificação e selecionar o que é relevante, o jornalista deve investigar os fatos detalhadamente, buscando informações exclusivas e apresentando o que não está visível para o público. Em um contexto prático, "se uma pessoa diz que está chovendo e outra diz que não está, não é trabalho do jornalista citar as duas, é ir olhar lá fora" (Reginato, 2019, p. 227). O jornalismo, portanto, precisa situar o que as falas e os fatos realmente significam, sem fazer julgamentos ou condenações, mas fornecendo todos os subsídios necessários para que as conclusões dos cidadãos sejam condizentes com a realidade.

Cabe também ao jornalista interpretar e analisar a realidade, fazendo a mediação entre os fatos e o leitor. É papel deste profissional avaliar os fatos e, na sequência, explicá-los de forma aprofundada à sociedade, contextualizando as informações e traçando relações entre passado e presente ou causas e consequências (Reginato, 2019). Adiciona-se a isso, também, que tudo precisa ser feito por meio de uma linguagem acessível,fazendo com que até mesmo um discurso especializado possa ser compreendido por diferentes públicos.

Registrar a história e construir memória também é uma finalidade do jornalismo, que deve documentar acontecimentos que ajudem a sociedade a entender o tempo presente e a criar perspectivas de futuro (Reginato, 2019). Embora o trabalho do jornalista seja diferente do de um historiador, é possível traçar relações entre eles, uma vez que jornais antigos costumam ser grandes fontes de conhecimento para quem deseja estudar sobre o passado. De acordo com Barbosa (2007), a história também é comunicação, tendo em vista que utiliza os registros jornalísticos como ferramentas para a compreensão de um contexto mais amplo, invariavelmente localizado no passado. Neste sentido, os atos comunicacionais servem como testemunho de que uma hipótese ou um vestígio é de fato verídico.

Além disso, a imprensa, como porta-voz do povo, deve integrar e mobilizar

as pessoas, estimulando "a participação cívica na vida pública, não no sentido de mobilização partidária, mas sim para ação política" (Reginato, 2019, p.238). Embora exista uma dicotomia entre as noções e interesse *do* público e interesse do público, que compreende aquilo que o povo tem desejo de saber, a essência do jornalismo está em trazer fatos que os cidadãos têm o direito de saber para formar opinião e tomar decisões. Por essa razão, a profissão, que é chamada de "Quarto Poder", precisa fiscalizar os governantes e as instituições, garantindo a manutenção da democracia.

Quando se fala no papel da imprensa, há ainda três termos que, embora sejam bastante recorrentes, não são muito claros: objetividade, imparcialidade e equilíbrio. As discussões sobre a objetividade jornalística são antigas, e, mesmo assim, não há consenso sobre o tema. Entretanto, de modo geral, é importante destacar que um jornalista não necessariamente deve ser objetivo, mas sim aplicar um método objetivo ao seu trabalho, exercitando a disciplina de verificação e realizando uma apuração minuciosa dos fatos. Portanto, "devemos enfatizar a objectividade do método. É nisso que consiste o método científico - a nossa humanidade, os nossos impulsos subjectivos (...) direccionados para a determinação daquilo que queremos investigar através de meios objectivos" (Kovach e Rosenstiel, 2001, p.80).

Embora tenha sido postulada por muito tempo como uma obrigação do jornalista, a imparcialidade também tem sido alvo de discussões nas últimas décadas. Afinal, há muitos dilemas associados "a quem" ou "ao quê" o jornalismo é imparcial, assim como ainda não há certezas sobre qual possa ser a maneira mais assertiva de testar essa imparcialidade. Deve-se considerar que, por mais imparcial que um jornalista tente ser, ele sempre terá ao menos um compromisso: a manutenção da sua própria ética e conduta profissional. Para Kovach e Rosenstiel (2001, p.81), não se trata de "ficar em cima do muro", mas sim de ser isento diante dos fatos e do entendimento que os cidadãos têm desses fatos. Ademais, há o conceito de equilíbrio, que é igualmente subjetivo e pode levar à distorção. Afinal, "equilibrar uma peça, tratando ambas as partes da mesma forma, pode não ser a melhor maneira de alcançar a verdade, se, de fato, as partes não tiverem o mesmo peso" (Kovach e Rosenstiel, 2001, p.47).

Em uma cobertura jornalística, os princípios que compõem a conduta e a ética da profissão assumem uma importância ainda maior, devido à constante geração de acontecimentos noticiosos e à pluralidade das plataformas digitais. Cobrir um evento engloba o ato de reportar uma série de acontecimentos — por meio dos mais variados formatos e suportes — dentro de um mesmo contexto, que pode ser uma conferência, uma reunião ou até mesmo um festival. Independentemente de qualquer variável, as responsabilidades dos jornalistas se mantêm. Segundo o Art.8° do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, os profissionais do campo são responsáveis por todas as informações que divulgam (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007, p.2). Portanto, é dever dos profissionais do campo nunca enganar ou acrescentar informações que não aconteceram. Trata-se de uma relação de respeito e confiança, que deve ser levada em consideração durante a execução de qualquer tarefa atrelada realizada pelos jornalistas do Comitê de Imprensa Internacional do UFRGSMUN 2025.

## 3.1 O TEXTO JORNALÍSTICO

Ao longo do evento, cada jornalista do Comitê de Imprensa Internacional precisará redigir um texto jornalístico, sintetizando os principais acontecimentos da conferência. A ideia é que a produção seja construída em formato de notícia e con-

temple momentos significativos do debate, assim como as aspas mais relevantes dos delegados. Antes de escrever, contudo, é importante entender algumas noções que permeiam a produção jornalística, começando por um dos dilemas mais emblemáticos: a definição de quais assuntos e acontecimentos são, de fato, noticiosos.

Grande parte dos manuais sobre jornalismo definem as notícias como tudo o que é importante ou interessante. Para Traquina (2005, p.19), "isso inclui praticamente a vida, o mundo e o *outer limits*". Embora possa encaixar-se na percepção que os leitores costumam ter da produção jornalística, essa é uma definição bastante abrangente. Existem mais alguns filtros responsáveis por definir o que é noticiável. São os chamados valores-notícias, que atuam como os "óculos particulares" dos jornalistas (Traquina, 2014).

Essa série de critérios, que já foi objeto de estudo de diferentes teóricos, serve como uma espécie de guia, tanto para a seleção dos acontecimentos quanto para a construção dos textos. Os valores-notícia de seleção podem ser divididos em dois subgrupos: os critérios substantivos — que compreendem a avaliação direta da relevância dos acontecimentos — e os critérios contextuais — que englobam o contexto produtivo no qual a notícia está inserida (Traquina, 2014). Nessa segunda categoria, considera-se a facilidade com que poderá ser realizada a cobertura do acontecimento, a disponibilidade de imagens e a quantidade de notícias que já existem sobre determinada ocorrência, por exemplo. Há ainda os valores-notícia de construção, que trazem subsídios para a elaboração da notícia, isto é, indicam como o acontecimento deve ser apresentado ao público.

Entre os valores-notícia de seleção, há um que se destaca: a morte, que por si só já atrai a imprensa, mas costuma causar um alvoroço ainda maior dependendo da quantidade de vítimas, da causa do óbito e da relevância das pessoas envolvidas. Para Traquina (2014, p.79), independentemente dessas variáveis, "podemos dizer que todos nós seremos notícia pelo menos uma vez na vida — no dia seguinte à morte, ou nas páginas interiores ou com destaque na primeira página". Além disso, há outros critérios que devem ser considerados, incluindo a notoriedade dos atores envolvidos, a proximidade geográfica ou cultural, a relevância ou o impacto que o acontecimento exerce em uma comunidade, a novidade e a notabilidade. Eventos inesperados, conflitos, controvérsias, infrações e escândalos também são valores importantes (Traquina, 2014).

Nos noticiários internacionais, isso não é diferente. Segundo Viana e Lima (2012 p.7), há destaque para quatro temas nessa editoria: "guerras e conflitos, eleições, epidemias e tragédias inesperadas". Um acontecimento que se encaixe em algum desses critérios muito provavelmente se tornará notícia em âmbito global. Vale ressaltar, contudo, que nem todos os conflitos são noticiáveis. Uma característica comum daqueles que se tornam notícia para a editoria internacional é a violência, que "transforma conflitos em guerras", devido ao desejo de adicionar valor dramático à crônica diária (Viana e Lima, 2012).

No que se refere aos valores-notícia de construção, Traquina (2014) destaca a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância. Além desses, um dos critérios mais importantes — e que deve ser levado em consideração na hora de redigir os textos jornalísticos durante o UFRGSMUN 2025 — é a simplificação. Para Zinsser (2006, p.19), "o segredo da boa escrita é conseguir despir cada frase até deixá-la apenas com seus componentes essenciais". Neste sentido, o autor ressalta que

> Toda a palavra que não tenha uma função, toda palavra longa que possa ser substituída por uma palavra curta, todo o advérbio que contenha o mesmo

> significado que já está contido no verbo, toda construção em voz passiva que deixe o leitor inseguro a respeito de quem está fazendo o quê - todos esses são elementos adulterantes que enfraquecem uma frase (Zinsser, 2006, p.19).

Em paralelo aos valores-notícia de construção, existem outras técnicas que guiam a elaboração dos textos jornalísticos. No jornalismo contemporâneo, a principal é a da "pirâmide invertida", que sugere a inserção das informações mais importantes acerca do acontecimento na parte inicial da notícia, deixando o detalhamento para depois e colocando-o em ordem decrescente de importância. Esses primeiros parágrafos são chamados de *lide* e desempenham o papel de capturar a atenção do público. Para Zinsser (2006), a frase mais importante de qualquer texto é a primeira. Se ela não levar o leitor a avançar para a segunda frase, o texto falhou. Afinal, o leitor é uma pessoa que costuma dispor de cerca de trinta segundos de atenção, e, como se não bastasse, esse curto espaço de tempo é bastante disputado (Zinsser, 2006, p.21). Portanto, um bom texto deve ser capaz tanto de cativá-lo imediatamente quanto de motivá-lo a continuar a leitura. Engana-se, contudo, quem pensa que o *lide* serve somente para fomentar o engajamento. Pelo contrário, ele também deve fornecer as informações necessárias para que o público entenda por que aquele texto foi escrito, e principalmente, por que ele deve ser lido (Zinsser, 2006, p. 74).

"Quem?", "O quê?", "Onde?", "Quando?", "Como?" e "Por quê?" são algumas das perguntas que precisam ser respondidas nesse trecho. E, para organizá-lo da melhor maneira possível, é preciso reconhecer o que faz com que determinado acontecimento seja notável. Quanto à extensão do *lide*, não há regras; tudo depende do público para quem você escreve, mas, de modo geral, ele não costuma ter mais do que dois parágrafos (Zinsser, 2006).

Depois do *lide*, há outro elemento bastante importante na escrita jornalística: o título ou manchete. De acordo com o Manual de Redação da Folha de São Paulo, "os títulos devem ser, ao mesmo tempo, capazes de tornar claro, em poucas palavras e em ordem lógica, o objeto da notícia e de atrair o leitor, incitando seu interesse" (Folha de São Paulo, 2007, p.36). Logo, é essencial que ele esteja bem escrito. Para isso, deve ser elaborado a partir das informações contidas no *lide*. Se não é possível extrair uma manchete do *lide*, significa que a introdução não está cumprindo o seu papel e que deve ser reestruturada até que ambos estejam em sintonia. Na hora de elaborar um título, há mais alguns pontos de atenção. Em primeiro lugar, não há pontuação final. Além disso, exceto em casos especiais, deve-se sempre incluir um verbo no tempo presente, mesmo que o corpo do texto seja conjugado no passado. Outro elemento que merece destaque é a linha-fina. Essa frase ou período sem pontuação final encontra-se logo abaixo da manchete e funciona como um subtítulo, completando o significado do título e adicionando novas informações.

Conhecidos os elementos essenciais da escrita jornalística, é chegado o momento de colocá-la em prática. Nesta etapa, há ainda alguns pontos a serem considerados, entre eles a extensão dos parágrafos. Embora construções mais curtas sejam preferíveis, é importante evitar exageros. Às vezes, uma sequência exacerbada de parágrafos curtos demais pode ser ainda mais incômoda do que um bloco contínuo de texto. Escrever é algo visual: as letras capturam os olhos antes de poderem capturar a mente (Zinsser, 2006). De modo geral, parágrafos curtos deixam o texto mais convidativo, enquanto o excesso de palavras tende a desencorajar o leitor. As noções de continuidade também merecem atenção. De acordo com Zinsser (2006, p.74), "cada parágrafo deve amplificar o precedente". Para isso, a última frase de cada trecho deve atuar como uma espécie de gancho para o que virá na sequência.

Já na hora de escolher os verbos que integrarão o corpo do texto, prefira construções em voz ativa. No jornalismo, "a diferença entre um estilo com verbo na voz ativa e um estilo com verbo na voz passiva, em termos de clareza e força, é a mesma que entre a vida e a morte" (Zinsser, 2006, p.88). Portanto, entre "o ladrão foi preso pela polícia" e "a polícia prendeu o ladrão", escolha a segunda alternativa. Os advérbios, por outro lado, costumam ser dispensáveis. De modo geral, o advérbio reforça um significado que já foi exprimido pelo próprio verbo. A mesma lógica vale para os adjetivos, que, além de repetirem ideias que já foram expostas, podem impor um juízo de valor ao texto, tornando-o bastante pessoal (Zinsser, 2006).

Escrever não é uma tarefa fácil. Raramente, um texto dispensará revisões e ajustes. Para Zinsser (2006, p.23), "uma frase clara não é acidental. Poucas frases surgem prontas logo de cara, ou mesmo depois de duas ou três vezes". Neste sentido, a reescrita desempenha um papel fundamental. Afinal, se um texto não parece satisfatório na primeira tentativa, sempre há a possibilidade de alterá-lo.

## 3.2 REDES SOCIAIS

Com o avanço da tecnologia, a internet consolidou-se como um meio natural para o jornalismo graças à sua capacidade de facilitar a circulação de informações digitais, superando as antigas barreiras dos meios analógicos em termos de produção, armazenamento e distribuição. Ao se tornar móvel, ela passou a permitir não apenas o consumo de conteúdo a qualquer hora e lugar, mas também a produção e o compartilhamento instantâneo de notícias. Nesse novo mundo midiático, as redes sociais passaram a permitir que versões oficiais coexistam com relatos pessoais, ampliando os ângulos de percepção e tornando o jornalismo mais dinâmico, participativo e descentralizado (Barbosa, 2013).

Diante desse cenário, jornalistas que atuam em plataformas sociais durante o evento devem encontrar um equilíbrio entre a seriedade do jornalismo e a informalidade exigida pelo ambiente digital. Como destaca Sônia (2014), no universo e na economia da informação em rede, cada indivíduo é livre para observar, responder, questionar e debater — não apenas em princípio, mas na capacidade de fato. Com isso, a audiência deixa de ser passiva e passa a participar ativamente do debate, superando o papel tradicional de apenas ler, ouvir ou assistir (Benkler, 2006). Por isso, é imprescindível que a comunicação jornalística, mesmo em ambientes mais descontraídos, mantenha-se clara, objetiva e fiel aos princípios do jornalismo e às regras do projeto. Isso inclui evitar jargões, abreviações excessivas ou qualquer forma de linguagem ofensiva, preservando a norma culta da língua portuguesa.

Nesse contexto, a cobertura jornalística nas redes sociais deve manter a credibilidade e a responsabilidade jornalística em suas publicações. Durante os dias do evento duas redes sociais serão utilizadas: o *X* e o *Instagram*. Para um bom desempenho nessas mídias, é fundamental compreender suas especificidades e dinâmicas.

### 3.2.1 X (ANTIGO TWITTER)

O *X* é uma das principais ferramentas para a cobertura jornalística em tempo real durante os dias do evento, especialmente por sua dinâmica rápida e sua capacidade de alcançar grande audiência em poucos minutos. Os jornalistas devem fazer o uso da conta *@pressufrgsmun*, em que farão atualizações frequentes sobre o que está ocorrendo durante o debate, mas que priorizem apenas as informações mais relevantes. Durante as sessões de comitês, o foco deve estar em falas impor-

tantes, polêmicas ou eventos que tenham potencial de alterar o curso do debate. A cobertura pode se dar por meio de falas transcritas entre aspas ou por breves notas redigidas pelo(a) jornalista.

Embora o *X* permita uma abordagem mais leve, é essencial lembrar que ele continua sendo um canal voltado à informação, onde qualquer postagem pode rapidamente ganhar grande visibilidade. Por isso, a postagem deve manter a seriedade, ainda que possa trazer humor por meio de *gifs* e *memes*. Além disso, é obrigatório o uso de *hashtags*, que ajudam a organizar e ampliar o alcance das postagens. As postagens devem ser seguidas das *hashtags* com o nome dos países envolvidos (#China, #Irã, #Israel, #Suécia), do comitê em questão (#DISEC) e do veículo representado (#GT), como no exemplo: "Resolução da crise aprovada por maioria simples. China, Irã e Israel não aprovam, Suécia se abstém. #China, #Irã, #Israel, #Suécia #DISEC #GT".

No último dia, quando o comitê tiver sua resolução finalizada, espera-se que o jornalista tire uma foto do comitê como um todo para postar no *X*. Neste post, deve informar que a resolução foi finalizada junto com as *hashtags* de seu veículo de imprensa e do comitê, para assim finalizar o debate.

### 3.2.2 INSTAGRAM

O *Instagram* permite uma abordagem mais visual e dinâmica para a cobertura, favorecendo a produção de conteúdos com imagens e vídeos. A utilização de ferramentas do *Instagram*, como *stories*, são essenciais para a apresentação de atualizações rápidas sobre os acontecimentos, podendo fazer publicações ao longo do dia, sempre identificando seu comitê e veículo de imprensa. Como não há um formato fixo para a produção desse conteúdo, os jornalistas têm liberdade para explorar a criatividade e utilizar os recursos da maneira que considerarem mais eficaz.

Ao final de cada dia do evento, cada veículo de imprensa deverá produzir um boletim informativo, que será publicado nos *stories* do *instagram*: @press.ufrgsmun. Esses boletins devem conter os aspectos mais importantes e impactantes dos debates, oferecendo uma análise de seu comitê. Não há um limite de caracteres, mas espera-se que o texto seja legível; portanto, não é necessário que seja muito longo e detalhado.

Para a elaboração desses boletins, recomenda-se a adoção da pirâmide invertida, modelo tradicional do jornalismo que organiza as informações do texto priorizando os dados mais relevantes no início do texto, sendo seguidos por detalhes complementares e colocando, por fim, conteúdos de menor relevância (Mielniczuk, 2003). Isso serve para que, em casos de limitação de espaço, a eclusão dos parágrafos finais não comprometa a compreensão geral da notícia, pois os dados essenciais já haviam sido apresentados no início do texto.

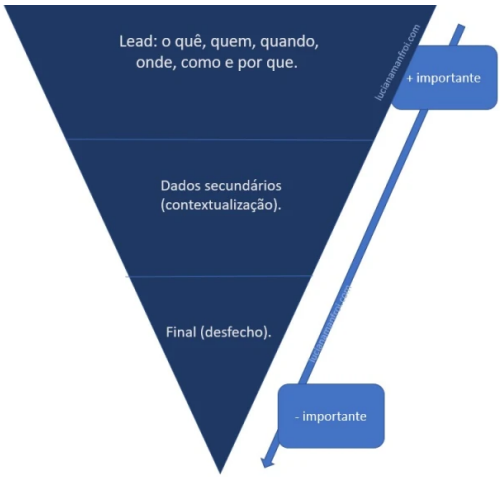
A estrutura sugerida segue a seguinte ordem:

**1.** ***Lead:*** resposta às perguntas "o quê?, "quem?", "quando?", "onde?", "como?" e "por que?";

**2. Dados secundários**: contextualização e informações adicionais;

**3. Final:** desfecho.

Figura 1: pirâmide invertida.




Fonte: Luciana Manfroi, 2022

Com essa estrutura, o texto consegue atrair a atenção do leitor desde a primeira linha, além de oferecer de forma direta os dados mais importantes da notícia. Caso o leitor deseje saber mais, pode seguir na leitura, mas já encontrará logo no início os principais pontos da informação (Mielniczuk, 2003).

## 3.3 CRISES

A conectividade permitiu à humanidade que as informações fossem originadas de qualquer parte do mundo e por qualquer pessoa. Dessa forma, o papel do jornalismo pode ser modificado a partir da visão proposta por Markham Nolan (2012) de basear-se no conceito de *gatewatching*, ou seja, a de mantenedor da ordem perante a "massa caótica de estímulos que recebemos" (Pereira Junior, 2006). Assim, ao resguardar os princípios do jornalismo de qualidade — apuração, contextualização, interpretação e sentido —, o profissional da informação é capaz de gerenciar as múltiplas narrativas e confrontar as evidências, a fim de buscar a apuração dos fatos em casos de notícias de última hora, as chamadas *breaking news*; e em momentos de adversidades em que a informação correta precisa ser passada (Guerrini, 2013). As *breaking news*, por seu caráter urgente, são capazes de modificar a formulação da política de forma abrupta e alterar o rumo de negociações importantes, podendo gerar, inclusive, crises em negociações.

As crises, no âmbito das simulações diplomáticas, configuram-se como instrumentos estratégicos utilizados para dinamizar os debates, especialmente em momentos de estagnação ou de impasse entre os delegados. Trata-se de mecanismos propostos pela mesa diretora de cada comitê, com a finalidade de impulsionar a argumentação, seja no nível individual das delegações, seja no conjunto da simulação. Em geral, essas crises introduzem novas problemáticas, informações ou adversidades que devem ser solucionadas dentro de um prazo estipulado, sob pena de sanções previamente estabelecidas. Normalmente apresentadas em formato de *breaking news*, ou seja, protagonizadas pelo jornalista presente na sessão, as crises

são, portanto, de responsabilidade tanto da mesa diretora quanto da imprensa.

Nesse processo, o papel do jornalista é fundamental, uma vez que sua atuação contribui para a preparação e a execução das crises. Compete-lhe a elaboração de materiais de apoio, como apresentações em slides, encenações e demais recursos voltados à imersão dos participantes, garantindo maior verossimilhança e engajamento. Os diretores dos comitês, por sua vez, elaboram previamente possíveis cenários de crise, os quais são disponibilizados aos jornalistas no decorrer do evento e podem ser utilizados. Contudo, a formulação dessas intervenções não se restringe apenas à mesa diretora, sendo também compartilhada com os jornalistas responsáveis pela cobertura do comitê, que, sob supervisão dos diretores, podem colaborar na concepção de novos desdobramentos.

Dessa forma, as crises cumprem a função de intervir estrategicamente nos debates, não apenas para superar a morosidade das discussões, mas também para fomentar a criatividade e estimular a capacidade de resolução de conflitos por parte dos delegados. A crise mal redigida, porém, tem o papel oposto: desregula o debate e torna os delegados mais apáticos à simulação. Ao formular um momento de intervenção, é necessário perceber quais são os principais elementos de disputa entre os participantes da discussão, para que haja em vista o objetivo de que tais pontos não possam ser completamente superados ao solucionar a crise.

É importante ressaltar a relevância do estudo do guia de cada comitê para compreender quais crises são ou não pertinentes ao debate, sendo desejáveis aquelas que têm ligação com o que está sendo debatido, trazendo novos elementos para as delegações. Problemas tangenciais ou de cunho pouco polarizantes não são o objeto preferível das formulações de intervenção. Espera-se que a interrupção da discussão seja apenas uma maneira de alavancar o que já está sendo debatido, aumentando a polarização e a participação. Além disso, há a necessidade de estar atento às discussões e argumentações dos delegados, percebendo, durante o debate, quais deles estão mais receosos em apresentar enfaticamente sua posição.
A crise mal elaborada é aquela capaz de estagnar resoluções ou beneficiar demasiadamente determinada posição; portanto, as possíveis conclusões do problema devem ser observadas antes dele ser colocado em debate.

Um exemplo de crise posta em prática no XXI UFRGSMUN foi o sequestro de determinado delegado do comitê da simulação da União Africana. Nesse contexto, os delegados deveriam propor uma resolução de paz em trinta minutos, sob a ameaça de serem, também, sequestrados. O jornalista responsável pelo comitê foi encarregado de produzir um slide explicando o problema e mostrando as condições de solução, além de informar ao delegado sequestrado acerca de sua nova condição.

## 3.4 COLETIVA DE IMPRENSA

A coletiva de imprensa é uma ferramenta significativa para jornalistas e tem como objetivo divulgar informações relevantes e de interesse público imediato. Este formato é utilizado para esclarecer dúvidas e informar o público sobre tópicos relevantes (CNDL, 2019). No entanto, uma preparação cuidadosa é necessária para que esta abordagem seja aproveitada ao máximo.

Para se preparar para a coletiva de imprensa, é necessário que os jornalistas estejam bem informados sobre o tema em discussão e sobre o funcionamento de seu comitê. Ter acompanhado os debates anteriores é crucial para entender os principais pontos levantados e assim preparar perguntas pertinentes e bem estru-

turadas, alinhadas às discussões do comitê. Além disso, é igualmente importante observar as interações entre as delegações, pois isso pode inspirar questionamentos mais estratégicos, que reflitam debates relevantes e contribuam para uma cobertura informativa e de impacto.

Cada veículo será responsável por fazer duas perguntas — seguindo a posição de seus veículos de imprensa — direcionadas a um ou mais delegados. No UFRGSMUN, é necessário que as perguntas a serem feitas na coletiva tenham aprovação prévia da mesa diretora do comitê acompanhado dos diretores do Comitê de Imprensa Internacional; portanto, assim que estiverem finalizadas, é preciso que sejam encaminhadas para aprovação.

Durante a coletiva, há a possibilidade de haver réplicas — quando o jornalista responde ou reformula uma pergunta diante de uma resposta insatisfatória — e tréplicas — resposta do delegado(a) à réplica. Ou seja, caso a resposta oferecida seja vaga, incompleta ou levante dúvidas, o jornalista pode reformular a pergunta, insistir em certos aspectos ou apresentar dados que sustentem seu questionamento. Os delegados, por sua vez, têm a oportunidade de responder novamente, esclarecendo suas posições ou corrigindo eventuais equívocos. É importante que o jornalista anote as respostas dos delegados para que, após a coletiva, essas informações sejam publicadas nos stories e relatadas no boletim, dada a importância deste momento.

## 4 Cobertura Jornalística

Apresenta-se, nesta seção, uma breve introdução aos comitês que compõem o evento e as características editoriais dos jornais a eles associados. É fundamental compreender tanto a estrutura temática de cada comitê quanto o perfil dos veículos de imprensa designados para cobrir as discussões que ali ocorrem. Portanto, cada comitê será apresentado com destaque para seu contexto e objetivos, seguido por uma descrição do veículo midiático, com ênfase em sua linha editorial.

### 4.1 ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AG-NU)

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AG-NU) é o principal órgão deliberativo das Nações Unidas (ONU), responsável por formular políticas da Organização (Nações Unidas Brasil, 2024). Composta por 193 Estados-membros, é o único órgão da ONU com representação plena e igualitária, assegurando a cada país um voto com o mesmo valor. Anualmente, todos os Estados-membros se reúnem em Nova Iorque para a sessão do órgão plenário e para o debate geral. A Assembleia Geral elege, a cada ano, um novo presidente para conduzir os trabalhos durante um mandato de doze meses (UNRIC, 2017).

Os veículos de imprensa responsáveis pela cobertura deste comitê serão o The New York Times e o Middle East Eye. Fundado em 1851, o The New York Times começou como um jornal vendido por um centavo, com o objetivo de evitar o sensacionalismo e relatar as notícias de forma objetiva (Britannica, 2025a). Em 1985, Adolph Ochs, proprietário do NYT, anunciou seu novo objetivo com o jornal: publicar todas as notícias de forma imparcial, sem medo, independente do partido ou interesses. Com esse novo objetivo suas publicações passaram a abordar temas como assédio sexual, cultura e ética no ambiente de trabalho, programas governamentais e casos de corrupção — muitas vezes gerando controvérsias e debates públicos relevantes (New York Times, 2017).

Com sede em Londres e fundado em 2014, o Middle East Eye (MEE) é

um jornal independente, sem vínculos diretos com governos ou grandes grupos midiáticos, o que permite uma cobertura mais autônoma. O veículo se dedica à cobertura de temas relacionados ao Oriente Médio e ao Norte da África e se destaca por oferecer reportagens, análises e comentários aprofundados, incentivando seus repórteres a irem além da narrativa oficial (MEE, 2014). Essa independência editorial possibilita a publicação de práticas políticas e governamentais irregulares na região, que resultaram no bloqueio do site em diversos países, como Emirados Árabes Unidos e Jordânia (MEE, 2016; MEE, 2025).

## 4.2 ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (AG-OEA)

A Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (AG-OEA) é o órgão supremo e plenário da Organização dos Estados Americanos, composto pelas delegações de todos os Estados-membros, tendo cada um direito a um voto. É nesse espaço que as diretrizes políticas, institucionais e programáticas mais relevantes da OEA são definidas. Entre suas atribuições, destaca-se a convocação de encontros regulares anuais em diferentes países-membros, conforme sistema de rotatividade, além da realização de sessões extraordinárias, mediante aprovação por maioria qualificada (OAS, 2015). No intervalo entre as assembleias, os debates e ações da OEA são levados adiante por órgãos como o Conselho Permanente e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, assim como outras comissões presentes na estrutura (Brasil, 2016).

Os veículos de imprensa responsáveis pela cobertura deste comitê serão a Folha de São Paulo e o Brasil de Fato. Fundado em 1921, o jornal Folha de São Paulo consolidou-se ao longo do tempo com base em princípios editoriais como o pluralismo, a independência, a crítica constante e a rejeição ao partidarismo. O jornal busca oferecer diferentes pontos de vista e conteúdos variados para seus leitores através de suas análises políticas e sociais. Autodefinido como um jornal de inspiração liberal e reformista, considera-se aberto à pluralidade e comprometido com a defesa da democracia e a redução das desigualdades no Brasil (Folha de S. Paulo, 2011).

O Brasil de Fato (BdF) é um veículo de comunicação fundado em 2003 por movimentos populares, durante o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre. O Jornal surgiu com o objetivo de inserir uma visão popular do Brasil e do mundo no jornalismo, pautando-se na luta dos trabalhadores em nível nacional e internacional. Durante 10 anos circulou apenas em formato impresso, mas, em 2013, o lançamento do site possibilitou a ampliação de seu alcance. Diferentemente da Folha de São Paulo, que possui uma linha editorial plural e que rejeita o partidarismo, o Brasil de Fato adota uma linha política explicitamente de esquerda, priorizando pautas relacionadas à luta pelos direitos da classe trabalhadora e aos movimentos e organizações populares (BdF, 2013).

## 4.3 ASEAN REGIONAL FORUM (ARF)

O ASEAN Regional Forum (ARF) é um fórum para diálogo entre a região Ásia-Pacífico que promove a segurança, a construção de confiança mútua e a cooperação política na região dentro do sistema da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Diferentemente da ASEAN que possui dez Estados-membros, a ARF possui um grupo diverso de participantes, sendo composto por 27 membros[6]. Desde 1996, os membros devem seguir os seguintes requisitos para fazerem

parte do fórum: (1) ser um Estado soberano; (2) cooperar com os demais membros para conquistar os objetivos do fórum; (3) cumprir e respeitar decisões tomadas anteriormente pelo ARF; e (4) ter impacto sobre a paz e segurança da Ásia-Pacífico.s As solicitações para tornar-se um membro passam pelo presidente da ARF, que consultará os demais membros e, se houver consenso, aprovação ministerial e cumprimento dos requisitos anteriores, ele adere ao fórum. No entanto, a própria ARF pede para que haja um controle no número de membros dentro do grupo para garantir sua eficácia. (ARF, *[s.d.]*).

Os veículos de imprensa responsáveis pela cobertura deste comitê serão a Xinhua e a Asia News Network. A Xinhua é a principal agência de notícias da República Popular da China, fundada em 1931. Com sede em Pequim, exerce um papel central no sistema de comunicação estatal, atuando como o principal órgão de imprensa oficial do país (Britannica, 2025b). A agência mantém uma ampla rede de correspondentes nacionais e internacionais, publicando conteúdo em múltiplos idiomas, como chinês, inglês, português, francês, espanhol, russo, árabe, etc. Sua internacionalização busca apresentar a perspectiva chinesa através dos acontecimentos globais noticiados (Xinhua, 2023). Por ser controlada diretamente pelo governo chinês, a agência atua como porta-voz oficial do Partido Comunista Chinês, sendo uma importante fonte de divulgação de políticas públicas, decisões governamentais e posicionamentos internacionais da China.

A Asia News Network (ANN), fundada em 1999, é uma aliança regional composta por veículos de imprensa da Ásia, com o objetivo de fomentar a integração regional através da troca ativa de conteúdos editoriais sobre acontecimentos locais. A iniciativa visa não apenas atender às demandas informativas de leitores asiáticos, mas também ampliar a compreensão global sobre a crescente relevância da Ásia no cenário internacional (Asia News Network, 2020). Atualmente, a ANN possui uma rede de 22 jornais de 20 países asiáticos, que publica notícias, análises e opiniões nas áreas de política, economia, saúde e ciência, com ênfase nas relações entre a Ásia e a Europa (DPA, 2024).

## 4.4 CONSELHO EUROPEU (CE-UE)

O Conselho Europeu é uma instituição da União Europeia (UE), responsável por definir as orientações e prioridades políticas do bloco, tanto a curto quanto a longo prazo. É composto pelos chefes de Estado ou de governo dos 27 Estados-membros, além do presidente do próprio Conselho Europeu e do presidente da Comissão Europeia, estabelecendo conjuntamente a agenda política da UE. Durante suas reuniões, o Conselho Europeu busca adotar conclusões que destacam temas de especial interesse para a UE, indicando metas a serem alcançadas, medidas a serem tomadas ou prazos para acordos e propostas legislativas, além de identificarem questões problemáticas. (European Council, 2021)

Os veículos de imprensa responsáveis pela cobertura deste comitê serão o El País e o The Guardian. O El País é um jornal espanhol fundado em 1976, que, desde então, busca ser uma publicação de fácil leitura, séria e culta, capaz de abranger diferentes correntes de pensamento político (Britannica, *[s.d.]*). Ao longo dos anos, o jornal ampliou sua atuação internacional, lançando, assim, edições no México, Colômbia, Chile, Argentina, Estados Unidos e, além disso, uma edição em

6 Austrália, Bangladesh, Brunei Darussalam, Camboja, Canadá, China, República Popular Democrática da Coreia, União Europeia, Índia, Indonésia, Japão, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, República da Coreia, Rússia, Cingapura, Sri Lanka, Tailândia, Timor-Leste, Estados Unidos e Vietnã (ARF, *[s.d.]*)

inglês. Apesar do El País cobrir diversos temas, seus principais projetos editoriais são o El País English Edition, que oferece uma análise da Espanha e do cenário internacional para leitores de língua inglesa, e o Planeta Futuro, dedicado ao desenvolvimento sustentável (El País, 2017).

O The Guardian é um jornal fundado em Manchester em 1821, com o nome de Manchester Guardian. Por depender de contribuições voluntárias, mantém-se como um veículo independente, sem financiamento político ou corporativo, permitindo uma imprensa livre de sua influência (The Guardian, 2025). Inicialmente o The Guardian foi lançado como uma publicação semanal, mas tornou-se diário após 1855. Em 1959, retirou "Manchester" do nome para consolidar-se como um jornal de alcance nacional e projeção internacional. Como parte desse processo de expansão, sua redação e equipe editorial foram transferidas para Londres em 1964. Desde então, o veículo é reconhecido por seu jornalismo investigativo, cobertura internacional e postura editorial progressista (Britannica, 2025c).

## 4.5 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é um dos principais órgãos das Nações Unidas. Possui uma composição reduzida, sendo formado por cinco membros permanentes — Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido — e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. A presidência do Conselho de Segurança é exercida de forma rotativa, por um membro do órgão a cada mês, seguindo a ordem alfabética em inglês dos nomes dos Estados-membros. Após o fim de seu mandato, o Estado não poderá ser reeleito para o período imediato (Brasil, 2021). A principal função do CSNU é discutir questões relacionadas à manutenção da paz e à segurança internacional. Os Estados-membros das Nações Unidas (ONU) reconhecem sua responsabilidade neste âmbito e concordam que, no cumprimento dessa função, o Conselho atue em nome da organização como um todo, conforme os Propósitos e Princípios estabelecidos na Carta da ONU (ONU, 1945). O Conselho de Segurança submete relatórios anuais ou, se necessário, especiais, à Assembleia Geral para sua consideração. Estes incluem uma relação das medidas que o Conselho de Segurança tenha adotado ou aplicado a fim de manter a paz e a segurança internacionais.

Os veículos de imprensa responsáveis pela cobertura deste comitê serão a Sputnik e a CNN. A Sputnik é uma agência de notícias russa com sede em Moscou, fundada em 2014, pela Rossiya Segodnya, organização estatal que sucedeu a antiga agência RIA Novosti e que atualmente integra a estrutura do grupo RT News, por meio do qual o governo russo financia suas operações (Missiroli, 2016). A agência opera em mais de 30 idiomas — incluindo inglês, português, francês, alemão e chinês — com ênfase na cobertura de temas políticos e econômicos globais, voltando-se para um público internacional, que constitui sua principal audiência (Sputnik, 2014). Por ser financiado pelo Estado Russo, a Sputnik tende a refletir, ainda que parcialmente, as posições do governo da Rússia em sua linha editorial (RT, 2013).

A Cable News Network (CNN) é um canal de notícias estadunidense da televisão a cabo, fundado em 1980 por Ted Turner (Britannica, 2025d). A emissora tornou-se reconhecida por sua cobertura contínua e aprofundada de temas políticos, econômicos e sociais, destacando-se, particularmente, por sua postura crítica em relação às políticas governamentais dos Estados Unidos e pela ênfase em pautas relacionadas à liberdade de expressão e aos direitos civis. Nos Estados Unidos, a CNN é frequentemente associada a uma linha editorial liberal, o que a posiciona, segundo

seus críticos, como uma plataforma inclinada a narrativas progressistas. Embora reafirme seu compromisso com a independência e imparcialidade jornalística, estudos sugerem que essa inclinação ideológica pode influenciar a seleção e o enquadramento das notícias. A CNN tende a adotar uma postura mais crítica com relação ao governo Trump, diferentemente de redes como a FOX News. Portanto, mesmo com o compromisso declarado de neutralidade, a orientação política de cada rede pode moldar não apenas a escolha das pautas, mas também o modo como as notícias são apresentadas e interpretadas por seus telespectadores (Ensor, 2018).

## 4.6 COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DEFESA, PROTEÇÃO E SEGURANÇA (DPS-UA)

O Comité Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança (DPS--UA) da União Africana (UA) é o principal órgão decisório de prevenção e resolução de conflitos da organização, funcionando como um sistema coletivo de segurança e resposta rápida a crises no continente africano (AU, 2024). Composto por 15 países — eleitos com base em critérios como engajamento em ações de paz, respeito aos direitos humanos e contribuição financeira à União Africana — os Estados-membros têm mandatos de dois ou três anos, buscando atender o equilíbrio regional. Todos os membros votam com o mesmo valor. Seu mandato abrange desde medidas preventivas até o envio de missões de paz, além de prever ações em contextos de violações graves, como genocídios ou golpes de Estado. Além disso, as reuniões podem ocorrer em nível de embaixadores ou ministros, conforme a gravidade dos temas tratados.

Os veículos de imprensa responsáveis pela cobertura deste comitê serão a BBC e a Le Monde Afrique. A British Broadcasting Corporation (BBC) é uma emissora fundada em 1922, criada por uma Carta Régia da Coroa britânica. Com sede em Londres, a BBC tem, em seu estatuto, o dever de não noticiar opiniões próprias sobre assuntos políticos atuais, além de ser imparcial no tratamento de controvérsias (Britannica, 2025d). A emissora tem como principal objetivo atuar de acordo com o interesse do público, de modo a atender imparcialmente a todos com jornalismo de qualidade que eduque e entretenha (BBC, [*s.d*]).

O Le Monde, jornal originalmente francês, buscava expandir sua presença global e, para isso, voltou-se à África, continente com um grande número de falantes da língua francesa e já coberto por outros veículos midiáticos da França. Com isso, em 2015, o jornal lançou uma editora voltada ao continente africano, a Le Monde Afrique. Embora sempre tenha abordado temas como política, conflitos e eleições no continente africano, essa edição permitiu ampliar o espectro de cobertura, incluindo também pautas sobre negócios, startups, moda, estilo de vida e questões sociais (WAN-IFRA, 2016).

## 4.7 Organização para a Cooperação Islâmica (OCI)

A Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) é uma organização intergovernamental, que atua como representante dos interesses do mundo muçulmano, buscando defendê-los e promovê-los nas áreas econômica, social e política (SESRIC, *[.]*). Sendo assim, a OCI atua em nome do mundo muçulmano, com o objetivo de fomentar a paz internacional e a convivência harmoniosa entre os diversos povos do mundo (OIC, 2024). A Cúpula Islâmica é composta por chefes de Estado e de governo dos Estados-membros e constitui a autoridade máxima da

Organização para a Cooperação Islâmica; ocorre a cada três anos para deliberar e adotar decisões políticas, orientar a implementação dos objetivos da organização e tratar de assuntos relevantes para os Estados-membros e para a Umma.

Os veículos de imprensa responsáveis pela cobertura deste comitê serão a Al-Ahram e a Al Jazeera. O Al-Ahram é um jornal egipcio fundado em Alexandria no ano de 1875. Inicialmente, ganhou notoriedade por sua independência editorial e objetividade, mesmo sob a censura e o controle dos britânicos, destacando-se por sua cobertura de notícias internacionais e por matérias sem enfoque político sobre o Egito e sua população. No entanto, com o aumento da censura e a aproximação da independência egípcia, sua autonomia diminuiu. No final da década de 1950, o jornal passou a enfrentar uma crescente interferência do governo e, em 1960, com a nacionalização da imprensa promovida pelo presidente Gamal Abdel Nasser, o Al-Ahram tornou-se, na prática, o porta-voz oficial do governo, papel que mantém até os dias atuais (Britannica, *[s.d.]*b).

A Al Jazeera foi o primeiro canal de notícias independente árabe, lançado em 1996 em Doha, e financiado em parte pelo governo do Catar. Desde sua criação, a emissora inaugurou um novo paradigma no jornalismo regional, oferecendo uma cobertura ampla dos acontecimentos regionais e internacionais, colocando o ser humano no centro da narrativa jornalística (Al Jazeera, 2021). O slogan fundador da emissora, "A Opinião e a Outra Opinião", sintetiza seu compromisso com a pluralidade de perspectivas, promovendo uma informação equilibrada e crítica.

## REFERÊNCIAS

ABOUT Us. **SPUTNIK**. 2014. Disponível em: https://sputnikglobe.com/docs/index.html. Acesso em: 03 jun. 2025.

ABOUT Us. **Al Jazeera.** 2021. Disponível em: https://www.aljazeera.com/about-us. Acesso em: 03 jun. 2025.

ABOUT Us. **ASIA NEWS NETWORK**. 2020. Disponível em: https://asianews.network/about-us/. Acesso em: 3 jun. 2025.

AFRICAN UNION (AU). **The Peace & Security Council.** 2024. Disponível em: https://au.int/en/psc. Acesso em: 03 jun. 2025.

AGNEZ, Luciane Fassarella. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 2, p. 314-328, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n2p314/30665. Acesso em: 03 jun. 2025.

AGUIAR, Pedro; REGO, Rafael. Jornalismo de Agências x Internet: diálogos e conflitos. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo,** 2009.

7 "O principal elemento de união da comunidade muçulmana sempre foi o fato de seus membros partilharem da mesma fé e, consequentemente, o sentimento de fazerem parte da umma, a nação fundada por Muhammad (Maomé)" (Bissio, 2021, p. 64)

_____. Notas para uma História do Jornalismo de Agências. **Anais do 7° Encontro Nacional de História da Mídia**, 2009.

_____. Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil. **Rede Alcar - Associação Brasileira de Pesquisadores da História da Mídia,** 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/2908446/Por_uma_Hist%C3%B3ria_do_Jornalismo_Internacional_no_Brasil. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

_____. Um Mundo e Poucas Vozes: jornalismo internacional, novas tecnologias e democratização da comunicação. **Cadernos da Comunicação**, v. 20, p. 1-37, 2008. Disponivel em: https://www.academia.edu/25246396/Um_Mundo_e_Poucas_Vozes_jornalismo_internacional_novas_tecnologias_e_democratiza%C3%A7%C3%A3o_da_comunica%C3%A7%C3%A3o?source=swp_share. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

Al-Ahram.**BRITANNICA**,*[s.d.]*b. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Al-Ahram. Acesso em: 03 jun. 2025.

ANN – Asia News Network. **DPA,** 2024. Disponível em: https://www.dpa.com/en/asian-news. Acesso em: 03 jun. 2025.

ASEAN Regional Forum (ARF). About ARF. **Asean Regional Forum,** *s.d.* Disponível em: https://aseanregionalforum.asean.org/about-arf/. Acesso em: 22 jul. 2025.

AVIGHI, Carlos Mercos. A globalização e o jornalismo internacional nos periódicos brasileiros. **Caligrama,** v. 3, n. 3, 2007. Disponível em: https://revistas.usp.br/caligrama/article/download/65687/68298/87054. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

BARBOSA, Marialva. Meios de Comunicação e História: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (org.). **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. v. 1, p. 15–34.

_____. **História da Comunicação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BARBOSA, Suzana; MIELNICZUK, Luciana Pellin. **Jornalismo e tecnologias móveis.** 2013. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/254726/000885812.pdf?sequence=1. Acesso em: 13 abr. 2025.

BENKLER, Y. **The wealth of networks:** how social production transforms markets and freedom. New Haven: Yale University, 2006. Disponível em: https://www.

benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

BISSIO, Beatriz. O pensamento político no Islã clássico. A sociedade humana como objeto de estudo na Muqaddimah de Ibn Khaldun. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade,** v. 2, n. 3, p. 63–82, 2021. DOI: 10.34024/exilium.v2i1.12881. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/exilium/article/view/12881. Acesso em: 21 jul. 2025.

BOMFIM, I. E. Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais. **Comunicação & Inovação,** v. 13, p. 29-36, 2012. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1506/1268. Acesso em: 13 abr. 2025.

**BRASIL.** O CSNU. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/sites-antigos-retirados-do-ar/Brasil-CSNU/o-brasil-no-csnu-1/csnu. Acesso em: 03 jun. 2025.

**BRASIL.** Organização dos Estados Americanos (OEA). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/organizacao-dos-estados-americanos. Acesso em: 05 jun. 2025.

British Broad Catsting (BBC). **BRITANNICA.** 2025e. Disponível em: https://www.britannica.com/money/British-Broadcasting-Corporation. Acesso em: 05 jun. 2025.

COMO organizar uma coletiva de imprensa. **CNDL,** p. 01 - 12, 2019. Disponível em: https://site.cndl.org.br/wp-content/uploads/cndl/2019/11/Coletiva_de_imprensa.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

Conheça o Grupo Folha. **FOLHA DE S. PAULO,** 2011. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml. Acesso em: 03 jun. 2025.

ELHAJJI, Mohamed; AGUIAR, Pedro. **Jornalismo Internacional.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ENSOR, Kathy. **The Partisan Delivery of News: A Content Analysis of CNN and FOX.** 2018. Disponível em: https://scholarsarchive.jwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1036&context=student_scholarship. Acesso em: 03 jun. 2025.

EUROPEAN COUNCIL. Conselho Europeu – funções e poderes - **European Union.** European Council, 2021. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/how-the-european-council-works/#what. Acesso em: 03

jun. 2025.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 18 de abr. de 2025.

Folha de São Paulo. **Manual da Redação.** São Paulo: Publifolha, 2007. Disponível em: https://fernandaiarossi.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/manual_fsp.pdf. Acesso em 29 de junho de 2025.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2005.

GONÇALVES, Telmo. A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. **Caleidoscópio,** Lisboa, n. 5/6, p. 157-167, 2005. Disponível em: https://recil.ulusofona.pt/server/api/core/bitstreams/045ed6d4-b27d-4507-b64a-2e97d2a6649e/content. Acesso em: 16 abr. 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere e outros escritos: escolma.** Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2022.
GUERRINI, Federico. **Newsroom curators & independent storytellers: contente curation as a new form of journalism.** Reuters Institute for the Study of Journalism: Londres, 2013. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/fellows__papers/2012-2013/Newsroom_Curators___Independent_Storytellers_-Content_Curation_as_a_New_Form_Of_Journalism.pdf. Acesso em 20 ago. 2025.

HISTORY, Programs, & Facts. **Britannica**. 2025d. Disponível em: https://www.britannica.com/money/CNN. Acesso em: 03 jun. 2025.
JORDAN blocks access to Middle East Eye after investigation on Gaza aid drops. **MIDDLE EAST EYE (MEE)**, 2025. Disponível em: https://www.middleeasteye.net/news/jordan-blocks-access-middle-east-eye-days-after-investigation-gaza-aid-drops. Acesso em: 22 jul. 2025.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir. Porto: Editora Porto, 2001.

LATEST news, sport and opinion from **the Guardian.** The Guardian. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/international. Acesso em: 21 jun. 2025.

MIDDLE East Eye. **MIDDLE EAST EYE (MEE),** 2014. Disponível em: https://www.middleeasteye.net/about-middle-east-eye. Acesso em: 03 jun. 2025.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web:** uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Salvador, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6057. Acesso em: 13 abr. 2025.

MISSIROLI, Antonio, et al. STRATEGIC COMMUNICATIONS FROM THE EAST. **European Union Institute for Security Studies (EUISS),** 2016. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/resrep07092.5. Acesso em: 05 jun. 2025.

Mission, values and public purposes. **BBC**, *[s.d.]*. Disponível em: https://www.bbc.com/aboutthebbc/governance/mission. Acesso em: 05 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Assembleia Geral da ONU**. 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/278975-assembleia-geral-da-onu . Acesso em: 03 jun. 2025.

NATALI, João Batista. Jornalismo internacional. São Paulo: Contexto, 2007.
NEW YORK TIMES. **BRITANNICA**. 2025a. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/The-New-York-Times. Acesso em: 03 jun. 2025.

NEW YORK TIMES. Journalism. 2017. Disponível em: https://www.nytco.com/journalism/. Acesso em: 03 jun. 2025.

NOLAN, Markham. How to separate fact and fiction online. Londres, 2012. Disponível em: . Acesso em: 20 ago. 2025.

NOVO Manual da Redação**. FOLHA DE S. PAULO,**1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_t.htm. Acesso em 18 de abril de 2025.

**ORGANIZATION OF AMERICAN STATES** (OAS). OEA: Assembleia Geral. Organization of American States. 2015. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/assembleia_geral.asp. Acesso em: 03 jun. 2025.

ORGANISATION OF ISLAMIC COOPERATION (OIC). History. **Organisation of Islamic Cooperation.** 2024. Disponível em: https://new.oic-oci.org/SitePages/CommonPage.aspx?Item=1. Acesso em: 03 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco, 1945. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20

das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

OSÓRIO, Moreno Cruz. A curadoria em jornalismo nas coberturas de breaking news em tempo real na internet. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura,** v. 1, n. 11, p. 221–240, 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/38556. Acesso em: 24 ago. 2025.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PUTIN talks NSA, Syria, Iran, drones in RT interview. **RT.** 2013. Disponível em: https://www.rt.com/news/putin-rt-interview-full-577/. Acesso em: 03 jun. 2025.

QUEM somos. **BRASIL DE FATO.** 2013. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/. Acesso em: 03 jun. 2025.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2019.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis: Vozes, 2010.

SESRIC. **A Brief on the Organisation of Islamic Cooperation (OIC) and its Institutions.** *[s.d.]*. Disponível em: https://www.sesric.org/about-oic.php. Acesso em: 03 jun. 2025.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma breve história do jornalismo no Ocidente.** Porto: Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo. 2008. Disponível em: https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf. Acesso em 28 de junho de 2025.

STEINBERGER, Margarethe B. **Discursos geopolíticos da mídia:** jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Educ, 2005.

THOMPSON, John. **Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2008.

TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **O poder do jornalismo: análise e**

**textos da teoria do agendamento.** Coimbra: Minerva, 2000. p. 13-43.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

UAE government blocks access to Middle East Eye. **MIDDLE EAST EYE (MEE).** 2016. Disponível em: https://www.middleeasteye.net/fr/news/uae-government-blocks-access-middle-east-eye-1161235723. Acesso em: 22 jul. 2025.

UNRIC. **Órgãos da ONU**. 2017. Disponível em: https://unric.org/pt/orgaos-da-onu/. Acesso em: 03 jun. 2025.

VERMELHO, Sônia; VELHO, Ana Paula; BONKOVOSKI, Amanda; PIROLA, Alisson. Refletindo Sobre as Redes Sociais Digitais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, jan.-mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/4JR3vpJqszLSgCZGVr88rYf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 abr. 2025.

VIANA, Bruno; LIMA, Maria. Além das fronteiras: Uma breve reflexão sobre a trajetória do Jornalismo Internacional. *In*: **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste,** 2012, Recife. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1606-1.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

ZINSSER, W. **Como escrever bem:** o clássico manual americano de escrita jornalística e de não ficção. Tradução: Bernardo Ajzenberg. Rio de Janeiro: Fósforo, 2021.

WAN-IFRA. Le Monde Afrique: broader, more diverse coverage of Africa. **World Association of News Publishers,** 18. jan, 2016. Disponível em: https://wan-ifra.org/2016/01/le-monde-afrique-broader-more-diverse-coverage-of-africa/. Acesso em: 03 jun. 2025.

Xinhua News Agency. **BRITANNICA.** 2025c. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Xinhua-News-Agency. Acesso em: 03 jun. 2025.


OCI

Organização para a Cooperação Islâmica (OCI)

# Novos desdobramentos da crise síria e seus impactos para a cooperação islâmica

*Augusto Lorenzo Esposito*[1]
*Luiza Gabriel de Souza*[2]
*Sofia Portilio Avila*[3]

## RESUMO

Após a deposição de Bashar al-Assad, a Guerra Civil Síria teve o seu fim. Essa guerra, em seus 13 anos de duração, gerou impactos significativos na capacidade estatal síria, devastando seu território, ocasionando uma enorme crise humanitária, isolando o país no contexto internacional e minando sua estrutura burocrática. Os resultados dessa devastação agora recaem sobre o novo governo, comandado por Ahmed al-Sharaa. Sendo a Síria membro da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), é parte do escopo de atuação deste comitê fortalecer a solidariedade e a cooperação entre os Estados-membros que, em conjunto com as ações governamentais do novo presidente, são fundamentais para a reestruturação síria. Portanto, ao analisar os recentes acontecimentos no país, pode-se concluir que, após a queda de Assad, surge uma nova Síria que enfrenta uma série de desafios: a reconstrução estatal, a interferência externa, a reconfiguração de alianças e a imprevisibilidade da relação com os diversos grupos rebeldes e setores insatisfeitos da população.

1 Augusto Lorenzo Esposito é aluno do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).
2 Luiza Gabriel de Souza é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).
3 Sofia Portilio Avila é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

## 1 INTRODUÇÃO

Em 8 de dezembro de 2024, a capital síria, Damasco, foi alvo de uma série de ataques rebeldes que destituíram Bashar al-Assad. A família do antigo presidente governou a Síria por mais de meio século, a partir do estabelecimento de um regime marcado por intensa repressão, autoritarismo e corrupção (Jojua, 2024). Essas características se intensificaram ao longo dos anos e fizeram aflorar movimentos insurgentes com a chegada da Primavera Árabe em 2011, que ocorria paralelamente à mudança no Sistema Internacional provocada pela Guerra ao Terror, lançada pelos Estados Unidos. No Oriente Médio, esse desdobramento desencadeou um acirramento das tensões regionais, que obrigaram o realinhamento da política externa síria em vias de uma participação mais ativa, promovendo uma aproximação de atores xiitas, como o Irã e o Hezbollah. Tal aproximação ocorreu concomitantemente a um afastamento de potências ocidentais e a um reposicionamento estratégico regional em relação à Arábia Saudita e à Turquia (Baja, 2021).

Essa confluência de fatores internos e externos culminou em uma guerra civil que durou 13 anos e levou à maior crise humanitária do século XXI. Tal cenário foi marcado pela intensificação das divisões étnico-religiosas e pela situação degradante de milhões de refugiados sírios (Ferreira, 2021). Com isso, o Ocidente interviu por meio de financiamento e apoio militar em prol de seus interesses regionais, o que instigou a escalada das tensões no território sírio, ao passo que a Rússia respondeu com o fornecimento de auxílio militar e econômico ao governo de Assad (Visentini, 2022). Frente à instabilidade interna, foi possibilitado o fortalecimento de grupos insurgentes sírios, em especial o Hayat Tahrir al-Sham, que acabaria por tomar o poder após o ataque conjunto de forças rebeldes em dezembro de 2024 (Usher, 2024).

O cenário atual é marcado por desafios significativos, como o restabelecimento das relações internacionais sírias e a necessidade de uma reestruturação nacional (Buheji; Hasan, 2025). Ademais, verifica-se um direcionamento governamental voltado aos interesses sunitas, em contraposição ao histórico de suporte às minorias xiitas. Nesse sentido, o governo de al-Sharaa estabelece um processo de transição pautado na busca de uma estabilização interna, decorrente da pressão internacional por um governo democrático e por um alinhamento aos valores neoliberais (CNN, 2025). Todavia, a maior ameaça para a consolidação desse governo consiste na persistência das interferências externas, as quais, independentemente dos atores em jogo, seguem prejudicando o desenvolvimento e a estabilização síria.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O espaço-tempo abarcado nesta seção compreende os acontecimentos que transcorreram entre o período de ocupação francesa e o declínio de Bashar al-Assad na Síria. Nesse viés, foram enfatizadas as principais dinâmicas internas e externas que caracterizaram a ascensão e consolidação da família Assad no poder, bem como as mudanças que levaram à sua queda, decorrente da intensificação do intervencionismo ocidental e do Pan-arabismo. No que tange ao conceito de pan-arabismo, pode-se defini-lo como:

> [...] movimento cuja premissa central é que os povos do mundo árabe constituem uma só nação unida por patrimônio linguístico, cultural, religioso e histórico comum, apelando ao comunalismo supranacional entre os Estados árabes

> baseado em preceitos nacionalistas, seculares e estatizantes (isto é, de carácter socialista).Opôs-se ao colonialismo e à política ocidental (Pinto, 2016, p. 1).

Este movimento consolidou-se como um ponto central para a compreensão das políticas anticoloniais e antiocidentais que agravaram tensões e levaram ao cenário de instabilidade atual. Ademais, sendo o Estado sírio um dos atores-chave na geopolítica do Oriente Médio devido à sua posição estratégica, o acirramento da disputa de interesses internacionais na Síria promovido por potências ocidentais e regionais repercutiu em seu cenário nacional. A intensificação das fragmentações sociais, políticas e econômicas internas geradas pelo intervencionismo estrangeiro se associaram à repressão promovida pelos governos da família Assad, resultando em uma crise humanitária sem precedentes que acomete a população síria até os dias de hoje.

## 2.1 ASCENSÃO DA FAMÍLIA AL-ASSAD E A SUA CONSOLIDAÇÃO NO PODER

A ascensão do partido Baath e, por consequência, da família Assad ao poder na Síria está ligada ao processo de libertação do colonialismo francês. Em 1916, foi firmado o acordo de Sykes-Picot entre Inglaterra e França, que dividiu os antigos territórios otomanos em áreas de influência; com isso, a região que hoje corresponde ao Estado Sírio foi declarada francesa. O controle francês do território promoveu a implementação de um contingente militar e de uma hierarquia de administradores franceses, a expulsão de antigos governantes e a divisão territorial, o que serviu para enfraquecer possíveis insurgências e facilitar o domínio da região (Silva, 2019). A repartição do território também promoveu tensões ao enfatizar as divisões sociais e desenvolver Estados independentes, mas estes eram facilmente dominados pelos franceses que impediam o fortalecimento do pan-arabismo.

Fundado na década de 1940, o Partido Baath surgiu como um partido socialista pan-árabe que buscava combater o domínio colonial do ocidente, e teve grande importância na luta síria pela libertação do domínio francês (Mohammed, 2016). Após a sua independência em 1946, a Síria experienciou uma grande instabilidade até 1958, com dez presidentes nesse período. A disputa pelo poder e uma parceria com o Partido Comunista visando enfraquecer os partidos conservadores levaram à decadência do Partido Baath (Silva, 2019). Devido ao seu enfraquecimento, o partido aprovou uma lei que uniu a Síria e o Egito enquanto República Árabe Unida (1958-1961), governada por Gamal Nasser. Ao fim dessa República, o partido tomou o poder do país em 1963, buscando acabar com a crise socioeconômica e intensificando seu caráter nacionalista árabe. A Síria passou, então, por um processo reformador aos moldes do Baath que alterou significativamente a dinâmica social do Estado (Mohammed, 2016).

Em 1970, assumiu o poder do país Hafez al-Assad, ascendendo em conjunto os alauítas, uma minoria xiita que representa 15% da população síria e da qual a família al-Assad faz parte. O regime introduziu reformas econômicas, como o controle total do Estado sobre a economia e setores sociais, entre elas medidas que asseguravam o poder para a família Assad, a exemplo da utilização da patronagem[4] e do clientelismo[5].Além disso, tratou-se de um governo centralista, autoritário-populista

4 É o apoio moral ou material oferecido por um indivíduo, ou por uma organização (Cunha, 2006). Nesse caso se refere ao patrocínio ou patronato desenvolvido entre o governo e a elite alauita síria.

5 É o ato de políticos privilegiarem um conjunto de indivíduos dependentes de seu auxílio em troca de seus votos ou uma troca de favores entre quem detém o poder e quem vota (Cunha, 2006).

e paroquialista[6]. O acesso privilegiado do grupo étnico-religioso ao setor militar, econômico e político foi usufruído sobretudo por famílias próximas a Hafez e donas dos grandes conglomerados e oligopólios do país (Silva, 2019). Ademais, a corrupção, marcante desde o princípio do governo, foi responsável pelo alinhamento entre este e os grupos familiares que, além da participação ativa nos processos políticos sírios, serviram como peças-chave no setor econômico. Essas características governamentais se transformaram nas maiores críticas da população síria.

Outro ponto importante na estruturação da política de Hafez para a região é a tese de que os Estados árabes são divisões regionais de uma grande Nação Árabe (Hinnebusch, 2008). A ênfase na identidade árabe popularizou o regime sírio no Oriente Médio e foi o princípio do partido Baath. A Síria teve papel fundamental na Guerra dos Seis Dias (1967) e na Guerra do Yom Kippur (1973), ganhando maior relevância no Sistema Internacional ao se opor à política dos Estados Unidos na região e aos acordos de Camp David[7] (1978). Ademais, em 1976, as tropas sírias foram a força de dissuasão para a estabilização da guerra civil no Líbano, contribuindo para evitar a repartição do país. Uma das principais características do regime de Hafez al-Assad era o pragmatismo, que garantia o diálogo contínuo com os Estados Unidos mesmo tendo uma aliança com a União Soviética. Ainda, estabelecia uma aproximação limitada ao Irã, o que também impedia os iranianos de terem grande liberdade de ação no Líbano e com o Hezbollah (Mohammed, 2016).

Em 2000, após a morte de Hafez al-Assad, ascendeu ao poder Bashar al-Assad, seu filho. Apesar das previsões de continuidade nas políticas de seu pai, Bashar precisou redirecionar a política externa síria em consequência de alterações nas relações internacionais e do acirramento de tensões (Silva, 2019), o que provocou uma mudança expressiva na posição internacional do país, que, por sua vez, gerou modificações no âmbito interno. Dessa forma, devido a uma série de acontecimentos nos países árabes como: a saída de tropas israelenses e sírias do território libanês; a Segunda Intifada[8] Palestina; a queda de Saddam Hussein; os ataques de 11 de setembro de 2001; a Guerra ao Terror de Bush; e um alinhamento mais estreito com o Irã, a agenda da Síria foi condicionada para atender seus interesses frente a essas alterações. Além disso, a aproximação ao Irã e a aliança com o Hezbollah e com organizações palestinas provocaram uma escalada nas relações com os Estados Unidos, que considerou a Síria vinculada a organizações terroristas e sancionou o país.

## 2.2 DA PRIMAVERA ÁRABE À GUERRA CIVIL SÍRIA: OS DESAFIOS À BASHAR AL-ASSAD

No âmbito doméstico, Bashar al-Assad promoveu uma série de reformas semi-liberalizantes nos primeiros anos de seu governo que geraram o descontentamento de diversos grupos sociais e desencadearam o aumento da inflação, do desemprego, da desigualdade social e de revoltas populares (Ricci, 2016). Nesse contexto, a fragilização do governo sírio foi amplificada pela Primavera Árabe — uma série de protestos, revoltas e, por vezes, rebeliões armadas, em prol da democracia que ocorreram em diversos Estados do Oriente Médio e do Norte da África a partir de 2010.

6 É a condição de ignorar e assumir os efeitos das ideias culturais e da diversidade nas organizações, ignorando a diversidade social (Butler, 2023).

7 Os Acordos de Camp David estabeleceram as bases para o tratado de paz firmado entre Israel e Egito em 1979, os quais ocorreram com a mediação do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter (*Office of the Historian*, 2019)

8 Termo árabe que se refere a uma rebelião ou revolta contra um cenário opressor. O termo foi popularizado após a Primeira Intifada dos palestinos (DW, 2017).

Conforme Alca (2016), esse movimento pode ser visto como o início de uma guerra *proxy*[9] na qual os países ocidentais, buscando a derrubada de governos autoritários no Oriente Médio, financiaram revoltas internas e feriram o princípio de soberania dos Estados da região em busca do estabelecimento de governanças representativas. Nesse sentido, não instauram uma guerra convencional com a União Europeia ou com os Estados Unidos, a fim de gerar um realinhamento da região com o Ocidente, e evitaram as consequências legais e políticas desse tipo de conflito. Não obstante, os protestos não foram suficientes para derrubar o governo de Bashar, fazendo com que a Primavera Árabe na Síria evoluísse, em 2011, para uma guerra civil. Tal conflito foi impulsionado pelo amplo apoio ocidental a grupos domésticos anti-Assad e pela aliança de atores antiocidentais como Rússia, Irã e Hezbollah ao governo de Bashar al-Assad, intensificando a guerra proxy no país. Dessa forma, visto a importância geoestratégica do Estado sírio no Oriente Médio, a região se tornou um dos principais pontos de disputa por influência, uma vez que o movimento extrapolou o controle e as fronteiras nacionais e abriu espaço para manifestações de interesses externos.

Ademais, além da atuação de atores internacionais, os interesses internos foram essenciais para possibilitar a existência do conflito. Nesse sentido, Ricci (2016) destaca três fenômenos endógenos ao Estado como catalisadores da guerra civil a partir da Primavera Árabe: o respaldo de minorias, a falta de unidade da oposição e a estreita relação entre as forças armadas e o poder político central. O primeiro catalisador diz respeito ao apoio das minorias à Assad, especialmente da população alauita, que o apoiava em oposição à Irmandade Muçulmana síria, de caráter conservador, que disputava o poder e considerava diversas minorias, inclusive os alauitas, infiéis ao islã. Portanto, a manutenção desse governo se tornava imprescindível à própria segurança desses grupos minoritários. Quanto ao segundo catalisador, a polarização e divisão existentes entre os grupos de oposição, que tinham em comum unicamente o rompimento com o governo de Assad, desencadearam seu próprio enfraquecimento. Isso gerava uma falta de clareza quanto a qual ator e projeto político sairiam vitoriosos após a queda de Assad, e engendrava temores quanto a um possível colapso das instituições de Estado da Síria. Por fim, a contenção dessas oposições era feita diretamente pelas Forças Armadas, que possuíam uma relação estreita e firme com o poder político central, caracterizando o terceiro catalisador.

Internacionalmente, a mudança de política externa síria promovida por Bashar al-Assad ocasionou a aproximação do governo central com eixos de poder antiocidentais e, ao mesmo tempo, o alinhamento de grupos opostos ao governo de Assad aos centros tradicionais de poder ocidental. Desde o 11 de setembro, a Síria começou a exercer um forte papel na agenda pró-árabe no Oriente Médio. O país posicionou-se contra a intervenção ocidental na região, especialmente após a invasão do Iraque e a morte de Saddam Hussein, integrante do mesmo partido de Assad (De Lucena; De Mesa, 2021). Nesse contexto, o fortalecimento de governos xiitas no Iraque, Irã e Síria passou a ameaçar o protagonismo do sunismo no Oriente Médio, em especial da Arábia Saudita, que passou a apoiar os grupos de oposição ao governo de Assad juntamente de seus aliados, Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes.

Da mesma forma, para garantir a manutenção de seus interesses geopolíticos e econômicos na região, os EUA e países da União Europeia, preocupados também com a quantidade crescente de refugiados, se juntaram aos grupos de opo-

9 O termo guerra proxy ou guerra por procuração, diz respeito a um conflito armado no qual os países se utilizam de terceiros como intermediários ou substitutos, de forma a não lutarem diretamente entre si.

sição de maneira direta, com bombardeios, e indireta, com financiamento externo. Nesse contexto, de acordo com Erkmen e Erendor (2024), a Turquia, distanciada da União Europeia mas membro da OTAN, serviu como base para as operações ocidentais e para grupos de oposição. As motivações por trás dessa postura contra Assad incluíam os grandes fluxos de refugiados sírios em direção à Turquia e a segurança de sua fronteira ao sul com a Síria, habitada majoritariamente por curdos[10], que historicamente reivindicam autonomia para essa região.

No entanto, o apoio ocidental a partir de 2011 à minoria curda opositora na Síria fez com que essa população fosse indiretamente beneficiada pelo posicionamento turco, fortalecendo um autogoverno curdo na fronteira com a Turquia (Erkmen; Erendor, 2024). Ao mesmo tempo, na fronteira sul da Síria, tensões entre Palestina, Israel e Hezbollah evidenciaram outra faceta do conflito. A postura nacionalista e pró-arabista de Assad em prol da Palestina e a sua aproximação, no nível retórico e estratégico, com atores xiitas como Irã e Hezbollah no combate ao Estado de Israel, gerava, em termos geopolíticos, o enfraquecimento das duas frentes ocidentais proeminentes no Oriente Médio: a Arábia Saudita e Israel. Isso vinha ocorrendo desde o fim da guerra entre Israel e Hezbollah, em 2006, a qual transformou a aliança tática e temporária em uma sólida aliança estratégica entre o Hezbollah e a Síria (Daher, 2017).

Com o início da Guerra Civil Síria, o grupo passou a atuar na Síria em apoio ao governo de Assad juntamente com o Irã, a Rússia e, em menores proporções, a China. O Estado iraniano fornecia armamentos e recursos partindo de características ideológicas semelhantes, como a oposição ocidental e o fortalecimento do xiismo e do regionalismo no Oriente Médio. A Rússia intervinha militarmente a favor do governo e da soberania nacional — explicitando sua principal mensagem: "[...] que o destino da Síria deveria ser decidido pela própria população síria; interferência externa era inadmissível" (Vysotsky, 2014, p. 59, tradução própria)[11]. Ademais, juntamente com a China, utilizava seu poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para barrar avanços ocidentais. Com isso, os três países utilizaram da Guerra Civil Síria como forma de contestação do intervencionismo estadunidense, em especial a Rússia, que se reafirmava como ator de peso no cenário internacional.

## 2.3 CRISE DE REFUGIADOS E DIVISÕES ÉTNICO-RELIGIOSAS

Segundo dados de 2024 da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), mais de 13,5 milhões de sírios foram forçados a deixar seu país ao longo do conflito por conta do risco iminente a suas vidas e pela destruição de seus lares. Com isso, os sírios passaram a compor a maior população de refugiados[12] do mundo, a qual se direcionou principalmente para Turquia, Líbano, Jordânia e Egito, mas também para boa parte da Europa e até mesmo para o Brasil (Ferreira, 2021). Entretanto, tal inserção foi marcada por choques culturais, violações de Direitos Humanos e negligência com a população síria, como pode ser exemplificado pelo atentado realizado ao campo de refugiados de Idlib, localizado na fronteira entre a Síria e a Turquia, em 2016 (Marinho, 2020).

10 Os curdos são um grupo étnico sem nação que objetivam um território próprio e estão localizados na Armênia, Irã, Iraque, Turquia e Síria.

11 Originalmente: "[...] that the fate of Syria was to be decided by the people of Syria themselves; interference from outside was inadmissible" (Vysotsky, 2014, p. 59).

12 "Os refugiados são aqueles que estão fora de seu país de origem por causa de perseguições, conflitos ou violências de alta periculosidade que impossibilitem seu retorno diante do risco à vida" (Ferreira, 2021).

A Turquia foi o país que mais acolheu sírios desde o início da Guerra, tendo a quantidade desses refugiados no seu território ultrapassado os 3 milhões em 2020 (Ferreira, 2021 *apud* UNHCR, 2020). Ademais, o governo turco, por se posicionar contrariamente a Bashar al-Assad, acolheu opositores ao regime sírio. Porém, o país não possuía um planejamento adequado para atender às necessidades básicas do enorme contingente populacional de sírios, o que resultou na atuação desses em trabalhos degradantes e em um baixo acesso à educação. A Europa, enquanto isso, presenciou a chegada de barcos improvisados e superlotados com refugiados sírios às suas costas, o que gerou uma série de acidentes fatais. Frente a este cenário, a União Europeia firmou um acordo com a Turquia em 2016 para que esta mantivesse os refugiados em seu território, evitando a entrada desses na Europa pela Grécia. Essa iniciativa era pautada pela transferência de fundos e de assistência técnica europeias em troca de um controle mais rígido das fronteiras turcas (Ferreira, 2021). De maneira geral, o posicionamento europeu na questão reflete o crescimento de tendências xenófobas e islamofóbicas no continente, diretamente relacionadas à ascensão e ao grande apoio populacional à partidos de extrema direita que vem ocorrendo na última década (Dirsehan, 2017).

Parte desse mesmo processo de negligência e de dificultação dos movimentos migratórios de refugiados foram as medidas empregadas por Donald Trump durante seu mandato presidencial em 2016, o qual decretou o fechamento temporário das fronteiras dos Estados Unidos para imigrantes de origem muçulmana e refugiados. Ações como as apresentadas demonstram a insuficiência dos instrumentos de Direito Internacional existentes para a proteção efetiva de refugiados, a exemplo do Estatuto dos Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967 e o Estatuto do ACNUR (Marinho, 2020).

A crise de refugiados sírios é, em grande medida, resultado da intensa repressão e das violações de Direitos Humanos internas, em que assassinatos, violência sexual e limpeza étnica foram utilizados como ferramentas do governo para exercer pressão sobre a população. Os sunitas, apesar de constituírem 64% dos sírios, foram as maiores vítimas dos ataques de Bashar al-Assad e também seus principais opositores. Assim, utilizando do argumento de desvantagem numérica de xiitas e de outros grupos religiosos frente aos sunitas, o regime os acusou de perseguirem essas minorias religiosas e os secularistas do país (Phillips, 2015). Cristãos e alauitas também foram vítimas de massacres, mas apoiavam o regime por conta do medo fomentado pelo governo de serem alvos dos sunitas, o que fez com que eles se tornassem importantes aliados de Bashar al-Assad (McLauchlin, 2017). Já os curdos encontravam-se em situação de extrema vulnerabilidade, lutando por sua autonomia e por um território próprio ao passo em que enfrentavam a oposição turca (Ferreira, 2021).

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção, serão abordados os recentes desdobramentos da crise Síria ocorridos a partir da tomada de poder pelo grupo Hayat Tahrir al-Sham (HTS), os quais podem ser divididos em quatro pontos principais: o processo de ascensão do grupo; as respostas internacionais; a transição ideológica para o islamismo sunita; e as providências tomadas e possibilidades para a reestruturação síria. Assim, buscou-se elucidar os diversos fatores nacionais e internacionais que compõem a nova realidade do país.

### 3.1 DA QUEDA DE BASHAR AL-ASSAD À ASCENSÃO DO GRUPO HAYAT TAHRIR AL-SHAM (HTS)

Em 8 de dezembro de 2024, o governo de 53 anos da família Assad, visivelmente desgastado pelas rivalidades internas e oposições internacionais, chegou ao fim (Jojua, 2024). Forças rebeldes lideradas pelo grupo Hayat Tahrir al-Sham (HTS) ocuparam Damasco, declarando não só o fim do regime de Bashar al-Assad, mas também o término da guerra civil de 13 anos que devastou o país. A tomada de poder pelo HTS ocorreu a partir da Operação Dissuasão da Agressão, a qual contou com o apoio turco e israelense e resultou, sem grandes esforços, na rápida dissolução do Exército Árabe Sírio. Bashar al-Assad, frente aos acontecimentos, refugiou-se na Rússia, entregando o governo para as forças rebeldes sem qualquer tentativa de retomada de poder (Globetrotter, 2024).

Para entender os possíveis novos desdobramentos da longa crise síria, é preciso conhecer melhor a história de seus líderes atuais e como estes puderam conquistar o poder tão facilmente. O surgimento do grupo Hayat Tahrir al-Sham remonta ao ano de 2011, inicialmente com o nome de Jabhat al-Nusra, afiliado direto da Al-Qaeda. Porém, em 2017, o Jabhat al-Nusra foi dissolvido, surgindo então como HTS a partir da fusão com outros agrupamentos semelhantes. O HTS é caracterizado como um grupo terrorista pela ONU, pelos EUA e pela Turquia, bem como por outros países (Usher, 2024). Apesar disso, muitas vezes suas ações foram favoráveis aos interesses ocidentais, a exemplo do desmantelamento de redes da Al-Qaeda localizadas em Idlib. Além disso, o HTS desacelerou o fluxo de refugiados para a Turquia e para a Europa ao estabelecer áreas fora do controle do governo dentro da própria Síria (Keser; Fakhoury, 2022).

De maneira geral, a facção atuou como força opositora ao governo de Assad, participando também de conflitos com outros grupos rebeldes (Usher, 2024). Seu centro de operações desde a sua criação esteve localizado em Idlib, sede autodeclarada pelo HTS do Governo de Salvação Sírio. A existência dessa espécie de governança local constantemente desafiou o monopólio do uso da força pelo Estado sírio, uma vez que, frente à inexistência de qualquer grupo armado capaz de desafiar suas capacidades militares, a facção efetivamente impôs sua hegemonia nesta região. Isso foi possível mediante o reconhecimento, pelo grupo, da ineficácia da utilização única do domínio militar, exercendo a sua capacidade militar e organizacional conjuntamente da articulação de um discurso religioso. Ademais, é interessante notar que o HTS buscava consolidar a ideia de que a hegemonia local era uma etapa necessária para alcançar sua vitória na Revolução Síria (Keser; Fakhoury, 2022), fato que se provou verídico com o passar do tempo.

Frente à forte autoridade exercida no local pelo grupo, em 2020 Idlib foi alvo de uma operação do Exército Árabe Sírio, a qual teve um desfecho favorável ao HTS, em grande parte pela participação da Turquia na defesa dos islamitas (Globetrotter, 2024). Este caso por si só demonstra a importância do apoio turco para a fortificação do grupo em seu papel de confrontador do regime sírio. Ainda, este mesmo apoio os permitiu expulsar e extinguir os grupos armados concorrentes da região por meio de estratégias de contrapropaganda e da neutralização de seus opositores (Keser; Fakhoury, 2022).

Partindo para uma análise dos fatores que permitiram a queda de Bashar al-Assad, percebe-se que o seu governo, mesmo com seus mecanismos consolidados de repressão, apoio estrangeiro — principalmente do Irã e da Rússia — e proteção da elite nacional não foi capaz de sustentar a ofensiva rebelde de 2024. Este fato de-

monstra a fragilidade econômica, institucional e militar e a crescente diminuição de apoio de aliados tradicionais enfrentadas pelo regime, as quais resultaram na perda do poder. Tratando inicialmente dos aspectos econômicos, o *continuum* de sanções internacionais, a perda de acesso a importantes regiões petrolíferas e o desgaste em geral da economia pela longa duração da guerra civil geraram dificuldades para o adequado funcionamento das forças armadas, uma vez que os soldados encontravam-se em um cenário de inadequação de salários e equipamentos (Jojua, 2024).

Como reflexo desta grave situação econômica, o Exército Árabe Sírio passou a apresentar problemas de coesão, o que, aliado ao seu já existente enfraquecimento frente às investidas israelenses e à presença de tropas estrangeiras no território, o tornou completamente defasado e ineficaz para se contrapor mesmo à insurgência interna (Jojua, 2024). O papel de Israel na deterioração das capacidades militares sírias reside na continuidade dos ataques a bases militares do país desde 2011, os quais retomaram seu vigor desde o início da guerra em Gaza a partir de ataques a suas defesas aéreas e instalações de produção de armas. Para além do aspecto material, estas investidas resultaram na desmoralização do exército sírio, aumentando a confiança das forças rebeldes para a realização de um ataque ao governo. A presença do comando estrangeiro iraniano e russo no país, por sua vez, intensificou esse enfraquecimento do exército nacional, uma vez que este teve seu poder e prestígio diminuídos pela reduzida autonomia de suas operações, em um cenário no qual nem mesmo a Guarda Republicana — encarregada da defesa da capital e do palácio presidencial — escapava da interferência externa (Globetrotter, 2024).

No que tange à deterioração institucional, esta se deu a partir da corrupção generalizada do regime e da degradação da infraestrutura básica, da indústria e dos serviços públicos, o que intensificou a insatisfação popular e tornou o aparelho estatal ineficiente. Ainda, outro aspecto de relevância para a compreensão da mudança na dinâmica de poder síria é a perda do apoio de seus aliados tradicionais. Irã e Rússia, ao decidirem não intervir frente aos ataques rebeldes, privaram Assad de sua única chance para retomar o poder: o auxílio militar desses países, uma vez que, como já foi demonstrado, as forças nacionais estavam completamente desintegradas. Seu outro aliado de relevância, o Hezbollah, também encontrava-se muito enfraquecido pela guerra com Israel para fornecer qualquer auxílio (Jojua, 2024).

Dessa maneira, com Assad isolado e incapacitado de exercer qualquer ação em resposta ao ataque, o HTS tomou o poder na Síria. Uma mudança tão brusca e inesperada como essa demonstra que apenas a repressão não é capaz de sustentar um regime indefinidamente, e que a perda de coesão do exército foi fundamental para a vitória dos rebeldes, uma vez que estes nem mesmo tentaram defender Damasco (Muasher, 2025). Assim, a partir da ascensão do Hayat Tahrir al-Sham ao poder, seu líder, Ahmad al-Sharaa assumiu o papel de presidente do país. Contudo, este não foi o único grupo a participar dos levantes, o que demonstra uma provável continuidade das divisões dentro da Síria, as quais podem dificultar a estabilização e o controle territorial completo do país, pois diferentes grupos ocupam vários territórios que estão fora do domínio estatal (Usher, 2024).

Prova disso é que, apesar dos grupos envolvidos na ocupação da capital síria terem se reunido para nomear al-Sharaa como presidente na reunião de 29 de janeiro deste ano, os curdos e os drusos[13] se recusaram a comparecer. Ademais, persistem as divisões e tensões religiosas, tendo ocorrido um aumento da violência e de

13 Os drusos são uma comunidade minoritária da Síria cuja fé pode ser definida como uma ramificação do islamismo xiita que possui identidade e crenças próprias. A maior parte dos drusos era leal ao governo Assad e tem adotado uma postura neutra a partir da ascensão do HTS, resistindo, entretanto, ao recrutamento e, por vezes, solicitando autonomia (Limaye, 2024; Mahli, 2025).

assassinatos contra alauitas desde a tomada de poder pelos ex-jihadistas sunitas que compõem o HTS (Yahya, 2025). Em síntese, analisando os recentes acontecimentos no país, pode-se concluir que em 8 de dezembro surge uma nova Síria, marcada pelos desafios da reestruturação, da reconfiguração de alianças e da imprevisibilidade da relação com os diversos grupos rebeldes e setores insatisfeitos da população.

## 3.2 RESPOSTAS INTERNACIONAIS À MUDANÇA DE GOVERNO NA SÍRIA

A Síria pós Bashar al-Assad segue permeada pelas divisões étnico-religiosas internas, sendo o fim do conflito uma nova etapa dessas tensões, que agora fazem parte dos desafios a serem enfrentados pelo governo do HTS. Foi durante a Guerra Civil Síria, que impactou o Oriente Médio e parte da Europa devido à crise de refugiados, que essas tensões foram acentuadas. Isso ocorreu sobretudo pelo fomento estrangeiro, que passou a financiar e apoiar grupos militares de diversas vertentes em prol de seus objetivos na região. Pode-se dizer que essa disputa regional ocorre em três pontos principais: (i) a busca por áreas de influência; (ii) impedir o crescimento de potências rivais na região; e (iii) garantir acesso às jazidas de petróleo presentes no território.

Conforme Visentini (2022), a Guerra Civil Síria pode ser faseada: sua primeira fase foi caracterizada pelo estabelecimento de brigadas rebeldes abastecidas por forças estrangeiras em decorrência da Primavera Árabe no país; já a segunda fase do conflito foi caracterizada pelo desenvolvimento do Estado Islâmico e o posicionamento aberto das potências estrangeiras a favor ou contra o governo de Assad, por meio de alianças e coligações militares. Esses alinhamentos permanecem influenciando a instabilidade síria e as tensões regionais, mesmo depois da derrubada do governo de Bashar al-Assad.

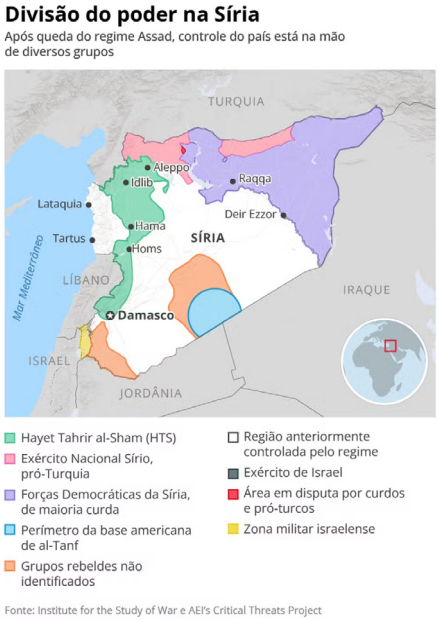
A Guerra Síria se desenrolou em diferentes frontes. Dentre os grupos rebeldes que participaram dos combates e seguem influenciando a crise interna estão os grupos de composição étnica, como as Forças Democráticas Sírias (FDS), dos curdos; grupos paramilitares, como o Exército Sírio Livre (ESL); e grupos fundamentalistas, como o Hayat Tahrir al-Sham; havendo também o Daesh, ou Estado Islâmico (EI). Além disso, as Forças de Defesa Nacional (FND), uma milícia favorável ao governo Assad, também tiveram expressiva participação no conflito (Kerr-Oliveira; Silva; Menem, 2024 *apud* Brites; Reis, 2013; Petkova, 2018). A seguir, quadro com as frentes envolvidas e seus apoiadores.

**Figura 1: Quadro das frentes envolvidas na Guerra Civil Síria**

| GRUPO | APOIADORES | POSICIONAMENTO |
|---|---|---|
| FDS - Forças Democráticas Síria | Estados Unidos da América | Lutam pelo Curdistão e contra o EI |
| EI - Estado Islâmico | Países do Golfo | Contrário à Assad |
| ESL - Exército Sírio Livre | Turquia | Contrário à Assad |
| HTS - Hayat Tahrir al-Sham | Turquia | Contrário à Assad |
| FND – Forças de Defesa Nacional | Síria | Favorável à Assad |

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A participação dos EUA na guerra esteve focada em atingir o Estado Islâmico no cenário de Guerra ao Terror no Oriente Médio, além de se opor ao governo de Bashar al-Assad. Até o ano de 2014, a Agência de Inteligência Central (CIA) treinava e apoiava as forças rebeldes; após esse ano, seus esforços foram voltados ao desmantelamento do EI (Martini; York; Young, 2013). Assim, o governo estadunidense financiou e apoiou militarmente as forças curdas — que além de lutar contra Assad, faziam a contraposição ao EI —, o que gerava um tensionamento de suas relações com a Turquia. Foi durante o primeiro mandato de Donald Trump (2017-2021) que ocorreu o fim desse financiamento, estabilizando a relação com a Turquia. Na figura 2, localizada a seguir, demonstra-se a distribuição das forças militares pelo país.




O alinhamento sírio com a Federação Russa, por sua vez, remonta ao período da Guerra Fria, mantendo, ao longo dos anos do regime Assad, uma forte proximidade entre ambos os Estados. A Rússia ofereceu um apoio maior ao governo sírio a partir de 2015 e tornou-se peça fundamental para a coligação pró-Assad. Durante sua relação mais estreita, além de ter dado apoio logístico, financeiro e militar, os russos também participaram em confrontos contra forças turcas, americanas e israelenses. Nesse período, o país também implementou duas bases militares essenciais no território sírio, a base aérea de Hmeimm e a base naval de Tartus. O controle dessas bases em troca de assistência militar tem um caráter estratégico para Moscou até hoje, devido à saída para o Mar Mediterrâneo. Ademais, em 2020, a Rússia ne-

gociou um cessar-fogo com a Turquia, buscando normalizar as relações comerciais após tantos embates (Visentini, 2022).

Em termos de envolvimento de atores regionais no conflito, o caso turco se destaca. Responsável por abrigar cerca de 63% de todos os refugiados sírios desde o início do conflito, a questão curda se sobressai diante das razões que levaram a Turquia a se envolver na guerra. Os curdos buscaram, diante da instabilidade do regime de Assad, conquistar seu próprio território, ameaçando assim os interesses turcos. Outro ponto relevante de sua participação no conflito é Rojava, região autônoma síria de maioria curda que aumentou a tensão entre os dois países, a qual está localizada no norte sírio e próxima à fronteira com a Turquia. Ancara entende a região como um perigo para sua segurança nacional e considera a autonomia curda um problema, uma vez que cerca de 20% da população turca teme um Curdistão Independente. A partir de 2011, a Turquia ofereceu apoio militar a alguns grupos insurgentes, a exemplo do HTS e do Exército Livre da Síria, como medida para combater o governo de Assad, a província de Rojava e os curdos da área. Nesse viés, a Turquia já invadiu a região em 2019 e realizou bombardeios. (Kerr-Oliveira; Silva; Menem, 2024).

Foi em 12 de novembro de 2011, após a repressão violenta feita pelo governo de Assad aos protestos populares, que a cúpula da Liga Árabe, mediante votação, determinou a suspensão da Síria da organização, impôs sanções políticas e econômicas e convidou os membros a retirarem suas embaixadas do país. Entretanto, em 2023 a organização iniciou um processo de normalização das relações entre seus membros e o Estado sírio. Este processo foi oficializado com o retorno do país à Liga Árabeno mesmo ano, depois do terremoto de 6 fevereiro, que afetou a Síria e a Turquia. À época, o presidente Bashar al-Assad pediu que a comunidade internacional facilitasse a chegada de ajuda humanitária ao país (Hernández, 2024). Em contraposição, a OCI manteve desde 2012 a suspensão do país, que só retornou à organização após o fim do regime Assad. A decisão pela suspensão ocorreu após algumas tentativas de mediação e cessar-fogo pela OCI que não se mostraram efetivas (Hernández, 2012).

O Irã é outro ator que está diretamente ligado à Guerra Civil Síria, apoiando durante todo o período o governo Assad. A aliança entre Irã e Síria se estreitou desde que Israel invadiu as Colinas de Golã em 1981; os dos países estabeleceram um acordo de defesa mútua com duração de 10 anos (2006–2016), pelo qual se comprometeram a fornecer auxílio técnico, financeiro, logístico, de captação e de tropas. No ano de 2017, junto à Rússia, o governo iraniano negociou com a Turquia o desenvolvimento de um mecanismo trilateral para monitorar e garantir o cumprimento do cessar-fogo na Síria (Visentini, 2022).

Israel, por sua vez, participou do conflito sem a necessidade de estabelecer um alinhamento com as forças insurgentes, mas por meio da utilização da sua própria força militar em combates com as tropas sírias. Um dos seus principais objetivos nos embates é a antiga zona-tampão das Colinas de Golã, a qual invadiu durante 1967 e que, desde então, constitui um fator relevante nas tensões entre os dois países. Além disso, a presença na Síria de jihadistas que se opõem a Israel, e a contraposição que ambos os Estados têm em seus objetivos na região, como alinhamentos e religiosidade, constituem fatores de divergência. O fato da Síria ter sido rota de suprimento a Hezbollah e uma grande aliada iraniana também é relevante para essa questão. Apesar disso, Israel mantinha cautela em sua influência no conflito devido à possibilidade de assumir um governo mais hostil aos israelenses na Síria e à noção de que seus esforços seriam contraproducentes nessa situação (Martini; York; Young, 2013).

Em 2020, Irã, Rússia e Turquia firmaram um cessar-fogo que resultou no congelamento de suas participações no conflito sírio, sobretudo na província de Idlib. Dessa forma, a reorganização de grupos armados apoiados pela Turquia foi favorecida, e o Hayat Tahrir al-Sham — que controlava as regiões ao noroeste sírio — também foi fortalecido indiretamente. Ademais, a Turquia violou o cessar-fogo ao bombardear alvos civis no fim de 2023, incluindo infraestrutura de energia e especialmente em áreas de maioria curda, como a Administração Autônoma Democrática do Norte e Leste da Síria (DAANES) no norte do país (Kerr-Oliveira; Silva; Menem, 2024 *apud* Colerato, 2024). Em contrapartida, os países pró-Assad (Rússia e Irã) que assinaram o cessar-fogo para a província de Idlib se envolveram em outros conflitos. A invasão russa à Ucrânia em 2022 e o posterior desenrolar da guerra desviaram o apoio militar e financeiro russo do conflito sírio em sua maior parte. Além disso, os ataques de Israel ao Hezbollah e ao Irã desde 2022 também reduziram o auxílio ao regime de Assad.

A união desses eventos em conjunto ao terremoto enfrentado em 2023 e ao enfraquecimento do regime de Assad contribuíram para sua derrocada (Kerr-Oliveira; Silva; Menem, 2024). A alteração no cenário sírio foi pauta de uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU, pois, apesar da derrubada do regime de Assad ter sido promovida pela coalizão das forças insurgentes ao governo — grupos jihadistas, curdos e dissidentes do exército sírio —, essas mantêm um antagonismo histórico que não é findado pela aliança momentânea. Ademais, a mudança para um governo sunita ocasionou uma alteração nas dinâmicas de poder no Oriente Médio e no grau de influência de potências regionais e estrangeiras.

Haja vista essa conjuntura, Estados que almejam ter a Síria na sua zona de influência observam atentamente a transição de governo, buscando impor seus objetivos no território, como elucidado na fala de Anthony Blinken, secretário de Estado dos Estados Unidos, no dia 9 de dezembro de 2024: "O Estado Islâmico tentará aproveitar este período para reestabelecer suas capacidades, para criar refúgios seguros. Como mostram nossos ataques [...] estamos determinados a não permitir que isso aconteça" (CNN, 2024), em referência ao ataque aéreo realizado em 9 de dezembro na Síria. A queda de Assad é vista por muitos como uma vitória parcial estadunidense sobre a Rússia. Ademais, outro ator que demonstra utilizar do enfraquecimento sírio para realização de seus objetivos é Israel, que tomou as áreas sírias nas Colinas de Golã sob a justificativa de garantir que nenhuma força hostil se estabeleça na fronteira sírio-israelense. Essa ação fere o direito internacional e os acordos de cessar-fogo de 1981 (Al Jazeera, 2024).

A Turquia é um dos Estados mais impactados com a nova governança síria, ao ter sido responsável pelo financiamento de grupos insurgentes e ter oferecido apoio direto ao HTS e ao Exército Livre da Síria no fornecimento de inteligência e na transferência de material bélico. Seu envolvimento no conflito deve-se ao interesse em impedir militarmente a formação de um Curdistão independente naquela área. Já o Catar é o país do Golfo Pérsico que mais foi beneficiado por essa situação: diferentemente da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, que haviam iniciado um processo de normalização das relações com o governo de Assad, o país é um apoiador histórico do grupo HTS. Por isso, a petro-monarquia agora cogita a construção de uma rede de gasodutos que passaria pelo território sírio para chegar à Europa e ao Mediterrâneo (Kerr-Oliveira; Silva; Menem, 2024).

A queda de Assad propiciou também o retorno da Síria à OCI. A filiação do país estava suspensa desde 2012 devido ao regime violento de Assad. Além disso, a restauração dessa participação também demonstra que a comunidade regional está

reconhecendo o novo governo sírio como legítimo (MEMO, 2025). Em relação à Liga Árabe, a organização emitiu uma resolução condenando a tomada das Colinas de Golã e as centenas de ataques aéreos realizados por Israel. Os países membros se reuniram no dia 13 de dezembro de 2024, em Cairo, para elaborar um posicionamento conjunto sobre essas medidas e buscaram incitar a comunidade internacional a pressionar Israel pelo cumprimento do cessar-fogo de 1981 (MEMO, 2024).

Para a coalizão pró-Assad formada pela Rússia e pelo Irã, a queda do regime causou implicações profundas. No caso iraniano, um aliado fundamental para a sua agenda antiocidental e de propagação xiita foi perdido; a Síria também era importante para o país na resistência contra Israel. Além disso, o Irã tornou-se mais isolado no Oriente Médio e perdeu o corredor terrestre que o ligava ao território libanês, pelo qual enviava apoio ao Hezbollah (Kerr-Oliveira; Silva; Menem, 2024). Já a Rússia retirou seus principais navios e aviões das duas bases centrais estabelecidas na Síria e iniciou uma negociação sobre essas com o novo governo sírio, que se comprometeu com a segurança das bases e instalações diplomáticas russas no território (G1, 2024).

### 3.3 A TRANSIÇÃO PARA UM GOVERNO SUNITA

No Oriente Médio, predomina o islamismo, religião monoteísta abraâmica baseada no livro sagrado Alcorão; com várias vertentes, como os drusos e alauitas, as duas maiores são os sunitas e os xiitas. Os dois ramos principais em termos de crença se diferenciam, sobretudo, pela questão de sucessão do profeta Maomé. Para os xiitas, o sucessor deve ser descendente de Ali, que era primo e genro do profeta, entretanto, para os sunitas é a comunidade que deve escolher o sucessor do profeta. Além disso, esses dois ramos religiosos também apresentam divergências na interpretação e práticas do islamismo. É importante ressaltar que essas duas vertentes religiosas têm também diferenças que ressoam nas relações internacionais, por disputarem o domínio da região. Dessa forma, países de maioria xiita como o Irã são antiocidentais e tendem a se alinhar com a Rússia, enquanto Estados sunitas como a Arábia Saudita são aliados regionais dos Estados Unidos (BBC, 2020).

O processo de transição para um governo sunita é marcado por diversas questões, sendo observado de perto pelas potências regionais e grandes potências que possuem interesse na relevância geoestratégica e geopolítica síria. A mudança nos aparatos estatais tende a ser em direção a um governo mais conservador voltado para os princípios islâmicos sunitas. Nesse sentido, a alteração religiosa do governo sírio desencadeou uma reorganização das dinâmicas de poder no Oriente Médio, que fortaleceu ainda mais a influência de atores como Turquia, Israel e Estados Unidos na região. A derrubada do longo regime sírio ocorreu pouco depois de uma série de ações que buscavam normalizar as relações sírias com outros países, a exemplo do retorno do país à Liga Árabe (Hernández, 2024). Como consequência dessa alteração, houve também o fim do alinhamento próximo com Irã e Hezbollah, além do afastamento da Rússia — os três principais aliados internacionais do governo Assad. Essas mudanças direcionam o Oriente Médio para um tensionamento ainda maior, ao isolar o Irã e o Líbano, e proporcionam um fortalecimento das posições turcas e israelenses na região.

Diante desse novo cenário, tornou-se necessária a formulação de um novo governo baseado nos fundamentos islâmicos sunitas e um redirecionamento da política externa síria com foco em seus novos alinhamentos. Mas, principalmente, a reconstrução do Estado sírio, que, por mais de uma década, esteve em guerra civil

e sofre com uma crise econômica agravada pelas sanções impostas pelos Estados Unidos e seus aliados. Ainda, em dezembro de 2024, o líder do governo de transição pediu aos sírios refugiados em outros países que retornassem ao país. Para o governo, sua volta é um passo fundamental para a reconstrução estatal e para a promoção de uma Síria na qual curdos, alauitas, cristãos e sunitas convivam em harmonia (Corriere della Sera, 2024). A insistência pelo retorno dos refugiados aconteceu em meio a suspensão de solicitações de asilo a refugiados sírios em países como Áustria, Alemanha, Bélgica, Suécia, Dinamarca, Noruega, Suíça, Reino Unido, Países Baixos e Itália. No caso turco, o presidente Erdogan abriu as fronteiras para o retorno de refugiados sírios ao seu país de origem.

Nesse sentido, é importante frisar que o estabelecimento de um governo de transição sunita na Síria vem acompanhado de uma enorme pressão da comunidade internacional. De acordo com Geir Pedersen, enviado da ONU no primeiro encontro com Ahmed al-Shaara, o fundamental para que a transição de governo seja justa, não sectária e inclusiva é o respeito aos direitos humanos e ao Estado de direito (Veja, 2024). Nesse contexto, o presidente sírio aplicou medidas como: uma nova Constituição Nacional; a incorporação de forças contra Assad nos mecanismos estatais; e a busca pelo fim das sanções internacionais e liberalização da economia, com o intuito de reconstruir o país mas também cumprir as solicitações da comunidade internacional.

A Constituição de transição síria, aprovada em 13 de Março de 2025, se comprometeu a seguir a jurisprudência islâmica como fonte de legislativo e separar os poderes, tendo o presidente como poder excepcional a capacidade de definir o estado de emergência, promover a independência judicial, garantir os direitos das mulheres e a liberdade de expressão e de mídia (Al Jazeera, 2025). O comitê responsável pela Constituição da transição afirma que a separação absoluta dos três poderes é essencial para não incorrer-se novamente em invasões em outros ramos do governo como aconteceu durante o regime Assad. A Constituição responsável pelo processo de transição é temporária, com prazo de cinco anos. Por essa razão, foi formado também um comitê para a redação de uma Constituição permanente que esteja alinhada com o novo governo sunita.

Entretanto, apesar do comprometimento público com os direitos humanos e a pacificação da sociedade civil síria, seguem ocorrendo violações a outros grupos etno-religiosos no país. A continuidade de violências sofridas por minorias durante o governo temporário de Sharaa, como o caso dos alauitas em Latakia, demonstra a dificuldade no equilíbrio interno sírio e na intermediação dos interesses de outros grupos sociais (Gol, 2025). Assim, apesar da queda do governo de Assad, o novo governo sunita continua permitindo a existência de violações a minorias religiosas. Desse modo, a estabilização da segurança da população desses grupos sociais e a busca pela paz entre esses apresenta-se como um dos grandes desafios para a reconstrução do país.

### 3.4 REPERCUSSÕES DA MUDANÇA DE GOVERNO SOBRE A POPULAÇÃO: A REESTRUTURAÇÃO SÍRIA

Com a queda de Bashar al-Assad e a ascensão de Ahmed al-Sharaa, um novo dilema surge no ambiente doméstico da Síria: como reerguer o Estado e a economia e construir uma união após as grandes fragmentações sociopolíticas do período da Guerra Civil? Essa questão, que abarca a necessidade de reestruturar a Síria internamente nos âmbitos social, econômico, político e administrativo, recaiu sobre o

novo governo. Assim, a fim de analisar a resposta da administração de Sharaa à essa pergunta, torna-se imperativo primeiro investigar a situação em que se encontrava o Estado sírio logo após a queda de Assad.

Segundo o pensamento weberiano, o núcleo organizativo do Estado Moderno consiste em quatro pontos principais: um sistema tributário central e contínuo, um comando militar central, uma administração burocrática e o monopólio do uso da força (Maliska, 2006). Weber destaca o último ponto como essencial; para ele, caso existisse uma estrutura social similar ao Estado, mas que não tivesse uma organização baseada no monopólio do uso da violência física, esta seria denominada *anarquia* (Maliska, 2006). Esse tipo organizativo surge na Era Moderna conjuntamente do sistema político-econômico que permite a sua existência, o capitalismo. Nesse sentido, para autores marxistas, denota-se que as superestruturas presentes dentro do Estado, que englobam ideologias e instituições estatais, asseguram a reprodução da ordem social ao manterem a existência de uma base material, a estrutura produtiva (Mendonça, 2014). Tendo isso em mente, o desmantelamento institucional da Síria promovido após a queda de Bashar al-Assad representa um grande revés para a reconstrução do Estado sírio. Em um contexto em que a organização interna foi alterada e o *status quo* subvertido, exigiu-se um realinhamento das superestruturas para o restabelecimento da ordem e a reprodução da estrutura produtiva. Sendo assim, um dos maiores desafios para o novo governo é o de realizar uma reestruturação do aparelho estatal paralelamente à legitimação dos mecanismos coercitivos estatais em relação à população.

Em termos práticos, a Guerra Civil e a deposição de Assad debilitaram a economia e a infraestrutura do país, levaram a grandes fluxos migratórios e reforçaram tensões entre grupos sociopolíticos. Além disso, desarticularam os quatro pilares organizativos do Estado Moderno descritos por Weber: o sistema tributário e a burocracia foram bruscamente transformados; e, ainda mais importante, o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado deixou de existir. O exército nacional foi dissolvido e a capacidade coercitiva e organizativa foi dispersada entre distintas forças paramilitares pró-regime, abrindo espaço para a interferência estrangeira, que ainda utiliza esse vácuo para adentrar partes do território, como fez Israel nas Colinas de Golã.

Após a tomada do poder, em dezembro de 2024, Ahmed al-Sharaa dissolveu a Constituição de 2012 e facções militares que eram opostas ao governo Assad, juntamente com o exército nacional, que era estreitamente ligado ao comando central e realizava repressões violentas durante a guerra civil (Al Jazeera, 2024). A ideia por trás dessa ação seria de integrar os grupos que antes eram de oposição ao novo governo e adequar as instituições do Estado ao novo cenário a fim de gerar a união nacional ao longo de um governo de transição. Ademais, Sharaa também dissolveu o Partido Baath, um ato simbólico que sinalizou tanto a retirada do poder de uma elite há meio século no comando do Estado como uma concessão à população, que ansiava por maior representatividade. Todavia, no curto prazo, essas dissoluções geraram uma contínua situação de vulnerabilidade, levando em conta a inexistência de um prazo para a formulação das novas instituições de Estado que comporiam esse governo de transição. Com isso, o aparato estatal carece temporariamente de mecanismos legítimos de coerção, constituindo algo muito semelhante ao conceito weberiano de anarquia.

Ademais, essas questões organizativas respingam em outras áreas, como a econômica. No contexto sírio, o auxílio à população e a melhoria da situação socioeconômica são urgentes. Cerca de 90% da população ainda se encontra abaixo

da linha da pobreza (Sérgio, 2025). Tendo isso em mente, Buheji e Hasan (2025) escreveram sobre a experiência de outros países com situações semelhantes, destacando o caso do pós-Guerra do Vietnã. Conforme os autores, a transformação da Síria precisaria valer-se dos aprendizados de outros Estados e ser feita a partir de uma reestruturação da força militar e da criação de relações internas partindo de um governo "cuidador".

Desse modo, este governo deveria priorizar o fornecimento de bens e serviços básicos, além de focar na construção da infraestrutura e na redução do desemprego, atendo-se à condição socioeconômica precária que continua a acometer a população após a mudança de governo. No entanto, embora o governo sírio esteja priorizando a reconstrução nacional para o restabelecimento da economia, o caminho que vem sendo escolhido envolve a expansão de medidas neoliberais pré-existentes, utilizando como base retórica a Lei Islâmica, o que difere da proposta de um governo cuidador desenvolvida por Buheji e Hasan. Assim, o novo governo aplicou medidas de austeridade e privatizações, gerando um aumento da inflação e, no curto prazo, afetando seriamente os mais vulneráveis (Daher; Mehchy, 2025).

Em um contexto macroeconômico, a recuperação da economia síria é imprescindível para que as medidas aplicadas sejam bem sucedidas no longo prazo e para que a restauração e reprodução das estruturas produtivas internas ocorram. Ambos só devem ocorrer plenamente com o aumento de transações após a retirada das sanções internacionais. A União Europeia, por exemplo, já havia levantado algumas das suas sanções com a queda de Assad; no entanto, os Estados Unidos continuam mantendo suas barreiras e impedindo a Síria de participar da Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais, o Sistema SWIFT (Sérgio, 2025). Essas ações internacionais barram o processo sírio de recuperação, que é fortemente dependente da entrada de recursos financeiros, tecnológicos e humanitários.

Outro ponto de interesse para a reorganização do Estado é a descontinuidade de atos de violência entre grupos sectários e étnicos, que se mantiveram após a queda de Assad. Na primeira semana de março de 2025, insurgências da minoria alauita levaram a conflitos entre as forças paramilitares pró-governo e combatentes ainda leais a Assad na província de Latakia e deixaram 70 mortos (Bachega; Lapham, 2025). Como retaliação ao ato rebelde, ainda na mesma semana, as forças paramilitares mataram 162 pessoas em "execuções de campo", a maioria delas alauita (Khalil, 2025). Após essas demonstrações de violência, Ahmed al-Sharaa afirmou que iria atrás de todos os remanescentes do governo deposto para levá-los a julgamento; além de acusar potências não especificadas de causarem agitação no país.

Nesse sentido, pode-se inferir que al-Sharaa estava aludindo à atuação da Turquia e do Exército Nacional Sírio (ENS) no combate à região autônoma curda no norte da Síria, apoiada, por sua vez, pelas Forças Democráticas Sírias (FDS), liderada pelos curdos (BBC, 2025). Portanto, percebe-se que a conjuntura do período pós-Assad apresenta a manutenção de comportamentos violentos de grupos domésticos, mas também de atores internacionais. Além disso, também traz novos desafios e intensifica tensões entre os grupos beneficiados pela nova elite no poder que antes se opunham ao governo; e as minorias que antes apoiavam Assad e agora são perseguidas pelo governo do HTS.

Não obstante, os eventos de março não ocorreram isoladamente. Desde o início do governo de Sharaa, estima-se que 1018 pessoas foram mortas, com foco na minoria alauita. Dentre estas, 745 civis, 125 membros das forças de segurança sírias e 148 combatentes leais a Bashar al-Assad. Tendo isso em vista, a Federação de Alauítas na Europa afirmou, após as repressões às insurgências de março, que

o novo governo estava cometendo uma "limpeza étnica sistemática" (G1, 2025a). Ainda, a desorganização do aparelho estatal para lidar com esses eventos endêmicos ao Estado sírio levou a novos movimentos migratórios de saída de grupos da Síria. Ao mesmo tempo, o Estado lida com a crise humanitária pré-existente: treze milhões foram deslocados forçosamente e agora voltam às suas cidades; e dos cinco milhões de sírios que se tornaram refugiados durante a guerra civil, cerca de 350.000 já voltaram ao país desde 8 de dezembro de 2024 (ACNUR, 2025).

A confluência de todos esses eventos nesse curto período levou a uma mobilização internacional que pressionou Sharaa para criar as prometidas instituições governamentais de transição em março de 2025. Foram nomeados 23 ministros para um gabinete ampliado, destes, destaca-se a participação de mulheres e de representantes de minorias cristãs, alauítas e drusos (G1, 2025b); além disso, foi assinada uma nova constituição temporária, baseada na Lei Islâmica, que concentrou o poder em al-Sharaa e decretou uma eleição em até cinco anos. Dessa maneira, juntamente com o avanço na composição do novo exército nacional baseado no alistamento voluntário, al-Sharaa propõe um rumo político relativamente mais sólido para o país (UOL, 2025).

Assim, o imperativo para a reconstrução síria está sendo contemplado pelo novo governo: ocorre um movimento de retomada das instituições que garantem a ordem interna — os quatro pilares organizativos apresentados por Weber estão sendo restabelecidos — e, com isso, também há uma renovação da superestrutura em vias de manter a ordem interna, evitar novos conflitos e um possível golpe de Estado, e reconstruir e reproduzir a estrutura produtiva. Tendo como base a pesquisa de Buheji e Hasan (2025), as principais ações a serem feitas para promover a unidade nacional e a reconciliação, visto a experiência vietnamita, estão ocorrendo: existe um plano de "desfragmentação" social e recuperação econômica, embora com diferenças quanto ao papel do Estado na economia; além disso, medidas para lidar com as divisões sectárias e étnicas vêm sendo aplicadas, com destaque para a integração de representantes de diversos grupos sociais sírios na equipe encarregada da reestruturação do Estado.

Dessa maneira, o plano para a reconstrução síria proposta por Ahmed al-Sharaa abarca componentes internos essenciais para uma união nacional e busca eliminar novas possibilidades de conflito. No entanto, os resultados obtidos pelo governo até o momento de escrita deste artigo são mistos e demonstram que embora exista um esforço governamental, ainda há um longo percurso para unificar a Síria. É essencial que ocorra a conciliação entre forças governamentais, atores insurgentes e a população síria não apenas no discurso, mas na prática; nesse sentido, ainda são encontrados diversos desafios derivados do conflito histórico que permanece no país, como evidenciado pelos embates entre alauitas e as forças paramilitares pró-governo ao longo de 2025. Ainda, outra barreira para o sucesso dessa reestruturação são os atores externos, em especial Estados que financiam a desordem e impedem seu crescimento econômico; estes aproveitam a situação precária da Síria para tomar controle e impor seus interesses, bloqueando a sua reconstrução. Assim, evidencia-se grandes desafios internos e externos para o governo de al-Sharaa, que deve abarcar todas essas questões a fim de reestruturar plenamente a Síria.

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esta seção tem o intuito de apresentar as principais ações internacionais anteriores à queda de Bashar al-Assad. De maneira geral, serão apresentadas as resoluções e os documentos desenvolvidos por organizações internacionais e Estados; os

posicionamentos dos países mais envolvidos na crise síria — notadamente Rússia, Estados Unidos, Irã e Arábia Saudita; bem como as ações humanitárias de maior relevância empreendidas para aliviar o sofrimento da população síria dentro e fora do país durante o conflito.

## 4.1 RESOLUÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS

Ao longo da Guerra Civil Síria, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitiu uma série de resoluções, que incluíam tanto autorizações para o envio de ajuda humanitária quanto condenações às violações de direito internacional, especialmente no âmbito dos direitos humanos. Nota-se que boa parte das resoluções iniciais de condenação partiram de uma ação conjunta dos países da Liga Árabe, com destaque para a resolução 66/176 de 19 de dezembro de 2011, emitida logo após o início da guerra civil. Nela, foi decidido que as autoridades sírias deveriam implementar o Plano de Paz da Liga Árabe para a Síria de forma plena e sem demora (Assembleia Geral da ONU, 2012).

Tal plano foi assinado meses antes, em 30 de outubro de 2011, pela delegação síria, e contou com uma série de medidas para desescalar a violência, além de permitir que organizações filiadas à Liga Árabe e a jornais árabes e internacionais pudessem circular livremente no país para monitorar a situação (Syrian National Council, [s.d.]). Essa iniciativa foi formulada após três sessões realizadas em agosto de 2011 para discutir o fim da violência de Assad contra a população síria. Porém, frente à resistência do governo sírio e ao descumprimento cada vez maior das medidas sugeridas pela Liga — fatores que suscitaram desacordos com Estados-membros da organização —, em novembro de 2011 ocorreu a suspensão da Síria da Liga Árabe. Essa foi uma importante medida que isolou diplomaticamente o país na região, operando como uma variável de pressão contra o regime de Assad. Além disso, em janeiro de 2012 houve a descontinuação do Plano de Paz da Liga Árabe para a Síria. Nesse cenário, mesmo com o apoio do CSNU desde dezembro de 2011, a escalada da violência do regime impediu a continuidade das atividades de observação.

Ademais, quanto ao seu *status* na Liga Árabe, a Síria só seria readmitida em 2023, mediante um movimento de reintegração dos países árabes comandado pelos Emirados Árabes Unidos a fim de restabelecer a Síria (Reuters, 2023). No que tange à OCI, na Cúpula Extraordinária do dia 15 e 16 de agosto de 2012, a Síria também foi suspensa da Organização. Durante seu discurso, o presidente da OCI alegou que o regime de Assad promoveu a guerra contra sua própria população e utilizou armas pesadas que tomaram inúmeras vidas, enfatizando como o posicionamento de todos os membros da OCI contra esse regime seria crucial para que o processo chegasse a um fim (Republic of Turkey Ministry of Foreign Affairs, 2012). Sendo assim, foi somente no dia 7 de março de 2025, após a deposição de Assad, que a adesão da Síria à Organização para a Cooperação Islâmica foi retomada. Por trás da decisão encontrava-se o pretexto de apoiar a população síria para que um processo pacífico de transição política pudesse ocorrer (OCI, 2025).

Não obstante, essa resolução também se encontrava em meio a uma série de decisões que denunciavam a agressividade e o expansionismo de Israel no Oriente Médio, especialmente com a tomada das Colinas de Golã na Síria, tema que vinha sendo discutido desde a sessão da OCI do dia 10 de dezembro de 2024 e que foi novamente trazido em uma sessão da Liga Árabe três dias depois. Em ambos os encontros, o respeito à soberania dos Estados e o apoio à Síria foram enfatizados, e os ataques de Israel novamente condenados como graves violações do direito in-

ternacional (OCI, 2024; Al-Khazen, 2024). Todavia, esse conflito já ocorria desde meados do século XX: em 1974, havia sido firmado um acordo bilateral que definiu as fronteiras e a criação de uma zona de desmilitarização entre Israel e Síria, tendo em vista a ocupação das Colinas de Golã por Israel desde 1967. Décadas depois, em 1981, após uma nova tentativa de Israel de anexação da área, o CSNU declarou que a ação era nula[14] e pediu para Israel rescindi-la com a Resolução 497 (CSNU, 1981; Syrian-israeli Disengagement Agreement, 1974).

Por fim, alguns outros documentos são imperativos para a compreensão da situação síria, como as levas de sanções ocidentais sobre o país, especialmente dos Estados Unidos (EUA). Algumas dessas sanções já haviam sido impostas pelos EUA durante o mandato de Obama; no entanto, foi durante o primeiro governo Trump, em 2019, que elas foram duramente ampliadas. O chamado Ato Caesar (Caesar Act), emitido pelo governo americano, constituiu um ultimato econômico ao presidente Bashar al-Assad, pelo menos do lado ocidental: "O regime de Assad tem uma escolha: tomar medidas irreversíveis para uma resolução pacífica do conflito, que dura há quase uma década, ou enfrentar mais sanções paralisantes" (Caesar Syria Civilian Protection Act, 2017, s.p., tradução própria)[15]. Dessa forma, essa ação unilateral continuou a obstruir as relações do país com o Ocidente até o anúncio da retirada das sanções, em 13 de maio de 2025, após a queda de Assad, o que também tem influenciado no atual movimento de retirada completa das sanções da União Europeia sobre a Síria.

### 4.2 AÇÕES DIPLOMÁTICAS PRÉVIAS

A crise síria é resultado de uma disputa por poder e influência na região do Oriente Médio e foi gravemente intensificada por medidas e posicionamentos de outros Estados. Nesse sentido, estes atuaram de maneira direta no conflito ou indiretamente por meio do apoio a grupos insurgentes ao governo de Assad, como pode ser exemplificado pelas atuações da Arábia Saudita, dos Estados Unidos, da Rússia, da Turquia e do Irã. Essa competição por esferas de influência prolongou o conflito e pôde ser observada nas dinâmicas entre esses Estados com a Síria e em organismos multilaterais, como o Conselho de Segurança (Gavioli, 2024).

Em relação à Rússia, a predominância que teve a sua aliança com a Síria foi essencial para o restabelecimento de sua posição antagônica aos Estados Unidos na região. Dessa forma, recuperou sua relevância internacional ao fornecer apoio diplomático e militar a um território geoestratégico tão proeminente no Oriente Médio como a Síria, em consonância com o explicitado em:

> Conforme destacado por Casula (2015), Moscou organizou três rodadas de negociação com as partes do conflito sírio no ano de 2015 (em janeiro, abril e agosto). Ainda no campo diplomático, Putin discutiu sobre o conflito com líderes de países como Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Turquia, Israel e Emirados Árabes, entre agosto e outubro do mesmo ano. Além disto, a Rússia foi uma das líderes das rodadas de negociação de Viena, as quais reúnem 17 países para debater a guerra civil síria e o problema do Estado Islâmico. No campo político-diplomático, a Rússia tem experimentado avanços. Uma parceria entre Putin e o Rei Abdullah II,

14 Declarar uma ação como nula implica que o ato não possui validade legal, ou seja, é ilegítimo e sem efeito jurídico no âmbito do direito internacional.

15 No original: "The Assad regime has a choice: take irreversible steps towards a peaceful resolution of the nearly decade-long conflict or face further crippling sanctions" (Caesar Syria Civilian Protection Act, 2017, s.p.).

> da Jordânia, foi celebrada a fim de selar a cooperação dos dois países na luta contra o Estado Islâmico. As conquistas militares e diplomáticas russas não passaram despercebidas por Washington. Segundo David Ignatius, articulista do Washington Post, a Rússia emerge como uma parceira diplomática e militar essencial para os Estados Unidos na Síria, o que já teria rendido canais de colaboração e acordos de atuação no país árabe (Ignatius, 2016 apud Pautasso; Adam; Lima, 2016).

Para os Estados Unidos, conforme Pautasso, Adam e Lima (2016), é muito benéfica a queda de Assad, pois permitiria: suprimir a presença da Rússia, através de suas bases navais na Síria de Latakia e Tartus; desarticular o Eixo de Resistência[16](Irã-Síria-Hezbollah); além de interromper o fluxo de armamentos para o Hezbollah (foco de resistência a Israel); isolar o Irã na região; e conter a presença de China e Rússia na região. Assim, compreende-se diversas medidas e articulações realizadas pelo governo norte-americano, como o pacote de sanções impostas junto à União Europeia, o apoio aos rebeldes, a aproximação com a Turquia e, principalmente, durante o governo de Barack Obama em 2013, a autorização de que a CIA (Agência de Inteligência Central) treinasse rebeldes sírios. Já durante a primeira gestão de Donald Trump, os Estados Unidos modificaram algumas medidas em relação aos refugiados sírios em seu território, sendo exemplo disso o fechamento das fronteiras para os sírios muçulmanos, permitindo apenas a entrada de sírios cristãos no país (Oliveira; Obregón, 2017).

Para a Turquia, a crise síria tem grandes impactos, principalmente, devido à questão curda e sua autonomia — compreendida como ameaça à segurança turca — e também ao deslocamento de refugiados sírios para o território turco. A Turquia buscou tornar-se central no conflito para barganhar com as grandes potências e enfrentar o Estado Islâmico e a autonomia curda no nordeste sírio. Desde que ganhou autonomia, Rojava[17] estava sob observação de Ancara, que mobilizou tropas e chegou a enfrentar a Rússia na região — sensibilizando sua posição na OTAN. Não obstante, buscou estabelecer uma zona tampão em Rojava com curdos e opositores de Bashar através de uma aliança estratégica com os Estados Unidos no combate ao Estado Islâmico (EI). Ademais, quanto aos refugiados sírios, a Turquia ressaltou, na Segunda Conferência de Bruxelas de apoio à Síria, organizada pela UE em 2018, o importante papel de Ancara em garantir aos refugiados o acesso a serviços como saúde, educação e emprego, mas também em apoiar o futuro da Síria. Nesse contexto, a conferência teve o propósito de mobilizar ajuda para os sírios e os refugiados em busca de uma solução política duradoura (Ferreira, 2021). O governo turco também foi financiador do Hayat Tahrir al- Sham (HTS), agora no poder, o que vem gerando tensões e apreensão dos curdos sobre as futuras medidas do governo provisório da Síria em relação a sua autonomia.

No que concerne a Arábia Saudita e Irã, estes estabeleceram, durante todo o regime de Assad, uma espécie de Guerra Fria ao buscarem se colocar enquanto uma potência regional, aliando-se, assim, aos Estados Unidos e à Rússia, respectivamente. Nessa disputa, Riad e Teerã estabeleceram diferentes medidas para Síria.

Dessa forma, além da aliança político e militar, o Irã focou em questões de

16 O "Eixo de Resistência" consiste em uma rede de aliados formada por Irã, Síria, Hezbollah, grupos militantes nos territórios palestino, Hutis e outros grupos xiitas da região. O eixo possui uma orientação antiamericana e anti-Israel e contribui para a expansão da influência iraniana (BBC, 2023).

17 Rojava é uma região habitada por curdos, com governo autodeclarado, localizada no norte da Síria, na área fronteiriça com a Turquia. A autonomia curda na Síria causa tensões com o governo turco.

*soft power*[18] relacionadas ao povo sírio, como a fundação de organizações de caridade tal qual a *Jihad Al-Bina Organization*, centrada na restauração de escolas e de centros de saúde em Deir ez-Zor e Aleppo. Além disso, foi responsável pela instalação de sete centros educacionais e diferentes centros culturais com o intuito de disseminar sua cultura e religião para a população síria (Gavioli, 2024).

Enquanto isso, os sauditas estavam alinhados ao Ocidente e lideraram o processo de isolamento regional sírio com sua saída da Liga Árabe e da OCI. Essa relação sofreu um tensionamento ainda maior devido ao narcotráfico realizado pelo Estado Sírio, que aflige a população saudita. Assim, o combate ao narcotráfico foi uma das principais pautas à readmissão síria na Liga dos Estados Árabes, pois, durante anos, estimulantes anfetamínicos como o *captagon* foram destinados aos países do Golfo Pérsico, sobretudo à Arabia Saudita via Jordânia. Em março de 2023, o Conselho Europeu afirmou que o negócio com anfetaminas era um modelo comercial encabeçado pelo regime, enriquecedor dos círculos internos e provedor de renda que contribuia para sua capacidade de manter medidas de repressão contra a população civil. Nesse mesmo período, os Estados Unidos e a União Europeia sancionaram Samer Kamal Al Assad e Wassem Badi Al Assad, primos do então presidente Bashar Al Assad, por tráfico de pílulas de *captagon* (DW, 2024).

### 4.3 AJUDA HUMANITÁRIA

Desde o início da Guerra Civil Síria até a tomada do poder pelo HTS, pouco mais de meio milhão de pessoas foram mortas no país, estando entre esses 182 mil civis, de acordo com dados do Observatório Sírio para os Direitos Humanos (Agência Brasil, 2025). Em um cenário como este, as ações de ajuda humanitária realizadas foram fundamentais para reduzir o sofrimento da população síria dentro e fora do território. Aqui, entende-se como ajuda humanitária a "assistência material ou logística fornecida para fins humanitários, normalmente em resposta a crises humanitárias, incluindo desastres naturais e desastres provocados pelo homem" (Gutjahr; Nolz, 2016 *apud* Humanitarian Aid 2015).

Em março de 2014, os primeiros comboios humanitários da ONU entraram na Síria. A partir desse momento, a atuação de agências da ONU e de ONGs nacionais e internacionais no fornecimento de assistência humanitária tornou-se cada vez mais usual, ocorrendo tanto em áreas controladas pelo governo quanto pela oposição. Porém, essas ações humanitárias foram amplamente dificultadas por Bashar al-Assad, que coordenou ataques contra agentes humanitários e civis e impôs obstáculos burocráticos e administrativos à chegada de ajuda. O governante foi acusado por seus oponentes de utilizar a negação do auxílio humanitário como uma forma de enfraquecer cidades e vilas rebeldes e, assim, obter ganhos políticos. Como justificativa para seus atos, Assad utilizou o argumento da proteção da soberania nacional para impedir a atuação das organizações no país, agravando o cenário de escassez de alimentos e água (Cubukcuoglu, 2015). Exemplo desta situação é o ataque aéreo a um comboio de ajuda humanitária da ONU e a uma instalação de armazenamento do Crescente Vermelho Árabe Sírio (CERS) em 2016, o qual é apontado como provável ação da Força Aérea Síria, segundo o Conselho de Inquérito das Nações Unidas. Frente a este cenário, as organizações presentes no país começaram a retirar-se, tendo 73 dessas suspendido sua cooperação com a ONU já em 2016 (Seven, 2024).

18 Soft Power (poder brando) é o conceito cunhado por Joseph Nye, refente a capacidade de um país influenciar outros através da atração e persuasão, sem o uso da coerção ou força militar. Essa influência é exercida por meio de recursos culturais, valores políticos, política externa e projeção de uma imagem positiva (Revista Relações Exteriores, 2024).

O início das ações de ajuda humanitária empreendidas pela União Europeia (UE) se deu a partir da chegada de refugiados sírios ao continente em 2015, o que provocou intensa reação das autoridades locais, as quais ansiavam por uma política de contenção da imigração. Desse modo, terceirizou-se a gestão migratória, a partir do fornecimento de recursos aos países vizinhos à Síria para a recepção desses refugiados. Com isso, a UE e seus membros tornaram-se os maiores doadores da causa síria, chegando a €33,3 bilhões destinados à ajuda humanitária (Hernández, 2024). Sendo assim, os países europeus frequentemente forneceram recursos para as ONGs atuantes na região, evitando agir através da ONU para contornar a oposição de al-Assad aos auxílios (Cubukcuoglu, 2015).

No que tange à prestação de ajuda humanitária fora do território sírio, por meio de apoio aos refugiados, a Resolução 2165/2014 do CSNU autorizou a ONU e suas agências a prestarem ajuda humanitária transfronteiriça através da Jordânia, Turquia e Iraque sem o consentimento de Assad (Seven, 2024). Estes países exerceram um papel fundamental na recepção dos refugiados, ao buscarem promover o acesso à educação, hospitais, emprego e seguridade social. Porém, o grande fluxo de sírios para estes Estados provocou instabilidades internas, resultantes de xenofobia e dos encargos financeiros acrescidos a cada governo para o acolhimento (Cubukcuoglu, 2015).

Tratando brevemente dos maiores receptores de refugiados e da consequente ajuda humanitária, na Turquia foi promovido o acesso ao trabalho, à educação e à saúde pública (Ferreira, 2021). A Jordânia, por sua vez, frente à criação de campos de refugiados no país e à ampla recepção destes, recebeu grandes aportes financeiros de ajuda internacional (Leite, 2023). Ademais, convém pontuar uma outra modalidade de ajuda humanitária fornecida aos refugiados sírios, a do patrocínio privado, com destaque para o Programa Especial de Vistos Humanitários para estrangeiros afetados pelo conflito na República Árabe Síria, criado pela Argentina em 2014. O Programa foi considerado pelo governo argentino como uma colaboração entre a esfera pública, que cedia a permissão de entrada e residência no país, e a privada, na qual a própria sociedade civil se responsabilizava por acolher e prestar assistência aos refugiados sírios até que estes pudessem se estabelecer de fato no país (Rovetta-Cortés, 2024).

De maneira geral, percebe-se que a prestação de ajuda humanitária foi constantemente permeada pelos interesses particulares das organizações e dos países que nela estiveram envolvidos, o que os afastou dos princípios fundamentais do humanitarismo: neutralidade, imparcialidade e independência (Cubukcuoglu, 2015). Assim, as ações humanitárias no contexto sírio podem ser caracterizadas por elevada arbitrariedade, tanto da parte de Bashar al-Assad quanto da União Europeia, por exemplo. Como resultado disso, as áreas fora do controle do governo sírio foram constantemente negligenciadas durante o conflito, uma vez que a chegada de ajuda humanitária era amplamente dificultada, e os refugiados estavam sob constante pressão dos países que os receberam. Portanto, ao analisar-se a prática de ajuda humanitária, deve-se diferenciar aquelas de assistência humanitária, centradas no alívio do sofrimento imediato, e as de proteção humanitária, pautadas pela erradicação deste sofrimento (Rovetta-Cortés, 2024).

## 5. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

O **Emirado Islâmico do Afeganistão** e a Síria interagiram recentemente após a parabenização afegã à posse do governo provisório sírio. Apesar de terem passado por catástrofes humanitárias muito similares, os dois Estados não têm uma relação diplomática próxima. Essa situação pode se alterar agora que ambos são governados

por grupos sunitas, sobretudo, no processo de transição governamental. Ademais, o Ministério de Relações Exteriores afegão reforçou a reconciliação nacional e a anistia geral, além de unificação do povo sírio, passos importantes para uma maior aproximação desses Estados (Popalzai; Kent, 2024).

O **Reino da Árabia Saudita** experienciou tensões após a queda de Bashar Al-Assad. Após retomarem relações diplomáticas com o regime de Assad na Síria, o reino objetivava diminuir a forte parceria estabelecida entre Síria, Irã e Hezbollah. Após a queda de Al-Assad, a Árabia Saudita segue em busca desses objetivos, dessa vez promovendo uma aproximação com o novo governo sírio. Nesse viés, os dois Estados estabeleceram cooperação especialmente em questões humanitárias e econômicas, estando empenhados em assegurar a estabilidade e a segurança síria e regional (Sons, 2025).

A **República do Azerbaijão** está aliada à Turquia, mas mantém o rompimento das relações diplomáticas com a Síria, apesar do governo provisório e da demonstração de interesse em uma reaproximação ao país. Em declaração, o Ministro de Relações Exteriores afirmou esperar que, após a estabilização da situação síria, possam ser retomadas as relações entre os dois países; e acrescentou que, apesar da ausência de uma embaixada em Damasco, o Azerbaijão segue desenvolvendo medidas para determinar o paradeiro e o número de seus cidadãos na Síria, bem como para repatriar cidadãos dos dois países (Ministério de Relações Exteriores da República do Azerbaijão, 2024).

O **Reino do Bahrein** atuou na oposição à Primavera Árabe de 2011, sendo exemplo disso a intensa repressão do governo a uma revolta de cidadãos que reivindicavam o fim da política de aumento da proporção de sunitas, a libertação de presos políticos, eleições livres e o fim da tortura no país (Langlois, 2022; Nepstad, 2013). Após a tomada do poder pelo HTS, o país demonstrou apoio à unidade, soberania, segurança e independência sírias e se mostrou favorável à suspensão das sanções econômicas (Bahrain News Agency, 2025). Por fim, o Bahrein também enfatizou a importância da proteção do povo sírio de acordo com as regras do Direito Internacional Humanitário; da reconstrução das instituições democráticas; e de se facilitar o retorno dos refugiados ao país (Ministry of Foreign Affairs, 2024).

A **República Popular de Bangladesh** condena o ato ilegal de agressão de Israel ao território sírio durante o atual momento crítico de transição deste Estado e reafirma apoio à população síria. Ademais, o país também advoga pela estabilidade a longo prazo no país, que, de acordo com o Ministério de Relações Exteriores de Bangladesh, só pode ser atingida com uma democracia inclusiva e com uma paz sustentável (Hasib, 2025). Ademais, a queda do regime de Assad obriga Bangladesh a ajustar sua política externa diante das novas dinâmicas do Oriente Médio, mesmo com um histórico de neutralidade. Isso ocorre pois a instabilidade na região ameaça os mais de 2,5 milhões de trabalhadores bangladeshianos no Oriente Médio e suas contribuições essenciais à economia de Bangladesh. Além disso, o fortalecimento de grupos islâmicos na Síria, como o HTS, pode incentivar o radicalismo em Bangladesh e no mundo. Por fim, o país pode contribuir com ajuda humanitária e esforços de reconstrução na Síria, o que se alinha à sua tradição de participação em missões de paz (Joy, 2025).

O **Estado do Catar** cortou relações com a Síria a partir do fechamento da sua embaixada em Damasco em julho de 2011 e, diferentemente de outros Estados árabes, não apresentou nenhuma iniciativa de retomada das relações durante a guerra civil. Além disso, o Catar foi beneficiado indiretamente pelo conflito sírio, visto que essa ocorrência diminuiu a influência regional do Irã, líder do polo xiita (CNN,

2024). Assim, durante o período, adotou uma postura explicitamente anti-Assad ao apoiar diversos grupos sírios contra o regime vigente. Em dezembro de 2024, uma semana após a queda de Assad, a embaixada do Catar em Damasco foi reaberta sob a alegação de apoio à população síria. Desde então, o país se posiciona contra a invasão israelense ao território sírio e tem apoiado a reconstrução da Síria também no âmbito econômico — destaca-se a iniciativa conjunta da Arábia Saudita e do Catar, que anunciaram que pagarão a dívida de US$ 15 milhões da Síria ao Banco Mundial (Abdulrahim, 2025).

Com o início da guerra civil na Síria, em 2011 os **Emirados Árabes Unidos** tomaram a decisão, juntamente com a maioria dos outros membros da Liga Árabe, de isolar Bashar al-Assad do restante do mundo árabe. No entanto, o país foi o primeiro a propor a readmissão da Síria ainda em 2023, partindo de um fortalecimento das relações bilaterais, de um discurso de fraternidade entre os países árabes e da necessidade de estabilizar a Síria, explicitando o caráter pragmático de sua política externa (Estado de Minas, 2023b). Após a queda de Assad, os Emirados Árabes continuaram com a mesma política pró-integração dos países Árabes e expressaram preocupação com o crescente extremismo que poderia ameaçar o equilíbrio regional. Além disso, o país defende a retirada das sanções americanas e europeias e atua como mediador nas negociações indiretas entre a Síria e Israel (Lucas, 2025).

O **Estado do Kuwait** teve suas relações com a Síria cortadas durante a guerra civil, assim como a maioria dos Estados da Liga Árabe. No entanto, também buscou auxiliar a população da Síria durante o conflito mediante ações humanitárias: em 2014 doou US$100 milhões às operações na Síria realizadas pelo ACNUR, além de ter sediado uma conferência humanitária pela Síria em 2012 (Al Jazeera, 2025b; Exame, 2012). Após o fim do conflito, as relações entre os dois países foram normalizadas a fim de preservar a unidade e a soberania da Síria. Isso decorre da preocupação do Kuwait com a possibilidade de uma crescente desestabilização síria abrir brechas para o ressurgimento de forças jihadistas, o que pode afetar o Iraque inspirando militantes no país, e que, por sua vez, geraria um desequilíbrio indesejado na região (Sons, 2025).

As relações entre a **República Árabe do Egito** e a Síria nunca foram completamente interrompidas durante a guerra civil síria, embora tenha havido um isolamento diplomático. Em 2023, os dois países iniciaram uma aproximação maior (Estado de Minas, 2023a). Na Síria pós-Assad, o Egito age com cautela, procurando entender o alinhamento do novo governo ao mesmo tempo em que é obrigado a manter uma postura aberta por conta do alto engajamento dos países do Golfo na reconstrução síria. No entanto, al-Sharaa é criticado pelas mídias egípcias estatais, como *Sada El-Balad TV*, sendo chamado de terrorista (Hassan, 2025). Nesse sentido, a atual diplomacia egípcia para a Síria é construída com base no medo de que o fervor revolucionário se espalhe para o Egito, prezando pela não interferência nos assuntos internos. Além disso, existem outros dois fatores que baseiam essa relação bilateral Egito-Síria: (i) temor quanto à chance da Síria acolher foragidos e figuras da oposição egípcia, (ii) e a possibilidade da Síria cair sob uma influência turca cada vez maior. Não obstante, o Egito também procura prevenir a dominância do EI sobre o governo sírio, repatriar os 1,5 milhões de refugiados sírios que se encontram no Egito e garantir uma participação na reconstrução do território (Hassan, 2025).

O **Reino Hachemita da Jordânia** foi diretamente afetado pela crise síria por dois motivos principais: (i) por ser um dos principais destinos para refugiados sírios; e (ii) por conta do tráfico de drogas e de armas. As relações entre os dois países são profundas e históricas, mas, durante a guerra civil, o aumento do tráfico foi motivo

de intervenção direta da Jordânia com ofensivas aéreas. Nesse cenário, embora com relações abaladas com Assad, a Jordânia foi um dos países que se mobilizou para a readmissão da Síria na Liga Árabe em 2023. juntamente com os Emirados Árabes Unidos, colocando como condição a adoção de medidas mais drásticas contra o tráfico, o que não ocorreu (Al-Sharif, 2023; Holleis, 2024). Após a queda de Assad, a Jordânia passou a buscar uma coordenação securitária, econômica e política mais forte com a Síria a fim de promover a estabilidade regional, principalmente no que diz respeito ao controle das fronteiras (Dajah, 2025).

A **República do Iêmen** encontra-se em guerra civil desde 2014, quando um grupo armado Houthi se rebelou contra o governo. O grupo controla grande parte do país e faz parte do Eixo de Resistência, liderado pelo Irã (Al Jazeera, 2024b). Assim, enquanto os Houthis percebem a derrota de al-Assad como um ataque que enfraquece a posição regional do Eixo e, consequentemente, reduz a sua capacidade de recorrer ao apoio internacional, o governo oficial encara o novo cenário político sírio como uma oportunidade (Al Jazeera, 2024a). Nesse sentido, a embaixada iemenita na Síria foi reaberta em abril deste ano, sinalizando o interesse em inaugurar uma nova fase de cooperação entre os países (Newsroom, 2025).

A **República da Indonésia** foi um dos primeiros países a reconhecer a independência síria. Durante a Guerra Civil, a Indonésia forneceu US$500.000 em ajuda humanitária e se posicionou na defesa de um cessar-fogo. A partir da tomada do poder pelo HTS, o país vem empreendendo ações de apoio humanitário, diplomático e financeiro, a fim de auxiliar a reconstrução do país no pós-guerra. Exemplo disso é o apoio expresso por seu Ministro das Relações Exteriores ao novo governo durante uma Conferência Ministerial Extraordinária da OCI, tendo também demonstrado satisfação com o retorno da Síria à organização (Rakhmat, 2025). De maneira geral, pode-se definir a política externa indonésia para a Síria a partir dos princípios de não alinhamento, respeito à soberania e solidariedade humanitária — originários do seu legado na Conferência de Bandung[19] e da sua liderança no Movimento dos Países Não-Alinhados[20] —, posicionando-se como uma democracia muçulmana moderada que busca promover a cooperação regional (Hutagalung, 2025).

A **República Islâmica do Irã**, como principal potência regional xiita, no âmbito geoestratégico, visa conservar o Eixo de Resistência e influenciar os diversos grupos xiitas de outros países, como no Iraque e no Líbano. Dessa forma, buscou manter relações próximas e bem estabelecidas com a família Assad. Durante a guerra civil, o apoio iraniano foi essencial para o governo sírio e se traduziu no envio de armas e de tropas ao governo (De Lucena; De Mesa, 2021). Com o fim do conflito, o Irã perdeu o seu principal aliado na região, mas buscou manter relações diplomáticas com o país: o Ministério das Relações Exteriores iraniano argumentou que a proximidade das relações entre Síria e Irã iria depender do distanciamento entre o novo governo sírio e Israel (Motamedi, 2024). No entanto, no início de 2025, medidas concretas começaram a ser aplicadas na Síria para diminuir a presença e influência iraniana no país. Paralelamente, o realinhamento sírio em direção ao Ocidente não agradou ao Irã, que acusou atores regionais alinhados ao Ocidente de tentar destruir o Eixo de Resistência, deixando as relações entre os países mais incertas (Shafaaq News, 2025).

19 No original: "In April, 1955, representatives from twenty-nine governments of Asian and African nations gathered in Bandung, Indonesia to discuss peace and the role of the Third World in the Cold War, economic development, and decolonization" (Office of the Historian, 2019).

20 "O Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM) foi criado e fundado durante o colapso do sistema colonial e as lutas pela independência dos povos da África, Ásia, América Latina e outras regiões do mundo e no auge da Guerra Fria" (NAM, 2012 *apud* Espósito, s.d.).

O relacionamento entre a **República do Iraque** e a Síria é historicamente caracterizado por uma alternância entre períodos de conflito e de cooperação. A partir da conflagração da Guerra Civil Síria iniciou-se uma nova fase de cooperação, haja vista a identificação xiita entre os governantes e o temor do governo iraquiano de que as forças de oposição a Assad naquele período tomassem o poder, causando uma instabilidade regional (Elias, 2025). Após a queda de Bashar, o governo iraquiano tem estabelecido diálogo com o presidente Al-Sharaa principalmente acerca do controle da fronteira entre os países e do combate ao terrorismo, preocupando-se com um possível ressurgimento do Estado Islâmico na região. Um grande entrave para a normalização das relações está ligado ao passado de Al-Sharaa, que possuía ligações com redes jihadistas no Iraque (Schiavi, 2025). Ainda assim, o Iraque afirma respeitar a vontade do povo sírio e apoia a soberania e integridade territorial síria, posicionando-se de maneira contrária a interferências externas no país (Xinhua, 2025).

Ao longo do regime Assad, a **República Libanesa** e a Síria mantiveram uma relação tensa, permeada por guerras, assassinatos, intervenções e conflitos civis. Grande parte deste cenário advinha do relacionamento próximo mantido entre Bashar e o Hezbollah, grupo político e paramilitar libanês (Ghazeye, 2025). A partir da ascensão do HTS na Síria e de um novo governo no Líbano, além do atual enfraquecimento do Hezbollah, abriram-se possibilidades para maior cooperação entre os países. Em visita do primeiro-ministro libanês à Síria em abril de 2025, este afirmou que as discussões centraram-se no controle das fronteiras entre os países — ainda não demarcadas — e na prevenção do contrabando, frente aos conflitos ocorridos em março deste ano ao longo da fronteira (Al Jazeera, 2025a). Ademais, o governo libanês trata do retorno dos refugiados sírios como uma questão prioritária, visto que mais de 1,5 milhão destes buscaram refúgio no Líbano durante o conflito (Chreyteh; Holleis, 2025).

Como grande parte dos membros da OCI, a **Malásia** havia fechado sua embaixada na Síria desde 2012. Porém, embora contra o conflito, adotou uma postura neutra e apoiou a readmissão da Síria à Liga Árabe em 2023 (Malaysia's Ministry of Foreign Affairs, 2022). Em dezembro de 2024, reconheceu o novo governo sírio e apoiou, ao longo de 2025, o princípio da soberania, argumentando que a Malásia não iria interferir nos assuntos internos da Síria (Bernama, 2025). Embora sem exercer nenhuma ação concreta, o país continua a advogar pelo fim da violência sectária e pela união da Síria conforme os princípios de um Islã moderado, o qual caracteriza o atual governo malaio (Lemiere, 2025).

Após a queda do regime de Assad, o **Reino de Marrocos** anunciou a decisão de reabrir a embaixada marroquina na Síria, com o intuito de restabelecer a relação histórica entre os Estados. Ademais, afirmou que pretende auxiliar o povo sírio em sua reconstrução e estabilização enquanto auxilia a Síria na busca pela integridade territorial, liberdade e unidade de seu povo. A Síria, por sua vez, também demonstra interesse na reaproximação com o país, e recentemente agradeceu a reabertura da embaixada e anunciou que também pretende reabrir sua embaixada no Marrocos (Walaw, 2025).

O **Sultanato de Omã**, diferentemente de outros países adjacentes à Síria, nunca interrompeu suas relações diplomáticas com o país, tendo sido também o primeiro a restabelecer um embaixador, em 2020. Ainda assim, desde os recentes desdobramentos na Síria, o país vem adotando um posicionamento neutro, buscando inclusive promover um acordo entre o Conselho de Cooperação do Golfo e o Irã sobre Damasco, uma vez que estes possuem perspectivas e interesses distintos no que tange ao cenário político sírio (Ardemagni, 2024). Além disso, Mascate tem afirmado publicamente seu compromisso em respeitar a vontade do povo sírio e de preservar sua unidade e inte-

gridade territorial, estando assim de acordo com os pilares de sua política externa de não interferência em assuntos internos de outros Estados e de manter relações equidistantes com os países do Oriente Médio (Cafiero, 2025).

A existência de diversos grupos armados palestinos na Síria há décadas conferiu-lhes grande peso militar e político. Durante o regime al-Assad, a libertação do **Estado da Palestina** foi uma das principais pautas governamentais, tendo os diferentes grupos palestinos até mesmo se tornado parte do "Eixo da Resistência". Porém, a família al-Assad também contribuiu significativamente para a fragmentação e enfraquecimento dos movimentos palestinos. Estes grupos, por sua vez, dividiam-se no apoio ao regime sírio, tendo o Hamas apoiado a criação de um grupo de oposição, o que levou a um conflito direto com o governo e seus aliados. A partir da ascensão do HTS, este dissolveu o Exército de Libertação da Palestina e ordenou que todos os grupos operassem dentro de limites estipulados pelo novo governo. Todavia, o grupo possui um histórico de relações positivas com o Hamas, uma vez que permitiu a entrada de membros em Idlib a partir da conflagração do conflito em Gaza em 2023 (Betare, 2025). Por fim, em um encontro oficial com Al-Sharaa, o primeiro-ministro palestino expressou apoio à Síria e a sua integridade territorial, se posicionando também a favor do levantamento das sanções internacionais (Rjoub; Shamala, 2025).

A **República Islâmica do Paquistão** manteve, durante o governo Assad, uma posição pró-regime, com relações diplomáticas e de trocas comerciais, inclusive com uma expansão na cooperação econômica entre os dois Estados (The Diplomat, 2016). Esse panorama, no entanto, causou estranheza e complicações internas, uma vez que o Paquistão é um país de maioria sunita e de relações próximas à Arabia Saudita. O posicionamento anterior pode gerar tensões com o grupo HTS, que vem buscando redefinir o alinhamento internacional sírio. Além disso, o apoio paquistanês pode ter repercussões internas na relação entre sunitas e xiitas.

Para a **Federação Russa**, manter uma relação estratégica e de apoio com a Síria durante o regime de Assad era fundamental, devido à posição geoestratégica do país. A aliança contou com o envio de tropas, armamentos e a manutenção de bases militares russas importantes para o acesso ao mar no território sírio (Pautasso; Adam; Lima; 2016). Após a queda de Bashar, a Rússia o recebeu com asilo político e iniciou as tratativas com o novo governo em prol de manter suas bases no território e manter uma relação próxima com o Estado, a fim de alcançar seus objetivos estratégicos e econômicos na região, sobretudo com relação aos gasodutos russos na região do Oriente Médio e sua participação na iniciativa *Belt and Road* (Rodionov, 2024).

Dentre os principais objetivos de Estado do novo governo sírio estão os de conquistar a unidade territorial, reintegrar os refugiados, construir instituições estatais fortes e estabilizar sua economia (Zeidan, 2025). Para isso, o presidente Ahmad al-Sharaa tem empregado um discurso de união das facções e de proteção de todos os sírios, independentemente do gênero ou grupo, o que resultou em maior engajamento com as minorias nacionais e em uma transição para um islamismo mais moderado (Ajjoub, 2025; Mihaylov, 2025). Tais ações são tomadas principalmente em vista da busca por legitimidade internacional, que permitiria o levantamento das sanções contra o país e o fornecimento de ajuda internacional (Langlois, 2025). Em vista disso, a **República Árabe da Síria** vem apresentando um maior alinhamento com o Ocidente, uma vez que estes são os principais responsáveis pelas sanções, e com a Turquia, o que pode lhe custar o apoio islâmico (Lischinsky, 2025).

A **República da Tunísia** restabeleceu as relações diplomáticas com a Síria em decorrência do terremoto que assolou o território sírio e turco em 2023 após cerca

de uma década de rompimento diplomático, o qual se deu devido às repressões de Bashar às manifestações de 2011 e à Guerra Civil. Assim, a Tunísia demonstra que já objetivava a normalização das relações com a Síria e a sua reinserção nos organismos multilaterais regionais, reconhecendo a importância do país para a estabilização do Oriente Médio. Nesse sentido, tende a seguir uma posição em prol da estabilidade regional e apoia a unificação da população síria (A Referência, 2023).

A **República da Turquia** foi um dos Estados que alterou significativamente suas relações com a Síria após a troca de regime. Durante os anos de guerra civil, foi estabelecido um afastamento diplomático devido às práticas do governo Assad para com a população síria; às tensões referentes ao governo autônomo curdo no norte sírio; e ao apoio turco a grupos rebeldes sírios que se opunham ao regime da família Assad. Nesse viés, a Turquia foi um grande apoiador do grupo HTS durante o período de luta contra Assad. Assim, após o grupo assumir a liderança do país, ocorreu uma reaproximação dos governos sírio-turco a partir dos seguintes eixos: (i) promoção de segurança e busca pela estabilidade síria; (ii) medidas conjuntas para a reconstrução econômica; (iii) fornecimento de apoio ao governo de transição e fomento à presença turca no norte sírio. Ademais, após a transição de governo, iniciaram tratativas entre os dois Estados para o retorno dos refugiados sírios ao seu país de origem, pois a Turquia foi o Estado que mais os recebeu durante o período da guerra civil (CNN, 2024).

## 6. QUESTÕES A PONDERAR

1. Buscando a manutenção do status quo regional e a não escalada de novos conflitos, uma ação coordenada entre os países do Oriente Médio para a reconstrução da Síria é possível?
2. Em que medida os interesses particulares dos países ou organizações fornecedoras de ajuda humanitária prolongaram o sofrimento da população síria durante a guerra civil?
3. Como a contínua interferência extrarregional na Síria neste novo cenário pós-Assad pode ser combatida pelos membros da OCI visto a nova conjuntura que se delineia?
4. Até que ponto a aproximação do governo atual na Síria com a Turquia constitui uma ameaça para a estabilidade interna síria?
5. Quais são os impactos das tensões entre sunitas e xiitas na formulação da nova política externa síria?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A REFERÊNCIA. Tunísia e Síria retomam relações diplomáticas depois de quase 11 anos. **A Referência**, São Paulo, 12 abr. 2023. Disponível em: https://areferencia.com/diplomacia/tunisia-e-siria-retomam-relacoes-diplomaticas-depois-de-quase-11-anos/. Acesso em: 20 maio. 2025.

ABDULRAHIM, Raja. Saudi Arabia and Qatar to Pay Off Syria's Debt to the World Bank. **The New York Times**, Nova York, 28 abr. 2025. Disponível em: https://www.nytimes.com/2025/04/28/world/middleeast/saudi-arabia-qatar-syria-debt.html. Acesso em: 26 maio 2025.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Filippo Grandi). **High Commissioner's statement at the Brussels Syria Conference. Bruxelas**, 17 mar. 2025. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/speeches-and-statements/high-commissione r-s-statement-brussels-syria-conference-0?_gl=1*rcw683*_gcl_au*NTUwODY0ODQuMTc0MjkxOTk4OA..*_ga*MzIwMjA3NDQwLjE3NDI5MTk5ODg.*_ga_N5E1DWNSS0*MTc0MjkxOTk4OC4xLjAuMTc0MjkxOTk4OC42MC4wLjA.*_rup_ga*MzIwMjA3NDQwLjE3NDI5MTk5ODg.*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTc0MjkxOTk4OC4xLjAuMTc0MjkxOTk4OC42MC4wLjA. Acesso em: 26 fev. 2025.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Emergência na Síria.** Bruxelas, 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/emergencias/siria. Acesso em: 9 abr. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Conflito na Síria mata mais de 528 mil pessoas em 14 anos. **Agência Brasil**, 03 jan. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-01/mais-de-800-civis-morrem-em-quase-um-ano-na-siria. Acesso em: 13 maio 2025.

AJJOUB, Orwa. Hay'at Tahrir al-Sham: From Jihadism to Syrian Islamism. **Istituto per gli Studi di Politica Internazionale**, 20 mar. 2025. Disponível em: https://www.ispionline.it/en/publication/hayat-tahrir-al-sham-from-jihadism-to-syrian-islamism-203506. Acesso em: 27 maio 2025.

ALCA, D. Arab Spring: a proxy war? **Proceedings of the 24th International Academic Conference**. Barcelona, 2016. Disponível em: https://www.iises.net/proceedings/24th-international-academic-conference-barcelona/table-of-content/detail?article=arab-spring-a-proxy-war-. Acesso em: 18 jun. 2025.

AL JAZEERA. Could the Houthis be next? Yemenis reflect on the fall of Syria's al-Assad. **Al Jazeera**, 25 dez. 2024a. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/12/25/could-the-houthis-be-next-yemenis-reflect-on-the-fall-of-syrias-al-assad. Acesso em: 21 maio 2025.

AL JAZEERA. ISRAEL grabs land in Syria's Golan Heights, warns villagers to stay home. **Al Jazeera**, Doha, 8 dez. 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/12/8/israel-seizes-buffer-zone-in-syrias-golan-heights-after-al-assad-falls. Acesso em: 26 fev. 2025.

AL JAZEERA. Lebanese PM visits Syria's president to reset years of strained relations. **Al Jazeera**, 14 abr. 2025a. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/4/14/lebanese-pm-visits-syrias-president-to-reset-years-of-strained-

-relations. Acesso em: 21 maio 2025.

AL JAZEERA. Syria's Baath party dissolved: What happens next? **Al Jazeera**, Doha, 30 jan. 2025b. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/1/30/syrias-baath-party-dissolved-what-happens-next. Acesso em: 27 maio 2025.

AL JAZEERA. Who are the Houthis? A simple guide to the Yemeni group. **Al Jazeera**, 12 jan. 2024b. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/1/12/who-are-yemens-houthis-a-basic-guide. Acesso em: 20 jul. 2025.

AL-KHAZEN, Ibrahim. Arab League resolution condemns Israeli grab of Syrian territory. **AA news**, Istambul, 13 dez. 2024. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/middle-east/arab-league-resolution-condemns-israeli-grab-of-syrian-territory/3424117. Acesso em 20 maio 2025.

AL-SHARIF, Osama. Jordan's initiative to bring Assad to Arab fold gains traction. **Emirates Policy Center (EPC)**, Abu Dhabi, 5 abr. 2023. Disponível em: https://epc.ae/en/details/brief/jordan-s-initiative-to-bring-assad-to-arab-fold-gains-traction. Acesso em: 27 maio 2025.

ARDEMAGNI, Eleonora. Oman's Strategic Leverage in Syria. **Istituto per gli Studi di Politica Internazionale**, 06 dez. 2024. Disponível em: https://www.ispionline.it/en/publication/omans-strategic-leverage-in-syria-193871. Acesso em: 23 maio 2025.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Resolução 66/176.** AG Index (A/66/462/Add.3), 23 fev. 2012. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20A%20RES%2066%20176.pdf. Acesso em 20 maio 2025.

BACHEGA, Hugo; LAPHAM, Jake. Syrian forces and Assad loyalists in deadly clashes in Latakia. **BBC**, 6 mar. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cdrxkm2evnlo. Acesso em: 8 abr. 2025.

BAHRAIN NEWS AGENCY. Bahrain welcomes EU's decision to lift economic sanctions on Syria. **Bahrain News Agency**, 21 mai. 2025. Disponível em: https://www.bna.bh/en/news?cms=q8FmFJgiscL2fwIzON1%2BDlvNnISSs8TjJRpJOyUI0oo%3D. Acesso em: 23 maio 2025.

BAJA, Siham Mohamad. Os interesses do Irã e da Árabia Saudita na Síria à Primavera Árabe. In: NETO, Daniel Lena Marchiori et al. **Relações Internacionais Contemporâneas.** Rio Grande: Editora da FURG, 2021. p.

(67- 90). Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/72130988/RIC_E_book-libre.pdf?1633917028=&response=-content-disposition-inline%3B+filename%3DEbook_Relacoes_Internacionais_Contempora.pdf&Expires=1745078309&Signature=LndVpHAIJx2XREAkpuGD-q-F8r7IfI6W0k3B7idkNCXvhXIBnpbsGqFbIRnzypH-h1U-paRwwMMr18RyT-JRXwjVJYFdcatGcvcVgJW8uf3tfhrXtDr6WP3w5HmqAxjH-FlKe6wD1D851B-GApY1bZCF0Ng5mHyKmB97n4uqIXvJNBYJIuZohmJ88Om9-iEhLiYRKW-J2FERg29Q~awNTLJtTvyviYYBwEIeNqVjcu5yVL5yaKAOmnPqe0jlDxSAF-tx4JmZQYyPV0sgEuE-5~V~iEZeq3u9PM2uZCZQIQQ~Sn~Ad2WVwv-wIy-CWNJDv7MfLYrg~AJ1jR~rpqVGKBpNOL2A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF-5GGSLRBV4ZA#page=66. Acesso em: 9 abr. 2025.

BBC. As diferenças entre sunitas e xiitas, que explicam boa parte dos conflitos no Oriente Médio. **BBC News Brasil**, São Paulo, 10 jan. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51068470. Acesso em: 19 abr. 2025.

BBC. O que é o "eixo da resistência", aliança que Irã ameaça empregar em conflito no Oriente Médio. **BBC News Brasil**, 18 out. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw4dgr9yrpvo. Acesso em: 20 jul. 2025.

BERNAMA. M'sia Must Exercise Caution Before Reopening Embassy In Syria - Mohamad Hasan. **The Malaysian National News Agency (Bernama)**, 04 mar. 2025. Disponível em: https://www.bernama.com/en/news.php?id=2398793. Acesso em: 27 maio 2025.

BETARE, Nidal. A New Opportunity for Palestinians in Syria. **Arab Center Washington DC**, 21 mar. 2025. Disponível em: https://arabcenterdc.org/resource/a--new-opportunity-for-palestinians-in-syria/. Acesso em: 21 maio 2025.

BUHEJI, Mohamed; HASAN, Aamir. Lessons from Resilience: Post-War Recovery Strategies for Syria Inspired by "Vietnam's Doi Moi Reforms". **Gradiva**, v. 64, n. 1, p. 38–48, jan 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mohamed-Buheji/publication/387821564_Lessons_from_Resilience_Post-War_Recovery_Strategies_for_Syria_Inspired_by_. Acesso em: 24 fev. 2025.

CAESAR SYRIA CIVILIAN PROTECTION ACT. Fact Sheet. 17 jun. 2017. Disponível em: https://2017-2021.state.gov/caesar-syria-civilian-protection-act/. Acesso em 20 maio 2025.

CAFIERO, Giorgio. Syrian Regime Change: The View from Oman. **Arab Center Washington DC**, 09 jan. 2025. Disponível em: https://arabcenterdc.org/resource/syrian-regime-change-the-view-from-oman/. Acesso em: 23 maio 2025.

CHREYTEH, Mohamad; HOLLEIS, Jennifer. What does Syria's sanctions relief mean for Lebanon? **Deutsche Welle**, 16 mai. 2025. Disponível em: https://www.dw.com/en/what-does-syrias-sanctions-relief-mean-for-lebanon/a-72567846. Acesso em: 22 maio 2025.

CNN. Análise: Turquia e Catar são beneficiários da crise na Síria. **CNN**, São Paulo, 09 dez. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-turquia-e-catar-sao-beneficiarios-da-crise-na-siria/. Acesso em: 27 maio 2025.

CNN. Blinken: EUA e Iraque estão "determinados" em impedir ressurgimento do Estado Islâmico. **CNN**, Bagdá, 13 dez. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/blinken-eua-e-iraque-estao-determinados-em-impedir-ressurgimento-do-estado-islamico/. Acesso em: 10 abr. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (CSNU). **Resolução 497**. CSNU Index S/RES/497(1981), 17 dez. 1981. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/26751?v=pdf. Acesso em 20 maio 2025.

CORRIERE DELLA SERA. **Mohamed al-Bashir: We will guarantee the rights of all Syrian peoples. A message to all refugees - we want to bring them back.** Corriere della Sera, Roma, 11 dez 2024. Disponível em: https://www.corriere.it/esteri/24_dicembre_11/mohamed-al-bashir-we-will-guarantee-the-rights-of-all-syrian-peoples-a-message-to-all-refugees-we-want-to-bring-them-back-94fcfc9b-a39e-4c-94-8e11-d33c8d64cxlk.shtml. Acesso em 9 abr. 2025.

CUBUKCUOGLU, Serhat. **POLITICIZATION OF HUMANITARIAN AID IN SYRIA**. 2015. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37213591/Politicization_of_Humanitarian_Aid_in_Syria-libre.pdf?1428235361=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPoliticization_of_Humanitarian_Aid_in_Sy.pdf&Expires=1747050166&Signature=fZFHQVdeyw4oBXKWOk-8fuoV9VvU-htjNRdKaZ2giHydB20B3q5n-jJjfTCofBARVj0KPmvh1STVWmFV5kmbWi04-QmL2HiF2P1kcwf2jWbk--z7Gqxx4waBsJVH10D6pbawcnkz0xEghfo2AQFR9IEebcP59e~P5UKM5I-nEYdljxd5qk0GwnSSojNZENOM7KoLsNQ3MWK4j40X~ZeHYvkfQc~K9k-KGJydOifEhjzh7pYb5xTw5hAxvtTnB12TbvT~mdazYTbegUPqH-G0LxzuhPe7~tcaM5zAmqKidUNrGwL9EphYdstyvf-YsjjOLwMtfVy-3TFYR-9Mg~vDxfkZvug__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 12 maio 2025.

DAHER, J. The Consequences of Hezbollah's military intervention in Syria on the Lebanese Shia population and Relations with Israel. **Foundation for Strategic Research (FRS)**. 29 set. 2017. Disponível em: https://www.frstrategie.org/en/

programs/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/consequences--hezbollahs-military-intervention-syria-lebanese-shia-population-and-relations-israel-2017. Acesso em: 10 jun. 2025.

DAHER, J.; MEHCHY, Z. Syria's Economic Transition: From Kleptocracy to Islamic Neoliberalism in a War-Torn Economy (PeaceRep Policy Brief). **PeaceRep: The Peace and Conflict Resolution Evidence Platform**, Universidade de Edimburgo, fevereiro, 2025. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7488/era/5649. Acesso em: 13 abr. 2025.

DAJAH, H. Jordanian-Syrian relations: A strategic partnership to confront challenges, promote stability. **The Jordan Times**, 02 mar. 2025. Disponível em: https://jordantimes.com/opinion/hasan-dajah/jordanian-syrian-relations-strategic-partnership-confront-challenges-promote. Acesso em 26 maio 2025.

DE LUCENA, Gleydson; DE MESA, Glória. **A Guerra Civil Síria:** uma análise das relações entre o conflito armado e o domínio territorial. Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA157_ID148115112021183231.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

DIRSEHAN, Meltem. Syrian Refugee Crisis and European Migration Policies: Rise in Xenophobic Rhetoric in Europe. **International Journal of Business & Technology**, v. 6, n. 1, p. 1–6, 2017. Disponível em: https://knowledgecenter.ubt-uni.net/cgi/viewcontent.cgi?article=1080&context=ijbte. Acesso em: 11 jun. 2025.

ELIAS, Firas. Iraq and Foreign Policy Paths Towards Post-Assad Syria. **Al-Bayan Center for Planning and Studies**, 2025. Disponível em: https://www.bayancenter.org/en/2025/02/12397/. Acesso em: 21 maio 2025.

ERKMEN, Serhat Ahmet; ERENDOR, Mehmet Emin (Ed.). **The Security Dimensions of the Syrian Civil War: The Case of Türkiye.** 1. ed. CRC Press, 2024. Disponível em: https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=A-syEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1945&dq=turkey+and++%22syria+relations%22&ots=UqP1auhTAr&sig=t9TBSLvtf0HD0U7IDfWO01TShFc. Acesso em: 25 fev. 2025.

ESPÓSITO, Fabio. **O Movimento dos Países Não-Alinhados e o Sistema Internacional em 1961.** XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, s.d. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1597790527_ARQUIVO_85565203f2958a0b03278aa8d8050421.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

ESTADO DE MINAS. Ministro das Relações Exteriores do Egito visita a Síria. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 fev. 2023a. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/02/27/interna_internacional,1462224/ministro-das-relacoes-exteriores-do-egito-visita-a-siria.shtml. Acesso em: 27 maio. 2025.

ESTADO DE MINAS. Presidente dos Emirados Árabes defende retorno da Síria ao cenário árabe. Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 mar 2023b. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/03/19/interna_internacional,1470714/presidente-dos-emirados-arabes-defende-retorno-da-siria-ao-cenario-arabe.shtml. Acesso em: 27 maio. 2025.

EXAME. Kuwait vai sediar conferência humanitária pela Síria. **Exame**, São Paulo, 24 dez. 2012. Disponível em: https://exame.com/mundo/kuwait-vai-sediar-conferencia-humanitaria-pela-siria/. Acesso em: 27 maio 2025.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Refugiados e Guerra Civil Síria: análise e perspectivas sobre o acolhimento na Turquia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, p. 1- 31, fev 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3381/338171851011/html/. Acesso em 25 fev 2025.

GAVIOLI, Júlia Mariano. **Atuação do Conselho de Segurança (CSNU) na guerra civil da Síria.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Marília, 2024. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/267e8022-9952-4f06-a686-8f82b188c0ed/content. Acesso em: 23 maio 2025.

GHAZEYE, Bilal. A new chapter in Lebanon-Syria relations takes shape. **The New Arab**, 07 jan. 2025. Disponível em: https://www.newarab.com/analysis/new-chapter-lebanon-syria-relations-takes-shape. Acesso em: 21 maio 2025

GLOBETROTTER. **Vijay Prashad - The fall of the Assad government in Syria.** 16 dez. 2024. Disponível em: https://braveneweurope.com/vijay-prashad-the-fall-of-the-assad-government-in-syria. Acesso em: 24 fev. 2025.

GOL, Jiyar. "We are still at war": Syria's Kurds battle Turkey months after Assad's fall. **BBC**, 26 fev. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/c4g0w0x28yxo. Acesso em: 8 abr. 2025.

GUTJAHR, Walter; NOLZ, Pamela. Multicriteria optimization in humanitarian aid. **European Journal of Operational Research**, v. 252, n. 2, p. 351–366, 2016. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/

S0377221715011741. Acesso em: 13 maio 2025.

G1. Após denúncia de limpeza étnica, presidente da síria diz que vai punir envolvidos em "derramamento de sangue". **G1**, São Paulo, 9 mar. 2025a. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/03/09/novo-governo-da-siria-diz-que-investigara-denuncias-de-massacres-de-civis-em-regiao-ligada-a-assad.ghtml. Acesso em: 8 abr. 2025.

G1. Presidente sírio anuncia formação de governo de transição. **G1**, São Paulo, 29 mar. 2025b. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/03/29/presidente-da-siria-anuncia-formacao-de-governo-de-transicao.ghtml. Acesso em: 8 abr. 2025.

G1. Serviço de inteligência da Rússia acusa EUA e Reino Unido de tentar forçar evacuação de bases russas na Síria, diz agência. **G1**, São Paulo, 28 dez 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/12/28/russia-acusa-eua-reino-unido-tentar-forcar-evacuacao-bases-siria-diz-agencia.ghtml Acesso em: 14 abr 2025.

HASIB, Nurul I. Bangladesh calls for dialogue to resolve Syrian crisis. **Dhaka Tribune**, Dhaka, 28 maio 2025. Disponível em: https://www.dhakatribune.com/bangladesh/foreign-affairs/368204/bangladesh-calls-for-dialogue-to-resolve-syrian. Acesso em: 27 maio 2025.

HASSAN, M. Complex dynamics hinder Egypt-Syria rapprochement. **Middle East Monitor.** Londres, 25 mar. 2025. Disponível em: https://www.middleeastmonitor.com/20250325-complex-dynamics-hinder-egypt-syria-rapprochement/. Acesso em: 27 maio. 2025.

HERNÁNDEZ, Francisco. **La Organización de Cooperación Islámica Suspende a Siria.** Ministerio de Defensa. Instituto Español de Estudios Estratégicos, 21 ago. 2012. Disponível em: https://www.defensa.gob.es/ceseden/ieee/publicaciones. Acesso em: 25 fev. 2025.

HERNÁNDEZ, Joan-Marc Ferrando. La normalización de relaciones con el gobierno de Siria y su efecto sobre la política externa de la Unión Europea. **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, n. 48, p. 345-371. dez. 2024. Disponível em: https://reei.tirant.com/reei/article/view/3221. Acesso em: 25 fev. 2025.

HINNEBUSCH, Raymond. Modern Syrian Politics. **History Compass**, {s. l.}, vol 6, n. 1, p. 263-285, jan, 2008. Disponível em: https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1478-0542.2007.00487.x. Acesso em: 9 abr. 2025.

HOLLEIS, J. Jordânia e Síria no labirinto do narcotráfico internacional. **Deutsche Welle (DW)**, Bonn, 29 jan. 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/jord%C3%A2nia-e-s%C3%ADria-no-labirinto-do-narcotr%C3%A1fico-internacional/a-68114208. Acesso em: 25 maio 2025.

HUTAGALUNG, Simon. Indonesia's Role In Syria's Recovery. **Eurasia Review**, 21 mai. 2025. Disponível em: https://www.eurasiareview.com/21052025-indonesias-role-in-syrias-recovery-oped/. Acesso em: 22 maio 2025.

JOJUA, Dazmir. Síria após Bashar al-Assad. Situação geopolítica no Oriente Médio. **Revista Científica Internacional "O Cáucaso e o Mundo"**, n. 29, p. 158–170, 2024. Disponível em: https://journals.4science.ge/index.php/journal/article/view/3329/3347. Acesso em: 24 fev. 2025.

JOY, Nafew Sajed. Impacts of Assad's fall on Bangladesh. **The Daily Observer**, Dhaka, 02 jan. 2025. Disponível em: https://www.observerbd.com/news/505537. Acesso em: 27 maio 2025.

KERR-OLIVEIRA, Lucas; SILVA, Ana Karolina Morais; MENEM, Issam Rabih. Análise Geopolítica e de Conjuntura da Guerra Civil na Síria: o que muda com a queda do regime de Assad? **Revista Le Monde Diplomatique Brasil.** {s. l.} v.17, n. 213, s. p. dez. 2024. Disponível em: https://diplomatique.org.br/analise-geopolitica-e-de-conjuntura-da-guerra-civil-na-siria-o-que-muda-com-a-queda-do-regime-de-assad/. Acesso em:18 abr 2025.

KESER, Ahmet; FAKHOURY, Fareed. Hay'at Tahrir Al-Sham (HTS) from an Insurgent Group to a Local Authority: Emergence, Development and Social Support Base. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 48, n. 1, p. 46–66, 30 maio 2022. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/1057610X.2022.2082833?needAccess=true. Acesso em: 24 fev. 2025.

KHALIL, Hafsa. Syria: Security forces accused of killing dozens of Alawites. **BBC**, [s. l.], 7 mar. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/czxnwrqey4go. Acesso em: 05 abr. 2025.

LANGLOIS, Alexander. Navigating Security, Economy, and Diplomacy in Post-Assad Syria. **Stimson Center**, 01 abr. 2025. Disponível em: https://www.stimson.org/2025/navigating-security-economy-and-diplomacy-in-post-assad-syria/. Acesso em: 27 maio 2025.

LANGLOIS, Alexander. What Bahrain's warming Syria ties mean for Gulf politics. **The New Arab**, 12 jan. 2022. Disponível em: https://www.newarab.com/analysis/

what-bahrains-warming-syria-ties-mean-gulf-politics. Acesso em: 25 maio 2025.

LEITE, Inês da Silva. **O impacto da crise de refugiados da Síria nas políticas sociais, económicas e segurança:** uma análise comparativa do impacto na Turquia e Jordânia. Orientadora: Maria do Céu Pinto Arena. 2023. 93 f. Dissertação de Mestrado — Universidade do Minho, Braga, 2023. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/84052. Acesso em: 25 fev. 2025.

LEMIERE, Sophie. Commentary: Anwar's approach to Syria could boost Malaysia's standing in global Muslim community. **CNA**, Singapura, 09 jan. 2025. Disponível em: https://www.channelnewsasia.com/commentary/malaysia-anwar-syria-power-transition-political-islam-international-muslim-community-4842356. Acesso em: 26 maio 2025.

LIMAYE, Yogita. Syria's minorities seek security as country charts new future. **BBC News**, 22 dez. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cx2yqnewxrpo. Acesso em: 11 jun. 2025.

LISCHINSKY, Hanan. Strikes in Yemen, Lebanon & Syria: Israel continues "mowing grass" while waiting for US decisions on Iran, Houthis & Saudi. **All Israel News**, 14 mai. 2025. Disponível em: https://allisraelnews.com/strikes-in-yemen-lebanon-and-syria-israel-continues-mowing-grass-while-waiting-for-us-decisions-on-iran-houthis-and-saudi. Acesso em: 27 maio 2025.

LUCAS, John. Síria confirma negociações com Israel para reduzir tensões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 maio 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/siria-confirma-negociacoes-indiretas-com-israel-para-reduzir-tensoes/. Acesso em: 27 maio 2025.

MAHLI, Bilal. Syria's post conflict recovery: challenges and prospects for reconstruction and stability. **Policy Center for the New South**, v. 25, n. 22, p. 3–13, 2025. Disponível em: https://devdev.policycenter.ma/sites/default/files/2025-04/PB-22-25%20%28Bilal%20Mahli%29.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

MALAYSIA'S MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **MALAYSIA WELCOMES THE ARAB LEAGUE'S DECISION TO RE-ADMIT SYRIA - Press Releases - Portal.** 2022. Disponível em: https://www.kln.gov.my/web/guest/-/malaysia-welcomes-the-arab-league-s-decision-to-re-admit-syria. Acesso em: 27 maio 2025.

MALISKA, Marcos Augusto. Max Weber e o estado racional moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, p. 15-28, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/download/97438041/328074583.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

MARINHO, Ursula. Guerra Civil na Síria: a crise humanitária em meio a violação dos Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos e Fundamentais.** Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos_humanos_stricto_sensu/ebook_direitos-humanos-e-fundamentais-vol2.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

MARTINI, Jeffrey; YORK, Erin; YOUNG, William. Syria as an Arena of Strategic Competition. **Rand Corporation**, 2013. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.7249/j.ctt2jc9hh.1?seq=1. Acesso em 17 abr 2025.

MCLAUCHLIN, Theodore. The Loyalty Trap: Regime Ethnic Exclusion, Commitment Problems, and Civil War Duration in Syria and Beyond. **Security Studies**, v. 27, n. 2, p. 296–317, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636412.2017.1386938. Acesso em: 9 abr. 2025.

MENDONÇA, Sônia. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo.** v.2, n.2, p. 27-43, 2014. Disponível em: https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/35. Acesso em: 02 abr. 2025.

MEMO. Liga Árabe condena tomada de terras sírias por Israel, após queda de Assad. **Monitor do Médio Oriente**, São Paulo, 14 dez. 2024. Disponível em: https://www.monitordooriente.com/20241214-liga-arabe-condena-tomada-de-terras-sirias-por-israel-apos-queda-de-assad/. Acesso em: 19 abr. 2025.

MEMO. OIC restaura a filiação da Síria após mais de uma década de suspensão. **Monitor do Médio Oriente**, São Paulo, 10 jan. 2025. Disponível em: https://www.monitordooriente.com/20250310-oic-restaura-a-filiacao-da-siria-apos-mais-de-uma-decada-de-suspensao/. Acesso em: 19 abr. 2025.

MIHAYLOV, Dimitar. Syria: A Sudden Change, a Complicated Present, a Nebulous Future. **Israel Journal of Foreign Affairs**, p. 1–9, 2025. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/23739770.2025.2469465?needAccess=true. Acesso em: 27 maio 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Kingdom of Bahrain affirms support for security, stability of Syrian Arab Republic and its people for unity and prosperity. **Ministry of Foreign Affairs**, 08 dez. 2024. Disponível em: https://www.mofa.gov.bh/en/kingdom-of-bahrain-affirms-support-for-security-stability-of-syrian-arab-republic-and-its-people-for-unity-and-prosperity. Acesso em: 23 maio 2025.

MOHAMMED, Yasmin. **O nacionalismo árabe e o Partido Baath:** uma análise da política externa da Síria da ascensão de Hafez Al-Assad (1970-2000) à presidên-

cia de Bashar Al-Assad (2000-2010). Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro. 2016. 93 f. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147453. Acesso em: 24 fev. 2025.

MOTAMEDI, M. What is Iran signalling since the fall of Syria's Bashar al-Assad? **Al Jazeera**. Doha, 10 dez. 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/12/10/what-is-iran-signalling-since-the-fall-of-syrias-bashar-al-assad. Acesso em: 27 maio. 2025.

MUASHER, Marwan. Can Syria Break the Cycle of Tyranny? **Foreign Affairs**, 2025. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/syria/middle-east-can-syria-break-cycle-tyranny-marwan-muasher. Acesso em: 16 abr. 2025.

NASSER, R. M; ROBERTO, William Moraes. A política externa da Turca no pós-2011; das revoltas arabes à ascensão do Estado Islâmico. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 11 n. 2, p. 5–27, 2016. Disponível em: https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/555/313. Acesso em: 30 maio 2025.

NEPSTAD, Sharon Erickson. Mutiny and nonviolence in the Arab Spring. **Journal of Peace Research**, v. 50, n. 3, p. 337–349, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258155485_Mutiny_and_nonviolence_in_the_Arab_Spring. Acesso em: 27 maio 2025.

NEWSROOM. Yemen announces return of diplomatic mission to Syria after regime change. **Türkiye Today**, 26 abr. 2025. Disponível em: https://www.turkiyetoday.com/region/yemen-announces-return-of-diplomatic-mission-to-syria-after-regime-change-149978. Acesso em: 21 maio 2025.

OCI. OIC General Secretariat Denounces the Intensification of Israeli Aggression on Syria. 2024. Disponível em: https://new.oic-oci.org/SitePages/NewsDetail.aspx?Item=2490. Acesso em: 20 maio 2025.

OCI. OIC Secretary-General Welcomes Syrian Arab Republic's Resumption of OIC Membership. 2025. Disponível em: https://new.oic-oci.org/SitePages/NewsDetail.aspx?Item=2667. Acesso em 20 maio 2025.

OFFICE OF THE HISTORIAN. **Bandung Conference (Asian-African Conference)**, 1955. United States Department of State, 2019. Disponível em: https://history.state.gov/milestones/1953-1960/bandung-conf. Acesso em: 20 jul. 2025.
OFFICE OF THE HISTORIAN. **Camp David Accords and the Arab-Israeli Peace Process.** Office of the Historian, 2019. Disponível em: https://history.state.gov/

milestones/1977-1980/camp-david. Acesso em: 19 abr. 2025.

OLIVEIRA, Caroline Labuto de Barros de Biase; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Guerra na Síria e governo Trump: Intolerância aos Refugiados da Barbárie. **Revista Derecho y Cambio Social**, Lima, v. 50, out. 2017. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista050/GUERRA_NA_SIRIA_E_GOVERNO_TRUMP.pdf. Acesso em: 25 fev 2025.

PAUTASSO, Diego; ADAM, Gabriel; LIMA, Bruno Rocha. A política externa da Rússia diante da crise síria. T**ensões Mundiais**, Fortaleza, v. 11, n. 21, p. 147–168, 3 out. 2016. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v11i21.412. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/412/322. Acesso em: 23 maio 2025.

PHILLIPS, Christopher. Sectarianism and conflict in Syria. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 357–376, 2015. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2015.1015788. Acesso em: 9 abr. 2025.

PINTO, Maria do Céu. Nacionalismo árabe e pan-arabismo. 2016. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstreams/4f92e840-a548-435a-820e-3deefc4f4e96/download. Acesso em: 13 abr. 2025.

POPALZAI, E.; KENT, L. Talibã parabeniza Síria após rebeldes deporem regime de Bashar al-Assad. **CNN Brasil**, São Paulo, 8 dez. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/taliba-parabeniza-siria-apos-rebeldes-deporem-regime-de-bashar-al-assad/. Acesso em: 23 maio. 2025.

RAKHMAT, Muhammad. Indonesia and Syria: Time to forge a new partnership under Ahmad Al Sharaa's leadership. **Middle East Monitor**, 27 mar. 2025. Disponível em: https://www.middleeastmonitor.com/20250327-indonesia-and-syria-time-to-forge-a-new-partnership-under-ahmad-al-sharaas-leadership/. Acesso em: 22 maio 2025.

REPUBLIC OF TURKEY MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. The Organization of Islamic Cooperation suspended the membership of Syria at the Extraordinary Summit. 2012. Disponível em: https://www.mfa.gov.tr/the-organization-of-islamic-cooperation-suspended-the-membership-of-syria-at-the-extraordinary-summit.en.mfa. Acesso em: 20 maio 2025.

REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO, Declaração No:492/24 do Ministério das Relações Exteriores da República do Azerbaijão sobre a situação mais recente na Síria. Disponível em: https://brasilia.mfa.gov.az/pt/news/3126/no49224-declara-

cao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-da-republica-do-azerbaijao-sobre-a-situacao-mais-recente-na-siria. Acesso em: 25 maio. 2025.

REUTERS. Liga Árabe readmite Síria depois de 10 anos de exclusão. **G1**. 07 maio 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/07/liga-arabe-readmite-siria-depois-de-10-anos-de-exclusao.ghtml. Acesso em: 27 maio 2025.

REVISTA RELAÇÕES EXTERIORES. Definição de Soft Power. **Revista Relações Exteriores**, São Paulo, 2024. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/glossario/soft-power/. Acesso em: 26 jul. 2025.

RICCI, Carla. Primavera Árabe na Síria: a correlação de forças na evolução das revoltas populares à Guerra Civil. **Revista Gae-Omam**, n. 1, 2016. Disponível em: https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/GAE-OMAM/article/view/10/7. Acesso em: 24 fev. 2025.

RJOUB, Awad; SHAMALA, Rania. Palestinian premier meets Syrian administration leader in Damascus. **Anadolu Ajansı**, 28 jan. 2025. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/middle-east/palestinian-premier-meets-syrian-administration-leader-in-damascus/3464656. Acesso em: 21 maio 2025.

RODIONOV, M. Rússia está em contato com rebeldes sírios para manter bases militares no país. **CNN Brasil**, São Paulo, 13 dez. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-esta-em-contato-com-rebeldes-sirios-para-manter-bases-militares-no-pais/. Acesso em: 23 maio. 2025.
ROVETTA-CORTÉS, Ana Irene. ¿Por qué pagaste el viaje? Narrativas de población siria sobre el programa argentino de patrocinio de refugiados. **Papeles de Población**, v. 30, n. 119, p. 1-27, ago. 2024. Disponível em: https://rppoblacion.uaemex.mx/article/view/20597. Acesso em: 25 fev. 2025.

SCHIAVI, Francesco. Iraq Begins to Adjust to Syria's Post-Assad Reality. **Bourse & Bazaar Foundation**, 2025. Disponível em: https://www.bourseandbazaar.org/articles/2025/4/18/iraq-begins-to-adapt-to-syrias-post-assad-transformation. Acesso em: 21 maio 2025.

SÉRGIO, Paulo. Futuro da Síria depende do fim das sanções dos EUA, diz enviado da ONU. [Entrevista concedida a] Lucas Pordeus León. **Agência Brasil**, Brasília, abril, 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-04/futuro-da-siria-depende-do-fim-de-sancoes-dos-eua-diz-enviado-da-onu. Acesso em: 12 abr. 2025.
SEVEN, Ümit. Humanitarianism as a tool of statecraft: contested authority, sovereign violence, and humanity in the Syrian civil war. **Disasters**, v. 49, n. 1,

30 set. 2024. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/disa.12659. Acesso em: 26 fev. 2025.

SHAFAAQ NEWS. Iran–Syria ties after al-Assad: Realignment or retreat? **Shafaaq News**, Bagdá, 12 maio 2025. Disponível em: https://shafaq.com/en/Report/Iran-Syria-ties-after-al-Assad-Realignment-or-retreat. Acesso em: 27 maio. 2025.

SILVA, Gabriela dos Santos. **A alautização da política síria e a reorientação das relações regionais.** Orientadora: Dra Silvia Regina Ferabolli. 2019.184f. Dissertação — Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196126. Acesso em: 9 abr 2025.

SONS, Sebastian. Causing Mixed Feelings: The Fall of the Assad Regime and the Gulf States. **Brussels International Center**, Bruxelas, 03 jan. 2025. Disponível em: https://www.bic-rhr.com/research/causing-mixed-feelings-fall-assad-regime-and-gulf-states. Acesso em: 27 maio 2025.

SYRIAN-ISRAELI DISENGAGEMENT AGREEMENT. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVI, Arab-Israeli Dispute, 1974–1976. Genebra, 31 maio 1974. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v26/d88. Acesso em 20 maio 2025.

SYRIAN NATIONAL COUNCIL. Arab League Initiative. **Syrian National Council Information.** (s. d.). Disponível em: https://syriancouncil.org/en/issues/item/108-arab-league-initiative.html. Acesso em 20 maio 2025. Issues: Arab League Initiative (termina assim?)

THE DIPLOMAT. Pakistan's Role in the Syria Conflict. **The Diplomat**, {s.l.}, 24 ago. 2016. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://thediplomat.com/2016/08/pakistans-role-in-the-syria-. Acesso em: 20 maio 2025.

UOL. Milhares se juntam ao "novo exército" da síria, diz presidente. **UOL**, 10 fev. 2025. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/02/10/milhares-se-juntam-ao-novo-exercito-da-siria-diz-presidente.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.

USHER, Sebastian. Who are the rebels in Syria? **BBC**, 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/ce313jn453zo. Acesso em: 12 abr. 2025.

VEJA. ONU pede transição de governo 'confiável e inclusiva' na Síria. **Veja**, São Paulo, 16 dez 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/onu-pede-

-transicao-de-governo-confiavel-e-inclusiva-na-siria/ Acesso em 8 abr 2025.

VISENTINI, Paulo. **Oriente Médio, Afeganistão e Ásia Central**: A lógica da Guerra sem fim. 1ed. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2022.

VYSOTSKY, Alexander. Russia and the Arab Spring. **Connections**, v. 14, n. 1, 2014, 41–64. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/26326385. Acesso em: 25 fev. 2025.

WALAW. Síria agradece ao rei a decisão de reabrir a embaixada marroquina em Damasco. **Walaw**, {s.l.}, 18 maio 2025. Disponível em: https://pt.walaw.press/country/alemanha/QWSP/articles/siria_agradece_ao_rei_a_decisao_de_reabrir_a_embaixada_marroquina_em_damasco/GMPPPSWPWRQW. Acesso em: 25 maio. 2025.

XINHUA. Iraq, Syria discuss ties, anti-terrorism cooperation. **Xinhua**, 15 mar. 2025. Disponível em: https://english.news.cn/20250315/515b40b5441246bbb284964f7c8286c9/c.html. Acesso em: 21 maio 2025.

YAHYA, Maha. The Fatal Flaw of the New Middle East. **Foreign Affairs**, 2025. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/middle-east/fatal-flaw-new-middle-east-gaza-yahya. Acesso em: 16 abr. 2025.

ZEIDAN, Adam. Ahmed al-Sharaa: president of interim government of Syria. **Encyclopedia Britannica**, 26 mai. 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/biography/Ahmed-al-Sharaa. Acesso em: 27 maio 2025.

Organização para a Cooperação Islâmica (OCI)

# Mecanismos para a proteção do patrimônio cultural islâmico

*Bruna Lobo Lessa*[21]
*Yasmin Matos Siqueira*[22]

## RESUMO

Este guia de estudos busca apresentar os desafios contemporâneos e os mecanismos institucionais voltados à proteção do patrimônio cultural islâmico, com foco na atuação da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI). A partir de uma abordagem histórica e crítica, o texto discute o valor simbólico e identitário dos bens culturais islâmicos — materiais e imateriais — e destaca sua vulnerabilidade diante de ameaças como conflitos armados, terrorismo, urbanização desordenada, mudanças climáticas e tráfico de artefatos. O estudo evidencia o papel do extremismo religioso, especialmente do Estado Islâmico, na destruição sistemática de patrimônios como forma de dominação ideológica e financeira. Além disso, argumenta que a proteção desses bens não se limita à preservação estética, mas constitui uma medida estratégica para a estabilidade e reconstrução pós-conflito. Por fim, o texto analisa a importância de políticas públicas integradas, cooperação internacional e respeito à diversidade cultural como pilares para proteger a herança islâmica global, reforçando que o patrimônio cultural é também um vetor de paz e segurança internacional.

21 Bruna Lobo Lessa é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).
22 Yasmin Matos Siqueira é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

## 1 INTRODUÇÃO

A proteção do patrimônio cultural figura, no século XXI, como uma das mais relevantes frentes de atuação no campo das Relações Internacionais, não apenas por seu valor simbólico intrínseco, mas por sua capacidade de mobilizar discursos identitários, reivindicações de soberania e dinâmicas de poder no Sistema Internacional. No âmbito islâmico, essa questão assume proporções ainda mais complexas e urgentes: espalhado por três continentes e abarcando uma miríade de expressões culturais, históricas e religiosas, o patrimônio cultural islâmico constitui um dos mais vastos e heterogêneos conjuntos civilizacionais do mundo. Sua preservação ultrapassa, portanto, os limites do interesse local ou regional, posicionando-se como um desafio de ordem global.

As pressões contemporâneas que incidem sobre esse patrimônio são múltiplas e interconectadas. Conflitos armados, ocupações estrangeiras, terrorismo, fanatismo religioso, degradação ambiental, expansão urbana descontrolada e a mercantilização da cultura colocam em risco não apenas monumentos, sítios arqueológicos e artefatos, mas também práticas culturais, tradições orais, saberes comunitários e modos de vida que compõem a riqueza das sociedades islâmicas. Muitas dessas ameaças se intensificaram nas últimas décadas, sobretudo em virtude da instabilidade geopolítica em regiões como o Oriente Médio e o Norte da África, revelando a vulnerabilidade de um patrimônio que, embora profundamente enraizado no tecido social dessas populações, carece frequentemente de estruturas institucionais eficazes para sua proteção e valorização.

Diante desse cenário, a Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), enquanto principal organismo intergovernamental representativo dos países de maioria muçulmana, tem buscado afirmar-se como uma voz ativa na promoção de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural islâmico. Fundada em 1969, a OCI é composta atualmente por 57 Estados-membros, e reconhece a centralidade da cultura na construção de identidades nacionais e no fortalecimento da solidariedade entre os povos islâmicos. Por meio de sua Secretaria de Cultura, dos encontros ministeriais de cultura e das iniciativas do Comitê Islâmico para os Assuntos Educacionais, Científicos e Culturais (ICESCO), a Organização tem buscado fomentar a cooperação multilateral, incentivar a adoção de legislações de proteção cultural, mapear bens e tradições em risco, e articular esforços com organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Sendo assim, o presente guia de estudos tem por objetivo aprofundar a compreensão sobre os mecanismos voltados à proteção do patrimônio cultural islâmico, situando-os em uma perspectiva histórica e crítica. Para isso, propõe-se: (i) realizar uma breve contextualização da relação histórica entre as sociedades islâmicas e a valorização de seus bens culturais, destacando os princípios e práticas que moldaram essa tradição; (ii) analisar o conjunto de desafios contemporâneos que se colocam à preservação desse patrimônio, tanto em nível doméstico quanto no âmbito internacional, com ênfase no papel dos conflitos armados, do terrorismo e na crescente urbanização desordenada; (iii) apresentar um panorama das principais iniciativas promovidas pela comunidade internacional, com destaque para os programas e diretrizes da OCI, que busca se afirmar como protagonista na promoção de uma abordagem integrada, solidária e culturalmente sensível à proteção do patrimônio dos países membros; e, finalmente, (iv) explicar os posicionamentos dos Estados que compõem a organização no que se refere ao tema em voga.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A compreensão do patrimônio cultural islâmico exige uma abordagem que considere tanto sua riqueza civilizacional quanto sua profunda relevância identitária para as sociedades muçulmanas. Para além de monumentos e objetos históricos, esse patrimônio abrange práticas, saberes, tradições e modos de vida que atravessam séculos e se distribuem por múltiplas regiões geográficas. Neste sentido, contextualizar historicamente a relação entre as comunidades islâmicas e seus bens culturais é fundamental para entender os princípios que orientam sua valorização e preservação, bem como os fatores que agravam a sua vulnerabilidade. Desse modo, esta seção busca traçar um panorama das origens, das manifestações mais representativas e das ameaças históricas que incidiram sobre esse legado, com o objetivo de embasar uma análise crítica sobre sua situação atual.

### 2.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL ISLÂMICO: DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA

Cultura, herança e identidade são integrantes centrais do conceito de patrimônio, que pode ser material, imaterial, cultural ou natural (Ferreira, 2021). Existem diversas visões de como se pode definir a cultura e a identidade; todavia, a que o Mestre Zé Pio[23] apresenta em uma entrevista caracteriza a cultura como a manifestação da identidade de um indivíduo por meio de expressões produzidas diretamente com o próprio corpo (Mestre Zé Pio, 2021). Essa expressão pode ocorrer de diversas formas, como música, dança, artes visuais e conhecimento, refletindo a essência de uma pessoa ou comunidade. Com o tempo, essas criações tornam-se patrimônios, a partir do reconhecimento do valor cultural ou natural, sendo necessário: que a criação ou o lugar seja considerado relevante para a história, identidade, memória ou cultura de um povo; o posterior processo de registro ou tombamento (nível nacional); e por fim a submissão do país ao processo de aprovação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) — em que o bem é avaliado por especialistas e conselhos consultivos, e, se aprovado, é incluído na Lista do Patrimônio Mundial ou Cultural Imaterial (Ferreira, 2021). Dessa forma, cultura é o conjunto de elementos materiais e imateriais que o ser humano emprega para responder à natureza e aos fenômenos sociais. Ela surge a partir de um processo de aprendizado e acumulação, que varia entre os grupos devido às diferenças nos contextos naturais e sociais em que estão inseridos (Ferreira, 2021). Nesse sentido, o patrimônio cultural é uma das formas de expressão da cultura, além de contribuir para sua preservação e valorização.

A UNESCO define os patrimônios culturais como: "[...] a herança que recebemos do passado, aquilo com que vivemos no presente, que é fonte de inspiração de encantamento e de prazer, e que transmitimos às gerações futuras." (UNESCO, 2012). Ou seja, há uma conexão entre as gerações do passado, presente e o futuro que torna esse patrimônio uma realidade viva (Molina, 2019). Nessa lógica, por meio do patrimônio, é possível preservar a herança dos povos, associando qualquer indivíduo a uma civilização perdida ou distante, graças a uma visita ao museu, um livro, uma foto ou uma música (Weiss e Connelly, 2017).

Esses patrimônios podem ser materiais ou imateriais. O patrimônio mate-

23 Zé Pio é Mestre da Cultura e Tesouro Vivo do estado do Ceará, no Brasil. Ele é mestre de Bumba Meu Boi, manifestação da cultura popular brasileira. O trecho apresentado foi retirado de uma entrevista de Zé Pio ao Governo do Ceará e encontra-se disponível em https://www.instagram.com/tv/CKZ7CeMndM2/.

rial pode se manifestar de forma natural, como a Floresta Hircânia no Azerbaijão e Irã; ou cultural, como Petra na Jordânia ou o complexo de Gizé no Egito (UNESCO, 2025e). No geral, abrange elementos diversos, desde paisagens e formações naturais até construções, monumentos e objetos que carregam valor histórico e cultural (Ferreira, 2021). Por outro lado, os patrimônios imateriais, segundo a UNESCO (2012), incluem práticas, representações, saberes e técnicas que, juntamente com objetos e espaços relacionados, são reconhecidos por suas comunidades. Do mesmo modo, sua conexão com o ambiente contribui para a construção de um senso de identidade coletiva: entre alguns exemplos, pode-se citar a caligrafia árabe e o Noruz — a celebração do Ano Novo persa (UNESCO, 2025e).

Nesse sentido, proteger a cultura islâmica é essencial, pois o patrimônio cultural árabe reflete a história, as tradições e os valores de civilizações que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da humanidade. Além disso, representa um ponto de encontro entre diversas culturas — com influências gregas, romanas, bizantinas, persas, berberes e otomanas — que estão presentes até hoje em monumentos, línguas e tradições. É válido relembrar que, para o Islamismo, o patrimônio cultural está associado à noção de dignidade humana, e que os os princípios islâmicos não apenas reconhecem o valor dos bens culturais, mas também estabelecem uma responsabilidade moral e legal de preservá-los (Alshehaby, 2020). Em suma, garantir essa preservação significa respeitar a diversidade cultural do mundo, manter viva a memória das civilizações árabes e promover o entendimento entre os povos (Ferreira, 2021).

## 2.2 PRINCIPAIS REGIÕES E MANIFESTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL ISLÂMICO

Após a compreensão do que constitui um patrimônio cultural, faz-se válido abordar as principais manifestações do patrimônio islâmico, destacando sua presença dentro e fora dos Estados que fazem parte da Organização para Cooperação Islâmica (OCI). Diversos países da OCI possuem pelo menos um patrimônio protegido pela UNESCO; por isso, neste guia, destacamos somente os mais relevantes para a cultura islâmica. Nessa lógica, para facilitar o entendimento, dividimos o patrimônio islâmico em quatro grupos: arquitetura islâmica, cidades históricas, literatura e filosofia.

A arquitetura islâmica é uma das mais celebradas do mundo, e nesse âmbito, é válido citar a relevância das mesquitas; enquanto locais de culto, são os lugares mais sagrados do Islamismo. Um dos deveres dos muçulmanos é rezar cinco vezes ao dia e, embora isso possa ser feito em qualquer lugar, os muçulmanos devotos se esforçam para participar do momento de oração dentro da mesquita (Adair, 2018). Cada mesquita é considerada um local sagrado; no entanto, existem duas mesquitas que, devido a sua localização geográfica, são as mais significativas: a Mesquita de Al-Haram, em Meca, e a Mesquita do Profeta, em Medina (Adair, 2018).

A Mesquita de Al-Haram — conhecida como a "Grande Mesquita" — é a maior do mundo, construída para acomodar todos os que participam do Hajj. Um dos cinco pilares do Islã, este consiste em uma peregrinação dos muçulmanos à cidade de Meca e à Mesquita de Al-Haram (Adair, 2018). Os muçulmanos acreditam que a conclusão do Hajj traz o perdão dos pecados e os aproxima do paraíso após a morte. Espera-se que todo muçulmano adulto, saudável e com condições financeiras para participar do Hajj o faça (Adair, 2018). Outro ponto de relevância da mesquita é que dentro dela se encontra a Caaba, templo que os muçulmanos acreditam

ter sido construído por Abraão e Ismael e o santuário mais sagrado do Islamismo, a qual todos os muçulmanos se voltam durante as orações (UNESCO, 2025f).

Além disso, por ser uma cultura com uma tradição histórica tão considerável, o patrimônio islâmico também conta com uma série de cidades históricas. Exemplos disso, são Hatra no Iraque e a Cidade Antiga de Damasco na Síria (UNESCO, 2025f). Hatra, a capital do antigo Império Parta[24], era o centro da atividade religiosa, social e econômica de todos os habitantes da Jazeera do Iraque, contendo assim muitos vestígios desde a vida assíria até o desenvolvimento do primeiro império arábe. Todavia, apesar de ser fundamental para o conhecimento histórico e a continuidade da identidade regional, esse sítio arqueológico esteve fechado e sem a devida manutenção durante quatro décadas, período em que o líder do Iraque era Saddam Hussein (Hernandez, 2015). Em 2015, depois de reaberta, a cidade sofreu uma série de ataques e destruições na cruzada do Estado Islâmico, grupo radical jihadista, para exterminar o que consideram "idolatria" nos territórios tomados sobre seu controle naquela região do noroeste do Iraque. Após sua destruição, Hamid al-Juburi, diretor do Departamento de Antiguidades da Universidade de Mossul, lamentou que a demolição das milenares ruínas "representa uma perda impossível de ser reparada" (Hernandez, 2015, p.10). Além disso, a cidade milenar de Damasco na Síria — que é de um valor inestimável para a historiografia da humanidade, sendo ocupada há pelo menos 5000 anos contínuos — tornou-se um campo de batalha durante a Guerra Civil da Síria em 2011. Segundo Hernández (2015),

> A capital síria, Damasco, é o grande bastião do governo liderado por Bashar Hafez al-Assad. Entre os monumentos e locais de culto mais famosos afetados por ataques de artilharia estão a cidadela e a grande mesquita dos Omíadas, bem como os museus da caligrafia árabe e o de artes e tradições populares. Bombardeios e explosões também causaram danos ao bairro otomano de Al Midan, em Berzeh, ao templo romano de Al Dumeir e à sinagoga de Jobar, na Ghouta, a zona rural próxima de Damasco (Hernandez, 2015, p.4).

Esse conflito não afetou apenas Damasco, mas também se estendeu para pelo menos 5 locais considerados patrimônio cultural da UNESCO, sendo eles: Damasco, Bosra, Palmira, Alepo e Cráss dos Cavaleiros e Qal'at Salah Al-Din. Segundo a ONU, o conflito afetou quase 300 monumentos e locais patrimoniais da Síria e quase 450 edifícios históricos (UNITAR, 2025). O Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR) constatou, em um relatório baseado em imagens de satélite, que 24 dos monumentos foram completamente destruídos, 189 sofreram danos graves ou moderados e outros 77 também estariam danificados (UNITAR, 2025). Essa perda é incalculável, no sentido de seu peso para a cultura local.

A filosofia e a literatura islâmica representam pilares essenciais do patrimônio cultural do mundo muçulmano, refletindo a riqueza intelectual, espiritual e estética que atravessou séculos de produção e influência. A literatura islâmica não se limita apenas a textos religiosos, como o Alcorão — cuja recitação e caligrafia são também expressões artísticas —, mas inclui obras clássicas, como As Mil e Uma Noites, que reúne contos originários de diversas culturas do mundo islâmico e desempenha papel central na tradição oral e escrita árabe (UNESCO, 2025f). Já a filosofia islâmica floresceu especialmente entre os séculos VIII e XIII, com pensadores como Avicena (Ibn Sina) e Averróis (Ibn Rushd), que não apenas reinterpretaram os clássicos gregos à luz do Islã, mas também influenciaram profundamente o pen-

24 Pérsia antiga.

samento ocidental, em áreas como metafísica, medicina e ética (Sonneborn, 2006). Preservados em manuscritos valiosos, muitos deles localizados em centros históricos como Bagdá, Damasco, Fez e Cairo, (UNESCO, 2025f) esses saberes continuam a representar não só uma herança intelectual, mas também um elo vivo entre o passado e o presente das civilizações islâmicas. Desse modo, proteger e valorizar esse legado é reconhecer a contribuição significativa do pensamento islâmico para a cultura universal e para o diálogo intercivilizacional.

Por fim, é válido destacar que a maior concentração geográfica de patrimônios culturais islâmicos, especialmente os materiais, encontra-se no Oriente Médio e no Norte da África, principalmente em países como Irã, Egito, Turquia, Arábia Saudita e Síria (UNESCO, 2025f). Essas regiões abrigam inúmeros sítios arqueológicos, monumentos históricos, mesquitas antigas e cidades inteiras consideradas Patrimônio Mundial pela UNESCO, como a cidade histórica de Damasco (Síria), o complexo de Gizé (Egito), Isfahan e Persepolis (Irã), e as mesquitas sagradas em Meca e Medina (Arábia Saudita) (UNESCO, 2025f).

## 2.3 PRINCIPAIS AMEAÇAS HISTÓRICAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL ISLÂMICO

Diante desse contexto, torna-se evidente que o genocídio cultural devasta a integridade identitária e física de suas vítimas, de modo que a fragmentação da memória cultural compromete a coesão social e política de uma comunidade (Bokova, 2017). Assim, proteger o patrimônio cultural islâmico não é apenas um exercício de preservação histórica, mas um imperativo para garantir a continuidade social e política das comunidades muçulmanas.

Contudo, tal proteção não pode ser efetivada sem uma análise clara das ameaças que recaem sobre esse patrimônio. Historicamente, as manifestações culturais islâmicas foram inseridas em um cenário marcado por: (i) conflitos armados recorrentes, que visam não apenas alvos militares, mas também bens culturais estratégicos (Fonseca, 2017); (ii) práticas de limpeza cultural promovidas por forças ocupantes ou grupos extremistas (Ferreira, 2021); (iii) processos acelerados de urbanização que negligenciam a integração de sítios culturais no espaço urbano contemporâneo (Al-Houdalieh, Sauders, 2009); (iv) insuficiência de recursos financeiros para iniciativas de conservação e documentação (Ferreira, 2021); e (v) redes ilícitas de saque e tráfico de artefatos, frequentemente associadas ao financiamento de atividades ilícitas e grupos armados (Fonseca, 2017).

Os conflitos armados representam uma das maiores ameaças ao patrimônio cultural islâmico, sobretudo em regiões do Oriente Médio e Norte da África. Nas últimas décadas, guerras civis, intervenções militares estrangeiras e insurgências internas não apenas causaram danos colaterais a sítios históricos, mas frequentemente afetaram de maneira direta monumentos, mesquitas, bibliotecas e museus, em um ato calculado de destruição cultural que busca desarticular a resistência identitária e, assim, facilitar o domínio territorial e ideológico (Fonseca, 2017). Segundo Irina Bokova, ex-diretora geral da UNESCO, essas práticas constituem uma forma de genocídio cultural (Bokova, 2017). Exemplos emblemáticos, como a destruição de Palmira pelo autoproclamado Estado Islâmico (EI) e o bombardeio da Mesquita Al-Nuri em Mossul, não se resumem a ataques físicos aos patrimônios, mas são tentativas de eliminar a herança cultural que conecta as comunidades ao seu passado histórico e religioso (Organização das Nações Unidas do Brasil, 2015; El País Brasil, 2017).

Tais práticas não são fenômenos isolados ou recentes: a destruição de patrimônio como estratégia de dominação política remonta a eventos como a campanha

dos talibãs contra os Budas de Bamiyan, no Afeganistão, em 2001 (Fonseca, 2017), evidenciando que o ataque à cultura e à memória social tem sido uma constante em contextos de guerra e ocupação. Por isso, inserir o debate sobre genocídio cultural nas análises de conflitos contemporâneos é fundamental para compreender que a violência nesses cenários não é apenas física, mas também simbólica e estruturante.

Nesse sentido, a limpeza cultural é uma prática hostil fortemente relacionada aos conflitos armados, visto que pode ser caracterizada como uma estratégia geralmente aplicada em cenários de disputa ou de dominação, que busca eliminar símbolos, práticas e referências culturais específicas de um grupo, a fim de apagar sua presença histórica de um território (Ferreira, 2021). No contexto islâmico, grupos extremistas ou autoridades coloniais já se utilizaram dessa tática com o intuito de erradicar a diversidade intra-islâmica, como no caso da destruição de patrimônios xiitas[25] por grupos sunitas salafistas[26] ou da perseguição a minorias muçulmanas como os sufis[27] ou ismaelitas[28].Além disso, práticas coloniais europeias no século XIX frequentemente impuseram uma visão eurocêntrica, que marginalizava as expressões artísticas e arquitetônicas islâmicas, deslegitimando-as em prol de uma narrativa colonial.

Por outro lado, o processo de urbanização nas cidades islâmicas, pressionado demográfica e economicamente de maneira exponencial a partir das independências de antigos territórios coloniais — que antes possuíam seus desenvolvimentos limitados pela apropriação metropolitana — impulsionou a modernização de antigos bairros históricos, frequentemente sem que ocorresse qualquer planejamento que considere sítios culturais pré-existentes em tais regiões. Desse modo, a descaracterização de centros históricos em cidades como Cairo e Bagdá carrega em si a separação cidadão-cidade e, como consequência, a de pátria-identidade (Al-houdalieh, Sauders, 2019).

Esse processo de urbanização, além disso, também está fortemente relacionado à problemática da falta de financiamento. As agendas de desenvolvimento urbano ocupam a maior parte dos recursos financeiros disponíveis, de modo que restaurações e medidas de proteção a sítios históricos são deixadas em segundo plano. Além disso, os contextos de crises econômicas e de conflitos internos e externos representam outros obstáculos relacionados às questões monetárias, seja por sua insuficiência ou uso desequilibrado (Ferreira, 2021). Por fim, o saque e o tráfico de artefatos historicamente importantes se mostraram como um comércio altamente lucrativo, particularmente em contextos de instabilidade política. Durante guerras e ocupações, sítios arqueológicos são saqueados, manuscritos são vendidos ilegalmente e objetos religiosos são contrabandeados para o mercado negro internacional, muitas vezes financiando redes criminosas ou atividades terroristas (Fonseca, 2017).

Dessa forma, compreende-se que a proteção do patrimônio cultural islâmico enfrenta desafios complexos e interconectados. Em primeiro lugar, os conflitos armados destroem intencionalmente bens culturais como estratégia militar e ideológica, enquanto práticas de limpeza cultural visam erradicar identidades culturais

25 O islamismo é dividido principalmente entre duas correntes: xiitas e sunitas. Os xiitas acreditam que a liderança da comunidade deveria ter permanecido na linhagem de Ali, primo e genro do profeta Maomé, considerando seus descendentes como os legítimos sucessores (imãs). (Encyclopædia Britannica, 2025c)

26 Os sunitas defendem que a liderança deveria ser escolhida pela comunidade, como ocorreu com os primeiros califas após a morte de Maomé. Dito isso, os sunitas salafistas seguem uma interpretação literal e puritana dessa corrente, a partir da qual buscam retomar os conhecimentos de Maomé e rejeitam inovações religiosas posteriores (Encyclopædia Britannica, 2025b).

27 Presentes em várias correntes islâmicas, os sufis seguem uma forma mística do islamismo, com ênfase na experiência espiritual e na união com o divino por meio de práticas como a meditação e a poesia (Encyclopædia Britannica, 2025d).

28 Os ismaelitas são uma ramificação do xiismo que reconhece outra linhagem diferente de imãs a partir de Ismael, filho de Jafar al-Sadiq (Encyclopædia Britannica, 2025a).

específicas, minando sua continuidade histórica. Além disso, a urbanização desordenada conduz à descaracterização e ao abandono de sítios históricos; de forma semelhante, a escassez de financiamento e políticas públicas adequadas limita as capacidades protetivas dos Estados-membros da OCI. Por fim, o saque e tráfico ilícito de artefatos afasta essas comunidades de seus símbolos culturais, descontextualizando e comercializando sua memória histórica. Sendo assim, compreender essas ameaças é essencial para formular políticas eficazes e sustentáveis de preservação do patrimônio islâmico.

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Apesar dos avanços institucionais e dos esforços multilaterais para a valorização da cultura, o patrimônio islâmico segue exposto a um conjunto de ameaças que comprometem sua integridade física, simbólica e histórica. Tais ameaças, longe de serem meramente ocasionais, resultam de dinâmicas estruturais e contextos geopolíticos marcados por conflitos armados, extremismo religioso e processos urbanos desordenados. Além disso, novas variáveis, como as mudanças climáticas e o tráfico internacional de bens culturais, agravam a situação e demandam respostas cada vez mais articuladas.

### 3.1 CONFLITOS ARMADOS E DESTRUIÇÃO DE PATRIMÔNIO

A enormidade de conflitos armados que eclodiram recentemente no Oriente Médio — região que abriga diversos patrimônios de grande importância para a identidade cultural de várias civilizações — impõe a necessidade de uma reflexão sobre a crise da sociedade internacional na proteção dos patrimônios culturais da humanidade (Robichez, 2015). Para debater esse tema, neste guia serão detalhados três casos em que a destruição do patrimônio foi utilizada com o intuito de obliterar a memória e identidade das comunidades, sendo eles: a invasão do Iraque; a guerra na Síria; e os ataques israelenses na Palestina.

Antes de discutir propriamente os conflitos armados e a destruição de patrimônio no mundo islâmico, é essencial compreender quais são os atores que realizam essas degradações. Diversos agentes estão envolvidos na destruição do patrimônio cultural, operando em contextos de instabilidade política e conflitos armados. Entre eles, destacam-se: forças militares que, obedecendo a diretrizes estatais, conduzem ações isoladas ou coordenadas em regiões de tensão; milícias que se aproveitam do vácuo de poder para agir com impunidade; grupos terroristas que deliberadamente atacam símbolos culturais com fins ideológicos; civis que, em contextos de guerra civil, vandalizam bens culturais por motivações simbólicas ou políticas; e indivíduos movidos por desespero ou ganância que saqueiam artefatos para revendê-los no mercado negro internacional (Robichez, 2015). Atualmente, há um entendimento consolidado de que essas agressões contra o patrimônio não afetam apenas um grupo específico, mas comprometem a herança cultural da humanidade como um todo, ao violarem profundamente a identidade coletiva dos povos e os fundamentos da dignidade humana. Assim, preservar os bens culturais ultrapassa a esfera nacional, configurando-se como uma responsabilidade coletiva da comunidade internacional, essencial para a memória, o respeito mútuo e a continuidade das civilizações (Robichez, 2015).

Nesse sentido, a invasão ao Iraque pelos Estados Unidos em 2003, após o atentado do 11 de Setembro e o início da Guerra ao Terror, trouxe perdas significativas para o patrimônio cultural iraquiano. Segundo Pereira e Paz (2016), o patrimô-

nio cultural do Iraque, já fragilizado por anos de guerras, como a Guerra do Golfo, e sanções econômicas, sofreu impactos ainda mais severos após a invasão americana. A violação da Convenção de Haia — que será detalhada posteriormente — revelou uma negligência profunda em relação à proteção dos bens culturais de uma das civilizações mais antigas do mundo. Os estragos provocados foram de tal magnitude que muitos são considerados irreversíveis. A continuidade dos conflitos levou ao abandono de sítios arqueológicos, bibliotecas, monumentos e artefatos históricos, resultando na perda de uma parte significativa da herança cultural iraquiana (Pereira; Paz, 2016). Os impactos do conflito se estenderam muito além do período da intervenção militar. Após a queda de Saddam Hussein, não houve qualquer plano de reconstrução ou estabilização por parte dos Estados Unidos. Nas cidades ocupadas, não foram implementadas leis nem medidas de controle, e o vácuo de poder deixado pela destituição do regime provocou um cenário de caos, marcado por desordem generalizada e saques de antiguidades em larga escala (Pereira; Paz, 2016). Estima-se que, em dois dias, aproximadamente 15 mil artefatos foram saqueados do Museu Nacional de Bagdá (Pereira; Paz, 2016). No entanto, os saques não foram o único fator responsável pela destruição do patrimônio cultural iraquiano no período pós-guerra. De acordo com os relatórios de 2006 e 2007 do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), inúmeros santuários sagrados sofreram danos significativos. Um dos casos mais emblemáticos foi o ataque ao santuário xiita Al Asqari, datado do século X, ocorrido em 22 de fevereiro de 2006. A mesquita era especialmente conhecida por sua cúpula dourada, originalmente revestida com ouro em 1868.

Além disso, deve-se citar a destruição dos bens culturais diante da Guerra Civil Síria. Os atos meticulosamente planejados e executados de destruição promovidos pelo Estado Islâmico (EI) em sítios arqueológicos de grande renome internacional na Síria e também no Iraque ganharam destaque mundial nos últimos anos. Essas ações, cuidadosamente encenadas e amplamente divulgadas, tornaram-se parte da estratégia midiática do grupo, funcionando como símbolos visuais de sua identidade ideológica e como ferramenta de propaganda voltada à atração de simpatizantes ao califado entre grupos extremistas (Porto; Hora, 2018). Locais históricos como as cidades de Palmira, Nimrud, Hatra e o Museu de Mosul, além de santuários, sepulturas e espaços sagrados ligados à religiosidade popular e a comunidades como os xiitas e os yazidis, foram alvos diretos da fúria iconoclasta do grupo (UNESCO, 2025f). Um dos episódios mais simbólicos dessa violência foi o assassinato brutal do diretor do departamento de antiguidades de Palmira, decapitado após se recusar a cooperar com os extremistas, bem como a destruição da cidade histórica de Palmira, que foi parcialmente dinamitada pelo EI (Porto; Hora, 2018). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), juntamente com especialistas, classificou essas ações como formas de "limpeza cultural", equiparando-as a crimes de guerra. Essa definição estabelece uma ligação direta entre a destruição deliberada do patrimônio cultural e o intento de eliminar comunidades minoritárias associadas a esses bens, ressaltando que a devastação material visa também o apagamento simbólico e identitário desses grupos (Porto; Hora, 2018).

Por fim, é necessário comentar sobre os ataques israelenses na Palestina, e a consequente destruição do patrimônio histórico do local. No novo embate entre forças palestinas e israelenses que se iniciou em 2023, é clara a devastação histórica e cultural de Gaza como arma de guerra de Israel. Os bombardeios israelenses a estruturas ligadas ao Hamas e prédios civis destruíram também construções milenares e acervos que guardavam a história de Gaza e a memória do povo palestino (Vasconcelos, 2025).

O Ministério da Cultura da Palestina informou que 207 sítios arqueológicos e edifícios de importância cultural e histórica, de um total de 320, foram reduzidos a escombros ou severamente danificados (Hawari, 2024). Entre eles, encontram-se antigas mesquitas, igrejas, cemitérios, museus, bibliotecas e arquivos. Até o momento, apenas uma avaliação preliminar da destruição e dos danos ao patrimônio cultural foi realizada, com base em testemunhas oculares locais, bem como em ONGs internacionais e imagens de satélite (Hawari, 2024). A rede voluntária Bibliotecários e Arquivistas com a Palestina listou 27 acervos, bibliotecas e espaços culturais destruídos (Vasconcelos, 2025). Diante desse cenário, evidencia-se que a destruição do patrimônio cultural palestino vai além dos danos materiais — trata-se de um ataque direto à identidade, à memória coletiva e à continuidade histórica de um povo. A eliminação sistemática de bibliotecas, museus, locais de culto e sítios arqueológicos configura uma tentativa de apagar a presença cultural palestina, utilizando o apagamento simbólico como instrumento de dominação. Tal prática, ao atingir elementos fundamentais da herança e da existência de uma comunidade, reforça a urgência do reconhecimento internacional dessas ações como violações graves do direito humanitário e como parte de uma estratégia deliberada de limpeza cultural.

## 3.2 O PAPEL DO EXTREMISMO E DO TERRORISMO NA DEVASTAÇÃO CULTURAL

Os complexos conflitos historicamente presentes no Oriente Médio não podem ter suas causas resumidas a atritos religiosos, pois envolvem uma teia de disputas geopolíticas, fronteiras artificiais traçadas por potências coloniais e intervenções de atores externos (Vieira, 2018). No entanto, a divisão entre Sunitas e Xiitas é um fator que atravessa muitas dessas tensões, servindo frequentemente como um dos eixos de mobilização política e ideológica (Vieira, 2018). Grupos como o Estado Islâmico (EI) e Al-Qaeda, ambos iraquianos e de orientação sunita, utilizaram a retórica sectária como justificativa para ataques contra populações xiitas e governos considerados apóstatas (Vieira, 2018), enquanto outros como o Hezbollah, no Líbano, representam o braço de uma política regional xiita de resistência e contra-ataque (Meireles, 2023). Como consequência, o controle desses grupos sobre alguns dos Estados membros da OCI frequentemente compõe uma forte ameaça ao patrimônio islâmico, uma vez que não só o apagamento cultural do grupo opositor é usado como arma, como também o tráfico ilegal de suas artes e artefatos é uma maneira de obter o financiamento necessário para a manutenção de tal domínio (Ferreira, 2021).

### 3.2.1 Estado Islâmico

Dentre esses grupos, o Estado Islâmico (EI) obteve destaque no que se refere à instrumentalização do apagamento cultural como forma de controle civil. Também conhecido como Daesh, o Estado Islâmico é uma organização jihadista sunita[29] extremista que emergiu no contexto dos conflitos no Oriente Médio, especialmente na Síria e no Iraque, e ganhou notoriedade global em 2014, quando proclamou um Califado — ou seja, um Estado regido pela sua interpretação da lei islâmica (*sharia*) — sob o comando de Abu Bakr al-Baghdadi (Ferreira, 2021).

Dito isso, as motivações do EI para perseguir manifestações artísticas de significância histórica partem de aspectos ideológicos, estratégicos e identitários, sen-

29 Jihadistas sunitas compõem um grupo que julga necessária a existência de uma guerra santa (jihad), defendendo a violência em nome do Islamismo sunita para estabelecer um Estado islâmico (Encyclopædia Britannica, 2025c).

do o motivo mais frequentemente declarado a iconoclastia, ou seja, a destruição de artefatos culturais religiosos considerados heréticos ou idólatras por serem sagrados para outros credos (Alshehaby, 2020). A destruição sob essa justificativa foi amplamente divulgada midiaticamente pela organização de maneira estratégica como instrumento de propaganda — uma inovação do Estado Islâmico — publicando vídeos e imagens violentos com o intuito de atrair recrutas e demonstrar força por meio do medo (Cardoso, 2017). Isso também serve como um ato político de reafirmação ideológica, sob a concepção de que, para existir um Califado ideal, é necessário purificar a terra de influências passadas. Por fim, é também uma maneira de desafiar o ocidente, indo contra o ideal de organizações internacionais como a UNESCO, que defendem a importância de preservar esses símbolos seculares (Ferreira, 2021).

Percebe-se, então, que a destruição cultural promovida pelo EI não parte de uma ação aleatória que objetiva apenas causar medo, mas sim da intenção de desestruturar a base identitária de seus grupos rivais, a fim de comprometer suas coesões sociais e políticas, desmoralizando e desestabilizando esses povos beligerantes (Cardoso, 2017). Para as vítimas, a perda de templos, santuários, manuscritos antigos, cemitérios e sítios arqueológicos representa mais do que a destruição de objetos: é a destruição de narrativas. São espaços e artefatos que ancoram suas memórias coletivas, transmitem seus valores e garantem a continuidade de tradições seculares. Então, quando esses elementos desaparecem, não apenas é perdida parte da história, mas suas próprias existências como grupos são ameaçadas (Bokova, 2017).

Diante desse cenário, a ausência forçada de símbolos sociais gera um trauma coletivo que ultrapassa o sofrimento físico da guerra, visto que ela dificulta o processo de luto, impede a reconstrução do sentimento de pertencimento e mina a autoestima conjunta das comunidades, o que frequentemente resulta em suas fragmentações ou dispersões (Derkovic, 2010). Ademais, ao destruir os marcos históricos e espirituais das vítimas, o EI busca impedir qualquer possibilidade futura de resistência, reconstrução ou reivindicação territorial ou cultural, de modo que as comunidades atingidas se tornam, assim, duplamente vulneráveis: privadas de proteção física e desprovidas de suas raízes simbólicas (Bokova, 2017). Essa vulnerabilidade não é acidental, mas central na lógica de dominação do grupo, visto que, ao minar o que confere sentido à existência coletiva, o EI impõe seu poder não apenas pelas armas, mas pelo controle sobre o discurso, a memória e a identidade (Ferreira, 2021).

### 3.2.2 O Tráfico Ilegal de Arte e Artefatos Islâmicos como Financiamento

Além da destruição cultural como arma de guerra e controle civil, o saque sistemático de sítios arqueológicos, museus e monumentos islâmicos e o subsequente tráfico de artes e artefatos compõem uma das principais fontes de financiamento da atuação de grupos terroristas no Oriente Médio. Nesse contexto, a eliminação do patrimônio cultural não apenas enfraquece as identidades coletivas das populações afetadas, mas também sustenta materialmente a continuidade da violência armada. Segundo Cardoso (2017), o comércio ilícito de bens culturais chegou a ser a segunda maior fonte de receita do Estado Islâmico, atrás apenas do petróleo. Tal dinâmica revela como a eliminação deliberada do patrimônio histórico-cultural contribui diretamente para financiar arsenais, operações e estratégias de recrutamento (Russo, Giusti, 2018), demonstrando que o apagamento cultural não é um efeito colateral da guerra, mas parte fundamental de sua lógica.

Convém notar, ainda, que há casos de grupos terroristas que impõem taxas sobre escavações ilegais, criando um sistema semi-organizado de exploração arque-

ológica sob controle paramilitar. Tal arranjo configura uma verdadeira economia de guerra centrada no patrimônio cultural, em que os chamados "*blood antiquities*" — em analogia aos *blood diamonds* — operam como moeda de troca em redes transnacionais (Russo, Giusti, 2017). Estima-se que entre 2011 e 2015 esse mercado tenha movimentado 3,5 milhões de dólares, destinado a países como Estados Unidos, Suíça, Reino Unido e China (Ferreira, 2017).

Sendo assim, a destruição do patrimônio cultural não pode ser compreendida apenas como um atentado à memória ou à estética, mas como um eixo estratégico da economia de guerra praticada por atores não-estatais armados. Isso porque, para além da violência simbólica, ocorre a extração do valor material das ruínas, que sustenta e retroalimenta a própria capacidade operacional do terrorismo transnacional.

### 3.3 IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DO URBANISMO DESORDENADO

Os conflitos armados e o terrorismo, no entanto, não são os únicos desafios para a preservação do patrimônio islâmico. Muitos dos países que abrigam essas manifestações culturais enfrentam também um processo de vulnerabilização impulsionado pela interseção entre as mudanças climáticas (ICOMOS, 2019) e a urbanização desordenada (Al-houdalieh, Sauders, 2009). Esses fenômenos, embora distintos em natureza, convergem na produção de efeitos sinérgicos que comprometem não apenas a materialidade das estruturas, mas também sua funcionalidade simbólica e social, essenciais à continuidade cultural das comunidades muçulmanas (Martins, 2001).

Nesse cenário, as mudanças climáticas vêm sendo amplamente reconhecidas como um fator de risco crescente para o patrimônio cultural, não apenas por seus efeitos físicos imediatos, mas também por comprometerem os mecanismos de conservação a longo prazo. Segundo o ICOMOS (2019), fenômenos como o aumento das temperaturas, a elevação do nível do mar, a intensificação de eventos extremos — como inundações, secas e tempestades — e a variabilidade climática crescente afetam diretamente a estabilidade estrutural e a durabilidade dos materiais utilizados em construções históricas, muitos dos quais são porosos, frágeis ou sensíveis à umidade e à salinização. Além disso, essas transformações ambientais provocam alterações nos ecossistemas que sustentam a paisagem cultural ao redor dos sítios patrimoniais, interferindo em práticas tradicionais de manejo, nos modos de ocupação e nas funções simbólicas atribuídas a esses espaços (Martins, 2001).

Simultaneamente, a urbanização não planejada, frequentemente impulsionada por interesses econômicos e pelo crescimento populacional em zonas historicamente densas, tem provocado a substituição de estruturas tradicionais por edificações modernas que desconsideram os traços identitários locais. Na província de Ramallah, na Palestina, o crescimento desordenado da infraestrutura moderna tem resultado na destruição parcial ou total de diversos sítios arqueológicos e históricos, como Khirbat Shuwayka, Khirbat Raddana e Khirbat el-Tireh. Esses espaços, que anteriormente abrigavam não apenas vestígios materiais, mas também significados simbólicos e identitários profundamente enraizados nas comunidades locais, vêm sendo ameaçados por construções que ignoram completamente o valor cultural do território (Al-Houdalieh, Sauders, 2009). A expansão urbana, ao ser conduzida sem critérios patrimoniais, desestrutura a paisagem cultural e rompe a continuidade histórica entre o espaço e seus habitantes. O resultado é um apagamento progressivo da memória coletiva e das práticas sociais associadas a esses lugares, comprometendo não apenas a materialidade das estruturas, mas também sua função enquanto âncoras da identidade e da coesão social (Martins, 2001).

### 3.4 A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE

A destruição de bens culturais se converteu em uma estratégia frequentemente utilizada por grupos extremistas para apagar manifestações identitárias populacionais, prejudicando direta e gravemente a compreensão e identificação de um povo e suas futuras gerações (Vlasic, Turku, 2016). Como citado anteriormente, um exemplo dessa situação são os ataques a bens históricos orquestrados pelo Estado Islâmico (EI), que são, possivelmente, um dos casos mais extremos de destruição sistemática de patrimônio na história recente. Com uma abordagem intencional e organizada, o grupo não apenas desfigurou e demoliu locais históricos de grande valor, mas também os pilhou, utilizando os lucros obtidos com a venda de artefatos saqueados para sustentar suas operações extremistas (Vlasic, Turku, 2016).

Nesse sentido, compreendendo o uso do patrimônio cultural como uma arma de guerra, tanto para promover quanto para financiar a violência, pode-se acreditar que a proteção do patrimônio cultural está diretamente ligada à paz, estabilidade e segurança internacionais (Vlasic, Turku, 2016). É válido relembrar que para o Islamismo o patrimônio cultural está associado à noção de dignidade humana, e que os princípios islâmicos não apenas reconhecem o valor dos bens culturais, mas também estabelecem uma responsabilidade moral e legal de preservá-los (Alshehaby, 2020).

Essa perspectiva emergente amplia a concepção tradicional do patrimônio cultural enquanto valor intrínseco à coletividade, ao mesmo tempo em que o insere no contexto das políticas de segurança internacional. A proteção desses bens passa, assim, a integrar uma abordagem estratégica mais abrangente, voltada ao enfrentamento de ameaças como o terrorismo e à promoção de contextos sustentáveis de paz e estabilidade. Tal prioridade se justifica, sobretudo, por dois elementos centrais: em primeiro lugar, o tráfico ilícito de bens culturais constituindo uma fonte significativa de financiamento para grupos extremistas — como comentado na seção anterior —, e em segundo lugar, a preservação da memória histórica que é um componente indispensável na elaboração de processos de reconciliação nacional após períodos de conflito (Vlasic, Turku, 2016).

Em contextos marcados por guerras, violência sistemática e destruição de patrimônios culturais, a reconstrução da identidade nacional e o restabelecimento da coesão social tornam-se tarefas urgentes, porém complexas. Nesse cenário, a preservação da memória histórica emerge como um elemento essencial nos processos de reconciliação nacional. Segundo Vlasic e Turku (2016), a memória coletiva, materializada em monumentos, sítios históricos, museus e artefatos culturais, não apenas documenta o passado, mas também oferece um ponto de partida para a reconstrução de narrativas comuns que sustentam a paz duradoura.

Nessa linha de pensamento os símbolos e as memórias compartilhadas desempenham um papel central na construção das identidades coletivas e na coesão social, já que fornecem à nação uma narrativa histórica comum. Elementos como monumentos, artefatos e sítios históricos funcionam como veículos de transmissão dessa memória, reforçando o senso de pertencimento e continuidade histórica. Em contextos pós-conflito, como na Síria e no Iraque, a recuperação dessas cenas culturais é fundamental para a preservação da identidade nacional e da paz interna (Vlasic, Turku, 2016).

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A proteção do patrimônio cultural, especialmente em contextos de conflito ou ameaça, tornou-se uma prioridade crescente no cenário internacional desde o século XX. Diversos tratados e convenções multilaterais foram elaborados com o objetivo de estabelecer normas jurídicas comuns para salvaguardar a herança cultural da humanidade. Nesta seção, são apresentados os principais instrumentos internacionais que tratam do tema, com destaque para aqueles que, direta ou indiretamente, contribuem para a preservação do patrimônio cultural islâmico.

### 4.1 CONVENÇÕES E TRATADOS PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A exponencial vulnerabilidade do patrimônio cultural diante de conflitos armados, pressões econômicas e degradação ambiental impulsionou a criação de tratados e convenções internacionais voltados à sua proteção. Estes instrumentos estabelecem princípios, obrigações e mecanismos de cooperação entre Estados, buscando garantir que a herança cultural da humanidade seja preservada e transmitida às gerações futuras. Assim, esta subseção aborda os instrumentos normativos mais relevantes para a proteção desse patrimônio cultural.

#### 4.1.1 Convenção de Haia (1954)

A devastação do patrimônio cultural durante a Segunda Guerra Mundial evidenciou a necessidade de um arcabouço jurídico internacional que o protegesse em cenários de conflito armado. Nesse contexto, a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotada em Haia no ano de 1954, sob organização da UNESCO, emergiu como um marco fundamental no direito internacional humanitário, estabelecendo pela primeira vez um regime multilateral destinado a preservar a herança cultural da humanidade em meio à guerra. Sua elaboração refletiu um consenso global sobre a importância de resguardar não apenas a integridade física de monumentos e obras de arte, mas também a memória coletiva e as identidades culturais nelas encapsuladas (Convenção de Haia, 1954).

Embora a Convenção não faça menção explícita a tradições religiosas específicas, sua definição de bens culturais possui uma abrangência universal, incluindo, portanto, o vasto e diversificado patrimônio islâmico. Nesse sentido, reconhece que a proteção do patrimônio cultural é, em essência, uma afirmação política e simbólica contra tentativas de obliteração histórica (Convenção, 1954). Seu Primeiro Protocolo, complementar ao texto principal, reforça essa perspectiva ao proibir a exportação ilícita de bens culturais de territórios ocupados e ao estabelecer a obrigatoriedade de sua restituição, princípios que se mostraram cruciais em processos de reconstrução pós-conflito (Convenção, 1954).

Passadas mais de sete décadas desde sua adoção, a Convenção de Haia continua a garantir que monumentos, manuscritos e tradições islâmicas sejam reconhecidos como parte integrante do patrimônio da humanidade, ressaltando o papel da cultura como antídoto contra a desumanização inerente aos conflitos. Um dos instrumentos centrais para isso é o emblema do escudo azul, símbolo internacional criado pela convenção que identifica patrimônios protegidos e os responsáveis por exercerem esse cuidado, diante da lei internacional (UNESCO, 2021c).

Em um mundo no qual o patrimônio islâmico permanece vulnerável a cons-

tantes ameaças, o compromisso firmado em 1954 continua a destacar-se como um farol normativo fundamental, afirmando que a preservação da memória coletiva é condição indispensável para a construção e manutenção de uma paz duradoura. Conforme ressalta o professor Francesco Francioni (2022), a Convenção atua não apenas no âmbito jurídico, mas também no ético, de modo que a proteção desses bens culturais pode ser reivindicada com base no direito internacional consuetudinário e nos princípios gerais do direito, consolidando assim a universalidade e a imperatividade da salvaguarda do patrimônio cultural.

### 4.1.2 Convenção de 1972 sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural

A proteção do patrimônio cultural, em especial aquele de importância para comunidades religiosas, não é uma preocupação nova da comunidade internacional. Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, organismos como a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) empenham-se na criação de instrumentos multilaterais que garantam a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural ameaçado por conflitos armados, modernização acelerada ou negligência. Entre esses esforços, destaca-se a Convenção de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

A Convenção de 1972 estabelece um sistema internacional de cooperação voltado à identificação, proteção, conservação e valorização de bens culturais e naturais considerados de valor universal excepcional. Nesse sentido, o documento reconhece que a destruição ou degradação de bens culturais e naturais representa uma perda irreparável para toda a humanidade (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972). O principal objetivo do documento é unir esforços para proteger esses patrimônios, especialmente nos casos em que os Estados não possuem meios técnicos, científicos ou financeiros suficientes para garantir sua preservação (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972). Para atingir essa meta, define-se que os Estados devem reconhecer a dimensão internacional desses patrimônios: ou seja, apesar da soberania dos Estados sobre os bens em seus territórios, a Convenção afirma que esses bens são parte do patrimônio universal da humanidade, e sua proteção é responsabilidade da comunidade internacional como um todo (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972). Nessa lógica, o documento também determina que os Estados não devem tomar ações que prejudiquem o patrimônio de outros Estados-parte.

Além disso, a Convenção apresenta mecanismos institucionais que contribuem para a proteção dos bens culturais, como o Comitê do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972). Por fim, os Estados-partes podem requisitar à UNESCO apoio técnico, científico ou financeiro para identificar, proteger ou recuperar bens, por meio do Fundo do Patrimônio Mundial, ou ainda o Comitê pode recorrer a organizações especializadas, para avaliar candidaturas e apoiar ações de conservação (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972).

Por isso, a Convenção de 1972 é considerada um dos tratados internacionais mais eficazes na área da cultura e meio ambiente. Prevalecendo como um dos instrumentos centrais para a proteção do patrimônio em escala global, promove uma abordagem que combina responsabilidade nacional, solidariedade e comprometimento internacional. Nesse sentido, a Convenção é utilizada como base para a construção de outros documentos de proteção de bens culturais den-

tro do âmbito da Organização para a Cooperação Islâmica, especialmente em temas envolvendo patrimônio sob ameaça em territórios ocupados ou em zonas de conflito. Apesar de não mencionar de forma direta o patrimônio islâmico especificamente, esse documento abrange todos os patrimônios culturais e naturais, o que permite sua ampla utilização como ferramenta diplomática pela OCI.

#### 4.1.3 Resolução 2347 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Resolução 2347 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada por unanimidade em 24 de março de 2017, constitui um marco significativo ao reconhecer pela primeira vez a proteção do patrimônio cultural como elemento essencial para a manutenção da paz e da segurança internacionais (CSNU, 2017). Motivada pelas crescentes ameaças à herança cultural mundial em contextos de conflito armado, especialmente aquelas perpetuadas por grupos extremistas, a resolução condena de forma enfática a destruição deliberada de bens culturais — incluindo locais religiosos, sítios arqueológicos, museus, bibliotecas e arquivos — bem como o saque e o tráfico ilícito desses bens. A prática desses atos pode configurar-se como um crime de guerra e deve ser objeto de responsabilização jurídica (CSNU, 2017).

A resolução enfatiza que a destruição do patrimônio cultural, aliada à negação intencional das raízes históricas e da diversidade cultural, contribui com o prolongamento de conflitos e tensões sociais, dificultando os processos de reconciliação nacional e enfraquecendo a estabilidade política, a governança e o desenvolvimento sustentável dos países afetados (CSNU, 2017). Além da condenação formal desses atos, o texto orienta os Estados-Membros a adotarem ações concretas, incluindo a aplicação de sanções contra indivíduos e organizações envolvidas no comércio ilegal de bens culturais, utilizando para isso os mecanismos específicos do Comitê 1267/1989/2253, criado para combater grupos terroristas como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda (CSNU, 2017).

Sendo assim, a sua importância reside, primeiramente, no reconhecimento da proteção do patrimônio cultural como um componente essencial da segurança internacional, ampliando a noção tradicional que se limita a aspectos militares e políticos. Ao considerar a destruição cultural um ataque à identidade e dignidade dos povos, a resolução evidencia que tais atos não são apenas crimes contra bens materiais, mas também ameaças à coesão social e à paz duradoura. Além disso, ao condenar explicitamente a destruição e o tráfico ilícito, a resolução fortalece a responsabilização de atores armados e grupos extremistas que utilizam essas práticas como estratégia para alimentar conflitos (Jakubowski 2018).

Adicionalmente, é reforçada a responsabilidade primária dos Estados na proteção do patrimônio cultural, recomendando medidas preventivas como a documentação sistemática e a criação de refúgios seguros para bens ameaçados (CSNU, 2017). Essa ênfase no papel estatal incentiva o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, integradas e culturalmente sensíveis, além de incentivar a cooperação internacional — especialmente por meio da UNESCO — no sentido de coordenar iniciativas que visem preservar o patrimônio em risco e promover o pluralismo cultural, reconhecendo que a proteção do patrimônio é uma responsabilidade compartilhada que transcende fronteiras (Jakubowski, 2018).

#### 4.1.4 Outros instrumentos jurídicos relevantes

Para ampliar a proteção do patrimônio cultural foram tomadas várias deci-

sões jurídicas que também impactaram o tema, para além das apresentadas anteriormente. Esse é o caso da Convenção do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados (1995) e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998).

A Convenção da UNIDROIT, adotada em 1995, representa um marco jurídico internacional importante para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais: estabelece normas claras para a restituição de bens furtados e o retorno de objetos exportados ilegalmente — ou seja, em desacordo com as leis nacionais de proteção ao patrimônio cultural — e complementa os princípios estabelecidos pela Convenção da UNESCO de 1972 (Convenção da UNIDROIT Sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, 1995). Esse documento é um esforço para dar eficácia jurídica às normas sobre circulação e propriedade de bens culturais no plano transnacional de forma também privada. Nesse sentido, a Convenção reconhece que o tráfico ilegal de bens culturais — especialmente escavações clandestinas, saques a sítios arqueológicos e exportações não autorizadas — compromete não apenas o valor material desses bens, mas também a memória histórica, religiosa e cultural das comunidades locais e da humanidade como um todo (Convenção da UNIDROIT Sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, 1995).

Além disso, o Estatuto de Roma de 1998, é o tratado que estabelece a jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre os crimes mais graves que afetam a comunidade internacional, sendo eles o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e, mais recentemente, o crime de agressão (Brasil, 2002). Dentro desse marco jurídico, o Estatuto reconhece que a destruição deliberada de bens culturais pode constituir um crime de guerra, conferindo à proteção do patrimônio cultural um papel essencial na promoção da justiça internacional (Brasil, 2002). Isso fica claro no artigo oitavo, inciso (b)(ix), que considera um crime de guerra "dirigir intencionalmente ataques a edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos históricos, hospitais e lugares onde se agrupam doentes e feridos, sempre que não se trate de objetivos militares" (Brasil, 2002).

Desse modo, esse dispositivo reflete e reforça normas já previstas em convenções anteriores, como os Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra e a Convenção da Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. No entanto, o diferencial do Estatuto de Roma é a possibilidade de responsabilização penal individual, inclusive de comandantes militares e líderes políticos, por ordens ou omissões que resultem na destruição de patrimônio cultural (Brasil, 2002). Nessa lógica, além de punir violações, o Estatuto de Roma reforça o papel do patrimônio como elemento central da identidade e dignidade coletiva dos povos. Ao incluir a destruição de bens culturais como crime de guerra, reconhece esses atos não apenas como ataques a objetos materiais, mas também a memórias, religiões, saberes e formas de vida — muitas vezes com o objetivo de apagar identidades inteiras (Bischoff, 2004).

### 4.2 O PAPEL DA UNESCO E OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde sua criação, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO, como agência especializada nas Nações Unidas para educação, ciência e cultura, tem sido o ator internacional de maior destaque no que se refere aos esforços em salvaguardar o patrimônio cultural, inclusive islâmico (Fonseca, 2017). Além dos instrumentos jurídicos internacionais, como a anteriormente citada Convenção de Haia de 1954 — que fornecem a base normativa para a proteção do patrimônio is-

lâmico — a organização também coordena esforços de reconstrução em sítios culturais islâmicos destruídos por grupos extremistas, oferecendo suporte técnico aos Estados afetados.

Esses esforços envolvem auxílios em documentação, restauração e conservação das estruturas físicas danificadas, contando com a participação ativa das comunidades locais para garantir que as intervenções respeitem as tradições culturais e promovam a retomada do tecido social e cultural (UNESCO, 2022b). Além disso, a UNESCO mobiliza recursos financeiros internacionais e especialistas em conservação para assegurar a viabilidade e qualidade das operações de reconstrução, criando um ambiente propício para a recuperação simbólica e material das comunidades atingidas (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2021). A organização também confere legitimidade internacional à proteção dos bens culturais e mobiliza a comunidade internacional em prol da salvaguarda desses patrimônios (UNESCO, 2022b). O dia 18 de novembro, por exemplo, foi adotado pela instituição como Dia Internacional da Arte Islâmica, visando aumentar a conscientização sobre as expressões artísticas islâmicas e sua contribuição para a civilização global, reforçando um compromisso com o diálogo intercultural (UNESCO, 2019).

No âmbito das possibilidades futuras, torna-se fundamental o fortalecimento das parcerias regionais, em especial com a Organização da Cooperação Islâmica (OCI) e demais organismos multilaterais. A UNESCO destaca, ainda, a urgência de investir em tecnologias avançadas – como inteligência artificial, monitoramento por satélite e realidade aumentada – para a proteção e conservação remotas do patrimônio cultural (UNESCO, 2020). Além disso, ressalta a importância de implementar programas educativos que promovam o respeito à diversidade cultural e reconheçam o valor universal do patrimônio islâmico (UNESCO, 2025b). Conforme enfatiza Karima Bennoune (2016), Relatora Especial da ONU para os direitos culturais entre 2015 e 2021, a proteção do patrimônio cultural não é apenas uma questão de preservação de pedras, mas de defesa da dignidade humana.

### 4.3 EXPERIÊNCIAS DE PROTEÇÃO EM REGIÕES ISLÂMICAS

Nesta seção, explora-se o que a Organização para a Cooperação Islâmica já realizou para proteger o patrimônio cultural islâmico. Nesse sentido, destaca-se a Organização Islâmica Mundial para a Educação, a Ciência e a Cultura (ICESCO), uma organização intergovernamental especializada e interligada à própria OCI (ICESCO, 2025). Fundada em 1982 pela Conferência Geral da OCI, a ICESCO defende que a cultura enriquece a vida da população ao proporcionar uma compreensão mais profunda do mundo, e isso pode ser alcançado ao promover o crescimento pessoal e fomentar o senso de conexão e pertencimento por meio de patrimônios, monumentos históricos, literatura, arte, museus e a cultura em geral (ICESCO, 2025). Essa organização possui como base cinco "pilares": (i) o fortalecimento da imunidade cultural contra o extremismo e pela incorporação de princípios de coexistência; (ii) preservar e reabilitar o patrimônio cultural e civilizacional dos Estados-membros; (iii) promover o bem-estar da cultura nas políticas públicas do mundo islâmico; (iv) promover a defesa da civilização a nível regional e internacional; e (v) promover o papel das novas tecnologias na concretização do desenvolvimento cultural nos Estados-membros (ICESCO, 2025).

No entanto, a ICESCO não possui mecanismos explícitos de punição ou avaliações no seu Estatuto e Carta para os casos de destruição do patrimônio cultural; o documento constituinte da organização estabelece somente diretrizes, objeti-

vos e formas de cooperação entre os Estados-membros. A instituição, nesse sentido, atua principalmente como um meio de apoio, promoção e coordenação, e não como um órgão com poder punitivo. Ou seja, depende da adesão e boa vontade dos Estados-membros para que as suas recomendações sejam aplicadas. Em casos de destruição de patrimônio, a organização pode emitir condenações formais, oferecer suporte técnico ou diplomático, ou até mesmo buscar cooperação internacional, mas não aplica deliberações diretas (ICESCO, 2025).

Além disso, a Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) não é signatária direta de convenções internacionais como a Convenção de Haia de 1954 ou a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, pois, como organização intergovernamental, não possui personalidade jurídica para aderir formalmente a tratados multilaterais (OCI, 2023). Entretanto, a OCI apoia e promove os princípios dessas convenções por meio de suas atividades e incentiva seus Estados-membros a ratificá-las e implementá-las em nível nacional (OCI, 2019). Por exemplo, a OCI tem apoiado iniciativas internacionais voltadas para a proteção do patrimônio cultural, especialmente em situações de emergência, e continua a contribuir para os esforços globais nesse contexto, visando fortalecer a ação sobre essa questão (OCI, 2019). A organização também discute o estabelecimento de plataformas para além da ICESCO, visando a proteção e conservação do patrimônio cultural, de forma que reuna delegados dos Estados-membros e representantes de organizações internacionais para discutir a preservação de sítios históricos e arqueológicos no mundo muçulmano (OCI, 2023).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

O **Emirado Islâmico do Afeganistão** enfrenta atualmente desafios significativos na preservação de seu patrimônio cultural, especialmente após o retorno do Talibã ao poder em 2021. Embora o novo governo tenha adotado uma retórica moderada em relação ao tema, prometendo salvaguardar principalmente aqueles associados à tradição islâmica, esse posicionamento permanece marcado por contradições e incertezas. A proteção efetiva do patrimônio segue ameaçada, tanto pela possibilidade de destruição seletiva de vestígios não alinhados à visão teocrática do regime quanto pela intensificação do tráfico ilícito de artefatos em um contexto de instabilidade econômica e fragilidade institucional (Mao, 2024; Gibbon, 2021). Além disso, os esforços anteriores de reconstrução institucional no campo patrimonial — conduzidos entre 2002 e 2021 em parceria com organismos internacionais como a UNESCO — encontram-se agora fragilizados (Mao, 2024). O país volta a enfrentar obstáculos estruturais crônicos, como a escassez de profissionais qualificados, a falta de financiamento estável, a insegurança e a corrupção, que comprometem as políticas de preservação. Entretanto, o país tem tentado contornar a situação por meio de ações específicas, a exemplo do Plano de Gestão do Vale de Bamiyan, cujo desenvolvimento é apoiado pela UNESCO, visando a proteção, conservação e valorização do patrimônio. (UNESCO, 2025b).

O **Reino da Arábia Saudita** encara dois problemas principais frente a preservação do patrimônio cultural islâmico, sendo eles a proteção do patrimônio cultural imaterial e a conciliação entre o desenvolvimento e a sustentabilidade no que tange os bens culturais. Nessa lógica, o Estado saudita promulgou, em 1972, uma legislação para proteger somente sítios históricos e culturais materiais, deixando assim brechas na salvaguarda dos bens culturais imateriais (Alshehaby, 2024). Em 2014, uma nova lei foi introduzida para preencher as lacunas deixadas pela lei anterior;

contudo, essa proteção legal centrou-se predominantemente em aspectos concretos do patrimônio cultural, deixando o patrimônio cultural imaterial, igualmente importante, negligenciado e desprotegido (Alshehaby, 2024). Todavia, ainda é válido destacar que há um recente interesse do governo saudita em preservar sítios históricos e culturais como forma de fomentar o desenvolvimento do setor turístico do país.

A **República do Azerbaijão** tem desenvolvido uma política cultural centrada na valorização de seu patrimônio como componente estratégico de sua diplomacia internacional. Através da atuação do Ministério da Cultura e da Comissão Nacional para a UNESCO, o país tem promovido a inscrição de práticas culturais e sítios associados à tradição islâmica e à história da Rota da Seda na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2025i). Esse movimento reflete não apenas um esforço de preservação, mas também a construção de uma narrativa nacional que articula modernidade e ancestralidade, em um contexto de afirmação no cenário euroasiático (Ministry of Culture of Azerbaijan, 2024).

O **Reino do Bahrein**, embora pequeno em extensão, possui um patrimônio cultural islâmico profundamente significativo, que remonta aos primórdios da expansão do Islamismo na Península Arábica. O país tem se empenhado na preservação de seu patrimônio por meio de políticas de modernização aliadas à conservação, sendo um dos primeiros países da região a estabelecer uma Autoridade de Cultura e Antiguidades com foco específico na proteção do legado histórico-cultural (Maclean; Insoll, 2016). Neste sentido, a Autoridade de Cultura e Antiguidades do Bahrein — Bahrain Authority for Culture and Antiquities – BACA —, criada em 2015, consolidou a posição do país como referência regional na gestão do patrimônio cultural. Essa instituição centraliza ações voltadas à preservação, documentação, valorização e promoção internacional do patrimônio histórico, incluindo sítios arqueológicos islâmicos, tradições orais e arquitetura vernacular. A BACA atua em estreita cooperação com organismos como a UNESCO, tendo sido responsável pela inscrição de diversos bens do Bahrein na Lista do Patrimônio Mundial, como o Qal'at al-Bahrain e o sistema de pesca de pérolas. Além disso, promove iniciativas de educação patrimonial, turismo sustentável e cooperação cultural internacional, posicionando o Bahrein como um exemplo de equilíbrio entre desenvolvimento moderno e salvaguarda cultural (BACA,2025). No entanto, o rápido crescimento urbano e os impactos das mudanças climáticas representam riscos crescentes à integridade dos seus sítios históricos, especialmente em áreas costeiras (Maclean; Insoll, 2016).

A **República Popular de Bangladesh** enfrenta o constante desafio de proteger seu patrimônio cultural em meio às pressões decorrentes da urbanização, mudanças climáticas e vulnerabilidades socioeconômicas. Por meio do Departamento de Arqueologia, o país tem buscado fortalecer mecanismos de preservação, especialmente de sítios históricos e tradições associadas à herança islâmica (Department of Archaeology Bangladesh, 2025). Ademais, parcerias com organismos internacionais, como a UNESCO, têm sido fundamentais na implementação de projetos de conservação que articulam desenvolvimento sustentável, turismo cultural e fortalecimento das identidades locais (UNESCO, 2025j).

O **Estado do Catar** tem demonstrado um compromisso crescente com a proteção de seu patrimônio cultural, em particular no que se refere à preservação de expressões culturais tradicionais associadas à sua identidade histórica e religiosa. Através da atuação da Qatar Museums e do Ministério da Cultura, o país tem investido fortemente em iniciativas de salvaguarda, incluindo a documentação de práticas culturais e a restauração de sítios históricos (Qatar Museums, 2025). Esse esforço está inserido em uma estratégia mais ampla de diplomacia cultural, que busca afir-

mar o Catar como um polo de cultura no Golfo com o objetivo de fortalecer sua identidade nacional, ampliar seu soft power e diversificar sua economia de forma sustentável, alinhando preservação patrimonial com desenvolvimento sustentável e promoção internacional (Qatar Museums, 2025).

A **República Árabe do Egito** tem um importante histórico de preservação de seu patrimônio cultural. Ao longo do século XX, o país fortaleceu sua legislação para proteger sítios arqueológicos, consolidando o Ministério de Antiguidades como o órgão responsável por coordenar ações técnicas essenciais para conservar esses bens e preservar a identidade nacional (Ministério da Cultura do Egito, 2025). Desde 1960, o Egito mantém colaboração contínua com a UNESCO, quando foi lançada a campanha internacional para salvar os monumentos da Núbia (UNESCO, 2025c). Atualmente, a parceria junto a esta e a outras organizações internacionais tem sido reforçada para financiar projetos de restauração e conservação, buscando equilibrar turismo e proteção do patrimônio (UNESCO, 2025c). No entanto, a rápida urbanização no Cairo, o aumento da poluição, o crescimento demográfico e a falta de recursos têm contribuído para a degradação dos sítios históricos, apesar dos esforços do país para protegê-los (Hassan; Almakhayita; Saleh, 2024).

Embora os **Emirados Árabes Unidos** tenham se tornado mundialmente conhecidos por seu desenvolvimento urbano acelerado e pela modernização de suas cidades, o país investe significativamente na proteção e valorização de seu patrimônio cultural, especialmente a partir do reconhecimento da cultura como vetor estratégico de *soft power*. Nesse sentido, destaca-se a atuação do Ministério da Cultura e da Juventude e de entidades como a Autoridade de Cultura e Patrimônio de Abu Dhabi, que têm impulsionado políticas robustas de documentação, registro e salvaguarda de tradições ancestrais, incluindo práticas religiosas, festividades e expressões artísticas (Ministry of Culture and Youth, 2024). Ademais, é imprescindível sublinhar que, em um cenário de crescente globalização e pressões econômicas, o país enfrenta o desafio de equilibrar a preservação de bens culturais com a expansão urbana e o turismo de luxo, adotando estratégias que alinham inovação tecnológica, engajamento comunitário e parcerias internacionais para garantir a continuidade de seu legado histórico (Ozoral, 2024).

A **República do Iêmen**, detentora de um dos patrimônios culturais mais ricos do mundo islâmico, enfrenta desafios severos na preservação de seu legado histórico, especialmente após o agravamento de sua guerra civil em 2015. Apesar de esforços institucionais prévios, o país convive com limitações estruturais, falta de financiamento e destruição contínua de seus sítios históricos (Hunsinger, 2024). Frente a esse cenário, o Iêmen tem adotado uma abordagem que combina a proteção emergencial de seu patrimônio com programas socioeconômicos, como o Cash for Work, desenvolvido em parceria com a UNESCO e a União Europeia, que alia a restauração de monumentos à geração de empregos para populações afetadas pelo conflito (UNESCO, 2021a). Paralelamente, esforços de digitalização de acervos, mapeamento de riscos e treinamentos locais em técnicas de conservação tradicional têm sido mobilizados, como forma de mitigar os danos irreversíveis causados tanto por agentes do conflito quanto por processos naturais de degradação (Hunsinger, 2024).

A **República da Indonésia** apresenta um rico patrimônio, mas que enfrenta ameaças crescentes, como a expansão urbana descontrolada, a degradação ambiental em ilhas costeiras e o declínio na transmissão de saberes tradicionais entre as gerações (Lubis; Wardiyanto; Setijaningrum, 2024). Em resposta, o Estado tem desenvolvido programas de inventário de patrimônio cultural imaterial, além de incentivar a educação patrimonial e a digitalização de arquivos religiosos em colaboração com

a ICESCO e a UNESCO. Ainda assim, o país reconhece que esforços nacionais precisam ser acompanhados por cooperação internacional efetiva (Lubis; Wardiyanto; Setijaningrum, 2024). Para a Indonésia, proteger o patrimônio cultural islâmico é essencial para promover o respeito mútuo, a coesão regional e a paz sustentável.

O patrimônio cultural da **República Islâmica do Irã** atualmente enfrenta a ameaça do desenvolvimento desenfreado e sem planejamento. O Parlamento Iraniano aprovou uma lei sobre antiguidades em outubro de 1930 que serve como a principal referência para a legislação posterior de preservação do patrimônio cultural. Esse conjunto de decretos posteriores, no entanto, não foi revisado e atualizado por décadas e é insuficiente atualmente tanto para atender às necessidades de conservação quanto para acompanhar o desenvolvimento do país, uma vez que é considerada obsoleta, mal integrada ao planejamento urbano e juridicamente frágil frente ao avanço do desenvolvimento (Rouhani, 2011). Nesse sentido, a ausência de uma legislação atualizada e de instituições institucionais gerou dificuldades legais e administrativas para a proteção do patrimônio cultural e histórico (Rouhani, 2011). Há vários exemplos de conflitos diretos com normas de proteção nos quais órgãos administrativos planejam e executam obras sem levar em conta os critérios de conservação. Os projetos de construção de barragens pelo país e planos de expansão urbana, como o sistema de metrô no centro histórico de Isfahan, ilustram essa realidade (Rouhani, 2011).

A **República do Iraque**, um dos países com maior herança cultural islâmica do mundo, tem enfrentado perdas significativas de seu patrimônio histórico e cultural devido a décadas de instabilidade política e social, especialmente durante a ocupação territorial do Estado Islâmico entre 2014 e 2017 (França; Delgado, 2015). Nesse período, sítios históricos como Hatra e Nimrud foram destruídos sistematicamente, não apenas como alvos físicos, mas como parte de uma estratégia ideológica para desarticular a identidade cultural e religiosa da população iraquiana (França; Delgado, 2015). Além da destruição, o tráfico ilícito de artefatos culturais se tornou uma importante fonte de financiamento para atividades extremistas. Diante desse cenário, o Iraque tem buscado apoio técnico e institucional junto à UNESCO e à ICESCO, bem como fortalecido seus marcos legais de proteção ao patrimônio, por meio da atualização de leis de combate ao tráfico de bens culturais; da criação de unidades especializadas em fiscalização e recuperação de artefatos; e da cooperação com organismos internacionais como a UNESCO e a INTERPOL. A preservação do patrimônio cultural islâmico, no caso do Iraque, é essencial não apenas para a reconstrução física do país, mas também para a restauração da coesão social e da dignidade histórica de seu povo (França; Delgado, 2015).

O **Reino Hachemita da Jordânia** tem um profundo histórico de preocupação com o patrimônio cultural islâmico, especialmente desde a fundação de seu Departamento de Antiguidades, em 1923, de modo que, durante o século XX, a Jordânia promulgou leis que regulam a proteção do patrimônio, ainda que com recursos limitados e uma infraestrutura técnica restrita (Departamento de Antiguidades da Jordânia, 2025). Mais recentemente, o país tem enfrentado o desafio de proteger o patrimônio em meio a crises regionais, incluindo o afluxo de refugiados sírios, que gera pressões sociais e econômicas (UNESCO, 2025d). Para enfrentar isso, a Jordânia implementou programas inovadores, como o "Emprego para a Proteção do Patrimônio Cultural", que combina preservação com inclusão social e geração de emprego para jovens jordanianos e refugiados, contando com apoio da UNESCO e destacando a abordagem sustentável para manter a herança cultural viva e protegida, incorporando práticas que associam preservação, turismo responsável e capacitação

comunitária (UNESCO, 2025d).

O **Estado do Kuwait**, embora disponha de uma estrutura institucional voltada à proteção do patrimônio, como o Conselho Nacional para Cultura, Artes e Letras (NCCAL), enfrenta desafios significativos na preservação de seu legado cultural. Isso ocorre diante da rápida urbanização e das transformações sociais após a descoberta do petróleo (UNESCO, 2013). Apesar disso, o país tem implementado políticas que buscam fortalecer a salvaguarda do patrimônio imaterial, como as tradições orais e festividades religiosas, com o apoio de convenções internacionais como a da UNESCO de 2003 (UNESCO, 2013).

A **República do Líbano**, apesar de enfrentar sucessivas crises políticas e econômicas, possui uma tradição consolidada de proteção do patrimônio cultural fortemente ancorada na atuação da Diretoria Geral de Antiguidades (DGA): criada em 1920, busca proteger, preservar e documentar o patrimônio libanês no país. Entretanto, a preservação de bens culturais tem sido profundamente impactada por conflitos armados, desastres, como a explosão no Porto de Beirute, e escassez de recursos (UNESCO, 2023). Ainda assim, o país tem mobilizado parcerias internacionais, especialmente com a UNESCO e organismos europeus, para promover projetos de restauração e conservação que conciliam preservação, identidade e coesão social (UNESCO, 2023).

Apesar da estabilidade institucional da **Malásia,** o patrimônio islâmico do país enfrenta desafios relacionados à urbanização acelerada, à pressão do setor turístico e à necessidade de maior reconhecimento do patrimônio imaterial nas políticas públicas (Soon, 2017). Nos últimos anos, o governo malaio tem ampliado os seus investimentos na digitalização de acervos e na restauração de sítios religiosos, além de implementar programas educacionais em parceria com a ICESCO para reforçar o papel da juventude na preservação cultural (Soon 2017). No entanto, a Malásia reconhece que a proteção do patrimônio cultural islâmico deve ser tratada como prioridade coletiva da OCI.

O **Reino do Marrocos** é internacionalmente reconhecido por sua vasta e diversificada herança cultural islâmica. O país tem investido consistentemente em políticas públicas voltadas para a valorização do patrimônio cultural, Algumas destas incluem a restauração das medinas de Fez, Marrakesh e Tetuão, a criação do Programa Nacional de Reabilitação dos Centros Históricos, e a integração do patrimônio imaterial nas estratégias educacionais e turísticas, promovendo festivais tradicionais e artesanato local como forma de desenvolvimento sustentável (Maffi, 2014). No entanto, o Marrocos ainda enfrenta desafios como a pressão do turismo massivo, a manipulação ambiental em zonas urbanas históricas e a ameaça da homogeneização cultural (Maffi, 2014).

O **Sultanato de Omã** possui um patrimônio cultural islâmico singular, que reflete séculos de interações sociais e tradições marítimas e comerciais da Península Arábica. O Omã tem investido desde a década de 70 — especialmente após a ascensão do Sultão Qaboos bin Said ao poder — na proteção tanto do patrimônio material quanto imaterial, promovendo políticas públicas integradas com base nos princípios islâmicos de valorização da memória e da identidade (Gugolz, 1996). No entanto, admitem-se os desafios impostos pelas mudanças climáticas, como a desertificação e a elevação do nível do mar, que ameaçam sítios históricos costeiros e estruturas antigas (Khalil; Nasr, 2023). Nesse sentido, o Omã defende, no âmbito da OCI, a necessidade de fortalecer a cooperação técnico-científica entre os Estados-membros, promovendo a partilha de boas práticas na adaptação climática e no uso de tecnologias para monitoramento e conservação (Khalil; Nasr, 2023).

A primeira legislação de proteção patrimonial do **Estado da Palestina** re-

monta ao período do Mandato Britânico, com a promulgação do Decreto de Antiguidades de 1929, limitado quase exclusivamente à proteção de bens tangíveis e arqueológicos. Com o agravamento do cenário político nas décadas subsequentes, especialmente após a ocupação israelense de 1967, a gestão do patrimônio cultural se tornou ainda mais fragmentada, gerando constantes tensões e dificultando a execução de projetos de preservação (Azarova e Sliman, 2013). Desde outubro de 2023, a intensificação do conflito na região resultou em um aumento dramático da violência contra a população palestina, caracterizado por diversos relatos de genocídio que têm aprofundado a destruição física e simbólica do patrimônio histórico e cultural do país. Essa escalada tem não só impactos de destruição imediata, mas também bloqueia e restringe a movimentação de profissionais locais e equipamentos, dificultando o trabalho de restauração e ampliando o risco de deterioração contínua. Sendo assim, esses processos não só comprometem a integridade dos bens culturais, mas também limitam o acesso da população local às suas próprias referências históricas, tornando a preservação mais complexa e precária (Taha, 2024). Apesar disso, desde a adesão da Palestina à UNESCO, em 2011, a nação passou a se alinhar de maneira mais sistemática às principais convenções internacionais de proteção ao patrimônio, como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2022a). Esse movimento permitiu não apenas a inscrição de sítios e práticas culturais palestinas nas listas da UNESCO, mas também a captação de recursos internacionais e a formação de parcerias institucionais (UNESCO, 2021b).

A **República Islâmica do Paquistão** possui um vasto patrimônio cultural islâmico. Este, contudo, enfrenta ameaças significativas como o crescimento urbano desordenado, a degradação ambiental e a escassez de políticas públicas efetivas para sua preservação (Khalid, 2021). Além disso, episódios de intolerância religiosa e vandalismo contribuíram para a danificação de diversos monumentos ao longo das últimas décadas (Khalid, 2021). Um aspecto particularmente sensível no debate é a situação da região da Caxemira, em que o Paquistão denuncia a violação sistemática de direitos culturais e religiosos da população muçulmana (Khalid, 2021). Relatórios e declarações paquistanesas em fóruns multilaterais denunciam a destruição ou descaracterização de locais sagrados islâmicos e a negação do acesso aos mesmos, o que agrava as tensões regionais e fere compromissos internacionais de proteção ao patrimônio cultural (Khalid, 2021). Nesse sentido, o Paquistão defende que a proteção do patrimônio islâmico, inclusive em territórios em disputa, deve ser tratada como uma questão urgente de direitos humanos e de identidade religiosa, que exige atenção da comunidade internacional (Khalid, 2021). Reconhecendo esses desafios, o Paquistão tem buscado reforçar sua legislação interna e promover iniciativas educativas voltadas à valorização da herança cultural islâmica, inclusive com apoio da ICESCO (Mughal, 2011). No entanto, ainda há entraves financeiros e técnicos que dificultam a implementação plena dessas ações. A proteção do legado islâmico no Paquistão é vista não apenas como uma ação de preservação histórica, mas como um pilar fundamental para a promoção do respeito, da identidade religiosa e da coesão social no país (Khalid, 2021).

Uma vez que existem, atualmente, mais de 20 milhões de muçulmanos na **Federação Russa** (Hofmann, 2011), o país tem investido na restauração e na preservação de diversos bens culturais materiais e imateriais associados ao legado islâmico, como exemplificado pela revitalização do Kremlin de Kazan[30], um Patrimônio

30 Kremlin de Kazan, localizado na capital do Tartaristão, Rússia, é um Patrimônio Mundial da UNESCO desde 2000. O complexo representa a integração cultural entre a herança tártara islâmica e a tradição russa ortodoxa. Em 2005, passou por uma revitalização que restaurou suas principais estruturas, garantindo a preservação do seu valor histórico e cultural (UNESCO, 2000).

Mundial da UNESCO (UNESCO, 2025h). Entretanto, persiste o desafio de compatibilizar tais iniciativas com as pressões decorrentes da urbanização acelerada, da exploração econômica e da necessidade de integrar esses patrimônios às narrativas nacionais sem descaracterizar sua especificidade religiosa e cultural. Ao mesmo tempo, observa-se um crescente alinhamento da política cultural russa às convenções internacionais, como a Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o que demonstra não apenas uma preocupação institucional com a proteção desses bens, mas também um esforço em projetar uma imagem de respeito à diversidade religiosa no cenário internacional (Moscow Kremlin Museums, 2025).

A **República Árabe Síria** tem enfrentado dificuldades para a preservação de seu patrimônio cultural. Isso ocorre porque, apesar de concentrar inúmeros bens culturais, o país enfrenta há décadas um conflito interno que, aliado à ascensão do Estado Islâmico (EI), minou a destruição desses bens. Apesar das dificuldades enfrentadas, diversas iniciativas foram realizadas com o objetivo de registrar, preservar e recuperar esse patrimônio. Em 2013, a UNESCO declarou que os seis Sítios do Patrimônio Mundial do país estavam em risco, o que impulsionou a colaboração com organizações locais para viabilizar ações emergenciais de proteção e registro (Angha, 2025). No ano seguinte, foi criado o Observatório do Patrimônio Cultural Sírio, um programa da UNESCO dedicado a acompanhar a destruição e os saques, além de documentar o impacto nos costumes e tradições culturais não-materiais (Angha, 2025). Com a recente transição política e o estabelecimento de um novo governo em 2025, foram retomadas ações estruturadas para a preservação do patrimônio cultural. A reabertura da cooperação com a UNESCO permitiu o início de projetos de restauração, como a reabilitação do Museu Nacional de Damasco e a digitalização de acervos (The Times, 2025). Outro passo relevante foi o anúncio de um plano nacional de três anos, com o objetivo de restaurar museus, reabilitar sítios como Ebla e Mari, formar novos profissionais na área e retirar os sítios sírios da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (The Art Newspaper, 2025). Todavia, apesar dos avanços, o tema ainda não ocupa lugar prioritário na agenda política do novo governo, sendo fortemente sustentado por ONGs e iniciativas locais (The Art Newspaper, 2025).

A **República da Tunísia** possui um rico patrimônio cultural islâmico, mas enfrenta vulnerabilidades estruturais, como a negligência institucional, a urbanização desordenada e a falta de financiamento, especialmente fora dos grandes centros urbanos (Halleb, 2018). Embora o país tenha ratificado convenções internacionais e colabore com organismos como a UNESCO e a ICESCO, essas ações ainda são mais simbólicas do que estruturais. A preservação do patrimônio permanece fragmentada e centralizada em áreas turísticas, enquanto regiões periféricas, em que o patrimônio imaterial islâmico é mais presente, seguem marginalizadas (Halleb, 2018). Esse cenário revela que a adesão a tratados não é suficiente sem vontade política e institucional forte. A Tunísia reconhece a importância da cooperação no âmbito da OCI, mas precisa também enfrentar suas limitações internas com mais consistência (Halleb, 2018).

A **República da Turquia** possui uma qualificada preservação de seu patrimônio cultural, desde mecanismos internos — como o Ministério da Cultura e Turismo da Turquia e os Conselhos Nacionais de Cultura — à participação ativa em organizações internacionais, como o comitê nacional do Conselho Internacional de

31 Organização não governamental global associada à UNESCO, que se dedica à preservação, proteção e valorização de monumentos, sítios históricos e espaços urbanos (ICOMOS, 2025)

Monumentos e Sítios (ICOMOS)[31]. Além disso, ressalta-se uma conexão profunda entre o patrimônio cultural, sua preservação e a promoção do turismo no país, uvez que o Ministério é responsável pelas duas áreas e a exploração turística do patrimônio é vista como uma fonte de renda (Kurban; Şentürk; Oral, 2019).

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1. Como fortalecer os instrumentos legais existentes na OCI para responsabilizar a destruição do patrimônio cultural islâmico, principalmente em tempos de conflito?
2. Como combater o tráfico ilícito de artes islâmicas que, além de despojar comunidades de sua história, financia redes criminosas e extremistas?
3. Como garantir que o patrimônio islâmico imaterial — como práticas, saberes e tradições orais — receba a mesma atenção que os bens materiais nos planos nacionais e regionais?
4. Quais mecanismos de cooperação técnica e financeira podem ser implementados entre os Estados-membros para apoiar os países com menor capacidade institucional de preservação cultural?
5. Como promover a valorização da diversidade intra-islâmica (xiitas, sunitas, sufis, etc.) como parte do patrimônio cultural coletivo da Ummah, evitando afasta-

## REFERÊNCIAS

ADAIR, Ralph. Solo Sagrado: A importância das mesquitas, Meca e Medina para os muçulmanos. **International Mission Board**, 17 ago. 2018. Disponível em: https://www.imb.org/2018/08/17/mosques-muslims/. Acesso em: 5 jun. 2025.

AL-HOUDALIEH, Salah H.; SAUDERS, Robert R. Building destruction: The consequences of rising urbanization on cultural heritage in the Ramallah province. **International Journal of Cultural Property**, v. 16, n. 1, p. 1-23, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0940739109090043. Acesso em: 5 jun. 2025.

AL-QAHTANY, Ali; ARAVINDAKSHAN, Sreejith. Urbanização na Arábia Saudita e desafios de sustentabilidade de cidades e patrimônios culturais: insights heurísticos. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, v. 12, n. 4, p. 408-425, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1108/JCHMSD-07-2020-0108. Acesso em: 12 maio 2025.

ALSHEHABY, Fatimah. Avaliando a proteção legal do patrimônio cultural imaterial na Arábia Saudita: uma análise crítica no contexto da Convenção da UNESCO de 2003. **Laws**, v. 13, n. 2, p. 13, 2024. Disponível em: https://www.mdpi.com/2075-471X/13/2/13. Acesso em: 12 maio 2025.

ALSHEHABY, Fatimah. Cultural Heritage Protection in Islamic Tradition. **International Journal of Cultural Property**, v. 27, n. 3, p. 291-322, ago. 2020. Disponível

em: https://doi.org/10.1017/S0940739120000259. Acesso em: 4 abr. 2025.

ANGHA, Negah. Preservando o Patrimônio Cultural na Síria durante a Guerra e a Transição. **Arctic Infrastructure Inventory**, fevereiro de 2025. Disponível em: https://arcticinfrastructure.wilsoncenter.org/article/preserving-cultural-heritage--syria-through-war-and-transition. Acesso em: 12 maio 2025.

AZAROVA, Valentina; SLIMAN, Nidal. Activating Palestine's UNESCO Membership. **Al-Shabaka**, 23 out. 2013. Disponível em: https://al-shabaka.org/briefs/activating-palestines-unesco-membership/. Acesso em: 27 maio 2025.

BACA. **Bahrain Authority for Culture and Antiquities** [Site Institucional], 2025. Disponível em: https://culture.gov.bh/en/authority/about_us/. Acesso em: 01 ago. 2025.

BENNOUNE, Karima. **Cultural heritage is a human rights issue.** UNESCO, 2016. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/news/1581. Acesso em: 21 maio 2025.

BISCHOFF, James L. A proteção internacional do patrimônio cultural. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS,** n. 24, p. 191-218, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/alfredo,+73499-304628-1-CE.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

BOKOVA, Irina. UNESCO's Role in Emergency Situations: What Difference Can Soft Power Make in Times of Crisis? **Journal of International Affairs**, v. 70, n. 2, p. 59-68, 2017. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/90012620. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.** Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 09 maio 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). **Resolução 2347 (2017)**, adotada na 7907ª reunião, em 24 de março de 2017. Disponível em: https://undocs.org/S/RES/2347(2017). Acesso em: 18 maio 2025.

CONVENÇÃO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural = **Convention Concerning The Protection of The World Cultural and Natural Heritage.** 16 Novembro de 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/conventiontext/. Acesso em: 09 maio 2025.

CONVENÇÃO de Haia relativa à proteção dos bens culturais em caso de conflito

armado (1954). Haia: **UNESCO**, 1954. Disponível em: https://www.unesco.org/en/legal-affairs/convention-protection-cultural-property-event-armed-conflict-regulations-execution-convention?hub=180145. Acesso em: 18 maio 2025.

CONVENÇÃO da UNIDROIT Sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados = **UNIDROIT Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects.** 24 Junho de 1995. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unidroit.org/english/conventions/1995culturalproperty/1995culturalproperty-e.pdf. Acesso em: 09 maio 2025.

DEPARTMENT OF ARCHAEOLOGY BANGLADESH. **About Us.** Department of Archaeology Bangladesh, 2025. Disponível em: https://archaeology.gov.bd/. Acesso em: 28 maio 2025.

DERKOVIĆ, Nadia Capuzzo. **Dealing with the past: the role of cultural heritage preservation and monuments in a post-conflict society.** Berlim: UNESCO World Heritage and Cultural Diversity, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/897720/Dealing_With_the_Past_The_Role_of_Cultural_Heritage_Preservation_and_Monuments_in_a_Post_Conflict_Society. Acesso em: 08 abr. 2025.

DIAS SOARES, Anauene. Destruição do patrimônio cultural: crime de guerra. **Revista VIA IURIS**, v. 25, p. 1-30, jul. /dec. 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273960279008. Acesso em: 25 fev. 2025.

EGITO. Ministério da Cultura. About Ministry. Cairo: **Ministry of Culture**, [s.d.]. Disponível em: http://www.moc.gov.eg/en/ministry/about-ministry/. Acesso em: 27 maio 2025.

EL PAÍS BRASIL. Estado Islâmico destrói a mesquita de Mossul onde o califado foi proclamado. **El País Brasil**, Brasília, 21 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/21/internacional/1498075693_086147.html. Acesso em: 22 jun. 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Ismaili**, 2025a. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Ismaili. Acesso em: 15 abr. 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Salafi movement**, 2025b. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Salafi-movement. Acesso em: 15 abr. 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Shi'i**, 2025c. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Shii. Acesso em: 15 abr. 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Sufism**, 2025d. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Sufism. Acesso em: 15 abr. 2025.

FERREIRA, Ana Clara Luquett Pereira. **O patrimônio cultural em conflitos armados e as dinâmicas de segurança que o atravessam:** um processo de securitização em curso?. Orientador: Professora Doutora Maria do Céu Pinto. 2021. 24 f. Dissertação de Mestrado, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Portugal, 2021. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/77205/1/Ana%20Clara%20Luquett%20Pereira%20Ferreira.pdf

FONSECA, Danielle de Queiroz. **Preservação do patrimônio cultural da humanidade em contexto de conflitos armados:** limpeza cultural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Iniciação Científica) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.gti.uniceub.br/pic/article/viewFile/5568/3912, Acesso em: 13 fev. 2025.

FRANÇA FILHO, Marcílio Toscano; DELGADO, Tiago Medeiros. O Estado Islâmico e a Aplicabilidade das Normas de Proteção do Patrimoni Cultural Durante Conflitos Armados Não Internacionais. **Revista de Estudos Internacionais** (REI), v. 6, n. 1, p. 40-58, 2015. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/228832233.pdf. Acesso em: 25 fev. 2025.

FRANCIONI, Francesco. Customs, general principles, and the intentional destruction of cultural property. In: CUNO, James; WEISS, Thomas. **Cultural heritage and mass atrocities.** Los Angeles: Getty Publications, 2022. Disponível em: https://www.getty.edu/publications/cultural-heritage-mass-atrocities/part-4/24-francioni/=. Acesso em: 28 jul. 2025.

GIBBON, Kate Fitz. The Evolution and Deconstruction of Afghanistan's Cultural Heritage Laws. **Cultural Property News.** 2021. Disponível em: https://culturalpropertynews.org/the-evolution-and-deconstruction-of-afghanistans-cultural-heritage-laws/. Acesso em: 28 maio 2025.

GRABAR, Oleg. **The Formation of Islamic Art.** New Haven: Yale University Press, 1987. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=xikVxHiP_oMC&printsec=copyright&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 25 mar. 2025.

GUGOLZ, Alessandro. The protection of cultural heritage in the sultanate of Oman. **International Journal of Cultural Property**, v. 5, n. 2, p. 291-309, 1996. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-cultural-property/article/abs/protection-of-cultural-heritage-in-the-sultanate-of-

-oman/CAB93692EBE8CCC31ED98962865C808C. Acesso em: 20 maio 2025.

HALLEB, Yoldez. **A política de gestão do patrimônio cultural na Tunísia.** Dissertação (Mestrado em Preservação Histórica) — College of Environment and Design, Universidade da Geórgia. Athens, p. 199, 2018. Disponível em: https://getd.libs.uga.edu/pdfs/halleb_yoldez_201812_mhp.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

HASSAN, Thowayeb H.; ALMAKHAYITAH, Muhanna Yousef; SALEH, Mahmoud I. Sustainable stewardship of Egypt's iconic heritage sites: balancing heritage preservation, visitors' well-being, and environmental responsibility. **Heritage**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 737-757, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/heritage7020036. Acesso em: 27 maio 2025.

HAWARI, Mahmoud. Israel Destroys Palestinian Cultural Heritage Sites in Gaza. **Institute for Palestine Studies**, 28 fev. 2024. Disponível em: https://www.palestine-studies.org/en/node/1655264. Acesso em: 06 jun. 2025.

HERNÁNDEZ, David Corral. Iraq y Siria, patrimonio histórico reducido a escombros. **Pre-bie3**, n. 3, p. 30, 2015. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7685769. Acesso em: 05 jun. 2025.

HOFMANN, Erin Trouth. Islam in Russia: History, Politics and Culture. **Kennan Institute**, 2011. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/article/islam-russia-history-politics-and-culture. Acesso em: 31 jul. 2025.

HUNSINGER, Jasper. Yemeni Museums and the Protection of Cultural Heritage Amidst Times of War. **The Georgetown Independent**, 2024. Disponível em: https://www.georgetownindy.com/post/yemeni-museums-and-the-protection-of-cultural-heritage-amidst-times-of-war. Acesso em: 29 mai. 2025.

ICESCO. [Site Institucional]. Disponível em: https://icesco.org/en/areas_of_expertise/culture-communication/. Acesso em: 12 maio 2025.

ICOMOS. [Site Institucional], 2025. Disponível em: https://www.icomos.org/. Acesso em: 28 jul. 2025.

ICOMOS OPEN ARCHIVE. **Heritage and Cultural Diversity at Risk in Iraq and Syria.** Disponível em: https://openarchive.icomos.org/id/eprint/1551/1/232562f.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. **The Future of Our Pasts:** Engaging Cultural Heritage in Climate Action. Paris: ICOMOS,

2019. Disponível em: https://civvih.icomos.org/wp-content/uploads/Future-of--Our-Pasts-Report-min.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

JAKUBOWSKI, Andrzej. The Evolving Role of the United Nations Security Council and the Protection of Cultural Heritage in the Event of Armed Conflict: Resolution 2347: Mainstreaming the protection of cultural heritage at the global level. **International Law Observer**, 2018. Disponível em: https://ilg2.org/2018/03/31/the-evolving-role-of-the-united-nations-security-council-and--the-protection-of-cultural-heritage-in-the-event-of-armed-conflict-resolution--2347-mainstreaming-the-protection-of-cultural-heritage-at-the-global-level/. Acesso em: 28 jul. 2025.

JORDÂNIA. Departamento de Antiguidades. **Department of Antiquities.** Amã: Departamento de Antiguidades, 2025. Disponível em: https://doa.gov.jo/homeen.aspx. Acesso em: 27 maio 2025.

KAMPFF, Luiza Cerveira et al. Organização do Mundo Islâmico para Educação, Ciência e Cultura: um Espaço do "Outro" Complementar ou Substitutivo à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura?. **Revista Perspectiva:** reflexões sobre a temática internacional, v. 13, n. 25, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/101619. Acesso em: 25 fev. 2025.

KHALID, Asma. Desafios de conservação e tendências emergentes de preservação digital para o patrimônio arquitetônico da UNESCO, Paquistão. **Conservação**, v. 2, n. 1, p. 26-37, 2021. Disponível em: https://www.mdpi.com/2673-7159/2/1/3. Acesso em: 14 maio 2025.

KHALIL, Mohamed Ali Mohamed; NASR, Eman Hanye Mohamed. O desenvolvimento de um arcabouço jurídico para a gestão de Sítios do Patrimônio Mundial em Omã: um estudo de caso sobre o Oásis de Bahla. **Revista de Gestão do Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, n. 1, p. 146-166, 2023. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/jchmsd-07-2020-0106/full/html. Acesso em: 20 maio 2025.

KURBAN, Saim Buğra; ŞENTÜRK, Yıldırım; ORAL, Ayça. **Relatório de Mapeamento do Patrimônio Cultural (Turquia).** Acordo de subvenção CHIEF (Património Cultural e Identidades do Futuro da Europa) n.º: 770464 , p. 187, 2019. Disponível em: https://publications.aston.ac.uk/id/eprint/40233/1/CHIEF_WP6_D6.1_Mapping_Reports_of_Cultural_Heritage_v1.1_18.06.19.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

LUBIS, Lunariana; WARDIYANTO, Bintoro; SETIJANINGRUM, Erna. Con-

servação do Patrimônio na Indonésia: Revisão de Políticas. **Perspectiva Hukum**, p. 129-146, 2024. Disponível em: https://perspektif-hukum.hangtuah.ac.id/index.php/jurnal/article/view/276/150. Acesso em: 14 maio 2025.

MAFFI, Irene. **As políticas e práticas do patrimônio cultural no Oriente Médio:** posicionando o passado material nas sociedades contemporâneas. Bloomsbury Publishing, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TaiMDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Islamic+Cultural+Heritage+marocco&ots=9QOI8JZVzs&sig=Z5MyMJBCGxijZoPtbBGPTw5X-3pQ#v=onepage&q=Islamic%20Cultural%20Heritage%20marocco&f=false. Acesso em: 20 maio 2025.

MACLEAN, Rachel; INSOLL, Timothy. Islamic Identities and Heritage Presentation in Bahrain. In: EXELL, Karen; RICO, Trinidad. **Cultural Heritage in the Arabian Peninsula**, p. 129-142, 2016. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315575285-12/islamic-identities-heritage-presentation-bahrain-rachel-maclean-timothy-insoll. Acesso em: 20 maio 2025.

MAO, William. Conserving Afghanistan's Cultural Heritage under Taliban Rule. **Harvard International Review.** 2024. Disponível em: https://hir.harvard.edu/conserving-afghanistans-cultural-heritage-under-taliban-rule/. Acesso em: 28 maio 2025.

MARTINS, Elvio Rodrigues. A geografia urbana na dissolução das identidades originárias. **Scripta Nova:** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 5, n. 94, 1 ago. 2001. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn-94-60.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

MEIRELES, Lucas Esteves de. **O Partido de Deus**: o surgimento do grupo Hezbollah, as relações históricas com Israel e com os conflitos no Líbano de 1985 a 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Filsofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

MESTRE ZÉ PIO. Ceará de Atitude. [Entrevista concedida ao Governo do estado do Ceará]. **Cultura no Plural**, 23 Jan., 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CKZ7CeMndM2/.

MINISTRY OF CULTURE AND YOUTH. **About the Ministry.** UAE Government Portal, 2025. Disponível em: https://moc.gov.ae/en/. Acesso em: 28 maio 2025.

MINISTRY OF CULTURE OF EGYPT. **About Ministry.** Ministry of Culture, 2025. Disponível em: http://www.moc.gov.eg/en/ministry/about-ministry/. Acesso em: 27 maio 2025.

MINISTRY OF CULTURE OF AZERBAIJAN. [Site Institucional] 2024. Disponível em: https://culture.gov.az/en. Acesso em: 28 mai. 2025.

MOLINA, René Alonso Guerra. "El papel del patrimonio cultural en el escenario de posconflicto en Colombia: paisaje, patrimonio cultural inmaterial y memoria para la construcción de paz." **Memorias: revista digital de historia y arqueologia desde el Caribe**, n. 39, p. 116-141, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.14482/memor.39.303.66.

MOSCOW KREMLIN MUSEUMS. **Cultural Heritage Sites of Russia: Challenges of Preservation and Research.** Disponível em: https://www.kreml.ru/en-Us/research/conferences-and-seminars/pamyatniki-kulturnogo-naslediya-rossii-problemy-sokhraneniya-i-izucheniya/. Acesso em: 28 mai. 2025.

MUGHAL, Mohammad Rafique. Gestão e conservação do patrimônio no Paquistão: o legado britânico e a perspectiva atual. **Pakistan Heritage**, v. 3, p. 119-134, 2011. Disponível em: https://shre.ink/eXw4. Acesso em: 14 maio 2025.
NILE SCRIBES. Auguste Mariette's Memorial at the Egyptian Museum. **Nile Scribes**, 17 nov. 2018. Disponível em: https://nilescribes.org/2018/11/17/mariette-memorial-egyptian-museum/. Acesso em: 27 maio 2025.

OCI. **OIC Discusses the Establishment of the Proposed Platform for the Protection of Cultural Heritage in the OIC Countries**, 2023. Disponível em: https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=38946&t_ref=26415&lan=en. Acesso em: 28 jul. 2025.

OCI. **OIC Supports Heritage Conservation Efforts in Member States**, 2019. Disponível em: https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=22244&t_ref=12960&lan=en. Acesso em: 28 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Iraque: UNESCO anuncia projeto para reconstrução de mesquita destruída pelo Estado Islâmico.** 2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/125210-iraque-unesco-anuncia-projeto-para-reconstru%C3%A7%C3%A3o-de-mesquita-destru%C3%ADda-pelo-estado-isl%C3%A2mico. Acesso em: 21 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **UNESCO**: destruição de Palmira é uma "tentativa perversa" de negar ao povo sírio seu patrimônio. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/70092-unesco-destruição-de-palmira-é-uma-tentativa-perversa-de-negar-ao-povo-sírio-seu-patrimônio. Acesso em: 22 jun. 2025.

OZORAL, Basak. **Fostering a Cultural Melting Pot: The UAE's Approach to**

**Multicultural Integration and Heritage Preservation.** IntechOpen, 29 jan. 2024. Disponível em: https://www.intechopen.com/chapters/1178701. Acesso em: 28 maio 2025.

PEREIRA, João Rodolfo Lopes; PAZ, Claudio Damaceno. Iraque e as Ações de Proteção ao Patrimônio Cultural Mesopotamico. **Revista Memorare**, Santa Catarina, v. 3, p. 246-275, 1 dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319969562_O_Iraque_e_as_acoes_de_protecao_ao_patrimonio_cultural_mesopotamico/fulltext/59c467e7aca272c71bb1b31e/O-Iraque-e-as-acoes-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-mesopotamico.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

PORTO, Vagner Carvalheiro; HORA, Juliana Figueira da. Patrimônio arqueológico na Síria: discutindo as ações do Estado Islâmico. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 61, 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/35951/25135. Acesso em: 06 jun. 2025.

QATAR MUSEUMS. **Our Mission and Vision.** Disponível em: https://qm.org.qa/en/about-us/mission-and-vision/. Acesso em: 29 mai. 2025.

RAWASHDEH, Saeb. How 'pre-conceived notions' are hindering access to heritage. **The Jordan Times**, Amã, 26 jun. 2019. Disponível em: https://jordantimes.com/news/local/how-'pre-conceived-notions'-are-hindering-access-heritage. Acesso em: 27 maio 2025.

ROUHANI, Bijan. **Desenvolvimento e patrimônio cultural no Irã: Políticas para um país antigo.** 2011. Disponível em: https://openarchive.icomos.org/id/eprint/1330/. Acesso em: 12 maio 2025.

ROBICHEZ, Juliette. **A destruição deliberada do patrimônio cultural da humanidade nos conflitos armados**: instrumento de aniquilamento da dignidade da pessoa humana a gênese da proteção jurídica do patrimônio cultural da humanidade. 2015. Disponível em: https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/5de5a0d-9-63aa-4c4d-9d65-dc9fc2100026/content. Acesso em: 01 abr. 2025.

RUSSO, Alessandra; GIUSTI, Serena. **Monuments under attack:** from protection to securitisation. European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Global Governance Programme, 2017. Disponível em: https://hdl.handle.net/1814/47164. Acesso em: 8 abr. 2025.

SANTOS DE CARVALHO, Yago; TOJAL, João Gabriel. Demolição de Patrimonios Historicos pelo Estado Islâmico. **SEMPESq** - Semana de Pesquisa da Unit -

Alagoas, [S. l.], n. 5, 2020. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/al_sempesq/article/view/8356. Acesso em: 25 fev. 2025.

SOARES, Anauene Dias. Destruição do patrimônio cultural: crime de guerra. **Revista Via Iuris**, n. 25, p. 1-30, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/2739/273960279008/273960279008.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025.

SOARES, Anauene Dias; MARTINS, Jefferson. Patrimônio cultural como dignidade cultural: declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras. UNOESC INTERNATIONAL LEGAL SEMINAR, 2014.

SONNEBORN, Liz. **Averroes (Ibn Rushd):** Muslim scholar, philosopher, and physician of the twelfth century. The Rosen Publishing Group, Inc, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iIjayOIulPcC&oi=fnd&pg=PA6&dq=Avicena+(Ibn+Sina)+e+Averr%C3%B3is+(Ibn+Rushd)&ots=VgTvmZdRNo&sig=ehSgmYOatTWoN-3chmgki_t4MSIU#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 06 jun. 2025.
SOON, Stephen Chia Ming. Proteção e conservação do patrimônio arqueológico na Malásia: questões e desafios. **Colisão ou colaboração:** a arqueologia encontra o desenvolvimento econômico, p. 29-43, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-44515-1_3. Acesso em: 14 maio 2025.

TAHA, Hamdan. Destruction of Gaza's Cultural Heritage. **Institute for Palestine Studies Policy Paper**, n. 31, 2024. Disponível em: https://www.palestine-studies.org/sites/default/files/attachments/policypapers/Hamdan%20Taha%20ENG%20031.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

THE TIMES. **They joined White Helmets to save souls.** Now they're saving history, 2025. Disponível em: https://www.thetimes.com/world/middle-east/article/they-joined-white-helmets-to-save-souls-now-theyre-saving-history-qtcc3sxdt. Acesso em: 1 ago. 2025.

THE ART NEWSPAPER. **After the collapse of the Assad regime,** Syrians are working to preserve their country's heritage, 2025. Disponível em: https://www.theartnewspaper.com/2025/01/31/after-the-collapse-of-the-assad-regime-syrians-are-working-to-preserve-their-countrys-heritage. Acesso em: 1 ago. 2025

UNESCO. **Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley**, 2025a. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/208/#:~:text=Um%20Plano%20de%20Gest%C3%A3o%20para,implementa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Plano%20de%20Gest%C3%A3o.Acesso em: 28 jul. 2025
.

UNESCO. **Cash for Work: Promoting Livelihood Opportunities for Urb an Youth in Yemen**, 2021a. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/cash-work-promoting-livelihood-opportunities-urban-youth-yemen. Acesso em: 28 maio 2025.

UNESCO. **Cutting Edge: Protecting and preserving cultural diversity in the digital era.** UNESCO, 2020. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/cutting-edge-protecting-and-preserving-cultural-diversity-digital-era. Acesso em: 21 maio 2025.

UNESCO. **Historic resolution to protect cultural heritage.** UNESCO Courier, 2025b. Disponível em: https://courier-unesco-org.translate.goog/en/articles/historic-resolution-protect-cultural-heritage?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc, Acesso em: 14 fev. 2025.

UNESCO. **Promoting Egypt's Cultural Heritage and National Capacities.** UNESCO, 2025c. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/promoting-egypts-cultural-heritage-and-national-capacities. Acesso em: 27 maio 2025.

UNESCO. **Employment Opportunities for Cultural Heritage Safeguarding in Jordan.** UNESCO, 2025d. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/employment-opportunities-cultural-heritage-safeguarding-jordan. Acesso em: 27 maio 2025.

UNESCO. F**rom the Palestinian Bearers of Heritage to the UNESCO's Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity**, UNESCO, 2021b. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/palestinian-bearers-heritage-unescos-representative-list-intangible-cultural-heritage-humanity. Acesso em: 27 maio 2025.

UNESCO. **Agreement signed between UNESCO and the Ministry of Culture to support the safeguarding of Intangible Cultural Heritage in Palestine.** UNESCO, 2022a. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/agreement-signed-between-unesco-and-ministry-culture-support-safeguarding-intangible-cultural. Acesso em: 27 maio 2025.

UNESCO. **Blue Shield International.** The 1954 Hague Convention: Blue Shield emblems of protection. Paris: UNESCO, 2021c. Disponível em: https://the-blueshield.org/download/the-1954-hague-convention-blue-shield-emblems-of-protection/. Acesso em: 27 jul. 2025.

UNESCO. **World Heritage: Preserving Natural and Cultural Heritage**, UNESCO, 2025e. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/activities/2/. Acesso em: 28 maio 2025.

UNESCO. **World Heritage List.** UNESCO, 2025f. Disponível em: https://whc.

unesco.org/en/list/. Acesso em: 21 março de 2025.

UNESCO. **World Heritage and Sustainable Development**, UNESCO, 2025g. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/sustainabledevelopment/. Acesso em: 21 maio 2025.

UNESCO. **Património cultural nas mãos dos jovens: conhecer, estimar e atuar.** Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO, 2012.

UNESCO. **Proclamation of an International Day of Islamic Art.** In: General Conference, 40., 2019, Paris. UNESCO, 2019. 2 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374459. Acesso em: 28 jul. 2025.

UNESCO. **Quadrennial Periodic Report 2013 – Kuwait.** 2013. UNESCO, 2013. Disponível em: https://media.unesco.org/sites/default/files/webform/dce002/QPR_2013_KW_46ca034e-7227-4006-b455-65453d5c84e9.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

UNESCO. **The protection of cultural heritage at the heart of a UNESCO training for the Lebanese authorities.** UNESCO, 2023. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/protection-cultural-heritage-heart-unesco-training-lebanese-authorities. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNESCO. **The World Heritage Conservation Process**, 2022b Disponível em: https://whc.unesco.org/en/activities/486/. Acesso em: 28 jul. 2025.

UNESCO. Russia - **UNESCO World Heritage Centre.** UNESCO, 2025h. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/statesparties/ru/. Acesso em: 28 maio 2025.

UNESCO. **Historic and Architectural Complex of the Kazan Kremlin.** UNESCO, 2000. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/980/. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNESCO. **Historic Centre of Sheki with the Khan's Palace.** UNESCO, 2025i. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/1549/. Acesso em: 30 jul. 2025.

UNESCO. **Bangladesh launches 'Climate Smart Education Systems Initiative (CSESI)'.** UNESCO, 2025j. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/bangladesh-launches-climate-smart-education-systems-initiative-csesi. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNIDROIT. **Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects.** UNIDROIT, 1998. Disponível em: https://www.unidroit.org/instruments/cultural-property/1995-convention/. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNITAR. **Syria World Heritage Sites Report.** Disponível em: https://unitar.org/sustainable-development-goals/satellite-analysis-and-applied-research/chs-syria. Acesso em: 05 jun. 2025.

VASCONCELOS, Renato. Gaza: guerra destrói patrimônio cultural e abre debate sobre eliminação da memória palestina. **O Globo**, 26 jan. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/01/26/gaza-guerra-destroi-patrimonio-cultural-e-abre-debate-sobre-eliminacao-da-memoria-palestina.ghtml. Acesso em: 06 jun. 2025.

VIEIRA, Danilo Porfírio de Castro. Ação ocidental no Oriente Médio e a formação do jihadismo sunita. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 10, n. 1, p. 24–39, 2018. Disponível em: https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1579. Acesso em: 22 jun. 2025.

VLASIC, Mark V.; TURKU, Helga. Protegendo o Patrimônio Cultural como um Meio para a Paz, Segurança e Estabilidade Internacionais. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**, v. 49, n. 5, p. 137-184, 2016. Disponível em: https://scholarship.law.vanderbilt.edu/vjtl/vol49/iss5/4/. Acesso em: 04 abr. 2025.

WEISS, Thomas; CONELLY, Nina. **Cultural Cleansing and Mass Atrocities**: Protecting Cultural Heritage in Armed Conflict Zones. The J. Paul Getty Trust, Los Angeles, 2ª ed., p.1-50, 2017. Disponível em: https://www.getty.edu/publications/pdfs/CulturalCleansing_Weiss_Connelly.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

# OEA



Organização dos Estados Americanos (OEA)

# Cooperação regional para a mitigação de eventos climáticos severos nas Américas

*Giulia Silva de Moraes*[1]
*Helena Petry Mizunski Peres*[2]
*Leonardo Lagemann Pereira da Silva*[3]

## RESUMO

Crises climáticas estão cada vez mais presentes no cotidiano das diferentes populações. Eventos climáticos severos, por sua vez, são alterações intensas no clima que, por si só, nem sempre configuram desastres. Eles passam a ser considerados desastres climáticos quando impactam diretamente os seres humanos. Com o aumento da temperatura média global, a frequência e a intensidade desses eventos extremos também tendem a se intensificar, elevando a probabilidade de resultarem em desastres climáticos (IPAM 2025). Vale ressaltar que estes não afetam de forma igual todas as pessoas e que seus danos podem ser mitigados. Além disso, observa-se que tais crises atingem de maneira mais severa as populações em situação de pobreza, pois os lugares em que vivem muitas vezes carecem de infraestrutura adequada para reduzir danos. Dessa forma, o presente guia de estudos elucida formas de cooperação para mitigar os desastres que assolam diversos lugares nas Américas. Para tanto, o trabalho se divide em cinco partes: 1) introdução, na qual se discute a importância do tema; 2) histórico, que busca fornecer embasamento acerca da ocorrência desses eventos e de como são influenciados pela ação humana, além de apresentar situações em debate na OEA; 3) apresentação do problema, na qual se destacam quatro tipos de eventos climáticos severos; 4) ações internacionais prévias, que tem como objetivo evidenciar iniciativas multilaterais em vigor para o combate às mudanças climáticas; 5) posicionamento dos países, que expõe como cada país do comitê se manifesta sobre o assunto.

1 Giulia Silva de Moraes é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Organização dos Estados Americanos (OEA)
2 Helena Petry Mizunski Peres é aluna do terceiro ano de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Organização dos Estados Americanos (OEA)
3 Leonardo Lagemann Pereira da Silva é aluno do terceiro ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor da Organização dos Estados Americanos (OEA)

## 1 INTRODUÇÃO

A emergência da crise climática que assola o globo nos últimos anos representa um sinal de alerta às diversas comunidades, direta e indiretamente afetadas, sobretudo no continente americano, constantemente atingido de forma intensa por diversos desastres climáticos. Na América Latina e no Caribe, por exemplo, a ocorrência de chuvas e tempestades já acarretou, inúmeras vezes, inundações severas que representam riscos extremos para os moradores e para a estrutura física e econômica dessas regiões (LAMPIS *et al.* 2020). Tais eventos ilustram a vulnerabilidade estrutural de diversas áreas do continente, agravada por um passado colonial compartilhado, que se reflete em padrões históricos de desigualdade social, ocupação desordenada do solo e ausência de políticas públicas regionais efetivas.

Da mesma forma, na América do Norte, a ocorrência de incêndios e queimadas florestais constitui um fator preocupante para a análise. Apesar de haver registros relevantes também na parcela sul do continente, os incêndios na região norte destacam-se — sobretudo nos Estados Unidos —, que concentram aproximadamente 90% dos incêndios florestais dessa área e apresentam a maior média anual de ocorrências (SILVA *et al.* 2018). Esse cenário evidencia a necessidade de políticas preventivas mais robustas, investimentos em pesquisas e no desenvolvimento tecnológico de monitoramento, além de maior cooperação regional para a contenção de riscos.

Nesse contexto, o presente guia busca fomentar a discussão cooperativa entre os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) acerca das mudanças climáticas e do aquecimento global, reconhecendo que tais fenômenos são determinantes para o aumento e a intensificação dos desastres ambientais no continente. Além disso, enfatiza-se a importância da construção de estratégias regionais de mitigação e adaptação, incluindo a articulação política multilateral, de modo a fortalecer a resiliência dos Estados Americanos e reduzir as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Nesta seção serão abordados os diferentes ciclos industriais, suas formas de expansão e seus impactos no meio ambiente, a partir de uma perspectiva global que tem como ponto de partida a Primeira Revolução Industrial, passando pela criação da penicilina e pelo uso de combustíveis fósseis até chegar ao modelo de bem-estar social e à Grande Aceleração. Com isso, pode-se analisar os impactos de cada período sobre o meio ambiente. Para tal, também será discutida a forma como se dão as interações humanas com o planeta. Em seguida, será exposto o histórico de ações tomadas pela OEA na resolução de problemas decorrentes dos eventos climáticos.

### 2.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A INTERFERÊNCIA HUMANA

O homem é uma criatura dos trópicos, região que possui temperaturas e ecossistemas mais propensos para a sobrevivência, além de ter sido berço das primeiras organizações civilizacionais expressivas no continente americano. Entretanto, graças à sua capacidade de adaptação cultural e tecnológica, conseguiu se fixar em locais com diferentes climas. Essa adaptação e desenvolvimento, porém, geraram consequências, como às mudanças climáticas, resultantes da construção de cidades, do assoreamento de rios e da emissão de gases na atmosfera (Werrel; Femia, 2017).

Para entender o impacto das mudanças climáticas, primeiramente é necessário

compreender suas origens. Tais mudanças são normais em ciclos terrestres, como a Glaciação Wisconsiniana, aproximadamente 110.000 a 10.000 atrás (ciclos longa duração) ou as ondas de calor na baixa idade média (intra ciclos de baixa duração). Estes ciclos ocorrem em períodos ao longo da história, causados sobretudo por mecanismos naturais da Terra, como o albedo[4], o ciclo de chuvas e outros fenômenos (Schneider; Salameh, 2018). A humanidade, nessa linha, surgiu durante o grande período inter-glacial chamado Holoceno, que foi propício ao desenvolvimento social e tecnológico, culminando no cenário atual de revoluções industriais e na chamada Grande Aceleração (Steffen *et al*., 2015a; Gonçalves; Ribeiro; Inoue, 2024).

A Grande Aceleração é um conceito utilizado para caracterizar a expansão da produção e da população humanas, que levou ao aumento da destruição do sistema Terra. Não existe unanimidade quanto ao seu início: alguns defendem que ocorreu ainda na Primeira Revolução Industrial, enquanto outros afirmam que se deu no pós-Segunda Guerra Mundial e com o Estado de bem-estar social (Steffen *et al*., 2015a). Independente de seu início, a ideia central é que esse processo intensificou as mudanças cíclicas dos mecanismos climáticos da Terra, alterando assim o período geológico do Holoceno para o Antropoceno[5] (Steffen *et al*., 2015b).

Assim, enfatiza-se que o homem altera o ciclos naturais, acelerando-o de algumas formas: 1) dispersão de partículas de poluentes na baixa atmosfera; 2) desmatamento e urbanização; 3) irrigação indústrial; 4) ação direta de aquecimento por energias e; 5) aumento do dióxido de carbono na atmosfera (Singer; Kellogg, 1975). Esses processos, no entanto, não afetam isoladamente o ciclo do sistema Terra: são interdependentes e influenciados por outros fatores menores (Steffen *et al*., 2015b). Além disso, é preciso entender que essas alterações ocorrem localmente, mas suas consequências repercutem no ciclo global (Rammelt *et al*., 2022). Um exemplo são as queimadas da Floresta Amazônica, cujas partículas de fuligem são levadas por ventos alísios para a região subtropical do continente e, por consequência, para o Atlântico sul, causando aumento da acidificação oceânica, perda de espécies e alteração do pH das chuvas. Assim, nenhuma interferência humana é isenta de desencadear uma cadeia de consequências danosas para a Terra e seus ecossistemas (Rammelt *et al*., 2022).

Dentre os fatores de aceleração dos ciclos naturais, as partículas de poluentes na baixa atmosfera são, majoritariamente, decorrentes das queimadas. Contudo elas também podem ser ocasionadas pelo aumento de erupções vulcânicas e pela fuligem industrial (Singer; Kellogg, 1975). Essas partículas são despejadas na camada mais baixa da atmosfera e, por conta da sua densidade, não ascendem às camadas superiores, sendo carregadas pelos ventos e, posteriormente, precipitam para a terra e para os oceanos. Essas partículas podem ocasionar o aquecimento da superfície terrestre, como ocorreu na Europa na baixa Idade Média, com altas temperaturas médias em decorrência do alto volume de atividades vulcânicas que acidificam o solo e a água precipitada, causando dificuldade de colheitas (Schneider; Salameh, 2018). Além disso, tais partículas poluem o oxigênio, sendo altamente prejudicial aos seres vivos.

O desmatamento e a urbanização são prejudiciais ao ciclo da Terra por diversas razões. O principal impacto é a destruição de diversas espécies vegetais fundamentais para a captura do dióxido de carbono (CO2) atmosférico, processo es-

4 O albedo é a fração da radiação solar refletida por uma superfície em relação à radiação total recebida. Superfícies claras, como neve, têm alto albedo, enquanto as escuras, como concreto, têm baixo albedo.

5 Período no qual as ações do homem alteram as formas geológicas, ecossistemas e o meio ambiente como um todo.

sencial para a regulação desse ciclo (Moreira, 2000). Assim, ao se desmatar para a construção urbana ou para plantações de commodities, essas espécies vegetais não são repostas, o que aumenta a concentração de CO2 atmosférico. Além disso, a urbanização altera o fenômeno do albedo ao substituir materiais de baixa absorção de radiação solar por outros de alta absorção, como o concreto, criando as chamadas "ilhas de calor" — bolsões de alta temperatura em determinadas regiões, resultantes da baixa reflexão dos raios solares e da redução da absorção realizada pelas plantas no processo de fotossíntese e transpiração (Landsberg, 1975).

Outro fator é a irrigação industrial, que afeta largamente o ciclo da água. Para atender a crescente demanda por alimentos, é necessário canalizar rios e reservatórios para as plantações. Esse mecanismo é utilizado desde a antiguidade, porém, com uma população de aproximadamente 9 bilhões de pessoas, o consumo de calorias diárias tem se elevado, o que tornou essencial alterar o fluxo de água para maior concentração nos grandes latifúndios. Essas terras consomem uma alta quantidade de água, concentrando parte da água da chuva, o que altera as taxas de precipitação em regiões específicas (Landsberg, 1975). Além disso, a canalização de rios diminui seus níveis de água, chegando, muitas vezes, a situações de seca, acarretando consequências severas para toda dinâmica ecológica e pluviométrica. Por fim, para não faltar água nas propriedades agrárias e urbanas, criou-se mecanismos de armazenamento de água potável em grandes volumes. Isso, de certa forma, é prejudicial para o ciclo das chuvas que são fundamentais para repor a água potável no sistema Terra, tendo em vista que ela são encontradas em aquíferos ou em rios que precisam ser reabastecidos com chuvas constantemente para não secarem (Davis, 2002).

O aquecimento direto por interação energética tem uma ampla variedade de causas. Entre as mais diretas está o aquecimento urbano, a condução energética causa calor nos metais condutores, isso intensificado exponencialmente nos centros urbanos resulta num aumento de temperatura geral. Porém, isso cada vez menos vem impactando, devido às novas tecnologias de redes elétricas inteligentes (Landsberg, 1975). Contudo, o principal motivo de aquecimento global é o uso de energias, desde a queima de combustíveis fósseis até o desmatamento de terras para construção de usinas hidrelétricas. Nesse sentido, pode-se citar o quinto modo que é a emissão de dióxido de carbono na atmosfera. As emissões desse componente químico são ocasionadas por diversos motivos, desde o mais simples que é a respiração humana até os mais complexos como a queima de combustíveis fósseis (Landsberg, 1975). Assim, o CO2 é um dos principais vetores para a degradação da camada de ozônio, o que ao ocorrer permite que radiações danosas para a vida humana ultrapassem essa proteção natural, como as radiações de raios UVB e UVC (Rammelt *et al.*, 2022). Outro fator que o dióxido de carbono influencia é no efeito estufa, processo natural da terra para a manter o calor da energia solar no planeta, porém com mais emissões desse gás na atmosfera essa retenção é maior, assim aquecendo o globo (Frisken, 1971).

Todos esses processos são intensificados com a ação do homem, pois os vetores para que ocorram são ações inerentes à industrialização da sociedade. Até a primeira revolução industrial o ser humano produzia o suficiente para que o sistema Terra pudesse recompor, com pequenas as alterações, mais concentradas no assoreamento de rios e destruição de árvores (Frisken, 1971). Todavia o século XVIII foi caracterizado com um aumento populacional e de produção, além disso as fábricas usavam energia provinda da queima de carvão que produz muita fuligem e resulta em muitas emissões de CO2. Como os estudos sobre as mudanças climáticas eram irrelevantes no período, os dejetos dessa produção pouco importavam naquela so-

ciedade, assim rios eram poluídos,[6] afetando o ciclo da água e o ar de cidades industriais como Londres, por exemplo, possuía alto grau de fuligens, que ocasionaram frequentes epidemias de doenças aero respiratórias, além do desmatamento desenfreado para a captação de recursos (Stearns, 2020).

Na segunda revolução industrial, a principal matriz energética passou a ser os combustíveis fósseis, além de que a produção industrial se desterritorializa, expandindo para outros lugares. Porém, talvez o principal advento foi a criação da penicilina e outros medicamentos que permitiram que a população mundial começasse a crescer, devido ao aumento da expectativa de vida e decréscimo da taxa de morte infantil. Ademais, foi na segunda revolução industrial que meios de transportes com motores a combustão começaram a se popularizar, tais motores tinham pouca eficiência o que resultava em muita queima de combustível. Na segunda revolução industrial, também, ocorreu um salto qualitativo na engenharia civil, assim as cidades cada vez mais se urbanizaram, gerando as situações decorrentes do desmatamento, além de assim uma maior necessidade de alterar o fluxo de rios para suprir a demanda por água desses centros urbanos (Stearns, 2020).

Por fim, a terceira revolução industrial potencializou todas as situações das últimas duas, além de espalhar as tecnologias pelo globo, apesar de forma desigual (Stearns, 2020). Outrossim, a principal característica para a ação humana nas mudanças climáticas é a da grande aceleração, na qual as pessoas começaram a ter mais poder de compra, aumentando exponencialmente a população da Terra e assim o consumo de energias, alimentos e produtos industriais (Steffen *et al*., 2015a). Dessa forma, todos os cinco pontos que já ocorreram nos períodos anteriores tomaram novas proporções.

Nesse período, para suprir a demanda de diversos métodos de produção, que pouco levam em conta o meio ambiente, foram utilizados os modelos desenvolvimentistas industriais, que almejavam a industrialização a todo custo e a revolução verde, a qual impôs diversos modos de produção e tecnologia que pouco levam em conta características locais e dos ecossistemas, assim aumentando a degradação do meio ambiente (Moreira, 2000).

Em síntese, existem diversos fatores que influenciam nas mudanças climáticas. A maioria são processos naturais compostos por ciclos, como o ciclo do carbono, água e nitrogênio. Todavia o homem pode causar um desequilíbrio neles, aumentando a probabilidade de eventos climáticos severos (Rammelt *et al*., 2022). Tal situação de desequilíbrio tem suas bases nas consequências das revoluções industriais, sobretudo a urbanização, industrialização e crescimento populacional, posteriormente sendo intensificado com o aumento exponencial do desenvolvimento. Isso leva a certa contradição, que apesar do surgimento de novas tecnologias que aumentam a eficiência das energias ou técnicas para combater as mudanças climáticas, o consumo e o crescimento populacional se tornam maiores. O que faz com que esse progresso para combater as mudanças climáticas não seja o suficiente, ampliando a necessidade de medidas mais drásticas e efetivas (Steffen *et al*., 2015a).

Assim, as catástrofes climáticas que hoje cada vez mais se fazem presentes, representando fenômenos naturais associados aos mecanismos de autorregulação do planeta; entretanto, não ocorriam, historicamente, com a intensidade e a frequência atualmente observadas. Desse modo, a história desses períodos das revoluções industriais e o crescimento da civilização humana é de suma importância para

6 Existem diversos relatos de escritores da época narrando o rio Tâmisa como um esgoto a céu aberto, o mais notório é o Edgar Allan Poe em um dos seus contos criminais.

entender a conjuntura atual, por ser uma ferramenta para comprovar os efeitos que impulsionam tal desenvolvimento, que por mais benéficos que tenham sido para a civilização humana, resultou num processo custoso para ciclos do planeta.

## 2.2 Colaboração Da Oea

A Organização dos Estados Americanos é um órgão de cooperação regional que busca aproximar os Estados-membros quanto a assuntos de interesse mútuo entre as nações. Nesse sentido, as mudanças climáticas e seus impactos no continente vêm sendo tratadas como um tema iminente dentro de suas assembleias e cúpulas. Historicamente, há registros de resoluções originadas em reuniões anuais que tiveram como objetivo estabelecer a conexão entre a emergência das mudanças climáticas e os direitos humanos, destacando seus impactos diretos sobre os cidadãos do continente americano. No ano de 2021, durante a Conferência das Partes número 26 (COP26) da Organização das Nações Unidas (ONU), a OEA convidou seus Estados-membros a adotarem medidas que visem, sobretudo, os direitos humanos diante dos desastres ambientais atrelados ao aquecimento global. Assim, nota-se o esforço da organização em cuidar dos povos das Américas, especialmente de partes mais vulneráveis da sociedade, que "ao mesmo tempo contribuem muito pouco para a emissão de gases causadores do efeito estufa, tais como mulheres, crianças e adolescentes, povos indígenas, afrodescendentes e pessoas que vivem em áreas rurais ou que vivem na pobreza." (OEA, 2021).

Recentemente, em outubro de 2023, os países membros da organização, por unanimidade, adotaram a Declaração de Nassau junto com o Plano Interamericano de Ação Climática 2023-2030[7], comprometendo-se a trabalharem conjuntamente por ações que reforcem a implementação de medidas que eliminem gases do efeito estufa e que acelerem a transição para fontes de energia limpas e renováveis; além de alinharem suas políticas internas com as metas da Agenda 2030, estabelecida pela ONU. Ademais, a organização publicou uma resolução sobre a mobilidade humana induzida pelo câmbio climático, adotada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em dezembro de 2024. Essa resolução destaca aspectos relevantes e positivos ao reconhecer os principais responsáveis pelas mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que evidencia a vulnerabilidade e o desamparo das populações mais afetadas, a quem os impactos ambientais são mais severos. Além disso, o documento reconhece estudos que apontam a região das Américas como a mais atingida pela recorrente crise climática, e então define que a mobilidade climática "das pessoas ou comunidades ocorre a partir da interação de diversos fatores que se amplificam ou se entrelaçam com os impactos da mudança climática, como a violência, a insegurança, a desigualdade ou a perseguição." (Resolução nº 2/24, 2024, pg 4, tradução nossa).

Além do foco da discussão voltada à cúpulas e assembleias, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) também tem, nos últimos anos, realizado julgamentos que penalizam o Estado por violação dos direitos humanos em casos que envolvem desastres ambientais. Assim, tais sentenças submetidas à Corte, como a Opinião Consultiva 23/17 representa uma das primeiras oportunidades do tribunal se referir às obrigações do Estado quanto à proteção dos direitos humanos baixo a Convenção Interamericana, indicando que as:

7 A Agenda 2030 é um plano global de ação para o desenvolvimento sustentável, adotado em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). O plano estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até 2030.

> "diferentes categorias de direitos constituem um todo indissolúvel que encontra seu fundamento no reconhecimento da dignidade da pessoa humana, razão pela qual requerem proteção e promoção permanentes para alcançar sua plena vigência, sem que jamais se justifique a violação de alguns em detrimento da realização de outros (Corte IDH, OC-23/17, 2017, pg. 22).

Outrossim, dentro do órgão autônomo da OEA — Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) — há uma relatoria temática que funciona como um braço especializado dentro do órgão. A Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA), criada através do Plano Estratégico da CIDH 2017-2021, busca apoiar a CIDH em casos que envolvam situações emergenciais sobre os direito humanos, desenvolvendo e fortalecendo normas relativas ao meio ambiente. O caso das enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024, contaram com uma visita *in loco* da REDESCA, a fim de avaliar os devastadores impactos das inundações no estado. Dessa forma, a relatoria "sublinha a importância de ampliar a participação social nos processos de tomada de decisão sobre políticas ambientais e climáticas, garantindo que as vozes das comunidades vulneráveis sejam ouvidas e incorporadas de forma significativa." (OEA, 2024)

Apesar dos avanços e das iniciativas promovidas pela OEA no enfrentamento dos impactos dos eventos climáticos, a cooperação entre os países-membros ainda enfrenta barreiras significativas. As desigualdades econômicas, sociais e institucionais entre os Estados dificultam a adoção de medidas conjuntas e o compartilhamento equilibrado de responsabilidades. Enquanto alguns países contam com recursos e infraestrutura para lidar com os efeitos das mudanças climáticas, outros enfrentam limitações severas, o que acentua a desigualdade na resposta a desastres ambientais. Assim, a ausência de instrumentos vinculantes e de compromissos efetivos por parte dos Estados-membros dificulta o avanço em políticas de mitigação que exijam mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento. Ainda que a Organização tenha demonstrado esforço em reconhecer e tratar a relação direta entre mudanças climáticas e direitos humanos, seu caráter essencialmente recomendativo impõe limites à sua atuação. Além disso, questões como instabilidade política, prioridades internas e disputas de interesse comprometem a construção de estratégias regionais eficazes. Para que a OEA avance como um agente de cooperação e resposta às crises ambientais, é imprescindível fortalecer os canais de diálogo, investir em mecanismos de apoio técnico e financeiro, e promover um compromisso real entre os países-membros, pautado na solidariedade regional e na urgência que a crise climática exige.

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Esta seção tem por objetivo expor de maneira concreta a problemática e os impactos dos eventos climáticos severos sobre as populações dos países americanos, destacando as implicações sociais decorrentes da degradação ambiental. Para tanto, está estruturada em duas subseções: (1) Definição do problema, que busca realizar uma exposição dos conceitos e delimitar os elementos centrais abordados no guia; e (2) Estudos de casos, que apresentam os principais fenômenos relacionados à temática, ilustrando seus efeitos na região.

### 3.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A região das Américas está entre as mais afetadas por eventos climáticos ex-

tremos no mundo (OPAS, 2025). A frequência e a intensidade com que esses fenômenos vêm ocorrendo nos últimos anos têm chamado a atenção de governos e da sociedade civil, dado que enchentes, secas prolongadas, queimadas devastadoras, furacões intensos e terremotos com alto poder destrutivo vêm se tornando cada vez mais comuns. Embora alguns desses eventos estejam ligados a causas naturais geológicas, muitos deles são intensificados pelas mudanças climáticas, pela degradação ambiental e, principalmente, pela ação humana desenfreada sobre os ecossistemas. Os impactos desses eventos não se limitam à destruição ambiental ou à perda material, eles afetam diretamente a vida de milhões de pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Em áreas urbanas, por exemplo, enchentes provocadas por chuvas intensas se tornam mais graves devido à impermeabilização do solo e à ocupação de áreas de risco, geralmente habitadas por populações de baixa renda; as consequências vão desde a perda de moradias até o comprometimento da saúde pública, com a proliferação de doenças e a sobrecarga dos serviços de emergência (Lage; João, 2023).

Nas regiões rurais e semi áridas, como em localidades do Brasil e México, a escassez de chuvas e as secas prolongadas afetam diretamente a agricultura e o acesso à água potável (Gnadlinger, 2015). Isso não apenas compromete a produção de alimentos e a segurança alimentar local, como também agrava a desigualdade social, obrigando milhares de pessoas a migrarem em busca de melhores condições de vida. De forma semelhante, os incêndios florestais — como os que ocorrem na Amazônia e em áreas da América Central — destroem a biodiversidade, ameaçam comunidades indígenas e tradicionais, e causam sérios danos à saúde respiratória da população. Já na região do Caribe e em partes da América do Norte, os furacões vêm se tornando mais frequentes e intensos. Tempestades de categoria elevada atingem territórios vulneráveis como o Haiti, Cuba, República Dominicana e o sul dos Estados Unidos, deixando milhares de desabrigados, mortos e danos permanentes em infraestrutura básica, como hospitais, escolas e sistemas de transporte. Segundo Lederman e Wynia (2020), eventos climáticos extremos como furacões não apenas colocam vidas em risco imediato, mas também revelam a fragilidade de muitos sistemas de saúde pública, incapazes de atender a uma população em situação de crise.

Além da destruição visível, esses fenômenos agravam problemas sociais já existentes, como a desigualdade, racismo ambiental, pobreza e ausência de políticas públicas eficazes que tornam os efeitos das mudanças climáticas ainda mais devastadores em determinadas regiões. Como já é reconhecido pela OEA, através da Resolução No. 2/24, há uma profunda injustiça climática no fato de que as populações que menos contribuem para o aquecimento global são as que mais sofrem suas consequências. Portanto, é dentro desse contexto que se insere a urgência do debate sobre cooperação regional para mitigação dos eventos climáticos severos. Os países das Américas compartilham não apenas fronteiras geográficas, mas também riscos e responsabilidades comuns, por isso, a resposta a esses desafios não pode ser isolada; ela exige diálogo, integração de esforços, troca de tecnologias, políticas conjuntas e, acima de tudo, compromisso com a justiça climática e com a proteção dos direitos humanos.

#### 3.2.1 Secas e queimadas

As secas e queimadas são eventos naturais que possuem grande relevância no âmbito do aquecimento global e dos desastres ambientais na medida em que tem se tornado cada vez mais comuns no contexto contemporâneo. Sob essa ótica, é de suma importância compreender as suas especificações e como elas se comportam,

atentando-se às suas principais características, consequências e perigos. Em primeiro plano, a definição e caracterização de seca se distingue de escassez hídrica, cuja designação se dá através da medida de níveis pluviométricos específicos, ao passo que a seca configura-se como um desequilíbrio na disponibilidade de água em determinada região temporariamente. Além do mais, esse desequilíbrio é oriundo de uma causa natural, a ação humana também é capaz de intensificá-lo (Favero; Diesel, 2008). De acordo com o documento técnico de hidrologia da UNESCO (Unesco, 2002), a percepção do conceito de seca pode variar conforme as atividades que são afetadas e quais as comunidades impactadas por ela, além de apresentar uma complexidade e riscos que tornam sua adaptação ainda mais desafiadora. Os períodos de seca são de difícil previsibilidade, com um início lento, mas que geralmente só é notado quando eles já estão estabelecidos, perdurando por um tempo significativo e afetando diversas áreas de modo pervasivo. Assim, o caráter multifacetado das secas e os seus respectivos desafios na observação e previsão de ocorrências são fatores que indicam a gravidade de tais eventos e como eles devem ser enquadrados em uma posição de destaque (Unesco, 2002).

No Brasil, há um sistema de monitoramento de secas comandado pela Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), o qual é responsável por acompanhar os índices das precipitações, das vazões e dos reservatórios por meio do mecanismo denominado como Sala de Situação. Este órgão também tem como função a elaboração de boletins diários como um material de apoio nas tomadas de decisão em hipóteses de eventos extremos, assim como a aliança realizada pelo Monitor de Secas do Brasil entre a ciência e a tecnologia no que diz respeito ao tópico em análise (Gonçalves ., 2021). No entanto, embora esses mecanismos de observação sejam de grande utilidade para o exame das transformações climáticas, tanto no território nacional como no internacional — em que diversos países também fazem uso de metodologias similares —, a continuidade das secas ainda representa uma forte ameaça para as comunidades, sobretudo em relação ao aquecimento global. Em um cenário de aumento contínuo da temperatura média do planeta Terra, os processos hidrológicos são afetados, tanto na intensificação da energia disponível para a evapotranspiração[8], quanto na capacidade de contenção de água na atmosfera e, por consequência, agravam os resultados em regiões que já possuem uma tendência a climas áridos (Mukherjee, 2018). Logo, a avaliação dos fatores que contribuem para a ocorrência de secas precisa abranger, não apenas as tendências naturais das regiões, mas a maneira como as ações antropológicas atuam como agravantes na esfera climática por meio do aquecimento global.

A avaliação de riscos em contexto de secas deve estabelecer critérios estratégicos que podem variar de acordo com a área em observação, em especial devido às diferenças de estruturas sociais, políticas e econômicas que interferem no aumento de riscos e da vulnerabilidade dos grupos afetados. Por instância, a escassez de água no semiárido nordestino, a qual é uma região com altos níveis de pobreza, que são alavancados pela falta de recursos naturais e econômicos (Coêlho, 2007). Nessas áreas o fenômeno da seca atinge com muito mais força a população e gera consequências que refletem em diversos setores, como saúde e educação, uma vez que uma grande parcela dos indivíduos são submetidos à tarefa de buscar e coletar água por questões básicas de sobrevivência. Em outras palavras, há um vínculo forte entre as dimensões de pobreza e a água, uma relação em que ambas se afetam simultaneamente e, como efeito, pioram a situação (Luna, 2007).

8 Processo relacionado ao ciclo da água, é a soma da evaporação da água do solo e da transpiração das plantas.

Não obstante, os efeitos das secas se reiteram em meio às populações rurais devido a sua alta dependência econômica e financeira do setor agropecuário e das suas atividades relacionadas. Nessa perspectiva, os negócios regionais se veem em uma posição de grande vulnerabilidade por causa da possibilidade das temporadas de secas, em especial quando se trata dos cultivos realizados na época do verão. Produtos como o milho, a soja, o feijão e as pastagens para o gado leiteiro são alguns exemplos de cultivos muito afetados com as condições climáticas severas e que podem sofrer perdas parciais ou até mesmo totais. Por conseguinte, tais perdas repercutem em esferas sociais distintas, como a redução das vendas do comércio local, o aumento das taxas de desemprego e o crescimento do êxodo rural (Favero, 2006). Em países como a Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua, as consequências econômicas das secas são extremamente prejudiciais, pois reduzem cerca de 50 a 75% do rendimento de colheita nesses locais (Ocha, 2020). Em vista disso, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em colaboração com o Brasil, Guatemala, El Salvador e Honduras se destacam ao unir esforços na missão de mitigar os efeitos da seca no Corredor Seco da América Central (CSC)[9], com foco nas ocorrências no território guatemalteco. A construção dessa iniciativa, portanto, exprime a imprescindibilidade de ações que busquem a definição de sistemas de zoneamento agrícola de riscos climáticos e hídricos e que incentivem o papel de cooperação entre nações como uma oportunidade de trocas de conhecimento, tanto científico como tecnológico (FAO, 2025).

A partir de outra percepção, as queimadas também representam uma grave ameaça ao meio ambiente, em especial para a contribuição na emissão de gases que agravam as mudanças climáticas. Segundo Andrea (1991, *apud* Freitas *et al*, 2005), a ocorrência de queimadas predomina em países em desenvolvimento nos trópicos, os quais são responsáveis por cerca de 87% das emissões globais produzidas por esse fenômeno, enfatizando a grande proporção que os efeitos das queimadas têm na atmosfera da terra. Além disso, pesquisas realizadas entre os anos de 2000 e 2012, mediante a observação do planeta por satélites espaciais, indicaram que:

> o ano de 2007 pode ser apontado como o ano com o maior volume de incêndios no mundo, dos quais aproximadamente 46% ocorreram na América do Sul, influenciados principalmente pela pluviosidade atípica da Amazônia para este ano, que na época das chuvas, entre outubro e abril, registrou uma média de aproximadamente 272mm e no período seco 75 mm, sendo que para esta mesma época a média das normais climatológicas são, respectivamente, 285 mm e 104 mm (Santos *et al*, 2014, p. 106).

Em outras palavras, os períodos secos também são uma influência significativa na multiplicação de focos de incêndios e contribuem para as estatísticas que medem as suas recorrências. Ainda, no que tange a questão da aridez, é de importante destaque a pauta do manejo do fogo em pastagens naturais como uma maneira de controle da vegetação, um assunto complexo e que gera inúmeros efeitos na esfera ambiental e econômica (Zanini; Sbrissia, 2013). Essa antiga tradição de queimar o solo para o seu melhor aproveitamento tem sido refutada nos últimos anos, uma vez que a modalidade de queima que visa a eliminação total ou parcial do material seco depositado na superfície do solo gera um maior percentual de área descoberta e, consequentemente, um solo que sofre mais com estiagens e outros fenômenos

9 Região muito sucetível e vulnerável às mudanças climáticas, abrangendo, principalmente, os países da Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua.

climáticos (Jacques, 2003). Os incêndios em áreas de conservação, como os que ocorrem no Parque Nacional da Serra da Canastra — localizado em Minas Gerais, têm se tornado cada vez mais frequentes e de difícil controle em razão de uma cultura centenária do manejo incorreto do setor agropecuário na região por meio de queimadas. De tal forma, essa área é um claro exemplo do aumento da propensão ao fogo em vista da sua vulnerabilidade oriunda da escassez de cuidado humano e da falta de atenção às características da biodiversidade que podem estar em risco no contexto contemporâneo (Medeiros; Fiedler, 2004).

Sob essa ótica, os biomas florestais também são uns dos mais afetados pelo fenômeno das queimadas, uma vez que causa danos extremos aos seres humanos, aos animais e à natureza como um todo, além de prejuízos econômicos às comunidades mais próximas. Embora os incêndios florestais possam ocorrer por causas naturais, as ações humanas, principalmente associadas ao desflorestamento, são responsáveis por tornar esses ambientes mais vulneráveis aos efeitos alavancados pela mudança climática (Singh, 2022). Na América do Norte, a ocorrência de incêndios e queimadas florestais são fatores preocupantes para o estudo. Apesar de também possuírem uma frequência relevante na parcela sul do continente, os incêndios na região norte se destacam, sobretudo nos Estados Unidos, onde é detido aproximadamente 90% de todos os índices de incêndios florestais dessa área, além de apresentar a maior média anual do número de ocorrências (Silva *et al.* 2018). Consoantemente, a cidade de Los Angeles foi um exemplo assolado por incêndios durante o mês de janeiro de 2025, gerando danos extremos aos moradores e à biodiversidade atingida. Conforme identificado pelo veículo midiático da BBC News Brasil, os focos de emergência na Califórnia chegaram à quantia de 135, com 12,3 mil estruturas prejudicadas e 24 óbitos, caracterizando como uma das maiores tragédias registradas no estado. Além disso, o jornal realizou uma entrevista com a líder do time de florestas e clima da FAO, Amy Duchelle, a qual afirmou que tais fenômenos tendem a ser cada vez mais comuns e intensos, apontando que os esforços para apaziguar os incêndios demonstram mais limitações a cada dia que passa (BBC News Brasil, 2025).

Já nos biomas das florestas boreais, localizados em países do norte global, há uma interferência significativa do aquecimento global e das mudanças climáticas, o que representa uma situação alarmante ao ecossistema. No Canadá, por exemplo, houve um aumento de áreas florestais sob alto até extremo perigo de ocorrência de incêndios e, apenas em 2023, um período de tempo um pouco maior de um mês já registrou uma queima 13 vezes maior de áreas em relação à média do último século (Woodwll Climate Research Center, 2023). De maneira similar, considerando o aumento da temperatura média terrestre em uma conjuntura complexa na economia e na infraestrutura, a eficácia na proteção e controle do alastramento de fogo é comprometida pelo menor investimento, ressaltando os desafios acerca da contenção de incêndios florestais (Stocks *et al*, 1998). Similarmente, a ONU apresentou em um comunicado de imprensa que as mudanças climáticas e os modos de utilização do solo possuem projeções de tornarem os incêndios mais frequentes e intensos, com um aumento de até 50% até o fim do século XXI. Esse crescimento chega a representar riscos até para o Ártico e outras regiões que, até então, não eram afetadas pelos grandes focos de fogo. Logo, a chamada por transformações nos investimentos governamentais sobre prevenção, reação e preparação para incêndios é urgente em face às proporções descontroladas e extremamente prejudiciais que se aproximam desses fenômenos (United Nations Environment Programme, 2025)

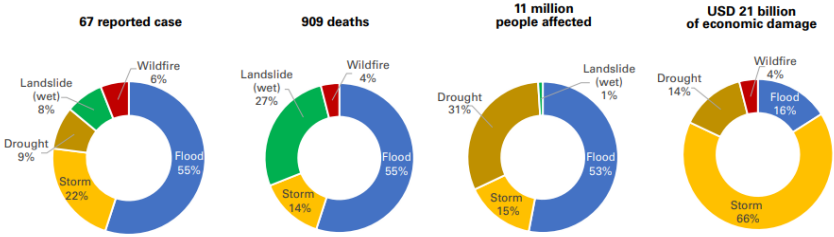
### 3.2.2 Enchentes

Em vista das suas ocorrências mais frequentes e pelo dano considerável que geram à infraestrutura, às habitações e às condições de vida das comunidades atingidas, as enchentes constituem um desastre natural de relevância crítica. As populações e o valor econômico de materiais presentes em zonas propícias a enchentes situam-se em posições de risco em alto crescimento, definidas pela produção de perigo, a exposição de pessoas e materiais e a vulnerabilidade do local, vista como a capacidade de uma sociedade em lidar com esses eventos. Ainda, a transformação na concepção de escalas de risco de enchentes altera-se na medida em que não se limitam mais apenas às escalas locais e nacionais, mas abrangem uma análise global (Jongman , 2012). Nesse sentido, é essencial compreender essas manifestações de desastres naturais a partir de toda a sua amplitude e gravidade para a sociedade como um todo.

A concentração populacional em áreas urbanas sem o planejamento adequado para comportar grandes massas de população são um dos fatores de destaque no que toca a vulnerabilidade aos eventos climáticos, em especial para as comunidades carentes, as quais dificilmente são vistas como prioridade na prática de proteção e prevenção de desastres (Freitas; Ximenes, 2012). Na América Latina e no Caribe, por instância, a ocorrência em grandes quantidades de chuvas e tempestades já acarretou, inúmeras vezes, em inundações severas de extremo risco aos moradores e à estrutura física e econômica dessas regiões, além da fragilização da saúde da população (Lampis *et al.* 2020). Logo, compreende-se a amplitude das consequências causadas por enchentes como um ponto que necessita uma meticulosa atenção.

Nessa perspectiva, os eventos climáticos extremos se solidificam a cada dia como maior ameaça à sociedade, tendo as enchentes como um dos mais perigosos em vista da sua manifestação agressiva. No relatório sobre o estado do clima na América Latina e no Caribe de 2024, a World Meteorological Organization (WMO)[10] apresentou estatísticas de suma importância coletadas pelo Banco de Dados de Eventos de Emergência (EM-DAT) do Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED). Entre esses dados, destaca-se que, apenas em 2023, foram identificados 67 eventos perigosos relacionados ao clima na América Latina, os quais cerca 77% eram referentes à tempestades e enchentes, acumulando a maior parte dos números de danos causados, como é possível aferir nos gráficos abaixo:

**Imagem 1 - Populações Afetadas E Danos Causados**




Fonte: World Meteorological Organization (2024).

10 Organização Mundial de Meteorologia, em português.

Ainda, a integralidade dos números provavelmente é mais significativa devido a ausência de casos que não foram reportados ou que não há disponibilidade dos dados sobre os impactos em alguns países (WMO, 2024). De tal forma, nota-se que o fenômeno de enchentes é capaz de assolar comunidades inteiras, gerando impactos muito maiores, na maior parte dos casos, quando comparado com outros eventos climáticos perigosos.

Outrossim, é possível definir as enchentes como o desastre natural mais comum no território da América Latina e no Caribe. Em uma pesquisa realizada pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), foram identificadas um total de 41 milhões de pessoas afetadas entre os anos 2000 e 2019, sendo o Brasil o país mais propenso a esses eventos, registrando 70 ocorrências nesse mesmo período de tempo. Nessas ocorrências o país não foi tão impactado quando comparado com ocorrências em territórios mais vulneráveis e pouco preparados, não sendo necessária assistência internacional para conter os impactos, ao passo que no caso da Guiana houve a necessidade de um auxílio muito maior devido a sua falta de estrutura apropriada (OCHA, 2020). Contudo, eventos recentes provaram que, apesar dos governos já estarem cientes da gravidade de desastres naturais como as enchentes, eles não estão prontos para lidar com o crescimento que vem ocorrendo nos últimos anos.

Tal constatação é percebida em maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, o qual foi vítima da pior enchente da sua história, com tempestades que atingiram aproximadamente 95% de todas as cidades gaúchas e foram responsáveis por desabrigar milhares de pessoas. Cidades do interior próximas da região do Vale do Taquari, como Cruzeiro do Sul, foram totalmente destruídas ao serem tomadas pela força da água. Em Porto Alegre e região metropolitana, os alertas de chuvas intensas não foram anunciados de um modo que indicasse verdadeiramente a gravidade dessas tempestades, sendo que somente cinco dias após o início das chuvas que a prefeitura da capital decretou estado de calamidade pública municipal, com as áreas centrais da cidade já totalmente alagadas (CNN Brasil, 2024). De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), estima-se que há 41 mil pessoas refugiadas ou com necessidade de proteção internacional residentes no Rio Grande do Sul. A atuação da agência foi fundamental para as comunidades afetadas, as quais receberam o apoio da agência em abrigos, no envio de suprimentos de emergências e monitoramento de doenças, na distribuição de kits de emergência e na observação da situação de crianças e adolescentes (ONU News, 2024).

Os casos de eventos extremos e danos oriundos de enchentes em países como Bolívia, Paraguai e Uruguai relevam aspectos semelhantes ao apresentarem características específicas de vulnerabilidade na geografia, na saúde e em questões sócio-econômicas. Entre os anos de 1980 e 2010, os desastres naturais mais significativos em termos de danos às pessoas e à saúde foram as enchentes, ressaltando um déficit na adaptação ao clima e principalmente às fortes anomalias e eventos extremos que vão além dos mecanismos de suporte acessíveis (Nagy *et al*, 2016). O escoamento superficial, por exemplo, é uma consequência ligada diretamente à falta de infraestrutura adequada em sistemas de drenagem e na absorção de água em áreas urbanizadas. Tais características são muito presentes ao se analisar os casos de enchentes nos países latino americanos, considerando a diminuição de áreas verdes e arborizadas em grandes cidades como elementos causadores de inúmeros prejuízos e perdas (UNDRR, 2012).

De maneira similar, os territórios litorâneos e portuários da América Latina e do Caribe são regiões que têm adquirido maior atenção no âmbito das mudan-

ças climáticas, em especial por conta das alterações no nível e no volume do mar e, concomitantemente, o aumento da incidência de enchentes em regiões costeiras. A exposição a esses riscos, no entanto, apresenta-se como mais complexa por ser acompanhada de uma alta dependência econômica dessas regiões devido à riqueza de recursos naturais e à alta procura pelo turismo (Reguero *et al*, 2015). Em relatório do ano de 2018, o International Panel on Climate Change[11] (IPCC) expõe que o aquecimento da temperatura média do planeta implica diretamente no aumento do nível do mar, pois também aumenta a sua temperatura, sendo responsável, por exemplo, pelo derretimento de geleiras. Além disso, é relevante ressaltar que eventos como o aumento do volume oceânico se configuram como impactos integrados ao longo tempo, ou seja, mesmo que ocorra uma estabilização da temperatura média global da superfície, esses níveis continuarão a subir (IPCC, 2019).

Nos países caribenhos, a variação do nível do mar indica uma ampliação significativa em toda a região, mas que ainda demonstra diversos desafios na sua medição clara, uma vez que uma variabilidade anual complexa e que requer um estudo minucioso para que todos os fatores sejam abordados. Apesar disso, não é de se ignorar os impactos severos na esfera ambiental, social e econômica resultantes do crescimento volumétrico dos oceanos, capazes de atuarem como diagnósticos dos processos interligados às mudanças climáticas (Ribas Junior; Silva Filho, 2022; Torrer; Tsimplis, 2013). As alterações no clima e no setor hídrico do planeta, responsáveis principalmente pelo aumento da frequência e intensidade de enchentes e inundações, implicam uma imensa insegurança às pessoas, em especial às financeiramente vulneráveis, as quais sentem os impactos mais direto da falta de acesso à moradias adequadas, à alimentos e ao saneamento básico. Portanto, os reflexos das enchentes, assim como grande parcela dos eventos climáticos extremos, evidenciam a exposição de milhares de pessoas a uma realidade de constante risco e de submissão aos perigos devido à deficiência de sistemas e políticas eficientes na prevenção e contenção de desastres vinculados às mudanças climáticas (Marengo, 2024).

### 3.2.3 Furacões

O grau de destruição e severidade dos ciclones tropicais tem aumentado significativamente nos últimos anos. De acordo com Dias (2007), as tempestades que se formam sobre as águas aquecidas dos oceanos próximos ao Equador representam potenciais embriões que podem evoluir para um furacão. Como os furacões são fenômenos diretamente relacionados às altas temperaturas oceânicas, a intensificação do efeito estufa — provocada pelo aumento da emissão de gases poluentes — tende a elevar ainda mais essas temperaturas, contribuindo para a frequência e severidade desses eventos climáticos extremos. Estudos evidenciam a relação direta entre a aceleração dos efeitos do aquecimento global e o aumento da frequência, velocidade e intensidade de furacões. Surgidos de tempestades tropicais, os cientistas caracterizam como furacões os ciclones que são ocorridos, sobretudo na região do oceano atlântico; essa região, tem por característica climática condições exclusivas que dão origem a esses fenômenos.

No ano de 2023, a *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), anunciou o aumento da temperatura do Oceano Atlântico em quase três graus Celsius, provocando uma temporada de furacões ainda mais severa. (Harris, 2023). Países como Estados Unidos, México, e Bahamas correm anualmente o risco de

11 Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas, em português.

serem atingidos por furacões, no entanto, os impactos desses eventos variam consideravelmente conforme a capacidade de organização e resposta do governo de Estado, mas, sobretudo, das condições sociais que se encontram as populações expostas à esta temporada. Desde 1850, o norte das Bahamas tem sido uma das regiões mais frequentemente atingidas por furacões intensos em todo o Atlântico (Winkler, 2020), nesse contexto, entidades locais alertam para a chamada "dupla injustiça ambiental", termo utilizado para aludir que "populações socioeconomicamente desfavorecidas e marginalizadas sofrem danos e perdas desproporcionais, com tempestades mais perigosas exacerbando a desigualdade" (Shultz et. al, 2019). No ano de 2005, os Estados Unidos enfrentaram o furacão Katrina, responsável por deixar 1836 mortes, e causar um prejuízo de 2 bilhões de dólares; a maior parte das vítimas foram pessoas de baixa renda e negras, que, após o desastre, passaram longos períodos em moradias temporárias, como abrigos, trailers, casas móveis e quartos de hotel (Torres, 2021). O furacão Irma (2017) deixou 95% das construções em Barbuda destruídas, tornando o país praticamente inabitável (Giatti; Jacobi, 2017). A problemática quanto ao aumento da intensidade dos furacões está justamente na necessidade de "adaptação" a esses eventos mais severos, que se tornam praticamente impossíveis para populações vulneráveis e países que não possuem recursos o suficiente para lidar e proteger sua população.

Portanto, a crescente intensidade dos furacões está diretamente relacionada ao aumento das temperaturas dos oceanos, resultado do avanço das mudanças climáticas globais. A região norte do Atlântico, em especial, apresenta condições climáticas altamente favoráveis à formação e intensificação de tempestades tropicais e furacões, o que a torna uma zona crítica de vigilância e preparação. Essa área banha diversos países das Américas, muitos dos quais enfrentam grandes desafios socioeconômicos e estruturais para lidar com desastres naturais de grande escala. Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a OEA assuma um papel ativo na discussão, prevenção e mitigação desses impactos, promovendo ações coordenadas entre os países-membros, fortalecendo políticas de resiliência climática e garantindo proteção especial às populações mais vulneráveis.

### 3.2.4 Terremotos

Os terremotos, embora tradicionalmente classificados como fenômenos naturais provocados pelo movimento das placas tectônicas, estudos recentes que têm revelado uma ligação cada vez mais evidente entre esses movimentos e determinadas ações humanas sobre a natureza. Esse fenômeno é conhecido como sismicidade induzida — tremores gerados por atividades como mineração intensiva, construção de grandes reservatórios e extração de petróleo e gás. De acordo com Taioli (2012), esses abalos sísmicos causados pela ação antrópica nos mostram que a exploração indiscriminada dos recursos naturais pode ter efeitos severos e imprevisíveis sobre o ambiente e sobre a vida humana. Em paralelo, é importante destacar que, em países como Chile, Peru, Equador e Colômbia, os terremotos são fenômenos frequentes, sendo que os mais destrutivos resultam do deslizamento repentino na zona de contato entre a placa de Nazca e a placa Sul-Americana (Assumpção, 2011). Nesse contexto, mesmo em regiões onde a atividade sísmica é predominantemente natural, a vulnerabilidade das populações e a forma como os governos lidam com o risco são fatores determinantes para a gravidade dos impactos.

O devastador terremoto que atingiu o Haiti em 2010 é um retrato dessas vulnerabilidades. Com mais de 230 mil mortos e mais de 1 milhão de pessoas desabri-

gadas (Schneider, 2023), o país — que possui o menor PIB per capita da América — segue até hoje lidando com as consequências desse desastre. No mesmo ano, o Chile enfrentou um terremoto de magnitude ainda maior (8.0 na escala Richter), mas com um número significativamente menor de vítimas fatais. A disparidade não está apenas na força do abalo, mas sobretudo na estrutura social, econômica e urbana dos dois países. Enquanto o Chile contava com sistemas de alerta, regulamentações rígidas de construção e infraestrutura mais preparada para lidar com eventos sísmicos (Carmo, 2014), o Haiti apresentava graves deficiências em planejamento urbano, moradias precárias e instituições fragilizadas (World Bank, 2022). Esse contraste evidencia que os efeitos de um desastre natural são amplificados pela desigualdade e pela ausência de políticas públicas eficazes. Assim, a vulnerabilidade não está apenas no solo que treme, mas, principalmente, nas estruturas físicas, sociais e políticas que colapsam.

Como destaca Taioli (2012), o caso do Haiti exemplifica os chamados desastres intensivos — aqueles de baixa frequência, mas com impactos profundamente concentrados e devastadores. Isso nos convida a refletir sobre como os efeitos de um terremoto não dependem apenas de sua magnitude, mas do quanto uma sociedade está preparada — ou desamparada — para enfrentá-lo. E, diante da crescente intervenção humana nos sistemas naturais, não basta tratarmos os desastres como inevitáveis, é preciso reconhecer o quanto nossas escolhas contribuem para sua intensidade, suas consequências e, sobretudo, para quem mais irá sofrer com elas.

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A presente seção abordará, primeiramente, o protocolo de Montreal e seu impacto para a governança global para o meio ambiente. Posteriormente será apresentado uma síntese das Conferência das Partes e como elas se fazem presente na política interna dos países, elucidando o modo em que seus objetivos se comportam sobre ela. Por fim, será apresentado o acordo de Paris, um dos principais protocolos sobre mudanças climáticas a nível internacional, que possuí países-membros da OEA como signatários.

### 4.1 PROTOCOLO DE MONTREAL

O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1989, foi firmado a partir de uma crescente pressão internacional dos anos que antecederam o documento acerca do debate referente ao uso de produtos com base de clorofluorcarbonos (CFCs) e a irreversibilidade das modificações na atmosfera terrestre oriundas da utilização de tais substâncias. Embora, inicialmente, tenha tido pouca adesão, com a ratificação de 29 países, este foi o primeiro tratado ambiental legalmente vinculante, tendo como principal objetivo a proteção da camada de ozônio e a mitigação das produções e consumos de substâncias lesivas à sua integridade (Rei; Farias, 2017). Com cerca de uma década de adesão, o protocolo já ocupava um espaço significativo nas reduções de emissão de gases maléficos à atmosfera, sendo responsável pela busca de alternativas por produtos e tecnologias menos lesivas ao meio ambiente. A proteção climática adotada por esse tratado representa um pioneirismo essencial na redução das causas de alterações climáticas, visto que, ao comparar com o histórico potencial das emissões de gases CFCs, a contribuição para o aumento do efeito estufa teria sido muito maior sem a implementação das regulações sugeridas pelo protocolo (Velders et. al, 2007).

Na atualidade, o Protocolo de Montreal conta com uma adoção universal, totalizando 197 Estados Partes, reiterando o compromisso internacional na redução

dos impactos ambientais causados pela ação humana e no estabelecimento de metas e princípios para a eliminação das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) (Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs, 2017). Com o Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, estabelecido em 1991, o alcance e a concretização do tratado viabilizou uma série de conquistas na esfera ambiental em vista da assistência financeira e técnica aos Estados partes em desenvolvimento. Dentre os inúmeros resultados gerados com o auxílio do Fundo, cerca de dez mil projetos foram aprovados até o ano de 2024, com 87% deles completos, no âmbito regulatório e legislativo referentes à proteção da camada de ozônio, além de outras medidas como programas de inovação e proteção ambiental (UNEP, 2025; Multilateral Fund, 2025).

Na medida em que estudos científicos manifestaram novas necessidades do meio ambiente acerca das mudanças climáticas, novas formas de controle mais restritas demonstraram-se exigíveis ao longo dos anos, fazendo com que fossem atribuídas novas obrigações aos Estados a partir de emendas e ajustes ao protocolo (Tirado, 2007). Essas estratégias de rápida reação ao clima contemporâneo de modo consistente remetem ao seu sucesso de adesão e resultados. As medidas mais urgentes ou de uso crítico que, embora possam ser consideradas como circunstâncias de exceção, oferecem uma base segura enquanto outras opções mais positivas ao meio ambiente não estão disponíveis (Molina et. al, 2009). Logo, compreende-se a fundamentalidade do Protocolo de Montreal no cenário internacional em face do aumento crescente de eventos climáticos extremos e as suas consequências avassaladoras, assim como da necessidade de ampliação de projetos de mitigação que vão além da proteção da camada de ozônio.

## 4.2 CONFERÊNCIA DAS PARTES (COPS)

Na década de 1990, com a queda do muro de Berlim era perceptível uma grande assimetria de poder mundial, caracterizando-se por um momento unipolar com os Estados Unidos da América liderando agendas políticas convenientes à sua ordem liberal (Mearsheimer, 2019). Nesse contexto, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro ocorreu a cúpula mundial ECO 92 (Rio 92), evento este que se tornou paradigmático não só pelas suas decisões sobre políticas dos países referentes a mudanças climáticas, mas também por estabelecer um mecanismo de governança global sobre o assunto: A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês) que criou a Conferência das Partes (COP). As COPs ocorrem anualmente, salvo raras exceções, em diferentes países sedes e visa estabelecer uma agenda mundial para mitigação de fatores causais do aceleramento de mudanças climáticas (Duarte, 2022).

Desde a sua gênese até as conferências mais atuais é evidente um debate entre países desenvolvidos em oposição a países em desenvolvimento. Em linhas gerais, ele é em torno de políticas iguais para todos os Estados ou políticas que se adequam à realidade de cada um. Os países em desenvolvimento alegam que nações que já poluíram o globo para se desenvolver deveriam ter mais ações para mudar o cenário de poluição global, enquanto esses países desenvolvidos prezam por uma igualdade de tratamento entre Estados (Audet, 2012).

Além disso, é perceptível quatro momentos nos planejamentos de agendas dos países do norte global, sobretudo na figura dos Estados Unidos da América. Em um primeiro momento das COPs eles negligenciaram e tentaram reduzir os ganhos de políticas ambientais que poderiam limitar seu desenvolvimento, princi-

palmente no tocante aos combustíveis fósseis, comportamento observado durante os governos Clinton e Bush (Audet, 2012; Duarte, 2022). Em um segundo momento, durante o governo do Obama, observa-se a imposição de políticas iguais para todo o globo, o que poderia provocar uma maior assimetria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Audet, 2012). Posteriormente, no governo Trump de 2016-2020, as pautas de mudanças climáticas foram abandonadas, sendo retomadas apenas com a chegada do governo Biden (Duarte, 2022). Entretanto, nesse quarto momento (2021 em diante) a pauta do Norte[12] Global concentra-se em levar a transição energética para o Sul global, buscando reconstruir sua imagem para "salvadores do planeta", porém isso aumentaria a dependência dos países mais pobres em relação a eles (World Economic Forum, 2023).

Paralelamente, de forma geral, os países em desenvolvimento tiveram dois momentos. O primeiro era marcado por um otimismo em relação ao combate à poluição mundial pautado pelo desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento irrestrito[13], que permitiria o crescimento nacional de forma consciente. Em um segundo momento, observa-se a denúncia da inadimplência de países desenvolvidos em relação aos acordos internacionais, mesmo enquanto buscam impor uma maior dependência por meio das políticas de transição energética e ambientais (Audet, 2012).

Ainda assim, as diferentes Conferências das Partes (COP) foram capazes de formular diferentes políticas de governança global sobre mudanças climáticas, apesar de diversas metas não terem sido atingidas integralmente. Entre elas estão o Protocolo de Quioto (1997), na COP 3, que estabeleceu metas de redução de emissão de gases poluentes em 5%, entre os anos de 2008 e 2012, tomando como referência os níveis de 1990. O acordo também previu a criação de mecanismos de mercado para o cumprimento dos compromissos assumidos. Entre eles, destaca-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitiu o desenvolvimento de projetos rentáveis de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Outro marco relevante foi o Acordo de Paris, que visava manter o aumento da temperatura global abaixo de 2º C — com esforços para limitá-lo a 1,5º C —, incrementar capacidades de adaptação e resiliência e alinhar os fluxos financeiros aos demais objetivos do Acordo (Duarte, 2022). Outras COPs de extrema relevância são a COP 15 (2009) em Copenhague na Dinamarca, que buscou estabelecer um novo acordo, que não foi aprovado, para substituir o Protocolo de Quioto, nessa conferência foi debatido sobre compromisso financeiro de países desenvolvidos para com os países em desenvolvimento e o objetivo de manter o aquecimento global em menos de 2º C. A COP 16 (2010) em Cancún, México, resultou na criação do Fundo Verde para o Clima e o Centro de Tecnologia Climática. A COP 23 (2017) em Bonn, Alemanha, primeira conferência realizada durante o governo Trump, criou planos que reconheceram a importância das mulheres e dos povos originários na luta pela contenção do aquecimento global, além de estabelecer fundos para proteção às florestas (Duarte, 2022). Por fim, a COP 28 (2023), realizada em Dubai, nos Emirados dos Árabes Unidos, colocou a transição energética no centro do debate climático, apesar da forte atuação da Organização dos países exportadores de petróleo OPEP, que buscou manter o status quo relacionado aos combustíveis fósseis (World Economic Forum, 2023).

12 O Norte Global refere-se ao conjunto de países desenvolvidos, a maioria dos quais está situada no hemisfério norte, caracterizados por economias avançadas, altos níveis de renda per capita, e um significativo grau de influência nas instituições financeiras e políticas internacionais (Revista de relações exteriores, 2024).

13 O desenvolvimento sustentável, leva em conta os limites e áreas de spillover que o desenvolvimento pode afetar, tais como recursos naturais, capacidade de financiamento do Estado e questões sociais. Já o desenvolvimento irrestrito é que pode afetar o meio ambiente, igualdade social, no qual o foco é crescer somente (Severino; Augusto, 2023).

## 4.3 ACORDO DE PARIS

Em 12 de dezembro de 2015, a 21ª Conferência das Partes (COP21) deu origem ao Acordo de Paris, considerado um marco na diplomacia climática internacional, ele representa o primeiro tratado legalmente vinculante[14] desde o Protocolo de Quioto (1997). Com o objetivo principal de manter a elevação da temperatura média global abaixo de 2°C, buscando limitá-la a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e, sobretudo, reduzir os gases do efeito estufa (GEE). O acordo contou com o consenso dos 195 países das Nações Unidas — incluindo todos os Estados-membros da OEA. Os gases de efeito estufa desempenham um papel fundamental ao reter o calor na atmosfera, sendo indispensáveis para a manutenção da vida humana no planeta. Contudo, o avanço da sociedade industrial, sustentada energética e materialmente por combustíveis fósseis (Corazza; Souza, 2017), assim como a constante modernização da agricultura e a expansão da exploração territorial, contribuem significativamente para o aumento das emissões, tanto correntes quanto acumuladas.

Com entrada em vigor em 2016, o Acordo de Paris estabeleceu que os países signatários apresentariam as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que representam os compromissos e ações internas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, assim, contribuir para o esforço da mitigação das mudanças climáticas. Embora a maioria das nações tenha submetido suas NDCs iniciais, avaliações recentes indicam que, no conjunto, essas metas ainda não são suficientes para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C ou mesmo de 2°C. Tal cenário evidencia a necessidade de maior cooperação internacional para enfrentar os efeitos já visíveis das mudanças climáticas. Em um contexto americano, a OEA, por um lado composta por Estados-membros que incluem os grandes emissores de gases poluentes e por outro composta por países severamente afetados por essas emissões, exerce um papel relevante na promoção e implementação de ações concretas de enfrentamento da crise climática. O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, consagrado no Acordo de Paris, reforça a necessidade de os países desenvolvidos apoiarem financeiramente e tecnologicamente as nações em desenvolvimento na sua trajetória de transição para economias de baixo carbono (Rajamani, 2016). O referido princípio é particularmente relevante no hemisfério americano, onde profundas desigualdades socioeconômicas afetam a capacidade de resposta dos Estados mais vulneráveis aos efeitos da crise climática. Além disso, o Acordo está fortemente alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, sobretudo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que busca "tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos" (ONU, 2015).

Nesse sentido, o Acordo de Paris orienta e legitima a formulação de políticas climáticas nacionais e regionais, além de impulsionar a cooperação internacional. No âmbito da OEA, isso se traduz na necessidade de promover soluções regionais e multilaterais que, respeitando a soberania dos Estados, fomentem uma resposta conjunta à crise climática que ultrapassa fronteiras. Portanto, o Acordo não apenas estabelece compromissos formais para os países das Américas, mas também serve como referência política para fortalecer a ação regional, promovendo cooperação, solidariedade e governança multilateral frente aos desafios climáticos severos que afetam o continente.

14 Significa que é obrigatório, com efeito legal, e deve ser cumprido.

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

As consequências dos eventos climáticos extremos atingem fortemente a **República Argentina,** a qual é frequentemente vítima de períodos de seca e de inundações causadas pelo fenômeno de El Niño e La Niña. O rendimento de plantações, especialmente de soja, são um dos setores mais afetados e que trazem grandes impactos à produção econômica do país (Thomasz et. al, 2015). Contudo, mesmo em face às condições climáticas extremas da região, o atual governo argentino ameaçou retirar-se do Acordo de Paris e apresentar-se como negligente à emergência ambiental (CNN Brasil, 2025).

Composta majoritariamente por ilhas de baixa altitude, a **Comunidade das Bahamas** é altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, como a elevação do nível do mar e a intensificação de furacões. De acordo com o Relatório sobre Deslocamento Interno por Desastres Naturais (IDMC, 2023), a frequência crescente desses eventos tem provocado um aumento significativo no deslocamento forçado da população. No plano político interno, o país tem se mostrado ativo na luta contra os impactos das mudanças climáticas. Como afirmou Chet Neymour, o combate às mudanças climáticas está no topo da lista de prioridades das Bahamas e dos países da CARICOM (OEA, 2023). Diante disso, a crise climática impõe a necessidade de ações coletivas e solidárias no âmbito da OEA.

**Barbados** é um país caribenho que vem sofrendo desde sua fundação com eventos climáticos que cada vez mais são recorrentes. Em julho de 2021, o Furacão Elsa atingiu Barbados com ventos sustentados de 74 mph (119 km/h), danificando mais de 1.300 casas e criando um apagão geral na ilha (Guardian, 2024). Para mitigar esses eventos, o país lançou metas de neutralidade de carbono até 2030, 100% de energia renovável até 2030 e redução de 47% no uso de combustíveis fósseis até 2027 (Unep, 2024). Assim, o país tenta principalmente desenvolver meios regionais de cooperação para mitigação de eventos climáticos severos, sobretudo furacões.

O **Estado Plurinacional da Bolívia** enfrenta impactos severos de eventos climáticos extremos, como secas, inundações e incêndios florestais, que afetam a agricultura, segurança alimentar e infraestrutura. Apesar dos esforços, desafios financeiros e institucionais persistem, exigindo maior apoio internacional e políticas eficazes para fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis (Generis Legal Intelligence, 2024).

A **República Federativa do Brasil** enfrenta severos efeitos das mudanças climáticas, especialmente devido ao desmatamento da Amazônia, à degradação dos ecossistemas e à intensificação de eventos extremos. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), essas alterações afetam a segurança hídrica, alimentar e energética do país, além de ameaçarem a biodiversidade única da região. O Brasil é signatário do Acordo de Paris e notavelmente apresentou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), comprometendo-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de integrar ativamente a OEA, participando de iniciativas regionais voltadas para o enfrentamento da crise e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O **Canadá** vem sofrendo com eventos climáticos como incêndios florestais, em 2025, que culminaram no evacuamento de mais de 25.000 pessoas, com destaque para a cidade de Flin Flon, em Manitoba, onde mais de 5.000 residentes foram deslocados, além de chuvas de granizo com maior frequência (AP news, 2025). Para mitigar a ocorrência de eventos climáticos severos, além de acordos internacionais, o Estado lançou em 2023, a Estratégia Nacional de Adaptação que estabelece uma

visão de longo prazo para a resiliência climática no Canadá, com metas e objetivos em áreas como infraestrutura, saúde, biodiversidade e economia. A estratégia visa preparar comunidades para os impactos das mudanças climáticas por meio de ações coordenadas em todo o país (Canadá, 2024).

No território da **República do Chile**, em especial nas regiões dos Andes e do norte do país, possui diversos recursos econômicos e comunidades em risco devido à erosão do solo, à perda de cobertura vegetal e à intensidade das chuvas. Com a violenta incidência das mudanças climáticas, o país se vê em face das necessidades de adaptações práticas e eficientes a essas transformações (Rojas e Araya, 2022). No entanto, o Estado chileno possui uma postura de prioridade à resiliência climática, como observado por políticas guiadas pelo governo no setor energético e ambiental, o que enfatiza o seu compromisso com essa pauta (International Energy Agency, 2024).

A interação entre a crise ambiental e desafios sociais afeta profundamente a **República da Colômbia**, especialmente na migração forçada. Segundo o *Internal Displacement Monitoring Centre* (2023), milhares são deslocados anualmente por eventos climáticos, como inundações ou secas prolongadas. Em resposta, o país recentemente apresentou o *Plan Nacional de Adaptación al cambio climático*, seu plano climático de 2030. O PNACC prevê a redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa em relação ao cenário projetado de práticas habituais. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente Colombiano, o programa tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade e reforçar a capacidade de resposta frente às ameaças e impactos das mudanças climáticas. Dessa forma, a Colômbia demonstra seu comprometimento com ações concretas no enfrentamento da crise climática, cujos efeitos recaem diretamente sobre sua população.

A República da Costa Rica é um país frequentemente afetado pelas altas quantidades de chuvas que incidem na região anualmente e são responsáveis por diversas inundações, somando cerca de 49% de todos os desastres climáticos do país (Alfaro e Pérez-Briceño, 2014). Por outro lado, essa área também sofre com períodos de seca significativos, capazes de prejudicar setores como os de produção energética, os quais podem ser reduzidos e implicar grandes perdas de recursos econômicos (Leguía et. al, 2008). De tal forma, o país busca reconhecer a Gestão de Risco e Desastres (GRD) como um assunto fundamental para a efetiva adaptação às mudanças climáticas a fim de aprimorar sua resistência e diminuir sua vulnerabilidade (Córdoba et. al, 2016).

A **República de Cuba** é um dos países mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas no Caribe e na América Latina. De acordo com o relatório *The Caribbean Climate Change Report Card* (2020), a elevação do nível do mar, a intensificação dos furacões e as alterações nos padrões de precipitação representam ameaças significativas para o território. Embora seja signatário de acordos internacionais, como o Acordo de Paris, Cuba permanece fora da OEA como membro pleno, tendo sua suspensão revogada em 2009, mas sem solicitar o reingresso formal. No entanto, o país apresenta diversos recursos para enfrentar os desafios climáticos, articulando ações entre o governo central, a academia, as comunidades e a sociedade civil. Dessa forma, como membro-observador da OEA, o país tem muito a contribuir para o debate sobre a mitigação dos impactos climáticos, cooperando através de reuniões, projetos e programas.

A **República Dominicana** busca parcerias internacionais como a colaboração com a União Europeia em iniciativas como o programa Euroclima, focado em mobilidade sustentável, gestão da água e economia circular, além de fazer parte de diversos acordos multilaterais (Nap Global Network, 2022). Além disso, o país é

marcado por diversas catástrofes como em 2004 que uma súbita cheia do Rio Blanco devastou comunidades em Jimani, no sudoeste do país, causando centenas de mortes e desaparecimentos. Além desse evento, outra cheia em 2023 causou danos materiais superiores a US$460 milhões (Nap Global Network, 2022). Assim, o país se posiciona de forma a buscar parcerias com países europeus e norte americanos para o combate às mudanças climáticas.

A **República de El Salvador**, vem sofrendo com eventos climáticos severos como o furacão Julia que deixou mais de 400 casas danificadas, 7.000 hectares de plantações foram destruídos e assim aproximadamente 180.000 pessoas enfrentaram insegurança alimentar em ocasião do furacão (UNDP, 2021). Para mitigar os danos, o governo de El Salvador desenvolveu um plano nacional que integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e criou o projeto RECLIMA visando fortalecer a resiliência climática nos agroecossistemas do "corredor seco" de El Salvador, restaurando ecossistemas degradados por meio de práticas agrícolas adaptativas. Assim, o governo se posiciona com medidas firmes no âmbito da cooperação intra-regional, porém aderindo às normativas multilaterais globais, como protocolo de Quioto e Paris (UNDP, 2025).

Nos **Estados Unidos da América**, as temperaturas extremas refletem a urgência das mudanças climáticas, enfatizadas pela maior ocorrência de desastres naturais, como incêndios florestais e tempestades de neve. Por consequência, a população do país torna-se cada vez mais vulnerável a problemas de saúde em vista dos prejuízos causados à qualidade do ar e da água decorrentes desses eventos (Peterson et. al, 2014). O Estado possui uma alta responsabilidade nesse âmbito, considerando que é o segundo maior emissor de gases estufa do mundo. Contudo, a pauta da mitigação das mudanças climáticas sofreu diversas variações ao longo dos anos de acordo com os interesses de cada governo e, atualmente, não reflete uma prioridade dentro da política interna e externa do país, como demonstrado pela sua retirada do Acordo de Paris (Relações Exteriores, 2021; CNN Brasil, 2025).

A República do Equador enfrenta eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e deslizamentos de terra, impactando a agricultura, segurança alimentar e infraestrutura. Em resposta, o governo implementou o Plano Nacional de Adaptação ao Clima (2023–2027), com apoio da ONU e do Fundo Verde para o Clima, visando reduzir riscos climáticos e promover justiça alimentar. O país também perdeu mais de 35% de seus glaciares nas últimas décadas, afetando ecossistemas e comunidades dependentes (Salazar, 2022).

A região da **República da Guatemala**, assim como a maior parcela da América Central, é extremamente suscetível aos impactos causados por eventos climáticos extremos. Nesses territórios, sobretudo nas áreas rurais, há um grande fluxo migratório como uma estratégia de adaptação a tais circunstâncias (Sivisaca et. al, 2014). Não obstante, o aumento da temperatura média da região oriundo das mudanças climáticas também gera efeitos nos recursos hídricos e de cultivo do país, refletindo em fortes preocupações acerca da segurança alimentar da população (Mohr, 2023).

A **República Cooperativa da Guiana** é considerada altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. De acordo com o *Climate Risk Profile: Guyana* (USAID, 2021), a elevação do nível do mar, a erosão costeira e o aumento da frequência de inundações constituem ameaças graves ao território guianense. Como signatária do Acordo de Paris, a Guiana comprometeu-se a desenvolver uma economia de baixo carbono, promovendo a conservação florestal e o uso sustentável de seus recursos naturais. Além disso, o país participa de diversas iniciativas de cooperação voltadas para a proteção ambiental na região no âmbito da OEA.

A **República do Haiti**, internacionalmente reconhecida como uma das nações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, combina fragilidades ambientais e sociais. Segundo o *World Migration Report* (2024), desastres naturais como terremotos, furacões e inundações têm impulsionado fluxos migratórios significativos. Desde o assassinato do presidente em 2021, o Haiti enfrenta um vácuo de poder, aumento da violência e deterioração das condições de governança (ONU, 2021), fatores que limitam a capacidade do Estado em responder às emergências climáticas e humanitárias. Apesar de ser signatário de tratados como o Acordo de Paris e o Protocolo de Montreal, o país carece de recursos técnicos e financeiros para implementar medidas eficazes de adaptação e mitigação climática. Assim, impõe-se a necessidade de ações coordenadas, estruturadas e solidárias no âmbito regional.

A **República das Honduras** vem enfrentando eventos climáticos extremos, como furacões, secas e inundações, que afetam severamente a agricultura e a segurança alimentar. Para mitigar esses impactos, o país implementou o Plano Nacional de Adaptação (2018–2030), priorizando a produção agroalimentar e sistemas de alerta precoce. Iniciativas incluem a agricultura inteligente para o clima, reflorestamento sistemas comunitários de alerta (Lino Pacheco, 2020). No âmbito global, além de signatária dos acordos de Quioto e Paris, o país também advoga por resoluções que levem em conta as características dos países da América Central,

A incidência de enchentes na **Jamaica** representa um grande risco em todo o território do país pelo aumento da sua frequência e intensidade em toda a região. Ainda, as secas também são muito significativas em áreas mais localizadas, responsáveis por um dano imenso à produção agropecuária e à subsistência de fazendeiros, além de aumentar a insegurança alimentar da população (Henry, 2020). O país caribenho responde a tais desafios de maneira proativa, reconhecendo a sua vulnerabilidade e investindo em energias renováveis e em uma transição justa à economia sustentável (UNDP, 2025).

O **Estados Unidos do México**, vem sofrendo com eventos climáticos como uma onda de calor extrema que resultou em pelo menos 125 mortes relacionadas. Além dos furacões Otis e John, em 2024 e 2025, que devastaram a cidade de Acapulco, causando deslizamentos de terra, inundações e danos significativos à infraestrutura (Brosnan, 2024). Tais eventos danificam a infraestrutura e acabam por impulsionar as migrações de mexicanos. Para combater essa questão o governo mexicano criou a estratégia Nacional de Mudança Climatica e Lei geral da mudança climática (Barrera; Garrison, 2024). Além disso, o governo atual busca protagonismo na área de transição energética, estatizando os canais de energias nacionais e incentivando a energia solar.

Devido à sua localização costeira, a **República do Panamá** é particularmente afetada pelo aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos. Segundo o Relatório de Riscos Climáticos do Panamá (2023), o país já enfrenta deslocamentos populacionais internos devido a inundações e erosão costeira. O governo panamenho tem adotado medidas para enfrentar os profundos impactos das mudanças climáticas. Como signatário do Acordo de Paris, o país reafirmou seu compromisso com a agenda ambiental global ao lançar, em 2020, o Decreto Executivo nº 100, que instituiu o *Programa Nacional Reduza Sua Pegada.* Buscando reduzir significativamente as emissões de carbono geradas pelas atividades humanas (Panamá, 2022), promovendo a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis em diversos setores da sociedade. Portanto, os efeitos das mudanças climáticas configuram uma preocupação que ultrapassa as fronteiras nacionais, exigindo uma resposta articulada entre os Estados no âmbito da OEA.

Na **República do Paraguai,** os índices de precipitação pluvial são de grande preocupação à população devido a sua forte dependência econômica em atividades primárias, como a agricultura e pecuária. Estas atividades, em conjunto com as estruturas de centros urbanos, são muito afetadas pelas fortes chuvas devido às estruturas precárias (Riquetti e Nunes, 2021). E, embora o país seja signatário do Acordo de Paris, não demonstra uma preocupação em criar políticas estatais voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, priorizando a incorporação de novos territórios e mercados (Pereira, 2024)

A **W** está entre os países com maior risco de desastres naturais, como enchentes, deslizamentos de terra e secas prolongadas (Germanwatch, 2023), fenômenos que afetam principalmente as populações rurais e indígenas. O governo do país interpreta os efeitos da crise climática não apenas como um desafio nacional, mas um problema de dimensão regional. Nesse sentido, o Peru tem colaborado em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, apresentando relatórios que fornecem detalhes sobre os problemas relacionados às alterações climáticas. De acordo com o CAF (2023), "o Peru já deu passos na direção certa no seu Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas de 2021", centrando-se em setores-chave como saúde, pesca, agricultura e florestas. Além disso, o Estado peruano é membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), composta por oito países que compartilham o território da Amazônia. A OCTA enfrenta descompassos internos entre os membros e é frequentemente criticada pela falta de compromissos concretos no combate à expansão das fronteiras de exploração de petróleo e gás. No caso do Peru, a atual presidente tem sinalizado interesse em ampliar a área de exploração do petróleo, situada na região amazônica. A atividade petrolífera impacta negativamente a natureza e contribui para o aumento das emissões de gases de efeito estufa (WWF, 2022).

A **República de Trinidad e Tobago** é um país caribenho que vem sofrendo desde sua fundação com eventos climáticos cada vez mais recorrentes. Por exemplo, em 2024, teve parte da sua infraestrutura destruída com o furacão Beryl. Além disso, sofre com a superlotação em centros de atendimentos devido a altas taxas de calor e baixos níveis sanitários. O Estado faz parte dos acordos internacionais de mitigação do aquecimento global e possui o Escritório de Preparação e Gerenciamento de Desastres (ODPM) para coordenar resposta nacional a emergências, enfatizando a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (Tack, 2024).

Na **República Oriental do Uruguai,** os esforços para a prevenção de riscos, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas têm ganhado um grande destaque em decorrência à vulnerabilidade significativa da população aos desastres naturais. Apesar de não estar suscetível a eventos de caráter geológico, a região frequentemente enfrenta grandes enchentes de extremo risco à população, assim como períodos de secas significativos (Jastrob, 2024). Sob essa ótica, o governo atual possui um discurso de comprometimento à mitigação dos efeitos causados por eventos climáticos extremos, buscando superar desafios referentes à gestão da água e à agricultura sustentável (Dialogue Earth, 2024).

Nas últimas décadas, a ilha caribenha de **Santa Lúcia** passou a enfrentar uma maior frequência e intensidade de chuvas em conjunto com um aumento contínuo do nível do mar na região. Além disso, a ocorrência um tanto regular de terremotos e furacões representa um altíssimo risco à população e aos setores econômicos e turísticos do país. Apesar do país ser vítima de grandes fluxos migratórios devido aos desastres climáticos, a maior parte das políticas e dos dispositivos normativos nacionais não possuem uma abrangência duradoura e compreensiva desses fenôme-

nos (IOM, 2021).

Situada no litoral norte da América do Sul, a **República do Suriname** possui grande parte de sua população e infraestrutura concentradas em áreas costeiras altamente vulneráveis à elevação do nível do mar. Os riscos de inundações e erosão costeira já provocam deslocamentos internos e ameaçam o bem-estar de comunidades tradicionais e indígenas (World Bank, 2021). O governo do país tem demonstrado crescente preocupação com os impactos das mudanças climáticas, sobretudo em relação à capital, Paramaribo, que enfrenta sérios desafios relacionados à erosão, à perda de áreas urbanas e à pressão sobre os serviços básicos. Nesse contexto, o Suriname vem implementando planos nacionais voltados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com foco na resiliência de comunidades vulneráveis, proteção de ecossistemas e fortalecimento da governança ambiental (Suriname, 2023). Assim, tais mudanças climáticas constituem um fator de deslocamento populacional e instabilidade social, reforçando a necessidade de cooperação entre os Estados-membros da OEA

A **República Bolivariana da Venezuela** enfrenta eventos climáticos extremos, como secas, inundações e a perda do glaciar do Pico Humboldt, em 2024, com impactos severos na agricultura e segurança hídrica. Para mitigar efeitos das mudanças climáticas em território venezuelano, além de acordos internacionais, o governo desenvolveu uma política climática nacional que integra ações de mitigação e adaptação, promovendo o uso de energias renováveis e a conservação de ecossistemas restaurando as zonas úmidas (The Guardian, 2024).

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Como os países membros da OEA podem superar as desigualdades econômicas e sociais para implementar ações climáticas conjuntas mais eficazes?

2) Como os países devem implementar nas políticas regionais a justiça climática na proteção das populações mais vulneráveis aos eventos climáticos severos?

3) De que maneira as ações humanas intensificam eventos climáticos severos, e como isso pode ser mitigado através de políticas públicas e avanços tecnológicos?

4)Como os países podem equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental para reduzir os riscos associados às mudanças climáticas?

## REFERÊNCIAS

ABOUT Montreal Protocol, **UNEP**, 2025. Disponível em: https://www.unep.org/ozonaction/who-we-are/about-montreal-protocol. Acesso em: 21 de maio de 2025.

A CIDH publica Relatório sobre a Situação das Pessoas Defensoras do Meio Ambiente nos Países do Norte da América Central. **Organização dos Estados Americanos**, 2023. Disponível em: https://oasmailmanager.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/076.as. Acesso em: 10 abr. 2025.

ALAGAMENTOS, destruição e 183 mortes: relembre a tragédia das chuvas no RS que marcou 2024. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/alagamentos-destruicao-e-183-mortes-relembre-a-tragedia-das-chuvas-no-rs-que-marcou-2024/ . Acesso em: 15 abri. 2025.

ALFARO, Eric J.; PÉREZ-BRICEÑO, Paula M. Análisis del impacto de fenó-

menos meteorológicos en Costa Rica, América Central, originados en los mares circundantes. **Revista de Climatología**, v. 14, p. 1-11. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/5782327. Acesso em: 25 mai. 2025.
AS políticas climáticas dos Estados Unidos. Relações Exteriores, 2021. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/politicas-climaticas-estados-unidos/. Acesso em: 17 jul. 2025.

A REPÚBLICA Dominicana avança na abordagem dos vínculos entre gênero e clima. **NAP Global Network.** [S. l.], 2022. Disponível em: https://pt.napglobalnetwork.org/2022/03/dominican-republic-gender-climate-links/.com. Acesso em: 2 jun. 2025.

ASSUMPÇÃO, Marcelo. TERREMOTOS E A CONVIVÊNCIA COM AS INCERTEZAS DA NATUREZA. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 91, p. 76–89, 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34850. Acesso em: 12 abr. 2025.

AUDET, René. Climate justice and bargaining coalitions: a discourse analysis. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics,** [s. l.], v. 13, n. 3, p. 369–386, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257573190_Climate_justice_and_bargaining_coalitions_A_discourse_analysis Acesso em: 2 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Climate Risk Country Profile: Panamá.** Washington, D.C.: Banco Mundial, 2023. Disponível em: https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/country-profiles/16805-WB_Panama%20Country%20Profile-WEB.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2025.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Desafios globais, soluções regionais A América Latina e o Caribe diante da crise climática e da biodiversidade.** Distrito Capital, 2023, 386p.

BARRERA, Adriana; GARRISON, Cassandra. Mexico front-runner Sheinbaum aims to reform water-heavy agriculture sector. **Reuters**, [s. l.], 23 maio 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/mexico-front-runner-sheinbaum-aims-reform-water-heavy-agriculture-sector-2024-05-23/. Acesso em: 23 mai. 2025

BERCHIN, Issa Ibrahim; CARVALHO, Andréia de Simas Cunha. O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais: de Estocolmo a Rio+20. **Debates Interdisciplinares**, Palhoça, v. VII, ed. 001.4, 167-185. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301626018. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2025.

BLACKOUTS, explosions, deaths: why the Caribbean is waking up to the increased threat of lightning. **The Guardian.** [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/2024/nov/20/lightning-strike-caribbean-slave-trade-archives-barbados-global-heating-storms.com . Acesso em: 09 abr. 2025.

BROSNAN, Greg. Climate change made US and Mexico heatwave 35 times more

likely. **BBC**, [s. l.], 20 jun. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/czvvqdg8zxno?com . Acesso em: 23 mai. 2025
CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe. **Relatório de Economia e Desenvolvimento: "Desafios globais, soluções regionais: a América Latina e as Caraíbas perante a crise do clima e da biodiversidade".** 18 out. 2023. Disponível em:https://www.caf.com/pt/presente/noticias/relatorio-da-caf-destaca-desafios-e-oportunidades-para-o-peru/. Acesso em: 2 jun. 2025.

CANADA. 2024-25 **Departmental Plan: Horizontal initiative: Climate Change Adaptation - Canada.ca.** [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/corporate/transparency/priorities-management/departmental-plans/2024-2025/supplementary-tables/horizontal-initiative-climate--change-adaptation.html?. Acesso em: 2 jun. 2025.

CAOS climático na Argentina desafia postura de Milei. **CNN Brasil,** 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-cortes/internacional/caos--climatico-na-argentina-desafia-postura-de-milei/. Acesso em: 15 jul. 2025.

CLIMATE Change Initiatives in Bolivia: A Path Towards a Sustainable Future. **Generis Legal Intelligence**, [sl], 2024. Disponível em: https://generisonline.com/climate-change-initiatives-in-bolivia-a-path-towards-a-sustainable-future/com. Acesso em: 2 jun. 2025.

CÓRDOBA, José Alfredo Chavarría; CASTILLO, Gustavos Barrantes; ROMÁN, Adolfo Quesada. La Gestuón de Riesgo a Desastres en Costa Rica: síntesis del III Congreso Nacional de Gestión de Riesgo a Desastres y Adaptación al Cambio Climático. **Entorno Geográfico,** n. 12, p. 152-173, 2016. DOI: 10.25100/eg.v0i12.3548. Disponível em: https://entornogeografico.univalle.edu.co/index.php/entornogeografico/article/view/3548. Acesso em: 15 jul. 2025.

COMO o Chile conseguiu evacuar com sucesso cidades costeiras após terremoto de magnitude 8,2. 2 abr. 2014 . **BBC NEWS.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140402_evacuacao_terremoto_chile_lgb. Acesso em: 10 abr. 2025.

COÊLHO, Angela E. L.. Percepção de Risco no Contexto da Seca: Um Estudo Exploratório. **Psicologia para América Latina**, México, n. 10. p. 34-49. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CONDE-ÁLVAREZ, Cecilia; SALDAÑA-ZORRILLA, Sergio O. Cambio climático en América Latina y el Caribe: Impactos, vulnerabilidad y adaptación. **Revista Ambiente y Desarrollo**, Santiago, v. 23, ed. 2, p.23-30. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242615714. Acesso em: 20 fev. 2025.
**Corte Interamericana de Direitos Humanos.** Opinião Consultiva OC-23/17, 15 de novembro de 2017.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais.** Rio de Janeiro: editora record, 2002-. p. 35–126; 351-406.

DIAS, Maria Assunção Faus da Silva. Furacões e tornados: um espetáculo de rotação na atmosfera terrestre. **Revista USP,** São Paulo, Brasil, n. 72, p. 44–53, 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13567. Acesso em: 08 abr. 2025.

DUARTE, Wander de Jesus Barboza. TRATADOS E CONFERÊNCIAS CLIMÁTICAS: UMA CRONOLOGIA GERAL E DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 8, n. 8, p. 110–132, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v8i8.6635 Acesso em: 2 jun. 2025.

ELEIÇÕES no Uruguai: Quais os desafios ambientais do próximo presidente? **Dialogue Earth**, 2024. Disponível em: https://dialogue.earth/pt-br/clima/eleicoes-uruguai-desafios-ambientais-presidente/. Acesso em: 17 jul. 2025.

EL SALVADOR alcanza un acuerdo para la mayor reconversión de de deuda de su historia. **El País**, 2024. Disponível em: https://elpais.com/america-futura/2024-10-18/el-salvador-alcanza-un-acuerdo-para-la-mayor-reconversion-de-de--deuda-de-su-historia.html?. Acesso em: 2 jun. 2025.

FAVERO, Eveline. **A seca na vida das famílias rurais de Frederico Westphalen-RS.** 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) — Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. p. 10-97.

FAVERO, Eveline; DIESEL, Vivien. A seca enquanto um *hazard* e um desastre: uma revisão teórica. **Aletheia**, Canoas, v. 1, ed. 27, p. 198-209. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar. 2025.

FREITAS, Carlos Machado; XIMENES, Elisa Francioli. Enchentes e saúde pública: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1601-1615. 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000600023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/bkRHD6mZpb737QGcRfn3g5M/#. Acesso em: 12 de abril de 2025.

FREITAS, Saulo R.; LONGO, Karla M.; DIAS, M. A. F. Silva; DIAS, P. L. Silva. Emissões de queimadas em ecossistemas da América do Sul. **Dossiê Amazônia Brasileira I: Estudos Avançados.** vol. 19, n. 53, p. 167-185. 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000100011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/ZfsSpwwxFSnvnwFGWPbswTP/?lang=pt#. Acesso em: 11 abr. 2025.

FRISKEN, W. R. Extended industrial revolution and climate change. **Eos, Transactions American Geophysical Union,** [s. l.], v. 52, n. 7, p. 500–508, 1971. Disponível em: https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1029/EO052i007p00500 Acesso em: 20 abr. 2025.

GERMANWATCH. C**limate Risk Index 2023. Bonn: Germanwatch, 2023.** Disponível em: https://www.germanwatch.org/en/cri. Acesso em: 28 mai. 2025.

GONÇALVES, Suellen Teixeira Nobre; JÚNIOR; Francisco das Chagas Vasconcelos; SAKAMOTO, Meiry Sayuri; SILVEIRA, Cleiton da Silva; MARTINS, Eduardo Sávio Passos Rodrigues. Índices e Metodologias de Monitoramento de Secas: Uma revisão. **Revista Brasileira de Meteorologia**, Fortaleza, v. 36, ed. 3, 495-511. 2021. DOI: 10.1590/0102-77863630007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-77863630007. Acesso em: 26 mar. 2025.

GONÇALVES, Veronica Korber; RIBEIRO, Thais Lemos; INOUE, Cristina Yumie Aoki. The Three-Body Problem and the Anthropocene. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 46, n. 3, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cint/a/T4DNVVzhPWqv4pFnj8fztgz/?lang=en&format=pdf Acesso em: 10 abr. 2025.

GNADLINGER, Johannes. **Captação de água de chuva no semiárido brasileiro: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável.** Juazeiro: IRPAA, 2000. Disponível em: https://www.irpaa.org/fotos/file/gnadlinger_captacao_chuva_compressed.pdf . Acesso em: 09 abr. 2025.

HASHENDRA WIJESINHA; LAIA BARBARÀ; WORLD ECONOMIC FORUM. COP28: What did it accomplish and what's next? **We Forum Agenda**, [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.weforum.org/agenda/2023/12/cop28-what-did-it-accomplish-and-whats-next. Acesso em: 2 jun. 2025.

HENRY, Sheika Tamara. Comparison of Drought Indices in the Rio Minho Watershed, Jamaica. **Geografia (Londrina)**, v. 29, n. 1, p. 125-139. 2020. DOI: 10.5433/2447-1747.2020v29n1p125. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/36972. Acesso em: 27 mai. 2025.

HERNÁNDEZ, Rafael; CASTRO, Jorge Mario Eastman (Orgs.). **O Caribe: uma região, múltiplas crises.** Brasília: Representação da OEI no Brasil, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JA0zEAAAQBAJ . Acesso em: 10 abr. 2025.

HOW climate change is fueling Canada's fires, smoke in Northeastern U.S. **Woodwell Climate Research Center,** 2023. Disponível em: https://www.woodwellclimate.org/climate-change-canadian-wildfires-smoke/. Acesso em: 19 de abril de 2025.

INCÊNDIOS florestais vão ficar cada vez mais intensos e prolongados, alerta cientista da ONU. **BBC News Brasil**, 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2egx388rp2o. Acesso em: 12 de abril de 2025.

International Energy Agency (IEA). **National Climate Resilience Assessment for Chile.** Paris, 2024, 33p.

International Organization for Migration (IOM). **Migration, Environment, Disaster and Climate Change Data in the Eastern Caribbean: Saint Lucia Country Analysis.** Berlim, 2021, 78p.

IPCC. **Sixth Assessment Report. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change,** 2022.

IPCC. **Global Warming of 1.5ºC:** An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. Cambridge, 2019, 631p.

JACQUES, Aino Victor Avila. A queima das pastagens naturais: efeitos sobre o solo e a vegetação. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 177-181. 2003. DOI: 10.1590/S0103-84782003000100030. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cr/a/gNbwxwhPCQnxMdctWMQgBmM/. Acesso em: 9 abr. 2025.

JAMAICA'S future lies in green growth and climate resilience. **UNDP: Climate Promise**, 2025. Disponível em: https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/jamaica-green-growth-and-climate-resilience. Acesso em: 17 jul. 2025.

JASTROB, Ruth Bernheim. Indicadores de vulnerabilidad social ante el cambio climático en Uruguay. **Revista Intercambios**, v. 9, n. 2, p. 88-99. 2024. Disponível em: https://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/5303. Acesso em: 27 mai. 2025.

JONGMAN, Brenden; WARD, Philip J.; AERTS, Jeroen, C. J. H. Global exposure to river and coastal flooding: Long term trends and changes. **Global Environmental Change**, Amsterdã, v. 22, n. 4, p. 823-835. 2012. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2012.07.004. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378012000830. Acesso em: 18 abr. 2025.

KHALYANI, Ahmed H.; ZUBAIR, Lareef; RAMSEYER, Craig A.; MAYERNIK, Melinda S.; SINGH, Bipin. Climate change and hurricanes in the Caribbean: a bibliometric analysis. **Scientific Reports**, v. 10, n. 1, p. 1–13, 2020. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-020-73132-x. Acesso em: 10 abr. 2025.

KUNG, Jong-Seong; AN, Soon-II; HAM, Yoo-Geun; KANG, In-Sik. Changes in El Niño and La Niña teleconnections over North Pacific-America in the global warming simulations. **Theor Appl Climatol**, v. 100, p. 275-282. 2010. DOI: 10.1007/s00704-009-0183-0. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00704-009-0183-0. Acesso em: 20 fev. 2025.

LAMPIS, Andrea; CAMPELLO TORRES, Pedro Henrique; JACOBI, Pedro Roberto; LEONE, Ana Lia. A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática. **O Social em Questão,** Rio de Janeiro, v. 23, nº 48, p. 75-96, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264320003. Acesso em: 12 fev. 2025.

LANDSBERG, H. E. Man-Made Climatic Changes . *In*: **THE CHANGING GLOBAL ENVIRONMENT**. Dordrecht, Holland: D. REIDEL PUBLISHING COMPANY , 1975. p. 197–235. E-book. Disponível em: e-isbn-13: 978-94-010-1729-9.

LEDERMAN, Daniel J.; WYNIA, Matthew K. Physicians and Climate Change — Facing the Challenges. **The New England Journal of Medicine**, v. 382, p. 589–591, 2020. Disponível em: https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMp1912965.

Acesso em: 10 abr. 2025.

LEGUÍA, E. J.; LOCATELLI, B.; IMBACH, P.; PÉREZ, C. J.; VIGNOLA, R. Servicios ecosistémicos e hidroernergía en Costa Rica. **Ecosistemas,** v. 17, n. 1, 16-23. 2008. Disponível em: https://www.revistaecosistemas.net/index.php/ecosistemas/article/view/111. Acesso em: 25 mai. 2025.

LINO PACHECO, José . Adaptation and mitigation of climate-change effects on food and nutrition security in Honduras. **Enn Online**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.ennonline.net/fex/13/en/adaptation-and-mitigation-climate-change-effects-food-and-nutrition-security-honduras. Acesso em: 25 mai. 2025.

LUNA, Renata Mendes. **Desenvolvimento do índice de pobreza hídrica (IPH) para o semi-árido brasileiro.** 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Área de Concentração em Recursos Hídricos, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. p. 17-122.

MARENGO, Jose A. Impactos sociais dos eventos climáticos extremos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 76, ed. 3, p.1-8. 2024. DOI: 10.5935/2317-6660.20240068. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252024000300009&script=sci_arttext. Acesso em: 20 fev. 2025.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, Vol. 43, No. 4 (2019), p 7–50. Disponível em: https://direct.mit.edu/isec/article/43/4/7/12221/Bound-to-Fail-The-Rise-and--Fall-of-the-Liberal. Acesso em: 15 jan. 2025

MEDEIROS, Marcelo Brilhante de; FIEDLER, Nilton Cezar. Incêndios florestais no Parque Nacional da Serra da Canastra: desafios para a conservação da biodiversidade. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 14. n. 2, p. 157-168. 2004. DOI: 10.5902/198050981815. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cflo/a/sC4Z8kqK9TGLJLCSwKmykFK/?lang=pt. Acesso em: 11 abr. 2025.

MENDES, Xavier Sanca. **Política externa dos Estados Unidos para as mudanças climáticas:** do estabelecimento à retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris. 2024. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. p. 14-94.

MOHR, Astrid Daniela Beltetón. Impacto económico del cambio climático en Guatemala. **Revista Académica ECO,** n. 29, p. 1-18. 2023. DOI: 10.36631/ECO.2023.29.01. Disponível em: https://revistas.url.edu.gt/index.php/eco/article/view/158/127. Acesso em: 25 mai. 2025.

MOLINA, Mario; ZAELKE, Durwood; SARMA, K. Madhava; ANDERSEN, Stephen O.; RAMANTHAN, Veerabhadran; KANIARU, Donald. Reducing abrupt climate change risk using the Montreal Protocol and other regulatory actions to complement cuts in CO2 emissions. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 106, n. 49, p. 20616-20621. 2009. DOI: 10.1073pnas.0902568106. Disponível em: https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.0902568106. Acesso em:

21 mai. 2025.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. *In*: **X World Congress of Rural Sociology – IRSA e no XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober**, Workshop n. 38. Greening of agriculture. [s. n.], 2000. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/moreira15.htm Acesso em: 20 abr. 2025.

MUKHERJEE, Sourav; MISHRA, Ashok; TRENBERTH, Kevin E. Climate Change and Drought: a Perspective on Drought Indices. **Current Climate Change Reports**, v. 4, p. 145-163. 2018. DOI: 10.1007/s40641-018-0098-x. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s40641-018-0098-x. Acesso em: 26 mar. 2025.

**NAÇÕES UNIDAS (ONU).** Haiti: três anos após terremoto, país ainda sofre com impacto e desafios humanitários. 12 jan. 2023. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807987. Acesso em: 13 abr. 2025.

NAGY, G. J.; CORONEL, G.; PASTÉN, M.; BÁEZ, J.; MONTE-DOMECQ, R.; GALEANO-ROJAS, A.; FLORES, L.; CIGANDA, C.; BIDEGAIN, M.; APARICIO-EFFEN, M.; ARANA, I. Impacts on Well-Being and Health by Excessive Rainfall and Floods in Paraguay, Uruguay and Bolivia. In: LEAL FILHO, Walter; AZEITEIRO, Ulisses M.; ALVES, Fátima**.Climate Change and Health.** Springer, 2016, p. 475-514.

**NATIONAL WEATHER SERVICE (NWS).** Hurricane Safety Tips and Resources. Washington, D.C.: National Oceanic and Atmospheric Administration, [s.d.]. Disponível em: https://www.weather.gov/safety/hurricane. Acesso em: 10 abr. 2025.

NUMBER of wildfires to rise by 50 per cent by 2100 and governments are not prepared, experts warn. **United Nations Environment Programme**, 2025. Disponível em: https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/number-wildfires-rise-50-cent-2100-and-governments-are-not-prepared. Acesso em: 12 abr. 2025.

**OEA.** *Declaración sobre Cambio Climático y Desarrollo Sostenible en las Américas.* Asamblea General de la OEA, AG/DEC. 2021.

**OMM**. *State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2023*. Geneva: Organização Meteorológica Mundial, 2023.

OCHA. **Natural Disasters in Latin America and the Caribbean: 2000-2019.** Clayton, 2020, 20p.

ONU apoia população afetada por enchentes no sul do Brasil. **ONU News**, 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831466. Acesso em: 15 abr. 2025.

O que é o Acordo de Paris e por que os EUA saíram. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-acordo-de-paris-e-porque-os-eua-sairam/. Acesso em: 17 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Meio Ambiente**, 2025. Disponível em: https://www.oas.org/pt/topicos/meio_ambiente.asp . Acesso em: 12 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Medo de violência e insegurança aumentam após morte do presidente do Haiti.** Nova Iorque, 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **The Bahamas to Host IV Meeting on Sustainable Development.** Washington, 2023.

_____. **Inter-American Convention to Facilitate Disaster Assistance.** Washington, D.C.: OAS, 1991. Disponível em: http://196.3.97.27/handle/258/823. Acesso em: 14 abr. 2025

_____. **Resolução No. 2/24 (2024).** Washington, 2024.

**ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE** (OPAS). COP 30: Brasil e OPAS fortalecem enfrentamento às mudanças climáticas. 19 mar. 2025. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/19-3-2025-cop-30-brasil-e-opas-fortalecem-enfrentamento-mudancas-climaticas. Acesso em: 14 abr. 2025.

OUR Work in North America. **UNEP**, 2025. Disponível em: https://www.unep.org/regions/north-america/our-work-north-america. Acesso em: 13 fev. 2025.

OUR Impact, **Multilateral Fund for the Implemantation of the Montreal Protocol**, 2025. Disponível em: https://www.multilateralfund.org/our-impact. Acesso em: 21 mai. 2025.

PEREIRA, Lorena Izá. Controle do território paraguaio: um novo regime sob a égide da narrativa da mudança do clima? **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 19, n. 57, p. 132-158, 2024. DOI: /10.14393/RCT195774882. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/74882/39924/353929. Acesso em: 15 jul. 2025.

PETERSON, Thomas C.; KARL, Thomas R.; KOSSIN, James P.; KUNKEL, Kenneth E.; LAWRIMORE, Jay H.; MCMAHON, James R.; VOSE, Russell S.; YIN, Xungang. Changes in weather and climate extremes: State of knowledge relevantto air and water quality in the United States. **Journal of the Air & Waste Management Association,** v. 64, n. 2, p. 184-197. 2014. DOI: 10.1080/10962247.2013.851044. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10962247.2013.851044. Acesso em: 27 mai. 2025.

PROGRAMA de Cooperação Internacional Brasil-FAO. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura,** 2025. Disponível em: https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/pt/c/1606794/. Acesso em: 4 abri. 2025.

¿QUÉ dijo Dina Boluarte en la ONU respecto al medio ambiente?. **Actualidade Ambiental.** Lima, 20 set. 2023. Disponível em: https://www.actualidadambiental.pe/que-dijo-dina-boluarte-en-la-onu-respecto-al-medio-ambiente/. Acesso em: 23 jul. 2025.

RAJAMANI, Lavanya. The 2015 Paris Agreement: Interplay Between Hard, Soft and Non-Obligations. Journal of Environmental Law, v. 28, n. 2, p. 337–358, 2016. Disponível em: https://academic.oup.com/jel/article-abstract/28/2/337/2404195. Acesso em: 20 mai. 2025

RAMMELT, Crelis F. *et al*. Impacts of meeting minimum access on critical earth systems amidst the Great Inequality. **Nature Sustainability**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 212–221, 2022. DOI:10.1038/s41893-022-00995-5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365299797_Impacts_of_meeting_minimum_access_on_critical_earth_systems_amidst_the_Great_Inequality. Acesso em: 12 abr. 2025.

REDESCA apresenta observações preliminares sobre a visita de trabalho ao Brasil. **Organização dos Estados Americanos**, 2024. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2024/318.asp&utm_content=country-bra&utm_term=class-vinl>. Acesso em: 14 abr. 2025.

REGUERO, Borja G.; LOSANDA, Iñigo J.; DÍAZ-SIMAL, Pedro; MÉNDEZ, Fernando J.; BECK, Michael W. Effects of Climate Change on Exposure to Coastal Flooding in Latin America and the Carribbean. **PLOS ONE**, v. 10, n. 7, p. 1-19. 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0133409. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0133409&lang=es. Acesso em: 17 abr. 2025.

REI, Fernando; FARIAS, Valeria Cristina. 30 anos do Protocolo de Montreal: Uma história de sucesso do Direito Ambiental Internacional. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 3, p. 162-181. 2017. DOI: 10.5102/rdi.v14i3.4684. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323437959. Acesso em: 21 mai. 2025. REVISTA Relações Exteriores. **Norte Global**. *In*: Dicionário de Relações Internacionais. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/glossario/norte-global/ Acesso em: 31 jul. 2025.

RIBAS JUNIOR, Nilton de Souza; SILVA FILHO, Aloísio Machado da. O Avanço do o Nível do Mar e suas Relações com Variáveis não Oceânicas: uma Análise Bibliométrica. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 74, n. 4, p. 895-910. 2022. DOI: 10.14393/rbcv74n4-65734. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/65734. Acesso em: 18 abr. 2025.

RIQUETTI, Nelva Bugoni; NUNES, André Becker. Eventos de forte precipitação no Paraguai: aspectos climáticos e estudos de caso. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 3, p. 169-181. 2021. DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2021.003.0016. Disponível em: https://www.sustenere.inf.br/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2021.003.0016/2686. Acesso em: 26 mai. 2025.

ROJAS, Carlos Mondaca; ARAYA, Alberto Díaz. Vaticinios de eventos climáticos en comunidades aymaras en los Andes del norte de Chile. **Revista de geografía Norte Grande**, n. 83, p. 51-66. 2022. DOI: 10.4067/S0718-34022022000300051. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-34022022000300051&script=sci_arttext#B20. Acesso em: 26 mai. 2025.

SALAZAR, Andrés. **Los escenarios climáticos extremos de Ecuador: regiones ex-**

**perimentan cambios bruscos. Un especialista del Inamhi explica variaciones.** [*S. l.*], 2022. Disponível em: https://www.eluniverso.com/noticias/ecuador/los-escenarios-climaticos-extremos-de-ecuador-regiones-experimentan-cambios-bruscos-un--especialista-del-inamhi-explica-variaciones-nota/com. Acesso em: 2 jun. 2025.

SÁNCHEZ, Alex. **Why are hurricanes hitting the Caribbean and Florida more often? Here's what science says. Miami Herald**, 14 jul. 2023. Disponível em: https://www.miamiherald.com/news/weather/hurricane/article276566946.html . Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Paula Resende; SILVÉRIO, Ana Cláudia de Mello; PEREIRA, Gabriel; ROCHA, Leonardo Cristian; CARDOZO, Francielle da Silva. Análise da frequência da incidência de queimadas na América do Sul para o período de 2000 a 2012. **Territorium Terram**, v. 2, n. 4, p. 101-112. 2014. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/797. Acesso em: 11 abr. 2025.

SCHNEIDER, Werner; SALAMEH, Elias. Historical Course Follows Climate Change: Patterns of the Northern Hemisphere — From Peoples' Migration until the Industrial Revolution (3rd-18th Century). **Open Journal of Geology**, [s. l.], v. 8, n. 13, p. 1167–1194, 2018. Disponível em: https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=89671. Acesso em: 27 mar. 2025.

SEVERINO, Milena Dune; AUGUSTO, Victor. desenvolvimento irrestrito ao desenvolvimento sustentável. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 220–244, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/385820303_desenvolvimento_irrestrito_ao_desenvolvimento_sustentavel_O_entendimento_do_conceito_de_desenvolvimento_e_os_posicionamentos_brasileiros_em_Estocolmo_72_e_Rio_92. Acesso em: 1 ago. 2025.

SILVA, Elaine Cristina Gomes; FIEDLER, Nilton Cesar; JUVANHOL, Ronie Silva; SILVA, Gabriel Mancini Antunes; NEVES, Felipe Patrício. Análise temporal da ocorrência de incêndios florestais nas Américas e região do Caribe. **Pesquisas Agrárias e Ambientais**, Sinop, v. 6, n. 5, p. 491-486, 2018. DOI: 10.31413/nativa.v6i5.5845. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/5845. Acesso em: 12 fev. 2025.

SINGER, S. Fred; KELLOG, Willian W. Introduction. *In*: **THE CHANGING GLOBAL ENVIRONMENT.** Dordrecht, Holland : D. REIDEL PUBLISHING COMPANY, 1975. p. 3–45. *E-book*. Disponível em: e-isbn-13: 978-94-010-1729-9. Acesso em: 1 abr. 2025.

SINGH, Swati. Forest fire emissions: A contribution to global change. **Frontier in Forests and Global Change**, Ghaziabad, v. 5, p. 1-11. 2022. DOI: 10.3389/ffgc.2022.925480. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/forests-and--global-change/articles/10.3389/ffgc.2022.925480/full. Acesso em: 9 abr. 2025.

SIVISACA, Deicy Carolina Lozano; CHACÓN-CASCANTE, Adriana; MONTES, Isabel Gutiérrez; H. ROBALINO, Juan. Eventos climáticos extremos y migración interna en Guatemala, un análisis basado en percepciones de expertos. **Ciencia Ergo Sum**, v. 22, n. 1, p. 35-44. 2014. Disponível em: https://www.redalyc.

org/articulo.oa?id=10434128005. Acesso em: 25 mai. 2025.

SOBRE o Protocolo de Montreal, **Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs**, 2017. Disponível em: https://www.protocolodemontreal.org.br/site/quem-somos/protocolo-de-montreal/sobre-o-protocolo-de-montreal. Acesso em: 21 mai. 2025.

SOUZA, Maria Cristina Oliveira; CORAZZA, Rosana Icassatti. Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. **Desenvolvimento e meio ambiente.** Curitiba, PR. v. 42, p. 52-80, nov. de 2017. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/14972. Acesso em: 25 mai. 2025.

STEARNS, Peter N. **The industrial revolution in world history**. 1. ed. London: Routledge, 2020. p. 1–42: 68-87; 103-114; 168-189; 258-265.

STEFFEN, Will *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, [s. l.], v. 347, n. 6223, 2015A. DOI:10.1126/science.1259855. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270898819_'Planetary_Boundaries_Guiding_Human_Development_on_a_Changing_Planet'. Acesso em: 16 abr. 2025.

_____. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015B. DOI:10.1177/2053019614564785. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272418379_The_Trajectory_of_the_Anthropocene_The_Great_Acceleration. Acesso em: 14 abr. 2025.

STOCKS, B. J.; FOSBERG, M. A.; LYNHAM, T. J.; MEARNS, L.; WOTTON, B. M.; YANG, Q.; JIN, J-Z.; LAWRENCE, K.; HARTLEY, G. R.; MASON, J. A.; MCKENNEY, D. W. Climate Change and Forest Fire Potential in Russian and Canadian Boreal Forests. **Climatic Change**, v. 38, p. 1-13. 1988. DOI: 10.1023/A:1005306001055. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1023/A:1005306001055#citeas. Acesso em: 11 abr. 2025.

**SURINAME.** Ministério do Espaço e Meio Ambiente. Mudanças climáticas. Paramaribo, s.p., 2023. Disponível em: https://gov.sr/thema/klimaatverandering/. Acesso em: 1 ago. 2025.

TACK, Clint Chan. ODPM, Local Government: Better disaster management legislation coming. **Trinidad and Tobago Newsday.** [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://newsday.co.tt/2024/01/25/odpm-local-government-better-disaster-management-legislation-coming/.com. Acesso em: 2 jun. 2025.

TAIOLI, Fabio. Sismicidade induzida. **Cadernos FGV Energia**, v. 8, n. 12, p. 136-138, 2021. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/ce61fc7f--1db5-449c-9bae-5464b914490d/3089110 Acesso em: 18 abr. 2025.

THOMASZ, Esteban Otto; CASPARRI, María Teresa; VILKER, Ana Silvia; RONDINONE, Gonzalo; FUSCO, Miguel. Medición económica de eventos climáticos extremos en el sector agricola: el caso de la soja en Argentina. **Revista de**

**Investigación en Modelos Financieros**, v. 4, n. 2, p. 30-57. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/102586394. Acesso em: 26 de maio de 2025.

THOUSANDS evacuated in 3 provinces from Canadian wildfires. **AP NEWS.** [S. l.], 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/fire-canada-us-smoke-air--quality-firefighters-b1a37dac81acd22d549a9c8e331e0291. Acesso em: 25 mai. 2025

TIRADO, Xiomara Ibeth Stavro. Implementación del Protocolo de Montreal en Colombia. **Producción + Limpia**, v. 2, n. 1, p. 91-105. 2007. Disponível em: https://repository.unilasallista.edu.co/server/api/core/bitstreams/0630faa7-ce29-4c73-8807-c095fa02ccdb/content. Acesso em: 21 mai. 2025.

TORRES, R. Ricardo; TSIMPLIS, Michael N. Sea-level trends and interannual variability in the Caribbean Sea. **Journal of Geophysical Research: Oceans**, v. 118. n. 6, p. 2934-2947. 2013. DOI: 10.1002/jgrc.20229. Disponível em: https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/jgrc.20229. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNDRR. **Linkages between population dynamics, urbanization processes and disaster risks: a regional vision of Latin America.** 2012, 48p.

UNEP. **How Barbados became a mighty voice for climate justice.** [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.unep.org/news-and-stories/story/how-barbados-became-mighty-voice-climate-justice.Acesso em: 25 mai. 2025.

UNESCO. **Coping with water scarcity.** Paris, 2002, 272p.

UNFCCC. **Paris Agreement.** Paris: United Nations Framework Convention on Climate Change, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **El Salvador releases new national climate pledge under Paris Agreement | UNDP Climate Promise.** [S. l.], 2025. Disponível em: https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/el--salvador-releases-new-national-climate-pledge-under-paris-agreement?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 1 ago. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Witnessing climate change: The voices of El Salvador | UNDP Climate Promise**. [S. l.], 2021. Disponível em: https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/witnessing-climate--change-voices-el-salvador?. Acesso em: 23 mai. 2025.

USAID. **Climate Risk Profile: Guyana.** Washington, D.C.: U.S. Agency for International Development, 2021. Disponível em: https://www.climatelinks.org/resources/climate-risk-profile-guyana. Acesso em: 23 mai. 2025.

VELDERS, Guus J. M.; ANDERSEN, Stephen O.; DANIEL, John S.; FAHEY, David W.; MCFARLAND, Mack. The importance of the Montreal Protocol in protecting climate. **Proceedings of the National Academy of Sciences,** v. 104, n. 12. p. 4814-4819. 2007. DOI: 10.1073/pnas.0610328104. Disponível em: https://

www.pnas.org/doi/abs/10.1073/pnas.0610328104. Acesso em: 21 mai. 2025.

VENEZUELA loses its last glacier as it shrinks down to an ice field. **The Guardian**. [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/article/2024/may/08/venezuela-loses-its-last-glacier-as-it-shrinks-down-to-an-ice-field. Acesso em: 2 jun. 2025.

WERRELL, Caitlin; FEMIA, Francesco. **EPICENTERS OF CLIMATE AND SECURITY: THE NEW GEOSTRATEGIC LANDSCAPE OF THE ANTHROPOCENE.** The Center for Climate and Security. Washington, 2017. Disponível em: https://climateandsecurity.org/wp-content/uploads/2017/06/epicenters-of-climate-and-security_the-new-geostrategic-landscape-of-the-anthropocene_2017_06_091.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

WORLD BANK. **Haiti Urban Resilience Project: Resilient Urban Growth for All.** Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099324301242213917/idu0aa9d149a056fd04ebd0a8e309cdc6599a37a. Acesso em: 20 jun. 2025

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2023.** Genebra, 2024, 42p.

ZANINI, Guilherme Doneda; SRISSIA, André Fischer. Fogo em pastagens: estratégia de manejo? **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, v. 12, v. 1, p. 94-103. 2013. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/agroveterinaria/article/download/5203/3382/14500. Acesso em: 19 abr. 2025.

Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)

# A democracia na era digital: Desafios e perspectivas nas Américas

*Gabriela Modrow Rafael da Silva*[15]
*Gisele Gregorio*[16]
*Raquel de David Monchiski*[17]

## RESUMO

Os avanços tecnológicos do final do século XX, especialmente com o advento das redes sociais, propiciam que os cidadãos intensifiquem o engajamento social na política contribuindo assim para o desenvolvimento da democracia. Posto isso, o presente Guia de Estudos visa elucidar a importância do debate sobre a democracia na Era Digital no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para isso, contextualiza-se o panorama histórico sobre o processo de formação e consolidação do Estado Democrático de Direito nas Américas, destacando os desafios que corroboraram para a atual configuração política da região. Do mesmo modo, apresentam-se as implicações da Era Digital, com o debate acerca da disseminação de notícias falsas e o papel das Big Techs na formação da opinião política na sociedade, além de trazer visibilidade à questão da liberdade de expressão nas redes sociais. Posteriormente, também vão ser debatidas as ações prévias que visavam a mediação do problema, bem como um estudo de caso do posicionamento dos países membros da OEA sobre o tema.

15 Gabriela Modrow Rafael da Silva é aluna do segundo ano de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.
16 Gisele Gregorio é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.
17 Raquel de David Monchiski é aluna do terceiro ano de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora-Assistente da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

## 1 Introdução

No final do século XX, inaugurou-se o que é conhecido hoje como Era Digital ou Era da Informação, em que os avanços das mídias digitais se estenderam para os diferentes aspectos da vida pública, incluindo a esfera política. O continente americano, historicamente marcado por processos de democratização complicados e falhos, que moldaram instituições, e sistemas de soberania popular e liberdades civis, enfrenta hoje a nova e complexa conjuntura da Era Digital. Com o avanço das tecnologias da informação e o crescimento exponencial das redes sociais, as democracias regionais passaram a envolver dinâmicas inéditas de interação política, participação cidadã e circulação de informações. Essa transformação trouxe consigo ameaças diretas à estabilidade institucional e ao funcionamento pleno dos regimes democráticos americanos (CIDH, 2021; Ribeiro; Mainieri, 2014).

Isto posto, destaca-se, entre as ameaças à democracia na era digital, o impacto da desinformação e da polarização política na reconfiguração das esferas pública e privada das populações americanas. Esses fenômenos são intensificados pelos algoritmos das plataformas digitais, como os do Facebook, YouTube e X, que privilegiam conteúdos sensacionalistas e maniqueístas para maximizar o engajamento dos usuários. Esses algoritmos, entretanto, não operam de forma neutra: são projetados e mantidos por grandes empresas de tecnologia que, muitas vezes, resistem à regulação estatal e às demandas por maior transparência. Além disso, atores políticos, grupos extremistas e até governos — tanto internos quanto estrangeiros — exploram essas ferramentas digitais para disseminar informações falsas, manipular narrativas e deslegitimar adversários. Tais práticas contribuem para o enfraquecimento da confiança pública nas instituições representativas, alimentam discursos de ódio e minam os fundamentos do Estado Democrático de Direito. Nos últimos anos, países como Brasil, México, Estados Unidos e El Salvador enfrentaram crises de governança marcadas por campanhas coordenadas de desinformação, ataques a jornalistas e tentativas sistemáticas de manipular a opinião pública durante processos eleitorais (Tucker, 2018).

Diante desse cenário, o presente guia busca apresentar os principais desafios que a Era Digital impôs às democracias americanas, ressaltando os efeitos da desinformação e da polarização sobre a governabilidade, respeito aos Direitos Humanos e coesão social (grau de solidariedade, confiança mútua e senso de pertencimento entre os membros de uma sociedade, essencial para a estabilidade e o bem-estar coletivo). Para tanto, propõe-se: (a) traçar um panorama histórico recente das transformações digitais e seu impacto na política regional; (b) analisar os mecanismos de propagação da desinformação, bem como seus riscos à integridade eleitoral e à liberdade de expressão; e, por fim, (c) explorar possíveis caminhos institucionais e multilaterais para fortalecer a resiliência democrática frente a essa problemática, destacando o papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) como fórum de cooperação e promoção da democracia no continente (Wardle; Derakhshan, 2017).

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O presente Guia de Estudos, com base na análise do surgimento do Estado democrático de Direito na América Latina, busca evidenciar os desafios impostos à sua consolidação desde os processos de independência das colônias, em especial na segunda metade do século XX. Nesse quadro, esta seção traça um panorama histórico dos golpes de Estado e das manipulações eleitorais existentes no processo

de formação nas Américas, com o objetivo de contribuir para a compreensão da realidade política atual da região, destacando a eclosão da Era Digital na reconfiguração dos processos democráticos. Desse modo, a presente contextualização histórica está dividida em dois tópicos. O primeiro item (2.1) versará sobre a temática do Estado democrático de Direito na América Latina, no qual será descrito o processo de formação e desafios enfrentados na construção da democracia na região. Na sequência, o segundo item (2.2) tratará dos desafios contemporâneos à democracia, à vista de elucidar os impasses atuais vivenciados, com enfoque nas crises políticas emergentes.

## 2.1 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA AMÉRICA LATINA

Para contextualizar o tópico de debate, acredita-se ser importante traçar a definição de democracia que deverá embasar o Guia de Estudos, uma vez que existem certas divergências teóricas acerca do conceito. Ademais, o conceito de Estado Democrático de Direito, que será explorado nesta contextualização histórica, tem importância para os países membros da OEA, que tem como um de seus pilares a promoção e fortalecimento da democracia na região. Nesse quadro, será traçado um panorama da construção e dos desafios para a consolidação dessa condição entre os países membros da Organização. A partir de um recorte histórico que vai da segunda metade do século XX até os dias atuais, objetiva-se — além de analisar antecedentes que levam a configuração vigente da política nas Américas — compreender as características que levaram à reconfiguração dos modos de fazer política, especialmente sob a influência das mídias digitais (OEA, s.d).

Para Bobbio (1998), a teoria contemporânea apresenta a confluência de diferentes tradições do pensamento político acerca da democracia. O autor apresenta a tese moderna de democracia, simbolizada por um conjunto de "regras do jogo" político. Marcada por uma abertura ao debate e à participação cidadã, em moldes pré-estabelecidos para tal participação ser garantida (Bobbio, 1998).

A construção e consolidação de Estados Democráticos de direito nas Américas, ou seja, de sistemas políticos em que o exercício de poder se dê pelo povo — de forma direta ou por meio de representantes —, bem como a justiça social seja condição substancial (Silva, 1998), teve de enfrentar inúmeros revéses. Nessa direção, é pertinente o resgate de aspectos que remontam o passado da região, a começar por sua herança colonial.

Ao traçar um panorama sobre o caso específico da América Latina, Zanatta (2017) destaca que, a partir do momento em que conquistada e colonizada, a região teve o continente europeu no âmago de sua identidade. Realidade essa que perdurou por quase três séculos, durante os quais mudanças de ideias e de tecnologias aconteceram, impactando a organização das sociedades (Zanatta, 2017). Por conseguinte, esse conjunto de países colonizados foi conformado a incorporar valores, costumes e crenças externas. Fato que dificultou a aquisição de uma autonomia autêntica.

De outro lado, o norte do continente, com ênfase nos Estados Unidos da América, desde os primórdios de sua posição independente, expandiu seu poderio territorial-econômico, continuadamente (Fiori, 2004). A então nova potência mundial alastrou-se progressivamente, no século XX, assumindo a liderança de um sistema antes protagonizado pela Europa. O que acarretou em uma espécie de domínio sobre zonas já subalternas (Fiori, 2004).

Assim, tem-se uma síntese histórica dos grupos estudados, no que tange à compreensão das raízes estruturantes de suas vivências políticas. Essa profusão de influências é central para o entendimento de tensionamentos ocorridos no âmbito

das ordens democráticas, os quais serão desenvolvidos na sequência.

> Com a crise do capitalismo nos anos setenta o liberalismo conservador adotado na América Latina tem por ambição exercer controle social e político sobre as massas a fim de garantir sua subordinação e manter uma boa parte da população excluída da tomada de decisão. As pretensões de estruturar novos mecanismos de dominação muitas vezes operadas as margens da legitimidade, desequilibra os modelos democráticos das instituições e fragmenta a população em um conjunto de interesses que não se conciliam, e que, convergidas em forças opostas não formam consensos indispensáveis para o desenvolvimento de uma ação coletiva que beneficie a todos (Andrade Sabino, 2016, p. 177).

Nesse sentido, a emancipação de países da América Central e América do Sul se deu com uma série de percalços. Há de se reconhecer os avanços até o momento. No entanto, importa o exame de eventos que ainda repercutem no enfraquecimento de instituições democráticas do século XX, e que acabam influenciando ainda o presente século, em que a Era Digital se estabelece.

À vista do exposto, volta-se a noção de Golpe de Estado. Conforme Napolitano (2019), "para nomear um processo como Golpe de Estado, a conexão entre elites políticas abrigadas nas estruturas do Estado nacional e a ação golpista é fundamental" (Napolitano, 2019, p. 403). Em congruência com os teóricos Dahl (1998), Dourado (2020) e O'Donnell (2004), os golpes apresentam uma ideia verticalizada — diferente das revoluções, que são impulsionadas primordialmente pelas massas. Porém, não se deve desprezar a força do apoio popular nos acontecimentos deste subtítulo, inclusive no seu exercício democrático.

Sendo assim, parte-se da contextualização de um ambiente marcado por ideologias de mercado e dominação, resultantes, em um passado nem tão distante, em que as Américas, especialmente a América Latina, foram dominadas por regimes governamentais de ditaduras empresariais-militares. A título de exemplo podem-se citar os casos do Brasil (1964); Bolívia (1964); Argentina (1966) e (1976); Chile (1973); Uruguai (1973); a maioria desses com mais de uma década de duração (Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe, s.d). Nos contextos de repressão observados, o Estado, surgido originalmente:

> Como uma estrutura de contenção e de conservação dos limites da ordem [...] se transformou em uma estrutura que retirou dos setores dominados os meios para derrubar seus opressores e que garantiu a acumulação dos setores dominantes e os meios para manter o controle do poder (Padrós, 2008, p. 150).

Freidenberg e Herrera (2020) atentam para a superação de regimes não democráticos, nas últimas décadas do século XX, em um número significativo de países da América Latina, após anos de instabilidade. No entanto, observam que, depois de instauradas políticas democráticas nessas regiões, passou-se a perceber atitudes em certa medida antidemocráticas no exercício de poder de governantes, o que inclui o desrespeito aos limites constitucionais, intolerância, propulsão da polarização e perseguição de agentes opostos à posição hegemônica (Freidenberg; Herrera, 2020). Isso induz à reflexão de que uma possível estabilidade conquistada não é imune a abalos.

Nessa perspectiva, em uma democracia fundamentada na sujeição do governo à opinião majoritária, eleições são comumente realizadas, sendo o voto um dos instrumentos mais utilizados para o exercício do direito à participação. Nas eleições,

há a mobilização por parte dos candidatos concorrentes, para construção de opiniões do eleitorado, orientando a tomada de decisões. Parte disso se dá pela comunicação entre candidatos/as e eleitores/as, sobretudo em propagandas midiáticas.

Assim, adentramos na problemática sobre manipulações eleitorais. Salienta-se que a disseminação de informações inverídicas por parte de governantes — e potenciais governantes — não é novidade. Muitos foram os governos autoritários, totalitários e até mesmo democráticos, que se valeram dessa estratégia para prospecção de apoiadores. No entanto, com a crescente exponencial dos meios digitais, a publicação e alcance de materiais tomaram níveis sem precedentes (Sarlet; Siqueira, 2020).

Segundo Gomes e Dourado (2019),

> É plausível imaginar que boa parte da energia despendida na comunicação política em ambiente competitivo sempre envolveu a invenção de histórias e a disseminação de boatos, pelos mais diferentes meios e com os mais variados propósitos imediatos, a fim de criar ou destruir imagens públicas de atores políticos, produzir medo na plebe ou no eleitorado ou induzir comportamentos e atitudes dos interessados nas disputas políticas (Gomes; Dourado, 2019, p.35).

Dessarte, entende-se que irá ser vista uma reconfiguração do modo em que opera a política com o avanço das redes. Assim, passa-se a observar desafios contemporâneos.

## 2.2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À DEMOCRACIA

Tendo em vista os impasses na consolidação do Estado Democrático de Direito nas Américas, as democracias da região latino-americana, como sistemas políticos relativamente recém-estabelecidos, sofrem pela curta experiência partidária eleitoral e com resquícios dos regimes autoritários mantidos entre a década de 1960 e o ano de 1990 (Silva, 2021). Nessa linha, tais entraves se tornam perceptíveis com a derrubada de lideranças do poder executivo e com a ascensão de correntes extremistas no século XXI. Diante disso, os acontecimentos da política contemporânea no continente americano, especialmente na América Latina, evidenciam a continuidade dos desafios à democracia na região.

Na história recente, recorda-se a tentativa de golpe de Estado na Venezuela em abril de 2002, a qual implicou na interrupção abrupta da ordem democrática e constitucional no país (OEA, 2002). Na ocasião, o presidente democraticamente eleito, Hugo Chávez, foi temporariamente deposto por opositores insatisfeitos com medidas ligadas ao setor petrolífero. Em 48 horas, Chávez foi restituído com amplo apoio internacional dos países vizinhos e com auxílio dos militares venezuelanos simpatizantes do governo (Braslauskas, 2002). Apesar disso, o cenário de instabilidade suscitado pelo golpe resultou em um aumento dos atos violentos coordenados no país — sendo significativas as informações recebida na Relatoria para Liberdade de Expressão da CIDH sobre agressões e ataques dirigidos a jornalistas e meios de comunicação durante o ano 2002 —, bem como no abalo da confiança pública nas suas instituições democráticas (CIDH, s.d.).

Destaca-se o aprofundamento da crise no país com a morte de Hugo Chávez e a ascensão do atual presidente Nicolás Maduro em 2013, responsável por estabelecer um regime centralizador e autoritário na Venezuela, sendo acusado de operar uma busca sistêmica de seus adversários políticos como forma de se manter no poder (Gamboa, 2016). Nesse contexto, para além dos desafios internos, recorda-se a influência externa, especialmente dos Estados Unidos, como ponto central para a

perpetuação da crise econômica, que havia iniciado antes mesmo do governo Maduro. Os Estados Unidos estabeleceram sanções econômicas contra a Venezuela, além de apoiar financeiramente os setores de oposição e pressionar pelo isolamento do governo de Maduro no plano internacional. Desse modo, a continuidade da crise econômica, que tinha como uma de suas faces a dependência na exportação de petróleo, foi agravada pelas sanções internacionais, o que acentuou a instabilidade social e política da Venezuela (Basan, 2025).

Pérez-Liñán (2007) assinala que, no século XXI, tem ocorrido uma série considerável de processos de *impeachment* na região latino-americana. No contexto político atual, é necessário discorrer sobre as crises institucionais entre os poderes. Em alguns casos, a centralização de poder no executivo, que acontece em boa parte países latino-americanos, é vista como responsável pela instabilidade da democracia liberal representativa na região. Por outro lado, Kerche (2017), destacando a contribuição de Gretchen Helmke, diz que, entre outras medidas, o *impeachment* deve ser visto como um sinal de que há um problema político que não se restringe ao poder executivo, mas que atravessa os três poderes, sendo, portanto, "a tentativa de se resolver uma crise por meio da criação de outra" (Kerche, 2017, p. 256). Nesse sentido, esse tipo de instrumento tem o potencial para modificar a composição do poder legislativo, como no caso do afastamento de Dilma Rousseff, abordado posteriormente neste guia, uma vez que a parcela parlamentar favorável ao *impeachment* de 2016 logrou alcançar um espaço cada vez mais significativo no Congresso a partir daquele momento (Kerche, 2017).

Além disso, próximo à década de 2010, há o alastramento das chamadas revoluções coloridas para a conjuntura política das Américas, originalmente associadas aos países do leste europeu no início dos anos 2000. O termo em si é usado para descrever movimentos apoiados na mobilização política e nos protestos eleitorais não-violentos, que culminam em uma mudança de regime. Souza (2018, p. 36) explicita que o fator primordial para a revolução colorida é "convencer, interna e externamente, que o governo alvo não é liberal democrático". Vale destacar que na primeira década do século XXI, com a chamada Onda Rosa, houve na América Latina a eleição de diversos partidos e lideranças de esquerda, uma exceção ao contexto global de ascensão neoliberal (Araújo; Pereira, 2018). No que diz respeito às revoluções coloridas, destaca-se como potencial e meta desse fenômeno, a promoção da democracia liberal, do neoliberalismo e da aproximação com os Estados Unidos no plano internacional (Souza, 2018). Apoiado no historiador Paulo Visentini, Souza (2018) relembra a importância da Internet sobre as formas de mobilização popular dessas revoluções:

> Visentini (2014) faz ainda quatro observações: a importância da tecnologia da informação na propagação dos eventos; a aparente espontaneidade dos eventos; o desaguar das revoluções coloridas na assim chamada Primavera Árabe; a expansão das revoluções coloridas para as mais diversas latitudes e longitudes (Souza, 2018, p. 26).

Nas Américas, é possível identificar, em alguns casos, um paralelo entre a forma de organização das revoluções coloridas e as mobilizações que posteriormente resultaram na deposição de governos eleitos após a Onda Rosa. No Brasil, as manifestações das Jornadas de junho de 2013 são apontadas por Souza (2018) como o início do golpe institucional de 2016, pois, embora tenham começado com pautas de esquerda, foram dissipadas para abranger as mais diversas demandas de todo o campo político.

Nesse contexto, a derrubada de Manuel Zelaya, presidente de Honduras, em 2009, é apontada como o marco inaugural do "neogolpismo" na América Latina. A partir desse termo, Araújo e Pereira (2018) classificam uma ruptura institucional que ocorre por meio de instrumentos existentes, como o *impeachment*. No caso de Zelaya, houve uma intervenção militar direta, com a atuação das Forças Armadas, a pedido da Corte Suprema, que removeram o presidente do país, sem direito à defesa. Apesar disso, de modo geral, a prática se distingue dos golpes de Estado mencionados na seção anterior, à medida que não envolve — ou envolve pouca — participação militar. Assim, é mantida a aparência de uma certa legalidade no processo de deposição, no qual se opera uma flexibilização dos critérios legais para destituir governantes, ou seja, não há a comprovação de crime de responsabilidade por parte dos representantes que sofreram *impeachments* (Araújo; Pereira, 2018).

As deposições de Fernando Lugo no Paraguai e de Dilma Rousseff no Brasil também estão inseridas nesse contexto. Em 2012, o processo de *impeachment* realizado contra o presidente paraguaio voltou as atenções dos governos vizinhos ao país sul-americano, com manifestações públicas favoráveis e contrárias por parte de líderes e organizações internacionais (Araújo; Pereira, 2018). Segundo relatório da OEA, a destituição ocorreu dentro da norma constitucional prevista no país (OEA, 2012). De todo modo, o cenário de instabilidade construído pelo contexto político da época favoreceu o processo, que foi realizado em tempo recorde nas esferas jurídicas paraguaias.

No caso brasileiro de Dilma Rousseff, o Secretário Geral da OEA reconheceu, meses antes do afastamento da presidenta, que o *impeachment* se tratava "de uma acusação de natureza política que não justifica um processo de destituição" (Almagro, 2016). O acontecimento é discutido como uma das consequências do período de crise no Brasil, que influenciou a ascensão do conservadorismo reacionário no país (Braz, 2017). Além disso, durante todo o processo que resultou na destituição de Dilma, o sensacionalismo da cobertura jornalística dos principais meios de informação teve papel central sobre a formulação da opinião pública. As especulações causadas pelos escândalos de corrupção no país, com a Operação Lava-Jato, refletiram-se também nos votos dos senadores do Congresso Nacional, que aprovaram em agosto de 2016 o processo de *impeachment*, classificado atualmente por muitos acadêmicos como um tipo de golpe brando (Mundim, 2023).

Vale destacar que o contexto de instabilidades da ordem democrática no século XXI não se restringe aos países supracitados. Pode-se mencionar eventos amplamente divulgados na grande mídia, como a crise na política Argentina do início dos anos 2000, a onda de protestos violentos na Nicarágua em 2018, o golpe de Estado contra Evo Morales na Bolívia em 2019 e, mais recentemente, as acusações contra Nayib Bukele em El Salvador entre os desafios contemporâneos para o fortalecimento da democracia na América Latina. Enquanto isso, no norte do continente, os Estados Unidos são historicamente vistos como referência no plano global, como um exemplo de democracia consolidada. Apesar disso, nas seções posteriores, veremos os motivos para a ascensão da extrema-direita ser apontada como problemática que pode representar ameaça à estabilidade democrática, inclusive naquele Estado (Oliveira; Marques, 2024).

Diante do panorama apresentado, pode-se compreender que as disputas dentro de uma sociedade democrática são um campo de tensões. A partir do recorte brasileiro, é possível elencar a desinformação e a manipulação entre os principais desafios contemporâneos à democracia, o que também pode ser percebido em demais regiões do continente americano (Oliveira, 2024). Sob essa ótica, é necessário a contextualiza-

ção desse problema na Era da Informação, sobretudo na Internet, ao analisar os limites da livre difusão de conteúdos que, por vezes, possam comprometer as premissas de pluralismo político e respeito a outrem, tão caros à democracia (Barroso, 2022). Nesse sentido, os fenômenos supracitados podem ter efeito sobre a polarização política, o que contribui para o enfraquecimento das instituições democráticas.

Ao longo do presente Guia de Estudos, veremos que, cada vez mais, a Internet e as mídias digitais ganham relevância como fontes de informação e mobilização. Diante disso, vive-se uma realidade em que as lideranças políticas se utilizam das redes sociais como um espaço para conquistar popularidade e se aproximar dos eleitores. Nesse contexto, Barack Obama é visto como pioneiro no uso estratégico das redes sociais durante a campanha eleitoral de 2008 nos EUA, e também ao longo de seus dois mandatos, utilizando-se de meios como Facebook e *Twitter* para se aproximar do público jovem (Goodman; Wennerstrom; Spriggate, 2011). Recentemente, Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Javier Milei na Argentina — sem mencionar deputados e demais parlamentares que adotam a mesma estratégia — são exemplos de figuras que conseguiram expandir seu eleitorado e conquistar o apoio indiscriminado de seguidores por meio do uso de novas redes sociais, como Instagram e TikTok, bem como de canais de WhatsApp e Telegram (Correa; Carmo, 2023).

Do ponto de vista do engajamento público com a política, essa prática pode ser considerada positiva, à medida que, em muitos casos, tende a favorecer a mobilização de eleitores às urnas, o que contribui para o fortalecimento da democracia (OEA, 2001). No entanto, veremos posteriormente como a disseminação de informações não verificadas, ou simplesmente inverídicas, com a ascensão do fenômeno das *fake news*, pode resultar em um abalo no processo democrático. O efeito dos algoritmos das redes mencionadas, que tendem a agrupar os usuários em bolhas informativas, pode favorecer a ascensão do extremismo, uma vez que o uso das redes sociais desvinculado de uma perspectiva crítica faz com que os indivíduos passem a receber informações que reforçam as visões de mundo somente de um lado do campo político (Brisola; Bezerra, 2018).

Com base nesse histórico, infere-se a instabilidade democrática na região como um fenômeno contínuo e em constante transformação, que se adequa à realidade contemporânea e aos seus avanços tecnológicos. Portanto, com a democratização do acesso às redes sociais e a digitalização da informação, alteram-se as formas com que a população se intera e participa da política. Nessa linha, aos poucos, os movimentos políticos do século XXI passaram a integrar ferramentas tecnológicas nos seus modos de difusão, adicionando o novo fator de atenção para a manutenção da democracia. Desse modo, a seguinte seção é dedicada a elucidar nuances que contribuem para o abalo da democracia nesse contexto.

## 3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O debate sobre os impactos da desinformação nas democracias, por meio das plataformas digitais, acompanha o próprio desenvolvimento da esfera política e das instituições democráticas, uma vez que os meios de comunicação sempre desempenharam um papel crucial na formação da opinião pública e na mediação entre Estado e sociedade. Assim, com o avanço tecnológico acelerado e a consolidação das redes sociais como os principais canais de informação e interação social, especialmente desde o início da década de 2010, observa-se um novo cenário marcado pela desintermediação, pela circulação massiva de conteúdos e pela fragilização das fontes tradicionais

de autoridade e verificação. Esse processo se intensificou em virtude do modelo de negócios das plataformas que, centradas na lógica do engajamento, favorecem a propagação de desinformação e discursos extremistas[18]. Nesse cenário, a relação entre democracia, verdade e esfera digital se tornou ainda mais complexa principalmente na América Latina (Fuchs, 2017).

À luz disso, a presente seção almeja discutir os principais elementos desta problemática no âmbito interamericano. Para tal, serão explorados: (a) os impactos dos meios digitais como ferramenta de manipulação no contexto político das Américas, com enfoque no papel da desinformação e das *fake news* na configuração da opinião pública; (b) o papel das grandes empresas de tecnologia — as *Big Techs* — na disseminação de conteúdo na Internet, especialmente no que tange às discussões sobre a regulamentação do espaço digital; e (c) de que forma a desinformação e o uso estratégico das plataformas digitais, bem como a complexa relação entre as empresas e os Estados nacionais têm abalado as estruturas democráticas, contribuindo para crises políticas, instabilidade institucional e crescimento de movimentos antidemocráticos.

## 3.1 OPINIÃO PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E *FAKE NEWS*

Para Weber (2000, p. 15), "o conceito de comunicação é intrínseco à democracia, mesmo que este não seja operacionalizado no seu sentido pleno". Nessa lógica, podemos afirmar que a evolução impulsionada pela tecnologia tem efeito sobre a forma com que a informação política é disseminada na mídia tradicional e nas redes sociais, e, consequentemente, molda a percepção pública sobre os pilares da estabilidade democrática. A transformação dos meios de comunicação, impulsionada pela expansão dos espaços de interação, favorece o diálogo e a participação ativa das pessoas em temas de interesse coletivo (Ribeiro; Mainieri, 2014). Nesse sentido, a Internet cria condições para o estabelecimento de um espaço propício à troca de ideias entre diferentes vozes e perspectivas. A partir desse entendimento, é essencial assimilar a utilização das mídias digitais como uma ferramenta de manipulação da política na atualidade. Dito isso, o presente excerto tem como objetivo destacar o papel da Internet na formação da opinião pública, delimitando que tipo de influência os conteúdos falsos ou distorcidos são capazes de exercer sobre a sociedade. O fenômeno da desinformação é anterior ao advento das redes digitais e passa por uma reconfiguração no ambiente online, concomitante à origem das chamadas *fake news* (Brisola; Bezerra, 2018).

Em princípio, ao distorcer e remontar partes da realidade, a desinformação pode ser entendida como um complexo de ações que concebem estrategicamente determinada realidade, sem que seja necessário recorrer à mentira grosseira (Serrano, 2010). Para Brisola e Bezerra (2018, p. 4), a "desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde". Sendo assim, desde jornais de ampla circulação aos livros de história e até mesmo artigos carregados de certo rigor científico, podem carregar parcialidade, colaborando com a desinformação à medida que, geralmente, servem a um interesse dominante (Brisola; Bezerra, 2018). A partir da definição conceitual, para identificar de que forma o fenômeno da desinformação afeta os usuários das mídias digitais, é necessário

18 Neste contexto, o termo extremistas refere-se a discursos de atores — indivíduos, grupos ou organizações — que defendem posições políticas, ideológicas ou religiosas radicalizadas, frequentemente intolerantes ao dissenso e incompatíveis com os princípios democráticos. Esses discursos podem incluir apelos à violência, negação de direitos fundamentais, deslegitimação das instituições democráticas ou propagação de teorias conspiratórias, sendo amplificados pelas dinâmicas algorítmicas das plataformas digitais (Fuchs, 2017).

compreender seus mecanismos de circulação.

Em primeiro lugar, vale destacar que a quantidade excessiva de ideias compartilhadas na Internet resulta na dificuldade dos indivíduos em filtrar e selecionar informações verdadeiramente relevantes. Nessa lógica, o excesso de informação converte a atenção dos usuários em recurso escasso. A sobrecarga informativa advinda da velocidade com que as notícias são divulgadas, ao mesmo tempo em que expõe o sujeito a uma grande quantidade de novos conhecimentos, sobrepõe diferentes assuntos, o que faz com que boa parte dos dados noticiados seja facilmente esquecida (Cruz, 2021). Em segundo lugar, destaca-se o distanciamento da sociedade de uma postura crítica. Há uma homogeneização do pensamento na sociedade, as pessoas não se preocupam em distinguir o que é verdadeiro do que é falso, e isso resulta em uma perda da memória e de identidade, pois o indivíduo passa apenas a espelhar o coletivo. Posto isso, a falta de preocupação dos indivíduos em questionar as informações recebidas, seja por intermédio dos meios de comunicação *mainstream*, seja pelas redes sociais, transforma-os, sem que percebam, em reprodutores de um pensamento hegemônico (Brisola; Bezerra, 2018).

Dado o contexto de disputa das plataformas digitais pela atenção dos usuários, vale destacar que a relação entre a mídia tradicional e as mídias digitais é permeada por desafios que podem representar um impacto sobre a formação da opinião pública na esfera política. A democratização do acesso à informação, com os grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, tem desafiado a credibilidade da mídia tradicional, à medida que os usuários têm liberdade para selecionar as informações que desejam consumir (Bachur, 2021). De todo modo, isso não significa a adoção de uma postura crítica em relação às informações advindas da mídia tradicional, mas sim, uma escolha pautada por interesses individuais, na qual os usuários passam a consumir aquilo que melhor reforça suas crenças pré-existentes (Bernardi; Costa, 2020; Martins; Rodrigues, 2024). Na seção subsequente, será abordado o impacto desse reforço de ideias individuais sobre a polarização política.

Por último, o uso estratégico da linguagem, ao mesmo tempo que sutil, se constitui como um dos mais poderosos mecanismos da desinformação, à medida que a notícia, disfarçada de neutralidade, demonstra uma opinião a partir da escolha de seus termos linguísticos. Brisola e Bezerra (2018) afirmam que:

> A linguagem na desinformação [...] coloca etiquetas positivas ou negativas que formam e manipulam opinião (Ex: guerrilheiros esquerdistas, terroristas islâmicos, manifestantes vândalos). Muitos indivíduos tendem a se acostumar com essas etiquetas e tornam-se aderentes a uma posição política pré-definida por terceiros. (Brisola; Bezerra, 2018, p. 7)

Desse modo, o excesso de comoção trazido pelo uso de certas palavras desperta emoções nos usuários, levando-os a ignorar a racionalidade. Nesse sentido, evoca-se a questão das *fake news* e a concepção de pós-verdade, que pode ser identificada na relativização da importância de fatos objetivos na formação da opinião pública, pois os indivíduos passam a atribuir maior valor às emoções e crenças pessoais do que à verdade factual (Bernardi; Costa, 2020). Sobre o conceito de *fake news*, Bertoli et al. (2022, p. 1) afirmam que: "O termo *fake news* abrange duas noções de desinformação, de forma que informações falsas podem ser divulgadas por quem acredita que seja verdadeira, como também podem ser divulgadas intencionalmente por quem sabe que é falsa".

Desse modo, o excesso de comoção trazido pelo uso de certas palavras desperta emoções nos usuários, levando-os a ignorar a racionalidade. Nesse sentido,

evoca-se a questão das *fake news* e a concepção de pós-verdade, que pode ser identificada na relativização da importância de fatos objetivos na formação da opinião pública, pois os indivíduos passam a atribuir maior valor às emoções e crenças pessoais do que à verdade factual (Bernardi; Costa, 2020). Sobre o conceito de *fake news*, Bertoli et al. (2022, p. 1) afirmam que: "O termo *fake news* abrange duas noções de desinformação, de forma que informações falsas podem ser divulgadas por quem acredita que seja verdadeira, como também podem ser divulgadas intencionalmente por quem sabe que é falsa".

No início dos anos 2000, com o aumento da velocidade com que as informações são disseminadas no meio digital, a desinformação assume uma nova forma, caracterizada pelo fenômeno da circulação de *fake news*. Para o escopo da pesquisa, definiremos o conceito a partir da produção de materiais "intencionalmente e verificadamente falsos, que possuem a intenção deliberada de enganar os leitores" (Brisola; Bezerra, 2018, p. 8). No contexto político, são usadas essencialmente com a intenção de impactar o comportamento eleitoral dos cidadãos (Castillo; Piccinin; Castro; 2022). Assim, é válido destacar o papel da Internet e das redes sociais na superação de barreiras que dificultavam a disseminação das *fake news* no passado. A partir do surgimento das novas redes sociais — como *Facebook*, Instagram, *Whatsapp* e X (antigo *Twitter*) —, há uma grande mudança na estrutura de compartilhamento de informações, em grande medida, caracterizada pela facilidade de propagação de conteúdo sem verificação prévia e pela abrangência desses meios entre diferentes grupos da sociedade (Brisola; Bezerra, 2018).

No que diz respeito ao aumento da fabricação de notícias falsas, é possível elencar duas razões principais, a alta lucratividade e as motivações ideológicas (Brisola; Bezerra, 2018). No passado, um obstáculo para as *fake news* estava associado ao alto custo de produzir, emplacar ou veicular esse tipo de notícia nos meios de comunicação tradicionais. Atualmente, empresas ou indivíduos que ingressam nos meios digitais são capazes de obter lucros no curto prazo, tendo em vista o baixo custo de entrada (Castillo; Piccinin; Castro; 2022). A partir disso, a veiculação dos conteúdos enganosos nas plataformas digitais tem se mostrado um negócio de fácil acesso e de alto rendimento. Concomitantemente, as motivações ideológicas têm sido bastante influentes na criação de um ambiente propício para manipulação da opinião pública, ainda mais no contexto da pós-verdade. Sendo assim, cada lado político tende a acreditar mais facilmente em informações falsas sobre os seus opositores, reforçando a polarização existente na sociedade (Brisola; Bezerra, 2018).

Dentro da análise do impacto das fake news sobre a política, é possível identificar filiados partidários e influenciadores digitais entre os principais agentes envolvidos no processo de disseminação das informações falsas nas redes sociais. Nesse sentido, esses grupos, que atuam a partir de diferentes motivações, têm o objetivo comum de moldar percepções e comportamentos de forma estratégica, reforçando visões de mundo muitas vezes enviesadas. É de suma importância abordar o papel dos influenciadores digitais na formação e consolidação da opinião na atualidade, partindo do pressuposto de que a opinião pública, o panorama político e a identidade cultural são manipulados pela influência digital. Assim, esse poder de controle é incorporado às estratégias políticas de comunicação com o eleitorado (Oliveira; Tezzi, 2021). Já que, "Em um ciclo vicioso, sustentado pela polaridade alimentada pelos algoritmos e facilitada pelas redes digitais com suas bolhas e câmaras de eco, a ideia de uma supremacia ideológica justifica o uso de *fake news* como meio aceitável para um fim legítimo." (Brisola; Bezerra, 2018, p. 11).

A partir dos algoritmos das redes sociais, os usuários são constantemente ex-

postos a conteúdos que confirmam suas crenças pré-existentes, isolando-os de perspectivas divergentes. Tal ambiente favorece a legitimação de discursos extremistas. Na seção a seguir, sobre *Big Techs* e regulamentação da Internet, será retomada essa discussão. Voltando à questão da instrumentalização das *fake news*, denota-se que os partidos políticos, que se utilizam das redes sociais para divulgação de propostas, também transformaram a Internet em um instrumento para atacar e deslegitimar adversários. Sob essa perspectiva, a construção narrativa de um inimigo comum, a repressão simbólica da mídia tradicional e a construção de uma comunicação direta com o eleitorado baseada em desinformação constituem as bases dessa estratégia de manipulação (Bernardi; Costa, 2020).

Diante de tal conjuntura, a eleição presidencial dos Estados Unidos em 2016 pode ser apontada como um caso que ajuda a ilustrar a gravidade dos fenômenos das *fake news* e da desinformação para a estabilidade democrática nas Américas (Brisola; Bezerra, 2018). Além disso, nas seções a seguir, ao identificar o abalo das democracias na Era digital, veremos como a influência geopolítica, econômica e cultural do EUA, acabou estimulando a adoção de estratégias semelhantes em outros contextos eleitorais — especialmente entre as figuras de extrema-direita —, como no caso de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 e 2022 (Bernardi; Costa, 2020; Bertoli et al., 2022). Desse modo, evidencia-se como a percepção da sociedade sobre a política pode ser manipulada em larga escala por meio das plataformas digitais. Pois, se os cidadãos acreditam que suas instituições ou políticos foram "infectados" (por corrupção, ineficiência, falta de ética ou moral, etc.) e frequentemente recebem informações que reforçam essa crença, podem acabar se afastando do sistema democrático (Castillo; Piccinin; Castro; 2022, p.76, tradução nossa)[19].

Em suma, a presente seção se preocupou com o impacto das *fake news* sobre a opinião pública pois essa conjuntura inaugura uma nova era da política digital, em que a desinformação se consolida como ferramenta estratégica de campanha e manipulação eleitoral (Bernardi; Costa, 2020; Bertoli et al., 2022). Como consequência do processo de desregulação da produção de informações, em que os conteúdos são facilmente divulgados sem verificação prévia, há uma corrupção do debate cívico nacional, com a potencialização de efeitos antidemocráticos, como a polarização política e o enfraquecimento de governos legitimamente eleitos (Castillo; Piccinin; Castro; 2022). Evidentemente, debates improdutivos promovidos na Internet têm efeito sobre a confiança da população nas instituições democráticas, por exemplo, o que pode afetar os pilares democráticos tão arduamente consolidados na América Latina.

## 3.2 *BIG TECHS* E A REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET

A partir dos conceitos de desinformação e *fake news* delimitados na seção anterior, é possível investigar o papel das grandes empresas de tecnologia, *Big Techs,* e de seus algoritmos no compartilhamento de conteúdos que afetam os rumos da política contemporânea ao redor do mundo. Além disso, ao considerar as discussões sobre a necessidade de regulamentação do espaço público digital, identificam-se desafios na construção de uma solução que respeite os limites para a liberdade de expressão, sem que se propaguem discursos nocivos.

Em primeiro lugar, observa-se que poucas empresas, como *Alphabet (Google)*

19 No original: Si los ciudadanos creen que sus instituciones o políticos han sido "infectados" (por la corrupción, ineficiencia, falta de ética o moral, etc.) y reciben frecuentemente informaciones que refuerzan esa creencia, entonces pueden buscar una solución fuera del sistema democrático

— administradora do *Youtube* — e *Meta Platforms* — que controla o *Facebook,* Instagram e WhatsApp —, detêm o domínio sobre a grande maioria das redes sociais mais utilizadas do mundo. A partir da definição de Marzinotto Junior (2022, p. 79), "o termo Big Tech foi amplamente incorporado pela mídia e pela academia para definir esse oligopólio digital, frisando suas práticas monopolísticas e seu poder de influência em todos os setores da economia, política e no dia a dia da população global". Nesse contexto, há uma concentração de poder informacional entre essas empresas privadas, que definem, sem uma regulação clara, os conteúdos que circulam no espaço digital.

Martins e Rodrigues (2024) destacam:

> O aparente caráter democrático das redes sociais esconde complexos mecanismos algorítmicos que personalizam conteúdo exibido a cada usuário, moldando e eliminando as informações que cada indivíduo vê. Essa personalização, determinada pelas preferências e pelo histórico de interações dos usuários [...] limita o contato com perspectivas divergentes e restringe a exposição a uma pluralidade de informações, potencializando a criação de ambientes politicamente polarizados. (Martins; Rodrigues, 2024, p. 2)

Além disso, por meio da análise do consumo e das interações dos usuários com certos conteúdos, os algoritmos das redes sociais são capazes de traçar um perfil base. Com isso, esses dados são utilizados para induzir determinadas informações e ideias que mantenham os usuários conectados às redes. Nessa lógica, ao favorecer um viés de confirmação das crenças pré-existentes, as *Big Techs* prolongam o tempo de permanência dos indivíduos no meio digital, maximizando os lucros das empresas ao passo que incentivam o tipo de propaganda mais provável de captar a atenção dos usuários. A partir disso, a questão dos algoritmos emerge como problemática que, com base no isolamento inconsciente dos indivíduos de opiniões diversificadas, constitui-se como uma ameaça para a democracia saudável (Martins; Rodrigues, 2024).

As empresas de tecnologia são capazes de construir uma segmentação na sociedade, o que faz com que o corpo social seja dividido em diferentes grupos que não recebem as mesmas informações (Cruz, 2021). Desse modo, "quando se deparam com informações que identificam como 'propaganda' do 'outro lado', os usuários tendem a se desconectar, insatisfeitos" (Martins; Rodrigues, 2024, p. 9). No entanto, ressalta-se a importância do contato com ideias divergentes para o desenvolvimento pleno da democracia. Sob essa análise, é necessário que os indivíduos sejam expostos a "opiniões e temas que, se pudessem escolher, talvez não selecionassem" (Martins; Rodrigues, 2024, p. 11), pois isso ajuda a frear a fragmentação, a polarização e o extremismo na sociedade. Apesar disso, observa-se uma amplificação dos discursos polarizadores pelos próprios algoritmos das plataformas, já que os posts que incentivam a raiva ao "outro lado" tendem a gerar mais engajamento:

> [..] a raiva é a emoção que se propaga mais rapidamente e atinge o maior número de pessoas nas redes sociais, em comparação com outras emoções. Como resultado, aqueles que compartilham mensagens de raiva acabam, inevitavelmente, exercendo maior influência. Em outras palavras, a raiva mantém os usuários conectados às redes sociais, sendo, portanto, incentivada e propagada pelos algoritmos das plataformas digitais (Martins; Rodrigues, 2024, p. 12).

A partir disso, nota-se uma escalada do extremismo político nas redes sociais, mediante o incentivo ao ódio entre semelhantes, gerando consequências que

podem levar até à violência contra um inimigo comum. De modo geral, as redes sociais e a Internet não podem ser consideradas como diretamente responsáveis pelo aumento da polarização e do partidarismo[20] no cenário político global. No entanto, é evidente que a constante reafirmação de crenças e valores individuais, propiciada pelos meios digitais, tem relação com o avanço do extremismo. Nesse sentido, a radicalização dos usuários tem fortes ligações com o sistema de recomendação das redes sociais que, por meio dos algoritmos, facilitam a descoberta e adesão dos indivíduos aos canais extremistas (Martins; Rodrigues, 2024).

Além disso, evidencia-se um conflito entre liberdade de expressão e regulamentação da Internet, dada a dificuldade de garantir a liberdade sem permitir a disseminação de discursos de ódio e *fake news*. Sob essa perspectiva, destaca-se que o poder das grandes empresas de tecnologia sobre o discurso público, mesmo que de maneira sutil e indireta, acaba desafiando o ideal da Internet como um espaço livre e plural (Martins; Rodrigues, 2024). O debate se desdobra entre os grupos que acusam as plataformas de falharem na contenção de discursos abusivos e aqueles que acreditam que a remoção acontece em excesso, como uma forma de "censura privada", que se dá a partir da seleção das informações que serão amplificadas ou suprimidas nas redes (Cruz, 2021; Martins; Rodrigues, 2024). Evidentemente, "há uma percepção global de que a teoria da liberdade de expressão tradicionalmente defendida pelas democracias não é suficiente para lidar com os novos desafios impostos pela revolução digital" (Martins; Rodrigues, 2024, p. 8). Na seção seguinte, serão explorados os dilemas que permeiam a complexa relação entre Estados e plataformas digitais no contexto da regulamentação. Dado o exposto, surge a necessidade de analisar como esses fatores abordados têm abalado as estruturas democráticas nas Américas.

## 3.3 O ABALO DAS DEMOCRACIAS NA ERA DIGITAL

Com base no contexto e conceitos observados nas seções anteriores, depreende-se que as democracias nas Américas têm enfrentado, nas últimas décadas, novas fontes de instabilidade: a proliferação da desinformação e o uso estratégico das plataformas digitais para manipulação política, o enfraquecimento das instituições representativas e a ascensão de movimentos antidemocráticos. Ademais, a Era Digital, com seu potencial de ampliar a liberdade de expressão e a participação cidadã, também tem sido instrumentalizada por atores estatais e não estatais para disseminar narrativas enganosas, gerar crises de confiança institucional e fomentar polarizações radicais (CIDH, 2021).

A desinformação consiste na produção e disseminação intencional de conteúdo falso com o objetivo de enganar e manipular a opinião pública (Wardle; Derakhshan, 2017). Como exposto no decorrer deste artigo, em ambientes digitais, os algoritmos de recomendação e o isolamento dos usuários em bolhas informacionais tornam a desinformação ainda mais eficiente e nociva. Diante disto, em muitos países membros da OEA, como Estados Unidos, Brasil, El Salvador e Venezuela, o uso dessas estratégias teve efeito sobre a erosão da confiança pública nas instituições democráticas, nos processos eleitorais e na própria legitimidade dos regimes democráticos.

Um dos casos mais emblemáticos da instrumentalização digital para fins an-

20 Uma forma de fanatismo partidário que gera aversão contra pessoas que apoiam partidos adversários (Martins; Rodrigues, 2024).

tidemocráticos foi o das eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2016. Relatórios do Senado norte-americano e de investigações independentes identificaram que redes de *bots* e perfis falsos em redes sociais, especialmente no *Facebook* e *Twitter*, associados a interesses estrangeiros e grupos internos, atuaram para disseminar fake news com o objetivo de polarizar o eleitorado e descredibilizar o sistema eleitoral (U.S. Senate, 2019). A campanha de Donald Trump incentivou, igualmente, a deslegitimação da mídia tradicional, ao atacar veículos jornalísticos críticos à sua candidatura. A partir da circulação massiva de notícias falsas e sigilosas, os apoiadores de Trump conseguiram alimentar suspeitas, teorias da conspiração e desconfianças sobre a adversária, Hillary Clinton, contribuindo para o enfraquecimento de sua imagem pública e o fortalecimento de uma narrativa em prol do candidato republicano (Bernardi; Costa, 2020; Bertoli et al., 2022). Outrossim, o impacto dessa campanha não se limitou ao pleito de 2016, mas gerou um ambiente de desconfiança institucional duradoura, que culminou na invasão do Capitólio em janeiro de 2021 – um episódio sem precedentes na história democrática recente do país (Frenkel, 2021).

Na América Latina, o caso do Brasil, estimulado pelo norte-americano, por conta da influência geopolítica, econômica e cultural dos Estados Unidos, é um exemplo de como a desinformação digital pode gerar efeitos sistêmicos (Bernardi; Costa, 2020; Bertoli et al., 2022). Durante as eleições de 2018 e 2022, o uso de redes sociais, como WhatsApp, Telegram, Facebook e YouTube, foi central na difusão de informações falsas sobre urnas eletrônicas, fraudes eleitorais e supostos complôs institucionais (Regattieri; Salles, 2024). O próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reconheceu a ameaça da desinformação à integridade do processo democrático, criando iniciativas de enfrentamento e monitoramento de redes digitais (TSE, 2022). Não obstante, o ataque às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 evidenciou a radicalização política promovida por anos de campanhas de desinformação, que culminaram em ações violentas e tentativas de ruptura da ordem constitucional (Pereira, 2023).

Além disso, o dever governamental de proteção dos direitos e do espaço democráticos é constantemente desafiado pelo poder e pela atuação transnacional das grandes empresas de tecnologia (Cruz, 2021). Sendo assim, a partir do momento em que as *Big Techs* passam a ocupar o patamar das corporações mais poderosas do mundo, o desenvolvimento dos algoritmos assume, progressivamente, uma atuação que materializa "um programa político de dominação em formato tecnológico" (Cruz, 2021, p. 16). Ou seja, uma vez que essas grandes empresas de tecnologia influenciam na disseminação de informações e no debate público que acontece na sociedade, o controle oligárquico sobre regulação algorítmica passa a representar uma ameaça para a soberania dos Estados e para o próprio Estado Democrático de Direito. Diante disso, o ponto central do problema reside na dificuldade dos governos nacionais em responder ao avanço das *Big Techs* e ao impacto que elas exercem sobre os pilares da democracia. A partir disso, questiona-se o declínio da capacidade regulatória dos Estados. Isso posto, Cruz (2021) destaca:

> O atual confronto é de redes contra redes, nas quais as Big Techs detêm outras vantagens e superioridade sobre o Estado. Redes com bilhões de membros, mais do que qualquer número de cidadãos de qualquer Estado. A capacidade de se infiltrar na privacidade de qualquer pessoa com recursos que os Estados não dispõem. (Cruz, 2021, p. 4)

Portanto, é necessário definir claramente os papéis tanto do Estado quanto das plataformas digitais, estabelecendo um modelo que preserve o interesse públi-

co sem conceder poder desproporcional a nenhum dos atores na regulação da livre manifestação, equilibrando a atuação das plataformas digitais e a intervenção estatal. Além disso, é válido ressaltar que, ao mesmo tempo em que falta uma regulamentação eficiente, há um impasse entre liberdade de expressão e controle de conteúdos nocivos. Nesse sentido, sem uma ação coordenada, o poder desproporcional das *Big Techs* continuará a moldar o debate político, comprometendo os valores fundamentais das sociedades livres (Cruz, 2021; Martins; Rodrigues, 2024).

Por fim, a Carta Democrática Interamericana (OEA, 2001), o principal instrumento jurídico da Organização dos Estados Americanos, reconhece a importância da democracia representativa, porém não contempla adequadamente os desafios colocados pelas novas tecnologias da informação. A partir disso, a própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reconheceu em relatório recente que a proliferação da desinformação e do discurso de ódio nas redes sociais representa uma ameaça direta à integridade das eleições e à governabilidade democrática (CIDH, 2021). Ademais, democracias não colapsam apenas por meio de golpes militares ou rupturas constitucionais; elas também se deterioram gradualmente, com o enfraquecimento das normas democráticas, o descrédito nas instituições e a normalização de práticas autoritárias — muitas vezes impulsionadas por desinformação e propaganda digital (Levitsky; Ziblatt, 2018). Assim, diferentes nações americanas têm buscado formas de responder à crise da democracia na era digital, por meio de iniciativas de regulação, estratégias de cooperação regional, ações de educação midiática e mecanismos de responsabilização de agentes envolvidos na disseminação de conteúdos enganosos, por exemplo. Essas respostas variam conforme os marcos institucionais e as capacidades estatais de cada país, refletindo abordagens distintas sobre o papel das plataformas digitais e dos governos na mediação do espaço público digital.

## 4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Nesta seção, serão analisadas algumas medidas tomadas entre os países da OEA, para a resolução dos problemas que vêm contribuindo para o abalo da democracia na Era Digital, como questões referentes às fake news e à regulamentação das redes. Destacam-se as Iniciativas da OEA, dado seu compromisso com a preservação da estabilidade democrática, abordam-se aspectos da Relatoria Especial Sobre Liberdade de Expressão (RELE). Por fim, faz-se uma análise dos desafios e avanços na atuação dos Governos e das Plataformas Digitais sobre o tema.

### 4.1 INICIATIVAS DA OEA

A Organização dos Estados Americanos (OEA), em consonância com os princípios consagrados na Carta Democrática Interamericana (OEA, 2001), tem desenvolvido uma série de iniciativas voltadas à proteção da democracia e dos direitos fundamentais frente aos desafios impostos pelo ambiente digital. Reconhecendo que a desinformação e a polarização política nas redes sociais representam ameaças diretas à estabilidade institucional, à liberdade de expressão, à confiança pública e ao direito à informação, a OEA tem adotado uma postura ativa por meio de resoluções, observações eleitorais, grupos de trabalho interamericanos e campanhas de educação midiática.

Desde 2020, sob a liderança do Secretário-Geral Luis Almagro, a OEA passou a tratar a desinformação como um risco sistêmico à governabilidade demo-

crática no continente, especialmente durante períodos eleitorais. Em um discurso oficial durante a VI Reunião Ministerial de Governo Digital das Américas, realizada em 18 de novembro de 2020, Almagro destacou que "as campanhas de desinformação minam a confiança dos cidadãos nas instituições, nos processos eleitorais e nos próprios fundamentos da democracia representativa" (Almagro, 2020, *online*). A Organização vem incorporando o tema transversalmente às suas pautas prioritárias, incluindo-o nas discussões da Cúpula das Américas, nas sessões da Assembleia Geral e nos relatórios das Missões de Observação Eleitoral (MOEs)[21].

Uma das iniciativas mais relevantes nesse campo foi o lançamento da Red Interamericana de Gobierno Digital, em 2003, que atua como uma plataforma de articulação, aprendizado e troca de boas práticas entre governos nacionais, regionais e locais. A Red GEALC incentiva políticas públicas que utilizam tecnologias digitais para tornar os governos mais transparentes, eficientes, participativos e inclusivos; organiza oficinas, cursos e treinamentos técnicos para servidores públicos das Américas sobre temas como interoperabilidade, dados abertos, identidade digital e cibersegurança; mantém um repositório de experiências bem-sucedidas de transformação digital nos governos da região, promovendo modelos que podem ser replicados em outros países; concede o Prêmio Interamericano de Inovação para a Gestão Pública Eficaz, que destaca projetos inovadores de governo digital nas Américas; e estimula acordos bilaterais e multilaterais entre países para compartilhar conhecimento técnico, pessoal e infraestrutura em projetos digitais (OEA, 2003).

Outrossim, além dos esforços normativos, a OEA tem atuado diretamente na fiscalização da integridade informacional em contextos eleitorais, uma vez que a utilização de urnas eletrônicas, a disseminação de fake news, o uso das redes sociais para campanhas políticas, bem como a possibilidade de ataques cibernéticos exigem uma adaptação constante das Missões de Observação Eleitoral. Desde as eleições gerais bolivianas de 2019 — as quais foram marcadas por fortes acusações de fraude eleitoral, resultando em protestos massivos, instabilidade política e, eventualmente, na renúncia de Evo Morales (OEA, 2019) — as MOEs passaram a incluir unidades técnicas especializadas no monitoramento de desinformação, discurso de ódio e coordenação de campanhas digitais ilegítimas. Assim, as Missões começaram a abranger especialistas em tecnologia da informação para avaliar riscos de manipulação de dados eleitorais e monitorar a influência das plataformas digitais na opinião pública. Em relatórios recentes sobre as eleições no Peru (OEA, 2021b), Colômbia (OEA, 2022b) e Brasil (OEA, 2022c)[21], as missões alertaram para o uso de estratégias de desinformação por atores políticos e não estatais, destacando a necessidade de maior transparência algorítmica por parte das plataformas e da adoção de marcos legais que respeitem os direitos fundamentais, ao mesmo tempo que coíbam abusos. Assim, a presença das MOEs contribui para o fortalecimento da confiança pública nos processos eleitorais digitais, fator essencial para a estabilidade democrática em uma era em que as tecnologias permeiam todas as etapas do processo eleitoral.

Ademais, a OEA tem cooperado com outras organizações multilaterais e instituições técnicas como a Comissão Europeia, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para a formulação de padrões regionais que garantam a liberdade de expressão e o direito à

20 As MOEs da OEA são iniciativas técnicas e imparciais que acompanham processos eleitorais nos Estados membros com o objetivo de promover integridade, transparência e confiança pública nas eleições. Elas são compostas por especialistas e observadores internacionais que analisam aspectos como o marco legal, a organização eleitoral, o registro de eleitores, as campanhas eleitorais, o financiamento político, a participação de grupos vulneráveis, a votação, a apuração, e a resolução de disputas. A atuação das missões é regida pelos princípios de soberania, não intervenção e imparcialidade, sendo realizada apenas mediante convite do Estado anfitrião. Ao final do processo, a OEA publica um relatório com achados, boas práticas e recomendações para o fortalecimento democrático.

informação no ambiente digital. Em conjunto com essas entidades, a Organização passou a defender a implementação de políticas públicas de alfabetização midiática e digital, consideradas essenciais para fortalecer a resiliência democrática frente à desinformação. Tais posicionamentos foram reiterados na publicação "Inclusión Digital y Gobernanza de Contenidos en Internet", divulgada pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE) (CIDH, 2024).

Em conclusão, as iniciativas da OEA refletem uma crescente compreensão de que a proteção da democracia na era digital exige ações coordenadas e adaptadas aos novos riscos informacionais. Ao adotar uma postura de liderança normativa, técnica e pedagógica, a OEA busca assegurar que os valores democráticos basilares da região sejam preservados, mesmo diante dos desafios trazidos pela tecnologia.

## 4.2 RELATORIA ESPECIAL SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO (RELE)

Diante do aporte teórico acerca da Democracia na era digital expendido neste Guia de Estudos, é possível concordar com Bresolin (2023), quando este afirma que a "história da liberdade de expressão está diretamente relacionada à evolução dos direitos individuais e da consolidação da Democracia" (Bresolin, 2023, p.764). Todavia, vale destacar que em "casos de discurso de ódio, difamação, incitação à violência e outras formas de discurso que possam prejudicar outras pessoas, grupos e as instituições democráticas" (Bresolin, 2023, p.783), há de se estabelecer fronteiras, muitas vezes tênues, para que o livre-arbítrio em manifestação de pensamentos não acabe por violar o que está no cerne do Estado Democrático de Direito. Assim, tornam-se essenciais instituições que auxiliem na superação da dicotomia entre regulamentação e liberdade de expressão.

Neste campo de tensões, uma importante entidade no âmbito da OEA, é a Relatoria Especial Sobre Liberdade de Expressão (RELE), que se caracteriza como um escritório, fundado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), durante o 97º Período de Sessões, em 1997, por decisão unânime dos membros. Esse órgão visa "encorajar a defesa do direito à liberdade de expressão no hemisfério, considerando seu papel fundamental na consolidação e desenvolvimento do sistema democrático" (OEA, s.d.[b]). De acordo com o site institucional da OEA, no decorrer da década de 2000, foram aprovadas diversas resoluções conjuntas, reiterados direitos sobre democracia na era digital e liberdade de expressão e realizados acompanhamentos anuais das situações nessa esfera. Portanto, trata-se de uma importante entidade no contexto da temática deste comitê. Dessarte, serão elucidadas algumas de suas ações prévias, bem como sua importância para preservação da estabilidade democrática nas Américas.

Dentre as principais funções da RELE, está a prestação de assistência à CIDH na avaliação de especificidades das nações. Colaborando por meio de recomendação de medidas cautelares; participação em audiências públicas; visitações in loco para averiguar a situação dos países; promoção de seminários e oficinas de trabalho com atores estratégicos na região; elaboração de relatório anual e relatórios técnicos específicos; e pronunciamentos e declarações especiais (OEA, s.d.[b]). Destaca-se que a Relatoria vem desempenhando um trabalho de longa data, de ela-

21 As MOEs da OEA são iniciativas técnicas e imparciais que acompanham processos eleitorais nos Estados membros com o objetivo de promover integridade, transparência e confiança pública nas eleições. Elas são compostas por especialistas e observadores internacionais que analisam aspectos como o marco legal, a organização eleitoral, o registro de eleitores, as campanhas eleitorais, o financiamento político, a participação de grupos vulneráveis, a votação, a apuração, e a resolução de disputas. A atuação das missões é regida pelos princípios de soberania, não intervenção e imparcialidade, sendo realizada apenas mediante convite do Estado anfitrião. Ao final do processo, a OEA publica um relatório com achados, boas práticas e recomendações para o fortalecimento democrático.

boração de Declarações Conjuntas com órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) desde fins da década de 90. Nesse quadro, afirma que tem orientado diversos agentes, como profissionais de comunicação, instituições e lideranças políticas (CIDH, 2019).

Em conformidade com material publicado pela Relatoria, é necessária a união de uma gama de atores para que o direito à liberdade de expressão se garanta na América (Marino, 2013). Além disso, os

> Relatores Especiais reconheceram que em algumas ocasiões é legítimo o uso excepcional, previsto por lei, de programas ou sistemas de vigilância nas comunicações privadas, quando os mesmos forem necessários, por exemplo, para o cumprimento de fins imperativos como a prevenção de crimes. (Marino, 2013, p.67)

No ano de 2019, foi publicado o "*Guía para garantizar la libertad de expresión frente a la desinformación deliberada en contextos electorales",* elaborado pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH, com contribuições do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO) e do Departamento de Direito Internacional (DDI) da Secretaria-Geral da OEA. O material supracitado evidencia uma série de fatores acerca da problemática de desinformação eleitoral. Na seção de recomendações, as entidades destacam a importância de ações como o fortalecimento e revisão de marcos legais de proteção de dados e de transparência em publicidade eleitoral; a consideração do impacto das características inerentes à era digital na tomada de decisões judiciais e a promoção de atividades educacionais com o fito de sensibilizar a população (OEA, 2019).

Em síntese, os pontos esclarecidos constituem algumas noções sobre a Relatoria e ações gerais que essa vem desenvolvendo na seara da OEA. Nesse quadro, é possível identificar sua relevância no contexto de liberdade de expressão e democracia na era digital, nas Américas, através de atividades aplicáveis nos mais variados países que integram a organização.

## 4.3 ATUAÇÃO DOS GOVERNOS E PLATAFORMAS DIGITAIS

O estabelecimento de ações conjuntas entre os Estados e as *Big Techs* ainda não é realidade na maior parte do continente americano, o que evidencia a complexidade dos desafios que permeiam o abalo da democracia na era digital. Com a atualidade do tema da regulamentação da Internet, é importante suscitar o debate no âmbito da OEA, para que sejam estabelecidas diretrizes para os posicionamentos dos países membros em relação às parcerias entre governos e plataformas digitais no contexto político das Américas. Sob essa análise, pensando no futuro da regulamentação, a presente seção é dedicada a elucidar as ações prévias envolvendo a atuação dos governos e das plataformas digitais. Em princípio, com a expansão da Internet para praticamente todas as esferas da vida pública e com o aumento da circulação de conteúdos enganosos, há uma motivação para a mobilização dos governos na produção de estratégias e políticas nacionais e regionais (Lima; Valente, 2020). Ou seja, apesar das limitações, pode-se observar uma evolução das ações governamentais na regulamentação das redes e no combate à desinformação.

Em 2011, o Chile foi o primeiro país do mundo a aprovar uma legislação baseada no princípio da neutralidade de rede, proibindo que as operadoras de Internet interfiram no tráfego de conteúdos On-line (Segurado; Lima; Ameni, 2015). O Ca-

nadá, por sua vez, anunciou em 2019 a implementação do Protocolo de Incidentes Eleitorais Críticos, cujo objetivo central é resguardar o processo democrático regional, direcionando esforços à proteção, preservação e monitoramento de fake news (Máximo Júnior, 2019). Além disso, para a RELE: "O Marco Civil da Internet do Brasil, adotado em 2014 [...] representa um símbolo do avanço de marcos regulatórios protetores do direito à liberdade de expressão e à privacidade na Internet, tanto nas Américas como no mundo" (CIDH, 2021). Nesse sentido, o debate sobre regulação das plataformas digitais também está em constante desenvolvimento no contexto jurídico brasileiro, desde a promulgação do Marco Civil da Internet de 2014, seguido pela Lei Geral de Proteção de Dados de 2018, e, mais recentemente, com o Projeto de Lei das Fakes News apresentado em 2020 (Sanches, 2024).

Sobre o futuro da regulamentação das redes, Maciel (2023) argumenta que:

> [...] a regulamentação das plataformas digitais é uma responsabilidade compartilhada entre diversas autoridades, incluindo governos, organizações internacionais, empresas privadas, sociedade civil e até mesmo os usuários. Cada um desses agentes desempenha um papel fundamental na definição de regras, normas e diretrizes que norteiam o funcionamento e o impacto das plataformas digitais na sociedade. (Maciel, 2023, p. 13)

A partir disso, denota-se o papel que as plataformas exercem na criação de modelos de autorregulação e na moderação dos conteúdos exibidos aos usuários no espaço público da Internet. Nesse contexto, as Big Techs, atuando sob interesses privados, têm o poder de remover ou promover determinados termos e discussões, sem limites claros ou pré-estabelecidos para essa mediação (Napolitano; Ranzani, 2021). No caso do *X* — antigo *Twitter* —, o programa "Notas da Comunidade" é utilizado como meio para criar um ambiente digital mais bem-informado. A partir dessa ferramenta, colaboradores do *X* — que podem ser basicamente qualquer usuário — podem adicionar informações úteis aos *posts* da plataforma, em alguns casos, contribuindo para o esclarecimento de informações infundadas (X, s.d.). Evidentemente, esse tipo de medidas não estão isentas de críticas quanto à sua eficácia ou imparcialidade. Além disso, uma regulação desvinculada dos órgãos estatais pode representar grandes riscos à liberdade de expressão e à qualidade da informação que circula entre os usuários das redes digitais (Napolitano; Ranzani, 2021).

Ainda, destacam-se medidas adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro durante os pleitos de 2022 e 2024. Nos dois casos, foram firmados acordos entre o TSE e as plataformas digitais, visando o combate à desinformação e objetivando a integridade das eleições como parte indispensável do processo democrático. Nesse tipo de arranjo, as empresas que detêm o domínio das redes sociais mais usadas pela população, ficam responsáveis por auxiliar na implementação de uma série de ações para a difusão de informações confiáveis e de qualidade sobre o processo eleitoral (TSE, 2022; TSE, 2024).

Tais iniciativas evidenciam a necessidade do diálogo entre os governos e as plataformas como fator fundamental na construção de regras para um ambiente digital que respeite os limites da liberdade de expressão, sem que as ideias que representam ameaça à democracia sejam amplificadas (Lima; Valente, 2020). Em síntese, buscar o estabelecimento de normas precisas em relação às plataformas digitais é de suma importância para resguardar direitos individuais na sociedade, assegurando que estas desempenhem um papel positivo no meio coletivo, pautando seu funcionamento nos princípios de ética e responsabilidade (Maciel, 2023).

## 5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Argentina** sediou, em 2023, o III Fórum Mundial dos Direitos Humanos, organizado pelo Centro Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos da UNESCO e pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Portal oficial do Estado argentino, 2025). Na ocasião, foram apresentados resultados de uma pesquisa que investigou o uso da tecnologia como espaço de participação cidadã, com ênfase na democracia. Dentre os destaques nesse âmbito, foi citado o programa Punto Digital, uma política de inclusão digital a nível federal, que promove acesso a serviços e ferramentas digitais e busca democratizar o conhecimento (Portal oficial do Estado argentino, 2025).

A **Comunidade das Bahamas** se compromete com os direitos humanos e os princípios da Carta Democrática Interamericana, defende o uso responsável das tecnologias digitais e a proteção do espaço cívico virtual como fundamentos para a estabilidade democrática. O país tem buscado fortalecer suas instituições democráticas por meio da inclusão digital e da modernização dos serviços públicos, especialmente com o lançamento do projeto de governo digital *My Gateway*, que visa ampliar o acesso à informação e a transparência governamental (Bahamas, 2022). Embora as Bahamas não tenham enfrentado episódios extremos de manipulação digital ou polarização política, há o reconhecimento de que pequenos Estados insulares são vulneráveis à influência externa, inclusive via redes sociais e plataformas digitais, especialmente em períodos eleitorais. Na 52ª Sessão da Assembleia Geral da OEA (2022), o país apoiou resoluções que destacavam a necessidade de enfrentamento da desinformação como uma ameaça à estabilidade democrática no hemisfério. O representante bahamense também enfatizou a importância da cooperação técnica regional para fortalecer capacidades institucionais frente a esse desafio (OEA, 2022a). Outrossim, no âmbito geral das discussões da OEA, as Bahamas propõem frequentemente políticas públicas como: fortalecimento dos mecanismos interamericanos de cooperação cibernética e eleitoral, por meio de capacitação técnica, especialmente para pequenos Estados insulares; apoio projetos de educação digital e alfabetização midiática para combater narrativas falsas, especialmente entre os jovens e em comunidades vulneráveis; colaboração com a sociedade civil, imprensa e plataformas digitais para reforçar a integridade da informação pública e combater a manipulação de conteúdos; e defesa de marcos regulatórios equilibrados, que garantam a liberdade de expressão ao mesmo tempo que responsabilizam o uso nocivo da tecnologia contra a democracia.

A ilha caribenha de **Barbados** adota um sistema de governo democrático e estável (BBC, 2024). No âmbito do fortalecimento de suas instituições democráticas, o país buscou garantir a participação plena dos cidadãos no processo de transição à república em 2021 (CIDH, 2021). No que se refere às discussões sobre democracia na era digital, Barbados ainda não apresenta políticas específicas voltadas à esse tema. No entanto, no contexto atual do mundo digitalizado, o país reconhece a importância da transição digital na resiliência regional, estimulando iniciativas de alfabetização midiática (CARICOM, 2025). Além disso, o governo de Barbados adota uma postura pautada nas instituições multilaterais no debate de questões diversas, como o avanço da ciência, tecnologia e inovação, para evitar o enfraquecimento das democracias e criar oportunidades de desenvolvimento (Barbados, 2023).

No âmbito da **República Plurinacional da Bolívia**, a democracia na era digital é tema complexo e desafiador. Dentre as últimas ações tomadas pelo país, destaca-se que, em junho de 2025, foi sancionada a lei que implementa o Sistema de Transmis-

são e Publicação de Resultados Preliminares (TREP). Em síntese, esse instrumento trata do estabelecimento de parâmetros que garantirão maior transparência, credibilidade e certeza durante os processos eleitorais. Sua efetivação se dará através da implementação de um sistema de transmissão e publicação de resultados eleitorais preliminares, no intuito de que os cidadãos mantenham-se informados por fonte oficial durante as eleições (Bolívia, 2025). Além disso, no ano de 2025, a Lei de Imprensa do país comemorou 100 anos de existência. Criada em 1921, essa Lei apresentou grande avanço na esfera estudada. Todavia, durante períodos autoritários, teve sua aplicação reprimida, trazendo novos debates a partir da reconquista da democracia. Especialistas acreditam que a Lei de Imprensa do país requer atualizações, sobretudo com a ascensão da inteligência artificial, assegurando um ambiente democrático (Burgoa, 2025). Tal aparato jurídico mostra-se relevante para a democracia numa realidade tecnológica, em que a política é muitas vezes permeada por manifestações e recepções em forma de notícias.

A **República Federativa do Brasil** defende uma abordagem que busca equilibrar a liberdade de expressão com a responsabilidade das plataformas digitais no combate a conteúdos nocivos, defendendo a sua regulação como essencial para a proteção da democracia, integridade eleitoral e segurança informacional. Desde 2019, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantém o Programa de Enfrentamento à Desinformação, com ações de cooperação institucional, educação midiática e parcerias com plataformas digitais como Google, Meta e X, o qual promove a criação de centros de enfrentamento à desinformação eleitoral, o desenvolvimento de *bots* de verificação e canais oficiais de esclarecimento ao eleitor, e o monitoramento ativo de campanhas de desinformação — nacional e estrangeira — em períodos eleitorais (TSE, 2023). O PL 2630/2020, conhecido como "PL das Fake News", é a principal proposta legislativa brasileira voltada à regulação de plataformas digitais, com objetivo de exigir transparência algorítmica e moderação de conteúdo, obrigar plataformas a identificar conteúdos impulsionados e anúncios políticos, e criar mecanismos de responsabilização por desinformação e discursos de ódio. Apesar do apoio de setores acadêmicos e institucionais, o projeto enfrenta forte resistência de plataformas digitais e parte da sociedade civil, que o consideram potencialmente censório ou mal delimitado em seus critérios. Ademais, empresas, como a Google e o Telegram, emitiram notas públicas contrárias ao PL, acusando o governo de pressionar pela aprovação de uma regulação opaca (Câmara dos Deputados, 2020). Outrossim, desde 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem abordado reiteradamente o tema da desinformação em fóruns multilaterais, como na Assembleia Geral da ONU (2023), onde defendeu a criação de um "marco civilizatório global para o ambiente digital", destacando a necessidade de responsabilização das big techs por seus algoritmos e por conteúdos prejudiciais à democracia; e no G20 Digital (2024), em que, o Brasil, como presidente, propôs a criação de uma Carta Global de Princípios sobre Regulação de Plataformas, com foco em transparência algorítmica, proteção de dados e combate à desinformação (Presidência da República, 2023).

O **Canadá** se posiciona como um país líder no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção de um ecossistema informacional saudável, resistindo a interferências externas e à erosão do debate público. Em 2019, o Departamento de Patrimônio Canadense lançou a Digital Citizen Initiative (DCI). Esse programa promove o financiamento de projetos de pesquisa sobre desinformação e polarização, apoia organizações que desenvolvem recursos educacionais e campanhas de verificação de fatos, e elabora requisitos para que plataformas digitais, como Google, Meta e X, publiquem relatórios sobre tentativas de manipulação informacional,

especialmente em períodos eleitorais (DCI, 2023). Ademais, o Canadá tem buscado regular o ecossistema digital sem recorrer à censura, através de consultas públicas amplas e proposições legislativas que envolvem a sociedade civil e o setor privado. Exemplo dessa política é o projeto de lei C-11 (*Online Streaming Act*), que exige maior responsabilidade das plataformas de mídia na promoção de conteúdo de interesse público e diversidade de vozes (DCI, 2024). Por último, além de o Canadá ser signatário da Declaration for the Future of the Internet (2022), iniciativa global para preservar a internet como um espaço aberto, seguro e democrático, em fóruns multilaterais, como a AG-OEA e a Cúpula pela Democracia, o país reitera seu apoio à integridade eleitoral e ao combate coordenado à desinformação (Global Affairs Canada, 2022).

A **República do Chile**, em agosto de 2010, se tornou o primeiro país do mundo a aprovar uma lei de regulamentação da Internet baseada no princípio de neutralidade de rede, marcando um compromisso precoce com a regulação responsável do espaço digital (Segurado; Lima; Ameni, 2015). A partir de então, as discussões acerca das implicações da Era digital para a democracia estão em constante evolução no país, com iniciativas voltadas ao enfrentamento de desafios como a disseminação de informações falsas. Recentemente, a rejeição, em plebiscito, do projeto da nova constituição chilena, marcada por uma intensa campanha de *fake news*, evidenciou os riscos que a desinformação representa para os processos democráticos (Tortella, 2022). Como resultado, o atual governo tem reforçado o seu alinhamento com ações multilaterais voltadas para o fortalecimento da democracia e do combate ao extremismo. Em um encontro virtual com líderes de alguns países da América do Sul e da Espanha, realizado em fevereiro de 2025, o ministério das Relações Exteriores e o presidente do chileno, reafirmaram o compromisso do país com a definição de diretrizes e ações conjuntas para fortalecer a democracia, o multilateralismo e a governança global diante de desafios como extremismo, desigualdade e desinformação (Chile, 2025).

Na **República da Colômbia**, os desafios impostos pela Era Digital têm incidido diretamente sobre o contexto político do país. Em 2022, a disseminação de fake news teve papel central na polarização política das eleições, a partir da utilização massiva das redes sociais como ambiente de campanha (Escobar Gómez, 2023). Dado o alcance da tecnologia para as mais diversas áreas da vida em sociedade, a Colômbia estabeleceu um projeto de lei voltado para a regulação do uso das redes sociais, com foco na proteção dos usuários contra comportamentos nocivos. A Lei sobre Saúde nas Redes Sociais de 2019 também prevê o estabelecimento de acordos ou códigos de conduta com plataformas digitais ou de mídia social, os quais assumirão a responsabilidade de implementar uma série de mecanismos e procedimentos que permitam a suspensão rápida e eficaz de publicações, conteúdos ou expressões ilegais, ofensivas, abusivas ou indesejáveis; conteúdo sexual; conteúdo relacionado ao terrorismo; conteúdo relacionado ao ódio de gênero, político, religioso ou racial; e conteúdo relacionado à violência física ou moral, para proteger os usuários vítimas. Em caso de suspensão de conteúdo ou desativação da conta, o usuário infrator será devidamente informado ou notificado e poderá, por sua vez, utilizar os mecanismos de apelação do consumidor. Desse modo, a Colômbia visa estabelecer um mecanismo de controle parcial sobre as redes, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso com a alfabetização midiática dos usuários, o país busca uma responsabilização de agentes da desinformação (Colômbia, 2019).

A **República da Costa Rica**, reconhecida como uma das democracias mais consolidadas das Américas, não é exceção ao crescimento da influência das redes

sociais nos processos democráticos. Nas eleições do país, o uso da Internet tem impactado significativamente o processo de formação de opinião pública (Chaves; Cruz, 2023). Com isso, o Tribunal Supremo de Eleições (TSE) costarriquenho, como uma instituição democrática que garante a lisura dos processos eleitorais, vêm trabalhando em iniciativas específicas para tratar dessa questão. Nesse contexto, o TSE busca se aproveitar de todos os espaços informativos disponíveis, como meio de conscientizar os eleitores no combate à desinformação eleitoral, sem infringir o direito à liberdade de expressão de seus cidadãos (Ford et al., 2024).

A **República de Cuba** tem se preocupado em direcionar esforços para a inclusão digital, uma vez que a falta de oportunidades de participação em discussões nesse ambiente pode ser entendida como condição de risco à democracia. Nesse cenário, no ano de 2024, jovens, sobretudo universitários, em um encontro na sede da Associação Cubana das Nações Unidas (ACNU), refletiram sobre a importância de uma cooperação internacional para mitigar a exclusão digital. Destacaram o papel das agências da ONU para a promoção de um marco regulatório condizente com o advento de novas tecnologias com enfoque para a necessidade da chamada alfabetização digital (Ministerio de Relaciones Exteriores, 2024). Na mesma linha, em evento em Genebra, o vice-primeiro ministro das Comunicações de Cuba, Ernesto Rodríguez Hernández, pontuou o trabalho que vem sendo feito para redução de desigualdades digitais, através de instrumentos como a Política de Transformação Digital. Ademais, o ministro enfatizou o compromisso do país em se fazer presente em fóruns internacionais de discussão sobre a temática (Ministerio de Relaciones Exteriores, 2025).

O atual governo da República de El Salvador, rejeita as críticas internacionais relacionadas à repressão digital e às limitações à liberdade de expressão, ao enfatizar a necessidade de "soberania digital" e controle interno do conteúdo nas redes sociais. O presidente Nayib Bukele utiliza as plataformas digitais como ferramentas estratégicas para mobilização política e legitimação de seu governo, ao mesmo tempo em que restringe o espaço para vozes dissidentes, ONGs e jornalistas independentes, considerados adversários políticos. Outrossim, diversas organizações internacionais, como a Human Rights Watch e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), relataram episódios de cerceamento à liberdade de imprensa no país, incluindo denúncias da utilização do software de espionagem Pegasus, para monitorar comunicações entre jornalistas. Essas práticas são percebidas pela comunidade internacional como instrumentos de intimidação e controle social, u ma vez que dificultam o trabalho de fiscalização e garantia de transparência (Reuters, 2022).

A **República do Equador** tem demonstrado crescente atenção aos impactos das *fake news* no processo democrático, buscando soluções baseadas no fortalecimento das capacidades do Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Em 2024, o país recebeu um *workshop* organizado pelo Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO) da OEA voltado às autoridades do CNE. Esse evento teve por objetivo abordar o fenômeno da desinformação, seus potenciais efeitos, bem como conhecer experiências eleitorais sobre o tema, destacando estratégias e ferramentas para combatê-lo (OEA, 2024). Nesse sentido, o órgão eleitoral ainda dispõe de um repositório oficial de notícias falsas relacionadas às eleições, como forma de preservar a integridade e transparência dos processos eleitorais equatorianos (CNE, s.d). Além disso, destaca-se que a abertura do país às missões de observação internacional, que visam a legitimidade das eleições, reforçam o compromisso do Equador com a transparência das atividades governamentais e, consequentemente, seu alinhamento com os valores da Carta Democrática Interamericana (OEA, 2025a).

Os **Estados Unidos da América** consideram a liberdade de expressão um

direito constitucional fundamental e reconhecem os desafios que a desinformação digital pode representar para a segurança nacional, a coesão social e a integridade democrática. Com o objetivo de equilibrar esses interesses, o país adota estratégias voltadas à cooperação com o setor privado, à educação midiática e à promoção de boas práticas no ambiente digital. Iniciativas como relatórios sobre moderação de conteúdo, transparência em publicidade política e o compartilhamento de informações sobre possíveis interferências estrangeiras — especialmente atribuídas à Rússia, China e Irã — fazem parte desse esforço (BC, 2023). No cenário internacional, os EUA participam ativamente dos debates sobre regulação digital, priorizando abordagens que preservem a autonomia das plataformas privadas. Em abril de 2022, o Departamento de Segurança Interna (DHS) anunciou a criação do *Disinformation Governance Board*, com foco na coordenação de ações contra campanhas estrangeiras de desinformação. Contudo, após críticas públicas e questionamentos sobre sua função, o órgão foi desativado meses depois (DHS, 2022). Ademais, a eleição presidencial de 2024, vencida pelo então ex-presidente Donald Trump, foi acompanhada por alegações de fraude eleitoral, amplamente disseminadas antes mesmo da conclusão da apuração em estados como a Pensilvânia. Em 2025, já reeleito, Trump assinou uma ordem executiva que proíbe a colaboração de funcionários federais com plataformas digitais em ações de moderação de conteúdo, sob o argumento de proteger a liberdade de expressão. Essa medida gerou debates sobre os limites da atuação governamental no enfrentamento à desinformação online (Middle Tennessee State University, 2025).

Quanto à **República da Guatemala,** destaca-se que a Constituição da República do país vigente traz, em seu texto um viés democrático, a ser concretizado através de ações políticas e sociais (Guatemala, 1993).Em conformidade com esse princípio, no ano de 2024, foi lançado o projeto de "Governo Aberto e Digital", com o intuito de aplicar princípios de transparência e participação cidadã, promovendo um espaço em que a população possa opinar sobre pautas governamentais, com potencial de apoiar tomadas de decisões (Ortiz, 2024). Além disso, órgãos do Governo buscam garantir o acesso à informação pública, de forma confiável, fortalecendo assim a democracia (Girón, 2024). Nesse quadro, recursos digitais são ferramentas de facilitação do cumprimento deste direito.

A *República Cooperativa da Guiana* reconhece que o mundo enfrenta múltiplas crises e ameaças à estabilidade institucional e democrática (Guiana, 2023). Em um dos debates abertos do CSNU, a representação guianesa reconheceu que a interferência em processos democráticos, as violações aos direitos humanos e a disseminação de desinformação e discursos de ódio, fazem parte das ameaças contemporâneas à segurança digital (Guiana, 2024). A partir disso, o país defende a integração regional como meio para solucionar desafios comuns no fortalecimento da democracia na era digital (Guiana, 2023).

A **República do Haiti**, mediante o acirramento da insegurança pública e da instabilidade democrática, passa por uma crise que debilita a garantia dos direitos humanos de seus cidadãos (CIDH, 2023). O agravamento da tensão e do vazio institucional na política haitiana resulta em um abalo do processo democrático no país, que teve as últimas eleições realizadas em 2016. Dentro do cenário de crise, o foco de atuação dos líderes do Conselho Presidencial de Transição (CPT) têm sido voltado ao combate à violência e mobilização de esforços para proteger a população (Frilet; Hauteville, 2025). Apesar disso, em 2023, durante um workshop realizado em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o governo haitiano reforçou o desejo de enfrentar os desafios, alinhando-se à trans-

formação digital global para um desenvolvimento benéfico e sustentável em todas as áreas, incluindo o fortalecimento da democracia (PNUD, 2023).

Durante as eleições gerais de 2021, da **República de Honduras**, observadores da OEA identificaram o uso trivial de campanhas digitais para difundir notícias falsas e discursos de ódio, especialmente em redes como Facebook e WhatsApp. Essas campanhas tinham como objetivo manipular a percepção dos eleitores, prejudicar candidaturas específicas e aumentar a polarização política. Assim, o informe preliminar da MOE apontou a necessidade urgente de ações coordenadas para mitigar esses riscos nos próximos pleitos. A atual presidente, Xiomara Castro, tem abordado o tema da desinformação como parte de um esforço mais amplo de "refundação democrática" do país, propondo marcos legais voltados para a regulação de plataformas digitais e a responsabilização de conteúdos nocivos. Ademais, Honduras participa ativamente de oficinas técnicas promovidas pela OEA e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre educação midiática e combate à desinformação. O país também integra programas da OEA voltados à promoção de eleições transparentes por meio de sistemas digitais e campanhas de conscientização. Outrossim, há empenhos para fortalecer as capacidades do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) na identificação e resposta a campanhas digitais fraudulentas. Contudo, o ambiente político em Honduras ainda é permeado por denúncias de censura indireta, ataques a jornalistas e vigilância digital. Além disso, o uso político das redes por figuras do governo e da oposição continua a fomentar uma esfera pública altamente polarizada, na qual a desinformação é frequentemente utilizada como arma retórica. Essa contradição entre discurso e prática limita a efetividade das ações estatais (OEA, 2021a).

Na **Jamaica**, os governantes já demonstram preocupação com impacto da era digital sobre a estabilidade democrática do país. Em 2022, o ministro jamaicano Robert Morgan, afirmou que a disseminação de desinformação e *fake news* é uma das maiores ameaças à democracia e deve ser combatida em todas as oportunidades (Davis, 2023). No sentido de ações estabelecidas para o controle do problema, a Comissão de Radiodifusão da Jamaica (BCJ) alerta para a necessidade de direcionar esforços para a criação de uma estrutura de alfabetização digital transversal e voltada para a sociedade como um todo (Sterling, 2023).

Sobre os **Estados Unidos Mexicanos**, destaca-se que o país vivencia as problemáticas *fake news* que, em circulação, afetam, dentre tantas esferas, a política. A exemplo da Eleição Presidencial de 2018, em que notícias falsas sobre o funcionamento da votação circularam na plataforma *WhatsApp* (Rossi, 2018) e, mais recentemente, das diversas manipulações de arquivos de vídeo e imagem, sobre os mais variados temas, circulantes nas mídias sociais. De outro lado, os espaços digitais vêm sendo amplamente utilizados no país para fins de ativismo político e, com a criação do Laboratorio de La Ciudad de México (LabCDMX), um laboratório de Inovação Urbana da Cidade do México que vigorou entre os anos de 2013 e 2018, foi possível a facilitação de interações entre cidadãos e governo, solucionando alguns impasses para o pleno exercício da democracia (Férnandez; Bueno, 2021).

A **República do Panamá** se apresenta na OEA como um membro cooperativo, disposto a contribuir com boas práticas e com a construção de consensos regionais sobre regulação responsável das plataformas digitais. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, o governo foi ativo em parcerias com sistemas verificadores de fatos, buscando conter a disseminação de boatos sobre vacinas e medidas sanitárias, reforçando a perspectiva institucional de que a desinformação também representa uma ameaça à saúde pública e não apenas à democracia. Em 2021, o

Tribunal Electoral (TE) do país, fundou a Comissão Nacional de Cibersegurança e Informação, que tem como objetivo proteger a integridade dos processos eleitorais diante de ameaças cibernéticas e da manipulação informacional. A comissão é formada por representantes do TE, da sociedade civil, da academia e do setor privado. Ademais, o Panamá tem sido membro constante nos ciclos de capacitação promovidos pela OEA em cibersegurança eleitoral, onde compartilha sua experiência institucional e aprende com outros países da região. Nas Assembleias Gerais da OEA, o país frequentemente defende o fortalecimento do multilateralismo digital, com foco na cooperação hemisférica para a criação de protocolos comuns de combate à desinformação — especialmente em contextos eleitorais, de saúde e segurança. Outrossim, o governo panamenho tem buscado manter diálogo aberto com jornalistas, ONGs e observadores internacionais, contrastando com a tendência autoritária observada em outros países da região (Marquínez, 2024).

A **República do Paraguai** reconhece os riscos da desinformação para a democracia e tem buscado fortalecer as capacidades de regulação digital do Estado, promovendo a educação midiática e participando de fóruns regionais. Durante a pandemia de COVID-19, foi apresentado no Congresso paraguaio um projeto de lei que propunha sanções para a disseminação de informações falsas relacionadas à saúde pública. Organizações como a Tecnología y Comunidad (TEDIC) alertaram que a redação vaga da proposta poderia abrir margem para censura e violar o direito à liberdade de expressão garantido pela Constituição (Buzarquis, 2020). Como alternativa à via legal, o governo paraguaio tem incentivado iniciativas de educação digital. Em maio de 2024, durante a XLIII Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH), realizada em Assunção, autoridades destacaram a importância de políticas públicas que promovam o pensamento crítico e a alfabetização midiática para combater a desinformação e proteger os direitos humanos (RAADH, 2024). Outrossim, na 54ª Assembleia Geral da OEA (2024), o país reafirmou seu compromisso com a democracia e a luta contra o crime organizado, incluindo o combate à desinformação como elemento central (ABC Color, 2024).

A **República do Peru** defende uma abordagem que una cooperação multilateral, fortalecimento institucional e educação midiática, buscando preservar tanto a liberdade de expressão quanto a integridade democrática. A instabilidade política do país nos últimos anos – incluindo a destituição do presidente Pedro Castillo em dezembro de 2022 – escancarou o papel da desinformação digital na polarização do debate político na sociedade. Narrativas falsas sobre fraude eleitoral e teorias de conspiração ganharam força nas redes sociais dura nte e após as eleições de 2021, o que aumentou a desconfiança pública nas instituições eleitorais. Ademais, plataformas como Facebook e WhatsApp foram amplamente utilizadas para disseminar mensagens enganosas, inclusive por setores políticos radicais. Não obstante, o Jurado Nacional de Elecciones (JNE) tem reforçado ações preventivas e reativas contra a desinformação, como parcerias com empresas de tecnologia como a Meta e o *Twitter* para monitoramento de conteúdos falsos durante processos eleitorais, campanhas de verificação de fatos e educação eleitoral digital, com apoio de organizações da sociedade civil e de universidades, e a criação de um Observatório de Desinformação Eleitoral, voltado à identificação e análise de campanhas coordenadas de manipulação informativa. Outrossim, o Peru tem reiterado, em espaços como a OEA e a Cúpula das Democracias, a necessidade de medidas multilaterais coordenadas para prevenir a interferência digital estrangeira, o apoio a políticas de alfabetização midiática como solução de longo prazo, e o fortalecimento da cooperação regional em cibersegurança eleitoral e proteção da integridade das instituições

democráticas (OEA, 2021c).

Na **República Dominicana**, o Instituto Dominicano de Comunicações (Indotel) vem realizando movimentos como o fórum "Redes Sociais, Jornalismo e Democracia", ocorrido em março de 2025, em parceria com acadêmicos, a fim de traçar alternativas de combate à desinformação e propagação de notícias falsas (Presidência de La República Dominicana, 2025a, 2025b, 2025c). Além disso, reduzir a exclusão digital também está na pauta política do país, a exemplo de informação divulgada pela UNESCO (2024), de que foi alcançado o índice de 82% da população usuária de Internet, no ano de 2023, segundo o Presidente da *Internet Society Capítulo República Dominicana.*

Na constituição de 1980, **Santa Lúcia** expressa seu compromisso com a democracia, em particular com o princípio de governo eleito sobre as bases do sufrágio universal (Santa Lúcia, 1980). O país conta com o Departamento Eleitoral, como uma instituição que visa manter a integridade do processo democrático. Por meio desse órgão, no ano de 2024, durante a celebração do dia internacional da democracia, Santa Lúcia deu ênfase ao tema "Inteligência Artificial como ferramenta para boa governança", reconhecendo que, de maneira responsável, a IA deve ser usada para estimular a participação pública, a igualdade, a segurança e o desenvolvimento humano. Além disso, destacou-se a importância da cooperação internacional para o alcance de objetivos comuns, especialmente no contexto atual de diminuição dos espaços cívicos e aumento da polarização política. Diante disso, o país busca levar medidas educativas aos seus cidadãos, conscientizando a população sobre os processos democráticos e criando espaços cada vez mais inclusivos (Departamento Eleitoral de Santa Lúcia, 2024).

A **República do Suriname** reconhece constitucionalmente o dever de honrar e garantir os princípios de liberdade, equidade e democracia (Suriname, 1987). No que diz respeito ao fortalecimento das instituições democráticas, o Suriname tem se mostrado aberto e receptivo às Missões de Observação Eleitoral da OEA, o que reflete o compromisso duradouro do país com os princípios consagrados na Carta Democrática Interamericana (OEA, 2025b). Além de reafirmar os princípios democráticos, o Suriname definiu uma Estratégia Nacional Digital, com um plano para ser desenvolvido entre 2023 e 2030, que visa fortalecer a confiança entre governo e cidadãos, garantindo transparência, segurança e promovendo capacitação midiática dos cidadãos, buscando que a participação cívica se dê por meio de ferramentas digitais e mecanismos de democracia digital (Suriname, 2023).

A **República de Trinidad e Tobago** afirma sua crença em uma sociedade democrática como um princípio estabelecido em sua constituição (Trinidad e Tobago, 1976). No âmbito das instituições democráticas, a Elections and Boundaries Commission (E&BC), é reconhecida pela atuação nas eleições das duas ilhas que formam o país sul-caribenho, auxiliando no fluxo e na coerência do processo de votação (The commonwealth, 2025). Apesar de não apresentar discussões sobre o impacto direto do ambiente digital sobre a democracia no país, é possível identificar no Ministério da Transformação Digital um órgão responsável por estimular o engajamento da população e ampliar a transparência nas ações governamentais, fortalecendo a confiança da população nas instituições públicas de modo geral (Ministry of Digital Transformation, s.d).

Na **República Oriental do Uruguai**, durante as últimas eleições presidenciais, ocorridas em outubro de 2024, suscitou-se a discussão acerca da regulamentação e criminalização de conteúdos contendo matérias enganosas, que circulam nos meios de transmissão de informação. Tal preocupação se traduz em projeto de lei apre-

sentado por deputados uruguaios, em que se propôs a punição de indivíduos que disseminem esse tipo de material, com intuito de produzir nítida desinformação em relação ao período de campanha eleitoral, bem como danos a quaisquer candidatas/os, com ênfase em notícias geradas por Inteligência Artificial (IA) (Pagola, 2024).

Na **República Bolivariana da Venezuela**, o presidente Nicolás Maduro Moros apresentou, no primeiro semestre de 2025, Projeto de Lei de Reforma Constitucional à Assembleia Nacional, valendo-se do momento para evidenciar a necessidade de se renovar o olhar para assuntos de comunicação, inteligência artificial e necessidade do país ter seu direito de expressão garantido, no ambiente internacional (Gallardo, 2025). Nesse sentido, as temáticas apontadas estão intimamente relacionadas com a política e democracia, sobretudo quando operam no meio digital.

## 6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Qual o papel da OEA na reconstrução da confiança pública nas instituições democráticas, dado o impacto das campanhas de desinformação no ambiente digital da região?

2) Em que medida as experiências latino-americanas de manipulação eleitoral e polarização política têm sido afetadas pela construção narrativa de ideais democráticos por parte de países hegemônicos como EUA?

3) Quais medidas a serem tomadas, por parte de diferentes atores internacionais, para alcançar o equilíbrio entre a garantia da liberdade de expressão e a contenção de discursos de ódio e incitação à violência no ambiente digital?

4) De que forma a OEA pode promover mecanismos de responsabilização e transparência nas ações das plataformas digitais, respeitando a soberania dos Estados membros?

5) Como fomentar a cooperação entre Estados membros da OEA e plataformas digitais, assegurando que a moderação de fake news não seja instrumentalizada para reforçar narrativas unilaterais ou interesses de grandes potências?

## REFERÊNCIAS

ALMAGRO, Luis. **Declaração do Secretário-Geral da OEA Luis Almagro após reunião com a Presidente Constitucional do Brasil Dilma Rousseff.** Brasília, 15 abr. 2016. Disponível em: https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-044/16. Acesso em: 25 abr. 2025.

_____. **Discurso na VI Reunião Ministerial de Governo Digital das Américas.** Washington, D.C.: Organização dos Estados Americanos, 18 nov. 2020. Disponível em: https://oasmailmanager.oas.org/es/acerca/discursos_secretario_general.asp. Acesso em: 20 mai. 2025.

ANDRADE, Dostoievsky Ernesto de Melo; SABINO, Carla Danielle Barreto de Sousa. Desafio Latino Americano: Consolidação de um Ideal Democrático. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, Florianópolis, Brasil, v. 2, n. 1, p. 179–191, 2016. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9660/2016.v2i1.1111.

Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistateoriasdemocracia/article/view/1111. Acesso em: 10 abr. 2025.

ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p125. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/8CXYzdgrbvBfHhKvc5Z588s/?lang=pt. Acesso em: 15 abr. 2025.

ARGENTINA. [Constituição, 1853]. **Constitución de la Nación Argentina.** Buenos Aires: Congreso de la Nación Argentina, 1853, com últimas reformas. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/constitucion. Acesso em: 25 de mai. de 2025.

ASÍ fue la Asamblea de la OEA 2024 en Paraguay. **ABC COLOR**, Assunção, 2024. Disponível em: https://www.abc.com.py/nacionales/2024/06/26/asamblea-oea-en-vivo-democracia-y-el-combate-al-crimen-organizado-principal-preocupacion/. Acesso em: 21 maio 2025.

BACHUR, J. P. Desinformação política, mídias digitais e democracia: Como e por que as fake news funcionam?. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5939. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5939. Acesso em: 10 jun. 2025.

BAHAMAS. **Digital Transformation Unit. MyGateway – Making Government Work for You.** Nassau: Government of The Bahamas, 2022. Disponível em: https://mygateway.gov.bs/. Acesso em: 22 jul. 2025.

BARBADOS. Primeira ministra. **Ministério das Relações Exteriores e Comércio Exterior. Barbados is pushing for solidarity in a digital world.** Havana, 15 set. 2023. Disponível em: https://www.foreign.gov.bb/public-diplomacy/barbados-is-pushing-for-solidarity-in-a-digital-world/. Acesso em: 13 jul. 2025.

BARBADOS country profile. **BBC News**, 13 mai. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world=-latin-america18723928-#:~:text=LEADERS&text-Outgoing%20governor%2Dgeneral%20Sandra%20Mason,a%20member%20of%20the%20Commonwealth.&text=Mia%20Mottley%20was%20elected%20as,all%20the%20seats%20in%20parliament. Acesso em: 22 mai. 2025.

BARROSO, Luna van Brussel. **Liberdade de expressão e democracia na Era Digital:** o impacto das mídias sociais no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

BERNARDI, Ana Júlia Bonzanini; COSTA, Andressa Liege Vieira. Populismo e fake news na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil. Cadernos de Campo: **Revista de Ciências Sociais**, n. 28, p. 385–412, 17 set. 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/13690. Acesso em: 20 mar. 2025.

BERTOLI, Jessica M. et al. Desafios da hiperconectividade: instabilidade democrática e a perda de um mundo comum. *In*: **XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022.** Disponível em: https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/8819159f9246232ed1299a7414448ab4.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
CASTILLO, S. V.; PICCININ, F.; CASTRO, H. C. de O. de. Cultura política e Fake News nas eleições presidenciais 2018 no Brasil. Animus. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 21, n. 46, 2022. DOI: 10.5902/2175497770486. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/70486. Acesso em: 10 jun. 2025.

BOLÍVIA. [Constituição 2009]. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia.** La Paz: Plurinacional, 2009.

BOLIVIA. **Ley nº 1632, de 06 de junio de 2025.** Tiene por objeto modificar Ley Nº 026 de 30 de junio de 2010 del Régimen Electoral, sobre sistema de transmisión y publicación de resultados preliminares. Estado Plurinacional de Bolivia, [2025]. Disponível em: https://vc.presidencia.gob.bo/index.php/prensa/57-junio/1271-presidente-arce-promulga-ley-de-sistema-de-transmisi%C3%B3n-y-publicaci%C3%B3n-de-resultados-preliminares. Acesso em 20 jul.2025.

BRASLAUSKAS, Lígia. Veja o que causou o golpe contra Hugo Chávez na Venezuela. **Folha**, 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/venezuela/o_golpe.shtml. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRENNAN CENTER FOR JUSTICE (BC). **The Government Shouldn't Be Barred from Countering False Information.** New York: New York University School of Law, 2023. Disponível em: https://www.brennancenter.org/our-work/analysis-opinion/government-shouldnt-be-barred-countering-false-information. Acesso em: 20 maio 2025.

BRESOLIN, Keberson. Liberdade de expressão, esfera pública, plataformas digitais e mídias sociais. **Etic@**, Florianópolis, v.22, n.2, 761-790. Out. 2023. Disponível em: dkosbiau,+17+-+Keberson+Bresolin.pdf. Acesso em: 20 Mai. 2025.

BRISOLA, Anna C.; BEZERRA, Arthur C. Desinformação e circulação de "fake news": distinções, diagnóstico e reação. *In*: **XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência e Informação**, Londrina, 22 a 26 out. 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636. Acesso em: 5 mar. 2025.

BROOKINGS INSTITUTION. **How disinformation defined the 2024 election narrative.** Washington, D.C., 2024. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/how-disinformation-defined-the-2024-election-narrative/. Acesso em: 20 maio 2025.

BURGOA, Gabriel Romano. Bolivia recuerda los 100 años de la ley de imprenta como baluarte de libertad de expresión. **Suiza, noticias y perspectivas - SWI**, 19 de janeiro, 2025. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/spa/bolivia-recuerda-los-100-a%C3%B1os-de-la-ley-de-imprenta-como-baluarte-de-libertad-de-expresi%C3%B3n/88747597. Acesso em 21 mai. 2025.

BUZARQUIS, Maricarmem Sequera. Preocupante regulación sobre desinformación en tiempos de COVID-19. **Tecnologya y Comunidad (TEDIC).** Assunção, 2020. Disponível em: https://www.tedic.org/preocupante-regulacion-sobre-desinformacion-en-tiempos-de-covid19. Acesso em: 21 maio 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasil. **Projeto de Lei nº 2630/2020.** Brasília, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735. Acesso em: 20 maio 2025.

CARICOM. From Dialogue to Action: Advancing Digital Transformation in the Caribbean. **Caribbean Community (CARICOM)**, 25 jun. 2025. Disponível em: https://caricom.org/from-dialogue-to-action-advancing-digital-transformation-in-the-caribbean/. Acesso em: 20 jul. 2025.

CHAVES, Laura Arce; CRUZ, Cristian Bonilla. Observatorio de Comunicación Digital: influencia de las redes sociales en la primera ronda electoral del 2022 en Costa Rica. **Revista Derecho Electoral**, n. 35, 2023. Disponível em: https://www.tse.go.cr/revista/art/35/arce_bonilla.html. Acesso em: 22 mai. 2025.

CHILE. Ministério das Relações Exteriores. **Ministra (s) participa junto al Presidente Gabriel Boric Font en reunión con líderes de Brasil, España, Colombia y**

**Uruguay.** Chile, 26 fev. 2025. Disponível em: https://www.minrel.gob.cl/noticias--anteriores/ministra-s-participa-junto-al-presidente-gabriel-boric-font-en-reunion. Acesso em: 20 mai.

COLÔMBIA. **Projeto de lei N° 176, de 22 de agosto de 2019.** Por medio del cual se regulan las políticas de uso y apropiación de las redes sociales y se dictan otras disposiciones generales. Bogotá, D. C.: Congreso de la República de Colombia. Disponível em: https://observatoriolegislativocele.com/pt/Col%C3%B4mbia%-2C-projeto-de-lei-que-regula-o-uso-e-apropria%C3%A7%C3%A3o-de-redes-sociais-2019/. Acesso em: 22 mai. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Comunicado de Imprensa:** A CIDH celebra o fortalecimento da institucionalidade democrática em Barbados com a transição para uma República CIDH. Washington D.C., 10 dez. 2021. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/333.asp. Acesso em: 22 mai. 2025.

_____. **Comunicado de Imprensa:** CIDH apresenta relatório sobre a situação dos direitos humanos no Haiti. Washington D.C., 5 jan. 2023. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/001.asp. Acesso em: 23 mai. 2025.

_____. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE). **Declaração Conjunta do Vigésimo Aniversário: Desafios para a Liberdade de Expressão na Próxima Década.** Londres, 2019. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=1146&lID=4. Acesso em: 20 mai. 2025.

_____. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE). **A Relatoria adverte sobre os riscos para o direito à liberdade de expressão na internet no Brasil ante a reforma do Marco Civil da Internet.** Washington D.C., 2021. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?lID=4&artID=1210#:~:text=O%20Marco%20Civil%20da%20Internet%20do%20Brasil%2C%20adotado%20em%202014,nas%20Am%C3%A9ricas%20como%20no%20mundo. Acesso em: 15 mai. 2025.

_____. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE). **Inclusión Digital y Gobernanza de Contenidos en Internet.** Washington, D.C.: OEA, 2024. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/expresion/informes/Inclusion_digital_esp.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **CIDH adverte sobre um ponto de inflexão na liberdade de expressão na internet e convoca para o diálogo na região.**Washington, D.C, 5 fev. 2021. Disponível

em https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=%2Fpt%2fcd%2 Prensa%2fphotos%2F2021%2F026.asp. Acesso em: 8 abr. 2025.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL (CNE). Equador. **Repositorio de noticias falsas**, s.d. Disponível em: https://www.cne.gob.ec/repositorio-de-noticias-falsas/. Acesso em: 22 mai. 2025.

CORREA, Alessandra; CARMO, Márcia. As semelhanças e diferenças entre Milei, Trump e Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72qnn10v5xo. Acesso em: 25 abr. 2025.

CRUZ, Sylvio Augusto de Mattos. Big data e o fim do livre arbítrio: a democracia manipulada. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 19, n. 3, p. 1083-1102, setembro-dezembro, 2021. Disponível em: https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/2536. Acesso em: 20 mar. 2025

CUBA. [Constituição, 2019]. **Constitución de la República de Cuba.** La Habana: Oficina Nacional del Poder Popular, 2019.

CUBA avanza en la transformación digital mediante acciones prioritarias y sostenidas en medio de restricciones internacionales. **Ministerio de Relaciones Exteriores**, 9 jul. 2025. Disponível em: https://cubaminrex.cu/es/cuba-avanza-en-la-transformacion-digital-mediante-acciones-prioritarias-y-sostenidas-en-medio-de. Acesso em 20 jul. 2025.

DAHL, Robert. **On democracy.** Yale: New Haven, 1998.

DAVIS, GARWIN. Misinformation is a Threat to Democracy – Minister Morgan. **Jamaica Information Service**, 2023. Disponível em: https://jis.gov.jm/misinformation-is-a-threat-to-democracy-minister-morgan/. Acesso em: 25 mai. 2025.

DEMOCRACIA e Tecnologia, um dos eixos do III Fórum Mundial de Direitos Humanos. **Portal Oficial del Estado Argentino**, 23 mar. 2023. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/democracia-y-tecnologias-uno-de-los-ejes-del-iii-foro-mundial-de-derechos-humanos. Acesso em 25 mai. 2025.

DEPARTAMENTO ELEITORAL DE SANTA LÚCIA. **St. Lucia Celebrates International Day of Democracy:** Emphasizing the theme, "Artificial Intelligence as a Tool for Good Governance". Santa Lúcia, 15 set. 2024. Disponível em: https://www.govt.lc/media.govt.lc/www/pressroom/news/attachments/press-release1.pdf. Acesso em: 24 mai. 2025.

DEPARTMENT OF CANADIAN HERITAGE (DCI). Canadá. **Relatório de Resultados Departamentais 2022–2023.** Ottawa, 2023. Disponível em: https://www.canada.ca/en/canadian-heritage/corporate/publications/plans-reports/departmental-results-report-2022-2023.html. Acesso em: 20 maio 2025.

DEPARTMENT OF CANADIAN HERITAGE (DCI). Canadá. **Proposta de Lei para Combater Conteúdos Prejudiciais Online.** Ottawa, 2024. Disponível em: https://www.canada.ca/en/canadian-heritage/services/online-harms.html. Acesso em: 20 maio 2025.

DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY (DHS). United States. **Disinformation Governance Board (DGB).** Washington, D.C., 2022. Disponível em: https://www.dhs.gov/publication/disinformation-governance-board. Acesso em: 20 maio 2025.

DITADURAS MILITARES. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-dictaduras-militares. Acesso em: 25 abr. 2025.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil.** 2020. 308 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ESCOBAR GÓMEZ, Julián Andrés. La Democracia en la Era Digital: El caso de Colombia. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, Medellín, 2023. DOI: 10.25965/trahs.5682. Disponível em: https://www.unilim.fr/trahs/5682. Acesso em: 22 mai. 2025.

FERNÁNDEZ, Luis F; BUENO, Alexander Dey. **Democracia digital en México 2021:** análises sobre las oportunidades que tiene nuestro sistema democrático en materia digital. Movimiento Ciudadano: Louisina, 2021. Disponível em: https://movimientociudadano.mx/storage/investigations/pdfs/3507/13.-Investigacion--Democracia-Digital.pdf. Acesso em 27 jul. 2025.

FIORI, José Luiz. **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

FORD, Elaine et. al. **Desinformación y democracia: retos para los organismos electorales.** Costa Rica: Tribunal Supremo de Elecciones, 2024. DOI 10.35242/TSE _2024_9. Disponível em: https://www.tse.go.cr/pdf/publicaciones/Desinformacion-y-democracia-retos-para-los-organismos-electorales.pdf. Acesso em: 22 mai. 2025.

FREEDOM in the World 2023: El Salvador. **Freedom House**, 2023. Disponível em: https://freedomhouse.org/country/el-salvador/freedom-world/2023. Acesso em: 8 abr. 2025

FREIDENBERG, Flavia; HERRERA, Camilo Saavedra. La democracia en América Latina. **Revista de Derecho Electoral**, Costa Rica, v.30, p.1-42, 1 jun. 2020. Disponível em:https://www.tse.go.cr/revista/art/30/freidenberg_saavedra.pdf. Acesso em: 6 de abr. 2025.

FRENKEL, Sheera. The storming of Capitol Hill was organized on social media-The Capitol Was Breached. Here's What We Know. **The New York Times,** 6 jan. 2021. Disponível em: https://www.nytimes.com/2021/01/06/us/politics/protesters-storm-capitol-hill-building.html . Acesso em: 8 abr. 2025.

FRILET, Corinne; HAUTEVILLE Jean-Michel. Haiti's transitional president Leslie Voltaire announces November 2025 elections. **Le Monde,** 31 jan. 2025. Disponivel em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2025/01/31/haiti-s-transitional-president-leslie-voltaire-announces-november-2025-elections_6737642_4.html. Acesso em: 23 mai. 2025.

FUCHS, Christian. **Social Media**: A Critical Introduction. 2. ed. Londres: Sage, 2017.
GOLPE de Estado. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). **Glossário**. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/glossario/8029-golpe-de-estado#:~:text=Golpe%20de%20Estado-,Golpe%20de%20Estado,compondo%20outro%20em%20seu%20lugar. Acesso em: 10 abr. 2025.

GALLARDO, Orlando. Projeto de reforma constitucional fortalecerá o poder popular e a democracia. **Gobierno Bolivariano de Venezuela**, 16 fev. 2025. Disponível em:<https://mppre.gob.ve/publicacion/4049-proyecto-de-reforma-constitucional-fortalecera-el-poder-popular-y-la-democracia>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GAMBOA, Laura. Venezuela: aprofundamento do autoritarismo ou transição para a Democracia? **Relações Internacionais**, Lisboa, n.52, p. 55-66, 2016. Disponível em: https://lgamboag.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/ri52_art05_lg.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

GLOBAL AFFAIRS CANADA. Canadá. **Declaração Global sobre Integridade da Informação Online.** Ottawa, 2023. Disponível em: https://www.international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/peace_security-paix_securite/declaration_information_integrity-integrite.aspx?lang=eng. Acesso em: 29 maio 2025.

GIRÓN, Alexander. Jiménez: "O direito à informação pública fortalece a democracia". **Ministerio de Gobernación**, 2024. Disponível em: https://mingob.gob.gt/jimenez-derecho-a-la-informacion-publica-fortalece-la-democracia/. Acesso em: 25 jul. 2025.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. Fake news , um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p.33-45 Julho a Dezembro, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v-16n2p33/41754. Acesso em: 7 abr. 2025.

GOODMAN, Jordi, WENNERSTROM, Ashley; SPRINGGATE, Benjamin F. Participatory and social media to engage youth: from the Obama campaign to public health practice. Ethnicity & disease, S1–99, 2011. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3719417/. Acesso em: 25 abr. 2025

GUATEMALA. [Constituição, 1985]. Constitución de la República de Guatemala. Guatemala: Congreso de la República, 1985.

GUIANA. Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional. **Meeting of the Presidents of South American Countries Brasilia, May 30, 2023.** Brasília, 2023. Disponível em: https://www.minfor.gov.gy/node/315. Acesso em: 13 jun. 2025.

_____. Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional. **Statement by Mr. Robert Persaud, Foreign Secretary & High Representative of UN Security Council Affairs of Guyana at the Security Council High-Level Open Debate on "Maintenance of International Peace & Security: Addressing Evolving Threats in Cyberspace".** Nova York, 2024. Disponível em: Internacionalhttps://www.minfor.gov.gy/un-security-council/statement-mr-robert-persaud-foreign-secretary-high-representative-un-security. Acesso em: 13 jun. 2025.

HAITI: Digital technology, the compass for inclusive and sustainable development. **UNDP Haiti.** Porto Príncipe, 2023. Disponível em: https://www.undp.org/fr/haiti/communiques/haiti-le-numerique-boussole-du-developpement-inclusif-et-durable#:~:text=Le%20PNUD%20a%20lanc%C3%A9%20sa,politique%20et%20la%20responsabilisation%20sociale. Acesso em: 13 jun. 2025

INDOTEL y Unibe abogan por un periodismo ético y el combate a la desinformación. **Presidencia de la República Dominicana**, 18 mar. 2025a. Disponível em:https://presidencia.gob.do/noticias/indotel-y-unibe-abogan-por-un-periodismo-etico-y-el-combate-la-desinformacion: Acesso em 20 jul. 2025.

INDOTEL y Unibe reúnen a comunidad periodística y académia en foro "Redes Sociales, Periodismo y Democracia". **Presidencia de la República Dominicana**, 18 mar. 2025b. Disponível em:https://presidencia.gob.do/noticias/indotel-y-unibe-reunen-comunidad-periodistica-y-academica-en-foro-redes-sociales. Acesso em 20 jul. 2025.

JÓVENES debaten en Cuba sobre brecha digital y cooperación global. **Ministerio de Relaciones Exteriores**, 17 set. 2024. Disponível em: https://cubaminrex.cu/es/jovenes-debaten-en-cuba-sobre-brecha-digital-y-cooperacion-global. Acesso em 20 jul. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Marcos Francisco Urupá Moraes de; VALENTE, Jonas Chagas Lucio. Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, e5100, maio 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i1.5100. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5100. Acesso em: 15 maio. 2025.

MACIEL, Natalia Ferraz de Menezes. A GLOBALIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DESSA FERRAMENTA. **Revista Foco**, Curitiba [S. l.], v. 16, n. 10, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n10-155. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3092. Acesso em: 15 maio. 2025.

MARTINS, Kennedy da Nobrega; RODRIGUES, Alexandre Manuel Lopes. Democracia em rede: o papel dos algoritmos na liberdade de expressão e no pluralismo político. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.6, n. 3, p.10785 -10805, 2024. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1808/2283. Acesso em: 19 mar. 2025.

MARQUÍNEZ, Arellys. OEA finaliza missão eleitoral e recomenda ao TE ajustes tecnológicos após eleições de 5 de maio. **TVN Panamá**, Cidade do Panamá, 7 maio 2024. Disponível em: https://www.tvn-2.com/tu-decision-2024/oea-finaliza-mision-electoral-recomienda-tribunal-electoral-ajustes-tecnologicos-elecciones-5-mayo_1_2133841.html. Acesso em: 20 maio 2025.

MÁXIMO JÚNIOR, César Folly. **O papel do accountability na regulação do acesso às informações transmitidas pelos novos meios de comunicação.** 2019. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARZINOTTO JUNIOR, Francisco Luiz. **Estados e Mercados na era do**

**Big Data:** oligopolização das Big Techs e a política norte - americana nos governos Obama e Trump (2009-2021). Orientadora: Professora Dr.ª Cristina Soreanu Pecequilo. 2022. 162 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363614564_Estados_e_Mercados_na_era_do_Big_Data_oligopolizacao_das_Big_Techs_e_a_politica_norte-americana_nos_governos_Obama_e_Trump_2009-2021_States_and_Markets_in_the_Big_Data_Age_Big_Techs_oligopolization_an. Acesso em: 20 mar. 2025.

MÁXIMO JÚNIOR, César Folly. **O papel do accountability na regulação do acesso às informações transmitidas pelos novos meios de comunicação.** 2019. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MÉXICO. [Constituição, 1917]. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos. México:** Cámara de Diputados, 1917, com reformas posteriores. Disponível em: https://www.scjn.gob.mx/sites/default/files/cpeum/documento/cpeum.pdf. Acesso em: 25 mai. 2025.

MIDDLE TENNESSEE STATE UNIVERSITY. Trump Executive Order on Restoring Freedom of Speech. **The Free Speech Center**, 2025. Disponível em: https://firstamendment.mtsu.edu/article/trump-executive-order-on-restoring-freedom-of-speech. Acesso em: 20 jul. 2025.

MINISTRY OF DIGITAL TRANSFORMATION. **About Us**. Disponível em: https://engage.gov.tt/en/pages/information. Acesso em: 25 jun. 2025.

MUNDIM, Pedro Santos. A batalha pela opinião pública e o impeachment de Dilma Rousseff. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 119, p. 292-321, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/f9fpxbk9RT9SXvTWkkTZmBg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 abr. 2025.

NAPOLITANO, Carlo José; RANZANI, Luiz Henrique. Regulação Democrática de Plataformas de Rede Social: Possibilidades da Autorregulação Regulada no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 23, n. 3, p. 183–199, 2021. DOI: 10.54786/revista eptic.v23i3.16332. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/16332. Acesso em: 15 maio. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 397–420, 2019. DOI: 10.1590/s0103-

4014.2019.3396.0020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/161302.. Acesso em: 19 mar. 2025.

O'DONNELL, Guillermo. Notas sobre el estado de la democracia en América Latina. *In*: **Programa de las naciones unidas para el desarrollo.** La democracia en américa latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. -2ed.- Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004.

OLIVEIRA, Aab Benaia Sami Nunes Veríssimo de. O futuro da democracia: desafios e oportunidades na era contemporânea. **Revista ft**, [S. l.] v. 29, ed. 140, 10 nov. 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-futuro-da-democracia-desafios-e--oportunidades-na-era-contemporanea/. Acesso em: 15 de abr. de 2025.

OLIVEIRA, André Silva de; MARQUES, Rodolfo Silva. DEMOCRACIAS EM DECLÍNIO, TEORIAS CONSPIRACIONISTAS E POPULISMOS: ESTUDO COMPARADO DO PENSAMENTO DE EXTREMA-DIREITA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELO-Preprints.9952. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9952. Acesso em: 24 ago. 2025.

OLIVEIRA, Sávio Silva de. TEZZI, Magda Maria Diniz. O PAPEL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA: a indústria do posicionamento. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v.17, n.27, p. 362 - 375, 2021. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/revistaich/article/view/27809/19085. Acesso em: 20 de mar. de 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Carta Democrática Interamericana.** Lima, 2001, 21p.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Actas de la 52ª Asamblea General de la OEA. Lima: OEA**, 2022a. Disponível em: https://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/. Acesso em: 23 maio 2025.

_____. **Carta Democrática Interamericana.** Quebec, 2001, 21p.

_____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE). **Guía para garantizar la libertad de expresión frente a la desinformación deliberada en contextos electorales.** Outubro, 2019. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/expresion/publicaciones/Guia_Desinformacion_VF.pdf. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. **Informe Preliminar de la Misión de Observación Electoral de la OEA en**

**Honduras 2021**. Washington, D.C.: OEA, 2021a. Disponível em: https://www.oas.org/fpdb/press/Informe-Preliminar-Honduras-2021.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Memória DECO 2022 – Observação Eleitoral na Colômbia**, 2022b. Disponível em: https://www.oas.org/es/sap/deco/docs/OEA-Memoria-2022%20final.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Misión de Observación Electoral de la OEA en Perú: Comunicado de Prensa C-065/21.** Washington, D.C., 2021b. Disponível em: https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-065%2F21. Acesso em: 21 maio 2025.

_____. **Missão de Observação Eleitoral da OEA no Equador reconhece a aprovação dos resultados numéricos da eleição presidencial.** Equador, 26 abr. 2025a. Disponível em: https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-021/25. Acesso em 23 mai.

_____. **OAS to Observe General Elections in Suriname.** Washington, D.C. 25 abr. 2025b. Diponivel em: https://www.oas.org/en/media_center/photonews.asp?sCodigo=FNE-144298 Acesso em: 23 mai. 2025.

_____. **Office of the General Secretariat in Guyana**, s.d.(a). Disponível em: https://www.oas.org/ext/en/main/oas/our-structure/gs/oasg/coogsms/guy. Acesso em: 23 mai. 2025.

_____. **Red Interamericana de Gobierno Digital (Red GEALC).** Washington, D.C.: OEA, 2003. Disponível em: https://www.oas.org/ext/es/democracia/red-gealc. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral – Eleições Gerais da Bolívia**, 2019. Disponível em: https://scm.oas.org/pdfs/2020/CP43202SINFORMEBOLIVIAMOAS.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral – Eleições Gerais do Peru**, 2021c. Disponível em: https://scm.oas.org/pdfs/2022/CP45692s.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Relatório Preliminar da Missão de Observação Eleitoral – Eleições Gerais do Brasil**, 2022c. Disponível em: https://www.oas.org/fpdb/press/Informe-Preliminar-de-la-MOE-Brasil-2022-ESP.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Taller para el Fortalecimiento de las capacidades del Consejo Nacional**

**Electoral (CNE) de Ecuador en el combate a la desinformación**. Quito, 2024. Disponível em: https://www.oas.org/ext/es/principal/calendario/evento/id/783. Acesso em: 22 mai. 2025.

_____. **Seguimiento e implementación: Mandatos.** S.l, S.d. Disponível em: https://www.summit-americas.org/sisca/dem_sp.html. Acesso em 18 abr. 2025.

_____. **Apoio à institucionalidade democrática na Venezuela e à gestão de facilitação do Secretário Geral da OEA.** [s.l], 16 dez. 2002. Disponível em: https://www.oas.org/xxxvga/portuguese/doc_referencia/cpres833_02.pdf. Acesso em 22 abr. 2025.

_____. **REPORT BY THE MISSION OF THE OAS SECRETARY GENERAL AND DELEGATION TO THE REPUBLIC OF PARAGUAY - NON OFFICIAL VERSION.** Washington, 10 Jul., 2012. Disponível em: https://www.oas.org/en/about/speech_secretary_general.asp?sCodigo=12-0058. Acesso em: 15 abr. 2025.

ORIGENS. **Organização dos Estados Americanos**, s.d.[b]. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=52&lID=4. Acesso em: 25 mai. 2025.

ORTIZ, Flor. Mingob se junta ao esforço do Governo Aberto e Digital. **Ministerio de Gobernación,** 2024. Disponível em: https://mingob.gob.gt/mingob-se-suma-al-esfuerzo-de-gobierno-abierto-y-digital/. Acesso em 29 jul. 2025.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al (org.). **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143 - 178.

PAGOLA, Florencia. Deputados governistas uruguaios querem criminalizar criação e disseminação de notícias falsas durante campanhas eleitorais. LATAM Journalism Review, 2023. Disponível em: https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/deputados-governistas-uruguaios-querem-criminalizar-criacao-e-disseminacao-de-noticias-falsas-durante-campanhas-eleitorais/. Acesso em: 20 mai. 2025.

PEREIRA, Paulo. Desdobramentos dos ecossistemas de (des) informação política ao longo dos períodos pré e pós eleitoral. São Paulo: **InternetLab**, 7 fev. 2023. Disponível em: https://internetlab.org.br/pt/pesquisa/desdobramentos-dos-ecossistemas-de-desinformacao-politica-ao-longo-dos-periodos-pre-e-pos-eleitoral/. Acesso em: 10 abr. 2025.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Presidential Impeachment and the New Political Instabi-**

**lity in Latin America.** New York: Cambridge University Press, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasil. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia Geral da ONU.** Nova York, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu. Acesso em: 20 maio 2025.

REGATTIERI, Lorena; SALLES, Débora. A manipulação eleitoral nas eleições gerais de 2022 no Brasil: o papel do WhatsApp e do Telegram nos ataques à integridade eleitoral e nas ameaças à democracia. **Mozilla Foundation**, 28 fev. 2024. Disponível em: https://netlab.eco.ufrj.br/post/election-manipulation-in-brazil-s-2022-general-elections-the-role-of-whatsapp-and-telegram-on-the-a. Acesso em: 10 abr. 2025.

REPÚBLICA DOMINICANA. [Constituição, 2010]. **Constitución de la República Dominicana.** Santo Domingo: Congreso Nacional, 2010.

REPÚBLICA Dominicana participa en congreso sindical de las Américas con llamado a un sindicalismo inclusivo y adaptado a la era digital. **Presidencia de la República Dominicana**, 19 mai. 2025c. Disponível em: https://presidencia.gob.do/noticias/republica-dominicana-participa-en-congreso-sindical-de-las-americas-con-llamado-un. Acesso em 20 jul. 2025.

REUNIÃO DE ALTAS AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL (RAADH). **Comenzó la XLIII RAADH con un Seminario sobre "Desafíos de la Comunicación en la Era Digital: Transformación Tecnológica, Desinformación y Derechos Humanos".** Assunção, 2024. Disponível em: https://www.raadh.mercosur.int/comenzo-la-xliii-raadh-con-un-seminario-sobre-desafios-de-la-comunicacion-en-la-era-digital-transformacion-tecnologica-desinformacion-y-derechos-humanos/ Acesso em: 21 maio 2025.

RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosk; MAINIERI, Tiago. Mídia e política: as mudanças proporcionadas pelo advento da Internet. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 17, n. 1, p. 177–192, 2014. DOI: 10.5216/cei.v17i1.31212. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/view/31212. Acesso em: 22 fev. 2025.

ROSSI, Amanda. Eleições mexicanas são tomadas por notícias falsas no WhatsApp e ilustram o que pode ocorrer no Brasil. **BBC News Brasil.** 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44651398. Acesso em: 12 jun. 202.

SAIBA como combater a desinformação eleitoral com o sistema de alerta do TSE.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2022. **Combate à desinformação nas eleições 2022.** Brasília: TSE, 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/saiba-como-combater-a-desinformacao-sobre-as-eleicoes--com-o-sistema-de-alerta-do-tse. Acesso em: 8 abr. 2025.

SANCHES, Priscila Romero. **Regulação e autorregulação de plataformas digitais para a sobrevivência das sociedades democráticas.** Orientador: Danilo Rothberg. 2024. 334 p. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/253560. Acesso em: 16 mai. 2025.

SANTA LÚCIA. [Constituição, 1980]. **CONSTITUTION OF SAINT LUCIA.** Santa Lúcia, 1980.

SARLET, Ingo Wolfgang; SIQUEIRA, Andressa de Bittencourt. Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas "fake news" nas redes sociais em período eleitoral no Brasil. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 534–578, 2020. Disponível em: https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/522. Acesso em: 12 fev. 2025.

SEGURADO, Rosemary; LIMA, Carolina Silva Mandú de; AMENI, Cauê S. Regulamentação da internet: perspectiva comparada entre Brasil, Chile, Espanha, EUA e França. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1551-1571. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/TrcdX6SmXCcNqBLCcR7rb7J/#:~:text=debates%20em%20curso.-,Chile,princ%C3%ADpio%20de%20neutralidade%20na%20rede. Acesso em: 16 mai. 2025.

SERRANO, Pascual. **Desinformação:** como os meios de comunicação ocultam o mundo. Espalhafato, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Joscimar Souza. **Surfando na crise de representação e nos valores: lideranças políticas emergentes e mídias sociais digitais na América Latina.** 2021. 284f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, José Afonso da. O estado democrático de direito. **Revista Dir. adm.**, Rio de Janeiro, v.173, 15-24, 1 jul. 1998. DOI: https://doi.org/10.12660/rda.v173.1988.45920. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/45920. Acesso em: 19 abr. 2025.

SOUZA, Mateus Mendes de. Revoluções coloridas e o golpe no Brasil em

2016. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 51, p. 16–53, 2018. DOI: 10.62516/terra_livre.2018.1519. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1519. Acesso em: 10 abr. 2025.

STERLING, Nickieta. Broadcasting Commission Taking Steps to Increase Digital Literacy. **Jamaica Information Service**, 5 fev. 2023. Disponível em: https://jis.gov.jm/broadcasting-commission-taking-steps-to-increase-digital-literacy/. Acesso em: 20 mai. 2025.

SURINAME. [Constituição, 1987]. **CONSTITUTION OF THE REPUBLIC OF SURINAME.** Suriname: Assembleia Nacional, 1987.

SURINAME. **National Digital Strategy:** 2023 - 2030. Paramaribo: Government of Suriname, 2023. Disponível em: https://gov.sr/wp-content/uploads/2023/09/Suriname-National-Digital-Strategy-2023-2030.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

THE COMMONWEALTH. **Commonwealth observer group says Trinidad and Tobago elections well organised, and notes areas for improvement.** 30 abr. 2025. Disponível em: https://thecommonwealth.org/press-release/commonwealth-observer-group-says-trinidad-and-tobago-elections-well-organised Acesso em: 23 mai. 2025.

TORTELLA, Tiago. Conheça as principais fake news sobre a nova constituição do Chile e seu impacto. **CNN Brasil**, São Paulo, 3 set. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/conheca-as-principais-fake-news-sobre-a-nova-constituicao-do-chile-e-seu-impacto/ Acesso em: 20 mai. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Brasil. **Acesse a íntegra dos acordos com plataformas digitais para combater mentiras nas Eleições 2024.** Brasília: TSE, 7 ago. 2024. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/confira-a-integra-dos-acordos-com-plataformas-digitais-para-combater-mentiras-nas-eleicoes-2024-1. Acesso em: 18 mai. 2025.

_____. Brasil. **Eleições 2022:** TSE firma parceria com Facebook para combate à desinformação. Brasília: TSE, 15 fev. 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/eleicoes-2022-tse-firma-parceria-com-facebook-para-combate-a-desinformacao. Acesso em: 18 mai. 2025.

_____. Brasil. **Programa de Enfrentamento à Desinformação do TSE recebe prêmio em São Paulo.** Brasília, 2023. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/programa-de-enfrentamento-a-desinformacao-do-tse-recebe-premio-em-sao-paulo. Acesso em: 20 maio 2025.

TRINIDAD E TOBAGO. [Constituição, 1976]. **CONSTITUTION OF THE REPUBLIC OF TRINIDAD AND TOBAGO.** Trinidad e Tobago, 1976.

TROLLS, propaganda & fear stoke Bukele's media machine in El Salvador. **Reuters.** Londres, 29 nov. 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/investigates/special-report/el-salvador-politics-media/. Acesso em: 20 maio 2025.

TUCKER, Joshua A. et al. **Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation:** A Review of the Scientific Literature. Menlo Park: Hewlett Foundation, 19 mar. 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3144139. Acesso em: 5 abr. 2025.

UNITED STATES. Senate. Select Committee on Intelligence. **Report on Russian active measures campaigns and interference in the 2016 U.S. election.** Washington, D.C., 2019.Disponível em: https://www.intelligence.senate.gov/publications/report-select-committee-intelligence-united-states-senate-russian-active-measures . Acesso em: 8 abr. 2025.

URUGUAI. **Constitución de la República Oriental del Uruguay.** Montevidéu: Asamblea General, 1967, com reformas posteriores. Disponível em: https://www.impo.com.uy/constituciones/uruguay. Acesso em: 25 de mai. de 2025.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela.** Caracas: Asamblea Nacional, 1999.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making. **Council of Europe**, Out. 2017. Disponível em: https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c. Acesso em: 5 abr. 2025.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

X. **Guia de Notas da Comunidade**, s.d. Disponível em: https://communitynotes.x.com/guide/pt/about/introduction. Acesso em: 25 mai. 2025.

ZANATTA, Loris. **Uma breve história da américa latina.** São Paulo: Cultrix, 2017.

# EQUIPE XXII UFRGSMUN 2025

**SECRETARIADO**
Kauane Santos de Oliveira
Leonardo Andrighetto Domeraski
Maíra Emanuelle Jung Moraes
Nina Kraemer Alano
Paola Togni Geremia

**ACADÊMICO**
Arthur Zanella Capra
Augusto Both
Augusto Camatti
Augusto Lorenzo Esposito
Bruna Wanderley Lobo de Azevedo Lessa
Carolina Klutschnikow Zancanaro
Eduardo Hippler Wollmann
Gabriela Modrow Rafael da Silva
Gabriele Lima de Souza
Gisele Gregorio
Giulia Silva de Moraes
Giuseppe Camargo Pulice
Guilherme Skolaude Staubus
Helena Petry Mizunski Peres
Isabela Marques Helmann
Isadora Perciliana dos Santos
Isadora Vedana
João Gabriel Birck
Júlia Bolzan De Lacerda
Leonardo Lagemann Pereira da Silva
Letícia Rodrighero Homem
Leticia Soares Rosa
Luana Montemuro Pazutti
Lucas Lixinski Arnhold
Luiza dos Santos Manfio
Luiza Gabriel de Souza
Maria Eduarda Lameira
Maria Manoela Ribeiro Spolavori
mariana carbonera trintinaglia
Martina Trujillo Renck
Matheus Severiano Marques Xavier
Monah Spier Barbieri
Rafael Mirandola Boehl
Raquel De David Monchiski
Rebeca Martins de Lima
Sofia Portillo Avila
Stephanie Madeira Gomes
Vitor Redivo Ferreira
Yasmin Matos Siqueira

**ADMINISTRATIVO**
Éllen Portella Gabbi
Emanoelly dos Santos de Jesus
Filemón Alba Posse
Isabela Knauth Casanova
João Pedro Castro Correia
José Henrique Biazi
Kalini Eduarda Padilha Ribeiro
Kalinka Herani Hamaoui
Laura Eduarda Mallmann Kieling
Laura Elis Campos Ribeiro
Lavinia Carvalho Fagundes
Luca Franklin Primon
Maria Clara Meyer Falavigna
Maria Laura Estrella Alves Rijo Santos
Martina Rost da Silva
Maurício dos Santos Manica
Pedro Henrique Atiense Alves
Raika Luz Severo

“Novos caminhos para um mundo em evolução”

80 Ans Alliance Française Porto Alegre

1929 NOVA ALIANÇA VINÍCOLA COOPERATIVA